



XI CBHE

CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

CULTURA E EDUCAÇÃO: MEMÓRIA E RESISTÊNCIA

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO





CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO



CULTURA E EDUCAÇÃO: MEMÓRIA E RESISTÊNCIA

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

**PROGRAMAÇÃO
E CADERNO
DE RESUMOS**



FUNDAÇÃO SÃO PAULO



DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO
NA PUBLICAÇÃO (CIP)

Congresso Brasileiro de História da Educação - SBHE (11: 2022; São Paulo-SP) Anais Eletrônicos do XI Congresso Brasileiro de História da Educação - SBHE, 11 a 14 de julho. São Paulo, PUC-SP, 2022. xxx p.

ISSN: 2236-1855

1. História da Educação. Cultura e Educação: Memória e Resistência. Educação. Ensino. I. Título.

2022

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PEPG Educação: História, Política, Sociedade (EHPS)
Rua Ministro Godoy, 969 – Perdizes
05015-000 – São Paulo/SP
Tel.: 11 3670-8000
www.pucsp.br



■ ORGANIZAÇÃO

Realização

Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE)

Organização

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)

PEPG Educação: História, Política, Sociedade (EHPS)

Comissão Nacional

Prof. Dra. Rosa Fátima de Souza Chaloba (UNESP)

Prof. Dr. Antônio Carlos Ferreira Pinheiro (UFPB)

Prof. Dra. Silvia Helena Andrade de Brito (UFMS)

Prof. Dra. Terciane Ângela Luchese (UCS)

Comissão Local

Prof. Dr. Daniel Ferraz Chiozzini (PUC-SP)

Prof. Dra. Katya Braghini (PUC-SP)

Prof. Dr. Kazumi Munataka (PUC-SP)

Prof. Dr. Mauro Castilho Gonçalves (PUC-SP)

Comissão Coordenadora do Comitê Científico

Prof. Dr. Mauro Castilho Gonçalves (PUC-SP)

Prof. Dr. Antônio Carlos Ferreira Pinheiro (UFPB)

Prof. Dra. Lia Machado Fiuza Fialho (UEC)

Prof. Dra. Olivia Moraes de Medeiros Neta (UFRN)

Prof. Dra. Terciane Ângela Luchese (UCS)

Comitê Científico

Ademilson Batista Paes (UEMS)

Adriana Aparecida Pinto (UFGD)

Adriana Maria Paulo da Silva (UFPE)

Alexandra Lima da Silva (UERJ)

Amália Cristina Dias da Rocha Bezerra (UERJ)

Ana Clara Bortoleto Nery (UNESP)

Ana Maria de Oliveira Galvão (UFMG)
Ana Maria Gonçalves (UFG)
André Luiz da Motta Silva (IFMS)
André Luiz Paulilo (UNICAMP)
Anselmo Alencar Colares (UFOPA)
Ariclê Vechia (UTP)
Benvinda Barros Dourados (UFT)
Berenice Corsetti (UNISINOS)
Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro (UFU)
Bruno Bontempi Júnior (USP)
Carla Mary da Silva Oliveira (UFPB)
Carlos Eduardo Vieira (UFPR)
Carlos Humberto Alves Corrêa (UFAM)
Carlota Boto (Carlota Josefina Malta Cardozo dos Reis Boto) (USP)
Celeida Maria Costa de Souza e Silva (UCDB)
Célio Juvenal Costa (UEM)
Claudia Maria Costa Alves de Oliveira (UFF)
Claudia Panizzolo (UNIFESP)
Cláudio de Sá Machado Júnior (UFPR)
Diana Gonçalves Vidal (USP)
Diane Valdez (UFG)
Dilza Porto (UFMS)
Dulce Regina Baggio Osinski (UFPR)
Edison Luiz Saturnino (UFRGS)
Edna Telma Fonseca e Silva Vilar (UFBA)
Ednardo Monteiro Gonzaga do Monti (UFPI)
Elison Antonio Paim (UFSC)
Elizabeth Miranda de Lima (UFAC)
Eva Maria Siqueira Alves (UFS)
Evelyn de Almeida Orlando (PUC/PR)
Gizele de Souza (UFPR)
Heloísa Helena Pimenta Rocha (UNICAMP)
Ilka Miglio de Mesquita (UNIT)
Jane Bezerra de Souza (UFPI)
Jorge Luiz da Cunha (UFSM)
José Carlos Souza Araujo (UFU/UNIUBE)
José Gonçalves Gondra (UERJ)

José Mateus do Nascimento (IFRN)
Josemir Almeida Barros (UNIR)
Kênia Hilda Moreira (UFGD)
Lívia Souza da Silva (UFPA)
Luciane Sgarbi Santos Grazziotin (UNISINOS)
Luiz Carlos Barreira (UNISantos)
Luiz Carlos Villalta (UFMG)
Maria Augusta Martiarena de Oliveira (IFRS – Campus Osório)
Maria Cristina Pina (UESB)
Maria do Carmo Martins (UNICAMP)
Maria Elisabeth Blanck Miguel (PUC/PR)
Maria Lúcia Mendes de Carvalho (Centro Paula Souza)
Maria Teresa Santos Cunha (UDESC)
Maria Zeneide Carneiro Magalhães de Almeida (PUC GO)
Marijâne Silveira da Silva (UNIR)
Marileia Santos Cruz da Silva (UFMA)
Marli de Oliveira Costa (UNESC)
Marlúcia Menezes de Paiva (UFRN)
Marta Maria de Araújo (UFRN)
Mirian Warde (UNIFESP)
Mônica Yumi Jinzenji (UFMG)
Moysés Kuhlmann Júnior (FCC)
Nilce Vieira Campos Ferreira (UFMT)
Patrícia Weiduschadt (UFPEl)
Raimundo Alberto de Figueiredo Damasceno (UFPA)
Regina Célia Padovan (UFT)
Renata Garcia Campos Duarte (UEMG)
Rosana Areal de Carvalho (UFOP)
Samuel Luis Velazquez Castellanos (UFMA)
Sara Martha Dick (UFBA)
Sauloéber Tarsio de Souza (UFU)
Sônia Maria da Silva Araújo (UFPA)
Terezinha Oliveira (UEM)
Virgínia Pereira da Silva de Ávila (UPE)
Wellington da Costa Pinheiro (UFPA)
Wolney Honório Filho (UFG)
Zuleide Fernandez de Queiroz (URCA)

Comissão de Tecnologia

Carina Gotardelo (PUC-SP)

Cristiane Fairbanks (PUC-SP)

Robson Andrade Costa (PUC-SP)

Comissão Cultural

Camila Marchi da Silva (PUC-SP)

Carina Gotardelo (PUC-SP)

Cristiane Fairbanks (PUC-SP)

Comissão de Divulgação

Katya Braghini (PUC-SP)

Aline Martins de Almeida (Mackenzie)

André Condes Ferreira (PUC-SP)

Barbara Beatriz Pena da Silva (PUC-SP)

Camila Marchi da Silva (PUC-SP)

Carina Gotardelo (PUC-SP)

Carolina Rieger Massetti Schiavon (PUC-SP)

Pedro Henrique Ciucci da Silva (PUC-SP)

Comissão de Certificação

Isabel Gisse Rainho (PUC-SP)

Carina Gotardelo (PUC-SP)

Eduardo Norcia Scarfoni (PUC-SP)

Márcia Regina Ferreira (PUC-SP)

Robson Andrade Costa (PUC-SP)

Comissão de Publicações

Tatiana de Andrade Fulas (PUC-SP)

Andrea Guida Bisognin (PUC-SP)

Editoração

Elis Nunes

Apoio

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq

Fundação São Paulo – Fundasp



SUMÁRIO

Apresentação **10**

Informações gerais **13**

Programação geral **14**

Mesas-redondas **18**

Lançamento de livros **19**

Minicursos **25**

Comunicações coordenadas **46**

Comunicações individuais **88**

Caderno de resumos **143**

■ APRESENTAÇÃO

A Sociedade Brasileira de História da Educação – SBHE), nestes 22 anos de atividades (1999-2021), tem cumprido o importante papel de congregar professores/as e pesquisadores/as Brasileiros/as que desenvolvem atividades de ensino e pesquisa na área, de forma a estimular a realização de estudos no campo da história da educação e áreas afins.

Imbuídos desse propósito, um dos espaços desenhados para a divulgação e a troca de conhecimentos produzidos tem sido o Congresso Brasileiro de História da Educação (CBHE) que, desde o ano 2000, reúne, a cada dois anos, professores e pesquisadores nacionais e internacionais com produção relevante sobre o tema. O CBHE já aconteceu em várias cidades: Rio de Janeiro (RJ), Natal (RN), Curitiba, (PR), Goiânia, (GO), Aracaju, (SE), Vitória (ES), Cuiabá (MT), Maringá (PR), João Pessoa (PB) e Belém (PA).

A décima primeira edição do CBHE será realizada na cidade de São Paulo (SP), na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), no período de 11 a 14 de julho de 2022. Pela primeira vez desde o início dos eventos, em virtude da pandemia, tivemos um intervalo de três anos entre um evento e outro. Outra novidade é uma programação toda on-line em virtude das incertezas que temos mediante as condições de biossegurança. Como consta na II Circular enviada aos Associados “o cenário de incertezas ainda demanda cautela. Na atual conjuntura política e social do país, o XI CBHE, que tem como tema **Ciência e Cultura: memória e resistência**, apresenta-se como uma indispensável instância de debate, de fortalecimento da nossa entidade e de compromisso com as problemáticas relacionadas à educação, à ciência e à democracia”.

A PUC-SP que acolhe o XI CBHE em 2022, foi fundada em 1946, com a junção das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras de São Bento e da Faculdade Paulista de Direito. No ano seguinte, a instituição recebe o título de Pontifícia, concedido pelo Papa Pio XII que, na ocasião, nomeia também o cardeal Dom Carlos Carmelo Vasconcelos Mota como primeiro grão-chanceler da PUC-SP. A qualidade acadêmica se vincula à preocupação social durante os anos 1960. Em 1969, a Pontifícia cria o primeiro curso de pós-graduação do Brasil. No ano de 1971, apresenta o Ciclo Básico de Ciências Humanas e passa a valorizar a tríade de formação, ensino, pesquisa, extensão. Nas décadas seguintes, a PUC-SP consolidou-se pela expansão de campus e aumento do número de cursos, se expandindo por diferentes locais na capital e interior de São Paulo. É instituição filantrópica, confessional, privada, mantida pela Fundação São Paulo (Fundasp) e vinculada à Mitra Arquidiocesana da cidade de São

Paulo. O campus de Perdizes, situado na rua Monte Alegre, é sede da universidade e local do XI Congresso Brasileiro de História da Educação (XI CBHE).

Em consonância com as últimas edições, o XI CBHE está estruturado em torno de conferências, mesas-redondas, comunicações coordenadas, comunicações individuais e minicursos, estruturados sob os seguintes eixos temáticos:

1. Políticas e instituições educativas

História e memória das instituições educativas e suas políticas públicas. Compreendem análises acerca dos processos de criação, institucionalização, expansão e cessação das instituições educativas, a atuação dos governos, as reformas educacionais, os modelos institucionais, as modalidades de ensino, bem como as políticas educacionais em âmbito internacional, nacional, estadual e municipal.

2. Intelectuais e projetos educacionais

Debruça-se sobre a trajetória e a produção dos intelectuais que atuaram no campo da educação, vinculando-os a projetos individuais ou coletivos, que se concretizaram (ou não) a partir de propostas de intervenção no mercado editorial, nas instituições educativas e culturais, nas políticas públicas.

3. Imprensa e impressos educacionais

Imprensa como instrumento para a reflexão crítica sobre a sociedade e suas transformações ao longo do tempo e como mecanismo de difusão das representações que circulam, competem e digladiam no espaço social em torno das propostas de educação e formação do cidadão. O percurso histórico de impressos e periódicos voltados para o campo educacional. Sujeitos e instituições na construção da imprensa e dos impressos educacionais. A imprensa informativa e seu papel na divulgação/ocultamento de ideologias e projetos educativos. A pesquisa comparada com impressos e periódicos educacionais, nas dimensões local, nacional e internacional.

4. Formação e profissão docente

Abrange pesquisas que se direcionam ao estudo da história da profissão docente, considerando as instituições de formação; as práticas e os conhecimentos profissionais. Histórias de vida e memórias da profissão docente; suas relações com as políticas, os sujeitos escolares e a sociedade.

5. Educação e gerações

Investigação histórica das relações geracionais nas dinâmicas sociais e/ou familiares de produção e transmissão do conhecimento. Relações geracionais no contexto escolar e/ou

em diferentes processos educadores. Relações geracionais, educação e disputas de poder. Dinâmicas educacionais constituidoras das relações geracionais, de classe, de gênero e/ou origem étnico-racial. Educação, relações geracionais e organização dos espaços públicos e/ou privados. Relações geracionais, corpo e educação.

6. Disciplinas escolares e ensino de História da Educação

História do ensino; História das disciplinas escolares; Políticas e estatutos destinados à organização de conhecimentos científicos oriundos tanto do poder estatal, quanto das esferas não governamentais (associações profissionais e movimentos sociais); História das propostas curriculares e dos currículos considerando os seus conteúdos, métodos de ensino, práticas pedagógicas (procedimentos didáticos, sistemas de avaliação, uso de materiais didáticos) no cotidiano escolar ou não escolar. Formas de apropriação dos saberes e dos conhecimentos científicos.

7. Patrimônio educativo, arquivos e acervos

Processos e práticas de guarda, seleção, catalogação e preservação de acervos escolares; Patrimônio educativo material e imaterial e sua importância para História da Educação; manejo de fontes documentais e arquivos; consolidação de centros de memória, museus educativos e pedagógicos; relações entre memória e História da Educação; História Oral e patrimônio histórico educacional; ações educativas em museus e relações com pesquisa e/ou ensino de História da Educação.

8. Teoria da História e historiografia da educação

As relações entre História, historiografia e educação. Aspectos teóricos e metodológicos da investigação histórica da educação. Discussões sobre fontes historiográficas. Os fundamentos da Ciência da História e a escrita da História da Educação. A formação do campo da História da Educação, seus desdobramentos e implicações para a produção do conhecimento histórico. Tendências da historiografia da educação na atualidade. A contribuição da perspectiva comparada para o avanço da História da Educação. Problemas e desafios para a investigação histórica da educação.

9. Educação profissional

Abrange pesquisas sobre origens e formas históricas de educação profissional (não restritas ao Brasil); história de instituições que mantêm ou mantiveram ensino de ofícios; história das profissões; função do ensino médio e separação histórica entre educação humanística e educação profissional; abordagens histórico-teóricas sobre a relação entre educação e trabalho e sobre valores e expectativas dos jovens ante a disjunção entre mundo da escola e mundo do trabalho.

10. Educação, movimentos sociais, etnias e gênero

Investigação de processos educativos envolvendo movimentos sociais, grupos étnicos/raciais e de gênero. Elementos políticos e pedagógicos vinculados à produção das desigualdades entre grupos sociais. Experiências de resistência e promoção da identidade de grupos étnicos/raciais, de gênero e movimentos sociais. Gênero, raça/etnia nas configurações da profissão docente. A educação e construção da diversidade cultural e étnico/racial da sociedade Brasileira.

11. Processos educativos e práticas de sociabilidade não escolares

Na interface entre Educação, História Cultural, Antropologia e Estudos Culturais, compreende estudos voltados para a dimensão histórica dos processos educativos não escolares, os múltiplos sentidos da educação e os saberes da experiência que perpassam diferenciados modos de aprender e ensinar ocorridos na tessitura da vida cotidiana, seja nas ruas, quintais, casas de ofício, igrejas, rituais, narrativas míticas entre incontáveis espaços e práticas de sociabilidades onde se forjam subjetividades.

Consideramos que o Estado Democrático de Direito requer o conhecimento, o consentimento e o cumprimento de normas legais que, expressando direitos e deveres, pretendem estruturar a convivência social. Para que isso ocorra, a educação, efetivada por meio da escola pública, gratuita e aberta a todos, é condição essencial para formação de uma sociedade democrática e solidária, que respeite à sensibilidade e à subjetividade humana. Porém, como conciliar esse processo de formação para a vida democrática e solidária em um mundo marcado pelo individualismo? Como seguir empunhando as bandeiras da liberdade, igualdade e fraternidade diante das demonstrações crescentes de xenofobia, racismo, misoginia e homofobia, entre tantas outras formas de preconceito? As contribuições da ciência, a reflexão sobre os aspectos culturais e educacionais que nos cercam em meio a pandemia, tematizados também pelos saberes histórico-educacionais, problematizam nossos fazeres, pesquisas e atuações profissionais. O tema central do evento “Cultura e Educação: memória e resistência” tensiona com os temas do presente, o passado educacional e apresentamos aqui as questões que nortearão os debates do XI CBHE.

O XI Congresso Brasileiro de História da Educação – Cultura e Educação: memória e resistência, que acontecerá pela primeira vez na cidade de São Paulo em julho de 2022 deve não apenas ser um evento em consonância com a qualidade das edições anteriores, mas que rememora e reforça o que nos identifica como pesquisadores comprometidos com a excelência acadêmica e com a construção de um espaço político de cooperação, solidariedade, justiça social, tolerância, indignação e inspiração para nossas lutas cotidianas. Ou seja, que possamos exercer aquilo que o aforismo gramsciano nos impele, mais uma vez: exercitemos o pessimismo da crítica e o otimismo da ação.

Comissão Organizadora do XI CBHE

■ INFORMAÇÕES GERAIS

Minicursos

O XI CBHE oferece como atividade pré-congresso 14 minicursos, organizados entre os dias 7 e 8 de julho. Com disponibilidade de 50 vagas, cada minicurso tem carga horária de 4 horas. As inscrições devem ser realizadas pela plataforma Even3 até dia 25/6, conforme Informe 2 encaminhado aos congressistas.

Plataformas de transmissão

A plataforma **EVEN3** será utilizada para transmissão da solenidade de abertura, conferências, mesas-redondas, painel de periódicos apresentação cultural e solenidade de encerramento. Ou seja, nesta plataforma ficarão concentradas as atividades abertas ao público em geral.

Já a plataforma **ZOOM** será utilizada para minicursos, lançamento de livros, roda de conversa dos pós-graduandos, comunicações coordenadas, comunicações individuais e assembleia geral. Será também utilizada excepcionalmente para a mesa-redonda 2, em razão da tradução simultânea. Ou seja, nesta plataforma ficarão concentradas as atividades de acesso restrito, disponível apenas aos inscritos no congresso. Os links para acessar as salas do Zoom estão disponíveis neste documento, juntamente com a programação de cada mesa ou comunicação.

Anais do Congresso

Neste documento estão disponibilizados a **Programação completa do evento e o Caderno de Resumos**. Todas as informações fornecidas, como título e ementa de cursos, dados dos livros a serem lançados, assim como os títulos e resumos dos trabalhos, são de responsabilidade dos autores, mas alguns erros de digitação e incorreções evidentes foram corrigidos. Os **Anais** com os trabalhos completos serão publicados posteriormente.

Certificados

Em até 30 dias após o término do congresso, os certificados de participação e coordenação das mesas enviados por e.mail.

Em caso de dúvidas, entre em contato com xicbhe@gmail.com.

PROGRAMAÇÃO GERAL

		07/07 QUINTA-FEIRA	08/07 SEXTA-FEIRA
10:00 – 16:00		Minicursos	Minicursos
11/07 SEGUNDA-FEIRA			
14:00	Solenidade de abertura		
15:00 – 16:00	Conferência de abertura		
17:00 – 18:30	Painel de periódicos		
19:00	Apresentação cultural		
	12/07 TERÇA-FEIRA	13/07 QUARTA-FEIRA	14/07 QUINTA-FEIRA
8:00 – 10:00	Comunicações Coordenadas	Comunicações Coordenadas	Comunicações Coordenadas
10:15 – 12:30	Mesa-Redonda	Mesa-Redonda	Mesa-Redonda
12:30 – 13:30	Almoço	Almoço	Almoço
13:30 – 15:30	Comunicações Individuais	Comunicações Individuais	Comunicações Individuais
15:30 – 15:45	Intervalo	Intervalo	Intervalo
15:45 – 18:00	Comunicações Individuais	Comunicações Individuais	-----
15:45	-----	-----	Resultado do concurso audiovisual
16:15	-----	-----	Conferência de encerramento
18:00 – 19:30	Lançamento de livros	-----	-----
18:30 – 20:00	-----	Assembleia Geral da SBHE	Solenidade de encerramento
19:30 – 20:30	Roda de conversa	-----	-----

Solenidade de abertura

11/07/22 | segunda-feira | 14:00

Link: <https://eventos.pucsp.br/xicbhe/>

Mestre de cerimônias: David Budeus Franco (IFSP)

- Maria Amália Pie Abib Andery (Reitora PUC-SP)
- Marcio Alves da Fonseca (Pró-Reitor PUC-SP)
- Madalena Guasco Peixoto (Diretora da Faculdade de Educação PUC-SP)
- Leda Maria de Oliveira Rodrigues (Coordenadora do PEPG EHPS PUC-SP)
- Rosa Fátima de Souza Chaloba (Presidente da SBHE)
- Daniel Ferraz Chiozzini (Coordenador da Comissão Local EHPS PUC-SP)
- Rosa Lydia Teixeira Corrêa (Coordenadora do GT02 – ANPED)
- Luciane Sgarbi Santos Grazziotin (Presidente da ASPHE)

Homenagem aos colegas acadêmicos: Dermeval Saviani

Conferência de abertura

11/07/22 | segunda-feira | 15:00-16:00

Link: <https://eventos.pucsp.br/xicbhe/>

Coordenador(a): Rosa Fátima de Souza Chaloba (UNESP)

Cultura e educação: memória e resistência

Marilena Chaui (USP)

Painel de periódicos

11/07/22 | segunda-feira | 17:00-18:30

Link: <https://eventos.pucsp.br/xicbhe/>

Coordenador(a): Katya Braghini (PUC-SP)

Periódicos especializados na História da Educação: autores e leitores na construção e divulgação do conhecimento

- Cláudia Engler Cury (Editora-Chefe da Revista Brasileira de História da Educação - SBHE)
- Cláudio de Sá Machado Junior (Editor da Revista de História e Historiografia da Educação)
- Décio Gatti Junior (Editor dos Cadernos de História da Educação do NEPHE/UFU)

- Doris Bittencourt Almeida (Editora da Revista História da Educação - ASPHE)
- Olívia Morais de Medeiros Neta (Editora da History of Education in Latin America)

Apresentação cultural

11/07/22 | segunda-feira | 19:00

Link: <https://eventos.pucsp.br/xicbhe/>

Coordenador(a): TV PUC-SP

- Luana Alves de Oliveira (EMEF Paulo Duarte, 1º lugar na 7ª Edição do Slam Interescolar de São Paulo 2021)
- Andreia Dias
- Alfredo e Regionais
- Filpo e a Feira

Roda de conversa

12/07/22 | terça-feira | 19:30-20:30

Link: <https://us06web.zoom.us/j/86985623241>

Coordenador(a): Cristiane Regina Fairbanks de Sá (PUC-SP)

Cenário discente na pós-graduação

Cássio Borges (Associação Nacional de Pós-Graduandos – ANPG – UFPI)

Cristiane Regina Fairbanks de Sá (Associação de Pós-Graduandos – APG – PUC-SP)

Kellwin Augusto Leray (Associação de Pós-Graduandos – APG – PUC-SP)

Assembleia geral

13/07/22 | quarta-feira | 18:30-20:00

Link: <https://us06web.zoom.us/j/81750808026>

Coordenador(a): Rosa Fátima de Souza Chaloba (UNESP)

Sociedade Brasileira de História da Educação – SBHE

Resultado do concurso

14/07/22 | quinta-feira | 15:45

Link: <https://eventos.pucsp.br/xicbhe/>

Coordenador(a): Rubia-Mar Nunes Pinto (UFG)

Resultado e premiação do I Concurso Audiovisual da SBHE

Conferência de encerramento

14/07/22 | quinta-feira | 16:15

Link: <https://eventos.pucsp.br/xicbhe/>

Coordenador(a): Antônio Carlos Ferreira Pinheiro (UFPB)

Contribuições da História da Educação para pensar o Brasil

Luciano Mendes Faria Filho (UFMG)

Solenidade de encerramento

14/07/22 | quinta-feira | 18:30-20:00

Link: <https://eventos.pucsp.br/xicbhe/>

Coordenador(a): Diretoria da SBHE

Avaliação e balanço do XI Congresso Brasileiro de História da Educação – CBHE

Katya Braghini (PUC-SP)

Mauro Gonçalves Castilho (PUC-SP)

MESAS-REDONDAS

MESA 1: República, reformismo e educação

 12/07/22 | terça-feira  10:15-12:30

 <https://eventos.pucsp.br/xicbhe/>

Coordenador(a): Daniel Ferraz Chiozzini

Resumo: Debater a gênese e desenvolvimento do reformismo educacional, instrumento de reforma social, considerando o ideário iluminista e experiências históricas.

- Prof. Dr. Norberto Dallabrida (Udesc)
- Prof. Dr. Carlos Roberto Jamil Cury (PUC-MG)
- Prof. Dr. João Ferreira de Oliveira (UFG)

MESA 2: Políticas na Escola e na Ciência: memória(s) e resistência(s)

 13/07/22 | quarta-feira  10:15-12:30

 <https://us06web.zoom.us/j/83775674638>

Coordenador(a): Terciane Ângela Luchese

Resumo: Debater os diferentes usos que a produção do conhecimento pode ter, seja no âmbito acadêmico, seja em âmbito escolar. As relações de poder e disputa, para além do processo de produção do conhecimento em si, se estendem para seu processo de rememoração, desencadeando lutas de representação e incidindo sobre ações de resistência.

- Profa. Dra. Circe Bittencourt (USP)
- Profa. Dra. Marilene Correa da Silva Freitas (UFAM /Jornal da Ciência - SBPC)
- Prof. Dr. Laurent Gutierrez (Université Paris Nanterre)

MESA 3: Autoritarismo e educação: a escola ameaçada

 14/07/22 | quinta-feira  10:15-12:30

 <https://eventos.pucsp.br/xicbhe/>

Coordenador(a): Silvia Helena Andrade de Brito

Resumo: Debater historicamente a relação do autoritarismo na educação em diversas instâncias, como legislação, políticas, trabalho escolar etc., tanto no Brasil como na América Latina, com ênfase no período contemporâneo.

- Prof. Dr. Rodrigo Patto Sá Mota (UFMG)
- Profa. Dra. Sofia Lerche Vieira (UECE)
- Prof. Dr. José Antônio Miranda Sepúlveda (UFF)

LANÇAMENTO DE LIVROS

📅 12/07/22 | terça-feira 🕒 18:00-19:30

🖱️ <https://us06web.zoom.us/j/85155541031>

Coordenador(a): Kazumi Munakata (PUC-SP)

Livros da comunidade de História da Educação (2019-2022) e Coleções da SBHE

- Kazumi Munakata (PUC-SP)
- Carlota Boto (USP)
- Gizele Souza (UFPR)

SALA 1 | Coordenador(a): Carlos Eduardo Vieira

Título	Autor(es)/Organizador(es)/Editor(es)
Jardim secreto: educação como desejo de liberdade na diáspora africana	Alexandra Lima da Silva
História da Educação: democracia e diversidade cultural	Carlos Eduardo Vieira
Subalternidade e opressão sociorracial: questões para a historiografia da educação latino-americana	Cynthia Greive Veiga Jézio Hernani Bomfim Gutierre (editor) Leandro Rodrigues (editor)
Alteridades e desigualdades das práticas educativas	Elizabeth Figueredo de Sá Joaquim Pintassilgo César Augusto Castro

SALA 2 | Coordenador(a): Ione Celeste Jesus de Sousa

Título	Autor(es)/Organizador(es)/Editor(es)
Instituto Santo Antônio do Prata (1898-1921): missionários capuchinhos e a educação de meninas índias no município de Igarapé-Açú, Pará	Gercina Ferreira da Silva
Lepra e educação: labirintos da memória e experiências da internação no Lazaropolis de Marituba no Pará de 1940 a 1970	Moisés Levy Pinto Cristo Maria do Perpétuo Socorro Gomes de Souza Avelino de França
Escolas ao povo! Ingênuos, presos e trabalhadores na escolarização baiana, 1870-1890	Ione Celeste Jesus de Sousa Murilo Campos (editor)
Judith Tranjan, metodismo e história: a missão de educar crianças, professores e mulheres nas igrejas	Priscila de Araujo Garcez
Educação não escolar: religiosidade e modos de fazer de uma curadora	Marcio Barradas Sousa Maria Betânia Barbosa Albuquerque

SALA 3 | Coordenador(a): Josefa Eliana Souza

Título	Autor(es)/Organizador(es)/Editor(es)
Independência e instrução no Brasil: história, memória e formação (1822-1972)	Aline de Moraes Limeira Edgleide Clemente José Gondra
Uma casa de educação literária: 150 anos do Atheneu Sergipense	Eva Maria Siqueira Alves João Paulo Gama Oliveira Rosemeire Marcedo Costa
Múltiplos objetos e escritas na História da Educação: contribuições para a compreensão da cultura educacional brasileira. v. 1	Josefa Eliana Souza Joaquim Tavares da Conceição
Múltiplos objetos e escritas na História da Educação: nas pesquisas do GREPHES e do GEPHED. v. 2	Josefa Eliana Souza Joaquim Tavares da Conceição
A educação nos projetos de Brasil: espaço público, modernização e pensamento histórico e social brasileiro nos séculos XIX e XX	Elaine Aparecida Teixeira Pereira Luciano Mendes de Faria Filho Maria das Dores Daros Raylane Andreza Dias Navarro Barreto Betânia Figueiredo (editora)

SALA 4 | Coordenador(a): Rosa Fátima de Souza Chaloba

Título	Autor(es)/Organizador(es)/Editor(es)
História da educação rural na América Latina: relações entre Brasil e México (1940-1950)	Rony Rei do Nascimento Silva
Ruralização do ensino: as ideias em movimento e o movimento das ideias (1930-1950)	Agnes Iara Domingos Moraes
Histórias e memórias de professoras primárias de escolas rurais multisseriadas	Márcia Marlene Stentzler Claudia Sena Lioti
Retratos da escola no meio rural	Anaete Regina Schelbauer Raylane Andreza Dias Navarro Barreto Rosa Fátima de Souza Chaloba

SALA 5 | Coordenador(a): Terciane Ângela Luchese

Título	Autor(es)/Organizador(es)/Editor(es)
A educação soviética	Marisa Bittar Amarílio Ferreira Jr.
Escola Nova em circuito internacional: cem anos da New Education Fellowship	Rafaela Silva Rabelo Diana Gonçalves Vidal
A Escola de Aperfeiçoamento de Belo Horizonte	Wojciech Andrzej Kulesza
Irmãos Koch, think tank, coletivos juvenis. A atuação da rede libertariana sobre a educação	Carolina Rieger Massetti Schiavon Marco Pace (editor)
Novas viagens pedagógicas: memórias e relatos de professores em formação	Maria José Dantas Solyane Silveira Lima
Migrações e História da Educação: saberes, práticas e instituições, um olhar transnacional	Terciane Ângela Luchese Alberto Barausse Anna Ascenzi Roberto Sani

SALA 6 | Coordenador(a): Kênia Hilda Moreira

Título	Autor(es)/Organizador(es)/Editor(es)
Impressos que educam (v. 1)	Kênia Hilda Moreira Ana Maria de Oliveira Galvão
A circulação dos livros escolares franceses no Maranhão Império (1822-1889)	Samuel Luis Velázquez Castellanos
Educação e imprensa: Folha da Serra - Revista Mensal Ilustrada (Sul de Mato Grosso, década de 1930)	Eglem de Oliveira Passone Kênia Hilda Moreira
Coleção Atualidades Pedagógicas: do projeto político ao projeto editorial (1931-1981)	Maria Rita de Almeida Toledo
Uma década de Prosa: impressos e impressões da professora e jornalista Maria Mariá (1953-1959)	Hebelyanne Pimentel da Silva Cleudene de Oliveira Aragão (editora)
As aventuras de Telêmaco na Paraíba Oitocentista	Hélcia Macedo de Carvalho Diniz e Silva

SALA 7 | Coordenador(a): Cesar Augusto Castro

Título	Autor(es)/Organizador(es)/Editor(es)
Leis da instrução no Maranhão República (1892-1930)	Cesar Augusto Castro
Leis e Regulamentos da Instrução Pública no Maranhão Império (1835-1889) - Volume I	Cesar Augusto Castro
Decreto da instrução pública no Maranhão República (1890-1935) - Volume III	Cesar Augusto Castro
Educação e infância na Amazônia Seiscentista	Jane Elisa Otomar Buecke
História da Educação na Amazônia Colonial: instituições e práticas educativas	Maria Betânia B. Albuquerque Maria do Perpétuo Socorro Gomes de Souza Avelino de França Jane Elisa Otomar Buecke
Império Português - Diálogos sobre História e Educação do século XV ao XVIII	Célio Juvenal Costa Luciana de Araujo Nascimento Guaraldo Sezinando Luiz Menezes

SALA 8 | Coordenador(a): Norberto Dallabrida

Título	Autor(es)/Organizador(es)/Editor(es)
A escola da juventude paulista: a expansão dos ginásios públicos e o campo político no Estado de São Paulo (1947-1963)	Carlos Alberto Diniz
Vocacional: uma aventura humana?	Sandra Machado Lunardi Marques
“Brechas no monólito educacional”: classes secundárias experimentais e inovação do ensino secundário nos anos de 1950 e 1960	Norberto Dallabrida
Implantação e expansão regional do ensino secundário brasileiro - Vol. 1	Eurize Caldas Pessanha Fabiany de Cássia Tavares Silva
Implantação e expansão regional do ensino secundário brasileiro - Vol. 2	Rosa Fátima de Souza Chaloba Norberto Dallabrida Eurize Caldas Pessanha Horacio Porto Filho (editor)
Expansão da educação secundária em Pernambuco: atores políticos e a interiorização dos ginásios públicos (1948-1963)	Kalline Laira Lima dos Santos

SALA 9 | Coordenador(a): Carlota Boto

Título	Autor(es)/Organizador(es)/Editor(es)
Educação e ética na modernidade: uma introdução	Carlota Boto Marco Pacce (editor)
Espaço e lugar privilegiado para formação de professores: Instituto de Educação “Fernando Costa” (1953-1975): Education Institute “Fernando Costa” (1953-1975)	Aline de Novaes Conceição
Um mar de escolas: mergulhos na História da Educação	Aline de Moraes Limeira Paula Leonardi Alexandra Lima
A História da Educação no projeto de formação de professoras a partir de 1930 no Brasil: os manuais de Afrânio Peixoto e Theobaldo Miranda Santos	Roberlayne de Oliveira Borges Roballo
Da monumentalidade à demolição - O prédio do Jardim da Infância anexo à Escola Normal de São Paulo (1896-1939)	Sandra Aparecida Melro Salim
Entre livres e oficiais: a expansão do Ensino Normal em São Paulo (1927-1933)	Leila Maria Inoue Mariângela Spotti Lopes Fujita (editora)

SALA 10 | Coordenador(a): Marcus Aurelio Taborda de Oliveira

Título	Autor(es)/Organizador(es)/Editor(es)
Políticas de la imagen y de la imaginación en el peronismo. La radioenseñanza y la cinematografía escolar como dispositivos pedagógicos para una Nueva Argentina	Eduardo Galak Iván Orbuch
Novos diálogos sobre a história da educação dos sentidos e das sensibilidades	Katya Braghini Kazumi Munakata Marcus Aurelio Taborda de Oliveira Thiago Pacheco Ferreira (editor)
Corpos, natureza e sensibilidades em perspectiva transnacional	Marcus Aurelio Taborda de Oliveira Meily Assbú Linhales Maria Elisa Meirelles (editora)
Eu cresci na ditadura: memórias do corpo, do trabalho, da formação	Marcus Aurelio Taborda de Oliveira Maria Elisa Meirelles (editora)
CCC - Comando de Caça aos Comunistas - Do Estudante ao Terrorista (1963-1980)	Danielle Barreto Lima

SALA 11 | Coordenador(a): Luiz Eduardo Oliveira

Título	Autor(es)/Organizador(es)/Editor(es)
O infiltrado: Benedicto Galvão a trajetória do primeiro presidente negro da OAB/SP (1881-1943)	Keila da Silva Santos Rodrigues
“Os intelectuais em contextos nacionais e internacionais”: educação, intervenções culturais – Vol. II	Claudio Suasnábar Maria Julieta Weber Natália C. de Oliveira
Educadores paulistas: histórias de vida e ações no âmbito educacional	Lis Angelis Padilha de Menezes Luzia Rizzoli (editora)
Antonio Carneiro Leão: e o ensino de línguas estrangeiras no Brasil	Jonathas de Paula Chaguri
A língua do outro: ensaios sobre ensino, literatura e cultura de língua inglesa no Brasil	Luiz Eduardo Oliveira Margareth Graciano (editora)
Entre o Brasil e os Estados Unidos: intelectuais, ideias e projetos de educação (1927-1935)	Ana Cristina Santos Matos Rocha

SALA 12 | Coordenador(a): Cynthia Greive Veiga

Título	Autor(es)/Organizador(es)/Editor(es)
História da Educação, memória e sociedade	Alessandra Cristina Furtado Magda Sarat Rosemeire de Lourdes Monteiro Ziliani
Historiografia da educação: abordagens teóricas e metodológicas	Cynthia Greive Veiga Marcus Aurelio Taborda de Oliveira
Sobre histórias da educação em Pernambuco	Adlene Silva Arantes Fabiana Cristina da Silva Maria Betânia e Silva Shirleide Pereira da Silva Cruz Ana Maria de Oliveira Galvão
5 gerações de historiadores da Educação	Antonio Carlos Ferreira Pinheiro
Pontos de vista: histórias na educação	Alexandra Lima Aline de Moraes Limeira Paula Leonardi
História da Educação: formação docente e a relação teoria-prática	Surya Aaronovich Pombo de Barros Ariadne Lopes Ecar

SALA 13 | Coordenador(a): José Edimar de Souza

Título	Autor(es)/Organizador(es)/Editor(es)
Conhecimento escolar e luta de classes	Dermeval Saviani Newton Duarte Flávio Baldy dos Reis (editor)
Pedagogia histórico-crítica, quadragésimo ano: novas aproximações	Dermeval Saviani Flávio Baldy dos Reis (editor)
As peculiaridades da Confederação Operária Brasileira (1906-1920)	Alessandro Cardoso Ribeiro
O ensino público no Congresso Nacional: de uma breve notícia a uma edição comentada	Rosana Areal de Carvalho Raphael Ribeiro Machado Maria Clara Cobucci Soares de Moura Renato Pinto Ribeiro (editor)
Grupos Escolares no Rio Grande do Sul: escolarização primária em perspectiva regional no século XX	José Edimar de Souza
A participação da sociedade civil na construção do Plano Municipal de Educação de Abaetetuba-PA	Jefferson Felgueiras de Carvalho
Construtivismo em alfabetização: implementação e consolidação desse referencial teórico na rede municipal de ensino de São Paulo (1985-1996)	Diego Benjamim Neves



MINICURSOS

PROGRAMAÇÃO DOS MINICURSOS

50 vagas por curso

Carga horária: 4 horas | 10:00 às 12:00 – 14:00 às 16:00

Data	Título	Coordenador(a)
07/07/22 Quinta-feira	<u>Revista do Ensino e Jornal Aurora Fluminense: um comparativo e análise sobre diferentes impressos (1828-1930)</u>	Monique Adrielle Silva (UFU), Alzenira Francisca de Azevedo (UFU)
	<u>Breve história da escola soviética</u>	Marisa Bittar (UFSCar), Amarilio Ferreira Jr. (UFSCar)
	<u>O ensino de História: teoria e prática</u>	Jocyleia Santana Santos (UFT)
	<u>Arquivos e fontes para a História da Educação no período moderno</u>	Thais Nívia de Lima e Fonseca (UFMG), Ana Cristina Pereira Lage (UFVJM), Kelly Lislie Julio (UFSJ)
	<u>Historiografia da educação brasileira: o eurocentrismo em questão</u>	Cynthia Greive Veiga (UFMG)
	<u>História dos conceitos: possibilidades para a escrita da História da Educação</u>	Carlos Eduardo Vieira (UFPR)
	<u>História dos intelectuais da educação: possibilidades de investigação entre Portugal e Brasil</u>	Daniel Ferraz Chiozzini (PUC-SP), Kadine Teixeira Lucas (Univ. de Lisboa), Amanda Haydn (PUC-SP)
08/07/22 Sexta-feira	<u>Fotografia, infância e memória: tecendo os fios da (auto)biografia</u>	Maíra Lewtchuk Espindola (UFPB), Amanda Sousa Galvíncio (UFPB)
	<u>Perspectivas de pesquisa em História da Educação: nas trilhas do fazer histórico</u>	Itacyara Viana Miranda (UFPB), Nayana Rodrigues Cordeiro Mariano (UFPB), Vivia de Melo Silva (UFPB)
	<u>(Des)Arquivar: diários, cadernos, cartas e agendas na pesquisa em História da Educação</u>	Doris Almeida (UFRGS), Maria Teresa Santos Cunha (UDESC), Maria Celi Chaves Vasconcelos (UERJ)
	<u>Contribuição para uma possível História das Ciências e do seu ensino</u>	Kazumi Munakata (PUC-SP), Wiara Rosa Rios Alcântara (UNIFESP)
	<u>(Com)Partilhar perspectivas teóricas e (dis) sabores da labuta para organização/manutenção de acervos escolares: o caso do Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense (Cemas)</u>	João Paulo Gama Oliveira (UFS), Eva Maria Siqueira Alves (UFS), Rosemeire Marcedo Costa (UFS), Simone Paixão Rodrigues (UFS)
	<u>História da Educação no tempo presente: perspectivas de um tempo vivo</u>	Jane Santos da Silva (UNIRIO)
	<u>Foucault, historiografia e História da Educação</u>	José Gonçalves Gondra (UERJ)

■ EMENTA DOS MINICURSOS

Revista do Ensino e Jornal Aurora Fluminense: um comparativo e análise sobre diferentes impressos (1828-1930)

 07/07/22 | quinta-feira

 10:00 às 12:00  <https://us06web.zoom.us/j/85621803857>

 14:00 às 16:00  <https://us06web.zoom.us/j/84568992757>

Coordenadoras: Monique Adrielle Silva (UFU), Alzenira Francisca de Azevedo (UFU)

Considerando as pesquisas feitas ao longo do curso de doutorado em educação, temos como proposta de minicurso trabalhar com impressos em diferentes espaços de tempo e lugar. Como intuito demonstrar análise de fontes para pesquisa que específicas ou não para investigação do campo educacional são reveladoras das emergências que mediatizaram sua necessidade. Visando um recorte em aportes de comunicação entendidos como relevantes para o período em que foram vigentes, bem como, vislumbrar por meio de suas propagandas, textos, transcrição de discursos demonstrar as necessidades de mudanças na instrução pública. O estudo ao sinalizar o período regencial nos permite verificar que há inúmeras fontes para a pesquisa no campo da História da Educação. Por se tratar de um período conturbado, há muito ainda para compreendermos sobre as ocorrências que afetavam as questões educacionais. Pretende-se fazer uma análise do pensamento educacional de Evaristo Ferreira da Veiga, divulgado no jornal Aurora Fluminense. Busca-se visualizar e levantar elementos para a compreensão do período regencial (1831-1840) como um momento de manifestação política que influenciou o pensamento educacional do Brasil. Nesse sentido, ao se utilizar dessa fonte jornalística consideramos como instrumento social que representou os interesses individuais e coletivos do período regencial e demandas políticas estruturadas no corpo social, político, econômico e cultural do Brasil. Temos o entendimento de que ao demonstrar o caráter educativo de fontes consideradas informais para a pesquisa em história da educação no Brasil, consideram-se estas como ferramentas sociais que foram na representação de interesses do grupo dirigente daquele período. Iremos trazer

como discussão já no século XIX a Revista do Ensino que na época surgiu como um órgão oficial do governo na qual tinha o intuito de discutir sobre as reformas no ensino no estado. Dessa maneira, esse minicurso tem como objetivo apresentar dois impressos de diferentes momentos históricos de onde emergiram necessidades educacionais específicas, a partir de sua divulgação nos estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro. Sinalizasse como proposta principal a construção histórica da formação da sociedade no período entre os anos de 1828 a 1930. Os objetivos específicos são como podemos trabalhar com categorias de análises para compreender e analisar impressos como fontes de pesquisas, entender como podemos encontrar diferentes sujeitos que influenciaram esse meio da instrução no país. Como metodologia iremos trazer a imprensa periódica, assume papel relevante nas pesquisas em torno da história educacional, tendo ou não essa especificidade, pois pode possibilitar o acesso às análises dos problemas enfrentados em determinado momento da história do país. Também possibilita a análise das formas de relações sociais vigentes, determinada que esta pela interpretação de personagens que viveram no período histórico em que elas ocorreram. Quanto ao conteúdo a ser trabalhado ao longo do curso será de trazer o Jornal Aurora Fluminense em suas questões políticas e o pensamento educacional como meio de trabalhar o homem necessário, por meio da formação de uma opinião pública. Posteriormente, a indagação que apareceu fortemente foi a necessidade da instrução para a sociedade expressas pela Revista do Ensino nos anos de 1925.

Breve história da escola soviética

 07/07/22 | quinta-feira

 10:00 às 12:00  <https://us06web.zoom.us/j/85621803857>

 14:00 às 16:00  <https://us06web.zoom.us/j/84568992757>

Coordenadores: Marisa Bittar (UFSCar), Amarilio Ferreira Jr. (UFSCar)

Baseado em pesquisa financiada pelo CNPq e realizada nos arquivos do Instituto de Educação da Universidade de Londres/UCL, em 2019, este minicurso oferecerá um panorama sobre a construção e as principais características da escola soviética (1917-1991) com dois objetivos: 1. Contribuir para o conhecimento da política educacional da Revolução Russa de 1917; 2. Apresentar os pontos centrais sobre os quais se edificou e funcionou a escola soviética já que no Brasil o pensamento pedagógico da Revolução é razoavelmente conhecido, mas a escola soviética permanece como terra incógnita. Para preencher essa lacuna, buscamos conhecer a escola por dentro assim como o seu funcionamento como

resultado das relações entre ela, o poder soviético, as instituições extraescolares e a família. O curso se beneficiará de fontes que consultamos nas Special Collections/UCL, dentre as quais: diários de viagens de educadores britânicos à União Soviética desde a década de 1920; fotografias de aulas, estudantes, escolas, atividades físicas e artísticas desenvolvidas pela escola e pelas instituições extraescolares; artigos da Revista Soviet Education (1959-1991). Além desse rico acervo em língua inglesa, contamos também com a nossa própria experiência de termos vivido e estudado na União Soviética. Para atender aos objetivos da XI CBHE cujo tema será “Cultura e Educação: memória e resistência”, o minicurso refletirá sobre o termo “resistência” relacionando-o ao cenário da Revolução Bolchevique, uma revolução anticapitalista, inspirada no marxismo, observando até que ponto foi possível praticar a resistência anticapitalista na primeira revolução de caráter proletário da história em um país no qual o analfabetismo chegava a quase 90% da população e no qual as forças produtivas se encontravam em baixo estágio de desenvolvimento. O que a Revolução Bolchevique herdou do regime anterior e como foi possível construir uma escola para todas as crianças e jovens em contexto tão adverso e impensado pelos formuladores do marxismo no século XIX? Em termos teóricos, é possível afirmar que inicialmente coabitou uma mediação entre o velho e o novo? Se sim, que elementos foram esses? Após esse tópico, o minicurso tratará da escola real construída pela Revolução Socialista, com suas características fundamentais: obrigatoriedade; gratuidade; laicidade; importância dos professores; instrução para o trabalho (“trabalho útil”, conforme documentos); “socialização política”; escola de cultura; educação intelectual indissociável da educação física. O minicurso apresentará a metodologia de ensino adotada na escola soviética: esforço individual no processo da aprendizagem, diligência, disciplina, preparo para os rígidos exames de avaliação. Mostrará também o papel exercido pelas instituições extraescolares no auxílio à “socialização política” e na aprendizagem a fim de que todos os alunos conseguissem avançar nas etapas seguintes de escolaridade. Essas organizações foram: Pioneiros (organização dos adolescentes) e Komsomol (Organização da Juventude). Finalmente, o minicurso mostrará que a escola soviética chegou defasada à década de 1980, quando a revolução tecnológica no Ocidente estava em ascensão, e focalizará a relação entre a crise do sistema soviético, evidenciada pela Perestroika, isto é, as proposições de Mikhail Gorbachev para “humanizar e democratizar o socialismo”, e a escola. Que papel desempenhou a escola soviética na desintegração da União soviética, em 1991?

O ensino de História: teoria e prática



07/07/22 | quinta-feira



10:00 às 12:00  <https://us06web.zoom.us/j/85621803857>



14:00 às 16:00  <https://us06web.zoom.us/j/84568992757>

Coordenadora: Jocyleia Santana Santos (UFT)

O minicurso tem por objetivo apresentar uma discussão teórica sobre o Ensino de História, e expor metodologias para o referido ensino na Educação Básica. Os conteúdos a serem tratados no minicurso versarão sobre: Percurso Histórico do Ensino de História no Brasil; O Ensino de História; Metodologia de Ensino de História; Indicadores de compreensão dos elementos históricos com base em Schmidt e Cainelli, (2004) e O fazer pedagógico da História Oral como metodologia de ensino. Conhecer os caminhos do Ensino de História pode promover um maior amadurecimento nas alterações acerca dos currículos e seus objetivos. Bittencourt (2009), Sousa e Pires (2010) reforçam que o Ensino de História abre, ainda, ao historiador e/ou professor a probabilidade de perceber que o ensino acadêmico influencia o escolar e vice-versa e que, havendo maior consciência disso e diálogo, os dois campos do conhecimento serão beneficiados com professores mais qualificados e um ensino de qualidade nas escolas. A metodologia utilizada para exposição dos conteúdos será a socialização e discussão em grupo, momentos de debates e oficina, uma vez que os cursos serão realizados de forma on line. O tempo de duração do minicurso será de 4 horas, dividido em dois momentos de duas horas. Para subsidiar as discussões serão utilizadas as reflexões dos seguintes autores: Le Goff (1990), Burke (1992), Prins (1992), Nadaí (1993), Nora (1993), Fonseca (1993, 2003, 2008), Nikitiuk (1996), Meihy (1996, 2006), Portelli (1997, 2000), Veyne (1998), Ferreira, Fernandes e Alberti (2000), Thomson (2000), Joutard (2000), Cabrini (2004), Gusmão (2004), Schmidt e Cainelli (2004), Guimarães (2005), Neto (2005), Cruz (2005), Franco e Venera (2007), Zamboni (2007, 2010), Schmidt (2008, 2012), Bittencourt (2008, 2009, 2011), Prinsky (2010), Sousa e Pires (2010), Fonseca (2011), Beserra (2011), Santana e Medeiros (2013) e Silva (2010, 2013). A proposta do minicurso tem a história como ponto central das discussões e, de acordo com a perspectiva de Vasconcelos (2007), que afirma que a história é a base de todo conhecimento que a humanidade produz. Com a história, conhece-se, respondem-se dúvidas, solucionam-se problemas, buscam-se as raízes de determinadas vivências, descortinam-se possibilidades e podem-se trazer à tona verdades estancadas. Burke (1992, p.11) afirma que “tudo tem uma história”. Além disso, pode-se também entender as causas e os efeitos de situações vivenciadas atualmente, por meio da análise histórica de fatos anteriores. Para Burke (1992), o passado pode ser aceito como uma construção cultural, portanto, sujeito às modificações próprias do tempo e espaço vividos. E, no percurso da história, encontra-se a história oral, em que a transmissão de conhecimento por meio da oralidade é uma prática humana. Ao retratar a riqueza da história oral, Joutard (2000, p.32) proclama uma expressão de Jorge Amado: “não me acho um escritor tão bom assim, mas sou um excelente tradutor da linguagem oral do povo da Bahia”. Ele expressa a beleza das histórias vividas, repassadas e recontadas o que, sem a história oral, não seria possível.

Arquivos e fontes para a História da Educação no período moderno

 07/07/22 | quinta-feira

 10:00 às 12:00  <https://us06web.zoom.us/j/85621803857>

 14:00 às 16:00  <https://us06web.zoom.us/j/84568992757>

Coordenadoras: Thais Nívia de Lima e Fonseca (UFMG), Ana Cristina Pereira Lage (UFVJM), Kelly Lislie Julio (UFSJ)

Este minicurso é proposto pelo Grupo de Pesquisa Cultura e Educação nos Impérios Ibéricos - CEIbero (<https://ceibero.wordpress.com/>) e objetiva discutir a noção de arquivo, além de apresentar os possíveis usos de fontes para a História da Educação no período moderno, do século XVII às primeiras décadas do século XIX. No século XVIII, a educação pode ser definida como: “criação, ensino para a direção dos costumes” (BLUTEAU, 1712, p.13). Este mesmo autor define a escola, como “a casa, onde os meninos aprendem a ler, escrever e contar” (BLUTEAU, 1712, p. 216). Neste sentido, as especificidades ensinadas na escola se limitam mais ao instrucional, sendo que a educação teria uma noção mais ampliada conduzindo à formação, podendo acontecer na escola ou em ambientes não escolares (como a família, a Igreja, o exército, a oficina etc.). Pretendemos explorar as possibilidades do uso das fontes para a investigação de diversas instituições e práticas educativas do período, dos sujeitos nelas envolvidos, das redes sociais nas quais estiveram conectadas. Nesta proposta de minicurso partimos de uma discussão conceitual sobre arquivo, aqui compreendido enquanto um conjunto documental gerado por uma instituição pública ou privada no decorrer de suas funções (ARQUIVO NACIONAL, 2005). A partir desta definição pretendemos apresentar alguns arquivos brasileiros e portugueses que possuem acervos documentais que têm sido explorados pelos pesquisadores da História da Educação. Além disso, buscaremos apresentar uma discussão acerca de fontes, que podem ser textos escritos (manuscritos ou impressos), iconográficos e ainda pertencentes à cultura material. É necessário apontar que um documento representa um determinado discurso de um indivíduo ou grupo social de um determinado tempo e espaço. Salientamos que a fonte não é isenta de subjetividade, de intenções e manipulações para apresentar um discurso. Sabemos que todo documento apresenta limites e cabe ao historiador da educação realizar uma avaliação crítica para realizar a análise documental. Por fim, serão apresentadas algumas fontes possíveis para a escrita da história da educação para o período analisado e produzidos por diferentes sujeitos, tais como aquelas de natureza administrativa, como também inventários, testamentos, biografias, autobiografias etc.

Historiografia da educação brasileira: o eurocentrismo em questão

 07/07/22 | quinta-feira

 10:00 às 12:00  <https://us06web.zoom.us/j/85621803857>

 14:00 às 16:00  <https://us06web.zoom.us/j/84568992757>

Coordenadora: Cynthia Greive Veiga (UFMG)

O objetivo do minicurso é apresentar algumas questões teóricas e conceituais de modo a contribuir para um debate crítico sobre o paradigma eurocêntrico na escrita da história da educação Brasileira. Pretende-se problematizar a tradição e a permanência do uso de conceitos advindos da experiência europeia na construção da história da educação local, na definição de objetos e sujeitos de pesquisa. O curso é desenvolvido em estudos teóricos, com a apresentação de alguns autores referências no debate. A principal noção a ser discutida é a de eurocentrismo, na perspectiva da ascendência política e cultural de Europa sob outras localidades, da elaboração do mito civilizacional e, portanto, da fixação de valores e conceitos que geraram o entendimento de uma história da educação vista do “ocidente”. Pretende-se indagar também sobre o enraizando de um “ocidentalismo” silencioso na tradição historiográfica da educação em diferentes vertentes (positivismo, marxismo, anuais, história social). Outro conceito é o de modernidade na perspectiva eurocêntrica, que naturalizou a ideia da modernidade como uma invenção europeia, sustentada pela marginalização, inferiorização e subalternização de outros povos, culturas e saberes. No âmbito dessa discussão destaca-se a proposição de Quijano (2005) ao indicar a divisão racial do trabalho como característica central da modernidade inaugurada. Ambos os conceitos, eurocentrismo e modernidade eurocêntrica, contribuem para pensar em que medida a sua presença na historiografia da educação Brasileira interferiu na estruturação de uma escrita que de modo geral, e durante longo tempo, privilegiou o enfoque na história da escola regular e na população branca. Não está sendo desconsiderado a ampliação recente de estudos relativos a população afrodescendente e outros modos de educação, mas busca-se problematizar as dinâmicas relacionais constituidoras da tradicional e naturalizada desigualdade da oferta escolar no Brasil, que poderíamos denominar de divisão racial da educação, seguindo Quijano (2005). Por sua vez, questiona-se o pouco conhecimento histórico das educações e processos escolarizadores dos povos originários, ainda hoje nomeados como índios. A análise desses conceitos será feita levando-se em consideração três orientações intelectuais: o grupo indiano dos “estudos subalternos”; os estudos anglo-saxônicos da Global History; e o grupo Modernidade/colonialidade ou estudos decoloniais formado por intelectuais latino-americanos.

Bibliografia:

BALESTRIN, Luciana. América latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 11, Brasília, maio-agosto de 2013.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *O índio Brasileiro e a revolução francesa: as origens Brasileiras da teoria da bondade natural*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000 [1937].

LANDER, Edgardo (org.) *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: Clacso, 2005.

PACHECO, Perla. Hacia una nueva historia global no eurocêntrica: un balance crítico, Transhumante. *Revista Americana de Historia Social* 9, p.144-165, 2017.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e America Latina. In LANDER, Edgardo (org.) *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Colécion Sur Sur, Clacso, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, setembro, 2005.

SETH, Sanjay. Razão ou Raciocínio? Clio ou Shiva?. Ouro Preto: *Revista de História da Historiografia*, nº 11, 2013, p.173-189.

História dos conceitos: possibilidades para a escrita da História da Educação



07/07/22 | quinta-feira



10:00 às 12:00  <https://us06web.zoom.us/j/85621803857>




14:00 às 16:00  <https://us06web.zoom.us/j/84568992757>

Coordenador: Carlos Eduardo Vieira (UFPR)

O presente minicurso tem por objetivo expor as possibilidades da história dos conceitos (Begriffsgeschichte), no contexto das pesquisas em História da Educação. A história dos conceitos (HC), contemporaneamente, representa uma das perspectivas teóricas mais influente na história intelectual, com adeptos dessa perspectiva em todos os continentes. A história dos conceitos tem impactado pesquisas em diferentes campos historiográficos, especialmente na história do pensamento político, na história da ciência, da cultura e da filosofia. Nos estudos histórico-educativos é possível identificar um crescimento significativo de interlocução com a HC nas produções da área. Nesse minicurso traçaremos, inicialmente, a história da história dos conceitos, considerando suas origens na cultura historiográfica alemã, na tradição filosófica hermenêutica, especialmente a partir da trajetória do seu principal expoente: Reinhard Koselleck. Retomaremos as motivações da história dos conceitos de crítica à tradição da história das ideias, que concebe as ideias como autônomas, sem uma temporalidade específica e desenraizadas do mundo social. Em seguida exploraremos as premissas metodológicas da HC, demonstrando a aplicabilidade do método de identificação e de interpretação de conceitos fundamentais do ponto de vista social, político e educacional. Os conceitos fundamentais, na expressão de Koselleck, são palavras que contêm uma multiplicidade de significados e, portanto, são necessariamente polissêmicas. Estes termos transcendem os seus contextos

linguísticos originais de enunciação, tendo a capacidade de se projetarem no tempo e no espaço, ocupando uma posição chave na formação dos sentidos em disputa na esfera pública. Os conceitos podem ser estudados de dois pontos de vista: semasiológico – de uma palavra e seus significados – e onomasiológico – quando o mesmo fenômeno, material ou imaterial, é designado com palavras diferentes. Cada conceito situa-se em um campo semântico, no qual encontram-se conceitos complementares, equivalentes e antitéticos que atuam na interpretação e na mobilização das experiências históricas. Nesse sentido, demonstraremos como a história dos conceitos não se restringe à análise semântica, uma vez que a HC visa traçar aproximações entre conceitos e experiências históricas, linguagem e realidade. Sendo assim, visamos nesse minicurso percorrer as principais categorias aplicadas à análise conceitual, entre as quais destacamos: espaço de experiência, horizonte de expectativas, conceitos correlatos e antitéticos, campo semântico, arquilexemas, entre outros. As análises teóricas realizadas ao longo do curso estarão, permanentemente, sintonizadas com as possibilidades que essa teoria oferece para a História da Educação, de modo que apresentaremos exemplos de pesquisas realizadas no campo educacional que se utilizaram dessa metodologia.

História dos intelectuais da educação: possibilidades de investigação entre Portugal e Brasil

 07/07/22 | quinta-feira

 10:00 às 12:00  <https://us06web.zoom.us/j/85621803857>

 14:00 às 16:00  <https://us06web.zoom.us/j/84568992757>

Coordenadores: Daniel Ferraz Chiozzini (PUC-SP), Kadine Teixeira Lucas (U. de Lisboa), Amanda Haydn (PUC-SP)

O minicurso traz a proposta de compartilhar diferentes caminhos de pesquisa trilhados na investigação de sujeitos históricos caracterizados como intelectuais da educação. Serão examinados os “estudos de caso” de intelectuais da educação Brasileira e portuguesa, contemplando tanto os aportes teóricos que possibilitaram defini-los como intelectuais, como escolhas metodológicas envolvendo temas, fontes, procedimentos de análise e de pesquisa. A partir do compartilhamento dessas investigações, serão debatidas algumas possibilidades de exercício comparativo entre a intelectualidade de Portugal e Brasil, contribuindo para o entendimento mais alargado acerca do exercício da intelectividade e possibilitando caracterizar esses sujeitos enquanto mediadores culturais e articuladores de redes de sociabilidade. Será inicialmente examinado o caso de António Feliciano de Castilho (1800-1875), consagrado poeta romântico português, que alterou seu foco de atuação a partir da década de 1850, tornando-se propagador fervoroso do “Método de Leitura Repentina”, de sua autoria. Na sequência, serão debatidas pesquisas em curso sobre três educadores atuantes a partir de meados do século XX no âmbito do que convencionou-se denomi-

nar como “inovação educacional”: Manuel Maria Calvet de Magalhães (1914-1974), em Portugal; e Luis Contier (1915-2013) e Maria Nilde Mascelani (1931-1999), no Brasil. São figuras que ganham projeção no campo da educação por meio da atuação como intelectuais mediadores (Gomes, 2016), organizadores (Magalhães, 2016) e articuladores de redes (Vieira & Chiozzini, 2018). Será também feita uma discussão de caráter instrumental, analisando os procedimentos de pesquisa histórica de abordagem prosopográfica. O termo, emprestado de Le Goff (1996), Sirinelli (2003) e Stone (2011), entre outros, consiste na investigação das características comuns de um grupo de sujeitos históricos por meio de um estudo coletivo. A prosopografia, possibilita encontrar, por meio da análise comparativa dos vários tipos de informações, as correlações internas (micro-história) e as correlações relativas ao contexto histórico. Nesses termos, o minicurso também se atém a discutir, como tarefa prática, o estudo em curso de 127 intelectuais católicos que atuaram nos âmbitos da educação e da cultura, privilegiadamente entre os anos de 1930 a 1934, a partir do cruzamento de biografias vinculadas ao itinerário da presidente da Ação Social Brasileira (ASB), Amélia de Rezende Martins (1877-1948).

Bibliografia básica:

GOMES, A.; HANSEN, P. (org). *Intelectuais Mediadores: práticas culturais e ação política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

LE GOFF, J., Saint Louis. In: FRANCO JÚNIOR, Hilário. *Revista de História*, São Paulo, n. 134, p. 71-76, 1. sem. 1996.

MAGALHÃES, J. Intelectuais e História da Educação em Portugal e no Brasil. *Cadernos de História da Educação*, (15) 1, 2016, pp. 299-32.

VIERIA, L.; CHIOZZINI, D. Luis Contier como catalisador de redes: classes experimentais e renovação do ensino secundário em São Paulo nas décadas de 1950 e 1960. *História da Educação* (online), (22) 55, 2018, pp. 61-80.

SIRINELLI, J. (2003). Os intelectuais. In R. Rémond (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, pp. 231-270.

STONE, L. Prosopografia. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v.19, n.39, p. 115-137, jun. 2011.

Fotografia, infância e memória: tecendo os fios da (auto)biografia

 08/07/22 | sexta-feira

 10:00 às 12:00  <https://us06web.zoom.us/j/82835862487>

 14:00 às 16:00  <https://us06web.zoom.us/j/86578493189>

Coordenadoras: Maíra Lewtchuk Espindola (UFPB), Amanda Sousa Galvêncio (UFPB)

A fotografia tem sido um dos recursos imagéticos mais utilizado na contemporaneidade. No decorrer dos últimos séculos tem se popularizado com o advento da tecnologia digital, estando acessível aos diversos seguimentos sociais. Esse artefato cultural, além do seu cunho artístico, que contempla diferentes técnicas e temáticas, é utilizado para outros fins ligados ao cotidiano das pessoas, possibilitando acionar gatilhos de memórias, resgatando momentos soterrados da nossa história de vida. O uso das fotografias em diferentes esferas da vida social também se relaciona a diferentes fins. No âmbito privado é comum encontrarmos acervos como álbuns de família, registros de viagens, reuniões entre amigos etc. Em relação as instituições educacionais são possíveis destacar as fotografias de registros oficiais, festividades escolares e clicks sobre o cotidiano e atividades pedagógicas. A fotografia também pode servir como documento e embasamento empírico de trabalhos científicos. Este minicurso tem como objetivo compreender a fotografia como artefato histórico e cultural, interpretando os processos de rememoração da educação infantil nas narrativas (auto)biográficas vivenciada por pesquisadores e professores. A construção da história das infâncias e das crianças se faz necessária tanto para futuras pesquisas em centros de formações (Universidades), quanto para as Unidades Educacionais de Educação Infantil. Esses registros podem se constituir para pesquisadores da história da educação como fontes, as quais poderão inscrever as práticas escolares, os saberes, as condutas, indicando as estruturas escolares, além de trazer sujeitos pouco estudados pela história como as crianças. Nesse sentido, o processo de interpretação das fotografias permitirá o reconhecimento, a classificação e a futura composição de acervos de documentação e de objetos da cultura escolar. A metodologia adotada será a de colcha de retalhos que consiste em um emaranhado de histórias, cada retalho representa uma pessoa com sua singularidade e suas experiências únicas. A colcha de retalho simboliza a teia social em que todos nós estamos envolvidos. Os retalhos representam a individualidade da história de vida, mas que, quando costurados uns nos outros, passam a existir conjuntamente, dando sentido a memória coletiva. Para tanto, os participantes devem digitalizar uma fotografia da sua infância relacionada a sua memória escolar para compartilhar no momento do minicurso que será dividido em: estudo histórico da fotografia da infância e possibilidades pedagógicas; produção da colcha de retalhos a partir das fotografias dos participantes e socialização da produção.

Bibliografia:

- CAMPANHALI, J. A. M. O uso da fotografia na prática docente. *Pandora Brasil*, n. 49, dez, 2012.
- GOBBI, M. A. Num clique: meninos e meninas nas fotografias. In: FILHO, A. J. M.; PRADO, P. D. (orgs). *Das pesquisas com crianças à complexidade da infância*. Campinas: Autores Associados, 2020.
- MOLINA, Ana Heloisa. A História contada por imagens: as escolas normais do início do século XX e o uso de fotografias para a historiografia contemporânea. *Dimensões*, v. 34, 2015.

MOTA, K. M. S. As imagens fotográficas e o universo da memória pessoal na pesquisa (auto)biográfica. In: ABRAHÃO, M. H. M. B.; BRAGANÇA, I. F. S.; ARAÚJO, M. S. (orgs.). *Pesquisa (Auto)biográfica, fontes e questões*. CRV: Curitiba, 2014.

ROSITO, M. M. B. Colcha de retalhos, história de vida e imaginário na formação. *Educação*, n.3, set/dez, 2009.

Perspectivas de pesquisa em História da Educação: nas trilhas do fazer histórico

 08/07/22 | sexta-feira

 10:00 às 12:00  <https://us06web.zoom.us/j/82835862487>

 14:00 às 16:00  <https://us06web.zoom.us/j/86578493189>

Coordenadoras: Itacyara Viana Miranda (UFPB), Nayana Rodrigues Cordeiro Mariano (UFPB), Vivia de Melo Silva (UFPB)

A história da educação é um campo de pesquisa em expansão, cujas possibilidades dialogam com áreas afins – educação, história, sociologia e filosofia – possibilitando aos estudiosos um leque de objetos e fontes diversas. Nesse sentido, ter uma compreensão do campo de estudos, do corpus documental, bem como da metodologia de trabalho se tornam pontos preponderantes para a formação do pesquisador que se propõe a desvelar a educação em espaços e tempos diversificados. O objetivo do curso é: Identificar e refletir sobre a constituição do campo de pesquisa em história da educação; Discutir a utilização das fontes como suporte de desenvolvimento de uma escrita historiográfica acerca da educação; Apresentar os espaços de produção da história da educação no âmbito da UFPB. Dando importância a conteúdos que buscam traçar elementos para pensar: o que é história da educação? Seus campos de diálogos; Objetos e fontes; e as produções e pesquisas: Grupo de História da Educação no Nordeste Oitocentista (GHENO), Grupo de Estudos e Pesquisas História, Sociedade e Educação no Brasil/PB (Histed/PB), Grupo de Pesquisa Ciência, Educação e Sociedade (GPCES), PPGH, PPGE. No que concerne a metodologia, o caminho a ser trilhado ao longo do curso seguirá encontros virtuais de 2 horas por turno de atividade (manhã e tarde). A ideia é utilizar o espaço para apresentação de slides, exposição dos conteúdos, indicação de leituras e estimulação de debate acerca do fazer histórico. Para tanto, daremos destaque às produções, organização de banco de dados e execução dos trabalhos de alguns dos grupos de pesquisa da UFPB na Paraíba, a saber: GHENO; GPCES; Histed/PB.

Bibliografia básica:

BARBOSA, Socorro de Fátima P. Velhos Objetos, novas abordagens: O jornal como fonte para História Cultural. In. CURY, Cláudia Engler, MARIANO, Serioja Cordeiro (Org.).

Múltiplas visões: cultura histórica no oitocentos. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2009.

CURY, Cláudia Engler. Desafios da pesquisa com cultura escolar na documentação da Parahyba Oitocentista. In: VIDAL, Diana Gonçalves; SCHWARTZ, Cleonara Maria (org). História das Culturas Escolares no Brasil. Vitória: EDUFES, 2010, p. 37- 58.

BARROS, Surya Aaronovich Pombo de. (Org.). O Estado da arte da pesquisa em história da educação da população negra no Brasil [recurso eletrônico]. In: CURY, Cláudia Engler; ANANIAS, Mauricéia; PINHEIRO, Antonio Carlos F. Coleção Documentos da Educação Brasileira. Vitória, ES: SBHE/Virtual Livros, 2015.

CURY, Cláudia Engler. Instituições e história das práticas educativas: a instrução secundária na Parahyba do Oitocentos, historiografia e fontes documentais. In: SIMÕES, Regina Helena; GONGRA, José Gonçalves (org). Invenções, tradições e escritas da história da educação. Vitória: EDUFES, 2012, p.235-262.

CAMARGO, Kátia Aily Franco de. A revista como fonte de pesquisa. In: BARBOSA, Socorro de Fátima P. Barbosa (org). Livros e periódicos nos séculos XVIII e XIX. João Pessoa: Editora UFPB, 2014, p. 149-179.

PINHEIRO, Antônio Carlos Ferreira; CURY, Cláudia Engler (org). Conjunto de Leis e Regulamentos da Instrução da Paraíba Imperial. Brasília, DF: MEC/INEP, SBHE, 2004. (Coleção Documentos da Educação Brasileira). CD-ROM.

(Des)Arquivar: diários, cadernos, cartas e agendas na pesquisa em História da Educação



08/07/22 | sexta-feira



10:00 às 12:00  <https://us06web.zoom.us/j/82835862487>



14:00 às 16:00  <https://us06web.zoom.us/j/86578493189>

Coordenadoras: Doris Bittencourt Almeida (UFRGS), Maria Teresa Santos Cunha (UDESC), Maria Celi Chaves Vasconcelos (UERJ)

O minicurso tem por objetivo sensibilizar para os significados dos documentos de intimidade, como traços do passado que resistiram ao presente e discutir seus usos na pesquisa em História da Educação, considerando possibilidades e limites. Busca-se inscrevê-los nos postulados da História do Tempo Presente, destacando-se os entrelaçamentos temporais que se interpõem na pesquisa com esses documentos. Para tanto, o conteúdo trabalhado serão os documentos da intimidade na perspectiva da categoria de “Desarquivar”, concepção de Maria Teresa Santos Cunha (2019), em diálogo com Richard Cox (2017), Heloísa Bellotto (2014), Arlette Farge (2009), Durval Albuquerque Junior (2019)

e Paul Ricoeur (2014). A metodologia insere-se nos procedimentos de análise dos arquivos pessoais e ego-documentos, especialmente cartas, diários, cadernos, bilhetes, agendas, tratados como artefatos singulares da cultura escrita, testemunhos de práticas culturais, portanto, potentes para pensar em múltiplas possibilidades investigativas no escopo da História da Educação. Entende-se que esses papéis contemplam tramas narrativas que envolvem suas condições de produção e conteúdo discursivo, tendo em vista os percursos e as experiências vivenciadas por aqueles que os guardaram, em meio a suas redes de sociabilidade. Buscar suas formas de guardar e de preservação, levantando sua trajetória desde a produção ao esquecimento, da conservação ao seu desarquivamento, é como assinala Cunha (2019) operar uma mudança epistemológica na ascensão da dimensão memorial, combatendo o esquecimento pelas práticas preservacionistas. Na perspectiva da história das sensibilidades, outra dimensão que o minicurso pretende evocar são as implicações afetivas da salvaguarda desses materiais. Afinal, por que se guarda e, ao mesmo tempo, por que se descartam tantos papéis de nossa existência? Neste sentido, importa problematizar a desnaturalização dos gestos de guardar e de doar os documentos privados para arquivos institucionais. A concepção que conclui esse minicurso é que preservar tem o sentido societário que constitui uma fórmula viável para institucionalizar os acervos, demonstrando preocupação com a memória e com o patrimônio cultural histórico educativo. Publicizá-los como patrimônio do passado no tempo presente é uma boa estratégia para fomentar outras práticas preservacionistas.

Referências:

- ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. *O tecelão dos tempos: novos ensaios de teoria da história*. São Paulo: Intermeios, 2019.
- ALMEIDA, Dóris Bittencourt. *Percursos de um Arq-Vivo: entre arquivos e experiências na pesquisa em História da Educação*. Porto Alegre: Editora Letra 1, 2021. Disponível em www.arquivospessoais.com.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Arquivo. Estudo e reflexões*. 1ª edição. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2014.
- COX, Richard. *Arquivos pessoais um novo campo profissional: Leituras, reflexões e reconsiderações*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2017.
- CUNHA, Maria Teresa Santos. *(Des)Arquivar: Arquivos pessoais e ego-documentos no tempo presente*. São Paulo; Florianópolis: Rafael Coppetti Editor, 2019. Disponível em www.arquivospessoais.com.
- FARGE, Arlette. *O sabor do arquivo*. São Paulo: EDUSP, 2009.
- RICOEUR, Paul. *O si-mesmo como outro*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2014.
- VASCONCELOS, Maria Celi Chaves. Escritas femininas na casa oitocentista: memórias sobre o diário da Viscondessa de Arcozelo. *História da Educação*, v. 24, p. 1-31, 2020. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/asphe/article/view/97649/pdf>

Contribuição para uma possível História das Ciências e do seu ensino

📅 08/07/22 | sexta-feira

🕒 10:00 às 12:00 ✎ <https://us06web.zoom.us/j/82835862487>

🕒 14:00 às 16:00 ✎ <https://us06web.zoom.us/j/86578493189>

Coordenadores: Kazumi Munakata (PUC-SP), Wiara Rosa Rios Alcântara (UNIFESP)

Este curso tem como objetivo discutir as formulações atuais da história das ciências e do ensino das ciências. Especial ênfase será conferido à produção, circulação e apropriação de instrumentos e objetos científicos, que fazem a mediação da prática científica. O curso se divide em seguintes tópicos: 1. Crítica da história “tradicional” da (e não das) Ciência; 2. Novas formulações, questões e problematizações da história das ciências e sua relação com o ensino das ciências; 3. A incorporação, na análise, dos objetos científicos em circulação transnacional; 4. Apresentação de vertentes atuais da produção historiográfica sobre o tema. O curso será ministrado em modo remoto, com aulas expositivas e discussões, totalizando quatro horas, divididas em dois módulos de duas horas cada.

Bibliografia básica:

BELHOSTE, B. Das ciências instituídas às ciências ensinadas, ou como levar em conta a atividade didática na história das ciências. *Revista Brasileira de História da Educação*, v. 11, n. 3 (27), 47-61, 2011.

DASTON, L. *Historicidade e objetividade*. São Paulo: LiberArs, 2017.

JACOB, C. (dir.). *Les lieux de savoir*. Espaces e communautés. Paris: Albin Michel, 2007.

KAHN, P. Lições de coisas e ensino das ciências na França no fim do século 19: contribuição a uma história da cultura. *Revista História da Educação*, v. 18, n. 43, 183-201, 2014.

PESTRE, D. Por uma nova história das ciências: novas definições, novos objetos, novas abordagens. *Cadernos IG/Unicamp*, v. 6, n. 1, 3-56, 1996.

PESTRE, D. *Introduction aux Science Studies*. Paris: La Découverte, 2006.

ALCÂNTARA, W. Cultura material e história do ensino de ciências em São Paulo: uma perspectiva econômico administrativa. *Rivista di storia dell'educazione*, 1/2018, 343-361, 2018. Acessado em <https://rivistadistoriadelleducazione.it/index.php/rse/issue/view/550/72>.

BRAGHINI, K. Z. As aulas de demonstração científica e o ensino da observação. *Revista Brasileira de História da Educação*, v. 17, 227-254, 2017.

EGGINGER, J.-G. Matérialité de l'enseignement des sciences naturelles à l'école de la “chose” en classe à un objet de collection muséale, XIXe-XXe siècle. In: FIGEAC-MONTHUS, M. (dir.). *Éducation et culture matérielle en France et en Europe du XVIe siècle à nos jours* (p. 294-312). Paris: Honoré Champion, 2018.

ELLIS, H. Editorial: science, technologies and material culture in the history of education. *History of Education*, 46:2, 143-146, 2017.

LÓPEZ-OCÓN, L.; ARAGÓN, S.; PEDRAZUELA, M. (eds.) *Aulas com memoria*. Ciencia, educación y patrimonio en los Institutos históricos de Madrid (1837-1936), Madrid: CEIMES y Comunidad de Madrid, 2012.

LÓPEZ, J. D. (coord.). *Las ciencias en la escuela*. El material científico y pedagógico de la Escuela Normal de Murcia. Murcia: Ediciones de la Universidad de Murcia, 2012.

MELONI, R.; ALCÂNTARA, W. Materiais didático-científicos e a história do ensino de ciências naturais em São Paulo (1880-1901). *Educação & Pesquisa*. [online]. 2019, vol. 45, 2019.

MARÍN, J. P. *El material científico para la enseñanza de la botánica en la región de Murcia (1837-1939)* (Tese de Doutorado). Universidad de Murcia, 2014. (capítulo 5, tópico 5.1. p. 193-226).

(Com)Partilhar perspectivas teóricas e (dis)sabores da labuta para organização/manutenção de acervos escolares: o caso do Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense (Cemas)



08/07/22 | sexta-feira



10:00 às 12:00  <https://us06web.zoom.us/j/82835862487>



14:00 às 16:00  <https://us06web.zoom.us/j/86578493189>

Coordenadores: João Paulo Gama Oliveira (UFS), Eva Maria Siqueira Alves (UFS), Rosemeire Marcedo Costa (UFS), Simone Paixão Rodrigues (UFS)

O minicurso proposto é fruto de uma parceria entre o Grupo de Pesquisas Disciplinas Escolares: História, Ensino, Aprendizagem (DEHEA/UFS/CNPq), a Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura (SEDUC/SE), por meio do Centro de Excelência Atheneu Sergipense e do Arquivo Público do Estado de Sergipe (APES). Situa-se a discussão sobre a salvaguarda dos acervos escolares em meio a um espectro mais amplo das “obsessões com a memória” como bem assinalou Andreas Huyssen (2000). No Brasil, as práticas de preservação, organização e disponibilização dos acervos escolares são recentes e pode-se datar do final do século XX. No caso específico, apresentamos os trabalhos realizados no Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense (CEMAS) criado no ano de 2005. Em atividades, há organizado 233 caixas-arquivo, compreendendo a documentação do período de 1848 a 1970, parte dela digitalizada. São fazeres de um trabalho diário que une docentes do ensino superior e da educação básica, discentes da graduação e da pós-graduação no tripé ensino, pesquisa e extensão colocando em diálogo a universidade com a escola no campo da História da Educação, que pretendemos (com) partilhar com os pares interessados em aventurar-se nos (dis) sabores de organizar

e manter um centro de memória escolar. Dessa forma, objetiva-se: discutir acerca da emergência da preocupação com a memória escolar; analisar os arquivos escolares como parte do chamado patrimônio educativo; compreender alguns princípios básicos para a organização de arquivos escolares e apresentar algumas das ações desenvolvidas para a organização e manutenção do CEMAS entre os anos de 2005 e 2021. Para atingir tais finalidades, sugere-se um conjunto de leituras para o debate que ocorrerá em formato virtual de maneira síncrona. O minicurso tem como público-alvo discentes da graduação e pós-graduação, como também demais interessados na temática dos arquivos escolares.

Bibliografia básica:

- ALVES, E. M. S. A edificação do Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense. *Rev. Iberoam. Patrim. Histórico-Educativo*, Campinas (SP), v. 2, n. 2, p. 37-50, jan./jun. 2016.
- BELLOTTO, H. L. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. 2. ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- BENITO, A. E. *A escola como cultura: experiência, memória e arqueologia*. Trad. Heloísa P. Rocha e Vera Lúcia Gaspar da Silva. Campinas: Alínea. 2017.
- CAMARGO, A. M. de A (coord.). *Dicionário de Terminologia Arquivística*. São Paulo: AAB-SP, Secretaria de Estado da Cultura, 1996.
- HUYSSSEN, A. *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia*. Trad. Sergio Alcides. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.
- NORA, Pierre. Entre memória e história. A problemática dos lugares. *Revista Projeto História*. São Paulo, vol 10, dez 1993, pág. 7-28.
- MOGARRO, M. J. Arquivos e educação: a construção da memória educativa. *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas, SP, n.10, 2005. p. 75-99.
- PAES, M. L. *Arquivo: teoria e prática*. 3. ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2005.
- SANTANA, S. R. do N. S. *Por entre as memórias de uma instituição: o arquivo e as práticas administrativas do Atheneu Sergipense (1870-1926)*. São Cristóvão: UFS, 2012. (Dissertação de Mestrado).
- ZAIA, I. B. O lugar do arquivo permanente dentro de um centro de memória escolar. In: *RBHE*, Campinas, nº 10 jul/dez.2005. p.153-174.

História da Educação no tempo presente: perspectivas de um tempo vivo



08/07/22 | sexta-feira



10:00 às 12:00  <https://us06web.zoom.us/j/82835862487>



14:00 às 16:00  <https://us06web.zoom.us/j/86578493189>

Coordenadora: Jane Santos da Silva (UNIRIO)

Objetivo: Discutir a ideia de História de Tempo Presente e a importância do seu estudo no campo na História da Educação.

Conteúdo:

1. Definição e características do conceito de Tempo Presente na História - o período compreendido, metodologias de análise e pesquisa.
2. O papel da História do Tempo Presente para a História da Educação - Entender a História da Educação em movimento e a importância da história oral, memória e as novas fontes ligadas às novas tecnologias.
3. História do Tempo Presente e análise das Políticas Públicas e Instituições Escolares do século XX e XXI - acontecimentos no Brasil, relacionados às instituições públicas e políticas educacionais e o impacto na sociedade/educação.

Metodologia:

Momento 1. Painel expositivo.

Momento 2. Análise de Políticas Públicas Nacionais recentes, em diálogo com os cursistas, buscando compreender a relevância do tempo presente para o percurso histórico das instituições e políticas.

Bibliografia:

HOOKS, Bell. *Ensinando a transgredir: A educação como prática da liberdade*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.

BUFFA, Ester. Os 30 anos do GT História da Educação: Sua contribuição para a constituição do campo. *Rev. Bras. Hist. Educ.*, Maringá-PR, v. 16, n. 4 (43), p. 393-419, out./dez. 2016.

CHAUVEAU, A., TÉTARD, Philippe (Org.). *Questões para a história do presente*. São Paulo: EDUSC, 1999.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Marieta de Moraes. História do tempo presente e ensino de História. *Revista História Hoje*, v. 2, no 4, p. 19-34, 2013.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs.). *História do tempo presente*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2014.

FALCON, Francisco José Calazans. História cultural e história da educação. *Revista Brasileira de Educação*, v. 11 n. 32, p.328-339, maio/ago. 2006.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História, tempo presente e história oral. *Revista Topoi*, Rio de Janeiro, dezembro de 2002, pp. 314-332.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Notas iniciais sobre a história do tempo presente e a historiografia no Brasil. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 80-108, jan./mar. 2018.

GIROUX, H. A. *Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

ROSSATO, Luciana; CUNHA, Maria Teresa Santos. Vetores para uma escolha: História

do Tempo Presente e as pesquisas discentes no PPGH/UDESC. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 162-185. jan./abr. 2017.

SILVA, J. S. *Relações de força e políticas educacionais no Brasil: a Caixa de Pandora Brasileira*. 1. ed. Rio de Janeiro: Gramma, 2016.

Foucault, historiografia e História da Educação

 08/07/22 | sexta-feira

 10:00 às 12:00  <https://us06web.zoom.us/j/82835862487>

 14:00 às 16:00  <https://us06web.zoom.us/j/86578493189>

Coordenador(a): José Gonçalves Gondra (UERJ)

As postulações de Foucault têm sido objeto de uma ampla difusão em diferentes domínios e espaços. No Brasil e no campo da educação este fenômeno também pode ser observado, notando-se, neste caso, apropriações muito heterogêneas, recobrando um conjunto impreciso de modos de pensar e produzir conhecimento neste vasto domínio, sendo possível observar que não se trata de uma especificidade do campo educacional, pois algo assemelhado se processa no universo do direito, da medicina e da psicologia, para enumerar alguns. Neste minicurso, a proposta é, no primeiro momento, revisitar textos primários de Foucault a respeito da história, visibilizando o inquérito ao qual se associa de modo a delinear as (im)possibilidades de se fazer história e, por derivação, fazer e conhecer o fenômeno da educação sob determinadas convenções e protocolos historiográficos. Neste investimento inicial, procuraremos pensar aproximações, agenciamentos e potencialidades das proposições assumidas por Foucault no debate historiográfico para, na sequência, dar continuidade a uma experimentação a respeito dos usos de algumas postulações foucauldianas. O segundo momento do minicurso será destinado a uma discussão mais pontual sobre o emprego de ferramentas teóricas na pesquisa histórica. Será, em outras palavras, a hora de comentar os usos de Foucault nos laboratórios de escrita da História. Para viabilizar este exercício experimental, tomaremos, como exemplo, pesquisas ainda em curso, visando demonstrar como os estudos de Foucault podem contribuir na construção de problemas de pesquisa e, mais concretamente, no encaminhamento de hipóteses ao longo do desenvolvimento do trabalho. Aqui serão pinçadas algumas noções bastante frequentes no vocabulário foucauldiano com o propósito de apresentar as formas em que elas comparecem e marcam os trabalhos, em termos de potencialidades, limites e desafios. Assim, arqueologia, genealogia, discurso, enunciado, autor e arquivo serão discutidos, nesse segundo momento, menos como conceitos teóricos circunscritos a uma determinada filosofia e mais como ferramentas em operação na construção do trabalho de investigação. Trata-se, portanto, de explorar a caixa de ferramentas de Foucault e avaliar, conjuntamente, suas serventias, inovações e problemas. O minicurso será desenvolvido com base em destaques prévios, comentários gerais e debate com os participantes.

Bibliografia básica:

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

_____. Sobre as maneiras de escrever a história. In: *Ditos & Escritos II* (Arqueologia das Ciências e História dos Sistemas de Pensamento). Rio de Janeiro: Forense, 2000.

_____. Nietzsche, a genealogia, a história. In: *Ditos & Escritos II*. (Arqueologia das Ciências e História dos Sistemas de Pensamento). Rio de Janeiro: Forense, 2000.

_____. Retornar à história. In: *Ditos & Escritos II*. (Arqueologia das Ciências e História dos Sistemas de Pensamento). Rio de Janeiro: Forense, 2000.

_____. A propósito daqueles que fazem a história. In: *Ditos & Escritos VI* (Repensar a política). Rio de Janeiro: Forense, 2010.

_____. O estilo da história. In: *Ditos & Escritos VIII* (Segurança, penalidade e prisão). Rio de Janeiro: Forense, 2012.



COMUNICAÇÕES COORDENADAS

Instituições escolares, socialização, culturas e processos civilizadores

EIXO 1: POLÍTICAS E INSTITUIÇÕES EDUCATIVAS

 12/07/22 | terça-feira  8:00-10:00

 Sala Nísea Flores: <https://us06web.zoom.us/j/87072136595>

Coordenador(a): Celio Juvenal Costa

Resumo: Esta proposta de mesa coordenada é constituída de quatro comunicações que se interlaçam na perspectiva de apreender instituições escolares sob a perspectiva de pensá-la para além dos ambientes estritamente curriculares, destacando, especialmente, tais instituições como instrumentos de processos civilizadores que envolvem sociabilizações, culturas, agremiações e festividades cívicas. Na ordem histórico-cronológica dos objetos de cada comunicação individual temos: o século XVI, em Portugal e seus territórios, por meio da análise da fundação da Universidade de Évora; as agremiações estudantis em Sergipe, no início do século XX; o envolvimento das escolas na “Semana da Criança”, ocorrida em 1945 no então Território Federal de Ponta Porã, oeste Brasileiro; e, por fim, as ações municipais no processo de escolarização na cidade de Londrina, estado do Paraná, ocorridas entre os anos de 1934 e 1969. A documentação analisada pelos pesquisadores autores de cada comunicação individual vai desde os Estatutos da Universidade de Coimbra, jornais estudantis de grêmios literários organizados por estudantes, os documentos relativos à chamada “Marcha para o Oeste”, que inclui a descrição da “Semana da Criança”, até relatórios da Prefeitura de Londrina, atas da Câmara Municipal da mesma cidade e registros de prática da cultura escolar. A perspectiva teórica que embasa os trabalhos das comunicações individuais se assenta, em sua maioria na teoria dos processos civilizadores, de Norbert Elias, que busca ressaltar, como de mesma importância, tanto os aspectos socio genéticos como os psicogenéticos dos objetos apresentados. O fenômeno educativo, para Elias, deve ser analisado em meio ao conjunto de mudanças sociais por que passa uma determinada sociedade, ao mesmo tempo em que, nele, se percebe as mudanças de comportamento requeridos pela dinâmica social. Assim, tanto a Universidade de Évora, como os grêmios estudantis sergipanos do início da República e o evento sócio-cultural-educacional da “Semana da Criança”, de 1945, e, ainda, o processo de escolarização em Londrina nas décadas de 1940 a 1960, são analisados, também, pela perspectiva de instrumentos socioculturais de mudança de comportamentos individuais. Objetivamos, com a mesa coordenada, partilhar com nossos colegas do campo da História da Educação no Brasil objetos analisados (de pesquisas ainda em andamento) que têm em comum serem marcas do desenvolvimento educacional em seus respectivos contextos, desenvolvimento que é dinâmico, envolvente e sempre comprometidos com projetos sociais e políticos mais amplos.

1. A Universidade de Évora e a reforma católica no século XVI

Célio Juvenal Costa

2. A celebração da infância na escola como modelo de civilidade para a fronteira: Mato Grosso (1944-1946)

Magda Sarat

3. Ações municipais de escolarização dos costumes em Londrina-PR (1934-1969)

Tony Honorato

4. A cultura juvenil de Sergipe: as associações estudantis e o ideal de civilidade da República

Simone Paixão Rodrigues

Modernização agrícola x educação rural – um projeto de transformação para o interior do Brasil

EIXO 1: POLÍTICAS E INSTITUIÇÕES EDUCATIVAS

 13/07/22 | quarta-feira  8:00-10:00

 Sala Maria Tomásia: <https://us06web.zoom.us/j/85762667551>

Coordenador(a): Leonardo Ribeiro Gomes

Resumo: Esta comunicação tem como foco os Clubes Agrícolas Escolares existentes em escolas primárias de Santa Catarina entre os anos de 1934 e 1951, os quais estavam relacionados a projetos de educação e modernização do meio rural e de suas populações. Constituíam-se em associações escolares nas quais, com a supervisão de um/a professor/a, as crianças desenvolviam atividades como plantio de hortaliças, flores, árvores frutíferas; criação de bicho-da-seda; campanhas e festas temáticas ligadas a elementos da natureza. Os Clubes se inscrevem em iniciativas que buscavam modernizar o meio rural e os seus habitantes, o que passaria pela educação escolar, por mudanças de hábitos e atitudes, pelo contato com outras formas de realização do trabalho no campo (como a incorporação da agricultura científica). Estão relacionados, ainda, ao objetivo de construção de uma escola ativa e adequada aos ditos novos tempos, na qual tanto o aspecto individual quanto o social deveriam ser considerados. Neste sentido, ao passo em que se configuram como um objeto diretamente relacionado à educação escolar e às práticas educativas, os Clubes Agrícolas Escolares mantêm, por outro lado, articulação com o pensamento educacional e social – e é assim que estão sendo tratados no presente trabalho. Os documentos tomados como fontes de pesquisa são periódicos, relatórios dos Clubes Agrícolas elaborados pelas escolas primárias, além normatizações e relatórios produzidos pelo Estado. A leitura das fontes é feita com base na noção analítica de repertório (a partir de Angela Alonso e Charles Tilly), que contribui para que seja vista a pluralidade das formas de incorporação das ideias e projetos,

bem como a autoria dos agentes sociais ao se apropriarem daquilo que é prescrito. Os Clubes Agrícolas Escolares integraram um projeto de Brasil que defendia, como permanência, a suposta vocação agrícola do país, ao mesmo tempo em que mirava o “novo”, buscando nutrir-se de conhecimentos técnicos e procedimentos condizentes com uma agricultura modernizada. A modernização do meio rural e dos seus habitantes dizia respeito, nessa proposta, às formas de cultivo, aos instrumentos usados no trabalho agrícola, às espécies cultivadas. Mas também a uma postura racional, amparada em conhecimentos científicos e escolares, em formas de sociabilidade que teriam o trabalho cooperativo como premissa, em sensibilidades que incorporariam hábitos e atitudes considerados modernos. Os Clubes parecem ter contribuído, por fim, para a construção de um repertório sobre o rural e os seus habitantes – um rural a ser reformado, modernizado, pela ótica dos reformadores – na medida em que as leituras e interpretações então elaboradas não apenas refletiam uma dada realidade, mas, ao mesmo tempo, incidiam na sua produção.

1. A Aliança para o Progresso e a educação dos jovens rurais na década de 1960

Leonardo Ribeiro Gomes

2. Urbanizar para modernizar: proposição sobre educação rural em Minas Gerais nos meados do século XX

Helder Pinto

3. Intervenções e modelos a seguir: o ensino agrícola como ideário de modernização na Primeira República

Bruno Geraldo Alves

4. Modernização e educação: o caso dos Clubes Agrícolas Escolares de Santa Catarina (1934-1951)

Elaine Aparecida Teixeira Pereira

Instituições educacionais de ensino secundário: Bahia, Sergipe, Piauí, Pará (1942-1961)

EIXO 1: POLÍTICAS E INSTITUIÇÕES EDUCATIVAS

 14/07/22 | quinta-feira  8:00-10:00

 Sala Narcisa Amália: <https://us06web.zoom.us/j/83621574409>

Coordenador(a): Sara Martha Dick

Resumo: A Lei Orgânica do Ensino Secundário em vigor nos anos de 1942 a 1961, determinava o ensino dividido nos ciclos Ginásial e Colegial. Nesta comunicação coordenada discutiremos aspectos relativos às instituições de ensino secundário dos estados da Bahia, Sergipe, Piauí e Pará, focando nas instituições existentes e/ou criadas no período, sua locali-

zação e denominações. Na Bahia, em 1943, o único colégio público de ensino secundário – o Ginásio da Bahia – que passou a denominar-se Colégio Estadual da Bahia, ministrando o curso ginásial em quatro anos e, o curso clássico/científico, com duração de três anos. As poucas instituições de ensino particulares, já existentes, para atender ao dispositivo legal, alteraram suas denominações de acordo com o ensino secundário que ofereciam. O ensino secundário público baiano, até 1947, permaneceu somente no Colégio Estadual da Bahia, mas para atender maior número de alunos, ocorreu um primeiro desdobramento. No estado de Sergipe, a historiografia educacional tem revelado que de 1942 a 1961 houve um crescimento no número de estabelecimentos, concentrando-se na oferta maior de Ginásios, e não de Colégios. A operação historiográfica permitiu inferir que houve expansão do ensino secundário, em termos da criação de escolas e que a Igreja Católica participou efetivamente do ensino secundário sergipano sendo a mantenedora direta de ginásios e colégios, na capital e no interior do Estado. No período de 1942 a 1961, as instituições de ensino secundário no Pará concentravam-se em Belém. Poucos eram os municípios do interior que as possuíam. Os Ginásios predominavam sobre os Colégios nessa região do país. As instituições particulares eram maioria. Mas, o Colégio Paraense Paes de Carvalho, mantido pelo poder público estadual em Belém, foi o único estabelecimento de ensino secundário que ofertava os cursos ginásial, clássico e científico. Ocorreu nesse estado uma interiorização lenta e desigual do ensino secundário. Embora tratando do período de 1942 a 1961, para o Piauí a ênfase recaiu no período de 1950 e 1960, quando há uma intensificação no processo de expansão desse nível de escolaridade. É enfatizado as instituições escolares existentes e a localização dessas instituições, bem como as entidades mantenedoras. O modo de acesso e as dificuldades e possibilidades de acesso a esse nível são trabalhadas a partir de livros de memórias e história das cidades. Destaca-se uma maior expansão do nível ginásial e uma interiorização desse nível de escolaridade. Por fim, as pesquisas apontam elementos singulares das instituições educacionais de ensino secundário dos estados analisados, revelando aproximações e distanciamentos num movimento de criação de escolas, interiorização, aumento de matrículas, da oferta de disciplinas escolares e da contratação de professores.

1. Instituições de ensino secundário na Bahia (1942-1961)

Sara Martha Dick

2. Instituições de ensino secundário em Sergipe: fragmentos históricos de uma expansão (1942-1961)

Eva Maria Alves

3. Expansão lenta e desigual do ensino secundário no Estado do Pará (1942-1961)

Maria do Perpétuo Socorro Gomes de Souza Avelino de França

4. O ensino secundário no Piauí e sua expansão (1942-1961): distribuição espacial, instituições escolares e acesso

Antonio de Pádua Carvalho Lopes

Os intelectuais da educação e sua repercussão pública

EIXO 2: INTELECTUAIS E PROJETOS EDUCACIONAIS

 12/07/22 | terça-feira  8:00-10:00

 Sala Berta Luz: <https://us06web.zoom.us/j/87072136595>

Coordenador(a): Carlota Boto

Resumo: A destinação social do intelectual não é simples de delimitar. É possível dizer que, na condição de pessoa pública, todo intelectual repercute suas ideias para um raio amplo de escuta. Sob tal perspectiva, a figura do intelectual contempla ela própria uma dimensão pedagógica. Recusando-se, com frequência, a serem assimilados por quaisquer grupos sociais, os intelectuais identificam-se por um dado reconhecimento público de mérito, o qual confere a ele um lugar relativamente privilegiado no tabuleiro societário. Um intelectual, em alguma medida, pode ser visto como alguém cuja voz deixa marcas nas falas de outros. É assim que podemos compreender os quatro sujeitos que serão aqui apresentados. Joseph Jacotot (1770-1840) é o primeiro intelectual a ser aqui apresentado. Trata-se de um autor que nos oferece uma proposta pedagógica, bastante peculiar, contrária ao que ele compreendia ser os mestres explicadores, em prol daquilo que já foi nomeado de “mestre ignorante”. Jacotot toma como princípio de sua pedagogia a igualdade das inteligências, o que se institui como um método ancorado em uma filosofia, que ele chamará de Panecástica. Serão trabalhados os ecos dessa proposta filosófico-pedagógica no cenário Brasileiro. O segundo intelectual apresentado é Manoel Francisco Correia e sua atuação nas Conferências Populares realizadas entre 1873 e 1890 na cidade do Rio de Janeiro. Tais conferências versaram sobre temas variados a propósito da instrução e da educação pública e tinham a ver com uma certa ideia de civilização, de nacionalização do Brasil, além da recorrência a uma moderna acepção de cientificidade, de difusão do conhecimento e de crença no progresso. Em terceiro lugar, um intelectual estrangeiro: John Dewey (1859-1952). John Dewey projetou um caminho para a ocorrência de uma renovação nas práticas pedagógicas, tendo por objetivo a construção de iniciativas democráticas interiores à escolarização, capazes de ser balizadoras de ações democráticas da vida social adulta. Dewey, em toda sua trajetória como homem público, explorou a tese segundo a qual o exercício da democracia na vida escolar se faria um requisito para a configuração de uma sociedade efetivamente democrática. Por fim, o quarto e último intelectual a ser apresentado na presente mesa de comunicações coordenadas é o professor catarinense Walter Fernando Piazza (1925-2016), cuja trajetória será trabalhada por meio de cartas extraídas de seu acervo pessoal. Piazza é aqui definido como “intelectual mediador”, e suas cartas são abordadas à luz de uma dimensão educativa. Tais cartas possibilitam visualizar o investimento do autor no campo educacional, bem como suas motivações, seus propósitos pessoais e profissionais, seus

modos de vida e partilhas sociais. Todos os intelectuais ora mencionados dialogam com o território da produção do conhecimento em educação, e contribuiram, cada qual a seu tempo e circunscrito a seu lugar de produção, para a conformação do campo pedagógico. Revisitar suas produções, suas ideias e suas ações possibilitará um fértil debate a propósito da educação como matéria de estudo e como matéria de história.

1. John Dewey como intelectual da educação: a democracia escolar como justiça social

Carlota Boto

2. Filosofia Panecástica de Joseph Jacotot no Império Brasileiro: potência no atual debate sobre alfabetização

Suzana Lopes de Albuquerque

3. Cartas, para que vos quero? Projetos educacionais do professor Walter Fernando Piazza através de seu arquivo pessoal (Santa Catarina/Décadas de 1960-1970)

Maria Teresa Santos Cunha

4. Manoel Francisco Correia e as Conferências Populares: “Animador pela palavra e atuação em prol da educação” (Rio de Janeiro/RJ, 1873-1890)

Maria Helena Câmara Bastos

Intelectuais, educação e Igreja Católica no Brasil

EIXO 2: INTELECTUAIS E PROJETOS EDUCACIONAIS

 12/07/22 | terça-feira  8:00-10:00

 Sala Enedina Alves Marques: <https://us06web.zoom.us/j/87072136595>

Coordenador(a): Natália Oliveira

Resumo: O objetivo desta comunicação coordenada é discutir ações de intelectuais, no campo político e educacional, enfatizando suas atuações relacionadas à Igreja Católica no Brasil. O debate, no que tange ao recorte temporal, utiliza como referência as décadas entre 1930 e 1950. Demonstra-se, por meio de embates políticos, a reverberação da intelectualidade – no século XX – ao criar estratégias para transitar e empreender conquistas, em razão do catolicismo, no campo educacional. Nesse sentido, discute-se o estabelecimento de programas educativos, fomentados por integrantes da Igreja Católica, bem como suas relações com o Estado, a cultura e a instrução nacional. Apresenta-se, dessa maneira, alguns embates e caminhos percorridos, por personagens do período delimitado, em diferentes esferas sociais, bem como distintos âmbitos educativos – seja em campos de disputas de instituições regulares, ou entidades formativas sociais. Para ilustrar nossa proposta, contamos com as contribuições de professore(a)s doutore(a) e suas respectivas pesquisas.

1. Educação e catolicismo: a ação intelectual de Alceu Amoroso Lima e do padre Leonel Franca sob os auspícios de Dom Leme

Natália Oliveira, Oriomar Skalinski Junior

2. “A revolta contra a inteligência e a missão da universidade”: embates entre laicos e católicos na Universidade do Paraná na década de 1950

Valeria Floriano Machado

3. Querelas entre católicos e professores franceses na FFCL da USP nos anos 1930

Névio de Campos

4. Intelectuais católicas no magistério secundário no período estadonovista

Evelyn de Almeida Orlando

Os intelectuais, as linguagens políticas e o debate sobre a universidade no Brasil (1870-1960)

EIXO 2: INTELECTUAIS E PROJETOS EDUCACIONAIS



13/07/22 | quarta-feira



8:00-10:00



Sala Zilda Arns: <https://us06web.zoom.us/j/85762667551>

Coordenador(a): Bruno Bontempi Junior

Resumo: As primeiras universidades, comunidades mais ou menos autônomas de mestres e estudantes empenhados em prover o ensino de disciplinas em nível superior, foram criadas na Europa, entre os séculos XI e XIII, e tiveram sua expansão entre os séculos XVI e XIX, até se tornarem elemento central dos sistemas de ensino superior em todos os continentes. Esse movimento foi acompanhado de sua proeminência como objeto de reflexão e pauta de engajamento de intelectuais, especialmente onde e quando se consolidou como seu nicho formador e mantenedor. Por suas potências inatas de cultivar e transmitir o saber em altos níveis de abstração e técnica, teve a si atribuídas as funções de formar quadros dirigentes, profissionais de alta especialização e produzir insumos tecnológicos e bens culturais para fomentar riqueza, defesa e desenvolvimento. Não é fortuito, portanto, que a reflexão e o debate sobre a universidade esteja perpassada por retóricas e linguagens políticas, seja em seu vocabulário característico, seja pela apropriação de léxicos oriundos de outros jogos de linguagem. No Brasil, a universidade surge em tempo tardio, na primeira metade do século XX, não sobre os pilares da experiência espontânea e corporativa das primeiras figurações, mas sob a reconfiguração moderna, iluminista e regalista em que se formou a ilustração luso-Brasileira. Foi com referência ao modelo coimbrão, confrontado aos novos feitos das universidades de ensino e pesquisa emergidas das reformas na Europa e na América do Norte, que intelectuais Brasileiros debateram temas como a sua conveniência e utilidade, quando e como a universidade deveria se organizar e quais seriam as suas finalidades. Nesses termos, o debate sobre a universidade ocupou

lugar privilegiado no debate político e adotou como estratégia discursiva a incorporação de sentidos e conceitos próprios dos léxicos científico, profissional, religioso e pedagógico, convenientes aos projetos e propósitos políticos. Nesta comunicação são apresentadas e discutidas expressões do discurso e do ativismo dos intelectuais diante da questão, em diferentes tempos e localidades, salientando como se valeram das performances e conteúdos próprios à linguagem política para persuadir interlocutores em prol de propostas de criação e de reforma das universidades. Sendo assim, as comunicações reúnem os seguintes temas e recortes temporais: o debate e, especialmente, as resistências em relação à criação da universidade no Brasil, entre os intelectuais da geração de 1870; os significados políticos de ciência e cultura na defesa do projeto da Universidade de São Paulo; a proposição de reforma universitária, apresentada pela Associação Brasileira de Educação, nos anos de 1920; o debate sobre a formação em nível universitário do historiador e do professor de história, na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, nos anos 1960.

1. “A universidade que espere!”: debates sobre instrução superior nos discursos de intelectuais Brasileiros da geração 1870

Joaquim Tavares da Conceição, Laisa Dias

2. A formação da nacionalidade no Inquérito “O problema universitário Brasileiro” (1928)

Carlos Eduardo Vieira

3. Significados políticos de cultura e ciência no projeto da Universidade de São Paulo

Bruno Bontempi Junior

4. A Universidade do Brasil e o debate sobre a pesquisa e o ensino de História nos anos 1950-60

Libania Xavier

Aparício, Felipe, Peter-Hans e Jessy: um olhar a partir da História da Educação para quatro trajetórias intelectuais e suas práticas mediadoras (do séc. XX aos ecos no presente)

EIXO 2: INTELECTUAIS E PROJETOS EDUCACIONAIS

 13/07/22 | quarta-feira  8:00-10:00

 Sala Raimunda Putani Yawnawá: <https://us06web.zoom.us/j/85762667551>

Coordenador(a): Susane da Costa Waschinewski

Resumo: Os estudos reunidos nesta comunicação têm como ponto de confluência as trajetórias de intelectuais que atuaram e/ou circularam na educação. As análises abordam aspectos dos percursos traçados por estes personagens pouco pesquisados ou lembrados na História da Educação Brasileira e mundial. Nesse sentido, tais pesquisas permitem vislumbrar o modo

como ações e iniciativas individuais reverberam na composição das realidades nas quais tais intelectuais estiveram inseridos, bem como a produção de memórias e esquecimentos em torno de suas imagens. Da mesma forma, ao serem tomados como objetos centrais destas investigações, os itinerários desses intelectuais possibilitam realizar aproximações com contextos políticos, campanhas e projetos educacionais. Convém mencionar que tais personagens têm em comum o fato de terem vivido no decorrer do século XX, com ações de impacto na educação tendo sido, cada um a seu modo, lideranças nas redes pelas quais circularam. Assim, trazemos os percursos de Aparício Cora de Almeida (1906-1935), líder estudantil gaúcho do início dos anos 1930, ligado a movimentos alinhados aos ideais de Córdoba (1918), e cuja vida e morte repercutiram nas pautas de democratização do acesso ao Ensino Superior, especialmente através da moradia estudantil. Nosso segundo personagem é Felipe Tiago Gomes (1926-1996), fundador e superintendente da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade/CNEC, mantenedora educacional na qual desenvolveu diversas práticas de mediação em favor da difusão e expansão da entidade. Na sequência, apresentamos os itinerários de Peter-Hans Kolvenbach (1928-2016), um sacerdote jesuíta holandês, linguista, professor e missionário no Líbano e que, por 25 anos (1983-2008), ocupou o cargo de Prepósito Geral da Companhia de Jesus, atuando fortemente em vistas de uma formação consistente e um Apostolado Intelectual como características para a missão da Ordem. Por fim, o percurso de Jessy Cherem (1929-2014), professora catarinense que protagonizou diversos deslocamentos em busca de aperfeiçoamento profissional, ou destinados à formação de professores, bem como na fundação de Jardins de Infância em diferentes estados Brasileiros. As pesquisas inserem-se nos pressupostos teóricos e metodológicos da História Cultural e tem como fontes acervos institucionais, privados, arquivos pessoais, memoriais virtuais, testemunhos, narrativas de memória, fotografias, entre outros. Entendemos que o conjunto desses estudos possibilitou aproximações e reflexões para o campo da História da Educação em suas múltiplas dimensões e nuances, dando a conhecer itinerários de intelectuais que exerceram atividades em diferentes contextos e segmentos.

1. Caminhos trilhados: percursos da professora catarinense Jessy Cherem (1929-2014)

Susane da Costa Waschinewski

2. Caminhos da micro-história: o percurso intelectual de Peter-Hans Kolvenbach

Marcos Epifanio Barbosa Ima

3. “O homem que fez 2.000 escolas”: representações sobre Felipe Tiago Gomes e seu percurso frente à Campanha Nacional de Escolas da Comunidade – CNEC (1940-2000)

Ariane dos Reis Duarte

4. Universidade em disputa: ecos do itinerário intelectual de Aparício Cora de Almeida (Porto Alegre- RS/ do séc. XX ao tempo presente)

Marcos Luiz Hinterholz

Uma história de atuação dos intelectuais na constituição do campo educacional brasileiro

EIXO 2: INTELLECTUAIS E PROJETOS EDUCACIONAIS

 14/07/22 | quinta-feira  8:00-10:00

 Sala Celina Guimarães de Souza: <https://us06web.zoom.us/j/83621574409>

Coordenador(a): Leonardo Marques Tezza

Resumo: Nesta comunicação apresentamos uma breve história dos professores/intelectuais que atuaram na constituição do campo educacional Brasileiro. Nesse sentido, o presente trabalho, cujos resultados ora são comunicados, tem como objetivo geral analisar as especificidades da trajetória de atuação dos intelectuais Brasileiros no campo educacional. Tratou-se, portanto, de pesquisa histórica e, quanto às fontes, documental, cuja análise preliminar foi realizada à luz das contribuições de Pierre Bourdieu, com o qual buscou-se, através das contribuições de suas análises sociológicas da educação, compreender a noção decampo. Nesse sentido, o conceito de campo é definido como um microcosmo social dentro do espaço social estruturado, onde nele encontram-se dominantes e dominados. Cada campo, segundo Bourdieu, detém certos tipos de capitais e se configura também por ser um espaço de lutas onde estão inseridos os agentes e as instituições que disputam essa luta em busca da apropriação desses capitais específicos. Sendo assim, num primeiro momento, serão discutidos esses conceitos de campo e capital cultural. Na sequência, será apresentada a trajetória do intelectual Rosalvo Florentino de Souza que assim se tornou em decorrência do capital incorporado que passou a representar no tempo e espaço histórico em que viveu e atuou no magistério paulista entre 1949 a 1957. Ainda, nessa perspectiva de constituição do campo educacional Brasileiro, apresentamos a contribuição da escritora norte-americana Ellen G. White (1827-1915), com marcante atuação nos princípios da educação religiosa, mais precisamente na educação adventista em todo o mundo. Ellen G. White se destaca pelo pioneirismo no movimento adventista iniciado em 1843, resultando na fundação da Igreja Adventista do sétimo dia como também da expansão de seu sistema educacional desde o ensino básico até o ensino superior. Assim, na condição de intelectual, os escritos de White são a base filosófico-educacional da pedagogia cristã adventista. Por fim, apresentamos a trajetória de professoras formandas que são sujeitos de um campo ainda em constituição de formação de professores de uma escola normal de Porto Alegre nos anos de 1922 a 1931. Portanto, os sujeitos e ainda não agentes de um campo de formação de professores em constituição, mas que perspectivavam constituírem-se nesse campo como agentes. Desse modo, no período histórico estudado, é possível identificar a contribuição feminina para a profissionalização docente na constituição do campo educacional Brasileiro.

1. A feminização do magistério e a intelectualidade das alunas e futuras professoras da Escola Normal de Porto Alegre no início do Século XX (1922-1931)

Fernanda Plaza Grespan

2. Um projeto educacional cristão: Ellen G. White e os pressupostos filosófico-educacionais adventistas

Giza Guimarães Pereira Sales

3. Rosalvo Florentino de Souza: campo intelectual e capital cultural

Francisco Glauco Gomes Bastos

4. Uma história dos intelectuais na escola pública: o caso dos egressos do Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE-Unesp/Marília (1991-2015)

Leonardo Marques Tezza

Independências, identidades e narrativas em disputa

EIXO 2: INTELECTUAIS E PROJETOS EDUCACIONAIS

 14/07/22 | quinta-feira  8:00-10:00

 Sala Alzira Soriano: <https://us06web.zoom.us/j/83621574409>

Coordenador(a): Cíntia Borges de Almeida

Resumo: A proposta de mesa coordenada integra-se pela temática comum sobre a institucionalização de um processo de independência oficial em detrimento dos processos de independências particulares, com recorte nacional e regional, mediante a problematização de objetos específicos, seleções de fontes e operações metodológicas variadas. Com vistas a problematizar os sentidos da Independência do Brasil e das independências de outras regiões Brasileiras, trazemos para debate as experiências da Bahia, Rio Grande do Sul e São Paulo, propondo uma análise em torno de uma materialidade cultural e da produção de discursos e narrativas oficiais pautados neste marco histórico para consolidar símbolos nacionais, bem como para construir a representação oficial de um ideário social, com a padronização de condutas e de comportamentos, controle de corpos e fabricação de uma identidade nacional. Contudo, interessa-nos, ainda, perceber as particularidades envolvidas em cada um desses processos de independência, de lutas, dos modos de vida, de silenciamentos, mas também das resistências em busca do direito de viver e de disputar espaços e narrativas. Na comunicação coordenada indicada tematizam-se a formação social, a organização dos territórios nacionais, a construção da identidade da independência em diferentes regiões, o lugar da memória e a legitimidade do discurso. Para tanto, mapeamos acervos documentais, dando ênfase às fotografias, aos livros didáticos, aos jornais de diferentes segmentos, aos relatórios produzidos pelos poderes públicos estaduais, entre outros instrumentos de pesquisa, envolvendo, principalmente, os contextos das efemérides 1822, 1872, 1922 e 1972. Os autores da sessão buscam estabelecer diálogo com Albuquerque

(1997) e Kraay (2021) para discutir civismo festivo e comemorações públicas; com Certeau (2002) para investir na “operação historiográfica” pelo inventariado dos indícios e nos levantamentos de anúncios voltados para a formação da(s) opinião(ões) pública(s); com Chartier (1990) e com o conceito de representação abordado pelo autor que permite entender o discurso com sentido instável, de forma não cristalizada; com Meneses (2005, 2012), Frago e Benito (1998), para dialogar com as reflexões sobre arquitetura e cultura material; com Nora (1993), a fim de discutir o lugar de memória; discutindo o conceito de experiência proposto por Thompson (1987), buscando observar os catalisadores das ações sociais e os processos de autenticidade das populações; trazendo o conceito de cultura a partir do diálogo com Williams (2000), que traz o conceito pelas definições de “um ideal”, “uma documentação”, “um modo de vida”; e, por fim, pautados em Chaunu (1989) e sua afirmação sobre a construção espaço histórico a partir das fontes e das metodologias alocadas para a interpretação das narrativas e na construção das histórias a serem privilegiadas.

1. Independência do Brasil e a identidade nacional: debates sobre a formação social

Cíntia Borges de Almeida, Luciano Mendes de Faria Filho

2. Memória, identidade e construção da nação: narrativas sobre a Independência da Bahia

Marcelo Gomes da Silva

3. O(s) projeto(s) de independência(s) do Rio Grande do Sul: narrativas do pretérito e do porvir

Alessandro Carvalho Bica

4. São Paulo e a construção de uma memória oficial da Independência a partir da cultura material

Fabiana Munhoz

Periódicos de educação e de ensino: dos editores aos leitores (séculos XIX e XX)

EIXO 3: IMPRENSA E IMPRESSOS EDUCACIONAIS

 12/07/22 | terça-feira  8:00-10:00

 Sala Antonieta de Barros: <https://us06web.zoom.us/j/87072136595>

Coordenador(a): Mirian Jorge Warde

Resumo: Os periódicos de educação e ensino começaram a circular em alguns países da Europa em fins do século XVIII, destacadamente, França e Alemanha; no começo do século seguinte já haviam atravessado o Atlântico para conquistar a atenção de editores e pessoal ligado ao ensino nos Estados Unidos. Até o final do século XIX, no Rio de Janeiro, bem como em províncias do Sudeste e do Nordeste, os impressos periódicos já haviam se tornado objeto de interesse. Os estudos disponíveis indicam que, ao menos nos Estados Unidos, os primeiros

periódicos educacionais, não só as revistas, tiveram ciclos de vida curtos assim como no Brasil. As razões são relativamente bem sabidas: pouco capital para investimento; confusão entre as finanças pessoais e dos editores/responsáveis e os sempre reduzidos recursos do professorado para bancar assinaturas prolongadas ou mesmo para aquisição de números isolados. Pressionados a divulgar seus empreendimentos por meio de doações às escolas ou aos órgãos da administração da instrução pública, os responsáveis pelos periódicos em curto tempo se viam obrigados a dar por encerrada a iniciativa. Relatos desse tipo são muito frequentes na historiografia sobre impressos periódicos, não só a Brasileira. E espelham especialmente o século XIX e as primeiras décadas do século seguinte; mas não só. No caso do Brasil, os ciclos de vida dos periódicos tenderam a se alongar, mas os ciclos curtos ou curtíssimos não desapareceram. Ainda, assim, os estudiosos do assunto destacam que os jornais educacionais, revistas de educação e ensino e seus correlatos funcionavam/funcionam como modeladores das práticas docentes, como instrumentos de produção de identidades profissionais do magistério., assim como exerceram/exercem uma função central na coletivização de memórias profissionais e de partilha de projetos para o futuro. Em poucos termos, exerceram/exercem função relevante na constituição e configuração do campo educacional. Esta mesa, ao examinar periódicos de tempos e espaços distintos pretende colocar em debate aquelas teses.

1. Um periódico em circulação nos Estados Unidos: The Academician, de olho na ciência e nos melhores métodos de ensino (1818-1820)

Mirian Jorge Warde

2. A revista A Eschola Publica (1893-1897) e a implantação do projeto educacional republicano paulista

Vera Valdemarin

3. Dinâmicas de circulação e internacionalização a partir dos “impressos sobre educação”: União Pan-Americana, 1925-1947

Ana Cristina Santos Matos Rocha

4. Os jornais “A Escola” como fonte para a escrita da história da educação no Maranhão (1870- 1930)

Samuel Luis Velásquez Castellanos

Transformações nos padrões de sensibilidade: a intimidade como foco

EIXO 3: IMPRENSA E IMPRESSOS EDUCACIONAIS



13/07/22 | quarta-feira



8:00-10:00



Sala Laélia de Alcântara: <https://us06web.zoom.us/j/85762667551>

Coordenador(a): Marcus Aurelio Tabora de Oliveira

Resumo: A modernidade tem sido considerada tradicionalmente como um período de tempo de profundas transformações no âmbito da cultura auto referida como ocidental.

Aqui, seguindo as reflexões de Marshal Berman (1985), preferimos considerá-la como um tipo de experiência aberta, mais que um marcador temporal. Essa experiência implicou não apenas uma nova concepção e percepção de tempo, denotada na sua aceleração e no seu aspecto normativo, progressivo e teleológico, como sugere Edward Thompson (1998), mas também um conjunto de processos que afetaram a formação humana, uma vez que o indivíduo tomado como sujeito autoconsciente era o seu centro de referência. Aquela experiência, mais do que retóricas afirmadoras do processo de formação geral, produziu práticas e instituições que deveriam se incumbir da sua plena realização. Tendo uma possível educação para a intimidade como fulcro, nossos objetivos na pesquisa que permitiu a realização desse painel temático foram: compreender as mudanças nos padrões de percepção e cuidados com o corpo em relação aos comportamentos individuais e ao estilo de vida, bem como compreender as percepções individuais e sociais sobre o sentido da família e da participação político-social, com o foco em dois países, Brasil e Itália. A voga moderna produziria as condições de possibilidade da emergência de retóricas e práticas de massificação da cultura, as quais afetariam a esfera da intimidade, implicando novas formas de organização comunitária, a começar pelo redimensionamento da família. Mas implicaria também em um novo padrão de preocupação com o corpo, o comportamento e o estilo de vida, tanto em chave individual quanto coletiva, assim como em diferentes formas de participação sócio-política, na medida em que a sociedade se tornou mais complexa, novos atores emergiram na cena pública e o indivíduo singular expresso pelo liberalismo, pelo romantismo ou pelas vanguardas artísticas do século XIX, lentamente deu lugar a um outro tipo de “individualidade” definida pela capacidade de agregação à massa e à indústria cultural. Na larga temporalidade por nós percorrida podem ser capturadas significativas transformações no que chamamos de intimidade, as quais prepararam o terreno para outras mais profundas que afetaram a cultura de maneira definitiva a partir da metade do século XIX e por todo o século XX. Portanto, nos mobilizou uma mirada estética para a educação e a política, tendo como eixo as tensões entre o público e o privado, o singular e o universal, o indivíduo e a massa. Indagamos como se transformaram os padrões de transmissão dos conhecimentos sobre a intimidade no período proposto com a conseqüente produção de novos modos de educar as sensibilidades. Tratou-se de aquilatar o alcance da mobilização dos sentidos e da disputa entre diferentes tipos de sensibilidade em um amplo arco temporal de profundas transformações nas sociedades ocidentais, nas quais a ideia de formação assumiu diferentes conotações com velocidade estonteante, deslocando as preocupações com os indivíduos singulares e os pequenos grupos sociais organizados em torno de uma cultura comum, para aquela na qual a sociedade aparece como unidade harmônica que tendeu ao apagamento das diferenças, da pluralidade e da singularidade.

1. A defesa da intimidade como valor formativo nas primeiras décadas do século XIX: a família entre a transformação e a conservação dos costumes

Marcus Aurelio Taborda de Oliveira

2. Santos estudantes: los modelos de comportamiento para niños y jóvenes entre culto a la infancia y promoción de las escuelas de las órdenes religiosas

Paolo Bianchini

3. Educação sexual nos anos 1930 e as prescrições de José de Albuquerque para educar a intimidade

Kênia Hilda Moreira

4. O apelo da coleção “Para Gostar de Ler” na década de 1970

Suzete de Paula Bornatto

Educação em impressos nas comemorações do centenário da Independência: Honduras (1921) e Brasil (1922)

EIXO 3: IMPRENSA E IMPRESSOS EDUCACIONAIS

 14/07/22 | quinta-feira  8:00-10:00

 Sala Dilma Rousseff: <https://us06web.zoom.us/j/83621574409>

Coordenador(a): Andres Eduardo Garcia Lainez

Resumo: Um dos componentes básicos da identidade nacional, a memória coletiva, tem sido construída de várias formas e reproduzida por muitos meios. Na imprensa, por ocasião de efemérides relativas à nação, o passado se faz presente por meio de narrativas diversas – escritas e iconográficas – publicadas em livros, catálogos e coleções, edições especiais de periódicos, etc. Impressos que veiculam ideias, conceitos, interpretações múltiplas quanto à história nacional, a partir da compreensão que dela têm seus respectivos editores e autores e suas intenções em criar/preservar uma determinada imagem de nação. Tendo por temática a educação em tempos de comemorações dos centenários de emancipação política em Honduras (1921) e no Brasil (1922), os trabalhos que compõem essa mesa coordenada têm por objetivo analisar as formas como a educação compareceu em impressos por ocasião de tais efemérides nesses dois países da América Latina. Ao se tomar por referência contribuições teórico-metodológicas da História Cultural, os impressos foram considerados como documento-fonte, princípio que orientou o tratamento do conjunto documental selecionado no conjunto dos estudos reunidos. No trabalho relativo à Honduras, as investigações em impressos de caráter periódico-administrativo do ensino primário e normal que circularam entre 1895 e 1921 objetivaram analisar: o que foi publicado sobre o 15 de setembro de 1821? Qual o lugar dessa lembrança na materialidade desses impressos? O que seria possível pensar a partir de tais

publicações? No que se refere ao Brasil, foram analisados os casos do estado do Piauí e do Rio de Janeiro, buscando compreender: de que forma as questões educacionais compuseram as festividades pelo centenário da independência do Brasil naquele estado do, então, norte do país e na capital da República? Como educação/ensino/instrução foram tratados em discursos publicados em impressos, considerando os cem anos de emancipação política Brasileira? A partir do exercício que buscamos realizar nos impressos analisados é possível afirmar que, nas efemérides nacionais em Honduras (1921) e no Brasil (1922), a educação esteve presente, considerada como um dos componentes necessários à constituição da nação, em que pese a disputa por diferentes concepções/formas de educar as populações. Com esta Mesa Coordenada, procuramos contribuir para ampliar o conhecimento sobre educação em tempos de comemorações de efemérides nacionais em países da América Latina, assim como disponibilizar fontes para a produção do conhecimento em História da Educação.

1. Rumo ao “Dia Venturoso”. O lugar das comemorações de Independência da América Central na imprensa pedagógica Hondurenha (1895-1921)

Andres Eduardo Garcia Lainez, Alejandro Enrique Garcia Lainez

2. Decepções e esperanças: a instrução pública em cem anos da nação Brasileira

Paulo Rogério Marques Sily

3. Catolicismo, “ideias tumultuarias” e as comemorações do centenário da Independência do Brasil

Vinícius de Castro Lima Vieira

4. “Eco retumbante se fez ouvir celeremente”: centenário da Independência, educação e memória no Piauí (1922-1923)

Francisco Gomes Vilanova, Maria Solange Rocha da Silva

Técnica, corpo, sentidos e sensibilidades nos processos educacionais

EIXO 4: FORMAÇÃO E PROFISSÃO DOCENTE

 12/07/22 | terça-feira  8:00-10:00

 Sala Sonja Ashauer: <https://us06web.zoom.us/j/87072136595>

Coordenador(a): Eduardo Galak

Resumo: Não existe separação entre a humanidade e a técnica. Paradoxalmente, a técnica está coberta de desprezo, como um ponto obscuro, resultado da separação entre o artifício e a essência do ser, o corpo do espírito, o trabalho do intelecto. O que se vê neste processo é que a técnica, historicamente, ficou entre ser inferior e essencial. A aparência é separada da essência, o saber, apartado do fazer, o planejamento distante do gesto. Con-

ceito central para pensar os problemas da contemporaneidade, o estudo da técnica ainda é insuficientemente discutido, mesmo que a sua condição antropológica seja intrínseca à própria subjetivação do ser. Essa expressão se dá no plano do conhecimento, porque supõe um acoplamento de sistemas que realizam uma operação cognitiva, pela organização do complexo corporal e síntese que esta faz com objetos, para diferentes afazeres diários, práticas ordinárias, sistêmicas, ou mecânicas, impensadas, projetadas etc. Isto é, a técnica diz respeito aos processos corporais, transformando-se composicionalmente e não oposicionalmente, pela dualidade mente e corpo. Esta comunicação coordenada pretende uma discussão sobre vários artefatos culturais que exibem técnicas quando analisadas sobre o corporal, como dispositivos pedagógicos modernos, neste caso, destacando os estudos dos usos das imagens sequenciadas como recursos didáticos; os processos de rádio difusão educativa analisando os procedimentos técnicos que estabelecem a linguagem radiofônica para o ensino-aprendizagem; os componentes técnicos dos brinquedos científicos apresentados como uma política sobre os significados de infância e as formas de apreensão da atenção; e, por fim, a recomposição do aparato técnico gestual estimulado por reformas educacionais. Partindo do reconhecimento da importância que a modernidade lega à ciência como legitimadora da retórica e do lugar das técnicas como dispositivos, a intenção desta discussão é compreender como os discursos sobre corpos e sensibilidades historicamente operam nos processos educativos, compreendendo também as particularidades dos diferentes contextos, ou como certas recorrências nos usos de diferentes dispositivos técnicos e composições tecnológicas são apresentados como fatores constituidores do que se entende por processos educacionais. Precisamente, por “diferentes contextos” se envolvem discursos pedagógicos em territórios heterogêneos, que não só se ocupam das escolas, mas também em outros lugares socialmente legitimados como espaços para a transmissão de saberes e técnicas corporais. Esta comunicação está ligada aos trabalhos do projeto “Corpos, Natureza e Sensibilidades em Perspectiva Transnacional”.

1. La mirada fija. Análisis de las técnicas didácticas que disponen una tecnología educativa de imágenes invariables

Eduardo Galak, Ramiro de Pedro

2. O rádio como aparato técnico para a educação: reflexões a partir da radio educação na Bahia

Kelly Ludkiewicz Alves, Tarcísio Henrique Souza Sant’Ana

3. Polêmicas e demarcações em torno de uma dimensão técnica no ofício de ensinar: o trabalho docente como pauta das reformas da escola primária no Estado do Paraná no início do século XX

Sidmar dos Santos Meurer

4. Brinquedo científico, tecnociência para crianças inscrita nos artefatos

Katya Braghini

Memórias e representação sobre docência e formação no meio rural em dimensões regionais (1940-1990)

EIXO 4: FORMAÇÃO E PROFISSÃO DOCENTE

 13/07/22 | quarta-feira  8:00-10:00

 Sala Nise da Silveira: <https://us06web.zoom.us/j/85762667551>

Coordenador(a): José Edimar de Souza

Resumo: As memórias possibilitam pontos de contato, como afirma Halbwachs (2006) e, analisadas em conjunto, propiciam a permanência do tempo necessário para que exista uma memória coletiva; tornando possível reconstruir uma história própria de um grupo de sujeitos. As memórias como narrativas, transcritas e analisadas contribuem para conhecer e compreender os fenômenos e as distintas realidades sociais e culturais que compõe a história. Nesse sentido, o objetivo da mesa coordenada consiste em analisar e compreender memórias e representações sobre a docência e os processos formativos de professores que atuaram no meio rural em diferentes estados do Brasil, entre 1940-1990. A dimensão local de análise evidencia as singularidades dos modos e das formas constituídas em quatro estados da federação, oportunizando ampliar os sentidos sobre os processos estabelecidos, as relações de poder, as particularidades regionalizadas e as inferências cotidianas para saber, para fazer e para ser docente. O rural aqui investigado é percebido a partir da perspectiva da História Cultural considerando a dinamicidade na escrita e produção histórica valendo-se das sensibilidades, do valor do sentido, dos ritos e das práticas para análise empreendida. Embora a metodologia abordada seja história oral, outros documentos, como fotografias e “guardados” pessoais, tidos como “documentos ordinários”, como argumenta Cunha (2011), são cotejados com as narrativas de memórias para configurar as práticas pedagógicas e caracterizar a formação para ser professor/a. Como resultados dos estudos, destaca-se no conjunto de amostra dos estados do Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo e Sergipe, que em três regiões do nosso país (sul, sudeste e nordeste) estratégias e táticas foram elaboradas para estudar e concretizar os projetos de vida dos sujeitos entrevistados. Evidencia-se ainda como discussão da análise: as memórias de escolarização inicial e de preparação para o exercício da profissão; a docência leiga e à docência desenvolvida em espaço formal; as relações com as políticas locais de formação e trabalho, bem como a força das indicações e as formas elaboradas para criar escolas, ser professora e de adaptação para aprender e ensinar. Como resultados, mesmo diante de situações regionalizadas, foi possível identificar recorrências que traduzem um tipo de escola, um tipo de formação e de prática empreendida no nosso país para as comunidades rurais, entre 1940 e 1990; que nem sempre esteve entre os objetivos principais dos governantes e das políticas de formação, mas a escola e a formação desenvolvida no meio rural foram uma das maneiras encontradas por

essas distintas comunidades para acessar o conhecimento formal, imprimindo sentidos e significados às suas trajetórias e a história da educação rural em nosso país.

Referências:

CUNHA, Maria Teresa Santos. A escola, os livros e a leitura. À procura daquilo que não se fez esquecer. In: FISCHER, Beatriz T. Daudt (Org.). *Tempos de escola: memórias*. São Leopoldo: Oikos; Brasília: Liber Livro, 2011. v. 1, p. 121-133.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

1. Memórias de escolarização no meio rural do Rio Grande do Sul (1954-1968): culturas e práticas

José Edimar de Souza

2. Memórias e representações: táticas professorais nas escolas rurais de Sergipe (1946-1963)

Maryluzze Souza Siqueira

3. As condições de trabalho de professoras primárias em escolas rurais do Estado de São Paulo (1940-1990)

Áurea Esteves Serra

4. Memórias de professoras rurais no Paraná (1940-1970)

Analete Regina Schelbauer

Tempos e espaços da prática pedagógica e da formação de professoras(es): percursos investigativos no Espírito Santo e em Sergipe (1920 a 1971)

EIXO 4: FORMAÇÃO E PROFISSÃO DOCENTE

 13/07/22 | quarta-feira  8:00-10:00

 Sala Conceição Evaristo: <https://us06web.zoom.us/j/85762667551>

Coordenador(a): Márcia Terezinha Jerônimo Oliveira Cruz

Resumo: Desde as décadas finais do século XX, os estudos no âmbito da História da Educação passaram a evidenciar a análise e a reflexão relativas às questões ligadas à escola e seu cotidiano: arquitetura, artefatos, docentes, estudantes, rituais, festividades... Esse novo olhar refletiu a aproximação à História Cultural e a incorporação de contributos de outras áreas do conhecimento, assim como, a utilização de novas fontes, métodos e abordagens, permitindo o estudo de objetos antes ignorados. Passados 40 anos, outros desafios estão postos à História da Educação, dentre eles, a problematização da docência em instituições educativas

não-formais, das práticas no interior da sala de aula no Ensino Superior e a formação de professoras(es) em diferentes níveis de ensino. Nesta comunicação coordenada interessou-nos conhecer diferentes espaços educativos em Sergipe e no Espírito Santo e, neles, interrogar como ocorriam as práticas pedagógicas, docentes e de formação de professoras(es) e, a partir dos pressupostos teóricos-metodológicos da História da Educação e de variadas lentes interpretativas, evidenciar similaridades, mudanças e permanências ao longo do século XX. Nesse sentido, o trabalho “Laura Amazonas: as interfaces pedagógicas de uma odontóloga educadora” apresenta práticas na educação não-formal pela intelectual sufragista e odontóloga sergipana Laura Amazonas que, entre 1920 e 1960, atuou na defesa dos direitos das mulheres e foi professora na Casa do Pequenino, instituição assistencial-educativa espírita por ela fundada. A pesquisa “Práticas de formação docente: a atuação da Professora Judith Leão Castello na Escola Normal Pedro II (1930-1937)”, trata das práticas adotadas pela Professora Judith Leão Castello, católica fervorosa, na formação de professoras(es) normalistas capixabas, em um contexto marcado pela dominância masculina na administração da educação, ainda que as mulheres compusessem a maioria do magistério. No período situado entre o nacional-desenvolvimentismo e a Ditadura Civil-Militar, a investigação “Do currículo ao interior da sala de aula: práticas pedagógicas na Faculdade de Direito de Sergipe (1950 a 1968)” discorre acerca das práticas de intelectuais do Direito no âmbito do ensino jurídico em Sergipe, realizando o cotejamento entre práticas docentes, práticas de leitura e práticas de estudo. No mais tenso momento da Ditadura Civil-Militar, o estudo “As práticas pedagógicas da formação acadêmica no Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Sergipe (1968-1971)”, analisa como eram planejadas e desenvolvidas as práticas pedagógicas curriculares e extracurriculares adotadas no curso de Pedagogia da recém-criada Universidade Federal de Sergipe (UFS), assim como, evidencia estratégias para utilização na formação acadêmica, de obras consideradas subversivas. O conjunto dos estudos que compõem esta comunicação coordenada possibilitará aos interessados no tema o exercício da reflexão em torno de suas próprias realidades.

1. Do currículo ao interior da sala de aula: práticas pedagógicas na Faculdade de Direito de Sergipe (1950-1968)

Márcia Terezinha Jerônimo Oliveira Cruz

2. Laura Amazonas: as interfaces pedagógicas de uma odontóloga educadora (Século XX)

Rosemeire Siqueira de Santana, Josineide Siqueira de Santana

3. As práticas pedagógicas da formação acadêmica no curso de Pedagogia da Universidade Federal de Sergipe (1968-1971)

Nayara Alves de Oliveira

4. Práticas de formação docente: a atuação da professora Judith Leão Castello na Escola Normal Pedro II (1930-1937)

Rafaella Flaiman Lauff, Regina Helena Simões

A Educação Física no Brasil nas décadas de 1950 a 1970: análises sobre a formação de professores

EIXO 4: FORMAÇÃO E PROFISSÃO DOCENTE

 14/07/22 | quinta-feira  8:00-10:00

 Sala Marcelle Soares Santos: <https://us06web.zoom.us/j/83621574409>

Coordenador(a): Cássia Danielle Monteiro Dias Lima

Resumo: Esta comunicação coordenada reúne trabalhos de pesquisadores que se ocupam em compreender a história da Educação Física no Brasil a partir da segunda metade do século XX. Nessa direção, esta proposta justifica-se pelo profícuo conjunto de pesquisas desenvolvidas sobre o tema nos últimos dez anos e tem por objetivo adensar as discussões sobre a formação de professores para esta prática pedagógica no período mencionado. Nas décadas de 1950 e 1960 – aliada a preceitos como democracia, nacionalismo, desenvolvimentismo – a educação foi considerada elemento basilar para o crescimento econômico e cultural da nação. Destarte, em um clima favorável à produção e circulação de novos saberes, alguns sujeitos se dedicaram a promover ações direcionadas à legitimação e “renovação” da Educação Física Brasileira. Uma constante e extensa produção de textos em periódicos, a organização de cursos e congressos foram algumas estratégias mobilizadas que demarcaram tanto a recepção e a formulação de propostas de renovação, quanto a necessidade de difundi-las. O pequeno número de professores especializados, o estabelecimento de vínculos profissionais e afetivos possibilitaram a presença e o trânsito dos mesmos sujeitos por diferentes órgãos, como a Divisão de Educação Física (DEF), Escolas de Educação Física, departamentos e secretarias estaduais, e Associações de Professores de Educação Física. Fatores considerados como facilitadores da articulação de propostas e encaminhamentos de projetos. Nessa perspectiva, as pesquisas aqui articuladas investigaram diferentes objetos. Os cursos de aperfeiçoamento técnico e pedagógico são abordados como tempo/lugar de divulgação de variadas propostas para o ensino da Educação Física. Projetados para ampliar a formação do professorado, foram realizados entre 1951 e 1976 em algumas cidades Brasileiras. Foi por meio destes cursos que Auguste Listello e a Educação Física Desportiva Generalizada (EFDG), ambos da França, foram apresentados ao professorado Brasileiro pela primeira vez em 1952. Após sua recepção e apropriação, a EFDG permaneceu presente na formação de professores de Educação Física por mais de três décadas. Outro estudo buscou conhecer melhor uma das estratégias da DEF. Denominada de Cursos por Correspondências, tal iniciativa visou divulgar e expandir a Educação Física no território nacional, bem como promover a circulação de material preparatório para provas e concursos. O ensino da Educação Física nas Classes Integrais do Colégio Estadual do Paraná foi investigado com o objetivo de compreender como

essa experiência possibilitou um fazer pedagógico diversificado, destacando as ações do professor Germano Bayer. Interessa-nos, na oportunidade desta comunicação, aproximar nossos estudos e perspectivar novas possibilidades de pesquisa, a fim de contribuir para o adensamento da história da Educação Física e da formação de professores no Brasil, no período de 1950 a 1970.

1. Os cursos de aperfeiçoamento e a propagação de variadas propostas para o ensino da Educação Física no Brasil (1950 a 1970)

Cássia Danielle Monteiro Dias Lima

2. Experimentação e renovação pedagógica no ensino da Educação Física: as classes integrais do Colégio Estadual do Paraná (Década de 1960)

Sergio Roberto Chaves Junior

3. Práticas de transformação de um método de ensino em circulação no Brasil Entre as décadas de 1950, 1960 e 1970: a Educação Física desportiva generalizada na formação de professores

Luciana Bicalho da Cunha

4. Conteúdos e saberes para a formação de professores a partir dos cursos de Educação Física por correspondência da DEF (1957-1969)

Ana Paula Gontijo

A educação de gerações de mulheres no Brasil

EIXO 5: EDUCAÇÃO E GERAÇÕES



12/07/22 | terça-feira



8:00-10:00



Sala Cleo de Verberena: <https://us06web.zoom.us/j/87072136595>

Coordenador(a): Marta Araújo

Resumo: Mulheres professoras e pesquisadoras de instituições universitárias Brasileiras e estrangeiras, integrantes do Grupo de Pesquisa “Educação de Mulheres nos Séculos XIX e XX”, propuseram-se a reconstituir a história da educação de mulheres que se sucede e se renova a cada geração, em tempos e lugares distintos, as classes sociais que pertencem ou pertenciam com suas divisões e diferenças, além de observada as circunstâncias de intergerações. Em seu conjunto, os estudos resultantes das pesquisas históricas circunscritos ao século XX no Brasil, inscritos no Eixo Temático Educação e Gerações, para Comunicação Coordenada, têm como títulos: 1) Josina Maria Lopes de Godoy e Norma Porto Carreiro Coelho: autoras do “Livro de Leitura Para Adultos”; 2) Trajetória Formativa da Educadora Zuleide Fernandes Queiroz; 3) Imprensa Paranaense:

representações sobre a mulher (1900 e 1930) e 4) A educação formativa das professoras Margarida de Jesus Cortez, Maria Isaura de Medeiros Pinheiro e Maria Salonilde Ferreira (Rio Grande do Norte, século XX). Esses estudos debatem com os repertórios de fontes documentais que permitem perguntas e problematizações sobre a educação de mulheres ou mesmo para as mulheres, objetivando: i) Estudar as trajetórias formativas de Norma Porto Carreiro Coelho (1931-1992) e Josina Maria Lopes de Godoy (1929-), as autoras do livro mencionado e adotado no Movimento de Cultura Popular da cidade de Recife em 1960; ii) Biografara educadora Zuleide Fernandes Queiroz com ênfase na sua trajetória formativa, desde a escolarização básica, iniciada na década de 60, à conclusão do doutorado em Educação no ano de 2003; iii) Analisar como a mulher é representada na imprensa jornalística no Paraná no início do século XX para saber se há ou não mudanças nas representações que circularam no periódico selecionado entre os anos de 1900 e 1930; iv) Analisar pela ótica da condição das classes sociais, a educação formativa e as atividades profissionais das professoras Maria Isaura de Medeiros Pinheiro (±1930-), Margarida de Jesus Cortez(1931-) e Maria Salonilde Ferreira (1940-). Os estudos, metodologicamente fundamentam-se no método de investigação histórica, na metodologia da história oral e na pesquisa tipo biográfica de conformidade com Dosse (2015) Meihy e Holanda (2015), nos embasamentos teóricos de Lapuente (2015), Cavalcante (2002), Nicolette e Almeida (2017) e na orientação metodológica de Charlot (2006) quanto às dimensões indissociáveis da educação formativa, da autoformação e das singularidades na realidade do processo educacional, particularmente no domínio da história da educação de mulheres. Em termos de conclusões, os repertórios das fontes documentais revelam que as mulheres de nossos estudos inter-relacionam-se intragerações e intergerações pela educação escolar, pelo percurso formativo comum ou diferenciado, pelas experiências compartilhadas e pela cultura de uma geração que a antecedeu e a sucedeu.

1. A educação das professoras Isaura de Medeiros Pinheiro, Margarida de Jesus Cortez e Maria Salonilde Ferreira (Rio Grande do Norte, século XX)

Marta Araújo

2. Josina Maria Lopes de Godoy e Norma Porto Carreiro Coelho: autoras do “Livro de leitura para adultos”

Raylane Andreza Dias Navarro Barreto

3. Trajetória formativa da educadora Zuleide Fernandes Queiroz

Lia Machado Fiuza Fialho

4. Imprensa paranaense: representações sobre a mulher (1900 e 1930)

Rosa Lydia Corrêa

Patrimônio escolar: desafios políticos para a constituição e manutenção de espaços de memória em escolas públicas (PE/PR/SE/SP)

EIXO 7: PATRIMÔNIO EDUCATIVO, ARQUIVOS E ACERVOS

 12/07/22 | terça-feira  8:00-10:00

 Sala Suzana Amaral: <https://us06web.zoom.us/j/87072136595>

Coordenador(a): João Paulo Gama Oliveira

Resumo: Andreas Huyssen, na obra “Seduzidos pela memória”, chama atenção para o furor da memória que tem atingido diferentes grupos sociais no ocidente depois da década de 1960, seguindo um movimento mais amplo de construção de histórias alternativas e revisionistas, como também de descolonialização. A busca pela edificação, preservação e salvaguarda de vestígios do passado tem ganhado espaço em diferentes áreas do conhecimento, entre elas a História da Educação. Tal perspectiva alia-se às mudanças teórico-metodológicas ocorridas nesse período histórico que levaram os estudiosos da área para as práticas investigativas nos acervos escolares. Assim, no final do século XX e com mais ênfase na primeira década do século XXI, assistimos a um movimento de constituição de espaços de memória dedicados à preservação do patrimônio escolar no Brasil. Entre os exemplos podemos citar o Museu da Escola Catarinense, criado em 1992; o Museu da Escola Professora Ana Maria Casasanta Peixoto, na cidade de Belo Horizonte/MG, datado de 1994; e o Museu Pedagógico – Casa Padre Palmeira, localizado em Vitória da Conquista, na Bahia, instalado no ano de 2003. Por outro lado, criaram-se também espaços de memória dentro das próprias instituições educacionais, nesse sentido a presente proposta de comunicação coordenada tem como objetivo refletir sobre desafios políticos enfrentados na constituição e manutenção de espaços de memória, físicos e virtuais, em escolas públicas. Foram reunidos nessa proposta diferentes trabalhos realizados em instituições públicas municipais e estaduais localizadas em quatro distintos Estados do Brasil, a saber: Paraná, Pernambuco, São Paulo e Sergipe. Os trabalhos desenvolvidos no Sertão Médio do São Francisco Pernambucano tratam dos limites e das possibilidades da constituição de espaços de memórias em escolas públicas, no período compreendido entre os anos de 1950 e 1979. No caso de São Paulo, serão discutidos os resultados de algumas experiências desenvolvidas em projetos de preservação do patrimônio científico educativo em escolas públicas. Já em Sergipe e no Paraná, as empreitadas tratam dos desafios para a construção e manutenção dos Centros de Memória do Atheneu Sergipense e do Colégio do Estado do Paraná. Entre similitudes e discrepâncias os espaços de memórias escolares podem ser entendidos como “lugares-comuns” de “práticas de

memória nacional” que contribuem tanto para as pesquisas na área, como também para a própria comunidade escolar e conseqüentemente para a construção da história local. São iniciativas ainda isoladas que precisam ser fortalecidas em rede na luta por elaboração de políticas públicas voltadas ao patrimônio histórico escolar Brasileiro. Constituem-se também como uma forma de resistência e enfrentamento ao cenário de desmonte e retrocesso vivenciado em diferentes campos da ciência Brasileira, e não diferentemente no âmbito da educação.

1. Para além do “pó do arquivo”: desafios políticos para a instalação e manutenção do Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense (2005-2019)

João Paulo Gama Oliveira, Rosa Fátima de Souza-Chaloba

2. Centro de Memória do Colégio Estadual do Paraná: trajetória e desafios (2006-2021)

Nadia Gaiofatto Gonçalves

3. Objetos de ensino de ciências: desafios a serem superados para preservação dos acervos

Reginaldo Alberto Meloni, Ana Paula Borges Eloi

4. A constituição de espaços de memórias em escolas públicas no sertão médio do São Francisco Pernambucano: desafios, limites e possibilidades (1950 a 1979)

Virginia Avila, Roberlândio da Silva Ferreira

Desafios da pesquisa em acervos em tempos de pandemia

EIXO 7: PATRIMÔNIO EDUCATIVO, ARQUIVOS E ACERVOS

 12/07/22 | terça-feira  8:00-10:00

 Sala Esther Pedreira de Mello: <https://us06web.zoom.us/j/87072136595>

Coordenador(a): Maria Zeneide Carneiro Magalhães de Almeida

Resumo: Os acervos são espaços privilegiados de pesquisa para a História da Educação, de maneira especial para os diretórios, grupos de pesquisa e para a pós-graduação. Em razão da pandemia causada pelo Coronavírus (Sars-CoV-2), que provoca a COVID-19, muitos desafios se colocaram aos pesquisadores da área. Entre eles, o fechamento dos arquivos públicos, privados e escolares, o que impossibilitou o acesso à documentação, pois poucos acervos estão disponibilizados em ambiente virtual. A comunicação coordenada objetiva analisar como estes desafios interferiram no desenvolvimento das pesquisas em andamento no Centro-Oeste Brasileiro e as práticas que surgiram a partir dos empecilhos que surgiram. Pesquisadoras da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) contribuem com uma discussão sobre a importância do acervo do Centro de Documentação Regional (CDR) da referida universidade e da digitalização dos seus fundos documentais, especialmente, para as pesquisas em História da Educação vinculadas aos programas de pós-graduação em Educação e História e

seus respectivos grupos de pesquisa, em Mato Grosso do Sul. Investigadoras da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT) trazem à lume algumas ações do Grupo de Pesquisa “História da Educação e Memória” (GEM) da distinta universidade. Destacam como as práticas já consolidadas, desde sua origem em 1993, foram significativas para as pesquisas atuais em meio a pandemia e possibilitou o surgimento de novos projetos com o intuito de ampliar o acervo documental digital, como o processo de criação e implantação do Centro de Memória Escolar de Mato Grosso, que objetiva coletar, guardar, recuperar e preservar a memória da educação mato-grossense, disponibilizar tal documentação, democratizar o acesso de uma infinita gama de material e impulsionar a continuidade de pesquisas na área. Pesquisadores da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO) lançam olhares sobre os caminhos turbulentos da pandemia que desestruturaram a sociedade e gerou necessária reconstrução metodológica e busca de alternativas nas pesquisas em andamento do campo da História da Educação do diretório/grupo de pesquisa Educação, História, Memória e Cultura em diferentes espaços sociais-HISTEDBR da renovada universidade. A partir dos relatos de experiência, a comunicação coordenada é uma proposta de reflexão para a pesquisa em História da Educação nestes tempos conturbados de pandemia que exigem da área novas abordagens e novos métodos, mas que requer políticas públicas de valorização e digitalização do patrimônio educativo, dos acervos e dos arquivos que sejam efetivas.

1. A pesquisa em História da Educação em tempos de pandemia

Maria Zeneide Carneiro Magalhães de Almeida, Cesar Bressanin

2. Acervo documental do Grupo de Pesquisa História da Educação e Memória – UFMT: antigas ações, novos desafios

Elizabeth Figueiredo de Sá, Dálete Cristiane Silva Heitor de Albuquerque

3. Centro de Memória Escolar de Mato Grosso: uma iniciativa em tempos de pandemia

Marijane Silveira Da Silva

4. O Centro de Documentação Regional da Universidade Federal da Grande Dourados e suas contribuições para as pesquisas em História da Educação (1983-2021)

Alessandra Cristina Furtado, Cristiane Pereira Peres

Escritas que vão e vem: cartas e suas possibilidades na educação

EIXO 7: PATRIMÔNIO EDUCATIVO, ARQUIVOS E ACERVOS

 13/07/22 | quarta-feira  8:00-10:00

 Sala Clarice Lispector: <https://us06web.zoom.us/j/85762667551>

Coordenador(a): Doris Bittencourt Almeida

Resumo: A comunicação coordenada tematiza escritas epistolares, em diferentes perspectivas e temporalidades. Problematizou-se a produção dessas cartas, considerando-as, em

que pesem suas especificidades, testemunhos de práticas culturais, significativas para a historiografia da educação. O primeiro estudo, intitulado “Minha querida filha”: escritas da intimidade entre mulheres no século XIX, aborda o cotidiano feminino oitocentista, exposto em cartas íntimas trocadas entre mãe e filha, ambas mulheres letradas, entre os anos 1856 e 1859. Entre outros aspectos observáveis, destacam-se a gestão da casa, educação dos filhos e das filhas, o casamento, relações familiares com os núcleos parentais, a abordagem da escravização doméstica. Na sequência, “Mande notícias do mundo de lá, diz quem fica”: um estudo sobre cartões postais (1904-2018)” investiga o conteúdo discursivo desses ego-documentos e discute os motivos pelos quais são conservados ao longo do tempo. Considerou-se como categorias de análise o estudo das materialidades, protocolos de escrita, vínculos entre remetentes/destinatários, produção de sensibilidades, temas abordados, sendo notícias de viagens, aquele que predominou nos postais a partir da década de 1970. O terceiro trabalho, “Guardar, amar e registrar: a escrita epistolar no final no século XX (1979-1980)” examina um conjunto de cartas manuscritas, escritas e remetidas por um jovem à sua namorada, residente em uma cidade ao sul do Brasil. Problematizam-se temas do cotidiano, as relações estabelecidas entre o público e o privado, entre o pessoal e o íntimo, entre outros aspectos que as cartas podem revelar. E, por fim, o texto “Cartas que voam: a escrita epistolar na experiência de cativas e libertas” analisa cartas assinadas por mulheres escravizadas ou libertas e sua importância para melhor compreender o poder da palavra em tempos de escravidão. Discute a inserção da mulher escravizada e liberta no universo da cultura letrada e da educação e do acesso à palavra escrita como possibilidade de apropriação de suas próprias narrativas. As cartas, como elos que aproximam essas pesquisas, nos oferecem indícios de experiências individuais, familiares e coletivas de mulheres e homens, em temporalidades distintas. Algumas datam do século XIX, outras se inscrevem no século XX. São escrituras da ordem do comum, que escaparam do descarte e, assim, sobreviveram à passagem do tempo. Constituem-se em documentos que, se examinados e problematizados, permitem conhecer diferentes práticas culturais e sociais. Neste sentido, cada uma das pesquisas aqui apresentadas, contempla tramas de narrativas que envolvem as condições de produção das cartas, seu conteúdo discursivo e os percursos dos sujeitos escreveram/receberam as correspondências e suas redes de sociabilidade. Pelas investigações, entende-se que é possível construir movimentos de aproximação de sensibilidades do passado, através desses rastros que ficaram no presente.

1. “Mande notícias do mundo de lá, diz quem fica”: um estudo sobre cartões postais (1904-2018)

Doris Bittencourt Almeida, Alice Rigoni Jacques

2. Cartas que voam: a escrita epistolar na experiência de cativas e libertas

Alexandra Lima da Silva

3. Guardar, amar e registrar: a escrita epistolar no final do século XX (1979-1980)

Vania Grim Thies

4. “Minha querida filha”: escritas da intimidade entre mulheres no século XIX

Maria Celi Chaves Vasconcelos, Luciana Lupatroclo

Entrelaços da materialidade escolar na História da Educação: estudos sobre congressos, exposições, conferências, carteiras, manuais, cadernos e objetos de premiação e punição

EIXO 7: PATRIMÔNIO EDUCATIVO, ARQUIVOS E ACERVOS

 14/07/22 | quinta-feira  8:00-10:00

 Sala Cora Coralina: <https://us06web.zoom.us/j/8362157440>

Coordenador(a): Etienne Baldez Louzada

Resumo: Julia (1996) traça um panorama de áreas de investigação na História da Educação e da Escola, destacando o fato de que um papel preponderante deve ser atribuído atualmente à análise da cultura escolar, entendendo-a como um conjunto de fatores que marcam de forma concreta o papel e o desempenho da instituição escolar. Ampliando essa análise, a expressão cultura material escolar tem sido utilizada em pesquisas na área da História da Educação que se voltam para a constituição da escola por meio dos objetos e contextos materiais, evidenciando as representações, as práticas, a produção de sentidos e significados à escolarização. Coadunando com o exposto, o objetivo desta comunicação, composta por quatro estudos, é discutir a cultura material da escola, suas representações e possíveis impactos nos espaços educativos, sociais e políticos no Brasil, Europa e América Latina, entre a segunda metade do século XIX e início do século XX. O primeiro trabalho que compõe esta comunicação se volta para as Conferências realizadas durante a Exposição Pedagógica do Rio de Janeiro (1883), com o objetivo de analisar o mobiliário escolar indicado na referida exposição, dando especial atenção às carteiras escolares. Tal análise permite apontar que, entre as indicações de modelos de carteiras, o destaque era dado para aquelas que fossem de madeira e que fossem utilizadas corretamente. Se tratamos de carteiras, é pertinente lembrar que elas serviam como base para o uso de outros artefatos da cultura material, como, por exemplo, os cadernos escolares. Esses aqui compõem o segundo trabalho, que se voltou para um conjunto de 10 cadernos de uma estudante, entre os anos de 1898 a 1901, e para a demonstração de três tipologias de cadernos de classe da escola primária gaúcha. Dos cadernos é possível direcionar o presente debate para os Manuais Pedagógicos, da segunda metade do século XIX, com a apresentação do terceiro estudo que compõem esta mesa. Esse trabalho toma manuais de cinco países, entre eles o

Brasil, demonstrando ser possível vislumbrar neles um conjunto de objetos de premiação e punição, que incitariam os estudantes à disciplina almejada nas escolas. Seguindo pelo fio condutor temporal, chega-se ao início do século XX com o quarto estudo, que se volta para as discussões em torno ao tema do jubileu, relacionando o debate da cultura material escolar e dos ritos e liturgias cívicas com o disposto em Congressos e Exposições na América do Sul, de modo a apresentar um conjunto diverso de objetos e documentos (cartões postais, imagens, carteirinha de congressistas, objetos numismáticos, etc.), que permitam outros diálogos em torno da materialidade escolar. É possível apontar, a partir dos estudos elencados nesta comunicação coordenada, que a investigação sobre a materialidade escolar permite articular saberes e práticas que possibilitam uma melhor compreensão da história da escolarização e das relações instituídas entre a escola e demais integrantes da sociedade.

1. Cultura e materialidade escolar em exposições, congressos e objetos: “a feliz invenção do jubileu”

Gizele de Souza, Andrea Cordeiro

2. O mobiliário escolar nas conferências efetuadas na Exposição Pedagógica de 1883

Etienne Baldez Louzada, Juarez José Tuchinski dos Anjos

3. Meios artificiais de incitar à disciplina: objetos de premiação e punição em manuais de pedagogia do século XIX

Carolina Ribeiro Cardoso da Silva, Vera Lucia Gaspar da Silva

4. Cem anos de história do Caderno de Classe da Escola Primária Gaúcha: considerações a partir de um acervo (1898-1998)

Eliane Peres

Comparação em História da Educação: da compreensão histórica, ao método, às práticas

EIXO 8: TEORIA DA HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA DA EDUCAÇÃO

 13/07/22 | quarta-feira  8:00-10:00

 Sala Elis Regina: <https://us06web.zoom.us/j/85762667551>

Coordenador(a): Fabiany de Cássia Tavares Silva

Resumo: Esta proposta de comunicação coordenada articula três perspectivas de aproximação a reconstrução/reaparecimento do método da comparação, cujos exercícios incursionam pela compreensão histórica dos problemas da educação; pela (de)composição de uma proposta metodológica que intenta a (re)instituição, ou mesmo reconciliação entre a história e a comparação; pelas formas de operação de conceitos em comparação nas análises das práticas de comemoração, realizadas nas escolas Brasileiras e portuguesas e, na historiografia

do ensino secundário. Neste contexto, Estudos Comparados para a compreensão histórica dos problemas da educação num tempo de grande transformação, analisa a comparação omnipresente no trabalho histórico e no juízo sobre a evolução da educação, seus problemas e tendências na década de setenta do século passado. Na sequência, Estudos Comparados em História da Educação: (de)composição do método, identifica/organiza as diferenças e semelhanças do/no particular, a partir dos processos históricos amplos reconstruídos como parte de uma determinada realidade, que é sempre complexa e aberta às transformações, sob a ação dos sujeitos sociais (utilizando a história como método). Em Escolarização de massas: estudo de uma prática em história comparada (final do século XIX e início do XX), assume novos significados da comparação em diferentes contextos sociais e históricos, tornando objeto de lutas pelo poder dentro do campo educacional, cuja consolidação beneficiou-se de outras áreas para a sua legitimação (especialmente da psicologia no ideário renovado de ensino). Por fim, Ensino secundário, uma questão de classe?, problematiza a recorrente utilização, na historiografia, da concepção do caráter elitista do Ensino Secundário, levantando questões e explicita reflexões comparadas a respeito da história desse nível de ensino. Para embasar essas reflexões foi à busca das acepções/conceituações/definições da palavra elite em dissertações e teses sobre o Ensino Secundário.

1. Estudos Comparados em História da Educação: (de)composição do método

Fabiany de Cássia Tavares Silva

2. Estudos Comparados para a compreensão histórica dos problemas da educação num tempo de grande transformação

António Gomes Ferreira

3. Ensino Secundário, uma questão de classe?

Eurize Caldas Pessanha

4. Escolarização de massas: estudo de uma prática em História Comparada (final do século XIX e início do XX)

Renata Marcílio Cândido

História das instituições educativas e do ensino: alguns aspectos teóricos e metodológicos

EIXO 8: TEORIA DA HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA DA EDUCAÇÃO

 14/07/22 | quinta-feira  8:00-10:00

 Sala Anita Malfatti: <https://us06web.zoom.us/j/83621574409>

Coordenador(a): Rodolfo Oliveira Medeiros

Resumo: Trata o presente de comunicação coordenada constituída por resultados de reflexões e análises descritivas realizadas no âmbito do grupo de estudos e pesquisas “Hi-

DEA Brasil– História das disciplinas escolares e acadêmicas no Brasil”, com o objetivo de identificar e analisar aspectos teóricos e metodológicos da investigação histórica da educação, os quais têm subsidiado o desenvolvimento de pesquisas em História da Educação dos integrantes do grupo de estudo e pesquisa mencionado, centralmente sobre a em História das instituições educativas e do ensino que formam novos profissionais nas várias áreas. Para Magalhães (2004), a história das instituições educativas cumpre um triplo registro de conhecimento que envolve: o passado, a problematização do presente e a perspectivação do futuro. Segundo esse pesquisador, o conceito de instituições e relaciona à ideia de permanência e de sistematicidade, além da ideia de norma e de normatividade, subsidiando a análise dos comportamentos, representações e projetos dos sujeitos na relação com a realidade material e sociocultural de contexto. Em diálogo com De Certeau (1982), trata-se de uma construção, e para tanto, deve-se questionar “como se produz a história”, ou, “o que o historiador fabrica quando faz história, considerando-o três elementos: “um lugar”, ou seja, um recrutamento, um meio, uma profissão, etc., que mediarão o discurso, o que pode ou não ser dito; “os procedimentos de análise”, ou seja, a disciplina que norteará os rumos da pesquisa, a análise das fontes e documentos; e “a construção do texto”, ou seja, uma produção literária, uma escrita, que seleciona, organiza e orienta o trabalho dando-lhe uma certa organicidade. O historiador transforma em cultura os elementos que extrai dos campos naturais. Ele modifica o espaço, ele transforma o meio. Em síntese, fazer história não é somente falar nos “imensos setores adormecidos da documentação”, ou recuperar elementos das memórias de um passado, dando voz a um silêncio, ou a uma população de mortos. É transformar alguma coisa, um objeto, que possuía seu estatuto e seu papel, em uma outra coisa que funciona de forma diferente (DE CERTEAU, 1995). Nesse sentido, o historiador trabalha para a produção de tais documentos, pelo fato de recopiar, transcrever, fotografar esses objetos, mudando, ao mesmo tempo, seu lugar (DE CERTEAU, 1995). Em história, tudo começa com o gesto de selecionar, de reunir, de transformar em documentos determinados objetos distribuídos de outra forma. Portanto, o historiador procederá a uma “nova repartição cultural” (DE CERTEAU, 1995). Dessas teorizações, os pesquisadores do grupo de estudos e pesquisas em questão buscaram apropriações, cada qual à luz de seu objeto, objetivo de pesquisa e dos questionamentos norteadores de suas investigações. São alguns resultados dessas apropriações que esperamos comunicar de maneira coordenada.

1. A trajetória histórica do ensino nos cursos médicos da Faculdade de Medicina de Marília – FAMEMA, entre 1967 e 1997

Rodolfo Oliveira Medeiros

2. Uma “nova repartição cultural” para uma história do curso de Pedagogia da Faculdade de Filosofia e Ciências – FFC – Unesp/Campus de Marília (2006 a 2023)

Rosane Michelli de Castro, Juliana Barbosa Pires

3. Os desafios das instituições educacionais superiores públicas frente a política educacional de avaliação em larga escala, avanços ou retrocessos de FHC a Dilma?

Márcia de Negreiros Viana

4. Os cursos de ensino da Pedagogia e ensino da Matemática de Malanje (2011-2016): uma repartição cultural” para uma história das instituições educativas em Malanje-Angola

Damião de Almeida Manuel, Madalena Fundo Daniel

História da educação profissional e tecnológica: possibilidades, desafios e potencialidades de acessos às fontes e aos referenciais teóricos

EIXO 9: EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

 14/07/22 | quinta-feira  8:00-10:00

 Sala Pagu: <https://us06web.zoom.us/j/83621574409>

Coordenador(a): Maria Lucia Mendes de Carvalho

Resumo: Esta comunicação coordenada agrega quatro propostas de dois centros de educação, um estadual de São Paulo com uma universidade estadual paulista, e o outro, federal de Minas Gerais; e duas de universidades federais, uma de Natal/RN, e a outra, de Uberlândia/MG, com a participação de uma universidade privada de Uberaba/MG. Os quatro estudos apresentam abordagens histórico-teóricas sobre a relação entre educação e trabalho, de história das instituições ou das profissões, periodizando a primeira metade do século XX. No centro e na universidade estaduais paulista, de um trabalho conjunto iniciado há 25 anos, persiste a preocupação com a preservação e a salvaguarda do Patrimônio Histórico Educativo, desde a implantação de centros de memória, capacitando professores, e empregando como categoria de análise a cultura escolar, e de investigação a cultura material e imaterial. Apesar das limitações da ação governamental, das políticas públicas, no campo da preservação documental, a articulação com a comunidade internacional acontece com a participação das pesquisadoras no comitê editorial da RIDPHE_R, Revista Iberoamericana do Patrimônio Histórico-Educativo/Unicamp. No estudo do centro federal mineiro, os pesquisadores buscam na imprensa periódica as ações propositivas e implementadas no setor Agrícola para preparação profissional dos trabalhadores da agricultura, estabelecida no decreto-lei de 1946, que alterou o modelo de ensino e o formato organizativo de oferta de cursos. Estes utilizam-se de referenciais da História Política e da Análise do Discurso, para a análise da produção dos artigos que foram publicados em revistas e jornais que circularam nos anos de 1946 a 1961. A pesquisa potiguar traz à discussão os engenheiros-educadores que pensaram e atuaram na educação profissional Brasileira, considerando os

itinerários intelectuais e as redes de sociabilidades, a partir de pesquisa documental em acervos digitais, especificamente na Hemeroteca Digital Nacional e no CPDOC da Fundação Getúlio Vargas. Nas universidades mineiras, buscaram compreender as especificidades do ensino profissional para mulheres de Belo Horizonte, entre 1909 e 1946, por meio de decreto de 1909, que prescreveu a criação de Escolas de Aprendizes, em capitais, com o ensino profissional gratuito. Esse estudo, derivou da leitura de fontes como o jornal Minas Geraes, mensagens oficiais, legislação educacional, e entrevista com uma ex-aluna, dentre outras. Tal documentação foi analisada segundo procedimentos metodológico-conceituais do materialismo histórico-dialético, identificando as profissões das mulheres nesse período. Com esta comunicação coordenada, uma maior aproximação ocorreu entre pesquisadores de instituições Brasileiras, que puderam discutir as possibilidades, os desafios e as potencialidades de acesso às fontes, de referências teóricas e metodológicas para um campo em construção, que é o da história da educação profissional e tecnológica.

1. Centros de Memória no Centro Paula Souza: 25 anos de uma parceria entre instituição e universidade públicas

Maria Lucia Mendes de Carvalho, Carmen Sylvia Vidigal Moraes

2. A lei orgânica do ensino agrícola: circulação e repercussão da política para formação do trabalhador rural na imprensa periódica

Irlen Antônio Gonçalves, Keren Amorim

3. A escola profissional feminina de Belo Horizonte, MG: ampliação de sobrevivência e inserção no mundo do trabalho

Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro

4. Engenheiros-educadores: sociabilidades, trabalho e práticas educativas de uma geração (Brasil, primeira metade do século XX)

Olivia Morais de Medeiros Neta

Processos de democratização/desdemocratização da educação pública no Brasil: desigualdade socio-racial, disparidades no financiamento educacional e meritocracia

EIXO 10: EDUCAÇÃO, MOVIMENTOS SOCIAIS, ETNIAS E GÊNERO

 13/07/22 | quarta-feira  8:00-10:00

 Sala Adélia Sampaio: <https://us06web.zoom.us/j/85762667551>

Coordenador(a): Cynthia Greive Veiga

Resumo: Duas questões iniciais perpassam a organização dessa mesa, quais sejam: o que definiria a democratização da educação pública Brasileira e como historicamente se cons-

truíram as relações interdependentes entre democratização e desdemocratização do acesso à escola pública, levando-se em consideração, principalmente, as relações étnico-raciais e de classe? Apesar da complexidade de se pensar tais questões na história do Brasil, as autoras que compõem essa mesa pretendem trazer algumas questões para o debate, com base em estudos teóricos conceituais e investigação documental variada. Em “(Des) democratização do acesso à educação pública: construindo a desigualdade escolar pela subalternização socio-racial (século XIX à meados do século XX)” a autora discute as dinâmicas interdependentes dos processos de democratização e desdemocratização do acesso à escola pública, constituídas na oferta escolar desigual e na subalternização socio-racial das populações pobres e negras. No texto, “História da educação e populações negras: de volta à discussão inclusão/exclusão”, o objetivo é discutir a presença das populações negras na história e historiografia da educação Brasileira, produzida nas três últimas décadas. O avanço desses estudos apresenta-se como fundamental para o conhecimento dos percursos e trajetórias da população negra, na disputa pelo acesso à escola, desde 1822 aos dias atuais, e, portanto, para a discussão da realidade histórica da desigualdade escolar Brasileira e das possibilidades de democratização da educação. O texto “Entre serviço público e direito fundamental: elementos para pensar a desigualdade educacional no Brasil (1859-1908)” a autora analisa os aspectos jurídicos, econômicos, político-administrativos e culturais, constituintes do processo de escolarização pública, para pensar o tema da educação escolar como serviço público e direito fundamental. O estudo relativo aos investimentos do Estado no financiamento da escola pública, indicaram para uma coesão entre os aspectos analisados, fator do desenvolvimento histórico da desigualdade escolar. Em “Marcas históricas da expansão desigual da educação Brasileira (1930-1990)” é discutido como as opções políticas do modelo de expansão da escola Brasileira determinaram a diferenciação, marcadamente racial e de classe, ainda vigente no país atualmente. Especificamente, a autora trata do viés liberal-meritocrático presente nas concepções orientadoras das políticas de expansão da escola primária, em que pese as profundas desigualdades sociais; bem como no elitismo do ensino secundário, confirmado pelos parâmetros diferenciados dos procedimentos de acesso a esse nível de ensino.

1. (Des) democratização do acesso à educação pública: construindo a desigualdade escolar pela subalternização socio-racial (século XIX à meados do século XX)

Cynthia Greive Veiga

2. Entre serviço público e direito fundamental: elementos para pensar a desigualdade educacional no Brasil (1859-1908)

Wiara Rosa Alcantara

3. História da Educação e populações negras: de volta à discussão inclusão/exclusão

Surya Aaronovich Pombo de Barros

4. Marcas históricas da expansão desigual da escola Brasileira (1930-1990)

Natalia Gil

Produção e circulação de livros nas escolas étnicas no Brasil entre fins do século XIX e 1940

EIXO 10: EDUCAÇÃO, MOVIMENTOS SOCIAIS, ETNIAS E GÊNERO

 14/07/22 | quinta-feira  8:00-10:00

 Sala Ruth de Souza: <https://us06web.zoom.us/j/83621574409>

Coordenador(a): Claudia Panizzolo

Resumo: Os livros de leitura, os livros didáticos, os livros escolares e as cartilhas, escritos em língua polonesa, alemã, italiana, portuguesa ou ainda em edição bilíngue, nesta proposta de mesa coordenada, são os documentos privilegiados para analisar a produção, aprovação, distribuição e circulação de saberes e valores presentes para a educação formal e não formal de imigrantes e descendentes no Paraná, no Rio Grande do Sul e em São Paulo. A mesa conjuga quatro pesquisas que debatem os livros, a partir de recortes temporais distintos, mas considerando-os um bem cultural e como tal, difusores de normas, prescrições, orientações e, sobretudo construtores de identidade nacional e civilizatório. A proposta da comunicação coordenada objetiva discutir a produção e a circulação de livros produzidos na Polônia, Itália e Brasil para pensar a história da educação a partir das diferentes propostas educacionais impressas nestes artefatos culturais. O aporte teórico da História Cultural e da História da Educação sustentam as análises que mobilizam, para além dos livros, os relatórios consulares, a imprensa, as correspondências e ofícios e as fotografias. A base metodológica é auferida na análise documental histórica. A primeira apresentação intitulada “A circulação de livros didáticos em língua polonesa no Paraná, de fins do século XIX até 1940” toma como fonte de estudo três livros didáticos escritos em polonês e tem por objetivo discutir a importância dos livros didáticos em língua polonesa ou bilíngues para a manutenção da identidade étnica nas escolas polonesas no Paraná. A segunda, intitulada “Livros didáticos e cartilhas em língua alemã na região meridional do RS, de fins do século XIX até 1940” tem por objetivo inventariar e analisar os livros destinados às escolas rurais e urbanas publicados pela editora Rotermund e pela Casa Publicadora Concórdia. A terceira apresentação, “Dos dois lados do Atlântico: a produção e a circulação de cartilhas e livros de leitura em língua italiana nas escolas em São Paulo (1887-1913)” tem como objetivo investigar os saberes ensinados, os valores e as regras de conduta impressas nos livros de leitura adotados nas escolas italianas na cidade de São Paulo, entre o final do século XIX e o início do século XX. Toma como objeto de análise a série graduada *Piccolo Mondo* de Fanny Romagnoli e Silvia Albertoni. A última apresentação, “Bibliotecas e salas de leitura como estratégias de fascistização (Rio Grande do Sul/Brasil, 1922-1938)

tem por objetivo analisar a criação de bibliotecas, salas de leitura e os livros enviados pelo governo italiano com o intuito de fascistizar os imigrantes e seus descendentes. Toma como objeto principal de análise o livro *Quando il Mondo era Roma*, publicado em 1932 e destinado à juventude italiana no exterior.

1. Dos dois lados do Atlântico: a produção e a circulação de cartilhas e livros de leitura em língua italiana nas escolas em São Paulo (1887-1913)

Claudia Panizzolo, Maria Angela Peter Fonseca

2. Livros didáticos e cartilhas em língua alemã na região meridional do RS, de fins do século XIX até 1940

Patrícia Weiduschadt, Maria Angela Peter Fonseca

3. Bibliotecas e Salas de Leitura como estratégias de fascistização (Rio Grande do Sul/Brasil, 1922-1938)

Terciane Ângela Luchese

4. A circulação de livros didáticos em língua polonesa no Paraná, de fins do século XIX até 1940

Valquiria Renk

Vida ao ar livre e pedagogias corporais

EIXO 11: PROCESSOS EDUCATIVOS E PRÁTICAS DE SOCIABILIDADE NÃO ESCOLARES

 12/07/22 | terça-feira  8:00-10:00

 Sala Lotta de Macedo: <https://us06web.zoom.us/j/87072136595>

Coordenador(a): Carmen Lucia Soares

Resumo: Cada momento histórico y cada sociedad produjo entendimientos y proposiciones únicas sobre la naturaleza, que fue redescubierta e inventada con diferentes significados, atributos y valores. En el siglo XVIII se desarrolló una lectura particularmente positiva y se asociaron a la naturaleza valores como la generosidad y la benevolencia. A lo largo del siglo XIX y en las primeras décadas del siglo XX, profesionales de diferentes campos de actividad presentaron propuestas para el establecimiento de procesos educativos en la naturaleza, ya sean escolares o no escolares. Podemos mencionar aquí las escuelas al aire libre y también las instituciones extraescolares como campamentos de verano, campamentos, parques infantiles y patios de recreo. La naturaleza, sin embargo, no se redefinió en términos de representaciones y usos solo para afirmar los procesos educativos escolares y extraescolares. En respuesta a las nuevas necesidades relacionadas con el trabajo industrial y los modos de vida urbanos, numerosas ciudades fueron remodeladas para dar cabida a procesos educativos no escolares que conciben la naturaleza como un espacio de placer, alegría y cuidado del cuer-

po. Jardines públicos, parques, playas, balnearios y clubes deportivos se han afirmado desde entonces como lugares privilegiados para multitud de pedagogías corporales realizadas al aire libre. Esta comunicación coordinada examina así el encanto con la costa de Santos-SP y la elección de esta costa para la instalación de un campamento de vacaciones escolares, política pública organizado por el Departamento de Educación Física del Estado de São Paulo (DEF-SP) e inaugurado en el verano de 1939: la Colônia Marítima Dr. Álvaro Guião. En el corazón de las ciudades, también hay un deseo de verdor y transformaciones urbanas que desde finales del siglo XIX atestiguan esta afirmación con la instalación de jardines y parques entendidos como espacios públicos de entretenimiento, sociabilidad y educación, como fue el caso en Belo Horizonte-MG. Aquí se analiza una educación a través de la naturaleza en el Uruguay de las primeras décadas del siglo XX a partir de una problematización de la idea de un “retorno a la naturaleza” provocado por la expansión de las ciudades. Finalmente, un análisis de la práctica de picnic como expresión de nuevas ideas y valores sobre los beneficios de la vida al aire libre, tiempo y lugar de educación para los habitantes de las ciudades Brasileñas en las primeras décadas del siglo XX. Para comprender parte de la multiplicidad y diversidad de propuestas corporales y pedagogías con la naturaleza en diferentes instituciones y lugares, presentamos esta comunicación.

1. Ocio, ciudad y naturaleza: una mirada sobre los gauchos en la ciudad de Montevideo de 1865

Gonzalo Pérez

2. O piquenique: tempo e lugar de educação pela natureza

Carmen Lucia Soares

3. As crianças vão à praia: a colônia marítima Dr. Álvaro Guião (Santos, 1939-1942)

André Dalben

4. Parques municipais: espaços públicos de divertimento, sociabilidade e educação

Maria Cristina Rosa

Práticas de educabilidade na cultura letrada no Antigo Regime luso-brasileiro

EIXO 11: PROCESSOS EDUCATIVOS E PRÁTICAS DE SOCIABILIDADE NÃO ESCOLARES

 13/07/22 | quarta-feira  8:00-10:00

 Sala Adélia Sampaio: <https://us06web.zoom.us/j/85762667551>

Coordenador(a): Ana Cristina Pereira Lage

Resumo: Desde sua constituição, enquanto campo científico e historiográfico, a História da Educação tem se ocupado em analisar os processos de transformação nos costumes de

grupos sociais por meio das práticas de educabilidade. Tais regimes educativos (Magalhães, 2004) foram impostos aos sujeitos, em um projeto de modernidade sólida (Bauman, 2001), com a intenção de (con)formar almas fiéis, piedosas e civilizadas para atuarem nos cenários públicos e privados. Nesse sentido, propomos pensar a História da Educação dos séculos XVII e XVIII, tanto em Portugal como na América portuguesa, analisando as práticas de educabilidade como sendo parte do processo de constituição de um novo sujeito. Idealizado por meio de códigos de posturas e de protocolos de etiquetas, de valores religiosos, de normatizações dos infantis, de padronizações dos escolares, bem como por uma rigorosa solidificação do papel feminino na família e na sociedade. Tais práticas muitas vezes aconteciam em ambientes não escolares, mas no interior dos ambientes familiares, igrejas, conventos, recolhimentos, oficinas etc. Pretende-se, assim, compor um momento de reunião e intercâmbio, entre pesquisadores e interessados, para apresentar/debater pesquisas sobre as culturas e as práticas educativas no Antigo Regime luso-brasileiro. Em um mundo supostamente ilustrado, em que as relações entre instrução, educação e religiosidade compõem quadros políticos e administrativos-econômicos, estabelecendo projetos educacionais, a cultura escrita se engendra às práticas culturais e educativas como mediadora de sociabilidade e como constituidora de modos de viver. Este é o caso, aqui pretendido, em que discutiremos quatro perspectivas históricas relativas aos processos educativos e direcionamentos de educabilidades no espaço luso-Brasileiro dos séculos XVII e XVIII. Nesse sentido, os componentes da mesa propõem, inicialmente, analisar os modos de aprendizagens de leituras, de escritas e da produção de trabalhos manuais realizados por religiosas e leigas confinadas em conventos e casas de recolhimento feminino existentes na América portuguesa. Alinhada às discussões sobre a educação feminina, é apresentado também um estudo hagiográfico de obras que representam as distinções entre as formas de educar meninas para a monarquia católica portuguesa e aquelas formativas estabelecidas para o imaginário masculino. Num terceiro momento são analisadas transformações discursivas nos processos educativos do Antigo Regime português, evidenciando a passagem do exercício do poder pastoral para a aplicação do poder disciplinar na formação educativa de crianças. A preocupação com a educação dos menores está exposta ainda numa última proposição, quando são evidenciadas as tensões e os acordos familiares presentes no destino educativo de três órfãos da Capitania de Minas Gerais.

Referências:

- BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- MAGALHÃES, Justino. *Tecendo nexos*. História das instituições educativas. Bragança Paulista: EDUSF, 2004.

1. Práticas de educabilidade de religiosas e recolhidas ursulinas na América Portuguesa

Ana Cristina Pereira Lage

2. “Para a boa criação” – disputas e acordos na educação dos órfãos (Vila Rica, Século XVIII)

Kelly Lislie Julio

3. Do exercício do poder pastoral à emergência de um poder disciplinador: transformações nas práticas de educabilidade no Antigo Regime português

Fernando Cezar Ripe

4. Educar as meninas para a monarquia católica: a educação feminina e a infância no Império português no século XVII

Juliana de Mello Moraes

(In)dependência e gestão das populações no Brasil (1816-1922)

EIXO 11: PROCESSOS EDUCATIVOS E PRÁTICAS DE SOCIABILIDADE NÃO ESCOLARES



14/07/22 | quinta-feira



8:00-10:00



Sala Maria Quitéria: <https://us06web.zoom.us/j/83621574409>

Coordenador(a): José Gonçalves Gondra

Resumo: A proximidade da efeméride do bicentenário da independência política do Brasil, a ocorrer em 2022, recoloca importantes e complexas questões que, longe de estarem restritas ao acontecimento da emancipação e suas celebrações anuais, contribuem para definir, organizar e reconfigurar a geopolítica da educação e da pedagogia em escala nacional e transnacional, na medida em que o “aniversário da Nação”, no limite, recoloca a pergunta do país que somos e aquele que desejamos vir a ser, cuja resposta está longe de ser única e consensual. As reflexões acerca dos projetos nacionais associados aos processos das independências têm sido uma temática recorrente na historiografia, no ensino de história, na literatura, no jornalismo, no cinema e nas artes plásticas; dentre outros. As formas de representação desses acontecimentos podem ser encontradas em experiências nacionais, com recortes e ênfases mais frequentes na história política, econômica, militar e/ou diplomática. Algumas dimensões dos processos de independência, como a problemática da educação das populações, são frequentemente explicadas como efeito dessas políticas do saber histórico, quando não são completamente negligenciadas. Nesta sessão coordenada, procuramos explorar quatro indagações centrais quanto ao processo de independência do Brasil: Quais relações foram estabelecidas entre os projetos de nação e os de formação da população a ser Brasileirizada? Que iniciativas foram tomadas em diversos campos de saber e regiões para consolidar a complexa experiência nacional? Como ocorreram os processos destinados a promover a autodeterminação do Brasil e de suas populações? Como a temática da emancipação marcou (e marca) a história do Brasil e a instrução/educação do seu povo? Estas e outras questões foram consti-

tuídas em linhas mestras a serem discutidas nos trabalhos que integram esta sessão. Portanto, a centralidade da reflexão gira em torno da problemática da formação do povo no processo emancipatório do Brasil, considerando diferentes estratégias mobilizadas para constituir a noção e sentimento de pertencimento comum em termos de língua, moeda, fronteiras, deslocamento de pessoas e produtos, defesa, diplomacia, educação e instrução; por exemplo. Deste modo, trabalhamos com os debates e iniciativas a respeito da educação escolar e não escolar relativas à problemática da escrita e ensino de história, da escravidão, dos corpos e das celebrações. Operamos com a hipótese de que é possível localizar diversos marcadores do debate a respeito dos processos da independência nacional e analisar suas relações com iniciativas educativas. Para explorar esta hipótese, analisamos ação de lideranças letradas, representações do processo de emancipação e de suas celebrações em jornais, revistas, relatórios, brochuras, iconografia e monumentos produzidos entre 1816 e 1922.

1. O processo de emancipação do Brasil e suas representações no primeiro centenário (1816-1922)

José Gonçalves Gondra, Luana de Almeida Goulart

2. Um tratado de Educação Physica para o Império do Brasil e a Constituinte de 1823

Felipe Lameu dos Santos

3. Escravidão e cidadania: reflexões sobre os debates na Assembleia Constituinte de 1823

Katia Geni Cordeiro Lopes

4. As pátrias locais e a independência nas províncias da Parahyba do Norte e de Pernambuco

Cláudia Engler Cury

Saberes, práticas culturais e educação na formação dos sujeitos na Amazônia no século XVII ao XX

EIXO 11: PROCESSOS EDUCATIVOS E PRÁTICAS DE SOCIABILIDADE NÃO ESCOLARES

 14/07/22 | quinta-feira  8:00-10:00

 Sala Gioconda Rizzo: <https://us06web.zoom.us/j/83621574409>

Coordenador(a): Laura Alves

Resumo: Ao longo da sua história, os sujeitos da Amazônia atravessaram mudanças que tiveram uma função fundamental na formação de homens e mulheres na tentativa de se tornarem capazes de viver e de participar de muitas transformações. No século XVII e XVIII a substituição linguística fazia parte das diretrizes da colonização. O Nheengatu era a língua falada pelos nativos até que com a expulsão dos jesuítas da Amazônia, o Português foi oficializado como língua da Colônia. Em razão do movimento cabano que dizimou parte da população da Província do Grão Pará, houve o desaparecimento de muitos dos falantes do Nheengatu. Contudo, no século XIX e XX, a resistência de algumas etnias indígenas na

Amazônia Ocidental, o Nheengatu permanece em uso. Na primeira década do século XIX, a Cabanagem levou os caboclos indígenas e negros a se revoltarem contra opulência dos portugueses na Amazônia paraense. Os cabanos reagiram ao modo de subserviência e exploração pelos quais estavam assujeitados. Nos anos sangrentos de combate morreram 40 mil pessoas entre homens, mulheres e crianças. Após a Cabanagem, o Pará estava econômico e financeiramente em falência. Além disso, marcas de destruição em engenhos e fazendas de gado em mesorregiões do Tocantins, Marajó e Nordeste do Pará. A partir da segunda metade do século XIX, após a revolta cabana, era necessário a reconstrução do Pará, não apenas no aspecto econômico, mas na instrução de sua gente. Neste período houve a abertura de escolas aos escravos libertos e de acesso de ingênuos ao mundo da leitura e da escrita. Na Comarca de Macapá, abriu-se escolas noturnas aos escravos proibindo os que padeciam de moléstias contagiosas e os escravos ou pretos que não fossem livres. Com a Lei do Ventre Livre foi possível o acesso dos escravizados, libertos ou negros nascidos livres à instrução primária. No final do século XIX, a Amazônia passava por modernização e aumento da população em razão do boom gomífero. Em Belém se intensificou com a chegada de imigrantes para trabalhar nos seringais e comércio. A elite econômica composta pelos barões da borracha, comerciantes, políticos e intelectuais seguiram a proposta de modernidade nacional. Neste ideário civilizatório, a preocupação estava na quantidade de menores em situação de pobreza e abandono. Para evitar o ócio e o vício dos menores, as autoridades defendiam a domesticação pelo trabalho como forma de evitar a criminalidade infantil. Contudo, era crescente o número de menores em situação de contravenção e de crime. Esses menores constituíam uma rede de saberes no cotidiano das ruas de Belém como forma de sobrevivência. Eles praticavam em grupo o crime do “Conto do Vigário”. Os trabalhos propostos nesta mesa coordenada se ligam tematicamente na discussão sobre a formação dos sujeitos amazônicos. Ancorados em fontes documentais, os participantes destacam saberes, práticas culturais e educação que constituíram historicamente a identidade de lutas e resistências desses sujeitos.

1. “Cabeça vazia, oficina do diabo”: o aprendizado de ofício e sociabilidade profissional de menores na Amazônia paraense do século XIX

Laura Alves, Adriene Pimenta

2. Acesso de escravos ao mundo da leitura e da escrita na comarca de Macapá (1865-1889)

Vitor Sousa Cunha Nery

3. Educação e diversidade linguística na Amazônia: os falantes do nheengatu, de maioria a minoria (do século XVII ao XIX)

Sidney da Silva Lobato, Juliane Giusti

4. Os saberes das ruas: circularidade, ensinamentos e práticas criminais de menores em Belém (1900-1925)

Telmo Renato Araujo



COMUNICAÇÕES INDIVIDUAIS

EIXO 1: Políticas e instituições educativas

 12/07/22 | terça-feira |  13:30-15:30



Coordenador(a): Elias dos Santos

1. Histórias da Educação pelo teatro: imprensa, sujeitos e instituições (1880-1920)

Gisele Teixeira Alves

2. Discursos sobre a infância no Asylo São Francisco de Assis (1891)

Fabiana Assunção

3. Quando a casa é a escola: educação doméstica em Campos dos Goytacazes na segunda metade do século XIX

Alexandre Pereira Mérida

4. O Código de Posturas Iguassuano como fonte para a História da Educação

Ana Carolina de Farias Miranda

5. Curso de Teoria e Piano Helena Abud: a configuração do ensino da música em Aracaju no período de 1932 a 1943

Elias dos Santos

EIXO 1: Políticas e instituições educativas

 12/07/22 | terça-feira |  13:30-15:30



Sala Cida Franco: <https://us06web.zoom.us/j/82685988904>

Coordenador(a): Vitor Sousa Cunha Nery

1. Colonialidade pedagógica na instrução pública primária da comarca de Macapá (1840-1889)

Vitor Sousa Cunha Nery

2. O que os impressos contam sobre a instrução primária nos colégios para meninas da cidade de São Paulo? (1849 a 1855)

Rosana Carla de Oliveira

3. A organização da instrução pública municipal em Belém no governo Lemos (1898-1908)

Suellem Pantoja, Viviane Dourado

4. As escolas públicas da Freguesia da Candelária: capital brasileira-1870-1880

Aline Machado dos Santos

5. Educação de meninas em Campos dos Goytacazes na segunda metade do século XIX
Alexandre Pereira Mérida

EIXO 1: Políticas e instituições educativas

 12/07/22 | terça-feira |  13:30-15:30

 Sala Maurício Tratemberg: <https://us06web.zoom.us/j/82685988904>

Coordenador(a): Giana Lange do Amaral

1. As políticas educacionais do ensino primário no Brasil e em Santa Catarina: como se situam as escolas rurais multisseriadas (1890-1996)

Solange Aparecida Zotti

2. Coutto Ferraz e Augusto Leverger: convergências pela instrução pública (1849-1855)

Dimas Santana Souza Neves

3. Práticas municipalistas, poderes locais e o ensino secundário no Rio Grande do Sul na Primeira República (1889-1930)

Giana Lange do Amaral

4. Saberes conectados – práticas educativas brasileiras e alemãs em diálogo


Marilu Faricelli

5. O curso de Educação Familiar da Escola (Polonesa) São José, Abranches/Curitiba (1912-1966)

Jaqueline Tibucheski

EIXO 1: Políticas e instituições educativas

 12/07/22 | terça-feira |  13:30-15:30

 Sala Carlos Chagas: <https://us06web.zoom.us/j/8268598890>

Coordenador(a): André Paulilo

1. Apropriações da Escola Nova no interior do Estado de São Paulo

André Paulilo

2. Instrução pública no Paraná e a referência paulista entre 1903 e 1912

André Santos

Maria Cristina Gomes Machado

3. A expansão das escolas paulistanas de educação infantil nas redes pública e particular (1930-1960)

Sandra Aparecida Melro Salim

4. Elementos da História da Educação de Marília/SP (1925-1978)

Aline de Novaes Conceição

5. Ordem, seu lugar: a expansão do ensino e dos programas habitacionais no período da ditadura militar e as vilas populares da cidade de Campinas/SP nas décadas de 1960 e 1970

Rayane Jéssica Aranha da Silva

EIXO 1: Políticas e instituições educativas

 12/07/22 | terça-feira |  13:30-15:30

 Sala Chico Mendes: <https://us06web.zoom.us/j/82685988904>

Coordenador(a): Fatima Aparecida do Nascimento

1. O cinquentenário da Independência e a educação no Império brasileiro (1870-1875)

Fatima Aparecida do Nascimento

2. Soldados da Pátria – práticas cívicas nos grupos interioranos de Laje do Muriaé e Maricá (1930- 1950)

Adelly Poyaes, Milena Silva

3. As instituições de ensino particulares em Porto Alegre (1927-1957): aspectos relacionados entre tempo, espaço e cidade

Carine Ivone Popiolek

4. Os uniformes escolares do Instituto Nossa Senhora dos Anjos (1960-1970): um reflexo de devoção, disciplina e amor à Pátria

Joelma da Silva Trindade, Maria do Socorro Pereira Lima, Maria do Perpétuo Socorro Gomes de Souza Avelino de França

5. A Associação de Pais e Mestres e a organização das festas escolares no Cear (Santo André – SP, 1979-1986)

Luciane Galvão Candido

EIXO 1: Políticas e instituições educativas

 12/07/22 | terça-feira |  15:45-18:00

 Sala Meneses Vieira: <https://us06web.zoom.us/j/89648261617>

Coordenador(a): Aline Santos Costa de Lemos

1. Iracema Marques da Silveira (1936-1966) e as práticas para formação de leitores na Biblioteca Infantil do Instituto de Educação “Caetano de Campos”, em São Paulo

Leandro Silva

2. Bibliotecas escolares e modelos pedagógicos: discursos e conformações entre a Escola Nova e o ensino secundário do Colégio Pedro II (1925-1938)

Victor Soares Rosa, Aline Santos Costa de Lemos

3. Algumas facetas da história e cultura escolar da Escola Modelo de Língua Japonesa da Colônia Pinhal (1964-1998)

Adriana Aparecida Alves da Silva Pereira Ricardo Mergulhão, Graciele Aparecida Silva

4. Mobilidade japonesa do Brasil ao Paraguai (1930-1936): Instituição Educativa Japonesa de La Colmena-Py

Markley Florentino Carvalho

EIXO 1: Políticas e instituições educativas

 12/07/22 | terça-feira |  15:45-18:00

 Sala Nísia Floresta: <https://us06web.zoom.us/j/89648261617>

Coordenador(a): Sauloéber Tarsio de Souza

1. Instituto de Radiodifusão Educativa do Estado da Bahia – IRDEB: a autonomia baiana na construção dos programas de rádio educação entre 1969 e 1978

Tarcísio Henrique Souza Sant’Ana

2. O mobral no Pontal de Minas Gerais: entre o voluntariado e a fé (1970-1985)

Sauloéber Tarsio de Souza

3. Construtivismo em alfabetização: da concepção de educação à consolidação como aporte teórico na rede municipal de ensino de São Paulo (1989-1996)

Diego Benjamim Neves

4. O método fônico como projeto político-ideológico na história recente da alfabetização no Brasil (2003-2019)

Bruno Marini Bruneri

EIXO 1: Políticas e instituições educativas

 12/07/22 | terça-feira |  15:45-18:00

 Sala Anália Franco: <https://us06web.zoom.us/j/89648261617>

Coordenador(a): Vera Lucia Nogueira

1. O legislativo provincial e a difusão da instrução pública em Minas Gerais (1834-1859)

Vera Lucia Nogueira

2. A escola primária republicana e as modificações no imaginário escolar

Paula Lorena Cavalcante Albano da Cruz

3. Abordagem comparada da legislação educacional brasileira no início da Primeira República

Wenceslau Gonçalves Neto

4. Escolarização pública no Brasil Imperial

Nelson Adriano Ferreira de Vasconcelos

5. Por uma história da instrução secundária feminina na capital brasileira do Oitocentos

Aline de Moraes Limeira, Patrícia Cardoso da Costa

EIXO 1: Políticas e instituições educativas

 12/07/22 | terça-feira |  15:45-18:00

 Sala Macaé Evaristo: <https://us06web.zoom.us/j/89648261617>

Coordenador(a): Rosa Lydia Corrêa

1. Instituições escolares no Sul do Mato Grosso: uma revisão bibliográfica

Mayara Freitas da Silva Morais

2. Produções historiográficas sobre instituições escolares no Sul de Mato Grosso: uma revisão bibliográfica

Vanessa Janczeski

3. A elaboração de documentos oficiais para a educação paulista (1976-2019)

Karine Gonçalves

4. O discurso de modernização nas mensagens de governador e a educação paranaense (1961-1971)

Thais Bento Faria, Rosa Lydia Corrêa

5. Trajetória de formação e prática docente nas memórias de professoras do Sertão Paraibano (1970 a 1980)

Rozilene Lopes de Sousa

EIXO 1: Políticas e instituições educativas

 12/07/22 | terça-feira |  15:45-18:00

 Sala Nilma Lino Gomes: <https://us06web.zoom.us/j/89648261617>

Coordenador(a): Cássia Regina Dias Pereira

1. O serviço de orientação educacional no Brasil e a formação de um “modelo ideal” de aluno (1942-1961)

Walna Patrícia de Oliveira Andrade, Joaquim Tavares da Conceição, Joelza de Oliveira Santos

2. Educação e ditadura militar: desdobramentos da Política de Assistência a Infância Pobre em uma instituição escolar paraense (1950 - 1975)

Maria Lucirene Sousa Callou, Adriene Pimenta, Laura Alves

3. Concepções pedagógicas do Plano de Educação de Adolescentes e Adultos para o Desenvolvimento da Nação

Eliene Ramos, Gilmaro Brito

4. História da Educação Brasileira: percursos da educação de jovens e adultos (EJA)

Cássia Regina Dias Pereira

EIXO 1: Políticas e instituições educativas

 13/07/22 | quarta-feira |  13:30-15:30

 Sala Maria Nilde Mascellani: <https://us06web.zoom.us/j/86091538299>

Coordenador(a): Giseli Cristina do Vale Gatti

1. O secundário em disputa: atuação dos atores políticos na expansão dos ginásios e colégios no Estado de São Paulo (1932-1971)

Carlos Alberto Diniz, Rosa Fátima de Souza-Chaloba

2. As políticas de expansão do ensino secundário em Minas Gerais: instituições escolares, legislação de ensino e historiografia (1942-1961)

Giseli Cristina do Vale Gatti, Décio Gatti Júnior

3. Reconstituo a história do Colégio Brigadeiro Newton Braga (1960-2010)

Jussara Cassiano Nascimento

4. Implantação e organização do ensino secundário público municipal na região Centro-Sul do Piauí (1948-1961)

Higo Carlos Meneses de Sousa

5. O regional e o singular: o ensino ginásial público em Pernambuco (1950-1963)

Kalline Laira Lima dos Santos

EIXO 1: Políticas e instituições educativas

 13/07/22 | quarta-feira |  13:30-15:30



Coordenador(a): José Edimar de Souza

1. Grupo escolar: dimensões regionais da escolarização no Vale dos Sinos e na Serra Gaúcha, RS (1912 -1958)

José Edimar de Souza

2. As ideias pedagógicas disseminadas no Grupo Escolar Antônio de Souza (Década de 1920)

Amanda Vitoria Alves, Marlúcia Menezes de Paiva

3. Escola particular, primária, gratuita, para crianças pobres: a Escola 'Santa Júlia', anexa ao Colégio 'Sagrado Coração de Jesus' (1950-1974)

Luciene Chaves de Aquino

4. Grupo Escolar José Emílio de Aguiar: currículo e práticas educativas (Coromandel-MG, 1961-71)

Suzele Sany Lacerda Alves, Sauloerber de Souza

5. O cuidar e o educar na organização das rotinas de atendimento da creche da Rede Direta Paulistana (1970 a 1982)

Juliana dos Santos Camaru

EIXO 1: Políticas e instituições educativas

 13/07/22 | quarta-feira |  13:30-15:30

 Sala José Oiticica: <https://us06web.zoom.us/j/86091538299>

Coordenador(a): Adriena Casini da Silva

1. Modelo “Colégio de Aplicação”: funções e pressupostos pedagógicos (1948-1962)

Renilfran Cardoso

2. O Colégio Central da Bahia: núcleo de resistência escolar durante o golpe militar (1964-1985)

Iure Alcântara dos Santos Barros

3. O CIEP no jornal O Globo: visão do projeto e construção de um rótulo de 1990 a 1994

Ariana Rodrigues, Jane Santos da Silva



4. Entre inovações e tradições: a expansão do Colégio Pedro II nos 2000

Adriena Casini da Silva

5. A implantação do Colégio Pedro II na periferia do Rio de Janeiro (2004-2006): considerações sobre um processo de improvisações e condescendências de ocasião

Daniel Vilaça dos Santos

EIXO 1: Políticas e instituições educativas

 13/07/22 | quarta-feira |  13:30-15:30

 Sala Ana Waleska Pollo: <https://us06web.zoom.us/j/86091538299>

Coordenador(a): Fábio Souza Lima

1. Caminhos e descaminhos da implantação das Escolas Normais rurais/regionais no Piauí (1940 a 1970)

Maria do Perpetuo Socorro Castelo Santana

2. A mais antiga Faculdade de Educação da Região Norte do Brasil: apontamentos para/sobre a História da Educação da Faced/UFAM

Fábio Souza Lima

3. A criação de uma faculdade: o curso de Pedagogia da Faculdade Adventista de Educação (FAED): contribuições para a formação docente no Brasil

Giza Guimarães Pereira Sales

4. O curso de Pedagogia no Brasil e no Estado de Mato Grosso do Sul: marcos legais e históricos (1980-1996)

Jorismary Lescano Severino, Margarita Victoria Rodríguez, Cilmara Bortoleto Del Rio Ayache

5. O processo histórico de implantação do Centro Específico de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério (Cefam) no Brasil

Cilmara Bortoleto Del Rio Ayache, Jorismary Lescano Severino, Margarita Victoria Rodríguez

EIXO 1: Políticas e instituições educativas

 13/07/22 | quarta-feira |  13:30-15:30

 Sala Paulo Evaristo Arns: <https://us06web.zoom.us/j/86091538299>

Coordenador(a): Josefa Eliana Souza

1. O golpe militar de 64 e os funcionários no Pará: a Comissão de Sindicância da Secretaria de Estado de Educação e Cultura

João Lucio Mazzini da Costa

2. Intelectuais da UFS na presidência do Conselho Estadual de Educação de Sergipe (1963-2002)

Josefa Eliana Souza

3. Sujeitos, ideias e consenso: a concepção de educação nos encontros educacionais do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais – Ipês (1964-1968)

Eduardo Norcia Scarfoni

4. As políticas da Colted e da Fename e sua participação na criação e distribuição dos manuais escolares de Educação Moral e Cívica

Míria Aparecida da Silva Campos

EIXO 1: Políticas e instituições educativas

 13/07/22 | quarta-feira |  15:45-18:00

 Sala Sueli Kanayama: <https://us06web.zoom.us/j/81574417758>

Coordenador(a): Gercina Ferreira da Silva

1. De Instituto de Educação a Lazarópolis: ressignificações de práticas de educação no tempo e no espaço na Colônia do Prata do Pará republicano (XIX-XX)

Gercina Ferreira da Silva, Moises Levy Pinto Cristo, Maria do Perpétuo Socorro Gomes de Souza Avelino de França

2. Educação e trabalho no Recôncavo da Guanabara: as colônias orfanológicas de Estrela (1876-1881)

Beatriz Souza dos Santos

3. De instituição profilática à instituição educativa: as fases do Preventório de Jacareí-SP (1932 a 1955)

Allan Oliveira

4. A infância e a prática de educação no Leprosário de Marituba/PA (1940-1970)

Moises Levy Pinto Cristo, Laura Alves, Gercina Ferreira da Silva

5. As Sociedades Pestalozzi e a relação entre a sociedade civil e o Estado na criação de políticas públicas na área da Educação Especial no Brasil (1973-1996)

Clélia Maria Maier, Heulalia Rafante, Giusévilly de Souza Mello

EIXO 1: Políticas e instituições educativas

 13/07/22 | quarta-feira |  15:45-18:00

 Sala Abílio Clemente Filho: <https://us06web.zoom.us/j/81574417758>

Coordenador(a): Jocyleia Santana Santos

1. Entre rupturas e permanências: a caridade, a filantropia e a assistência à infância pobre na cidade de Niterói (1878- 1914)

Leonardo Fonseca, Alessandra Moura da Silva

2. Infância e educação em instituições de abrigo para meninas: o caso do Asylo da Divina Providência em São Paulo (1903-1923)

Miriam Fernandes Muramoto

3. Instituto de Menores de Dianópolis – TO: uma instituição de Vanguarda

Graciene Reis de Sousa, Jocyleia Santana Santos, Aragoneide Martins Barros

4. A Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes Mentais: um modelo de política para a educação dos excepcionais (1960-1973)

Getsemane de Freitas Batista, Fernanda Luísa de Miranda Cardoso

EIXO 1: Políticas e instituições educativas

 13/07/22 | quarta-feira |  15:45-18:00

 Sala Márcio Beck Machado: <https://us06web.zoom.us/j/81574417758>

Coordenador(a): Antonio Carlos Ferreira Pinheiro

1. A crise sanitária e o comprometimento da frequência nas escolas de primeiras letras de São Bernardo (1888)

Adriana Santiago Silva

2. Aspectos pedagógicos-higienistas das normas educacionais do Rio Grande do Norte durante a Primeira República

Arthur Beserra de Melo, Marlúcia Menezes de Paiva

3. Prendendo e educando: as inter-relações institucionais no processo de ação na assistência e educação de menores em estado de orfandade e criminalidade no Pará (1870-1910)

Telmo Renato Araújo

4. A origem das escolas do sistema penitenciário no antigo Estado da Guanabara

Maria Bucoda Gama Cabral Coutinho

5. De escola à prisão: a Escola Rural Modelo da Paraíba (1938-1960)

Antonio Carlos Ferreira Pinheiro

EIXO 1: Políticas e instituições educativas

 14/07/22 | quinta-feira |  13:30-15:30

 Sala Stuart Angel Jones: <https://us06web.zoom.us/j/85451046408>

Coordenador(a): Norberto Dallabrida

1. A educação católica e o processo de equiparação: a experiência do Colégio Marista Arquidiocesano de São Paulo (1900-1940)

Ricardo Tomasiello Pedro

2. Congregação religiosa e formação docente na década de 1950

Isabelle de Luna Alencar Noronha, Zuleide Fernandes de Queiroz

3. Por entre “aleluias” e o toque de silêncio: Colégio Arquidiocesano “Sagrado Coração de Jesus”. Revelando práticas educativas católicas e culturas escolares (1960-2021)

Maria José Dantas, Anamaria Gonçalves Bueno de Freitas

4. O uso da pedagogia personalizada e comunitária em escolas teresianas na Espanha e no Brasil nos anos 1960 e 1970

Norberto Dallabrida, Sara Ramos Zamora

EIXO 1: Políticas e instituições educativas

 14/07/22 | quinta-feira |  13:30-15:30

 Sala Davi Kopenawa: <https://us06web.zoom.us/j/85451046408>

Coordenador(a): Patricia Coelho da Costa

1. O município pedagógico e a estruturação do ensino secundário em Morrinhos 1947-1961

Milena Alves Rodrigues de Sousa Marins, Fernanda Barros

2. O Ginásio de Goiatuba: a Campanha Nacional de Educandários Gratuitos de 1950 a 1960

Paula Ferreira Dias, Fernanda Barros

3. O Colégio Estadual André Maurois (1965-1971): um olhar sobre a experiência do audiovisual no ensino de francês

Daniel Vilaça dos Santos, Patricia Coelho da Costa

4. Memórias descortinam um sistema de ensino em construção no município de Ituiutaba percorrendo as décadas de 1950/1990

Maria de Fatima Dias Araújo, Armindo Quillici Neto, Brenda Maria Dias Araújo

5. A expansão da educação pública municipal em Campo Grande – MT/MS (1971-1985)

Mauro Cunha Júnior

EIXO 2: Intelectuais e projetos educacionais

 12/07/22 | terça-feira |  13:30-15:30

 Sala Dandara: <https://us06web.zoom.us/j/82685988904>

Coordenador(a): Silvia Helena Andrade de Brito

1. Fundamentos teóricos da organização do trabalho didático para Jan Amos Comenius

Gisele de Oliveira, Silvia Helena Andrade de Brito

2. O projeto educativo ilustrado português para o Estado do Grão-Pará e Maranhão nas cartas de Mendonça Furtado (1751-1759)

Jane Elisa Otomar Buecke, Sônia Araújo

3. José Bento da Cunha e Figueiredo e a Organização da Instrução Pública na Corte entre 1872-1883

Andre Paulo Castanha

4. “Da Allemanha”: vestígios sobre educação em cartas de viagem publicadas na imprensa (1895)

Shayenne Schneider Silva

5. A liberdade de pensar como prática da pedagogia logosófica

Marina Bonomi Almeida da Silva

EIXO 2: Intelectuais e projetos educacionais



12/07/22 | terça-feira |



13:30-15:30



Sala Arlette Medeiros Gasparello: <https://us06web.zoom.us/j/82685988904>

Coordenador(a): Maria do Socorro Pereira Lima

1. Charles H. Thompson e o combate a segregação escolar nos Estados Unidos

Leonardo Betfuer

2. Propostas educacionais nos discursos de intelectuais da geração 1870: ideias para um Brasil moderno (1870-1889)

Laisa Dias

3. João Penteado (1877-1913): os pilares intelectuais de um docente libertário

Daniel da Silva Barbosa

4. A contribuição do intelectual Luiz Demétrio Juvenal Tavares para a educação do Pará no século XIX

Maria do Socorro Pereira Lima, Marlucy Sousa

5. Antônio José de Lemos: um intelectual da educação da infância desvalida no Pará republicano (1900-1912)

Adriene Pimenta, Maria Lucirene Sousa Callou, Maria do Perpétuo Socorro Gomes de Souza Avelino de França

EIXO 2: Intelectuais e projetos educacionais

 12/07/22 | terça-feira |  13:30-15:30

 Sala João Candido: <https://us06web.zoom.us/j/82685988904>

Coordenador(a): Bruno Bontempi Junior

1. O Instituto Jean Jacques Rousseau e o Brasil: vestígios de uma história conectada na imprensa brasileira

Laís Paula de Medeiros Campos Azevedo, Olivia Morais de Medeiros Neta

2. Os “testes” e a educação: alguns apontamentos sobre o americanismo na obra de Isaias Alves de Almeida (1888-1968)

Amanda Haydn

3. Exibindo avanços ao mundo: o relatório “Education in The State of São Paulo (1903)”

Bruno Bontempi Junior

4. Um estudo do contradiscurso de Manoel Bomfim para a educação e formação da nação na sua produção de 1905-1931

Marcela Cockell

EIXO 2: Intelectuais e projetos educacionais

 12/07/22 | terça-feira |  13:30-15:30

 Sala Luis Gama: <https://us06web.zoom.us/j/82685988904>

Coordenador(a): Andrea Moreno

1. Conferência Noção de Pátria: por entre instruir e educar

Itacyara Miranda

2. Virgílio Cardoso: um intelectual da educação paraense na Primeira República

Monika Reschke, Alberto Damasceno

3. Ginástica sueca na Revista Brasileira de Educação Física: contribuições de Inezil Penna Marinho

Anderson Baía, Andrea Moreno, Iara Marina dos Anjos Bonifácio

4. A apropriação do “conhecimento científico do educando” na educação paulista (1920-1940)

Ariadne Lopes Ecar

5. Propostas para a educação doméstica na Reforma da Instrução Pública do Distrito Federal (1927-1930)

Raquel Lopes Pires, Sara Raphaela Machado de Amorim

EIXO 2: Intelectuais e projetos educacionais

 12/07/22 | terça-feira |  15:45-18:00

 Sala Adalgisa Cavalcanti: <https://us06web.zoom.us/j/89648261617>

Coordenador(a): Analete Regina Schelbauer

1. “A lição dos fatos”: o inquérito de João Lourenço Rodrigues e a atuação do Serviço de Inspeção Escolar (1907)

Andrea Faria Souza

2. A saúde buco-dentária das crianças em foco: intervenções nas escolas primárias paulistas durante as décadas iniciais do século XX

Angélica Pall Oriani

3. Organização, formação e inspeção: a reforma educacional paranaense de César Prieto Martinez (1920-1924)

José Ricardo Skolmovski da Silva, Analete Regina Schelbauer, Maria Cristina Gomes Machado

4. Projetos de escolarização no Estado de Pernambuco e a construção de uma mentalidade rural (1920-1960)

Manuela Garcia de Oliveira

5. Insinuações ao civismo no ensino primário da Bahia: a “obrinha” História da Bahia do Intelectual Pedro Calmon (1927)

Cristina Ferreira de Assis

EIXO 2: Intelectuais e projetos educacionais

 12/07/22 | terça-feira |  15:45-18:00

 Sala Patativa do Assaré: <https://us06web.zoom.us/j/89648261617>

Coordenador(a): Daniel Ferraz Chiozzini

1. A formação educacional primária paraense nas ações de Virgílio Cardoso de Oliveira

Ely Carlos Silva Santos

2. A formação da juventude campinense: o Centro Estudantil Campinense e os projetos para a educação (1945-1964)

Ajanayr Michelly Sobral Santana

3. Da família ao trabalho: a narrativa de Francisco Furtado Mendes Vianna na série “Leituras Infantis”

Alessandra Secundo Paulino

4. Manuel Maria Calvet de Magalhães, o senhor diretor da Escola Francisco de Arruda (1956-1976): fragmentos de um intelectual da educação

Daniel Ferraz Chiozzini, Jaíne Massirer da Silva

5. Saberes pedagógicos entre fronteiras: circulação e apropriação das ideias de Luiz Alves de Mattos

Keila da Silva Vieira, Vivian Batista da Silva

EIXO 2: Intelectuais e projetos educacionais

 12/07/22 | terça-feira |  15:45-18:00

 Sala Valdemir Resplandes: <https://us06web.zoom.us/j/89648261617>

Coordenador(a): Edgleide de Oliveira Clemente da Silva

1. Cultores das letras e das ciências: as ideias de Durocher e Mello Moraes sobre a emancipação e Independência do Brasil

Edgleide de Oliveira Clemente da Silva, Aline Machado dos Santos

2. O valor positivo da educação: Manoel Bomfim e a defesa da educação escolar no Jornal do Comércio (1919)

Bruna de Oliveira Fonseca

3. A extensão universitária da Seção de Ensino Técnico e Superior da Associação Brasileira de Educação dos anos de 1920

Maria Cristiane Nunes de Faria

4. Apelles Porto Alegre nas páginas da revista Parthenon Literário: o que está por trás do pseudônimo Tancredo

Chéli Meira, Eduardo Arriada

5. Aspectos simbólicos da trajetória do intelectual Benedito Nicolau dos Santos, interfaces entre arte e educação

Daniele Martinez de Oliveira Coelho, Adriana Vaz

EIXO 2: Intelectuais e projetos educacionais

 12/07/22 | terça-feira |  15:45-18:00

 Sala Anísio Teixeira: <https://us06web.zoom.us/j/89648261617>

Coordenador(a): Mauro Castilho Gonçalves

1. Industrialismo e ensino secundário público em São Paulo na década de 1930: confluências, tensões, projetos

Alexandre de Britto Redondo, Mauro Castilho Gonçalves

2. Em busca de uma educação moderna para o Brasil: as ideias de Geraldo Bastos Silva em periódicos brasileiros, nas décadas de 1950 e 1960

Mônica Costa Santos

3. Anísio Teixeira: a “construção” do intelectual

Karen Fernanda Bortoloti

4. Anísio Teixeira e a universidade: o pensamento do educador sobre o ensino superior brasileiro (anos 1930 e 1950)

Fabírcia Lopes Pinheiro

5. Democratização e escola pública a partir dos educadores brasileiros: estudo de Anísio Teixeira

Gilson Luís Voloski, Ronaldo Aurélio Gimenes Garcia

EIXO 2: Intelectuais e projetos educacionais

 13/07/22 | quarta-feira |  13:30-15:30

 Sala Lourenço Filho: <https://us06web.zoom.us/j/86091538299>

Coordenador(a): Macioniro Celeste Filho

1. Lourenço Filho e a formação para o magistério nas áreas rurais (Anos 1940-1950)

Flávio Andrade

2. A circulação das obras de Lourenço Filho no México (1933-1963)

Rony Rei do Nascimento Silva

3. A última contribuição de Lourenço Filho sobre a educação rural nos debates da Organização dos Estados Americanos no Início da década de 1960

Macioniro Celeste Filho

EIXO 2: Intelectuais e projetos educacionais

 13/07/22 | quarta-feira |  13:30-15:30

 Sala Theobaldo Miranda Santos: <https://us06web.zoom.us/j/86091538299>

Coordenador(a): Carolina Cechella Philippi

1. Sobre a implantação de grupos escolares em Minas Gerais em um artigo do jornal O Paiz (1924)

Daise Silva dos Santos, Adelly Poyaes

2. Noraldino Lima e Revista do Ensino: os novos olhares para Escola Nova em Minas Gerais (1927-1934)

Alzenira Francisca de Azevedo, Monique Adriele Silva

3. O peso do “novo” – movimentações burocráticas e sociabilidades políticas (Santa Catarina, década de 1930)

Carolina Cechella Philippi

4. Theobaldo Miranda Santos (1904-1971) e a produção de livros para ensino de leitura e escrita no Brasil

Estela Natalina Mantovani Bertoletti

EIXO 2: Intelectuais e projetos educacionais

 13/07/22 | quarta-feira |  13:30-15:30

 Sala Pedro Casaldáliga: <https://us06web.zoom.us/j/86091538299>

Coordenador(a): Ana Gomes Porto

1. Mello e Souza como mediador cultural: uma proposta de análise dos contos de Malba Tahan

Ana Gomes Porto

2. Pedro Casaldáliga e escolarização: nas tramas das lutas por uma educação na cidadania (1967-1985)

Veronete Dias Gomes

3. Das redes de insurgências às experiências de si: o protagonismo intelectual negro em Manoel de Almeida Cruz

Cristiane Lima Santos Rocha, Ilka Miglio de Mesquita

4. O estado da arte de pesquisas sobre Primitivo Moacyr e a História da Educação de 2000 a 2020

Adriene Santanna, Rosana Areal de Carvalho

5. Disputas intelectuais na reforma universitária do governo Lula (2003-2006)

Dulce Mara Langhinotti Carpes

EIXO 2: Intelectuais e projetos educacionais

 13/07/22 | quarta-feira |  13:30-15:30

 Sala Celso Furtado: <https://us06web.zoom.us/j/86091538299>

Coordenador(a): Elianda Figueiredo Arantes Tiballi

1. A participação dos intelectuais do CBPE na constituição do pensamento educacional brasileiro (1955-1964)

Elianda Figueiredo Arantes Tiballi

2. Paulo Freire no Centro Regional de Pesquisas Educacionais do Recife: uma história em dois tempos (1958-1964)

Fernando César Ferreira Gouvêa

3. Tempos de exílio: o percurso de Paulo Freire durante a ditadura militar

Rosylane Doris de Vasconcelos

4. Paulo Freire e Movimento Graal: a introdução de ideias pedagógicas freireanas na década de 1960 em Portugal

Maria Edith Romano Siems

EIXO 2: Intelectuais e projetos educacionais

 13/07/22 | quarta-feira |  15:45-18:00

 Sala Míriam Lopes Verbena: <https://us06web.zoom.us/j/81574417758>

Coordenador(a): Carlos Eduardo Vieira

1. Histórias que se cruzam, trajetórias que se conectam: sujeitos e(m) redes no movimento internacional da Educação Nova

Vinicius Monção

2. O perfil do conselho diretor da Associação Brasileira de Educação: formação, ideologias políticas, linguagens e projetos educacionais (1920-1940)

Carlos Eduardo Vieira, Camilla Zanquetta Cardozo

3. Projetos de educação expressos nas páginas do Boletim do Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais (1959-1961)

Leziany Silveira Daniel

4. Inep sob autoritarismo (1964-1967): uma resistência da ciência da educação?

Reinaldo Nicolai Filho

EIXO 2: Intelectuais e projetos educacionais

 13/07/22 | quarta-feira |  15:45-18:00

 Sala Nelson José de Almeida: <https://us06web.zoom.us/j/81574417758>

Coordenador(a): Sônia Camara

1. Semear na terra fresca e mimosa é preciso: a educação de mulheres no pensamento de Frei Caetano Brandão (1782 a 1789)

Adriene Pimenta, Laura Alves

2. Bibliografia de e sobre Maria Lacerda de Moura (1887-1945): um instrumento de pesquisa

Tatiana Ranzani Maurano

3. A leitura como artefato para a instrução moral e religiosa: as histórias infantis de Gabriella de Jesus Ferreira França em Contos Brasileiros (1881)

Fernando Rodrigues de Oliveira

4. Revista a Faceira e as redes de sociabilidades femininas: ações assistenciais e educativas à infância no Rio de Janeiro (1911-1918)

Sônia Camara, Luiza Pinheiro da Silva

5. Aimee Semple McPherson: remodelando a vida religiosa a partir das redes de sociabilidade

Joana Gondim Garcia Skrusinski

EIXO 2: Intelectuais e projetos educacionais

 13/07/22 | quarta-feira |  15:45-18:00

 Sala Paulo César Botelho Massa: <https://us06web.zoom.us/j/81574417758>

Coordenador(a): Ronaldo Aurélio Gimenes Garcia

1. A escrita feminina e as estratégias para legitimação: as relações entre as Três Júlias

Gabrielle Carla Mondego Pacheco Pinto

2. Virgínia Melle da Silva Lefèvre (1907-1987) e o ideal de formação moral para crianças no século XX: um estudo do livro o Gigante preguiçoso

Amanda Topic Ebizero

3. Escolarização e leitura literária: o pensamento de Nelly Novaes Coelho (1922-2017) no final do século XX

Laís Silva Cassimiro dos Santos

4. Cecília Meireles: uma feminista no interior do movimento escolanovista (1930-1933)

Ronaldo Aurélio Gimenes Garcia, Gilson Luís Voloski

5. Retratos autobiográficos de uma Alagoas interiorana: rascunhos jornalísticos da professora Maria Mariá (1953-1959)

Hebelyanne Pimentel da Silva

EIXO 2: Intelectuais e projetos educacionais

 14/07/22 | quinta-feira |  13:30-15:30

 Sala Mario Quintana: <https://us06web.zoom.us/j/85451046408>

Coordenador(a): Wojciech Andrzej Kulesza

1. O projeto educacional de Hugo de São Vitor: século XII

Conceição Solange Bution Perin

2. O estudo da alma na formação do educador segundo Tomás de Aquino (sec. XIII)

Rafael Henrique Santin, Terezinha Oliveira

3. La Salle e a organização de um coletivo docente

Wojciech Andrzej Kulesza

4. O projeto educacional da União Católica Militar na década de 1920

Pedro Henrique Lessa Torres

5. O projeto escolanovista de Backheuser frente à história política dos intelectuais católicos (1933-1934)

Antonio Sgarbi, Sabrine Lino Pinto

EIXO 2: Intelectuais e projetos educacionais

 14/07/22 | quinta-feira |  13:30-15:30

 Sala Paulo Leminski: <https://us06web.zoom.us/j/85451046408>

Coordenador(a): Vivian Batista da Silva

1. Embates ideológicos acerca do ensino religioso na História da Educação Brasileira

Danilo Nobre dos Santos

2. Lúcio José dos Santos: em defesa da pedagogia católica

Ronaldo Pereira

3. Irmã Celma Calvão da Silva: entre o noviciado doroteano e a memória da educação friburguense (1978-1988)

Mariane Vieira Silva, Vivian Batista da Silva

4. A expansão evangélica no início do século XXI e seus efeitos na relação dos alunos com os saberes escolares

Isabel Cristina Gisse Rainho

EIXO 3: Imprensa e impressos educacionais

 12/07/22 | terça-feira |  13:30-15:30

 Sala Zuzu Angel: <https://us06web.zoom.us/j/82685988904>

Coordenador(a): Ana Márcia Barbosa dos Santos Santana

1. A Voz da Arcádia e o Jornal do Arcade: os impressos estudantis na cultura juvenil de Sergipe

Simone Paixão Rodrigues, Ana Márcia Barbosa dos Santos Santana

2. Representações da mocidade estudantina: discurso de estudantes nas “Chronicas da Academia de São Paulo” (1859-1861)

Gabriel Vicente França

3. Estudo dos textos de opinião para a educação da mocidade difundidos no impresso Álbum das Meninas: Revista Literária e Educativa dedicada às jovens brasileiras (1898 a 1901)

Floriza Garcia Chagas

4. O Jovem em Revista: Vida Juvenil (1949-1959)

Mariana Elena Pinheiro dos Santos de Souza

5. Atividades extraclasse e a formação integral do estudante na Revista Escola Secundária (1959-1964)

Fernanda Vieira, Norberto Dallabrida

EIXO 3: Imprensa e impressos educacionais

 12/07/22 | terça-feira |  13:30-15:30

 Sala Luísa Mahin: <https://us06web.zoom.us/j/82685988904>

Coordenador(a): Aline Santos Costa de Lemos

1. Coleções de livros para crianças: indícios em anúncios de jornais e em notas críticas

Michele Ribeiro de Carvalho, Márcia Cabral da Silva

2. Revista Educação e Pediatria (1913-1915): salve-se a infância que é o futuro da Pátria!
Eliane de Mesquita Sabino dos Reis

3. Conservadorismo de manuais didáticos escolares no contexto da vulnerabilidade infantil
Edmar Moreira

4. A literatura infantil no Manual de Janeta Budin: derivações dos debates acerca do livro para crianças nas décadas de 1920 e 1930
Aline Santos Costa de Lemos

5. Revistas para professores da educação básica: um (re)corte sobre a educação infantil
Juliana dos Reis Domingues

EIXO 3: Imprensa e impressos educacionais

 12/07/22 | terça-feira |  13:30-15:30

 Sala Negro Cosme: <https://us06web.zoom.us/j/82685988904>

Coordenador(a): Elisabeth Monteiro da Silva

1. Em concreto, bronze e letras: os monumentos memoriais e as celebrações da Nação (1862-1895)

Elisabeth Monteiro da Silva

2. Formação de memórias: versões litográficas do Grito do Ipiranga na Revista Ilustrada
Gisele Teixeira Alves

3. Memórias para o bicentenário da Independência nacional: imprensa, história e educação na Paraíba

Aline de Moraes Limeira

4. A Coleção Escolar no Externato do Colégio Pedro II: das práticas escolares à arqueologia da escola (1927-1932)

Victor Soares Rosa

5. Reconstruindo memórias sociais acerca da rivalidade entre as escolas em Belém-PA (1970-2010)

Livia Sousa Silva

EIXO 3: Imprensa e impressos educacionais

 12/07/22 | terça-feira |  15:45-18:00

 Sala Lima Barreto: <https://us06web.zoom.us/j/89648261617>

Coordenador(a): António Gomes Ferreira

1. Pedir, rogar, implorar e finalmente queixar-se: o combate docente no Manifesto de professores públicos de instrução primária da Corte (1872 a 1878)

Ana Carolina Rozendo, Francisco Gomes Vilanova

2. Modernidade e inovação pedagógica no Brasil no início do século XX: perspectivas a partir da Revista a Escola

Antônio Gomes Ferreira, Aricle Vechia

3. Cultura impressa e capitalismo tipográfico: estratégias editoriais da Revista o Tico Tico (1905-1961)

Maria Zelia Maia de Souza, Francisca das Chagas Viana Vale dos Santos

4. Inovação pedagógica e formação de professores. perspectivas de uma Revista Oficial de São Paulo (1930 a 1960)

Regina Cândida Ellero Gualtieri

5. O impresso pedagógico como ponto de encontro professoral: um estudo sócio-histórico acerca do corpo editorial da Revista Educando em Minas Gerais (1940-1945)

Lucas José Magalhães Alves, Vera Lucia Nogueira

EIXO 3: Imprensa e impressos educacionais

 12/07/22 | terça-feira |  15:45-18:00

 Sala Cecília Meireles: <https://us06web.zoom.us/j/89648261617>

Coordenador(a): Aline Martins de Almeida

1. O Livro de Leitura como instrumento civilizador: primeiros ensaios

Tiziana Ferrero, Carlota Boto

2. Fröebel: Revista de Instrução Primária

Aline Martins de Almeida

3. A pandemia de 1918 nos periódicos brasileiros: a educação e o comportamento da instrução pública

Andre Ferreira Condes

4. Grupos escolares e escolas isoladas paulistas na Folha da Noite e Folha da Manhã (1921-1925)

Ednei Felipe

5. A participação latino-americana no Congresso Internacional da New Education Fellowship nos Estados Unidos (1941) baseada nos impressos

Rafaella Silva Rabelo

6. A escola seletiva como problema educacional na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (1952-1961)

Fernanda Marques da Silva

EIXO 3: Imprensa e impressos educacionais

 12/07/22 | terça-feira |  15:45-18:00

 Sala Sérgio Buarque de Holanda: <https://us06web.zoom.us/j/89648261617>

Coordenador(a): Bernadeth Maria Pereira

1. O Brasil do século XX: a imprensa, o pensamento político e o pensamento educacional de Evaristo Veiga no Jornal Aurora Fluminense (1828-1831)

[Alzenira Francisca de Azevedo](#)

2. Recortes da imprensa: discursos da instrução e da Escola Normal de Uberaba-MG (1881-1905)

[Mariana Silva Santos](#)

3. A imprensa belorizontina como fonte de pesquisa: a História da Educação escolarizada para o trabalho na capital mineira (1910-1924)

[Bernadeth Maria Pereira](#)

4. Extra, Extra: o jornal e a política educacional no município de São Gonçalo (1963-1967)

[Karyne Alves dos Santos](#)

5. A educação pela imprensa: debates e formação de ideias N'A Notícia em São José do Rio Preto-SP

[Victor Henrique Diana da Silva](#)

EIXO 3: Imprensa e impressos educacionais

 13/07/22 | quarta-feira |  13:30-15:30

 Sala Rachel de Queiroz: <https://us06web.zoom.us/j/86091538299>

Coordenador(a): Dalvit Greiner de Paula

1. A tipografia e o púlpito: a formação do homem liberal na imprensa e na Igreja Católica no Brasil (1808-1840)

[Dalvit Greiner de Paula](#)

2. Bons e maus livros pelas páginas do periódico O Apostolo (1876 a 1884)

[Catiana da Silva Fernandes](#)

3. Circulação de impressos protestantes e outros impressos entre o Brasil e os Estados Unidos da América durante o século XIX

[Ester Fraga Vilas-Bôas Carvalho do Nascimento, Jorge Carvalho do Nascimento](#)

4. A Revista Educação e a educação moral e cívica

Amanda Marques de Carvalho Gondim

5. O ensino religioso como ferramenta de educação moral: análise do Manual de Orientação Docente “Deus Na Escola” (1999-2007)

Priscila Carriel de Lima

EIXO 3: Imprensa e impressos educacionais

 13/07/22 | quarta-feira |  13:30-15:30

 Sala José do Patrocínio: <https://us06web.zoom.us/j/86091538299>

Coordenador(a): Rosangela Queiroz

1. Idéias sobre raça pelas páginas dos jornais da Imprensa Negra Paulista (1920-1940)

Rosangela Queiroz

2. Educação e imprensa populares: iniciativas educativas de trabalhadores na cidade do Rio de Janeiro nas primeiras décadas do século XX

Renata Rodrigues Chagas Pessoa

3. Escravizados e escravização no Brasil: imigrantes letões e o Jornal Jaunais Lihdumnieks de 1927

Sibila Lilian Osis

4. Mundos dos trabalho, educação e gênero: I Congresso Operário Mineiro e uma análise da presença feminina no Jornal O Confederal

Daniela Passos, Renata Garcia Campos Duarte, Isabelle Guedes Patrocínio

5. Educando os xangôs pelas páginas dos jornais: um estudo sobre periódicos pernambucanos durante a interventoria de Agamenon Magalhães (1937-1945)

Tayanne Adrian Santana Morais da Silva

EIXO 3: Imprensa e impressos educacionais

 13/07/22 | quarta-feira |  13:30-15:30

 Sala Rui Barbosa: <https://us06web.zoom.us/j/86091538299>

Coordenador(a): Marijane Silveira da Silva

1. Representações de educação e civilização em um jornal não pedagógico baiano: ações educativas do “Correio Mercantil” em Salvador de 1838

Fabio Valente de Moraes

2. Festas escolares na imprensa periódica mato-grossense durante a primeira metade do século XX

Marijane Silveira da Silva


3. O jornal “A União”: uma fonte para a História da Educação paraibana no século XX
Vivia de Melo Silva

4. A imprensa feminina e sua relação com a educação das mulheres: a imagem de Júlia Lopes de Almeida em A Violeta (1916-1928)
Gabrielle Carla Mondego Pacheco Pinto

5. Um interlocutor para a professora de alfabetização: potencialidades do jornal “A Alfabetizadora” (1988-1999) para a escrita da História da Educação
Kelyn Bueno, Sidmar dos Santos Meurer

EIXO 3: Imprensa e impressos educacionais

 13/07/22 | quarta-feira |  15:45-18:00

 Sala Hélio Negro: <https://us06web.zoom.us/j/86091538299>

Coordenador(a): Elizabeth Figueiredo de Sá

1. Dimensões educativas para mulheres nas peças publicitárias da Revista Folha da Serra (Sul de Mato Grosso, 1931-1940)

Eglem de Oliveira Passone Rodrigues, Kênia Hilda Moreira

2. Representações de mulher na Revista Jornal das Moças, na Era Vargas

Dálete Cristiane Silva Heitor de Albuquerque, Elizabeth Figueiredo de Sá

3. Advogada, colunista, articulista e intelectual: reflexões sobre a atuação de Flora Ferraz Veloso na editora Jornal das Moças

Priscila Dieguez

4. “As matérias que devem ser publicadas num jornal feminino”: a imprensa feminina nos anos 1940 e 1950 – possibilidades para a escrita da História da Educação

Caren Victorino Regis

5. Beleza em (re)vista: educação do corpo feminino na sessão assuntos femininos em o Cruzeiro (1946-1953)

Gislene Rodrigues Ferreira Demarque

EIXO 3: Imprensa e impressos educacionais

 14/07/22 | quinta-feira |  13:30-15:30

 Sala Carmem Jacomini: <https://us06web.zoom.us/j/85451046408>

Coordenador(a): Luciane Sgarbi Santos Grazziotin

1. Periódicos em conexão: a Revista do Ensino do Rio Grande do Sul e a Revista Vida Escolar/Espanha em prol de um sentimento patriótico (1964-1970)

Luciane Sgarbi Santos Grazziotin

2. A atuação do Comando de Caça Aos Comunistas (CCC) segundo a imprensa nacional (1964-1980)

Danielle Barreto Lima

3. A reforma universitária nas manchetes do Jornal do Brasil (1967-1968)

Rosa Maria Souza Braga

4. “Urna mostrará em 2022 a síntese do que foi o Brasil-72”: lembranças do sesqui-centenário

Mariane Conceição, José Gonçalves Gondra

5. A persistência do “problema do menor”: uma análise do Código de Menores e da infância pobre nas páginas dos jornais da ditadura militar

Marilene Antunes Sant’anna

EIXO 3: Imprensa e impressos educacionais

 14/07/22 | quinta-feira |  13:30-15:30

 Sala Dalton Trevisan: <https://us06web.zoom.us/j/85451046408>

Coordenador(a): Tatiana de Andrade Fulas

1. Educação, filantropia e religião: a Bíblia como material didático na alfabetização de cegos

Tatiana de Andrade Fulas

2. Mensagem da Apae (1963-1973): educar os pais para educarem o excepcional

Giovani Ferreira Bezerra

3. A Fundação para o Livro do Cego do Brasil: circulação de livros e ideias entre conexões nacionais e transnacionais (décadas de 1950 a 1970)

Fernanda Luísa de Miranda Cardoso, Silvia Alicia Martínez

4. O conceito de criança excepcional e a educação dos excepcionais na Sociedade Pestalozzi do Estado do Rio de Janeiro pelas Revistas Criança Excepcional (1969-1978)

Cindi Eveli Nascimento, Natielly de Almeida Santiago, Heulalia Rafante

5. A cultura escrita escolar na elaboração de representações de leitura na escola de 2º Grau (São Paulo, 1980-1990)

Patrícia Aparecida do Amparo

EIXO 4: Formação e profissão docente

 12/07/22 | terça-feira |  13:30-15:30

 Sala Tarsila do Amaral: <https://us06web.zoom.us/j/82685988904>

Coordenador(a): Leila Maria Inoue

1. Confiando nas habilitações do pessoal que ali exerce o magistério: professores no Lycêu de Goyaz de 1847 a 1888

Alessandra de Oliveira Santos

2. O Curso Normal de Maceió: uma leitura dos exames sobre métodos de ensino (1886-1891)

Emanuele Morgana Tenório Oliveira, Maria das Graças Madeira

3. Castigos escolares no século XIX: perspectivas em análise a partir da Segunda Ca-deira de Primeiras Letras de Rio Grande-RS (1850-1854)

Gabriela Moreira

4. O processo de profissionalização docente em Sergipe no século XIX: professores primários em foco

Simone Amorim

5. Revista de Educação (1921-1923): formação de professores e higienização de corpos e mentes

Laís Marta Alves Silva, Caroline Fernandes de Souza Santiago, Leila Maria Inoue

6. O ensino normal livre em São Paulo: a Escola Normal Livre de Lins (1929-1938)

Leila Maria Inoue

EIXO 4: Formação e profissão docente

 12/07/22 | terça-feira |  13:30-15:30

 Sala Alzira Soriano: <https://us06web.zoom.us/j/82685988904>

Coordenador(a): Maria Carolina Granato Silva

1. Leituras femininas na Escola Normal: livros da biblioteca escolar

Joyce Paixão, Ana Clara Nery

2. “É oficial, equiparada ou livre de qualquer interferencia governamental?”: reflexões acerca de propagandas e notícias sobre a Escola Normal de Juiz de Fora (1908)

Priscila Alves Ferreira

3. O curso de professores(as) no “Colégio Sagrado Coração de Jesus” – articulações entre a formação docente e a educação confessional e católica (1931-1974)

Luciene Chaves de Aquino

4. Vocação e formação de professores: memória e história do Instituto de Educação ao Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro (1942-2008)

Maria Carolina Granato Silva

5. A Escola Normal Rural de Piracicaba na imprensa estadual e municipal

Kamila Cristina Evaristo Leite

EIXO 4: Formação e profissão docente

 12/07/22 | terça-feira |  13:30-15:30

 Sala Niède Guidon: <https://us06web.zoom.us/j/82685988904>

Coordenador(a): Carolina Mostaro Neves da Silva

1. Métodos de organização do ensino no século XIX: saberes pedagógicos e práticas docentes

Carolina Ribeiro Cardoso da Silva, Franciele Ferreira França

2. Formação de professores e cultura de escola na República

Laís Marta Alves Silva, Caroline Fernandes de Souza Santiago

3. Trajetórias educativas de José de Barcelos: da classe de adjunto a professor da Escola Normal Provincial (1843-1919)

Adriana Madja dos Santos Feitosa, Luís Távora Furtado Ribeiro

4. Pedagogias em disputa: Silva Jardim e Camilo Passalacqua na Escola Normal de São Paulo (1884/1887)

Carolina Mostaro Neves da Silva, Bruna Polachini

5. Da Escola Normal de Niterói ao magistério em Iguaçu: normas e trajetórias

Amália Cristina Dias, Ariadne Lopes Ecar

EIXO 4: Formação e profissão docente

 12/07/22 | terça-feira |  15:45-18:00

 Sala Maria Amélia Pereira: <https://us06web.zoom.us/j/89648261617>

Coordenador(a): Ivanildo Gomes dos Santos

1. Os docentes do Liceu Alagoano: seleção, interesses e tensas relações de poder (1849-1863)

Ivanildo Gomes dos Santos

2. Trajetórias docentes em Iguazu: o fazer-se magistério e o fazer-se Estado (1895-1925)

Isabela Bolorini Jara

3. O magistério municipal em Iguazu (RJ): normas e trajetórias Profissionais (1930-1949)

Amália Cristina Dias, Mariana Hapuque Raphael da Silva

4. Fundamentos do Compêndio de Pedagogia de Marciano Pontes: a educação prepara o homem para duas existências sucessivas, uma na terra outra no céu

José Carlos Souza Araujo

5. Professores autores de gramáticas aprovadas para uso nas escolas primárias do Distrito Federal: um estudo de inspiração prosopográfica

Fernando Rodrigo dos Santos Silva

EIXO 4: Formação e profissão docente

 12/07/22 | terça-feira |  15:45-18:00

 Sala Sampaio Dória: <https://us06web.zoom.us/j/89648261617>

Coordenador(a): Franciele Ferreira França

1. Queixas, processos disciplinares e modelos docentes em disputa em Pernambuco (1889-1911)

Isabela Tristão

2. Uma história de leituras para a formação de professores paranaenses (1900-1990)

Roberlayne de Oliveira Borges Roballo

3. Escola Normal de Porto Alegre/RS: lugar e tempo de formação de professoras

Fernanda Plaza Grespan, Rosane Michelli de Castro, Leonardo Marques Tezza

4. Ofício docente e materialidade escolar no século XIX: artefatos que instrumentalizam fazeres, saberes que ressignificam objetos

Franciele Ferreira França

5. Relações entre profissionalidade e intelectualidade docentes na Bahia da Primeira República

Simone Dias C. de Oliveira

EIXO 4: Formação e profissão docente

 12/07/22 | terça-feira |  15:45-18:00

 Sala Marielle Franco: <https://us06web.zoom.us/j/89648261617>

Coordenador(a): Regina Lucia Silveira Martins

1. As contribuições de Anália Emilio Franco para a história da profissão docente em São Paulo de 1901 a 1919. O Liceu Feminino Noturno

Regina Lucia Silveira Martins

2. A narrativa de um tempo de escola: cruzando memórias e fontes sobre a Associação Feminina Beneficente Instrutiva de São Paulo (1906 a 1918)

Regina Lucia Silveira Martins

3. O protagonismo de Maria de Lourdes Guilherme no ensino de música na Escola Industrial de Natal (1945-1968)

Gilmara Catarine Dantas Costa, Francinaide de Lima Silva Nascimento

4. Trajetória profissional de uma intelectual afro-indígena no Sul da Bahia: protagonismo e resistências

Fabrcia dos Santos Dantas

5. Entre a sala de aula e a literatura: a trajetória da professora Maria da Conceição Ouro Reis do Colégio de Aplicação em Sergipe

Alfredo Bezerra dos Santos

EIXO 4: Formação e profissão docente

 13/07/22 | quarta-feira |  13:30-15:30

 Sala Pereira Barreto: <https://us06web.zoom.us/j/86091538299>

Coordenador(a): Áurea Esteves Serra

1. Algumas experiências de organização docente nos Estados de Pernambuco e Maranhão (1950-1985)

Manuela Garcia de Oliveira, Tiago Rodrigues da Silva

2. O início da profissionalização docente em escolas primárias rurais paulistas (1940 a 1990)

Kamila Cristina Evaristo Leite, Áurea Esteves Serra, Noely Costa Dias Garcia

3. Aspectos da identidade profissional docente nos regimentos internos do Colégio Pedro II (1946-1964)

Jefferson da Costa Soares



4. Dona Minininha: memórias de uma professora primária rural do distrito de Rajada (Petrolina-Pernambuco, 1964-2009)

Adriana Amorim, Virginia Avila

5. Narrativas orais de professoras do cerrado tocantino

Odaléa Barbosa de Sousa, Jocyleia Santana Santos

EIXO 4: Formação e profissão docente

 13/07/22 | quarta-feira |  13:30-15:30

 Sala José Luis Sanfelice: <https://us06web.zoom.us/j/86091538299>

Coordenador(a): Maria Elisabete do Valle Mansur

1. Rosalvo Florentino de Souza e as discussões em torno do ensino profissionalizante e da formação de professores

Francisco Glauco Gomes Bastos, Márcia de Negreiros Viana, Rosane Michelli de Castro

2. Relação entre a Escola Parque, a formação de professores e a gestão de Anísio Teixeira no Inep

Edna Pinheiro Santos

3. O magistério primário nas Conferências Internacionais de Instrução Pública da Unesco e na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos: uma perspectiva transnacional sobre a história das representações do trabalho docente

Marina Mendes da Costa, Rita de Cassia Gallego, Paula Vicentini

4. A atuação da Cades na formação de professores de matemática no Espírito Santo (1950 a 1970)

Daniele de Aquino Gomes, Antonio Henrique Pinto

5. O docente, a pesquisa e anonimato nos estudos da História da Educação

Maria Elisabete do Valle Mansur

EIXO 4: Formação e profissão docente

 13/07/22 | quarta-feira |  13:30-15:30

 Sala Alexandre Vannucchi Leme: <https://us06web.zoom.us/j/86091538299>

Coordenador(a): Maria Cristina Ferreira dos Santos

1. As mudanças no Curso Normal do Instituto de Educação do Rio de Janeiro durante a ditadura civil-militar

Victória Guimarães Souza

2. A história da licenciatura em Enfermagem em uma instituição de ensino comunitária: um olhar para as práticas docentes (1974-2001)

Cássio de Oliveira, Eliana Rela

3. Consolidação da pós-graduação em Educação Especial no Brasil: a formação de professores no mestrado em educação do George Peabody College for Teachers (1976-1978)

Getsemane de Freitas Batista

4. História da formação docente no Brasil: mudanças em um curso de licenciatura em Ciências Biológicas (1991-2006)

Raiany Nogueira Santos, Maria Cristina Ferreira dos Santos

5. A LDB 9394/96 e a fundação do Instituto de Educação, o Ciep 380 – Joracy Camargo (1996): uma investigação histórica sobre a chancela para o direito a lecionar

Andréa Miguel Abrantes Ferreira

EIXO 4: Formação e profissão docente

 13/07/22 | quarta-feira |  13:30-15:30

 Sala Luis Almeida Araújo: <https://us06web.zoom.us/j/86091538299>

Coordenador(a): Andrea Guida Bisognin

1. A criança em desenvolvimento e a idade mais adequada à alfabetização: uma análise dos discursos pedagógicos

Andressa Caroline Francisco Leme

2. Práticas docentes na educação infantil: usos do tempo e distribuição das atividades de linguagem oral e escrita

Andrea Guida Bisognin

3. Dos treinamentos à formação continuada: uma história da formação dos profissionais da educação infantil paulistana contada pelos arquivos oficiais (1970/2012)

Marcia Lima

EIXO 4: Formação e profissão docente

 13/07/22 | quarta-feira |  13:30-15:30

 Sala Carlos Eduardo Pires Fleury: <https://us06web.zoom.us/j/86091538299>

Coordenador(a): Adlene Silva Arantes

1. Formação docente e preceitos higiênicos em Pernambuco (1912-1935)

Adlene Silva Arantes, Jonathas de Paula Chaguri

2. A atuação da Associação dos Professores do Ensino Oficial de Pernambuco durante a gestão de Miguel Arraes (1987-1990)

Max Rodolfo Silva

3. As práticas de estágio obrigatório do Curso de Magistério na memória de uma egressa da Escola Franciscana Imaculada Conceição (1974)

Adriana Mendonça Pizzato, Alessandra Cristina Furtado

4. História e memória: narrativas de professores aposentados

Aragoneide Martins Barros

EIXO 4: Formação e profissão docente

 14/07/22 | quinta-feira |  13:30-15:30

 Sala Paschoal Leme: <https://us06web.zoom.us/j/85451046408>

Coordenador(a): Simone Ivashita

1. Prezadas supervisoras, saudações... As experiências formativas e autoformativas de mulheres que atuaram no Movimento de Educação de Base (MEB), em Pernambuco (1961-1966)

Alessandra Maria dos Santos

2. Educação rural em evidência no Paraná (1997-2019)

Simone Ivashita, Thais Bento Faria

3. O ensino de Matemática nas memórias de antigas professoras da Escola Rural Estadual Princesa Isabel no Distrito de Santa Terezinha, município de Itaporã-MS (1979 a 1990)

Terezinha Garcia Cazuzza Martinez, Cristiane Pereira Peres

4. O Projeto Logos II: formação de professores leigos no município de Naviraí-MS (1980)

Fabiana Rodrigues dos Santos

5. Memórias de professoras primárias rurais do município de Casa Nova-BA (1970-1990)

Maria do Socorro da Silva Carvalho, Virgínia Pereira da Silva de Ávila

EIXO 5: Educação e gerações

 12/07/22 | terça-feira |  13:30-15:30

 Sala Henfil: <https://us06web.zoom.us/j/82685988904>

Coordenador(a): Eliana Gasparini Xerri

1. Os diferentes caminhos formativos de jovens mulheres brasileiras entre o século XIX e meados do século XX

Elaine Gomes Ferro, Jorge Luís Mazzeo Mariano

2. As mulheres vão à escola aprender o quê? Dos cursos de refinamento estético à busca da educação emancipatória: (trans)formação da educação feminina ao longo do século XX

Samara Mendes Araújo Silva

3. Memórias esquecidas de alunos na Serra Gaúcha. Primeiras décadas do século XX

Eliana Gasparini Xerri

4. Irmãos Koch, Think Tank, coletivos juvenis: a atuação da Rede Libertariana sobre a educação

Carolina Rieger Massetti Schiavon

EIXO 6: Disciplinas escolares e ensino de História da Educação

 12/07/22 | terça-feira |  13:30-15:30

 Sala Rubens Paiva: <https://us06web.zoom.us/j/82685988904>

Coordenador(a): Rosemary Trabold Nicacio

1. As cadeiras de primeiras letras na história da alfabetização: uma reflexão sobre o ensino inicial da leitura e escrita no Maranhão Império

Ana Carolina de Araujo Campos Moreira

2. Os diferentes conteúdos da disciplina de Educação Moral e Cívica na educação paulista de 1857 a 1970

Rosemary Trabold Nicacio, Raquel Lazzari Leite Barbosa

3. Datas comemorativas escolares: registros estéticos da consolidação dos valores republicanos em Curitiba (1901-1930)

Silvana Mendes Schuindt

4. O ensino de puericultura nas escolas públicas de São Paulo (1910-1940)

Marcia Guedes Soares

5. O itinerário nacional e internacional dos Manuais de História da Educação publicados para subsidiar a formação de professores, a partir de 1930, no Brasil

Roberlayne de Oliveira Borges Roballo

EIXO 6: Disciplinas escolares e ensino de História da Educação

 12/07/22 | terça-feira |  13:30-15:30

 Sala Oscar Thompson: <https://us06web.zoom.us/j/82685988904>

Coordenador(a): Leticia Mara de Meira

1. Sobre os primórdios do conceito de currículo no léxico educacional da língua portuguesa

Leticia Mara de Meira

2. A instrução no Rio de Janeiro: os desafios de organização da educação brasileira no século XIX (1826-1833)

Natália Silva

3. A presença da teoria fröebeliana para educar crianças cegas e surdas no Brasil

Aline Martins de Almeida

4. Os livros didáticos de Matemática no contexto dos exames de preparatórios no século XIX


Adenir Moulin, Flávia dos Santos Soares

5. Os livros didáticos e o ensino de literatura na escola secundária brasileira (1940-2012)

Júlia Souza Santos Giardino, Carlota Boto

EIXO 6: Disciplinas escolares e ensino de História da Educação

 12/07/22 |  terça-feira | 15:45-18:00

 Sala Manuel Luis Azevedo d'Araújo: <https://us06web.zoom.us/j/89648261617>

Coordenador(a): Juan Carlo da Cruz Silva

1. As ideias em circulação sobre o ensino de Desenho: uma análise dos programas curriculares brasileiros na Primeira República

Juan Carlo da Cruz Silva

2. Aferição do saber: os Testes ABC como parâmetros de seleção e hierarquização escolar na década de 1930

Milena Silva

3. A introdução da disciplina Sociologia na Escola Normal do Distrito Federal (1928-1936)

Victória Guimarães Souza

4. A história da disciplina de Trabalhos Manuais (1930-1960)

Carina Gotardelo Ferro da Costa

5. O ensino da escrita no contexto de renovação pedagógica: um estudo sobre o ditado escolar a partir de programas de ensino (1930-1960)

Carolina Monteiro

EIXO 6: Disciplinas escolares e ensino de História da Educação

 12/07/22 | terça-feira |  15:45-18:00

 Sala Darcy Ribeiro: <https://us06web.zoom.us/j/89648261617>

Coordenador(a): Décio Gatti Júnior

1. Circulação transnacional de métodos de ensino: o caso do Método Zaba

Carollina Carvalho Ramos de Lima

2. O ensino de História da Educação no Brasil e a presença do ideário da Liga Internacional pela Educação Nova em manuais disciplinares (1920-1950)

Décio Gatti Júnior

3. Para que não se esqueça: a memória da ditadura brasileira (1964-1985) nos livros didáticos de História do ensino médio

Camila Maria Piccoli

4. As memórias de professores e estudantes sobre o ensino de História em Palmas, Tocantins

Maria de Lourdes Leoncio Macedo, Graciene Reis de Sousa

5. Orientações aos professores para o ensino dos saberes elementares geográficos em manuais pedagógicos da Biblioteca Didática Brasileira (1950-1960)

Edna Vilar

EIXO 6: Disciplinas escolares e ensino de História da Educação

 13/07/22 | quarta-feira |  13:30-15:30

 Sala José Wilson Lessa Sabbag: <https://us06web.zoom.us/j/86091538299>

Coordenador(a): Denise Medina França

1. Didática Especial de Línguas Modernas (1957), de Valnir Chagas: um tratado sobre o ensino de inglês

Lidiane Cirilo dos Santos

2. Dienes: blocos lógicos e os saberes “pré-matemáticos” em tempos do movimento da Matemática Moderna (1960-1980)

Denise Medina França

3. Projeto Minerva - Curso Supletivo de 1º Grau / II Fase (1973-1979): o que dizem os fascículos de língua portuguesa sobre o aprendizado da língua materna

Rosa Maria Monaco, Niely Natalino de Freitas Leyendecker

4. Crescer em Cristo: manuais para a disciplina de Ensino Religioso, no Estado do Paraná (1970- 1980)

Karin Willms

5. A reformulação curricular de integração social no ensino primário carioca

Patricia Coelho da Costa

EIXO 6: Disciplinas escolares e ensino de História da Educação

 14/07/22 | quinta-feira |  13:30-15:30

 Sala Dorothy Stang: <https://us06web.zoom.us/j/85451046408>

Coordenador(a): Heloísa Helena Pimenta Rocha

1. Um pequeno livro cruza fronteiras: intercâmbios e conexões entre Brasil e Estados Unidos
Heloísa Helena Pimenta Rocha

2. A disciplina de Desenho nas relações entre a materialidade, o currículo prescrito e as formas de ensinar: do Ginásio Paranaense ao Colégio Estadual do Paraná (1929-1960)
Ceres Luehring Medeiros

3. As visualidades presentes nas prescrições para o ensino do Desenho do Natural em manuais destinados ao curso ginásial no Brasil (1941-1959)
Rossano Silva, Adriana Vaz

4. As revistas Ciência e Cultura e Escola Secundária como fontes para a história do ensino das Ciências (1948-1965)
Tiago Rodrigues da Silva

5. Estudo da vida e dos seres vivos no Compêndio de Biologia Geral de Waldemiro Potech (1959-1970)
Marcos Ferreira Josephino, Maria Cristina Ferreira dos Santos

EIXO 7: Patrimônio educativo, arquivos e acervos

 12/07/22 | terça-feira |  13:30-15:30

 Sala Vital Brasil: <https://us06web.zoom.us/j/82685988904>

Coordenador(a): Nilton Ferreira Bittencourt Junior

1. Sônia Magali de Sá Guimarães e a contribuição dos agentes sociais na preservação do patrimônio histórico e cultural do Ginásio Sagrado Coração em Senhor do Bonfim-BA (1944-1970)
Dulcineia Medeiros, Virginia Avila, Nilton Ferreira Bittencourt Junior

2. Identificação e condições de guarda do acervo documental do Centro de Excelência José Rollemberg Leite, Andreza Cristina da Silva Andrade

3. Preservação de fontes: o arquivo documental do Movimento de Educação de Base em Tefé/AM (1963-2003)
Leni Rodrigues Coelho

4. Aspectos históricos e organizacionais do Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do Colégio de Aplicação da UFS

Anne Emilie Cabral

5. Covid-19 e educação no séc. XXI: reminiscências pandêmicas e suas contribuições para História da Educação

Ana Cristina B. Lopez M. Francisco, Micheli Tavares

EIXO 7: Patrimônio educativo, arquivos e acervos

 12/07/22 | terça-feira |  13:30-15:30

 Sala Lisete Regina Gomes Arelaro: <https://us06web.zoom.us/j/82685988904>

Coordenador(a): Meily Assbú Linhales

1. Narrar a história por meio das fontes: um estudo das escolas estaduais Capistrano de Abreu e Conselheiro Crispiniano (1926-dias atuais)

Stefane Lino de Freitas

2. História e patrimônio educativo: o papel dos objetos escolares do Acervo da Memória Técnica Documental da cidade de São Paulo (1930-2021)

Eduardo Bezerra de Souza

3. Projeto de extensão Histórias e Memórias Sobre Educação: História da Educação a partir e para além da universidade

Nadia Gaiofatto Gonçalves, Andrea Cordeiro

4. Arquivos e histórias entrelaçadas: vestígios da presença do Brasil e de brasileiros nos acervos históricos da Educação Física uruguaia (1910-1960)

Meily Assbú Linhales

5. O Instituto de Educação Rui Barbosa e seu acervo: primeiras aproximações de um lugar de memória da formação docente em Sergipe

Rosemeire Marcedo Costa, João Paulo Gama Oliveira, Nadja Santos Bonifácio

EIXO 7: Patrimônio educativo, arquivos e acervos

 12/07/22 | terça-feira |  15:45-18:00

 Sala Nazildo dos Santos Brito: <https://us06web.zoom.us/j/89648261617>

Coordenador(a): Paula Leonardi

1. Patrimônio, memória e território: o caso dos Colégios Jesuítas do Rio de Janeiro e de Bordeaux

Paula Leonardi

2. Formando o espírito para o trabalho: mapeamento do patrimônio histórico do Ginásio Polivalente Desembargador Vidal de Freitas Em Picos-PI (1975-1996)

Luis Yago Bruno Moura, Nilton Ferreira Bittencourt Junior

3. Arquivo pessoal: caracterização de sua formação e organização

Guilherme Herreira Alves

4. História da Educação e retratos escolares: articulações possíveis

Audrey Barbosa

EIXO 7: Patrimônio educativo, arquivos e acervos

 12/07/22 | terça-feira |  15:45-18:00

 Sala Olga Benário: <https://us06web.zoom.us/j/89648261617>

Coordenador(a): Maria Helena Pupo Silveira

1. Livros de leitura da Escola Gratuita São José: patrimônio educativo da presença dos franciscanos na educação brasileira, primeiras décadas do século XX

Claudino Gilz, Cleonice de Souza, Maria de Fátima Guimarães

2. Artefatos culturais do Bejú e a tessitura do currículo escolar em uma escola da educação infantil na Amazônia bragantina

Rogério Andrade Maciel

3. O processo de retomada da gestão democrática do Centro de Memória e Museu Guido Straube, Colégio Estadual do Paraná

Maria Helena Pupo Silveira

EIXO 7: Patrimônio educativo, arquivos e acervos

 13/07/22 | quarta-feira |  13:30-15:30

 Sala Cilon Cunha Brun: <https://us06web.zoom.us/j/86091538299>

Coordenador(a): Valquiria Renk

1. A escola primária rural em imagens

Áurea Esteves Serra

2. Entre documentos e memórias: o acervo de escolas extintas do Estado do Rio de Janeiro

Alessandro Sathler, Mario Jorge Gonzaga, Izabel Cristina Galição Avila

3. As memórias da educação preservadas nos arquivos Dops-Paraná durante a ditadura civil militar (1964 a 1985)

Valquiria Renk

4. História e pertencimento: memórias de estudantes egressos do Ginásio de Aplicação da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe (1960-1968)

Joelza de Oliveira Santos, Walna Patrícia de Oliveira Andrade

5. Entre o passado e o presente: o caderno escolar de Sebastião Godinho

Fátima Branco Godinho de Castro

EIXO 7: Patrimônio educativo, arquivos e acervos

 13/07/22 | quarta-feira |  13:30-15:30

 Sala Maria Augusta Thomaz: <https://us06web.zoom.us/j/86091538299>

Coordenador(a): Joana Borges de Faria

1. Cultura material escolar: um olhar para os objetos de ensino de Ciências

Ana Paula Borges Eloi, Reginaldo Alberto Meloni

2. Mobiliário escolar na instrução primária do Pará: os modelos estrangeiros nas vitrines do progresso

Marlucy Sousa, Maria do Socorro Pereira Lima

3. Diorama do Forte Cumaú: valorização do patrimônio histórico e cultural nas escolas da educação básica do Amapá por meio da educação patrimonial

Maria Rita do Nascimento Monte

4. Livro didático: um balanço em andamento

Joana Borges de Faria, Kazumi Munakata

5. Os acervos e a materialidade da informação: um patrimônio Educativo

Cleonice de Souza, Claudino Gilz, Maria de Fátima Guimarães

EIXO 7: Patrimônio educativo, arquivos e acervos

 14/07/22 | quinta-feira |  13:30-15:30

 Sala Anderson Gomes: <https://us06web.zoom.us/j/85451046408>

Coordenador(a): Vera Lucia Gaspar da Silva

1. “Janela para o mundo”? Representações de colonialidade nas Exposições Universais: um olhar a partir da cultura escolar

Samanta Vanz

2. A instrução pública na São Paulo Oitocentista em obras raras: reflexões sobre a cultura e educação no Brasil Imperial (1875-1876)

Luiz Carlos Borges

3. Museus Pedagógicos: contribuições para estudos da cultura material escolar

Vera Lucia Gaspar da Silva

4. História do Museu Pedagógico Nacional – Pedagogium: um museu de grandes novidades (1890-1919)

Camila Marchi da Silva

5. O “Director Physyco” e a praça de desportos: a conjugação social da educação e do civismo como prática república

Alessandro Carvalho Bica

EIXO 8: Teoria da História e historiografia da Educação

 12/07/22 | terça-feira |  13:30-15:30

 Sala Landell de Moura: <https://us06web.zoom.us/j/82685988904>

Coordenador(a): Diana Vidal

1. A Escola Nova em circuito internacional: questões historiográficas

Diana Vidal

2. Ainda precisamos da História da Educação? Ela é central ou periférica?

Marisa Bittar

3. Escovando (o Relatório sobre as Classes Secundárias Experimentais) a contrapelo

Sandra Machado Lunardi Marques

4. Literatura e História da Educação: outra aproximação ao nazismo

Jordi Garcia-Farrero

5. A cultura material escolar e a docência: elementos teórico-metodológicos

Pedro Henrique Gonçalves Amorim

EIXO 8: Teoria da História e historiografia da Educação

 12/07/22 | terça-feira |  15:45-18:00

 Sala Ailton Krenak: <https://us06web.zoom.us/j/89648261617>

Coordenador(a): Marcos Roberto de Faria

1. Revisitar a educação jesuítica: as fontes brasílicas e o Ratio Studiorum

Marcos Roberto de Faria

2. As práticas pedagógicas presentes nos conventos franciscanos do Rio de Janeiro no período colonial

André Ricardo Gan, Luiz Fernando Conde Sangenis

3. Uma congregação católica francesa no Brasil: a atuação das Irmãs Azuis em Mato Grosso (1904-1971)

Giuslane Francisca da Silva

4. As punições escolares como mediadores pedagógicos de avaliação de alunos nas escolas de Barretos/SP (1868-1914)

Jose Ildon Goncalves da Cruz

5. Ensino secundário em Campo Grande, Sul de Mato Grosso (1930-1961)

Paolla Rolon Rocha

EIXO 8: Teoria da História e historiografia da Educação

 13/07/22 | quarta-feira |  13:30-15:30

 Sala Nadir Gouvêa Kfourri: <https://us06web.zoom.us/j/86091538299>

Coordenador(a): Raquel Discini de Campos

1. A trajetória de vida da mulher como fonte historiográfica: a cineasta Maria do Rosário Nascimento e Silva e suas contribuições para pensar a História da Educação

Graciele Maria Coelho de Gomes

2. Da leitura de fontes verbo-visuais: as contribuições de Bakhtin para a análise de álbuns ilustrados (Estado de São Paulo – 1915-1929)

Raquel Discini de Campos

3. A retórica na formação da pessoa e do governante N’o Livro Virtuosa Benfeitoria: memória e História da Educação

Terezinha Oliveira

4. Educação patrimonial: historiografia do termo no decorrer do século XX

Renata Canuto Fontes

5. A história intelectual em revistas e discursos: reflexões teórico-metodológicas

Bruna de Oliveira Fonseca, Dálete Cristiane Silva Heitor de Albuquerque

EIXO 8: Teoria da História e historiografia da Educação

 13/07/22 | quarta-feira |  13:30-15:30

 Sala Luís Gama: <https://us06web.zoom.us/j/86091538299>

Coordenador(a): Regina Célia Padovan

1. “Um documento de justiça”: obra sobre o intelectual Gustavo Lessa (1973)

Daise Silva dos Santos

2. O momento de inserção do coordenador pedagógico na organização do trabalho didático

Rubens Batista da Rocha Batista da Rocha, Andrêssa Gomes de Rezende Alves

3. O Norte de Goiás e a educação em registros: trajetórias de pesquisas (2014-2020)

Regina Célia Padovan

4. Índícios da escolarização da Ginástica no município de Nova Iguaçu

Diego Paschoa

EIXO 8: Teoria da História e historiografia da Educação

 14/07/22 | quinta-feira |  13:30-15:30

 Sala Vinicius da Silva: <https://us06web.zoom.us/j/85451046408>

Coordenador(a): Cristiano Ferronato

1. As representações literárias e a educação nas primeiras décadas do século XX retratadas a partir das concepções presentes no Diário de Bitita

Magaly Ivanov

2. O século XIX na Revista Brasileira de História de Educação: balanço historiográfico (2001-2021)

Alexandre Ribeiro e Silva, Bruna Polachini

3. RHE e Histedbr On-Line: uma análise bibliométrica de dois periódicos de História da Educação (2017-2020)

Gislaine Marli da Rosa Kalinowski

4. Quando as vozes sucumbidas ganham lugar com a História Oral e a História Pública Digital

Luzinete Moreira da Silva, Olivia Moraes de Medeiros Neta, Cristiano Ferronato

EIXO 9: Educação profissional

 12/07/22 | terça-feira |  13:30-15:30

 Sala Oscar Niemeyer: <https://us06web.zoom.us/j/82685988904>

Coordenador(a): Carlos Alberto Diniz

1. Espaços de memórias da educação profissional: o Centro de Memória da ETEC Sylvio de Mattos Carvalho (Matão, SP) – Unidade 103 do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza

Carlos Alberto Diniz

2. A implantação do Centro de Memória do IFSP-Prof. Benedito Ananias da Silva
Alba Fernanda Brito, Fernanda Ferreira Boschini
3. O Centro de Memória do IFSP como espaço de produção e difusão do conhecimento da educação profissional
Fernanda Ferreira Boschini, Alba Fernanda Brito
4. Memória e história da educação profissional e tecnológica: estudo sobre a implementação de uma escola técnica estadual em São Paulo
Guilherme Antonio Bim Copiano, Sueli Soares dos Santos Batista
5. A Fatec Ourinhos e o ensino da Matemática: 30 anos de história e de memórias entre o mundo do trabalho e a educação profissional
Rosemeiry de Castro Prado, Elaine Pasqualini, Eunice Correa Sanches Belloti

EIXO 9: Educação profissional



12/07/22 | terça-feira |



13:30-15:30



Sala Elisa Frota Pessoa: <https://us06web.zoom.us/j/82685988904>

Coordenador(a): Maria Teresa Garbin Machado

1. Textos e contextos na produção científica: a história da educação profissional em periódicos
Alzenir Souza, Francinaide de Lima Silva Nascimento, Isabela Tristão
2. Escolas profissionais paulistas: memórias dos cursos femininos
Maria Teresa Garbin Machado
3. Francisco Montojos: um intelectual do ensino industrial (1927-1959)
Marcelly Kathleen Pereira Lucas, Olivia Morais de Medeiros Neta
4. Disciplina e ordem: a ditadura militar e a cultura de escola da Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte (1968-1985)
Aline Cristina da Silva Lima, Olivia Morais de Medeiros Neta
5. A cidade fabril e a educação para o trabalho: a implantação do Sistema “S” em Rio Tinto-PB (1944-1967)
Alzenir Souza, Francinaide de Lima Silva Nascimento

EIXO 9: Educação profissional

 12/07/22 | terça-feira |  15:45-18:00

 Sala Florestan Fernandes: <https://us06web.zoom.us/j/89648261617>

Coordenador(a): Maria Augusta Martiarena de Oliveira

1. Trabalho e educação profissional em Conceição do Arroio entre 1858 e 1872: um estudo a partir das memórias de Antônio Stenzel Filho

Maria Augusta Martiarena de Oliveira

2. O papel das bandas militares na formação de músicos profissionais em Vila Rica/Ouro Preto – século XIX

Paulo Henrique Pinto Coelho Rodrigues

3. Os arados e sua escolarização na instituição escolar Cônego José Bento (décadas de 1930 e 1940)

Júlia Naomi Kanazawa

4. A arquitetura escolar ferroviária: a experiência da escola profissional Durival Britto e Silva em Curitiba

Vânia Mara Pereira Machado, Maicol Renato Barbizan da Silva

5. O currículo da Escola Profissional Ferroviária de Curitiba na década de 1940

Rudá Moraes Gandin, Alboni Marisa Dudeque Pianovski Vieira

EIXO 9: Educação profissional

 12/07/22 | terça-feira |  15:45-18:00

 Sala Ariano Suassuna: <https://us06web.zoom.us/j/89648261617>

Coordenador(a): Rosemeire de Lourdes Monteiro Ziliani

1. O trabalhador educado: o Colégio Salesiano do Recife e a formação de mão de obra operária (1892-1906)

Jaqueline Calixto dos Santos

2. História concisa do ensino técnico no Piauí: do Estabelecimento de Educando de Artífices ao Instituto Federal do Piauí

Romildo de Castro Araújo

3. História e memória da Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte (1968-1998)

Daniella Lago Alves Batista de Oliveira Eustáquio, Francinaide de Lima Silva Nascimento

4. Usos de estatísticas em discursos sobre a reforma do ensino médio na década de 1990 e associações a enunciados sobre a relação educação-trabalho

Wesley Fernando de Andrade Hilário, Rosemeire de Lourdes Monteiro Ziliani

5. Consensos e dissensos históricos da educação profissional no contexto do Mercosul: o caso do Brasil e Paraguai

Engel Faustino Silva

EIXO 10: Educação, movimentos sociais, etnias e gênero

 12/07/22 | terça-feira |  13:30-15:30

 Sala Caio Prado Jr.: <https://us06web.zoom.us/j/82685988904>

Coordenador(a): Ione Celeste Jesus de Sousa

1. Lutas por memórias escolares da abolição – Bahia 1888-1940

Ione Celeste Jesus de Sousa

2. Aportes sobre as políticas educativas das organizações negras – o século XX

Giulia Simões, Jane Santos da Silva

3. Narrativas docentes, movimentos e lutas: leituras sobre o aprofundamento das desigualdades vivenciados por professoras e professores, negras e negros em Salvador durante a greve de 1918

Ladjane Alves Sousa

4. O magistério como forma de inserção racial: professores negros nas escolas públicas do Recôncavo da Guanabara

Jessica Ferreira, Angélica Borges

5. Letras como degrau de mobilidade social e racismo como barreira na trajetória ascendente de uma família negra do Maranhão

Mariléia dos Santos Cruz

EIXO 10: Educação, movimentos sociais, etnias e gênero

 12/07/22 | terça-feira |  13:30-15:30

 Sala André Rebouças: <https://us06web.zoom.us/j/82685988904>

Coordenador(a): Fernanda Barros

1. Cazuza de Viriato Corrêa e a criança negra na literatura infanto-juvenil do século XX: um romance de formação antirracista?

Keila da Silva Santos Rodrigues

2. Educação e racismo na obra de Lima Barreto “Recordações do Escrivão Isaías Caminha”
Ricardo Ramos Sales

3. A Lei do Ventre Livre e a presença de meninas negras em instituições de educação no Pará do século XIX

Rodrigo Moura Queiroz, Sônia Araújo

4. Da busca do negro ao encontro do branqueamento e o esquecimento no Lyceu de Goyaz

Amanda Clécia Rodrigues Guedes Evangelista, Fernanda Barros

5. A escolarização dos alunos negros: a história dos meninos da Casa de São José (1888-1916)

Marcele Moreira de Castro

EIXO 10: Educação, movimentos sociais, etnias e gênero

 12/07/22 | terça-feira |  15:45-18:00

 Sala Daiara Tukano: <https://us06web.zoom.us/j/89648261617>

Coordenador(a): Marcus Vinicius Fonseca

1. Geni Guimarães (1947): a voz negra na produção literária destinada a crianças no final do século XX

Amanda Aparecida Puppim

2. A condição da mulher indígena da etnia Tembê Tenetehara na Colônia Santo Antônio do Prata no Pará republicano

Gercina Ferreira da Silva Silva, Jefferson Carvalho

3. Professoras e escritoras: autoria feminina na produção literária destinada às crianças (São Paulo – 1899/1977)

Larissa Santos Cordeiro da Silva

4. O mito da escravidão e da santidade na trajetória de um educador negro no Sul de Minas, no século XIX

Marcus Vinicius Fonseca

5. Colorindo o magistério paulista – professores negros em São Paulo entre final do séc. XIX e primeiras décadas do séc. XX

Keila da Silva Santos Rodrigues

EIXO 10: Educação, movimentos sociais, etnias e gênero

 12/07/22 | terça-feira |  15:45-18:00

 Sala Carolina Maria de Jesus: <https://us06web.zoom.us/j/89648261617>

Coordenador(a): Natalia Gil

1. Feminização do magistério brasileiro: percurso histórico e representação da profissão docente

Rosemeiry Assunção Alves Zozias Lima, Jorge Luís Mazzeo Mariano

2. A formação da identidade profissional feminina: análise de um documento escolar
Natalia Gil, Ana Laura Lima

3. A trajetória de formação de Carolina Maria de Jesus e suas reflexões sobre os efeitos do ambiente da favela na educação das crianças

Beatriz Wajntal Meme, Ana Laura Lima

4. Mulheres viajantes no Rio de Janeiro Oitocentista: um levantamento exploratório nas revistas acadêmicas

Maria Beatriz Leal da Silva

5. Mulheres na América: perspectivas de uma história transnacional dos direitos femininos (1922-1951)

Carla Azevedo

EIXO 10: Educação, movimentos sociais, etnias e gênero

 13/07/22 | quarta-feira |  13:30-15:30

 Sala Ana Rosa Kucinski: <https://us06web.zoom.us/j/86091538299>

Coordenador(a): Rachel Duarte Abdala

1. Formando irmãs professoras: análise de um grupo de alunas egressas da Escola Normal de Ouro Preto-MG (1877-1889)

Jumara Seraphim Pedruzzi

2. A publicidade na Revista A Vida Moderna e a educação para a beleza do corpo e para os bons modos femininos (1907-1926)

Gabriel de Souza

3. Produção do imaginário sobre o feminino em páginas Semaneiras: a Revista A Noite Ilustrada (1930-1954)

Ana Guimarães

4. As professoras da Escola Caetano de Campos de São Paulo em foco: entre representações fotográficas e práticas educativas inovadoras

Rachel Duarte Abdala

5. Fichas sociais de meninas na Escola Técnica Senador Ernesto Dornelles (Porto Alegre, 1946-1949): possibilidades de análise com o conceito de tática de Michel de Certeau

Natalia Gil, Luísa Grando, Maria Vitória Longo Viana

EIXO 10: Educação, movimentos sociais, etnias e gênero

 13/07/22 | quarta-feira |  13:30-15:30

 Sala Vladimir Herzog: <https://us06web.zoom.us/j/86091538299>

Coordenador(a): Marcos Cesar de Oliveira Pinheiro

1. Educação enquanto instrumento de fortalecimento dos trabalhadores e das trabalhadoras da Economia Solidária

Tatiana Losano de Abreu, Alysson André Régis Oliveira

2. Escolas para quem? A educação de pobres e trabalhadores nas primeiras décadas de Belo Horizonte, Minas Gerais (Brasil, 1897-1930)

Renata Garcia Campos Duarte

3. Movimento popular organizado, cidadania e educação: os comitês populares democráticos na Baixada Fluminense (1945-1947)

Marcos Cesar de Oliveira Pinheiro, Láiza Bianca Luna de Souza de Oliveira

4. “Ocas de cimento”: os processos educativos na comunidade indígena Xokó, na Ilha de São Pedro, em Porto da Folha/Sergipe

Gilmara Rezende Cardoso Xavier, Samara Nardoto Batista Bertazo

5. Os processos educativos de uma comunidade cigana Calón no município de Umbaúba/Sergipe: entre história e educação

Katia Maria Araújo Souza

EIXO 10: Educação, movimentos sociais, etnias e gênero

 13/07/22 | quarta-feira |  15:45-18:00

 Sala Solange Lourenço Gomes: <https://us06web.zoom.us/j/81574417758>

Coordenador(a): Francisca Geny Lustosa

1. O “Dia da devolução”: resistências pedagógicas na educação básica de Salvador no século XXI

Kalypsa Brito, Eliene Ramos

2. Memória e resistências de educadores do campo: a luta pela escola pública em assentamentos rurais

Lucicléa Teixeira Lins

3. História da Educação Especial: entre o documento de Recomendações do Ensino Especial da Conferência Internacional de Instrução Pública (1936) e a Política Nacional de Perspectiva Inclusiva (2008)

Francisca Geny Lustosa

4. A história da infância contada de cá, do Jalapão

Odaléa Barbosa de Sousa, Jocyleia Santana Santos

5. Entre a aldeia e a escola: a educação de crianças indígenas Tentehar em Grajaú-MA (1980-2010)

Patrícia Costa Ataíde

EIXO 10: Educação, movimentos sociais, etnias e gênero

 14/07/22 | quinta-feira |  13:30-15:30

 Sala Chico Buarque: <https://us06web.zoom.us/j/85451046408>

Coordenador(a): Alysson André Régis Oliveira

1. Representações de preceptora em *Atrás da Catedral de Ruão*, de Mário de Andrade (1947)

Marco Antonio de Santana, Raquel Discini de Campos

2. Tecituras entre literatura e História da Educação: um estudo sobre a Colônia Cecília, obra literária de Afonso Schmidt

Adriana Gois de Godoy

3. Alfabetização de adultos: os limites e as possibilidades do Movimento de Educação de Base em Tefé/AM (1963-1968)

Patrícia Lucena, Leni Rodrigues Coelho

4. As práticas socioeducativas nos empreendimentos econômicos solidários da cidade de João Pessoa, PB: sentidos e significados sob a perspectiva da formação humana para a emancipação

Alysson André Régis Oliveira, Tatiana Losano de Abreu

5. O projeto educacional dos pomeranos do Sul do Pampa (1952 a 1992): aspectos da cultura escolar das primeiras instituições de ensino da Hulha Negra/RS

Simone de Faria

EIXO 11: Processos educativos e práticas de sociabilidade não escolares

 12/07/22 | terça-feira |  13:30-15:30

 Sala Chiquinha Gonzaga: <https://us06web.zoom.us/j/82685988904>

Coordenador(a): Luna Abrano Bocchi

1. O Orquidário e o Jardim Botânico de São Paulo: “uma escola de botânica e civismo” (1928-1938)

Luna Abrano Bocchi

2. Educação museal: “entre saberes, fazeres e narrativas”

Fabiana Santos, Eliana Rela

3. Bibliotecas pedagógicas e inovação do ensino no Espírito Santo nas décadas de 1920 e 1930

Rosianny Campos Berto, Rafaelle Flaiman Lauff, Regina Helena Simões

4. Livros de ocorrências: revisão bibliográfica das produções científicas (2004-2019)

Adrielly Soares Silva, Rosemeire de Lourdes Monteiro Ziliani

EIXO 11: Processos educativos e práticas de sociabilidade não escolares

 12/07/22 | terça-feira |  15:45-18:00

 Sala Dorina Nowill: <https://us06web.zoom.us/j/89648261617>

Coordenador(a): Marcia Marlene Stentzler

1. A Festa da Paz de 1919 e a escolarização primária nas cidades fronteiriças de Porto União (SC) e União da Vitória (PR)

Marcia Marlene Stentzler

2. Participação da União Rio Grandina de Estudantes Secundaristas (URES) em atividades cívicas, desportivas e culturais no município do Rio Grande, RS (1953-1980)

Karin Christine Schwarzbald

3. As propagandas em periódicos como estratégia de formação do gosto carioca (1950)

Michele Ribeiro de Carvalho, Mariana Elena Pinheiro dos Santos de Souza

4. Casaldáliga e Jornal Alvorada: difusão da vida na cidadania e práticas da educação libertadora (1967-1980)

Veronete Dias Gomes

EIXO 11: Processos educativos e práticas de sociabilidade não escolares

 13/07/22 | quarta-feira |  13:30-15:30

 Sala Heleni Guariba: <https://us06web.zoom.us/j/86091538299>

Coordenador(a): Thais Nívia de Lima e Fonseca

1. Artes, circulação de saberes e processos educativos na América Portuguesa (1745-1822)

Thais Nívia de Lima e Fonseca, Edson Junio dos Santos

2. Iroko e São Francisco de Assis, protetores da natureza: educação franciscana e sincretismo religioso no Brasil Colonial

Luiz Fernando Conde Sangenis, Paula Bogdanovicz Henrard

3. Infância e puerícia das Santas: uma análise hagiográfica em impressos ibéricos que divulgavam modos de educação feminina, séculos XVII-XVIII

Fernando Cezar Ripe

4. Histórias conectadas: uma análise sobre a mestiçagem cultural presente em práticas educativas nas obras de Felipe Guaman Poma de Ayala e Diego Durán

Izabelle Seoldo Marques, Thais Nívia de Lima e Fonseca

5. Educação doméstica do bello sexo nas páginas do Jornal do Commercio (RJ) (1827-1844)

Micaela Rodrigues dos Santos, Rosana Areal de Carvalho

EIXO 11: Processos educativos e práticas de sociabilidade não escolares

 13/07/22 | quarta-feira |  13:30-15:30

 Sala Luis Carlos Prestes: <https://us06web.zoom.us/j/86091538299>

Coordenador(a): Aricle Vechia

1. “Creado aquele povo para a medicina, bem como a medicina para o povo”: a circulação do saber médico no Vale do Paraíba Paulista entre 1833 e 1862

Ana Luiza do Patrocínio

2. As sociedades recreativas e culturais: espaço de formação dos descendentes de imigrantes alemães em Curitiba na segunda metade do século XIX

Aricle Vechia

3. Viajantes protestantes no “Templo do Ensino”: circulação de modelos pedagógicos na III Convenção Nacional das Escolas Dominicais (1915)

Priscila de Araujo Garcez

4. A infância como um projeto para as congregações religiosas: os passionistas e as vocações (1915-1955)

Mara Francieli Motin

5. A formação religiosa nas escolas dominicais luteranas – Serra dos Tapes/RS

Karen Laiz Krause Romig, Patrícia Weiduschadt

EIXO 11: Processos educativos e práticas de sociabilidade não escolares

 13/07/22 | quarta-feira |  15:45-18:00

 Sala Emília Viotti da Costa: <https://us06web.zoom.us/j/81574417758>

Coordenador(a): Liane Maria Bertucci

1. Escola de Mãezinhas, Curitiba 1930: instruir as mulheres para manter a saúde das crianças

Emile Meireles, Liane Maria Bertucci

2. Transformação dos costumes camponeses: uma educação na intimidade do lar. Análise das “Campanhas” de Acción Cultural Popular (1947-1975)

Sara Evelin Urrea Quintero

3. No terreiro ou no convento, se forja no sagrado a formação: mulheres, religião e educação através dos casos de Mãe Biu e Madre Benigna (PE)


Tayanne Adrian Santana Morais da Silva, Raquel Barreto

4. Por entre os muros do cárcere: possibilidades educacionais na Colônia Penal Feminina Bom Pastor durante a administração da Madre Benigna (1963-1970)

Raquel Barreto

5. Autodidatismo, livre pensamento e a produção de conhecimento pela classe trabalhadora

Ana Luiza Jesus da Costa



CADERNO DE RESUMOS

Soldados da Pátria – práticas cívicas nos grupos interioranos de Laje do Muriaé e Maricá 1930 – 1950

ADELLY POYAES, MILENA SILVA

O presente artigo objetiva compreender acerca da escolarização da infância nas cidades de Laje do Muriaé e de Maricá, localizadas no Estado do Rio de Janeiro no recorte temporal de 1930-1950. Interessa-nos analisar o processo de interiorização dos grupos escolares e as práticas disciplinares e higiênicas implementadas por estas instituições. Os grupos escolares foram criados no Brasil na década de 1890, sendo sua primeira organização no Estado de São Paulo no qual, sua ação central foi a expansão da escolarização, portanto, estavam associados a uma representação que os designavam como instituições educativas modernas atreladas a reelaboração de métodos de ensino, na produção de um novo programa e de novos espaços para a escola primária assentados nos aspectos da higiene, da ordem e do civismo. Nesse cenário a escola designava um simbolismo, um significado social do avanço da sociedade, ou seja, os grupos escolares reportavam um espaço que para além do educar incorporou também a concepção do projeto político republicano de moralizar e civilizar, se configurando como um lugar detentor de normas e regras responsáveis por salvaguardar o futuro da nação. A escola pública e em especial os grupos escolares acabaram sendo marcados como as instituições onde se ensinavam e se aprendiam valores cívicos, além de despontarem como a entidade defensora desses preceitos, a partir das quais a ação moral e pedagógica teria de se amplificar para a sociedade. Nos contextos dos grupos escolares, as festividades como desfiles, inaugurações de quadros de honras, comemorações das datas republicanas e eventos cívicos ganharam a função pedagógica de educar para a civilidade e para as normas morais e estéticas de comportamento. Com o exposto, cabe observar a questão moralizante embutida no projeto dos grupos escolares enfatizando a formação do caráter e desenvolvimento de virtudes morais, de sentimentos patrióticos e de disciplina. Recorremos, portanto, a análise das séries documentais presentes nos arquivos dos referidos grupos escolares, sendo elencadas as seguintes fontes: diários oficiais, livros de atas, jornais confeccionados pelos alunos, livros de matrículas e fotografias. Apoiamo-nos, principalmente, nas contribuições teóricas de Le Goff (1984), Burke (2008), Ginzburg (2001, 2007), Chartier (1994, 2002, 2009), Certeau (2007), Camara (2004, 2010), Faria Filho (2000, 2007), Julia (1995), Souza (1998, 2006), Vidal (2003, 2006, 2008), Veiga (2000, 2003, 2005), Bencostta (2005), Schueler e Rizzini (2014) e Schueler (2009, 2010).

Palavras-chave: História da Educação; grupo escolar; escolarização da infância

Os livros didáticos de Matemática no contexto dos exames de preparatórios no século XIX

ADENIR MOULIN, FLÁVIA DOS SANTOS SOARES

Este texto traz apontamentos preliminares de dissertação de mestrado em andamento que tem como proposta estudar os Exames Preparatórios necessários para o ingresso nas instituições de ensino superior na segunda metade do século XIX, regulamentados a partir da Reforma do Ministro do Império Couto Ferraz, em 1854. Incluídos nos exames para o ingresso nas Faculdades de Medicina, Engenharia e Direito, os conteúdos das cadeiras de Matemática acabaram por se constituir como parte fundamental do currículo do ensino secundário, desde o Império, se configurando o currículo oficial vigente. O Colégio de Pedro II tem a sua importância nesse cenário como referência na produção e indicação dos textos escolares e padrão para os conteúdos de matemática cobrados nos Exames Gerais. Nesta direção, este trabalho se propõe a compreender qual a significativa ampliação da produção dos livros didáticos de matemática no período mencionado; sua importância na dinâmica dos Exames Preparatórios e quais os conteúdos e referências de livros didáticos de Matemática. Este estudo sinaliza a importância do livro escolar como uma fonte fundamental no estudo da cultura escolar. Benito (2009) considera que o livro é muito mais que apenas um material escolar, ele é uma representação de como é produzida e praticada uma forma de ensino. O autor considera o manual escolar como a representação do mundo que os escreve e da cultura que os apropria, isto é, “como objetivação cultural de um currículo em todas as suas dimensões, ou seja, em suas estruturas e conteúdos, em suas imagens sociais e em suas formas de desenvolvimento” como uma (BENITO, 2009, p. 173). A utilização dos livros didáticos como fonte de pesquisa para a história da educação no Brasil, tem sua importância ao considerarmos que estes “[...] manifestam tendências metodológicas e, explícita ou implicitamente, expressam a filosofia educacional e a visão dos conhecimentos produzidos à época de sua publicação [...]” (VECHIA; LORENZ, 2004, p. 54) e, principalmente no século XIX, os livros didáticos norteavam a seleção e a organização dos conteúdos de ensino das diversas áreas de conhecimento propostas nos planos de estudo das diferentes instituições escolares. Pode-se constatar que a matemática escolar do tempo dos preparatórios pautava-se pelos pontos a partir dos quais eram realizadas as provas escritas e orais (VALENTE, 2004). A preparação do candidato para as provas e a referência principal dos conteúdos cobrados era o Programa de Ensino do Colégio Pedro II e os livros indicados. Dessa forma, o manual escolar satisfaz, a emergência de uma demanda educativa em constante expansão, sendo utilizado nos colégios e liceus para o ensino secundário, mas também atuando de forma decisiva nos Exames Preparatórios.

Palavras-chave: exames gerais de preparatórios; livro didático; Colégio Pedro II.

Formação docente e preceitos higiênicos em Pernambuco (1912-1935)

ADLENE SILVA ARANTES, JONATHAS DE PAULA CHAGURI

As discussões em torno da higiene na educação estão postas desde o império. Contudo, intensificaram-se na República como condição para que o Brasil fosse uma nação civilizada e sadia por meio de uma medicina social, na qual se associava a um projeto amplo de modernidade e progresso. Isto posto, as primeiras décadas da república Brasileira foram marcadas por ações voltadas a garantir a regeneração da nação. Neste contexto, então, podemos apontar a política higienista implementada nas escolas por meio de reformas nos sistemas de ensino. Em Pernambuco, inúmeras reformas e regulamentações aconteceram a fim de assegurar que a medicina contribuísse para o almejado sonho do progresso com a nação regenerada. Diante disso, não só os(as) alunos(as) eram o alvo de ações higienistas, mas também os(as) professores(as). Por essa razão, o objetivo deste texto é compreender o lugar da higiene no magistério primário em Pernambuco, analisando os preceitos higiênicos previstos para os(as) professores(as) a partir das reformas que aconteceram no estado nas primeiras décadas do século XX. A periodização corresponde aos anos em que as reformas da educação aconteceram em Pernambuco (1912-1931). Utilizamos como fontes para a pesquisa regulamentos, regimentos e relatórios da instrução pública pernambucana do período supracitado. Os pressupostos teóricos e metodológicos para análise dos documentos correspondem sob a perspectiva da Nova História Cultural, em especial, do conceito de representação elaborado por Roger Chartier (1990). Os dados revelaram que em Pernambuco, as reformas se voltaram para o ensino primário e para a formação dos(as) professores(as). Preceitos higiênicos permeavam inúmeros aspectos das reformas. Para atingir os propósitos de uma formação voltada para a higiene foram criados cargos na área saúde para participar dos processos educativos, tais como: médico escolar; visitadora (enfermeira); odontólogos e o(a) professor(a) deveria atuar junto a estes profissionais. Em relação a formação do(a) professor(a), além da escola normal foram criados os cursos de aperfeiçoamento, os cursos de férias, os seminários pedagógicos e a biblioteca central dos(as) professores(as) que significaram tentativas de fortalecer a formação inicial e continuada destes(as) professores(as). Concluímos que os(as) professores(as) eram submetidos(as) aos preceitos higiênicos e recebiam formação específica para atuar juntamente com os comissários da higiene, os médicos, as visitadoras e os odontólogos escolares. Entre os conteúdos do currículo escolar, podemos apontar as disciplinas voltadas para a higiene, psicologia, sociologia para que os(as) professores(as) pudessem cumprir a sua missão. Em outras palavras, contribuir para resolver a carga vergonhosa que marcou as raízes étnicas do Brasil.

Palavras-chave: professores primários; discursos higiênicos; Pernambuco

Dona Minininha: memórias de uma professora primária rural do distrito de Rajada (Petrolina-Pernambuco, 1964-2009)

ADRIANA AMORIM, VIRGINIA AVILA

Este texto tem como objetivo compreender o contexto histórico, político e social de atuação de uma das primeiras professoras primárias do distrito de Rajada, interior de Petrolina, Pernambuco, no período entre os anos de 1964 a 2009. A professora Minininha, como é popularmente conhecida, foi uma das pioneiras na educação do referido distrito, iniciando sua carreira profissional informalmente em 1964 na educação domiciliar, sendo remunerada pelos pais dos alunos, dois anos após se efetivou na rede de ensino municipal de Petrolina. Em 1991 se efetivou também na rede de ensino estadual de Pernambuco, permanecendo nas duas redes de ensino até sua aposentadoria no ano de 2009. A delimitação temporal corresponde aos anos de atuação da professora quando iniciou sua carreira até sua aposentadoria. A metodologia da pesquisa será desenvolvida por meio da história oral, com a utilização de entrevista, bem como na análise de fotos, documentos e demais arquivos pessoais disponibilizados pela professora e documentos institucionais da época em que a professora atuava em sala de aula e que ainda se encontram acessíveis e disponíveis na escola. A pesquisa terá como base teórica o livro *História e Memória da Educação Rural no Século XX*, organizado por Rosa Fátima Souza Chaloba, Macioniro Celeste Filho e Ilka Miglio de Mesquita, publicado no formato E-book em 2020. Ainda como base teórica, será utilizado também o artigo de Virgínia Pereira da Silva de Ávila, Rosa Santos Mendes da Silva e Cícera Peixoto Rocha, publicado na revista *Cocar* em 2018 que discorre sobre a memória de duas professoras que atuaram no município de Juazeiro/BA e Petrolina/PE, entre as décadas de 1950 e 1970. Nesse trabalho as autoras analisam nas memórias do passado, as motivações para a escolha da profissão, bem como a complexidade e heterogeneidade das condições do trabalho docente. Desse modo, a partir das memórias de dona Menininha, pretende-se compreender o contexto histórico, político e social vivido por uma professora de escola rural com a finalidade de contribuir e ampliar conhecimentos e discussões sobre a história da formação docente, especialmente, numa época e em lugares bem distantes dos grandes centros urbanos e que muitas vezes ficaram escondidas e sem visibilidade política e social. O conceito de memória é aqui compreendido a partir da perspectiva adotada por Nora (1993). Segundo ele, a memória é a vida sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento.

Palavras-chave: memórias; História da Educação; educação rural

Algumas facetas da história e cultura escolar da escola modelo de língua japonesa da Colônia Pinhal 1964 -1998

ADRIANA APARECIDA ALVES DA SILVA PEREIRA, RICARDO MERGULHÃO, GRACIELE APARECIDA SILVA

Este trabalho é parte do projeto que investiga facetas dos 60 anos da história da Colônia Pinhal. A Colônia Pinhal foi fundada em 1962 por imigrantes japoneses, localizada na zona rural de São Miguel Arcanjo-SP. Foi fundada pela JAMIC (Japan Migration and Colonization), com apoio da província de Fukui e da Cooperativa Central Agrícola Sul-Brasil LTDA. De acordo com a Revista 50º Aniversário Comemorativo da Colônia Pinhal (2012), em 1964 foi fundada a Escola Japonesa, atual Escola Modelo de Língua Japonesa. Neste trabalho pretendemos abordar aspectos da história institucional e analisar a cultura escolar da Escola Modelo de Língua Japonesa da Colônia Pinhal, considerando o grupo étnico da qual pertence. Elegemos o período de 1964, ano de fundação da escola, a 1998 dois anos após a tornar-se Escola Modelo e redefinido a estrutura institucional e práticas. Considerando a abordagem étnica é possível pensar a cultura escolar a partir de alguns autores como Dominique Julia (2000) e Vinão Frago (1995) que consideram que no interior de cada escola existe uma cultura que pode ser peculiar a elas, mas que não lhes é restrita, uma vez que essa cultura se relaciona com outras práticas culturais mais amplas da sociedade. Daí afirmar que a sociedade produz a escola e é também por ela produzida, ou seja, os saberes da sociedade perpassam a escola e vice-versa. Assim é possível pensar o papel que os imigrantes japoneses atribuíram à escola enquanto transmissora de uma cultura atribuída por eles e ao mesmo tempo como facilitadora para integração à sociedade local. Dentre as fontes utilizadas destacamos: Atas de Reuniões da Associação Japonesa, Guia Escolar, Trabalhos escolares, fotografias e depoimentos orais. A análise evidenciou que a escola era comunitária. Iniciou suas atividades de maneira informal, com professores voluntários e tinham como objetivo o ensino da língua escrita e da cultura japonesa. Ao longo dos anos a escola iniciou o processo de formalização, passando a ter aulas diárias, contratando professores e recebendo professores estagiários do Japão, consolidando esse processo, quando se torna Escola Modelo de Língua Japonesa, pois redefiniu sua estrutura administrativa e pedagógica. Além de um novo prédio, é constituído o “guia escolar”, com organização administrativa, normas de condutas de alunos e professores, regimento escolar, estabelecimento de conteúdos, calendário com rituais, festas, atividades e práticas considerando a “formação integral e internacional” e assim reorganizando a cultura escolar da instituição.

Palavras-chave: imigração japonesa; cultura escolar; Colônia Pinhal

Tecituras entre Literatura e História da Educação: um estudo sobre a Colônia Cecília, obra literária de Afonso Schmidt

ADRIANA GOIS DE GODOY

O presente texto tem como objeto de pesquisa a obra literária “Colônia Cecília: romance de uma experiência anarquista”, escrita em 1942, por Afonso Schmidt. A obra relata a história de uma colônia experimental que foi fundada em Palmeira, na época província do Paraná, no ano de 1890. Formada principalmente por imigrantes italianos e mobilizados por Giovanni Rossi, agrônomo italiano que se dedicava às preocupações filosóficas e ao jornalismo, autor do periódico *Lo Sperimentabile*, no qual escrevia sobre um grande sonho utópico: uma colônia de filósofos ácratas. Esta experiência se destaca no período por diferenciar-se das demais colônias étnicas instaladas no Brasil naquele período. Este estudo tem como objetivo analisar esta narrativa literária à luz da história da educação, a fim de investigar as representações acerca da educação frente às diferentes correntes e ideários anarquistas no Brasil entre o final do século XIX e início do século XX. Para a construção do texto procedeu-se à análise documental das seguintes fontes: Relação de passageiros em Vapores - *Cittá Di Roma* - de 18 de março de 1890, e como fonte principal a produção literária *Colônia Cecília: romance de uma experiência anarquista* (SCHMIDT, 1980). A análise das fontes foi realizada a partir dos seguintes referenciais teóricos: para a análise da narrativa literária como fonte documental para pesquisas em história da educação serão utilizados Vasconcelos (2014) e Lopes (2005); e acerca do processo imigratório no final do século XIX, Gallo (2011), Kreutz (2020) e Panizzolo (2018). Como categorias de análise foram utilizadas educação anarquista e movimentos sociais, por meios das vivências em torno dos personagens retratados na obra. Neste estudo foi possível identificar as contribuições da teoria anarquista na qual a comunidade anarco-socialista de Cecília desejava a construção de uma nova sociedade sem a ingerência do Estado, sendo a autogestão social, a concepção predominante dos pioneiros da colônia. No que concerne à educação, a análise da experiência permite concluir que os fundadores da colônia se mostravam engajados em uma educação em prol do altruísmo, da liberdade e da emancipação do sujeito, dentro da perspectiva da integralidade dos indivíduos, em que todos seriam livres. As considerações sobre a pesquisa realizada indicam para o fato de que o diálogo com os estudos e pesquisas da educação, assim como uma produção de teor literário, torna-se relevante para o conhecimento da história de uma sociedade, possibilitando interfaces que podem contribuir para a construção da história da Educação, oportunizando que o historiador, identifique sinais que outras fontes possivelmente não lhe forneceriam.

Palavras-chave: imigração italiana; Colônia Cecília; educação anarquista

Trajetórias educativas de José de Barcelos: da classe de adjunto a Professor da Escola Normal Provincial (1843-1919)

ADRIANA MADJA DOS SANTOS FEITOSA, LUÍS TÁVORA FURTADO RIBEIRO

Este estudo sobre a Memória e História da Educação cearense objetiva examinar por meio da trajetória educativa de José de Barcelos, entre 1856 e 1891, as mudanças decorrentes da passagem do modelo formativo prático, do Professor Adjunto, para outro, da Escola Normal. Procura-se aplicar nesta investigação os recursos da abordagem qualitativa no campo da ciência Histórica, orientando-se por análises convergentes dos fundamentos teórico-metodológicos da História Nova, do Materialismo Histórico e da Filosofia da História sobre memória e história, adentrando-se, ainda, no campo da Micro-História por compreender que pontos de vistas individuais são caminhos para acessar múltiplos contextos. A seleção e análise dos dados sobre José de Barcelos e a Escola Normal ocorrem entrecruzando fontes bibliográficas e documentais. Artigos jornalísticos, revistas, livros literários, fotografias e documentos oficiais estão sendo coletados junto dos seguintes acervos do Instituto Histórico do Ceará (IHC), do Arquivo Público do Ceará (APC), da Academia Cearense de Letras (ACL) e da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (BNDigital). Essas diversidades de fontes acessaram algumas trajetórias de José de Barcelos da Silva Sobrinho que iniciou sua carreira de professor primário aos 13 anos como Adjunto, em 1856. Naquele tempo para assumir este cargo eram escolhidos, preferencialmente, estudantes pobres e com bom aproveitamento nos estudos, sendo estes fatores, quiçá, que motivaram a entrada do jovem Barcelos ao professorado. Este modo de preparação de professores adjuntos consistiu no aperfeiçoamento em matérias e na prática primária durante três anos sob a supervisão do mestre-escola, com verificação em exames gerais. Na província do Ceará este modelo foi instituído no Regulamento de 1855, sugerido pelo Regulamento do município neutro de 1854, quando institui a classe dos professores adjuntos. O biografado inicia sua preparação profissional como adjunto na primeira cadeira de Fortaleza e até chegar ao seu destino como cátedra de Pedagogia e Metodologia na Escola Normal cearense, em 1884, estudou latim no Liceu Cearense, viajou, subsidiado pelo governo provincial, para a Escola Agrícola de Grignon, França e a Escola Normal baiana, ministrou aulas particulares em Fortaleza e no Rio de Janeiro, substituiu professores do Liceu Cearense e inclusive participou de uma expedição à Europa para conhecer a instrução primária. Por fim, pelas análises, até este momento, realizadas pode-se encontrar vínculos entre a trajetória formativa deste educador e as mudanças ocorridas na preparação e habilitação do mestre-escola para outro com características acadêmicas e teóricas que se efetiva com o início das atividades da Escola Normal cearense. **Palavras-chave:** História da Educação Cearense. José de Barcelos. Escola Normal.

Palavras-chave: História da Educação cearense; José de Barcelos; escola normal

As práticas de estágio obrigatório do curso de Magistério na memória de uma egressa da Escola Franciscana Imaculada Conceição (1974)

ADRIANA MENDONÇA PIZATTO, ALESSANDRA CRISTINA FURTADO

Este trabalho tem como objetivo analisar as práticas de estágio obrigatório do Curso de Magistério da Escola Franciscana Imaculada Conceição, da cidade de Dourados-sul de Mato Grosso (atual Mato Grosso do Sul), especificamente do ano de 1974, a partir da memória de uma egressa. Este recorte temporal se justifica por dois argumentos principais, um por ser o ano de realização do estágio da egressa e outro, por se constituir no ano de formação da professora entrevistada para a realização deste trabalho. A escola, primeiramente denominada Instituto Educacional de Dourados, foi fundada no ano de 1955 por freiras franciscanas vindas do Sul do país, vale ressaltar que a instituição foi a primeira a trabalhar com esse nível de formação na região e trouxe uma filosofia, ligada à igreja católica, que abarcava o papel que a mulher deveria desempenhar. Para o desenvolvimento da pesquisa recorreremos aos estudos sobre História Oral, História da Educação, memória e formação docente em nível de magistério. Além disso, coletamos e analisamos o relato de uma egressa do curso do ano de 1974, com isso conhecemos um pouco de como foram suas práticas de estágio, sua fala e emoção ao rememorar esses momentos, pois a entrevistada relembra com muita emoção de um projeto específico de seu estágio. Seu tema foi o circo, a partir dele, ela conseguiu trabalhar a interdisciplinaridade tão falada pelas professoras no curso de magistério, uma vez que, os seus alunos eram crianças carentes atendidas no contraturno da instituição, todos os materiais utilizados no projeto foram confeccionados por ela, todos feitos a mão, com muito capricho e cuidado, inclusive a depoente relembra da enorme tenda montada na sala e cada animal confeccionado. Seu projeto ganhou destaque na época que era estudante de magistério e, com isso, foi surpreendida em uma de suas aulas com a presença da agência de educação da cidade de Dourados, a qual foi convidada pela professora de Didática que era a responsável pelos estágios no Curso de Magistério, que tinha o interesse que os funcionários da agência de educação local conhecessem as práticas da professora em formação. Contudo, devido a prática de estágio desenvolvida por essa professora em formação, após formada foi contratada por esta agência de educação para ser supervisora, função essa que atuou durante muitos anos, só saindo após engravidar e precisar se ausentar do trabalho. Assim, um trabalho como este torna-se importante para conhecermos sobre o Estágio Obrigatório em um Curso de Magistério, bem como parte da história da formação de professores, em um município situado no sul de Mato Grosso, na década de 1970.

Palavras-chave: História da Educação; magistério; práticas de estágio

A crise sanitária e o comprometimento da frequência nas escolas de primeiras letras de São Bernardo (1888)

ADRIANA SANTIAGO SILVA

O presente trabalho faz parte da pesquisa mestrado em andamento, acerca das escolas de Primeira Letras da Freguesia de São Bernardo, atual município de São Bernardo do Campo, localizado na região metropolitana do estado de São Paulo. Objetiva-se através desta escrita compreender como a crise sanitária ocorrida ao longo do século XIX e, neste recorte da pesquisa especificamente na segunda metade do século, no ano de 1888, afetou a frequência escolar das crianças em São Bernardo. Tratou-se da epidemia da varíola, que foi uma das doenças mais perigosas que assolou o Brasil em meados da metade século XIX. Conhecida popularmente pelo nome de “bexiga”, devido às bolhas que se espalhavam pelos corpos das pessoas infectadas, a doença ceifou vidas são-bernardenses, sendo que um dos cemitérios da região ficou conhecido como Cemitério dos Bexiguentos, posto que era elevado o número de mortos enterrados no local em razão da doença. As fontes documentais para a realização do trabalho, a saber, três documentos escritos por professores durante a delimitação temporal indicada, nos quais são citados o risco de ter as escolas abertas durante o momento epidêmico e também o quanto a frequência escolar foi prejudicada em razão da doença. Tais documentos encontram-se disponíveis no Arquivo do Estado de São Paulo e pretende-se utilizar enquanto metodologia a análise documental, com vistas a problematizar como a situação epidêmica reverberou no espaço escolar e qual era o posicionamento da escola e da Instrução Pública frente a ela, assim como compreender como as famílias das crianças se organizavam para garantir a educação e sobrevivência de seus filhos frente a crise sanitária estabelecida na Freguesia. Para tanto, utilizou-se a obra de Santos (1992) que realizou um estudo histórico acerca da História de São Bernardo, bem como o aporte teórico de Sharpe (1992), a partir da perspectiva nomeada “história vista de baixo,” que traz uma nova perspectiva de se observar as fontes, considerando que destaca a possibilidade de explorar fatos do passado sob a perspectiva do que o autor intitula soldado raso, e não do grande comandante, ou seja, entender a constituição das camadas populares e sua organização que, por muitas vezes, não foram foco de atenção de historiadores. Somando-se a esses autores e com vistas a ajustar o foco da pesquisa através de lente microscópica para compreender a realidade da Freguesia, foram utilizados os estudos de Ginzburg (1990) sobre Micro-História. Os resultados convergem para a elucidação de como as condicionantes socioeconômicas impactaram nas questões educacionais da população infantil são-bernardense.

Palavras-chave: São Bernardo; escola de primeiras letras; epidemia da varíola

Livros de ocorrências: revisão bibliográfica das produções científicas (2004-2019)

ADRIELLY SOARES SILVA, ROSEMEIRE DE LOURDES MONTEIRO ZILIANI

O trabalho é uma revisão bibliográfica realizada em duas plataformas digitais: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), sobre o tema Livros de Ocorrências (LO's) como instrumento pedagógico escolar e utilizado como fonte ou objeto de pesquisa na área da educação. Como recorte temporal foi adotado o período de 2004 a 2019 definido em virtude do período de publicação das produções que corresponde a mais de uma década de pesquisas. O objetivo foi apresentar e analisar como os LO's e seus registros aparecem e são problematizados nas produções selecionadas. O interesse pela temática deveu-se a pesquisa de mestrado em andamento, na qual o Livro de Ocorrências é utilizado como fonte para o entendimento do tema (in)disciplina escolar, nos anos finais do Ensino Fundamental, indagando em que ocasiões são utilizados nas instituições, como tentativa de constituição de tipos específicos de sujeitos. Inferindo algumas atribuições fora das competências institucionais, mas que de forma recorrente estão presentes como um modo de operar as subjetividades. Ao todo foram selecionadas 18 produções entre teses e dissertações que utilizaram os Livros em virtude dos acontecimentos escolares investigados. Para sustentar as explicações trazidas na revisão bibliográfica, a metodologia apresentada sobre a utilização dos LO's nas instituições escolares foi realizada em diálogo com a perspectiva foucaultiana. Em parte das produções observamos que os Livros foram tratados como dispositivo de normalização e de punição. Nas temáticas e abordagens das produções socializadas os LO's serviram para os autores como uma fonte e não objeto de pesquisa, pois em algumas produções não há indicação explícita do uso dos mesmos, sendo, entretanto, perceptível consultas a esta fonte durante as pesquisas, sem muito aprofundamento. Identificamos algumas ligações entre as temáticas nos trabalhos levantados, neste sentido, buscou-se fazer uma interlocução com os referenciais teóricos e os trabalhos selecionados para entender o porquê de certos comportamentos serem alvo de registro e considerados “problema” na escola. Concluiu-se que os LO's foram concebidos como “artifício” utilizado pelos professores e gestores escolares e que se enquadram em uma cultura escolar que subjetiva e normaliza corpos e comportamentos. As produções apresentam reflexões que podem contribuir para novas relações nas escolas, problematizando o cotidiano e a constituição de sujeitos “desejáveis”. A revisão ainda aponta que os LO's se constituíram recentemente como fonte nas pesquisas em História da Educação e apresenta aparatos de controle provindos do século XX, que permanecem sendo utilizados em determinados momentos nas escolas.

Palavras-chave: normalização; registros de ocorrências; pesquisa bibliográfica

Entre inovações e tradições: a expansão do Colégio Pedro II nos anos 2000

ADRIENA CASINI DA SILVA

Este trabalho discute sobre a expansão do Ensino Médio do Colégio Pedro II (CPII) nos anos 2000, representada pela criação de três novas unidades escolares descentralizadas (UNEDs): Realengo (2004), Niterói (2006) e Duque de Caxias (2007). Compreendendo o Colégio Pedro II como um lugar de memória (NORA, 1993) e de resistências, investigamos o movimento expansionista dos Anos 2000 por meio da confluência entre a História do Tempo Presente (GONÇALVES, 2011) e a História Oral (PORTELLI, 1997; 1998), investigamos até que ponto o arranjo e a promoção das Políticas Públicas Educacionais neste contexto (SARAVIA, 2006; SAVIANI, 2011; PIRES, 2016), corroboram para seu movimento expansionista, bem como as táticas e estratégias (CERTEAU, 1994) que foram empenhadas, seja para garantir a preservação do seu programa institucional (DUBET, 2006; 2011), além de retomar seu status “padrão” para a Educação Básica, promovendo inovações em seu ensino e estrutura. Por conseguinte, na primeira década dos anos 2000, o debate acerca da relevância do Ensino Médio (ARTEXES, 2016), como etapa final da educação básica, bem como novos desafios às instituições de ensino, se intensifica em políticas de ampliação e interiorização do Ensino Médio e da criação dos institutos federais da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT). Nesta investigação, foram utilizados como metodologia a análise documental de notícias de jornais e documentos oficiais, além da História Oral, cujas entrevistas foram realizadas, de forma remota, com gestores e servidores que atuaram no período da Expansão do CPII nos Anos 2000. Foi possível concluir que a expansão acontece entre a inovação e a tradição, bem como denota um período de rupturas e continuidades, destacando assim a constante busca por estabilidade institucional e pela sua autopreservação. Por um lado, o extensivo programa institucional se faz presente nas UNEDs pela preservação da organicidade histórica e tradicional da comunidade escolar; por outro, o Colégio se lança a inovações como as políticas afirmativas na seleção de alunos, a criação do Mestrado Profissional em Educação Básica, o PROEJA (Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos) e o PRONATEC (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego), bem como à equiparação aos institutos federais em 2012, pela Lei nº 12677, aderindo assim, aos desafios e benefícios da RFEPCT. Mesmo diante de tantas reformas, o Colégio Pedro II resiste, entre inovações e tradições.

Palavras-chave: história das instituições; Colégio Pedro II; expansão do ensino médio

Semear na terra fresca e mimosa é preciso: a educação de mulheres no pensamento de Frei Caetano Brandão (1782 a 1789)

ADRIENE PIMENTA, LAURA ALVES

O presente artigo analisa a educação de mulheres na concepção de Frei Caetano Brandão, quando esteve à frente do Bispado do Pará ao final do século XVIII. Trata-se de uma pesquisa documental, na qual utilizamos como fontes as cartas de Brandão enviadas do Brasil às autoridades da corte portuguesa, no período de 1782 a 1789. Para o tratamento destas empregamos a perspectiva da análise histórica, que prima pelo entrecruzamento de dados buscando compreender o objeto de estudo a partir do contexto em que está inserido. Essas cartas foram registradas pelo Conselho Ultramarino, que era um órgão consultivo e governamental da corte real portuguesa, o qual cuidava dos assuntos referentes aos lugares sob os domínios de Portugal, no ultramar. As que aqui utilizamos foram localizadas em Belém, no Arquivo Público do Pará. Nesses manuscritos o bispo descreve as ações que realizou ao longo do seu mandato no Pará e São José do Rio Negro. Além de nos situar no contexto da Amazônia colonial Brasileira, suas narrativas apresentam características de como pensava a educação para as mulheres naquele período. Para a fundamentação teórica dialogamos com Bloch (2002), Chartier (1990), Algrati (2014), Russel-Wood (2014), Priore (2016), Ferreira (2006), dentre outros autores pertinentes a temática abordada. Em terras belenenses Brandão configurou-se a própria representação da civilidade ao deparar-se com um contexto de pobreza, de escassez de alimentos e de recursos materiais em contraste com as construções, que se destacavam na paisagem urbana, pertencentes ao governo, a Igreja Católica e a pessoas que tinham posses. O bispo habitou as terras coloniais por seis anos, onde destacou-se por realizar ações que impactaram o campo educativo. Para ele a educação era a principal forma de se alcançar a civilidade, tanto que a tinha como medidor de bem-estar, pois quanto mais educação mais feliz tornar-se ia a sociedade. Observou que as mulheres na colônia não eram bem-educadas, e por consequência também não educavam bem seus filhos. Com esse pensamento, idealizou o primeiro Seminário de educação para meninas na Amazônia, visto que educar as mulheres era preciso, porém essa educação deveria dar-se desde a infância, já que na terra fresca e mimosa era mais fácil para a semente vingar. Na sua concepção a mulher devia ser fruto de uma formação zelosa, distante dos vícios e da ociosidade observados entre as que viviam na colônia. Esta tinha que ser preparada para cuidar do lar, do esposo e educar seus filhos, sendo instruída nas verdades da religião católica e em tudo o que pudesse servir de ornamento a uma mãe de família.

Palavras-chave: educação; mulheres; colônia

Antônio José de Lemos: um intelectual da educação da infância desvalida no Pará republicano (1900-1912)

ADRIENE PIMENTA, MARIA LUCIRENE SOUSA CALLOU, MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO GOMES DE SOUZA AVELINO DE FRANÇA

Esse trabalho tem como objetivo analisar as ações do intendente Antônio Lemos como intelectual que atuou de forma direta no campo educativo, em especial na educação de meninas desvalidas em Belém e em Santa Isabel do Pará, no período de 1900 a 1912. Trata-se de uma pesquisa histórico documental analítica, na qual utilizamos como fontes principais os Relatórios da Intendência Municipal de Belém impressos no período de 1902 a 1909 e matérias do jornal A Província do Pará publicadas entre os anos de 1900 e 1912. Essas fontes foram localizadas no setor de obras raras e de microfilmagem da biblioteca Arthur Viana do Centro Cultural Tancredo Neves – CENTUR. Como aporte teórico recorreremos a March Bloch (2002), Chartier (1990), Sarges (2002), Pimenta (2012), Hilsdorf (2005), Bobbio (1997), dentre outros autores que nos ajudaram a compor esse estudo. Antônio Lemos nasceu no estado do Maranhão, onde formou-se em Humanidades e atuou na marinha de guerra do Brasil. No entanto, sua história está diretamente ligada a história política do Pará do final do século XIX início do século XX, quando atuou como intendente e senador da capital do estado e vilas circunvizinhas. No governo promoveu várias reformas estruturais e sanitárias, que também perpassaram o campo educativo. Foi um intelectual da educação por ter concebido e disseminado ideias inovadoras, que foram relevantes e impactaram a educação de meninas órfãs em Belém. Lemos reformou e passou para âmbito municipal, em 1900, o Orphelinato Paraense, criado em 1893 pela Associação Protectora dos Órfãos, por iniciativa de Lauro Sodré, governador eleito pela primeira junta constituinte da república paraense. Tratava-se da única instituição, até então, com objetivo de amparar e educar meninas pobre e órfãs em Belém. Ao realizar melhorias estruturais no educandário, remodelou o ensino destinado às asiladas, que passou a receber órfãs de outros estados e países, constituindo-se um modelo de instituição para educação de meninas órfãs, principalmente ao dar início a construção de um prédio próprio para abrigá-las, na Vila de Santa Isabel do Pará. Com um espaço ideal e antenado com o modelo de educação para meninas que vinha se dando na Europa, Lemos além de remodelar o ensino das asiladas, idealizou a criação da primeira escola de ensino rural para meninas no estado. O objetivo era dar um destino às órfãs para além do casamento. O modelo pensado pelo intendente previa formar esposas e boas mães de família prendadas, escolarizadas, e sobretudo, que soubessem um ofício e dominassem a ciência de mexer com a terra.

Palavras-chave: educação; intelectual; infância desvalida

O estado da arte de pesquisas sobre Primitivo Moacyr e a História da Educação de 2000 a 2020

ADRIENE SANTANNA, ROSANA AREAL DE CARVALHO

Primitivo Moacyr (1869-1942), autor de quinze obras sobre a educação imperial e republicana Brasileira, vivenciou e participou da atmosfera intelectual das três primeiras décadas do século XX, a qual era composta por sujeitos preocupados com a relevância da educação para o desenvolvimento nacional. Visto como um dos precursores da história da educação Brasileira, Primitivo Moacyr é objeto de estudo de pesquisadores que investigam sua contribuição para o campo, as tramas que culminaram na elaboração de suas obras, sua participação na imprensa Brasileira, entre outros temas. Diante disso, este trabalho apresenta um estudo de cunho bibliográfico denominado estado da arte, por meio do mapeamento e discussão a respeito da produção acadêmica dos anos 2000 a 2020 que versam sobre Primitivo Moacyr e sua relação com a história da educação Brasileira. Busca-se destacar as dimensões analisadas e privilegiadas em monografias, dissertações, teses e artigos de revistas científicas presentes no Banco de Teses e Dissertações da CAPES e da Scielo. As categorias de análise definidas são: contribuição para a história da educação, produção bibliográfica, atuação na imprensa e demais produções, bem como a categorização por título, ano, tipo de produção acadêmica e vinculação institucional dos autores. Autores como Ferreira (2002), Romanowski e Ens (2006), Schelbauer (2005), Bittar (2006) fundamentam teoricamente e metodologicamente este estudo nos campos do estado da arte e da história da educação. Como fontes, são objetos de análise as pesquisas de Moura (2019), Carvalho e Machado (2016; 2018), Melo (2012), Oliveira (2009; 2014), entre outras produções científicas que têm como objeto Primitivo Moacyr e a história da educação Brasileira. Destacam-se três grupos de pesquisadores que estudam o Primitivo Moacyr e suas obras. O primeiro encontra-se na Universidade Estadual de Maringá e se debruça sobre a produção de Moacyr a respeito da instrução pública e sua contribuição para a história da educação. Outro grupo que trabalha com Primitivo Moacyr está localizado na Universidade Estadual do Rio de Janeiro, e tem como foco a biografia de Primitivo, bem como as experiências de escrita da história da educação nas obras do autor. Por fim, o grupo localizado na Universidade Federal de Ouro Preto investiga a trajetória intelectual de Primitivo Moacyr no campo da história da educação, sua escrita historiográfica, sua relação com o Instituto Histórico e Geográfico. Observa-se a partir de 2000 a ampliação no número de estudos que analisam a contribuição de Primitivo Moacyr e suas obras para a história da educação Brasileira, relacionando-as com o contexto de efervescência cultural, intelectual e política do Brasil e com o surgimento de órgãos federais no campo da educação.

Palavras-chave: Primitivo Moacyr; História da Educação; estado da arte

A formação da juventude campinense: o Centro Estudantal Campinense e os projetos para a educação (1945-1964).

AJANAYR MICHELLY SOBRAL SANTANA

Este artigo tem como objetivo o de investigar os discursos voltados para a educação na cidade de Campina Grande-PB entre os anos de 1945 e 1964, defendidos pelo Centro Estudantal Campinense, coexistindo com os projetos educacionais que se organizaram na imprensa. Desta forma, analisamos como o ensino secundário estabeleceu relações com essas propostas, desenvolvidos pelas elites políticas e intelectuais locais. Para tanto, dialogamos sobre os apoios dos centristas aos projetos político-partidários através dos discursos e dos debates educacionais voltados para os estudantes campinenses, na confluência de projetos que perpassavam a política de ensino para a cidade, dentre as quais, a criação do primeiro colégio de ensino público secundário. Para esse momento da nossa investigação, utilizamos os jornais para problematizar como os centristas discutiram questões de educação, não ficando apenas restritas à educação formal, mas, para outros lugares educacionais não formais. Assim, elucidamos as práticas colocadas pelos centristas nos jornais sobre a educação dos estudantes, tendo como principais características o incentivo à leitura e à escrita. Como trilha histórica do CEC, seguimos os congressos estudantis secundaristas que discutiram sobre educação formal e não formal e o Primeiro Congresso de Professores Secundários do Nordeste, todos eles realizados em Campina Grande na década de 1950 e início da década de 1960, sistematizando encontros e reivindicações para a resolução dos principais problemas que enfrentava o ensino de grau médio nesta cidade e no Nordeste. Por fim, nos valemos de concepções teóricas e metodológicas da história oral (GAGNEBIN, 2009; ALBERTI, 2004), através de entrevistas com ex-centristas, da história política e das elites (VIEIRA, 2019; HEINZ, 2006; BOMTEMPI JÚNIOR, OSINSKI, 2019) e de pesquisas em jornais (CAPELATO, 1988; LUCA 2005; ARAÚJO 1986), em que analisamos para problematizar como discutiram questões de/sobre educação.

Palavras-chave: educação; Centro Estudantal Campinense; imprensa

A implantação do Centro de Memória do IFSP – Prof. Benedito Ananias da Silva

ALBA FERNANDA BRITO, FERNANDA FERREIRA BOSCHINI

O objetivo deste trabalho é apresentar como se realizou a implantação do Centro de Memória do IFSP “Prof. Benedito Ananias da Silva”, institucionalizado a partir da Resolução nº 57 de 04 de julho de 2017 e alterada pela Resolução nº 79 de 02 de outubro de 2018 do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP). Para compreender a importância da organização do centro de memória em uma instituição escolar de ensino técnico e tecnológico é necessário fazer um retrospecto ao início do século XX em sua primeira década, quando foi dada a primeira iniciativa política do governo federal no que tange ao ensino de educação profissional. Com o passar dos anos, os cursos voltados ao ensino de ofícios (mecânica, tornearia eletricidade, carpintaria e artes decorativas), foram dando lugar aos cursos industriais básicos de ensino técnico profissionalizante de 2º grau, ampliando sua atuação e seus objetivos e hoje a instituição denominada de IFSP oferece diferentes níveis e modalidades de ensino, pesquisa e extensão. Como instituição centenária, o IFSP acumulou diferentes gêneros documentais cujos vestígios dão conta de sua jornada histórica na capital paulista e que se faz representar no universo da cultura material escolar. Os aportes teóricos recaem sobre os estudos de CAMARGO (2015) em suas considerações, definições e desafios sobre centros de memória no mundo atual, e também em SOUZA (2000), ao descrever a escola como um lugar de memória. CHAMON (2013) e NASCIMENTO (2013) tratam dos arquivos e história do ensino técnico profissional no Brasil por meio da memória de alunos e professores, e ZAIA (2006), que produz um “manual de organização e cuidados básicos do acervo escolar”. A metodologia utilizada é a análise documental dos materiais organizados pela Coordenadoria de Documentação e Memória do IFSP – Campus São Paulo (CDM-SPO), que foram coletados durante o processo de captação de acervo junto aos servidores (docentes e técnicos-administrativos) aposentados, discentes e egressos dos diversos cursos oferecidos pela instituição em décadas anteriores. O recorte temporal data inicialmente sobre o ano de 2016 quando foram dados os primeiros passos rumo às atividades de organização do arquivo escolar até então denominado informalmente na instituição em suas rotinas diárias de “arquivo morto” e “finaliza” em 2019, com a inauguração oficial do Centro de Memória. Para o IFSP, instituição com vasta experiências e competências acumuladas em sua extensa trajetória, a implantação do espaço contribui para a função social da escola não somente no que tange à publicização de seus documentos públicos, mas também, no sentido de preservar, conservar e disseminar a história e a memória da instituição por meio de atividades que permitam a construção do conhecimento nas mais diferentes áreas como efetivo fator de desenvolvimento humano.

Palavras-chave: educação profissional; cultura material escolar; centros de memória

O Centro de Documentação Regional da Universidade Federal da Grande Dourados e suas contribuições para as pesquisas em história da educação (1983-2021)

ALESSANDRA CRISTINA FURTADO, CRISTIANE PEREIRA PERES

Os acervos dos centros de documentação, arquivos públicos e privados, museus, entre outros, guardam e preservam uma série de materiais que podem ser considerados patrimônio educativo, como é o caso dos relatórios dos antigos inspetores escolares, da legislação de ensino, documentos de professores, livros didáticos, manuais de ensino, revistas de ensino e outros. Neste sentido, este trabalho busca contribuir com uma discussão sobre a importância do acervo do Centro de Documentação Regional (CDR) da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), e da digitalização dos seus fundos documentais, especialmente, para as pesquisas em História da Educação vinculadas aos programas de pós-graduação em Educação e História e seus respectivos grupos de pesquisa, em Mato Grosso do Sul. Este Centro foi criado a partir de um projeto interdisciplinar, originado pela necessidade de guardar documentos regionais a fim de que coletados, estes ajudariam a construir a história dos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, elaborado por docentes da UFMS, Campus de Dourados, em especial pelo professor Wilson Valentim Biasotto, em 1983. Com o desmembramento deste Campus da UFMS, promovido pelo Programa de Expansão das Instituições Federais de Ensino Superior no Brasil, do governo federal, no início dos anos 2000, cria-se então a Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), em 2005. A partir disto, o CDR ficou sob a responsabilidade da recém-criada Faculdade de Ciências Humanas (FCH) e ganhou espaço próprio para o seu funcionamento. O seu acervo é composto por material bibliográfico e documental, como folhetos, livros, separatas, teses, dissertações, monografias, jornais, boletins, revistas, livros e coleções documentais. No caso das Coleções ligadas à educação, como as da Diretoria Regional de Ensino (Dourados), das escolas, dos antigos professores, entre outras, contém documentos oficiais, pessoais, pedagógicos, didáticos e ordinários guardados, preservados, organizados e muitas vezes, até mesmo digitalizados, que permitem mapear e construir múltiplas análises no campo da pesquisa em História da Educação, cujo temas e objetos estão circunscritos à História da Educação em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, sobretudo, em âmbito local e regional e, principalmente, com recorte temporal voltado à segunda metade do século XX. Sendo assim, acervos como este do CDR, especialmente, em momentos como o atual, marcado pela pandemia mundial causada pelo Coronavírus (SARS-CoV-2) - que provoca a COVID-19, com os seus trabalhos de guarda, preservação, organização e digitalização de documentos, torna-se de fundamental importância para o desenvolvimento das pesquisas históricas, principalmente, quando disponibilizam fontes documentais em seus sites ou até mesmo proporciona o envio de materiais digitalizados aos pesquisadores mediante a consulta em seus fundos.

Palavras-chave: Centro de Documentação Regional; História da Educação; memória

Confiando nas habilitações do pessoal que ali exerce o magistério: professores no Lycêu de Goyaz de 1847 a 1888

ALESSANDRA DE OLIVEIRA SANTOS

De acordo com o trecho do Relatório provincial do ano de 1869, registrado pelo Inspetor de Instrução Pública, Ernesto Augusto Pereira, que intitula esta proposta, podemos notar parte das ambiguidades do Estado na relação ao ofício de professor. São contradições, sempre presentes, sobre passagens que revelam aspectos elogiosos de confiança e de crédito, com trechos de críticas, acusações e julgamentos sobre os sujeitos que exerciam o magistério nos oitocentos. Essa proposta busca dialogar sobre aspectos de uma pesquisa realizada sobre a representação dos primeiros sujeitos a ocupar o ofício de professor na instituição citada, onde foi possível perceber que houve uma quantidade considerável de homens que se ocuparam do ofício de professor no Lycêu de Goyaz e que possuíam ocupações diversas. Para esta comunicação trouxemos apontamentos sobre sujeitos que acumulavam profissões consideradas não somente nobres no século XIX, como também se constituíam como espaços de poder a tríade: Direito, Engenharia e Medicina, e também, do clero. Para averiguar a representação de profissionais do magistério na história da educação Brasileira, assim como anotar as particularidades das terras goianas, são diversas as fontes disponíveis que podem ser consultadas. Tendo como referência os relatórios de Presidentes de província, relatórios de inspetores de instrução pública, ofícios, jornais e obras memorialísticas, problematizaremos os indícios sobre a atuação dos sujeitos da instrução. Pensar o ofício no magistério durante o Império requer considerar que se trata de uma ocupação realizada por sujeitos que não tinham uma formação diretamente voltada para o exercício do magistério. Não podemos perder de vista que a formação para o magistério, em especial para o ensino secundário, se dava com a formação técnica, ou seja, assumiam as cadeiras, como já foi apontado, homens que detinham profissões obtidas em faculdades, visto que ainda não tínhamos universidades. Na escolha feita para realizar esta pesquisa, traduzindo a história a partir da cultura, sem perder de vista as questões sociais e políticas, partimos em busca de tecer os fios e as tramas levando em conta a nada simples tarefa do registro da história da educação de Goiás, em um tempo e lugar com hipóteses definidas e cristalizadas. Na tentativa de perceber os movimentos em torno do magistério no Lycêu de Goyaz, observaremos aspectos do exercício do ofício na sua relação com as outras profissões exercidas, estabelecendo um movimento que vai do pessoal do clero, passando pelos bacharéis do direito, medicina e engenharia, assim como de outras profissões encontradas. Caracterizaremos brevemente estes sujeitos que, conforme apontam os relatórios oficiais da província de Goiás, tinham o desafio e a responsabilidade de formar o homem culto, contribuindo assim para a construção da nação. Tarefa de enorme responsabilidade, ao que nos parece.

Palavras-chave: magistério secundário; Lycêu de Goyaz; ofício de professor

Prezadas supervisoras, saudações... as experiências formativas e autoformativas de mulheres que atuaram no Movimento de Educação de Base (MEB), em Pernambuco (1961-1966)

ALESSANDRA MARIA DOS SANTOS

Este estudo aborda a narrativa do Movimento de Educação de Base (MEB) por meio de cartas de monitores a supervisoras, bem como dos relatos memorialísticos de Josefa Cristina Ferreira e Raimunda Teixeira Coelho, mulheres que atuaram no movimento, em Pernambuco, no período de 1961 a 1966. A primeira, enquanto monitora na cidade de Caruaru, no Agreste de PE; a outra, como supervisora, coordenadora e professora de escola radiofônica de Petrolina, sertão pernambucano. Destacamos que embora as mulheres tenham sido maioria na formação dos quadros do MEB, pouco se enfatiza às ações e participações delas. Neste sentido, o objetivo deste estudo é apresentar as experiências formativas e autoformativas destas mulheres e como estas foram conduzidas às atuações no MEB. Partindo dos pressupostos da História vista de baixo, sob a perspectiva de Jim Sharpe (2011) e Edward Palmer Thompson (2019), a fim de conceder destaque a sujeitos sociais que embora participantes dos processos históricos, não têm suas ações e feitos evidenciados, buscamos atentar à atuação de mulheres que não tiveram suas ações notabilizadas. Em relação ao percurso metodológico, nos amparamos na metodologia da história oral articulada com outras fontes documentais como as cartas. Os relatos analisados desvelam aspectos da memória que nos possibilita, por um lado, identificar as subjetividades dos indivíduos, considerando também as interferências impetradas à produção de memória; e por outro, conhecer elementos partilhados socialmente que configuram a memória coletiva acerca do MEB. Identificamos ainda como as experiências de sociabilidades, práticas de leitura e formação religiosa conduziram jovens mulheres a atuarem na educação popular e como tais experiências foram relevantes para compreensão do social e no direcionamento profissional. Neste sentido, ser monitora da escola radiofônica, aos 14 anos de idade, oportunizou a Josefa Cristina aproximação e paixão pelo rádio, orientando-a, posteriormente, ao curso de Comunicação Social, bem como reiterar, na comunidade de Juá, em Caruaru, a influência comunitária já exercida por seu pai. Já para Raimunda Teixeira Coelho, mais conhecida como Mundica, sua chegada à cidade de Petrolina, para estudar no Colégio Maria Auxiliadora, parece ter sido o encaminhamento à área educativa. Assim, logo ao concluir o curso pedagógico e assumir cadeira de magistério no Estado, é convidada pela liderança local do MEB para colaborar com as ações do Movimento. Mesmo com a extinção do MEB, prosseguiu por toda vida profissional na área educacional, chegando a receber premiação por suas contribuições. Desse modo, compreendemos que por meio dessas experiências foi possível identificar aspectos formativos que conduziram mulheres a distinções funções dentro do movimento, mas também evidenciar a relevância de suas atuações que representam e caracterizam as ações de dezenas de outras mulheres que contribuíram com a História da educação.

Palavras-chave: MEB; mulheres; experiências formativas e autoformativas

Da família ao trabalho: a narrativa de Francisco Furtado Mendes Vianna na série «Leituras Infantis»

ALESSANDRA SECUNDO PAULINO

Francisco Furtado Mendes Vianna (1876-1935) foi normalista, atuou como professor, inspetor escolar e superintendente geral de ensino; publicou uma variedade de obras didáticas, dentre elas a série “Leituras Infantis”, constituída por sete obras que vão desde cartilhas para alfabetização até livros de seriação para o ensino de leitura. A investigação proposta é uma derivação da dissertação de mestrado e tem por objetivo realizar a análise descritiva e interpretativa das narrativas que constituem parte da série de leitura, portanto, toma-se por fonte as seguintes edições: 9ª edição do Primeiro Livro de Leituras Infantis (1911); a 5ª edição do Segundo Livro de Leituras Infantis (1911b) e a 21ª edição do livro Terceiro Livro de Leituras Infantis (1917). O interesse nas obras tem, por justificativa, a sua destinação aos anos finais do ensino primário, além de sua circulação em diversos estados, como São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Santa Catarina, Mato Grosso e Amazonas durante a primeira metade do século XX, como também se constituem em um tipo específico de literatura escolar muito utilizada entre o final do XIX e meados do século XX para o ensino de leitura. Considerando os aportes da História Cultural, esta pesquisa toma por empréstimo o conceito de “infância” (FARIA FILHO & FERNANDES, 2007; KUHLMANN E FERNANDES, 2004; GOUVÊA, 2004, 2007), além de “análise descritiva” e “análise interpretativa” (FRANCO JUNIOR, 2009) em diálogo com a História da Educação, História da Infância e da Literatura Infantil no Brasil. Como resultados, é possível afirmar a presença de narrativas que relatam o cotidiano infantil, diferenciando-se de narrativas de cunho fantasioso. Há também, a diversidade de personagens principais nessas obras, tirando a centralidade da criança; o que permite inferir sobre a intencionalidade de apresentar como os adultos e os animais lidariam com determinadas situações apresentadas nas narrativas, definidos como modelos a serem seguidos ou por exemplos a serem refutados. Apesar variedade, o grau de complexidade desses personagens é considerado baixo, pois eles se enquadram em papéis que já carregam valores incorporados socialmente (pai, professor, mãe, avô). Outros elementos presentes nas histórias retratam o mundo infantil, como os brinquedos e brincadeiras, apresentam a relação entre seus pares, como também o ambiente familiar, escolar do trabalho. Todas as lições estão pautadas no ensino da moral e das virtudes, considerando a transformação “positiva” da criança ou a demonstração de sua conduta correta no decorrer da história.

Palavras-chave: análise descritiva e interpretativa; infância; leituras infantis

O “Director Physico” e a praça de desportos: a conjugação social da educação e do civismo como prática republicana

ALESSANDRO CARVALHO BICA

Esta comunicação individual tem como objetivo discutir a importância pedagógica e educacional do “Director Physico” da Praça de Desportos no município de Bagé/RS durante a década de 1920. Nesse sentido, nosso propósito é estabelecer diálogos historiográficos entre os discursos presentes nas práticas de Instrução Física e na figura do Maestro de Plaza de Desportos no contexto da Primeira República gaúcha. Os documentos utilizados (Jornais, Relatórios Intendenciais e o Regulamento da Praça dos Desportos) utilizados na composição deste trabalho foram abordados pela perspectiva da análise documental e sobre o prisma da metodologia histórico-crítica. Nesta perspectiva, buscou-se compreender as concepções educacionais encontradas nas práticas de Educação Física e nos discursos de civismo, progresso e ordem imprimidos pela municipalidade bajeense na Primeira República. A intenção de analisar as concepções educacionais e pedagógicas encontradas nas práticas de Educação Física e nos discursos de civismo, progresso e ordem imprimidos pela municipalidade bajeense na Primeira República são necessárias para compreender as intenções administrativas na criação da Praça de Desportos. Os esforços empreendidos pela Intendência Municipal na construção deste espaço público evidenciaram os preceitos republicanos, isto é, a conjugação dos aspectos doutrinários da modernidade com os enfoques da instrução física, moral e cívica presentes nos princípios positivistas do Partido Republicano Rio-Grandense. A necessidade da construção de um espaço escolar que fosse destinado à prática da Instrução Física, à Educação e ao Civismo foi encontrada nos documentos consultados, especificamente no Relatório Intendencial de 1925. Estes documentos revelaram que no projeto de consecução da Praça de Desportos se evidencia fortemente a participação do Centro de Cultura Física do Uruguai, essa afirmação nos faz pensar que havia a necessidade de articular os discursos republicanos com os discursos das práticas desportivas. Desde o início do século XX, o Uruguai começou a organizar seus programas de cultura física para as praças de desportos. Os discursos de disciplina, de moral e de ética agregados às práticas da Educação Física, encontram ressonância nos discursos dos republicanos gaúchos, e conseqüentemente nos projetos educacionais da década de 1920. As Praças de Desportos serviram como lugares de sacralização dos rituais republicanos pensados pela ideologia positivista do Partido Republicano Bajeense e na consagração da Instrução Física como regeneração dos cidadãos no processo social da Primeira República gaúcha na cidade de Bagé, além de possibilitar novos olhares historiográficos entre os diálogos na região do Pampa, fronteira do Brasil e do Uruguai.

Palavras-chave: instrução física; História da Educação; Educação e Civismo

O(s) projeto(s) de independência(s) do Rio Grande do Sul: narrativas do pretérito e do porvir

ALESSANDRO CARVALHO BICA

Nesta comunicação, o objetivo é refletir sobre a construção das narrativas sobre a(s) independência(s), de modo a pensar os múltiplos processos da independência Brasileira e as possibilidades que os mesmos permitem para a problematização dos conflitos e dos impactos na política regional do estado do Rio Grande do Sul. A relação entre as narrativas em torno do processo nacional e o processo específico da região mencionada pode ser percebida pela análise das revoluções/guerras e dos embates políticos advindos da Revolução/Guerra dos Farrapos (1835-1845), da Revolução Federalista (1893-1895) e da Revolução Assisista (1923), ou ainda, pela investigação das comemorações do Centenário de 1922 a partir das políticas impressas na Educação, pelo Civismo, pelo Controle e pelo Ufanismo Estatal na sociedade gaúcha pelo Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), na República Velha. No caminho metodológico elegido para este estudo, partimos da compreensão de que todos estes processos, quando olhados pelo trabalho do historiador da educação, são também a construção do seu próprio espaço histórico, como afirma Chaunu (1989), e este se revela na procura das suas fontes, no seu fazer empírico e nas suas escolhas metodológicas. Desta feita, a aproximação com a temática se inseriu a partir de achados empíricos, de descobertas inesperadas e por dúvidas teóricas, as incursões realizadas nos jornais e no mapeamento das fontes escritas – Relatórios da Instrução Pública, Relatórios Intendenciais e Relatórios do Orçamento –, foram necessários na compreensão destas dimensões políticas presentes na Primeira República do Estado do Rio Grande do Sul. Ao manusearmos estas fontes, em diálogo com Saviani (2004), temos o entendimento que as fontes estão na origem, podem ser compreendidas como o ponto de partida, a base, alicerce da construção historiográfica que é a reconstrução, no plano do conhecimento, do objeto histórico a ser investigado. Nessa medida, este é um dos papéis proposto nesta pesquisa documental, sob uma perspectiva histórica, tendo como referencial teórico Pesavento (2004) por dizer que o historiador busca a explicação, contudo, imprime sentidos ao seu discurso. Assim sendo, busca-se a construção de uma forma de conhecimento sobre o passado, lendo o passado, decifrando-o e dotando-o de uma inteligibilidade não cristalizada. As asserções feitas nestas análises pretendidas estão postas pela ótica de compreender o dito e o não-dito dos documentos pesquisados. A partir de um manancial documental selecionado, o estudo proposto possibilita distintas construções de narrativas históricas sobre as independências e não-independências conquistadas que acometeram a história republicana gaúcha.

Palavras-chave: narrativas sobre independência; República Velha; História da Educação

Entre documentos e memórias: o acervo de escolas extintas do Estado do Rio de Janeiro

ALESSANDRO SATHLER, MARIO JORGE GONZAGA, IZABEL CRISTINA GALIAÇO ÁVILA

A extinção de uma escola não encerra seu ciclo de existência. A educação escolar, tal qual se estrutura, fomenta o desenvolvimento de seus alunos, constrói coletivamente saberes e processos formativos, acompanha sua trajetória pessoal e registra seu desenvolvimento. O objetivo e a importância de tais registros na esfera administrativa podem ser compreendidos pela leitura do Parecer CEE/RJ nº 067/2019, que esclarece que “A documentação escolar, para além de uma burocracia historicamente estabelecida, representa objetivamente o acesso a direitos e deveres decorrentes da escolaridade formal.” (RIO DE JANEIRO, 2019). O presente artigo constitui-se, em certa medida, como um trabalho de memória, testemunho, resgate institucional e construção de referenciais. Para escrevê-lo, recorremos a anotações pessoais, experiências profissionais, registros de gestão, notícias de jornais e processos administrativos que, contrapostos aos referenciais teóricos que tratam da temática, nos permitem descrever o acervo de escolas extintas da SEEDUC/RJ, seus diferentes papéis e espaços, utilizamos como pesquisa bibliográfica, realizada através leitura de autores que tratam a temática como Vaz (2019), Niskier (2019), Ferreira e Bari (2019). A motivação para discutirmos esse tema, além de desvelar o silêncio da documentação escolar, está relacionada com nossa história profissional. Integramos a equipe de inspeção escolar da Secretaria de Estado da Educação do Estado do Rio de Janeiro – SEEDUC/RJ, setor que, dentre suas diferentes atribuições, é o responsável pelo recolhimento e gestão de arquivos escolares de instituições integrantes do Sistema de Ensino do Estado do Rio de Janeiro que encerraram suas atividades. O conjunto documental, apesar de reconhecido como patrimônio pela administração fluminense, é marcado pelo que Vaz (2019) denominou de “invisibilidade social do arquivo”. Essa condição de esquecimento ultrapassa a subjetividade pontuada por Niskier (2019), que, instalada no cotidiano do fazer público pela ausência de adoção de políticas específicas de conservação e acesso, institucionaliza o pouco apreço pela memória. Esquecimento esse também presente, em certa medida, na academia, que poucas vezes se dedica a perceber esse acervo em sua totalidade. Não nos restam dúvidas quanto ao importante papel ocupado pelo acervo de escolas extintas do estado do Rio de Janeiro no cotidiano fluminense. Seja para atender a demandas de ex-alunos, para conhecer como a educação escolar se desenvolveu, para compreender o papel da memória no contexto institucional ou, ainda, como laboratório para se discutir processos de conservação e digitalização de documentos, essa imensa massa documental (que não deixa de crescer no decorrer dos anos) necessita de um olhar integrador que a discuta em sua totalidade, de modo a garantir, efetivamente, sua existência.

Palavras-chave: escolas extintas; acervo escolar; memória institucional

Cartas que voam: a escrita epistolar na experiência de cativas e libertas

ALEXANDRA LIMA DA SILVA

Uma das facetas mais cruéis da escravidão foi o fato desta instituição seguir o ventre da mulher, o que aterrorizava muitas escravizadas. Este trabalho procura analisar como o uso palavra escrita, por diferentes caminhos, significou a uma tomada de consciência em relação aos horrores da escravidão, principalmente para uma mulher. Escrever cartas, em primeira pessoa, foi uma estratégia de sobrevivência, no plural, uma vez que muitas mulheres escreviam no sentido de lutar pela liberdade daquelas que ainda estavam no cativeiro. Cartas assinadas por mulheres escravizadas ou libertas são importantes porque ajudam a compreender o poder da palavra em tempos de escravidão. A partir da análise de fontes variada é possível vislumbrar a inserção da mulher escravizada e liberta no universo da cultura letrada e da educação e de como o acesso à palavra escrita representou, para muitas, a possibilidade de se apropriarem de suas próprias narrativas. O protagonismo da mulher escravizada e liberta é parte do movimento de renovação da própria historiografia, e no entendimento da escravizada e do escravizado como sujeitos históricos e não “coisas.” O presente trabalho se situa na área de Educação, num movimento de estudos que exploram as escritas epistolares, com abordagens e objetivos variados (BASTOS; CUNHA; MIGNOT, 2002; CASTILLO GÓMEZ, 2002; SIERRA BLÁS, 2004, dentre outros). Mulheres escravizadas não eram coisas. Eram mulheres complexas, ricas em experiências, anseios e desejos. Para muitas escravizadas, escrever tornou-se, ao mesmo tempo, um ato de repúdio e de expressão, na luta por melhores condições de vida e por direitos. Tais mulheres compreendiam a força da palavra escrita e como esta seria um caminho para muitas destas mulheres na luta contra violências, preconceitos e o estigma do cativeiro. A educação pode ter sido um caminho para a emancipação de muitas das escravizadas e libertas. Escrever sobre si, mas não somente para si. Escrever para transgredir, para libertar. E floresceram.

Palavras-chave: cartas; escravidão; mulheres negras

Industrialismo e ensino secundário público em São Paulo na década de 1930: confluências, tensões, projetos

ALEXANDRE DE BRITTO REDONDO, MAURO CASTILHO GONÇALVES

A década de 1930 foi marcada pela defesa de uma reforma sociocultural pautada na racionalidade científica a serviço do industrialismo, projeto que mobilizou diferentes setores da sociedade Brasileira, especialmente lideranças da indústria e elites intelectuais. Os anelos desta reforma seriam a maior produtividade e a eficiência do trabalho. Este intento obteve ainda mais proeminência no contexto do crescente processo de industrialização nacional defronte aos impactos ocasionados pela crise econômica de 1929. No comando deste ambicioso projeto cultural, destacaram-se os dirigentes do jornal “O Estado de São Paulo”, que exerceram relevante participação nas articulações políticas deste período, notadamente no lapso temporal em que Armando de Salles Oliveira esteve à frente do governo do estado de São Paulo, entre os anos de 1933 e 1936. Consubstanciado nesse cenário, o presente estudo objetivou compreender as ações deste grupo concernentes à expansão do ensino secundário público no estado de São Paulo. No que diz respeito aos parâmetros teóricos e metodológicos, a pesquisa utiliza os escritos de Antonio Gramsci acerca do Americanismo e do Fordismo, e a atuação de intelectuais na formação da cultura, considerando a revalorização das lutas culturais, as subjetividades e as ações dos intelectuais na sociedade, constituindo uma relação dialética entre teoria e prática na concepção desses elementos. Para a efetivação da respectiva análise, foram concebidos como fontes documentais o acervo do periódico “O Estado de São Paulo” entre os anos de 1933 e 1937 que se referiam ao mandato do industrial Salles Oliveira, 27 decretos outorgados por ele e diretamente remetidos ao ensino secundário; a obra “Escritos Políticos”, da editora ARX, que reúne os discursos políticos de Armando de Salles Oliveira e foram publicados por este, divulgando os seus próprios pronunciamentos oficiais nas condições de Interventor Federal e de Governador do estado de São Paulo entre os anos de 1933 e 1936. Por fim, foi possível concluir que, entre os anos de 1933 e 1937, o ensino secundário público paulista apresentou-se, para este grupo, como uma profícua estratégia de disseminação da cultura industrial e de fortalecimento do prestígio político, uma vez que a implantação de ginásios públicos era socialmente compreendida como um exímio símbolo de desenvolvimento e de modernização da sociedade civil, e o estado de São Paulo, por sua vez, serviria de modelo sociocultural para as demais unidades federais.

Palavras-chave: industrialismo; Armando de Salles Oliveira; ensino secundário público paulista

Quando a casa é a escola: educação doméstica em Campos dos Goytacazes na segunda metade do século XIX

ALEXANDRE PEREIRA MÉRIDA

Pretende-se, por meio desta pesquisa, recompor parte dos acontecimentos passados, principalmente aqueles deixados no esquecimento pela historiografia tradicional – a educação doméstica, seus agentes e suas práticas. As questões de estudo que nortearam a presente pesquisa englobam aspectos relativos a: Como as famílias de elite educavam seus filhos em Campos dos Goytacazes durante os anos de 1850 a 1889? Como eram constituídas essas famílias? Que estratégias usavam para educar seus membros? Quem eram os mestres que praticavam essa educação? Como eram escolhidos? Como estava estruturada a educação na cidade de Campos dos Goytacazes no período abordado? Qual a relação entre a educação oferecida por colégios, tanto públicos quanto privados, e a educação aspirada pela elite? As hipóteses que guiaram, inicialmente, a pesquisa foram as seguintes: a educação desenvolvida no espaço privado da casa era uma forma de distinção e estratégia de resistência na formação das elites campistas; e a educação passa a fazer parte do discurso do governo imperial numa tentativa de construção de uma nação mais próxima do modelo europeu, ou seja, “moderna e civilizada”. A pesquisa está alicerçada no entendimento da história como um processo de investigação do passado, intercambiado pela leitura de diferentes textos, numa tentativa de construí-lo de forma plausível, porém sempre transitória. Apesar do crescimento dos estudos ligados à história da educação desde a década de 1990, ainda há temas obscuros e pouco pesquisados, como a educação doméstica, que apesar de ser citada por diferentes autores, Gomes (2002), Xavier (2003), Gondra (2008), entre outros, carece de novas abordagens e sistematizações para a sua compreensão dentro da sociedade do século XIX. Autores como Vasconcelos (2005) têm desenvolvido pesquisa específica sobre essa temática, no entanto, há um vazio que precisa ser preenchido pela historiografia em relação a esse e a outros temas ainda pouco pesquisados no cenário nacional, bem como nas iniciativas locais. Este estudo caracteriza-se por ser de base bibliográfica e documental, com a análise de diferentes documentos e bibliográficas, sendo o jornal *O Monitor Campista* a fonte documental privilegiada, pois, nele será possível constatar a procura e o oferecimento de mestres/professores/preceptores para a instrução doméstica na cidade de Campos dos Goytacazes no período demarcado. Serão chamados para compor o quadro teórico: Feydt (2004) e Rodrigues (1988), memorialistas da região; Faria (1998), Gondra e Schueler (2008), Vasconcelos (2005), Faria (1986), Campos (2010), entre outros, que contribuíram para o entendimento da problemática levantada.

Palavras-chave: educação; História da Educação; educação doméstica

Educação de meninas em Campos dos Goytacazes na segunda metade do século XIX

ALEXANDRE PEREIRA MÉRIDA

A temática dessa pesquisa refere-se ao estudo da educação destinada às meninas na cidade de Campos do Goytacazes, norte fluminense, na segunda metade do século XIX. Visto ter sido esse um período de expansão da educação primária em diferentes lugares do Império Brasileiro a análise da educação destinada às meninas torna-se relevante para trazer ao debate historiográfico o protagonismo feminino que durante muito tempo foi deixado em segundo plano e, até mesmo, invisibilizado. Os objetivos que irão nortear essa pesquisa referem-se a compreensão de como se deu esse processo de inserção de meninas no sistema formal de ensino, que educação estava destinada a elas e qual foi a participação das mulheres nesse processo. Este estudo caracteriza-se por ser de base bibliográfica e documental, neste sentido, serão usadas diferentes fontes para a elaboração de uma narrativa que favoreça a construção de um texto coerente sobre a temática principal do trabalho, que seja, a educação de meninas em Campos dos Goytacazes na segunda metade do século XIX. Para alcançar os objetivos propostos por esta pesquisa, serão verificadas diferentes fontes impressas que colaborarão para a construção e compreensão do tema tratado, como livros escritos por memorialistas locais, que servirão de primeiro contato com a região estudada e suas especificidades, tais como Feydt (2004) e Rodrigues (1988). Em seguida, será feita a leitura de bibliografias sobre o tema, que contribuirão para a construção de um arcabouço teórico-metodológico. Entre eles, podem ser citados: Faria (1998), Gondra e Schueler (2008), Vasconcelos (2005), Faria (1986), Campos (2010), Rizzini e Schueler (2018), Sepulveda (2020), entre outros, que contribuirão para o entendimento da problemática levantada. A bibliografia estudada servirá de base contextual e analítica, visto que proporcionará um maior aprofundamento na configuração da cidade de Campos dos Goytacazes no século XIX, bem como das diferentes modalidades de educação desenvolvidas, em especial a educação de meninas, dentro de um campo mais amplo de análise. Embora se encontre material bibliográfico profícuo sobre a história de Campos dos Goytacazes, pouco foi achado referente à educação, seja ela pública ou privada, no século XIX e, em especial, aquela destinada às meninas, por esse motivo essa pesquisa ganha interesse e relevância.

Palavras-chave: educação; História da Educação; educação de meninas

O século XIX na Revista Brasileira de História de Educação: balanço historiográfico (2001-2021)

ALEXANDRE RIBEIRO E SILVA, BRUNA POLACHINI

O objetivo desta comunicação é mapear os artigos da Revista Brasileira de História da Educação que perpassam o século XIX, total ou parcialmente, ao longo de seus vinte anos de publicações entre 2001 e 2021. Essa revista, de circulação e expressão nacional, é uma das mais antigas do campo. Sua criação se situa no conjunto das iniciativas tomadas pela Sociedade Brasileira de História da Educação à demanda, por um lado, de um espaço que abrigasse os trabalhos e discussões do crescente número de pesquisadores da área e, por outro, de uma instância que articulasse a área nacionalmente e a representasse internacionalmente. Escolhemos o século XIX porque os deslocamentos do lugar a ele concedido na historiografia educacional Brasileira revelam modos de construção e reconstrução da memória educacional Brasileira. A partir de trabalhos analíticos sobre a constituição do campo da História da Educação no Brasil, percebe-se que o século XIX foi privilegiado logo na sua gênese. A primeira vertente de escrita histórica, ligada à tradição intelectual do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, propunha a exposição de um projeto de nação donde derivavam as iniciativas do Estado na organização da instrução pública no país. Posteriormente, a partir de 1930, cunhou-se um modelo narrativo de elogios às iniciativas escolanovistas, então dominantes no pensamento pedagógico Brasileiro, implicando no rebaixamento do Oitocentos a um período vazio de iniciativas educacionais. Uma mudança de orientação, entretanto, foi constatada por Xavier (2001) ao analisar os resumos apresentados no I Congresso Brasileiro de História da Educação, realizado em 2001, quando o número de trabalhos relativos ao século XIX foi maior em relação àqueles dedicados às primeiras décadas do século seguinte. Considerando-se apenas os artigos da revista que tratam de temas educacionais no Brasil (isto é, excetuando-se traduções de artigos estrangeiros, textos de pesquisadores Brasileiros sobre outros países e produções de cunho teórico), temos 435, dos quais 131 tratam de algum período do século XIX. Dessa forma, os artigos sobre esse século compõem cerca de 30% das publicações da revista. Em geral, estudos historiográficos de balanços de produção procuram identificar temáticas, periodizações, fontes e perspectivas teórico-metodológicas adotadas nessa produção. Neste trabalho, direcionaremos nosso olhar especificamente para análise de sua periodização, isto é, procuraremos compreender que critérios foram determinantes na delimitação temporal relativa ao século XIX, se eram externos ou internos ao seu objeto de estudo; se estavam conectados com uma temática; se estavam relacionados a um recorte espacial; se se pautavam pela disponibilidade de fontes. O resultado dessa pesquisa nos informa não apenas sobre o papel que o século XIX teve nos últimos vinte anos na pesquisa de História da Educação Brasileira, mas também sobre os elementos basilares na organização temporal desses trabalhos.

Palavras-chave: século XIX, Revista Brasileira de História da Educação, balanço historiográfico

Entre a sala de aula e a Literatura: a trajetória da professora Maria da Conceição Ouro Reis do Colégio de Aplicação em Sergipe

ALFREDO BEZERRA DOS SANTOS

Este estudo apresenta os contornos da pesquisa que tem como objeto a trajetória de vida da professora Maria da Conceição Ouro Reis e suas contribuições. A pesquisa pretende estabelecer caminhos no entorno da história da educação, observando como se dá a construção do trabalho docente da professora, que propósitos ou opções estiveram na rota de suas escolhas quanto ao ensino, procurando compreender aspectos de suas iniciativas em sala de aula, enfatizando sua produção literária e relação desse fato com seu magistério no Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe (CODAP/UFS). A temática desenvolvida versa sobre a contribuição de marcos da trajetória desta docente e, além do mais, pressupõe que no exercício de sua docência a professora Maria da Conceição Ouro Reis pretendeu transportar práticas do fazer literário para o âmbito das experiências em sala de aula, tendo em vista desenvolver escrita e literatura. A pesquisa delimita como marco temporal o período compreendido entre os anos 1973 – ano de ingresso no Colégio de Aplicação – e 1991, ano de sua aposentadoria. Maria da Conceição Ouro Reis é um dos nomes que figuram na história docente do Colégio de Aplicação, na área de língua portuguesa, área na qual ela despertou paixão e fez escolhas entre opções culturais e intelectuais e com sua iniciativa fortaleceu os espaços da memória pedagógica do CODAP/UFS, visto que nele fixou rumos e assumiu sua voz. A professora Maria da Conceição Ouro Reis é natural de Aracaju, nascida em 13 de abril de 1929, filha de José de Ouro Júnior e Maria Mesquita Barreto, casada com José Campos Reis, com quem formando família teve dois filhos e quatro netos. cursou Letras Neolatinas em 1953, na Faculdade Católica de Filosofia da Bahia, como também concluiu o curso de especialização em francês e italiano, na mesma faculdade. (REIS, 2016). Na elaboração do estudo conta-se com o apoio de conceitos como processo identitário (NÓVOA, 2013), biografia (BOLIVAR, 2002; NÓVOA, FINGER, 2014), as noções de campo (BOURDIEU, 2003) e campo literário (BOURDIEU, 2004). A pesquisa, em andamento, neste momento privilegiará fontes escritas, produções literárias e técnicas, resultado de iniciativas da própria professora em sua dedicação pessoal, bem como destaca participação com seus textos em jornais como *A tarde*. Obras como *A lagoa do Fauno*, livro de poesia publicado em 1975, e *Redigir bem ou a arte de comunicar-se*, manual técnico, escrito em 1988, exemplificam seus textos, em que muitas vezes a literatura é levada a efeito. Percebe-se que sua iniciativa em sala de aula estabelece a abertura a um caminho, o da literatura, e que o contato com produções de natureza metafórica foi empregado como técnica que inspiraria o surgimento de textos e formação de estilo, já nos bancos escolares.

Palavras-chave: Maria da Conceição Ouro Reis; professorado; literatura

Disciplina e ordem: a ditadura militar e a cultura de escola da escola técnica federal do Rio Grande do Norte (1968-1985)

ALINE CRISTINA DA SILVA LIMA, OLIVIA MORAIS DE MEDEIROS NETA

Os efeitos da Ditadura Militar Brasileira, iniciada em 1964, para educação, foram devastadores. Por meio de Leis e Decretos, os governos militares imprimiam uma perspectiva mercadológica e americanizada na educação nacional, concretizadas pelos Acordos MEC-USAID e pelo uso do arcabouço simbólico do regime nos currículos das escolas de modo geral, em especial na rede federal de ensino com a promulgação do Decreto nº 72.538 de 27 de julho de 1973, que regulamentava a formação do profissional técnico de nível médio. O intuito era lançar no mercado profissionais técnicos competentes e obedientes, que não questionassem as ações do estado. No caso da Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte (ETFRN) houve uma ampliação colossal da carga horária de educação física, abriu-se espaço para OSPB e EMC, bem como para as disciplinas técnicas e aulas práticas, enquanto disciplinas humanísticas como História e Geografia possuíam apenas um semestre ao longo de toda formação. Nestes termos, objetivamos investigar o processo de disciplinamento e ordem, imposto à professores e estudantes da escola durante à Ditadura Militar. Nosso temporal recorte inicia com a fundação da escola, em 1968, e termina com o final da Ditadura, em 1985. Para efeito de investigação usamos documentos como: portarias, decretos, entrevistas orais e fotografias. Para tanto dialogamos com teóricos como Jacques Le Goff, com a concepção de monumento/documento, cuja conceituação usamos tanto para os documentos escritos quanto para as fotografias, acerca da História Oral temos por base José Carlos S. B. Meihy e Alessandro Portelli como principais teóricos. Com base em Paulo Freire, definimos a escola como espaço de imersão das consciências e acerca do disciplinamento dialogamos com Michel Foucault, o qual define a organização da escola ao nível do quartel e a cultura de escola da ETFRN, com base em João Barroso. Pelas análises, consideramos que a ETFRN se aproxima da perspectiva de Foucault sobre a fiscalização e uso dos corpos mais próximo do nível da mecânica, a submissão dos corpos e controle excessivo se tornou tema de todas as entrevistas e aparecem também nas demais documentações. E, sobre a cultura de escola, ressaltamos a administração burocrática carregada da ideologia tecnicista; relação escola-empresa centralizada na condução de uma ambientação fabril; normalização de valores e regras que definiam o tipo de estudantes que queriam formar, reverberando na expulsão constante e regular dos que corrompiam os valores e as regras; cultura de dominação circunscrita à professores e alunos; heterogeneidade de práticas e percepção dos sujeitos em relação a cultura da escola. Essa pesquisa traz à tona informações nunca discutidas na historiografia sobre a História da ETFRN, como as comemorações ao golpe civil-militar de 31 de março de 1964 e coerção também do corpo docente.

Palavras-chave: história da ETFRN; cultura escolar; história oral

A presença da teoria fröebeliana para educar crianças cegas e surdas no Brasil

ALINE DE ALMEIDA

Este estudo tem por finalidade apresentar e analisar as atividades didático-pedagógicas e suas relações com o método de ensino intuitivo que foram propostas difundidas e desenvolvidas no final do século XIX e início do século XX no Imperial Instituto dos Meninos Cegos e no Imperial Instituto para Surdos-Mudos de ambos os sexos e que contribuíram para a escolarização da infância cega e surda no Brasil. Esta educação tinha por pressuposto a formação integral da criança, possibilitando o desenvolvimento e educação dos sentidos através do pensamento e da metodologia de ensino de Fröebel, com foco no desenvolvimento dos trabalhos e dos jogos manuais, ao qual atribuiu o nome de dons e ocupações. Os dons seriam os materiais concretos, que levariam a criança do pensamento concreto ao pensamento abstrato. Já as ocupações, seriam entendidas como as atividades de criação, destreza manual e educação do intelecto das crianças por meio de desenhos, dobraduras, produção de artefatos, recortes e colagens. Estes trabalhos representavam para a infância em geral o desenvolvimento da expressão, da liberdade, do sentimento e, sobretudo, da percepção por meio do contato com a natureza. Para conhecer experimentalmente o processo perceptivo foi necessário manipular o mundo, ou seja, os estímulos físicos, e medir a transformação que esta manipulação provocou na percepção. Desse modo, para investigar experimentalmente a percepção, é preciso concebê-la numa dupla articulação: de um lado, como um acontecimento fisiológico que se origina no e depende do corpo como seu substrato fisiológico; de outro lado, é preciso considerá-la como um evento psicológico que, em última instância, representa o mundo físico, objetivo, concebido mecanicamente como extensão e movimento. Para compreender o(s) os processos metodológicos e de desenvolvimento das crianças cegas e surdas, analisaram-se, de forma teórica e histórica, legislações do período, relatórios de inspeção, atas de congressos, jornais, Compêndio para o ensino dos surdos-mudos (1881), pareceres (1854-1913), Almanaque Laemmert - Almanak administrativo, mercantil, e industrial do Rio de Janeiro (1854-1889), fotografias, além dos materiais, objetos pedagógicos e do acervo documental dos institutos. O aporte teórico metodológico tem como base a Cultura Material Escolar, pois este estudo busca apresentar a materialização das práticas que permearam o(s) cotidiano(s) escolar(es) destas Instituições, problematizando seus usos e significados.

Palavras-chave: infância cega e surda; teoria fröebeliana; cultura material escolar

Fröebel: Revista de Instrução Primária

ALINE DE ALMEIDA

Fröebel, uma revista de publicação quinzenal, nasceu em Lisboa no dia 21 de abril de 1882, sob a direção de Feio Terenas, para prestar homenagem ao pedagogo alemão Friedrich Wilhelm August Fröebel (1782-1852) no dia do seu centenário. A revista, que contou com 25 publicações até o ano de 1884 tinha como finalidade a divulgação de artigos doutrinários sobre pedagogia, legislações sobre o próprio país e de outros, mostrando e criticando as transformações que apresentavam o ensino primário desde as suas origens. Esta publicação também tinha como propósito analisar as questões práticas do ensino elementar, as tendências internacionais sobre os modelos de edificações e mobília escolar e as estatísticas anuais sobre as escolas primárias portuguesas, comparando-as com outros países, mas mantendo sempre um olhar crítico sobre a situação portuguesa. A partir destas experiências, este estudo tem como objetivo apresentar as ideias e as propostas de ensino que circularam nas instituições primárias portuguesas, das demais instituições dos países tidos como ‘civilizados’ e como estas repercutiram tanto nas práticas pedagógicas portuguesas quanto na formação docente veiculadas na revista Fröebel. O aporte teórico metodológico tem como base Borges (2011), Carvalho (2006), Chartier (1991, 2009), Gruzinski (2001), Julia (2001) Mogarro (2006), Nóvoa (1993) e Vinão Frago (2000) no que se refere a questões como apropriação, representação, relação global e local, história conectada, entre outros elementos que remetem à noção de circulação. Com base nestes conceitos, pudemos observar a interação entre sujeitos, instituições e métodos de ensino como os exames de habilitação para os candidatos do sexo feminino ao magistério primário elementar, a análise estatística sobre a instrução popular promovida na França, a organização da instrução primária na Europa, o uso e a aplicabilidade do método fröebeliano por meio da explanação teórica, da amplitude arquitetônica e da formação de jardineiras para a atuação nos jardins de infância e a publicação de um estudo sobre os congressos pedagógicos noutros países, ambos de interesse comparativo, revelam não apenas a importância da partilha de conhecimentos e troca de experiências, mas os impactos que proporcionaram, o que levou a não concretização dos objetivos da revista, os quais destacam-se: a não publicação de alguns estudos sob a alegação de falta de espaço, mas importantes por tratarem da atualidade do período, as questões divergentes às propostas envolvendo ‘a modernidade pedagógica’ e a não conclusão da seção crítica acerca da legislação sobre o ensino.

Palavras-chave: formação docente; instrução primária; circulação e apropriação de ideias

Memórias para o bicentenário da Independência Nacional: imprensa, história e educação na Paraíba

ALINE DE MORAIS LIMEIRA

Este estudo compõe um projeto aprovado em âmbito institucional pelo Programa de Apoio à Pesquisa da UFPB e teve como objetivo principal refletir acerca da emancipação política do país que completará seu bicentenário em setembro de 2022. Neste sentido, buscou reunir e analisar memórias, debates, projetos e experiências localizadas entre suas efemérides ao longo do século XIX (cinquentenário, 1872) e XX (centenário, 1922). O investimento, que pretendeu acompanhar os demais projetos em desenvolvimento no Brasil, cujo objetivo é repensar as histórias e memórias do acontecimento que marca o nascimento oficial da história nacional, inseriu a Paraíba no debate nacional, percebendo, de forma particular, como se deu o processo educacional de construção e divulgação de suas perspectivas acerca do Sete de Setembro. Como operação metodológica, selecionou um conjunto de fontes dispostas na imprensa Paraibana, dando destaques às suas propagandas, artigos e noticiários. Assim, constitui o principal conjunto documental, impressos como *Correio Noticioso* (1872-1877), *A gazeta do Sertão* (1888-1891), *A Esperança* (1867-1878), *O Parahybano* (1855-1892), *The Parahyba Times* (1894), *O Norte* (1908) e *O Jornal* (1923-1924). E o fundamento que ampara as análises empreendidas entende, como Marco Morel, que a imprensa não se constitui apenas como instrumento de divulgação ou de circulação de ideias, e sim como uma prática social, cultural e educacional que organiza e dá sentido aos acontecimentos, como agente histórico que intervém nos processos, que legitima, monta, desmonta, forja, como força ativa. Complementar a esta seleção, foram analisados os Relatórios do Governo do Estado da Paraíba (1890-1930), com as “mensagens” oficiais. Nestes registros foi possível perceber a forma pela qual as autoridades paraibanas se posicionaram frente às comemorações do centenário da Independência nacional, em 1922, e vestígios das celebrações daquilo que a Paraíba denominou “a nossa maior efeméride”. Em “Memória e identidade”, Joel Candau observa que para uma nação lembrar, relembrar ou esquecer são forjadas marcas da construção de identidades coletivas que, ao lado da memória histórica mobilizam o passado de maneiras diferentes. Neste sentido, a memória coletiva se relaciona com a História, auxiliando o Estado na construção de suas representações, e as comemorações consistem em formas de glorificar o passado que deveria ser lembrado. Desta feita, o estudo tornou possível uma análise acerca das diversas manifestações arroladas à emancipação Brasileira e paraibana, destacando as relações históricas entre educação, política e nação. Tornou possível, igualmente, perceber como se empreendeu um projeto educacional mobilizado pela fixação e construção de uma data, personagens, narrativas, comemorações e fatos.

Palavras-chave: imprensa; educação; Independência

Por uma história da instrução secundária feminina na capital Brasileira do oitocentos

ALINE DE MORAIS LIMEIRA, PATRÍCIA CARDOSO DA COSTA

Integrando as inúmeras investigações interessadas em refletir acerca do processo de escolarização no Brasil no século XIX, nós estabelecemos como objetivo analisar, especificamente, o cenário da instrução em nível secundário de ensino para o público feminino na Capital do Império. Para isso, utilizamos como fontes a publicidade na imprensa (Almanak Laemmert, Jornal do Commercio, Gazeta de Notícias, Diário de Notícias e Jornal O Apóstolo), documentos oficiais (Relatório do Presidente da Província e Relatórios do Ministro dos Negócios do Império), bem como impressos pedagógicos (A Sentinella da Instrução, Revista Liga do Ensino, O Ensino Particular). Como resultado desta operação metodológica foi possível levantar e analisar as diversas instituições escolares abertas ao público feminino (colégios, aulas noturnas, internatos, externatos), refletir acerca da presença das mulheres nesses espaços (alunas, professoras ou diretoras), ver aspectos do funcionamento das escolas (espaço físico, plano de estudos, valores, exames), pensar sobre o papel das forças públicas e privadas no secundário (Colégio Pedro II, subvenções, exames) e observar os debates públicos travados a respeito do ensino secundário para meninas nos impressos pedagógicos (defesas ou críticas, presença/ausência delas no ensino superior). O recorte estabelecido, entre 1827 e 1879, se concentrou em duas importantes legislações que, de alguma forma, marcam a História da Educação feminina no Império. A Lei Geral do Ensino, de 15 de outubro de 1827, procurou organizar as escolas públicas do ensino elementar e, nela, pela primeira vez, aparecia o ensino primário para o sexo feminino como uma política pública. A medida, em prol da democratização do acesso à escolarização, determinava que “Haverão escolas de meninas nas cidades e villas mais populosas, em que os Presidentes em Conselho, julgarem necessario este estabelecimento” (art.11). Em relação ao nível superior, sabe-se que as faculdades do Império, como a de Medicina, só passaram a aceitar alunas a partir de 1879 (Decreto Leôncio de Carvalho, N° 7.247, de 19 de abril, Art. 24). O que foi ratificado posteriormente, em 1881 (Decreto N° 8.024, de 12 de março), indicando-se a autorização para inscrição de mulheres no ensino superior (Art. 16). Tratando-se de uma pesquisa inicial os resultados evidenciam contribuições para a área da História da Educação e, ao mesmo tempo, vestígios acerca das características gerais do ensino secundário no Brasil, bem como de debates, problemáticas, avanços e tensões históricas relacionadas ao tema, com aprofundamento para a questão das lacunas e avanços em relação à presença das mulheres neste nível de ensino.

Palavras-chave: instrução secundária; instituições escolares; educação feminina

Elementos da História da Educação de Marília/SP (1925-1978)

ALINE DE NOVAES CONCEIÇÃO

Marília/SP está situada na região Centro-Oeste Paulista, inicialmente, foi denominada de Alto Cafezal, nomenclatura do primeiro patrimônio fundado na cidade por José Pereira da Silva e seu pai Antônio Pereira da Silva, teve o município instalado em 1929 e apresenta muitas lacunas em relação ao registro de sua história. A partir dessa constatação, com o objetivo de reconstituir elementos da História da Educação de Marília/SP de 1925 a 1978, respectivamente, ano da primeira escola e ano em que os Parques Infantis de Marília/SP, foram transformados em Escolas Municipais de Educação Infantil, realizaram-se pesquisa bibliográfica com abordagem histórica sobre a História da Educação de Marília/SP. A partir disso, constataram-se que a primeira professora da cidade foi Porfíria Simões, era alfabetizadora e iniciou o trabalho em 1925. Em 1928, foi fundada na cidade, a Academia Comercial, dirigida pelo professor Guido Capello, oferecia os cursos primário e secundário, ainda nesse ano, os japoneses construíram a primeira de muitas escolas japonesas da cidade. Em 1929, teve o início do funcionamento dos Grupos Escolares e das Escolas Reunidas. Em 1930, foi fundado o colégio “Santa Terezinha”, era uma escola privada. Posteriormente, foram instaladas outras dessas escolas, a saber: o Colégio Rio Branco, a Academia de Comércio Alto Cafesal, o Externato e as escolas de ensino médio, denominadas de: “Externato”, da diretora Albertina Ramalhal e Colégio “Olavo Bilac”, da professora Norina T. Perez. Ainda em 1930, as Escolas Reunidas foram transformadas em grupo escolar e o professor Bártholo fundou o ginásio de Marília/SP. No ano de 1934, foi construído o externato Sagrado coração de Jesus, uma instituição que pertencia às Irmãs Missionárias Zeladoras, manteve o ensino primário até 1936 e em 1937, iniciou a oferta do ensino secundário. A Educação de Jovens e Adultos, passou a ser ofertada na cidade, na segunda metade da década de 1940. Ainda nessa década, em 1943, houve a inauguração da Creche da “Juventude Católica de Marília”, em 1949, da instituição infantil “Lar da Criança”, em 1952, da Creche de Assistência Maternal, em 1954, do Educandário “Bezerra de Menezes”, em 1956 do Lar de Menina “Amélie Boudet” e da Creche D^a. Nanhã. Em 1958, houve a inauguração do Colégio Cristo Rei e em 1966 da Creche “Ignácio de Loyola Torres”. Ainda na década de 1960, houve a instalação de quatro Parques Infantis, que em 1978, foram transformados em Escolas Municipais de Educação Infantil. Portanto, a educação da cidade, primeiramente constituiu-se de escolas particulares, depois, municipais e em seguida, escolas estaduais. Na cidade, os números de jornais marilienses eram utilizados para reivindicação da instalação de instituições educativas, além disso, a cidade apresenta relação com a colônia japonesa que instalou escolas e também fez doações de verbas e aparelhos recreativos para um Parque Infantil de Marília/SP.

Palavras-chave: História da Educação; educação em Marília/SP; parques infantis

As escolas públicas da freguesia da Candelária: capital Brasileira – 1870-1880

ALINE MACHADO DOS SANTOS

A Corte Imperial nas décadas finais do século XIX (1870-1880) tem se demonstrado no campo da historiografia da educação solo fértil para inúmeras pesquisas. A Capital do Brasil não era um local homogêneo, mas formada por 21 divisões territoriais que englobavam aspectos religiosos, policiais e jurídicos, que ora se misturavam e divergiam denominadas de freguesias. Estas, por sua vez, estavam separadas entre urbanas (13) e rurais (8). Desta maneira o presente trabalho se inscreve no movimento que explora recortes geográficos cada vez mais específicos na intenção de investigar a singularidade das experiências locais. A Freguesia da Candelária foi a segunda região administrativa criada na Corte Imperial, ainda no ano de 1634. Estava situada na região comercial da Corte, tinha grande importância nas relações de importação e exportação de diversos gêneros e possuía uma população formada em sua maioria por portugueses e empregados do comércio. A região também abrigava importantes edifícios públicos como a Praça do Comércio (SANTOS,1965). Temos como objetivo compreender a organização do ensino primário formal, e as características das suas escolas públicas na Freguesia urbana da Candelária. O que também consistiu em avaliar o envolvimento dos diversos sujeitos, instituições e forças. Para realização desta investigação, recorreremos a estudo bibliográfico e pesquisa documental. Elencando como principais fontes: os relatórios do Ministro de Negócios do Império; documentos sob a guarda do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro e da Série Educação do Arquivo Nacional. Em primeiro momento apresentamos a constituição geográfica, política e cultural da Freguesia da Candelária. Também elencamos as características da Freguesia enquanto local constitutivo da Capital do Império. Em seguida focalizamos o desenvolvimento das ações do poder público, problematizando as instituições existentes (quantitativo, localização, valores de aluguéis, arquitetura, mobílias e materiais de ensino, etc.) e os sujeitos envolvidos (representantes do governo, professores e alunos). Amparamo-nos metodologicamente em referenciais teóricos como Noronha Santos (1965, 1981), Mauricio de Abreu (2010,2013), Gondra e Schueler (2008), Gondra (2004, 2018), Faria Filho (2000), Martinez (1997), Schueler (2002), Limeira (2010), Pasche (2014), etc. Como resultados deste investimento de pesquisa percebemos uma freguesia imperial urbana com fortes características comerciais e um baixo quantitativo de crianças em idade escolar, quando comparado as demais freguesias urbanas da Corte. Quantitativo que era atendido em sua maioria pelas escolas públicas da região, apesar destas apresentarem condições insatisfatórias para o ensino segundo os próprios homens do governo da época.

Palavras-chave: escolas públicas; freguesia da Candelária; educação no Império

A literatura infantil no manual de Janeta Budin: derivações dos debates acerca do livro para crianças nas décadas de 1920 e 1930.

ALINE SANTOS COSTA DE LEMOS

O trabalho proposto visa colaborar com os debates acerca da história dos livros para crianças no Brasil e, para isso, propõe-se um estudo da concepção sobre literatura infantil presente no manual “Metodologia da Linguagem” de Janeta Budin, publicado em 1949 e adotado nos cursos de formação de professores do Instituto de Educação Caetano de Campos (SP) e do Instituto de Educação do Distrito Federal (RJ). Tratando-se de um impresso específico, cujo papel seria “ensinar a ensinar” (MORTATTI, 2015), uma vez que foi direcionado para a formação de professores primários, torna-se fundamental o diálogo com teóricos da chamada “Manua-lística”, em especial Escolano (2012) e Choppin (2002). Assim, para melhor compreender o discurso acerca da literatura infantil presente no manual, é fundamental considerar o suporte material do livro, a forma de organização e a seleção de conteúdo nele presentes, as tradições teóricas que dele fazem parte, o lugar de atuação de sua autora, tendo em conta suas filiações teóricas e educacionais, e seus espaços de circulação. O discurso sobre a literatura infantil e sua relação com o campo educacional não eram uma novidade no final da década de 1940, quando o manual foi escrito. Ainda nas décadas de 1920 e 1930 (embora a discussão também se apresente em finais do século XIX) havia uma discussão corrente acerca da literatura infantil e de seus impactos no desenvolvimento da criança. Dentre as instituições que fomentaram tais debates destacam-se o Instituto de Educação do Distrito Federal, que contou com uma disciplina intitulada “Literatura Infantil” (VIDAL, 1994); a Comissão Nacional de Literatura Infantil (GOMES, 2003) e a Associação Brasileira de Educação (MIGNOT, 2014). Já em São Paulo, na década de 1940, a disciplina “Literatura Infantil” constou no currículo da formação de professores do Instituto Caetano de Campos (OLIVEIRA, 2014). Nesse sentido, algumas questões podem ser levantadas, destacando-se: qual a concepção de Janetta Budin sobre o livro infantil? Que papel a educadora atribuía a esse tipo de literatura? Em quais aspectos o discurso presente no manual se aproximava dos debates ocorridos nos anos de 1920 e 1930? Em quais aspectos ele se diferenciava? Para responder a essas questões, além dos diálogos teóricos acerca da literatura infantil e dos manuais escolares, lançou-se mão da análise do manual Metodologia da Linguagem (Janetta Budin - 1949) e de discursos produzidos no âmbito da ABE, dos Instituto de Educação do Distrito Federal e da CNLI, observando-se aproximações e rupturas. Os estudos preliminares, iniciados em pesquisa de nível de doutorado, apontam para uma aproximação entre a concepção de livro infantil apresentado por Janetta Budin e os discursos sobre a literatura infantil que circularam nas décadas de 1920 e 1930. A hipótese que justificaria essa aproximação é a formação de Janetta Budin no Instituto de Educação do Distrito Federal, durante a década de 1930, momento em que a instituição contava com a disciplina Literatura Infantil. Assim, Budin estaria inserida neste debate que tem como uma de suas características a participação de educadores categorizados genericamente como “escolanovistas” atuando no âmbito da literatura infantil, fosse produzindo livros para crianças, a exemplo de Lourenço Filho, fosse produzindo artigos e pareceres críticos sobre esse tipo de literatura.

Palavras-chave: literatura infantil; debates; manual de leitura e linguagem

De instituição profilática à instituição educativa: as fases do Preventório de Jacareí-SP (1932 a 1955)

ALLAN OLIVEIRA

No início do século XX, o Brasil atravessava uma séria crise sanitária. Entre as inúmeras endemias que deveriam ser sanadas, destaca-se a lepra, atualmente conhecida como hanseníase. Para conter os avanços da doença no Estado de São Paulo, a partir de 1920 foi criada a Campanha contra a Lepra. Em suma, a centralização dos serviços sanitários da lepra ficaria a cargo do Departamento de Profilaxia da Lepra (D.P.L.) e como solução, utilizaram a internação compulsória e a criação de espaços para o recebimento e acolhimento desses doentes. Amparados por um tripé profilático composto por dispensários, local de triagem para identificar os doentes e encaminhá-los aos asilos; asilos-colônias ou leprosários, espaços construídos para receber os doentes de lepra que foram diagnosticados nos dispensários; e preventórios, local especialmente pensado para o recebimento dos filhos sadios dos hansenianos. Em 1932, foi inaugurado o Preventório de Jacareí, uma instituição exclusivamente mantida pelo Estado e com fortes centralizações à subordinação do Departamento de Profilaxia da Lepra. Com regimento rígido, controlava a entrada dos menores que eram segregados de seus familiares. Devido ao estigma da doença, mesmo sadios, passaram a sofrer pela exclusão de seus progenitores. Em 1952, com a Lei nº 1.676, de 31/07/1952, o Preventório passava a se chamar Educandário. Esta pesquisa busca apresentar as diferentes fases do Preventório de Jacareí, desde sua fundação em 1932 a 1955, quando a instituição passou a ter em seu regulamento o D.P.L. vinculado à Secretaria de Estado dos Negócios da Saúde Pública da Assistência Social e não mais à Secretaria da Saúde Pública. Nesse momento, o Preventório de Jacareí amplia suas características de uma instituição educativa de assistência aos menores. Para esse estudo, foram selecionados e coletados prontuários, fichas e relatórios da instituição, dispositivos legais e periódicos da época. A partir da perspectiva de Erving Goffman (1961) e Michel Foucault (1975) foram examinados os documentos normativos relacionados aos menores internados na instituição. Destaca-se o estudo de Rizzini (2004) sobre a trajetória da assistência pública de meninos desvalidos e transviados e a institucionalização de menores. A partir de uma análise qualitativa, destacam-se as categorias instituição total e institucionalização de menores. Os resultados parciais deste estudo indicam que houve uma preocupação em educar e orientar essas crianças que estavam sob tutela do Estado. Contudo, o Preventório de Jacareí não nasceu como instituição educativa, mas sim, como um espaço de segregação e contenção da lepra. E mesmo com o avançar dos anos, os estigmas da doença continuavam presentes no cotidiano das crianças e adolescentes.

Palavras-chave: Preventório de Jacareí; institucionalização de menores; instituição educativa

As práticas socioeducativas nos empreendimentos econômicos solidários da cidade de João Pessoa, PB: sentidos e significados sob a perspectiva da formação humana para a emancipação

ALYSSON ANDRÉ RÉGIS OLIVEIRA, TATIANA LOSANO DE ABREU

O objetivo deste estudo foi analisar as práticas socioeducativas nos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) na cidade de João Pessoa, PB, seus sentidos e significados, indagando sobre seu caráter emancipatório, partindo do pressuposto de que o processo educativo na economia solidária seja capaz de criar novos significados e orientações políticas estratégicas, buscando ir além da própria esfera econômica, alcançando campos cada vez mais amplos da política e da cultura. Neste estudo, para a discussão da emancipação e seus elementos norteadores, deu-se destaque a intelectuais que têm a educação como objeto de suas preocupações filosóficas. Assim, nos apropriamos, principalmente, das ideias do italiano Antônio Gramsci e do Brasileiro Paulo Freire. A dimensão de estudo que abrigou esta pesquisa foi o da História Social, voltada para uma história das massas ou para uma história dos grupos sociais, ou seja, o que haveria de relevante a ser estudado não era certamente a história dos grandes homens, ou mesmo a história política dos grandes Estados e das instituições, mas sim a história das relações entre os diversos grupos sociais presentes em uma sociedade, particularmente nas suas situações de conflito. Metodologicamente, o trabalho consistiu em um estudo de caso múltiplo com enfoque qualitativo, que visou a proporcionar, dentro do estágio cognitivo de conhecimento, um ato ou efeito de conhecer o objeto em estudo, descrevendo as características do fenômeno estudado e estabelecendo relações entre variáveis. A unidade social de análise compõe-se de cinco EES localizados na cidade de João Pessoa, Paraíba, tendo como objeto de estudo as suas práticas socioeducativas, seus sentidos e significados, destacando o caráter emancipatório. Os dados foram coletados por meio de documentos, grupos focais e entrevistas individuais semiestruturadas, gerando elementos indicadores por meio da análise qualitativa. Em relação às estratégias de tratamento dos dados, utilizamos a técnica descrita de Análise de Discurso, estabelecendo a relação existente no discurso entre língua/sujeito/história ou língua/ideologia. Convém ressaltarmos que a análise dos dados nos permitiu entender que as práticas socioeducativas nos EES devem ser enfatizadas como campo de atuação ante a construção de homens e mulheres que têm as necessidades de ser formados como seres humanos com dignidade, e não apenas máquina produtiva. Sendo assim, foi possível afirmarmos que a educação promove a aprendizagem de conhecimentos emancipatórios, que contribuam e possibilitem o indivíduo a agir conscientemente, engajando-se na luta por transformações das condições perversas, injustas e negadoras da dignidade humana. Em suma, isso nos permitiu concluir que, para este estudo específico, as práticas socioeducativas nos EES colaboram com a perspectiva da formação humana para a emancipação, considerando estes espaços não escolares como um celeiro de desenvolvimento ideológico contra-hegemônico.

Palavras-chave: empreendimentos econômicos solidários; educação emancipatória; práticas socioeducativas

A cidade fabril e a educação para o trabalho: a implantação do sistema “S” em Rio Tinto - PB (1944-1967)

ALZENIR SOUZA, FRANCINAIDE DE LIMA SILVA NASCIMENTO

O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) criado em 22 de janeiro de 1942, por meio do decreto-lei 4.048, na Era Vargas, foi originada com o intuito de atender à necessidade das indústrias de base que visavam preparar mão-de-obra especializada para o mercado de trabalho. O Ensino Industrial, por conseguinte, era uma preocupação evidenciada pelos industriais no interior da Paraíba. Neste sentido, buscaram implementar o SENAI na cidade de Rio Tinto-PB para que os filhos de operários e os seus indicados fossem engajados no mercado de trabalho, instituindo-os nos anos iniciais de aprendizado profissional. Como marco oficial foi aberto um processo seletivo para preenchimento das vagas nos cursos de aprendizagem profissional. Todavia, no ano de 1944 o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial da Paraíba estava subordinado ao Departamento Regional (DR) de Pernambuco, uma vez que a Federação das Indústrias do Estado da Paraíba (FIEP) só veio ser instalada em 17 de julho de 1949 e somente filiou-se à Confederação Nacional da Indústria (CNI) em 28 de novembro de 1951. No entanto, desde 1944 o SENAI/PE tinha parceria com a Companhia de Tecidos Rio Tinto oferecendo cursos na Escola de Aprendizagem. Este artigo, por sua vez, propõe-se mapear os trabalhos publicados sobre a Escola de Aprendizagem Coronel Frederico Lundgren, criada em 1944 na cidade de Rio Tinto-PB, em consequência do acordo de Isenção entre o SENAI/Pernambuco e a Companhia de Tecidos Rio Tinto, sendo considerada a primeira unidade do Sistema “S” na Paraíba. O decreto-lei que criou o SENAI estabelecia que ficariam isentos da contribuição financeira mensal para a instituição, as empresas que montassem e custeassem com recursos próprios a aprendizagem, sendo nomeadas de “escolas de isenção”. De acordo com os documentos institucionais, a Escola de Aprendizagem Coronel Frederico Lundgren permaneceu em regime de Isenção até 12 de julho de 1967, quando foi assinado entre a Companhia e o DR, um termo de entendimento sobre a passagem da Escola para o SENAI, ato homologado pelo Conselho Nacional do SENAI, na reunião de 28 de novembro de 1967, na cidade de Curitiba, no Paraná. Buscando compreender essas narrativas, utilizou-se como caminho metodológico o Estado do Conhecimento da produção acadêmica, a partir de uma revisão bibliográfica dos principais autores que discutem e fundamentam a história e a memória da Educação Profissional e das instituições educativas: Ciavatta (2015); De Certeau (2003); Magalhães (2004); Duby (1993), entre outros. Para rastrear esses estudos, optou-se por pesquisar em repositórios digitais, entre eles, o da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Ao término da pesquisa foi notória a necessidade de novos estudos que discutam a construção e a implementação da Escola de Aprendizagem Coronel Frederico Lundgren e a importância dessa instituição para o Ensino Profissional no Estado da Paraíba.

Palavras-chave: história da educação profissional; ensino industrial; trabalho-educação; Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

Textos e contextos na produção científica: a história da educação profissional em periódicos

ALZENIR SOUZA, FRANCINAIDE DE LIMA SILVA NASCIMENTO, ISABELA TRISTÃO

O presente trabalho tem como objetivo apresentar um breve quadro analítico das produções acadêmicas em periódicos eletrônicos da área da Educação Profissional, delimitando a História da Educação Profissional, a saber: Trabalho & Educação (1996), Trabalho Necessário (2003) e Educação Profissional e Tecnológica em Revista (2017). Essas revistas, além de serem o nosso objeto de estudo, também constituem-se relevantes fontes de pesquisa para a análise. Entendemos que a difusão da produção científica disponibilizada sobre a temática corrobora para a História da Educação Profissional como um campo de pesquisa em ascensão. Buscando colaborar com esse campo, apresentamos as principais características dos periódicos focalizados nos seus principais balizamentos temáticos, teóricos e conceituais. No tocante ao referencial teórico-metodológico, destacam-se as discussões de Bourdieu (1989), Ciavatta (2015), Ragazzini (2001), dentre outros. Em perspectivas parciais, considerando e destacando a importância dos periódicos eletrônicos enquanto fontes/ objetos para produção de pesquisas científicas e acadêmicas, assim como a difusão das mesmas, focalizamos na constituição do conjunto de publicações das revistas Trabalho & Educação, Trabalho Necessário e Educação Profissional e Tecnológica em Revista. Levamos em consideração os caminhos e os embates que delineiam a História da Educação Profissional enquanto um campo de pesquisa, atentamos para diferentes sujeitos, projetos e intencionalidades na produção e difusão do conhecimento. E, diante da apresentação dos periódicos em foco, salientamos a importância do pluralismo de ideias, procedimentos teóricos, metodológicos e conceituais. Constatamos que, através de um caráter multidisciplinar, as análises nos permitiram visualizar a constituição de importantes grupos de pesquisa de diferentes programas de Pós-Graduação em Educação, tais como o Núcleo de Estudos sobre Trabalho e Educação (NETE), do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação (FAE), na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); o Núcleo de Estudos, Documentação e Dados sobre Trabalho e Educação (NEDDATE), do Programa de Pós-Graduação em Educação e à Faculdade de Educação, ambos da Universidade Federal Fluminense (UFF); o Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), além daqueles evidenciados nas publicações analisadas para constituição do panorama geral dos periódicos. Evidenciamos, de modo geral, como diferentes números temáticos podem promover reflexões sobre a configuração das articulações entre a educação e o trabalho, através de análises histórica, sociais, filosóficas, políticas, dentre outras perspectivas. Em todos os periódicos analisados, reconhecemos uma gama de dispositivos interpretativos, argumentativos e acadêmicos relevantes para o panorama da produção científica no campo da Educação Profissional.

Palavras-chave: história da educação profissional; produção de conhecimento; trabalho e educação.

O Brasil do século XIX: a imprensa, o pensamento político e o pensamento educacional de Evaristo Veiga no jornal Aurora Fluminense (1828-1831)

ALZENIRA FRANCISCA DE AZEVEDO, MONIQUE ADRIELE SILVA

Este trabalho tem o objetivo apresentar a imprensa nos anos finais da década de 1820 e iniciais de 1830, por meio de análises contidas no Jornal Aurora Fluminense. O trabalho tem por temática a imprensa e tem como objetivo analisar as intencionalidades do principal redator do Jornal Aurora Fluminense no período de 1829 a 1831. A análise parte de um recorte de uma pesquisa realizada para curso de doutoramento que estuda Evaristo da Veiga, sua atuação política e o pensamento liberal e influência no pensamento educacional. Tem como fontes principais de investigação o Jornal Aurora Fluminense em edições específicas de 1828 a 1831, documentos que se referem a atuação política de Evaristo da Veiga no período delimitado, bem como pesquisas e estudos que se referem a temática abordada. Nos procedimentos metodológicos tem a intencionalidade de buscar e “restituir” o recorte histórico em sua dimensão contextual e intenciona compreender o cenário socioeconômico da vivência cotidiana de Evaristo da Veiga. Com este propósito a pesquisa se desenvolve de forma documental e bibliográfica. Após o início das atividades parlamentares em 1826 ocorreu uma retomada da participação da imprensa e das associações. Esse processo teve engajamento de políticos de grupos conservadores ou mais liberais preocupados em desenvolver uma ideia, mesmo que ainda incipiente, de pertencimento, ou seja, a busca de uma identidade nacional. Concomitante a esses encaminhamentos no campo social uma das características marcantes dos discursos jornalísticos foi a necessidade de disseminação da instrução elementar, o ler, escrever e contar condicionada para a população livre. Na rede de sociabilidade de Evaristo da Veiga os encaminhamentos para organização política, social, econômica e educacional vinha da referência de países europeus, apesar das condições econômicas e desenvolvimento totalmente diferenciado. Verificava-se que o país ficava muito longe de alcançar o desenvolvimento de países europeus, porém posicionam medidas, entre elas a educação como possibilidade de mudança das condições materiais e imateriais da nação que se constituía. As principais fontes para realização desse texto foram o Jornal Aurora Fluminense nas edições entre os anos de 1828 e 1831; Cartas e documentos escritos por Evaristo da Veiga; textos referentes a estudos realizados por pesquisadores que analisaram o percurso de Evaristo da Veiga: MOREL, Marco. As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820-1840). São Paulo, Hucitec, 2005; BASILE, Marcello Otávio Neri de Campos. O Império em construção: Projetos de Brasil e ação política na Corte Regencial.

Palavras-chave: imprensa; século XIX; Evaristo da Veiga

O magistério municipal em Iguazu (RJ): normas e trajetórias profissionais (1930-1949)

AMÁLIA CRISTINA DIAS, MARIANA HAPUQUE RAPHAEL DA SILVA

A historiografia sobre a Baixada Fluminense destaca a importância da citricultura para o desenvolvimento econômico do município de Iguazu nas décadas de 1920 a 1940. Os estudos sobre a história da educação local notam que a criação de escolas serviu de propaganda para um almejado do “progresso” local. Houve um significativo aumento da participação da atuação municipal na oferta de escolas públicas primárias e até na subvenção de escolas privadas. Em diálogo com a historiografia buscamos investigar o processo de institucionalização de escolas municipais e, principalmente, investigar a constituição do quadro do magistério, as normas instituídas e as trajetórias profissionais. A metodologia é pautada na pesquisa documental no jornal local *Correio da Lavoura*, na hemeroteca da Biblioteca Nacional e na análise dos mapas de frequência escolar digitalizados no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. A pesquisa sobre os professores municipais conta ainda com as fotografias de escolas que em 1932 foram produzidas para comemorar o centenário do município em 1933. Localizamos na imprensa a exoneração do quadro do magistério municipal em dezembro de 1930. Em março de 1931 era publicado edital para realização de concurso para o magistério. A realização do concurso para o magistério foi concomitante a uma reforma na organização das escolas no território iguaçuano. Os nomes dos docentes exonerados em 1930 e os nomes dos docentes aprovados em concurso em 1931 permitem a investigação de trajetórias individuais, pela busca dos nomes na imprensa e na documentação das escolas. A partir das normas do concurso e dos nomes das docentes aprovadas, buscamos conhecer os modos de seleção e ingresso no magistério. Encontramos parte desses nomes atuando em escolas municipais entre 1933-1949. A pesquisa demonstrou uma diversidade de situações, lotações, titulações, tempos de permanência. O tratamento metodológico das fontes e os recortes estabelecidos são conduzidos pelo referencial teórico de que são os interesses do pesquisador que definem a circunscrição da investigação. Assim, as pesquisas em história da educação, quando tomam o território como posição de análise, devem considerar distintos processos históricos e funções sociais atribuídas à escola, conforme a historicidade da região estudada. Os resultados da pesquisa sobre o concurso municipal de 1931 informam sobre escolas existentes numa extensão região que hoje abrange os municípios de Nova Iguaçu, Queimados, Duque de Caxias, Nilópolis, Mesquita, São Joao de Meriti. A análise das trajetórias profissionais descortina parte da história da profissão docente local e do processo de fazer-Estado fazendo o magistério.

Palavras-chave: concurso; município; magistério

Da Escola Normal de Niterói ao magistério em Iguaçu: normas e trajetórias

AMÁLIA CRISTINA DIAS, ARIADNE LOPES ECAR

Inserido no campo da história da educação da Baixada Fluminense, investigamos o magistério das escolas públicas estaduais do município de Iguaçu, entre 1929-1949, com ênfase sobre as trajetórias profissionais de docentes não-brancas identificadas nas fotografias da Coleção Arruda Negreiros. Por ocasião da comemoração do centenário de fundação da Vila de Iguaçu (1933) fotografias encomendadas de escolas do município registraram estudantes e professoras. Pela pesquisa nos mapas de frequência escolar do município (Fundo Departamento de Educação do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro) identificamos as escolas, nomes e titulações das professoras fotografadas. No acervo da hemeroteca da Biblioteca Nacional, pela pesquisa pelo nome identificado, conhecemos atos normativos das trajetórias profissionais de professoras que exerceram o magistério público nas décadas de 1920, 1930, 1940. Assim vamos apresentar resultados de pesquisa sobre três docentes identificadas nas fotografias que foram alunas da Escola Normal da capital fluminense. Seus registros escolares no acervo da Escola Normal reúnem as candidaturas e provas realizadas para ingresso. Na imprensa localizamos a progressão pelos anos do curso e atos da carreira exercida no magistério fluminense. À luz da bibliografia pertinente examinamos o contexto de formação prévia na Escola Normal e os impactos para lotações no magistério público ao término do curso. Entre a capital fluminense, sede da Escola Normal, e a lotação e permanência em escolas estaduais de Iguaçu há um significativo deslocamento territorial entre regiões do estado fluminense. As trajetórias também são confrontadas com as normas sobre ingresso e exercício da carreira do magistério público fluminense e examinadas face ao levantamento e revisão de bibliografia sobre as temáticas de gênero, raça e classe. Isto porque o quadro docente é majoritariamente feminino, há uma expressiva presença de docentes não-brancas nas fotografias da Coleção Arruda Negreiros e, ainda, observamos pela legislação do período o processo de conformação das docentes em funcionárias do Estado. Nossa intenção é apresentar trajetórias de não-brancos(as) e periféricos(as) no magistério, construindo uma análise que contribua para fertilizar o debate historiográfico sobre a formação docente e o exercício da profissão em cargos públicos. Ademais a partir da posição de análise da Baixada Fluminense para o estudo da profissão docente pretendemos colaborar para a recente produção do campo da história da educação acerca da existência de mulheres negras que exerceram ofícios letrados no pós-abolição.

Palavras-chave: Escola Normal; Rio de Janeiro; magistério

As ideias pedagógicas disseminadas no Grupo Escolar Antônio de Souza (década de 1920)

AMANDA ALVES, MARLÚCIA MENEZES DE PAIVA

Buscamos com este trabalho conhecer as ideias pedagógicas disseminadas no Grupo Escolar Antônio de Souza, criado e mantido pela Associação de Professores do Rio Grande do Norte (APRN), entre 1920 a 1930, período de efervescência de ideias e práticas pedagógicas no estado do Rio Grande do Norte. Utilizamos a revista *Pedagogium* (1921-1927), periódico da APRN, como fonte principal para a construção historiográfica, assim como o diálogo com documentos oficiais das décadas de 1910 e 1920: os Atos e Resoluções da Instrução Pública do Rio Grande do Norte, o Regimento Interno dos Grupos Escolares (1914 e 1925) e os Livros de Matrículas das Escolas Subvencionadas do Estado (1924-1925). As fontes foram analisadas a partir dos pressupostos da História Cultural por permitir identificar como em diferentes lugares uma realidade social é construída, pensada e dada a leitura (CHARTIER, 1990). Destacamos que as ideias pedagógicas são sincrônicas com o seu tempo, por mais que haja preferências intencionais, elas são intencionais a partir de opiniões mais hegemônicas e racionalmente delimitadas para demandas sociais deferentes. Dessa forma, possuem uma natureza metodológica de escolhas, de modos de fazer. Elas resultam em determinados atos educativos, são cheias de intencionalidades previamente demarcadas pelo contexto histórico social (SAVIANI, 2013). Desde as primeiras ideias de fundação de uma agremiação de professores do estado, o desejo de auxiliar o poder público no combate ao analfabetismo constituía-se em prioridade. Em sua fundação no final de 1920, a APRN se propôs a defender os interesses do magistério e criar instituições escolares para alfabetizar a população, como premissa e dentro de suas possibilidades. Após a implantação da revista *Pedagogium* em 1921, essencialmente como ferramenta de auxílio aos professores na divulgação de ideias e práticas pedagógicas, direcionou seus interesses para construir uma instituição escolar a fim de ajudar a combater o problema do analfabetismo no RN. Por meio de auxílios mútuos, campanhas de mobilização estadual, o Grupo Escolar Antônio de Souza foi construído, e inaugurado no dia 1 de maio de 1923 com o objetivo de ser um espaço dedicado a disseminação de ideias e práticas pedagógicas modernas para a população do bairro do Tirol em Natal, onde estava situado. O Grupo Escolar Antônio de Souza foi constituído de ideias e práticas pedagógicas características do seu contexto histórico educacional, como as noções de moral e civismo, o higienismo, a valorização da educação feminina por meio dos ensinamentos das prendas domésticas; a disseminação de métodos e práticas de ensino considerados inovadores; a valorização e incentivo ao trabalho a fim de formar cidadãos comprometidos com a pátria e o crescimento do país.

Palavras-chave: História da Educação; ideias pedagógicas; Grupo Escolar Antônio de Souza

Geni Guimarães (1947): a voz negra na produção literária destinada a crianças no final do século XX

AMANDA APARECIDA PUPPIM

Neste texto são apresentados resultados parciais de pesquisa de mestrado em Educação, que está em desenvolvimento. O objetivo é analisar o lugar da Literatura Negra na história infantil e juvenil, examinando livros e autores representativos dessa produção; contribuir para a formação de uma história da literatura para crianças e jovens, buscando compreender a sua articulação com os processos de escolarização e problematizar o lugar de Geni Guimarães nessa história, com destaque para a sua representatividade como escritora negra. Entendendo a expressividade da autora, enfoca-se aqui, o primeiro livro destinado ao público infantil e juvenil, escrito por Geni Guimarães, intitulado *A dona das folhas*, publicado em 1995, pela Editora Santuário, para assim, pensar o lugar da Literatura Negra escrita para o público infantil e juvenil no Brasil, no final do século XX, considerando as complexas relações existentes entre mercado, cânone, a autoria negra e a autoria feminina. A partir de uma abordagem focada na história cultural e na história do livro e das edições, atentando para o livro como um objeto social e para os sentidos atribuídos aos textos nele apresentados, foi analisada a configuração textual da obra, o que permitiu constatar que: Geni Guimarães usa uma temática pouco explorada na época, que envolve um conteúdo com elementos característicos da tradição e cultura africanas, com protagonista infantil e negra, personagens majoritariamente femininas, construído com linguagem clara e concisa, utilizando recursos linguísticos na enunciação para uma maior aproximação do público, indicando aspectos da vivência da autora e suas relações interpessoais. Geni Guimarães, escreveu essa obra em dedicação à Ainá, filha de Conceição Evaristo (influyente escritora Brasileira), afirmando a cultura negra no enredo, assim como vínculos maternos, questão bastante observada pela escritora. À vista disso, a literatura contribuiu para expansão do gênero e para a investigação de conteúdos que antes estavam nas imediações dos livros infantis, apontando para um público que foi silenciado ao longo dos registros, documentos e escritos na história, isto é, ela realçou em sua produção, ideais que representam a muitos indivíduos que foram encobertos ou retratados de forma equivocada nas produções. Desse modo, Geni Guimarães, mesmo não ocupando ainda os grandes centros nos campos literários, compõe uma escrita importantíssima, que evidencia traços e particularidades muito significativos para a história da Literatura Infantil e Juvenil.

Palavras-chave: literatura infantil e juvenil; literatura negra; lugar social do livro

Da busca do negro ao encontro do branqueamento e o esquecimento no Lyceu de Goyaz

AMANDA CLÉSCIA RODRIGUES GUEDES EVANGELISTA, FERNANDA BARROS, FERNANDA BARROS

Este artigo tem como objetivo elucidar a presença de secundaristas negros no Lyceu de Goyaz no período de 1906 a 1930, pautando-se na abordagem da história da educação e do método histórico, que compreendem a realidade como uma construção social contínua, analisando as transformações e permanências em um determinado tempo e espaço. A pesquisa de cunho documental e bibliográfico justifica-se, por compreender a necessidade da realização de releituras na história da educação que busquem dar visibilidade à participação de pessoas negras na historiografia, nos espaços escolares e ao saber letrado. Desse modo, buscou-se demonstrar a presença de pessoas negras no ensino secundário que fizeram parte da elite pensante e econômica da Cidade de Goiás. Para tanto, estabeleceu-se um diálogo entre o objeto Lyceu de Goyaz, a categoria negro durante a Primeira República e os conceitos de raça, branqueamento e esquecimento, com objetivo de compreender as interferências desses conceitos na produção das provas documentais arquivadas. Para realizar a análise utilizou-se os recenseamentos do IBGE, os documentos presentes nos dossiês dos secundaristas e algumas fotografias encontradas no acervo da instituição e no acervo do Museu das Bandeiras. Estes dados foram analisados a partir de estudos que elucidam como a nação Brasileira foi organizada sob os moldes republicanos, bem como as leituras que se consagraram na formação da memória oficial do país a respeito das questões raciais, tais como Casa Grande e Senzala, de Gilberto Freyre e Negro no mundo dos brancos, de Florestan Fernandes. Além desses dois norteadores foram feitas leituras que permitiram a percepção dos entrelaçamentos realizados entre os conceitos de raça, de branqueamento e de esquecimento, presentes nas obras O espetáculo das raças: cientistas, instituições e a questão racial no Brasil, 1870-1930; Nem preto nem branco muito pelo contrário: cor e raça na sociabilidade Brasileira, de Lilia Moritz Schwarcz e A memória, a história, o esquecimento, de Paul Ricoeur. A análise realizada revela os rastros do esquecimento do negro produzidas pela documentação oficial da instituição, pela historiografia e pela história da educação Brasileira, como prática recorrente do contexto em pauta que construirá um mundo branco e para o branco, desconsiderando outras narrativas produzidas. No entanto, revela também rastros da presença de sujeitos de pele escura em contextos sociais e educacionais de prestígio, como era o Lyceu de Goyaz, realçada pelas ressignificações do tratamento das questões raciais elaborados nesse contexto, ora esquecida, outrora branqueada.

Palavras-chave: Lyceu de Goyaz; branqueamento; esquecimento

Os “testes” e a educação: alguns apontamentos sobre o americanismo na obra de Isaias Alves de Almeida (1888-1968)

AMANDA HAYDN

Este trabalho destaca, de maneira breve, o posicionamento do educador baiano Isaias Alves de Almeida (1888-1968) em relação ao uso de testes psicométricos na educação, destacando aspectos relativos ao americanismo, especialmente no que se refere a uma de suas características, como um acontecimento superestrutural, de mudança generalizada na cultura, um processo de recriação do sujeito na criação de um novo indivíduo, adaptado psicofisicamente a sociedade industrial. Com a intenção de propor uma interpretação para o debate, analisaremos alguns aspectos da obra “Da educação nos Estados Unidos (1933)” e os artigos publicados nos periódicos “Revista de Ensino” e “A escola primária”, entre os anos de 1927 a 1932, intitulados, respectivamente, “Os ‘tests’ e a educação (1927)”, “Tests mentaes e pedagógicos (1931)” e “Educação Americana (1932)”, em consonância, à alguns trabalhos que discutem, o modo como o pensamento e a forma de operar de Isaias Alves insere-se na dialética do americanismo como processo e produto educacional. Enquanto aproximação teórico-metodológico, a análise do americanismo será a partir do pensamento de Gramsci (1978), acerca dos problemas que marcaram o processo de organização da economia pragmática, bem como suas implicações na organização da sociedade, vale dizer, o “novo modo de vida” e o “novo tipo de trabalhador” instaurado no início do século XX. É nessa fase de adaptação à nova estrutura industrial que o trabalho fragmentado e mecanizado alia-se a um monitoramento da vida íntima e privada dos trabalhadores por meio de uma rogativa puritana, na tentativa de aliar seus pensamentos e comportamentos aos interesses da indústria moderna. Por decorrência, os resultados indicam que essa mudança tão profunda na natureza dos papéis profissionais e no modo de vida das pessoas estava fadada a ter efeitos sobre a escola, sinalizam, por sua vez, que a psicologia e a estatística estavam articuladas no campo educacional por intermédio de correspondências funcionais estabelecidas entre as categorias psicológicas e as técnicas estatísticas como resultado da ideologia da racionalidade tecnológica e, logicamente, da ideia de que os Estados Unidos ofereciam o melhor exemplo ou modelo científico para se reformar e organizar o sistema de ensino Brasileiro. Por fim, a pesquisa admite como hipótese diretriz, que Isaias Alves, foi um dos pioneiros na utilização da “escala de Binet” no Brasil, podendo ser, considerado também, um precursor na criação da psicologia aplicada à educação. Contudo, o presente estudo não descarta a hipótese de que a psicometria, tal como foi apresentada nas suas obras, tenha um desenvolvimento próprio, contrariando o entendimento corrente de que a psicometria é introduzida, no Brasil, pela Escola Nova.

Palavras-chave: educação; americanismo; Isaias Alves de Almeida

A Revista Educação e a Educação Moral e Cívica

AMANDA MARQUES DE CARVALHO GONDIM

Esta comunicação individual versa sobre a visão dos presidentes da Comissão Nacional de Moral e Civismo (CNMC) apresentadas na Revista Educação, edição de número 27 do então Ministério da Educação e Cultura, publicada entre os meses de abril e setembro de 1978. As disciplinas sob organização e difusão da CNMC foram: a Educação Moral e Cívica (EMC) e suas correlatas, Estudos de Problemas Brasileiros (EPB) e Organização Social e Política do Brasil (OSPB). Conforme Gondim (2018), os presidentes da CNMC, iniciada em 1969 e extinta em 1985, foram: General Moacir de Araújo Lopes (1969-1970), Almirante Benjamin Sodré (1970-1972), Almirante Ary dos Santos Rongel (1973-1974), Professor Geraldo Montedônio Bezerra de Menezes (1975-1976), Professor Humberto Grande (1977-1979), General Adolpho João de Paula Couto (1980-1981) e Professora Edília Coelho Garcia (1982-1985). Três deles escreveram artigos sobre a Educação Moral e Cívica (EMC) para o exemplar da revista Educação objeto desse ensaio. O objetivo é demonstrar quais ideias estavam presentes nos discursos desses autores que ao mesmo tempo que formularam e defendiam ideias também possuíam o poder para as executar. A linha teórica e metodológica a ser abordada para o artigo entende a categoria de lugar de sujeito para afirmação e aplicação do pensamento desenvolvido em uma dada instituição. Assim, considera-se a possibilidade de relação intrínseca entre o lugar de sujeito e o poder da instituição. Considerando o pensamento de Foucault (2008), confere-se autoridade ao sujeito que fala por meio do status de saber por ele obtido, mas também o lugar institucional de onde se obtém o discurso e de onde se pronuncia. A metodologia é, portanto, considerar, por meio do jogo de relações, o princípio de determinação admitido ou excluído nos discursos presentes em textos escritos por presidentes da CNMC. Ao observar apenas os textos daqueles que presidiram a CNMC procura-se apresentar um aspecto da dimensão do pensamento não da EMC como um todo, mas principalmente como idealizaram seus principais representantes na instituição que conduziu o funcionamento, autorização e negação do ensino de moralidade e civismo no Brasil. Os dois primeiros textos, escritos por Bezerra de Menezes e Paula Couto, abordam o aspecto legislativo das disciplinas e seu papel de formação nas disciplinas de OSPB, EMC e EPB em contraposição ao contexto informativo denunciado pelos dois autores. O último, escrito por Humberto Grande, procura tratar aspectos teóricos e axiológicos do ensino. Em todos os textos encontra-se a defesa da democracia como valor da sociedade Brasileira, sua relação com a religiosidade, espiritualidade e teísmo em contraponto ao que não se identifica como nacional, ou seja, o comunismo ateu.

Palavras-chave: Educação Moral e Cívica; Comissão Nacional de Moral e Civismo; Revista Educação

Virgínia Melle da Silva Lefèvre (1907-1987) e o ideal de formação moral para crianças no século XX: um estudo do livro *O Gigante Preguiçoso*

AMANDA TOPIC EBIZERO

Neste trabalho, apresentam-se resultados parciais de pesquisa de Doutorado em Educação, cujos objetivos são contribuir para a produção de uma história da literatura infantil e juvenil Brasileira, bem como compreender a produção literária da intelectual, escritora, professora e tradutora Virgínia Melle da Silva Lefèvre (1907-1987) e a relação dessa produção com os processos de formação escolar ao longo do século XX. Desse modo, toma-se como corpus privilegiado de análise o livro *O gigante preguiçoso* (s.d.), publicado pela Editora do Brasil S/A (SP). Por meio da abordagem histórica, especificamente a História Cultural e a História do Livro e das Edições, com enfoque em pesquisa documental e bibliográfica, a investigação tem se desenvolvido por meio dos procedimentos de localização, recuperação, reunião, seleção, ordenação e análise das fontes documentais mediante o uso do conceito de “configuração textual”. O livro *O gigante preguiçoso*, cuja data de publicação da primeira edição presume-se ser de 1940, continua sendo reeditado, com edição mais recente localizada sendo a de 2019. Trata-se de uma adaptação literária destinada às crianças e que narra as aventuras de dois irmãos: Pedro Sem Medo e João Brincalhão que, ao saírem de sua casa para explorar o mundo, tiveram que escolher entre levar consigo dinheiro ou sabedoria. Pelo caminho, encontraram um gigante muito preguiçoso, teimoso e bagunceiro, que incomodava a todos por conta de sua sujeira. A situação era tão desagradável que o rei, na tentativa de resolvê-la, promete a mão de sua filha em casamento a quem conseguisse transformar os hábitos do tal gigante. Compreendendo o livro como objeto social difusor de certos ideais de educação e formação, a análise da configuração textual de *O gigante preguiçoso* (s.d.) possibilitou constatar que: Virgínia Melle da Silva Lefèvre (1907-1947), ao escrever essa obra para as crianças, apresentou um livro que esteve em constante diálogo com o ideal de formação escolar e moral, centrado no pressuposto de construção de futuro da nação, com base na perspectiva republicana da época, além de dialogar com o modelo de literatura infantil do início do século XX, cuja base de desenvolvimento esteve ancorada na literatura escolar. Dessa forma, a literatura infantil e juvenil exercia papel relevante no que diz respeito à manutenção de sua função pedagógica, bem como no incentivo e cultivo do hábito de leitura, dado que a leitura era considerada elemento essencial da formação escolar e imprescindível para o sucesso do regime republicano. O livro *O gigante preguiçoso* (s.d.) continua sendo um difusor importante de valores morais às crianças em tempos atuais, dado que continua sendo reeditado. Virgínia Melle da Silva Lefèvre (1907-1987) tem uma vasta produção de textos literários voltados para meninas e meninos Brasileiros e, estudá-la, possibilita compreender aspectos significativos da relação entre a produção de literatura infantil e a formação escolar no século XX.

Palavras-chave: Virgínia Melle da Silva Lefèvre; intelectuais; literatura infantil e juvenil

As cadeiras de Primeiras Letras na história da alfabetização: uma reflexão sobre o ensino inicial da leitura e escrita no Maranhão Império

ANA CAROLINA DE ARAUJO CAMPOS MOREIRA

Este trabalho aborda as cadeiras de primeiras letras na História da Alfabetização do Maranhão Império, objetivando compreender o ensino inicial da leitura e da escrita, sua trajetória e o lugar que ocupa na História da Educação, a partir da regulamentação e dos programas instituídos nas escolas maranhenses. Baseia-se nossa problemática em compreender em que medida as cadeiras de primeiras letras contribuíram para as práticas de alfabetização, permeadas por ideais de nacionalidade, civilidade e progresso. Tenciona-se identificar as concepções de instrução e educação, de leitura e escrita registradas nos documentos oficiais e verificar o cumprimento ou não das leis que regimentaram a instrução primária na província do Maranhão, no intuito de captar as nuances na escolha dos métodos e conteúdos. Utilizam-se os pressupostos teórico-metodológicos da História Cultural, para entender os significados das práticas segundo os sujeitos em pauta e decifrar as suas representações ao respeito, fazendo uso da pesquisa bibliográfica, ao auxiliarmos em autores tais como: Castro (2006), Castro e Castellanos (2012), Mortatti (2006), Morais (2017) e Aranha (2009), entre outros que já produziram análises sobre a História da Educação e da Alfabetização, e a pesquisa documental, mediada pelos Relatórios de Presidente de Província e dos Inspetores da Instrução Pública maranhense, das legislações e decretos das primeiras Letras e dos regulamentos e programas de ensino como fontes desta investigação. Constatou-se que estas aulas ganharam novos significados sociais diante da necessidade da escolarização do povo, que na sua maioria, vivia privado dos conhecimentos de leitura e escrita, como também percebeu-se que a Instrução Primária vivia desafios educacionais enormes, enfrentando-se desde aqueles referentes à infraestrutura para a manutenção das escolas de primeiras letras, até a falta de professores e da uniformidade dos métodos de ensino. Outros aspectos, como os socioeconômicos e as questões de gênero, além dos pedagógicos, influenciaram diretamente a construção dos currículos e programas de ensino, sendo possível, a partir da análise dos regulamentos, constatar-se que havia uma nítida separação entre as classes sociais e, por conseguinte, ao acesso ao conhecimento, havendo ainda diferenças entre os conteúdos ministrados para os meninos e para as meninas, o que evidencia os papéis de homem e mulher devidamente formatados para a sociedade. Enfim, as cadeiras de primeiras letras foram peça fundamental para a História da Educação e da Alfabetização no maranhão imperial e contribuíram não só para a construção de uma nova identidade nacional, como também reproduziram ideais novos de homem e sociedade em um período de transição de governos.

Palavras-chave: ensino de primeiras letras; história da alfabetização; instrução primária

O código de posturas iguassuano como fonte para a História da Educação

ANA CAROLINA DE FARIAS MIRANDA

Este trabalho tem por objetivo verificar como o código de posturas adotado no período imperial pelo município fluminense de Iguassú pode ser utilizado como fonte para a História da Educação desta localidade. Nesta perspectiva, esta investigação insere-se no âmbito de estudos de História da Educação Local e utiliza o conceito de “jogos de escalas”, proposto por Revel (2010), para tomar a Província do Rio de Janeiro enquanto região e o Município de Iguassú como localidade. Os códigos de posturas (ou posturas municipais) eram documentos compostos por diversas normas elaboradas pelas câmaras municipais com o intuito de manter a ordem vigente, bem como estabelecer punições para aqueles que desobedecessem a estas normas. Sendo assim, as posturas municipais balizavam a relação público x privado, o que seria aceito nos lugares comuns a todos os cidadãos e o que deveria ficar restrito aos lares. O código de posturas pesquisado dispunha, ainda, de um capítulo dedicado à instrução pública, possibilitando uma análise mais abrangente acerca dos ideais dos legisladores iguassuanos sobre a temática educacional. Partindo dessa concepção, examinamos a proposta inicial do Código de Posturas de Iguassú, submetido em 1884 para apreciação na Assembleia Legislativa Provincial, proposta debatida e discutida amplamente, tendo sido aprovada, com alterações, somente em 09 de novembro de 1886, portanto, dois anos depois de ter sido apresentada na Assembleia Legislativa Provincial. Deste modo, nos interessa analisar a referida proposta inicial, seus debates ao longo dos anos de submissão à Assembleia e sua proposta final, interrogando as alterações realizadas. Obtivemos acesso a esse projeto inicial do código de posturas, por meio da edição 296 do Jornal do Commercio de 23 de outubro de 1884, e ao debate que se seguiu em edições e seções variadas também presentes no Jornal do Commercio (disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional), já o texto aprovado (à disposição somente em meio impresso) integra um dos tomos da Coleção de Leis e Decretos da Província do Rio de Janeiro. Localizamos poucos trabalhos que utilizaram o código de posturas como fonte, sobretudo durante o Império. Pinheiro (2004); Silva (2009), Souza (2014) e Oliveira (2018) são alguns exemplos de estudos com esse viés, porém apenas Souza (2014) trata do Império e somente Pinheiro (2004) trata da relação posturas municipais e educação, com predominância de Foucault, particularmente os conceitos presentes no livro “Vigiar e Punir”, enquanto referencial teórico nas pesquisas que tivemos acesso.

Palavras-chave: código de posturas; História da Educação local; Iguassú

Pedir, rogar, implorar e finalmente queixar-se: o combate docente no Manifesto de professores públicos de instrução primária da Corte (1872 a 1878)

ANA CAROLINA ROZENDO, FRANCISCO GOMES VILANOVA

O presente trabalho tem como proposta o estudo do fenômeno educativo na sociedade Brasileira do século XIX, a partir das representações contidas em periódicos que circulavam na Corte Imperial nos anos de 1872 a 1878, mais precisamente no que diz respeito às práticas educativas manifestadas pelo uso da escrita em manifestos, impressos e ações desenvolvidas de um conjunto de professores públicos de instrução primária que se manifestavam através de uma escrita de combate nesta imprensa pedagógica. A operação de análise tem amparo em abordagem teórico metodológica produzida no campo da história da educação, tomando como referência autores como Gondra (2003); Schueler (2002); Lemos (2011) e Borges (2013, 2021), além de outros, onde se pretende identificar os vestígios desta escrita de combate de um conjunto associativo de professores primários que utilizavam a escrita para defender ideias educativas distintas das propostas pelo Estado, evidenciando relações de tensionalidade entre o poder estatal exercido pela fiscalização da Inspeção Geral de Ensino e a repercussão da manifestação dos professores ao denunciar na escrita, situações vivenciadas no campo da educação. Para tanto, realizaremos uma análise acerca das reivindicações docentes a partir da concepção de documento-fonte, cuja operação prende privilegiar o Manifesto de professores públicos de instrução primária da Corte (1871) que foi assinado por um grupo de professores que se intitulavam representantes da classe, composto por Manoel José Pereira Frazão - relator do manifesto, professor público, conhecido por suas tentativas de organizar uma associação de professores e que ocupou o assento no Conselho de Instrução; Cândido Matheus de Faria Pardal - professor do Imperial Colégio de Pedro II e da instrução primária, participava ativamente das Conferências Pedagógicas promovidas pela Inspeção de Ensino e João José Moreira - professor primário da Corte e integrante da Sociedade Propagadora das Bellas Artes. As manifestações destes educadores contidos nos periódicos pedagógicos *A verdadeira Instrução Pública*, *A Instrução Publica* e *A escola*, em que estes sujeitos atuaram escrevendo editoriais e matérias nos anos de 1872 a 1878. Este grupo apresentava suas questões na escrita dos impressos pedagógicos, dando visibilidade a esse debate, não somente a um público que exercia poder sobre eles, como o legislativo, o Imperador e o Inspetor Geral de Ensino, mas a grande massa, a população, a todos que pudessem ler suas escritas de combate.

Palavras-chave: impressos; Manifesto de professores; instrução primária

Covid-19 e educação no Séc. XXI: reminiscências pandêmicas e suas contribuições para História da Educação

ANA CRISTINA B. LOPEZ M. FRANCISCO, MICHELI TAVARES, MICHELI TAVARES

O presente estudo trata da análise dos primeiros resultados da implementação em decorrência do ensino remoto no Brasil, acarretado pela situação de pandemia trazida pelo Coronavírus-Covid-19. Assim, a justificativa do estudo é analisar os desdobramentos que a pandemia acarretou para a educação Brasileira, identificando as políticas públicas desenvolvidas no que tange à educação bem como verificar como foram implementadas. O objetivo geral é demonstrar o percurso da modalidade de ensino, denominada aulas remotas em consonância ao ensino híbrido, adotadas como forma de enfrentamento às dificuldades e restrições impostas, visando a criação de um acervo sobre memórias da pandemia, constituído de documentos, registros, fotografias e produções de alunos e docentes. Em um plano mais específico, buscará refletir sobre a efetivação dessas aulas remotas, em especial, em duas escolas privadas do Estado do Rio de Janeiro. A primeira escola, Colégio Nossa Senhora do Amparo localizada em Barra Mansa, buscou implementar uma prática de ensino remoto, trazendo como pano de fundo um instrumento didático-metodológico que denominou “roteiro de aprendizagem”. A segunda, uma unidade da rede Pensi, na cidade de Petrópolis. A análise parte das práticas docentes das autoras, no período de 2020/ 2021, desde a busca por uma capacitação para além das aulas remotas e do uso de metodologias ativas que seriam aplicadas, caminhos que levassem seus alunos a um processo contínuo de ensino e aprendizagem, objetivando melhores resultados e minimizando possíveis perdas dos conteúdos escolares. No atual cenário, buscar-se-á delinear, de acordo com Vasconcelos e Boto (2020), as relações estabelecidas entre a esfera privada, a educação na casa e a esfera pública, a educação escolar, delineando os pontos frágeis da aplicabilidade dessa modalidade de ensino aos estudantes Brasileiros, contribuindo com o registro das relações entre a memória deste período e a História da Educação. Os procedimentos metodológicos envolvem a verificação da legislação Brasileira e das normativas sobre o tema, além da observação e análise do caso em concreto. A pesquisa será baseada no estudo de caso, enquanto método de investigação qualitativa de acordo com Bassegy (2003), André (2008), Meirinhos e Osório (2010) e Rocha (2016). Também são usados como parâmetros, os estudos de Rodriguez, Flores e Jiménez (1999). Não há como vislumbrar resultados tendo em vista estarmos sob os efeitos do acontecimento, embora muitas medidas já tenham sido tomadas e outras tantas já estejam em fase de implementação.

Palavras-chave: coronavírus-Covid-19, arquivos e acervos, História da Educação

Práticas de educabilidade de religiosas e recolhidas ursulinas na América portuguesa

ANA CRISTINA PEREIRA LAGE

Os conventos e recolhimentos femininos que existiram na América Portuguesa devem ser considerados instituições educativas, pois no interior desses espaços acontecia o aprendizado de leituras, escritas, trabalhos manuais etc. Mas devem ser vistas enquanto instituições educativas não escolares, uma vez que a intencionalidade destas fundações era mais para a guarda e fortalecimento da religiosidade feminina. Algumas nem previam o ensino da escrita e da leitura em seus estatutos. Detecta-se um número superior de recolhimentos em relação aos conventos, uma vez que o primeiro tipo soma 23 instituições e o segundo tipo soma 06 instituições (sendo que 3 foram recolhimentos que se transformaram em conventos). Para além das especificidades, é necessário salientar a necessidade de se observar as semelhanças entre estas instituições e perceber que a educação está imbrincada nas suas práticas. Nesta proposta pretendo analisar e relacionar as práticas de educabilidade de um grupo específico, composto por três instituições que seguiram as orientações das Ursulinas, congregação italiana que surgiu no século XVI e teve forte relação com os princípios e direcionamentos dos jesuítas. As instituições educativas aqui analisadas são as seguintes: o Convento das Ursulinas das Mercês, fundado em Salvador a partir do Alvará de 23 de janeiro de 1735, começou a funcionar em 1742 e teve como fundadora D. Úrsula Luiza de Monserrate; o Convento das Ursulinas da Soledade de Salvador, autorizado em 1752, foi originário do Recolhimento de mesmo nome e fundado em 1739, pelo Padre Gabriel Malagrida; e o Recolhimento de Sagrado Coração de Igarassu (ou Igaracu), em Pernambuco, fundado por dois padres seculares e recebeu o Alvará para o funcionamento em 1751. É importante salientar o papel dos jesuítas para a fundação dessas instituições. Por se tratar de dois conventos e um recolhimento, pretendo observar as diferenças e aproximações entre as três instituições escolhidas em suas atividades educativas por meio da análise de fontes documentais disponíveis no Arquivo Histórico Ultramarino e na Biblioteca Nacional Brasileira. Também é importante investigar a documentação da congregação das irmãs Ursulinas e o direcionamento que esta propõe para a educação de suas seguidoras. A análise das fontes aponta para a presença de práticas de leitura de muitas e escrita de poucas, que direcionam para o fortalecimento da religiosidade e da moral nas referidas instituições. É necessário salientar as diferenças existentes entre as práticas de escrita e leitura existentes no interior das instituições aqui analisadas.

Palavras-chave: educação feminina; ursulinas; América portuguesa

Dinâmicas de circulação e internacionalização a Partir dos “Impressos sobre Educação”: União Pan-Americana, 1925-1947

ANA CRISTINA SANTOS MATOS ROCHA

Os esforços de cooperação que balizaram os começos da União Pan-Americana, entre o final do século XIX e o começo do XX, estavam focalizados na questão econômica. Essa posição foi sendo modificada ao longo da existência dessa instituição, associando-se também às iniciativas que procuravam fomentar o intercâmbio intelectual entre os países membros. A partir de 1920, a União Pan-Americana incluiu em seu Boletim uma seção intitulada “Instrução Pública e Educação”, que traçava um panorama da educação nesta região. Em março de 1925, a Divisão de Educação da União, depois incorporada à Divisão de Cooperação Intelectual, passou a editar uma separata intitulada “Impressos sobre educação”, que permaneceu em circulação até 1947. Com versões em inglês, espanhol e português, a reprodução dos artigos ali veiculados em revistas locais era incentivada, desde que mencionada a fonte. Esta comunicação pretende explorar as concepções de educação que foram postas em circulação pela União Pan-Americana, a partir de sua série sobre educação. Inicialmente, os artigos se concentraram em temas relacionados à educação vocacional e ao ensino profissional. Depois, passaram a abordar questões ligadas à modernização educacional da época, como a educação progressiva e o método de projetos. Em seus quatro primeiros anos, os artigos da separata se concentraram em aspectos da educação partindo da experiência dos Estados Unidos. Embora o tema da educação na América Latina apareça em um artigo de 1929, o primeiro artigo escrito por um autor latino-americano só foi publicado em 1932. A partir desse ano, discussões sobre os sistemas educacionais da região ganharam espaço, mas a predominância de autores estadunidenses permaneceu. Alguns dos artigos publicados nesta separata foram veiculados em revistas nacionais, a exemplo do texto de Harry Kitson intitulado “Orientação vocacional: um programa educativo” (1928), que integra o dossiê sobre orientação profissional publicado na revista Escola Nova (SP) em 1931. Assim, vamos refletir sobre distribuição dos temas que predominavam nessa publicação, os discursos sobre educação ali veiculados e as estratégias de circulação pensadas pela Divisão de Cooperação Intelectual da União Pan-Americana. Este trabalho também vai considerar as diferenças entre as edições em português e em espanhol utilizadas na pesquisa, que não seguem o mesmo ordenamento na publicação dos artigos. Com isso, buscamos demonstrar que, ainda que trate da educação em países da América Latina, os artigos ali veiculados falam principalmente da educação do ponto de vista dos Estados Unidos. Desse modo, convertia-se em mais um veículo de difusão de suas políticas para a região, apoiada na retórica do panamericanismo.

Palavras-chave: Boletim da União Pan-Americana; circulação de impressos; internacionalização

Mello e Souza como mediador cultural: uma proposta de análise dos contos de Malba Tahan

ANA GOMES PORTO

Júlio César de Mello e Souza, professor do Colégio Pedro II e autor de diversos livros didáticos sobre matemática, também foi um escritor prolífico de ficção, assinando suas obras como Malba Tahan. Inicialmente publicadas na imprensa da época, seus contos foram transformados em livros que foram muito populares. O período de investigação desta análise se concentra na mesma época em que o autor acompanhou os debates em torno da adoção dos métodos da escola nova no Brasil, posicionando-se, de forma geral, favorável às mudanças, mesmo que em obras como *O homem que calculava* (1938) tenha se mostrado dúbio em relação à metodologia de ensino da matemática. A sua posição variava entre a opção de unir os distintos ramos da (s) matemática (s) – álgebra, aritmética e geometria – e/ou unificá-los em apenas uma matemática. Paralelo a este debate, os seus contos tentam imprimir determinados ideais de comportamento, sendo plausível cogitar se havia uma proposta pedagógica nos mesmos. Pretende-se, nesta comunicação, acompanhar a publicação de alguns contos na imprensa da época e tentar perceber se os mesmos possuíam conteúdos indicativos da existência de um projeto educacional elaborado por Júlio César de Mello e Souza. Deve-se ter em mente que Mello e Souza foi um interlocutor importante da história da educação e que um trabalho em torno das obras de Mello e Souza/Malba Tahan é possível apenas a partir de um pressuposto que considere uma gama complexa de negociações - que são estabelecidas ao longo do processo de produção de suas obras - com leitores, editores, donos de jornal e outros autores. Mello e Souza/Malba Tahan também foi um mediador cultural privilegiado, já que foi um autor de sucesso e, além disso, atuou amplamente na área da educação Brasileira, assim como escreveu em jornais e revistas da época. A percepção da existência ou não de um projeto educacional nos contos assinados como Malba Tahan levará em conta um levantamento feito no programa Zotero que possibilita a leitura simultânea dos contos a partir de uma análise que considera as publicações ao longo do tempo. Pretende-se, com isso, não apenas identificar se os contos tinham a intenção de defender determinado projeto, mas como os mesmos eram publicados e/ou republicados ao longo do tempo e, desta forma, como determinados temas eram reiterados pela mídia da época a partir das palavras de Mello e Souza/Malba Tahan. Pode-se, também, extrair dessa documentação a importância de Mello e Souza como um intelectual, educador e escritor que dialogava com os mais diversos sujeitos históricos e ajudava a criar um determinado campo de referências culturais.

Palavras-chave: Malba Tahan; Júlio César de Mello e Souza; mediador cultural; projetos educacionais

Produção do imaginário sobre o feminino em páginas semanais: a revista *A Noite Ilustrada* (1930-1954).

ANA GUIMARÃES

Esta comunicação toma como fontes imagens e textos relativos às mulheres veiculados nas páginas da revista *A Noite Ilustrada* entre 1930 e 1954. Este magazine era editado no Rio de Janeiro e começou a ser publicado como um suplemento do jornal *A Noite* (1911-1964). Muitas imagens e artigos publicados carregavam um imaginário sobre o feminino e produziam uma representação da mulher – seja no conteúdo explicitamente publicado ou em publicidades e assuntos mais direcionados ao público masculino. A hipótese é a de que, por meio das páginas dessa revista ilustrada, veiculou-se uma visão que exaltava os homens e produzia um olhar sexista sobre as mulheres, corroborando a produção de representações carregadas de estereótipos e preconceitos de gênero. Será dada atenção, aqui, ao contingente de imagens relativas ao feminino, com especial atenção à produção de desigualdades entre as mulheres brancas e mulheres negras. Serão abordados, ainda, distanciamentos e ausências que sugerem um modo de conceber o feminino. Se, por um lado, a revista era carregada de imagens das mulheres e, em diversos momentos, dirigia-se especificamente a esse público, por outro, estabelecia os assuntos que julgavam ser de seu interesse, produzindo restrições e estigmas. Assim, esse magazine difundiu uma imagem sobre as mulheres e uma noção acerca do feminino atrelada às concepções masculinas. Nesta pesquisa, ainda em andamento, são utilizados como fonte todos os números da revista *A Noite Ilustrada*. Como referenciais teóricos de análise, adotamos o conceito de representação social tal como proposto por Moscovici (2003), de imaginário social a partir dos estudos de Baczko (1985), além de outros autores que têm fundamentado a discussão sobre imagens e fotografias (DUBOIS, 2012; ROUILLÉ, 2009 e SAMAIN, 2012), sobre impressos e imprensa (SODRÉ, 1999; MARTINS e LUCA, 2012) e sobre gênero (SCOTT, 1995 e BUTLER, 2014).

Palavras-chave: mulheres; representação; revistas ilustradas

“Criado aquele povo para a medicina, bem como a medicina para o povo”: a circulação do saber médico no Vale do Paraíba paulista entre 1833 e 1862

ANA LUIZA DO PATROCÍNIO

O presente artigo tem como tema a difusão do saber médico em São Paulo, mais precisamente no Vale do Paraíba na primeira metade do século XIX. Essa divulgação foi percebida pela atuação do facultativo e farmacêutico português doutor Joaquim Moutinho dos Santos, que escreveu diversos textos a respeito das doenças que acometiam as populações livre e escravizada dessa região, no período que ali viveu entre 1833 e 1862. A circulação desse saber se dava através das próprias consultas quando o doutor Moutinho dos Santos orientava seus pacientes, bem como pelos seus tratados, dos quais alguns chegaram até nós. E é através dessas obras que se pôde acompanhar a atuação do médico e de seus tratamentos porque neles também descrevia o seu cotidiano. Nos escritos, Moutinho dos Santos sempre apregoa a sua vontade educar o povo, ou como ele diz, “criar o povo para medicina” numa aparente cruzada contra o que considerava “crendices” e “remédios de comadre”, chegando a chamar as técnicas de cura local de “sistema selvagem”. As fontes utilizadas neste artigo são “Autobiographia do doutor Joaquim Moutinho dos Santos” (publicada em Portugal, em 1894) e os dois artigos que são: “O tratado de cholera morbo” (1855) e “O tratado de Hydrophobia” (1863), estes últimos, publicados no Brasil. As fontes foram encontradas em bibliotecas e arquivos (um já digital). Para o tratamento das fontes, toma-se como referencial teórico Nobert Elias no que se refere à concepção de “processo civilizador” como uma cadeia de lentas transformações dos padrões sociais, de modo contínuo e não linear com marchas e contramarchas numa direção muito específica (ELIAS, 1993). Para analisar a documentação, utilizou-se as seguintes categorias: os “Brasileiros de torna-viagem” que, conforme Lisboa (2009), era uma expressão que caracterizava em Portugal os habitantes que iam ao Brasil em busca de fortuna, retornando décadas depois, geralmente, endinheirados; a história da medicina, que já aparece no manuscrito “Da medicina antiga”, considerada a primeira obra de Hipócrates (o pai da Ciências Médicas) com a seguinte definição “na arte médica é fundamental o princípio de que as conquistas, que constituem o patrimônio do passado, devam servir de base às investigações do presente” (GUSMÃO, 2004); e a educação não formal, constituída por práticas educacionais, que são intencionais, mas ocorridas fora dos espaços escolares e sem mediação pedagógica (ALMEIDA, 2014). Como resultados preliminares, foi percebido a preocupação do doutor Joaquim Moutinho dos Santos em impor a autoridade médico-acadêmica na região onde trabalhava, bem como difundi-la através de consultas e escritos, combatendo o que considerava crendices e inspirando a população a confiar no médico formado.

Palavras-chave: Joaquim Moutinho dos Santos; história da Medicina; Vale do Paraíba

Autodidatismo, livre pensamento e a produção de conhecimento pela classe trabalhadora

ANA LUIZA JESUS DA COSTA

O presente artigo tem por objetivo discutir os conceitos de autodidatismo e livre pensamento como modos de produção de conhecimento da classe trabalhadora em seu processo de formação entre fins do século XIX e as primeiras décadas do século XX no Brasil. A discussão conceitual será calcada na raiz histórica do fazer-se da classe. Procuraremos compreender o sentido atribuído aos termos pelos próprios operários em seus debates políticos e educacionais. Sustentamos que autodidatismo e livre pensamento, no contexto aqui abordado, não se confundem com formas de aprendizado e produção de conhecimentos isolados das relações sociais, dos ambientes coletivos, tampouco se trata de dons individuais “quase mágicos”. São, pelo contrário, característica de uma cultura de classe. Concepção fortemente desenvolvida e difundida entre os teóricos e militantes libertários interessa-nos acompanhar suas manifestações naquele meio, porém também de forma mais difusa nas experiências da classe operária, em seus espaços de vivência, organização, recreação e as múltiplas formas de aprender e ensinar que aí se processam. Entendemos o autodidatismo no contexto de disputas ideológicas pela educação que se estabelecia em sua forma escolar regulada e difundida pelos Estados modernos com objetivos de manutenção da ordem dominante em sociedades de classe. Alternativa à educação segregada – sistema que reservava ao trabalhador não mais que um nível elementar, ou primário de ensino; resistência à educação reprodutora dos valores e da ordem social dominante. Nas palavras do militante anarquista Jaime Cubero: “é claro, não é por meio da escola oficial que as pessoas vão se preparar para mudar a sociedade. É mediante a aquisição de conhecimentos que possam gerar e desenvolver uma consciência crítica”. Adotamos como fontes para essa investigação os periódicos da imprensa operária como *O Amigo do Povo*, *A Lanterna*, *A Plebe*, *A Voz do Trabalhador*, entre outros; somam-se a eles memórias de militantes, como Jaime Cubero e outros que as tiveram registradas por memorialistas do movimento operário como Edgar Rodrigues. A análise das fontes encontra sustentação, em primeiro plano, na história social inglesa, sobretudo na obra de E. P. Thompson que destaca a relevância do autodidatismo em uma série de passagens da Formação da classe operária inglesa. Dialogamos, ainda, com aspectos educacionais da obra de P. J. Proudhon, teórico pioneiro do anarquismo, ele mesmo um autodidata, bem como outras produções que debatem a relação entre educação e autonomia tal como *O mestre ignorante*, de Jacques Rancière e *O autodidatismo exemplar: como Valentin Jamerey-Duval aprendeu a ler*, de Jean Hébrard.

Palavras-chave: autodidatismo; livre pensamento; classe trabalhadora

Cultura material escolar: um olhar para os objetos de ensino de ciências

ANA PAULA BORGES ELOI, REGINALDO ALBERTO MELONI

Escolano Benito (2010) define a materialidade da escola como um tipo de registro da cultura empírica dos espaços educativos que difere da acadêmica e da política e que pode ser reconhecida como o expoente perceptível e fonte de informações e significados. A cultura material é, por conta disto, estimada pela nova historiografia da educação como uma fonte de informação importante para conhecer o passado da escola nas dimensões da prática e do discurso. O objetivo deste trabalho é verificar de que forma os objetos de ensino de ciências foram apropriados nas práticas pedagógicas e como esses objetos participaram da formação da cultura escolar. O presente trabalho é caracterizado como uma pesquisa exploratória de natureza qualitativa (GIL, 2008) que irá cruzar informações dos documentos escritos do arquivo escolar, dos objetos pertencentes ao acervo com os dados obtidos em entrevistas com antigos professores, ex-alunos e pessoas da comunidade escolar. A pesquisa está sendo realizada em uma escola da periferia do município de Diadema – SP que atende alunos de Ensino Fundamental I. Ao investigar uma instituição escolar que não faz parte das instituições referências da educação no estado de São Paulo, esse trabalho parte da hipótese de que toda escola tem uma cultura própria e uma materialidade que deve ser preservada e compreendida no contexto dessa comunidade. A periodização da pesquisa está definida pelo tempo de existência da escola, ou seja, do início dos anos de 1960 até a atualidade. Em uma primeira fase da pesquisa foi feito o levantamento dos objetos de ensino de ciências que ainda restam na escola. Nesse levantamento foram encontrados alguns instrumentos de laboratório entre os quais: 6 placas de Petri, 2 provetas de vidro, 4 provetas de plástico, 3 béqueres, 181 tubos de ensaio, 13 pipetas, 7 balanças, 5 funis, 2 lentes divergentes e 1 estereoscópio binocular. Também foram encontrados 1 corpo anatômico, 1 arcada dentária e 25 banners com temas relacionados a ciências/biologia. Em uma segunda fase foram realizadas as ações de organização, registro e uma primeira análise das marcas de uso. A maioria das vidrarias está em um bom estado de conservação e algumas placas de Petri, por exemplo, foram encontradas ainda na embalagem. Isso indica que alguns materiais podem ter sido adquiridos, mas nunca utilizados. Outros objetos contêm marcas de marcas de uso que sugerem que em algum momento participaram da mediação das práticas pedagógicas entre professores e alunos. As marcas de uso em alguns desses objetos são bem nítidas feitas com lápis ou caneta vermelha. Alguns objetos apresentam partes desbotadas. As próximas etapas da pesquisa serão a investigação nos arquivos em documentos que possuam os registros das aulas e as entrevistas com os sujeitos da comunidade escolar.

Palavras-chave: cultura material; objetos de ensino de ciências; história oral

Conteúdos e saberes para a formação de professores a partir dos cursos de Educação Física por correspondência da DEF (1957-1969)

ANA PAULA GONTIJO

Os Cursos de Educação Física por Correspondência (CEFC) foram instituídos no final da década de 1950 por um órgão subordinado ao Ministério da Educação: a Divisão de Educação Física (DEF) e circularam até o final da década de 1960. A Divisão com o intuito de ampliar e qualificar a formação do professorado da área organizou esses Cursos. Os CEFC surgem como uma alternativa de levar o conhecimento sistematizado da área aos lugares mais distantes do país. Outra justificativa era o auxílio na preparação dos professores que iriam se submeter aos exames de suficiência, - exigidos à época para ingresso como docentes nos sistemas de ensino – e como atualização para os professores que já atuavam na área. Tais Cursos eram estruturados como uma coletânea de livros, também chamados de livretos e manuais, e todos eles eram mimeografados à tinta e com a apresentação de muitas imagens, desenhos e tabelas. Esta comunicação propõe apreender os conteúdos e saberes presentes nos Cursos a partir dos mais de quarenta manuais analisados. Deste modo, identificamos que os CEFC discorriam sobre diversos conteúdos e saberes, com muita ênfase nas modalidades esportivas e métodos ginásticos. Dentro desse leque de saberes, outros temas como anatomia, nutrição, higiene, história, ética desportiva e psicologia foram apresentados nos Cursos. Os conteúdos esportivos contemplavam desportos coletivos, individuais, aquáticos e de lutas, com a apresentação de um caderno próprio para cada modalidade. Podemos mencionar também a organização de manuais sobre as regras de diversas modalidades esportivas e os saberes necessários à gestão de competições. Nos CEFC identificamos, também, uma pluralidade de métodos, como o Método Francês, o Método Sueco, a Educação Física Desportiva Generalizada, a Ginástica Natural Austríaca, a Calistenia, a Ginástica Básica Dinamarquesa e o Método Alemão. Sobre esses métodos vale ressaltar que o Método Francês, a Educação Física Desportiva Generalizada e o Método Sueco ganharam cada um o seu manual próprio. Os métodos ginásticos que não receberam um caderno exclusivo, foram inseridos nos cursos denominados Pedagogia. Percebemos que os manuais acerca dos métodos se tornaram ambíguos pois, em alguns momentos apareceram como uma maneira de ensinar, como uma proposta didática, pedagógica e, em outros momentos, eles foram apresentados como conteúdos ginásticos próprios a ser ensinados nas aulas de educação física. Os Cursos de Pedagogia, Educação Física, Metodologia e os manuais específicos sobre métodos ginásticos pretendiam auxiliar no processo de elaboração e organização das aulas de Educação Física. Através deles, os professores teriam em mãos um guia de ensino, um “como fazer” para ministrarem os diversos temas. Assim, identificamos uma diversidade de conteúdos e saberes para a formação e atualização dos professores a partir dos Cursos de Educação Física por Correspondência, com um destaque para os conteúdos esportivos e os métodos ginásticos.

Palavras-chave: cursos de Educação Física por correspondência; formação de professores; história da Educação Física

Memórias de professoras rurais no Paraná (1940-1970)

ANALETE REGINA SCHELBAUER

O que conhecemos sobre as trajetórias de formação e atuação de professoras rurais no Paraná? A questão nos remete aos aspectos do cotidiano e as cenas vividas pelas mestras que atuaram nos lugares mais longínquos e interioranos do Estado. Diante disso, propomo-nos a analisar as narrativas sobre a formação e atuação de professoras nas escolas primárias rurais, os itinerários percorridos e as relações com a população que habitava o meio rural na região do denominado norte novo paranaense, entre as décadas de 1940 e 1970, auge da institucionalização e funcionamento destas escolas no Estado. Para compor a narrativa utilizamos da memória oral (BOSI, 2003), identificada por um conjunto de entrevistas com professoras que atuaram nestas instituições escolares, porque nos interessa a “memória trabalho”, o que foi lembrado e escolhido para perpetuar na história de vida de professoras, que também representa a história de um coletivo profissional. As entrevistas aqui identificadas como documentos históricos inéditos permitiram uma aproximação com a metodologia da História Oral, pelo reconhecimento de uma multiplicidade de memórias, histórias e identidades (ALBERTI, 2008). Para adentrar na trama de significados e sentidos impressos nas memórias daqueles que exerceram a docência no meio rural, estabelecemos diálogo com a História Cultural, para a qual importa a narrativa de homens e mulheres comuns e os sentidos que atribuem às suas experiências vividas (BURKE, 2005). Como resultados encontramos mulheres que se dedicaram ao magistério rural e justificaram a escolha profissional pelos condicionantes de uma época em que a docência era reconhecida como vocação ou imposição da família, como única possibilidade profissional para o gênero feminino, forjada pela necessidade de mestres para o meio rural. Muitas tornaram-se professoras ainda sem formação docente específica e realizada, posteriormente, no decorrer da atuação profissional. As memórias sinalizam os percalços, dificuldades, desafios e sonhos, resistências e invenções em que coincidem atuação e formação pelas escolas normais e reuniões mensais, inspeção, orientação do ensino e cursos de férias que caracterizavam a formação em serviço oferecida pela rede municipal de ensino. Consideramos que olhar para o percurso realizado pelas professoras nas escolas primárias requer reconhecer o entrelaçamento entre as suas histórias de vida, seus percursos de formação e atuação docente, que imprimiram sentidos e significados às suas trajetórias e a história da educação rural em nosso país.

Palavras-chave: Paraná; educação rural; memórias de professoras

Ginástica sueca na Revista Brasileira de Educação Física: contribuições de Inezil Penna Marinho

ANDERSON BAÍA, ANDREA MORENO, IARA MARINA DOS ANJOS BONIFÁCIO

A educação do corpo ganha centralidade na formação de um tipo homem adequado ao contexto que emerge nos anos finais do século XIX e início do século XX, na Europa, como consequência das Revoluções Industrial e Francesa. Como possibilidade de contribuir com essa formação física, diferentes sistematizações de ginástica foram propostas, desde o século XIX, mais notadamente na Alemanha, Suécia, França e protagonizaram intensos debates em busca de definir uma ginástica mais eficiente/adequada e de base científica. A ginástica sueca foi constituinte desse movimento ginástico europeu, orientado por uma abordagem de corpo ancorada nos discursos científicos e higiênicos, que almejava adestrar os gestos e controlar as vontades, como parte de um processo educativo. Organizada a partir do início século XIX por Pehr Henrik Ling (1776-1839), essa ginástica foi indicada por Rui Barbosa ainda no final do século XIX e integrou os debates sobre as práticas corporais adequadas à formação física do Brasileiro. Somado as indicações de Rui Barbosa, e de outros intelectuais, os periódicos especializados da Educação Física foram dispositivos potentes na circulação da ginástica sueca, no Brasil, dentre eles a Revista Brasileira de Educação Física (RBEF). Tal Revista, terá Inezil Penna Marinho (1915-1985) como diretor e proprietário. Com isso, esse estudo tem como propósito analisar as contribuições de Inezil Penna Marinho na circulação da ginástica sueca na Revista Brasileira de Educação Física (RBEF), entre os anos de 1946 e 1952. Apesar de ter sido criada em 1944, o marco temporal inicia-se em 1946, quando Inezil assume a direção e propriedade do periódico e termina em 1952, com seu fechamento. Utilizamos os exemplares da Revista no período definido para a pesquisa e sustentamos nosso referencial teórico-metodológico nos estudos da História Cultural, com ênfase nos que tematizam os periódicos enquanto objeto e fonte de pesquisa. Observamos que a ginástica sueca, que circula no Brasil desde fins do século XIX, teve sua divulgação potencializada a partir da presença de Inezil à frente da RBEF. O lugar ocupado por ele no periódico, assim como o contato dele com o Sueco Agne Holmström, potencializaram a circulação dos conhecimentos acerca da ginástica sueca na RBEF. Nos primeiros dois anos da RBEF, entre 1944 e 1946, a ginástica sueca é praticamente ignorada. A partir de 1947 a ginástica sueca ganha espaço na RBEF, constituindo-se, em alguns momentos, a escola de ginástica mais difundida nas páginas do periódico. Como tratava-se de um periódico especializado, acreditamos que os escritos sobre a ginástica sueca que circularam no periódico tenham, em alguma medida, impactado a formação de professores de Educação Física.

Palavras-chave: ginástica sueca; Inezil Penna Marinho; Revista Brasileira de Educação Física

As crianças vão à praia: a Colônia Marítima Dr. Álvaro Guião (Santos, 1939-1942)

ANDRÉ DALBEN

No início do século XX, a praia despertava cada vez mais o interesse dos médicos paulistas, sendo seus elementos naturais considerados benéficos para uma terapêutica higiênica e fortificante do corpo. Em Santos, cassinos, hotéis e clubes esportivos começaram a ser construídos próximos à praia, expandindo a sua malha urbana e incitando à prática de divertimentos. Os esportes, os passeios pela orla e os banhos de mar, apesar de muitas vezes também terem um caráter higiênico, eram formas de sociabilidade e diversão que atraíam as famílias que tinham recursos para viajar até o litoral paulista. O Cassino Recreio Miramar, inaugurado ainda em 1896, conquistou grande fama e se manteve aberto até o começo da década de 1930. O seu edifício luxuoso e de grandes dimensões abrigou salões de festa, cineteatro, cassino e até mesmo um rинque de patinação. Foi um complexo de diversões que acabaria cedendo lugar, anos depois, para uma nova proposta: a colônia de férias escolar organizada pelo Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo (DEF-SP). Inaugurada no verão de 1939, a Colônia Marítima Dr. Álvaro Guião ocupou o edifício do antigo cassino até o ano de 1942, quando mudou de endereço. A pesquisa objetivou analisar o cotidiano das crianças atendidas pela referida instituição durante o período em que funcionou no edifício Miramar. As fontes empregadas se constituíram de relatórios do DEF-SP, revistas especializadas em educação física, fotografias e matérias de jornais paulistanos. Os documentos foram levantados nas Coleções Especiais da Biblioteca Prof. Asdrubal Ferreira Batista, no Acervo Profa. Otília Foster do Centro de Memória da Universidade Estadual de Campinas e na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. As análises das fontes permitiram compreender que o espaço interno do antigo cassino foi transformado para atender às crianças: o salão de festas se tornou em refeitório, o salão de jogos em dormitórios coletivos e assim por diante. Amplas e numerosas mesas, bancos e camas tomaram conta dos espaços do edifício para comportar o modelo de alojamento coletivo requerido pela colônia de férias escolar. Em seu cotidiano eram realizados um amplo conjunto de práticas, como os banhos de sol e de mar, jogos, brincadeiras e gincanas nas areias da praia, atividades artísticas, declamações, cantos, danças, teatro, cinema, leitura, passeios pela orla e excursões para as principais atrações de Santos. O seu diretor a defendia como uma instituição educacional e, apesar de não podemos deixar de lado os desejos higienistas e cívicos dos seus promotores, é possível afirmar que na Colônia Marítima Dr. Álvaro Guião as práticas pedagógicas e higiênicas se aliaram às práticas recreativas. À tríade alimento, repouso e higiene se agregou a alegria.

Palavras-chave: colônia de férias escolar; infância; natureza

A pandemia de 1918 nos periódicos Brasileiros: a educação e o comportamento da Instrução Pública

ANDRE FERREIRA

Ao final da I Guerra Mundial, uma nova doença se espalhava com velocidade pelo mundo, ocasionada pelo vírus influenza. A fase mais mortífera aconteceu no último trimestre do ano de 1918 e causou significativas mudanças na administração dos países em diferentes níveis de suas organizações sociais, de saúde, políticas etc. No Brasil, em poucos meses, a vida nas cidades estava totalmente modificada e a população procurava formas para entender e combater o mal que se instaurou. Dentre as diferentes mudanças de hábito, vemos que também a instrução pública foi afetada e as escolas tiveram seu funcionamento prejudicado, aulas suspensas, incertezas sobre a saúde dos alunos. Esta comunicação apresenta o resultado parcial de uma tese, cujo objetivo é apresentar um estudo sobre a imprensa Brasileira ao longo da pandemia de 1918, mostrando a construção da narrativa dos acontecimentos, os assuntos mais abordados, os enfoques e a análise dos dados sobre o que foi este acontecimento sanitário no país no início do século XX. Diante deste cenário de proliferação de uma moléstia até então desconhecida e letal, torna-se pertinente compreender de maneira geral, como a imprensa atuava em relação à educação do povo em um momento de urgência, e de maneira particular o que coube à instrução pública no mesmo momento. Pretende-se dar o destaque à verificação dos fatos relacionados à instrução pública nacional durante o período, e as formas de saberes, científicos e populares que circulavam durante a pandemia e ajudaram a orientar o povo para a prevenção e o combate da doença. Para tanto, esta comunicação foi estruturada a partir de um banco de dados, pensado como instrumento de pesquisa, para o recolhimento e catalogação dos dados produzidos pela imprensa de época em âmbito nacional tendo como base de investigação a hemeroteca digital da Fundação Biblioteca Nacional e acervos digitalizados de jornais Brasileiros. Os periódicos selecionados foram publicados em vários estados Brasileiros e suas notícias catalogadas por eixos temáticos, de acordo os assuntos abordados sobre a pandemia, como por exemplo: a transformação dos espaços escolares; a atuação dos professores; as orientações do Serviço Sanitário contendo as medidas profiláticas que a população deveria aprender e seguir, entre outros itens. Os estudos sobre a imprensa são amparados por Darton (1990) e a compreensão sobre a história da saúde pública por Rosen (1994). Como resultados parciais vemos a transformação de espaços escolares em hospitais, os professores como agentes mediadores entre a saúde pública e o povo, a imprensa como forte dispositivo de mudança de comportamentos a partir da emergência científica que se apresentava como meio sólido de combate à doença.

Palavras-chave: influenza pandêmica 1918-1919; meios de comunicação de massa; instrução pública

Apropriações da Escola Nova no Interior do estado de São Paulo

ANDRÉ PAULILO

A pesquisa que esta comunicação apresenta tem como tema os processos e estratégias de interiorização das inovações educativas associadas ao escolanovismo em São Paulo. Trata-se de um estudo voltado para a compreensão da permeabilidade das inovações educativas na década de 1930 frente a um modelo escolar que não só possuía excelente reputação, mas, sobretudo, força política perante o magistério público. O propósito é, por um lado, mostrar como as inovações associadas à escola nova e ensaiadas pelo magistério público em São Paulo foram percebidas e registradas pelos inspetores escolares que atuavam no interior do Estado. Por outro, procura-se enfatizar as conexões e entrecruzamentos que enredaram o escopo da escola nova no jogo político do interior do estado. Em que pese o tema da escola nova ser bastante frequentado pela área da História da Educação, a perspectiva interpretativa mobilizada por este estudo busca refletir sobre as diferentes circunstâncias de apropriação dos princípios de um modelo pedagógico em disputa. A principal fonte pesquisada foi o Anuário do Ensino do Estado de São Paulo nas suas edições de 1935-1936 e de 1936-1937 e a perspectiva de estudo desses registros resulta dos referenciais da história cultural para se pensar uma geografia da renovação educativa. Desse modo, as reflexões de Izabel Marson, Michel de Certeau, Jacques Revel e Eckhardt Fuchs auxiliam na compreensão da geografia das conexões que animava as inovações educativas do período e da variedade de escalas que implica uma análise das particularidades e experiências singulares em sua relação de resistência a um só tempo, crítica e constitutiva do universal. A reflexão se detém na administração de Antônio de Almeida Jr na Diretoria Geral de Ensino de São Paulo no período entre 1935 e 1938 ocupando-se do debate em torno da educação pública desencadeado após a publicação do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova e tem como contraponto a percepção de Oscar Thompson sobre o movimento de renovação escolar dos anos 1920-1930. Apresenta como principal resultado uma interpretação sobre as diferenças observadas entre as experiências e princípios educativos consagrados pelo movimento da escola nova e o processo de interiorização das iniciativas de inovação educacional num dos estados do país. Especialmente, percebe o estudo dos itinerários formativos e dos espaços de socialização docente no interior do estado como uma forma de sublinhar processos de inovação outros daqueles organizados pela administração central da educação.

Palavras-chave: Escola Nova; inovação educacional; renovação escolar

José Bento da Cunha e Figueiredo e a organização da Instrução Pública na Corte entre 1872-1883

ANDRE PAULO CASTANHA

O presente texto é parte dos estudos que estamos desenvolvendo sobre as leituras e proposições dos inspetores de instrução pública no Brasil do século XIX. Neste texto nosso objetivo é explicitar a atuação do inspetor de instrução pública, José Bento da Cunha e Figueiredo, no processo de organização da educação na Corte. Cunha e Figueiredo assumiu a inspetoria em 1871 e permaneceu na função até 1883, sendo substituído em pequenos intervalos, assim, o recorte da análise centra-se nesse intervalo de tempo. Concomitante ao cargo de inspetor, Cunha e Figueiredo exerceu a função de senador (nomeado em 1869), de Ministro dos Negócios do Império entre 1875 e 1877, e de Conselheiro do Estado a partir de 1882, participando, portanto, do debate sobre a instrução pública e atuando diretamente na elaboração da política educacional. Para compreender as ações dos homens no passado nos alicerçamos na análise documental, a partir do seu contexto, identificando os problemas que enfrentaram e as alternativas possíveis para superá-los. As fontes de análise são os relatórios produzidos na condição de inspetor e ministro dos Negócios do Impérios e a legislação educacional que organizou no período. Enquanto referência teórica, analisamos a atuação do inspetor pela perspectiva gramsciana, considerando-o como intelectual intermediário, orgânico e/ou tradicional. As formulações de Gramsci sobre os intelectuais nos ajudam a identificar os tipos de intelectuais em que se constituíram os inspetores, visto que a aplicação do atributo de intelectual requer uma reflexão acerca das funções que determinado sujeito desempenhou em sua trajetória profissional. Isso requer a observação dos lugares institucionais, sociais, políticos e culturais que eles ocuparam, além de demandar a análise da contribuição e das repercussões de seus esforços. Como resultados indicamos que o inspetor em seus relatórios, não cumpria apenas os aspectos técnicos, ou seja, apenas descrevia as condições de funcionamento da instrução, mas também fazia análises políticas, filosóficas, pedagógicas e administrativas sobre o papel e a organização da instrução pública, sendo muitas vezes críticos e propositivos no exercício da função. Foi durante a sua gestão como inspetor que teve início as conferências pedagógicas na Corte e, na condição de ministro expediu o Regulamento para as escolas públicas de instrução primária do município da Corte em 1877. Desta forma, somente a pesquisa histórica, com a leitura atenta e rigorosa das fontes, permiti uma definição mais objetiva dos serviços, ações e proposições daquele sujeito histórico, contribuindo com o debate historiográfico.

Palavras-chave: Brasil século XIX; instrução primária e secundária; inspetores de Instrução Pública

As práticas pedagógicas presentes nos conventos franciscanos do Rio de Janeiro no período colonial

ANDRÉ RICARDO GAN, LUIZ FERNANDO CONDE SANGENIS

No período colonial Brasileiro, o missionário, seja qual fosse a sua filiação religiosa, foi também o educador. Não obstante a historiografia pesar a mão e a pena no registro da significativa obra missionária e evangelizadora da Companhia de Jesus, há que se registrar a ação educacional de outros grupos religiosos que atuaram no Brasil, desde o século XVI, particularmente, dos franciscanos, objeto de nosso interesse. Em 1585, com a criação da Custódia de Santo Antônio do Brasil, com sede em Olinda, PE, os franciscanos, ali chegados, logo encetaram a catequese dos indígenas. Em 1586, fundaram um internato para curumins onde, além de aprenderem a doutrina cristã, eram ensinados a ler, escrever, fazer contas, cantar, tocar instrumentos musicais e aprender ofícios (JABOATÃO, F. Novo orbe serafico brasílico, 1858-1862; WILLEKE, V. Missões franciscanas no Brasil: 1500-1975, 1974). De Olinda, avançaram os missionários-educadores na catequese dos Brasilíndios em outras partes de Pernambuco, Rio Grande do Norte, Alagoas, Paraíba, Bahia, Maranhão e Grão-Pará. Ao Sul, ao fundarem seus conventos, também abriram escolas. Especificamente, no estado do Rio de Janeiro, região em que delimitamos a pesquisa, a partir do século XVIII, temos notícias de quatro principais conventos, a saber: Convento de Santo Antônio do Rio de Janeiro, Convento São Boaventura de Macacu, (Fazenda Macacu), Convento São Bernardino de Sena (Angra dos Reis) e o Convento de Nossa Senhora dos Anjos (Cabo Frio). Em todos podemos identificar o funcionamento de centros de formação (CONCEIÇÃO, F. Epítome, 1972; RÖWER, B. A Ordem Franciscana no Brasil, 1947). O que representou a presença pedagógica franciscana nesses conventos? Sabemos que estes espaços foram centros de atividades apostólicas bem definidas, dentre elas a educação e o ensino elementar ministrado pelos frades nas escolas gratuitas do interior. Identificar e problematizar estas práticas educativas e organizações pedagógicas, a partir do método de pesquisa histórico documental, de caráter exploratório, visa colaborar com os estudos da área da educação no Brasil e aprofundar a compreensão da formação cultural e social local. O objetivo da pesquisa é o de localizar novas fontes e reunir outras secundárias, ainda dispersas, bem como analisar como as questões educacionais foram sendo traduzidas em práticas pedagógicas cotidiana dos espaços educativos franciscanos, anexo aos conventos. (WILLEKE, V. Escolas Franciscanas do Brasil, 1961). O que também nos interessa são as práticas pedagógicas presentes, em especial nos colégios de educação básica (chamados de seminário/noviciado) voltados para a formação de futuros frades, no trânsito de um espaço escolar marcado por uma pedagogia originada em uma orientação religiosa confessional: explicitamente cristã, católica e franciscana, verificando como ocorreram as traduções dos princípios mais globais aos mais particulares (RÖWER, B. Páginas de história franciscana no Brasil, 1941).

Palavras-chave: educação franciscana; espaços educativos; fontes franciscanas

Instrução Pública no Paraná e a referência paulista entre 1903 e 1912

ANDRÉ SANTOS, MARIA CRISTINA GOMES MACHADO

Objetivou-se nesta pesquisa demonstrar de que forma a instrução pública paranaense foi organizada tendo como referência o ensino paulista. Questionou-se: qual era o estágio do sistema escolar paranaense nesse período e por que a educação realizada no estado de São Paulo se apresentou como diretriz ao Paraná? O jornal paranaense *A República*, publicado entre 1886 e 1930 foi a fonte da investigação. Esse periódico se encontra quase integralmente fotocopiado na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional Digital do Brasil. Outros autores, estudioso do contexto, foram consultados, tais como Machado; Souza; Reis Filho; dentre outros. A leitura dos jornais foi efetivada levando em conta a percepção das transformações materiais decorridas em um contexto de mudanças políticas; sociais; culturais e econômicas. As modificações, que envolvem pessoas; instituições; serviços; são produtoras não apenas do movimento geral, em termos de execução, mas da produção intelectual, dialeticamente oriunda deste. Ao final do estudo se entendeu que, historicamente, o Paraná esteve vinculado a região paulista desde o limiar da colonização Brasileira. No Brasil Império, após reorganização territorial, a província de São Paulo se manteve com inúmeras comarcas, entre elas, o Paraná, que depois de pelo três décadas de reivindicações conseguiu a emancipação política em 1853 e começou a utilizar seus recursos em benefício próprio. Apesar da desagregação, as políticas públicas paranaenses e dos demais estados Brasileiros continuaram a se referenciar nos paulistas, maior polo econômico do Império e, portanto, primeiro a desenvolver os serviços básicos nas áreas de saúde e educação. Após a Proclamação, em 1889 e a federalização, a tônica pouco mudou, sobretudo no Paraná, que procurou por meio de visitas regulares tomar nota dos métodos e estruturas mais avançadas em educação e modernizar seu sistema de ensino. Diretores de instrução pública; professores; representantes políticos, entre outros, visitam o estado paulista, participavam de encontros formativos e traziam consigo relatórios detalhados de elementos que deveriam ser incluídos nas instituições paranaenses, desde a estrutura física aos modos de ensinar. A educação no Paraná do início do século XX se encontrava no modelo do século anterior: promovidas em escolas isoladas; professores sem formação em Escolas Normais; precariedade de materiais pedagógicos e desconhecimento de métodos modernos em pedagogia. Esses foram os argumentos mais comuns que levaram as autoridades políticas do Paraná a investirem nesse contato como estado de São Paulo, que no século XIX se viu promover os primeiros Grupos Escolares, além das Escolas Laboratórios, Escolas Normais e a chegada de referenciais estrangeiros da pedagogia moderna para a formação de professores e a atuação em sala de aula, tudo isso, visando preparar o novo homem, republicano; nacionalista; ufânico; e totalmente submisso aos interesses maiores da Pátria.

Palavras-chave: educação; História da Educação; políticas educativas

“A Lição dos Fatos”: o inquérito de João Lourenço Rodrigues e a atuação do Serviço de Inspeção Escolar (1907)

ANDREA FARIA SOUZA

O presente trabalho faz parte de pesquisa de mestrado em andamento e visa discutir a partir do Inquérito Retrospecto Histórico de Leis e Decretos da Instrução Pública, o relatório Lição dos Fatos, de João Lourenço Rodrigues (1907), sendo, ambas as fontes, publicadas na primeira edição do Anuário do Ensino do Estado de São Paulo (1907), ocasião em que ele foi nomeado Inspetor Geral da Instrução Pública. Objetiva-se discutir a passagem de João Lourenço Rodrigues na administração da Instrução Pública paulista e as novas perspectivas dadas à atuação dos inspetores escolares, visando instituir uma certa modernidade pedagógica a época, do mesmo modo que os paulistas ansiavam por entrada definitiva na vida moderna. O serviço de inspeção e fiscalização escolar passa a operar por meio de atuação mais técnica, com propagandas para a divulgação dos mais modernos métodos pedagógicos e nos modos de ensino das escolas primárias. Ressalta-se na presente comunicação, que após a passagem de João Lourenço Rodrigues (1907) na Instrução Pública paulista, ele foi sucedido por outros normalistas, igualmente diplomados no mesmo ambiente pedagógico, a Escola Normal da capital. Trata-se, portanto, de um curioso marco Histórico da Instrução Pública Paulista, o fato de no segundo decênio do século XX, caracterizar-se um período da educação paulista marcado pela atuação hegemônica de um grupo particular de normalistas nos mais altos cargos da hierarquia administrativa da Instrução Pública. Assim, João Lourenço Rodrigues (1907), Oscar Thompson (1909 e 1917), João Chrysóstomo (1911) e Antonio Sampaio Dória (1920), todos eles, em algum momento, podem ser observados partilhando de uma mesma rede de sociabilidade, na condição de estudantes, ou, posteriormente, como professores da escola Normal da Capital, e até mesmo, como parte do seletivo grupo de administradores da Instrução Pública, unidos por laços de sociabilidade eventualmente construídos entre si. O trabalho utiliza-se das seguintes fontes de pesquisa, o Anuário do Ensino do Estado de São Paulo (1907), Relatório de Inspeção – Lição dos Fatos (1907), e algumas publicações da Instrução Pública divulgadas na imprensa do jornal OESP (1905 a 1910). Para análise dos dados, utiliza-se a abordagem da História Cultural a fim de compreender a atuação dos inspetores escolares da Instrução Pública por meio do conceito da mediação cultural de Gomes e Hansen (2016). Já para melhor compreender as relações estabelecidas entre o grupo particular de normalistas que ocuparam os cargos de hierarquia da Instrução Pública paulista, utiliza-se o conceito das redes de sociabilidade assinalado por Sironelli (1997). Como resultados parciais de pesquisa, observa-se que entre as credenciais desse grupo de inspetores escolares que ocuparam os cargos de gestão da Instrução Pública paulista, a Escola Normal da capital caracterizou-se em ambiente cultural favorável para as relações construídas entre esse grupo de administradores da Instrução Pública.

Palavras-chave: Inspeção Escolar; instrução pública; escolas primárias

Práticas docentes na educação infantil: usos do tempo e distribuição das atividades de linguagem oral e escrita

ANDREA GUIDA BISOGNIN

As práticas de professoras que lecionam em escolas de Educação Infantil (EI) e sua relação com as redefinições das funções assumidas por esse segmento da Educação Básica a partir da década de 1990 estão no centro desta comunicação de pesquisa. É neste período que se intensificam a produção e a circulação de orientações e prescrições destinadas aos docentes frente ao desafio de imprimir na pré-escola características que se distanciem de ações compensatórias implementadas em décadas anteriores, especialmente no que se refere às práticas de ensino da leitura e da escrita. Este trabalho, realizado vinte anos após a instituição das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI, 1999), buscou identificar as práticas docentes relativas aos usos do tempo e à distribuição das atividades relacionadas ao ensino da linguagem oral e escrita na rotina das crianças entre 4 e 5 anos de idade. Tal objetivo convocou o conceito de cultura empírica da escola (ESCOLANO BENITO, 2017), bem como procedimentos de seleção e análise de fontes que permitissem compreender as práticas de ensino como práticas culturais (ROCKWELL, 1997, 2000, 2007), neste caso marcados, principalmente, por: registros de observação e análise de planejamentos e materiais utilizados pelas professoras. Os dados foram obtidos em escolas públicas municipais de Guarulhos-SP, onde lecionam as 19 professoras focalizadas ao longo do estudo, por meio do acompanhamento das atividades que compõem as rotinas das crianças, durante jornadas completas, sem restringir tais registros às propostas relacionadas ao ensino da linguagem. Verificou-se que os momentos de alimentação, higiene e transição entre uma atividade e outra ocupam parte significativa do cotidiano escolar das crianças (74%), enquanto a realização de outras 14 atividades, identificadas pelas professoras como “atividades relacionadas ao ensino da linguagem” corresponde a apenas 26% do total de horas de observação nas turmas focalizadas neste estudo. Chama a atenção o contraste entre esses dados e o que destacam pesquisas realizadas uma década antes como a de Andrade, em 2007 – na qual “tarefas” envolvendo a escrita ou a leitura de letras, de sílabas ou de palavras estavam entre aquelas que ocupavam o maior tempo da rotina das crianças da pré-escola. Este achado sinaliza mudanças em relação ao tempo dedicado àquilo que as professoras consideram como práticas de ensino da linguagem oral e escrita na EI. Para evitar que a busca por respostas frente a esse indício se restringisse ao cotejamento entre referenciais teóricos, mudanças curriculares ocorridas nos últimos 20 anos e as práticas efetivadas pelas docentes, as noções de apropriação (CHARTIER, R., 2002) e experiência (THOMPSON, 1981 e GAY, 1988) foram cruciais durante o processo.

Palavras-chave: práticas docentes; ensino da linguagem; educação infantil

A LDB 9394/96 e a fundação do Instituto de Educação, o CIEP 380 – Joracy Camargo (1996): uma investigação histórica sobre a chancela para o direito a lecionar

ANDRÉA MIGUEL ABRANTES FERREIRA

A investigação analisa as disputas, tensões e negociações presentes na chancela para o direito a lecionar, especificamente em Belford Roxo (RJ), em 1996, ano em que foi inaugurado o Instituto de Educação do município, o CIEP 380 – Joracy Camargo, destinado ao movimento de formação docente na perspectiva do segmento do Ensino Médio e modalidade de Curso Normal, e ocorreu a promulgação da LDB 9394/96 com ênfase na necessidade de que os professores que fossem atuar (ou já atuassem) na educação básica tivessem curso superior. Nesse rastro, superando as interpretações mecânicas e reducionistas no que diz respeito ao caráter disciplinador e imperativo da legislação, a iniciativa governamental de fundação do Instituto de Educação em Belford Roxo (CIEP 380 – Joracy Camargo) proporciona reflexões direcionadas aos possíveis motivos que teriam impulsionado e legitimado a empreitada. Diante disso, assumindo o campo da História da Educação como opção, a pesquisa enfatiza a observação da legislação, mas compreendendo que essa análise, isoladamente, não é suficiente, posto que necessita de outros indícios, investigados em diferentes bases documentais (documentação mais específica do município delimitado e da instituição selecionada). Portanto, mediante contribuições de Faria Filho (1998) e outros teóricos, o estudo é construído com foco na categoria de legislação como “ordenamento jurídico”, “prática social” e “linguagem”. Seguindo percurso analítico, a partir dos alertas de Portelli (1997), são utilizadas também entrevistas semiestruturadas como movimento que tenciona iluminar algumas das representações efetivadas pelos sujeitos sociais – professores, alunos e ex-alunos – que construíram experiências a partir daquilo que, cotidianamente, era vivenciado no Instituto de Educação de Belford Roxo (CIEP 380 – Joracy Camargo), no ano de sua fundação. Dessa mobilização, dialogando com Nora (1993), a intenção é desenvolver uma operação intelectual a partir da articulação das memórias sobre a instituição, no período histórico de sua emergência. Nesse sentido, fundamentando e potencializando o percurso investigativo, o estudo dinamiza um mergulho em obras de pesquisadores que se dedicaram ao delineamento da historiografia, como Gondra (2008 e 2012), Silva e Lemos (2013) e outros. Além disso, são utilizadas referências voltadas para o estudo, a partir do campo da História da Educação, da temática da profissionalização docente, incluindo Nóvoa (1991, 1992, 1995, 1999, 2002 e 2008) e Xavier (2014). Sendo assim, a investigação valoriza, sobretudo, o debate sobre a profissionalização docente, realçando as contribuições do campo da História da Educação para discutir as intencionalidades da criação de uma instituição própria de formação de professores em determinado tempo e espaço.

Palavras-chave: legislação; Instituto de Educação; Belford Roxo

Rumo ao “Dia Venturoso”. o lugar das comemorações de independência da América Central na imprensa pedagógica hondurenha (1895-1921)

ALEJANDRO ENRIQUE GARCIA LAINEZ

Em 1882 foi publicado em Honduras o manual “Compendio de la Historia Social y Política de Honduras aumentada con los principales acontecimientos de Centro-América para uso de los colegios de 2.a enseñanza” como parte dos projetos de conformação da nação hondurenha, inscritos em uma espécie de processo de mudanças do Estado de caráter econômico, político e social, efeito da chamada Reforma Liberal iniciada em 1876. O livro em questão, parte do dispositivo orientador dessas políticas, apresenta uma série de escolhas nas quais destaca o 15 de setembro de 1821, como “un día venturoso” (Vallejo, 1882, p. 142) em referência à emancipação política de América Central, terminando por inscrever tal acontecimento na imprensa pedagógica hondurenha, principalmente nos impressos de caráter periódico-administrativo do ensino primário e normal que circularam até 1921. Com esse panorama, cabe perguntar: o que a dita imprensa publicou sobre o 15 de setembro de 1821? Qual o lugar dessa lembrança na materialidade desses impressos? O que seria possível pensar a partir de tais publicações? O presente trabalho, portanto, tenta responder tais questões por meio do exame das séries de publicações que fazem referência a esse acontecimento entre 1895 e 1921 nos impressos *La Instrucción Primaria* (1895-1903), *La Enseñanza, Primaria* (1907-1930), *El Mentor Hondureño* (1914-1915) e *El Boletín de La Escuela Normal de Varones* (1921-1925). Ao dialogar com alguns pressupostos teórico-metodológicos da história cultural, foi possível considerar os enunciados analisados como parte de uma engrenagem que conforma os discursos (FOUCAULT, 1996) sobre as comemorações da independência, inscritos, ao mesmo tempo, como estratégias de reprodução (BORDIEU, 2002) pela via impressa especializada, os quais contribuem com a construção social de uma comunidade (ANDERSON, 2008) educativa que emergia da trama discursiva sobre o que se processava como nação naquele presente. O resultado deste exercício considerou uma espécie de caminho discursivo que se associa às comemorações do centenário de independência, colocando como destaque algumas posturas que chegavam a relativizar os três séculos de dominação espanhola, assim como também, a visualização de normativas que orientavam as comemorações em prol da homogeneização da instrução primária e, por fim, a divulgação de projetos que reforçavam a importância desta efeméride. Afinal, tais publicações aparecem como manifestações culturais sobre o dito evento, portadoras de vestígios dos múltiplos mecanismos do dispositivo escolar, acionados para fazer permanecer a lembrança da emancipação política como uma data a ser assumida, celebrada e reproduzida pelas populações em diferentes épocas.

Palavras-chave: Honduras; imprensa pedagógica; centenário de emancipação

A criança em desenvolvimento e a idade mais adequada à alfabetização: uma análise dos discursos pedagógicos

ANDRESSA CAROLINE FRANCISCO LEME

Nesta comunicação, propõe-se a análise do enunciado segundo o qual a alfabetização deve ser iniciada levando-se em conta a etapa de desenvolvimento da criança, e suas articulações com a idade mais adequada para o aprendizado da leitura e da escrita. A partir de discursos pedagógicos que se apropriaram dos saberes da psicologia do desenvolvimento para nortear a prática docente. Recorre-se à perspectiva de Michel Foucault sobre a análise do discurso e considerações sobre a história da cultura escolar, para o exame da obra *A escrita na Escola Primária* (1950) [2], de Orminda Isabel Marques, e o livro *Construindo a Alfabetização* (1991), de Vilma Mello Biscolla. O trabalho evidencia que as professoras se posicionam de modo distinto, Orminda volta-se aos propósitos da Escola Nova, e Vilma ao ideário construtivista. Ainda assim, ambas se aproximam ao ampararem-se na psicologia do desenvolvimento e no perigo chamado de “ensino tradicional” para justificarem suas ideias de melhoria da prática dos docentes responsáveis pela alfabetização da criança. O enunciado sobre o início da alfabetização a partir da etapa de desenvolvimento da criança em articulação à idade mais indicada para que aprenda a leitura e a escrita, associa-se a outras formulações presentes nos escritos, por exemplo a da “maturidade” e do “interesse ou necessidade” da criança para o aprendizado. Os sentidos atribuídos a tais formulações e aos modos com que os professores devem garantir o desenvolvimento da criança, não se apresentam da mesma maneira, já que comumente as autoras os descrevem a partir das bases conceituais propostas por elas - escolanovista e construtivista. Se, por um lado, as variações do enunciado específico de análise relacionam-se mais à caracterização do ensino tido como ultrapassado ou moderno, período a período, por outro, nota-se o desenvolvimento infantil reduzido ao interesse espontâneo da criança, o qual pode ou não ser aproveitado pelos professores. Importa compreender, portanto, por qual razão os especialistas em educação formulam recomendações dirigidas aos professores que, permitem ou impedem a alfabetização, a partir de considerações sobre quem é a criança e o que ela precisa para se desenvolver dada sua faixa etária, mas não sinalizam o aprendizado da leitura e da escrita como necessário ao desenvolvimento infantil.

Palavras-chave: alfabetização; formação de professores; cultura escolar

Identificação e condições de guarda do acervo documental do Centro de Excelência José Rollemberg Leite

ANDREZA CRISTINA DA SILVA ANDRADE

Esta comunicação, enquadrada no eixo temático Patrimônio Educativo, Arquivos e Acervos, apresenta uma compreensão do acervo documental do arquivo do Centro de Excelência José Rollemberg Leite, uma escola da rede pública de ensino do Estado de Sergipe. A documentação preliminarmente identificada foi produzida no período de 1953 a 2003. Essa comunicação está relacionada com uma pesquisa em desenvolvimento e tem como finalidade a preservação e divulgação do patrimônio histórico educativo e estabelecer compreensões sobre a cultura escolar daquele estabelecimento de ensino e, por conseguinte, da educação pública de Sergipe. No campo da História da Educação, o tema “Patrimônio Histórico Escolar” é um assunto emergente que vem ganhando destaque no Brasil e em outras partes do mundo desde as últimas décadas do século XX. Esse tema revela informações importantes sobre o cotidiano da escola, o funcionamento, a construção dos saberes, as ações dos agentes educacionais, os currículos, e outras características particulares sobre a cultura escolar, as quais só podem ser encontradas em documentos especificamente produzidos nas escolas e depositados em seus arquivos. Esta investigação utilizou a metodologia da pesquisa documental, dialogando com referências relacionadas com patrimônio educativo, arquivos e acervos, especialmente da área da história da educação. Foram propostas as seguintes questões: Quais são os tipos documentais do arquivo da instituição? As condições de guarda e conservação da massa documental? Há outros locais de guarda documental da instituição, além do arquivo escolar? Preliminarmente, a documentação identificada é composta por livros de atas dos primeiros anos de existência do colégio, livros de ponto, ofícios expedidos e recebidos, pastas funcionais, projetos políticos pedagógicos, regimentos, dossiês de alunos e atas de resultados. Alguns livros de atas estão em estado inadequado de conservação comprometendo as informações neles contidas. Os documentos estão depositados em pastas de papelão presos por grampos metálicos que danificam o suporte, a organização dos documentos não segue os princípios arquivísticos. A documentação está depositada numa antiga sala de aula, quente e pouco iluminada em móveis inadequados. A partir de uma análise inicial do livro de reuniões pedagógicas realizadas entre os anos de 1961 e 1965, por exemplo, foi possível extrair alguns elementos sobre a legislação educacional da época, sobre fatos considerados problemas pedagógicos pela comunidade escolar e indícios sobre as relações de trabalho, relações entre os professores e educandos e sobre as construções de saberes naquele período. Uma análise mais profunda da massa documental revelará como foi engendrada a cultura escolar daquele local contribuindo para a História da Educação.

Palavras-chave: arquivo escolar; patrimônio educativo; cultura escolar

A saúde buco-dentária das crianças em foco: intervenções nas escolas primárias paulistas durante as décadas iniciais do século XX

ANGÉLICA PALL ORIANI

Neste resumo são discutidas orientações a respeito da saúde e inspeção buco-dentária adotadas oficialmente nas escolas primárias paulistas. Nas décadas iniciais do século XX, as defesas acerca da importância de desenvolver exames físicos nos escolares estavam amparadas em pressupostos eugênicos que articulavam a higienização da nação à escola. Práticas de medição de estatura, peso, análises da acuidade auditiva e visual, desenvolvimento mental e cognitivo e dentição permitiam tanto aos médicos que atuavam no espaço escolar, quanto aos professores identificar e classificar os escolares dentro de categorias de “normalidade” ou “anormalidade”. Esta proposta tem como objetivo explorar as relações que foram estabelecidas particularmente entre a dentição e o adiantamento escolar e analisar os sentidos que foram atribuídos às práticas de orientação sobre a saúde bucal e inspeção dentária. Para tal, utiliza como fontes o livro “Higiene escolar e pedagogia: para uso de médicos, educadores e estabelecimentos de ensino” (1917), de Balthazar Vieira de Mello, a tese “Hábitos de higiene buccal e assistência dentária escolar”, de Luiz Hermanni Filho apresentada por ocasião do 3º Congresso Brasileiro de Higiene (1926) e o manual de ensino “10 mandamentos dos dentes” (1933), de Antonio Campos de Oliveira. Apesar das diferentes finalidades dos materiais, eles convergem ao estabelecerem orientações acerca dos cuidados e inspeções dos dentes. Ademais, há que se destacar que tais ditames foram adotados oficialmente em razão de os autores das fontes analisadas ocuparem cargos administrativos junto a órgãos de inspeção sanitária durante as primeiras décadas do século XX. Os diálogos teóricos se apoiam no referencial da nova história cultural e mobilizam autores que discutem os usos dos impressos, assim como a higiene e a regeneração da sociedade e as relações entre os discursos médicos, odontológicos e a educação. Mediante as análises desenvolvidas, tem sido possível identificar que nos materiais investigados os cuidados com os dentes aparecem não apenas como ação relacionada à higiene infantil visando à prevenção de doenças, mas também está vinculada ao bom aproveitamento escolar. As defesas em torno da saúde bucal conforme apresentadas nos materiais vem permitindo interpretar o modo por meio do qual se constroem subjetividades, particularmente quando se olha para o tratamento dispensado à administração dos bons dentes e ao manejo dos maus dentes. Por fim, constata-se que como parte do corpo infantil, a boca do escolar passou a ser um novo espaço de atuação de campanhas e saberes diversos que tangenciam as áreas médica, pedagógica e também odontológica.

Palavras-chave: higiene; saúde bucal; História da Educação

Aspectos históricos e organizacionais do Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do Colégio de Aplicação da UFS.

ANNE EMILIE CABRAL

Esta comunicação apresenta uma discussão a respeito de aspectos históricos e organizacionais do Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe. Um centro de memória é entendido como lugar de guarda e preservação da documentação histórica, objetos da cultura material, e também pode produzir novos conteúdos acerca da memória e história institucional. A palavra “memórias” tem a característica de fixar, reter, reconhecer experiências do passado. Já a palavra “centro” tem o atributo de evitar a dispersão e a fragmentação de algo que se encontrava em toda parte (CARMARGO; GOULART 2015). Diferentes instituições e empresas têm buscado criar centros de memória para organizar as informações produzidas e dar um sentido a elas, gerando conhecimento sobre o lugar. O intuito do Centro de Memória do Colégio de Aplicação surgiu na tentativa de salvaguardar os documentos históricos presentes na instituição escolar. Para tanto, foram realizados projetos que visavam a reunir e organizar parte da documentação do Colégio que se encontrava em diferentes armários e espaços do estabelecimento. O projeto denominado “Constituição de Acervo Documental do Colégio de Aplicação. Organização de Documentação Escolar Permanente (Histórica)”, elaborado no ano de 2013, teve como escopo identificar e organizar documentos produzidos pela escola no decorrer da sua existência e preservar a memória da instituição. Com esse projeto foi possível organizar em torno de cem pacotilhas, que ficaram guardadas em um armário metálico. No ano de 2016, o Conselho Geral do Colégio de Aplicação (Codap) aprovou a criação do Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do Colégio de Aplicação (Cemdap), que passou a funcionar em uma sala específica do prédio escolar. O Cemdap surgiu com a finalidade de reunir, preservar e divulgar a documentação e/ou o patrimônio material e imaterial referente a memória institucional e igualmente atuar como espaço de pesquisas sobre a trajetória da instituição, de suas atividades e de outros temas correlatos. Além de salvaguardar documentos produzidos no decorrer da trajetória da escola, o Cemdap também produz informações. Sobre essa questão, é exemplificativa a execução de projetos que visam à produção de “banco de histórias” constituído de memórias de expressão oral de professores e estudantes captadas por meio de entrevistas e gravadas em formato audiovisual. O desafio atual do Cemdap é a organização do arquivo permanente do Colégio que ficou sob sua custódia, juntamente com o acervo já presente no Cemdap, criando um instrumento de pesquisa, contribuindo com a preservação do patrimônio histórico educativo do Colégio de Aplicação.

Palavras-chave: Centro de Memória; Colégio de Aplicação; patrimônio histórico educativo

De escola à presídio: a Escola Rural Modelo da Paraíba (1938-1960)

ANTONIO CARLOS FERREIRA PINHEIRO

Este estudo tem como objetivo analisar o processo de criação e o conturbado funcionamento da Escola Rural Modelo da Paraíba, localizado na cidade de João Pessoa. Estabelecemos como recorte temporal o ano de 1938, quando foi publicado o decreto de sua criação e o ano de 1960, quando o prédio da Escola Rural Modelo, construído em meados da década de 1940, passou a integrar definitivamente uma penitenciária. Para tanto, consultamos uma diversidade de fontes, entre as quais destacamos: leis e regulamentos, mensagens e relatórios elaborados pelos administradores dos poderes públicos federal e estadual, além de notícias sobre a instituição publicadas no Jornal A União. Parte dessa documentação se encontra no Arquivo Histórico Waldemar Bispo Duarte, da Fundação Espaço Cultural – FUNESC. Metodologicamente, efetuamos a análise da documentação realizando o intercruzamento das fontes e da historiografia relativa ao tema, procurando observar a maneira como as políticas educacionais acabaram por incentivar uma nova fase de expansão de escolas destinadas à formação de professoras/res para, prioritariamente, atuarem no meio rural. Realizamos a construção textual considerando o referencial teórico propugnado por Eric Hobsbawm (1998), no que concerne às mudanças e permanências, processadas tanto pela política nacional destinada à formação de professoras/res, quanto àquelas que atingiram mais diretamente o funcionamento da referida escola formativa na Paraíba. No âmbito mais específico acerca da história das instituições educativas e/ou escolares, nos inspiramos nas orientações teórico-metodológicas elaboradas por Justino Magalhães (2004). Concluímos que a Escola Rural Modelo desempenhou um diferenciado papel no processo de formação de professoras/res que tinham a sua origem social na própria região que circundava a cidade de João Pessoa. Esse entorno tinha como principal base econômica a produção rural, ou seja, assentada na agricultura intensiva da cana de açúcar (plantation) e na produção de hortifrutigranjeiros que ocorriam nas pequenas propriedades (sítios). A ideia geral era que essas/es novas/os professoras/es desenvolvessem o seu trabalho nas escolas rurais primárias e também nos clubes agrícolas escolares, que funcionavam, prioritariamente, nos grupos escolares. Tal projeto teve também o objetivo de diminuir os elevados índices de analfabetismo e, ao mesmo tempo, preparar homens, mulheres e crianças que viviam nas proximidades das propriedades rurais para enfrentarem os processos de modernização do campo. Todavia, entremeada por avanços e recuos a Escola Rural Modelo terminou sendo desativada no final da década dos anos de 1950, tendo sido, inicialmente, transformada em cadeia pública e, posteriormente, incorporado a Penitenciária Modelo Desembargador Flósculo da Nóbrega, hoje mais conhecida como Presídio do Roger.

Palavras-chave: educação rural; formação de professoras/es; Escola Rural Modelo

O ensino secundário no Piauí e sua expansão (1942-1961): distribuição espacial, instituições escolares e acesso

ANTONIO DE PÁDUA CARVALHO LOPES

Esse trabalho objetiva analisar a expansão do ensino secundário no Piauí no período compreendido entre 1942 e 1961 considerando dois aspectos centrais: as instituições escolares existentes e o acesso a esse nível de escolaridade. No que diz respeito as instituições escolares é analisado a constituição da rede escolar pela abertura de escolas, ampliação de turnos de funcionamento de escolas e o aumento na oferta de matrículas por escolas mantendo os turnos de funcionamento do estabelecimento de ensino, vinculação da escola a esferas mantenedoras, localização espacial e relação com a região em que se situava. Do ponto de vista do acesso, procura-se compreender o processo de constituição do corpo discente considerando a oferta de ensino primário e as formas de ingresso nesse nível de escolaridade. Assim, objetivamos nesse trabalho compreender as vicissitudes da expansão do ensino secundário, considerando a criação de escolas, ofertas de vagas, situação espacial dessa oferta e ação dos sujeitos em relação a inserção nesse nível de escolaridade. O recorte temporal considera o período de vigência da Lei Orgânica do Ensino Secundário. Procuramos articular a oferta de ensino primário com o ensino secundário, analisando a percepção dos sujeitos sobre a vivência desses níveis de escolaridade. Desse modo, os livros autobiográficos assumem relevância nesse trabalho por situarem os modos como seus autores vivenciaram a transição ensino primário/ensino secundário e as estratégias que utilizaram para acessar o ensino secundário e realizar sua trajetória escolar nesse nível de ensino. Utiliza-se, também, como fontes estatísticas, relatórios de governadores, jornais, livros de memória e de história de cidades, legislação educacional, além de documentação escolar e municipais, dentre outras. A metodologia utiliza-se do cruzamento das informações e da crítica documental, sendo a narrativa construída a partir dessa análise em confronto com a historiografia sobre o período e o tema analisado. Dentre outros trabalhos, utilizou-se Nunes (1980), Dallabrida; Souza (2014), Pessanha; Gatti Júnior (2012); Catani; Gatti Júnior (2015). Dentre os resultados, temos que no período analisado a expansão da escola secundária relacionou-se com o aprofundamento da necessidade de ampliação da escolarização da população para esse nível de escolaridade; possibilitou o acesso, diminuindo a necessidade de migração, especialmente para a capital, em busca dessa escolarização, indicando a importância que esse nível de escolaridade vinha adquirindo no Piauí, embora permanesse altos os índices da população em idade de frequentar esse nível de escolaridade e que não tinha acesso a ele. Destaca-se, ainda, o fato de ter havido uma maior expansão do nível ginásial, que do colegial.

Palavras-chave: ensino secundário; expansão; História da Educação

Modernidade e inovação pedagógica no Brasil no início do século XX: perspectivas a partir da Revista A Escola

ANTÔNIO GOMES FERREIRA, ARICLE VECHIA

Ideias de renovação educacional, em voga na Europa e América do Norte, permearam o pensamento pedagógico Brasileiro a partir dos anos 70 do século XIX. Proclamada a República, os ideais de difusão da escola primária e de renovação pedagógica, despontaram em diversas regiões do país. Em Curitiba, estado do Paraná, um grupo de intelectuais, entre eles professores do Ginásio Paranaense e da Escola Normal, advogados, poetas e outros profissionais liberais fundaram, em 1906, O Grêmio dos Professores Públicos do Estado do Paraná. O referido grêmio, por sua vez, criou a Revista A Escola, com periodicidade mensal, visando divulgar entre professores do ensino primário e secundário paranaense temas de debates em âmbito nacional e inovações pedagógicas vindas de outros países. O estudo pretende dar conta de como se pensava a modernidade e a inovação no ensino no início do século XX e, por objetivo, analisar as proposições pedagógicas publicadas na Revista A Escola de 1906 a 1921. Nesse sentido, foram analisados 22 números da referida revista, publicados de entre os mencionados anos, além de compulsada bibliografia adequada ao enquadramento pedagógico e educacional do período em causa. O estudo recorre a análise de conteúdo, partindo da busca de modernidade e inovação em uma primeira leitura flutuante dos textos da revista para depois se organizar temas e categorias de análise que serão exploradas com recurso a bibliografia adequada e ao cruzamento de informação provida de diferentes textos da publicação em causa. Da análise da revista, constata-se que além de publicar, de maneira oficiosa, informações sobre o panorama da educação no Paraná, como relatórios de professores enviados ao governo, relatórios do Diretor da Instrução Pública do Paraná, publicava artigos que tinham como foco inovações pedagógicas em voga em outros países e temas nacionais candentes de acordo com os ideais republicanos. Assim, foram publicados artigos que discutiam noções de pátria, de nacionalismo, educação cívica, higiene escolar e livros didáticos para a infância. Alguns artigos divulgavam novos métodos de ensino da língua francesa e da portuguesa, sem deixar de discutir a importância desta última para a construção da nacionalidade Brasileira. Outro conjunto de artigos divulgava inovações pedagógicas relacionadas com o Método Intuitivo e Lição de Coisas e as propostas da Escola Nova. Portanto, pode-se depreender que a Revista A Escola tornou-se um veículo de difusão de debates sobre questões nacionais e de modernização educacional, junto aos professores paranaenses. Em um contexto em que muitos dos docentes eram leigos ou livre docentes, posto que os cursos de formação dos professores primários eram ainda incipientes e a formação específica dos docentes do ensino secundário era inexistente, a Revista A Escola se constituía como que uma modalidade de formação de professores de acordo com os padrões de modernidade pretendidos entre a elite cultural paranaense.

Palavras-chave: modernidade; inovação; formação de professores

Estudos comparados para a compreensão histórica dos problemas da educação num tempo de grande transformação

ANTÓNIO GOMES FERREIRA

Temos estado irmanados com esta conveniência de olharmos outras formas de ver a evolução da educação em diferentes contextos sociais e sentimos que a História da Educação não tem feito bom proveito das possibilidades dos estudos comparados. Sem negarmos a existência de tentativas de abraçar-se assuntos de educação de outros países e de se mobilizar aqui e ali o conhecimento produzido, é evidente que se tem refletido pouco sobre como os estudos comparados em educação poderiam acrescentar ao questionamento e à densidade interpretativa em História da Educação. Estando a comparação omnipresente no trabalho histórico e no juízo sobre a evolução da educação torna-se conveniente conferir-lhe a relevância que possibilite a sua mobilização de forma mais consistente e conscienciosa. Isso implica desde logo abertura a novas possibilidades de estudos e de compreensões bem como ao equacionamento de outros níveis de complexidade e amplitudes discursivas. Neste trabalho procuraremos dar conta como a análise comparativa em educação enunciava tendências e problemas da educação na década de setenta do século passado. Pretendemos dar conta de como se equacionava a educação no Mundo nesse período a partir dos trabalhos de Charles Hummel e de Jean Thomas realizados para o Bureau International d'Éducation e muito baseados em relatórios elaborados no âmbito das conferências Internacionais organizadas por este órgão da UNESCO e de outros documentos produzidos para outros eventos internacionais como conferências regionais dos ministros da educação da América Latina, dos Estados da Ásia e dos Estados Membros da Europa. Estes trabalhos resultavam do propósito do BIE, desde que integrado na UNESCO, em 1969, de dar a público, na série “Estudos e Pesquisas de Educação Comparada”, uma visão sintética dos aspetos centrais e dos problemas maiores contemplados nas conferências internacionais. Thomas diz, no prefácio de “Os grandes problemas da educação no Mundo”, que estas conferências tinham a virtude de apresentar matéria para longos trabalhos preparatórios e que nada havia de mais “instrutivo e interessante, pela sua diversidade, do que estes relatórios nacionais”, que tinha consultado. Também Hummel, revelando consciência das dificuldades da ambiciosa tarefa de tratar as grandes tendências da educação a partir do abordado na 35ª sessão da Conferência Internacional da Educação, realizada em Genebra em 1975, avança com o seu ensaio de síntese salientando que havendo questões análogas muitas vezes elas se referem a contextos socioculturais muito diversos e que muito frequentemente problemas comuns apresentam traços particulares em diferentes países. Se os estudos comparativos realizados evidenciam dificuldades de análise e opções e visões pessoais também revelam bem os dilemas que se colocavam na relação com a sociedade, muitos dos quais ainda não foram superados.

Palavras-chave: História da Educação; educação comparada; problemas da educação no mundo

O projeto Escolanovista de Backheuser frente à história política dos intelectuais católicos (1933-1934)

ANTONIO SGARBI, SABRINE LINO PINTO

Convidado por Alceu Amoroso Lima (1893-1983) para dar um curso sistemático de pedagogia nova, em 1933, no Instituto Católico de Estudos Superiores, Backheuser (1879-1951) se propôs a abordar todos os “principais problemas teóricos e práticos da Escola Nova [...] em um duplo ponto de vista: o da Escola Nova, em si, como é apresentada pelos tratadistas arreligiosos (sic), e o da Escola Nova, em face da doutrina dos mestres acatados da pedagogia católica” (BACKHEUSER, 1934, p. 17-20). Este foi o seu escopo conforme registro que fez na introdução do livro *Técnicas da Pedagogia Moderna* (1934). No ano anterior Backheuser havia proferido uma palestra, no Centro D. Vital de São Paulo, intitulada “Sindicalização do professorado Católico”, na qual enfatizou que a sindicalização dos professores teria como primeira finalidade “o cultivo intelectual do magistério de modo a poder distinguir nas inovações e renovações pedagógicas a toda hora trazidas a debate, o que há de aproveitável e digno de aceitação” (BACKHEUSER, 1934, p. 79). Para o autor, “o exame dos problemas pedagógicos sob a égide dos princípios da Igreja” seria o mais complexo diante dos movimentos de renovação (BACKHEUSER, 1933, p. 77-82). Em vista disso, a pesquisa em tela se propõe a estudar os discursos de Backheuser em 1933 e 1934 em vista da organização de um movimento em prol da Escola Nova entre os católicos. Nestes anos, as Associações de Professores Católicos (APC’s) (1928-1933), dão lugar à Confederação Católica Brasileira de Educação (CCBE), e os Boletins das APC’s e à Revista Brasileira de Pedagogia (RBP). Trata-se de um estudo de história intelectual que busca reunir os caminhos metodológicos da “filologia da história e da política” (GRAMSCI, 1977, p. 1845 apud BIANCHI, 2019, p. 14) conforme o pensamento de Antonio Gramsci (1891-1937) e pressupostos metodológicos do contextualismo linguístico de Quentin Skinner (1940). Na esteira de Gramsci que vê uma identidade entre história, filosofia e política, o pensamento historiográfico é concebido como um movimento na luta política dos partidos. Numa perspectiva semelhante para Skinner (*Visões da Política*, 2005) o discurso como ação é política. A partir deste mesmo autor, que busca o entendimento histórico do discurso político, levantam-se questões como: qual é o projeto político ao qual Backheuser está vinculado? Qual é o significado, a intenção do seu texto? O que ele estava fazendo quando proferiu seus discursos? Traçando tal caminho, tem-se como resultados o desenvolvimento de uma narrativa no âmbito da história intelectual a partir de pressupostos metodológicos gramscianos e skinnerianos. Colhem-se desta forma de investigação diferentes olhares sobre a função ocupada pelo educador na vida intelectual dos católicos na década de 1930 no Brasil. Evidencia-se que o discurso de Backheuser é uma ação e como ação é político, e que a partir dela ele alcança aparente sucesso no desenvolvimento de uma espécie de escolanovismo católico.

Palavras-chave: história intelectual; Escolanovismo católico; Everardo Backheuser

História e memória: narrativas de professores aposentados

ARAGONEIDE MARTINS BARROS

Este trabalho tem como intuito narrar as memórias dos professores aposentados que atuaram no período de 1960 a 1990 no Colégio Tocantins, na Escola José Damasceno Vasconcelos e no Centro de Ensino Médio Santa Terezinha, na cidade de Miracema do Norte. Dentre os objetivos específicos, buscou-se identificar e entrevistar os docentes aposentados que atuaram nas instituições educacionais supramencionadas para trazer à tona, as motivações para o exercício da docência num cenário educacional limitado e de reduzida formação docente. A análise das memórias dos professores revelou variados aspectos do cotidiano das escolas primárias do interior do norte goiano, tais como: os métodos de ensino, às normas escolares e a rotina vivenciada por alunos e professores. Na pesquisa bibliográfica utilizou-se autores que tratam da História da Educação Brasileira, a saber: Aranha (1996) Nunes (2002), Vidal (2005), Veiga (2007), Saviani (2007), Faria Filho (2000), Ribeiro (1998), Ribeiro (1998) dentre outros. Quanto as instituições educativas, fundamentou-se em: Nosella (2009), Sanfelice (2007) e Justino Magalhães (2004) que no livro *Tecendo nexos: história das instituições educacionais* enfatiza as instituições educacionais como espaços de transformação do indivíduo. E isso traz consigo uma carga sócio/cultural, acontecendo a partir da discussão educação/ação, informações do contexto cultural e social ao epistemológico; a educação/conteúdo que é o conhecimento epistemológico propriamente dito e a educação/produto sendo o resultado do processo educativo. Para a aplicação da metodologia História Oral, adotou-se Verena Alberti (2000), Bosi (1994), Halbawachs (2003), Michael Pollak (1992), Portelli (2006), Meihy e Holanda (2010) e outros. Para análise das entrevistas baseou-se em Bardin (2011) e Jacques Le Goff (1998). Todas as entrevistas foram transcritas e examinadas buscando analisar a história oficial registrada nos documentos das Escolas e a história narrada nas entrevistas dos sujeitos investigados. As entrevistas seguiram os procedimentos previstos de identificação de testemunhas, construção de roteiro de perguntas, termo de consentimento livre e esclarecido e análise dos depoimentos. Os documentos utilizados foram: Projetos Políticos Pedagógicos, Regimento Interno, fotografias da unidade escolar, recortes de jornais do antigo norte goiano sobre a Escola, cidade e acervo de particulares. O uso da história oral como método para a investigação da história da educação, constitui-se em um elemento fundamental para a elaboração deste trabalho, onde sujeitos, instituições e movimentos escolares possibilitaram a produção de um novo olhar sobre o cenário educacional do norte goiano. Os agentes escolares destacaram lugares, acontecimentos, personagens, práticas educativas e produziram informações sobre a cultura, os ritos e o cotidiano da escola, num contexto local/nacional da educação Brasileira nas décadas de 1960 a 1990.

Palavras-chave: História da Educação; professores aposentados; história oral

A apropriação do “conhecimento científico do educando” na educação paulista (1920-1940)

ARIADNE LOPES ECAR

Em 1914, o médico italiano Ugo Pizzolli esteve em São Paulo e ministrou o Curso de Pedagogia Científica para educadores, que pretendia “ministrar ao educador um conhecimento científico completo do educando”, por meio de 46 lições teórico-práticas divididas em exame anamnóstico, físico, antropológico, psicológico e fisiológico. Também objetivava esclarecer quem eram os normais e os anormais e ensinar as técnicas de exames para detecção da anormalidade. Para Pizzolli, quando o educador aprofundava os estudos sobre a natureza da criança tendia a aumentar sua energia profissional podendo fazer o papel de “médico”, “pai” e “conselheiro escolar”. No que diz respeito ao exame anamnóstico abordou o tema da hereditariedade e ambiente familiar; no exame físico tratou sobre a normalidade da beleza; no antropológico, desvios do normal e técnicas para coletar dados antropométricos; no fisiológico, força muscular, sentimentos, emoções e temperamentos; no psicológico, grafismo, atenção e memória, para citar alguns assuntos. O grupo inscrito no curso visitou o Instituto Disciplinar, dirigido por João Motta, que contava com 120 educandos entre meninos e rapazes, e preparava-os para o trabalho profissional e para a agricultura. Pizzolli comentou ter encontrado alguns educandos com “estigmas de degeneração” o que o levou a exemplificar o que significava deficiência moral, assunto de uma das lições. Também visitaram o Hospital de Alienados do Juquery, dirigido por Franco da Rocha, lugar no qual Pizzolli observou “as mais baixas degradações humanas e as grandes misérias da psique”, além de “casos de microcefalia e idiotia”. O grupo de cursistas submeteu-se a exames das matérias do curso, incluindo a técnica antropométrica e aplicação dos mental-tests. Do grupo de cursistas havia alguns nomes que ficaram conhecidos, posteriormente, no meio educacional paulista como: Guilherme Kulmmann, Diretor de Ensino do Estado de São Paulo de 1921 a 1924; Francisco Azzi, que exerceu a mesma função de 24 de agosto de 1933 a 14 de agosto de 1934; e Antonio de Almeida Junior, que ocupou o cargo de 26 de setembro de 1935 a 10 de novembro de 1937, voltando a administrar o ensino paulista na condição de Secretário da Educação, de 12 de novembro de 1945 até 21 de fevereiro de 1946. O objetivo deste trabalho é averiguar se ocorreu a apropriação dos ensinamentos de Ugo Pizzolli por Guilherme Kulmmann, Francisco Azzi e Antonio de Almeida Junior, e como os temas aparecem em suas gestões à frente da Diretoria de Ensino do Estado de São Paulo. Para tanto, utilizaremos o estudo de caso como metodologia e fontes como jornais disponíveis na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, Anuários de Ensino do Estado de São Paulo e leis que reformaram o ensino no estado paulista entre as décadas de 1920 e 1940. Supomos que o curso de Pizzolli foi importante para aproximar educação e saúde com o intuito de formar cidadãos fortes e capazes a assumir postos de trabalho no estado de São Paulo.

Palavras-chave: ensino paulista; educação e saúde; pedagogia científica

O CIESP no jornal O Globo: visão do projeto e construção de um rótulo de 1990 a 1994

ARIANA RODRIGUES; JANE SANTOS DA SILVA

Este trabalho tem como tema os Centros Integrados de Educação Pública- CIEP; idealizado por Darcy Ribeiro enquanto vice-governador de Leonel Brizola; tendo seu projeto arquitetônico planejado por Oscar Niemeyer. Dentre seus objetivos destaca-se o compromisso transformador da realidade dos alunos; oferecendo-lhes artifícios para que pudessem entender a sua realidade; a sociedade em que viviam e que adquirissem cultura através dos dispositivos disponibilizados pelo projeto. O projeto foi a primeira política pública voltada para educação; implementada após a ditadura civil militar; quando o nível de analfabetismo no Brasil atingia números recordes. O objetivo desta comunicação é retratar como os projetos dos CIEPs eram apresentados para a população através do jornal O Globo na década de 1990 e analisar como essa interferência midiática colaborou para o enfraquecimento do referido projeto educacional. Através do levantamento de dados do jornal pertinentes à temática; e estudando a análise de discurso presente nas mídias jornalísticas; responderemos às seguintes questões: a posição ideológica do jornal interferiu na opinião dos seus leitores? A opinião da camada média leitora deste jornal da camada média leitora deste jornal colaborou para o enfraquecimento do projeto e sua descontinuação? Para esta análise tomaremos como referencial teórico Maria Helena Rolim Capelato; que vê o jornal como uma fonte de pesquisa imparcial; um instrumento de interesse; podendo ser utilizado pelas altas camadas sociais para a propagação de seus ideais. A metodologia utilizada foi a categorização das cartas dos leitores do jornal O Globo entre os anos 1990 e 1994; recorte histórico escolhido por ser os anos do segundo mandato de Leonel Brizola como governador do Rio de Janeiro e momento de intensificação dos CIEPs. A principal fonte para esta pesquisa é o acervo do jornal O Globo; disponibilizado digitalmente em site próprio. Partimos da visão de Roger Chartier; que defende o estudo da história do tempo presente como um auxílio importante para um melhor entendimento sobre o momento estudado; visto que a aproximação do pesquisador para com o objeto de estudo é um fator aliado. Em nossas considerações a partir da análise das cartas dos leitores de O Globo; percebemos que a opinião da maioria dos leitores do jornal estavam em consonância com a postura e a linha ideológica que este adotava; contra o projeto e os seus idealizadores do projeto.

Palavras-chave: CIEP; jornal; política pública

“O homem que fez 2000 escolas”: representações sobre Felipe Tiago Gomes e seu percurso frente à Campanha Nacional de Escolas da Comunidade - CNEC (1940-2000)

ARIANE DOS REIS DUARTE

Este estudo tem como objeto a vida de Felipe Tiago Gomes; fundador da mantenedora de escolas “Campanha Nacional de Escolas da Comunidade - CNEC”. O estudo tem como enfoque o percurso de vida e as práticas de mediação cultural de Felipe Tiago frente à referida instituição. Desenvolvido a partir da metodologia da História Oral (PORTELLI; 2016) e da Análise Documental Histórica (SAMARA; TUPY; 2007); mobiliza os conceitos de memória (HALBWACHS; 1990); apropriação (CHARTIER 2011) e representação (CHARTIER; 1990) para tratar de aspectos da vida do personagem no recorte temporal estabelecido; que se refere ao início da mantenedora; aos anos de atuação de Felipe Tiago como superintendente da instituição e aos usos de sua trajetória durante e após sua existência. O objetivo geral é analisar as representações sobre o seu percurso de vida e a sua atuação frente à CNEC; bem como compreender as apropriações produzidas sobre o fundador e sua trajetória. Os objetivos específicos são: identificar e analisar quais passagens da vida de Felipe Tiago Gomes foram selecionadas e utilizadas para sustentar sua atuação frente à CNEC; verificar as redes nas quais o personagem estabeleceu articulações e entender a influência desses espaços na construção de sua pessoa como figura central na difusão da Campanha; bem como analisar as representações e memórias produzidas sobre ele a partir desses grupos; problematizar as memórias e representações que produzem o personagem como professor e apresentar as concepções do personagem sobre educação; escolarização e ensino. Concluiu-se que; Felipe Tiago Gomes fez uso de suas escolhas pessoais para fundamentar e divulgar os lemas da Campanha. A “comunidade de memória” formada por pessoas próximas a ele se esforça em manter a memória de seu mentor e sua mitificação; de modo que as representações construídas sobre Felipe Tiago e suas ações na CNEC o produzem como um visionário; alguém que estava à frente de seu tempo. No entanto; o fundador não é um personagem conhecido fora do contexto que remete à CNEC; o que mobiliza essa comunidade de memória a desenvolver ações que visem o afastar do esquecimento. Também se observa que; ao pensar a realidade a partir de um indivíduo; evidenciam-se os jogos de interesse entre os diferentes grupos que compõem a sociedade e determinados desdobramentos resultantes dessas relações. Nesse sentido; o estudo evidencia o papel do indivíduo na elaboração e na composição da realidade e aponta para os movimentos que caracterizam o uso da coisa pública para fins privados. Em síntese; pode-se dizer que a pesquisa permitiu visualizar aspectos dos bastidores do processo de criação de políticas públicas educacionais; bem como o papel dos indivíduos nesse contexto.

Palavras-chave: Campanha Nacional de Escolas da Comunidade – CNEC; memória; representação

As sociedades recreativas e culturais: espaço de formação dos descendentes de imigrantes alemães em Curitiba na segunda metade do século XIX.

ARICLE VECHIA

Em conformidade com a política imigratória Brasileira; Curitiba; capital da recém-criada Província do Paraná; a partir da segunda metade do Século XIX; passou a receber levas de imigrantes; em sua maioria; alemães. Logo que estabelecida economicamente; a comunidade de imigrantes alemães procurou reconstruir instituições sociais próprias da cultura da terra de origem; visando a preservação de sua identidade étnica. Depois de terem criado a Comunidade da Igreja Evangélica Alemã; criaram a Escola Alemã que deveria ofertar educação para seus filhos; de acordo com os pilares da sua cultura; isto é: ensinar em língua alemã e de acordo com os preceitos da religião protestante. Para estes imigrantes; a concepção de educação que deveria nortear a educação das crianças e jovens da comunidade; dentro do “espírito alemão”; extrapolava os limites da escola. Assim; outros espaços educativos deveriam aprimorar a educação de seus filhos no aspecto emocional; no corporal e no da sociabilidade. A comunidade alemã de Curitiba passou a fundar então; várias associações e sociedades com finalidades beneficentes; recreativas e culturais visando; entre outros aspectos; o aprimoramento da educação de seus filhos e netos. O estudo tem por tema os processos educativos não escolares e; por objetivo; analisar a atuação das sociedades recreativas e culturais; criadas pela referida comunidade; na formação dos filhos e netos de alemães em Curitiba; de 1869 a 1889. As principais fontes utilizadas foram: a imprensa periódica de Curitiba de 1853 a 1889; álbuns comemorativos da comunidade alemã e bibliografia pertinente. Teórica e metodologicamente o estudo se insere no campo da História Cultural na vertente da História das Instituições Educativas. Os resultados demonstram que as referidas Sociedades além de desenvolverem a sociabilidade entre seus associados por meio de bailes; saraus; concertos e outras atividades; propiciavam o ensino da música; da dança; do canto; do teatro e a prática de várias modalidades de educação física. Para os alemães; essas artes faziam parte de sua cultura e deveriam fazer parte do desenvolvimento integral das crianças e dos jovens. A educação física; por meio da Ginástica e dos esportes para os rapazes e moças; era amplamente difundida entre os alemães e também deveria fazer parte da formação dos jovens. Algumas sociedades ofereciam aos jovens a oportunidade de se exercitar social e politicamente; estimulando a sua participação nas discussões de assuntos sociais e o exercício do voto. Estas atividades complementavam a educação da juventude. As sociedades dos imigrantes alemães de Curitiba eram; por assim dizer: “a escola de aperfeiçoamento dos jovens”.

Palavras-chave: instituições educativas; sociedades recreativas e culturais; educação dos imigrantes

Aspectos pedagógicos-higienistas das normas educacionais do Rio Grande do Norte durante a Primeira República

ARTHUR BESERRA DE MELO; MARLÚCIA MENEZES DE PAIVA

A temática deste trabalho é a presença de princípios e orientações higienistas nos documentos que regulamentavam legalmente a educação do Rio Grande do Norte durante o período histórico conhecido como primeira república. De maneira mais específica; essa pesquisa teve como objetivo principal investigar quais foram as ideias pedagógico-higienistas presentes nos artigos e capítulos da legislação educacional norte rio-grandense; discutindo assim que modelo de escola e de ensino o governo do estado pretendia instituir. Essa categoria de análise; intitulada ideias pedagógico-higienistas; foi criada a partir do que foi a higiene enquanto ramo da medicina e do conceito de “ideias pedagógicas” (SAVIANI; 2013). Compreendemos que esse ideário educacional específico seria uma aproximação entre as ideologias que pertenciam ao campo médico e ao campo educacional; ou seja; ideias que; baseadas em princípios higienistas; pretendiam estruturar e moldar; por exemplo: o trabalho docente; o perfil do aluno formado pelos diferentes níveis de ensino; a estrutura e/ou organização das diversas instituições educacionais; o planejamento e execução de atividades pedagógicas. O referencial utilizado neste estudo foi composto por: autores da história cultural; entre eles; Le Goff (1998; 2013) e Certeau (1982); pesquisadores da história da educação do Rio Grande do Norte; a exemplo de Yuma (2019); Azevedo e Rosa (2015); e estudiosos do higienismo; especialmente; Gondra (2004) e Sthephanou (1997). A metodologia escolhida para essa investigação foi dividida em estudo bibliográfico e análise documental. As fontes históricas analisadas nesta pesquisa foram: leis; decretos; regulamentos educacionais publicados entre os anos de 1882 e 1925. Após a finalização deste trabalho; podemos afirmar que ao longo do da primeira república; os elementos higienistas da legislação ficavam cada vez mais nítidos e pormenorizados. As orientações; requisitos e obrigações pedagógico-higienistas objetivavam à estruturação de espaços escolares cada vez mais asseados; à estabelecer de um modelo de ensino que difundisse conhecimentos que civilizasse; curasse e realizasse seus alunos; à fundação de estabelecimentos de ensino que pudessem contribuir na profilaxia de doenças nas localidades onde estavam inseridas; à execução de ações de fiscalização da higiene escolar; à adoção de práticas comportamentais relacionadas à higiene e à saúde pelos sujeitos que estiveram na escola da época. E também; percebemos com esse estudo que mesmo com a sequência dos governos do estado do Rio Grande do Norte; não houve descon continuidades em relação aos aspectos pedagógico-higienistas nos documentos legais que regulamentavam a educação potiguar do período investigado.

Palavras-chave: Rio Grande do Norte; legislação educacional; ideias pedagógico-higienistas

História da Educação e retratos escolares: articulações possíveis.

AUDREY BARBOSA

O objetivo da presente discussão é propor de quais maneiras os retratos escolares podem ser inseridos nas discussões acerca da História da Educação Brasileira. Para tal; tem como fonte de análise duas séries documentais: a primeira; a produção fotográfica do estúdio Foto Bianchi (1913-2001); acerca dos espaços escolares ponta-grossenses entre os anos de 1943 e 1987; segunda; retratos publicados e circulados por meio de álbuns comemorativos acerca da cidade de Ponta Grossa; produzidos entre os anos de 1952-1963. Tal articulação e análise é proposta tendo como referencial temático algumas discussões entre História da Educação; História Visual e História Intelectual; ressaltando os motivos que levaram a produção; consumo e circulação de tais artefatos visuais. Há que se destacar que tais fontes – retratos – não foram; necessariamente; produzidos nas e pelas escolas; mas no apresentam representações e práticas relacionadas à escolarização do período. Nesse sentido; tais fontes se apresentam como fontes para a História da Educação; ou seja; não foram necessariamente produzidas na escola ou por seus agentes; mas possibilitam e auxiliam nas discussões da historiografia educacional (RAGAZZINI; 2001; p. 20). Ao mesmo tempo; os retratos escolares enquanto fontes para a História da Educação Brasileira fazem parte de um movimento de ampliação do campo; sobretudo; no que se refere a dimensão da cultura material escolar. Trabalhos como os realizados por Rachel Abdala (2013); Rachel Abdala & Diana Vidal (2005); Marcus Levy Bencostta (2011); Rosa Fátima de Souza Chaloba (2019b); Maria Ciavatta (2009); Tatiane Ermel (2018); Ederson Lima (2015); Zita Possamai (2009; 2015); são exemplares desse movimento. Somado a isso; considerando que a História da Educação deve se voltar; também; para os discursos implícitos no cultural; compreende-se que os retratos escolares e seu estatuto fotográfico não nos dizem apenas o registrado; mas; sobretudo; o que foi silenciado. Assim; questionar as escolhas que o fotógrafo operou; os espaços pelos quais esses retratos circularam; os sujeitos que tiveram acesso à produção e consumo desses retratos; coloca como prerrogativa pensar as outras técnicas; espaços e sujeitos não registrados pelas fotografias. Por fim; a metodologia empregada na análise das fontes consistirá na iconografia/iconologia revisada (KOSSOY; 2009; 2014) em diálogo com os formas e expressão e conteúdo (MAUAD; 1996) esperando que assim seja possível compreender mais sobre os discursos visuais acerca da escola no período.

Palavras-chave: História da Educação; retratos escolares; artefatos visuais

A escola primária rural em imagens

ÁUREA ESTEVES SERRA

O objetivo desta comunicação é apresentar resultados parciais de um estudo sobre imagens fotográficas de escolas primárias rurais. A análise incide sobre um corpus documental constituído por 10 fotografias de um grupo escolar rural paulista; referentes ao período do 1951 a 1965; localizadas em um Arquivo Público Municipal. O estudo interroga as representações sobre a escola primária rural e a memória sobre a escolarização no meio rural. Como metodologia; utilizamos dois autores; Dubois (1993) e Barthes (1984); que foram essenciais para a análise dos documentos iconográficos. Dubois (1993) propõe que a análise de imagens deva considerar a fotografia como espelho do real; a fotografia como transformação do real e a fotografia como um traço do real. Nessa perspectiva; a terceira proposta do autor é a que mais faz sentido para a análise das imagens selecionadas uma vez que a fotografia é vista como produto ideológico e cultural e não somente simbólico levando-se em conta os sentidos e efeitos de sentidos causados pelo olhar do pesquisador. Barthes (1984) chama a atenção para o fato de a imagem fotográfica ser algo eminentemente fabricado; o que aproxima a fotografia do mito porque muitas vezes a emoção é o ponto departida. Kossoy (1989) por sua vez; aponta a necessidade de analisar aspectos técnicos e o contexto de produção da fotografia. Nesse sentido; buscamos reconstituir a informação visual; a estética das fotos e a identificação do conteúdo presente nas imagens selecionadas com intuito descritivo e interpretativo. O primeiro aspecto identificado diz respeito às características da arquitetura. Nesse contexto; ocupa importante destaque as características do prédio do grupo escolar localizado na zona rural. Além desse aspecto; identificamos fotografias que retratam as formaturas de 4ª série. Há ainda imagens que retratam o cotidiano escolar; isto é; alunos no pátio da escola brincando na pilastra. A fotografia é uma mensagem produzida por alguém e; sempre com endereço determinado; nesse caso o bairro rural e o grupo escolar. Essas imagens revelam os espaços externos da escola; como a parte frontal do prédio; a reforma e ampliação por qual ele passou em 1957 e as áreas livres das laterais; além do registro de comemorações e celebrações. Concluímos destacando a importância das imagens fotográficas para a escrita da História da Educação Rural. O resultado é uma perspectiva epistemológica na qual a imagem fotográfica é concebida como um texto que se faz importante e necessário para a construção da memória escolar; especialmente; de escolas localizadas nas zonas rurais; cuja maioria foram fechadas ou desativas; como no caso do grupo escolar rural; objeto desta investigação.

Palavras-chave: fotografias escolares; grupo escolar rural; história da educação rural

As condições de trabalho de professoras primárias em escolas rurais do Estado de São Paulo (1940-1990)

ÁUREA ESTEVES SERRA

O objetivo desta comunicação consiste em apreender as representações produzidas por nove professoras que lecionaram em escolas primárias rurais do estado de São Paulo; entre os anos de 1940 e 1990; quanto as condições de trabalho no que se refere as péssimas condições materiais das escolas; com a localização das mesmas ou da residência onde estavam instaladas e com o transporte. O recorte espacial abrange os municípios de Birigui e Rio Claro. A metodologia adotada nessa pesquisa seguiu a abordagem da história oral (ALBERTI; 1990; MEIHY; 1996); sendo elaborado um projeto de pesquisa; a gravação das entrevistas; estabelecimento do documento escrito e sua seriação; sua eventual análise e a devolução social; sendo caracterizada como um estudo a partir da memória (BOSI; 1994; LE GOFF; 2003; RICOEUR; 2007). Nossa compreensão de representação (CHARTIER; 2002) refere-se a imagem do que está ausente e sobre os quais podem ser produzidos sentidos e valores. As representações permitem com que a imagem atribuída dê a noção de sua identidade e sirva para construí-la; isto é; existe um signo que exhibe. Neste sentido; a imagem compreendida como o próprio objeto confere valores e significados que são apropriados pelos sujeitos. Dessa forma; ao analisar as entrevistas; foi possível elencar duas categorias de análise e cinco subcategorias; são elas: 1. Condições materiais da escola; 1.1. Organização da sala de aula; 1.2. Materiais pedagógicos; 2. Condições de trabalho; 2.1. Moradia; 2.2. Alimentação; 2.3. Transporte. A organização da sala de aula era feita em três ou quatro fileiras de carteiras duplas; uma vez que o ensino era multisseriado; sendo a lousa também dividida em três ou quatro partes. Os materiais pedagógicos como cadernos; lápis e giz branco eram enviados pelo governo; os livros didáticos e as cartilhas; comprados pelos pais ou pelas professoras. O flanelógrafo; cartazes e os mapas eram confeccionados pelas professoras. Sobre a moradia; em que as professoras residiam na zona rural; estava atrelada à disponibilidade do fazendeiro ou das famílias da comunidade local e se alimentavam de arroz; feijão; ovos e carnes doados pelos colonos. Com o passar dos anos ocorre um progresso quanto a questão do transporte. As professoras informaram que deixaram de residir no entorno das escolas rurais; nos anos de 1960 e 1970; para usufruir do transporte (jardineira); que eram ofertados somente uma vez no dia; sendo necessário pedirem carona para o retorno às suas casas. Nos bairros rurais mais próximos do centro urbano; as professoras utilizavam-se de cavalo ou de charrete. Após os anos de 1970; aparecem outros tipos de transporte; como a perua Kombi e os automóveis próprios das professoras. Os resultados obtidos possibilitaram-nos compreender como essas representações de uma escola rural rudimentar e precária contribuíram para compor esse espaço de formação civilizatória; o papel atribuído as professoras e as condições materiais para o funcionamento dessas escolas.

Palavras-chave: história da educação rural; professoras primárias; condições de trabalho

Educação e trabalho no Recôncavo da Guanabara: as colônias orfanológicas de Estrela (1876-1881)

BEATRIZ SOUZA DOS SANTOS

O presente estudo tenciona analisar as circunstâncias e os sujeitos envolvidos no processo de criação das colônias orfanológicas de Estrela na região conhecida à época como Recôncavo da Guanabara, durante o período de 1876 a 1881 na Província do Rio de Janeiro. Esta reflexão incide em torno do projeto elaborado pelo Juiz de órfãos Dr. Gonçalo Paes de Azevedo Faro, que mediante o apoio de fazendeiros locais buscou implementar um projeto voltado para as crianças do sexo masculino a fim de torná-las jovens “úteis a si e à pátria”. Para esta pesquisa, recorreremos à imprensa periódica, ao Almanak Laemmert, aos relatórios dos presidentes da Província do Rio de Janeiro e aos documentos da instrução pública. Esta investigação encontra-se pautada nas contribuições dos estudos de Fonseca (2007) e Barros (2016), acerca da educação da população negra, e em Arantes (2009) com o modelo educacional da Colônia Orfanológica Isabel, em Pernambuco. Também nos pautamos nos estudos acerca da história local e regional, na história da Baixada Fluminense, no conceito de jogos de escalas de Jacques Revel (1998), em Faria Filho (2009) com o uso do “regional como unidade e como posição de análise” e no conceito do “fio do nome” de Ginzburg e Poni (1991), a fim de observar a criação do projeto e seus sujeitos. Mediante investigações localizamos o regulamento da colônia, que segundo as fontes foi formado por 8 capítulos e 39 artigos no qual é possível analisar o projeto da instituição e seus fins, a admissão, direitos e deveres dos colonos, os deveres dos diretores, os métodos de ensino teórico e prático e as disposições gerais. Com a localização de quatro colônias que buscavam ofertar educação e trabalho a uma parcela de crianças que correspondiam à categoria de “orphanos desvalidos” e “filhos de pais pobres ou indigentes” que “vagavam neste município”, acreditamos que tal projeto surgiu como solução para educar uma camada específica de crianças, e por tal razão neste estudo consideramos que a Lei 2.040 de 28 de setembro de 1871 além de iniciar os debates voltados para a educação da população infantil formada por ingênuos, pode reverberar na construção de um projeto voltado para crianças nascidas livres, crianças negras e libertas no Recôncavo da Guanabara. As circunstâncias que reverberam na instalação das instituições e a localização de uma fonte acerca da presença de um menino pardo, filho de uma preta forra, permite considerar em nossa análise a hipótese de que entre crianças pobres e órfãos, havia também a presença de crianças negras livres suprindo a escassez da mão de obra escrava para trabalhar nas fazendas e fábricas que sediaram as colônias. Neste processo, até o presente momento, foram localizados 40 operários e 40 órfãos na 1ª colônia, 12 órfãos na 2ª colônia, 8 órfãos na 3ª colônia e 6 na 4ª, além de 12 sujeitos em cargos superiores ligados ao funcionamento da instituição.

Palavras-chave: império; colônias orfanológicas; Recôncavo da Guanabara

A trajetória de formação de Carolina Maria de Jesus e suas reflexões sobre os efeitos do ambiente da favela na educação das crianças

BEATRIZ WAJNTAL MEME, ANA LAURA LIMA

Esse trabalho visa caracterizar as reflexões da autora Carolina Maria de Jesus (1914-1977) sobre os efeitos do ambiente da favela na educação das crianças, relacionando-os à sua trajetória de formação como escritora e aos elementos históricos, sociais, culturais, políticos e educacionais retratados em suas narrativas autobiográficas, em especial no livro 'Quarto de despejo', publicado a partir de seus diários. A proposta é entender como a sua percepção do contexto histórico-social em que vivia se expressa na sua escrita sobre o tema da educação das crianças. A análise incide sobre o período compreendido entre a década de 1910, quando nasceu a autora e os anos 1950, quando a autora escreveu seus diários, e pretende levar em conta os efeitos mais evidentes dos acontecimentos da história social e política em sua trajetória de formação e escolaridade, assim como as características do seu entorno imediato no decorrer da escrita dos diários, incluindo as relações com familiares e outros indivíduos significativos. Dessa mesma forma, os objetivos da pesquisa se detêm em três principais áreas. A primeira busca analisar as reflexões de Carolina Maria de Jesus sobre os efeitos da vida na favela nas crianças e em sua educação presente em seus relatos autobiográficos. A segunda busca estabelecer relações entre as reflexões da autora sobre a educação e sua própria trajetória de formação e suas circunstâncias de vida como uma autora mulher, negra, pobre e moradora da favela. Por fim, compreender as reflexões da autora sobre a infância e a educação das crianças no ambiente da favela à luz de suas experiências e dos acontecimentos mais amplos que marcaram a história da educação no Brasil no período que ela viveu. A análise dos três pontos delimitados acima se vale de uma perspectiva interdisciplinar, que procura associar a análise historiográfica, recorrendo a produção bibliográfica sobre a história do Brasil e a educação no Brasil no período em que viveu a autora, aos estudos literários sobre autobiografia, recorrendo ainda aos estudos culturais sobre a questão de gênero e o racismo. A metodologia do estudo será baseada na leitura dos relatos autobiográficos tendo em vista a identificação de suas reflexões sobre os efeitos da favela na vida e na educação das crianças, seguida da identificação e sistematização dos seguintes aspectos relacionados à formação de Carolina Maria de Jesus: vida familiar; percurso escolar; relações entre percurso individual e os acontecimentos históricos e escolhas individuais. Os resultados da pesquisa evidenciam que Carolina percebe a favela como espaço insalubre para o desenvolvimento das crianças. A autora vê que na favela não há uma preservação da infância, pois o limite entre a violência do mundo e o espaço privado da casa é muito fino, por isso as crianças têm contato com as inconveniências sociais precocemente, o que a leva ao uso da linguagem adulta com seus filhos.

Palavras-chave: Carolina Maria de Jesus; escrita formativa; educação na favela

A imprensa belorizontina como fonte de pesquisa: a história da educação escolarizada para o trabalho na capital mineira (1910-1924)

BERNADETH MARIA PEREIRA

Este trabalho situa-se no eixo temático ‘Imprensa e Impressos Educacionais’. O objeto de estudo foi a Coleção Linhares, obra de referência da imprensa belorizontina, que revela o início da atividade jornalística na cidade. O objetivo foi investigar como a Escola de Aprendizes Artífices de Minas Gerais – EAA-MG (1910-1942) aparecia no catálogo denominado Itinerário da Imprensa de Belo Horizonte 1895-1954 (LINHARES, 1985), um acervo de inusitada importância para a memória de Belo Horizonte e de sua imprensa. O referencial teórico foi o conjunto de exemplares de todas as publicações periódicas – jornais, revistas, boletins, panfletos – que circularam em Belo Horizonte durante o período de 1895 a 1954, a partir das publicações do colecionador Joaquim Nabuco Linhares. Ele fez a descrição de cada título, com informações sobre a sua natureza, formato, propriedade, periodicidade, redação e duração, da maneira mais detalhada possível. São 839 títulos resenhados. A metodologia utilizada buscou todas as informações que dizia respeito à EAA-MG no catálogo Itinerário da Imprensa de Belo Horizonte 1895-1954. O modelo de roteiro utilizado para o fichamento dos periódicos foi o seguinte: a) Nome do periódico; b) Título/conteúdo da notícia; c) Sessão: (Editais e Avisos, Noticiários, Diversas; Pelo Ensino; Anúncios); d) Data; e) Página. As fontes localizadas foram: a) a revista Vida Escolar encontrada no Arquivo Público Mineiro, publicada nos anos de 1916, 1917, 1918, 1921 e 1926; b) as diversas sessões e editais dos jornais A tarde, A Tribuna, Diário de Minas, Estado de Minas, Minas Gerais e O operário (1909, 1920, 1921, 1922, 1928, localizados na Hemeroteca de Belo Horizonte; A periodização seguiu uma ordem cronológica para marcar o início da EAA-MG (1910) e sua transformação em Liceu Industrial (1942). Os resultados encontrados nos permitem dizer, que: a) a análise do catálogo sobre o Itinerário da Imprensa de Belo Horizonte, além de nos proporcionar um panorama do contexto sócio-histórico e político-cultural da capital mineira no início do século XX, também nos ofereceu subsídios para pesquisar nos jornais e revistas, conservados na Hemeroteca de Belo Horizonte e no Arquivo Público Mineiro, como a Escola de Aprendizes Artífices de Minas Gerais aparecia na imprensa belorizontina pelo olhar de seus diversos sujeitos; b) as publicações no catálogo de Linhares (1985) recuperaram a memória do cotidiano de Belo Horizonte, nos seus primeiros 60 anos de existência; c) por meio do conjunto de títulos resenhados, vão-se descortinando a própria vida cotidiana da cidade, os diferentes grupos que vão se integrando no espaço urbano, sobressaindo um caleidoscópio de interesses, conflitos problemas e aspirações.

Palavras-chave: imprensa belorizontina; Escola de Aprendizes Artífices de Minas Gerais (EAA-MG); educação para o trabalho

A Escola Profissional Feminina de Belo Horizonte, MG: ampliação de sobrevivência e inserção no mundo do trabalho

BETÂNIA DE OLIVEIRA LATERZA RIBEIRO

Quando se pensa em escola para mulheres, o Brasil não ficou imune a tendências emanadas de países europeus onde a instrução feminina se relacionou diretamente com o trabalho a partir do século XIX. A fábrica foi o lugar em que as mulheres, uma vez mais, se sujeitavam à dominação e ao aniquilamento. Como operárias, tiveram sua força de trabalho, mas também sua criatividade subjugadas a imposições patronais. Este estudo toca nessas questões ao se propor em compreender as especificidades do ensino profissional para mulheres de Belo Horizonte, capital de Minas Gerais, entre 1909 e 1946. Tal modalidade de ensino seguiu ditames do decreto 7.566, de 23 de setembro de 1909, que prescreveu a criação de escolas de aprendizes em capitais e, logo, o ensino profissional gratuito. Na capital, essa medida deu azo ao surgimento de uma escola profissional para mulheres, objeto de estudo deste trabalho, cujo desenvolvimento derivou da leitura de fontes como o jornal Minas Geraes, mensagens oficiais do governo de Minas Gerais e do Brasil e legislação educacional, entrevista com uma ex-aluna, dentre outras. Tendo em vista a inter-relação do ensino profissional com a exclusão social e a pobreza na dinâmica da vida em Belo Horizonte, tal documentação foi analisada segundo procedimentos metodológico-conceituais do materialismo histórico dialético. A Escola Profissional Feminina surgiu como possibilidade de formação profissional para moças pobres que as qualificaria para produzir pelo trabalho, ou seja, contribuir para o sustento familiar fora do lar como datilógrafa, telégrafa e até como artista plástica que conseguia vender sua produção (escultura e pintura, por exemplo), dentre outras profissões. Fundada por Benjamin Flores como particular, tal escola foi reconhecida e chancelada pelo estado (via lei 761/1919), que não só legitimou sua diplomação, com ainda lhe concedeu subsídios, importantes para viabilizar a escolarização a um número maior de mulheres, que passariam a compor a esfera pública como profissionais. Nesse processo, a escola adotou um tom patriótico de preparar as moças da capital à luta pela vida, a favor de si e da pátria. Este aspecto estava alinhado com discursos de ordem variada, os quais não escondem relações controversas entre a prática e a estrutura sociais. Na nova capital mineira, tais relações se evidenciaram no espaço em que o pobre era visto como uma mancha escura na pureza e no frescor da moderna capital. Assim, a Escola Profissional Feminina surge nesse contexto como oportunidade para oferecer às moças pobres um preparo para ser não só donas do lar, mas, sobretudo, ajudar no orçamento familiar. Daí vieram os sustentos financeiros e a inserção da mulher na esfera pública, que foi um aprendizado histórico que decorreu de várias lutas no âmbito do debate público fundamental para o processo emancipatório ao longo do século XX.

Palavras-chave: pobreza; marginalização; ensino profissional

O valor positivo da educação: Manoel Bomfim e a defesa da educação escolar no *Jornal do Comércio* (1919)

BRUNA DE OLIVEIRA FONSECA

Manoel Bomfim nasceu no ano de 1868 em Aracaju, mas viveu a maior parte de sua vida na cidade do Rio de Janeiro, onde faleceu em 1932. Filho de comerciantes enriquecidos e donos de engenho, Bomfim se dedicou aos estudos em Medicina iniciado na Bahia e concluído no Rio de Janeiro. Na capital, Manoel Bomfim não se diferenciando da intelectualidade de seu tempo atuou como jornalista, médico, mas, sobretudo, se dedicou a educação por meio do funcionalismo público atuando em diversos cargos e funções ligados a instrução pública. E mesmo quando circulava em outros espaços, como a câmara dos deputados, as redações de periódicos e nos salões, Manoel Bomfim tinha a educação como inspiração. O presente trabalho visa compreender como Manoel Bomfim empreendeu a defesa de sua concepção de educação por meio de dois artigos publicados, em 1919, no *Jornal do Comércio* intitulados “Valor positivo da educação I” e “Valor positivo da educação II”. A importância da investigação dos referidos artigos baseia-se na ampla circulação que o veículo tinha na capital federal, bem como da boa relação deste com o governo vigente, que denota certo prestígio tanto do autor quanto do conteúdo para sociedade da época. Manoel Bomfim pode ser considerado um intelectual, pois ao longo da vida do sergipano, destaca-se sua transição entre o produtor de ideias, pensador engajado e o pertencente aos espaços de poder. A *História Intelectual* é a referência teórico-metodológica do presente trabalho. Para Carlos Altamirano (2007), a *História Intelectual* não apresenta uma linguagem teórica ou modos de proceder que sejam modelos obrigatórios nem para analisar, nem para interpretar seus objetos ou para definir quais objetos conceder primazia. Deste modo, partindo das contribuições de Altamirano optou-se por uma *História Intelectual* que abarcasse a análise do texto conectada com ao seu contexto, já que, para esclarecer o sentido intelectual de um escrito, é preciso relacioná-lo com os elementos externos (sintetizado na ideia fluida de contexto) e internos (estabelecidos a partir da crítica da fonte e sua interpretação). Com a análise dos artigos percebeu-se que Manoel Bomfim mobilizou a ciência, sobretudo a psicologia, para defender que apesar de ser um dado natural do ser humano a educação, quando realizada por especialistas, poderia garantir a adaptação do indivíduo ao meio, o florescimento das diferentes aptidões, o aprendizado do controle da vontade contribuindo para o estabelecimento de uma moral que formaria o indivíduo mais ajustado as necessidades de seu tempo.

Palavras-chave: Manoel Bomfim; educação; intelectuais

A história intelectual em revistas e discursos: reflexões teórico-metodológicas

BRUNA DE OLIVEIRA FONSECA, DÁLETE CRISTIANE SILVA HEITOR DE ALBUQUERQUE

O presente texto é resultado de reflexões conjuntas, de esforços de compreensão de conceitos e percursos metodológicos possíveis das autoras, que trazem os seus olhares sobre suas fontes, com objetos que dialogam com a História Intelectual e que a partir de suas análises contribuem com o campo da História da Educação. A partir disso, este trabalho tem por objetivo refletir questões teórico-metodológicas sobre o uso de artigos da imprensa periódica e discursos como fonte para esse campo, tendo como referência temporal as primeiras décadas do século XX. A primeira reflexão analítica situa o discurso como sendo uma peça oratória que foi proferida ou escrita para um determinado público e interessa ao historiador por ser uma intervenção pública, por meio da palavra, que visa causar um efeito ou acontecimento. A potencialidade heurística desse tipo de fonte requer a investida em uma análise pautada no reconhecimento do discurso como artefato narrativo que obedece às regras de produção próprias do texto assim como em elementos externos que podem influenciar no que foi dito ou escrito. Para a análise interna do discurso recorreu-se a retórica, que é uma importante chave de leitura para a história intelectual Brasileira uma vez que se estabeleceu tanto em sua função ordenadora da persuasão nos discursos como referência compartilhada na construção do conhecimento até as primeiras décadas do século XX. A segunda reflexão se presta a analisar a edição pelas quais os textos passam, ainda na mente do editor até sua publicação e que percorrem para o sentido de protocolos de leitura, com as pegadas, com o investimento editorial para uma “correta” leitura desses textos, na compreensão de que o encontramos na imprensa, no aparato textual, aquele manejado, produzido pelo intelectual que defendem, também interesses dos grupos editoriais para os quais escreve. Deste modo, norteadas pelas premissas acima, empreendeu-se a análise do discurso “O Progresso pela Instrução” (1904), do intelectual educador Manoel Bomfim (1868-1932) e da crônica “A mulher” (1934), da intelectual Maria Dimpina Lobo Duarte (1896-1966). Para tanto, este texto, resultado de uma pesquisa documental encontrou sustento nos conceitos de discurso, por Albuquerque Junior (2009); retórica, por Carvalho (2000) e Reboul (2004); protocolos de leitura, por Chartier (2001) e leitor modelo, por Eco (1986). Os resultados das reflexões e articulações conceituais aqui trazidos, a partir das ideias desses autores demonstram possibilidades teórico-metodológicas e de visibilidade da participação de intelectuais nos espaços públicos em diferentes projetos educacionais.

Palavras-chave: intelectuais; imprensa periódica; discurso

Exibindo avanços ao mundo: o relatório “Education in the State of São Paulo (1903)”

BRUNO BONTEMPI JUNIOR

A história global do movimento escolar está no centro da compreensão da ampla disseminação do universalismo ocidental. Nos últimos anos, tem havido um interesse crescente por relações internacionais, viagens e trocas de experiências no exterior. Mais recentemente, surgiu uma literatura que oferece descobertas contraditórias sobre a suficiência de noções como “influência” ou “importação” sobre ideias pedagógicas, em favor de noções e conceitos como “trocas”, “hibridização”, “circulação” e “apropriação”. Ainda assim, pouca atenção tem sido dada à contribuição Brasileira para o debate educacional mundial durante o século XX, em razão da assentada preferência pelas relações internacionais de tipo centro-periferia. Neste estudo, a atenção está voltada para o relatório intitulado A Educação no Estado de São Paulo (1903), de Oscar Thompson, Horace M. Lane e Carlos Reis, integrantes da Subcomissão de Educação para a Preparação de Exposições de São Paulo à Exposição em St. Louis (1904). Este documento pretendia apresentar à Exposição Preparatória Nacional anterior à Exposição Internacional de Compra da Louisiana, os “avanços” que o sistema educacional insurgente no Estado de São Paulo vinha apresentando desde a implantação da República (1889). O objetivo do estudo é averiguar de que forma os poderes do Estado se aliaram a indivíduos empenhados na educação para organizar uma descrição fidedigna de todos os equipamentos de ensino públicos e privados, apoiada numa narrativa em que aquela unidade federativa, partindo do “estado mais deplorável de abandono”, finalmente teria alcançado o “maior e melhor desenvolvimento” na instrução pública. São Paulo, como diz o relatório, conduziu o Brasil ao concerto das nações civilizadas, graças à excelência de seus serviços educacionais, sincronizados com a pedagogia moderna e a administração escolar. Com relação ao documento, verifica-se que, além da redação que é própria ao gênero relatório, o tratamento verbo-visual, que inclui ilustrações, fotografias e tabelas, organiza uma narrativa em evolução, na qual se destacam agentes políticos que teriam se empenhado na causa da instrução; educadores e educadoras de relevo para a modernização da instrução paulista, como Miss Marcia Brown; números absolutos de estabelecimentos e matrículas; selecionadas instituições particulares de ensino. O relatório claramente associa, além disso, os progressos da instrução paulista ao regime republicano, em contraste com a situação do ensino sob a monarquia. A amostra do estudo consiste, além do referido texto, de relatórios de autoridades educacionais, leis, discursos, notas em jornais e biografias, tendo como destaque os autores do relatório. Os dados são analisados com base na literatura atual sobre a história de São Paulo, as Feiras e Exposições Mundiais e o movimento escolar moderno mundial.

Palavras-chave: exposições internacionais; estado de São Paulo; instrução pública

Significados políticos de cultura e ciência no projeto da Universidade de São Paulo

BRUNO BONTEMPI JUNIOR

O que significaram, em suas sucessivas oportunidades de enunciação, as expressões “cultura desinteressada” e “ciência desinteressada”, frequentemente presentes nos discursos em defesa do projeto original da Universidade de São Paulo? Seria possível identificar, mediante análise histórica do uso da linguagem, os matizes político-ideológicos, as intenções e os interlocutores visados por mentores e apoiadores? Nos discursos dirigidos ao meio intelectual e à “opinião pública” é possível identificar ao menos três significados de “ciência desinteressada”, “cultura desinteressada” e seus correlatos semânticos: a crítica à profissionalização da política, o desprezo pela formação técnica e a valorização da pesquisa básica. Todos denotam o teor propositivo e justificador de uma universidade de ensino e pesquisa que tivesse como seu centro e cúpula uma faculdade de filosofia, letras e ciências humanas. Além dos argumentos sensíveis a criadores e mediadores culturais, a defesa dessa instituição esteve desde sempre associada ao vocabulário e à semântica do político. Na década de 1920, os discursos expressavam as críticas à ausência de justiça e representação no regime republicano, enquanto confrontavam ideologias consideradas exóticas e exógenas com as pautas da “nacionalidade” e da “ordem social”. Em 1934, o arranjo que permitiu a fundação da universidade já se apresentava sob outro panorama político, com o estado paulista sob intervenção, ao qual a retórica da elite ilustrada teria de se adaptar. A partir de 1937, com o avanço do executivo populista e do laicato católico sobre a USP, particularmente, sobre a faculdade de filosofia, a linguagem novamente seria alterada. Por sua vez, nos anos 1940 e 1950, nas colunas opinativas do jornal O Estado de S. Paulo apelava-se à rememoração e retomada dos significados originais do projeto, em vista da realização da democracia. Procurei captar os usos da linguagem para a produção de sensibilidades e afetos e considerei tanto a dimensão discursiva do significado, relativa ao sentido e à informação ligados a palavras e frases, como a dimensão da ação linguística, relativa ao que os enunciadores são capazes de fazer mediante seu uso. Admitindo que os discursos são atos intencionais e refletidos, identifico como seus autores inscreveram a universidade no campo do político, usando a linguagem para representar identidade e coesão, atribuir autoridade e produzir emoções, a fim de persuadir interlocutores em vários estratos de opinião e de poder.

Palavras-chave: Universidade de São Paulo; cultura desinteressada; política

Intervenções e modelos a seguir: o ensino agrícola como ideário de modernização na Primeira República

BRUNO GERALDO ALVES

Esta pesquisa tem como tema a cultura política nacional e o ensino agrícola, no período da Primeira República, enquanto produto de políticas imersas em um discurso modernizador, moralizador que tomaria a formação para o trabalho como um dos eixos articuladores. Isto a partir das ações e do diálogo entre o Ministério da Agricultura e a Sociedade Nacional de Agricultura e de parte da trajetória institucional de uma instituição de ensino que se pretendia modelar, espelho para as demais: a Escola Agrícola Wenceslau Bello situado no Rio de Janeiro. Justifica-se pela importância que a instituição assumiria no cenário das propostas de educação rural no Brasil e a necessidade de investigar a trajetória da mesma, atentando para as transformações e permanências, expressas em parte no cotidiano da instituição. Tomá-la como lócus de análise, significa tentar compreender as possíveis variáveis que envolvem os diferentes âmbitos de governabilidade, que seja nacional e regional, e as propostas de modernização que estão apoiadas em diversos projetos de Brasil. Busca-se dá inteligibilidade às visões sobre rural que orientavam políticas educacionais, aos sujeitos e às práticas pedagógicas que compõem parte da cultura escolar dessa instituição. Nesse sentido que as questões de educação ultrapassariam e assumiriam, aspectos de questão pública e política, ou seja, ampliaria as intervenções para pensar as relações sociais que a envolvem. Busca-se compreender como as práticas pedagógicas desenvolvidas nas instituições relacionavam-se com os delineamentos de projetos e possíveis disputas institucionais locais e/ou nacionais. Baseada na perspectiva da história social e de seus desdobramentos, como a cultura política, delineia-se uma metodologia que atenda às demandas apresentadas pelo objeto da pesquisa. O foco da análise aponta para o trabalho com fontes variadas localizadas nos acervos das referidas instituições, na Biblioteca Nacional, museus, arquivos públicos, jornais, e bases eletrônicas. Como resultados, podemos observar que o período compreendido como primeira república no Brasil foram momentos efusivos e complexos para a educação nacional. O papel preponderante afeito às duas instituições observadas, apesar de manterem e quererem o aparelhamento do Estado como organizador das propostas de intervenção na sociedade, diz muito da relação permeada de aproximações e distanciamentos com o Estado. Pensar em educação na primeira república é pensar em diversos projetos de Brasil, advindos de diversos lugares e organizações, nas quais aspectos políticos, sociais, econômicos e sociais compõem os itinerários das propostas, reformas e discursos.

Palavras-chave: história do Brasil; projetos de educação; ruralização

O método fônico como projeto político-ideológico na história recente da alfabetização no Brasil (2003-2019)

BRUNO MARINI BRUNERI

O presente texto apresenta resultados parciais de pesquisa de doutorado em Educação, que tem como objetivo contribuir para a produção de uma história da alfabetização no Brasil e problematizar aspectos relacionados à metodização do ensino inicial da leitura e da escrita, em especial o movimento recente de (re)proposição do método fônico. Desse modo, enfoca-se a defesa dos discursos políticos em defesa do método fônico, produzidos entre 2003 e 2019, e centrados em relatórios parlamentares e na Política Nacional de Alfabetização (PNA). Fundamentada nos pressupostos teóricos da nova história política e com base no método de “análise da configuração textual”, vêm-se analisando o Relatório Final do Grupo de Trabalho “Alfabetização Infantil: os novos caminhos”, resultado do Painel Internacional de Especialistas em Alfabetização Infantil, publicado pela Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados, em 2003. A escolha pela fonte se deu porque esse documento é considerado o grande catalisador do movimento em prol do método fônico, uma vez que propõe a substituição da teoria construtivista subjacente nos documentos oficiais sobre alfabetização do Ministério da Educação pelo método fônico. Publicado em 2003 pela Câmara dos Deputados, esse documento foi editado em formato de livro, em 2005, pela Editora Memnon. Em 2007, a Câmara dos Deputados reeditou esse documento e, em 2019, o gabinete do deputado Gastão Vieira publicou nova edição, que culminou com a publicação da Política Nacional de Alfabetização. Elegeu-se como fonte de análise as duas últimas edições publicadas pela Câmara dos Deputados tendo em vista o caráter político-ideológico emanado por esse espaço, bem como o acesso às fontes. O relatório foi escrito por pesquisadores nacionais e estrangeiros ligados à Ciência da Cognição e, em seis capítulos, apresenta uma retórica baseada em dados, comparações e evidências científicas recomendado a adoção do método fônico como solução para os problemas da alfabetização infantil Brasileira, além da substituição da abordagem teórica construtivista presentes em documentos e diretrizes oficiais nacionais pelo método fônico. Nas duas edições analisadas estão presentes os mesmos seis capítulos, apesar de quase vinte anos depois da primeira edição, essa terceira, a única revisada, não se difere muito das anteriores. Além da modernização do design gráfico e de uma nova apresentação assinada pelo deputado Gastão Vieira, foi feita a atualização dos dados contidos nos capítulos IV e V, bem como um novo desfecho para o capítulo VI. A mais relevante alteração no documento, centra-se na proposta da revisão da Base Nacional Comum Curricular para adequá-la aos preceitos teóricos da instrução fônica. Em vista do exposto, é possível compreender que os propositores do relatório buscam a hegemonia do método em nível nacional, por meio de um discurso baseado em evidências científicas, oriundas de pesquisas da área da Ciência da Cognição.

Palavras-chave: método fônico; história da alfabetização; fonocentrismo

História do Museu Pedagógico Nacional - Pedagogium: um museu de grandes novidades (1890-1919)

CAMILA MARCHI

O Museu Pedagógico Nacional – Pedagogium foi fundado em 1890 e funcionou até 1919. Foi organizado pelo Decreto nº 981, o qual previa a reforma das instruções primária e secundária. Era função da instituição oferecer ao público e aos professores, principalmente, os meios de instrução profissional, a exposição dos melhores métodos e do material de ensino mais aperfeiçoado, inclusive, oferecendo formação de diferentes tipos. Para tanto, era essencial que a instituição cumprisse algumas exigências: manter a exposição permanente de um museu pedagógico; oferecer cursos científicos; expor e montar gabinetes e laboratórios de ciências físicas e história natural; organizar exposições escolares anuais; dirigir uma escola primária modelo; oferecer uma classe para trabalhos manuais; organizar coleções e modelos para o ensino concreto nas escolas públicas e publicar uma revista pedagógica. Logo, sabe-se uma parcela da história dessa instituição como centro de formação de professores. No entanto, é desconhecida a sua faceta como museu de exposição comercial, uma dentre as várias apresentadas pela instituição. Esta comunicação pretende apresentar a tese de doutoramento intitulada: História do Museu Pedagógico Nacional: Pedagogium – um museu de grandes novidades (1890-1919), defendida em 2021, que buscou compreender e analisar a constituição do acervo do Pedagogium, levando em conta as suas relações entre o comércio e a indústria, tentando compreender a sua organização e, por hipótese, ver e analisar interferências comerciais na sua composição. Perguntou-se: qual a relação de tal instituição, símbolo de modernidade pedagógica, com o mercado pedagógico da época? Para tanto, buscou-se diálogo com a bibliografia especializada e o estudo de documentos localizados no Arquivo Nacional, o Arquivo Municipal do Rio de Janeiro, da Biblioteca Nacional e Centro de Memória Institucional – CEMI, entre outros. Foi observado que o Pedagogium funcionou como um museu de divulgação, estabeleceu relações com empresas de materiais didáticos e incentivou o uso de objetos e tecnologias pedagógicas. Além disso, o papel de formação de professores do Museu foi confirmado: oferecia cursos e conferências sobre temas diversos, abrindo espaço para utilização do acervo pelos professores, promovendo formações diversas para o público em geral, sendo este uma espécie de centro cultural e espaço de debates e disputas políticas no âmbito da educação. No caso, o Museu Pedagógico Nacional pode ser compreendido como um museu de exibição de inovações e modernidades pedagógicas, um museu de grandes novidades.

Palavras-chave: Pedagogium; museu pedagógico; cultura material escolar

Para que não se esqueça: a memória da ditadura Brasileira (1964-1985) nos livros didáticos de História do Ensino Médio

CAMILA MARIA PICCOLI

O presente estudo é fruto da pesquisa realizada durante o mestrado em História, cuja dissertação foi defendida no ano de 2017, e apresenta abordagens sobre Direitos Humanos no ensino de História, a fim de compreender qual a importância da reflexão sobre o regime civil militar Brasileiro nos textos dos principais livros didáticos distribuídos pelo Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio no ano de 2015, para a manutenção dos Direitos Humanos. Desta forma, o objetivo deste trabalho é analisar como a ditadura civil militar Brasileira é abordada nos livros didáticos de História do Ensino Médio, tendo presente, especificamente, a questão dos Direitos Humanos. Buscando salientar a importância do tema e da socialização de reflexões e materiais, o recorte da pesquisa é uma abordagem com ênfase nos Direitos Humanos, pois se acredita que este é um tema ainda pouco discutido em nossa sociedade. Entende-se que o público alvo, os estudantes do Ensino Médio, merece a devida atenção pois, de acordo com as Orientações Educacionais Complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's), o Ensino Médio deixa de ser simplesmente um preparatório para o ensino superior e / ou profissionalizante, e assume a responsabilidade de complementar o ensino básico, deve preparar o aluno para a vida, qualificando para a cidadania, e o capacitando para o aprendizado permanente. O período da ditadura civil militar Brasileira violou os Direitos Humanos, e por ter deixado marcas em nossa sociedade, deve ser estudado de modo ainda mais minucioso. Neste sentido, este assunto deve ser discutido ainda na educação básica, visando promover nos alunos uma formação voltada para a cidadania. A metodologia utilizada é a análise do texto escrito, a partir da análise de discurso, segundo Orlandi, e de conteúdo, segundo Bardin, utilizando-se da contagem de palavras e verificação de seus significados. A análise dos livros didáticos permitiu perceber que este material ainda apresenta poucas reflexões sobre os temas abordados, e não levanta possibilidades de discussão destes temas com os discentes. Conclui-se, portanto, a necessidade de estudar e possibilitar aos estudantes a construção de conceitos fundamentais, tais como: direitos humanos, memória, tempo presente, história, ditadura civil militar Brasileira e cidadania. Também assinala esta importância, a necessidade de melhor conhecer a história recente do país, a fim de refletir sobre fatos que merecem maiores esclarecimentos e suscitar novas pesquisas sobre a temática.

Palavras-chave: direitos humanos; livros didáticos; ensino de história

“As matérias que devem ser publicadas num jornal feminino”: a imprensa feminina nos anos 1940 e 1950 – possibilidades para a escrita da História da Educação

CAREN VICTORINO REGIS

Este trabalho é um recorte da minha pesquisa de doutoramento que trata sobre Arcelina Mochel, vereadora pelo Partido Comunista do Brasil (PCB), em 1947; além de ter sido diretora do Jornal Momento Feminino (MF) entre os anos de 1947 a 1956. O jornal citado é considerado pela historiografia como um periódico da imprensa não oficial comunista. Sendo assim, tenho como objetivo analisar MF para compreender como a imprensa feminina foi um lugar de afirmar a importância da mulher para a educação, no mesmo sentido, que a educação e a instrução seriam “ferramentas” necessárias para a autonomia e libertação femininas. Assim, encontramos em nossa fonte privilegiada (118 números estão localizados na hemeroteca digital da Biblioteca Nacional e também digitalizados no site da Fundação Mauricio Grabois) muitos aspectos educacionais, desde reivindicação por escolas, análises sobre legislação educacional, publicação de cartilhas, indicação de leituras, uma parte destinada às crianças, além da própria compreensão de que a imprensa feminina seria uma forma de “educar” mulheres. Em 1955, Momento Feminino publica a “1ª aula do Pequeno curso de jornalismo feminino”, o qual indica as temáticas que deveriam ser abordadas pela imprensa feminina, incluindo “as seções fixas de educação, pedagogia, puericultura, ao lado de seções especializadas para as crianças, contendo desde os jogos até a literatura infantil, devem merecer especial atenção”. O curso exposto no jornal, e de autoria de Professora Geronima Monteiro, retratava ainda que “um jornal feminino deve publicar todos os tipos de matérias que interessam à mulher, como mãe, cidadã ou trabalhadora”. Sendo assim, problematizarmos sobre a imprensa feminina e entendermos que um jornal escrito por mulheres e dirigido a elas, nos coloca diante das seguintes questões: por que estudar um impresso feminino, militante das décadas de 1940 e 1950? Quais seriam as semelhanças e contradições com os outros periódicos femininos da mesma época? A imprensa feminina nos remete a construção do estudo da educação feminina, o que nos leva não só à história das mulheres, mas também nos ajuda a compreender a história da educação. Neste caminho, podemos afirmar a potencialidade sobre educação que traz Momento Feminino, pois vemos como o periódico trouxe para além das concepções partidárias - pensamentos sobre educação. Por fim, para o estudo apresentado dialogaremos com Perrot (1989, 2015), Certeau (2017), Pinsk (2014) e Berstein (2009), com o intuito de refletirmos sobre a história da educação e sua interseção com a história das mulheres.

Palavras-chave: jornal Momento Feminino; imprensa feminina; história da educação

A história da disciplina de Trabalhos Manuais (1930-1960)

CARINA GOTARDELO FERRO DA COSTA

A disciplina escolar de Trabalhos Manuais se apresenta como uma ferramenta para o desenvolvimento infantil modelado pela ideia de dignificação do homem por meio do trabalho. Rabelais, Locke e Rousseau anunciavam uma educação pelo desenvolvimento dos sentidos, destacando o conhecimento que vem pelas mãos. Tais teorias repercutiram em Pestalozzi, Froëbel e Herbart, que defendiam princípios que, posteriormente, sustentariam a prática do trabalho manual nas escolas primárias. Esta comunicação apresenta um estudo de mestrado, ainda em andamento, sobre a disciplina de Trabalhos Manuais com o objetivo de compreender os processos culturais e estéticos que levaram a sua disciplinarização e obrigatoriedade, considerando as possíveis motivações históricas e ideais sociopolíticos envolvidos em sua implementação no plano curricular do estado de São Paulo. Esta pesquisa conta com a investigação de diferentes documentações, impressos, relatórios, fotografias etc. Como resultados parciais é possível indicar que a disciplina de Trabalhos Manuais se pauta pelo ensino da experimentação, na educação do olhar e na educação corporal, exercitando habilidade, agilidade e destreza das mãos, elementos considerados necessários para o desenvolvimento profissional, por meio de exercícios que visam a produção de algo concreto na sua relação com a percepção de um certo ideal estético, composto historicamente. Verifica-se ainda que a disciplina seria apresentada em diferentes vertentes: educativa, econômica, técnica e artística; e que há diferenças no que tange ao ensino para meninos e meninas, tanto no que diz respeito aos conteúdos quanto à aplicação das metodologias em si. Especificamente para este trabalho, pretende-se a realização de uma discussão a respeito do quadro geral de análises que foram feitas em torno dessa temática, destacando os trabalhos de: Renault D'Enfert (2007), Passaporte (2015), Castro (1982), Dias e Nóvoa (2009), Fizzarini (2018), Duarte (2017), Santos (2012), Hoeller e Daros (2014), Taborda de Oliveira (2019), Hoffman e Costa (2017), Pedrosa (2020), Osinski e Santini (2019), Pereira (2014), Gaeta (2002), Oliveira e Amaral (2012) e Carvalho (2017). Das pesquisas analisadas, encontrou-se o tema sendo estudado por diferentes caminhos, tais como: sua presença no currículo; processo histórico de diferenciação de gênero; os processos históricos de escolarização envolvendo os seus conteúdos; os discursos presentes em periódicos e revistas ou a formação social para o trabalho; a visão dos trabalhos manuais pelas perspectivas intelectuais. Contudo, percebe-se uma lacuna no que diz respeito ao estudo histórico da disciplina em si, considerando seus processos de disciplinarização, modificações pelas quais passou e as suas relações com as percepções estéticas e no envolvimento com a cultura escolar etc., pontos que a comunicação pretende tratar.

Palavras-chave: trabalhos manuais; disciplinas escolares; técnica

As instituições de ensino particulares em Porto Alegre (1927-1957): aspectos relacionados entre tempo, espaço e cidade

CARINE IVONE POPIOLEK

Este texto concentra a atenção na história das instituições de ensino particulares da cidade de Porto Alegre/RS. Apresenta aspectos que envolvem a urbanização e a escolarização. Tais educandários têm sido estudados e pesquisados principalmente no sentido de melhor conhecer a história de suas trajetórias. Existem também estudos sobre escolas étnicas e outras mantidas por congregações religiosas. Percebe-se que boa parte dos estudos desenvolvidos até então trata de uma instituição específica, ou mais de uma, apontando, contudo, características determinadas, como o estudo dos cadernos, da atuação dos docentes e do mobiliário escolar. Buscar compreender se os locais e os espaços, dentro da área do município, ocupados pelas instituições atendiam à demanda da população que estava ao seu redor passa a ser importante neste estudo. Saber se as escolas estavam próximas umas das outras contribui para uma possível disputa da parcela estudantil dos habitantes. Parcela essa que estaria sendo atendida conforme características sociais, políticas, econômicas, etnoculturais, etárias, gênero etc. O quanto a escolarização e a urbanização estavam intrincadas com características relativas à integração das dimensões espaço e tempo na estrutura das cidades e a correlação com a diversidade dos processos sociais na origem do desenvolvimento das instituições são alguns dos aspectos que importa aqui destacar. Diante disso e das possibilidades e limitações que surgiram durante a pesquisa, o objetivo foi investigar quando e onde foram criadas as instituições particulares de ensino de Porto Alegre, entre 1927 e 1957. Além disso, aspectos relativos à escolarização e urbanização são trazidos, no que tange à dinâmica urbana e implicações envolvendo tempo e espaço escolares e citadinos. Aspectos teóricos quanto a esses temas têm base em autores como Cynthia Greive Veiga, Milton Santos, Luciano Faria Filho, Diana Vidal, Amália Dias, Célia Ferraz de Souza e outros. O estudo versa sobre as escolas particulares e apresenta características, sínteses e a localização das mesmas nos mapas de 1928 e 1952, também considerando estudos de Gil, Popiolek (2019). São apontadas particularidades relativas ao período, época de criação dos educandários e características específicas tanto de público como de ensino. Parte significativa dessas escolas eram confessionais ou étnicas, fatores que normalmente determinavam localização e características do ensino ofertado. A comparação dos mapas com localização das escolas é um dos resultados que merece destaque.

Palavras-chave: instituições de ensino; escolas particulares; espaço urbano

Mulheres na América: perspectivas de uma história transnacional dos direitos femininos (1922-1951)

CARLA AZEVEDO

O estudo da história das mulheres é um campo historiográfico que vem se constituindo, crescendo e permite profícuas possibilidades de análise. Nesta perspectiva, o presente estudo configura-se como uma pesquisa documental e bibliográfica, ancorada nos pressupostos teóricos da história das mulheres (PERROT, 1995; BESSE, 1999; SOHIET & PEDRO, 2007), com articulação entre os estudos desenvolvidos no Brasil e nos países da América em torno da pauta da igualdade de direitos entre homens e mulheres. Neste sentido, busca-se abordar pontos relevantes sobre a conquista dos direitos das mulheres em uma perspectiva transnacional, contemplando os países do continente americano, a partir de ações organizadas pelas lideranças da Associação Pan-Americana de Mulheres. Esta associação foi fundada em 1922, como resultado da Primeira Conferência Pan-Americana, realizada em Baltimore, nos Estados Unidos, tendo como presidente a norte-americana Carrie Chapman Catt. Em 1925 há a alteração do nome para União Interamericana de Mulheres e a Brasileira Bertha Lutz assume a presidência. Entre os objetivos do grupo de participantes envolvidas destacam-se a educação das mulheres, a proteção legal às mulheres, o voto feminino e a aproximação entre as mulheres de todos os países do continente americano. Como deliberação da VI Conferência Pan-Americana, realizada em Havana, é criada em 1928 a Comissão Interamericana de Mulheres, que se configura como parte da União Interamericana de Mulheres, composta por uma representante feminina de cada país participante. Esse novo grupo foi encarregado de realizar um estudo sobre a situação jurídica da mulher nas Américas, assim como foi produto de movimentos feministas nascentes em todo o hemisfério. Refletiu, pois, uma maior cooperação entre as mulheres nas Américas do Norte, Central e do Sul. As análises desenvolvidas basearam-se em documentos do Fundo da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino do Arquivo Nacional (RJ), contendo cartas, atas, discursos de conferências e estatutos pertinentes às instituições. O recorte temporal compreende os anos de 1922 e 1951; respectivamente, ano de fundação da Associação Pan-Americana de Mulheres e o ano em que a Brasileira Bertha Lutz foi homenageada como a mulher das Américas. A abordagem apresentada neste trabalho permitiu a reflexão acerca das ações investidas pelas organizações em prol dos direitos femininos, bem como das estratégias utilizadas para o alcance dos objetivos.

Palavras-chave: Associação Pan-Americana de Mulheres; história das mulheres; direitos femininos

Espaços de memórias da educação profissional: o Centro de Memória da Etec Sylvio de Mattos Carvalho (Matão, SP) – unidade 103 do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza

CARLOS ALBERTO DINIZ

O objetivo desta comunicação é discutir a relevância do centro de memória da Etec Sylvio de Mattos Carvalho enquanto espaço de salvaguarda da sua memória institucional. Criada no município de Matão em 3 de junho de 1986, a Etec Sylvio de Mattos Carvalho, unidade 103 do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (Centro Paula Souza – CPS) – autarquia estadual paulista que administra Escolas Técnicas (Etecs) e Faculdades de Tecnologia (Fatecs) – tem atendido desde então a comunidade local e de cidades circunvizinhas com cursos técnicos dos eixos tecnológicos de controle e processos industriais, informação e comunicação, ambiente e saúde, gestão e negócios, além do Ensino Médio e, mais recentemente, do Ensino Médio Integrado ao Técnico. Em comemoração ao trigésimo segundo aniversário de criação desta escola, o Centro de Memória Profa. Sandra Maria Matavelli foi oficialmente inaugurado no dia 4 de junho de 2018. Instalado na antiga sala da Diretoria da Etec, este espaço abriga atualmente um acervo composto por aproximadamente 900 itens reunidos e catalogados por uma equipe de docentes e colaboradores, especialmente: documentos escolares diversos, entrevistas em áudio e/ou vídeo, livros de atas de reuniões, reportagens de jornais e revistas, fotografias, troféus, convites de formatura, placas de homenagens, instrumentos didáticos, entre outros. Para uma melhor compreensão acerca da potencialidade dos centros de memória e arquivos escolares das Etecs e Fatecs do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza como espaço privilegiado para pesquisas em história da educação profissional, recorreremos ao arcabouço teórico da história cultural e da história das instituições escolares. A partir da pesquisa realizada, verifica-se que a instalação de centros de memória em Etecs e Fatecs tem favorecido sobremaneira a salvaguarda da memória institucional e a difusão do patrimônio histórico educativo e do patrimônio cultural da ciência e tecnologia institucional do Estado de São Paulo. Logo, os projetos desenvolvidos por membros das comunidades escolares junto aos seus centros de memória e/ou acervos escolares têm fortalecido os laços de pertencimento com a comunidade e estão relacionados com a história da educação profissional e tecnológica. O Centro de Memória Profa. Sandra Maria Matavelli, da Etec Sylvio de Mattos Carvalho tem desempenhado um papel proeminente enquanto espaço de memória dessa instituição de ensino possibilitando, a partir do seu repertório, a compreensão do seu cotidiano nas práticas escolares partilhadas e construídas ao longo do tempo. Não resta dúvida que o aprofundamento de questões pertinentes ao processo de consolidação do ensino profissional no Estado de São Paulo é algo instigante e que carece de estudos a fim de que possa ser traçado o perfil dessa modalidade de ensino no contexto da história da educação Brasileira. Certamente, os centros de memória podem contribuir muito com essa empreitada.

Palavras-chave: história do ensino profissional; Etecs e Fatecs do Centro Paula Souza; centro de memória

O secundário em disputa: atuação dos atores políticos na expansão dos ginásios e colégios no Estado de São Paulo (1932-1971)

CARLOS ALBERTO DINIZ, ROSA FÁTIMA DE SOUZA-CHALOPA

Esta comunicação discute a participação dos Poderes Executivo e Legislativo na expansão dos ginásios e colégios públicos estaduais no Estado de São Paulo ocorrida entre os anos de 1932 e 1971, utilizando como fontes de pesquisa a legislação educacional; os Projetos de Lei apresentados por deputados e governadores à Assembleia Legislativa (Alesp); as mensagens dos governadores paulistas; as sinopses estatísticas do ensino secundário e os relatórios dos censos realizados pelo IBGE. A investigação fundamenta-se na Nova História Política que postula a compreensão das relações entre educação e Estado entendendo o poder e suas manifestações não só como soberania do Estado, mas como um assunto social que afeta os sujeitos particulares e coletivos. Sob um viés cronológico, a expansão dos ginásios e colégios públicos estaduais no Estado de São Paulo, iniciada na década de 1930, pode ser compreendida em 3 momentos distintos no recorte histórico adotado: o primeiro, entre 1932 e 1947, contou com a atuação dos Interventores Federais que tiveram um papel decisivo na difusão do secundário, realizando-a de forma estratégica e alinhada aos municípios. O segundo momento, entre 14 de março de 1947 (início do governo de Adhemar Pereira de Barros e da atividade legislativa da Alesp, após o fim da ditadura civil de Getúlio Vargas) e o recesso compulsório da Alesp em 7 de fevereiro de 1969 decorrente da edição do Ato Institucional n. 5 (AI-5). Importantíssimos no processo de expansão do ensino secundário, os deputados estaduais – que viam na escola secundária uma grande oportunidade política – disputavam entre si e também com os governadores a criação de escolas em seus redutos eleitorais, utilizando-se de critérios meramente políticos para se manter no poder. Já o terceiro momento engloba o início do recesso da Alesp e o encerramento do mandato do governador Abreu Sodré (em 15 de março de 1971), quando a criação de escolas ficou sob exclusividade do Poder Executivo que, por sua vez, recorria ao Conselho Estadual de Educação (CEE) e à Secretaria Estadual de Educação (Seduc) que apontavam quais as localidades que deveriam ser contempladas, atendendo à legislação educacional paulista vigente à época. Entre outros aspectos como, por exemplo, a adoção de critérios técnico-administrativos e estatísticos pelo CEE e Seduc na criação de escolas, essa reflexão aponta que a expansão da rede estadual de escolas no Estado de São Paulo se manteve desordenadamente em ritmo acelerado atendendo à demanda da sociedade que via no ensino médio uma possibilidade de ascensão social e melhores condições de vida, reforçando, assim, a representação social dessa modalidade de ensino. Ademais, verificou-se a manutenção do mecanismo adotado à época dos Interventores Federais de contrapartida material por parte dos municípios no processo de obtenção de ginásios e/ou colégios públicos.

Palavras-chave: ginásios e colégios; expansão do ensino secundário; política educacional

O perfil do Conselho Diretor da Associação Brasileira de Educação: formação, ideologias políticas, linguagens e projetos educacionais (1920-1940)

CARLOS EDUARDO VIEIRA, CAMILLA ZANQUETTA CARDOZO

Esta comunicação tem como objetivo analisar o perfil do Conselho Diretor da Associação Brasileira de Educação (ABE), entre os anos de 1920 e 1940, considerando os seguintes aspectos: origem social, formação, atuação profissional, gênero, ideologia política e linguagem praticada pelo núcleo dirigente da entidade. Levando em consideração essas características, buscamos investigar as redes de sociabilidade (SIRINELLI, 2003) que os envolvidos com a criação e a consolidação da ABE estabeleceram com outros atores, de modo que seja possível compreender a dinâmica e a organização desses intelectuais, com seus vínculos institucionais e projetos defendidos no espaço público. Fundada em 1924, a ABE foi composta por intelectuais portadores de horizontes teóricos, políticos e pedagógicos diversos, contudo, contornaram essas diferenças, em favor da causa comum de defesa da educação como projeto estratégico para o país. Para além do púlpito da ABE, esses intelectuais partilhavam diferentes espaços de projeção social, entre os quais destacamos as escolas superiores e secundárias, a imprensa, as associações científicas e literárias e as diferentes instâncias do Estado. Essa exposição e circulação, somada ao perfil dos dirigentes da entidade, contribuiu para a formação de seus ideais de educação e de nação. Metodologicamente temos como horizonte a prosopografia (STONE, 2011), que visa a produção de biografias coletivas, identificando aspectos em comum ao grupo dirigente da ABE. O conceito de intelectual (VIEIRA, 2011) também terá função heurística importante nesse estudo. As fontes da pesquisa foram os arquivos da ABE, considerando o Estatuto de criação, as atas da entidade e as teses apresentadas nas Conferências Nacionais de Educação. Nas conclusões, apontamos para a prevalência no núcleo dirigente da ABE de homens, brancos, de origem social abastada, com formação superior nas áreas de engenharia, medicina e direito. O magistério é uma ocupação comum, assim como a atuação na imprensa. Portadores de uma visão de mundo que enfatizava a ciência e a técnica, politicamente oscilaram entre as ideologias liberal e conservadora. Não obstante, mesmo os identificados com o liberalismo, conferiam ao Estado um papel político central. Em comum o diagnóstico sobre o atraso do Brasil em relação aos países considerados como modernos e desenvolvidos. Compartilhavam, também, a crença no poder salvífico da educação que, segundo a interpretação desses atores, se encontrava secundarizada pelos sucessivos governos, do Império à República. Em termos de linguagem praticada, prevaleceu um léxico que combinou termos próprios dos discursos religioso, científico e profissional que, articulados, produziram retóricas voltadas à defesa de um projeto político para o país, assentado sobre distintos projetos formação: a escola primária, cívica, instrumental e voltada para a formação do povo; e a escola secundária e superior, humanista e científica, vocacionada a formar as elites dirigentes.

Palavras-chave: Associação Brasileira de Educação; perfil do conselho diretor; intelectuais

A formação da nacionalidade no inquérito “O problema universitário Brasileiro” (1928)

CARLOS EDUARDO VIEIRA

O problema privilegiado nesta comunicação é a proposição de reforma universitária apresentada pela Seção de Ensino Técnico e Superior (SETS), da Associação Brasileira de Educação (ABE), no ano de 1928. Esta proposta foi materializada pelo inquérito O problema universitário Brasileiro, promovido pela SETS e aprovado como diretriz política da ABE para o ensino superior, na II Conferência Nacional de Educação (II CNE), realizada em Belo Horizonte, em 1928. Os resultados do inquérito foram publicados em 1929, sendo composto, principalmente, pelas teses defendidas pelos membros da SETS e, ainda, por um conjunto de teses-resposta de diferentes intelectuais Brasileiros, escolhidos criteriosamente pela associação. Esse documento representa a fonte histórica principal dessa pesquisa. Em termos metodológicos, um conjunto de conceitos foram mobilizados, entre os quais destacamos: intelectuais (VIEIRA, 2011); redes de sociabilidade (SIRINELLI, 2003); linguagem política e jogos de linguagem (SKINNER, 2002). A articulação desses conceitos permitiu compreender os membros da SETS como intelectuais que consolidaram as suas posições na esfera pública, a partir da constituição de redes de sociabilidade, que difundiram um modo de falar peculiar sobre a universidade. Este jogo de linguagem, enunciado em diferentes púlpitos, foi capaz de mobilizar um conjunto de conceitos normativos, que possibilitaram ações que, a um só tempo, consolidaram a autoridade simbólicas dos intelectuais envolvidos, bem como difundiram significados sobre a reforma universitária pretendida. Nas conclusões evidenciamos que este jogo de linguagem foi constituído por termos oriundos de diferentes léxicos, entre os quais destacamos: o científico e o profissional da área da engenharia. Não obstante, se a linguagem mobilizada era, prevalentemente, técnica e científica, as intenções eram eminentemente políticas, uma vez que identificamos que os propositores do inquérito pretendiam demonstrar as limitações do regime universitário em curso no país, especialmente a realidade representada pela Universidade do Rio de Janeiro, criada em 1920. Sendo assim, para além de uma reforma do ensino superior no país, os intelectuais da SETS defenderam a centralidade da universidade na vida nacional. Nos termos do próprio inquérito, a universidade deveria representar uma “usina mental e um foco de Brasilidade”, capaz de fazer o país ingressar no seletivo grupo das nações modernas. Dessa forma, sustentaram a necessidade de se criar um sistema universitário que ultrapassasse a simples agregação de escolas superiores e correspondesse às necessidades de cada região do país. A ênfase na pesquisa e na produção de conhecimentos revelou-se, também, uma ruptura em relação à tradição das escolas superiores e seus objetivos limitados à formação profissional. Nesse novo regime universitário, o professor catedrático, cientista e nacionalista, ocuparia um papel crucial na formação da nacionalidade e na modernização do país.

Palavras-chave: inquérito do ensino superior; Associação Brasileira de Educação; discurso educacional

John Dewey como intelectual da educação: a democracia escolar como justiça social

CARLOTA BOTO

Na transição entre os séculos XIX e XX, o modelo escolar, tal como estava constituído, passa a dialogar com a ideia de sua renovação. A intenção do novo vigora nos projetos pedagógicos que então se delineavam. O movimento da Escola Nova estrutura-se como uma verdadeira inflexão no campo da pedagogia. A despeito de já se ter praticamente consensuado sobre a necessidade de uma escola para todos, a confecção da escola, tal como ela existia, era insuficiente. Era preciso transformar a instituição para que a organização do ensino pudesse ter êxito. Daí o surgimento de uma geração de intelectuais da educação, voltados para projetos de inovação educacional, em torno da Liga Internacional da Educação Nova. Paralelamente a tal movimento europeu, o norte-americano John Dewey (1859-1952) apresenta-se como companheiro de viagem daqueles arautos da escolarização nova, sendo talvez quem melhor explicitou um novo desenho para o artefato dos rituais escolares. Para John Dewey, o saber se produz no sujeito mediante a reconstrução de sua experiência. Sob tal ponto de vista, Dewey projeta uma ação educativa que se pretendesse traduzir como miniatura da vida social. Daí o privilégio de criação de situações democráticas, para poder formar o futuro cidadão mediante o sistemático exercício de práticas escolares supostamente análogas às práticas exercidas pelos cidadãos na vida em sociedade. Dewey acreditava que uma sociedade democrática seria gestada a partir do exercício sistemático da democracia também nas práticas escolares. Isso é o que ele escreve em 1916 em sua talvez principal obra – *Democracia e educação*. A presente comunicação propõe-se a efetuar uma leitura e interpretação crítica do livro *Democracia e educação*, bem como de outras obras de John Dewey (*Meu credo pedagógico*, de 1897 e *Experiência e educação*, de 1938), tendo por objetivo a compreensão do significado de escola justa no pensamento do autor. Intelectual da educação, Dewey pensou na formação do caráter das crianças para a confecção de uma sociedade mais equitativa. A compreensão da ideia de justiça como pauta da ação escolar no pensamento de Dewey é o objetivo ao qual nos propomos aqui. Do ponto de vista metodológico, faremos uma leitura crítica de algumas das principais obras de Dewey, tomadas essas como fontes documentais. Seria interessante averiguar como tais projetos se traduziram em uma determinada proposição do que se passa a compreender por uma escola organizada a partir de alicerces que possibilitem a construção interna da justiça. A escola, em Dewey, é um instrumento formativo da democracia na sociedade; e a educação seria, portanto, um meio de reforma coletiva – o que por si constituiria um passo no caminho da justiça social e da justiça nas práticas pedagógicas. Como resultado da presente pesquisa, temos que democracia na educação em Dewey é, pois, um método para formar o caráter das crianças.

Palavras-chave: John Dewey; democracia escolar; escola justa

O piquenique: tempo e lugar de educação pela natureza

CARMEN LUCIA SOARES

O trabalho apresentado é parte de uma pesquisa maior financiada pelo CNPq (PQ-2-CA-ED) que toma a natureza e a vida ao ar livre como lugares de educação, cura e divertimento. A pesquisa se debruça sobre importância atribuída à natureza e seus elementos no Brasil ao longo das primeiras décadas do século XX e constata certa centralidade daquilo que denominamos de ideário de vida ao ar livre presente em inúmeras práticas e representações. Este período concentra um conjunto de explicações, argumentos e comprovações científicas acerca dos benefícios que se podem auferir do ar puro, do sol, dos banhos de rios, mares, ou, de águas termais. Este é o período em que aparecem as primeiras alusões de um tempo livre fora do mundo do trabalho, tempo esse que as populações urbanas vão, pouco a pouco, consagrar à frequência de jardins públicos, parques e praças, clubes esportivos e recreativos localizados nos arredores das cidades, a beira dos rios ou a beira mar. A natureza toma, então, um lugar central nas reflexões e preocupações educativas que se traduzem pela emergência de numerosas e diversificadas práticas ao ar livre, entre elas, o piquenique, objeto dessa exposição. A prática do piquenique parece fazer parte do que se faz ao ar livre e pode ser concebida como lugar de educação e de divertimento. Uma de nossas hipóteses é de que o piquenique seria a expressão de uma nova, inédita e sofisticada sensibilidade em relação à natureza, seus elementos e à vida ao ar livre. Nosso estudo examina um conjunto de fontes constituídas pela imprensa (jornais e revistas de variedades), bem como por imagens (pinturas e fotografias). São reportagens, publicidade e notas produzidas pela imprensa do período que insistem nos benefícios de uma relação mais direta com a natureza e seus elementos e onde emerge, nitidamente, o piquenique. A imprensa é, efetivamente, uma fonte privilegiada para compreender os desejos e expectativas de uma sociedade, assim como valores que inspiram comportamentos coletivos. É, pois, desse conjunto de fontes que emerge, com regularidade e frequência, a prática do piquenique, promovida tanto por associações de trabalhadores urbanos de diferentes setores, quanto clubes e associações esportivas e recreativas, ou, ainda, no interior de propostas pedagógicas realizadas por escolas. Em linhas gerais, o piquenique poderia ser concebido como expressão de novas ideias e valores concernentes aos benefícios de uma vida ao ar livre, tempo e lugar de educação e divertimento dos habitantes das cidades.

Palavras-chave: piquenique; vida ao ar livre; natureza

O peso do “novo” – movimentações burocráticas e sociabilidades políticas (Santa Catarina, década de 1930)

CAROLINA CEHELLA PHILIPPI

Esse trabalho tematiza a atuação burocrática e política de Luiz Trindade, professor, inspetor e diretor da instrução catarinense. Para tanto, estabelece como recorte a década de 1930 e toma como fontes os ofícios da Diretoria da Instrução e do Departamento de Educação, a Revista de Educação e a imprensa. Estabeleceram-se como objetivos o mapeamento da iniciativa de reforma encampada por ele, bem como seus encadeamentos e desdobramentos interpretativos. Dessa forma, pretendeu-se matizar a historiografia sobre o tema que a classificou como pouco eficaz (MOREIRA, 1954; FIORI, 1975) e a comparou reiteradamente com a Reforma do Ensino encampada por Orestes Guimarães (1911). Nesse sentido, almejou-se operar uma crítica à construção da narrativa a seu respeito a partir de sua articulação política e de suas ações nas instituições educativas e nas políticas públicas. Para tanto, os referenciais teóricos mobilizados consideraram a centralidade do estudo das práticas tal qual postulada por Michel de Certeau (1985, 2009), sobretudo para o entendimento das iniciativas de reforma da instrução (VIDAL, 2007). Ademais, foram também consideradas as redes (SIRINELLI, 1996) de contato e influência tecidas em meio a uma sociabilização burocrática (FORMOSINHO, 2007). A metodologia empreendida considerou o mapeamento dos desvios em uma série documental longa, viabilizando assim a operação historiográfica (CERTEAU, 2002). Como resultado, listaram-se as manobras burocráticas e políticas encampadas por Luiz Trindade na década de 1930, situando suas sociabilidades e rastreando os contatos que alavancaram (ou não) a sua movimentação funcional. Por fim, matizou-se a narrativa historiográfica creditada à reforma do ensino que empreendeu, relacionando as disputas de memória que nuançaram essas interpretações.

Palavras-chave: reforma do ensino; política educacional; burocracia educacional

O ensino da escrita no contexto de renovação pedagógica: um estudo sobre o ditado escolar a partir de programas de ensino (1930 - 1960)

CAROLINA MONTEIRO

O trabalho se situa no âmbito dos estudos em História da Educação e adota os pressupostos teóricos e metodológicos da História Cultural, que concebe a leitura e a escrita como práticas culturais, entendidas assim porque “traduzem em atos as maneiras plurais como os homens dão significação ao mundo que é o seu” (CHARTIER, 2004, p. 18). Tem como objetivo identificar orientações sobre a adoção e a aplicação do ditado em sala de aula contidas em programas de ensino, sendo alguns deles elaborados e aprovados por decretos oficiais e/ou anexados a manuais de ensino destinados à formação de professores publicados entre as décadas de 1930 e 1960. A investigação tem este período como recorte temporal devido à introdução e adoção mais expressiva do ideário da Escola Nova no Rio Grande do Sul, especialmente a partir do Decreto n. 8020 de 29 de novembro de 1939, que aprovou o “Programa mínimo a ser adotado nas escolas primárias do Estado”. As mudanças promovidas por tal movimento na educação Brasileira e na instituição escolar têm importantes repercussões no ensino, naquilo que é ensinado, em como é ensinado e porque é ensinado. O papel central do aluno no processo de ensino-aprendizagem, a função do professor, a importância da escola como instituição formadora, os objetivos do ensino, a diversificação de materiais utilizados, com especial destaque ao uso mais recorrente do caderno, são alguns exemplos destas repercussões que auxiliam a pensar o ditado nesse contexto. O estudo toma como referenciais historiadores da educação que dedicaram-se ao estudo deste período histórico no Brasil, tais como: Cynthia Greive Veiga, Vera Teresa Valdemarin, Diana Gonçalves Vidal e Eliane Peres. O corpus empírico do estudo é composto por cinco programas de ensino e, a partir da análise deste conjunto, observa-se que o ditado é frequentemente indicado junto à cópia, como se estes fossem exercícios ou atividades similares ou complementares. Destaca-se, também, a preocupação expressa nos programas com o erro e o quanto o contato com o erro poderia levar à fixação da grafia errada das palavras pelas crianças. Acresce a evidência da gradação do ditado por meio do aumento do grau de complexidade daquilo a ser ditado pelo professor para os alunos conforme o avanço dos anos/séries. Em alguma medida, eles tratam dos objetivos, dos conteúdos e da ação do professor. Finalmente, a investigação constatou que tais aspectos expressam um processo de didatização do ditado, fortemente influenciado pelo ideário da Escola Nova.

Palavras-chave: escola nova; ditado; programas de ensino

Pedagogias em disputa: Silva Jardim e Camilo Passalacqua na Escola Normal de São Paulo (1884/1887)

CAROLINA MOSTARO NEVES DA SILVA, BRUNA POLACHINI

Na década de 1880, a Escola Normal de São Paulo foi palco de uma série de disputas de caráter político, religioso e intelectual, que permeavam as práticas pedagógicas realizadas na instituição. Nesta comunicação, buscamos identificar e analisar as concepções de ensino, de aluno e de professor, expressas nos escritos, nos discursos e nas práticas pedagógicas de dois professores dessa escola. O primeiro deles é Antônio da Silva Jardim (1860-1891), jurista, reconhecidamente positivista, que atuou como professor efetivo da cadeira de Gramática e Língua Portuguesa, entre 1883 e 1887, e como regente interino da cadeira de Pedagogia, Metodologia e Instrução Religiosa por oito meses, entre 1884 e 1885. O segundo docente é o padre Camilo Passalacqua (1858-1920), que ingressou na Escola Normal em 1885, assumindo a cadeira de Pedagogia, Metodologia e Instrução Religiosa, em meio a ações que buscavam neutralizar o positivismo na instituição. Procuramos analisar como esses sujeitos se apropriaram de elementos dos discursos pedagógicos contemporâneos, como os preceitos da educação integral, do ensino gradual, intuitivo, da coeducação etc., articulando-os com perspectivas político-filosóficas e religiosas bastantes distintas. Para tanto, as fontes principais consultadas foram as publicações Reforma do Ensino de Língua Materna (1884), de Silva Jardim, e o livro Pedagogia e Metodologia (1887), de Passalacqua; além de artigos publicados em jornais do período. Silva Jardim apresentou em conferência realizada na Escola Normal de São Paulo em abril de 1884, posteriormente impressa para ser distribuída a estudantes da escola e professores primários, uma série de instruções pedagógicas para o ensino da língua portuguesa, desde a alfabetização até o aprimoramento da fala e da escrita. Defendendo o ensino laical e sem foco na gramática, o professor apresentou métodos inovadores, como a alfabetização pela palavrção, baseando-se nas ideias do português João de Deus, e exercícios de fala e escrita com textos e diálogos cotidianos. Além disso, ele combinou a Lei dos três estados de August Comte com elementos do ensino intuitivo. Passalacqua também reuniu em seu livro aspectos pedagógicos considerados inovadores, abordando a educação física, moral e intelectual, discutindo a importância da higiene e até do mobiliário escolar. Em meio à crescente defesa de um ensino laico, o professor considerava que não poderia haver educação sem Deus e que as práticas das virtudes cristãs são fundamentais ao ato de educar. Os dois professores defendiam perspectivas pedagógicas diversas no âmbito do projeto de formação docente que se pretendia estabelecer na Escola Normal de São Paulo. Essas diferenças se expressam em seus escritos, mas também nas aulas, e são visíveis, sobretudo, nos materiais adotados para o ensino por cada docente em sua cadeira.

Palavras-chave: século XIX; Escola Normal de São Paulo; Pedagogia

Métodos de organização do ensino no século XIX: saberes pedagógicos e práticas docentes

CAROLINA RIBEIRO CARDOSO DA SILVA, FRANCIELE FERREIRA FRANÇA

Durante a segunda metade do século XIX, em meio à organização da instrução pública no Império Brasileiro, a questão dos métodos de ensino e de organização das escolas aparece como pauta recorrente nas discussões sobre a estruturação do ensino primário pelas províncias. O presente trabalho tem por proposição acercar-se dos debates especificamente em torno dos métodos de organização escolar, denominados como individual, simultâneo, mútuo simultâneo-misto, com o intuito de identificar saberes pedagógicos e práticas docentes. O estudo busca responder à seguinte problemática: quais as vantagens e desvantagens dos métodos de organização escolar na perspectiva de professores? Para tanto, toma como principal fonte de análise documentos escritos por docentes que atuavam nas Escolas primárias e/ou nas Escolas Normais, tais como relatórios, manuais e revistas pedagógicas, no cotejamento com a legislação educacional e com registros de outros sujeitos envolvidos com a instrução pública, como presidentes de províncias e inspetores de ensino. Na análise das fontes, ancora-se em autores que discutem sobre saberes docentes (Carvalho, 1998; Catani, 1994; Silva, 2006), métodos de ensino (Souza, 2009) e cultura empírica da escola (Escolano Benito, 2017). A pesquisa evidenciou que a escolha do método levava em consideração um conjunto de elementos, tanto materiais (mobiliário, materiais didáticos, espaços físico), quanto pedagógicos, na medida em que se discutia a eficiência dos métodos para as aprendizagens. Com relação ao ofício docente, percebe-se que tanto a experiência de utilização dos métodos quanto as recomendações sobre seus usos contribuíram significativamente para a composição dos saberes dos professores primários, influenciando na constituição da própria profissão docente. A partir da definição do método, os professores organizavam suas salas de aula, solicitavam materiais e mobiliários, (re)formulavam os planos de ensino e conduziam seu modo de ensinar. Questões sobre como bem executar o método e vantagens e desvantagens de sua aplicabilidade foram presentes nos suportes de escrita docente, como os manuais e as revistas pedagógicas, e as ponderações advindas desses saberes justificavam e/ou motivavam novos debates em torno do tema. Dentre as vantagens e desvantagens dos métodos estão questões como saúde do mestre, progresso dos alunos, contato entre discípulo e mestre, disciplina, classificação e economia de tempo e de dinheiro. Percebe-se um consenso entre os administradores provinciais, professores e inspetores de ensino, de que só um bom método melhoraria as condições escolares existentes, promovendo a obtenção de bons resultados, visto que, se bem aplicado, impediria a baixa frequência dos alunos garantindo sua permanência e adiantamento nos estudos, o que só ocorreria se o professor estivesse bem-preparado.

Palavras-chave: métodos de organização do ensino; saberes docentes; escola primária

Meios artificiais de incitar à disciplina: objetos de premiação e punição em manuais de pedagogia do século XIX

CAROLINA RIBEIRO CARDOSO DA SILVA, VERA LUCIA GASPAR DA SILVA

O objetivo deste texto é apresentar um conjunto de objetos de premiação e punição inscritos em obras voltadas para a formação de professores no século XIX, refletindo sobre sentidos político-pedagógico que sustentam as prescrições ou proscricções de seus usos nas escolas. Para tanto, são analisados dez manuais de Pedagogia produzidos na segunda metade do oitocentos, tanto em âmbito nacional (Brasil) quanto internacional (Portugal, França, Itália, Estados Unidos). O estudo busca responder às seguintes problemáticas: Que objetos de premiação são citados em manuais de Pedagogia da segunda metade do século XIX? Quais discursos sustentam as recomendações ou críticas quanto a seus usos nas escolas? A abordagem teórico-metodológica se vincula à discussões acerca da cultura escolar, tomando-se como principal referência os estudos de Agustín Escolano Benito (2017) acerca da cultura empírica da escola, bem como, à cultura material escolar (Gaspar da Silva; Souza; Castro, 2018). A disciplina é pensada com amparo na perspectiva da cultura escolar indicada, destacando-se meios de incitar os alunos ao estudo e à obediência. A análise dos manuais permitiu perceber uma série de ensinamentos acerca da importância da disciplina nas escolas primárias, bem como identificar estratégias práticas recomendadas para obtê-la (Cardoso da Silva, 2018). Em geral, para alcançar a boa ordem e a disciplina, os autores destacam diferentes estratégias disciplinares, tanto aquelas consideradas “naturais” quanto as “artificiais”. As primeiras, de natureza imaterial, como o elogio ou repreensão perante a classe, por exemplo; as segundas, materializadas em uma série de artefatos, tais como livros de registros (de notas, de chamadas etc.), objetos de premiação (medalhas de distinção, cartões de honra ao mérito, pontos bons, presentes etc.) e de punição (palmatória, quadro da vergonha, chapéus de burro, livro negro etc.). Quanto aos sentidos político-pedagógicos da disciplina foi possível perceber a aposta na escola como instituição formadora de hábitos e condutas, aliada a um projeto societário civilizador que encontra na instrução pública um canal de propagação pelo menos desde o século XVIII (Boto, 2017). Além disso, evidencia-se o princípio pedagógico que repousa na crença da atenção como elemento indispensável à aprendizagem, o que só seria possível num ambiente silencioso, ordenado, disciplinado. Destacamos a profunda relação entre avaliação e disciplina, uma vez que a própria atribuição de notas a diferentes aspectos da vida escolar pode ser lida como um motivador artificial (Freitas, 2003), sendo a nota a base de um sistema de punição e de premiação.

Palavras-chave: disciplina; manuais de pedagogia; cultura material escolar

Irmãos Koch, think tank, coletivos juvenis: a atuação da rede libertariana sobre a educação

CAROLINA RIEGER MASSETTI SCHIAVON

Por ocasião do ciclo de manifestações motivadas pelo reajuste da passagem no transporte público, em junho de 2013, deflagradas pelo Movimento Passe Livre (MPL), grupo historicamente atuante à esquerda no espectro político, alguns jovens ganharam projeção no cenário. Esses jovens declaravam-se libertarianos – anarcocapitalistas, os mais radicais – já estavam previamente organizados, manejavam as redes sociais e fizeram uso ostensivo delas. Declarando ter perdido o controle da situação, o MPL retirou-se dos atos, e o Movimento Brasil Livre (MBL), ganhou protagonismo. A marca MBL fora criada para viabilizar a participação desses jovens nas manifestações políticas Brasileiras, pois, por integrarem uma rede capilarizada de think tanks de defesa do livre mercado, criados e mantidos, em sua maior parte, por doações estrangeiras provenientes de metathink tanks, como a Atlas Network e o Students for Liberty, e fundações mantidas por plutocratas, predominantemente, estadunidenses, era-lhes vetado participar em nome dessas sucursais. Entre os principais doadores estão os irmãos Koch, bilionários do setor petroquímico que atuam por meio de doações alegadas filantrópicas e, em contrapartida, são beneficiados por isenções de impostos, expandindo sua fortuna e sua visão de mundo. Esta comunicação pretende apresentar os resultados da dissertação de mestrado intitulada “Irmãos Koch, think tank, coletivos juvenis: a atuação da rede libertariana sobre a educação” que teve por objetivo compreender a ação de dessa rede multidimensional, mais especificamente dos irmãos Koch, para a difusão de um ideário, por meio do treinamento de jovens lideranças, que voltam aos seus países de origem para consolidar o neoliberalismo como a última realização humana, naturalizando-o, atuando pela desregulamentação, minarquia e privatização de todos os direitos sociais e pela defesa da meritocracia, buscando modificações estruturais da sociedade, dentre elas, o funcionamento da educação. Perguntou-se: Qual é a atuação da rede financiada pelos irmãos Koch a partir de think tanks neoliberais? Como acontece a relação entre os financiamentos estrangeiros, centralizado no cenário de atuação política de movimentos juvenis Brasileiros, pensando a educação? Quais são as instituições e sujeitos de composição dessa rede na América Latina? A documentação privilegiada está disposta em arquivos de instituições envolvidas, sites de organizações e coletivos políticos juvenis, hiperlinks de universidades e produtos de internet (redes sociais). O referencial de “experiência” de Thompson (1981) é usado para perceber a maneira como sujeitos criam novos conceitos para tentar estruturar uma realidade social por meio da organização de aparatos de circulação e fomento de consciências.

Palavras-chave: think tanks; juventude; irmãos Koch

Circulação transnacional de métodos de ensino: o caso do Método Zaba

CAROLLINA CARVALHO RAMOS DE LIMA

A pesquisa que ora proponho pretende investigar a circulação transnacional de um método mnemônico para o ensino de História, o Método Zaba, adotado por pelo menos cinco Províncias Brasileiras na década de 1870. Nesse mesmo período, o autor, Napoleão Felix Zaba, viajou alguns países da América, incluindo o Brasil, para demonstrar a eficácia de suas técnicas de memorização, firmando contratos com governos e instituições privadas e ampliando o alcance de suas redes sociais. Parto da premissa de que a compreensão da constituição dos sistemas escolares e, mais especificamente, do ensino de História no Oitocentos passa pela reconstituição dos debates - locais - que envolvem as ideias pedagógicas e requer a observação da circulação de sujeitos, artefatos, tecnologias e métodos didáticos em uma perspectiva conectada e transnacional (VIDAL, 2009, 2019), viabilizada pela formação de redes entre educadores, instituições, governos, comerciantes etc. que atuam para além das fronteiras nacionais (VERA, SCHUPP, 2005; FUCHS, 2007; VIDAL, 2019), cuja recepção é marcada pela agência de indivíduos e/ou instituições em âmbito local e pelas apropriações que acontecem nesses contextos. Esta investigação, portanto, busca reconstituir a circulação do Método Zaba, descrever suas singularidades e reconhecer as conexões e os deslocamentos característicos de seu processo de difusão. Em última instância, se quer entender, por um lado, a relação entre o trânsito de métodos didáticos para o ensino de história e as redes de intercâmbio que se formam e operacionalizam a circulação de ideias pedagógicas para além das fronteiras; e por outro, a apropriação situada, crítica e criativa desses métodos em seus destinos. Portanto, a partir dessa investigação seria possível pensar algumas questões sobre a forma e o conteúdo da história escolar na segunda metade do século XIX e as discussões em torno de seus objetivos enquanto disciplina, bem como, o intercâmbio de métodos didáticos “inovadores” e a recepção de propostas pedagógicas na arena educacional, cujo fluxo de informações e pessoas não se limitam ao território politicamente delimitado, embora as apropriações e as práticas possam ser melhor compreendidas se observamos os debates locais. Para esta pesquisa, reconheço o método de ensino como objeto cultural complexo, entendido em dupla dimensão: (1) manual/livro didático escrito por um autor e fabricado por um editor, destinado a um público específico – ainda que ele seja múltiplo, e (2) “conjunto de princípios pedagógicos [...] que definem objetivos e os meios adequados para alcançá-los”. (CHARTIER; HÉBRARD, 2001, p. 142). Em última instância, esta investigação do Método Zaba pretende “seguir-lo” através de indícios, a fim de descrever suas singularidades e reconhecer as conexões e os deslocamentos característicos de seu processo de difusão.

Palavras-chave: Método Zaba, ensino de história, história transnacional da educação

Os cursos de aperfeiçoamento e a propagação de variadas propostas para o ensino da Educação Física no Brasil (1950 a 1970)

CÁSSIA DANIELLE MONTEIRO DIAS LIMA

Os cursos de aperfeiçoamento de curta duração em educação física realizados no Brasil, ao longo das décadas de 1950 a 1970, oportunizaram a recepção de diferentes maneiras de pensar e fazer a educação física, que, apropriadas, conformaram uma espécie de reunião de diferentes formas de organizar o ensino dessa prática pedagógica. Esta comunicação visa compreender melhor essas estratégias, que objetivaram atualizar os conhecimentos do professorado, bem como propagar as consideradas “novas” e “modernas” propostas para o ensino da educação física, produzidas em diferentes países, sobretudo da Europa. Para este estudo, foram mobilizadas notícias de jornais, relatórios, manuais, livros, periódicos especializados, planos de ensino e fotografias. Tais documentos foram reunidos em visitas a acervos em Campinas, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Curitiba e Porto Alegre. É possível afirmar que ao longo das três décadas estudadas houve investimento considerável na realização destes cursos de aperfeiçoamento, o que permite inferir que foram adotados como possibilidade de formação e capacitação profissional. Desse modo, a fim de compreender essas estratégias, os sujeitos que participaram e os temas abordados, os termos “curso internacional” e “aperfeiçoamento técnico pedagógico” foram estabelecidos como “fios condutores”, considerando ainda a vinculação com entidades de classe e/ou instituições pertencentes ao Estado. Por meio deste exercício, foram delimitadas séries históricas. O arranjo das diferentes iniciativas em séries permite afirmar que, no período de 1951 a 1977, de maneira espaçada e descontinuada, foi organizada pelo menos uma iniciativa dessa natureza em 14 cidades Brasileiras. Possibilita, também, perceber que o Curso de Aperfeiçoamento Técnico e Pedagógico de Santos foi o pioneiro e o mais longo, contando com 17 edições realizadas entre 1951 e 1976. No ano de 1957, foram também promovidos o I Estágio Internacional de Educação Física, no Rio de Janeiro, e a I Jornada de Estudos de Educação Física, em Belo Horizonte. Interessante o fato de professores estrangeiros como Gerhard Schmidt, da Áustria, e Auguste Listello, da França, participarem dos três eventos. Essa estratégia, de “aproveitamento” dos convidados estrangeiros, se repetiu nos anos de 1958 e 1959. Professores de diferentes países como Japão, França, Alemanha, Áustria, Suécia, Estados Unidos da América, entre outros, anunciando uma diversidade de temas e a ampla assistência – com alunos oriundos de várias cidades Brasileiras, bem como da Argentina, Uruguai e Chile – são características comuns destes cursos de aperfeiçoamento. É possível considerar que estes eventos corroboraram com o processo de afirmação, reforçando a necessidade de uma formação específica e do aperfeiçoamento nos modos de ensinar educação física. Nesse sentido, se constituíram, também, como bases importantes para o fomento de debates e ações voltadas para o campo no Brasil.

Palavras-chave: história da educação física; história da formação de professores; cursos de aperfeiçoamento

História da Educação Brasileira: percursos da Educação de Jovens e Adultos (EJA)

CÁSSIA REGINA DIAS PEREIRA PEREIRA

A pesquisa analisou a Educação de Jovens e Adultos (EJA) como uma modalidade de ensino que se constituiu dentro da progressividade da história da educação Brasileira. Objetivou resgatar a história da educação de jovens e adultos bem como as políticas públicas voltadas para esta modalidade de ensino, contextualizar a educação de jovens e adultos dentro do sistema educacional Brasileiro e situar as políticas públicas relativas à EJA. A consecução dos objetivos e coleta de dados que possibilitaram a realização da análise qualitativa do surgimento e progressão da modalidade no cenário educacional Brasileiro pautou-se numa revisão de literatura baseada no levantamento bibliográfico sobre o tema, no qual figuram pesquisadores como Di Pierro (2003), Hadda (2000; 2006), Paiva (2003), Strelhow (2010), Curry (2006), além da legislação que trata dessa categoria de ensino como uma política pública de educação. Por meio da literatura analisada se observa que a educação de jovens e adultos acompanha o campo educacional em nosso país desde o período colonial. Ao longo do desenvolvimento do sistema educacional Brasileiro podemos constatar vários processos e práticas que visaram instituir e organizar a EJA como um eixo de formação escolar para uma parcela da população que, por vários motivos, não puderam concluir ou frequentar a educação básica na idade própria. Nessa trajetória ocorreram muitos embates, indefinições como a dificuldade em organizar e manter um currículo articulado que pudesse oferecer a formação necessária para os alunos da EJA, fato que possibilitou a existência de tentativas isoladas e de programas que acabaram assumindo um caráter mais assistencial do que educacional. Encontramos os primeiros resquícios da educação de jovens e adultos no modelo caquético de educação implantado pelos jesuítas no Brasil colonial. Os religiosos instruíam os adultos na pregação do evangelho, além de transmitir normas e ofícios. Mas as condições econômicas, sociais e políticas da colônia não favoreceram o desenvolvimento de um sistema educacional popular. Somente a partir de 1940 é que essa questão se tornou tema dentro da política educacional nacional. Do ponto de vista dos direitos legais o que se constata é que a educação de jovens e adultos apesar de figurar na Constituição de 1988, na Lei Diretrizes e Bases nº 9394/96 e possuir as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação de Jovens e Adultos (Parecer CNE/CEB 11/2000 e Resolução CNE/CEB 1/2000), ainda não atingiu um patamar adequado de qualidade e de efetiva oferta para que cumpra realmente o seu objetivo. O resultado é que até hoje esta modalidade é marcada pela falta de comprometimento dos órgãos executores com políticas que se articulem e se concretizem para que os jovens e adultos que não conseguiram frequentar os bancos escolares no tempo oportuno possam usufruir seu direito e sua cidadania.

Palavras-chave: História da Educação Brasileira; educação de jovens e adultos; políticas educacionais

A história da licenciatura em Enfermagem em uma instituição de ensino comunitária: um olhar para as práticas docentes (1974-2001)

CÁSSIO DE OLIVEIRA, ELIANA RELA

No Brasil, o Curso de Licenciatura em Enfermagem foi criado pelo Parecer nº 837/68, que deu origem à Portaria do Ministério da Educação e Cultura (MEC) nº 13/69, concedendo o título de licenciado ao enfermeiro, para atender à exigência social de formação profissional de nível médio (auxiliares e técnicos de enfermagem). O presente estudo buscou analisar as práticas docentes vivenciadas na formação do enfermeiro licenciado em uma instituição de ensino comunitária entre os anos de 1974 e 2001, à luz das políticas educacionais, do contexto institucional e regional. No que diz respeito aos objetivos específicos, as discussões foram conduzidas a fim de construir uma narrativa possível sobre o percurso histórico da Licenciatura em Enfermagem durante o período de 1974 – 2001; mapear o contexto dos enfermeiros licenciados durante esse período e quantos atuaram/atua na docência de cursos profissionalizantes; e identificar e analisar as práticas docentes ou práticas pedagógicas e suas contribuições para a atuação profissional. A pesquisa, de natureza qualitativa, esteve ancorada pelos preceitos da História Cultural, sob os referenciais de Pesavento (2014) e Chartier (1990; 1991). Para a construção da História das Disciplinas Escolares, utilizaram-se como referencial Chervel (1990) e Viñao (2008). A opção metodológica pautou-se na história oral, pois permite ao pesquisador e pesquisado (re)significar a subjetividade encontrada por trás de cada palavra, apoiando-se em estudiosos como Alberti (2013), Portelli (2016) e Meihy e Barbosa (2019). Para composição do corpus empírico, as fontes documentais foram obtidas a partir de consultas ao Instituto de Memória Histórica e Cultural (IMHC) de uma instituição de ensino comunitária, e as entrevistas com os licenciados, que totalizaram dez, apoiaram-se em roteiro previamente definido. Das entrevistas, originaram-se as categorias e subcategorias, as quais foram analisadas sob a ótica da análise de conteúdo, proposta por Roque Moraes (1999; 2003). Em meio à pandemia, acessar fontes documentais e humanas se tornou um processo delicado e com severas restrições por questões ligadas à saúde; deu-se início a uma nova programação, a novas possibilidades. O estudo permitiu que fossem discutidos os fundamentos históricos da formação do profissional da enfermagem no ensino superior, além da explanação e análise sobre os objetivos e as propostas dos projetos político-pedagógicos. Dessa forma, o trabalho permitiu a compreensão de que a enfermagem possui, desde os primórdios de sua criação como profissão, o cuidado como instrumento de trabalho, mas sempre atrelado às questões ligadas à educação. Assim, entende-se que foi possível contemplar a proposta inicial da pesquisa, pois, além do acesso às fontes documentais, houve um esforço considerável do pesquisador de construir uma narrativa possível sobre a história do curso de Licenciatura em Enfermagem em uma instituição de ensino comunitária, por meio das memórias de quem as vivenciou.

Palavras-chave: História da Educação; licenciatura em Enfermagem; práticas docentes

Bons e maus livros pelas páginas do periódico *O Apóstolo* (1876 a 1884)

CATIANA DA SILVA FERNANDES

O presente trabalho tem por objetivo analisar o discurso religioso sobre os bons e maus livros presente no periódico *O Apóstolo*: periódico religioso, moral e doutrinário, consagrado aos interesses da religião e da sociedade que circulou na cidade do Rio de Janeiro, no período de 1866 a 1901. As fontes são 07 artigos que datam de 1876 a 1884, localizados na coluna Editorial, cujos títulos fazem referência direta aos bons e maus livros sob a ótica do impresso católico. Luca (2008, p.111) aponta a contribuição dos impressos não somente para História da Imprensa, mas também para a escrita da História por meio da imprensa e de acordo com essa perspectiva, os periódicos são potentes fontes para a escrita da História da Educação. O Apóstolo prezava por exprimir suas opiniões a partir de suas concepções doutrinárias no contexto do Brasil Imperial onde o catolicismo foi declarado a religião de estado de acordo com a Constituição Civil Imperial (1824), possibilitando a religião Católica Apostólica Romana dar continuidade ao projeto de catequização iniciado na colonização. É importante observar as influências da Igreja católica na educação, numa arena de disputa por representações sobre bons e maus livros com a imprensa evangélica e a imprensa que denominava “ímpia”, laica. O Apóstolo, em diversas edições e seções, fez defesa acerca dos bons livros e ataque aos maus livros, motivado pela manutenção de seus fiéis, da moral e da doutrina religiosa. Os maus livros eram concebidos como um veneno e os bons livros como um remédio, um bom amigo, um anjo de luz e consolação. Ainda, os maus livros eram definidos não somente como aqueles que eram contrários à religião, mas todos aqueles que publicavam contra os costumes e a moral. Ao lado dos maus livros, estavam os jornais imorais e os romances indecentes, bem como o teatro, somando à fileira de más influências. Diante das assolações que a leitura dos maus livros produzia, podemos constatar que o endereçamento dos editoriais, nomeia o público de leitores com os quais queria dialogar e orientar, sendo os pais de família os mais evidenciados, tidos como tuteladores de uma mocidade inexperiente, devendo assim se colocarem como guardiões e mediadores de suas leituras. Nesse sentido, O Apóstolo aponta a educação doméstica e a educação religiosa, bem como, a instrução pública como antídotos contra os maus livros. Portanto, a questão “O que são bons e maus livros segundo o periódico *O Apóstolo*?” é instigadora, tendo em vista que lança um olhar sobre o reconhecimento do poder do livro sobre a sociedade e o respectivo projeto de educação e de nação por ele propagados.

Palavras-chave: bons e maus livros; *O Apóstolo*; educação

A Universidade de Évora e a Reforma Católica no século XVI

CÉLIO COSTA

A Universidade de Évora, em Portugal, foi criada em 1559, a partir do empenho do Cardeal D. Henrique, irmão de D. João III, rei de Portugal de 1521 a 1557. Foi a segunda universidade lusitana, fechada em 1759 por ordem do Marquês de Pombal, a partir do decreto de expulsão dos padres da Companhia de Jesus de todos os territórios portugueses. Isto porque a direção da universidade eborense, desde a sua fundação, foi entre os jesuítas. A particularidade da Universidade em Évora, em relação à sua congênere de Coimbra, sedava por conta da oferta dos cursos, pois se na mais antiga os cursos eram Medicina, Direito (Civil e Canônico) e Teologia, na mais nova o único curso era Teologia, e nem o curso todo, mas, basicamente, a teologia moral. A hipótese delineada é que a Universidade de Évora se constituiu em um dos instrumentos da Reforma Católica em Portugal, portanto, a análise da fundação de tal instituição universitária está ligada, umbilicalmente, ao movimento religioso, cuja institucionalização se deu por meio do concílio de Trento, ocorrido entre 1545 e 1563. No entanto, é preciso alertar, conceitual e historicamente, que ser instrumento da Reforma não se deve reduzir à dita Contrarreforma, pois, para além de combater o movimento Protestante, tanto a Reforma Católica em geral, como a fundação da Universidade de Évora, em particular, se preocuparam, dentre outras coisas, com a reforma do clero, especialmente o diocesano ou secular. O curso de Teologia, em Évora, se constituiu, por sua vez, num instrumento para a formação do clero que atuava diretamente com os fiéis, ou seja, aqueles responsáveis por paróquias, tendo em vista que o clero regular atuava ou internamente em mosteiros, abadias etc., ou em atividades específicas, como, por exemplo, o cuidado de doentes e necessitados e a educação. Uma particularidade do curso de Teologia é que a formação sedava de forma especial na teologia moral, em que os cursos de Casos de Consciência predominavam. Ou seja, uma das diretivas de Trento era a correição do clero, para que se tornasse exemplo e formador para os leigos. É preciso lembrar que, desde o final do século XV, em todo mundo cristão e, especificamente, em Portugal, abundavam denúncias de mau comportamento do clero secular, tanto do ponto de vista de vida pessoal como de sua formação intelectual. Do ponto de vista metodológico e teórico a pesquisa utiliza como referencial a Teoria dos Processos Civilizadores, de Norbert Elias, à medida em que se procurou analisar o processo de fundação da Universidade de Évora tanto do ponto de vista sociogenético como psicogenético. Se os aspectos sociogenéticos podem ser analisados por meio da Reforma Católica, os psicogenéticos, por sua vez, se encontram em documentos institucionais de Évora, especialmente nos Estatutos, os quais previam normas de comportamento para os estudantes daquela universidade.

Palavras-chave: Universidade de Évora; educação em Portugal no século XVI; processos civilizadores

A disciplina de Desenho nas relações entre a materialidade, o currículo prescrito e as formas de ensinar: do Ginásio Paranaense ao Colégio Estadual do Paraná (1929-1960)

CERES LUEHRING MEDEIROS

Este trabalho analisa o ensino de Desenho, do Ginásio Paranaense ao Colégio Estadual do Paraná (CEP), entre 1929 e 1960, partindo das relações entre materialidade, currículo prescrito e formas de ensinar. Nesse recorte, configuraram-se culturas e políticas educacionais relacionadas ao projeto de modernização. Sendo assim, defendendo a tese de que as relações entre a materialidade, o currículo prescrito e a abordagem metodológica – dimensões da cultura escolar – são constituintes da disciplina de Desenho, que perpassa a trajetória institucional do Ginásio Paranaense/Colégio Estadual do Paraná. Tal ensino se configura em estreita simbiose com os contextos de modernização que se apresentam nos diferentes períodos, por vezes sedimentando e reafirmando permanências, conceitos e processos tradicionais, outras vezes orientando-se para mudanças relacionadas a novas tendências estéticas ou pedagógicas. O diálogo e as reflexões estabelecidas neste trabalho foram realizados com base em fontes de diversas tipologias, tais como documentos originários do poder público, documentos administrativos e pedagógicos escolares, jornais e periódicos, materiais iconográficos e materiais pedagógicos. Entre os acervos consultados estão o Centro de Memória e o Arquivo Geral do CEP e o Arquivo Público do Paraná. Como referenciais teóricos, a pesquisa dialoga com autores que tratam da cultura material, como Bucaille e Pesez, e da cultura material escolar, como Castro, Alcântara, Pessanha, Peres, Brito, Silva e Souza, entre outros. Ainda, autores que discutem sobre currículo, como Goodson, Sacristán e Viñao Frago, no que se refere ao currículo, os saberes escolares e à cultura escolar. Além de Julia e Chervel, que tratam da história das disciplinas escolares. Na análise da disciplina de Desenho, percebe-se o quanto era importante documentar o patrimônio material desta instituição de ensino, como espaços arquitetônicos, mobiliário, laboratórios, equipamentos e objetos, pois era por meio deste que o Colégio também demonstrava sua qualidade de ensino. Portanto, os espaços e os artefatos materiais da disciplina de Desenho no Ginásio Paranaense/Colégio Estadual do Paraná estão vinculados a concepções pedagógicas, às modalidades para este ensino, a saberes e práticas, ao ofício docente e a uma relação simbólica com estes objetos no contexto de uma organização escolar. As modificações no ensino de Desenho, apesar de sutis, passaram a ser sentidas no final dos anos 1950, por meio do pensamento educacional vinculado aos estudos da psicologia e do experimentalismo, privilegiando um olhar mais artístico.

Palavras-chave: ensino secundário; ensino de Desenho; Colégio Estadual do Paraná

Apelles Porto Alegre nas páginas da revista Parthenon Literário: o que está por trás do pseudônimo Tancredo

CHÉLI MEIRA, EDUARDO ARRIADA

Este trabalho tem como objetivo apresentar o professor Apelles Porto Alegre e suas publicações na revista do Parthenon Literário. Apelles nasceu na cidade de Rio Grande no extremo sul do Estado e mudou-se com sua família para a capital, devido a uma proposta de emprego, o pai foi nomeado inspetor da Alfandega em 12 de outubro 1859 (PÔRTO ALEGRE, 1954). Apelles e seus irmãos Apolinário e Achylles estiveram sempre envolvidos com a educação, a cultura e à política do estado, atuando como professores, escritores, poetas, jornalistas, além de criarem colégios e participarem de jornais e associações como o Parthenon Litterário, e o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Apelles Porto Alegre, “além da direção do Colégio Rio-Grandense, foi professor dos Colégios ‘Instituto Brasileiro’, ‘Souza Lobo’ e ‘Luis Kraemer’. Jornalista, educador, contista. Membro do Parthenon Literário publicou diversos artigos” (ARRIADA, 2011, p. 102). No jornal A Imprensa encontrou-se uma propaganda do Colégio União, a qual divulga Apelles como professor do ensino secundário (CARVALHO; CARVALHO, 6/7/1881, p. 3). No ano de “1890, [...] Apeles Porto Alegre foi nomeado diretor da Instrução Pública e da Escola Normal” (PÔRTO ALEGRE, 1917, p.196). Para a construção teórica desta pesquisa recorreu-se aos trabalhos de Alves (2019) no que se refere ao estudo de trajetória, Nóvoa (2013) para pensar na vida de professor e Gomes e Hansen (2016) para refletir sobre o intelectual mediador e Zicman (1985), Luca (2006) e Martins; Luca (2006) para pensar os periódicos. Sobre a metodologia, cabe destacar as contribuições de Levi (1992) e Revel (1998) para utilização da micro história. A Sociedade Parthenon Literário, foi “a associação literária de maior duração e versatilidade [...] antes da República, [...] fundada por cerca de 50 intelectuais a 18 de junho de 1868 em Porto Alegre, e cuja existência se prolongou até 1885” (HESSEL, 1976, p.11). Para que pudessem expressar suas ideias esses intelectuais criaram uma revista para a sociedade chamada de Revista do Parthenon Literário esta revista circulou de março de 1869 a setembro de 1879, com algumas interrupções, e contou com um grande envolvimento dos irmãos Porto Alegre. Segundo Hessel (1976, p.19) Apelles teve vinte e nove colaborações na revista do Parthenon Literário, na qual utiliza o pseudônimo de Tancredo. Entre as publicações de Apelles na revista estão poemas, contos, crônicas, novelas, discursos fúnebres e festivos. Um dos exemplos que podem ser citados foi em defesa do “Ensino Livre” (PORTO ALEGRE, 1875, p.72) o qual acreditava que as famílias que deveriam decidir o futuro de seus filhos, este foi um discurso proferido no 17º sarau da Associação do Parthenon Literário. Considerado um grande orador, Apelles se destacou com as palavras e com a docência que exerceu até o seu falecimento.

Palavras-chave: Apelles Porto Alegre; revista do Parthenon Literário; história da educação

O processo histórico de implantação do Centro Específico de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério (CEFAM) no Brasil

CILMARA BORTOLETO DEL RIO AYACHE, JORISMARY LESCANO SEVERINO, MARGARITA VICTORIA RODRÍGUEZ

O artigo apresenta os resultados da pesquisa que teve como objeto o processo histórico de implantação do Centro Específico de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério (CEFAM) no Brasil. O objetivo geral consistiu em mapear e analisar a implantação e a expansão do CEFAM como política educacional de formação do professor de 2º grau, no período 1989-1996. A proposta do CEFAM configurou-se como alternativa pedagógica para atender a formação e qualificação continuada dos professores que cursavam a HEM, dos professores formados pela Escola Normal ou mesmo dos professores leigos que atuavam no ensino do 1º grau nas séries iniciais (MEC, 1993). No ano de 1983, ocorreu o início de implantação do CEFAM nos estados de Alagoas, Minas Gerais, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul e Piauí. Posteriormente, em São Paulo, no ano de 1987 e em Mato Grosso do Sul, no ano de 1989. Os procedimentos metodológicos consistiram em pesquisa bibliográfica pertinente ao tema, posteriormente foi realizada a coleta e análise de fontes documentais (Relatório do MEC (1993), dados estatísticos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), fotografias de jornais, publicadas em acervos públicos digitais) selecionadas a partir do recorte histórico proposto. Os resultados apontaram o CEFAM, como política educacional embasada pelas Leis nº 5.692/1971 e nº 7.044/1982 que encerrou nuances em cada estado onde foi implantado e apresentou singularidades como o fato de não ter um decreto ou resolução em nível nacional que regulasse a certificação dos alunos concluintes. Verificou-se, por meio do relatório técnico pelo Ministério da Educação (MEC sobre a avaliação dos CEFAMs no Brasil (1993) que, em todas as regiões do país, o projeto apresentou, de maneira geral as mesmas dificuldades: a instabilidade do governo federal em cumprir com o financiamento e/ou com o repasse mensal, principalmente com a bolsa trabalho/estágio direcionada aos alunos; inadequação dos espaços físicos; falta de investimentos em acervos bibliográficos e de laboratório pedagógico; desarticulação com as universidades; ausência de apoio pedagógico e avaliativo por parte do MEC. Entretanto, apesar dos problemas detectados, os gestores dos CEFAMs de todos os estados Brasileiros foram unânimes em afirmar que, mesmo diante desses entraves, o CEFAM, assim como a HEM, foram relevantes para atender à necessidade de formar e aperfeiçoar os professores das séries iniciais do ensino fundamental, sobretudo nos estados das regiões Norte e Nordeste em que, ainda nos anos 1990, havia professores leigos atuando no ensino de 1º grau, e onde havia escassas instituições de ensino superior.

Palavras-chave: política educacional; formação de professores; CEFAM

O conceito de criança excepcional e a educação dos excepcionais na Sociedade Pestalozzi do Estado do Rio de Janeiro pelas Revistas Criança Excepcional (1969-1978)

CINDI EVELI NASCIMENTO, NATIELLY DE ALMEIDA SANTIAGO, HEULALIA RAFANTE

Na primeira metade do século XX, intensificou-se, no Brasil, o movimento da Escola Nova em razão disso, a educadora e psicóloga russa, Helena Antipoff (1882-1974), veio ao Brasil em 1929, convidada pelo governo mineiro, para atuar na formação de professores e coordenar a homogeneização das classes, o que resultou uma nova fase na História da Educação Especial no país. Nesse processo, Antipoff identificou que crianças que não alcançavam certos parâmetros nos testes psicológicos deveriam ter uma educação especializada, e, para isso, criou a primeira Sociedade Pestalozzi, em 1932, em Minas Gerais (SPMG), sendo que, na década de 1940, outras unidades foram criadas no Rio de Janeiro (1945) e em Niterói (1948). Essa pesquisa é a continuidade do estudo que apontou o conceito de criança excepcional e as práticas pedagógicas difundidos pela Sociedade Pestalozzi do Estado do Rio de Janeiro - SPERJ, no período de 1964 a 1986, a partir da análise dos Relatórios da Diretoria. Nessa nova etapa, o objetivo foi ampliar o olhar científico, tanto sobre o conceito, quanto às práticas pedagógicas. Para isso, analisou-se outro tipo de fonte primária produzida pela SPERJ: edições da Revistas Criança Excepcional, publicadas no período de 1969 a 1978, sob à luz de Gramsci (2001), que orientou a análise sob a criação de uma cultura sobre a criança excepcional, a sua educação e a disseminação dessa cultura por meio da publicação da revista. Ao comparar as fontes, foi evidenciado que, embora com um recorte temporal menor, as revistas apresentam informações mais detalhadas, permitindo ampliar os conhecimentos sobre o que era considerado excepcional e quais práticas pedagógicas eram indicadas, confirmando o que estava nos relatórios. Os resultados obtidos na pesquisa anterior (NASCIMENTO; RAFANTE, 2019), a partir dos relatórios, apontaram que, o excepcional era a criança que apresentasse distúrbios biológicos, físicos ou mentais, ou, ainda, dificuldade de aprendizagem ou comportamental. Referente às práticas pedagógicas, no estudo inicial (SANTIAGO; RAFANTE, 2019), conclui-se que a SPERJ difundia a educação pelo e para o trabalho (RAFANTE, 2007). O conceito de criança excepcional, nas Revistas Criança Excepcional evidenciaram termos que não aparecem nos relatórios, como oligofrênicos e mongoloide, sendo este último uma referência vulgar à criança com Síndrome de Down. Logo, vimos que Helena Antipoff (1882-1974) e a SPERJ, na qualidade de intelectuais orgânicos, promoveram a difusão da concepção da criança excepcional, o papel desse excepcional na sociedade Brasileira e as propostas pedagógicas mais apropriadas para torná-lo ativo no mercado de trabalho, independente nas suas Atividades de Vida Diária - AVD's. Como nos relatórios, nas revistas, foi identificado o mesmo discurso em que todas as crianças consideradas excepcionais deveriam passar por um processo educativo especializado para tornarem-se úteis à sociedade, justificando a sua segregação da educação regular.

Palavras-chave: Sociedade Pestalozzi; criança excepcional; prática pedagógica

Independência do Brasil e a identidade nacional: debates sobre a formação social

CÍNTIA BORGES DE ALMEIDA, LUCIANO MENDES DE FARIA FILHO

Um dos aspectos mais instigantes da historiografia da educação no Brasil é que ela busca pensar, além do processo de escolarização, as múltiplas experiências de formação social a partir da consolidação do Estado-Nação. Partindo deste pressuposto, um amplo conjunto de documentos, produzidos e disseminados, principalmente, por agentes dos poderes públicos, fornecem vestígios para compreendermos os debates acerca da formação das populações, sobre ser Brasileiro/a, sobre cidadania e democracia a partir da expansão de políticas públicas, mas também via a falta das mesmas em relação a determinados grupos que, em diferentes contextos, tiveram seus direitos sociais, sua cultura e suas experiências educativas silenciadas. Tendo em vista a diversidade regional, cultural e política em nosso país, a proposta deste trabalho visa problematizar os discursos voltados à organização do território nacional e à formação das populações com ênfase na construção de um modelo de sociedade, travados na imprensa, na imprensa pedagógica, em relatórios dos presidentes das Províncias Brasileiras, durante o contexto da Independência do Brasil, bem como nos contextos das efemérides deste marco nacional: 1872, 1922 e 1972. Em consulta ao portal da Hemeroteca Digital Brasileira – FBN, o acervo de periódicos possibilita identificar representações do Brasil a partir do marco da Independência. Dentre tais documentos, elege-se a análise de jornais políticos, literários, mas também aqueles pedagógicos, com vistas a perceber a construção de uma cultura escolar fora da instituição escolar, compreendendo a sua capilaridade e o seu papel na consolidação de uma identidade nacional forjada. Propomos um estudo documental, do tipo exploratório, que buscará nestas fontes jornalísticas as representações construídas a partir da Independência, traçando um recorte aos exemplares publicados no mês de setembro de cada efeméride. Ainda como caminho metodológico, o segundo passo será traçado a partir de um levantamento bibliográfico que permita compreender a discussão em torno da identidade nacional e da construção de um Brasil unificado. A escrita do trabalho ampara-se nos conceitos de representação de Roger Chartier (1990), a fim de observar os usos dos discursos; de experiência proposto por Edward Thompson (1987), buscando observar os catalisadores das ações sociais e os processos de autenticidade das populações; e de cultura a partir do diálogo com Raymond Williams (2000), que traz o conceito pelas definições de “um ideal”, “uma documentação”, “um modo de vida”.

Palavras-chave: Independência do Brasil; formação social; projeto de nação

As pátrias locais e a independência nas Províncias da Parahyba do Norte e de Pernambuco

CLÁUDIA ENGLER CURY

Objetiva discutir as representações presentes na historiografia sobre o processo que culminou, em 1822, com a independência do Brasil tomando como referência as Províncias da Parahyba do Norte e de Pernambuco. As narrativas historiográficas, ou seja, a cultura histórica produzida e por mim visitada enfatiza que o processo de independência ocorrido nas mencionadas províncias esteve imbricado. A busca por documentos contemporâneos aos acontecimentos se mostrou rarefeita com exceção de um documento “oficial” datado de 1825 cujas autoridades paraibanas reconhecem a independência proclamada por Pedro I. Diante da escassez documental, resolvi analisar a uma pequena brochura intitulada: A cidade de Parahyba na época da independência, escrita por Archimedes Cavalcanti, membro no Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, por ocasião das efemérides do sesquicentenário da independência, em 1972. Além disso, a edição comemorativa aqui trabalhada incorpora produções historiográficas publicadas anteriormente, isto é, na(s) década(s) de 1950 e 1960, no que diz respeito ao processo de independência do Brasil, nas cercanias da capital, nas vilas, nas cidades do interior da Província da Parahyba do Norte e nos limites geográficos desta com a de Pernambuco, mais especificamente, a cidade de Goyana, palco de acontecimentos significativos que condicionaram os rumos do tomados no processo de independência, conforme realçou o autor da mencionada edição comemorativa. Dessa forma, optei por pensar as representações presentes na referida brochura e apreender como o passado foi apresentado e reapresentado. Vale ressaltar que as explicações tecidas por Archimedes Cavalcanti trazem à tona uma questão pertinente à cultura histórica oitocentista: a oscilação entre o sentimento patriótico atribuído por ele aos paraibanos por ocasião dos episódios de 1822 e a presença dos paraibanos na chamada “Revolução Pernambucana” ou “Revolução de 1817”, que antecedeu os acontecimentos de 1822 e que fora fortemente sufocada em virtude de sua perspectiva republicana que realçou a construção e fortalecimento das chamadas “pátrias locais”; que se contrapunham ao projeto de unidade nacional propugnado por Pedro I e inscrito nas culturas políticas, jogos de poder e lutas de representação no processo de independência do Brasil, mais especificamente, no cenário político das “revoltosas” províncias do norte do Brasil. No sentido de aprofundar essa discussão, dialoguei com duas coletâneas que tratam do tema, quais sejam: Independência: História e Historiografia, organizada por Jancsó (2005) e a Independência Brasileira organizada por Malerba (2006). Além disso, estabeleci diálogos com a historiografia paraibana mais recente e que tem produzido releituras sobre 1822 no bojo dos efeitos das comemorações esperadas para 2022; com destaque para o grupo coordenado pela Professora Serioja Mariano e o Grupo de Pesquisa em História da Educação no Nordeste Oitocentista.

Palavras-chave: pátrias locais; comemorações; independência

Dos dois lados do Atlântico: a produção e a circulação de cartilhas e livros de leitura em língua italiana nas escolas em São Paulo (1887-1913)

CLAUDIA PANIZZOLO, MARIA ANGELA PETER FONSECA

No ano de 1887 foi criada a primeira escola italiana em São Paulo, a Sempre Avanti, Sa-voia! Até 1889, mais três novas escolas; em 1898 estavam em funcionamento vinte e nove; em 1908, oitenta; em 1913 eram cento e vinte e uma escolas italianas particulares. Desde fins do século XIX é possível encontrar indícios de distribuição e circulação de livros italianos nessas escolas. O presente texto tem por objetivo investigar os saberes ensinados, os valores e as regras de conduta impressas e impostas nos livros de leitura que alcançaram circulação expressiva nas escolas étnicas italianas na cidade de São Paulo, entre o final do século XIX e o início do século XX. Ancorado nos referenciais da História Cultural e tendo a análise documental como procedimento adotado, toma-se como fonte privilegiada a série graduada *Piccolo Mondo* composta pelo silabário, livro complementar ao silabário, livro de leitura para a segunda classe, livro de leitura para a terceira classe, livro de leitura para a quarta classe, livro de leitura para a quinta classe, de autoria de Fanny Romagnoli e Silvia Albertoni, publicada pela editora Bemporad, além de ofícios, despachos, circulares ministeriais, relatórios consulares, correspondências, anuários, dentre outros. Os livros de leitura são compreendidos como artefatos culturais que produzem sentido e significado e como portadores de vestígios das finalidades culturais almejadas pelas escolas. Com vistas à compreensão do papel das escolas na construção da identidade étnica foi necessário o estudo das políticas governamentais italianas voltadas para a dotação de materiais para as escolas italianas na península e no exterior, dos procedimentos adotados para a distribuição e circulação desses materiais, bem como dos conteúdos da série graduada analisada. Os livros de leitura adotados nas escolas italianas em São Paulo eram, em sua maioria, os mesmos autorizados para serem utilizados na Península Itálica. Como conclusão pode-se afirmar que o envio de livros de leitura foi uma das principais políticas de subvenção adotadas pelo governo italiano. Os livros da série graduada *Piccolo mondo* oferecem o ensino dos saberes elementares do ler, escrever, da História e das Ciências; a inculcação de condutas morais e de valores que visavam determinado padrão de civilidade. As autoras expressam na série graduada um projeto civilizatório, em que a formação do cidadão, o amor à pátria, o reconhecimento e a valorização dos heróis, dos valores, da língua, dos grandes feitos, dos monumentos e das paisagens ganham proeminência, ao mesmo tempo em que assumem a responsabilidade em ‘italianizar’ os que para cá vieram de uma Itália recém-unificada.

Palavras-chave: escolas italianas; livros de leitura; italianidade

Livros de leitura da Escola Gratuita São José: patrimônio educativo da presença dos franciscanos na educação Brasileira, primeiras décadas do século XX

CLAUDINO GILZ, CLEONICE DE SOUZA, MARIA DE FÁTIMA GUIMARÃES

Os Livros de Leitura da Escola Gratuita São José, fundada pelos Franciscanos no dia 6 de Janeiro de 1897 em Petrópolis - Rio de Janeiro, Brasil, enquanto patrimônio educativo da presença dos Franciscanos na educação Brasileira, nas primeiras décadas do século XX constitui o objeto da presente pesquisa. Objetiva investigar alguns dos pressupostos históricos e educativos que convergiram à elaboração e à edição dos Livros de Leitura pelos Franciscanos da Província da Imaculada Conceição do Brasil, da Ordem dos Frades Menores (OFM). Visa identificar quais demandas tanto em termos de aprendizagem dos alunos matriculados do ensino primário da Escola Gratuita São José em Petrópolis nas primeiras décadas do século XX, como também de alunos de escolas situadas outras cidades e diferentes regiões do Brasil que adotaram os referidos Livros de Leitura. Visa também flagrar de que modo esses livros, impressos a partir de 1904 pela então tipografia da Escola Gratuita São José (atual Editora Vozes), passaram a disseminar processos de aprendizagem com base no método intuitivo, padrões de comportamento, ideais formativos e valores privilegiados pelos Franciscanos junto às gerações escolares Brasileiras de diferentes segmentos sociais do período. A pesquisa ancora-se no aporte teórico inerente aos estudos de história da leitura (CHARTIER, 1996, 1999, 2002 e 2007; DARNTON, 1992 e 2010), ao contexto sociocultural do período (BENJAMIN, 1984, 1985, 1992 e 1994; THOMPSON, 1998; HOBBSAWM, 2010), à história dos impressos didáticos, suas formas de produção, difusão e circulação (BITTENCOURT, 1993 e 1998; MUNAKATA, 1997, 2016 e 2017), às tensões e resistências da Igreja Católica em relação ao ensino laico (LEÃO XIII, 1878, 1880, 1884 e 1891) e às tratativas dos Franciscanos na história da educação Brasileira (SCHAEFFER, 1922; RÖWER, 1941, 1947 e 1951; SINZIG, 1910). A metodologia de cunho qualitativa atentou para a análise documental dos Livros de Leitura da Escola Gratuita São José e das principais temáticas neles enfatizados enquanto fontes primárias da presente pesquisa. Os resultados da investigação e da análise desses livros flagraram não só os Livros de Leitura da Escola Gratuita São José como patrimônio educativo dos Franciscanos na educação Brasileira nas primeiras décadas do século XX como também uma atuação desses educadores religiosos interposta por urgências apontadas pela Igreja Católica no período, embates, lutas e resistências em relação às proposições de um ensino laico impetradas pelo regime republicano, entre outros dilemas e impasses.

Palavras-chave: livros de leitura; franciscanos; patrimônio educativo

As Sociedades Pestalozzi e a relação entre a sociedade civil e o estado na criação de políticas públicas na área da Educação Especial no Brasil (1973-1996)

CLÉLIA MARIA MAIER, HEULALIA RAFANTE, GIUSÉVILLY DE SOUZA MELLO

Esse estudo refere-se a uma pesquisa histórica, baseada em fontes documentais e consulta bibliográfica, e analisa a influência da sociedade civil, especialmente das Sociedades Pestalozzi, na elaboração das políticas públicas destinadas ao atendimento dos excepcionais, assim como analisar a situação dessas instituições diante das políticas públicas implementadas. O recorte temporal vai de 1973, ano da criação do Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), o primeiro órgão nacional destinado a organizar a Educação Especial, até 1996, quando entra em vigor a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96). A pesquisa tem como referencial teórico os princípios gramscianos, especialmente os conceitos de sociedade civil, sociedade política, intelectual orgânico e hegemonia. No desenvolvimento da pesquisa, foram contemplados os seguintes objetivos específicos: exame do contexto histórico do período analisado; análise das Sociedades Pestalozzi sob o ponto de vista técnico e político; investigação das ações do Estado direcionadas à educação dos excepcionais, a partir das atividades do CENESP e dos documentos oficiais emitidos no período (1973-1996), contemplando a análise comparativa entre o que foi reivindicado pelas Sociedades Pestalozzi e o que foi proposto em termos de política pública. A primeira Sociedade Pestalozzi foi criada por Helena Antipoff, em Minas Gerais, em 1932, sendo que, nas décadas seguintes, instituições congêneres foram criadas em diferentes estados (1945, no Rio de Janeiro; 1951, em São Paulo; 1956, no Ceará, entre outros) e, em 1971, sob a organização de sua idealizadora, se constituiu em Federação Nacional das Pestalozzi (FENASP). Essa atuação das Pestalozzi no Brasil foi fundamental para a inserção da Educação Especial na primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 4024/1961) (RAFANTE, 2013) e para a criação do CENESP (RAFANTE, 2015). Esse trabalho é uma continuidade dos estudos sobre as ações das Sociedades Pestalozzi, enquanto sociedade civil, na elaboração de políticas públicas direcionadas para a área da educação especial, apresentando mais do que o conteúdo das propostas, como também o contexto de sua elaboração, os agentes sociais envolvidos, desvelando a teia de relações implicadas nesse processo. Portanto, para além de identificar a política pública, os resultados da pesquisa evidenciaram o processo histórico de sua elaboração e o seu significado para desenvolvimento da Educação Especial e para a educação dos “excepcionais” (conforme a terminologia utilizada no período para se referir àqueles que, na atualidade, são considerados público-alvo da Educação Especial) em nosso país.

Palavras-chave: Sociedade Pestalozzi; educação especial; políticas públicas

Os acervos e a materialidade da informação: um patrimônio educativo

CLEONICE DE SOUZA, CLAUDINO GILZ, MARIA DE FÁTIMA GUIMARÃES

Esta pesquisa tem como objeto os acervos das unidades de informação, no caso uma biblioteca, um patrimônio educativo a qual dissimula uma concepção implícita da cultura, do saber e da memória, bem como a materialidade da informação. Uma das finalidades que lhe cabe na sociedade é percebida pela sua arquitetura, definição de seu público, princípios que ordenam suas coleções, e pela classificação e tecnologias adotadas para o acesso de seus registros informacionais. Entendemos que é pertinente enfatizar a importância da biblioteca e sua infinidade de informações para indivíduos, coletividades e sociedades. Nesse sentido, o objetivo desta pesquisa é refletir sobre a sua identidade e seus dispositivos de uso, disseminação e recuperação da informação, além de ser considerada um patrimônio educativo, lugar da memória e a materialidade da informação. Diante disso, para refletirmos sobre essa temática, utilizamos Otlet (1996), Briet (1951), Le Coadic (2004), Silva, (2006), Nora (1993), Thompson (1981), Le Goff (1984), Chartier (1999), Baratin (2000), DARNTON (2010), Miranda (2012). O uso do método qualitativo em nossa pesquisa justifica-se por ir ao encontro de uma compreensão dos processos de aprendizagem, dos processos institucionais e culturais, de socialização presentes nas ações educativas, pois a função da biblioteca vai além da coleta, conservação, organização e a difusão da informação, ou seja, um patrimônio educativo voltado para a apropriação da informação e da cultura valorizando a função social dessas unidades de informação. A compreensão da trajetória da educação no Brasil pode ficar comprometida não só pelo desconhecimento dos acervos existentes nas unidades informacionais (arquivos, bibliotecas, museus, centros de documentação), mas também pela ausência de uso dos acervos organizados e disponíveis para a pesquisa. Por isso, pesquisas que priorizam a localização de acervos e a discussão em torno de levantamentos já existentes são importantes para a atualização da prática de pesquisa histórica no campo da educação. Como resultados da pesquisa constatamos que a biblioteca lida com os registros de forma material e mapear fontes é, portanto, preparar o terreno para uma crítica empírica vigorosa que constitua novos problemas, novos objetos e novas abordagens. Documentos para a educação precisam ser tomados na sua mais ampla acepção: escritos, ilustrados, transmitidos pelas imagens, pelo som ou de qualquer outra maneira. De acordo com Le Goff (1984) a revolução documental destacada nos anos de 1960 ressalta o impacto de uma revolução documental e de uma ampliação da memória histórica.

Palavras-chave: história da educação Brasileira; patrimônio educativo; materialidade da informação

O projeto educacional de Hugo de São Vitor: século XII

CONCEIÇÃO SOLANGE BUTION PERIN

Historicamente, analisamos que a educação prioriza a formação do homem e a possibilidade de reorganização social para atender as exigências de cada momento. Homens mestres ou intelectuais, com denominações diferentes e recebidas de acordo com o período em que viveram, muitas vezes, dedicaram suas análises sobre a importância de tratar a educação para a formação humana, ensinando os homens a se comportarem, estudarem, entenderem questões presentes na sua época e, também, compreenderem a própria existência enquanto participantes efetivos dos encaminhamentos da sociedade. Nesse sentido, para o presente estudo, escolhemos um autor medieval: Hugo de São Vitor (1096-1141), que propôs aos homens pensarem com reflexão em suas ações pela via do conhecimento científico. São Vitor apresenta um projeto que trata a educação como possibilidade de formar o homem com condições intelectivas para assimilar as questões que norteiam e sustentam o bem coletivo. Segundo o autor, no seu período era preciso ensinar que o pensar, no conjunto das relações, correspondia primeiro a pensar nas ações individuais, analisando que o fato de viver em sociedade significava entender e desenvolver valores éticos e morais. O projeto de São Vitor sobre a formação pela via da educação, atinge uma preocupação que abrange o seu presente e o futuro da sociedade. São questões que não atendem o momento exato, pois necessitam de serem trabalhadas, apreendidas e refletidas para serem praticadas. Ele emprega um método de ensino que objetiva a ‘duração’ do conhecimento, priorizando a dedicação do estudo de forma suficiente para transformar a ‘ciência do conhecer em conhecimento com ciência’. Todos podem ter conhecimento de algo, a diferença está no conhecimento pela ciência que é disciplina e o saber pelo conhecimento comum. “[...] aquilo que as artes se ocupam fica válido para sempre.” (p. 83). Desse modo, investigaremos a importância do ensino e da aprendizagem presentes no projeto educacional de São Vitor. O objetivo é revisitar o passado e considerar que a preocupação com a educação acompanha a história e que os diferentes projetos de educação propostos por intelectuais apresentam o ensino e a aprendizagem como inseparáveis, em razão de não ser possível formar alguém com o conhecimento das disciplinas quando quem ensina não se comporta de forma ética e não tem o devido aprofundamento e conhecimento das artes. Logo, a relação de unidade e responsabilidade entre professor e aluno possibilita reflexões sobre as atitudes individuais como parte resultante do todo.

Palavras-chave: História da Educação, projeto educacional, Hugo de São Vitor

Das redes de insurgências às experiências de si: o protagonismo intelectual negro em Manoel de Almeida Cruz

CRISTIANE LIMA SANTOS ROCHA, ILKA MIGLIO DE MESQUITA

Na presente proposta percebe-se Manoel de Almeida Cruz, como sugere Nilma Lino Gomes (2010), como o intelectual negro que dialogou e utilizou os espaços científicos do seu contexto histórico, para elaborar problematizações conceituais que culminaram na Pedagogia questionadora, crítica, insurgente e se colocou como força motriz a intervenção e combate ao racismo: a Pedagogia Interétnica. Para tanto, evidencia-se o protagonismo intelectual negro, que em Manoel de Almeida Cruz reside na elaboração de matrizes teórico-conceituais que culminaram em estudos, currículo e ensino interétnicos que antecederam as principais leis educacionais voltadas para Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. A antecedência não se encontra na lógica multicultural do capitalismo transnacional dos anos 1990, quando ondas de reformas educativas e constitucionais reconheceram o caráter multiétnico dos países e introduziram políticas específicas para os indígenas e afrodescendentes. Mas, na década de 1970 quando o movimento negro Brasileiro fortalece as bases de construção identitária e organização social pautada pela etnicidade, pelos estudos de diáspora e de identidade cultural. Não sendo possível, portanto, dissociar a resistência e produção de condutas combativas ao racismo, presentes neste intelectual negro do seu ativismo junto ao Núcleo Cultural Afro-Brasileiro (1974). Este Núcleo se apresentava como primeira iniciativa de articular as relações raciais e a educação, e a construção de uma proposta de difusão no espaço escolar, com propósito de traçar caminhos próprios, da escrita de diversos intelectuais negros, negros na Bahia enquanto agregador de trajetória. A expressão “insurgência” de Cornel West (1999) permite desvelar Manoel de Almeida Cruz enquanto intelectual negro que efetivou ações político sociais mais concretas contra a rigidez de conceitos tornados verdadeiros, a partir da matriz da colonialidade, apresentando “alternativas de combate ao racismo”, através do fazer científico, da experiência de si, da singularidade do ser. Neste sentido, a partir de uma abordagem qualitativa, são tomadas aqui as dimensões geopolíticas e corpo políticas do intelectual, para situar as experiências vividas no movimento negro como critério da legitimidade da fala e dos conhecimentos por ele produzidos. Adota-se como referências observações de Sueli Carneiro (2005) sobre a constituição de novas bases epistemológicas, que tomem as experiências de si como elementos basilares da produção de conhecimento descentralizado, em oposição à lógica universal. Também credita na “interculturalidade crítica”, pensada por Catherine Walsh (2002), enquanto projeto epistêmico, para dizer desse intelectual negro insurgente e partícipe de uma rede da intelectualidade negra que se constitui como estratégia afirmativa das lutas antirracismo dentro dos movimentos negros na década de 1970.

Palavras-chave: insurgência; intelectual negro; pedagogia interétnica

Insinuações ao civismo no ensino primário da Bahia: a “obrinha” História da Bahia do intelectual Pedro Calmon (1927)

CRISTINA DE ASSIS

Analisar os sentidos de civilidade presentes no livro História da Bahia, publicado em 1927, por Pedro Calmon, voltado para alunos e professores do curso primário, é o objetivo principal desta proposta. Durante a efusão dos ideais republicanos, buscava-se modelar as condutas e os comportamentos de crianças conforme os sentidos de civilidade almejados em prol do patriotismo. Essa concepção levou muitos intelectuais a se dedicarem a esta categoria de suporte da cultura escrita, revelando também o papel do Estado, das editoras e de círculos de sociabilidade por trás da produção e difusão de materiais didáticos como estratégia para civilizar a nação. Na perspectiva de compreender o circuito de produção e difusão do livro didático enquanto objeto e fonte, venho buscando entender seu lugar na reforma do ensino primário baiano de 1925. Na pesquisa que vem sendo desenvolvida, denota-se também um interesse recente em compreender esses instrumentos da cultura escrita para além de seus conteúdos, isto é, destacando-se a materialidade de sua produção, assim como os interesses editoriais por trás de sua publicação (GALVÃO; BATISTA, 2008). De acordo com Chartier (2009) a compreensão do texto é inerente a materialidade de seu suporte, isto é, o impresso. Para isso, além da obra didática, analisamos outras fontes, como: a Legislação Estadual, os Relatórios de Inspectores de Ensino e o programa do ensino primário naquele período, além do diálogo com pesquisadores. Assim, a partir dos pressupostos da História Cultural, bem como das contribuições de Choppin (2020), temos considerado, ainda, na pesquisa, a necessidade de analisar aspectos do livro, tais como: elementos textuais, iconográficos e linguísticos da obra, identificando modos de instruir a professores e alunos e indicando possíveis produções de sentidos sobre civilidade. Nesse cenário, a importância de se estudar os livros didáticos reside em identificá-los como instrumentos no processo de formação das práticas de alunos e professores no contexto de reforma e de modernização da escola primária liderado por Anísio Teixeira. A análise de livros didáticos também possibilita compreender sua influência no processo de constituição dos leitores, haja vista que essa leitura, bem como a apropriação de sentidos não se limita a instituição escolar, se estendendo para além dela. Para tanto, partimos da premissa de que as relações de sociabilidade entre Pedro Calmon e Anísio Teixeira contribuíram para a seleção do livro História da Bahia colaborando para a legitimação de práticas e representações sociais. Nessa direção, identificamos na narrativa de Calmon tentativas de instrução aos professores e elementos que possibilitam evidenciar modos de leitura dos alunos notadamente marcados por iniciativas que evocam a harmonia, a unidade, o progresso e outros aspectos que aludem a rituais civilizacionais através da leitura.

Palavras-chave: livros didáticos; civilização; intelectuais

(Des)democratização do acesso à educação pública: construindo a desigualdade escolar pela subalternização socio-racial (século XIX à meados do século XX)

CYNTHIA VEIGA

O objetivo da comunicação é problematizar as dinâmicas interdependentes dos processos de democratização e desdemocratização do acesso à escola pública, constituídas na oferta escolar desigual e na subalternização socio-racial das populações pobres e negras. Os conceitos de democratização, democracia e (des) democratização são discutidos na perspectiva de Charles Tilly (2013), que nos possibilita visualizar as diferenças históricas nas organizações políticas dos séculos XIX e XX, bem como as profundas contradições presentes nas dinâmicas interdependentes de democratização e desdemocratização da sociedade. A nível mundial, a efetivação da extensão da participação das populações nas decisões e projetos políticos de governo tem sido um processo complexo, pois, originalmente é contraditório e dialético, na medida em que esse debate se fez em meio à escravização de pessoas e afirmação da propriedade privada como base social. Sempre é bom lembrar que, mesmo após as independências nas Américas, a África e Ásia foram ceifadas pelos países democráticos do ocidente. Historicamente o tipo de acesso à escola tem sido um fator preponderante nos processos de democratização/ desdemocratização de grande parte do planeta, em que pese a existência de diferenciações no acesso à propriedade. No Brasil, em sincronia com outras nações, a institucionalização da escola, como um direito civil e político, se fez desde o século XIX (artigo 179, inciso 32, Constituição de 1824), contudo, houve profundas diferenças entre esse debate e a sua oficialização no século XIX, e aquele que se seguiu até meados do século XX (levando-se em consideração ainda, os revezes políticos-jurídicos dos anos de 1889-1964). Para a análise dos processos de democratização/desdemocratização da escolarização no Brasil faz-se fundamental ainda a interlocução com os estudos decoloniais, que nos permitem pensar a continuidade da inferiorização socio-racial nos pós colonialismo, na produção da colonialidade do poder, do saber e do ser, como desenvolvido por Anibal Quijano (2005), entre outros autores. É no âmbito dessas discussões e na investigação de fontes documentais como, legislação, regulamentos escolares, relatórios de governo, dados estatísticos, jornais, revistas pedagógicas e infantis, que se analisa a implementação da desigualdade escolar pela subalternização socio-racial de crianças, ou seja, a participação da escolarização na produção histórica de uma cidadania excludente. Os resultados parciais dessa investigação demonstram historicamente a constituição de hierarquias sócio raciais, com significativa participação da escola, no mesmo contexto em se apostava na expansão da escolarização como condição para efetivação de alguma democracia.

Palavras-chave: democratização/desdemocratização; desigualdade escolar; desigualdade sócio racial

“Um documento de justiça”: obra sobre o intelectual Gustavo Lessa (1973)

DAISE SILVA DOS SANTOS

Investigar o livro “Gustavo Lessa, grande vida-exemplo” (1973), de Marcelo Silva Júnior, é o objetivo deste trabalho. Publicado pela Fundação Getúlio Vargas, em 1973, reúne uma seleção de trabalhos do intelectual Gustavo Lessa (Minas Gerais, 1888 - Rio de Janeiro, 1962), antecedida pela “miniatura de um perfil biográfico”, que Marcelo Silva Júnior afirma ser a síntese de uma autobiografia esgotada que o intelectual distribuiu mimeografada apenas aos amigos. A edição em brochura, composta por 173 páginas, é uma importante fonte para acessar aspectos da vida do médico e sanitarista que teve uma longa vida pública na qual se dedicou aos trabalhos nos campos sociais da saúde e da educação, ocupando diversos cargos como o de professor de Educação Comparada no Instituto de Educação do Distrito Federal e à frente da Associação Brasileira de Educação (ABE). Ao longo de sua vida, viajou diversas vezes ao estrangeiro, principalmente aos Estados Unidos (EUA), resultando em muitos estudos de sua autoria sobre a cultura, administração e educação norte-americana. Apesar de ter atuado em cargos importantes no campo da educação e sua proximidade com Anísio Teixeira, não há produção que trate desse intelectual, configurando-se em uma lacuna na Historiografia da Educação. Em carta a Marcelo Silva Júnior, em 04 de maio de 1970, Anísio Teixeira comentou sobre o livro e afirmou ser aquele “um documento de justiça”, uma dívida do país com aquele intelectual. Para investigação desse como objeto e fonte impressa, parto da compreensão de Roger Chartier (1998) na qual não há texto fora do suporte e que a compreensão de qualquer texto depende da forma como ele atinge o leitor. Opero também conforme a concepção de documento-monumento desenvolvida por Jacques Le Goff (2013) entendendo esse como produto da sociedade na qual foi fabricado. Para tanto, diálogo também com François Dosse (2009) para investigar essa produção enquanto uma escrita biográfica, notando com isso que, como referida no próprio título, aos moldes das biografias da idade heróica, a obra busca apresentar a vida de Gustavo Lessa como exemplo. Observo que este livro se constitui em importante fonte de investigação para a História da Educação, pois, a partir da análise de seu conteúdo e de aspectos referentes à materialidade e produção, é possível acessar informações sobre a vida, atuação e pensamento do intelectual hoje esquecido. Contudo, se faz necessário analisar este dentro de seu contexto de produção e enquanto escrita biográfica, buscando compreender os propósitos de sua publicação.

Palavras-chave: biografia; Gustavo Lessa; livro

Sobre a implantação de grupos escolares em Minas Gerais em um artigo - jornal O Paiz (1924)

DAISE SILVA DOS SANTOS, ADELLY POYAES

Compreender a receptividade do projeto de implantação de grupos escolares em Minas Gerais a partir de um artigo de Francisco Lins publicado no jornal O Paiz, em 1924, é o objetivo deste trabalho. O jornalista, professor e cronista mineiro Francisco Lins (Ubá, 1866 - Juiz de Fora, 1933), hoje pouco tratado pela Historiografia da Educação, durante sua vida ocupou posições de destaque nos campos da educação, letras e jornalismo. Por duas vezes foi comissionado pelo governo mineiro para viajar a Europa, na primeira dessas, entre 1911-1917, encarregado de estudar e visitar institutos de ensino primários e profissionais da Itália, França, Alemanha, Bélgica e Suíça. No tempo em que esteve em viagem, ingressou na primeira turma do Instituto Jean-Jacques Rousseau, sendo o único Brasileiro da instituição que se tornaria um grande difusor das ideias da escola nova e atrairia muitos educadores de todo o mundo nas décadas seguintes. Com base em suas anotações de viagem, entre outubro e dezembro de 1924, o intelectual mineiro publicou uma série de dez artigos no periódico O Paiz nos quais tratava os problemas da educação Brasileira e como esses foram solucionados nos países que conheceu em sua primeira viagem à Europa. O impresso O Paiz circulou diariamente no Rio de Janeiro, entre 1884 e 1934. No período de publicação dos referidos artigos, o jornal estava com a credibilidade e circulação comprometidas pelo apoio ao governo de Arthur Bernardes. Em um de seus artigos, Francisco Lins aborda a temática dos grupos escolares, tecendo críticas a maneira como esses foram implantados no Brasil. Os grupos escolares foram instituições pensadas no interior de um projeto político republicano instituído a partir de 1893, na cidade de São Paulo, que implicava em promover reformas da sociedade e na propagação da educação da população. Nesse contexto, segundo Souza (1998), a educação e a escola foram concebidas como instituições fundamentais e imprescindíveis para a promoção de reformas na sociedade Brasileira. A Reforma de Ensino efetuada no governo de João Pinheiro, no Estado de Minas Gerais (1906), elege esse modelo de escola como ideal para a difusão do método seriado e simultâneo do ensino. Para análise do texto, operamos conforme a perspectiva de Chartier (1998) segundo a qual não há texto fora do suporte em que é lido, pois a compreensão de qualquer texto depende da forma como chega ao leitor. Para pensar a implantação dos grupos escolares dialogamos, entre outros, com Faria Filho (1997, 2000) e Vidal (2006). Concluimos com isso que as críticas tecidas por Francisco Lins quanto a preferência pela fundação de grupos escolares em cidades pequenas em detrimento das escolas isoladas se fez pertinente numa realidade em que a expansão da escola não foi uniforme.

Palavras-chave: Francisco Lins; grupos escolares; jornal O Paiz

Representações de mulher na revista *Jornal das Moças*, na Era Vargas

DÁLETE CRISTIANE SILVA HEITOR DE ALBUQUERQUE, ELIZABETH FIGUEIREDO DE SÁ

No início da Era Vargas, o cenário era envolto pelos ares da Revolução de 1930 e a conquista do voto feminino. O governo criaria, então, um código eleitoral, em que determinados perfis de mulheres teriam direito ao voto, mas apenas a partir do Código de 1932, o voto feminino foi ampliado a todas as mulheres e tiveram esse direito igualado aos homens, a partir das pressões feitas pelas feministas da época. Ainda que já se instaurando um cenário de lutas e mudanças, havia um modelo feminino apropriado para o convívio em sociedade estabelecido, disseminado e a imprensa feminina muito colaborava para a sua manutenção. Para isso, havia de se ter um cuidado, um tratamento especial à formação dessa mulher e haveria de se estabelecer uma diferença no projeto de educação de homens e mulheres, já que para eles era imprescindível a preparação para a vida pública, para os negócios e para elas o “destino que a Providência lhes deu”, uma educação voltada para o seu papel no lar, da mãe que prepararia seus filhos para os mesmos propósitos que foi formada. Esta investigação tem como objetivo analisar as representações de mulher que circulavam em um semanário feminino, a revista *Jornal das Moças*, cujo propósito era levar às famílias conteúdo por meio de cartas, colunas, poemas, receitas e demais gêneros. O recorte temporal situa-se entre os anos de 1930 e 1945, na Era Vargas, partindo do princípio de que o *Jornal das Moças* teria sido um dos meios pelo qual o governo varguista poderia estabelecer seu discurso ideológico. É relevante entender que os discursos proferidos na atmosfera experienciada pelos sujeitos, ou grupos consumidores da revista, não são por si só neutros e, na verdade produtores de práticas impostas uns aos outros e envoltos em lutas de representações com a finalidade de legitimar suas escolhas. Para atingir os objetivos traçados foi utilizado como quadro teórico-metodológico o conceito de Representações (1991) e Protocolos de Leitura (2001), por Roger Chartier. Também, o conceito de Leitor-Modelo (1994), por Umberto Eco, pois entende-se que essa estratégia textual na figura da leitora modelo e, em consequência, nas representações de mulher para o consumo e formação de mulher desejada no referido impresso, tinha o propósito de conduzir a construção de um perfil para a dona de casa e que se configuraria como um instrumento de fala, na autoria do discurso estabelecido, de mecanismos de estabelecimento de ideologias dominantes de um determinado período. Como resultados, observou-se que, os autores e editores, enfim, todos os profissionais envolvidos no processo de produção da revista, construíam facetas, a partir de uma representação da realidade ou da configuração de uma realidade pretendida a sua leitora, de seu discurso estabelecido para oferecer aos seus leitores e, principalmente leitoras as representações que formariam o pretense estado forte da nação getulista, em um projeto formador fechado para a mulher e seu recato.

Palavras-chave: representações; revista *Jornal das Moças*; imprensa feminina

A tipografia e o púlpito: a formação do homem liberal na imprensa e na Igreja Católica no Brasil (1808-1840)

DALVIT GREINER DE PAULA

A chegada do Liberalismo no Brasil, no início do século XIX, resultou numa disputa de práticas e conceitos como liberdade, soberania e propriedade tão caros tanto para os Liberais quanto para os Católicos. À época era uma disputa de valores entre um passado representado pela Igreja e aquele presente revolucionário e liberal inaugurado com as Revoluções Americana (1776) e Francesa (1789). Esse período revolucionário, início do século XIX, foi um momento de construção e afirmação do Liberalismo, resultado de disputas e adaptações. Essa disputa foi realizada através dos meios de comunicação existentes à época, como a tipografia e o púlpito, além das assembleias provinciais e geral. As redações dos periódicos e as pregações nas igrejas tornaram-se lugares privilegiados de educação atingindo a população, alfabetizada e não alfabetizada. Tudo em defesa do trono e do altar. Por isso, o objetivo desta comunicação é apresentar uma parte de nossa pesquisa sobre essa inserção do Liberalismo, na medida em que consideramos que este debate foi definidor para a classe senhorial Brasileira que precisava harmonizar e homogeneizar os significados do discurso político, para si mesmo e para o povo, para a sua prática e divulgação de maneira a buscar uma linguagem comum, tanto na política quanto na sociedade, para a continuidade de seu projeto de poder. Como ferramentas teórico-metodológicas, usamos os conceitos de ideólogos inovadores para entender o papel de periodistas e sacerdotes dispostos a construir ou aperfeiçoar um léxico político-cultural. Essas ferramentas são tomadas de Quentin Skinner, presente em *Visões da política* de 2005 e Hans Ulrich-Gumbrecht em *As Funções da Retórica Parlamentar na Revolução Francesa: Estudos Preliminares Para uma Pragmática Histórica do Texto*, de 2003. Nossa intenção foi entender o processo de homogeneização de uma linguagem usando para isso as formas possíveis de educação, no nosso caso, contidas nos periódicos da época. Além destes, usamos também o método indiciário, de Carlo Ginzburg, que nos convida a perceber os indícios na fala, na escrita, nas imagens produzidas por uma sociedade. As principais fontes utilizadas foram os periódicos *Abelha do Itaculumy*, *O Universal* da província de Minas Gerais, além de outros, principalmente aqueles da Corte no Rio de Janeiro. Os anos inaugurais do Brasil como Estado soberano, de 1808 a 1840, são importantes neste debate, pois é o momento definidor sobre a soberania o Império Brasileiro, na Assembleia Constituinte e nas primeiras legislaturas da Assembleia Geral. Como resultados preliminares, percebemos que os periodistas e seus periódicos, após a decretação da liberdade imprensa foram os orientadores de uma nova sociedade, discutindo e fazendo o povo discutir os rumos do Estado. A razão operante na sociedade levou àquele modelo de

Estado e Governo, que tenderiam sempre a melhoria em função de uma imprensa livre. Houve também um melhoramento da própria imprensa. Se comparada com a de alguns anos anteriores se notaria a diferença de qualidade nos escritos e nas ideias, resultado da Liberdade e da experiência. A luta dos periódicos não era apenas contra a Igreja Católica, mas também entre si. Na prática, cada periódico representava um microcosmo da nação funcionando, invariavelmente como a voz de uma parte da sociedade. A redação, nem sempre um lugar físico, era um lugar de exposição de ideias onde se agrupavam pessoas, das mais simples leitoras aos leitores mais influentes – financeira e ideologicamente – na construção dos periódicos. Essa visão partidária de acesso ao poder, que é a finalidade última de um partido político era criticada por alguns periodistas.

Palavras-chave: imprensa liberal; Igreja Católica; educação

Os cursos de ensino da Pedagogia e ensino da Matemática de Malanje (2011-2016): uma “Repartição Cultural” para uma história das instituições educativas em Malanje-Angola

MADALENA FUNDO DANIEL

Nesta comunicação apresentamos resultados da pesquisa desenvolvida junto ao grupo de pesquisas “Hidea Brasil” com o objetivo de identificar e analisar aspectos teóricos e metodológicos em história da educação. Apresentamos aspectos da repartição cultural elaborada do meu “lugar” social e institucional, a fim de alcançar-se os objetivos específicos de delinear e situar as opções teórico-metodológicas da pesquisa desenvolvida em nível de mestrado, para uma história dos primeiros cursos de licenciatura em Ciências da Educação, criados e implantados na província de Malanje. O ano de 2011, marca o início dos cursos, e o ano 2016, marco final do recorte da pesquisa com a graduação das primeiras turmas dos cursos de ensino da Pedagogia e ensino da Matemática. No ano 2013 os cursos foram adequados à Escola Superior Politécnica de Malanje-ESPM. Com os dados e informações coletados, foi possível elaborar o que podemos chamar de instrumento de pesquisa. Segundo Bellotto (1979), tal trabalho fundamenta a pesquisa, pois remete às “fontes disponíveis” um instrumento de pesquisa é constituído com referências de fontes bibliográficas localizadas sobre uma determinada temática em estudo, realçando as referências, incluindo informações importantes, imagens e documentos relevantes. Na verdade, ao constituir o corpus investigativo da pesquisa, constituímos uma “nova repartição cultural”. Certeau (1979) avança com a definição de Belotto (1979), da área da arquivologia com objetivos dos e das arquivistas, à medida em que a ideia de “repartição cultural” está associada ao ato de trabalhar com história e com sujeitos e objetos, o qual, a partir de um “lugar” de fala, modifica e rearranja tais sujeitos ou objetos em busca de transformar o que estaria em um estado primeiro (condição ou acervo). Esse trabalho de “nova repartição histórica” abriu novos vias para crescimento acadêmico. Para Certeau (1979) em história, tudo inicia com o gesto de separar, de reunir, de transformar em “documentos” alguns objetos e fazer a sua distribuição de maneira diferente. Essa nova repartição cultural é o primeiro trabalho a ser feito e consiste em sistematizar, produzir um instrumento de pesquisa, pelo fato de recopiar, transcrever ou fotografar estes objetos, mudando ao mesmo tempo o seu lugar e o seu estatuto (Certeau, 1979). Esse gesto consiste em “isolar” um corpo, como se faz em física. Significa, “desfigurar” para edificar como peças que preencham lacunas de um conjunto, proposto pelos objetivos e objeto estabelecidos pelo pesquisador, a partir do seu “lugar” de fala. Já que a pesquisa histórica se apossa de todo documento como sintoma daquilo que o produziu, Certeau (1982). Nessa perspectiva, constituímos o corpus das investigações por um conjunto de documentos

que marcaram os anos iniciais dos cursos que no ano 2013 foram adequadas à ESPM. A elaboração da repartição cultural possibilitou constatar a existência de dois conjuntos de fontes, o primeiro produzido fora da instituição, num total de 28. Outro grande conjunto de fontes produzidos no interior dos cursos num total de 76, perfazendo 104 fontes. Concluímos que, mediante tal repartição cultural proporcionou a análise de elementos para uma história dos cursos, os quais apontam que, mesmo ocorrendo a criação da Faculdade de Medicina de Malanje em resposta à demanda da sociedade malanjina, foi necessário a criação de cursos superiores que oferecessem formação diferenciada para a inserção de um número maior de estudantes no ensino superior em Malanje.

Palavras-chave: história das instituições educativas em Angola-Malanje; cursos de Licenciatura em Ciências da Educação de Malanje – CLCE; Escola Superior Politécnica de Malanje – ESPM

João Penteado (1877-1913): os pilares intelectuais de um docente libertário

DANIEL DA SILVA BARBOSA

A temática dessa pesquisa é a educação anarquista praticada em Jaú, interior do Estado de São Paulo. O objetivo foi abordar a trajetória do professor anarquista João Penteado como um intelectual orgânico da educação básica, e sua posição frente os conflitos sociopolíticos de seu tempo segundo seu tripé intelectual. Sendo assim, a questão-chave foi: como se formou em João Penteado o docente intelectual libertário? Nossa hipótese esteve na identificação de três pilares intelectuais: sua base espírita, sua influência progressista e anarquista, sua epistemologia pedagógica racionalista. O referencial teórico, baseado na Sociologia da Cultura de Raymond Williams, parte da ideia de cultura em comum a fim de inserir os grupos culturais restritos envolvendo Penteado dentro da cultura hegemônica jauense, assim investigar Penteado como intelectual. Nossa metodologia, sendo a histórica, abriu possibilidades de uso de investigação em fontes de origem cartoriais e periódicos impressos, tanto folhas locais como de alcance mais amplo como os jornais anarquistas produzidos na capital do Estado de São Paulo. Nas fontes cartoriais tomamos o cuidado com seu caráter econômico. Já as fontes impressas, asseguramos o cuidado de situá-las em seus respectivos contextos históricos e ideológicos. Nosso limite espacial foi o município de Jaú, local de nascimento, infância, juventude e local das primeiras práticas docente e anarquistas de João Penteado, sendo o limite temporal entre 1877 e 1913. Essas fontes se encontram no Arquivo Municipal de Jaú, de propriedade do autor, Arquivo Público de Rio Claro e CEDOC das Faculdades Integradas de Jaú. Nos resultados percebemos que, apesar de João Penteado participar como interlocutor de alguns círculos restritos de produção cultural houve interpretações de suas experiências pessoais e apropriações particulares das ideias em circulação nesses grupos que o levou a ultrapassar uma linha, estabelecida pela cultura hegemônica na cultura jauense, que limitava qualquer ousadia intelectual por parte da juventude letrada jauense. Essas escolhas e experiências lhes inseriram numa prática legitimamente anarquista, o influenciando na adoção da pedagogia racionalista, muito utilizada nas escolas libertárias. Os frutos dessa escolha foram: a asfixia de sua prática docente no município de Jaú, pois Penteado se posicionou ativamente em defesa da liberdade profissional docente em detrimento às manipulações por parte de uma militância religiosa e política o que resultou em sua exoneração e saída da cidade; posteriormente, retornando como professora da escola racionalista da capital do Estado de São Paulo, teve a intenção de expandir seu anarquismo no município de Jaú, apesar de conseguir influenciar a instalação de uma Escola Moderna na cidade foi expulso da cidade devido seu anarquismo; por consequência desses acontecimentos João Penteado integrou em definitivo o movimento anarquista e a pedagogia racionalista na capital do Estado.

Palavras-chave: História da Educação; anarquismo; João Penteado

Manuel Maria Calvet de Magalhães, o senhor diretor da Escola Francisco de Arruda (1956-1976): fragmentos de um intelectual da educação

DANIEL FERRAZ CHIOZZINI, JAÍNE MASSIRER DA SILVA

Esta comunicação contempla a etapa inicial de uma pesquisa que investiga a trajetória e a atuação de Manuel Maria Calvet de Magalhães, diretor da Escola Preparatória Francisco de Arruda na cidade de Lisboa, em Portugal, entre 1956 e 1974. A projeção de Calvet de Magalhães no cenário educacional português deu-se a partir da gestão e organização dessa instituição, porém se desdobrou em frequente escrita no Jornal Diário de Lisboa. O educador iniciou a publicação de seus artigos em 1938 e, em 1959, tornou-se colaborador do jornal, com o status de especialista em educação, escrevendo sobre os saberes relacionados à gestão de uma escola com atribuição de preparatória e também apontada, por avaliações e relatórios, como uma escola modelo. As orientações e práticas de administração escolar de Calvet Magalhães proporcionaram o adensamento das contribuições ao Diário de Lisboa e lhe renderam uma intensa movimentação no campo da imprensa pedagógica portuguesa, em um período de alterações importantes na política educacional lusitana. Em que pese a vigência da ditadura do Estado Novo, o país saía da implementação da Reforma de Carneiro Pacheco, em 1936, e, em 1974, passaria por alterações significativas introduzidas pela Revolução dos Cravos. Considera-se a hipótese de que esse sujeito pode ser caracterizado como um intelectual pois, além de ocupar o cargo de diretor da referida instituição, fez da educação seu objeto epistêmico. Com base nos referenciais teóricos da história cultural, mais especificamente da história dos intelectuais, trata-se de expor a etapa inicial de uma pesquisa que envolverá a análise de um corpus documental composto por fontes documentais impressas: um compilado de documentos sobre a referida escola e a vida de Calvet de Magalhães (relatórios, programas nacionais da disciplina, debates parlamentares), além de textos publicados na imprensa pedagógica portuguesa. A intenção é compreender como Calvet de Magalhães apropriou-se dos bens culturais disponíveis, notadamente das metodologias ativas, desenvolvendo e divulgando uma nova proposta curricular, que colocou o desenho como uma importante disciplina do ensino preparatório, e pensando um método de ensino como uma unidade e continuidade no processo educativo. Sendo assim, movimentou-se no exercício da intelectividade, gerando desdobramentos da sua atuação como diretor e articulista de destaque na imprensa pedagógica portuguesa. A pesquisa também contemplará uma comparação entre o campo da educação portuguesa e a Brasileira no referido período, buscando diálogos e correlações da trajetória de Calvet de Magalhães com figuras como Luis Contier e Maria Nilde Mascellani, sujeitos históricos que tiveram experiências educacionais significativas para o espaço e o tempo em que estiveram inseridos, porém produziram um conhecimento que, na época, tinham um valor simbólico decrescente ante a ascensão do pensamento educacional produzido no âmbito acadêmico, que evocava o status de “científico”.

Palavras-chave: História da Educação luso-Brasileira; intelectuais da educação; Manuel Maria Calvet de Magalhães

A implantação do Colégio Pedro II na periferia do Rio de Janeiro (2004-2006): considerações sobre um processo de improvisações e condescendências de ocasião

DANIEL VILAÇA DOS SANTOS

Este trabalho é fruto de uma dissertação de mestrado que trata do processo de implantação do tradicional Colégio Pedro II (CPII) no bairro de Realengo, em 2004. Para tanto, focalizou-se a trajetória de um movimento social fundado em agosto de 1983, por um grupo de moradores da zona oeste do Rio de Janeiro, com o intuito de incrementar a oferta de educação pública local pela abertura de uma escola técnica. O primeiro ato desse movimento foi o de encaminhar a positivação do tombamento e da conversão em escola de dependências de uma centenária e haurida fábrica de cartuchos do Exército. Todavia, enquanto se prosperou rumo à conquista de um espaço para a escola, as perspectivas de ampliação da rede técnica de ensino foram frustradas pelos ventos neoliberais que assolaram o Brasil dos anos de 1990. Então, em junho de 2001 o movimento redefiniu seu objetivo inicial e optou por reivindicar a orientação propedêutica do CPII que, à época, mostrava-se disposto a redesenhar seu escopo de influência e se tornar mais democrático, porque vislumbrava o assentamento de tratativas federais pela universalização da escola básica. O CPII de Realengo é inaugurado em abril de 2004, após a realização de um concurso discente extemporâneo e elaborado sob medida para a nova unidade. A ocupação do espaço na fábrica de cartuchos não se deu de imediato, mas apenas em 2006. Em 2004, o colégio tomou de empréstimo um prédio municipal por meio de um controverso acordo com a Prefeitura. Com a misteriosa descontinuação desse acordo, o projeto acabou catalisando o auxílio inusitado de um padre irlandês, que cedeu um espaço do centro de convivência de sua igreja a fim de que a escola funcionasse durante o ano de 2005. Para examinar de que forma a identidade histórica do CPII afeta Realengo, examina-se a construção do sentimento de pertencimento ao colégio por parte de parcela dos moradores da localidade, decupando-se a história da unidade em seus três primeiros anos de existência, de 2004 a 2006. Com recursos documentais (FARIA FILHO, 1998), iconográficos (MAUAD, 2004) e de história oral (PORTELLI, 1997; DELGADO, 2010), além dos conceitos de configuração (ELIAS, 1980), memória (NORA, 1993), espaço (CERTEAU, 2014 [1990]), mercado linguístico (BOURDIEU, 2003) e comunidade imaginada (ANDERSON, 2008 [1983]), atesta-se que a conquista de um colégio tradicional, que é parte do projeto de afirmação do estado nacional Brasileiro, leva uma parcela de moradores de Realengo a se sentirem mais estabelecidos e menos outsiders (ELIAS, 2010 [1994]).

Palavras-chave: Colégio Pedro II; Realengo; pertencimento

O Colégio Estadual André Maurois (1965-1971): um olhar sobre a experiência do audiovisual no ensino de Francês

DANIEL VILAÇA DOS SANTOS, PATRICIA COELHO DA COSTA

O Colégio Estadual André Maurois (CEAM) foi inaugurado em 1965, no bojo do processo de expansão educacional da Guanabara, iniciado no governo de Carlos Lacerda (1960-1964). Situado no bairro do Leblon, na privilegiada zona sul da cidade, o CEAM, até 1971, teve Henriette Amado como diretora. Professora de história e latim, Henriette era esposa de Gilson Amado, precursor da televisão educativa no Brasil. No CEAM, ela implementou um projeto inspirado no pensamento-ação de Alexander Neill, sobre o uso responsável da liberdade na definição de relações emancipatórias. Assim postulava que a aprendizagem fosse destituída de sua premissa depositária, sendo orientada por uma verve crítica que formasse indivíduos livres e resolutos. Com uma dinâmica oposta à do ensino tradicional, o referido projeto ainda refletia o ideário de Piaget, pois recorria a um método ativo que estimulava a pesquisa espontânea para a construção do pensamento lógico. Na prática, isso se traduziu em uma estrutura que permitiu encampar alternativas inovadoras, como a das classes experimentais, além de experiências pioneiras, como a aplicação da metodologia audiovisual para o ensino de francês, desenvolvida para fazer frente à hegemonia do inglês nas relações internacionais. Para tanto, dois laboratórios foram aparelhados pelo governo francês, em uma ação coordenada pelo Serviço Cultural da Maison de France e intermediada pela recém-criada Associação de Professores de Francês. Tal movimentação respondia à necessidade de lutar pelo espaço do francês: a Lei de Diretrizes e Bases de 1961, enquanto assegurava a experimentação pedagógica, por meio do artigo 104, também estabelecia, pelo artigo 35, parágrafo 1º, que toda deliberação relativa ao ensino de línguas estrangeiras devia partir dos conselhos estaduais de educação. No Rio de Janeiro, se o francês tinha a chancela de disciplina obrigatória, as suas 4 aulas semanais indicavam que a disciplina atuaria consoante uma carga horária 40% menor do que lhe previa o marco legal anterior, a Reforma Capanema de 1942. Este trabalho intenciona examinar a experiência do audiovisual no CEAM, entre 1965 e 1971, como esteio para o desenvolvimento do ensino escolar de francês. Para esse fim, são mobilizados os conceitos de configuração (ELIAS, 1980), capital (BOURDIEU, 1996), e lugar, tática e estratégia (CERTEAU, 2014). O estudo apoia-se em dados obtidos por meio de análise de legislação (BOURDIEU, 1996; FARIA FILHO, 1998) e de jornais de época (CHAVES, 2003). Enfim, os resultados atingidos atestam que ao passo que o CEAM de Henriette Amado mirava a cultura letrada e a intelectualidade francesas, o colégio definia não apenas uma tática, de cunho curricular, que ensejasse o uso de um recurso renovador – o audiovisual –, mas também propiciava o exercício de uma estratégia de resistência do quadro de professores de Francês do Rio de Janeiro, que via prejuízos para a sua disciplina após a costura proposta pelo novo marco legal da Educação.

Palavras-chave: Colégio Estadual André Maurois; Francês; metodologia audiovisual

Mundos do trabalho, educação e gênero: I Congresso Operário Mineiro e uma análise da presença feminina no jornal O Confederal

DANIELA PASSOS, RENATA GARCIA CAMPOS DUARTE, ISABELLE GUEDES PATROCINIO

O presente trabalho tem por objetivo investigar as relações construídas entre o trabalho feminino e a educação, em Belo Horizonte, no início do século XX, no âmbito do processo de formação do mercado de trabalho livre no Brasil, a partir da análise do I Congresso Operário Mineiro, ocorrido na capital mineira, no ano de 1907 que criou o Centro Confederativo Mineiro e o seu porta voz, o jornal O Confederal. Igualmente, busca-se verificar as diferentes formas de representação das mulheres na imprensa operária, se como operárias, se a partir de um viés que as atrelava às tarefas domésticas, ou de outras formas. Há de se destacar que o processo de industrialização do Brasil no alvorecer do século XX alterou a estrutura social e modificou hábitos e costumes tradicionais e familiares, o que afetou as condições de vida e de produção social das mulheres. É nesse contexto que os movimentos sociais se organizaram e despontaram no cenário nacional, incluindo o movimento feminista. O recorte espacial/temporal é a cidade de Belo Horizonte no decênio de 1901 a 1910, com foco no ano de 1907. Justifica-se por ser este um espaço eminentemente urbano, e por estar em fase de construção, logo, necessitando de mão de obra qualificada independente de gênero. A construção da nova cidade mineira recorreu à mão de obra dos trabalhadores imigrantes, atraindo, também, mão de obra de todas as partes do estado. O recorte temporal compreende a década do desenvolvimento sócio-político na capital mineira, o que nos possibilitará avaliar a dimensão dessa transferência de mão de obra do “interior” do estado para a nova capital. No que se refere à metodologia, a proposta, ainda em desenvolvimento, se desdobra em duas etapas. A primeira, de caráter empírico, consiste na consulta, coleta e transcrição das fontes documentais, sobretudo o jornal O Confederal. O periódico teve o primeiro número lançado em 02 de maio de 1907, iniciando a publicação no dia 1º do mês seguinte (01/06/1907) e sua última edição finalizou em 07 de agosto de 1907. A segunda etapa, analítica, baseia-se na sistematização e análise dos dados elencados. Sabe-se que as mulheres, além das tarefas domésticas, por vezes, exerciam trabalhos “fora de casa” com fins de complementação da renda familiar, por exemplo, como operárias de fábrica têxteis, empregadas domésticas, lavadeiras etc. Contudo, a hipótese inicial desta pesquisa é a de que não havia oferta de cursos e outros projetos educacionais destinados a elas, bem como as referências às mulheres na imprensa operária de Belo Horizonte, quando ocorriam, se davam em virtude de sua importância ao bom andamento do lar, ou seja, com ênfase ao âmbito do doméstico, não havendo destaque em relação às tarefas exercidas fora desse local. Espera-se que esse estudo possa contribuir para um diálogo estimulante entre a história da educação, questões de gênero e a história social do trabalho, em Belo Horizonte, nas décadas iniciais da República.

Palavras-chave: educação; gênero; jornal O Confederal

A atuação da CADES na formação de professores de Matemática no Espírito Santo (1950 a 1970)

DANIELE DE AQUINO GOMES, ANTONIO HENRIQUE PINTO

Este trabalho analisa a atuação da Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário (CADES), no Espírito Santo, nas décadas de 1950 a 1970. Objetiva compreender quais as ações que orientaram o desenvolvimento do ensino de matemática para escola secundária, em terras capixabas. O período analisado compreende a criação da CADES, no início da década de 1950, até sua extinção, no início da década de 1970, interstício caracterizado pela urgência em modernizar o currículo da escola secundária, ainda presa à concepção clássico-humanista herdada do século XIX. Sua extinção, em 1971, deu lugar ao ensino de 1º e 2º Graus, instituído pela Lei 5.692/1971, de concepção tecnicista e voltado às demandas do desenvolvimento industrial e crescimento econômico. Colocando em diálogo Guinzburg e os historiadores dos Annales, articulou-se o “paradigma indiciário” e a “história cultural”, movimento que possibilitou analisar o passado cotejando as seguintes fontes: registros escolares do antigo Ginásio do Espírito Santo; bibliografias, constituídas por manuais didáticos-pedagógicos para o ensino da Matemática, usados em ações formativas realizadas pela CADES; depoimento de um professor de Matemática, cuja habilitação ao magistério se deu por meio da atuação da CADES. Nessa perspectiva, os fios que entrelaçam essas memórias lançam luz aos acontecimentos que assinalaram as ações da CADES visando ao desenvolvimento do ensino de matemática para a escola secundária, no Espírito Santo. Verificou-se que, em terras capixabas, a atuação da CADES perpassou pela busca de dois grandes desafios. De um lado, possibilitar a habilitação de professores de matemática para atender a expansão da escola secundária, suprimindo a lacuna deixada pela ausência de cursos superiores. De outro lado, modernizar o currículo do ensino secundário, por meio da elaboração e divulgação de impressos e bibliografias que apresentavam orientações à prática de ensino aos professores, em conformidade com a concepção da moderna escola secundária. Esses manuais e bibliografias expressam a concepção de educação que orientou a formação dos professores habilitados pela CADES, bem como outros cursos e ações formativas realizadas em parceria com a Secretaria Estadual de Educação do Espírito Santo. Portanto, inferimos que a CADES compôs a estratégia governamental de centralização da formação de professores para escola secundária, constituindo-se como uma engrenagem do Ministério da Educação que, a todo custo, buscava atalhos ao problema da baixa escolarização da população, num contexto em que a educação emergia como motor para superação do subdesenvolvimento.

Palavras-chave: matemática no ensino secundário; formação de professor; CADES

Aspectos simbólicos da trajetória do intelectual Benedito Nicolau dos Santos, interfaces entre arte e educação

DANIELE MARTINEZ DE OLIVEIRA COELHO, ADRIANA VAZ

O artigo tem como objetivo apresentar parte da trajetória do intelectual Benedito Nicolau dos Santos (1878-1956) e pontuar as obras que tiveram uma recepção no campo cultural em Curitiba/PR. O recorte temporal analisa parte da produção da década de 1920 e 1930 em função do valor simbólico atribuído às obras. Tendo como problemática: Quais os aspectos da trajetória de Benedito no campo educacional e musical nos permite caracterizá-lo como um intelectual? Benedito nasceu em Curitiba/PR, sendo filho de Manuel Gonçalves dos Santos e Benedita da Trindade Ribas. Foi casado com Maria Luiza Curial, com quem teve 10 filhos. Em hipótese, sua trajetória como intelectual, somado ao seu vínculo no campo educacional e musical, apresenta características delineadas por Vieira (2011). A efetivação do projeto moderno marca sua participação em vários espaços educacionais e culturais em Curitiba/PR, e se configura por uma rede de sociabilidades nos termos de Sirinelli (2003). Outro aporte teórico é o conceito de campo, habitus e capital de Bourdieu (2001, 2009), o que permite compreender o capital simbólico acumulado por Benedito ao atuar como professor fundador da EMBAP, em 1948, como menciona Lorenzoni (2014) e Torres (2017). Instituição que lecionou até falecer. Metodologicamente analisa-se a recepção da obra musical do autor em diferentes mídias, bem como, investiga-se a produção acadêmica já realizada sobre o musicista. Dentre as instituições que atuou tem-se o Círculo de Estudos Bandeirantes, a Sociedade de Artistas do Paraná e a adesão ao ideário do Movimento Paranista. Ao integrar a Academia Brasileira de Música (ABM), em 1946, nos leva a reconhecer a importância de seu percurso no campo da música, reconhecimento que divide com outros autores da sua geração como Antonio Melillo e Bento Mossurunga. Sua produção é formada por uma variedade de estilos como obras de musicologia, operetas, peças teatrais e produções diversas. Quanto à recepção das suas obras, dois canais são importantes para divulgação da sua memória: *Jornal do Comércio* (1961) e a *Revista Rumo Paranaense* (1973), em que se exalta a obra “*Sonometria e Música*”, com 4 volumes, publicadas entre 1933 e 1936. Conclui-se que, Benedito embora tenha uma vasta produção na área musical, como ter sido o autor do “*Hino a Curitiba*” criado em 1928, ligado ao Movimento Paranista, e tenha lecionado a disciplina de “*Noções de ciências físicas e aplicadas*”, na EMBAP, seu reconhecimento simbólico no campo musical foi tardio, lembrado nas comemorações dos 322 anos da cidade de Curitiba, em 2015. Consta-se que o campo musical em Curitiba nas primeiras décadas do século XX não tinha autonomia, o que justifica algumas das obras de Benedito ter fins religiosos e mesmo seu trabalho como escritor e, posteriormente, como professor.

Palavras-chave: educação; história intelectual; música

História e memória da Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte (1968-1998)

DANIELLA LAGO ALVES BATISTA DE OLIVEIRA EUSTÁQUIO, FRANCINAIDE DE LIMA SILVA NASCIMENTO

O presente trabalho tem como recorte temático a história da Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte (ETFRN), em Natal-RN, no período de seu funcionamento entre os anos de 1968 a 1998. Os marcos históricos são referentes ao início e final da institucionalidade. Teve-se como objetivo analisar a história da ETFRN, com destaque para seu desenvolvimento institucional como referência na oferta de Educação Profissional em um contexto de transição política no Brasil. Nossa análise, metodologicamente, faz uso da fundamentação da pesquisa historiográfica e pesquisa documental para compreender como se deu o processo de mudança de institucionalidade de Escola Industrial de Natal (1965-1968) para Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte (1968-1998). Os autores Ciavatta (2015), Medeiros(2011), Cunha (2005), Manfredi (2002), Moura (2007) ajudam-nos a compreender a História da Educação Profissional e, sobre a História das Instituições, utilizamos Justino Magalhães (1998); sobre o conceito memória, os autores embasados foram Michel Pollak (1989); Maurice Halbwachs (2021); Michel de Certeau (1982). Quanto ao conceito sobre o método, Carla Pinsky; Tânia Bassanezi (2009); Verena Alberti (2021); Dermeval Saviani; José Claudinei Lombardi (2018); Giovanni Levi(1996); Pierre Bourdieu (1996); Maria Ciavatta (2002). Foram realizadas visitas ao Arquivo Permanente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), localizado no Campus Natal Central; assim como o Portal da SETEC/MEC e o Portal da Memória do IFRN. O corpus documental para o trabalho é composto por arquivos, plano de ação, atas, relatórios de gestão e de atividades pedagógicas, documentos administrativos, Revista da ETFRN, jornais, fotografias do período em questão. O recorte temporal estudado é marcado por transições entre concepções educacionais, políticas e societárias, com repercussões significativas para a educação e a Instituição em destaque. Em nosso estudo, percebemos que o resultado desse processo de redemocratização que ocorria no país, juntamente com as políticas educacionais, passaram a priorizar o aumento da oferta de ensino médio, dando-se especial atenção à área de ensino técnico. Isso possibilitou investimento na área, o que gerou aperfeiçoamento arquitetônico (construção de piscina, auditório, estádio de futebol, biblioteca, sala de estudos, laboratórios técnicos, Núcleo de Incubação Tecnológica). Essas mudanças projetaram novas aspirações formativas como oferta de novos cursos (Geologia, Mecânica, Edificações e Eletrotécnica); práticas de ensino em laboratórios e práticas profissionais como visitas técnicas; criação da Associação de Servidores e a Criação do Grêmio Estudantil. E, por fim, coadunando-se às políticas advindas do MEC, a ampliação institucional e interiorização com a instalação da Unidade de Ensino Descentralizada (UNED), em Mossoró-RN.

Palavras-chave: história da educação profissional; história das instituições educativas; escola técnica federal

A atuação do Comando de Caça aos Comunistas (CCC) segundo a imprensa nacional (1964-1980)

DANIELLE BARRETO LIMA

Este trabalho tem como objetivo apresentar, a partir da imprensa produzida à época, a atuação do Comando de Caça aos Comunistas (CCC) no âmbito nacional, durante o período da ditadura civil-militar (1964-1985), com o foco na análise de sua atuação estudantil paralela aos atos terroristas atribuídos ao grupo. O trabalho se baseia em 475 (quatrocentas e setenta e cinco) reportagens, de diversos jornais de diferentes estados da Federação e 45 (quarenta e cinco) matérias de revista, publicados no período indicado. Trata-se de um recorte de uma dissertação de mestrado que analisou, a partir de diversos tipos de documentação, tais como aqueles oriundos dos aparelhos repressivos, da imprensa e do movimento estudantil, a história do Comando de Caça aos Comunistas (CCC), desde sua fundação, em 1963, até a fase de reabertura democrática, passando pela participação de membros do grupo nos aparelhos repressivos. O CCC surge na imprensa em 1964, retorna em 1967, mas foi a partir de 1968 que passou a ocupar com frequência as páginas dos jornais e revistas. Atos praticados em diversos estados da Federação foram atribuídos à organização e divulgados pela imprensa. A escolha por um corpus formado por diferentes jornais e revistas foi feita para possibilitar um olhar amplo sobre as ações atribuídas ao grupo, além de estabelecer as mudanças e permanências de suas ações, entre participar do movimento estudantil e agir como coletivo paramilitar. Na pesquisa, entende-se o “anticomunismo” como um fenômeno que gerou um imaginário e uma manipulação oportunista do termo, o que Motta (2000) chama de “indústria do anticomunismo”. O CCC se organizou em 1963 e agiu dentro do ambiente político-universitário, dentro de redes de ação universitária, como mobilização da direita, a partir de partidos e centros acadêmicos estatutários, formado por estudantes da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo e da Universidade Presbiteriana Mackenzie. A partir de 1968, a sigla passa a ser utilizada em atos em outros locais do país, por grupos que, ainda que não se pudesse dizer diretamente orientados pelo CCC que surgiu em São Paulo, se assemelhavam na prática da violência e na perseguição de quem ousava se opor ao regime. O Comando de Caça aos Comunistas (CCC) se torna uma sigla, capaz de agregar outros sujeitos dispostos a praticar atos violentos em nome da manutenção do quadro ditatorial, acionados por uma luta contra o comunismo. Os atos atribuídos ao Comando de Caça aos Comunistas (CCC) atravessam as décadas de 1970 e 1980, se tornando mais presentes durante o processo de reabertura democrática.

Palavras-chave: Comando de Caça aos Comunistas; anticomunismo; ditadura civil-militar

Embates ideológicos acerca do ensino religioso na História da Educação Brasileira

DANILO NOBRE DOS SANTOS

O presente trabalho tem por objetivo abordar o problema do Ensino Religioso nos embates ideológicos ocorridos na História da Educação Brasileira, especificamente até e durante a elaboração da primeira Lei de Diretrizes e Bases da educação Brasileira, mediante seus processos de constituição motivados por interesses diversos. Estes consequentes embates ocorreram entre os que eram favoráveis à permanência do Ensino Religioso na escola pública e os grupos que defendiam uma educação laica, liberal e democrática. Basicamente, identificamos o grupo dos “católicos” e o dos intelectuais denominados “liberais”, oriundos de tendências distintas, como os protestantes, os maçons e os intelectuais especialistas em Educação, que se unem em determinados momentos do debate. Ao abordarmos este problema, identificamos interesses econômicos e políticos diversos, opiniões, discussões e tendências no que se refere à própria realidade e a necessidade dos educandos de um sistema educacional que fosse realmente consistente, forte e transformador. Consideramos este tema das discussões acerca do Ensino Religioso e os interesses a ele subjacentes, sobretudo na ocasião da elaboração da LDB de 1961, um assunto delicado e complexo, mas ao mesmo tempo, pertinente e de grande relevância para a compreensão da história da própria educação Brasileira, fazendo-se necessário um aprofundamento adequado sobre ele, a fim de contribuirmos para o esclarecimento em torno da presença do fenômeno religioso, do discurso sobre Deus e da experiência cultural-religiosa de um povo, pois marca desde as suas origens, a educação Brasileira. Deste modo, nosso intento assenta-se na observação dos vínculos existentes entre educação e doutrina religiosa e em que medida os embates ocorridos e as consequentes reformas promovidas, sobretudo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira de 1961 deram conta de abarcar a problemática apontada, ou não.

Palavras-chave: ensino religioso; História da Educação; embates ideológicos

O ensino de História da Educação no Brasil e a presença do ideário da Liga Internacional pela Educação Nova em manuais disciplinares (1920-1950)

DÉCIO GATTI JÚNIOR

A temática desta comunicação inscreve-se na área da História da Educação, especificamente na História Disciplinar da História da Educação, com foco no ensino da disciplina na formação de professores no Brasil nas décadas de 1920 a 1950. Objetivou-se compreender a forma como foi tomado e apresentado aos professores em formação o ideário dos intelectuais vinculados à Liga Internacional pela Educação Nova. Tarefa que foi realizada por meio da análise de dois importantes manuais de História da Educação publicados no Brasil na década de 1930: “Noções de História da Educação”, de Afrânio Peixoto, em 1933; “Educação. História da Educação. Problemas Actuaes”, das Madres Peeters e Cooman, em 1937. Para abordar a Liga Internacional da Educação Nova partiu-se, principalmente, de Carvalho (2004), Gutierrez (2010), Alves (2010) e Vidal; Rabelo (2019). Para tratar da História Disciplinar da História da Educação e, particularmente, dos manuais disciplinares relacionados à Escola Normal Brasileira, partiu-se, principalmente, de Bastos (2006), Freitas; Nascimento (2006), Gondra (2020), Lopes (2002), Monarcha (2009), Nunes (1996), Toledo (2010) e Vieira; Roballo (2007). As fontes privilegiadas incluíram o exame minucioso do conteúdo dos manuais de História da Educação de Peixoto (1933) e de Peeters; Cooman (1937), particularmente, em relação ao conteúdo relacionado à Educação Nova. O período coberto no texto compreende desde a década de 1920, quando foram criadas a Liga Internacional pela Educação Nova (1921) e a Associação Brasileira de Educação (1924), com prosseguimento para o período de divulgação do Manifesto dos Pioneiros da Educação no Brasil (1932), bem como para a época de publicação e de utilização dos manuais de História da Educação selecionados para análise, o que se estendeu ao menos até a década de 1950. Os resultados apontam que em ambos os manuais de História da Educação, ainda que sob perspectivas antagônicas, há intensa presença da temática da Educação Nova, o que se vinculava, em Peixoto (1933), ao esforço de construir uma República democrática, por meio de reformas educacionais e, em Peeters; Cooman (1937), à busca da manutenção da relevância católica na sociedade Brasileira. Em um ponto, porém, a narrativa convergia – na objeção, por razões diferentes, às iniciativas educacionais da Rússia soviética. Conclui-se pela centralidade adquirida pelo movimento internacional da Educação Nova nos debates educacionais Brasileiros das primeiras décadas do século XX. No que se refere à Educação Nova, houve adesão em Peixoto (1933) e objeção em Peeters; Cooman (1937), mas, em ambos os casos, não houve indiferença ao tema, o que denota a relevância das propostas de renovação educacional na época.

Palavras-chave: história disciplinar; educação nova; manuais de ensino

Dienes: blocos lógicos e os saberes “pré-matemáticos” em tempos do Movimento da Matemática Moderna (1960-1980)

DENISE MEDINA FRANÇA

Esta investigação objetiva compreender o movimento de sistematização de um saber a e para ensinar: classificação, seriação e ordenação com a utilização dos blocos lógicos, material estruturado, com propriedades estabelecidas, durante o Movimento da Matemática Moderna (1960-1980). De acordo com Batista et al (2013), França (2019), o movimento iniciou em meados de 1950, tempo de transformações na estrutura e no ensino da matemática caracterizado pela circulação de experiências educacionais, que recomendava o uso de blocos lógicos como facilitadores na concretização de ideias abstratas. Que saberes a ensinar e para ensinar foram sistematizados no ensino da pré-matemática nos anos iniciais durante o MMM? A pesquisa, ao analisar as obras de Zoltan Dienes (1906-2014), desenvolve-se em perspectiva sócio histórica considerando os saberes da formação e do ensino de acordo com Valente (2017): o saber a ensinar é caracterizado como aquele que o professor deve utilizar para a tarefa formativa e o saber para ensinar como aquele que deve ser mobilizado na prática docente (os modos de tratar os saberes a ensinar, as ideias de como os alunos deverão aprender esse saber, os seus modos de aprendizado, as transformações que deverão sofrer os saberes a ensinar, etc.). Além disso, consideramos saberes profissionais como os saberes de formação de professores dados pela articulação entre os saberes a ensinar e os saberes para ensinar. Zoltan Dienes, um educador húngaro, doutor em Matemática e Psicologia, que tratava a Matemática como uma estrutura única e afirmava que “o conceito de número é muito complexo”, uma estrutura mental construída pela criança, envolvendo três conceitos básicos: conservação (invariância do número); seriação (relação de ordem entre os elementos); e classificação (inclusão de um elemento num outro mais amplo que o contenha). Tais estruturas precisam ser construídas anteriormente à introdução do conceito de número. A proposta de Dienes para os blocos lógicos refere-se a uma metodologia que faz uso de materiais manipuláveis para a realização das atividades matemáticas. O processo de construção do pensamento da criança, inicia-se com a personificação das estruturas, em seguida, familiarizada com elas, pode combiná-las, transformando-as em outras mais complexas e, mais tarde, facilmente aplicá-las nos conjuntos numéricos e, mais ainda, descobre, compreende e combina as estruturas matemáticas e o modo como elas se relacionam. Em síntese os saberes sistematizados por Dienes em suas obras, utilizando os blocos lógicos para abordagem de atividades pré-matemáticas, postos a circular durante a vigência do MMM indicam a produção de saberes de referência para os professores, saberes a e para ensinar, ou seja, antes da introdução do conceito de número, é necessário trabalhar as atividades de classificação, seriação e ordenação utilizando os blocos lógicos.

Palavras-chave: história da educação matemática; movimento da matemática moderna; Zoltan Dienes

A Escola Nova em circuito internacional: questões historiográficas

DIANA VIDAL

Em 2021, a New Education Fellowship (NEF) ou a Liga Internacional pela Educação Nova (LIEN) completou 100 anos de sua criação. Como um “não-dito”, expressão utilizada por Michel de Certeau (1982, p. 67-69) para caracterizar aquilo que remete à operação historiográfica, está subjacente à escrita, mas não é por ela explicitado; a preferência pelo uso de LIEN nos textos e em uma vasta produção emergente nos países de língua latina contrasta com a recorrência à NEF pela historiografia anglófona. Para muitos investigadores do campo, aliás, nem sempre esteve ou está claro que as duas siglas referem-se ao mesmo movimento, cuja origem remonta ao Congresso, realizado em Calais, na França, em 1921. A não homologia entre as denominações, por certo, contribuiu para a confusão ainda existente na atualidade, assim como as disputas em torno do nome conferido ao movimento nas décadas iniciais de sua existência, como apontamos Rafaela Rabelo e eu em artigo incluído no citado dossiê (VIDAL; RABELO, 2021, no prelo). Mas interessa indagar sobre as razões de sua permanência. A historiografia educacional, portanto, merece ser interpelada. Quatro indícios emergem da leitura da literatura. O primeiro e mais evidente aponta para a genealogia da rede. O segundo indício se revela na turbulência da década de 1930. A desarticulação das seções associadas à NEF/LIEN, em particular o braço alemão, durante o conflito armado, tendeu a aprofundar a distinção entre os ramos latinos e anglófonos no âmbito das historiografias nacionais. A partir de 1945, a reorganização de algumas seções esteve na base da criação da UNESCO. Assumindo a nova denominação de World Education Fellowship (WEF), a NEF sobrevive como organização não-governamental, mantendo sua sede no Reino Unido e com representações na Austrália, Europa, Índia, Japão, Coreia do Sul, Nigéria, África do Sul e Estados Unidos da América. Aqui, podemos identificar um terceiro componente de cunho historiográfico: a versão construída pela WEF sobre sua própria história. Os periódicos educacionais constituem o quarto e último indício a ser ressaltado. Recompor o mosaico dessas narrativas, atando aquilo que se foi produzindo como separado, envolve uma virada epistemológica, a busca de outros referenciais de análise que, abdicando de colocar em primazia os contextos nacionais, se sensibilize por uma abordagem de cariz transnacional. A inflexão suscita aplicar duas lentes distintas de observação: uma que mira a constituição das redes do ponto de vista macro, atentando para as formas de governabilidade de que se valem e as estruturas que organizam; outra que enfoca o micro e se interroga sobre os percursos tramados pelos sujeitos, as apropriações/subversões efetuadas e os laços criados. Tal é o propósito desta comunicação que se vincula ao Projeto Temático FAPESP (n. 2018/26699-4), intitulado “Saberes e práticas em fronteiras: por uma história transnacional da educação (1810-...)”.

Palavras-chave: escola nova; historiografia; história transnacional

Construtivismo em alfabetização: da concepção de educação à consolidação como aporte teórico na rede municipal de ensino de São Paulo (1989-1996)

DIEGO BENJAMIM NEVES

Este trabalho é fruto de dissertação de mestrado circunscrita no campo da história da alfabetização e do currículo no município de São Paulo, em que analiso prescrições curriculares construtivistas para o ensino da leitura e da escrita a partir de meados da década de 1980 até 1996. Tal pesquisa teve como objetivo compreender quando e como tais prescrições passaram a compor os documentos curriculares desse município. Como demonstrei, é em 1985 que as primeiras prescrições construtivistas figuraram em documentos curriculares do município de São Paulo. Currículos escritos e documentos de formação continuada de profissionais da educação - minhas principais fontes -, são objetos culturais utilizados no campo da estratégia, à moda de Certeau e são de enorme interesse no campo da História da Educação. Acessá-los e utilizá-los como fontes para produzir uma interpretação histórica possível, é trabalhar com: “representações” como pontua Roger Chartier, não acreditando, porém, que elas correspondam “à realidade”, mas que são essenciais para a compreensão de uma época, como alerta Anne-Marie Chartier. Em outra publicação, analisei junto a outro pesquisador, a “configuração textual” - metodologia proposta por Mortatti - de alguns dos documentos curriculares da Rede Municipal de Ensino de São Paulo publicados entre 1985 e 1988, que são estratégicos no processo de implementação do construtivismo em alfabetização nesse município. O que proponho neste trabalho é a continuação do diálogo iniciado, de modo que, ambos trabalhos conjugados propiciem uma visão acerca da dissertação de mestrado defendida em agosto de 2020, quando havia um ano e quatro meses que o negacionismo bolsonarista outorgara uma Política Nacional de Alfabetização obscurantista que, em essência, - alijando do processo de sua construção a comunidade acadêmica e alfabetizadores nacionais, bem como negando a história do ensino de leitura e escrita no Brasil - travestia de novo o método fônico secular, como aquele que científico e determinante, livraria os infantes Brasileiros das garras de Paulo Freire e do construtivismo. Não apenas a periodização escolhida, mas bem como o período de confecção da pesquisa revestem as reflexões feitas de dados historiográficos que ajudam a compreender nuances do passado recente e do presente. A partir então do que defendi em tais publicações, proponho uma análise de alguns documentos curriculares que foram publicados entre 1989 e 1992, período em que Luiza Erundina foi prefeita do município de São Paulo e entre 1993 e 1996, na gestão de Paulo Maluf, períodos em que, respectivamente, ocorreram um apagamento e consolidação do construtivismo enquanto aporte teórico-metodológico para a alfabetização em documentos curriculares e de formação de professores, coordenadores pedagógicos, diretores de escola e supervisores escolares.

Palavras-chave: construtivismo em alfabetização; gestão de Luiza Erundina; gestão de Paulo Maluf

Indícios da escolarização da Ginástica no município de Nova Iguaçu (1850-1860)

DIEGO PASCHOA

Nova Iguaçu é um município do Estado do Rio de Janeiro, criado em 15 de janeiro de 1833, deu origem a sete dos treze municípios que hoje compõem a região conhecida como Baixada Fluminense. Em 1835, dois anos após a sua fundação, Nova Iguaçu perde o status de município pelo fato da Câmara Municipal não cumprir com suas atribuições e tem suas terras divididas entre os municípios de Vassouras e Magé, passando a se chamar Freguesia de Nossa Senhora da Piedade do Iguassu. Em 1836, em atenção a uma mobilização popular liderada por Francisco José Soares, influente comerciante local e que recebeu apoio de Paulino José Soares de Souza, o futuro Visconde de Uruguai, presidente da Província do Rio de Janeiro e liderança do Partido Liberal no plano local, Iguassu retorna ao status de município por meio da lei n. 57 de 10 de dezembro daquele ano. Com base na história da de Iguassu, o objetivo desse estudo é analisar o processo de escolarização ocorrido entre 1850 e 1860, na tentativa de identificar e refletir sobre o processo de institucionalização da ginástica no município. De acordo com estudos em história da educação, o primeiro prédio público escolar para meninos foi erguido na cidade em 1837, porém, possivelmente pela falta de professor habilitado e pela distância do município da capital da Corte, as atividades nesse prédio só tiveram início em 22 de novembro de 1838, com a nomeação do professor Antônio Inocência Furtado de Mendonça, recém-formado na escola Normal de Niterói. Sobre a prática da ginástica (exercícios ginásticos) nas escolas, o Decreto n. 1331-A de 17 de fevereiro de 1854 a tornou obrigatória nas escolas da Corte. Sendo assim cabe questionar, se este tipo de saber foi instituído e, assim sendo, como foi prescrito para a região da Baixada Fluminense? Na tentativa de identificar e refletir sobre o processo de institucionalização da ginástica na região de Iguassu, a metodologia utilizada na pesquisa foi a análise dos documentos textuais de fontes primárias, tal como os relatórios dos presidentes da Província do Rio de Janeiro entre 1850 e 1860, não sendo possível identificar referências às escolas e/ou à prática de ginástica na região de Iguassu, ponto a ser aprofundado na continuidade da pesquisa, de modo a tentar perceber práticas correlatas à ginástica nesta série de relatórios, bem como em outros impressos do período. O “silêncio” observado nas fontes até então analisadas e em estudos realizados quanto à educação e, particularmente quanto à ginástica na atual região da Baixada Fluminense, nos permite afirmar/deduzir que, em que pese haver um processo de escolarização em curso no município de Iguassu, a escolarização da ginástica carece de maior atenção e estudos.

Palavras-chave: Nova Iguaçu (RJ); escolarização; Ginástica

Coutto Ferraz e Augusto Leverger: convergências pela instrução pública (1849-1855)

DIMAS SANTANA SOUZA NEVES

Este texto tem por objetivo analisar os projetos de instrução pública na Província de Mato Grosso e na Corte Imperial, problematizando as compreensões estabelecidas, suas singularidades e semelhanças no início da segunda metade do século XIX. Dada as especificidades os dirigentes buscavam avanços na qualidade do ensino a partir de proposições que visavam a ampliação da escolarização. Ao considerar esses elementos, investigamos as ideias tomadas nas decisões sobre a instrução pública que potencializaram os princípios educacionais iluministas, principalmente as formações discursivas em torno de gratuidade, universalidade e obrigatoriedade e que constituíram ações de afirmação do método simultâneo no ensino escolar desses dois espaços geopolíticos. Com apoio nas contribuições de Certeau (2002), Veyne (1998), Foucault (2000, 2019), Narodowski (2001), Gondra (2018), Vidal et al (2013), Vidal & Ascolani (2009), (Siqueira 2000) e Gondra & Schuller (2008) produzimos uma configuração teórica envolvida pela proposta genealógica e que auxiliou o desenvolvimento de uma metodologia centrada na análise das práticas discursivas. Até porque esses conjuntos discursivos ordenaram modelos educativos das duas sociedades e constituíram relações de poder/saber na produção de ações de ensino e afirmaram modelos pedagógicos, culturais e sociais para uma sociedade da escrita e constituidora de espaços sociais para pessoas letradas. As fontes analisadas são constituídas de relatórios de Presidente de Província e de dirigentes da Corte Imperial e relatórios de gestores da instrução pública que assessoravam o poder estatal, além de regulamentações que produziram o sentido normativo e regeram as políticas de instrução e do cotidiano da vida escolar. Os resultados alcançados desnaturalizam as ideias de centralidade na Corte Imperial como laboratório único de produção e amostra de modelos educativos e as ações normatizadoras apresentam aspectos que fizeram com que as práticas discursivas na instrução pública pudessem constituir elementos centrais na configuração da ordem civilizadora e modernizadora da sociedade. As práticas regulamentadoras visavam, sobretudo, fazer da escolarização estatal a efetiva consolidação das questões culturais, sociais e educativas de uma sociedade letrada, a partir das políticas de instrução pública, tanto na Corte Imperial quanto na Província de Mato Grosso. Assim pensada, as ações dos governantes evidenciam o objetivo final das normas de escolarização de letrar setores sociais para uma moderna sociedade Brasileira, principalmente com as ideias de “derramar instrução” aos que precisavam do ensino escolar. Com isso, Augusto Leverger e Coutto Ferraz se constituíram como protagonistas difusores das ideias de modernização e civilização da sociedade Brasileira pela ampliação da instrução pública.

Palavras-chave: instrução; governantes; modernidade

“Mande notícias do mundo de lá, diz quem fica”: um estudo sobre cartões postais (1904-2018)

DORIS BITTENCOURT ALMEIDA, ALICE RIGONI JACQUES

O estudo situa-se entre os campos da História da Cultura Escrita e História da Educação, tem como objeto de estudo os cartões postais, nas interfaces com as discussões em torno da escrita epistolar, transversalizado pelo tema dos arquivos pessoais. Tem-se como objetivo investigar o conteúdo discursivo desses suportes de escrita e discutir os motivos pelos quais são conservados ao longo do tempo. Portanto, o interesse do estudo não está analiticamente na imagem dos postais e sim naquilo que foi escolhido pelos remetentes para escrever aos destinatários. Examinou-se um conjunto de 218 cartões postais, aqui operados como ego-documentos, salvaguardados por diferentes pessoas e por uma instituição escolar entre 1904 a 2018. Afora os postais da instituição, os demais foram concedidos por 14 pessoas que atenderam ao nosso apelo e enviaram os mesmos pelas redes sociais. Metodologicamente, reuniram-se os cartões postais, separando-os por décadas e, posteriormente, construíram-se as seguintes categorias de análise: materialidades, protocolos de escrita, vínculos entre remetentes/destinatários, produção de sensibilidades, temas abordados, sendo notícias de viagens, aquele que predominou nos postais a partir da década de 1970. Postulamos que foram guardados por diferentes gerações, pelos afetos, sobretudo familiares, por estarem em um suporte de escrita que favorece a preservação e por representarem momentos significativos vividos pelos remetentes. Consideramos que este suporte de escrita, por não ser carta, embora guarde com esta relação, facilita o gesto de doar a terceiros para serem utilizados em pesquisas científicas. Entendidos como ego-documentos, permitem conhecer diferentes práticas culturais e sociais, ou seja, propiciam ao pesquisador indícios de experiências vividas por mulheres e homens, em temporalidades distintas, que fizeram uso do cartão postal para estabelecer uma comunicação, movida, especialmente, pelo sentimento de bem querer. Sendo o tema das viagens o preponderante entre os postais, merece desdobramentos. Assim, independente da década, observa-se a força dos afetos nessas correspondências, tendo em vista os fecundos vínculos estabelecidos entre quem escreve e quem as recebe. Além disso, observam-se as seguintes recorrências: a necessidade de contar a viagem a quem se gosta, considerando os limites do suporte de escrita e de tranquilizar o leitor, relatando que está tudo bem; o desejo que o destinatário estivesse junto para desfrutar momentos da viagem; informações sobre o clima; impressões pessoais de cada lugar visitado, e por fim, as saudades expressas, no fim do espaço gráfico. Como outras peculiaridades dos postais, observa-se a frequência de mais notícias do que perguntas. Pela análise desses postais, também podemos observar que se constituem em documentação histórica, permitem explorar sensibilidades por meio de escritas ordinárias que escaparam do descarte e, assim, sobreviveram à passagem do tempo.

Palavras-chave: escritas epistolares; arquivos pessoais; cartões-postais

Disputas intelectuais na reforma universitária do governo Lula (2003-2006)

DULCE MARA LANGHINOTTI CARPES

O presente artigo insere-se na área da História Intelectual, dos Intelectuais e das políticas para a educação superior. O objeto de estudo está centrado na atuação política dos intelectuais no contexto de elaboração e discussões da Reforma Universitária do Governo Lula, circunscrito aos anos de 2003 a 2006. O objetivo da pesquisa consiste em analisar as disputas no campo intelectual, quando da discussão da referida reforma, de modo a contemplar posições dos intelectuais. Para tanto lançamos mão dos estudos de Pierre Bourdieu e Gisèle Sapiro (2012), sobre os modelos de intervenção política dos intelectuais. A trajetória metodológica é desenhada pela perspectiva histórica tomada de Le Goff, construída a partir de uma análise documento/monumento, no intuito de identificar as disputas travadas no campo acadêmico. No campo político privilegiou-se o estudo das gestões dos ministros da Educação Cristovam Buarque, Tarso Genro e Fernando Haddad. Tendo em vista que na condição de Ministros da Educação os referidos agentes atuam no campo da política (espaço heterônomo). No processo da reforma, notamos que Cristovam Buarque, parece ter mostrado certa sensibilidade às demandas do campo acadêmico, fato que pode ter ocasionado sua exoneração no comando do MEC no início de 2004. Tarso Genro assumiu anunciando uma postura democrática, reformadora. Posicionou-se em defesa da educação como bem público e pela política conciliatória. Fernando Haddad caracterizou-se pela continuidade e consolidação da política do Governo em transformar a educação superior via Estado. Nota-se que o campo político recorre aos especialistas para obtenção de embasamento teórico-científico, ou seja, é no capital simbólico dos intelectuais que o referido campo busca sustentação e legitimidade. No processo da reforma, o campo econômico teve como expressões do setor, as ações do Fórum da Nacional da Livre Iniciativa na Educação, da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES) e da Confederação Nacional da Indústria (CNI). Em defesa da educação superior privada, mobilizaram-se agentes que situaram sua atuação próxima a conceituação de intelectual expert sistematizado por Sapiro (2012). O setor privado e a CNI declararam total contrariedade ao caráter intervencionista e supostamente inconstitucional do Anteprojeto (BRASIL, 2004), ao qual propunham total revisão. Segundo Seki (2020), tais divergências só encontrariam solução por meio da acomodação das suas demandas via Estado. A atuação do intelectual expert centrou-se na defesa e legitimação das prerrogativas da CF 1988 para a livre atuação do setor privado na educação Brasileira, sobremaneira pela desconstrução das concepções do MEC constantes no Anteprojeto de reforma. FONTEBRASIL. Ministério da Educação. Anteprojeto de Lei da Reforma da Educação Superior. (1 versão) Brasília, dez, 2004.

Palavras-chave: reforma universitária; intelectuais; disputas

Sônia Magali de Sá Guimarães e a contribuição dos agentes sociais na preservação do patrimônio histórico e cultural do Ginásio Sagrado Coração em Senhor do Bonfim – BA (1944-1970)

DULCINEIA MEDEIROS, VIRGINIA AVILA, NILTON FERREIRA BITTENCOURT JUNIOR

Esta comunicação propõe analisar o papel dos agentes sociais na preservação da memória de instituições escolares a partir da articulação entre instituições escolares, pesquisadores e Universidades, com vistas ao desenvolvimento de ações de preservação do patrimônio histórico e cultural. Não raro a história das instituições escolares se confunde com a história das pessoas. Esse é o caso da professora Sônia Magali de Sá Guimarães, 76 anos, nascida em Petrolina, no estado de Pernambuco. Detentora de vasto legado no campo da história da educação, foi curadora da documentação produzida pelo ginásio Sagrado Coração, em Senhor do Bonfim, no estado da Bahia, criado em 1944, atuou como professora da instituição de 1964 a 1967 – retornando na condição de secretária em 1970, quando o ginásio foi vendido ao governo do estado da Bahia –, bem como auxiliou na guarda de todos os documentos do ginásio relativos aos anos de 1944 e 1970, cuja lista compreende: ata de prova parcial (1949-1961); ata de prova oral (1946-1960, oito livros); ata de médias finais (1947-1970); ata geral de exames de admissão (1949-1969); ata de matrícula (1945-1962; 1964-1969); livro de inscrições de exames de admissão (1944-1969); ata de matrícula geral (1944-1951); ata de grêmio estudantil (1968); livro/relatório de verificação das novas instalações do ginásio Sagrado Coração (1951); relatórios de diferentes inspetores federais (1944, 1945, 1946, 1947, 1948, 1950, 1953, 1954, 1955, 1956, 1957, 1961, 1962); correspondências (1946, 1947, 1950, 1958, 1951, 1958, 1959); um exemplar do Diário Oficial da União (1946); livro de ponto (1968-1969); nove volumes de um curso de Educação Física por correspondência; um Guia do Secretário (1965); e 1.800 dossiês de alunos. A maior parte do acervo físico do ginásio Sagrado Coração atualmente se encontra em processo de higienização e digitalização. Por meio do conhecimento e estudo desse patrimônio educacional, a história da instituição emerge e as identidades individuais e coletivas são consolidadas. Felgueiras (2011) aponta que o trabalho de conservação dos arquivos escolares constitui-se em uma atitude de cidadania. O zelo de Magali pelo material histórico transformou-a também em fonte viva de preservação da memória da escola. Cada documento guardado por ela é uma semente à espera de bons semeadores em terreno propício para que se tornem árvores da história da educação Brasileira, de modo que podemos dizer que a trajetória da professora é permeada de consciência histórica e memórias carregadas de sentidos e afetos. A pesquisa dialoga com os estudos sobre a cultura escolar, cultura material e o Patrimônio histórico-educativo. **Palavras-chave:** História da educação; memória; fontes de pesquisa

Palavras-chave: História da Educação; memória; fontes de pesquisa

Cultores das Letras e das Ciências: as ideias de Durocher e Mello Moraes sobre a emancipação e independência do Brasil

EDGLEIDE DE OLIVEIRA CLEMENTE DA SILVA, ALINE MACHADO DOS SANTOS

O presente trabalho está demarcado no movimento de reflexão sobre as escritas que trazem representações acerca do processo de Independência do Brasil. Processo de emancipação um tanto peculiar quando se ressalta a continuação de uma monarquia, o governo de um representante português e a permanência da escravidão. Por muitas dessas características, pela necessidade de impor no cenário exterior um Brasil independente, ou mesmo de firmar um determinado fato histórico, a Independência era e é sempre lembrada. Sejam nas comemorações, nas efemérides lembradas com grandes acontecimentos como alforria de escravos, nas inúmeras e diversas notícias dos periódicos, nas escritas de documentos que marcavam com glamour os anos percorridos da Independência, nas comemorações escolares, nos desfiles, nos centros urbanos com figuras políticas ou na marca de uma data comemorativa, discriminada como feriado nacional. Entretanto, as interpretações dessa celebração não são unânimes, quando se refere a consagração do “grito do Ipiranga” e dos patriarcas enaltecidos. O objetivo deste trabalho é dar luz a outros tipos de memórias sobre o acontecimento a partir da análise de dois livros publicados na década da comemoração do cinquentenário da Independência (1870). Trata-se dos livros *Ideias por coordenar a respeito da emancipação de Maria Josephina Mathilde Durocher* e *A Independencia e o Imperio do Brazil* de Alexandre José de Mello Moraes. Ambas as obras serviram como fontes principais da pesquisa e se apresentam com o propósito de desconstruir determinadas memórias cristalizadas e evidenciar a incompatibilidade da situação do Brasil Imperial com a promulgação da Independência, ressaltando a importância educacional no contexto. Consideramos seus autores, Maria Durocher uma parteira e Mello Moraes um historiador, escritores e cultores de resistência em relação à história do Brasil independente. Para tal análise, amparamo-nos em autores como Michel Certeau, Michael Pollak, Pierre Nora, Robert Darnton e Roger Chartier. Para tanto, procuramos compreender os objetivos distintos de cada obra, as intenções que refletiam na materialidade de cada livro e os conteúdos abordados. Como semelhança, os escritos buscavam dar visibilidade a uma história silenciada e sublinhavam a importância da educação para uma verdadeira Independência do Brasil, seja nos escritos da parteira que defendia a educação formal para romper os traços da escravidão, ou do historiador que ressaltava a importância da educação da juventude baseada numa história de fatos e acontecimentos comprovados. Os escritos de Durocher e Mello, assim como de outros daquele Brasil Imperial, são estranhamentos sobre os acontecimentos. Estranhar, visitar, questionar, problematizar, resistir e intervir por meio das letras são ações necessárias de ontem e hoje.

Palavras-chave: Alexandre José de Mello Moraes; Maria Josephina Mathilde Durocher; emancipação e Independência do Brasil

Conservadorismo de manuais didáticos escolares no contexto da vulnerabilidade infantil

EDMAR MOREIRA

Dentre os elementos que constituem e explicam formação social e cultural da sociedade e do Estado Brasileiros, estão perspectivas conservadoras que orientam a elaboração de finalidades educativas escolares. Tais perspectivas entendem crianças e adolescentes em vulnerabilidade como sujeitos históricos marcados pelo estado de exceção e incidem na elaboração de finalidades educativas a partir desse ponto de vista. Nesse sentido, este artigo tem como objetivo identificar concepções historiográficas conservadoras de finalidades educativas escolares e investigar como elas são aplicadas no manual didático *O ensino prático de Aritmética*, de Otto Büchler, de 1924. A necessidade de atuar na perspectiva da superação das formas de violências multifatoriais que atingem a infância e a adolescência em estado de vulnerabilidade justificam a relevância deste estudo. Para contextualizar esta pesquisa, recorreu-se ao aporte histórico e bibliográfico de autores como Bitencourt (1993), Soares (1996), Munakata (1997) e Batista (1998), que abordam a história inicial do livro didático no Brasil. O recorte espaço-temporal escolhido foi: áreas coloniais da região Sul do Brasil a partir da Nova República. As instituições estudadas: escolas teuto-Brasileiras. A discussão realizada no artigo se ampara também no resultado de um estudo de caso realizado ao longo do 2º semestre de 2019 em contexto acadêmico. O estudo consistiu na aplicação de questionários a líderes comunitários religiosos cujo tema foi a formulação de finalidades educativas escolares diante de interesses ideológicos, políticos e culturais e sua relação com a elaboração de políticas educacionais e com o uso do livro didático por crianças e adolescentes. Ao final da discussão, foi possível concluir que: a) a narrativa de integração à população local e aos processos sociais que perpassaram a escola teuto-Brasileira simbolizam representações coletivas da sociedade Brasileira em suas diferentes mentalidades, valores, expressões, concretizações simbólicas, práticas e representações; b) manual didático *O ensino prático de Aritmética* (1924), de Otto Büchler, não foi apenas um simples espelho da realidade, mas proporcionou caminhos ao implementar finalidades educativas conservadoras direcionadas às novas gerações; c) as narrativas presentes nos manuais didáticos incidem sobre a conceituação das finalidades educativas do sistema escolar e a formulação de valores em relação à educação religiosa nas escolas públicas

Palavras-chave: finalidades educativas; conservadorismo; vulnerabilidade infantil

Relação entre a Escola Parque, a formação de professores e a gestão de Anísio Teixeira no INEP

EDNA PINHEIRO SANTOS

O Centro Educacional Carneiro Ribeiro (CECR) localizado em Salvador – BA, planejado e iniciado durante o governo de Octávio Mangabeira tendo Anísio Spínola Teixeira como Secretário de Educação e Saúde (1947-1950) é reconhecidamente uma instituição relevante para a História da Educação. A pesquisa em curso, que originou o texto em tela tem como objetivo delinear a relação estabelecida entre o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), ao passar a ser dirigido por Anísio Teixeira, no período de 1952 e 1964, não só no tocante a conclusão da sua estrutura física, como, principalmente, quanto ao seu funcionamento. Cabe ressaltar que o CECR foi planejado para articular as disciplinas do currículo comum nas Escolas Classe e atividades manuais, iniciação para a vida do trabalho, artes e esportes na Escola Parque. A proposta, à época, era a de que os alunos matriculados nas Escolas Classe frequentassem a Escola Parque no turno oposto participando de atividades diversas, segundo seu interesse e aptidão. A partir do trabalho de pesquisa e organização da documentação salvaguardada na Escola Parque, identificamos uma forte intervenção do INEP em setores e atividades do Centro dentre as quais recortamos treinamento/formação para uma análise mais aprofundada. Por meio de documentos comuns da rotina escolar como: relatórios, fichas de professores e alunos, convênios, planejamentos anuais e diários, atas de reuniões, manuais de cursos formativos, dentre outros, torna-se possível identificar, através de procedimentos metodológicos bem definidos, no caso da pesquisa em curso, vem sendo utilizada a análise do conteúdo, as minúcias da relação entre o INEP e o CECR, no que se refere à formação dos educadores (as) que já estavam atuando na educação primária do Centro e de outras instituições da Bahia, com a clara intenção de preparar os mesmos para os desafios de uma nova educação assim defendida por Anísio Teixeira. Uma educação que priorizasse os interesses dos alunos e que não fosse livresca, ou seja, que não se baseasse em memorizações, ou que se pautasse, exclusivamente, em colocar o professor (a) como o centro do processo educativo, cabendo ao educando, apenas, a posição de receptáculo de um conhecimento construído, sem espaço para processos criativos e construtivos, negligenciando vivências que os preparassem para a vida em sociedade. A pesquisa tem como principais referenciais, Anísio Teixeira, John Dewey, Teresinha Éboli, Jaci Menezes e Luís Henrique Dias Tavares, no enriquecimento do debate sobre educação, experiências sobre formação de professores e o CECR. Para finalizar explicitamos que o estudo está em fase inicial, mas que já vem mapeando informações sobre os cursos oferecidos pelo INEP, através da Escola Parque e do Centro Regional de Pesquisa - Bahia (CRPE), no que diz respeito às temáticas abordadas e manuais dos mesmos, o que possibilita reflexões sobre os desdobramentos das formações nas práticas diárias dos educadores que as vivenciaram.

Palavras-chave: formação de professores; Centro Educacional Carneiro Ribeiro; Anísio Teixeira

Orientações aos professores para o ensino dos saberes elementares geográficos em manuais pedagógicos da Biblioteca Didática Brasileira (1950-1960)

EDNA VILAR

A discussão que se propõe visa analisar as orientações acerca de como os professores deveriam ensinar os saberes elementares geográficos, com recorte temporal às décadas de 1950 a 1960. Para este intento, recorreu-se as fontes manuais pedagógicos que constituíram a coleção Biblioteca Didática Brasileira, proposta para atender as disciplinas do currículo das Escolas Normais em sua especificidade de saberes para ensinar (VALENTE, 2017). Tais manuais estão voltados para a Didática e a Metodologia, incluindo-se os “testes”, como é o caso do livro Manual de Testes (1960) escrito para orientar os professores sobre o assunto, ao tempo que se apresenta testes das matérias de ensino, destacando-se conforme a temática e objetivo desse trabalho, os propostos no âmbito dos “Conhecimentos Gerais”. Para a construção do texto, apresenta-se aspectos de configuração dos saberes elementares geográficos, uma vez que estiveram nominados sob diversas rubricas para além da Geografia, analisando-se as modernas orientações apresentadas aos professores para ensiná-los e também aprender, uma vez que os manuais estavam destinados à sua formação no âmbito das Escolas Normais. Desse modo, justifica-se o enfoque dado as concepções, métodos, práticas e materiais que estiveram nas bases dessa moderna orientação, sinalizada desde o nome da série que agregava os títulos da Coleção - Escola Viva. Ainda nessa direção, justifica-se o recorte das fontes para os manuais Metodologia do Ensino Primário (1962) e Manual de Testes (1960), estando as orientações para o ensino da Geografia no primeiro manual, inseridas no contexto da Metodologia das Ciências Sociais e no segundo, vinculada a proposição dos testes em que as questões de Geografia estão associadas aos Conhecimentos Gerais. O referencial teórico-metodológico que orientou a pesquisa foi o da História das Disciplinas Escolares, guiado por categorias analíticas operacionalizadas por André Chervel e indicadas por Oliveira (2017, a saber: a exposição pelo professor ou por um manual de um conteúdo determinado; práticas de exercitação; práticas de motivação e incitação ao estudo e provas de natureza avaliativa. Concluiu-se que os saberes elementares matemáticos em sua articulação com os saberes para ensinar apontaram para um movimento de modernização do método e práticas ancoradas na proposição de mais que uma escola nova, uma Escola Viva com enfoque para o método dos círculos concêntricos e práticas de excursão, conforme o manual de Metodologia do Ensino Primário (1962), mas também um ensino de Geografia com objetivos que transitavam entre o cultural, o prático e o educativo com características de variedade ou conhecimentos gerais e ainda com recurso à nomenclatura e memorização, conforme indicaram os testes veiculados no título Manual de Testes (1960).

Palavras-chave: história das disciplinas escolares; ensino de Geografia; manuais pedagógicos

Grupos escolares e escolas isoladas paulistas na Folha da Noite e Folha da Manhã (1921-1925)

EDNEI FELIPE

A década de 1920, em São Paulo, é marcada por dois eventos relevantes para a educação e para a imprensa. Na educação a Reforma Sampaio Dória, que visa ampliar a abrangência do atendimento escolar, destacadamente pela redução de carga horária e oferta de dois turnos nas escolas, entre outras medidas. Na imprensa ocorreu a fundação do jornal Folha da Noite, um jornal que se propunha a atender ao público leitor das classes intermediárias. O presente texto tem por objetivo analisar as imagens construídas sobre os grupos escolares e as escolas isoladas nos periódicos Folha da Noite e Folha da Manhã, visando apreender como se constituiu uma construção simbólica que contribuiu para o estabelecimento de espaços de identificação social, econômica e mesmo geográfica dicotomizando escolas isoladas e grupos escolares, através da imprensa no período entre 1921 (fundação do periódico) e 1925 (revogação da Reforma Sampaio Dória). Foram tomadas como fontes primárias os periódicos Folha da Noite e Folha da Manhã, disponíveis no acervo digital do jornal Folha de São Paulo. Os procedimentos da pesquisa constituíram-se em selecionar artigos e anúncios relacionados aos grupos escolares e às escolas isoladas, observando o conteúdo exposto, os pontos destacados, assim como o posicionamento na organização das notícias do jornal, levando em consideração os cuidados necessários ao lidar com periódicos como fontes, entendendo-os como produções que possuem uma função social, e os apontamentos de Abramo (2003) sobre o noticiado e sua organização que correspondem a verdades adequadas e aplicadas em consonância com interesses específicos. A categoria de análise fundamental para este trabalho é a representação, tomada de empréstimo de Chartier (1988) acerca das práticas de representação. Como resultados parciais pode-se afirmar que aos grupos escolares foram destinados anúncios, artigos e notícias que destacavam relevância social da instituição e dos sujeitos relacionados a esta, tanto nos conteúdos quanto na localização no periódico. Às escolas isoladas, foram reservados, na maioria das vezes, anúncios oficiais, artigos e notícias depreciativos e, não raro, em espaços reservados às notícias de eventos policiais. Considerando que o público alvo dos jornais era a classe média do período, é possível admitir uma construção da imagem do grupo escolar como o espaço desejável para profissionais e alunos que faziam ou desejavam fazer parte da “boa sociedade” e a escola isolada como o espaço que, se não indesejável, ao menos desinteressante aos profissionais e aos filhos dos leitores destes periódicos.

Palavras-chave: escolas isoladas; grupos escolares; imprensa

História e patrimônio educativo: o papel dos objetos escolares do acervo da memória técnica documental da cidade de São Paulo (1930-2021)

EDUARDO BEZERRA DE SOUZA

O trabalho apresentado é recorte de uma pesquisa documental de abordagem histórica que escrutina a cultura material escolar na instrução primária do Município de São Paulo e contempla as relações entre os processos de práticas de guarda, seleção e preservação de acervos escolares e sua importância para a História da Educação. Para tanto, se toma como objeto de investigação o acervo histórico da Memória Documental da Secretaria Municipal de Educação que mantém uma valiosa massa documental sobre a história da Educação da cidade de São Paulo desde a década de 1930. O objetivo é resgatar e problematizar o papel dos artefatos escolares na constituição da memória e identidade da escola paulistana. O corpus documental que embasa o trabalho é constituído por imagens de alguns objetos fotografados neste acervo. Os procedimentos metodológicos adotados para análise dessas fontes ancoram-se nos pressupostos da História da Cultura Material (BARROS, 2004). Como suporte teórico para a análise desta iconografia, lança-se mão da perspectiva de (KOSSOY, 2007), para quem as imagens guardam em si apenas indícios, histórias que não se mostram e que se pretende desvendar. Sob esta ótica, operou-se na esteira do paradigma indiciário, (GINZBURG, 1990), na concepção de que o conhecimento histórico é indireto, indiciário e conjectural. Completam as referências de análise as contribuições conceituais relacionadas à memória (NORA, 1993), à identidade (POLLACK, 1992), ao patrimônio educativo (POSSAMAI, 2015), aos indicadores para uma metodologia em cultura material (ABREU, 2005; MENESES, 1980, 1997) e à história da cultura material escolar considerando o patrimônio material da escola como cultural (ESCOLANO, 2007, 2010). As sucessivas aproximações com o referido corpus empírico permitem inferir que a Memória Documental, por meio da conservação de objetos e artefatos que fizeram parte da história da escola paulistana, se institui como lugar de promoção de relações compartilhadas e dialógicas ao promover, para além do resgate da memória individual e coletiva, um espaço permanente, planejado e sistemático de sensibilização de preservação desta herança cultural. Compreendidos como uma herança identitária o provimento material encontrado neste acervo, entrelaçados nas dinâmicas sociais e culturais de determinado espaço ou ambiente, portam vestígios capazes de indiciar a história das instituições paulistanas e das práticas pedagógicas instituídas historicamente. Verifica-se, portanto que, os objetos preservados emergem como categoria de patrimônio cultural ao dar visibilidade à cultura material da escola na perspectiva de objeto de valor, herança e memória de algo que se consolidou ao longo do tempo e que referencia a identidade da escola no município de São Paulo.

Palavras-chave: memória documental; patrimônio educativo; São Paulo

La mirada fija. Análisis de las técnicas didácticas que disponen una tecnología educativa de imágenes invariables

EDUARDO GALAK, RAMIRO DE PEDRO

A comienzos del siglo XX surge en Francia, desde el seno de una industria cinematográfica en ascenso, la tecnología visual denominada “filmfix” o “filmstrips”. La misma fue patentada en 1921 por la empresa Pathé con el objetivo de transformar los restos de películas en blanco, residuos de la industria del cine, en un producto comercializable: una alternativa más resistente y económica para la proyección de imágenes fijas que lograría reemplazar a sus predecesoras, las placas de vidrio (Goutanier, y Lepage, 2008; Vignaux, 2014). Desde un comienzo, las mismas fueron pensadas y promocionadas tanto para su uso recreativo como para su utilización como recurso educativo. En el presente trabajo nos proponemos analizar sus características y algunos datos conocidos sobre su amplio recorrido como tecnología educativa, que la llevaron a ser incorporada por numerosos Sistemas Educativos en diferentes países (como EE.UU, Alemania, Inglaterra, Australia, Canadá, la URSS, Brasil y Argentina) desde su creación hasta la década de 1980. Si bien existieron singularidades en cada contexto y en cada período, caracteriza esta tecnología la puesta en práctica de una técnica que media entre educadores y estudiantes: un contenido elaborado en una tira didáctica de imágenes inamovibles entre sí, ordenadas y organizadas para todos los cursos por igual, generalmente acompañadas por una “guía” que le indica a los y las docentes qué resaltar e incluso qué decir frente a la proyección de cada filmina. El análisis sobre dichas características técnicas será realizado a partir de lo observado en fuentes encontradas en el Centre d’Etudes, de Documentation et de Recherches en Histoire de l’Éducation (CEDRHE) de la Faculté d’Éducation de la Université de Montpellier (Francia), que cuenta con un catálogo de filmfix de más de 10.000 títulos dedicados a varias disciplinas como historia, geografía, ciencias naturales, tecnología, arte, literatura, educación física y más. (Nourrisson, 2014; Caumeil, 2014). El desarrollo del mismo estará orientado por una pregunta teórica en particular: ¿cómo es que una tecnología de simple utilización, de imágenes sin movimiento y sin sonido incorporado, logra adquirir protagonismo como recurso educativo en un momento en el que el cine educativo ya era una realidad? (Vignaux, 2014). En este sentido, entendemos que sus especificidades técnicas resultaron especialmente apropiadas para su uso escolar, particularmente si consideramos las corrientes pedagógicas que se encontraban en auge en el momento de su mayor difusión.

Palavras-chave: tecnología educativa; estética escolar; imágenes

Sujeitos, ideias e consenso: a concepção de educação nos encontros educacionais do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais – IPES (1964-1968)

EDUARDO NORCIA SCARFONI

Este trabalho faz parte de uma pesquisa de pós-doutoramento com o objetivo de contribuir para o debate sobre a privatização do ensino Brasileiro. Para isso focaliza os encontros educacionais organizados pelo Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES), respectivamente no ano de 1964 e 1968 procurando desvendar a concepção educacional de seus dirigentes. A articulação do IPÊS enquanto instituto, segundo Paulo Ayres Filho, empresário ligado ao ramo farmacêutico e um de seus fundadores, se iniciou em outubro de 1960 e se manteve atuante até o início dos anos 70. Sua desmobilização aconteceu pelas divergências internas e pelo fato de integrantes do instituto assumirem cargos dentro dos governos militares. O instituto foi uma associação com objetivos claros de combater movimentos de esquerda e organizar empresários, de diversos setores, para atuarem diretamente nos rumos da sociedade Brasileira formulando reformas sociais para alcançarem seus objetivos. Oficialmente, o IPES em seu panfleto intitulado em o “O que é o IPES” declara que sua fundação foi em agosto de 1961, nele expressa seus objetivos mais amplos e afirma que o movimento surge inspirado na ata da Aliança para o progresso e na Encíclica Mater et Magistra do papa João XXIII. Temos que ressaltar que o IPES foi um dos articuladores do golpe civil-militar Brasileiro de 1964, sendo seus integrantes sujeitos que representavam empresas nacionais, internacionais, profissionais liberais e membros do exército. Os eventos educacionais do IPES, foco central desse trabalho, tinham o objetivo de reunir especialistas em torno de temáticas que consideravam essenciais e, assim, colaborar com as reformas educacionais propostas durante o governo militar. O primeiro simpósio ocorreu no ano de 1964, no mês de novembro, oito meses após o golpe civil-militar. O segundo, intitulado como fórum “a educação que nos convém” ocorreu no ano de 1968, entre outubro e novembro, em meio as discussões sobre a reforma universitária e a instauração do Ato Institucional n. 5. A articulação desses sujeitos no meio educacional, sua atuação em defesa da teoria do capital humano, do livre mercado, e do desenvolvimento econômico, nos fez entendê-los como intelectuais que possuíam uma concepção de sociedade e buscavam defendê-la, garantindo com isso seus interesses e fortalecendo sua classe. Para o entendimento sobre a função e a formação do intelectual nos valem de referências como Antonio Gramsci e Norberto Bobbio. O papel intelectual desses sujeitos nos leva a evidenciar que esse grupo organizado buscava a hegemonia de seus interesses perante a sociedade Brasileira e para isso, necessitavam criar o consenso em um grupo com diversas diferenças internas. As principais fontes dessa pesquisa foram encontradas no Arquivo Nacional na cidade do Rio de Janeiro, e no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), na mesma cidade.

Palavras-chave: ditadura civil-militar Brasileira; Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES); ensino privado

Dimensões educativas para mulheres nas peças publicitárias da Revista Folha da Serra (sul de Mato Grosso, 1931-1940)

EGLEM DE OLIVEIRA PASSONE RODRIGUES, KÊNIA HILDA MOREIRA

Objetiva-se perscrutar as dimensões educativas destinadas às mulheres nas peças publicitárias (anúncio/propaganda) veiculadas na Revista Mensal Ilustrada Folha da Serra (FS), criada e produzida na cidade de Campo Grande, sul de Mato Grosso, durante a década de 1930, tendo a Nova História Cultural como aporte teórico-metodológico. Tais peças publicitárias foram analisadas tanto como estratégias de ressignificação e reiteração de sentidos e sensibilidades, que possibilitam entender o contexto histórico socioeconômico e cultural no qual a revista estava inserida, quanto como instrumento de exposição de formas educativas destinadas às mulheres, disseminando toda sorte de padrões desejáveis e ditos ideais. Foram contabilizadas 917 peças publicitárias na FS, destas, 98 foram tomadas como indícios de anúncios para mulheres. Outra categoria de análise foram os destinados exclusivamente às mulheres, com mais 49 anúncios sobre atendimentos especializados, tais como médicos que realizavam “partos” e tratavam “moléstias de senhoras”, tinturaria especializada em “roupas para senhoras”, estabelecimentos de ensino feminino, motor para máquina de costura, salão de beleza e lojas que ofereciam “artigos femininos”. As mulheres apareceram como anunciantes em 10 outras propagandas, como proprietárias de pensão, hotel, loja de presentes, ateliê de costura e chapéus, armarinho, entre outros estabelecimentos comerciais, totalizando 157 anúncios/propagandas, aqui analisadas nas três categorias descritas. Os anúncios e propagandas são elementos que acompanham a cultura de um dado lugar e local, onde são construídas marcas por meio de diálogo constante entre os responsáveis que as produziram e os que as consumiram, fomentando dimensões educativas diversas. Pela análise das 157 peças publicitárias em questão, foi possível perceber como as leitoras foram educadas, indicando hábitos e sensibilidades. Apesar da maioria dos anúncios/propagandas conduzirem à uma perspectiva mais limitada de mulher, conclui-se que existiam inúmeras faces de mulher, inclusive como anunciante, que não se enquadravam nos padrões conservadores (tais como criação de gado e cavalariagem; dona de posto de gasolina, dentre outras). A análise possibilitou compreender, como as diversas dimensões educativas foram disseminadas dentro de um paradoxo gerado pela dicotomia “mulher mãe; dona de casa” versus “mulher profissional”. O retrato dos anúncios da década de 1930, na grande maioria, alimentava a visão de mulher ligada à maternidade e atividades ditas femininas, contudo, a análise evidenciou indícios concretos de que sensibilidades começavam a ser educadas indicando a presença de uma nova mulher, independente e profissional.

Palavras-chave: História da Educação; imprensa periódica; educação da mulher

Modernização e educação: o caso dos Clubes Agrícolas Escolares de Santa Catarina (1934-1951)

ELAINE APARECIDA TEIXEIRA PEREIRA

Esta comunicação tem como foco os Clubes Agrícolas Escolares existentes em escolas primárias de Santa Catarina entre os anos de 1934 e 1951, os quais estavam relacionados a projetos de educação e modernização do meio rural e de suas populações. Constituíam-se em associações escolares nas quais, com a supervisão de um/a professor/a, as crianças desenvolviam atividades como plantio de hortaliças, flores, árvores frutíferas; criação de bicho-da-seda; campanhas e festas temáticas ligadas a elementos da natureza. Os Clubes se inscrevem em iniciativas que buscavam modernizar o meio rural e os seus habitantes, o que passaria pela educação escolar, por mudanças de hábitos e atitudes, pelo contato com outras formas de realização do trabalho no campo (como a incorporação da agricultura científica). Estão relacionados, ainda, ao objetivo de construção de uma escola ativa e adequada aos ditos novos tempos, na qual tanto o aspecto individual quanto o social deveriam ser considerados. Neste sentido, ao passo em que se configuram como um objeto diretamente relacionado à educação escolar e às práticas educativas, os Clubes Agrícolas Escolares mantêm, por outro lado, articulação com o pensamento educacional e social – e é assim que estão sendo tratados no presente trabalho. Os documentos tomados como fontes de pesquisa são periódicos, relatórios dos Clubes Agrícolas elaborados pelas escolas primárias, além normatizações e relatórios produzidos pelo Estado. A leitura das fontes é feita com base na noção analítica de repertório (a partir de Angela Alonso e Charles Tilly), que contribui para que seja vista a pluralidade das formas de incorporação das ideias e projetos, bem como a autoria dos agentes sociais ao se apropriarem daquilo que é prescrito. Os Clubes Agrícolas Escolares integraram um projeto de Brasil que defendia, como permanência, a suposta vocação agrícola do país, ao mesmo tempo em que mirava o “novo”, buscando nutrir-se de conhecimentos técnicos e procedimentos condizentes com uma agricultura modernizada. A modernização do meio rural e dos seus habitantes dizia respeito, nessa proposta, às formas de cultivo, aos instrumentos usados no trabalho agrícola, às espécies cultivadas. Mas também a uma postura racional, amparada em conhecimentos científicos e escolares, em formas de sociabilidade que teriam o trabalho cooperativo como premissa, em sensibilidades que incorporariam hábitos e atitudes considerados modernos. Os Clubes parecem ter contribuído, por fim, para a construção de um repertório sobre o rural e os seus habitantes – um rural a ser reformado, modernizado, pela ótica dos reformadores – na medida em que as leituras e interpretações então elaboradas não apenas refletiam uma dada realidade, mas, ao mesmo tempo, incidiam na sua produção.

Palavras-chave: clubes agrícolas escolares; educação rural; modernização

Os diferentes caminhos formativos de jovens mulheres Brasileiras entre o século XIX e meados do século XX

ELAINE GOMES FERRO, JORGE LUÍS MAZZEO MARIANO, JORGE LUÍS MAZZEO MARIANO

Tendo como referência estudos nacionais tais como Louro (1997), Arend (2020), Almeida (2016) entre outros, acerca da educação feminina no Brasil, o presente artigo tem como objetivo principal apresentar um panorama histórico da formação de jovens mulheres no Brasil compreendendo um recorte temporal entre o início do século XIX e meados do século XX. Desse modo, buscamos identificar os diferentes processos de educação aos quais as mulheres tiveram acesso: educação domiciliar, preceptores e professores particulares, colégios, escola normal, e, finalmente, a conquista do ensino superior. Assim, é possível observar que as transformações econômicas, políticas e sociais ocorridas no Brasil a partir do oitocentos, colaboraram para que no século seguinte se ampliasse ainda que de forma restrita e gradativa a oferta educativa para as mulheres da elite Brasileira. Em geral a educação da moça da elite se dava no interior do espaço doméstico a qual seria iniciada nas prendas domésticas para então se preparar para aquele que seria o maior trunfo de suas vidas, o casamento, saindo da tutela do pai para a do marido. Algumas ainda tiveram a oportunidade de ter contato com formas educativas alternativas, sob a responsabilidade de professores particulares, com o intuito de ampliar sua formação cultural, aprendiam: artes, música e idiomas. Depois de uma longa trajetória fora dos bancos escolares as mulheres no fim do século XIX e início do XX, a partir de novas legislações puderam formalmente adentrar às fileiras escolares. Destarte, o aumento da oferta de vagas nas escolas públicas ampliou a demanda por cursos de formação docente, situação que colaborou para crescer também a oportunidade de as mulheres obterem certificação para a docência, uma das raras profissões valorizadas socialmente para o exercício feminino, haja vista que à época predominava a representação da figura materna na função educativa, o que colaborou para as escolas normais serem de fato o lócus da formação feminina numa perspectiva naturalizada. Apesar do predomínio das formações nas escolas normais, a partir de relatos é possível observar que algumas mulheres, contrariando o caminho socialmente traçado para o seu processo formativo, escolherem a formação do curso científico quando no ensino secundário, com o desejo de posteriormente ingressar no ensino superior um direito também conquistado de forma tardia no país. Concluímos que as mulheres Brasileiras percorreram caminhos diversos para alcançarem a possibilidade de receberem a educação escolarizada, enfrentando as representações que lhes encaminhavam para destinos aceitos pela sociedade patriarcal e buscando alargar seu espectro de atuação.

Palavras-chave: jovens mulheres; educação feminina; percursos formativos

Memórias esquecidas de alunos na Serra Gaúcha. Primeiras décadas do século XX.

ELIANA XERRI

As narrativas de alunos(as) colhidas durante os anos de 1998 até 2000 no interior do Rio Grande do Sul, são as fontes utilizadas para esse estudo. As narrativas apontam trajetórias de moradores de Nova Prata – Rio Grande do Sul, nas décadas iniciais do século XX, que marcam diferentes temáticas como os materiais escolares, relação entre professores e alunos. Nesta perspectiva, a intenção deste trabalho é possibilitar reflexões acerca das histórias de vida de estudantes de escolas públicas que tiveram suas experiências relatadas através de entrevistas orais na década de 1990 e que estão a perder-se com o apagamento dessas memórias, uma vez que, os entrevistados faleceram ao longo de mais de duas décadas, e, ou, permanecem apenas entre seus familiares e amigos próximos, bem como, proporcionar a socialização das experiências, pois como afirma (Chartier, 2010, p. 24) a memória como testemunho histórico “é conduzida pelas exigências existenciais das comunidades para as quais a presença do passado no presente é um elemento essencial da construção de seu ser coletivo”. (Chartier, 2010, p. 24) As entrevistas foram gravadas em fitas VHS, foram transcritas e encontram-se guardadas em domicílio por não haver no município local adequado destinado a arquivo histórico. A escolha da temática se dá pela necessária significância das experiências como constituidoras da história da educação nas décadas iniciais do século XX no interior do Brasil, uma vez que, os estudos normalmente recorrem à temática a partir dos centros industriais e culturais do país. Deste modo, as narrativas constam de 12 entrevistas realizadas nas residências dos entrevistados, para tal foi empregada a metodologia da história oral que segundo ALBERTI (2000) “A ênfase na biografia, na trajetória do indivíduo, na experiência concreta, faz sentido porque a biografia mostra o que é potencialmente possível em dada sociedade ou grupo. Acredita-se que as biografias ilustram formas típicas de comportamento e concentram todas as características do grupo.”. A metodologia utilizada foi a de revisão bibliográfica, assim foi se considerou, o emprego da metodologia da pesquisa qualitativa, pois essa é utilizada “quando o tema escolhido é bastante genérico, tornam-se necessários seu esclarecimento e delimitação, o que exige revisão da literatura, discussão com especialistas e outros procedimentos. O produto final deste processo passa a ser um problema mais esclarecido, passível de investigação mediante procedimentos mais sistematizados (GIL, 2008, p. 27). Os resultados demonstram a necessidade de preservação e socialização dessas memórias como constitutivas da história da educação e da história local.

Palavras-chave: memórias história da educação; estudantes; início do século XX; Nova Prata

A participação dos intelectuais do CBPE na constituição do pensamento educacional Brasileiro – 1955/1964

ELIANDA FIGUEIREDO ARANTES TIBALLI

O estudo investigativo que deu origem ao texto aqui resumido teve como objeto o discurso educacional formulado pelos intelectuais que atuaram no Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais/ Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais - CBPE/INEP, no período de 1955 a 1964, com a pretensão de explicitar esta temática a partir de duas intencionalidades: perquirir os procedimentos sugeridos pela história intelectual para elucidar o contexto social, institucional e intelectual dos discursos educacionais produzidos no CBPE/INEP e, neste percurso, explicitar o embate que engendrou a participação dos intelectuais, seus autores, na constituição do pensamento educacional Brasileiro. Aglutinados em torno do projeto de modernização, de mudança e de democratização do sistema público de ensino, aqueles intelectuais propunham a racionalidade científica como forma de alcance de tais propósitos e as ciências sociais como possibilidade teórica e metodológica para a compreensão das relações da educação com a sociedade local. Estes termos, reiteradamente usados pelos autores que publicavam nos periódicos do INEP, representavam a sincronia do grupo de intelectuais, mas representavam, ao mesmo tempo, conflitos e divergências havidas entre eles. Se por um lado, os intelectuais que formularam o discurso educacional originado no CBPE constituíam uma intelligentsia educacional centrada no propósito de democratização e modernização da educação Brasileira, por outro, longe de apresentarem unidade paradigmática ou coesão política, aqueles intelectuais promoveram um debate acirrado de disputas pela hegemonia das disciplinas que defendiam, marcando indelevelmente a constituição do campo educacional Brasileiro. Assim, esta comunicação pretende perquirir a constituição do pensamento educacional, ultrapassando a ordem interna do discurso e a análise conceitual das ideias para alcançar o contexto social, a rede de relações sociais estabelecidas, a divergência de ideias e de concepções advindas das filiações disciplinares e dos diferentes posicionamentos políticos dos intelectuais que atuaram no CBPE/INEP, no período considerado. Essa opção teórico-metodológica implicou em ter como ponto de partida da análise empreendida os princípios teóricos e metodológicos da História Intelectual propostos por Quentin Skinner(1996) para destrinçar a produção dos intelectuais do CBPE, publicadas e divulgadas pelos periódicos daquele Centro – Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos; Boletim Informativo e Revista Educação e Ciências Sociais . A análise dos discursos que circularam por meio destas publicações permitiu apreender os conflitos entre os diferentes grupos em disputa pela posição hegemônica no campo da educação Brasileira em processo de consolidação.

Palavras-chave: história dos intelectuais; escola nova; pensamento educacional Brasileiro

Revista Educação e Pediatria (1913-1915): salve-se a infância que é o futuro da Pátria!

ELIANE DE MESQUITA SABINO DOS REIS

No final do século XIX e início do século XX a infância tornou-se um tema recorrente na agenda de uma “parcela expressiva” de intelectuais Brasileiros procedentes de diferentes áreas do conhecimento - médicos, advogados, educadores, jornalistas, engenheiros, empresários e políticos. Preocupados com as péssimas condições em que viviam as crianças e o alto índice de mortalidade infantil, resultado dos “múltiplos e intrincados problemas que envolviam a situação da infância”, os intelectuais fomentaram inúmeros debates, proposta, projetos e iniciativas em defesa das crianças. Os discursos e as ações concretas tinham como objetivo educar e proteger aquelas que eram identificadas como peças importantes para a construção de uma nação forte. A ideia principal era a de que a infância estava em perigo e precisava ser “salva”, pois dela dependia o futuro da pátria. A difusão e a circulação dos debates e proposições a respeito do que era necessário fazer para resolver os problemas crescentes de maus tratos, abandono, mortalidade, exploração da mão de obra e criminalidade infantil se dava em diferentes espaços, sendo um destes, alguns periódicos da época. Neste sentido, este trabalho tem como objeto de estudo e ao mesmo tempo como fonte a revista Educação e Pediatria, periódico publicado na cidade do Rio de Janeiro entre 1913 a 1915, tendo como diretores proprietários Franco Vaz, diretor da escola Premunitória Quinze de Novembro, e o médico de clínica infantil Dr. Álvaro Reis, professor de higiene elementar na citada escola. Consta no editorial do primeiro número que o periódico tinha como objetivo “combater de forma eficiente e, ao mesmo tempo apaixonada, pela educação e proteção à infância”. Assim, a partir da análise da materialidade e do conteúdo da Revista, é possível identificar três campos de saberes e seus respectivos representantes que colaboraram com o periódico. Alicerçados na visão de que cabia à ciência orientar as transformações sociais no país, os discursos proferidos pelos intelectuais do campo pedagógico, do campo jurídico e os do campo médico, em alguma medida, se entrelaçam, criando uma rede de prescrições e procedimentos de intervenções sobre a infância. Dos estudos que tratam da história da assistência à infância, tomo como referenciais teóricos os de Rizzini (1995, 2011), Rizzini (1993, 2014) e Camara (2006, 2013, 2017), que ajudam a pensar e discutir as experiências da infância nos primeiros anos da República, assim como sua conversão em problema social, bem como a diversas formulações de medidas educativas. Posto isto, é possível destacar alguns artigos que circularam no periódico, assim como seus respectivos autores, identificando como seus discursos integraram à infância no projeto de que conduziria o Brasil ao seu ideal de nação moderna e civilizada.

Palavras-chave: impresso; infância pobre; revista Educação e Pediatria

Cem anos de história do caderno de classe da escola primária gaúcha: considerações a partir de um acervo (1898-1998)

ELIANE PERES

Este trabalho aborda, a partir do acervo do centro de memória e pesquisa Hisales (História da Alfabetização, Leitura, Escrita e dos Livros Escolares, FaE/UFPel), atualmente com 2116 exemplares inventariados, os cadernos escolares como artefato da cultura material escolar. Os objetivos principais da comunicação são: (1) apresentar uma tipologia dos cadernos escolares, considerando a identificação, os usos e alguns aspectos da materialidade desse artefato salvaguardados no referido acervo; (2) abordar especificamente um conjunto de 10 cadernos, de uma mesma aluna, sendo o primeiro do ano de 1898, seis de 1900 e três de 1901, usados em uma escola do chamado Vale do Taquari, no Rio Grande do Sul. Esses cadernos revelam, entre outros elementos, um processo de escolarização bilingue, alemão-português, as múltiplas aprendizagens de um fazer gráfico, além de aspectos da cultura escolar do período e do contexto específicos (JULIA, 2001; ESCOLANO BENITO, 2017). Esses aspectos são destacados na comunicação proposta, além de alguns referentes à materialidade dos artefatos (dimensões, páginas, capas, identificação, procedência etc.). Nesse campo, da cultura material escolar, os referenciais são, entre outros, Veiga (2000), Felgueiras (2005), Souza (2007), Peres e Souza (2011), Escolano Benito (2017), Silva; Souza e Castro (2018). No que tange às pesquisas sobre cadernos escolares, o presente estudo é baseado, fundamentalmente, em Gvirtz (1999), Hébrard (2001), Chartier (2002), Fernandes (2008), Viñao (2008), Mignot (2005; 2008), Castillo Gómez (2010). Como resultados principais são apresentados: (1) três tipologias do caderno de classe, que cobrem cem anos de história da escola primária gaúcha (1898-1998), quais sejam, (i) Dos espaços de uso; (ii) De matérias escolares; (iii) De atividades e/ou conteúdos específicos; (2) a relação entre forma e conteúdo, considerando o referido conjunto de cadernos de uma mesma aluna, usados entre 1898-1901. Nesse caso, as conclusões indicam que os usos e a organização gráfica dos/nos cadernos, portanto, a materialidade do artefato, estavam diretamente relacionados à aprendizagem dos conteúdos escolares e das competências linguísticas: o processo de aprender em alemão-português ou, o que se revela mais provável, aprender português sendo falante de alemão, supunha uma complexa relação entre a aprendizagem da língua (português) e o fazer gráfico, revelado pelas atividades dos cadernos: copiar o alfabeto em diferentes dias de aula, copiar longos textos (do alemão para o português e/ou em alemão e em português), fazer caligrafia de frases em ambas as línguas, copiar problemas matemáticos, entre outras, são indicadores da relação estabelecida e do argumento que se desenvolve.

Palavras-chave: cadernos escolares; acervo; cultura material escolar

Curso de Teoria e Piano Helena Abud: a configuração do ensino da música em Aracaju no período de 1932 a 1943

ELIAS DOS SANTOS

Este trabalho objetiva analisar a trajetória do Curso de Teoria e Piano Helena Abud (CTPHA), instituição fundada em 1932, na cidade de Aracaju, pela pianista sergipana, Helena Abud, educadora de atuação intensa, que se dedicou ao ensino da música, nos âmbitos local (Aracaju, 1932-1944), nacional (Rio de Janeiro) e internacional (América do Sul e Europa, 1965-1985). A pesquisa respalda-se nos conceitos de “Instituição Educativas”, defendido por Magalhães (2014), e “Cultura Escolar”, abordado por Benito Escolano (2017). De cunho bibliográfico e histórico, esse estudo ancora-se no método histórico e nos pressupostos da História Cultural Francesa, a partir da abordagem elucidada por Le Goff (2013). As análises foram efetivadas através das informações encontradas em fontes diversas: jornalísticas (Diário Oficial de Sergipe), documentais (Governo Federal), referenciais (livros publicados em Sergipe e no Rio de Janeiro), iconográfica (fotografias das/os discentes do CTPHA) e autobiográfica (livro publicado por Helena em 1985). O marco temporal inicial deste estudo é o ano de 1932, momento no qual Helena fundou a referida Escola; e o marco final se deu em 1943, marcado pela transferência da educadora para a cidade do Rio de Janeiro, com o intuito de conviver, maritalmente, com o compositor nacionalista, Oscar Lorenzo Fernandez. Conclui-se que o CTPHA foi a primeira escola de música reconhecida pelo governo de Sergipe. A configuração do ensino de Piano e de Teoria Musical foi dada a ver e a ler; as práticas, os métodos e os concertos das/os alunas/os demonstraram que a Escola estava alinhada com os programas de ensino admitidos no Conservatório Brasileiro de Música e no Instituto Nacional de Música, instituições situadas na capital da República. Helena Abud, enquanto gestora e professora, estabeleceu as bases da educação musical institucionalizada, em Aracaju, e formou um número significativo de musicistas, cujas atuações se deram em instituições públicas e privadas da capital. Assim, através do seu Curso, Helena mobilizou o campo da música, através dos concertos que organizou, para o corpo de discente da sua Escola. Essa pesquisa procurou registrar, na historiografia sergipana e Brasileira, o papel e a contribuição do CTPHA, na formação de musicistas e de professoras de música da capital sergipana.

Palavras-chave: curso de teoria e piano Helena Abud; instituição educativa; educação musical

Concepções pedagógicas do plano de educação de adolescentes e adultos para o desenvolvimento da nação

ELIENE RAMOS, GILMARIO BRITO

O presente artigo tem como objetivo propor uma reflexão acerca do planejamento educacional da Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos – CEAA, elaborado e executado em 1947. A Campanha, foi uma política pública de educação que destinou classes de ensino supletivo em todo o Estado e esteve atrelada a uma concepção de modernização, desenvolvimento e progresso da nação. A estratégia pedagógica não se preocupou apenas em alfabetizar os iletrados, mas educar o adulto, o que significava preparar o indivíduo para trabalhar com eficiência, viver melhor no lar e manter-se saudável. Nesse sentido, importou uma metodologia americana direcionada para o ensino de adultos, elaborou um currículo próprio, com instruções para os professores e produziu suportes educacionais específicos cujas abordagens eram educar os adolescentes e adultos para compreensão humana alargada, orientando-os para as novas demandas do trabalho e melhorias das condições de saúde, da vida cívica, artística, religiosa. Para tanto, questiona-se quais as concepções educacionais do plano de educação da Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos? Para responder a esta pergunta o estudo, impulsionado pelas novas tendências de pesquisa em história da educação, recorreu a abordagem metodológica da Nova História Cultural e as principais fontes utilizadas na pesquisa são o planejamento, a exposição de motivos e outros documentos iniciais da Campanha. Nessa perspectiva, dialoga-se com Le Goff (1990), Gatti Jr. (2002), Paiva (2003), Fonseca (2008), dentre outros, para problematizar e discutir sobre a história da educação de adultos e as ambiguidades entre concepções educacionais antigas e modernas que são adotadas em um contexto atravessado por complexidades. Importa atentar que a perspectiva de uma educação para a adultos institucionalizada, vinculada à lógica do mercado de trabalho e para construção de um indivíduo civilizado não está restrita ao período de formação e funcionamento da Campanha e, todavia, não encerrou com o seu desmantelamento. As políticas públicas educacionais acompanham o movimento histórico e suas mudanças econômicas, sociais, culturais e disputas políticas, da mesma forma que cumpre uma função de conservação social. Se fizermos um exercício da memória podemos perceber que antigas questões persistem e novos horizontes foram incorporados. A CEAA foi um movimento educativo que difundiu e reformulou os métodos de ensino para adolescentes e adultos, mas isso não significa que propôs transformações para os pressupostos ideológicos da estrutura educacional vigente, no período de sua execução.

Palavras-chave: Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos; plano de educação; desenvolvimentismo

Em concreto, bronze e letras: os monumentos memoriais e as celebrações da nação (1862-1895)

ELISABETH MONTEIRO DA SILVA

A construção de monumentos visa a criação de uma identidade coletiva ao lembrar acontecimentos constitutivos de determinadas concepções do Estado-Nação. Esta tem sido uma prática recorrente, da qual se valem diversos governos como estratégia de afirmação de poder e coesão social. O uso de recursos simbólicos para reforçar e solidificar o sentimento de nacionalidade é fartamente utilizado como estratégia do Estado para fortalecer os laços de pertencimento dos seus membros. Nesse estudo, analisamos disputas, debates e o jogo de forças no percurso de construção e inauguração de três monumentos, partindo do pressuposto que foram elaborados para lembrar, comemorar e fortalecer a memória do acontecimento oficial e tido como inaugural na formação da nação Brasileira: a Independência do Brasil. Os monumentos selecionados para análise são: Estátua Equestre de D. Pedro I inaugurada em 30 de março de 1862, localizada na Praça da Constituição; Estátua de José Bonifácio inaugurada em 07 de setembro de 1872, localizada no Largo de São Francisco, ambas no Rio de Janeiro e o Museu do Ipiranga, inaugurado em 7 de setembro de 1895, localizado no Parque do Ipiranga, em São Paulo. Afinal que memória nacional se queria formar com a construção desses monumentos? Como foram mobilizados os diferentes níveis de instrução da educação para disseminar um sentimento de nacionalidade e de valorização da Nação a partir das cerimônias de inauguração desses monumentos? Neste trabalho, dialogamos com as noções de comunidade imaginada tecida por Anderson (2008); de lugar de memória teorizada por Nora (1993), bem como nos apoiamos na concepção de memória formalizada por Pollack (1989). A fim de entender o significado e o sentido que os monumentos despertam no imaginário coletivo utilizamos das formulações de Anderson (2008, p. 30) para considerá-los como “produtos culturais específicos capazes de serem transplantados com diversos graus de autoconsciência”. Com o objetivo de fortalecer a memória e garantir o sentimento de pertencimento, a construção de monumentos memoriais evoca a lembrança do acontecimento, a Independência do Brasil, pois para Nora (1993, p. 9) “a memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto”. De acordo com Pollack (1989, p. 10) “o que está em jogo na memória é também o sentido da identidade individual e do grupo”. Sendo assim, a edificação de monumentos contribui para amalgamar ao mesmo tempo o sentimento de nacionalidade e pertencimento social. Para essa investigação nossa metodologia se constituiu na análise de fontes diversificadas formadas por impressos localizados na Hemeroteca da Biblioteca Nacional, Almanak Laemmert, Relatórios dos Presidentes de Províncias e Ministros do Império, entre 1860 e 1890. Nessa pesquisa foi possível concluir que a dimensão simbólica dada pelas iniciativas de construção de monumentos memoriais nacionais faz parte de um esforço permanente de fortalecimento da identidade e memória da nação.

Palavras-chave: monumentos; Independência do Brasil; educação

Acervo documental do grupo de pesquisa História da Educação e Memória – UFMT: antigas ações, novos desafios

ELIZABETH FIGUEIREDO DE SÁ, DÁLETE CRISTIANE SILVA HEITOR DE ALBUQUERQUE

A pandemia Mundial da Covid19 impactou a Universidade no âmbito geral, no que se refere à pesquisa, ensino e extensão, requerendo a reinvenção de práticas já consolidadas e a proposição de novas ações. Tratando especificamente sobre as pesquisas em História da Educação, os pesquisadores se depararam com os arquivos públicos e escolares fechados, impossibilitando o acesso à documentação, tendo em vista que poucos acervos estão disponibilizados no ambiente virtual e um redirecionamento dos projetos de pesquisa em andamento. Assim, antigas práticas foram reformuladas e novas ações implantadas pelos grupos de pesquisa em História da Educação. A presente comunicação visa trazer a lume as ações do Grupo de Pesquisa História da Educação e Memória (GEM) da Universidade Federal de Mato Grosso, destacando como as práticas já consolidadas foram significativas para as pesquisas em andamento no período pandêmico, bem como novas práticas e projetos foram iniciados a fim de ampliar o acervo documental digital. Desde sua criação em 1993, o GEM vem organizando uma base de dados documental. Inicialmente, esteve voltado com o levantamento e catalogação de fontes primárias no estado de Mato Grosso, integrando um projeto nacional intitulado de Fontes Primárias, coordenado pelo grupo de pesquisa História, Sociedade e Educação no Brasil (HISTEDBR). Posteriormente, por meio do projeto Educação em Mato Grosso: Memória e História (1822-1889) iniciou o mapeamento das fontes primárias de Mato Grosso no período imperial. A investigação foi ampliada para o período da Primeira República quando o Grupo investigou e catalogou fontes nos principais acervos do estado, incluindo os escolares e particulares, através do projeto Recuperação da Educação Mato-grossense na República. Com o projeto O Estado Novo e a Educação em Mato Grosso (1937-1945) o acervo documental foi ampliado até os anos de 1950 e socializado em seu site, elaborado com a apoio do CNPq e Fapemat. Atualmente, o GEM estabeleceu um convênio com a Secretaria Estadual de Educação do estado de Mato Grosso para digitalização do acervo documental do Núcleo do Arquivo das Escolas Extintas de Cuiabá (NAEC), bem como a documentação da Escola Estadual Liceu Cuiabano Maria de Arruda Muller. Assim, durante o período pandêmico, os projetos de pesquisa puderam ser desenvolvidos por conta do Acervo documental construído ao longo dos anos pelo Grupo de Pesquisa, que, somado às novas documentações escolares em fase de digitalização do NAEC e da E.E. Liceu Cuiabano, possibilitarão inúmeras pesquisas no campo da História da Educação.

Palavras-chave: acervo documental; educação-Mato Grosso; grupo de pesquisa-história da educação

A formação educacional primária paraense nas ações de Virgílio Cardoso de Oliveira.

ELY CARLOS SILVA SANTOS

A temática desta comunicação se refere as ações de Virgílio Cardoso de Oliveira na educação primária paraense na primeira República. Nascido na Bahia e formado bacharel em direito pela faculdade do Recife, o intelectual atuou de maneira emblemática em Manaus/AM, em Minas Gerais/MG e exerceu atividade consagrada em cargos públicos na cidade de Belém/PA, particularmente na função de Diretor Geral de Instrução Pública do Pará; Secretário de Estado da Justiça, Interior e Instrução Pública do Pará; Diretor do Ensino Municipal de Belém; e Diretor do Instituto Cívico Jurídico Paes de Carvalho. Foi fundador e redator chefe da revista oficial de ensino do município de Belém, denominada A Escola, que circulou entre os anos de 1900 e 1904, que tinha como finalidade a difusão de temas para apoiar os professores em suas práticas escolares, como também de informá-los sobre os programas e as reformas de ensino primário em curso. Como Diretor da Instrução Pública teve ação na proposição da criação de um centro pedagógico que culminou na organização e materialização do Congresso Pedagógico do Pará, em 1899. Este congresso era composto por homens e mulheres das letras e das ciências que discutiam as propostas educacionais para o ensino primário e as instruções às práticas educacionais republicanas à época. Assim, o objetivo deste estudo é problematizar as ações deste intelectual, jurista e educador, na educação primária paraense, ressaltando suas contribuições para a implementação do modelo educacional republicano no decorrer dos anos de 1899 e 1904 na Amazônia. Tem-se como referencial teórico e metodológico a pesquisa histórico documental quando dos debates científicos em prol da valorização e preservação da memória com ênfase na história intelectual e na história cultural com base nas acepções de Burke (2008), Chartier (1990), Gramsci (1999) e Vieira (2011). Entre as fontes utilizadas, destaca-se o discurso do intelectual aos membros do Conselho Superior da Instrução Pública no Pará, de 30 de setembro de 1899, em alusão a sua posse neste colegiado como Diretor Geral da Instrução Pública, e que foi publicado na revista pedagógica A Escola; e o livro A Patria Brasileira, de 1903, que era destinado aos professores paraenses, mas que ganhou notoriedade em outros lugares pelo Brasil. O intelectual, em estudo, tinha nas suas ações a possibilidade representativa de materializar os esforços conjuntos de inovação e modernização da instrução pública republicana paraense com a valorização da cultura escolar por meio do ensino cívico, moral e físico. Valendo-se de sua posição social, acumulava experiências nos campos político e educacional e projetava seus desejos e seus horizontes de expectativas em relação a uma sociedade organizada, educada e moldada pelo espírito cívico e patriótico, particularmente a partir da instituição família e na formação local dos educandos.

Palavras-chave: instrução primária; história intelectual; educação cívica-jurídica

O Curso Normal de Maceió: uma leitura dos exames sobre métodos de ensino (1886-1891)

EMANUELE MORGANA TENÓRIO OLIVEIRA, MARIA DAS GRAÇAS MADEIRA

Com o propósito de avaliar o tipo de formação ofertado pelo Curso Normal de Maceió nas décadas finais do século XIX, esta comunicação analisa os exames das alunas relativos aos métodos de ensino datados entre 1886 e 1891. Localizados no acervo do Arquivo Público do Estado de Alagoas, os manuscritos versam sobre Definição de Pedagogia (1887 e 1891), Da Educação Intelectual e da Instrução (1889), o Método Mútuo (1886), o Método Simultâneo (1886) e o Método Individual (1886). O conteúdo dos exames se pautava no Compendio de Pedagogia Pratica de autoria do professor da instituição Joaquim José de Araújo (1886) cuja matriz era o Curso Prático de Pedagogia do educador francês Jean Baptiste Daligault (1870). Tatiane Perez e Vivian Silva (2014) ajudam a compreender os processos de prescrição das escolas normais do Brasil partindo do pressuposto que os manuais e os exames eram modos de regular os saberes circulados no ensino público do século XIX. Bastos (1997) e Castanha (2017) colaboram na análise dos materiais manuscritos, relativos aos métodos de ensino, acentuando aqueles ministrados nas respectivas instituições do período abordado, cuja referência era o modelo de ensino francês. Quanto à metodologia, problematiza-se o conceito de “apropriação” de Roger Chartier (1998), em particular quando se compara o conteúdo dos exames das normalistas com o manual do professor Araújo. Chartier (1998) avalia que, entre os manuais de aula e o conteúdo apreendido, havia uma possibilidade de interpretação por parte do estudante/leitor, considerando que quem recebe um texto também inventa, desloca e distorce (CHARTIER, 1998) Conclui-se que, algumas normalistas destacavam trechos do Compendio de Pedagogia Pratica, porém na maioria dos exames havia uma reprodução do conteúdo. Portanto, não se constata homogeneidade da relação das normalistas com o texto; o tratamento não era apenas de interpretar, priorizar, silenciar ou acrescentar elementos ao texto principal, no caso o compêndio, mas sobretudo de reprodução do manual mencionado. É provável que a formação das normalistas residisse em outros espaços, e a prática de reprodução de conteúdo constatada não reduzia a qualidade da formação das futuras professoras primárias. Esta afirmativa se apoia na trajetória intelectual de algumas das ex-normalistas do Curso Normal de Maceió, como Rita de Souza Abreu, Laura H. Pereira Diegues e Alcina Leite, que se tornaram escritoras e literatas. O que possibilita concluir que as escolas normais do Brasil não devem ser consideradas como a principal referência de formação docente para as escolas primárias.

Palavras-chave: curso normal de Maceió; formação docente; métodos de ensino

Escola de Mãezinhas, Curitiba 1930: instruir as mulheres para manter a saúde das crianças

EMILE MEIRELES, LIANE MARIA BERTUCCI

No Brasil, entre as últimas décadas do século XIX e final dos anos 1920, mudanças sociais e urbanas concorreram para que questões relacionadas à salubridade e higiene fossem cada vez mais centradas nos cuidados com a saúde da mãe e seus filhos e enfatizassem a importância da educação para difusão e manutenção de práticas saudáveis, e da maternidade, como o principal papel social das mulheres. Embasados pelos princípios da puericultura, que visava o acompanhamento e conservação da saúde física e emocional de crianças, os médicos não se limitavam a discutir as moléstias e cuidar dos doentes, também empenhavam-se em difundir ensinamentos que contribuiriam para a formação de pessoas saudáveis. Os doutores promoviam ações educativas que tinha como alvos as mulheres, responsáveis pela limpeza da casa e cuidados diários com a família. Essas iniciativas tinham como objetivo primordial a saúde da prole e a diminuição da mortalidade infantil, em grande parte reconhecida pelos médicos como resultado da ignorância das mães sobre a forma ideal de cuidar dos filhos menores. Para que isso acabasse era urgente instruir mulheres sobre meios saudáveis de criar os filhos, (re)educando-as; algo que concorreria para o fim das práticas arcaicas, relacionadas aos cuidados com os recém-nascidos e crianças pequenas que ainda faziam parte do dia a dia de muitas famílias. Nesse contexto que, em 1930, foi inaugurada a Escola de Mãezinhas em Curitiba. A criação da escola foi alicerçada em iniciativas esparsas anteriores: das notas médicas relativas à saúde da mulher publicadas em jornais da capital paranaense à Escola de Puericultura (1919), um local onde mães pobres, além de roupas e alimentos para seus filhos, recebiam instruções sobre higiene (pessoal e doméstica) apresentadas como fundamentais para a saúde familiar. A Escola de Mãezinhas evidenciou a importância da oferta mais ampla e regular de informações (não necessariamente ligados à rede de educação formal) que concorreriam para a educação da mulher em saúde, com o objetivo maior de transformar práticas para manter a criança sadia. O programa de curso desta escola, uma versão ordenada e “leiga” de saberes especializados, deveria não apenas proporcionar a educação de senhoras e senhoritas, mas também formar mulheres para educar outras mulheres. Uma empreitada estratégica para difusão de preceitos médico-científicos que extrapolou as fronteiras de Curitiba. Na realização deste texto sobre a Escola de Mãezinhas, embasadas em considerações de Michel de Certeau, utilizamos principalmente artigos de jornais curitibanos que forneceram indícios do processo que resultou na escola pelos médicos, com apoio das “damas da caridade” da Cruz Vermelha Brasileira – filial Paraná, mulheres que há anos atuavam na divulgação de saberes e práticas para manter a saúde das crianças. **Palavras-chave:** educação de mulheres; puericultura; educação em saúde

Palavras-chave: educação de mulheres; puericultura; educação em saúde

Consensos e dissensos históricos da educação profissional no contexto do Mercosul: o caso do Brasil e Paraguai

ENGEL FAUSTINO SILVA

As pesquisas desenvolvidas a respeito da Educação Profissional na América Latina, não obstante sua relevância e importância, apresentam lacunas de investigação acadêmica especialmente quando se trata de estudos envolvendo o Brasil e o Paraguai. A visão eurocêntrica, e aquela que considera os países desenvolvidos, com destaque para os Estados Unidos, como os melhores exemplos a serem observados e seguidos, leva nosso país a uma condição de distanciamento regional. Ao pôr-se de costas para a América Latina é priorizada uma visão que, além de estabelecer uma condição de inferioridade, aponta para ideais de padrões e patamares educacionais que dificilmente serão alcançados em sua completude. Trata-se, portanto, de mais uma das consequências de uma relação de dependência dos países latino-americanos quanto aos países desenvolvidos. Neste sentido, é essencial compreender como, a partir do século XIX e principalmente ao longo do século XX, os Estados Unidos passaram a influenciar decisivamente, os destinos dos países da América Latina e por consequência, da América do Sul principalmente em virtude do Consenso de Washington (1989) que, em linhas gerais, teve forte aceitação por parte dos Estados sul-americanos. Diante deste contexto, optamos metodologicamente por desenvolver uma pesquisa do tipo documental e de abordagem qualitativa, em que realizou-se um levantamento histórico, que teve como fonte principal os dispositivos legais que regulamentam a educação profissional, inclusive aqueles oriundos dos acordos vigentes relativos ao MERCOSUL. Nosso objetivo foi mapear as políticas de educação profissional nos países estudados, visando compreender, nas implicações das políticas educacionais, seus consensos e dissensos. Para a consecução dos objetivos da pesquisa, inspirados em Bethell (2018), Ciavatta (1992), Hobsbawm (1977), Domingos Leite (2002), Zanatta (2017) e Arrighi (2012), fizemos uma retomada histórica da América Latina. No campo da Educação Profissional Brasileira respaldamo-nos nos pressupostos dos autores: Manfredi (2002), Moura (2007), Ciavatta (2006,2008), Saviani (2003), Cunha (2005) e Ramos (2014). Enquanto na Educação Profissional paraguaia buscamos sustentação teórica em: Núñez (2002), Seiferheld (2018), Parodi (2002), Cardozo (2002) e Rivarola (1998,2000). Destacam-se as categorias de estudo da História da Educação Comparada, em que realizamos a interlocução com Ciavatta (1992), Saviani (2001) e Barros (2014). Ao concluir, incorporamos uma análise comparativa dos regimentos e das políticas de educação profissional nos países estudados, explicitando as aproximações e distanciamentos de ambos.

Palavras-chave: história da educação profissional; educação comparada; legislação educacional

Theobaldo Miranda Santos (1904-1971) e a produção de livros para ensino de leitura e escrita no Brasil

ESTELA NATALINA MANTOVANI BERTOLETTI

Esta comunicação apresenta resultados finais de pesquisa desenvolvida sobre a produção de livros para o ensino de leitura e escrita do educador Brasileiro Theobaldo Miranda Santos (1904-1971). Com objetivo de contribuir para a produção de uma história dos livros e da leitura no Brasil, optou-se por uma abordagem histórica da educação, por meio de localização, seleção e organização da produção bibliográfica de Theobaldo Miranda Santos e acadêmico-científica sobre ele, analisadas pelo método da configuração textual (MORTATTI, 2000), tanto em relação a aspectos da produção de livros para o ensino de leitura e escrita desse autor quanto sobre ela. Desse modo, compreendem-se os livros em seu circuito de comunicação (DARNTON, 1990), não apenas como produto de seu autor, como texto (CHARTIER, 1998), mas sim como objeto cultural e pedagógico que permite recuperar saberes e competências consideradas formadoras em determinada época, contribuindo para a produção de uma história da educação, do ensino e das disciplinas escolares (BERTOLETTI; SILVA, 2019). Quanto à produção acadêmico-científica sobre o tema, sua análise permite compreender as representações que foram sendo construídas a partir de outras representações, sendo aquelas tomadas como fontes documentais para compreensão das apropriações dos discursos sobre leitura e escrita de Theobaldo Miranda Santos. Como resultados, é possível afirmar que parcela significativa da produção escrita de Theobaldo Miranda Santos é relativa à produção de livros para leitura e escrita - publicada sobretudo a partir de sua aposentadoria em 1946 - e que esta consiste em concretização de um projeto entusiasmado pelo Brasil, calcado na motivação ao estudo, entretanto, poucos são os estudos sobre esse tema. Nesse sentido, é possível afirmar que a produção de livros para ensino da leitura e da escrita de Theobaldo Miranda Santos é compreendida pelas pesquisas acadêmico-científicas como menor na produção bibliográfica do autor que teve também publicados manuais de ensino nas áreas de Metodologia, Filosofia, Psicologia, História, Didática, Pedagogia, Literatura, Economia, Administração Escolar, Sociologia, e são bastante estudados. Entretanto, em decorrência da notabilidade da produção de livros para o ensino de leitura e escrita, não seja pelo conteúdo, mas sim seja pela quantidade e capacidade de trabalho de seu autor, o tema representa possíveis e importantes lacunas de pesquisa e deve ser considerado na produção acadêmico-científica, sobretudo, da área de História da Educação.

Palavras-chave: história dos livros e da leitura; Theobaldo Miranda Santos; produção acadêmico-científica

Circulação de impressos protestantes e outros impressos entre o Brasil e os Estados Unidos da América durante o século XIX

ESTER FRAGA VILAS-BÔAS CARVALHO DO NASCIMENTO, JORGE CARVALHO DO NASCIMENTO, JORGE CARVALHO DO NASCIMENTO

Este texto insere-se na História da Educação (Chartier, 2017, 1998) e na História do Livro (Darnton, 1992, 1990). Trata da circulação de impressos protestantes e outros impressos educacionais que circularam no Brasil durante a primeira metade do século XIX, através da ação de representantes da Sociedade Bíblica Britânica/BFBS, de outros distribuidores de livros e, especificamente, da Sociedade Bíblica Americana/ABS, permitindo uma apreensão global da imprensa protestante e de impressos educacionais e sua relação com a História da Educação. Além de investigar sua circulação, foram recortados como objeto de análise os livros que, destinados à formação e ao uso de grupos protestantes e leituras pedagógicas, organizaram um corpus de saberes representados como necessários à definitiva inserção do Protestantismo e a formação escolar no Brasil. O recorte teórico-metodológico deste trabalho pautou-se no método indiciário (Ginzburg, 1976), associações voluntárias, (Tocqueville, 2000; Weber, 2002), bibliotecas imateriais (Chartier, 1998). As fontes analisadas foram a Coleção Biblioteca do Povo e das Escolas, a Coleção Folhetos Evangélicos Vicente Themudo Lessa, cartas e relatórios enviados por agentes da British and Foreign Bible Society's Library/BFBS/Archives Indexes/BSAX/Cambridge University Library (UK), relatório e manual da American Bible Society. A pesquisa tem possibilitado flagrar a organização de uma verdadeira rede de publicação, venda e distribuição de impressos protestantes e pedagógicos no território Brasileiro. Como resultado das investigações realizadas até o momento foi possível constatar fatos como a expansão do mercado editorial Brasileiro no século XIX e o incremento que lhe foi oferecido por iniciativas como o funcionamento regular dos correios, a partir de 1830. É válido anotar providências como a regulamentação, em 1866, da propriedade sobre a obra literária pelos herdeiros do autor por 50 anos após sua morte, tornando-se em seguida de domínio público. Foi possível também observar que a Sociedade Bíblica Americana chegou ao Brasil através do trabalho de Daniel Parish Kidder, na década de 1820. Sua ação recebeu no país um grande reconhecimento e, em 1829, ele já estava se manifestando e apresentando sugestões educacionais à Assembleia Legislativa da Imperial Província de São Paulo, preocupado com a carência de livros escolares que anotou no país. Outros agentes a ele se somaram, como James Cooley Fletcher, a partir da metade nos anos 1800. Até o ano de 1935, tinha circulado no Brasil mais de um milhão de impressos protestantes. Um relatório publicado pela Sociedade Bíblica Americana, em 1926, revela que desde o ano de 1882, quando foi estabelecida a chamada Agência das Índias Ocidentais, abrangendo Cuba, Porto Rico, Haiti, Santo Domingo, Ilhas Virgens e as Ilhas Francesas de Martinica e Guadalupe, a circulação total de impressos até o ano de 1925, foi de 1.042.583 volumes.

Palavras-chave: impressos protestantes; Brasil; Estados Unidos da América

O mobiliário escolar nas conferências efetuadas na Exposição Pedagógica de 1883

ETIENNE BALDEZ LOUZADA, JUAREZ JOSÉ TUCHINSKI DOS ANJOS

Durante os meses de agosto e setembro de 1883 ocorreu na cidade do Rio de Janeiro, Brasil, a primeira Exposição Pedagógica, que havia sido pensada como um evento concomitante ao Congresso de Instrução Pública, que não aconteceu por motivos financeiros e políticos. Todavia, o impacto desses dois eventos combinados pode ser visto nos jornais e revistas de várias províncias, além dos que eram publicados no Rio de Janeiro. Posteriormente à sua realização, as notícias continuaram, como a que consta na revista *O Reformador*, que informa a existência de “inúmeros objetos que enchem as mesas e as paredes da Exposição” e que “ali há aproveitamento para todas as idades, ali há um arsenal completo de objetos que impressionam os sentidos do ignorante (...)” (*O REFORMADOR*, 3/10/1883, p.02). Poucos meses depois, a revista *A Escola*, de Maceió (AL), informava: “embora se malograsse o Primeiro Congresso de Instrução, a Exposição Pedagógica veio trazer muita luz às questões de ensino e produziu o museu escolar que será um modelo vivo dos progressos do ensino” (*A ESCOLA*, 8/04/1884, p.01). A leitura de jornais e revistas na década de 1880 permite localizar uma representação da Exposição Pedagógica do Rio de Janeiro (1883) como orientadora de materiais e mobiliário escolares de todos os tipos, indicados como símbolos de avanços tecnológicos, e como um acontecimento que marcou o que até então vinha sendo proposto em prol da instrução no país. A análise do mobiliário escolar nas Conferências efetuadas durante a primeira Exposição Pedagógica do Rio de Janeiro (1883) é o objetivo central desta comunicação. Todavia, o foco recai particularmente nas carteiras escolares, com o intuito de compreender de que modo foram representadas nas referidas Conferências. Sobre essas carteiras escolares, é possível identificar: orientações quanto ao número de alunos por carteira e seu uso correto pelos estudantes; indicação de uma diversidade de modelos internacionais; comparações entre a mobília na escola antiga e aquela que seria ideal na escola atual; preferência pelos modelos de madeira e um destaque quanto ao modelo das carteiras do Colégio Abílio, entre outras. Para além das Conferências e do Guia para Visitantes da Exposição Pedagógica, as fontes que possibilitam a construção desta interpretação histórica são constituídas também por jornais e revistas dispostos na Hemeroteca da Biblioteca Nacional e catálogos de mobiliário escolar. O presente dialoga com estudos de Michel de Certeau (1982), Roger Chartier (2002), Agustín Escolano Benito (2017), Rosa Fátima de Souza (2007), Antonio Viñao (2008), entre outros.

Palavras-chave: exposição pedagógica; Rio de Janeiro; carteiras escolares

Ensino secundário, uma questão de classe?

EURIZE CALDAS PESSANHA

A partir dos resultados de uma pesquisa coletiva sobre Ensino Secundário no Brasil em perspectiva histórica e comparada, este trabalho objetiva problematizar a recorrente utilização, na historiografia, da concepção do caráter elitista do Ensino Secundário e, com isso levantar questões e explicitar reflexões comparadas a respeito da história desse nível de ensino. Nessa mesma direção, focaliza os sentidos da palavra elite(s), frequente na historiografia sobre esse nível de ensino, para levantar questões e explicitar reflexões comparadas a respeito de sua história. O caminho escolhido para embasar essas reflexões foi a busca das acepções/conceituações/definições da palavra elite em dissertações e teses sobre o Ensino Secundário, apreendidas como fontes e objetos para/de pesquisa. O levantamento, realizado na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e no Catálogo de Teses e Dissertações-CAPES, com o descritor: instituição ensino secundário, listou 89 teses e dissertações das quais foram obtidos os textos completos. Dessas, foram selecionadas as 60 que mencionavam as palavras elite/elites 10 vezes ou mais (variação de 10 a 134). Após leitura cuidadosa de cada um dos trabalhos selecionados, verificou-se que cerca de $\frac{1}{4}$ explicitam acepções/conceituações/definições de elite. Entre os demais, uma parte inclui nas referências bibliográficas autores que, pode-se deduzir, terem sido suporte para a utilização do termo. Para suportar as análises comparadas, utilizou-se a versão de “estudos comparados” explicitada por Silva (2019) e por Silva, Pessanha e Brito (2020), que busca romper, no caso da História, com o conceito cronológico de tempo e, no caso da Educação Comparada, com o conceito geográfico de espaço. Nas teses e dissertações analisadas, a palavra elite, seja qual tenha sido o sentido assumido ou a adjetivação que lhe confira delimitação, caracteriza o ensino secundário no período estudado, como um nível de ensino seletivo e que confere distinção a quem consegue superar suas barreiras desde o exame de admissão. Para esta caracterização encontram-se compulsadas duas obras, em quase todas as dissertações e teses analisadas, a saber: *A Fabricação escolar das elites: O Ginásio Catarinense na Primeira República* de Norberto Dallabrida (2001), e *A Escolarização das Elites*, organizado por Maria Alice Nogueira (2002). Nesta presença infere-se que, com formas específicas assistiu-se, desde o final do século XIX, à introdução de alterações no mundo do trabalho que trouxeram complicadores para as abordagens teóricas e empíricas acerca da composição social da sociedade. Como conclusão, este trabalho propõe a categoria classe social para analisar a expansão do ensino secundário nas décadas de 1940, 1950 e 1960.

Palavras-chave: História da Educação; ensino secundário; elite

Instituições de ensino secundário em Sergipe: fragmentos históricos de uma expansão (1942-1961)

EVA MARIA ALVES

Na década de 1940 o Estado de Sergipe pertencia à região Leste do Brasil, dividido em 43 municípios e 53 distritos. A expansão do ensino secundário sergipano no período de 1942 a 1961 é notada pelo crescimento acentuado do número de estabelecimentos de ensino, a quantidade de docentes contratados e o número de matrículas realizadas. Para esta mesa objetivamos focar nas instituições de ensino secundário existentes e criadas no período, analisando-as por meio das suas denominações (ginásios, colégios), localização (capital e interior) e dependência administrativa (pública, privada, confessional). Tais dados permitem perceber em que proporções a participação do governo se efetivou na criação de instituições de ensino secundário e, principalmente, de que maneira a população crescente era assistida em termos da criação de escolas. Objetiva-se também apresentar a vinculação de diferentes confissões religiosas e sua marcante presença na criação e manutenção de escolas no Estado, bem como as iniciativas da sociedade civil, a exemplo dos ginásios montados pela Campanha Nacional de Educandários Gratuitos – CNEG. Analisando diferentes fontes como: jornais comerciais e estudantis, Diário Oficial do Estado de Sergipe, documentação administrativa e pedagógica de algumas instituições, além das produções acadêmicas em forma de dissertações e teses, constatamos que a expansão no número de estabelecimentos de ensino secundário em Sergipe, está concentrada nos Ginásios, e não nos Colégios. A investigação aponta que, no ano de 1945 Sergipe disponibilizava os estudos secundários nas seguintes instituições, em Aracaju: Colégio Estadual de Sergipe (público), Ginásio Nossa Senhora Auxiliadora (confessional), Ginásio Nossa Senhora de Lourdes (confessional), Ginásio da Escola Normal Rui Barbosa (público), Ginásio Tobias Barreto (particular), Ginásio Jackson de Figueiredo (particular), Ginásio Patrocínio de São José (confessional), Ginásio Salesiano Nossa Senhora Auxiliadora (confessional), Ginásio do Salvador (particular) e em cidades do interior, Ginásio Imaculada Conceição (Capela, confessional), Ginásio Sagrado Coração de Jesus (Estância, confessional), Ginásio Nossa Senhora das Graças (Propriá, confessional). O que a operação historiográfica nos permitiu inferir é que houve expansão do ensino secundário, em termos da criação de escolas e que a Igreja Católica participou efetivamente do ensino secundário sergipano sendo a mantenedora direta de ginásios e colégios, na capital e no interior do Estado. Mapear as instituições escolares que ofertaram o ensino secundário em Sergipe, na vigência da Lei Orgânica do Ensino Secundário, N. 4.244, de 9 de abril de 1942, em vigor nos anos de 1942 a 1961, significa refletir e procurar compreender como a política de educação se configurou.

Palavras-chave: ensino secundário; Sergipe; reforma Gustavo Capanema

Intelectuais católicas no magistério secundário no período estadonovista

EVELYN DE ALMEIDA ORLANDO

A separação oficial entre Estado e Igreja que se instituiu com a República no Brasil desencadeou uma série de reações por parte da Igreja, que se viu destituída de alguns espaços privilegiados na organização do Estado e da sociedade. Tais reações se desdobraram em duas frentes privilegiadas: a formação de uma intelectualidade católica organizada em torno do Centro D. Vital e da Revista A Ordem, principalmente, e um forte investimento na criação de uma rede de colégios secundários com vistas a formar quadros dirigentes católicos engajados no projeto de recatolicização da sociedade. Essa leitura já se constituiu como terreno de consenso na historiografia. O que pouco se fala é sobre a presença feminina nesse projeto. O endosso de parte da hierarquia católica em relação à educação feminina, a importância das congregações religiosas femininas nesse cenário e a ocupação de determinados postos por professoras do laicato católico no ensino secundário público, e não apenas no privado, ainda são temas a ser melhor investigados. Nesse artigo, busca-se discutir algumas experiências da participação de mulheres católicas no ensino secundário público e privado como uma estratégia de reprodução de uma cultura religiosa de base católica, para além do ensino primário, mediada por educadoras católicas. O diálogo com a História Cultural e Intelectual, nos levou a colocar em relação os sujeitos, suas práticas e os desdobramentos no campo da produção intelectual do país. Nesse sentido, o próprio conceito de intelectual, aqui pensado a partir de Jean-François Sirinelli et Gisèle Sapiro, é também discutido a partir de um recorte de gênero, tal como propõe Florence Rochefort e Claire Guyot e nos permite pensar como as mulheres se fizeram presentes e se tornaram fundamentais também neste segmento do ensino. O jogo de luzes e sombras em torno de sua presença neste espaço, constituído para a formação de quadros dirigentes e, portanto, pensado no masculino, é indicativo de uma prática de interdição, de modos de apagamento, mas também de estratégias e táticas de existência enquanto sujeitos históricos, com suas diversas agências. Seguindo a maior proposta da História das Mulheres, essa reflexão consiste em pensá-las no meio da trama, em meio à história dos homens. Ou seja, elas estiveram por toda a parte. Nos interessa, portanto, saber de que modo participaram dos acontecimentos? Esse tipo de reflexão nos permite elaborar melhor questões voltadas para a compreensão dos imbricamentos entre os campos da educação, cultura, religião e política no Brasil, tendo as mulheres como protagonistas desse cenário e não alijadas dele.

Palavras-chave: intelectuais católicas; ensino secundário; Estado Novo

Discursos sobre a infância no Asylo São Francisco de Assis (1891)

FABIANA ASSUNÇÃO

Na busca de corroborar com o entendimento dos processos de escolarização e de educação da infância mineira e sanjoanense, essa pesquisa tem por objetivo apresentar e analisar os discursos produzidos pelo Asylo São Francisco de Assis, por meio do Estatuto deliberado pela Mesa Definitória da Venerável Ordem Terceira de São Francisco de Assis, no ano de 1891. A instituição acolhia crianças e jovens sob as seguintes condições: meninos órfãos de pai e de mãe, ou somente de pai, pobres e desvalidos, preferencialmente filhos de irmãos, entre 7 e 14 anos, que não tivessem nenhuma doença física ou mental e também nenhuma moléstia. O suporte teórico parte das contribuições de Michel Foucault, que ajudam na compreensão das relações de saber e de poder contidas nos discursos. O autor aponta para a realização da pesquisa histórica a partir das discontinuidades e das rupturas, que traz atenção especial para a estrutura e a organização do acontecimento já posto. A pesquisa mobiliza a análise documental do primeiro Estatuto criado para instituição, em 1891. O manuseio do Estatuto do Asylo pode esclarecer sobre os discursos voltados para a infância, revelando uma diversidade de informações sobre a assistência e a educação e, ao mesmo tempo, problematizando informações da época. Além disso, o exame dessas fontes permite compreender o processo de formação e constituição do sujeito enquanto um ser social historicamente situado. Outras ações metodológicas foram adotadas, como o levantamento bibliográfico da literatura que trata da temática infância no campo da história da educação. Pensando nas ideias foucaultianas sobre o discurso e as maneiras que ele pode ser difundido, o interesse foi o de analisar o Asylo São Francisco de Assis para desenvolver uma compreensão a respeito do discurso que essa instituição propagava na cidade sanjoanense no final do século XIX. Os resultados da pesquisa apontam para ações de acolhimento das crianças órfãs da cidade de São João del Rei e região. Tais atuações repercutiram na educação e na formação católica da infância daquela época. Os discursos pregados na instituição, através do Estatuto, tiveram relação com os que circulavam na sociedade, através do exercício da exclusão, da rejeição, da separação e da interdição nas infâncias pobres e órfãs sanjoanenses. Dessa maneira, esta investigação pode ajudar na compreensão da educação da infância pobre mineira, além dos processos de constituições dos asilos. **Palavras-chave:** Infância, Asylo São Francisco de Assis, Discursos.

Palavras-chave: infância; Asylo São Francisco de Assis; discursos

São Paulo e a construção de uma memória oficial da independência a partir da cultura material

FABIANA MUNHOZ

Desde o século XIX, as elites paulistas fizeram questão de demarcar a posição da província enquanto locus da independência oficial do país. Já nos anos seguintes a 1822, projetos de rememoração do “grito do Ipiranga” pretendiam tornar a região um grande palco de celebração do evento e, no fim do século, a construção de um monumento se concretizou. Nesta comunicação, o objetivo é refletir sobre a construção de uma identidade da independência em São Paulo forjada a partir da cultura material do monumento do “Museu Paulista”, analisando como o museu e todo o parque da independência constituem um lugar de memória e exercem um papel pedagógico na cultura de história acerca da independência da cidade, do estado e mesmo do país. Buscamos também destacar algumas resistências e agências de sujeitos e grupos que elaboraram narrativas críticas à história e cultura oficial – como é o caso de artistas da Semana de Arte Moderna de 1922. O estudo vem sendo realizado por meio da pesquisa em periódicos digitalizados da Hemeroteca Digital e do Arquivo Público do Estado de São Paulo; fotografias do museu durante a construção e após a inauguração e publicações e objetos da cultura material que fazem parte do acervo digital do Museu Paulista. O recorte temporal inicia-se com o período imediatamente posterior à emancipação política do Brasil no século XIX e estende-se até as décadas de 1880-90, fase de construção e inauguração. Algumas efemérides da independência são problematizadas – sobretudo o centenário em 1922 – a fim de refletir sobre a necessidade de reafirmação identitária e atuação hegemônica do Estado nos campos da história, educação e cultura. As análises dialogam com as reflexões sobre arquitetura e cultura material (MENESES 2005, 2012; FRAGO, BENITO 1998), lugar de memória (NORA, 1993) e cultura de história (PIMENTA et al, 2014). Em 2013, o Museu Paulista foi completamente fechado ao público, devido a grandes problemas estruturais do prédio com rachaduras e umidade, para passar por reformas e restauração. Consideramos que é provocativo refletir sobre os grandes problemas estruturais que a narrativa oficial da independência e a construção de identidade e história propostas pelo museu carregam. Os grupos hegemônicos paulistas percorreram uma via conservadora que valorizou o bandeirantismo, negligenciando os genocídios dos povos indígenas e da diáspora africana. Esta comunicação vem se somar a outras análises de cunho crítico a esta história oficial, tal como a própria instituição vinha realizando antes do fechamento e continua promovendo por meio de ações virtuais e no parque da independência.

Palavras-chave: independência; cultura material; Museu do Ipiranga

O Projeto Logos II: formação de professores leigos no município de Naviraí – MS (1980)

FABIANA RODRIGUES DOS SANTOS

Pesquisas de temas ligados à história da formação docente ganharam mais espaço na historiografia educacional, influenciadas pelas correntes historiográficas, oriundas da Escola Francesa, principalmente pela Nova História Cultural. Neste sentido, o trabalho ora proposto emerge com o objetivo de analisar o processo de formação dos professores leigos em Naviraí – MS, por meio da análise do projeto Logos II no período dos anos de 1980 período em que o projeto foi desenvolvido no município. Como aporte teórico elege-mos às noções de práticas e representações delineadas por Roger Chartier (1990, 1991, 2002). Recorremos ao aprofundamento de leituras e entendimento do universo conceitual, buscando, preferencialmente, o diálogo com autores que realizaram pesquisas similares como: Hunt (1992), Barros (2005), Picanço (1986), Stahl (1986), André e Candau (1983), entre outros que se preocupam em entender a formação dos professores leigos, além de pesquisas em livros, teses, dissertações e artigos científicos, disponíveis em material impresso e eletronicamente. Quanto a análise documental, utilizamos legislações do período, documentos escolares, material didático, resoluções dentre outros. Além das fontes documentais utilizamos também fontes orais, na qual empregamos a metodologia da História oral, por meio de entrevistas com as professoras que participaram da formação, além dos supervisores (as) e gestores da época. Resultados apontaram que o Projeto Logos II foi implementado no município de Naviraí no ano de 1981 em parceria com o estado de Mato Grosso do Sul e com o governo federal. No ano de 1981 foi realizado toda a organização e ajustes necessários para a formação. Os professores (as) foram selecionados (as) por meio de critérios, quais sejam: tempo de atuação como professor tanto na rede municipal quanto na rede estadual e escolarização entre a 4^o e 8^o série do antigo primário. Foi realizado também, a seleção do supervisor (a) do projeto de formação no município na qual seria responsável pelo núcleo pedagógico, local na qual os professores iriam para fazer as avaliações e tirar dúvidas. Além dos critérios de seleção, os professores passavam por um teste de leitura e sendo aprovados poderiam ingressar no projeto. Os professores (as) que participaram da formação eram professores (as) leigos, não possuíam nenhuma formação para o magistério e a maioria residiam na zona rural. O curso acontecia via ensino supletivo, à distância, sem o professor sair da sala de aula e frequentavam o núcleo pedagógico uma vez por mês com cronograma pré-estabelecido. Mediante relato das professoras, esse projeto de formação foi de fundamental relevância para sua formação, pois permitiu conhecimentos para aprimorarem suas práticas pedagógicas.

Palavras-chave: História da Educação; professores leigos; Projeto Logos II

Educação museal: “entre saberes, fazeres e narrativas”

FABIANA SANTOS, ELIANA RELA

O museu é um espaço carregado de sentidos que possui sonhos, angústias, esperanças, alegrias, lembranças e representações, que nos levam a um tempo já vivido e a um tempo que ainda está por vir. Essa valorização cultural pode ser entendida como sendo a valorização das singularidades. Refletir sobre as narrativas que se fazem presentes no campo museal permite-nos perceber o espaço dentro de uma mesma lógica de produção cultural dos demais aspectos da sociedade. Assim, a linguagem verbal e não verbal produz e reproduz sentidos, narrativas e sentimentos, emancipatórios ou opressores. Desse modo, a educação museal poderá ser transformadora ou condicionar o visitante a uma escuta passiva onde o diálogo reverte-se apenas em informação. Apresente pesquisa propõe a análise das narrativas do museu XXXX, possuindo como objetivo investigar as narrativas realizadas nas mediações sobre as exposições permanentes do espaço museal, a fim de coletar evidências que promovam novas narrativas alicerçadas na perspectiva decolonial. Como referencial teórico, José Renato de Castro Cesar oferece reflexões epistemológicas sobre a educação museal confrontando a epistemologia do Norte versus a epistemologia do Sul no contexto da educação museal e da nova museologia. O referencial metodológico tem como aporte Galiazzi e Moraes para a análise textual discursiva sobre os documentos de estudo para compor a narrativa nas mediações, da observação participante e das conversas com os mediadores foram identificadas diferentes narrativas que nos permite refletir sobre as possibilidades de implementação de uma educação museal decolonial para o local. No referido espaço percebe-se a potência da educação museal, considerando que ela perpassa o tempo, interage e procura deixar o observador imerso em um espaço em que acolhe, educa e expõe. Como resultado esperado, se percebe que o museu XXXX necessita ser um espaço ainda mais educativo, rico em possibilidades de diálogo com as diferenças sociais, culturais e étnicas, a partir da reconfiguração das construções de memórias e esquecimentos, refletindo sobre seu compromisso na intenção de provocar o visitante por meio de uma trama discursiva que os leve a compreender e a agir sobre diferentes situações sociais, propondo ao público uma perspectiva de transformação social; uma educação que perceba a vida, a dinamicidade e a interatividade humana e que esteja a favor também da diversidade cultural e social. Entende-se que a educação museal tem um papel fundamental para a constituição dos espaços de memória, especialmente para o museu, contribuindo ativamente para que seu ambiente institucional e as relações sociais ali existentes favoreçam a formação do sujeito.

Palavras-chave: educação; museu; decolonização

Estudos comparados em História da Educação: (de)composição do método

FABIANY DE CÁSSIA TAVARES SILVA

Temos aprofundado uma prática de pesquisa, por uma escrita historiográfica regionalizada do ensino secundário, que sustenta outra representação, ou outro delineamento qualitativo à comparação, incursionando pela perspectiva de renovação, ou reconstrução das ferramentas metodológicas. Tal aprofundamento dá forma a uma versão particular do método comparado nominada “estudos comparados”, que opera o cruzamento da educação, da história da educação e das ciências sociais comparadas. No tocante à educação comparada, tomando-a como resultado de um duplo movimento. De um lado, marcado por uma presença crescente das questões educativas na criação de identidades escolares, definidas não tanto sob uma perspectiva geográfica, mas no sentido de pertença a certas comunidades discursivas. De outro, deslocando-se da referência tradicional interpaíses para dimensões simultaneamente intra e extranacionais, isto é, centradas nas comunidades de referência dos agentes locais e nos processos de regulação em nível nacional e internacional. Em relação às ciências sociais comparadas incursionamos por processos de apreensão das dinâmicas, das transições, das relações socioculturais, como diferentes textos, que levam à compreensão dos discursos, que alimentam situações de dependência e lógicas de discriminação, que constroem maneiras de pensar e de agir. Neste contexto buscamos a reinstituição de um passado capaz de configurar a educação como uma prática social, marcada pelas certezas e incertezas que referenciam a sua problematização na pesquisa histórica, particularmente, no ensino secundário Brasileiro. Dito de outro modo, uma história comparada da educação feita sob a perspectiva da insistência acerca da indagação do contexto histórico-cultural de cada sistema educativo. Contexto esse que se concentra em uma história do passado e da contemporaneidade, como parte da matéria prima da historiografia. Diante disso, nos limites deste texto, operamos com análises produzidas em dissertações e teses sobre o ensino secundário, proposto no século XX (1931-1971), ancoradas em estudos históricos e historiográficos que colocam em cena as apropriações de um padrão de legibilidade consolidado que, de um lado, incorpora e atesta ideias acerca da formação de uma elite intelectual, econômica e religiosa Brasileira, em articulação com os interesses nacionais e, em menor conteúdo, com os Estados. De outro, um ensino difusor de ideias educacionais, delineadas por um padrão historiográfico hegemônico, neste caso, a macro realidade educativa do ensino secundário Brasileiro.

Palavras-chave: História da Educação; método da comparação; ensino secundário

A mais antiga Faculdade de Educação da Região Norte do Brasil: apontamentos para sobre a História da Educação da FACED/ UFAM

FÁBIO SOUZA LIMA

O presente resumo trata da mais antiga Faculdade de Educação (FACED) da Região Norte, instalada na Universidade do Amazonas (UA), futura Universidade Federal do Amazonas (UFAM), no ano de 1970. Nesse sentido, no ano de 2020, a unidade comemorou 50 anos de fundação. Sendo esse um longo período para pesquisa, nos concentramos em um recorte temporal que se inicia em 1970 e termina com a entrega da sede definitiva da unidade, em 1987. Elegemos como objetivos, portanto, conhecer o contexto político, econômico e social em que essa unidade foi criada, além de abordar a importância da FACED para o desenvolvimento de Manaus e da Região Norte. Escolhemos uma abordagem ligada a nova história política (RÉMOND, 2003), usando uma metodologia de análise bibliográfica e de análise de periódicos (LUCA, 2003; PASQUINI TOLEDO, 2003), além da categoria de Instituições Educacionais (DUBET, 2006; SANFELICE, 2008; NÓVOA, 1995). Dessa maneira além do uso de autores que abordam o tema da universidade no Brasil, as fontes utilizadas puderam ser consultadas pela plataforma Hemeroteca Digital Brasileira (<https://bdigital.bn.gov.br>). Como resultados, constatamos que a história da FACED está intimamente ligada à Reforma Universitária, consubstanciada na Lei n.º 5.540, de 28 de novembro de 1968. Apesar dos efeitos perniciosos da ditadura civil-militar, o ensino superior Brasileiro experimentou um processo de expansão, conforme também escreveram Ana Waleska Mendonça (2000) e Luiz Antonio Cunha (2016). Assim como em outras universidades pelo país, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL), a qual inicialmente estava vinculado o curso de Pedagogia da UA, recebeu entre 1966 e 1968 recursos para melhoria de sua estrutura e ampliação de suas vagas. Dois anos após a referida Reforma Universitária, o Conselho Federal de Educação, por meio do parecer n.º 706, aprovou o Estatuto da UA por meio do Decreto 66.810, de 30 de junho de 1970, onde foi apontada a criação da Faculdade de Educação da universidade, primeira unidade do gênero na Região Norte. Tal data tornou-se referência de instalação da FACED. No entanto, a unidade carecia de especialização para organização, fazendo com que fosse efetivamente instalada somente por meio da Resolução n.º 048, de novembro de 1973, com reconhecimento do curso de pedagogia em primeiro de setembro de 1975, pelo Decreto n.º 76.175. Por fim, com aporte de mais recursos do governo federal, em 1987, o setor norte do Campus Universitário da UA foi inaugurado e a Faculdade de Educação recebeu uma estrutura do tamanho do desafio de formar professores para toda região. Constatamos o efeito da formação de professores na economia do Amazonas, bem como nos outros estados do norte do país, que enviavam seus jovens para estudar na FACED/UA.

Palavras-chave: instituições escolares; Faculdade de Educação; Universidade do Amazonas

Representações de educação e civilização em um jornal não pedagógico baiano: ações educativas do “Correio Mercantil” em Salvador de 1838

FABIO VALENTE DE MORAES

A nossa comunicação é sobre ações educativas exercidas em Salvador, em 1838, pelo jornal baiano monarquista “Correio Mercantil”. Assim, tencionamos analisar a produção, reprodução e circulação de representações de educação e civilização em um periódico de abrangência não pedagógica, que, em defesa do Estado monárquico Brasileiro, fez uso da boataria e propalou temores para conter o que considerasse subversivo e perigoso à ordem. A partir da análise documental, nos baseamos nos estudos de Roger Chartier sobre representações e de Robert Darnton acerca das redes de comunicação para, no entrecruzamento dos campos História da Educação e Nova História Cultural, examinarmos o “Correio Mercantil” enquanto sujeito/fonte, principalmente, no intuito de apurar o opaco nas linhas e entrelinhas de um suporte de linguagem concebido em meio ao vai e vem de informações e princípios entre o mundo escrito e o da oralidade. Salientado também como sujeito deste estudo, nossa fonte principal é o “Correio Mercantil”, jornal soteropolitano fundado em 1833 pelo bacharel João Antonio de Sampaio Vianna e que, mesmo compondo um contexto ainda incipiente da imprensa na Bahia, circulou até 1856 – feito raro para a época –, sendo impresso de segunda-feira à sábado, com vendagem avulsa ou por intermédio de assinatura. Seu escritório e tipografia funcionavam na Rua da Alfândega, no ecossistema portuário da capital provincial, parte baixa da cidade, e sua manufatura – em todas as etapas – envolvia uma quantidade bem insignificante de pessoas, se compararmos com a imprensa empresarial Brasileira, timidamente inaugurada já na República, na virada do século XIX para o XX. Examinamos um número expressivo de edições do “Correio Mercantil”, por sua vez, disponível para consulta no acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, ambiente virtual utilizado desde o mestrado, realizado entre 2015 e 2017, no Programa de Pós-graduação em Educação e Contemporaneidade da Universidade do Estado da Bahia, cujo um dos capítulos da dissertação nos inspirou a engendrar a comunicação aqui sintetizada. Nosso recorte geográfico é Salvador, capital da província da Bahia, em um espaço temporal limitado pelos meses de abril e dezembro de 1838, entre o retorno das atividades do “Correio Mercantil”, que esteve de portas cerradas ao longo da Sabinada – revolta motivada pelo federalismo e republicanismo e que tomou a cidade entre 7 de novembro de 1837 e 15 de março 1838 – e o findar de um ano marcado ainda por muita tensão na cidade, entre tantas outras inquietações rotineiras e outras aguçadas pela fresca lembrança do Levante dos Malês – rebelião de escravizados africanos islamizados ocorrida em 25 de janeiro de 1835 – estorvos para um modelo de sociedade ambicionado e considerado virtuoso e civilizado pelo “Correio Mercantil”.

Palavras-chave: representações; educação; jornal não pedagógico

Trajетória profissional de uma intelectual afro-indígena no Sul da Bahia: protagonismo e resistências

FABRÍCIA DOS SANTOS DANTAS

O presente trabalho visa analisar a trajetória política-educacional de uma professora afro-indígena e intelectual, do Sul Baiano, nos movimentos da Educação no seu contexto histórico e formativo que reverberam como legado e que influenciam até os dias atuais. A professora Maria Ângela atuou em diferentes espaços a partir de uma identidade profissional. Sua trajetória sinaliza que ela utilizou desse campo para angariar um papel de protagonista, sendo uma mulher afro-indígena. Isso não é algo irrelevante, pois, sabermos que na História da Educação, por muitos anos, evidenciou-se uma visão que silenciava os sujeitos não brancos. Partindo desta premissa, a justificativa do trabalho se manifesta, por vivermos em uma sociedade marcada por políticas-educacionais e por uma formação docente predominantemente composta por professoras e professores brancos, no intuito de ampliar os debates acerca de como uma docente afro-indígena pode ser compreendida como intelectual e como suas práticas e trajetória contribuiu para os movimentos educacionais e políticos na rede municipal de educação de Itajuípe-Bahia. A pesquisa documental tem a perspectiva histórica como fundamentação, tendo o seu referencial teórico construído a partir do campo da História da Educação da população Negra, em diálogo com Barros (2018), Fonseca (2000), Silva (2002); trazendo uma discussão sobre a relação das mulheres com a profissão docente, a partir de Louro (2004); e teorizando a posição da professora enquanto intelectual, com base em Sirinelli, (2003) e Hooks (1995). No levantamento realizado, até o momento, no acervo municipal, encontrei diários, jornais, cartas, livros de antologia literária e poética, relatórios de autoria da própria Ângela e documentos que comprovam sua participação política em movimentos sócio-educacionais, ambientais e literários. O trabalho trata-se de uma pesquisa de mestrado em andamento, tendo sido possível constatar, até o momento, que a professora participou de importantes movimentos educacionais e se destacou como poetisa. A pesquisa contribuirá para a ampliação da temática, demonstrando que os estudos regionais dialogam com uma estrutura histórica nacional. Discutir a trajetória da professora Maria Ângela, permite, ainda, ampliar o debate sobre o protagonismo das mulheres negras, reforçar os estudos que tratam esses sujeitos como pessoas que existiram e não habitam o campo do atípico, mas que por suas condições, raciais e de gênero, tiveram enfrentamentos outros, que ainda continuam necessários nos dias atuais devido ao racismo estrutural que cunhou o Brasil.

Palavras-chave: História da Educação; trajetória docente; atuação feminina

Anísio Teixeira e a Universidade: o pensamento do educador sobre o ensino superior Brasileiro (anos 1930 e 1950)

FABRÍCIA LOPES PINHEIRO

O presente trabalho corresponde a uma reflexão sobre o pensamento de Anísio Teixeira relacionado ao Ensino Superior Brasileiro. A intenção é de refletir sobre as contribuições do educador sobre essa modalidade de ensino. Assim, analisar-se-á o pensamento de Anísio Teixeira quanto à Universidade, a importância dos estudos produzidos pelo autor acerca do Ensino Superior/Universidade, bem como enquanto impulsores de práticas e políticas para o mesmo. O empenho de Anísio Teixeira no tratamento dos problemas relativos ao Ensino Superior podem ser identificados desde a sua gestão na Diretoria de Instrução Pública do Distrito Federal (1931-1935) quando criou um programa de educação pública que se estendeu do pré-escolar ao Ensino Superior; passando pela criação da UDF – Universidade do Distrito Federal em 1935; por sua atuação como conselheiro sobre o Ensino Superior na Unesco (1946); em 1947 como secretário de Educação e Cultura na Bahia quando criou a Fundação Baiana de Ciência; como secretário-geral da Capes, dedicando-se à formação qualificada de pessoal docente para o Ensino Superior, até a sua atuação enquanto diretor do INEP/CBPE (1952/1955). Portanto, o presente trabalho se debruça, mais particularmente, sobre as publicações de Anísio Teixeira acerca do Ensino Superior no Brasil. Trata-se de um estudo de abordagem histórica, que envolve a articulação entre a base documental e bibliográfica referidas ao tema. Assim, será privilegiada documentação relativa à Universidade, dentre as quais se destacam os escritos de Anísio Teixeira sobre essa Instituição, disponível no arquivo Pessoal de Anísio Teixeira, depositado no CPDOC – FGV, bem como documentos disponíveis no Arquivo Histórico do INEP, trabalhadas em diálogo com estudos que já foram produzidos sobre o tema. Segundo Ginzburg (2007) é necessário a presença de diversos documentos para formular uma análise coerente. E ainda: “Se uma narração se apoia em um único documento, como é possível deixar de fazer perguntas sobre sua autenticidade?” (2007, p.13). Anísio Teixeira defendia a expansão de instituições escolares e a reorganização do ensino superior, com o intuito de educar o povo. Para Anísio Teixeira, a criação de identidade de um povo e do caráter nacional é a universidade. Esse novo espaço para o ensino superior - as Universidades, anunciam o florescer da civilização, sendo, na sociedade moderna, uma das instituições características e indispensáveis, sem a qual não chega a existir um povo. Em suma, Anísio Teixeira em crítica ao ensino superior Brasileiro, organizado em escolas isoladas e inspiradas em raízes medievais, propõe um modelo de universidade pautada na busca de se combater o atraso cultural da nação, visto que o Brasil assistia a consolidação de propostas de universidade no exterior.

Palavras-chave: Anísio Teixeira; Universidade; ensino superior

O cinquentenário da independência e a educação no Império Brasileiro (1870-1875)

FATIMA APARECIDA DO NASCIMENTO

No ano de 1872, no contexto do cinquentenário da Independência do Brasil, o Ministério dos Negócios do Império era o órgão responsável pela instrução na Corte Imperial. Considerado um grande estadista, João Alfredo Corrêa de Oliveira ocupou o cargo de Ministro dos Negócios do Império de 1870 a 1875. No período do seu mandato as comemorações relacionadas ao episódio da emancipação do país articulavam questões, debates e memórias acerca de aspectos culturais, políticos, sociais e educacionais. Simultaneamente, o Ministro João Alfredo colocava em prática o projeto modernista para a instrução defendido durante o seu mandato. Para tanto, utilizava como mecanismo o intercâmbio com países ditos civilizados, como os Estados Unidos, França, Alemanha, Argentina, Chile, entre outros, expedindo e recebendo documentos relacionados à formação popular. O objetivo do estudo foi observar as propostas culturais e educacionais representadas nas comemorações da emancipação do país, articuladas ao projeto modernista e civilizatório do poder público para gerir as populações. O projeto se tornou exequível com a articulação de fontes como *Gazeta de Notícias*, *Gazeta do Rio*, *A Instrução Pública*, *A Escola*, entre outros impressos que circularam na Corte, e davam notícias sobre as comemorações do cinquentenário da Independência e aspectos gerais da instrução, os Relatórios do Ministro do Império que publicizava as ações ministeriais acerca da instrução, e por fim, os avisos e ofícios localizados no Museu Histórico do Itamaraty que possibilitaram reflexões acerca das questões educacionais que tramitaram entre o Ministério dos Negócios do Império e o “mundo civilizado”. A evocação ao sentimento patriótico, a construção de uma memória positiva acerca do acontecimento da Independência, bem como a presença de elementos culturais e educacionais são traços das comemorações anunciadas nos impressos. A construção de memória acerca da emancipação política é uma forma de produzir determinado modo de educar. O investimento foi problematizar o papel das comemorações como dispositivo que organizava ritos regulatórios do comportamento, forjavam representações acerca da construção de uma identidade nacional, induziam a participação de escolas, alunos, professores, políticos e da sociedade de modo geral. Como referências para as reflexões foram privilegiados autores como: Joel Candau (2014), Ana Paula Sampaio Caldeira (2009), Roger Chartier (1990) e Aline Choucair (2004). Neste sentido, foi mister refletir sobre o papel da educação e das comemorações da emancipação do país, como mecanismo para pôr em prática o projeto que previa formar para civilizar e construir uma identidade nacional.

Palavras-chave: cinquentenário da Independência; João Alfredo Corrêa de Oliveira; emancipação política

Entre o passado e o presente: o caderno escolar de Sebastião Godinho

FÁTIMA BRANCO GODINHO DE CASTRO

O objetivo deste texto é analisar o caderno escolar do ex-aluno Sebastião Godinho de Castro, considerando este artefato escolar como objeto e fonte de pesquisa para compreender as práticas pedagógicas da escola primária pública do ano de 1940, na cidade de São Paulo. Assim, por meio desse artefato, procuramos desvelar dimensões coletivas sobre os alunos, o ensino e os materiais escolares. O texto está dividido em duas partes: a primeira retrata alguns aspectos sobre a localização do Grupo Escolar Maria José as características da escola, a segunda parte analisa o caderno, ou seja, os vestígios deixados pelas práticas culturais e educativas produzidas naquele Grupo Escolar. No ano de 1895, a Escola Maria José foi inaugurada e no mesmo ano elevada à categoria de escola modelo, juntamente com outras três escolas modelo da capital paulista: “Caetano de Campos”, “Prudente de Moraes” e do “Carmo”. Em 1904, a Escola Modelo Maria José contava com 12 salas de aulas, sendo 6 seis para cada sexo, e passou, por meio de Decreto de 13 de agosto de 1904, à categoria de grupo escolar, conservando, porém, sua primeira denominação, Maria José. O Grupo Escolar Maria José funcionava na região da cidade de São Paulo denominada Bexiga (oficialmente conhecida em nossos dias como Bela Vista). A origem da denominação da região do Bexiga, de acordo com historiadores, é controversa devido às diferentes versões. No entanto, em todos os casos, o nome está ligado à varíola. O caderno escolar pertenceu a Sebastião Godinho de Castro, que, à época, tinha 9 anos de idade, e retrata os apontamentos produzidos no 2º ano, turma “E”. O caderno é repleto de memórias porque contém marcas, rabiscos, desenhos e atividades realizadas durante a escolarização, bem como as notas atribuídas pela professora. Em certas circunstâncias, também registra anotações de outras pessoas. Enfim, memórias de um tempo da infância vivida na escola. Para além desses aspectos, o caderno revela um conjunto de práticas culturais da escola primária paulista no ano de 1941. A base empírica se apoia basicamente no caderno escolar, nas matérias de jornais da época (Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional) e na documentação oriunda do Anuário do Ensino do Estado de São Paulo. O aporte teórico dialoga com autores do campo da História Cultural (CHARTIER, 2002, CERTEAU, 1998) e da cultura material escolar (VIÑAO, 2008, MIGNOT, 2008, JULIA, 2001, MAHAMUD & BADANELLI, 2013).

Palavras-chave: cadernos escolares; cultura material escolar; grupos escolares

Um tratado de Educação *Physica* para o Império do Brasil e a Constituinte de 1823

FELIPE LAMEU DOS SANTOS

A primeira constituinte do Brasil independente ocorreu no ano de 1823. Considerada a primeira experiência parlamentar do Brasil emancipado, tal iniciativa visava criar as bases jurídicas que assentariam a construção da nova nação. Dentre os vários temas debatidos pelos parlamentares, a educação *physica* surge dentro do contexto das discussões para a escolha de um Tratado que deveria reger a educação e instrução do Império. Esta pesquisa tem como objetivo compreender as propostas em jogo para a chamada educação *physica* nos debates ocorridos na primeira Constituinte Brasileira. Embora a primeira experiência parlamentar não tenha frutificado na primeira Constituição, pois ela seria dissolvida antes de sua finalização, trabalhamos com a hipótese de que as discussões ocorridas naquele espaço podem ajudar a compreender as disputas e os consensos em torno dos processos formativos tendo o corpo como meio de (re)construção do nacional. Nos discursos e projetos apresentados e silenciados podemos ter pistas dos modelos de formação que estavam em cena no contexto do Brasil recém-independente. Para essa análise, o termo “educação *physica*” será entendida como um conceito em construção e disputa pelos agentes históricos. Os documentos tornados fontes foram os Anais da Assembleia Constituinte de 1823 e a imprensa periódica do período. A partir deste conjunto documental, podemos perceber que naquele momento ímpar da história Brasileira, a educação *physica* ganhou foco nas discussões sobre um concurso para a escolha de um Tratado de educação *physica*, moral e intelectual que deveria reger a instrução e educação do nascente Império. Na análise, refletimos sobre as discussões em torno da ordem das palavras no título do Tratado, as hierarquias entre as dimensões da educação, os possíveis usos da educação *physica* e sobre, na visão dos parlamentares, da pertinência ou não da discussão sobre o tema na Assembleia Constituinte. Este último ponto forneceu pistas sobre os entendimentos do papel da Constituição na regulamentação da educação *physica* e da formação do corpo do Brasileiro. Por fim, nos voltamos para o tema da premiação a ser concedida ao autor do Tratado escolhido, ponto mais polêmico e gerador de maior número de discordância entre os deputados. A escolha, ou não, das honrarias e premiações oferecem indícios a respeito dos agenciamentos políticos e doutrinários envolvidos na escolha do referido material. Como considerações finais, percebemos que os debates em torno da escolha de um Tratado de educação *physica*, moral e intelectual demonstram a existência de projetos divergentes destinados à educação do corpo dos/as Brasileiros/as nos primeiros anos do Brasil independente.

Palavras-chave: Nação; corpo; Constituinte de 1823

Instituições educativas de Teófilo Otoni: o Tiro de Guerra 367 (1927-1938)

FELISMINA DALVA TEIXEIRA SILVA

Esta pesquisa tem como objetivo geral investigar a história do Tiro de Guerra de Teófilo Otoni buscando elucidar o papel educativo realizado por esta instituição na educação dos jovens da cidade e região. As fontes existentes nos arquivos do Tiro de Guerra local mostram que seu funcionamento se deu a partir de 1927, mas o registro das atividades se iniciou em 1929, com o número TG367 e manteve uma regularidade no funcionamento até o ano de 1938. Este período foi definido como o recorte temporal da investigação. O tipo de pesquisa que atende ao objetivo é a pesquisa documental e as fontes primárias são as atas que registraram as atividades do Tiro de Guerra e os jornais da época de sua criação. Existe um desconhecimento a respeito de sua criação e quais as atividades eram desenvolvidas e por isso uma questão mobilizou esta pesquisa: qual a história dessa instituição e quais conteúdos eram ensinados nas instruções que educaram os jovens de Teófilo Otoni e região? Os estudos mostram que o Tiro de Guerra 367 era uma instituição híbrida porque nasceu do interesse de uma pequena elite local que fundou uma sociedade para a prática de tiro, mas seguia os regulamentos para instituições militares expedidos pelo Ministério da Guerra. A análise dessas fontes permitiu uma leitura sobre esse momento histórico da cidade de Teófilo Otoni e região. Foi constatado que essa elite, liderada pelo Tenente Pércles Magalhães e pelo juiz de direito, criou essa sociedade de tiro e uma escola de soldados. Após sua criação, a sociedade foi incorporada ao Tiro Nacional e foi nomeada TG367. A organização não era considerada militar, conforme a definição do Ministério da Guerra, apesar de ser responsabilidade desse Ministério o envio de armamento e munição para os exercícios. Um dos benefícios dos sócios era a dispensa do serviço militar obrigatório porque após o período de formação, seriam considerados reservistas do Exército. As principais conclusões da investigação revelam que a criação do TG367 representa um marco dos anos dourados da cidade de Teófilo Otoni, um momento em que os intelectuais experimentavam o “entusiasmo pela educação”. Ele foi considerado uma instituição capaz de ensinar os valores de civismo e amor à Pátria, princípios defendidos pelo homem republicano para formação do povo Brasileiro. Outro papel desempenhado foi o de servir de rito de passagem para inúmeros jovens da cidade e região. Esses sócios possuíam características essenciais para a instituição antes mesmo do seu ingresso no TG, em razão da classe social de pertencimento. A pesquisa tem como referencial teórico os autores da história cultural, história das instituições escolares e não escolares e se insere nos estudos sobre a história da educação de Minas Gerais.

Palavras-chave: instituições educativas; tiro de guerra; instruções e educação

O Centro de Memória do IFSP como espaço de produção e difusão do conhecimento da educação profissional

FERNANDA FERREIRA BOSCHINI, ALBA FERNANDA BRITO

A “produção” e a “difusão” do conhecimento são ações desenvolvidas pela Coordenadoria de Documentação e Memória do campus São Paulo (CDM-SPO) do Instituto Federal de São Paulo (IFSP) e pelo Centro de Memória “Prof. Benedito Ananias da Silva” do IFSP (CMBAS-IFSP). Ambas ações têm como objetivo a promoção, valorização, preservação e difusão do patrimônio histórico educativo, por meio de relações democráticas que permitam ampliar o conhecimento sobre as instituições de ensino em seus diversos modelos e propostas educacionais. A CDM-SPO e o CMBAS-IFSP têm promovido eventos acadêmicos pautados na produção do conhecimento, estimulando à reflexão sobre a história, a memória e a identidade do IFSP sob o aspecto da cultura material escolar como o EDOME - Encontro sobre Documentação e Memória e o Seminário sobre Patrimônio Histórico Educativo, ocorridos entre os anos de 2018 e 2019. Os dois eventos se constituem como espaços destinados aos pesquisadores acadêmicos de diversas áreas do conhecimento, de diferentes instituições de ensino Brasileiras, que se debruçaram em pesquisas relativas a história da educação e em especial a história da educação profissional técnica e tecnológica. Considerando a singularidade do patrimônio histórico educativo construído ao longo da história do IFSP e das possibilidades de disseminação desta história em diferentes canais de comunicação, os eventos acadêmicos proporcionam a escrita de nossa história por aqueles que construíram e constroem a nossa identidade histórica. O objetivo é ampliar o debate sobre o que ocorre no interior da escola, tendo como objeto de estudo seus artefatos, seus currículos e disciplinas em impressos identitários, sua arquitetura e as relações dos sujeitos ocorridas no cotidiano escolar. O debate sobre a cultura material escolar como objeto de investigação trazido por Souza (2007), tem se ampliado no campo da história da educação, visto que o olhar do pesquisador se voltou para o interior da escola permeando caminhos das construções arquitetônicas (internas e externas), dos materiais de uso pedagógico, de seus mobiliários, da variedade de documentos impressos, dos equipamentos e objetos utilizados pelos professores e alunos, dos diversos currículos e suas disciplinas, os quais portam vestígios dos modos de pensar e fazer o ensino e que permitem a compreensão da instituição educacional. Carvalho e Ribeiro (2013) também enfatizam a importância das fontes orais nas narrativas de história e memória. Os caminhos das pesquisas apresentadas nos eventos buscaram demonstrar as relações que se estabelecem entre a materialidade escolar e o ensino. O caminho das pesquisas sobre essa temática pode ser considerado longo, pois ainda há muito o que se desvendar sobre as relações que se estabelecem entre professores e alunos, currículos e disciplinas, arquiteturas e ensino, histórias e memórias escolares e as próprias transformações que ocorrem na educação ao longo do tempo sócio histórico.

Palavras-chave: educação profissional; produção e difusão do conhecimento; Centros de Memória

A Fundação para o Livro do Cego do Brasil: circulação de livros e ideias entre conexões nacionais e transnacionais (décadas de 1950 a 1970)

FERNANDA LUÍSA DE MIRANDA CARDOSO, SILVIA ALICIA MARTÍNEZ

Com base em um levantamento realizado pelas autoras em artigos publicados entre 2015 e 2020 foi possível identificar um maior interesse pela comunidade acadêmica e o aumento da produção científica sobre os estudos dedicados à história da educação especial Brasileira, embora, de modo geral, ainda sejam moderados. Nesse sentido, este trabalho contribui para a ampliação desse conhecimento, especificamente sobre a educação dos cegos, entre as décadas de 1950 e 1970, período de vigência da Campanha Nacional de Educação dos Cegos do Ministério da Educação e Cultura, primeira política pública nacional específica para esse público. Entre as diversas instituições e personagens que compõem esse cenário, optou-se para este trabalho, apresentar resultados parciais de uma pesquisa em desenvolvimento em nível de doutorado e concentrar a análise em uma instituição filantrópica central para a circulação de livros e ideias sobre e para a educação dos cegos, bem como em suas práticas culturais por meio de suas conexões nacionais e transnacionais – a Fundação para o Livro do Cego do Brasil. Fundada em ação conjunta entre a educadora cega Dorina de Gouvêa Nowill e Adelaide de Magalhães a instituição foi estabelecida no município de São Paulo/SP, com a finalidade inicial de transcrever livros para o braille, por meio de copistas e, posteriormente, produzir livros por meio de uma imprensa braille. Pelas evidências das fontes primárias consultadas Nowill é reconhecida como uma “intelectual mediadora”, categoria de análise defendida pelas historiadoras Angela de Castro Gomes e Patrícia Hansen. Como objetivo geral, busca-se retomar a implantação da Fundação e o desenvolvimento de suas práticas culturais sobre e para os cegos. De forma mais específica, busca-se compreender como ocorria a circulação e a difusão de livros e ideias sobre e para os cegos dentro dos circuitos nacional e transnacional. Trata-se de um contexto e de uma instituição ainda pouco estudados, sobretudo, sob a perspectiva da história transnacional da educação, para o qual encontrou-se fundamentos nos aspectos teóricos, analíticos e metodológicos abordados por Marta Carvalho, Rafaela Rabelo e Diana Vidal, e Eugenia Vera Rolán e Eckhardt Fuchs. Os documentos analisados foram localizados no Centro de Memória Dorina de Gouvêa Nowill para Cegos, em São Paulo, além de matérias e notícias da imprensa jornalística consultadas na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Entre os resultados preliminares da pesquisa histórica, pôde-se identificar que, apesar de a natureza da Fundação ser filantrópica, as suas ações se confundem entre o privado e o público, durante o período analisado, principalmente por ter sido sede de uma política pública, a Campanha Nacional de Educação dos Cegos. Notou-se, ainda, que o papel e a influência da intelectual mediadora, Dorina de Gouvêa Nowill, são centrais e estratégicos na divulgação e circulação dos materiais produzidos na Fundação, distribuídos no Brasil e em outros países.

Palavras-chave: História da Educação Especial; intelectual mediador; circulação do conhecimento

A escola seletiva como problema educacional na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (1952-1961).

FERNANDA MARQUES DA SILVA

O objetivo desta comunicação é apresentar os resultados da pesquisa que teve como objeto de estudo a discussão sobre os problemas da escola primária seletiva na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP). Adotando como fonte a RBEP, criada em 1944 como órgão de divulgação do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais (Inep), e considerando o período entre os anos de 1952 e 1961, a pesquisa buscou compreender como foram tratados, no periódico, os problemas da reprovação, repetência, abandono escolar e déficit de vagas, entendidos como obstáculos decorrentes de uma escola seletiva. O período perpassa os anos em que o Inep foi dirigido por Anísio Teixeira, que exerceu liderança nos projetos educacionais nos anos de 1950 e nessa discussão. É também o período de intenso debate para a elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei 4024/61, cuja finalidade era definir os rumos da educação no país. Para a pesquisa foram selecionados os artigos da RBEP que discutem, direta ou indiretamente, a seletividade da escola e os problemas que a definem. Identificados os seus respectivos autores, as causas apontadas por eles para esses problemas e as propostas para enfrentá-los. O referencial teórico adotado foi o conceito de representação de Roger Chartier para compreender, nas narrativas construídas pelos autores, as representações que buscavam dar sentido e visibilidade ao debate que criticava a escola primária como uma instituição extremamente seletiva. Os resultados mostram ampla discussão acerca da seletividade escolar, tratada preferencialmente como decorrência da inadequação e da insuficiência da escola e dos sistemas de ensino, pondo em evidência problemas relacionados à formação e à atuação dos professores, à organização da escola e dos sistemas de ensino. Evidenciam ainda a existência de um grupo de autores – técnicos, pesquisadores e professores – que ocupavam postos na administração educacional, em instituições de pesquisa educacional ou no magistério superior. Esses autores constituem um grupo ou uma comunidade que partilha ideais e projetos para a educação, ainda que não unívocos. Constroem um modo de enxergar os problemas da escola relacionado às posições ocupadas por eles — em algum ponto do sistema educacional, mas fora da escola primária — que favorece a percepção de que o insucesso escolar se deve em grande medida a desvios do próprio sistema e da organização escolar e menos a características do aluno ou de sua família. Nesse sentido, a pesquisa também contribui para identificar a responsabilização da escola e dos sistemas de ensino nas distorções da trajetória escolar, em momento anterior ao que tem sido apontado pela historiografia, e que pode ser compreendido pela natureza da fonte investigada e pelas posições ocupadas pelos autores.

Palavras-chave: escola primária; escola seletiva; RBEP

Escola Normal de Porto Alegre/RS: lugar e tempo de formação de professoras

FERNANDA PLAZA GRESPAN, ROSANE MICHELLI DE CASTRO, LEONARDO MARQUES TEZZA

Apresenta-se nesta comunicação resultados de pesquisa desenvolvida com o objetivo geral de analisar as dimensões da vida da Escola Normal de Porto Alegre, realizando-se um breve relato histórico dessa Instituição com 150 anos de existência. Inicialmente, priorizou-se a história institucional, a partir de leis e regulamentos e também a formação de professoras delimitando as décadas de 1920 a 1940, buscando apresentar a trajetória intelectual e social de professoras formandas que se tornaram sujeitos do campo educacional do Rio Grande do Sul. A referida Escola era considerada moderna e adequada à formação de professores, e foi fundada no período do Brasil Império com o intuito de formação de professores, tanto do sexo masculino, quanto do feminino. Porém, a Escola Normal em questão foi notadamente marcado por uma inserção muito maior de alunas, o que o tornou uma instituição dirigida a esse gênero, apresentando significativas contribuições sociais e pedagógicas, pois, era uma escola que priorizava o saber-fazer pedagógico num padrão elevado, onde houve um grande crescimento de número de estudantes ao passar dos anos, demonstrando a ampliação da prática docente na Escola Normal de Porto Alegre, perpassando pelos estereótipos de professorinha como “dom natural do gênero feminino” para a profissional de ensino. Para o desenvolvimento da pesquisa, foi utilizada abordagem histórica, centrada em pesquisa bibliográfica, privilegiando como aporte teórico o Bourdieu (2004) para o trabalho com a categoria intelectual, Nóvoa (1995) e Louro (1986, 1989, 2000) para a professora e especialista em Educação, Chartier (1992, 2002) para as práticas socioculturais e abordando os autores como Autor (data), Fraga (2013, 2017), Tambara (1998) e Perrot (1998), no qual apontam a Escola Normal de Porto Alegre, como uma escola de órgão público de referência em educação, sendo nomeada como “escola modelo”, onde foi criada com o intuito de atender à necessidade de formação de professores, tornando-se assim importante para a História Cultural. Dessa forma, pode-se afirmar que no decorrer dos anos a professora passou a ser vista como educadora e uma especialista em Educação, ganhando legitimidade a partir da década de 1940, no Rio Grande do Sul. Essa profissionalização foi decorrente dentre outros fatores do desejo de aprendizagem e profissionalização dessas mulheres, o que pode ser constatado nas produções intelectuais das alunas da Escola Normal de Porto Alegre. Conclui-se, ao final, que a Escola Normal de Porto Alegre apresenta elementos representativos do cotidiano e espaços da formação de professores no período histórico estudado, em que as alunas tornam-se também agentes históricos na formação pedagógica do Curso Normal, tendo a importância da presença feminina e de suas contribuições para a profissionalização da docência considerando a conjuntura histórico-social do Brasil no referido período.

Palavras-chave: História da Educação; formação de professores; intelectualidade feminina

A feminização do magistério e a intelectualidade das alunas e futuras professoras da Escola Normal de Porto Alegre no início do século XX (1922-1931)

FERNANDA PLAZA GRESPAN

Apresenta-se nesse trabalho resultados de pesquisas relacionadas a um campo de formação de professoras na Escola Normal de Porto Alegre nos anos de 1922 a 1931, tendo como objetivo analisar a feminização do magistério e a intelectualidade das alunas e futuras professoras da Escola Normal de Porto Alegre no início do século XX. Para atingir tal objetivo, utilizou-se como fonte a revista *O Estudo*, publicada entre 1922 e 1931, um impresso em formato de revista como prática escolar, no qual professoras formandas, sujeitos de campo de formação em educação, compreenderam e aprenderam a palavra escrita em circulação na sociedade e geraram seu respectivo artefato cultural denominado *O Estudo*, o qual proporciona um olhar sobre a cultura escolar, fundamentalmente direcionando à atenção para um grupo de alunas, futuras professoras e escritoras/editoras da revista, no qual se organizavam no grêmio estudantil da Escola Normal e que de alguma forma contribuíram para a formação docente em um campo de sujeitos, do período histórico em estudo, com saberes literários, didáticos e científicos. Tal formulação se originou da constatação de que é preciso considerar que as construções discursivas das professoras formandas contidas nessa revista apontam aspectos próprios de ideias individuais e/ou coletivas que estão inseridos em uma sociedade e em um período específico. Para o desenvolvimento da pesquisa cujo resultados são apresentados, foi utilizada abordagem histórica, centrada em pesquisa bibliográfica, privilegiando a revista mencionada com seus 31 números publicados, como importante para a História Cultural, abordando os autores Autor (data), De Luca (2005), Faria Filho (2005), Fraga (2013, 2017), Louro (1986, 1989, 2000), Nóvoa (1995, 1997), Perrot (1998), Schueler (2008), Tambara (1998) e Werle (2005), no qual apontam que os impressos das professoras formandas veiculam representações de elementos do cotidiano do período estudado, pois apresenta discursos e expressões dos sujeitos que ainda não são agentes, mas que perspectivavam ser intelectuais e, nesse sentido, tornam-se também agentes históricos que influenciaram na formação de professores. Dessa forma, pode-se afirmar que a imprensa estudantil *O Estudo* apresenta a intelectualidade feminina e a cultura escolar, onde as professoras formandas podem ser consideradas intelectuais de uma época em que não havia muitas escritoras do gênero feminino. Assim, este trabalho traz fontes que podem ser corpus documental importante para a História da Educação, pois busca compreender por meio dos dados e informações contidos nos exemplares da revista *O Estudo*, a ênfase dada aos saberes para professoras como sujeitos na revista, enfatizando a feminização do magistério e a intelectualidade das normalistas.

Palavras-chave: História da Educação; intelectualidade feminina; revista *O Estudo*

Atividades extraclasse e a formação integral do estudante na Revista Escola Secundária (1959-1964)

FERNANDA VIEIRA, NORBERTO DALLABRIDA

A Revista Escola Secundária foi criada pela Campanha de Aperfeiçoamento e Divulgação do Ensino Secundário (CADES) junto a Diretoria de Ensino Secundário (DES), em junho de 1957. Tinha por finalidade alcançar os professores e administradores com ideias úteis ao seu trabalho de desenvolver e formar os indivíduos de acordo com suas aptidões. As atividades extraclasse ressurgiram como uma maneira mais ampla de regular os estudantes, assim, em junho de 1959, a revista cria uma seção exclusiva para tratar dessa temática. Divergindo das atividades extracurriculares no seu papel formador, as atividades extraclasse ganharam essa visibilidade por conta da experiência das classes secundárias experimentais, que as tinham como requisito obrigatório conforme as instruções para implantação publicadas em 1958. Este trabalho tem como objetivo compreender as representações das atividades extraclasse na formação do adolescente presente na revista Escola Secundária a partir de três artigos: “Algumas atividades extraclasse”, escrito por Iracema Campos, que trata de como essas atividades atuam no desenvolvimento integral do adolescente, “Atividade Extraclasse”, escrito por Luiz Alves de Mattos, onde traça uma trajetória histórica eurocentrada sobre o uso de atividades extraclasse e as divergências destas com as atividades extracurriculares, “As atividades extraclasse e o desenvolvimento da personalidade do adolescente”, escrito por Lúcia Araújo, que focaliza no uso das atividades extraclasse como avaliadora das tendências e vocações dos estudantes por possibilitar uma maior aproximação e assistência do professor. A periodização se justifica por tratar das datas de publicação dos artigos, que foram selecionados por abordarem a função formativa da juventude pelas atividades extraclasse. E, analisados pelas lentes teóricas de Roger Chartier que pensa a representação como a presentificação do ausente e apresentação de si mesma e de Marta Carvalho na compreensão da circulação e da produção de periódicos. A partir disso, é possível perceber o uso regulador das atividades extraclasse, que foi representada em todos os artigos como benéfica à constituição do adolescente, pela condução do lazer, das vivências práticas do conhecimento e dos destinos profissionais em prol da sociedade moderna. No artigo de Luiz A. Mattos, é visível a tentativa de representar o contraste do sistema tradicional que se utilizava rigidamente das atividades extracurriculares com o sistema renovador das atividades extraclasse, que se colocam como parte essencial do currículo por conduzir bem a juventude. Ideia essa, ressaltada nos outros dois artigos, que elencam a importância da atividade extraclasse como formadora integral do adolescente, por isso um elemento essencial da educação secundária e que exige uma boa condução docente.

Palavras-chave: ensino secundário; atividades extraclasse; Revista Escola Secundária

Paulo Freire no Centro Regional de Pesquisas Educacionais do Recife: uma história em dois tempos (1958-1964).

FERNANDO CÉSAR FERREIRA GOUVÊA

O trabalho analisa a pouco conhecida trajetória do intelectual Paulo Freire no Centro Regional de Pesquisas Educacionais do Recife (CRPE-RE) no período de 1958 a 1963 na gestão do sociólogo Gilberto Freyre. Cabe lembrar que o CRPE-RE estava ligado ao Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE) sob a direção de Anísio Teixeira. A rigor, a pesquisa busca estabelecer aproximações entre o trabalho de Freire no Serviço Social da Indústria (SESI até 1957), como professor de História e Filosofia da Educação da Universidade de Pernambuco (a partir de 1958), nos projetos desenvolvidos no Centro Regional de Pesquisas Educacionais do Recife (1958 a 1963) e suas primeiras experiências de alfabetização (a partir de 1963). A metodologia utilizada repousa na pesquisa de caráter documental e histórico, especialmente no que concerne à história cultural que valoriza fontes variadas como os impressos (periódicos, boletins, revistas) e à história dos intelectuais. A fonte primária é o Boletim Mensal do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, uma publicação do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos no âmbito do Ministério da Educação. A rigor, busca-se o cotejamento entre o dito nos diversos livros do autor e o escrito no referido Boletim. Cabe observar que haverá uma imbricação entre as fontes utilizadas e a biografia, de Freire que se encontra disponível no sítio do Instituto Paulo Freire. Desta forma, busca mapear esta atuação, entender os motivos do seu esquecimento por parte dos estudiosos da obra freireana e a ausência desta trajetória nos livros do próprio Paulo Freire. O que instiga apensar num jogo de espelhos entre a memória e o esquecimento que nos conduzem aos seguintes questionamentos sobre a referida trajetória: Qual a efetiva participação de Paulo Freire no cotidiano do CRPE-RE? Houve um auto-apagamento desta experiência? Ou seguiu os passos da tentativa de esquecimento que recaiu sobre o CBPE, após 1964? Assim, examinar a contribuição do intelectual numa instituição de caráter nacional e internacional – como o CBPE – e as suas contribuições iluminam mais uma faceta de Paulo Freire no ano do seu centenário. Mais do que isso, possibilita compreender as afinidades entre o mesmo e Anísio Teixeira, a partir das reuniões travadas no Ministério da Educação nos anos 1960 a fim de que as ideias de Freire fossem a base para um programa nacional de alfabetização de adultos. Um programa que não foi iniciado face ao golpe civil-militar de 1964.

Palavras-chave: Paulo Freire; Centro Regional de Pesquisas Educacionais do Recife; Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais

Infância e puerícia das santas: uma análise hagiográfica em impressos ibéricos que divulgavam modos de educação feminina, séculos XVII-XVIII

FERNANDO CEZAR RIPE

A partir do século XII, no Ocidente medieval, as escritas hagiográficas se valeram do tema relativo à infância dos santos na intenção de promover modelos exemplares de vivência e de espiritualidade desde cedo nas crianças e jovens. Dada as devidas condições de possibilidades – conjunturas que determinam a proliferação de um determinado discurso em detrimento de outros que não se encontram na ordem – que alavancaram a publicação de impressos nos principais centros urbanos da Europa já no período Moderno, reinos como Portugal e Espanha apresentaram contínuo interesse editorial na difusão de obras que narravam a vida de sujeitos santificado. Tal disposição, decorre da vontade de um seletor público leitor, fielmente católico, para aprender os modos virtuosos, de crença, de piedade e de adoração ao universo miraculoso. A partir desta constatação, nos propomos a analisar os modos de educação feminina e as práticas de educabilidades, presentes em algumas narrativas hagiográficas sobre a infância de mulheres santificadas, direcionadas por impressos religiosos e pedagógicos dos séculos XVII e XVIII, nos reinos ibéricos. Tomando como principal fonte de análise um conjunto de enunciados que discorriam sobre a infância de santos femininos, percebemos como recorrência as proposições que indicavam a manutenção da castidade, a valorização das constantes orações, a renúncia aos bens e valores, a resistência à práticas profanas e aos pecados/, a importância da aprendizagem da leitura, entre outras assertivas que pretendiam educar meninas puras, obedientes e guiadas na fé cristã. A perspectiva historiográfica utilizada se vale dos pressupostos teórico e metodológico que operam com a transmissão da cultura letrada no mundo ibérico. Tal compreensão nos possibilita identificar aproximações e similitudes entre as obras impressas em Portugal e na Espanha. Uma vez que ambas convergem ao modelo de educação pastoral, de característica basicamente privada e secular, que intentam modelar uma infância específica, por meio de princípios edificantemente virtuosos. No conjunto de obras selecionadas, vale destacar as exemplificações lavadas à cabo pelo jesuíta Alexandre de Gusmão (1629-1724), na obra *Arte de crear bem os Filhos na idade da Puericia (...)*, escrita na América portuguesa, mas publicada em Portugal no ano de 1685 e as hagiografias representadas pelo, também religioso, Juan Elías Gómez de Terán (1688-1758) no manual *Infancia Ilustrada y niñez instruida (...)* impresso em Madri no ano de 1720. O modelo santificado de infância estaria tanto na base educativa para a criação das meninas proposto por Gusmão, como para Terán. Não apenas no que se referia às elogiosas distinções que os autores fazem aos santos que enquanto crianças viriam a se tornar sagrados pelo acesso à educação letrada, mas pela condução da vida virtuosa e pura com práticas caridosas, solenes, digiosas, piedosas, inocentes, recatadas, imaculadas e castas.

Palavras-chave: educação feminina; período moderno; história da infância

Do exercício do poder pastoral à emergência de um poder disciplinador: transformações nas práticas de educabilidade no Antigo Regime português

FERNANDO CEZAR RIPE

Instruir pais, mestres, preceptores e aias para o cuidado com as crianças e orientar os modos de uma educação para infantis foram temas relativamente comuns na produção de impressos pedagógicos do período moderno, especialmente naqueles que divulgavam a homogeneização de práticas e prescrições para constituir uma população infantil saudável, socialmente comportada, virtuosa na fé cristã e com plenos domínios da leitura e escrita. Nesse sentido, os finais do século XVII e todo o século XVIII foram marcantes por apresentarem significativa produção, edição e circulação de livros que pedagogizavam a “boa criação” das crianças entre os principais centros urbanos de Portugal e na sua respectiva expansão na América. Em vista disso, propõe-se a análise de dois manuais que se dedicaram inteiramente à educação de crianças, a partir dos pressupostos teórico e metodológico que operam com a transmissão da cultura letrada no mundo ibérico. Foram selecionados o tratado *Arte de criar bem os Filhos na idade da Puerícia (...)*, escrito na América portuguesa, mas publicado em Portugal no ano de 1685, do padre jesuíta Alexandre de Gusmão (1629-1724) e o manual *O perfeito pedagogo na arte de educar a mocidade (...)*, publicado em Lisboa pelo Professor Régio português João Rosado de Villa-Lobos e Vasconcellos (17??-1786) no ano de 1782, por apresentarem enunciados similares que direcionam cuidados e práticas de educabilidade, bem como discursos distintos sobre os modos de governar os infantis. Tomamos como conceito de educação o processo social de modelação de hábitos, costumes e valores, cuja finalidade é alcançar determinados propósitos por meio de regimes específicos de educabilidade. Trata-se de uma pesquisa fundamentada na filosofia e na historiografia, notadamente inspirada nas proposições de Michel Foucault, para examinar as práticas e formações discursivas, os dispositivos, o governo e a inteligibilidade de um longo período nos processos de constituição do sujeito infantil. Entre os discursos, proeminentemente religiosos do século XVII, com destaque para a obra de Gusmão e no final do século XVIII, aqueles pedagógicos e de civilidade, especialmente, com a formulação simbólica de um mestre para administrar a educação no impresso de Vasconcellos, verificamos uma progressiva transição na forma como os mecanismos disciplinatórios eram enunciados. Primeiro, o exercício disciplinar pretendia deter a existência de um certo mal. Não apenas natural do infantil, como proveniente de sua concepção e frente às fragilidades da criança diante do adulto torpe, perverso, vicioso, pecador. O segundo, pretendia guiar as crianças, por meio de uma técnica disciplinar capaz de administrar os comportamentos individuais e coletivos, conferindo ao desígnio dos enunciados de polícia e urbanidade, a prática da vigilância sobre si e da constante autorreflexão.

Palavras-chave: história da infância; governamentalidade; modernidade

Professores autores de Gramáticas aprovadas para uso nas escolas primárias do Distrito Federal: um estudo de inspiração prosopográfica

FERNANDO RODRIGO DOS SANTOS SILVA

A demanda por escolarização ao longo da segunda metade do século XIX aumentou o número de instituições educativas na cidade do Rio de Janeiro e, como consequência, consolidou a produção de um gênero textual no efervescente mercado editorial carioca: o livro para uso escolar. Desde meados do século XIX era possível acompanhar nos jornais diários da referida cidade a reclamação de professores frente ao poder público quanto à necessidade de produção de gramáticas práticas para o ensino das crianças. As gramáticas conheceram o seu boom na virada para os novecentos, como resultado dos interesses de três agentes específicos: O consumidor, o próprio Estado ou as famílias dos estudantes, os editores, que deram forma ao suporte físico segundo regras editoriais, e os professores-autores, responsáveis pelo conteúdo dos textos impressos nos livros escolares. Este artigo concentra-se na autoria ao investigar a trajetória profissional e de vida dos professores-autores de gramática aprovadas pelo Conselho Superior de Instrução Pública do Distrito Federal no início do período republicano. Estas obras se tornaram bibliografia oficial para o ensino de gramática nas escolas primárias desta cidade em um intervalo de mais de 40 anos, desde as duas últimas décadas do século XIX até as três primeiras décadas do século XX, quando emergiu um novo gênero didático escolar. O grupo de professores pesquisados é composto por 9 professores-autores de 10 gramáticas distintas, tendo representantes de ambos os sexos e que atuaram nos dois ramos de ensino, primário e secundário, da cidade do Rio de Janeiro e de outros municípios Brasileiros. Estes professores-autores de gramáticas fizeram parte de uma primeira geração de autores de gramáticas científicas com vistas ao cumprimento dos programas de ensino secundário e primário da referida cidade. A partir de uma abordagem de inspiração prosopográfica, interessa-nos conhecer o perfil destes professores, o impacto da condição de autor, com status de oficial, na trajetória deste grupo e em particular mensurar o lugar do saber pedagógico adquirido nas escolas normais na elaboração destes manuais escolares. Este trabalho considera que a produção das gramáticas entrelaçava conhecimento linguístico, de caráter histórico-comparativo em voga no período, e pedagógico, objeto de estudo da Escola Normal do Distrito Federal. As análises contidas no presente artigos são resultado das contribuições teóricas de três campos distintos: a História Cultural, História da Educação e História das Ideias Linguísticas. A abordagem metodológica baseia-se no trabalho de análise de fontes documentais acessadas em instituições de pesquisa e guarda da cidade do Rio de Janeiro, a saber: Fundação Biblioteca Nacional, Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro e Academia Brasileira de Letras, além do resultado de trabalhos acadêmicos produzidos nas três áreas acima citadas.

Palavras-chave: história da profissão docente; professores-autores; Gramáticas escolares

A leitura como artefato para a instrução moral e religiosa: as histórias infantis de Gabriella de Jesus Ferreira França em Contos Brasileiros (1881)

FERNANDO RODRIGUES DE OLIVEIRA

Neste texto, apresentam-se resultados de pesquisa cujos objetivos são revisitar aspectos da produção literária Brasileira destinada às crianças em fase de escolarização e problematizar como esses livros constituíram modos de civilizar e (com)formar seu público leitor em face de determinados projetos de Educação e de Nação entre os séculos XIX e XX. Para tanto, focaliza-se o livro *Contos Brasileiros*, de Gabriella de Jesus Ferreira França, destinado à 1ª série da escola primária, publicado em 1881 pela Livraria Apóstolo, do Rio de Janeiro. Com base nas contribuições da História Cultural, especialmente a História dos livros e das edições didáticas, foi analisada a configuração textual do livro mencionado, o que propiciou constatar, principalmente, os seguintes aspectos: Nascida no Rio de Janeiro presumivelmente na segunda metade do século XIX e originária de uma família de influentes políticos da capital do Império, Gabriella de Jesus Ferreira França dotou-se de “esmerada educação” na França, tendo posteriormente se dedicado à instrução primária e secundária, como professora e escritora, e às causas sociais e religiosas, como a fundação da Casa Bom Pastor, possibilitada pela vinda das irmãs da congregação francesa de Nossa Senhora da Caridade do Bom Pastor ao Brasil após seu pedido. No âmbito da instrução pública, foi proprietária de colégio particular, tendo atuado como professora de inglês, francês, italiano e espanhol. No entanto, ganhou notoriedade com a publicação de *Contos Brasileiros*, escrito com a finalidade de contribuir com a educação da infância. Publicado pela primeira vez em 1881, esse livro foi editado até 1889, com aprovação do Ministro do Império para uso nas escolas da Corte e das províncias de Santa Catarina, Pernambuco, Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia e Rio Grande do Sul. Considerado pelas autoridades da época um livro à altura dos europeus, *Contos infantis* reúne 40 histórias, que eram contados ao jovem Antonico pela sua tia, com o objetivo de transmitir valores, como, piedade, temor a Deus, distanciamento do mal, amor à religião, obediência aos pais, amor ao trabalho e aos estudos, valorização da palavra e da honra e afastar-se da mentira. Dessa maneira, o livro centra-se na ideia de leitura como instrumento de civilização e inculcação de valores de cunho moral e religioso, sendo as ações representadas no texto ficcional exemplos de comportamentos a serem seguidos ou repudiados. Assim, ao produzir um material útil ao ensino da arte da leitura, Gabriella de Jesus Ferreira França também buscou contribuir para a disseminação dos valores formativos da instrução primária na Corte oitocentista, em especial a educação calcada nos princípios religiosos e na manutenção da ordem e dos costumes vigentes.

Palavras-chave: literatura infantil; educação moral e religiosa; Gabriela de Jesus Ferreira França

Lourenço Filho e a formação para o magistério nas áreas rurais (anos 1940-1950)

FLÁVIO ANDRADE

Manoel Bergstrom Lourenço Filho se destacou como o principal formulador de propostas relacionadas à formação docente no Brasil e, em especial, para a formação de professoras especificamente capacitadas para atuarem nas áreas mais interiores do país. Com efeito, este intelectual participou da elaboração das normas legais referentes à organização curricular e institucional da escola primária nacional bem como das instituições dedicadas à formação do magistério desde os finais da década de 1930 e que vieram a culminar na Lei Orgânica do Ensino Primário e na Lei Orgânica do Ensino Normal promulgadas nos anos 1940. No que se refere a este último instrumento legal, em seu âmbito foi criada uma nova instituição: o Curso Normal Regional. Apesar de esta denominação já ter sido empregada anteriormente em alguns dos estados da federação, ela assume agora sob a configuração legal instituída em 1946 uma especificidade nova ao se configurar como centro irradiador de um projeto civilizatório para o conjunto das áreas mais afastadas dos centros urbanos e, neste contexto, a professora primária rural também assume uma identidade específica como profissional no campo da educação. Com base na documentação legal e tendo como fonte privilegiada para fins da pesquisa realizada a Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, órgão oficial de divulgação e formação do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), se buscou analisar a atuação do citado Lourenço Filho no âmbito da definição do projeto formativo a ser desejavelmente assumido pelo Curso Normal Regional visando em última instância à reconfiguração dos hábitos, valores e práticas culturais, econômicas e políticas das populações rurais do país. Conclui-se que a formação de uma nova professora primária rural se apresentaria como a principal mobilizadora da função social da escola primária tendo em vista aquele objetivo. Desta forma, esta profissional poderia ser percebida como uma intelectual orgânica, no sentido dado a este conceito pelo pensador italiano Antonio Gramsci, haja vista que sobre os ombros da responsável direta pela formação escolar das crianças do interior se colocava também a tarefa de promoção de uma elevação das condições sociais de existência da comunidade do entorno da escola. A escola primária rural, tendo à frente uma professora imbuída desde a sua formação das novas concepções e valores orientadores de uma prática pedagógica nova, deveria tornar-se um centro de irradiação dos novos valores civilizatórios consentâneos ao processo de urbanização e industrialização ao incorporar e refletir ela mesma tais valores. Por outro lado, a população adulta analfabeta deveria ser retirada de sua condição marginal através de iniciativas educacionais voltadas à incorporação destes sujeitos à nova configuração das relações sociais, culturais e político-ideológicas emersas no período histórico do pós-guerra.

Palavras-chave: Lourenço Filho; escola rural; curso normal regional

Estudo dos textos de opinião para a educação da mocidade difundidos no impresso *Álbum das Meninas: revista literária e educativa dedicada às jovens Brasileiras* (1898 a 1901)

FLORIZA GARCIA CHAGAS

O trabalho aqui apresentado beneficia-se dos resultados da pesquisa realizada na dissertação de mestrado em que se permitiu análise da produção, da materialidade, da circularidade e do conteúdo do impresso *Álbum das Meninas: revista literária e educativa dedicada às jovens Brasileiras* de propriedade da educadora Anália Emília Franco entre os anos de 1898 a 1901, daí decorre a delimitação temporal do presente estudo. Para tanto, recorre à pesquisa os 13 textos de opinião dedicados à educação da mocidade, correspondentes a 5% do total de artigos divulgados no impresso. Foram tomados como fonte os 25 exemplares da revista no formato digitalizado. Uma parte dos exemplares foi encontrada no Arquivo Público do Estado de São Paulo e outra parte no site da Fundação Carlos Chagas: História da Educação e da Infância: Associação Feminina Beneficente e Instrutiva. O exame do periódico não foi tomado como expressão direta da realidade, algumas questões que se referem à especificidade do documento, como os lugares sociais de produção e circulação, seu estatuto conceitual, de forma que essas reflexões sustentaram as estratégias interpretativas do discurso. Desse modo, pode-se construir um entendimento das aproximações e distanciamentos na concretização da história da educação nos espaços da imprensa educacional e impressos literários e educativos para o público feminino. Da observação do seu conteúdo, é possível, na análise do material impresso, identificar não apenas as dimensões da caracterização interna da produção, mas igualmente características devidas as especificidades das escolhas e posições como mecanismo de difusão das representações de infância, da jovem (mulher), que circulam nos textos, aliados imprescindíveis para a formação da nova geração republicana. Dentre as referências que embasam a análise na perspectiva dos estudos da História Cultural, pois toma as representações sociais como elemento da análise historiográfica e compreende o texto literário da revista como produção cultural, pois considera a cultura a mediação entre o sujeito e sua experiência, cabe sublinhar Chartier (1990, 1994, 1988, 2002), Catani e Bastos (1997), Luca (1999), Faria Filho (2000), dentre outros. Dos textos, as temáticas para educação da mocidade se destacaram a defesa por uma instrução obrigatória para todos, o ensino integral e harmônico da mocidade, para além da simples provisão de conhecimentos, se enfatiza a utilização do método intuitivo no ensino, também o importante cultivo das faculdades da criança e o vigor do corpo a fim de habilitá-los para a vida em sociedade em exposição e argumentação na revista dedicada às jovens Brasileiras.

Palavras-chave: Anália Franco; *Álbum das Meninas*; representações

Ofício docente e materialidade escolar no século XIX: artefatos que instrumentalizam fazeres, saberes que ressignificam objetos

FRANCIELE FERREIRA FRANÇA

Este trabalho se volta para a história da constituição do ofício docente atrelado à organização material das escolas primárias, ao longo da segunda metade do século XIX, no Brasil, com o intuito de, por meio das histórias que contam os professores sobre os artefatos que adentraram suas escolas, compreender qual o sentido atribuído a estes na prática docente abordando especificamente a relação que os professores primários estabeleceram com alguns dos materiais considerados necessários aos exercícios escolares nesse período. Para tanto, o olhar é conduzido pelos pedidos feitos, pelas demandas atendidas e pelas “que se deixam de atender” presentes nas comunicações trocadas entre os professores e inspetores de ensino, disponíveis no acervo do Arquivo Público do Paraná. A partir da perspectiva de que é possível acercar-se das histórias dos objetos para empreender uma história da profissão docente, esse estudo opera em sua análise com os conceitos de cultura escolar e cultura material escolar e se ancora teórica e metodologicamente em autores como Agustín Escolano Benito, Maurice Tardif, Michel de Certeau, Martin Lawn e demais autores que discutem a temática da profissão docente e da materialidade escolar. No contexto educacional Brasileiro do século XIX, os objetos utilizados nas salas de aula foram considerados, principalmente pelos professores, como instrumentos auxiliares aos meios e modos de ensinar e vistos como recursos de sistematização do ensino no que tange a organização espacial e temporal da escola. Além disso, a inserção e uso desses objetos materializou um discurso de avanços e inovações, num misto de expectativas e realizações, que repassou ao professor a conta dos resultados esperados e (não) obtidos. Salienta-se que pensar a escola e o ofício docente atravessados pela materialidade escolar possibilita considerar que as relações estabelecidas entre sujeitos e objetos descortinam situações reveladoras de modos e práticas dos professores em fazer com e em fazer como, além de evidenciarem a constituição de um modo de fazer docente forjado na formalização de práticas que aconteceram no uso escolar desses artefatos, no qual se percebe a produção de uma cultura escolar. Observar esta interação entre professores e materialidade faz emergir práticas de fazeres docentes pouco exploradas na escrita da história da educação, práticas que realçam movimentos de experimentação desses professores com base nas normas impostas, nas orientações que recebem, na experiência e conhecimento que possuem, e que permitem a compreensão dos processos de constituição e consolidação da escola primária e da profissão docente.

Palavras-chave: constituição do ofício docente; saberes docentes; materialidade escolar

História da Educação Especial: entre o documento de recomendações do ensino especial da Conferência Internacional de Instrução Pública (1936) e a Política Nacional de Perspectiva Inclusiva (2008)

FRANCISCA GENY LUSTOSA

Este artigo objetiva explicitar, de forma panorâmica, o conjunto de iniciativas sociais, políticas e legais, de circulação mundial, que concernem ao cenário da Educação Especial apresentando sua constituição histórica tecida entre os meandros da segregação ao movimento contemporâneo de inclusão dos sujeitos e a defesa de seus direitos. A reflexão problematiza a estruturação da Educação Especial no Brasil, perseguindo suas filiações teóricas e buscando compreender sua trajetória em uma perspectiva contextualizada social e historicamente. O quadro teórico-conceitual contempla as discussões de referência aos paradigmas que se apresentaram ao longo da história, agrupado nas discussões sobre inclusão em educação (AINCOW, BOOTH, 2000, MANTOAN, 2002, FIGUEIREDO, 2008, MITTLER, 2003). O estudo sistematiza os principais diplomas normativos e abordagens conceituais que contribuíram para formar os argumentos atuais de defesa da inclusão de crianças e adolescentes com deficiências no sistema comum de ensino. As informações reunidas nesse texto se iniciam a partir do documento mais remoto por nós acessado, a Recomendação N° 7, emanada pela Conferência Internacional de Instrução Pública, de 1936, cujas orientações visam a construção de uma educação moderna à época, que indica a criação de classes ou de escolas especiais para a educação dos “deficientes”, a se fazer obrigatória pelas autoridades encarregadas da organização escolar. Referido documento parece se posicionar em uma “gênese” dos aparatos legais mais contemporâneos como a Declaração de Salamanca em (1994) e a Conferência Internacional sobre os Direitos das Pessoas com deficiência (2007), em âmbito internacional e diversas iniciativas, legislações e experiências nacionais, tendo mais recente a Política Nacional de orientação inclusiva (2008). A discussão se organiza no texto em três pilares: a dimensão ética, a dimensão jurídico-normativa e a dimensão pedagógica que alicerçam à constituição da Educação Especial e os fatos que constroem os discursos em defesa da educação desses sujeitos. Evidenciamos que a trajetória da escolarização de estudantes com deficiência tem implicações de uma amplitude de variáveis e acontecimentos históricos, tais como o avanço de concepções e de conhecimentos científicos e a repercussão de ideias e experiências de outros países, certamente. No Brasil, constatamos pioneirismo em relação aos marcos mundiais, mesmo em períodos mais remotos e, ainda, identificamos que a difusão das ideias inclusivas recebe impacto de organizações e movimentos sociais de pessoas com deficiência e familiares e de políticas públicas internas ao país e seus contextos sociopolíticos e econômicos em diferentes épocas, etc.

Palavras-chave: Educação Especial; inclusão; paradigmas

Rosalvo Florentino de Souza e as discussões em torno do ensino profissionalizante e da formação de professores

FRANCISCO GLAUCO GOMES BASTOS, MÁRCIA DE NEGREIROS VIANA, ROSANE MICHELLI DE CASTRO

,0Esta comunicação tem o objetivo de apresentar, a partir de uma tese de doutorado, defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação da UNESP/Marília, orientada pela professora Rosa Fátima de Souza Chaloba, como Rosalvo Florentino de Souza, a partir do espaço ocupado no jornal A Gazeta, abordou as questões relacionadas à formação de professores, a partir do modelo educacional proposto a partir da Reforma Capanema, a qual orientou a política educacional do Brasil durante as décadas de 1940, 1950 e início da década de 1960, quando foi instituída a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, LEI N. 4.024, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1961. Nos escritos de Rosalvo Florentino de Souza, havia uma tendência a apoiar uma proposta político-pedagógica que fosse capaz de eliminar o sistema dual de ensino, vigente no Brasil desde o século XIX e mais acentuado nas Reformas Francisco Campos, de 1931, e Capanema de 1942. Vivia-se o segundo governo de Getúlio Vargas e, em São Paulo, o gestor era o professor e engenheiro Lucas Nogueira Garcez. O projeto desenvolvimentista do Brasil exigia uma mão de obra especializada que atendesse a indústria nacional. São Paulo, por ser o Estado em que esse processo se instalou com mais propriedade, demandava um número maior de mão de obra especializada, ao mesmo tempo em que atraía um número considerável de migrantes, vindos das mais diversas regiões do país. Isso no que diz respeito mais especificamente ao ensino industrial. Destaca-se que havia, entre o Ministério da Educação e o Ministério do Trabalho Getulistas, uma divergência quanto ao modelo de educação profissional a ser ofertado. O esforço de Gustavo Capanema em elaborar um plano nacional do ensino industrial ia de encontro à linha que defendia, de forma mais pragmática, com objetivos limitados, a implantação de um sistema de aprendizagem industrial ligado de forma direta à indústria e às suas necessidades práticas. A experiência de São Paulo, tendo como modelo a Escola Profissional Mecânica do Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo e do Serviço de Ensino e Seleção Profissional da Estrada de Ferro Sorocabana, da qual se originou o Centro Ferroviário de Ensino de Seleção Profissional do Estado, era colocada, por essa linha, como aquela a ser generalizada para o restante do país, com o apoio da Federação das Indústrias de São Paulo. É exatamente esse embate que pautou o ensino profissional e, por conseguinte, a formação de professores que Rosalvo Florentino de Souza nos apresenta em seus escritos para o jornal A Gazeta.

Palavras-chave: Rosalvo Florentino de Souza; ensino profissionalizante; formação de professores

Rosalvo Florentino de Souza campo intelectual e capital cultural

FRANCISCO GLAUCO GOMES BASTOS

Esta comunicação tem o objetivo de apresentar, a partir de uma tese de doutorado, defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação da UNESP/Marília, orientada pela professora Rosa Fátima de Souza Chaloba, como Rosalvo Florentino de Souza, a partir do espaço ocupado no jornal A Gazeta, escrevendo a seção Magistério, no referido jornal, fixou-se no campo intelectual do jornalismo e do magistério. Assim, busca-se apresentar os resultados da investigação da trajetória de Rosalvo Florentino, a qual procurou detectar os movimentos por ele realizados na busca de ocupar determinado campo, no sentido que Bourdieu o define, ou seja, campo deve ser compreendido como as movimentações dentro do meio social, não como um espaço geográfico. Considerando os movimentos realizados por Rosalvo Florentino dentro da educação e da imprensa paulista, é notório que ele chegou a ocupar um campo intelectual vasto. O campo intelectual do jornalismo fez com que, em relação ao campo da educação, a partir dos lugares autorizados de fala que ele ocupou, mediante o espaço que ele dispunha e disponibilizava no jornal A Gazeta, muitas vozes se manifestassem. Essas vozes representavam, em parte, o capital social acumulado por Rosalvo Florentino, cujo papel na imprensa paulista, como professor, contribuiu para que ele viesse a ser reconhecido por seus pares como um homem atento às discussões sobre a educação Brasileira e paulista contemporâneas a ele. Mesmo o espaço ocupado no jornal A Gazeta por Rosalvo Florentino lhe tenha competido por méritos próprios, suas redes de ligações permitiram que ele se fixasse no campo intelectual do jornalismo, sem se afastar do campo da educação. Se a noção de capital social é imposta como meio único apto a designar o fundamento dos efeitos sociais, os quais não são redutíveis ao conjunto de propriedades individuais possuídas por um agente determinado, mesmo os efeitos sociais compreendidos no nível dos agentes singulares, não podemos deixar de considerar que o capital cultural acumulado por cada agente singular contribui para o seu pertencimento a determinado grupo, o que culmina na ocupação de determinado campo intelectual. Quanto ao estado incorporado, pode-se dizer que o capital cultural, em seu estado fundamental, tem ligação com o corpo, pressupondo sua incorporação. Como o capital cultural, em seu estado incorporado, é acrescentado pelo próprio indivíduo ao seu patrimônio hereditário, é capaz de apresentar um grau de dissimulação mais elevado do que o capital econômico, o que o torna mais propenso a funcionar como capital simbólico, o qual permite a um agente singular a transformar esse capital cultural, em seu estado incorporado, em estado objetivado. Os diversos diplomas adquiridos por Rosalvo Florentino são um exemplo de como ele conseguiu materializar seu capital cultural, através do estado institucionalizado.

Palavras-chave: Rosalvo Florentino de Souza; campo intelectual; capital cultural

“Eco retumbante se fez ouvir celeremente”: centenário da Independência, educação e memória no Piauí (1922-1923)

FRANCISCO GOMES VILANOVA, MARIA SOLANGE ROCHA DA SILVA

Por ocasião das comemorações do centenário da independência do Brasil, atos festivos foram organizados pelo poder público em escolas e por intelectuais em espaços de diferentes cidades do Piauí, compondo o repertório dos festejos, dentre eles: inaugurações de obras públicas, escolas, estátuas e outros monumentos. A mobilização em torno da data, além de ser noticiada na imprensa, alterou o cotidiano de muitas escolas e cidades que, em uma convocação cívica, aderiram ao movimento destinado a reforçar e a elevar o espírito patriótico em memória da emancipação do povo Brasileiro. No campo educacional, as discussões à época ocorriam em razão do diagnóstico da ineficiência do ensino público e da necessidade de sua reformulação e modernização, presentes em debates promovidos por agentes do poder público e educadores. O trabalho tem por objetivo discutir os festejos da efeméride nacional ocorridos no lugar (1922/1923) e seu caráter cívico-educacional, a partir dos discursos oficiais de agentes do circuito cultural, na intenção de compreender seus sentidos para a formação da sociedade piauiense. O estudo tem embasamento teórico-metodológico nos postulados da História Cultural, trabalhando com os impressos como documento-fonte. A pesquisa foi norteadada por uma dupla questão: De que maneira as comemorações do centenário da independência ocorreram no Estado? De que forma as questões educacionais compuseram essas festividades? Dessa forma, procuramos compreender o contexto em que aconteceram os preparativos para as festas, focalizando as festas escolares, buscando entender o significado das celebrações ocorridas em 1922/1923. Discutimos como as questões educacionais apareceram na pauta das comemorações do centenário e apresentamos informações sobre as lutas pela independência ocorridas em âmbito local e sobre suas memórias. Entre a documentação mobilizada encontram-se edições em homenagem a efeméride - revistas do Instituto Geográfico e Histórico Piauiense (1922) e da Academia Piauiense de Letras (1923) - e periódicos que noticiaram tais comemorações. A análise dos discursos presentes nessas fontes permitiu inscrever o Piauí no contexto das comemorações nacionais, dando visibilidade aos modos de celebrar realizados, identificando nesses discursos ritos de construção de uma memória cívica e dos fatos relacionados à adesão sua adesão à emancipação nacional, concretizados na Batalha do Jenipapo (1823), assim como reflexões acerca dos avanços piauienses em diversos aspectos, sobretudo das condições econômicas, sociais e educacionais. Com esse estudo foi possível concluir que as festividades contribuíram para a edificação de uma identidade local do povo piauiense articulada a uma dimensão nacional.

Palavras-chave: centenário da Independência; educação; Piauí

A publicidade na revista *A Vida Moderna* e a educação para a beleza do corpo e para os bons modos femininos (1907-1926)

GABRIEL DE SOUZA

Esta comunicação pretende contribuir com a discussão a respeito do papel da imprensa não pedagógica na História da Educação, e de modo específico, do papel da publicidade na educação para os valores e para a visão de mundo dos sujeitos, para a constituição da identidade e da alteridade. Para esse fim, a concepção de educação que adotamos aqui é ampla, não restrita à instrução ou à escolarização. Utilizamos o termo educação no sentido de conformação de valores e cosmovisão, um extenso campo da experiência humana. Para alcançar esses objetivos, abordamos o tema: a educação feminina para a beleza do corpo e para os bons modos por meio de anúncios publicitários na mídia impressa do início do século XX. Nesse contexto, abundavam receitas de beleza para as mulheres em revistas e jornais: eram colunas, conselhos, dicas, seções específicas para elas. Além dos textos, parte do receituário de beleza aparecia em imagens: fotografias, charges, publicidade. Tais receitas, reiteradas número após número, configuravam uma “pedagogia da beleza” e dos bons modos femininos. Os anúncios analisados foram selecionados a partir da revista *A Vida Moderna*, entre os anos 1907 e 1926. Era uma revista de variedades, ilustrada, com sede em São Paulo, que teve, durante seu período de vigência, grande destaque entre os periódicos ilustrados paulistas. Para analisarmos os anúncios publicitários, entendidos como gêneros discursivos, utilizamos como referenciais teórico-metodológicos a História Cultural, representada nas ideias de Roger Chartier e os fundamentos da teoria da linguagem de Mikhail Bakhtin. Da História Cultural de matriz francesa, utilizamos os conceitos de representação, apropriação e práticas, que nos auxiliarão a compreender a publicidade como produto complexo da cultura, imerso em uma dinâmica de disputa por poder simbólico. Da teoria da linguagem bakhtiniana, utilizamos os conceitos de gêneros do discurso e dialogismo, os quais nos permitem analisar os anúncios publicitários como fenômenos sociais e linguísticos. A partir do referencial teórico descrito, a análise dos anúncios selecionados, veiculados, no início do século XX, para o público feminino, na revista *A Vida Moderna*, nos permite concluir que a publicidade configurava-se como um instrumento educativo responsável por ensinar e reforçar valores e comportamentos, visões de mundo e concepções acerca de si e do outro, instituindo uma “pedagogia da beleza” e dos bons modos para as mulheres.

Palavras-chave: publicidade; gênero; História da Educação

Representações da mocidade estudantina: discurso de estudantes nas “Chronicas da Academia de São Paulo” (1859-1861)

GABRIEL VICENTE FRANÇA

Esta comunicação apresenta resultados parciais de uma pesquisa de doutoramento que estuda a história da educação superior e dos jovens no Brasil, e procura identificar aspectos do cotidiano de estudantes de direito na cidade de São Paulo no século XIX, particularmente na virada dos anos 1850 para 1860. Com a criação, por decreto imperial de 1827, dos Cursos Jurídicos e Sociais, a cidade de São Paulo se transformou em espaço de aglutinação de parcela significativa da elite intelectual Brasileira, que mandava seus filhos para se formarem bacharéis. Os estudantes se organizavam em associações, escreviam literatura e publicavam periódicos. Assim, este trabalho tem como foco as representações produzidas por eles acerca de sua vivência escolar e de suas concepções de futuro, de modo a identificar traços constituintes de uma identidade estudantil própria, erigida a partir da imagem que faziam de si frente à sociedade. Para tanto, baliza-se pelos conceitos de representação (CHARTIER) e de polemologia (CERTÉAU), e investiga as produções escritas por meio de uma abordagem que leva em conta a construção teórica elaborada pelo Círculo de Bakhtin (BAKHTIN, VOLOCHINOV). O corpus documental utilizado para a análise é um conjunto de nove textos intitulados “Chronicas da Academia de São Paulo”, publicados no periódico escrito por alunos da Faculdade de Direito chamado “Memórias da Associação Culto á Sciencia”, entre os anos de 1859 e 1861. O periódico, órgão da Associação criada em 1857, teve circulação entre 1859 e 1863, sendo que os exemplares dos dois últimos anos encontram-se inacessíveis. Nas suas 16 páginas, trazia ensaios teóricos, considerações sobre a realidade nacional, literatura e poesia. Já as “Chronicas” eram textos que tratavam do cotidiano da cidade de São Paulo, ora comentando acontecimentos próprios à Faculdade de Direito, ora discutindo aspectos da vida pública na capital da província de mesmo nome, sempre tecendo considerações sobre as artes, a história e o futuro do país. A investigação tem revelado que os estudantes pretendiam se associar a uma visão de mocidade que se vinculava com a construção do progresso, de modo a fazer avançar sobre o país um ideal de civilização que se pretendia autônomo do pensamento português, ao mesmo tempo que se reivindicava herdeira das tradições do pensamento clássico europeu. Construía, assim, uma projeção sobre eles mesmos que os colocava como agentes da construção da nação, responsáveis por acabar com qualquer traço de atraso ou de incivilização, tendo as letras e a ciência como elementos definidores desse ethos que se buscava construir. Desta forma, apresentam-se aspectos que ampliam a compreensão que se tem acerca da história da educação superior e dos jovens no período.

Palavras-chave: história da educação superior; história dos jovens; discurso de estudantes

Castigos escolares no século XIX: perspectivas em análise a partir da Segunda Cadeira de Primeiras Letras de Rio Grande - RS (1850-1854)

GABRIELA MOREIRA

A presente comunicação, refere-se a pesquisa que tenho desenvolvido no curso de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Apresentarei análises sobre as práticas de castigos físicos a partir de fatos ocorridos na Segunda Cadeira de Primeiras Letras, na cidade de Rio Grande - RS, na década de 1850. Utilizo como fontes além da legislação vigente nos Regulamentos da Instrução Pública do período, documentos da Inspeção de Instrução Pública e dois processos judiciais em que esteve envolvido o professor, regente desta aula, Joaquim Pedro de Alcântara Dourado, por castigos aplicados a dois alunos. Nessa documentação é possível mapear algumas perspectivas sobre as práticas disciplinadoras, utilizadas nas aulas de primeiras letras. A disciplina física constituiu a cultura escolar do século XIX como um elemento de civilização da juventude, que estava ancorado em preceitos da Escola Moderna Europeia, modelo que foi importado para o Brasil. Desse modo, busco evidenciar as perspectivas a respeito de castigos, existentes na documentação analisada, a partir das manifestações de autoridades da Instrução Pública (correspondências trocadas entre o Diretor da Instrução Pública e Presidente da Província), depoimentos das testemunhas que estiveram envolvidas no processo, dentre elas o Inspetor da Instrução Pública, alguns pais de alunos e informações que foram prestadas por um dos estudantes castigados. Também analiso as manifestações do professor Joaquim, durante os interrogatórios das testemunhas e em sua defesa. A pesquisa está inserida no campo temático da História da Educação, e como aporte teórico tem a História Cultural, desta forma a cultura escolar é um conceito chave para as análises que aqui proponho. Como aspectos metodológicos opero com os pressupostos da micro-história, prática de pesquisa histórica assentada na análise detalhada da documentação. Os resultados preliminares dessas análises identificam que mesmo estando autorizado por lei a utilizar os castigos físicos o professor teria abusado de sua autoridade, pois destas punições resultaram ferimentos nas mãos de ambos os alunos, atestados por um médico, que também serviu de testemunha. Também é possível identificar que aspectos relacionados ao comportamento deste professor, para além da sala de aula, influenciaram na sentença. Ao término destes processos o professor Joaquim foi condenado a suspensão do magistério público por vinte meses, e até onde foi possível mapear sua trajetória, consta que faleceu antes do retorno ao serviço público.

Palavras-chave: Instrução Pública; castigos escolares; século XIX

A imprensa feminina e sua relação com a educação das mulheres: a imagem de Júlia Lopes de Almeida em A Violeta (1916-1928)

GABRIELLE CARLA MONDEGO PACHECO PINTO

Mesmo caminhando a passos curtos e nem sempre os mais acertados, a imprensa feminina no Brasil recebeu, nas primeiras décadas do século passado, impulsos significativos para sua expansão. O Rio de Janeiro, então capital federal, concentrou o maior número de periódicos de toda a natureza, incluído os femininos e os feministas. Sobre estas duas vertentes, Duarte (2016) indica: enquanto a imprensa feminina refere-se ao material produzido por homens para o público feminino, a imprensa de caráter feminista divulga o conteúdo pensado, redigido, dirigido, e muitas vezes, financiado por mulheres. Nesses espaços não formais de educação feminina, as principais reivindicações do movimento feminista da época – educação, trabalho e voto – estavam constantemente estampados. Buitoni (2009) reitera, acentuando que “a relação entre a imprensa feminina e a mulher implica em questões mais abrangentes, como o papel social da mulher ou sua participação política” (p.21). Localizada fora do eixo cultural do país, sublinha-se neste artigo a revista feminina A Violeta, de origem mato-grossense. O periódico, criado, redigido, dirigido e financiado por mulheres da elite cuiabana, é um produto do Grêmio Literário Júlia Lopes, agremiação criada na década de 1910. De circulação a princípio quinzenal e posteriormente mensal, A Violeta circula por mais de 3 décadas ininterruptas e tem na figura da escritora carioca Júlia Lopes de Almeida (1862-1934) sua patrona, colaboradora, e modelo de esposa, mãe e mulher. Sob este aspecto, convém pensar quais atributos elevaram a escritora a este patamar e ao constante tratamento laudatório pelas redatoras de A Violeta e de que forma esta imagem projetada para Júlia Lopes de Almeida convergiu-se em um provável modelo para as mulheres cuiabanas. Dada sua relevância no cenário literário nacional, a escolha pela escritora parece ter sido estrategicamente pensada. Ademais, os escritos e ditos da/sobre, evidenciam, a priori, uma posição mais conservadora com relação a certos comportamentos das mulheres, principalmente observados na década de 1920. Como fonte principal deste trabalho, propõe-se observar A Violeta entre os anos de 1916 e 1928, quando se observam textos em que os comportamentos femininos – sejam ditados por Júlia Lopes de Almeida ou não – são postos em tela, em uma tentativa, acredita-se, de divulgar um modelo de mulher a ser seguido, um que estivesse em consonância com os valores e virtudes prezadas pelo Grêmio Literário Julia Lopes e sua revista. Para tal, a metodologia proposta por Burke (2011) e Chartier (2002) se destaca e os estudos desenvolvidos por Martins e De Luca (2008), Buitoni (2009), Nadaf (1993) e Costa (2018) são eleitos como principais referenciais teóricos. Por fim, esta pesquisa busca inserção nos estudos que privilegiam a história da imprensa feminina no Brasil, a historiografia da educação feminina, e a própria gênese da história das mulheres.

Palavras-chave: imprensa feminina; A Violeta; Júlia Lopes de Almeida

A escrita feminina e as estratégias para legitimação: as relações entre as três Júlias

GABRIELLE CARLA MONDEGO PACHECO PINTO

Publicado inicialmente em 1897 no *Jornal da República* e anos mais tarde no *Almanaque Garnier*, o artigo “As três Júlias”, escrito pelo intelectual acadêmico Lúcio de Mendonça relatava, com ares de indignação, a proibição das escritoras Júlia Cortines (1868-1948), Francisca Júlia da Silva (1871-1920) e Júlia Lopes de Almeida (1862-1934) na composição dos membros da Academia Brasileira de Letras, fundada em julho de 1897. A academia, pensada aos moldes franceses, não admitia mulheres entre seus imortais, apesar de estar diante das “(...) tres mais notaveis de nossas escriptoras de hoje...” (MENDONÇA, 1906, p.246), de quem o talento e a distinção eram valorados e reconhecidos nos espaços públicos que ocupavam, seja na sala de aula, seja nos espaços literários do eixo cultural. Júlia Cortines foi poetisa e professora, publicou poucos livros, mas teve uma expressiva participação na imprensa, Francisca Júlia da Silva foi poetisa, considerada o quarto elemento da tríade parnasiana, composta por Alberto de Oliveira, Olavo Bilac e Raimundo Correa., e Júlia Lopes de Almeida, a mais consagrada das três e com a maior bibliografia, foi contista, romancista, cronista, dramaturga e ensaísta. Já no início do século XX as três Júlias ocupavam um lugar pouco comum para as mulheres de sua época: uma posição entre os intelectuais. Tal fato, aliado às suas produções bibliográficas e ampla atuação na imprensa caracterizou aquilo que Miceli (2001) defendeu como conceito de intelectual da República das Letras: a associação quase que trivial entre literatura e jornalismo, de modo que uma das vias para legitimação era a colaboração com os periódicos da época. Júlia Cortines, Francisca Júlia e Júlia Lopes colaboraram em periódicos relevantes à época, a exemplo de *O Paiz*, e de *A Mensageira*. Para além desse pertencimento ao grupo dos intelectuais, este artigo propõe pensar as relações entre as três Júlias, ressaltando o que Sirinelli (1999) definiu como rede de sociabilidade. Nessa lógica, importa pensar ainda em como a escrita feminina buscou aliar-se por um bem comum: a sua projeção no cenário literário nacional, por meio de cartas, dedicatórias, textos destinados e, sobretudo, colaborações na imprensa, ademais, de que forma essa escrita ocupou um espaço possível na educação para mulheres daquele tempo. É pretensão deste texto apresentar as possíveis estratégias utilizadas pelas três Júlias para a legitimação da escrita feminina, que era por vezes pormenorizada quando comparada a dos homens intelectuais. Para tal, a metodologia proposta por Ferreira (2015), Chartier (2002) e Ginzburg (2009) é eleita, e os estudos desenvolvidos por Compagnon (2010), Eleutério (2005), Telles (2012) e Woolf (2014), compõem o referencial teórico adotado. Por fim, ressalta-se que o presente trabalho busca a inserção nos estudos que privilegiam a história da escrita feminina no Brasil, a história dos intelectuais, a historiografia das mulheres e a história da educação feminina no país.

Palavras-chave: escrita feminina; As três Júlias; intelectual

A condição da mulher indígena da etnia Tembé Tenetehara na Colônia Santo Antônio do Prata no Pará republicano

GERCINA FERREIRA DA SILVA SILVA, JEFFERSON CARVALHO

O povo Tembé Tenetehara foi alvo de uma política de colonização iniciada a partir de 1898 com a construção de um Núcleo Colonial Indígena a 180 quilômetros de Belém denominado Colônia Santo Antônio do Prata. Este projeto de civilização e catequese, resultado de parceria entre o governo do estado e a Ordem dos Frades Capuchinhos Lombardos do Norte do Brasil perdurou até o ano de 1921, quando o mesmo deixou de interessar ao governo do estado que alegou não poder mais financiá-lo, instalando em seu lugar uma Colônia Agrícola correccional em 1922 e logo depois em 1924 foi vendido pelo governo do estado para a União e transformado em Lazarópolis. Com base nestas considerações desenvolvemos um estudo sobre a educação das mulheres da referida etnia que viviam na região, que foi promovida pelo governo do estado para aculturação dos índios e formação de uma sociedade completamente civilizada pelos padrões republicanos. Nesse sentido, pretendemos analisar a educação dessas mulheres e seus papéis sociais e religiosos estabelecidos pelo processo civilizatório e de catequese a que foram submetidas e o que isso impactou na formação da sua identidade. O corpus documental foi constituído por fontes como o Livro do Tombo dos anos de 1898 a 1921, o Relatório de Diretores do Instituto do Prata de 1905, as Mensagens de Governadores do Estado de 1898 a 1910, os Diários Oficiais do Estado do Pará de 1898, 1903 e 1906) e a obra de Palma Muniz de 1913 denominada “O Instituto Santo Antônio do Prata”. Os referenciais teóricos que oferecem suporte às análises os tomamos de Gomes (2002), Custódio (2020), Rizzini e Schueler (2011), Beltrão e Lopes (2014) entre outros. Com resultados preliminares temos que, embora a ordem dos frades capuchinhos tivesse sua sede principal no Convento do Carmo localizado no centro comercial de São Luís, capital do Maranhão, a missão foi estendida para outros estados como o Pará, Ceará, Amazonas e Piauí. No Pará ela foi desenvolvida em uma área indígena dos Tembé Tenetehara no município de Igarapé-Açu, priorizando as mulheres, pois tinham o entendimento de que elas são de suma importância na organização da família, sendo a base econômica, social e política daquele povo. Para tanto, foi construindo um majestoso instituto onde se dava sua formação, sempre balizada por normas e regras de conduta condizentes com os objetivos dos colonizadores e seu objetivo, diferente de formar meninas índias para uma vida confessional religiosa, visava a multiplicação de famílias cristãs, sendo, portanto, um projeto que funcionou como instrumento ideológico no sentido de uma sociedade pautada na civilidade republicana.

Palavras-chave: República; educação; gênero

De Instituto de Educação a Lazarópolis: resignificações de práticas de educação no tempo e no espaço na Colônia do Prata do Pará republicano (XIX - XX)

GERCINA FERREIRA DA SILVA, MOISES LEVY PINTO CRISTO, MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO GOMES DE SOUZA AVELINO DE FRANÇA

O século XIX e o XX foi um período em que diferentes instituições de controle social foram criadas com o ideário de domesticar comportamentos e controlar corpos, como: escolas para indígenas ou crianças desvalidas, prisões, hospitais, hospícios ou leprosários. Neste estudo apresentamos um mesmo espaço, em temporalidades históricas diferentes, são eles: o Instituto de Educação para crianças indígenas (1898-1921) e o Leprosário do Prata (1924-1970). Ambas instituições figuraram em seu funcionamento práticas educativas junto aos estímulos de uma política segregacionista. A localidade escolhida para a implantação institucional foi afastada da capital Belém, aproximadamente 180 quilômetros, de difícil acesso e com controle extensivo que regulou inclusive as visitas que deveriam ser agendadas junto ao Governo do Estado do Pará. As instituições funcionaram aos moldes de internação compulsória destinado a crianças índias, inicialmente, e a pessoas contaminadas pela hanseníase, posteriormente. Neste sentido, analisaremos o Instituto Santo Antônio do Prata e o Lazarópolis do Prata em meio as práticas educativas desenvolvidas nos dois espaços, no final do século XIX e início do século XX, instituições educativas no Pará republicano. Destacaremos a região da Colônia do Prata, uma região peculiar, que abrigou em um mesmo espaço, o instituto Santo Antônio do Prata, voltado para educação de crianças indígenas e o Lazarópolis do Prata, primeira colônia agrícola do Brasil, voltado para o encarceramento de leproso, durante o período de funcionamento de ambas. Um espaço, que abrigou duas instituições com diferente público, mas que esteve voltada para um mesmo projeto, a civilidade. Esta pesquisa é de cunho documental e bibliográfico ancorada na perspectiva da Nova História Cultural. As fontes utilizadas na investigação compreendem: relatórios de governadores do estado do Pará, Palma Muniz (1913), Livro do Tombo (1898-1921), Lazarópolis do Prata (1924). O referencial teórico tem por base as obras de Goffman (1974), Foucault (2014), Burke (2017), Rizzini e Schueler (2011) entre outros. O espaço do Prata apresentou um aspecto de microcidade, na qual abrigou pavilhões, casas, hospital, escola, teatro, campo de futebol, igreja e oficinas que diante desse cenário múltiplo, abrigou diversas práticas educativas, moldaram centenas de vidas, seja ela a infância ou os doentes. Mais histórias da educação da Amazônia paraense que vem trazer reflexões sobre sujeitos marginalizados que foram subtraídos do seio familiar e segregados em um espaço politicamente idealizado para as práticas ali efetivadas.

Palavras-chave: instituição educativa; práticas educativas; educação

Consolidação da pós-graduação em Educação Especial no Brasil: a formação de professores no Mestrado em Educação do George Peabody College For Teachers (1976-1978)

GETSEMANE DE FREITAS BATISTA

Este trabalho tem como tema a formação de professores para Educação Especial, a partir da compreensão, problematização e análise da qualificação de professores universitários Brasileiros para atuação na área da Educação Especial, ocorrida nos Estados Unidos da América, entre os anos de 1976 e 1978. Até a década de 1970, a capacitação profissional para atuação juntos aos “excepcionais” era realizada em nível médio, numa especialização após o curso de professores primários. A formação em nível superior passou a vigorar como desdobramento do Parecer nº 252/1969, do Conselho Federal de Educação (CFE), que abriu espaço para a criação das habilitações nos cursos de graduação em Pedagogia. A investigação origina-se de uma pesquisa de doutorado que está em andamento e apresenta como objetivo geral analisar a formação de professores para Educação Especial Brasileira, com foco no curso de Mestrado em Educação no George Peabody College for Teachers, realizado no final dos anos 1970. É um estudo de abordagem qualitativa, com procedimentos para levantamento dos dados a partir do uso de entrevistas, pesquisa bibliográfica e análise documental. A documentação é analisada numa perspectiva crítica, com fundamentação na concepção de documento como monumento do historiador Le Goff (1990). Por se tratar de uma pesquisa articulada com perspectiva histórica, trabalhamos também em diálogo com Bloch (2002), Durkheim (1977), Ferreira & Franco (2013), Pinsky & Luca (2012), Saliba (2012). A formação de professores é problematizada com referência em Benito (1999) e Nóvoa (1991). Metodologicamente adotamos os pressupostos da história oral, ancorados nas proposições de Garrido (1992/1993), Matos & Senna (2011), Meihy (2020), Selau (2004), Thompson (1992). A entrevista é compreendida como “procedimento para coleta de informações” com base em Manzini (2020). Os resultados parciais obtidos, a partir do levantamento bibliográfico, possibilitaram identificar os nomes de 14 profissionais que realizaram a formação objeto do estudo, a incorporação de alguns dos egressos em universidades públicas e privadas, com impactos na formação de profissionais e na institucionalização da pesquisa científica da Educação Especial e que o envio dos profissionais para realização dos estudos na área da Educação Especial no exterior estaria atrelada a necessidade da formação de um corpo docente (mestres e doutores) que permitisse a atuação nas universidades Brasileiras em cursos específicos da Educação Especial.

Palavras-chave: Educação Especial; formação de professores; George Peabody College for Teachers

A Campanha Nacional de Educação e reabilitação de deficientes mentais: um modelo de política para a educação dos excepcionais (1960-1973)

GETSEMANE DE FREITAS BATISTA, FERNANDA LUÍSA DE MIRANDA CARDOSO

Entre o final da década de 1950 e o início da década de 1960, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) implementou três Campanhas destinadas à educação e reabilitação dos “excepcionais”: a Campanha para a Educação do Surdo Brasileiro (1957), a Campanha Nacional de Educação e Reabilitação dos Deficitários Visuais (1958) e a Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes Mentais (CADEME) (1960). Estas Campanhas constituíram-se no contexto da difusão de um modelo de política emergencial e transitória, que o MEC já vinha desenvolvendo para outras áreas da educação, porém, nestes últimos casos, por meio do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) e do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE), conforme elucidado por Libânia Nacif Xavier. Diante do interesse em aprofundar o conhecimento sobre esse tipo de política para os “excepcionais”, inaugurada pelo MEC, que este trabalho contribui com a historiografia da educação ao investigar, de forma específica, o desenvolvimento da Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes Mentais, instituída com a proposta de promover a educação, o treinamento, a reabilitação e a assistência educacional dos “deficientes mentais” em todo o território nacional. Alguns estudos já sinalizaram a sua estreita vinculação com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais e com a Sociedade Pestalozzi. Ainda pouco (re)conhecida e estudada pela comunidade científica, busca-se, a partir do já produzido, aprofundar o conhecimento sobre a CADEME, por toda sua vigência (1960-1973), ao identificar, analisar e problematizar seu processo de constituição, estruturação, programa de ações, convênios estabelecidos, redes de apoio, personalidades, instituições públicas ou privadas conectadas, contexto e motivações de sua extinção e suas influências para a organização da Educação Especial no Brasil. As fontes primárias priorizadas, seja documentação oficial do Ministério da Educação e Cultura, identificadas no arquivo pessoal da ex-diretora executiva da CADEME, Sarah Couto Cesar, seja a imprensa jornalística, consultada na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, alargam a compreensão da política. Entre os resultados preliminares, chama a atenção o fato de que as Campanhas para os “excepcionais”, incluindo a CADEME, não eram subordinadas ao INEP, como as demais, o que reforça a característica e a proposta de uma educação apartada, embora o INEP realizasse alguns cursos sobre educação de “excepcionais”. Além disso, identificaram-se convênios de cooperação técnica e financeira com instituições públicas e privadas de diversos estados Brasileiros que prestavam atendimento aos “deficientes mentais”, bem como com universidades, cursos para formação de professores e técnicos especializados, apoio técnico e orientação aos serviços das secretarias de educação estaduais, designação de comissões específicas para trabalhos técnicos e relatórios e discursos da direção executiva.

Palavras-chave: História da Educação; educação de excepcionais; políticas de educação especial

Práticas municipalistas, poderes locais e o ensino secundário no Rio Grande do Sul na Primeira República (1889-1930)

GIANA LANGE DO AMARAL

A presente comunicação resulta de estudos que venho realizando sobre o ensino secundário no Rio Grande do Sul (RS) e na cidade de Pelotas, no período da Primeira República ou República Velha (1890-1930). Tenho por objetivo abordar o contexto de práticas municipalistas e a ação de instituições locais para que fossem criadas instituições de ensino secundário em Pelotas. Isto à luz dos preceitos da autoritária Constituição Republicana Gaúcha de 1891, que fundamentou a ação do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) e respaldou o Castilhismo - corrente política ideológica positivista, instituída por Júlio de Castilhos e que vigorou no RS por toda a Primeira República - impondo ao estado uma organização administrativa dos municípios, em certos aspectos, distinta de outros estados Brasileiros. Desde o início da república até os dias atuais, a implantação e propagação do ensino secundário representam um desafio político a ser enfrentado nas instâncias federal, estadual e municipal. Muito há o que se estudado sobre esta modalidade de ensino. No âmbito da História da Educação nacional, sobre esta temática, dentre muita referências, serão utilizados os estudos de Clarice Nunes, Eurize Pessanha, Norberto Dallabrida, Rosa de Fátima de Souza. Tendo como base teórico-metodológica pressupostos da História Cultural (Roger Chartier, Michel de Certeau, Peter Burke, dentre outros), neste trabalho serão utilizados documentos como leis, relatórios intencionais, jornais, revistas, almanaques, livros, teses, dissertações e artigos. Desta forma, busco fundamentar as análises e questionamentos que tratam do ensino secundário e de práticas municipalistas em Pelotas. Entendidas essas práticas no contexto do municipalismo, ou seja, como iniciativas autônomas da instância municipal, que levaram à constituição do município pedagógico, categoria de estudo trabalhada por Justino Magalhães e Wenceslau Gonçalves, dentre outros. Há que se destacar que o PRR dominou a política estadual e dos municípios gaúchos, durante toda a Primeira República, com total inserção nos poderes locais. Este foi o caso de Pelotas onde a elite político-econômica, intelectual, os governantes municipais, a Maçonaria (muito influente na cidade neste período) e até mesmo a Igreja Católica, tinham fortes vínculos com o PRR. Como no campo educacional o PRR previa “liberdade de ensino”, este fato resultou no desinteresse do Estado em atuar junto ao ensino secundário e superior, abrindo espaço para a iniciativa privada criar escolas deste nível de ensino. Como resultado, as instituições e os poderes locais, fazendo jus ao epíteto de “Atenas Rio-Grandense”, como era conhecida Pelotas, criaram importantes instituições de ensino secundário e superior destinadas aos mais favorecidos socialmente.

Palavras-chave: ensino secundário; práticas municipalistas; educação na Primeira República

O protagonismo de Maria de Lourdes Guilherme no ensino de Música Na Escola Industrial de Natal (1945-1968)

GILMARA CATARINE DANTAS COSTA, FRANCINAIDE DE LIMA SILVA NASCIMENTO

O presente trabalho insere-se no campo da História da Educação Profissional e da profissão docente ao destacar o Ensino de Música e Canto Orfeônico a partir da atuação de uma professora na Escola Industrial de Natal. Maria de Lourdes Filgueira Guilherme (1911-1971), professora de piano e canto orfeônico, iniciou sua formação profissional em 1933 no Instituto de Música do Rio Grande do Norte (IMRN), passando a fazer parte do quadro de professores desta instituição no ano de 1937. Continuou sua formação em música, nível superior, no Conservatório Nacional de Canto Orfeônico, no Rio de Janeiro no ano de 1943, o que a possibilitou trabalhar em várias outras instituições, dentre elas: Atheneu Norte-Rio-Grandense, Escola Normal de Natal, Escola Doméstica (ED) e Escola Industrial de Natal (EIN), nesta última exerceu cargo de confiança enquanto coordenadora e, por vezes, substituiu o diretor da instituição. A professora Lourdes Guilherme assumiu a direção do IMRN no ano de 1952, tornando-se a primeira e única mulher na direção do Instituto. Professora conhecida por sua competência e rigidez, Lourdes Guilherme foi uma importante personagem da história do ensino de música na cidade do Natal-RN, mas, principalmente, uma figura de resistência e determinação em um contexto muito masculinizado, principalmente no que diz respeito à Educação Profissional. De tal modo que o presente trabalho busca analisar o percurso seguido por Lourdes Guilherme enquanto professora de música, piano e canto orfeônico, assim como compreender o seu papel na sociedade como mulher e professora. No tocante ao referencial teórico-metodológico, destacam-se os seguintes autores e categorias: Perrot (2005, 2006, 2007) e Scott (1990) para discutir sobre gênero, Nora (1993), Halbwachs (1990) e Pollak (1989) sobre o conceito de memória, Levi (1989) e Bourdieu (1986) a respeito da perspectiva biográfica. Como caminho metodológico, foi utilizado o método indiciário de Ginzburg (1989) por meio de análise bibliográfica e documental. Durante as pesquisas alguns acervos e fontes foram de extrema importância para a construção deste “percurso”, entre elas: o Arquivo do IFRN-Campus Natal Central, onde foram encontradas a sua ficha funcional, ata de posse e fotografias de sua atuação na EIN no período de 1945-1968, Memorial do Atheneu, onde localizam-se fotografias e documentos, Arquivos particulares – Revista Som, fotos e matérias. Constata-se a relevante atuação e contribuição da professora ao Ensino de Música, os caminhos trilhados, sua formação na área, as dificuldades, conquistas e o protagonismo de sua atuação como regente em um contexto de sociedade onde o espaço público destinado ao feminino ainda era reduzido.

Palavras-chave: história da educação profissional; profissão docente; gênero

“Ocas de Cimento”: os processos educativos de na comunidade indígena Xokó, na Ilha de São Pedro, em Porto da Folha/Sergipe

GILMARA REZENDE CARDOSO XAVIER, SAMARA NARDOTO BATISTA BERTAZO

Este texto tem por objetivo compreender os processos educativos desenvolvidos junto a uma comunidade indígena Xokó, na Ilha de São Pedro, em Porto da Folha, Sergipe. Este estudo se situa no âmbito das discussões do Grupo de Pesquisa História, Memória, Educação e Identidade (GPHMEI). Parte-se do pressuposto inicial de que a partir da perspectiva da pedagogia decolonial, o povo Xokó têm utilizado as práticas educativas para reinventar suas tradições e preservar sua memória/identidade. Para tanto, foi analisada a formação da memória/identidade no contexto de luta pela terra, identificada a elaboração e reelaboração das práticas educativas, como também, analisada a relação entre as práticas educativas e a memória/identidade Xokó. A antiga aldeia foi durante os séculos XVI e XVII palco de missões de ambulantes, porém com a chegada do capuchinho Frei Doroteu de Loreto, no século XVIII, tanto a questão linguística como religiosa imprimem entre os locais, mudanças significativas, alterando sobremaneira o modo de vida, porém, mantendo alguns aspectos tradicionais, a exemplo da dança do Toré e da Festa do Ouricuri. Assim como no artesanato Xokó o barro é a matéria-prima para a produção das peças de cerâmica, neste trabalho a memória é a matéria-prima para modelagem e remodelagem da identidade deste povo, que se consolida e se reelabora a partir de suas práticas educativas. Nesse sentido, o povo Xokó construiu uma ponte entre o passado e o presente, por meio de práticas educativas – rituais, celebrações e educação escolar, que funcionam como agentes de transmissão de valores e normas, por meio da repetição. A trajetória de expulsão/diáspora/reconquista de suas terras, plasmou nos Xokó uma identidade intercultural, que se faz presente em suas práticas educativas. Estas podem ser compreendidas, pelas lentes da pedagogia decolonial, como táticas, práticas e metodologias de luta, rebeldia, organização e ação, que têm por objetivo resistir ao imperialismo ideológico sobre eles exercido, a partir do pensamento colonial que persiste até a atualidade. Este estudo assenta-se a partir dos pressupostos dos estudos decoloniais e da História do Tempo Presente, segundo a historiadora Maria Teresa Santos Cunha. Do ponto de vista teórico, apropria-se da noção de Necropolítica, nos termos de Achille Mbembe e opera-se com a metodologia da História Oral, segundo Verena Alberti. A pesquisa foi realizada através de entrevista, com o uso de um roteiro com questões fechadas, com roteiro semi-estruturado. Por fim, é possível concluir que os processos educativos desenvolvidos pela Escola Estadual D. José Brandão de Castro, junto a essa comunidade indígena Xokó e se construíram a partir da assimilação cultural que a comunidade tem demonstrado ao longo dos anos de permanência na sociedade sergipana, da importância da socialização e, sobretudo, dos papéis exercidos dentro dessa estrutura social.

Palavras-chave: História da Educação; processos educativos; índios Xokós

Democratização e escola pública a partir dos educadores Brasileiros: estudo de Anísio Teixeira

GILSON LUÍS VOLOSKI, RONALDO AURÉLIO GIMENES GARCIA

O texto se refere à pesquisa da relação entre o desenvolvimento da democracia Brasileira, da escola pública e da formação de professores, da década de 1920 a 1990, tendo como material a biografia e a produção teórica dos educadores Brasileiros, com delimitação do foco de análise, neste artigo, em Anísio Teixeira (1900-1971). Considerando que o processo histórico da democracia Brasileira, no decorrer do século XX, não ocorreu como algo progressivamente linear, mas marcado por períodos alternados de avanços (1932, 1945 e 1984), de recuos (1937, 1964 e 2016) e de resistências críticas entre essas oscilações. Considerando que a luta pela universalização da escola pública, gratuita, autônoma e de qualidade foi a condição constitutiva das sociedades democráticas modernas e a crise de uma repercute sobre a outra, problematiza-se: como os diferentes períodos de avanços e de recuos da democracia ecoaram na biografia e na produção teórica de Anísio Teixeira? Que elementos o autor identifica como diagnóstico dos impasses e possibilidades da democracia e da escola pública no Brasil? Que ferramentas conceituais usa para interpretar o seu tempo? O objetivo central é identificar e analisar aspectos da relação escola pública e democracia no estudo deste educador, articulados à interlocução de pensadores do seu tempo, tendo em vista as potencialidades críticas de suas contribuições para pensar os desafios educacionais Brasileiros como processo de construção histórica. Trata-se de um estudo bibliográfico, de caráter teórico, que tem como material de análise as obras Manifesto dos pioneiros da Educação Nova (1932), Manifesto dos educadores mais uma vez convocados (1959), Educação não é privilégio (1957), A educação e a crise Brasileira (1956), Educação para a democracia (1936), Educação é um direito (1996), bem como as cartas de Anísio Teixeira. Entre os resultados, é possível identificar de que os períodos de avanços da democracia são caracterizados também por movimentos de defesa de reformas educacionais, de manifestações pela universalização do acesso e da garantia da escola pública como um direito fundamental, pois a expectativa da formação de cidadãos autônomos é a condição básica à efetivação de uma sociedade democrática. Na perspectiva de Teixeira, “sob a Monarquia, é preciso educar o príncipe, sob a democracia é preciso educar o povo”. Portanto, ele defendia abertamente a universalização da escola pública, gratuita e sem vínculo com nenhuma religião. De modo geral, a atenção à qualidade da formação de professores, mesmos nos períodos de avanços, foram insipientes. Atualmente, com a reforma do ensino médio por medida provisória, entre outros, nota-se indícios de um novo período de recuo da democracia e da necessidade de aprofundamentos de estudos da experiência do século passado para melhor compreender o tempo presente.

Palavras-chave: educadores Brasileiros; democracia; escola pública

Mensagem da Apae (1963-1973): educar os pais para educarem o excepcional

GIOVANI FERREIRA BEZERRA

A Federação Nacional das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apaes) surgiu, em fins de 1962, tendo como uma estratégia difusora de suas práticas e representações a publicação do impresso periódico Mensagem da Apae, editado a partir de 1963. Por sua relevância para a inteligibilidade do processo educativo dos então denominados excepcionais, Mensagem da Apae é fonte precípua para a escrita e problematização da História da Educação desses sujeitos. O estudo, na forma de pesquisa histórica, aborda o impresso em sua primeira fase (1963 a 1973), definida pelas características materiais e gráficas da publicação, bem como pelo fato de haver mudanças nacionais na educação dos excepcionais a partir de 1973, pela criação do Centro Nacional de Educação Especial (Cenesp), primeiro órgão do governo federal voltado especificamente para essa modalidade educacional. Busca-se abordar o papel estratégico de Mensagem da Apae, à luz da Nova História Cultural, como instância de sociabilidade e de educação dos pais de excepcionais, aspecto fundante para a constituição e ampliação da Federação recém-instituída. O destaque à família como instância educativa para o excepcional torna-se compreensível porque eram poucas as instituições educacionais para excepcionais no Brasil de então e nem todas as Apaes, necessariamente, abriam uma escola ou só o faziam após algum tempo de atuação comunitária. A oferta de serviços especializados e de técnicos era escassa e precária, de maneira que os pais, orientados por agremiações como as Apaes e seus impressos institucionais, como Mensagem da Apae, precisavam ser multiplicadores do que aprendiam, educando uns aos outros e se convertendo em “técnicos” e educadores “(pseudo)especializados” dos próprios filhos. Prática essa que endossava a representação de que, ao menos paliativamente, quaisquer agentes poderiam educar as pessoas com deficiência desde que estivessem sensibilizadas para essa tarefa, sob o lema apaeano do “mais amor e compreensão”. Ademais, entre as décadas de 1960 e 1970, as Apaes partiam do pressuposto da higiene social e mental. Tal abordagem foi adotada como estratégia para justificar a necessidade de assistência e educação aos excepcionais, não só pela sua presumida cientificidade, mas também pelo fato de que se coadunava com a moral conservadora que embasava as representações apaeanas em voga. Por isso, defendia-se a educação da família como forma de evitar a delinquência e a perversão dos excepcionais. Assim, foi se difundindo a representação de que a criança vinda de um possível “lar desestruturado” coincidiria com a criança excepcional, problemática e carente, o que fazia da deficiência mental um problema familiar, circunscrito ao âmbito sócio-cultural, colocando-se as Apaes como promotoras da higidez social.

Palavras-chave: educação de excepcionais; Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais; impresso periódico

Fundamentos teóricos da organização do trabalho didático para Jan Amos Comenius

GISELE DE OLIVEIRA, SILVIA HELENA ANDRADE DE BRITO

A organização do trabalho didático é uma categoria de análise angular para os estudos históricos educação escolar, no âmbito das instituições sociais nas quais se realiza. Estudos recentes comprovam que esse importante objeto de investigação, ainda é pouco explorado. Do ponto de vista teórico metodológico, a análise sobre a organização do trabalho didático, deve partir do próprio movimento do trabalho, no âmbito do modo capitalista de produção. Nessa compreensão, o marxismo traz importante definição do que se entende por trabalho. Para ele, o trabalho é um processo que envolve o homem e a natureza, na medida em que, por meio desta ação, o homem constrói as condições necessárias à sua sobrevivência, sendo social e historicamente determinado. Assim, ao interagir com a natureza, o homem se apropria dela, modificando-a e ao mesmo tempo, modificando a si mesmo. A ação humana sobre a natureza exige uma dedicação da força de trabalho do trabalhador. Além disso, a atividade laboral implica em uma ação orientada a um fim, que se manifesta como a intencionalidade do trabalhador, durante a realização de sua tarefa. Ora, assim como outras esferas da atividade social, a educação também é construída pelos homens em sociedade, por meio do trabalho didático. Nesse contexto, essa comunicação visa captar a historicidades das formas de organização do trabalho didático no capitalismo, em especial aquela proposta por Jan Amos Comenius (1591-1670), buscando compreender e desvelar os vínculos da organização do trabalho didático com a organização técnica do trabalho. Para tanto, usa-se como aporte teórico principalmente os estudos que, à luz da ciência da história, buscam compreender a organização do trabalho didático, além de fontes documentais que evidenciam, entre os séculos XV e XVII, o embate entre a educação no mundo feudal, e a proposta educacional comeniana. Para tanto, a comunicação está dividida em duas partes. Na primeira delas, será explicitado o conteúdo teórico e as categorias essenciais que norteiam essa análise: trabalho, organização técnica do trabalho e organização do trabalho didático. Na segunda parte, será detalhada a concepção de Comenius, na medida em que se apresenta como o projeto que melhor explicita a visão capitalista da educação escolar, e como o autor entende a organização do trabalho didático, nos seus três níveis: relação educativa, procedimentos didáticos, espaço físico. Nessa discussão, será evidenciado a ênfase atribuída por Comenius aos textos escolares, instrumento fundamental do trabalho didático para a escola moderna, materializado pela sua forma mais avançada, o manual didático.

Palavras-chave: Jan Amos Comenius; organização do trabalho didático; textos escolares

Histórias da Educação pelo teatro: imprensa, sujeitos e instituições (1880-1920)

GISELE TEIXEIRA ALVES

Esta pesquisa pretendeu analisar as relações entre educação e arte dramática a partir do recorte cronológico de 1880 até 1920 na capital Brasileira. Interessou-nos construir uma reflexão acerca de algumas práticas, instituições, sujeitos e debates envolvidos com o cenário cultural Brasileiro a partir do teatro e da educação. Foram analisadas diferentes fontes, entre elas alguns impressos e jornais da época, como Revista do Conservatório Real de Lisboa, Jornal do Conservatório de Lisboa, Almanak Laemmert, A Epocha, A platea, Diário de Notícias, Diário do Rio de Janeiro, Gazeta de Notícias, Gazeta da Tarde, A Marmota, Gazeta dos Teatros, Gazeta Suburbana folha recreativa, Jornal do Comércio, O Delormista, O Espectador RJ, O Espelho, O Scenário, O Boato Theatral, O Clarim dos Theatros, Revista dos Theatros, Revista Theatral, Almanack dos Theatros. Também são investigados documentos como cartas e os registros do conservatório dramático Brasileiro, os livros “Reflexões Dramáticas” 1837 e “Lições Dramáticas” 1862 escritos por João Caetano e os textos dramaturgicos de Júlia Lopes de Almeida intitulados “O Caminho do Céu” de 1883 e “Quem Não Perdoa” de 1917. No estudo destacamos as relações entre teatro e as diversas práticas culturais e educativas em ação, pensando no conceito amplo da experiência educativa para além das escolas. Buscamos refletir sobre o ofício do ator e atriz, quem eram esses sujeitos, como era realizado o processo de formação, ensino e aprendizagem do ofício a partir da organização, criação, estrutura e funcionamentos de algumas instituições, como as companhias de teatro da época. De maneira específica, analisamos o processo de institucionalização do ensino deste saber artístico com a inauguração da “Escola Dramática Municipal”, que de acordo com a historiografia da educação é considerada a primeira escola pública de teatro do Rio de Janeiro, fato que ocorreu no ano de 1908. Também investigamos o conservatório dramático, instituição criada para realizar a censura teatral e os primeiros escritos teóricos para teatro que se tem registro no Brasil. No que se refere ainda aos sujeitos foi dada maior ênfase à atuação de artistas mulheres, dentre elas, destacamos a análise da trajetória de Júlia Lopes de Almeida, que muito contribuiu para a dramaturgia nacional. Concluímos que tais experiências se complementam historicamente e, neste contexto, as instituições teatrais, bem como os diversos profissionais envolvidos com tais práticas, sujeitos como artistas, professores e produtores entre outros, constituem-se elementos importantes para pensar essa imbricação entre o universo educativo e as experiências culturais, como práticas de formação humana.

Palavras-chave: história do teatro na educação; formação do ator; escola de teatro

Formação de memórias: versões litográficas do Grito do Ipiranga na Revista Ilustrada

GISELE TEIXEIRA ALVES

A estátua equestre de dom Pedro I (1798 -1834), considerada a primeira escultura pública do Brasil, foi inaugurada na praça da Constituição em 1862 em razão da comemoração dos quarenta anos da independência do Brasil. Monumento dedicado a formação e legitimação de determinada memória sobre o acontecimento da emancipação. O monumento foi alvo de duras críticas no periódico “Revista Ilustrada” que surgiu em 1876 e circulava por todo o país à frente de campanhas nacionais. A revista foi criada pelo caricaturista italiano Angelo Agostini, que não mediu esforços para fazer aparecer o tema da Independência do Brasil Até 1898, quando parou de ser publicada. Neste estudo, temos como objetivo, analisar um tipo de uso e circulação dessa imagem que foi utilizada muitas vezes ao longo dos anos até a década de 1880. Analisando as críticas sociais e políticas propostas através das releituras bem humoradas da imagem da estátua equestre representada na mais diversas situações, muitas das vezes inusitadas e que muito contrastavam com a ideia de independência e liberdade que se buscou proclamar e rememorar através do monumento e das comemorações do 07 de setembro. Tendo como fonte a própria Revista Ilustrada, as quatro versões litográficas da imagem selecionadas para análise foram publicadas na mesma no mês de setembro dos respectivos anos: 1878, 1880, 1881 e 1882. Em nosso referencial teórico fazemos uso de Teixeira (2016) que nos ajuda a compreender a potência desse documento refletindo que: os impressos podem ajudar a perpetuar, difundir, instituir, consolidar ou “abalar” a cultura pedagógica de uma determinada época (...), pois são instâncias privilegiadas para a investigação de modos de funcionamento do campo educacional. Desta maneira, concluímos que A Revista Ilustrada, que é considerada a mais emblemática publicação ilustrada de sua época, foi sem dúvida um empreendimento bastante caro, pois mesmo com as impressões mais facilitadas pela difusão da técnica de litogravura, o jornal que não continha imagens saía bem mais barato do que aquele que apresentava publicação ilustrada. No entanto, mesmo tendo um número de exemplares menor, as revistas ilustradas vendidas, certamente alcançavam um número bem maior de leitores visto que, as imagens tinham um grande potencial de comunicação, alcançando inclusive o público não letrado, que agora, poderia “ler” as imagens e ter acesso às críticas e discussões apresentadas nas páginas da revista. A Revista Ilustrada, propôs em suas páginas, textos e imagens complexos, fazendo críticas importantes. Pautada por um projeto de civilização, a sua ambição pedagógica e política era dar luz às problemáticas sociais com uma linguagem artística e humorada. Suas imagens litográficas constituem um registro importante para nos ajudar a compreender melhor o 7 de setembro e as diversas memórias forjadas a seu respeito, não apenas as laudatórias, essas já tão conhecidas por intermédio dos livros didáticos.

Palavras-chave: Independência do Brasil; Revista Ilustrada; educação

As políticas de expansão do ensino secundário em Minas Gerais: instituições escolares, legislação de ensino e historiografia (1942-1961)

GISELI CRISTINA DO VALE GATTI, DÉCIO GATTI JÚNIOR

Sob a temática da História do Ensino Secundário em Minas Gerais no período compreendido entre 1942 e 1961, objetivou-se compreender o processo de expansão das instituições escolares deste nível de ensino, de elaboração legislativa e a historiografia sobre o Ensino Secundário em Minas Gerais. Partiu-se das ideias de Abreu (1955, 1960 e 1961), Campos (1940), Dallabrida e Souza (2014), Nunes (2000), Pessanha (2017), Schwartzman, Bomeny e Costa (1984), Silva (1959 e 1969), Souza (2008), Vechia e Lorenz (1998). As fontes de pesquisa incluíram vinte e dois volumes do Anuário Estatístico do Brasil IBGE (1946-1968), consulta aos dados sobre estabelecimentos do Ensino Secundário na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (1945) e na publicação Estabelecimentos do Ensino Secundário em Funcionamento no Brasil até 1959, inclusive, do MEC (1959). Quanto à legislação de ensino, houve consulta aos acervos da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, do Arquivo Público Mineiro, bem como o necessário cotejamento com informações bibliográficas. Por fim, no que se refere à historiografia sobre o Ensino Secundário em Minas Gerais, foram consultados o catálogo de teses e dissertações da Capes, o acervo particular de livros e periódicos e os principais periódicos da área de Educação e de História da Educação. Os resultados apontaram que a expansão do Ensino Secundário em Minas Gerais teve um arranque entre as décadas de 1940 e 1960, com predominância da oferta por instituições particulares (83%), notadamente católicas, o que foi mais visível em 1945, pois, em 1959, o número de estabelecimentos católicos e leigos aproximou-se em termos numéricos, mas ainda com significativa predominância do setor particular em relação ao número de estabelecimentos do poder público (17%), com indícios de subvenções públicas regulares às escolas particulares. O crescimento populacional foi de 45,56% no período, com expansão de 621,5% no número de matrículas no Ensino Secundário (de 21.439, em 1942, para 154.688, em 1963) e de 137 estabelecimentos, em 1945, para 437, em 1959 (219% de crescimento). Houve intenso movimento legiferante estadual até 1930, mas, depois, o governo central assumiu a legislação educacional. A historiografia sobre o Ensino Secundário mineiro localizada compreendeu 57 trabalhos, com predomínio de teses e dissertações (68,4%) e com centralidade no subtema da História das Instituições Escolares. O conjunto de trabalhos é significativo, sendo a maior parte da produção recente e de fácil acesso, bem como a evidenciar a importância dos programas de pós-graduação em Educação e de suas linhas de pesquisa em História e Historiografia da Educação no Estado de Minas Gerais.

Palavras-chave: História da Educação; ensino secundário; Minas Gerais

RHE e HISTEDBR On-Line: uma análise bibliométrica de dois periódicos de História da Educação (2017 - 2020).

GISLAINE MARLI DA ROSA KALINOWSKI

Periódicos científicos ocupam um espaço importante no processo de produção da ciência. Por um lado, o lema “publicar ou perecer” pode levar a valorização da quantidade em detrimento da qualidade. Por outro, é justamente como instrumento de avaliação qualitativa da produção científica que revistas com boa qualificação no Qualis-CAPES se apresentam. Dessa forma, esse trabalho se propõe a um balanço dos artigos publicados nos periódicos Revista de História da Educação (RHE), ligada a Associação Sul-Rio-Grandense de Pesquisadores em História da Educação (ASPHE) e HISTEDBR On-line, mantida pelo grupo de pesquisa “História Sociedade e Educação no Brasil” (HISTEDBR), com sede na Universidade Estadual de Campinas, mas com ramificações em outras instituições. A escolha dessas revistas se deu por dois fatores: primeiro, são bem qualificadas no Qualis-CAPES, segundo, ambas são ancoradas por grupos responsáveis pela constituição da História da Educação como campo. O recorte temporal estabelecido para essa pesquisa é entre 2017 e 2020. O objetivo, portanto, é analisar os artigos publicados nas revistas em relação a suas temáticas, recorte espacial e recorte temporal. A proposta metodológica está ancorada na bibliometria, que ainda que pertença mais ao escopo metodológico da biblioteconomia apresenta-se como uma escolha adequada a proposta desse trabalho. As fontes foram as edições, todas disponíveis de forma on-line, publicadas durante o recorte temporal. A bibliometria aplicada a essas fontes, nos fornece dados também para outros tipos de análise, como por exemplo, a filiação institucional dos autores ou relações de coautoria, contudo, justamente por produzir um número elevado de dados é preciso escolher sobre os quais se dedicar. Como o nome sugere, bibliometria remete a pesquisa quantitativa, no entanto é necessário reforçar o conceito que pesquisas quantitativas necessitam de análises de qualidade, que deve ser sempre o parâmetro de toda pesquisa. Justamente para dar suporte qualitativo ao trabalho o apoio em literatura já existente sobre tema é outra baliza usada. Os dados levantados nos indicam uma diversificação de temática de forma geral, mas com concentrações muito distintas nas duas revistas. Em relação aos períodos históricos presentes nos artigos há predominância dos séculos XIX e XX, essa característica tem estreita relação com a disponibilidade de fontes. Em relação ao recorte espacial a RHE tem uma quantidade mais significativa de artigos que tratam de outros continentes, a concentração do diálogo é com Europa e América do Sul. Já a HISTEDBR On-line tem menos artigos relacionados a outros continentes, porém, a variedade de diálogos é maior, só a Oceania não aparece como interlocutora.

Palavras-chave: periódicos de História da Educação; historiografia da educação; bibliometria

Beleza em (re)vista: educação do corpo feminino na sessão assuntos femininos em o Cruzeiro (1946-1953)

GISLENE RODRIGUES FERREIRA DEMARQUE

“Depomos nas mãos do leitor a mais moderna revista Brasileira” (CRUZEIRO, 1928). Assim iniciou o editorial de lançamento da revista semanal ilustrada O Cruzeiro. Fundada por Assis Chateaubriand, ela ascendeu por inovar nos padrões técnicos, gráficos, editoriais e ser uma espécie de “escola de jornalismo” com profissionais de destaque. O Cruzeiro traz a seção Assuntos Femininos, a qual ensina às leitoras formas de ser e estar no mundo. Embelezar-se, manter o corpo magro e esbelto, combater os sinais de envelhecimento, ser uma exímia “rainha do lar” e mãe zelosa são alguns dos ensinamentos que permeavam os discursos das colunistas. A imprensa no século XX é um dos campos culturais mais relevantes a serem analisados pelos historiadores da educação e das sensibilidades femininas (LUCA, 2013, LIPOVETSKY, 2000, PINSKY 2013, SANT’ANNA, 2013). Diante disso, e à luz dos pressupostos da História Cultural (CERTEAU, 1988, LE GOFF, 2003, PROST, 2019, PESAVENTO, 2013) e da História Social da Imprensa (BURKE, 2005, DARTON, 2010, BUITONI, 2009) buscamos entender de que forma O Cruzeiro por meio da seção Assuntos Femininos procurou educar o corpo feminino e o comportamento de suas leitoras. Visamos, também, discutir a revista como um gênero representativo dentro de contexto de disseminação de leituras destinadas ao público feminino em geral. Para tanto, serão analisadas as colunas Elegância e Beleza, Lar Doce Lar e Da Mulher Para a Mulher, dos anos de 1946 a 1953, período que aparecem de forma fixa em Assuntos Femininos e são assinadas por Elza Marzullo, Helena B. Sangirardi e Maria Teresa. Analisamos ainda a Correspondência – as cartas das leitoras e as respostas das colunistas –, textos das colunas e algumas ilustrações. O trabalho a ser apresentado no CBHE é um recorte das análises de 1946, com foco especial para as “pedagogias da beleza”, onde problematizamos os recursos da linguagem e da cultura visual impressa utilizados para a educação das mulheres, procurando ir além das discussões maniqueístas que vislumbram a imprensa enquanto uma prisão para as mulheres. De fato, por intermédio da leitura das cartas, observamos as táticas de leitura e de reinterpretação do que era dito nas colunas. Pois, se Lipovetsky (2000) explica que tal aprisionamento colabora para debilitar as mulheres psicológica e fisicamente levando-as a “perder a confiança em si próprias, absorvendo-as em preocupações estético-narcisistas, o culto da beleza funcionaria como uma polícia do feminino, uma arma destinada a deter sua progressão social” (LIPOVETSKY, 2000, p.136), também observamos que há resposta criativa dentro desta arena de conflitos que é a imprensa periódica. Em suma, observaremos os discursos e os contra-discursos recorrentes, para entender como as pedagogias da beleza “prescritas” pelas colunistas visam ensinar as leitoras a se tornarem mais belas o que poderia ajudá-las a conquistarem a admiração do “olhar masculino”, manutenção do matrimônio e prestígio social.

Palavras-chave: imprensa; corpo; beleza

Aportes sobre as políticas educativas das organizações negras - o século XX

GIULIA SIMÕES, JANE SANTOS DA SILVA

Apresentamos nesta comunicação um resumo do levantamento iniciado em 2019, que se propõe evidenciar as ações educacionais pensadas a partir das organizações negras durante o século XX. O objetivo desta pesquisa é identificar as principais ações de negros e negras na educação Brasileira do século XX. A educação representava, e ainda é representada como o espaço da possibilidade de progresso individual e coletivo, sendo assim foi vista como uma oportunidade para tirar o atraso da última nação a “abolir” a escravatura. Logo, pesquisar a educação formal e a não formal, também é entender os caminhos que a população negra Brasileira traçou no pós-abolição. A metodologia que utilizamos é de caráter exploratório e se conecta com o projeto de pesquisa ao qual está vinculada, tendo como ponto principal a coleta de dados históricos, análise documental e revisão bibliográfica. Iniciamos este levantamento com os antecedentes das últimas décadas do século XIX e início do século XX, com a construção de organizações educativas e com sujeitos que exerceram iniciativas educacionais, tais como: o professor Pretextato dos Passos e Silva (Santos, 2014), professor Hemetério José dos Santos (Silva, 2014), a Sociedade Beneficente Luís Gama e o colégio São Benedito (1902), a escola Progresso e Aurora e o Centro Cívico Palmares (1926-1929). É necessário ressaltar que estas ações tinham como proposta central uma inclusão no modelo educacional e social que se apresentava no período. A principal e mais conhecida organização, com inúmeras pesquisas acadêmicas é a Frente Negra Brasileira (FNB), como fortalece Domingues: “A Frente Negra Brasileira foi resultado do acúmulo de experiência organizativa dos afro-paulistas.” (Domingues, 2016). Reforçamos aqui que as instituições anteriormente citadas antecederam à Frente Negra Brasileira, e foram de suma importância para pensar e fazer educação para as pessoas negras no imediato pós-abolição. A partir da segunda metade do século XX, dos anos 1950 ao ano 2000, as ações do movimento negro Brasileiro foram atravessadas por fatos históricos que ocorreram no país, assim como qualquer movimento da sociedade. Sofreu mudanças em suas ideologias e posicionamentos políticos (Domingues, 2007) que afetaram suas propostas para a educação, principalmente pelo forte engajamento na busca de políticas públicas que incorporassem a população negra na educação formal, que superasse a ideia de “diploma de brancura” (D’Ávila, 2006). Na década de 1950 até os primeiros anos de ditadura civil-militar, o principal dispositivo do movimento social foi a imprensa negra e as principais agremiações foram o Teatro Experimental do Negro (TEN) e a União dos Homens de Cor (UHC). Ambas no período da ditadura civil-militar sofreram um sufocamento, porém deixaram sementes para novos movimentos e experimentações educacionais que irão impactar, no final da década de 1970, precisamente no ano de 1978, o Movimento Negro Unificado.

Palavras-chave: organizações negras; políticas educativas; História da Educação

Uma congregação católica francesa no Brasil: a atuação das Irmãs Azuis em Mato Grosso (1904-1971)

GIUSLANE FRANCISCA DA SILVA

O objetivo desse trabalho é refletir sobre o estabelecimento das Irmãs Azuis no estado de Mato Grosso, bem como discutir sobre as principais atividades das mesmas nos primeiros anos de atuação no referido estado. A Congregação das Irmãs de Nossa Senhora da Imaculada Conceição de Castres, mais conhecida como Irmãs Azuis, foi fundada em dezembro de 1836, na cidade de Castres, na França. A fundadora foi a jovem Jeanne Emilie de Villeneuve. A jovem nasceu na decadente nobreza francesa. A comunidade iniciou com três integrantes, Elisabeth Boudet, Honorine Rigaud, além de Emilie, que passou a ser também a Madre Superiora. Em 1847, onze anos após a fundação, a congregação deu o primeiro passo rumo à internacionalização. O continente escolhido foi a África, mais precisamente, a cidade de Dakar, no Senegal. De lá, a congregação se estabeleceu em outros países, como na Gâmbia e Gabão, regiões nas quais ainda se mantem atuantes. Já no início do século XX, em 1904, a congregação iniciou as atividades missionárias na América Latina. O país escolhido foi o Brasil, sendo que a primeira cidade na qual se estabeleceu, foi em Cuiabá, capital do Estado de Mato Grosso. O início da empreitada foi na capital do estado do Mato Grosso, Cuiabá. Sendo assim, a bordo do barco Etrúria, após longos 61 dias de viagem, estavam 6 Irmãs Azuis, 4 padres, 2 irmãos e 3 noviços da Terceira Ordem de São Francisco. O destino? A cidade de Cuiabá/MT, onde chegaram no dia 26 de outubro de 1904. As Irmãs, mais especificamente, vieram atender ao “chamado de Deus”, que se consolidou no convite de D. Carlos D’Amour para que assumissem a administração do educandário Asilo Santa Rita, voltado à educação de meninas órfãs e pobres. E assim as Irmãs Azuis iniciaram suas atividades no Brasil. A entrada das Irmãs em Mato Grosso, em 1904, marcou também o início da atividade delas na América Latina. Poucos meses depois, no início de 1905, elas se estabeleceram na Argentina e, mais tarde, em outros países latino-americanos. Destarte, a construção desse trabalho se deu a partir de fontes da congregação, tais como livros de memória, hagiografias, assim como produções bibliográficas sobre o tema. Foi possível perceber que as Irmãs Azuis souberam “aproveitar” com maestria as possibilidades de expansão que se apresentavam a elas, de forma que conseguiram ao longo de alguns anos, se consolidarem no Novo Mundo. A partir das leituras e análises das fontes, foi possível perceber que a educação teve um papel fundamental no processo de estabelecimento e expansão das atividades da congregação, não apenas no Brasil, mas na Argentina e no Paraguai.

Palavras-chave: educação católica; missões; educação feminina

A criação de uma faculdade: o curso de Pedagogia da Faculdade Adventista de Educação (FAED): contribuições para a formação docente no Brasil

GIZA GUIMARÃES PEREIRA SALES

Ao enfocarmos a formação docente, somos levados a direcionar o olhar para as instituições de formação. A história da formação de professores no Brasil nos instiga a promover uma investigação atenta e criteriosa para compreender aspectos da constituição de um campo bastante significativo para a história da educação no país. Pesquisas sobre circulação de saberes pedagógicos, cultura escolar e pedagógica, ensino público e privado, confessional e laico podem ser representativas de práticas e modelos de formação docente que foram sendo desenvolvidas no interior das instituições específicas para formação docente. É com este espírito investigativo que buscamos, por meio deste texto, conhecer esses espaços, na tentativa de resgatar algo que ficou ali perdido e esquecido, para captar um pouco das memórias e histórias de determinados sujeitos – atores no processo de construção da profissionalização – que, por meio dos indícios deixados, dos relatos ou registros, fizeram a história da formação de professores acontecer. Com o objetivo de compreender aspectos da formação docente no Brasil, numa perspectiva da história cultural e história das instituições educacionais, este texto busca enfocar a contribuição da Faculdade Adventista de Educação (FAED), fundada em 1973, pertencente ao Instituto Adventista de Ensino (IAE), cuja criação se deu em 1915. A trajetória de formação docente nessa instituição se iniciou nos anos de 1920, por meio da Escola Normal Adventista Livre, somente na década de 1970, a FAED se tornou a primeira instituição ligada à Igreja Adventista do Sétimo Dia do Brasil a promover a formação de professores em nível superior. A partir dessa criação outros cursos de licenciatura viriam a surgir nas décadas seguintes, todos ligados à FAED. Como pressuposto de concretização de um ideal filosófico-educacional evangelizador, proposto por seus fundadores, ainda no século XIX, a FAED vem consolidar a tríade evangelização-saúde-educação, por meio dos cursos de Teologia, Enfermagem e Pedagogia. Este estudo de caráter historiográfico e documental, fundamentou-se nos pressupostos de análise da história cultural e história oral por meio da análise de fontes e documentos, com os quais buscou-se evidenciar aspectos de uma história da formação de professores no contexto Brasileiro. Portanto, o objetivo deste texto é contemplar os percursos e trajetórias da Faculdade Adventista de Educação (FAED), pertencente ao Instituto adventista de Ensino (IAE), ligado à Igreja Adventista do Sétimo Dia (IASD) no Brasil e perceber como sua história foi sendo construída, ao longo do tempo, de forma a ter se tornado o que ela é: uma instituição de tradição na formação de professores fundamentada a partir da sua filosofia confessional e que tem atuado até o presente na formação de professores, por meio do curso de pedagogia e demais licenciaturas existentes nesta instituição centenária.

Palavras-chave: história da formação de professores; Faculdade Adventista de Educação (FAED)

Um projeto educacional cristão: Ellen G. White e os pressupostos filosófico-educacionais adventistas

GIZA GUIMARÃES PEREIRA SALES

Com base numa investigação centrada em perspectiva histórica, documental e bibliográfica, este texto apresenta uma análise do projeto educacional confessional proposto pela escritora norte-americana Ellen G. White (1827-1915), cujos escritos se tornaram um guia para o erguimento do sistema educacional adventista. O objetivo desta comunicação é evidenciar como White exerceu papel preponderante no estabelecimento da pedagogia adventista. E. White, seu esposo T. White e um grupo de fiéis, tornaram-se pioneiros e fundadores de um movimento que teve início no ano de 1843 e que deu origem à Igreja Adventista do Sétimo Dia. Desde o início de sua atuação como líder religiosa, a autora escreve cartas, conselhos e recomendações que serviram de orientação aos recém convertidos. Seus escritos tratavam de aspectos relacionados à compreensão dos princípios cristãos, preparo para a segunda vinda do Messias à terra, observação do sábado como dia de guarda, orientações para a vida familiar e religiosa, além de princípios de vida saudável que buscava contemplar a saúde do corpo, mente e espírito. Posteriormente, preocupada com o futuro das crianças e das influências do mundo secular, passou a escrever especificamente sobre a educação das crianças e jovens numa perspectiva holística, no que a autora denomina de educação integral. Em 1872, White escreve seu primeiro texto a respeito da educação, cujo título é “A Verdadeira Educação” (Proper Education). Nesse manuscrito a autora esclarece que educação apropriada vai além do desenvolvimento harmonioso de todas as faculdades humanas – físicas, morais e espirituais. Busca restaurar no ser humano as características do seu criador, portanto, a educação além de transformadora, é também restauradora. Seus escritos passaram a constituir as diretrizes filosóficas e educacionais do sistema educacional adventista. Ao passo que a igreja adventista se consolidava e se espalhava ao redor do mundo, também seu sistema educacional se fortalecia. A presença da doutrina religiosa adventista e de seu modelo educacional se estendeu aos vários continentes por meio dos missionários e voluntários que, por onde passavam, fundavam igrejas e escolas. Com o passar das décadas, o sistema adventista tem se destacado no campo educacional por meio de suas escolas, tanto em regime de internato como externato, com atuação desde o ensino básico até o superior, bem como por ampla rede de hospitais e clínicas médicas. No Brasil, a educação adventista teve sua presença marcada a partir do ano de 1896 com a criação do Colégio Internacional de Curitiba, fundado por missionários adventistas de origem alemã que se instalaram no sul do Brasil. Este estudo fundamentou-se nos pressupostos de análise da história cultural e história oral por meio das fontes e documentos analisados, com os quais buscou-se evidenciar aspectos de uma história que também faz parte da história da formação de professores no contexto Brasileiro.

Palavras-chave: educação confessional; filosofia educacional adventista; Ellen G. White

Cultura e materialidade escolar em exposições, congressos e objetos: “a feliz invenção do jubileu”

GIZELE DE SOUZA, ANDREA CORDEIRO

Hobsbawm (1997), ao analisar a produção em massa de tradições nos anos pouco anteriores à primeira guerra, localizará em países europeus, assim como em alguns do continente americano, uma série extensa de “exercícios de relações públicas” que consistiriam na invenção oficial de tradições sob a forma de ritos, comemorações, monumentos, com o intuito de que “assegurassem ou expressassem identidade, coesão social” em nações que atravessavam as profundas transformações sociais do período. Entre esses “exercícios” destaca a “feliz descoberta – ou talvez fosse melhor dizer invenção – do jubileu ou do aniversário cerimonial” (HOBSBAWM, 1997, p.288), cujo protocolo completo envolvia a organização de exposições e inaugurações, a criação de competições desportivas, a emissões de estampas comemorativas, material postal, medalhas e outros artefatos para registro e celebração. A América do Sul integrará este movimento no período inicial do século XX e a escola e as propostas educacionais participarão das festividades dos aniversários cívicos de diversas formas, entre elas através das exposições escolares e pedagógicas e com a realização de congressos e conclaves do campo da educação e assistência à Infância, uma vez que ideias relativas ao progresso e fortalecimento identitário das nações concentrarão energias sobre a escola pública, tomando-a como principal elemento para o desenvolvimento e unificação interna dos países e atribuirão ao Estado a responsabilidade por possibilitar sua expansão e universalização. O estudo em questão investe no exame das relações entre Congressos, Exposições, Objetos e a “Invenção do Jubileu”, no intuito de aproximar o debate da cultura material escolar e dos ritos e liturgias cívico-políticas. Essa relação possibilita ampliar o olhar para os estudos já realizados sobre congressos e exposições, para além da dimensão da circulação de ideias, e considera os objetos e propostas materiais vinculados a este tema, inscritos nas lutas de representação. Empiricamente, o estudo trabalha com fontes de artigos de jornais e revistas em circulação nacional, atas de Congressos, imagens sobre exposições, cartões postais, carteirinha de congressistas e objetos numismáticos a fim de compor um conjunto de documentação – com tipificações distintas – que colabora com o enriquecimento de análises em torno do tema da cultura material. Para dar conta desta finalidade, o diálogo teórico se faz com contribuições já produzidas na historiografia Brasileira sobre congressos, exposições e cultura material escolar, bem como as advindas de Eric Hobsbawm, Michel de Certeau, Roger Chartier, Agustín Benito Escolano e Ulpiano Meneses.

Palavras-chave: cultura material escolar; congressos e exposições; jubileu

Ocio, ciudad y naturaleza: una mirada sobre los gauchos en la ciudad de Montevideo de 1865

GONZALO PÉREZ

Las consideraciones realizadas en este trabajo están inscritas en el Grupo de “Educación de cuerpos, territorio y ciudad” en el marco del Departamento de Educación Física, Tiempo Libre y Ocio (ISEF). Si buscamos brindar insumos para comprender cómo educar a los cuerpos en la relación entre ciudad y naturaleza, a partir de los informes elaborado en torno a la vista sobre los gauchos en el período de expansión de la ciudad de Montevideo. Algunos antecedentes dan evidencia de las críticas hechas al progreso de la misma civilización y ciudad a principios del siglo XX, lo que llevó a la retomada de plantaciones vinculadas al “regreso a la naturaleza” (Soares, 2015). Esta vista natural tiene lugar en el marco de una alianza que adquiere mayor sistematización y precisión gracias a los aportes del discurso médico y pedagógico. En este sentido, la naturalidad se identifica como un lugar de curación y restauración que ayude a contrarrestar las debilidades y fragilidades resultantes de la vida en el ciudad (SOARES 2015). De acuerdo a Castellanos (1971) la ciudad de Montevideo transitó por tres grandes movimientos de expansión: la “vieja ciudad” que recoge los restos de la ciudad colonial, la “ciudad nueva” que se manifiesta como la salida de la ciudad amurallada y, la “Ciudad novísima” reconocida como un proyecto modernizador que organizó y amplió el orden urbano. La aparición del último de los pasajes se ve desde mediados del siglo XIX hasta principios del siglo XX. En esta oportunidad se analizan las nociones sobre ocio y su relación con la naturaleza en un proyecto civilizador, en un texto de José Pedro Varela denominado “Los gauchos” (1865), publicado en La Revista Literaria. Cabe señalar que esto es uno de los principales impulsores de la reforma educativa más importante del país, que permitió la inclusión de la Educación Física en la escuela pública uruguaya en 1876. Si una apuesta en las primeras décadas del siglo XX fue el “regreso a la naturaleza”, el presente. El análisis propone indagar en períodos y movimientos en la expansión de la ciudad, es para decidir, aquellos en los que sería posible encontrar una relación con la naturaleza que dé pistas entender este movimiento de “retorno” y que, por tanto, sería deseable, de acuerdo a lo referido en los antecedentes, “recuperar”. De ahí la importancia de articular algunas fuentes del tiempo para preguntar cómo educar a los cuerpos a partir de discursos en la oficina y naturaleza en los movimientos de expansión de la ciudad de Montevideo.

Palavras-chave: civilización; ocio; naturaleza

A trajetória de vida da mulher como fonte historiográfica: a cineasta Maria do Rosário Nascimento e Silva e suas contribuições para pensar a História da Educação

GRACIELE MARIA COELHO DE GOMES

Embora a fonte escrita e oficial tenha prevalecido como base para o que conhecemos do passado, hoje temos presenciado a variação das fontes históricas, o que permitiu o questionamento de versões oficiais. Ao tomar as mulheres por fontes históricas podemos encontrar em suas memórias aspectos políticos, sociais, religiosos e econômicos capazes de complementar as versões do passado que com frequência foram registradas e narradas por homens. Silenciada ou não nas fontes oficiais, o trajeto das mulheres é uma realidade de vida, ou mais, exemplifica os desejos e percalços vividos por tantas outras. Se para Halbwachs (2013) As memórias são interpretações do passado, quando uma mulher narra suas memórias o que obtemos é a interpretação que ela fez do passado de acordo com o que viveu, o que permite que pessoas com experiências de vida diferentes narrem versões diferentes sobre um mesmo período de tempo, ainda que vivendo em uma mesma sociedade. Quando nos debruçamos sob registros realizados no passado, sejam eles imagens fotográficas, obras de arte, entrevistas de sujeitos feitas no passado, reportagens ou outros documentos, também criamos outras versões do passado, mas agora agregando as lembranças e experiências do próprio pesquisador. Neste trabalho, tomarei os aspectos da vida da cineasta Maria do Rosário Nascimento e Silva, bem como expressões de suas subjetividades e visão de mundo presentes em sua produção artística como fontes historiográficas. Buscando elementos que ajudem a compreender a história da vida das mulheres artistas na sociedade durante o período da ditadura militar de 1964. E desse modo ajudem a responder a seguinte pergunta de pesquisa: tomar a vida das mulheres artistas que viveram a ditadura militar de 1964 como fonte historiográfica, contribui de que maneira à Educação e a História das Mulheres? Esta pesquisa é do tipo bibliográfica e documental. As fontes utilizadas para construção deste trabalho serão a reportagem cedida pela própria Maria do Rosario ao jornal O globo em 1976, a entrevista concedida por sua amiga de infância e colega de trabalho Tessi Calado e a entrevista cedida por sua Filha Eduarda Clark. A discussão é feita em uma única seção onde interlaço os conceitos de fontes, memória e testemunha, a partir do pensamento da Ecléa Bosi e da Verena Alberti a elementos da trajetória formativa e artística da cineasta, por acreditar que os mesmos enriquecem o que se sabe sobre a presença da mulher na história. Observando que as experiências educativas passadas, seja no aspecto escolar ou familiar, são um instrumento positivo para pensar o rumo da educação nos dias atuais, e sobretudo, como o processo educativo das mulheres tem refletido no comportamento dos sujeitos em sociedade.

Palavras-chave: fontes historiográficas mulher artista. História da Educação

Instituto de Menores de Dianópolis – To, uma instituição de vanguarda

GRACIENE REIS DE SOUSA, JOCYLEIA SANTANA SANTOS, ARAGONEIDE MARTINS BARROS

A pesquisa teve como objetivo narrar o processo de instalação do Instituto de Menores, depois denominado de Instituto Agroindustrial São José criado em 1952 e encerrado em 2011 na cidade de Dianópolis- TO. No dia 11 de julho de 1952, realizou-se a primeira reunião para formar o patrimônio do Instituto de Menores. O coronel Abílio Wolney indicou que a fazenda “Discreto” seria o local das construções, pois a área rural tinha aproximadamente 593 hectares. Foram construídos o prédio principal, a casa para professores e monitores, oficinas e cursos de: alfaiataria, sapataria, olaria, mecânica e a agricultura local. Com o surgimento da Campanha Nacional de Educação Rural no Rio de Janeiro em 1952, o Ministério da Educação propôs-se ajudar o Instituto através de convênios para a instalação de um Centro de Treinamento de Cooperativismo. O MEC estava atendendo aos apelos da ONU ao implementar Centros Sociais de Comunidade e Missões Rurais como mecanismos de promoção do progresso e desenvolvimento para as populações rurais. Realizou-se a pesquisa bibliográfica utilizando os autores que tratam de instituições educativas tais como: Noselha (2009), Nunes (2006), Sanfelice (2007) e Justino Magalhães (2004) e leitura de Livros de Ata da Câmara Municipal de Dianópolis. A metodologia utilizada foi a história oral temática baseada em Santos (2008), Alberti (2005), Minayo (2001) e Triviños (1987) com roteiro de entrevistas semi-estruturado com as seguintes questões: a) as dificuldades para a implantação do Instituto, b) Os apoios dos órgãos governamentais, c) a realidade socioeconômica dos alunos, d) os primeiros professores, e) a transferência do patrimônio para o Estado de Goiás. Os sujeitos da pesquisa foram: Hagahús Araujo, fundador do Instituto de Menores e diretor no período de 1953 a 1963, Josa Araujo, primeira professora, João Rodrigues Leal, ex-deputado, ex-professores, funcionários e ex-alunos. O Instituto foi doado ao Estado de Goiás, em 1963, com um patrimônio estimado em Cr\$ 50 milhões (50 milhões de cruzeiros, à época) valor duas vezes maior do que a soma de todos os recursos que a instituição recebera. O Instituto de Menores de Dianópolis (TO) mudou a realidade da região sudoeste do Estado do Tocantins, formando lideranças e garantindo uma profissão para centenas de crianças e jovens carentes. Ao direcionar os estudos para uma instituição educativa e correlacioná-la ao contexto histórico buscou-se demonstrar as mudanças ocasionadas na sociedade dianopolina. Em 2011, o governo do Estado do Tocantins assumiu a instituição com 125 alunos. No ano de 2013, o Instituto foi transformado em campus Dianópolis sendo uma unidade do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Tocantins.

Palavras-chave: instituição educativa; história oral; Tocantins

Memória e história da educação profissional e tecnológica: estudo sobre a implementação de uma escola técnica estadual Em São Paulo

GUILHERME ANTONIO BIM COPIANO, SUELI SOARES DOS SANTOS BATISTA

Este artigo, proposto para o XI Congresso Brasileiro de História da Educação, insere-se no Eixo Temático 9 – Educação Profissional. O estudo surgiu do interesse em investigar as práticas educativas e a valorização da memória e da história institucional a partir da análise das narrativas dos atores institucionais do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (Ceeteps), priorizando a memória e construção histórico educativa da Escola Técnica Santa Ifigênia que foi planejada e implementada como um centro paulista de excelência na formação de técnicos para o eixo tecnológico de turismo, hospitalidade e lazer. A pesquisa bibliográfica está centrada em livros, artigos, dissertações e teses acadêmicas que versam sobre patrimônio histórico educativo e educação profissional. A pesquisa documental se constituiu a partir de decretos, pareceres, leis e diretrizes disponibilizados pelo Ministério da Educação, pelo Estado de São Paulo e pelo Ceeteps. Buscou-se ainda apresentar o histórico e a importância dos cursos técnicos do Ceeteps referente ao Eixo Tecnológico de Turismo, Hospitalidade e Lazer, fazendo uso do banco de dados da Unidade do Ensino Médio e Técnico do Ceeteps (BDCetec) e do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT). Através de levantamento, seleção e estudo documental, e também da coleta de dados através da narrativa de atores institucionais, buscou-se contribuir com o a construção do patrimônio histórico-educativo da educação profissional e tecnológica. A ideia de realizar entrevistas de história oral surgiu com base nos estudos do acordo de cooperação técnico educacional entre o Ceeteps e uma instituição italiana, ponto de partida de criação da unidade escolar que foi o objeto de estudo. Desenvolveu-se um método de investigação por meio das narrativas, possibilitando que os investigados pudessem compartilhar suas vivências, experiências e expectativas nesse processo. As questões, a seleção das entrevistadas e a análise dessas entrevistas foram momentos da pesquisa norteados por esses eixos temáticos, elaborados a partir do conjunto de leituras e documentos, aos quais teve-se acesso na fundamentação teórico metodológica. A divisão em eixos temáticos (Gestão Estratégica, Gestão Operacional e Técnico) permitiu a análise das entrevistas conforme as vivências, experiências e o envolvimento dos atores durante o processo de criação e implantação da Escola Técnica Santa Ifigênia, Centro de Hospitalidade localizado no Bairro da Luz na cidade de São Paulo.

Palavras-chave: educação profissional e tecnológica; patrimônio histórico educativo; Escola Técnica Estadual

Arquivo pessoal: caracterização de sua formação e organização

GUILHERME HERREIRA ALVES

Apresentam-se resultados parciais de pesquisa desenvolvida no mestrado em educação. Visando a aplicabilidade dos princípios arquivísticos no Arquivo pessoal de uma pesquisadora e professora da UNESP - Universidade Estadual Paulista, para caracterizar a gênese e composição de sua estrutura em suas relações com o contexto orgânico e de produção, contextualizando esse patrimônio documental a história de vida de sua titular. Mediante abordagem histórica, centrada em pesquisa documental e descritiva, de caráter de estudo de caso, sob a perspectiva dos fundamentos teóricos e metodológicos dos princípios de proveniência e organicidade dos documentos. Esse Arquivo tem servido de base para pesquisas de inúmeros pesquisadores interessados na temática da história da educação, o que destaca sua importância, bem como a valorização da titular e seu empenho em constituir um Arquivo que tem possibilitado a formulação de distintas investigações científicas de referenciais teóricos e metodológicos fundamentais à área da história da educação. O Arquivo sediado na UNESP-Marília é composto por mais de 4000 itens impressos, manuscritos e iconográficos, datados predominantemente dos séculos XIX e XX. Esses itens foram acumulados e organizados pela titular do Arquivo durante as funções e atividades desempenhadas ao longo de sua carreira acadêmica e pessoal, bem como das atividades desenvolvidas pelo Grupo de Pesquisa, fundado e liderado por ela. Como fundo aberto, esse Arquivo continua recebendo novos documentos produzidos ou recebidos por sua titular. O estudo visa a identificação da gênese e a lógica da organização do Arquivo, em conformidade com os princípios arquivísticos de proveniência e organicidade, para identificar as especificidades dos documentos a partir de suas relações orgânicas e de produção, para delinear sua caracterização de formação e organização, que inicia-se quando o indivíduo acumula documentos para uso particular, posteriormente à fase da preservação, onde o objetivo é o da pesquisa científica. A organização se realiza por meio da acumulação dos documentos e faz com que o arquivo reflita sua finalidade e corresponda a estrutura, funções e atividades de sua titular, sendo uma formação progressiva, natural e orgânica, onde seus itens documentais são acumulados de maneira natural. A pesquisa cujo os resultados aqui apresento se complementam na busca de destacar a relevância e contribuição deste patrimônio documental que se caracteriza por proporcionar uma importante via de acesso para o desenvolvimento de pesquisas históricas, contribuindo para o desenvolvimento do conhecimento no âmbito acadêmico-científico.

Palavras-chave: princípios arquivísticos; arquivo pessoal; História da Educação

Retratos autobiográficos de uma Alagoas interiorana: rascunhos jornalísticos da professora Maria Mariá (1953-1959)

HEBELYANNE PIMENTEL DA SILVA

A proposta de comunicação identifica-se como recorte de uma pesquisa que se encontra em desenvolvimento desde 2018, sobre a trajetória da professora e jornalista Maria Mariá. Resultados iniciais já foram divulgados em livro (AUTORA, 2021) e artigo (AUTORA, 2020), preocupados, respectivamente, com a escola de prosas que a mestra construiu por meio do Jornal de Alagoas, e com a sua interferência na fundação de bibliotecas públicas no estado. Apresenta às configurações da formação cidadã, sugerida por meio de prosas publicadas pela personagem durante a década de 1950, partindo da hipótese de que os textos desvelam uma tentativa de conscientização da população local, acerca dos problemas constitutivos da realidade nacional. Em continuidade as leituras e problematizações às fontes, indago: Como a escrita da professora Maria Mariá desvelam uma tentativa de conscientização da juventude Alagoana acerca da realidade nacional? Busco associar os escritos às ideias e ideais educacionais predominantes na década, com o intuito de pensar sobre como União dos Palmares configura-se como marginal em comparação com demais estados do país. A condição das crianças da escola Rocha Cavalcanti, única instituição existente no município até 1953, evidencia o descaso: “[...] não fossem suficientes para os 400 alunos de sua frequência diária, muitas crianças se sentavam à vontade pelo chão” (SARMENTO, 1953/AUTORA, 2021, p. 142). Os textos escritos por Mariá, vão de denúncias à descrições de ações rotineiras no município interiorano. A pesquisa documental, de caráter qualitativo, ancora-se na ótica perceptiva micro-histórica (GINZBURG, 2006, 2007), indo da parte para à compreensão eficiente da totalidade. É uma escrita atenta aos detalhes, inspirada nos romancistas e cronistas, ao tempo que utiliza publicações jornalísticas como principais fontes. A técnica selecionada para a produção, mantém atenção aos propósitos dos textos e materialidade do ambiente de circulação, como sugerido por Luca (2019). Especialmente pela capacidade que estes possuem de dizer do modo de conservação e organização dos periódicos em acervos, fazendo compreensível a argumentação de Ginzburg (1989), sobre o sentido da busca indiciária. As ações e reivindicações de Mariá, são comparáveis, em alguns pontos, as recorrentes entre assinantes do Manifesto dos Educadores (AZEVEDO, 2006), sobretudo pela ênfase na democracia e nas reformulações metodológicas. Mas já indicam pontuais contraposições a maneira como as escolas públicas e os profissionais passaram a ser tratados após a modernização do sistema educacional (AUTORA, 2021). As redes de sociabilidade e os ofícios de escritora e docente, podem torná-la identificável como intelectual (SIRINELLI, 2003). Uma intelectual atenta à formação do povo, que deixou impressos, retratos autobiográficos de uma Alagoas interiorana ainda opaca.

Palavras-chave: Maria Mariá; Jornal de Alagoas; conscientização

Urbanizar para modernizar: proposição sobre educação rural em Minas Gerais nos meados do século XX

HELDER PINTO

Nesta comunicação assume-se modernização como promoção da ‘razão de estado’ no meio rural. E se pergunta: em que medida a presença do estado através da educação e outros serviços podem fomentar a modernização, conservador, porque não dizer, no mundo rural? Considera-se que a educação escolar e outros serviços públicos, se materializados, acarretaria uma mudança de mentalidade de forma a elevar o padrão de vida dessa população, a qual experimentava um contexto de fome e evasão rural. O Governo de Minas, 1946, período de redemocratização, ciente da necessidade de aperfeiçoar as culturas econômicas e sociais no campo, alavancou um programa de educação, partindo do conceito de urbanização dos meios rurais, defendido por H. Antipoff. Presume-se que a pauta dos processos racionais de produção da vida material e simbólica constante. E se defendeu transformações de relacionamento entre populações rurais e a estrutura estatal. A coleta dos dados deu-se numa investigação bibliográfico-documental, pois documentos como palestras, discursos políticos e legislações consultados em livros, veja a Coletânea das Obras Escritas de Helena Antipoff. Notou-se, enfim, que diferentes órgãos do governo estavam ligados às questões da recuperação econômica, da formação de professores para o rural, e escolas-agência de urbanização local. Deveriam se organizar com diversos atores governamentais e não-governamentais. Estes parceiros poderiam, presume-se, alterar a relação de poder das prefeituras. Estabeleceu-se que convênios entre estado e municípios num arranjo administrativo necessário, resultando no decreto nº. 2.545, de 5 de dezembro de 1947. Assim, convênios firmados diziam: a) orientação técnica das escolas rurais caberia, a partir da assinatura, ao Estado, os novos professores passariam a ser nomeados e contratados pelo Estado e, os antigos passariam, conforme o convênio, a serem professores estaduais, cujas aposentadorias correriam por conta dos municípios, c) os vencimentos dos professores seriam completados pelo Estado, no caso de professores leigas, e normalistas, d) os municípios deverão contribuir para o vencimento dos professores rurais, e) os municípios também financiarão os cursos de aperfeiçoamento que o estado viesse a programar, f) os município conservarão os prédios escolares rurais, g) o estado concorrerá com a metade da despesa para a aquisição de material didático e mobiliário. Poder-se-ia inferir que tais medidas desenharam uma lógica administrativa para a educação rural, conjugação de duas esferas governamentais. Em 1949, foram materializados com base neste esboço, convênios com oito prefeituras. Montadas as escolas rurais, a proposta é que elas forneceria para população serviços para além dos educacionais, como ‘gabinete dentário’, ‘praça de jogos esportivos’ e ‘comunicação com telefone, rádio e jornais’, por exemplo. Portanto, esses implementos na instituição escolar possibilitariam a mudança, a modernização, ou seja, “urbanização rural”.

Palavras-chave: urbanização rural; políticas educacionais; modernização institucional

Um pequeno livro cruza fronteiras: intercâmbios e conexões entre Brasil e Estados Unidos

HELOÍSA HELENA PIMENTA ROCHA

A centralidade do ensino das noções de higiene e da formação de hábitos saudáveis na preservação da saúde e na prevenção das doenças constitui-se em um postulado recorrentemente afirmado nos círculos de formação e de atuação profissional dos médicos higienistas e sanitaristas, nas décadas iniciais do século XX. Em suas intervenções, esses profissionais defendiam que era imperativo fazer da escola um meio saudável e dos professores exemplos a serem seguidos, tanto no interior da escola como no ambiente doméstico. Diante desse imperativo, cabia refletir sobre os modos de conduzir o ensino de higiene nas escolas primárias e, além disso, sobre os materiais e métodos de que o professor poderia lançar mão em seu fazer cotidiano. Visando contribuir com a reflexão sobre a circulação de saberes, sujeitos e impressos, que marcou as iniciativas por meio das quais se procurou dar conta da tarefa de ensinar às crianças temas relacionados à higiene e à saúde, busca-se, nesta comunicação, atentar para as apropriações que os médicos Brasileiros fizeram daquilo que se produzia nos Estados Unidos, no período. Para tanto, examina-se um livro destinado ao ensino de higiene para crianças, intitulado *Alphabeto da saúde da criança*, publicado em 1918, pela Child Health Organization, e adaptado para o português pelo médico educador José Paranhos Fontenelle, em 1925. Originalmente intitulado *Child health alphabet*, o livro ilustrado, de autoria de Antoinette Rotan Peterson, teve sua versão para o português publicada pelo Serviço de Propaganda e Educação Sanitária da Diretoria de Saúde Pública do Estado do Rio de Janeiro, em colaboração com a American Child Health Association. Impresso nos Estados Unidos, o abecedário ilustrado provavelmente viajou na bagagem que Fontenelle trouxe de volta de seu estágio em saúde pública na Johns Hopkins University, com bolsa da Fundação Rockefeller. Para além de examinar o processo de adaptação da obra, interessa-nos, nesta comunicação, explorar indícios que permitam compreender os circuitos que permitiram o trânsito dessa obra para o Brasil e a sua adaptação para um idioma distinto daquele em que foi originalmente publicada. O exame da obra procura fazer emergir algumas conexões entre o Brasil e os Estados Unidos, estabelecidas por meio das viagens, dos trânsitos de pessoas, saberes e objetos impressos. O tratamento das questões levantadas em torno dessa obra e sua circulação inspira-se nas contribuições da história transnacional para a compreensão da história da educação. A comunicação apresenta resultados de pesquisas em desenvolvimento com financiamento do CNPq (Bolsa de Produtividade em Pesquisa) e da FAPESP – Projeto Temático “Saberes e práticas em fronteiras: por uma história transnacional da educação (1810-...)”.

Palavras-chave: ensino de higiene; história do livro; história transnacional

Implantação e organização do ensino secundário público municipal na Região Centro-Sul do Piauí (1948-1961)

HIGO CARLOS MENESES DE SOUSA

O objetivo da comunicação é analisar a implantação e organização do ensino secundário ginásial na região centro-sul do Piauí, entre 1948 e 1961. Escolhemos essa região por ela apresentar as primeiras experiências do poder público municipal na criação e manutenção de estabelecimentos desse nível de ensino. Desse modo temos o intuito responder o seguinte problema: Como ocorreu a criação de ginásios públicos municipais na região centro-sul do Piauí e como se organizaram inicialmente? O recorte temporal se justifica por ser o período no qual essas escolas foram criadas na região. Entendemos por implantação o processo de criação e instalação desse modelo de escola onde antes não havia nenhuma do gênero, bem como por organização, as condições iniciais de funcionamento das escolas, como espaço físico e composição do quadro docente. Os municípios foram selecionados a partir da ordem cronológica de criação, quais sejam: Picos (1948), Oeiras (1952) e Pio IX (1961). Em 1948 foi criado pela lei estadual número 90 de 20 de janeiro de 1948 o Ginásio Picoense, contudo o mesmo só pode ser instalado em 1950 pela via municipal, de modo que o incluímos na pesquisa, por este ter sido mantido diretamente pela prefeitura daquele município. O segundo ginásio municipal criado nessa região foi o de Oeiras (1952), que segundo Reis (2017), foi fruto de um longo processo, concretizado pela lei municipal nº 153 de 20 de setembro de 1952, quando o estabelecimento já estava em funcionamento desde o início do ano. Por fim, o último ginásio municipal dessa região criado foi o Ginásio Municipal Francisco Suassuna de Melo, do município de Pio IX, em 1961, durante a gestão do prefeito João Odon Maia Alencar. Para a realização desta investigação, foram utilizados referenciais teóricos e metodológicos pautados nos ensinamentos da Nova História Cultural e da História política, tomando como base nas contribuições propostas por Bourdieu (1986, 2014), René Remond (2005), Reis (2017), Norberto Bobbio (1986, 2005), Lopes (2011, 2017, 2019, 2021), Sousa (2005, 2019, 2020), Jayme Abreu (1955), Geraldo Bastos Silva (1969), entre outros. Para a realização do estudo, utilizamos como fontes: legislação educacional, processos legislativos, dados estatísticos, livros de história das cidades e autobiografias. Como resultados parciais, concluímos que a chegada desse tipo de estabelecimento nos municípios só foi possível no período posterior ao Estado Novo, visto que pela constituição federal de 1946 e pela constituição estadual de 1947, os municípios puderam dispor de maior autonomia em relação aos seus orçamentos, administração e legislação.

Palavras-chave: ensino secundário; ginásios municipais; Piauí

Lutas por memórias escolares da Abolição - Bahia-1888-1940

IONE CELESTE JESUS DE SOUSA

A proposta de Comunicação ao Eixo Temático 10 enfoca memórias sobre a Abolição da escravidão, em registros da Cultura Escolar e jornalística baiana. Centramos em escritos de professores que indicamos como abolicionistas, pelos seus escritos nos jornais no antes, no momento imediato da Abolição entre maio e dezembro de 1888, ou no imediato depois. Também utilizamos escritos de cunho estritamente memorialista dos anos seguintes, mormente nas datas de comemoração dos dez, vinte, quarenta e cinquenta anos da “efeméride” do 13 de maio. Funda-se numa análise micro histórica das fontes, assim como da perspectiva de protagonismo histórico, em articulação com as noções de Memória- da História Cultural Francesa, de memória coletiva, de práticas e táticas sociais. O interesse sobre a temática surgiu no doutorado, quando trabalhamos com fontes referentes a educação de pobres e negros na Bahia. Evidentes a atuação de professores - assim como outros sujeitos da Instrução-diretores, alunos das academias de medicina, direito e os normalistas - na campanha abolicionista dos anos 1880/1888, escrevendo em órgãos envolvidos diretamente na campanha, caso de “O Abolicionista”, mas também em outros espaços. No suceder da pesquisa, estas ações docentes abolicionistas se tornaram mais visíveis, especialmente do professor Cincinato Franca, em Cachoeira, do professor Antônio Jose Moraes e outros que abriram aulas noturnas para libertando/as, liberto/as e ingênuos/as, explicitando nos ofícios à Diretoria de Instrução Pública o intuito de contribuir com a extinção das “as trevas da escravidão”. Perceptível nos escritos uma concepção da instrução como tática civilizatória e de integração do contingente negro à nacionalidade, e os tornar aptos a exercerem prerrogativas cidadãs, como o voto. Todavia, também concepções racialistas sobre os perigos atávicos das populações negras, as quais era preciso escolarizar como prevenção. Idem projetos de educação e instrução hierarquizados, direcionados a ofícios manuais e até a construção de colégios separados, tendo como modelo as experiências do Estados Unidos da América. Inclusive como tática ante a resistência da presença de crianças ingênuas nas aulas públicas. Uma segunda prática docente destacada são as festas escolares públicas -passeatas- em comemoração a Abolição em maio de 1888, noticiadas com detalhes. Analisamos os intuitos de “Homenagem a Abolição” e “Agradecimento pelo fim da Escravidão”, atentos sobre os símbolos presentes nos adereços, as palavras de ordem e os ideais em jogo sobre a própria abolição e sobre as práticas de emancipação, sobre os papéis do/as liberto/as e dos/das libertando/as e ingênuo/as na construção da Nação. Por fim, analisamos memórias sobre a Abolição e seus sujeitos a partir de escritos de 1928/1949, problematizando lembranças, esquecimentos e silenciamentos em uma luta pela memória local, solapada pelas referentes apenas a abolicionistas atuantes na Corte e em São Paulo.

Palavras-chave: memórias escolares; Abolição; Bahia

A Lei Orgânica do Ensino Agrícola: circulação e repercussão da política para formação do trabalhador rural na imprensa periódica

IRLEN ANTÔNIO GONÇALVES, KEREN AMORIM

O Decreto-Lei de nº 9.613, de 20 de agosto de 1946, estabeleceu as bases de organização e de regime do ensino agrícola Brasileiro, cujo objetivo era sistematizar o modo de ensino de segundo grau com vistas a preparação profissional dos trabalhadores da agricultura. Essa Lei, denominada de Lei Orgânica de Ensino Agrícola, trouxe significativas mudanças para a organização do modelo de ensino até então vigente, com desdobramentos tanto no formato organizativo da oferta de cursos e criação de estabelecimentos de ensino, quanto na implementação de políticas para o desenvolvimento do setor produtivo agrícola do país. Sob o argumento de que tais mudanças impactaram os rumos dessa modalidade de ensino, pelo país afora, esta comunicação propõe lançar luzes sobre as repercussões na imprensa periódica das ações propositivas e implementadas para o setor no Brasil e, em Minas Gerais, em particular. A temporalidade contemplada abarca a produção dos artigos que foram publicados em revistas e jornais que circularam nos anos de 1946 a 1961. A abordagem teórica encontra-se no entrecruzamento da História Política com a História Cultural, notadamente a partir de Serge Berstein e Roger Chartier. Para a leitura das fontes, utilizamos os referenciais da análise do discurso político de Patrick Charaudeau. Interessamos, sobretudo, analisar qual foi o papel da imprensa periódica na circulação e repercussão da nova política que implementou o ensino agrícola, identificando elementos que indiquem os caminhos tomados por autoridades governamentais, bem como indícios das ações e propostas do modelo educacional para o período, além da ampliação da oferta de vagas para formar o profissional da lida rural. Doutra sorte, estaremos atentos ao discurso da mídia impressa sobre a proposição política da reforma do ensino no que diz respeito a sua intenção de intervir na vida das pessoas. Os resultados obtidos pela pesquisa exploratória que realizamos, indicaram que havia, a partir da década de 1930, do século XX, um projeto de ampliação da formação/preparação e qualificação dos trabalhadores agrícolas, a partir de um projeto de governo e de país sob a liderança do Presidente Getúlio Vargas, com fortes influências do modelo de ensino norte-americano, que a Lei Orgânica do Ensino Agrícola representou uma fase de extrema relevância para a educação agrícola, pois foi neste período que se deu o início de uma integração entre as modalidades de ensino e que ainda houve um esforço para que as ações educativas focassem nas tendências e nos interesses da comunidade na qual as escolas estivessem inseridas.

Palavras-chave: ensino agrícola; imprensa; trabalhador rural

A Expansão Evangélica No Início do Século XXI e seus efeitos na relação dos alunos com os saberes escolares

ISABEL CRISTINA GISSE RAINHO

O presente trabalho objetivou, através de uma perspectiva histórica, conhecer melhor o fenômeno da expansão evangélica no Brasil, observada no início do século XXI e as estratégias utilizadas no proselitismo, buscando compreender se a expansão dos segmentos evangélicos produz efeitos na relação dos alunos religiosos com os saberes escolares. As teorias de Fernández Enguita (1989) e de Apple e King (1983) permitiram compreender a educação como campo de disputa, por grupos sociais, em busca de poder. Com a contribuição de Apple (2003), compreendeu-se os interesses dos grupos dominantes envolvidos nessa disputa e o alinhamento entre eles formando uma direita política, com destaque para o grupo dos religiosos evangélicos. Através da análise dos livros e manuais destinados à liderança religiosa, constatou-se a busca de uma transformação cultural pelo segmento evangélico, através da propagação de uma cosmovisão religiosa. O levantamento das Igrejas Evangélicas no município de Catanduva – São Paulo, mostrou a consolidação da expansão evangélica também no interior, indicando que este projeto se encontra em estágio avançado de implementação. A observação dos professores da educação básica de escolas públicas, coletadas através de questionário, revelou evidências que corroboram a nossa hipótese, de que a cultura religiosa evangélica estaria promovendo conflitos nas relações escolares e a negação do conhecimento escolar e do pensamento crítico. Tais evidências são observadas na postura dos alunos que se recusam participar de aulas e atividades escolares, em razão do conteúdo divergente ao ensinado na Igreja, bem como nos posicionamentos de superioridade e preconceito em relação aos demais alunos e professores. A realidade descrita pelos professores aparenta uma situação de indisciplina por parte dos alunos. O silêncio sobre o tema é cultivado na tentativa de amenizar tais conflitos sob a alegação de que a religiosidade do aluno não é assunto para os professores. Apple (2002) e Vasconcellos (2009) ampararam a conclusão de que ignorar a existência da cosmovisão religiosa compondo a realidade escolar é não compreender todos os elementos que compõem o currículo, prejudicando a formação dos alunos que, segundo a BNCC, deve ser integral e realizada de forma coercitiva, conduzindo os alunos a um lugar de respeito às diversidades, sem discriminação e preconceito.

Palavras-chave: educação; evangélicos; transformação cultural

Trajetórias docentes em Iguazu: o fazer-se magistério e o fazer-se estado (1895-1925)

ISABELA BOLORINI JARA

O presente trabalho debruça-se sobre o processo de funcionarização pelo qual passou um grupo de professoras e professores públicos primários do estado fluminense, que regiam escolas em Iguazu nos anos de 1895 e 1898. Nosso recorte temporal vai até o ano de 1925, pois data desse ano um quadro com nomes de professores primários estaduais em Iguazu, publicado pelo jornal local “Correio da Lavoura”. Averiguamos o processo de funcionarização por meio das experiências vivenciadas nas trajetórias profissionais destes docentes, em cruzamento com o aparato normativo que, nesse período, regulava a instrução pública. O acervo documental é constituído de legislações de instrução pública, mensagens dos presidentes de estado lidas anualmente à Assembleia, relatórios dos diretores de instrução pública e, principalmente, dos periódicos da época, que apresentavam muitas informações características de imprensa oficial, comunicando nomeações, exonerações, licenças, remoções e jubilações, por exemplo. Através dessa operação teórico-metodológica, procuramos vislumbrar como o Estado forjava-se através das regulamentações em torno da instrução pública, ao mesmo tempo em que forjava a profissionalização e funcionarização do magistério. Por outro lado, através de suas agências e experiências, igualmente este professorado se encontrava em um processo de “fazer-se”, através do qual também “fazia” o Estado. Nesse sentido, o referencial teórico adotado dialogou com Nóvoa (1991), Thompson (1981, 1987), Gramsci (2001, 2007). Este estudo demonstra as constantes tentativas de intervenção e controle estatais, na busca pelo estabelecimento de uma instrução que atendesse às demandas materiais e ideológicas que se pretendiam hegemônicas neste período. Em contrapartida, identificamos nesse grupo de docentes experiências de agências e resistências que demonstram como estes sujeitos históricos apropriavam-se da condição de funcionários públicos, e exerciam direitos garantidos por esta condição. Suas vivências externas ao ofício da docência, tais como a formação de redes de sociabilidade, também são consideradas nesta pesquisa como parte de seu “fazer-se” magistério. Partindo de um constante dimensionar e redimensionar o objeto de estudo, o foco ora posiciona-se sobre o estado fluminense, ora volta-se para Iguazu, na tentativa de apontar como nessa região específica estavam se processando os projetos estatais de instrução pública e as experiências docentes. Para isso, consideramos a história local como constituinte das possibilidades de fazer-se Estado e fazer-se magistério. Embora os docentes deste grupo sejam caracterizados como os “tropeiros” da instrução pública, devido à sua grande mobilidade pelo território fluminense em função das remoções de uma escola para outra pelos mais variados municípios, suas trajetórias nos contam parte da história dos processos de escolarização e funcionarização docente na região de Iguazu.

Palavras-chave: funcionarização docente; instrução pública primária; Iguazu

Queixas, processos disciplinares e modelos docentes em disputa em Pernambuco (1889-1911)

ISABELA TRISTÃO

Este texto apresenta os resultados de pesquisa de mestrado, onde tivemos como objetivo geral analisar os modelos docentes em disputa em Pernambuco, a partir dos casos de denúncias e processos disciplinares, situados entre os anos de 1889 e 1911. Especificamente, examinamos as denúncias contra docentes, as quais geravam processos disciplinares a partir das instâncias dos poderes públicos, analisamos os desdobramentos das queixas e processos disciplinares por meio de situações diversas protagonizadas por docentes públicos (as) primários (as), e os articulamos com os discursos e ações governamentais relativos aos comportamentos, valores e práticas dos professores e professoras, considerados desejáveis e adequados. O recorte cronológico definido foi delimitador de fontes, e buscou contemplar as principais transformações da transição entre o Império e a República Brasileira. Ao utilizar o Paradigma Indiciário (GINZBURG, 1989) como postura investigativa, sistematizamos e analisamos, com base nas Análises de Discursos (FOUCAULT, 1971, 1986, 2019), os códigos da Instrução Pública (IP), a série Câmaras Municipais (CM), os relatórios e regulamentos da instrução pública – todos sob a guarda do Arquivo Público Jordão Emereciano (APEJE). Também utilizamos algumas publicações dos jornais Diário de Pernambuco, Jornal do Recife, Jornal Pequeno, e o Grêmio dos Professores Primários, todos digitalizados e disponíveis na Hemeroteca Digital do Site da Biblioteca Nacional, e delimitados de acordo com o transcurso investigativo da pesquisa. Diante dos seus limites e possibilidades, estas fontes, carregadas de intencionalidades, permitiram-nos trabalhar com uma variedade de sujeitos, espaços e experiências - atentando para as suas particularidades e minúcias. Nossas análises foram direcionadas para as falas veiculadas pelos agentes governamentais sobre os critérios estabelecidos para o ingresso no magistério e o exercício da “boa docência”, e correlacionadas com os casos de denúncias e processos disciplinares contra os docentes públicos de Pernambuco. A partir das situações especificadas e estudadas, apresentamos como resultado a constatação de que, apesar da existência de um conjunto normativo bem definido de regramentos e dispositivos estatais centrados na fiscalização e no controle das práticas de professores (as), havia condutas docentes que caracterizavam-se como “desviantes”, as quais geravam, conseqüentemente, conflitos e remoções de professores(as), facilitadas pelas redes de aliados políticos, sociais ou familiares, com vínculos formais ou mesmo informais.

Palavras-chave: História da Educação; modelo de professor; processos disciplinares

Congregação religiosa e formação docente na década de 1950

ISABELLE DE LUNA ALENCAR NORONHA, ZULEIDE FERNANDES DE QUEIROZ

Instituições escolares de formação de professores se expandiram no Ceará por volta da década de 1920, com registro na capital em Fortaleza e em cidades interioranas. Assim, nas décadas seguintes, passou a ser uma reivindicação, especialmente para a formação de mulheres. A pergunta que fazemos é quais saberes uma instituição veiculava e difundia, para além do que estava proposto em leis e decretos de cunho nacional. O estudo acerca da história de instituições escolares tem por objetivo explicitar a história da Escola Normal Nossa Senhora de Fátima, fundada pelas irmãs beneditinas numa cidade do interior cearense na década de 1950 do século XX. A metodologia, de base qualitativa, buscou os registros historiográficos adentrando nas páginas do tempo da Escola Normal Nossa Senhora de Fátima, conhecendo a sua história e cultura escolar, aqui compreendida conforme Faria Filho (2005, 2007), Julia (2001), Souza (2007) como um conjunto de práticas, conhecimentos, normas, condutas e saberes que a escola ensina, aprende e ajuda a disseminar por meio de sua imersão social. As fontes utilizadas são partes da cultura material escolar da escola pesquisada: atas, leis e cartas oficiais, para visualizar as representações de práticas de ensino temos os cadernos escolares de normalistas formadas na instituição em tela e fotografias. Os cadernos escolares considerados como objetos quase invisíveis, possuem valor imensurável para a pesquisa em história da educação (MIGNOT, 2008). A investigação nos permite afirmar que a Escola Normal Nossa Senhora de Fátima, foi fruto do trabalho da comunidade local em convencer uma congregação religiosa, com reconhecido trabalho educativo, para nela aportar e fundar uma escola para a educação feminina, convite que fora recusado por esta mesma congregação na década de 1920 por medo da seca e de costumes considerados rudes. As beneditinas, da ordem de São Bento, cuja origem de fundação no Brasil remonta ao século XVI, aceitaram o convite na década de 1950, quando o país passava por mudanças consideráveis nos campos econômico e educacional. Na cidade já havia a ordem religiosa dos padres salvatorianos que atuavam com a educação masculina e contribuíram com a luta empreendida em favor da vinda das beneditinas e da educação feminina. Nas décadas seguintes a escola passou por mudanças exigidas pela legislação do ensino e pela dinâmica social em curso, em especial, na década de 1970, quando parou de ofertar o curso normal. Importante registrar que ao se inscrever na cidade a Escola Normal Nossa Senhora de Fátima, mudou a paisagem local por meio da educação, cuja finalidade foi multiplicar os saberes com a formação das normalistas. Ressaltamos que os padres salvatorianos e as irmãs beneditinas criaram normas de convivência entre os escolares em virtude de inicialmente dividirem o mesmo espaço físico no ensino.

Palavras-chave: curso normal; História da Educação; cultura escolar

Conferência Noção de Pátria: por entre instruir e educar

ITACYARA MIRANDA

O artigo busca identificar e analisar a conferência Noção de Pátria, proferida pelo Carlos Dias Fernandes no ano de 1914, quando dos ciclos de atividades ofertadas pela Universidade Popular no âmbito das dependências do Lyceu Parahybano. Ao tratar do teor instrutivo da conferência, tornamos evidente as correlações de forças existentes entre o conferencista e ex aluno do Lyceu, a Instituição Pública Secundária e o jornal A União, órgão oficial do Estado e meio de veiculação do texto da conferência. A modernidade pedagógica, a intelectualidade paraibana e as redes de sociabilidades existentes no espaço educativo, imprimem uma marca indelével do Lyceu e dos seus sujeitos instrucionais, dentre os quais o Carlos D. Fernandes é representativo. Noção de Pátria anuncia em seu texto escrito, um debate cívico que contribui para compreensão e promoção do sentimento nacional nos anos iniciais da Primeira República, mas mais que isso, apresenta um caráter instrutivo e educativo que suscitamos ter corroborado, (in)diretamente, com o processo formativo patriótico da mocidade estudiosa da Paraíba. O trabalho segue amparado nos referenciais teórico metodológicos da História Cultural, sendo a perspectiva da História dos Intelectuais o caminho utilizado para debater as ideias e o discurso de modernidade anunciado pelo Dias Fernandes em sua conferência. É preciso deixar evidente o modo de emprego do termo modernidade, qual seja: uma ideia fluída e que se incorpora nos mais variados domínios da sociedade - Estado moderno, costumes e ideias modernas. Portanto, a análise do documento Noção de Pátria, leva em conta seus desdobramentos nacionais em conformidade com o que pregava à República, sendo essa interação da construção da escrita, do conhecimento e o contexto histórico algo relevante. A História Cultural, têm contribuído para o emprego de um novo olhar acerca dos estudos da História da Educação e cujo foco tradicional de investigação esteve centrado durante muito tempo nas ideias pedagógicas e na legislação educacional, sendo ascendente no campo, a proposição de estudos ligados a perspectiva dos intelectuais. No que pese ao corpus documental, os jornais se apresentam como a principal fonte, sendo A União o grande destaque, para além de O Norte, Diário da Paraíba e Jornal da Paraíba. A imprensa vem sendo apreendida como local possível de identificação das realidades educativas, dentre as quais Noção de Pátria, a Universidade Popular, Carlos Dias Fernandes e o Lyceu Parahybano se enquadram. O objetivo central é debater o teor instrutivo e educativo anunciado no texto da conferência, levando em consideração a noção de pátria empregada pelo Carlos Dias Fernandes e os caminhos identificados por ele, para sua concretização no ano de 1914. O artigo segue ancorado na temática dos intelectuais e projetos educativos.

Palavras-chave: pátria; educação; intelectuais

O Colégio Central da Bahia: núcleo de resistência escolar durante o golpe militar (1964-1985)

IURE ALCÂNTARA DOS SANTOS BARROS

O presente trabalho visa analisar as transformações ocorridas na materialidade e nas práticas escolares do Colégio Central da Bahia durante o Golpe Militar no Brasil (1964-1985). Em tempos de negacionismos, ataques e desvalorização da escolarização, faz-se necessário (re) pensar a história e o papel das instituições educativas, destacando suas contribuições, os processos de formação e as políticas educacionais construídas, em seu âmbito, para resistir aos ataques governamentais implementados em governos autoritários. Partindo deste pressuposto, a justificativa do trabalho se manifesta, primeiramente, por serem amplas as discussões sobre os anos do Golpe Militar na capital baiana, contudo, havendo poucos estudos no campo da História da Educação, no cenário da Bahia, que investiguem as resistências das instituições escolares e de seus sujeitos pertencentes, destacando seus protagonismos e criações de políticas que geraram enfrentamentos ao Golpe Militar. Assim, destaca-se o Colégio Central da Bahia (Salvador) por colecionar histórias e disputas de narrativas e memórias durante o período do Império em transição com a República, evidenciando em sua documentação, construída ao longo do século XX, diferentes projetos educacionais até a nossa atualidade. Para a operação metodológica, via pesquisa documental, investiga-se o arquivo escolar, organizado no 2005, que contém manuais escolares, atas de reuniões e fotografias sobre a instituição, os sujeitos nela envolvidos e suas práticas. Também, realiza-se consultas aos documentos da Comissão Nacional da verdade, com a intenção de evidenciar as representações dos sujeitos partícipes do processo. Como aporte teórico, o trabalho se ancora no conceito de “Cultura Escolar” proposto por Julia (2001), nas discussões trazidas por Ginzburg (1989) para pensar os sujeitos esquecidos, oprimidos, mas que tiveram grande relevância no Central da Bahia, em diálogo com Foucault (1979) para pensar as categorias de “governamentalidade” e “poder” no contexto do golpe militar, bem como tem como base o estudo de Certeau (1989), de modo a entender o lugar social e o cotidiano envolvido à instituição analisada. O trabalho trata-se de uma pesquisa em andamento, tendo sido possível perceber, até o momento, transformações significativas na materialidade escolar e nas práticas pedagógicas dos discentes e docentes do Colégio Central. Apesar das imposições e alterações na cultura escolar em análise, observa-se, também, ter havido formas de resistências ao silenciamento e à repressão imposta pela Ditadura dentro da instituição escolar.

Palavras-chave: ditadura; Colégio Central da Bahia; resistência

Os docentes do Liceu Alagoano: seleção, interesses e tensas relações de poder (1849-1863)

IVANILDO GOMES DOS SANTOS

O presente artigo visa analisar as formas de seleção e as disputas e conflitos interpessoais por espaço e poder no âmbito da Congregação docente do Liceu Alagoano. Nesse sentido, buscamos entender como ocorriam os choques e embates entre os professores da instituição. A respeito da seleção, o Estatuto, de 1849, reservava 15 artigos para tratar do rigoroso certame dos catedráticos. A publicação da Resolução nº 531, de 5 de maio de 1870, que isentava bacharéis, médicos e clérigos das provas e exames do concurso para professor do Liceu das Alagoas indica os interesses de homens de uma determinada elite em busca de poder, glória e prestígio. Estes homens já ocupavam outros espaços de destaque na Província, via de regra, no Parlamento e no jornalismo, e desta feita entravam choque na busca de seus interesses. A temporalidade da pesquisa, delimitado entre 1849 a 1863, demarca o ano de provimento da primeira Congregação da referida instituição e o ano de publicação do editorial de O Mercantil, que trouxe à tona uma contenda a respeito das faltas, envolvendo o então Diretor da Instrução Pública (e do Liceu), José Correia da Silva Titara, e os professores Filinto Elysio da Costa Cutrim e Manoel Amancio das Dores Chaves. Além do citado periódico utilizamos como fonte o jornal Diário das Alagoas, leis, falas e relatórios de presidentes da província e diretores da instrução pública, ofícios, dentre outros. Para dar conta dos nossos objetivos utilizamos o lastro teórico de Phélippeau (2010), que analisa o voto censitário na sociogênese da profissão política, Elias (2006), que aborda a tensas relações de poder ao elaborar uma “teoria geral da gênese das instituições” e Julia (2001), para quem as normas, que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e as práticas, que permitem a apropriação desses conhecimentos, não podem ser analisadas sem levar em consideração o corpo profissional. Partindo do pressuposto que os professores do Liceu eram detentores de títulos e de bens, além de conhecerem bem os meandros da política e das operações eleitorais, a pesquisa apontou como resultado uma relação tensa e conflituosa entre os docentes do estabelecimento. Entretanto, importa ressaltar que a complexa rede configuracional a que estavam submetidos, por relações de interdependência, os faziam necessitar uns dos outros para subsistir. Por isso, precisavam conter, até certo limite, suas paixões e pulsões, mesmo que tivessem que se impor. Aqui se revela também a capacidade de previsão e racionalização do comportamento, em contraposição as reações instintivas.

Palavras-chave: Liceu Alagoano; docentes; tensão

Histórias conectadas: uma análise sobre a mestiçagem cultural presente em práticas educativas nas obras de Felipe Guaman Poma de Ayala e Diego Durán

IZABELLE SEOLDO MARQUES, THAIS NÍVIA DE LIMA E FONSECA

O presente trabalho tem o objetivo de analisar as práticas educativas expressas em crônicas produzidas no período colonial, acerca da sociedade e da cultura nos domínios espanhóis na América, sendo estas escritas por indivíduos que podem ser chamados mediadores culturais, pessoas que representam o choque, mistura e incorporação de culturas. Esta pesquisa, no campo da História da Educação, foi desenvolvida a partir da leitura e interpretação das crônicas: “Nova crônica e bom governo” de Felipe Guaman Poma de Ayala e “História das Índias da Nova Espanha e ilhas de Terra Firme Volume II” de Diego Durán e de um levantamento crítico da historiografia latino-americana sobre o período. Para a análise, foram identificadas algumas categorias, como conteúdos de educação escolar e não escolar, influências religiosas, práticas culturais, além de relações entre esses aspectos com as questões políticas, econômicas e sociais as quais estão interligadas. Nesse viés, utilizando como referência, principalmente, os trabalhos do autor Serge Gruzinski, a pesquisa considera a perspectiva das histórias conectadas, crítica ao eurocentrismo historiográfico, e compreensiva acerca da comunicação entre os povos, como também dos encadeamentos produzidos na sociedade devido esses encontros. O conceito de mestiçagem cultural foi crucial, pois permite reflexões profundas em relação a uma produção de cultura mestiça em conjunturas de atuação da Igreja e das ordens religiosas. Identificamos, portanto, na figura de Felipe Guaman Poma de Ayala (1526-1615), um cronista indígena andino, convertido ao cristianismo, que revela os processos que marcam e constroem sua identidade pela mestiçagem cultural, e Diego Durán (1537-1588), um frei dominicano que com o objetivo de conter as idolatrias dos indígenas, investiga e apresenta a cultura e mestiçagens dos indígenas desde o início do processo de conquista pelos espanhóis. Nesta comunicação apresentamos resultados que permitem identificar práticas educativas, além de desenvolver o estudo acerca das histórias conectadas, aprofundando a análise sobre as diversas formas com que se deu a educação colonial em diferentes regiões da América Espanhola, conferindo destaque à presença, influência e controle que as ordens religiosas e a Igreja Católica dispunham sobre os povos. À vista disso, percebe-se a necessidade de potencializar estudos decoloniais e com perspectivas diferenciadas dentro do eixo da história da educação. Desse modo, este trabalho busca viabilizar a importância da desconstrução da visão eurocêntrica sobre os povos indígenas, desmistificar conceitos sobre o modo que se deu a mestiçagem, além de expor o genocídio e as explorações realizadas de dominação e imposição cultural.

Palavras-chave: histórias conectadas; mestiçagem cultural; América espanhola

O projeto educativo ilustrado português para o estado do Grão-Pará e Maranhão nas cartas de Mendonça Furtado (1751-1759)

JANE ELISA OTOMAR BUECKE, SÔNIA ARAÚJO

O artigo trata da concepção de educação presente nas cartas do governador do Estado do Grão-Pará e Maranhão Francisco Xavier de Mendonça Furtado (1751-1759), compiladas por Marcos Carneiro de Mendonça, publicadas em 2005 pela editora do Senado Federal. Rastreou-se e cotejou-se essas cartas de modo a identificar a materialização da concepção de educação do governador. Durante o seu governo, Mendonça Furtado se correspondeu intensamente com seu meio-irmão Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal. As cartas demonstram que Mendonça Furtado esteve alinhado à política de seu meio-irmão, Secretário de Estado do rei D. José I, no sentido de desenvolver o Estado do Grão-Pará e Maranhão nos moldes do pensamento ilustrado, mantendo o projeto colonial de exploração das populações locais, o que lhe proporcionou desafetos, notadamente os religiosos da Companhia de Jesus. Para Mendonça Furtado, os missionários deveriam atuar no campo religioso de modo a favorecer o projeto de formação da vassalagem. Mendonça Furtado atua com base nas orientações teóricas de Maquiavel, Juan Solórzano Pereira e, contraditoriamente, Antônio Vieira. A análise documental permitiu a identificação de três perspectivas de educação segundo Mendonça Furtado: 1) A necessidade de formação de quadros para compor o oficialato militar e cargos civis para o desenvolvimento de um Estado colonial mais eficiente no enriquecimento do erário real, 2) A obrigatoriedade do uso da língua portuguesa, 3) A disseminação dos ideais de civilidade em conformidade com o pensamento ilustrado. Ele defendia uma “política” de formação mais abrangente, que possibilitasse aos indígenas restritos aos conventos e colégios das ordens a aprendizagem e/ou o exercício de funções fundamentais para o desenvolvimento econômico do Estado. As correspondências revelam o papel destacado do governador do Estado do Grão-Pará e Maranhão no desmonte da educação promovida pelos jesuítas e a tentativa de dar início ao projeto educativo que veio a ser implantado com as reformas pombalinas. Constatou-se que, a despeito da pouca visibilidade dada a esta personagem, talvez pela preponderância da histórica figura de seu meio-irmão, Mendonça Furtado estava alinhado ao novo projeto educativo para a colônia portuguesa não se deixando conduzir pelas estruturas sociais, econômicas, políticas e culturais que encontrou quando da sua chegada. Sua determinação e obstinação em levar à cabo o projeto estatal português de formação e educação de grupos humanos em confronto na Amazônia, especialmente indígenas e colonos, longe de garantir a integridade dos nativos, como tentava fazer crer o Diretório dos Índios, provocou uma experiência trágica materializada em confrontos, fugas e rebeliões.

Palavras-chave: estado do Grão-Pará e Maranhão; educação; Mendonça Furtado

O trabalhador educado: o Colégio Salesiano do Recife e a formação de mão de obra operária (1892-1906)

JAQUELINE CALIXTO DOS SANTOS

O fim do regime escravocrata demarca o surgimento de uma nova categoria de trabalhadores, que em virtude dos séculos de escravidão que perdurou no Brasil, não se encontram preparados tecnicamente para o exercício de atividades relacionadas aos setores industriais e de comércio que despontam, não apenas em Pernambuco, mas em todo território nacional. A igreja católica assume por intermédio dos liceus, o papel de formar uma nova categoria de trabalhadores, na medida em que oferece profissionalização. O que se pretende com este trabalho é apresentar a participação da congregação de padres Salesianos, que, através do colégio inaugurado na cidade do Recife no ano de 1895, desenvolve atividades educativas voltadas a formação profissional de jovens. As oficinas de aprendizes, como eram denominadas, visavam atender uma classe social específica: jovens pobres, negros ou órfãos. Modelo que demarca posições e deixa claro que a república, às vésperas da proclamação, seria, como se mostrou, insuficiente para pôr fim às estruturas que alicerçavam a sociedade Brasileira. O marco temporal aqui apresentado, compreende o período entre 1892 e 1906, que demarcam, respectivamente, a chegada dos primeiros salesianos ao Recife e o lançamento do estatuto do colégio. Na categoria de empresários que contribuíram com o trabalho Salesiano, destacaremos a atuação de Carlos Alberto de Menezes, membro da companhia industrial pernambucana e gerente da fábrica de tecidos de Camaragibe. O empresário ressaltava em seus discursos, a importância dos trabalhadores serem instruídos de acordo com os preceitos católicos, pelo temor de que “o operário Brasileiro fosse corrompido assim como o europeu”. Além de fornecer toda a estrutura necessária para instalação dos padres e criação do colégio, o empresário liderou, no início do século XIX, no estado de Pernambuco, um movimento operário-católico, que consistia também na formação moral dos trabalhadores. O industrial foi responsável pela chegada de outras congregações católicas ao estado, caso dos padres maristas. Traçamos ainda um breve panorama da educação profissional no Brasil, no tocante as instituições que realizaram essa função, com destaque para a atuação das forças armadas e igreja católica. Apresentamos ainda, alguns elementos referentes a estrutura e organização curricular do colégio Salesiano do Recife, a fim de entender como o projeto se delineou na prática. Foram consultados arquivos do colégio salesiano do Recife, jornais da época e documentos presentes na coleção Carlos Alberto de Menezes, presente na CEHIBRA/FUNDAJ. As discussões sobre ensino de ofício e educação profissional tiveram Silvia Manfredi e Luiz Antonio Cunha como referencial. Ao término da pesquisa concluiu-se que é necessário refletir sobre o fato de que a educação para o trabalho deve ser uma escolha, para além de um instrumento de perpetuação de desigualdades sociais e demarcação de classes.

Palavras-chave: salesianos; educação; operários

O Curso de Educação Familiar da Escola (Polonesa) São José, Abranches/Curitiba (1912-1966)

JAQUELINE TIBUCHESKI

Nesse trabalho, apresentamos como objeto de estudo o Curso de Educação Familiar edificado oficialmente em 1912 na então Escola Polonesa São José. Situada na colônia polonesa de Abranches, ao lado da Igreja de Sant'Anna, próximo 6 km do centro de Curitiba. Foi a primeira instituição confessional de origem étnico-polonesa no estado do Paraná. Busca-se verificar o currículo e as práticas educativas propostas ofertadas inicialmente já a partir de 1906 para as moças de Abranches e arredores, pois as Irmãs Filhas da Caridade buscavam atender as alunas que moravam nas colônias mais afastadas, com a criação de um regime de internato possibilitou-se uma oferta de vagas que atenderam a todo o sul do Brasil. A escola estruturou-se para se tornar mais produtiva possível. Todas as alunas frequentavam a escola regular e no segundo turno participavam das aulas de Educação Familiar. A instituição divulgava o seu trabalho nos jornais paroquiais da época. O internato despertou interesse nas famílias de descendência polonesa, pois seguia um ideário ultramontano que agradou de imediato todas as colônias polonesas. Possuía um currículo voltado para as economias domésticas, quando preparava as jovens para serem futuras mães e para o trabalho em casas de famílias e hotéis. Outra possibilidade foi a de ingressar na Companhia das Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo ou ainda ingressar nas Filhas de Maria. Como resultado percebeu-se, com o passar dos tempos, ocorreu um despertar da população de que para a mulher não só havia espaço no matrimônio, mas também para o trabalho e a vida confessional. Este trabalho apresenta um estudo que se insere na história cultural, vertente da História das Instituições Escolares. Segue o referencial teórico de Julia (2001) que trata da Cultura Escolar, quando investigamos o curso, o currículo e as práticas educativas dentro do carisma vicentino ao analisamos entrevistas das Irmãs da Caridades, responsáveis pelas aulas e direção da instituição depositada na sala de memória da instituição. A instituição foi fundada em 1904, alterou o seu nome para atender a legislação no período da nacionalização compulsória e segue como Instituto São José seguindo como internato centro de referência para outras escolas da congregação do Sul do país. Pois, todas as inovações educacionais e práticas educativas, bem como as novas missionárias, passavam primeiramente por esta instituição. O curso encerrou suas atividades na década de 1966 após um incêndio nas suas instalações. Atualmente, o Colégio Vicentino São José, é uma instituição centenária que integra a rede de ensino vicentino em Curitiba.

Palavras-chave: cultura escolar; escolas étnicas; instituições escolares

Aspectos da identidade profissional docente nos regimentos internos do Colégio Pedro II (1946-1964)

JEFFERSON DA COSTA SOARES

O trabalho tem origem numa pesquisa que está em andamento, cujo objetivo é identificar aspectos da identidade profissional docente no Colégio Pedro II, entre 1946 e 1964, período no qual, segundo Massunaga (1989) e Ferreira (1995), o Colégio teria vivido novamente uma fase positiva e voltado a se tornar padrão, após um período de crise durante o Estado Novo. Tomamos como objeto de estudo os quadros docentes da instituição e consideramos sua relevância como pioneira no âmbito do ensino secundário Brasileiro e modelar no período investigado. Parte-se da constatação de uma dupla lacuna na historiografia da educação no Estado do Rio de Janeiro: a escassez de pesquisas que se debrucem sobre a história do ensino secundário e profissional e, particularmente, no caso da história da profissão docente, a enorme concentração das pesquisas sobre os professores do ensino primário e a quase inexistência de pesquisas sobre os professores das demais modalidades de ensino pós-primário (secundário, técnico e normal). Nos apropriamos da categoria analítica de programa institucional, na perspectiva de Dubet (2002) e abordamos a questão da identidade docente, a partir da análise de outro sociólogo francês, Dubar (1997), sobre a maneira como o sujeito constrói a sua identidade profissional. Na perspectiva de Dubet, a competência e a legitimidade profissionais não se restringem a dimensões exclusivamente técnicas e instrumentais, mas também supõem a adesão a um sistema de valores, incorporado na própria identidade profissional, não necessariamente de forma coercitiva. Esse sistema de valores condiciona mudanças na percepção que os professores possuem do seu trabalho docente e conseqüentemente da sua própria identidade profissional. Dubar, por sua vez, entende o processo de profissionalização como um processo de socialização, que se desenvolve ao longo de toda a trajetória profissional do indivíduo. Toma, portanto, como ponto de partida, a noção de identidade social, assumindo que esta se constrói numa relação entre a dimensão individual, a dimensão social e a trajetória individual do sujeito. Nossa principal interlocução foi estabelecida com dois trabalhos que se constituíram no ponto de partida para a nossa análise, a saber, a tese de doutorado de Soares (2014) e a dissertação de mestrado de Dias (2008). Adotamos como metodologia a análise documental, particularmente, dos dois Regimentos Internos, referentes ao recorte investigado, localizados no Núcleo de Documentação e Memória (NUDOM) do Colégio Pedro II. A partir dos Regimentos de 1953 e 1962 foi possível analisar as formas de seleção dos professores das várias categorias que coexistiam no Colégio, levantar dados quantitativos sobre os professores, aspectos da constituição da carreira de professor, as penas aplicadas ao corpo docente no caso de descumprimento às normas, suas atribuições e deveres, dentre outros aspectos.

Palavras-chave: magistério secundário; Colégio Pedro II; identidade profissional docente

O magistério como forma de inserção racial: professores negros nas escolas públicas do Recôncavo da Guanabara

JESSICA FERREIRA, ANGÉLICA BORGES

Este trabalho buscou realizar uma investigação acerca de três professores negros que atuaram nas escolas públicas dos municípios de Iguaçu, Magé e Estrela, região conhecida como Recôncavo da Guanabara, na Província do Rio de Janeiro, durante o período do Império. Pretende-se analisar a inserção e o papel exercido por estes professores e intelectuais negros no campo da cultura literária em diálogo com o magistério exercido por esses docentes. Para compreendermos a atuação desses docentes utilizamos o conceito do “fio do nome” de Ginzburg e Poni (1991) e as contribuições de Faria Filho (2009) que dialoga com o uso da região como unidade e posição de análise a fim de compreender o magistério exercido por homens negros a partir de Iguaçu, Magé e Estrela. Considerando também as contribuições de Jacques Revel (1998) acerca dos “jogos de escalas”. Foram utilizados como fontes o Almanak Laemmert entre 1844 e 1889, os relatórios dos presidentes da província e a imprensa periódica do século XIX disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Este trabalho também dialoga com outras pesquisas produzidas sobre história da educação na região do Recôncavo da Guanabara (SOUZA,2020, PEREIRA,2020, MIRANDA,2020, GUEDES,2012), história da educação dos negros (FONSECA,2007, SILVA,2016, SILVA,2014, VILLELA, 2012, BARROS,2018) e com a historiografia da Baixada Fluminense acerca do século XIX (BEZERRA,2012). A cor dos três professores - Antônio José Nunes Garcia, Francisco Hermenegildo da França e Gabriel Ferreira Franco - pôde ser identificada por meio de certidões encontradas no site Family Search e nos jornais da época que estão disponíveis nos arquivos da Biblioteca Nacional. Antônio José Nunes Garcia foi professor público na Freguesia de Guapimirim no período de 1849 até 1856. No mesmo ano da exoneração de seu cargo, foi nomeado escritor público. Foi proprietário e redator do jornal “O Brasileiro: Folha livre e independente”. Em 1879, foi redator do folheto “Censor Fluminense”, republicado em 1889 após a abolição da escravatura. Publicou as obras “A tia Gabriella” e “O Pão-de-lot” aprovadas pelo conservatório dramático. Garcia teve uma significativa atuação no campo da escrita como poeta, escritor e redator de jornal. Francisco Hermenegildo da França foi nomeado professor público na década de 1850 e atuou em Iguaçu e Magé nas décadas de 1860 e 1870. A partir da leitura dos periódicos foi constatada a presença de Francisco Hermenegildo no Gabinete Mageense de Leitura ocupando o cargo de vice-presidente (Almanak Laemmert, 1879). Gabriel Ferreira Franco foi professor público dos municípios de Iguaçu e Magé da década de 1860 até a década de 1880, com um pequeno intervalo de tempo atuando no município de Barra Mansa. Espera-se com este trabalho dar visibilidade à atuação desses professores negros na Província do Rio de Janeiro, em especial no Recôncavo da Guanabara, região com uma população negra expressiva, de acordo com a historiografia (BEZERRA, 2012).

Palavras-chave: professorado negro; escolarização; intelectuais

Livro didático: um balanço em andamento

JOANA BORGES DE FARIA, KAZUMI MUNAKATA

Essa comunicação pretende apresentar um balanço da produção acadêmica acerca dos livros didáticos no Brasil (teses, dissertações, trabalhos de conclusão de curso, artigos, livros, capítulos de livros e comunicações em eventos), buscando traçar um panorama geral do que tem sido pesquisado e produzido a respeito desse material didático nas últimas décadas (1957-2020) e lançando luz sobre as diversas temáticas e abordagens contempladas nas diferentes regiões do país e instituições, como propõem Choppin e Bittencourt. Os dados são extraídos de um banco de dados de bibliografia sobre livros didáticos, organizado pelos autores. Esta atividade de catalogação bibliográfica teve início em 2004 como atividade do Projeto Temático “Educação e memória: organização de acervos de livros didáticos”, coordenado por Circe Bittencourt e financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), e retomada recentemente, em 2019, no âmbito do Projeto Temático “Saberes e práticas em fronteiras: por uma história transnacional da educação (1810-...)”, também financiado pela FAPESP e coordenado por Diana Gonçalves Vidal. O gerenciador bibliográfico e banco de dados Zotero, um software livre, foi escolhido como ferramenta para a catalogação da produção acadêmica sobre livros didáticos. Nele são registrados os dados: tipo de produção acadêmica, título, data e local de produção e publicação, autor/ organizador, editor, idioma, número de páginas, palavras-chave e resumo. De acordo com os dados já levantados por meio dos registros realizados no banco de dados, até o final da década de 1970, foram encontrados 9 trabalhos sobre este tipo de material didático, na década de 1980, puderam ser identificados 38, e durante os anos de 1990, já foram levantados 380. A partir da década de 2000, que conta com 965 trabalhos com pesquisas sobre os livros didáticos, é possível perceber que houve um aumento significativo nas produções acadêmicas que abordam esta temática, que desde então, seguem crescendo e se diversificando. Foi possível perceber, a partir de análise prévia dos dados já reunidos, que há um predomínio de estudos que tratam das políticas públicas e legislação sobre livro didático, história e balanços bibliográficos sobre este material escolar, produção e mercado editorial relacionado ao livro didático, uso do livro didático para alfabetização e ensino de disciplinas como história e língua portuguesa, sendo crescente nas duas últimas décadas as pesquisas que relacionam o livro didático e o ensino de ciências e matemática. Também foi possível identificar um aumento nas investigações sobre temas como educação para a cidadania, educação ambiental, educação indígena e a representação da mulher, do negro, dos indígenas no livro didático. É importante destacar que se trata de um banco de dados em construção e que ainda não há uma totalidade na coleta das referências bibliográficas.

Palavras-chave: livro didático; banco de dados; bibliografia

Aimee Semple McPherson: remodelando a vida religiosa a partir das redes de sociabilidade

JOANA GONDIM GARCIA SKRUSINSKI

Partindo da trajetória de Aimee Elizabeth Kennedy (1890-1944), conhecida como Aimee Semple McPherson, nascida em 9 de outubro de 1890 em Ingersoll, Ontário, Canadá. Recebeu uma formação doméstica oriunda do Metodismo e seguiu o caminho religioso ensinado por seus responsáveis James e Mildred Kennedy, tornando-se mentora da Igreja Templos dos Anjos, localizada em Los Angeles (1923). Denominação que se espalhou por todos os continentes e hoje, é conhecida como Igreja do Evangelho Quadrangular, cujo principal objetivo é difundir o evangelho. Busca-se analisar a formação das redes de sociabilidade construída por McPherson a partir do uso que fez de algumas das principais ferramentas utilizadas em sua trajetória religiosa. Considerando três delas essenciais para estabelecer sua representatividade na esfera pública e para estabelecer relações próximas com religiosos (as) e personalidades políticas, a primeira, e talvez o principal foram os impressos, especialmente a revista *The Bridal Call* criada em 1917, o carro do evangelho e a rádio *Kall Four Square Gospel – KFSG* estruturaram suas práticas, projetos e métodos que influenciaram na difusão do pentecostalismo americano e na construção de materiais para fortalecer uma grande rede de colaboradores dentro e fora do campo religioso. Sua representatividade religiosa a partir desses materiais alcançou as mídias e ao mesmo tempo que produzia conteúdos religiosos, abria espaço para modernizar suas pregações e reformular práticas religiosas utilizando as tecnologias que estavam em circulação naquele período. Fundamentando essa discussão, pretende-se a partir de Sirinelli (2003), refletir em relação às redes de sociabilidade construídas por McPherson, compreender a construção que desencadeou no fortalecimento de novas práticas em uma esfera predominantemente masculinas, entender quais foram as condições de criação e engajamento em políticas sociais e espaços religiosos que a levou a uma produção intelectual que modificou o campo religiosos. A partir dessa análise, a proposta de Vieira (2011) possibilita compreender o sentido de missão observado em suas práticas, nas quais ampliou sua circulação e estabeleceu um forte envolvimento político, social e cultural em que foi possível entendê-la e conceituá-la como intelectual de forte atuação no espaço pentecostal. As fontes utilizadas serão impressas produzidas por McPherson, a revista *The Bridal Call*, com circulação mensal dentro e fora dos Estados Unidos com colaboradores de dentro e fora da denominação convidados a escrever artigos direcionados a cura, batismo, Espírito Santos e a volta de Jesus. Portanto, McPherson entendida como intelectual, impactou o campo a partir de suas práticas religiosas. Além dos métodos adotados, a frequente ampliação de suas redes dentro e fora do campo religioso, potencializou a construção de uma intelectual que moldou um campo, especialmente no que diz respeito à difusão dos conteúdos e aproximação entre o campo religioso e o político.

Palavras-chave: Aimee Semple McPherson; intelectual; redes de sociabilidade

O golpe militar de 64 e os funcionários no Pará: a Comissão de Sindicância da Secretaria de Estado de Educação e Cultura

JOÃO LUCIO MAZZINI DA COSTA

Este trabalho trata das ações repressivas desenvolvidas pelo Governo do Pará contra funcionários e alunos entre 1964 e 1966 através da Secretaria de Estado da Educação e Cultura- SEDUC. A pesquisa se baseou em documentos históricos produzidos pelo governo, a exemplo de Diários Oficiais, relatórios da SEDUC e processos policiais, além dos arquivos da Comissão de Sindicância que investigava as ações dos funcionários e alunos contrários à Ditadura Militar. As fontes serão obtidas no acervo da Biblioteca Pública Arthur Viana e na área da educação do Arquivo Público do Estado do Pará, levando em conta que as mesmas não são neutras mas expressam o ponto de vista das pessoas e grupos que as produziram. Após o tratamento crítico da documentação, buscando entender o motivo da sua produção e identificar os seus condicionantes, faremos a análise de seu conteúdo, produzindo inferências que nos permitam a construção de uma narrativa sobre o objeto. Um dos principais articuladores do golpe no Pará foi o coronel Jarbas Passarinho que, em 1º de abril de 1964, coordenou as prisões e torturas das pessoas favoráveis ao presidente João Goulart. Por outro lado, o governador do Pará, Aurélio do Carmo, além de apoiar o golpe, envidou esforços e iniciativas para permanecer no cargo, a exemplo da exoneração do Secretário de Educação, Benedito Celso de Pádua Costa e da nomeação de Edson Raimundo Pinheiro de Souza Franco em maio de 1964. No lapso desta mudança, o secretário interino, Paulo Cesar de Oliveira criou, no âmbito da secretaria, uma Comissão de Sindicância que objetivava “apurar a existência de qualquer atividade nociva ao regime democrático e à administração pública”. A partir de então, funcionários e alunos contrários ao golpe passaram a ser denunciados e acossados pela Comissão, por meio da abertura de processos. Em nossos estudos iniciais já pudemos observar que a Comissão de Sindicância serviu como instrumento de intimidação para aqueles que denunciaram a ditadura militar no Pará, o que nos faz refletir sobre o fato de que no momento que temos na presidência um simpatizante do fascismo, alguns episódios se repetem em pleno século XXI com professores, técnicos, estudantes e reitores de Universidades públicas sendo perseguido pelo governo federal. Além disso esta investigação nos possibilita trazer a lume os nomes dos professores, funcionários e alunos que se opuseram à Ditadura Militar, acreditando e defendendo a democracia como valor universal e essencial à cidadania no Estado do Pará - Diário Oficial do Estado, decreto de 11 de maio de 1964 - Diário Oficial do Estado, portaria nº 598 de 18 de maio de 1964, publicado no diário de 23 de maio.

Palavras-chave: ditadura militar; educação; funcionários

Para além do “pó do arquivo”: desafios políticos para a instalação e manutenção do Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense (2005-2019)

JOÃO PAULO GAMA OLIVEIRA, ROSA FÁTIMA DE SOUZA-CHALOBA

Ao pensar na criação de um centro de memória escolar em uma instituição educacional pública fundada em 1870, para ofertar o ensino secundário, e em funcionamento até a contemporaneidade, pode-se imaginar os desafios a serem enfrentados, levando-se em consideração que no Brasil não se tem políticas públicas voltadas ao patrimônio histórico escolar. Desafios que correspondem desde as questões teórico-metodológicas até o “pó do arquivo” a ser retirado dos documentos, muitas vezes amontoados, jogados no chão ou em banheiros desativados, são alguns dos inúmeros entraves dessa seara. Nesse âmbito, o presente trabalho objetiva discutir acerca dos desafios políticos enfrentados para a constituição e manutenção do Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense (CEMAS) no recorte temporal de 2005, ano da sua criação, a 2019, quando seu espaço físico foi transferido para uma sala devidamente estruturada para atingir suas finalidades. O Centro de Memória nasceu de uma vinculação direta da pesquisa acadêmica com a escola pública. Os projetos de extensão, iniciação científica e financiados por diferentes agências de fomento deram vida e forma a sua idealização e concretização. O CEMAS contou com o apoio dos secretários de educação de Sergipe e da gestão da escola, em maior ou menor escala, em diferentes períodos da sua trajetória. Não há funcionários no Centro de Memória, muito embora faça parte da proposta política pedagógica da instituição aprovada pelo Conselho Estadual de Educação de Sergipe no ano de 2018. Seu funcionamento é mantido por bolsistas e estagiários com a supervisão de docentes, juntamente com graduandos e pós-graduandos, quando da realização de suas pesquisas no trabalho direto com o acervo. Por outro lado, a submissão de propostas a editais públicos possibilitou financiamento externo para a aquisição de mobiliário, equipamentos e o material para o seu funcionamento. Seguindo os princípios da arquivística, em diálogo com referências da História e da História da Educação, foram realizadas as etapas de organização da massa documental que contém 233 caixas-arquivo no recorte temporal de meados do século XIX até a década de 1970. Após a consolidação de um conjunto significativo de pesquisas de mestrado e doutorado, que utilizaram do material ali salvaguardado, firmou-se o Termo de Cooperação Técnica entre a Universidade Federal de Sergipe e a Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe no ano de 2013, um marco na sua história. Longe de conseguirmos uma política pública estadual para a salvaguarda do patrimônio histórico escolar em Sergipe, as ações do CEMAS são divulgadas com frequência em eventos científicos, revistas e livros, como também em cursos voltados para gestores e funcionários dos arquivos de escolas públicas de modo que tem estimulado trabalhos semelhantes em outras instituições congêneres, como o Instituto de Educação Rui Barbosa, em Aracaju e o Colégio Estadual Murilo Braga, em Itabaiana/SE.

Palavras-chave: Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense; história do ensino secundário; patrimônio histórico escolar

“A Universidade que espere!”: debates sobre instrução superior nos discursos de intelectuais Brasileiros da geração 1870

JOAQUIM TAVARES DA CONCEIÇÃO, LAISA DIAS

Os debates sobre a instrução superior no final do império Brasileiro ganharam espaço nas agendas políticas por estabelecerem uma relação direta com a formação de uma inteligência e um caráter nacional, próprios de um país que se intentava livre, laico e civilizado. Como uma disputa pelos sentidos da educação superior surgiram diferentes expressões em torno da temática, dentre elas as defendidas por intelectuais que fizeram parte da denominada “geração 1870”. Neste sentido, esta comunicação apresenta uma compreensão das performances e dos conteúdos da linguagem política apresentados por seis intelectuais da “geração 1870” – Aarão Reis, Joaquim Nabuco, Luís Pereira Barreto, Miguel Lemos, Rui Barbosa e Teixeira Mendes – sobre o que se considerou ser uma configuração moderna do ensino superior nas décadas de 1870 e 1880. Para tanto, foi utilizada a abordagem da História dos intelectuais, segundo Sirinelli (1996), aliada à pesquisa documental e à técnica da prosopografia. Como fontes de pesquisa, foram analisados leis, discursos parlamentares, artigos de jornais e projetos de reformas da instrução pública disponíveis em arquivos físicos e digitais. Diante disso, foi possível entrever que a questão da universidade foi discutida sob diferentes ângulos. Havia aqueles que eram favoráveis à criação de uma universidade no Brasil a partir de princípios liberais, mas que secundarizavam a discussão em prol da defesa incisiva e mais urgente de outros aspectos do ensino superior, como a descentralização da instrução superior, a livre concorrência e a liberdade e autonomia do ensino. Por outro lado, havia os que combatiam a implementação de qualquer tipo de projeto que visasse a instituir a universidade no Brasil, pois consideravam que a ciência e a liberdade, requisitos de um país moderno, não se desenvolveriam em uma instituição implementada sob o controle do governo imperial e/ou do domínio da Igreja. Assim, a universidade não foi considerada, nos escritos educacionais analisados, como a melhor alternativa para os problemas da instrução no Brasil. Tal posicionamento, foi fruto de como cada intelectual, a seu modo, defendeu o que achou mais condizente e apropriado para a construção de um ensino superior moderno, levando em consideração a forma como eles analisavam a situação nacional, dos princípios partidários compartilhados, das teorias apropriadas e dos lugares de fala que ocupavam.

Palavras-chave: educação superior; história dos intelectuais; projetos educacionais

Os uniformes escolares do Instituto Nossa Senhora dos Anjos (1960-1970): um reflexo de devoção, disciplina e amor à pátria

JOELMA DA SILVA TRINDADE, MARIA DO SOCORRO PEREIRA LIMA, MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO GOMES DE SOUZA AVELINO DE FRANÇA

Este estudo está inserido no campo da História da Educação paraense, devido analisar um elemento da cultura material escolar do Instituto Nossa Senhora dos Anjos (INSA), uma instituição que surgiu no ano de 1953, em Abaetetuba/PA, sob a administração das irmãs missionárias Capuchinhas, que por sinal, chegaram a época com a intenção de desenvolver um projeto educacional direcionado principalmente ao público feminino. Em vista disso, esta pesquisa objetiva analisar os uniformes escolares utilizados no Instituto Nossa Senhora dos Anjos, no período de 1960 a 1970, a fim de tecer discussões em torno dessa cultura material e de sua relação com a concepção política, religiosa e educacional que vigorava nesse contexto. Para alcançar de maneira consistente o objetivo proposto, foi realizada uma pesquisa de cunho documental que consistiu em analisar os regulamentos, relatórios e, principalmente, os registros fotográficos disponíveis na própria instituição, devidamente arquivados nos álbuns de 1963, 1966, 1967 e 1968. Além do mais, para fundamentar as análises realizadas neste estudo, utilizamos também as contribuições dos seguintes autores: Peter Burke (2008), que aborda o conceito de história cultural e seu processo de desenvolvimento, Marc Bloch (2002), trazendo considerações acerca do ofício do historiador, Borges (2015) e Andrade (2019), apresentando os uniformes escolares como parte de uma construção histórica e cultural e, ainda, Louro (2004) compreendendo a educação feminina, especialmente, no século XIX e XX. De um modo geral, esses teóricos foram cruciais para o desenvolvimento desta pesquisa por proporcionarem um diálogo contextualizado com as fontes documentais. No que se refere aos resultados encontrados, percebe-se que a educação do Instituto Nossa Senhora dos Anjos prezava por valores religiosos (obediência, respeito, recato e outros) que estavam intimamente associados com o perfil de mulher que se desejava formar naquela época. Nesse contexto, os uniformes escolares refletiam essas virtudes e buscavam o disciplinamento do corpo feminino. No entanto, tomando por base os registros fotográficos, foi possível perceber que os uniformes da instituição tinham múltiplas intencionalidades, ou seja, não incutiam apenas os valores religiosos, mas também estavam carregados de princípios que exaltavam os valores nacionais. Sendo assim, tudo indica que esses uniformes serviam para identificar, e ao mesmo tempo, modelar e controlar o comportamento das alunas na sociedade.

Palavras-chave: uniformes escolares; Instituto Nossa Senhora dos Anjos; irmãs missionárias Capuchinhas

História e pertencimento: memórias de estudantes egressos do Ginásio de Aplicação da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe (1960-1968)

JOELZA DE OLIVEIRA SANTOS, WALNA PATRÍCIA DE OLIVEIRA ANDRADE

Este artigo trata de uma pesquisa que buscou produzir compreensões sobre a história e memória do Ginásio de Aplicação da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe no período compreendido entre 1960 e 1968, a partir das narrativas memorialísticas de estudantes egressos, resultantes de entrevistas que compõem o acervo audiovisual do Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do Colégio de Aplicação da UFS (Cemdap) e oito realizadas pela autora da pesquisa, juntamente com a análise de outras fontes documentais coletadas no decorrer da investigação. O tema escolhido segue a linha de pesquisa “História da Educação” do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe (PPGED – UFS), vinculado ao eixo temático que visa investigar os processos e práticas de guarda, seleção, catalogação e preservação de acervos escolares e não escolares, patrimônio educativo material e imaterial, centros de memória, museus educativos e pedagógicos. O estudo, de cunho histórico, tem como objetivo principal compreender as percepções de estudantes egressos do Ginásio de Aplicação da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe sobre as práticas educativas e culturais vivenciadas ao longo de suas carreiras escolares, no lapso temporal entre 1960 e 1968. No que concerne à construção da escrita, o estudo adota os pressupostos da História Cultural, tendo como aporte teórico, o conceito de apropriação, representações e práticas pautado em Chartier (1990), memória e identidade em Bosi (1994) e Pollak (1992, 1989), quanto à concepção de cultura escolar, Julia (2001) e respaldo em Bourdieu (2002, 2007) quanto aos conceitos de capital cultural e reprodução cultural no campo das lutas simbólicas. O referencial teórico e metodológico utilizou-se das premissas da História Oral Temática, fundamentada em Alberti (2013, 2004), Meihy e Holanda (2013, 2015) e Meihy e Ribeiro (2011). Logo, ao se evidenciar neste trabalho, as fontes orais como principal fonte de conhecimento acerca do Ginásio de Aplicação da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe no marco temporal entre 1960 e 1968, foi possível trazer à tona as experiências escolares de indivíduos que vivenciaram o cotidiano de uma instituição educativa, ora muitas vezes silenciadas pelas fontes documentais oficiais, e sendo assim, contribuindo para a preservação da memória e patrimônio institucional. Por fim, a partir do estudo das memórias coletivas dos ex-alunos ficou evidenciado, que o sentimento de pertencimento permanece latente até os dias atuais em suas recordações e a maioria dos alunos que ingressaram no referido ginásio no período analisado eram provenientes de renomadas escolas da época do estado de Sergipe e de estratos sociais mais elevados.

Palavras-chave: Ginásio de Aplicação da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe; história oral; memória

Literatura e História da Educação: outra aproximação ao Nazismo

JORDI GARCIA-FARRERO

Lynn Hunt recentemente nos lembrou, no livro tão sugestivo *History: Why It Matters* (2018), da importância de defender a verdade histórica nos tempos atuais, quando parece que as mentiras e deturpações são constantes lamentavelmente no mundo inteiro. A historiadora mostra também que essa verdade, sempre construída a partir de fatos e interpretações de fontes confiáveis, conduz a uma ética de respeito por aqueles que nos precederam. Assim, o principal objetivo desta comunicação é voltar à velha questão que surge da relação entre literatura e história (Hayden White, Roger Chartier) para reavaliar, nesta ocasião, os romances que foram marginalizados pelo positivismo histórico durante o século XIX. Embora Carlo Ginzburg tenha aconselhado, numa conversa com Adriano Sofri em fevereiro de 1982, publicada na revista *Prohistoria* número 3 (1999), jovens historiadores a lerem muitos romances, também é verdade que, para aceitar a legitimidade das fontes literárias, duas questões devem ser levadas em consideração: primeiro, que não há diferença epistemológica radical entre as fontes que eles descrevem eventos supostamente reais e outras fontes que revelam ideias, sentimentos ou valores. Em segundo lugar, que o estudo de ideias, sentimentos e valores constitui um campo aceitável para a pesquisa histórica, como a história das mentalidades confirmou. Aceitando ambas as variáveis, não há razão para duvidar que a ficção tem uma certa historicidade como defende John Lukacs no livro *El futuro de la Historia* (2011), ainda mais se levarmos em conta que os romancistas do século XIX - de Honoré de Balzac (1799-1850) a Charles Dickens (1812-1870), de Liev Tolstói (1828-1910) para Victor Hugo (1802-1885) - costumavam afirmar que suas obras eram uma transcrição fiel da realidade em que viviam. Assim, este texto quer destacar a existência de diferentes romances que podem ser usados para estudar, entre outros temas histórico-educacionais, a pedagogia totalitária durante o nacional-socialismo alemão (1933-1945): *Juventud sin Dios* (1937) de Odon Von Horvath, *A Lição de Alemão* (1968) de Siegfried Lenz, *Hitler, mi vecino* (2013) de Edgar Feuchtwanger, *A Menina que Roubava Livros* (2013) de Markus Zusak ou *El espíritu del tempo* (2020) de Martí Domínguez. Como resultados, espera-se que os romances mencionados contribuam à construção da verdade histórica concretizando melhor e contextualizando as ideias pedagógicas, uma vez que nos aproximam do homem e da mulher do passado e, claro, estimulam a curiosidade do historiador/a da educação.

Palavras-chave: literatura, História da Educação, nazismo

O curso de Pedagogia No Brasil e no estado de Mato Grosso do Sul: marcos legais e históricos (1980-1996).

JORISMARY LESCANO SEVERINO, MARGARITA VICTORIA RODRÍGUEZ, CILMARA BORTOLETO DEL RIO AYACHE

O curso de Pedagogia tem como objetivo a formação inicial dos profissionais de educação no Brasil com intuito de capacitar o corpo docente para atuar na educação infantil e nos primeiros anos do ensino fundamental. No decorrer de sua trajetória histórica, enfrentou inúmeras modificações curriculares, as quais interferiram na sua estrutura, bem como na identidade profissional dos egressos do curso. O artigo terá como objetivo compreender o modo como foi constituído o curso de Pedagogia em âmbito nacional, direcionando as discussões para os aspectos históricos e marcos legais que regulamentaram a sua organização. Posteriormente, se discute a instalação e expansão dos cursos de Pedagogia no âmbito local no estado de Mato Grosso do Sul, no período de 1980 a 1996. O recorte temporal foi definido em decorrência da divisão do estado e das reformulações nas políticas educacionais de formação inicial de professores ocorridas na área da Pedagogia em nível nacional e a posterior redemocratização do país e as mudanças ocorridas na educação superior pública Brasileira. Apresenta-se o curso de Pedagogia no estado de Mato Grosso do Sul a história da sua criação na cidade de Campo Grande e, na sequência, uma caracterização do curso nas universidades públicas e privadas do estado. Posteriormente, realiza-se um panorama das instituições de educação superior no estado de Mato Grosso do Sul como faculdades, faculdades integradas e universidades no momento histórico selecionado para pesquisa. Os procedimentos metodológicos utilizados compreendem a investigação dos referências bibliográficos e de documentos tais como leis, decretos, resoluções e pareceres, dos anos de 1980 e 1990. Os resultados visaram, principalmente, registrar a história e trajetória do curso de Pedagogia e sua contribuição para a formação dos quadros docentes que atuavam nas instituições de educação básica no estado de Mato Grosso do Sul. Constatou-se que o curso de Pedagogia foi implantado num momento histórico caracterizado pelo modelo pedagógico tecnicista, que privilegiava a formação de especialistas. Verificou-se, por meio dos levantamentos de dados que, durante o período de análise, os cursos de Pedagogia foram gradativamente abrangendo as diversas regiões do estado de Mato Grosso do Sul, bem como a capital Campo Grande.

Palavras-chave: formação inicial de professores; Curso de Pedagogia; Mato Grosso do Sul

Fundamentos do Compêndio de Pedagogia de Marciano Pontes: a educação prepara o homem para duas existências sucessivas, uma na terra outra no céu

JOSÉ CARLOS SOUZA ARAUJO

Os livros escolares constituem-se, dentre outros aspectos, como tecnologias pedagógicas, cuja origem se encontra no processo de constituição da escola moderna, todavia anteriormente desde o nível superior e secundário em período medieval. As escolas normais, desde as primeiras décadas do século XIX, disseminaram-se paulatinamente na futura República italiana, na França etc., entretanto, desde o século XVIII, na Prússia, por intermédio dos seminários de professores. No Brasil, os manuais de Pedagogia apresentam sua emergência desde os anos de 1870, e até o final do século XIX vieram a público, dentre outros, o de Antonio Marciano da Silva Pontes, Braulio Jayme Muniz Cordeiro, Carlos Augusto Soares Brasil, Joaquim José de Araujo, Pe. Camillo Passalacqua, Felisberto de Carvalho e Valentim Magalhães. O Compêndio de Pedagogia do primeiro autor – objeto dessa proposta - será aqui assumido como fonte primária de caráter histórico-educacional, mas singular como expressão. No entanto, tal concessão não pode significar que deva ser considerado em si mesmo, independentemente do contexto em que se encontrava no Brasil, ou mesmo em relação às origens europeias. Afinal de contas, um dado compêndio de pedagogia não pode configurar-se como ilha, porque suas interlocuções como objeto cultural, além de uma tecnologia pedagógica - são inúmeras. A presente proposta focaliza o Compêndio de Pedagogia, de autoria de Antonio Marciano da Silva Pontes, cuja primeira edição se deu em 1872 no Rio de Janeiro. Encontra-se ele entre os primeiros manuais produzidos no Brasil na história da profissionalização docente. Ao referido Compêndio, cabem algumas indagações: qual é a sua compreensão sobre Pedagogia? O que o informa do ponto de vista educacional em relação às concepções antropológica, ética e política? Qual é a correlação de tais ângulos com a tríplice dimensão da educação (física, intelectual e moral)? Tal investigação propõe-se com base em pesquisas documental e bibliográfica, além do caráter teórico e filosófico-educacional que a informa. Tal Compêndio norteia-se pela orientação cristã católica, o que significa conjugá-la aos fundamentos ético, antropológico e político como guias da formação docente. Além de expressar comprometimento com a constituição da Pedagogia como Ciência da Educação desde a Europa, tal Compêndio é singular em relação à totalidade social, mas ancorou o processo constituinte da escolarização primária, da qual a formação do professor paulatinamente se tornou protagonista, envolvendo a escola, a sociedade e a cultura.

Palavras-chave: Compêndio de Pedagogia; catolicismo; tecnologia pedagógica

Grupo escolar: dimensões regionais da escolarização no Vale dos Sinos e na Serra Gaúcha, RS (1912-1958)

JOSÉ EDIMAR DE SOUZA

A história das instituições escolares se apresenta como um campo em projeção de múltiplas oportunidades de pesquisas considerando suas dimensões organizativas. Como argumenta Magalhães (1998), a instituição escolar é o espaço legítimo da prática, um lugar de socialização e de ideação tanto no modelo pedagógico quanto no plano sociocultural e temporal. Nosella e Buffa (2013) acrescentam que a dimensão das normas e práticas se aninham na instituição escolar e possibilitam evidenciá-las por meio do estudo das origens, da organização do espaço, da implantação, reformas e atuação docente, por exemplo. Souza-Chaloba (2019), argumenta que a criação dos grupos escolares (1890) contribuiu para projetar uma determinada noção de forma escolar, sobretudo, a escola moderna. No nosso Estado, a escola seriada surgiu com os Colégios Elementares, passando a adotar a nomenclatura de grupo escolar, a partir de 1915. Nesse sentido, o objetivo deste trabalho foi analisar o processo de escolarização primária desenvolvida no âmbito dos grupos escolares públicos estaduais, entre (1912-1958), caracterizando o contexto de implantação destas instituições em duas regiões do Estado do Rio Grande do Sul. A perspectiva teórica sustenta-se na História Cultural, que busca compreender os sentidos e significados, as relações de contexto e as práticas desenvolvidas nos processos de institucionalização e de escolarização em duas regiões específicas. A análise das fontes documentais foi realizada a partir de Bacellar (2011), buscando mapear e identificar como este tipo de escola foi implantado e como os grupos sociais se mobilizaram para tal fim. O grupo escolar contribuiu para introduzir princípios da escola nova nestas localidades, identifica-se que a havia necessidade da implantação de uma escola para formação das lideranças locais, bem como atender as demandas dos industriários nas primeiras décadas do século XX, considerando ainda que a presença do grupo escolar garantiria, por meio dos seus alunos, uma projeção de modernidade.

Palavras-chave: instituições escolares; grupo escolar; escolarização primária

Memórias de escolarização no meio rural do Rio Grande do Sul (1954-1968): culturas e práticas

JOSÉ EDIMAR DE SOUZA

A memória representa uma possibilidade para se explorar e compreender o processo e os meios pelos quais as experiências vividas e as práticas sociais são exploradas no espaço e no tempo. A História Cultural contribuiu para que o entendimento do que e como se produz história mudasse considerando o trabalho da memória, transcrita, organizada, mais uma fonte para compor a história, no nosso caso, aspectos do processo formativo e das práticas de atuação de professores no espaço rural no interior do Rio Grande do Sul. Nesse sentido, o objetivo desse trabalho consiste em analisar e compreender os processos de escolarização desenvolvidos por professores no espaço rural do Rio Grande do Sul, a partir de representações de memórias, considerando a relação com os aspectos formativos nos seus primeiros tempos de atuação docente, entre 1954 e 1968. As lentes teóricas sustentam-se na História Cultural. Para Chartier (1990), a narrativa histórica assume a forma de tornar presente um objeto, conceito ou pessoa mediante uma substituição capaz de representá-la: as representações do mundo social, como forma de classificar e organizar as percepções. As práticas e representações pretendem identificar o modo como a realidade é socialmente construída, como se operacionalizaram os fazeres na atuação docente na escola. Nesse sentido, as narrativas corroboram para a compreensão do modo como nos apropriamos e transformamos o mundo, que é construído socialmente pelo pensamento. A dimensão do rural, e a leitura do contexto das práticas em que os processos de escolarização se desenvolveram possibilita reconhecer os traços culturais distintos, que são regulados pela cultura, no sentido de que os conceitos e as categorias de uma cultura particular determinam os modos pelos quais seus membros perceberam e interpretaram o que lhe aconteceu em sua época (BURKE, 1992). O tratamento das narrativas valeu-se da metodologia da história oral para as entrevistas analisadas na perspectiva de análise documental histórica. O uso de fontes narrativas, a escuta, a transcrição e análise exige um esforço interpretativo, teórico e ético na construção da memória como documento. A empiria se caracteriza a partir de três entrevistas, realizadas entre 2018 e 2019, com professores aposentados, que atuaram em municípios da região nordeste do nosso Estado. No que se refere a preparação para atuação docente, há diferentes formas de ingresso no magistério, incluindo a formação específica em cursos realizados na Escola Normal Rural e também a prática do exame de suficiência. No âmbito da atuação, as práticas indicam o trabalho em classes multisseriadas, a influência do contexto político e do civismo no desenvolvimento das aulas, das atividades sociais e a importância que a escola representava como fonte de informação, de conhecimento e de progresso na comunidade em que estavam inseridos.

Palavras-chave: atuação docente; ensino rural; escolarização

O processo de emancipação do Brasil e suas representações no primeiro centenário (1816-1922)

JOSÉ GONÇALVES GONDRA, LUANA DE ALMEIDA GOULART

Em 1922 comemorava-se os 100 anos da Independência Brasileira, acontecimento que foi registrado em diversos meios de comunicação da época, como revistas, cartilhas, livros e jornais. Um deles se constitui no jornal que circulava em Petrópolis e na capital carioca: *A União*. De acordo com o acervo disponível na Hemeroteca Digital, da Fundação Biblioteca Nacional, o órgão da Arquidiocese do Rio de Janeiro foi criado em 1905 e, sua última edição disponível data de 1950. Ao enfatizar o amor pelo passado, o periódico procurava sustentar a religião como um elemento importante para formar o sentimento patriótico. Ao mesmo tempo, assinalava que a diferença entre os homens civilizados dos selvagens consistia na permanência de uma determinada memória de sua história. Neste caso, a efeméride do centenário tornava incontornável uma reflexão a respeito de 1822. Com isso, a emancipação do Brasil foi um tema amplamente trabalhado nas matérias deste jornal, sendo centro de discussões e destaque em algumas edições ao longo de seu ciclo de vida, de modo a imprimir um certo sentido religioso ao processo emancipatório, reforçando, assim, a função da educação católica na garantia da prosperidade, liberdade nacional e religiosa. Para cumprir e manter a referida função, o país deveria estar alinhado com os princípios doutrinários do catolicismo. Essa linha editorial parece ter larga tradição quando se observa a presença e participação de homens da nobreza, economia, igreja e da ciência no complexo processo da quebra de tutela em relação à Metrópole. Neste trabalho, problematizamos representações universais deste acontecimento ao entrecruzarmos discursos produzidos por um homem da ciência, Auguste de Saint-Hilaire, botânico francês que esteve no Brasil entre 1816 e 1822. Ao retornar para França, redigiu uma série de relatórios preciosos tanto às ciências das plantas quanto à história, geografia, antropologia e aos Brazilianistas. No que se refere à história nacional, ao descrever como percebe parte do período joanino e o chamado primeiro reinado, o foco incide na preocupação com a preservação da unidade do vasto Império, cujo centro deveria girar em torno da figura do monarca, de modo a evitar o federalismo e a república, considerando as inspirações negativas estrangeiras, sobretudo as da “união americana”, daí a importância atribuída ao projeto nacional e formação de suas gentes. Neste sentido, este estudo analisa as representações produzidas por um homem da ciência e a linha editorial do jornal *A União*, recurso para pensar os enunciados mais ou menos sedimentados a respeito do processo da emancipação nacional, bem como refletir a respeito de seus agentes, instituições e saberes mobilizados, bem como demonstrar o investimento regular da igreja católica em forjar uma memória, marca inseparável do seu protagonismo e papel estratégico na formação das populações e consolidação de um projeto nacional fundado e mantido na fé católica.

Palavras-chave: processo de Independência do Brasil; catolicismo e emancipação; História da Educação e Independência do Brasil

As punições escolares como mediadores pedagógicos de avaliação de alunos nas escolas de Barretos/SP (1868-1914)

JOSE ILDON GONCALVES DA CRUZ

O objeto de estudo desta pesquisa são as punições infantis, corporais e morais, vigentes nas escolas primárias públicas e particulares de Barretos/SP, entre 1868 e 1914. Estas escolas implementaram meios de disciplinarização, de premiação e punição das crianças, determinados na legislação da Instrução Primária das Províncias e de suas Câmaras Municipais, permanecendo também na Primeira República. O objetivo é apresentar as formas de castigos corporais e morais e analisar o uso pedagógico dos mesmos nas escolas primárias públicas e particulares. Referenciando-se na História Cultural e na História da Infância, para a produção do texto, procedeu-se à análise documental das seguintes fontes: o jornal local *O Sertanejo*, de Barretos (1900-1912), disponível no acervo do Museu Histórico, Artístico e Folclórico Ruy Menezes, a legislação do período (1868-1914), os relatórios do inspetor literário do 30º distrito e os Anuários de Ensino do Estado de São Paulo (Arquivo Público do Estado de São Paulo). Elegeu-se a escola e a infância como categorias de análise das fontes. Conforme Canário (2005), a escola é uma forma (maneira de conceber a aprendizagem), uma organização (modos específicos de organizar os espaços, os tempos, os agrupamentos dos alunos, as modalidades de relação com o saber) e uma instituição (fábrica de cidadãos, desempenhando um papel central na integração social). A infância é o período vivido pela criança. Para Kuhlmann e Fernandes (2004) ela pode ser estudada e pesquisada como a concepção ou representação que os adultos fazem sobre este período inicial da vida humana e do sujeito real que vive essa fase. Mediante revisão documental, identificou-se que a legislação previa como meio para corrigir, estimular e preparar o aluno para socialização e para a vida idônea e moral, a retirada de boas notas, a privação do recreio, a humilhação em sala, a dor física e a vergonha. Havia prêmios e castigos corporais e morais aplicados pelos professores nas escolas públicas e particulares barretenses, entre 1868 e 1914, sendo comuns, inclusive os não previstos em leis. Como conclusão é possível afirmar que os professores acrescentavam outros castigos não autorizados, como a Santa Luzia, a temida palmatória. Conheciam a legislação e a interpretavam à sua maneira, favorável aos seus interesses, inclusive, criando outros castigos e prêmios a serem aplicados aos seus alunos. A punição escolar era um meio pedagógico de avaliar o aluno de acordo com a sua recepção e respostas às mesmas. Em 1914, a legislação educacional barretense aboliu os castigos corporais nas escolas públicas e particulares do município, direcionando a educação para outra concepção ou representação de infância no município, mediante interação com a criança e preocupação com o seu bem-estar em sala de aula e nos demais espaços da escola.

Palavras-chave: infância escolar; legislação educacional; crianças castigadas

Organização, formação e inspeção: a reforma educacional paranaense de César Prieto Martinez (1920-1924)

JOSÉ RICARDO SKOLMOVSKI DA SILVA, ANALETE REGINA SCHELBAUER, MARIA CRISTINA GOMES MACHADO

Esse trabalho tem por temática a reforma educacional efetuada por César Prieto Martinez no estado do Paraná entre 1920 e 1924. Questionamos: quais as ações tomadas por este inspetor do ensino para remodelar o aparelho educacional paranaense? Deste modo, objetivamos apresentar, neste trabalho, as medidas adotadas na reforma educacional para o estado do Paraná por este intelectual. O estudo tem caráter qualitativo e se baseia em uma pesquisa bibliográfica e historiográfica de documentos oficiais, tais como: Relatórios de Inspeção (1920-1924), Mensagens do Presidente do Estado (1920-1924), dentre outros. Está vinculado a linha de pesquisa de História e Historiografia da educação. Orientamo-nos metodologicamente pelo materialismo histórico-dialético por compreendermos que esta concepção teórico-metodológica consegue captar as múltiplas determinações do objeto que se pretende estudar. Nesse sentido, pensar a reforma paranaense de Martinez é compreender que esta reforma e as modificações por ele aplicadas estão inseridas em um contexto de movimentos, relações, interesses e contradições, e que este referencial permite apreendê-lo. Martinez foi diretor na Escola Normal de Pirassununga-SP (1915-1919) e, atendendo ao convite de Caetano Munhoz da Rocha, então presidente do estado do Paraná (1920-1928), assumiu o cargo de Inspetor Geral do Ensino do Paraná em seu primeiro mandato. De acordo com o governador, o êxito da instrução pública paranaense dependia, sobretudo, da orientação pedagógica que se imprimia no aparelho escolar. Ao inspetor estava posta a incumbência de remodelar o aparelho escolar existente, adotando métodos modernos a fim de que as escolas conseguissem cumprir o seu fim. A partir desta pesquisa foi possível compreender que a atuação de Martinez se deu em pelo menos três frentes principais: 1. Organização, reorganização e regular funcionamento das escolas existentes por meio da criação de Grupos Escolares e realocação de escolas, uniformização dos horários escolares e livros didáticos, criação de regulamento para a Escola Normal, organização programas de ensino e organização dos critérios para licenças e remoções de professores, 2. Formação dos professores por meio da criação de Escolas Normais e biblioteca pedagógica na capital, da premiação de professores, das palestras pedagógicas, das práticas de ensino nos estabelecimentos modelares da capital e da criação de uma revista pedagógica de orientação para o trabalho dos professores, 3. Inspeção das escolas por meio de inspetores do ensino na orientação das escolas estrangeiras, inspeção médico-escolar e criação de serviço de recenseamento escolar. Tais atitudes se alinhavam com o objetivo do governo do estado de adequar a escola para que ela cumprisse seu fim: atender as demandas do capital pela formação de indivíduos úteis para o progresso da nação, que valorizassem sua pátria e as alegrias do trabalho assalariado. Trata-se de uma reforma educacional que buscava desenvolver o capital por meio da formação do homem nacional, de modo a torná-lo útil para o progresso da sociedade.

Palavras-chave: intelectuais; reforma educacional; Paraná

Intelectuais da UFS na presidência do Conselho Estadual de Educação de Sergipe (1963-2002)

JOSEFA ELIANA SOUZA

Com a finalidade de refletir sobre as relações estabelecidas entre a Universidade Federal de Sergipe/UFS e o Conselho Estadual de Educação/CEE pretendemos focar a discussão em dois pontos importantes. Primeiro: na importância do Conselho Estadual de Sergipe na criação da UFS e segundo, na presença de intelectuais da UFS que se tornaram presidentes no Conselho Estadual de Educação, do Estado de Sergipe. Em 1963 assumiu como presidente Luiz Rabelo Leite (professor da Faculdade de Serviço Social e da Faculdade Católica de Filosofia) e Luiz Alberto dos Santos, em 2002 (último professor da UFS quando terminou o mandato na presidência do CEE). Definitivamente implantado por meio da Lei 4.024 /1961, o CEE/SE foi novamente criado no dia 05 de julho de 1963. Foi instalado em 23 de setembro, do mesmo ano, nas dependências do Edifício Walter Franco, na gestão do governador Seixas Dória (1963-1964). Dentro do Conselho Estadual de Educação foi concretizado um projeto de criação da Universidade Federal de Sergipe que depois passaria pelo Conselho Federal de Educação e seria autorizada pelo poder executivo a Fundação Universidade Federal de Sergipe, pelo Decreto-Lei nº 269, de 28 de fevereiro de 1967. A implantação da UFS ocorreu por meio de aula inaugural realizada em 15 de maio de 1968, no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. É importante destacar que antes, da criação da Universidade os docentes das faculdades estiveram no CEE, assim como continuou ocorrendo depois da federalização. Observa-se que desde a criação do CEE até os dias atuais vários presidentes do Conselho pertenceram aos quadros acadêmicos da UFS. Por isso, cabem as seguintes perguntas como questões norteadoras desta pesquisa: Quais foram os intelectuais que pertenceram as faculdades isoladas e estiveram na presidência do CEE? Quais os intelectuais após a criação da UFS que dirigiram os destinos do CEE? Qual a formação acadêmica dos intelectuais presidentes do CEE? De que modo os intelectuais pertencentes a UFS contribuíram para a consolidação do CEE? e Quais as ações desenvolvidas no CEE? Este estudo é pautado nas recomendações da História Cultural e busca nos conceitos de intelectuais defendidos por Sirinelli (1996, p. 242-243) quando refere-se ao intelectual “criador e mediador” e, ao “engajado” diz: – “a concepção de intelectual é entendida por meio de duas definições: uma ampla e sociocultural, englobando os criadores e mediadores culturais, e a outra mais estreita, baseada na noção de engajamento [...] na vida da cidade como ator”. As fontes primordiais serão as publicações de Graça e Nascimento (2013), Bretas (2014), além de Atas do Conselho Estadual de Educação e da Universidade Federal de Sergipe, e publicações afinadas com a discussão. A realização deste estudo propiciará maior compreensão sobre a participação de intelectuais das antigas faculdades isoladas e da UFS na composição dos membros escolhidos pelo governador do Estado para conselheiros no CEE/SE.

Palavras-chave: Conselho Estadual de Educação; intelectuais; Universidade Federal de Sergipe

Leituras femininas na escola normal: livros da biblioteca escolar

JOYCE PAIXÃO, ANA CLARA NERY

Esta comunicação apresenta resultados de pesquisa de Iniciação Científica realizada na Unesp, campus de Marília. A preocupação central é de localizar e compreender quais livros estiveram presentes na biblioteca das Escolas Normais em São Paulo que fizeram parte de um conjunto de leituras destinadas a formação da mulher, entre 1890 e 1940. O recorte se justifica pelo momento de institucionalização das bibliotecas escolares no estado e finaliza com o período de intensas mudanças no mercado editorial. A investigação se insere num projeto de pesquisa que se ocupa da circulação de livros nas bibliotecas das Escolas Normais da América Latina, com o objetivo de analisar e compreender as formas pelas quais tais bibliotecas constituíram seus repertórios pedagógicos e educacionais. Nesta comunicação analisamos os livros: *O Lar Doméstico*, de autoria de Vera Cleser, *O Livro das Noivas*, *Contos Infantis*, *Eles e Elas*, estes últimos de autoria de Júlia Lopes de Almeida. A análise dos livros se dá em função das ideias sobre o papel social da mulher e do lugar de circulação: escola de formação de professores no momento de feminização do magistério primário. Para tanto, o conceito de circulação e cultura pedagógica (CARVALHO, 2014) e de apropriação (CHARTIER, 1994) são centrais. A análise se inicia com a materialidade dos livros (fontes), constituindo categorias de análise (feminino, professora, lugar social, gênero) que serão cotejadas com referências que analisam questões de gênero (RAGO, 2018, MATOS, 2017) e leituras e autorias femininas (BARREIRA, 2017, NERY, 2017) no período de recorte deste estudo. Como resultados pode-se concluir que estes livros analisados tiveram ampla circulação no período recortado por meio da institucionalização das bibliotecas escolares, da ascensão do mercado editorial no país - e sua relação com a cultura pedagógica, que se instaurava nas escolas normais - e da feminização do magistério primário. A maioria do corpo discente das escolas de formação de professores é de meninas e sua formação, no universo da modernização da sociedade Brasileira, é distinta da formação dos meninos. A leitura feminina foi marcada por manuais de economia doméstica que ditavam regras de comportamento, conduta e educação juntamente com a chamada literatura de água doce, na qual os livros do acervo da Biblioteca das Moças, da Companhia Editora Nacional, foram referência, baseados em literaturas estrangeiras. Essas obras apresentavam personagens belos e civilizados, culto aos contos de fadas, valorização do casamento e da maternidade com ares de fantasia. Vale ressaltar que essas leituras eram controladas por maridos, pais e tutores que as consideravam como uma boa literatura. Nesse sentido, apesar das diferenças estruturais, a leitura dessas obras tinha um objetivo em comum: conservar o lugar social da mulher na educação e no lar.

Palavras-chave: leituras femininas; escola normal; biblioteca escolar

As ideias em circulação sobre o ensino de Desenho: uma análise dos programas curriculares Brasileiros na Primeira República

JUAN CARLO DA CRUZ SILVA

A disciplina Desenho é o objeto de estudo deste trabalho. Nosso intuito é analisar as reformas educacionais em diversos estados Brasileiros para compreender a representação dada para essa disciplina e a relação desta representação com as ideias acerca do método intuitivo. Alicerçamos nosso trabalho na interface entre os domínios da História das Disciplinas Escolares e da História da Educação Matemática, tomando como fundamentação teórica a perspectiva francesa da Nova História Cultural segundo a obra de Chartier, a partir das noções de circulação de ideias, representação e apropriação, bem como a obra de Chervel sobre a compreensão das Disciplinas Escolares e sua posição no campo educacional e sociocultural. Nossa opção metodológica é a Interpretação Histórica segundo Rüsen. Circunscrevemos nosso trabalho ao período da Primeira República (1889-1930), pois na emergência da Primeira República no Brasil, sob a influência positivista, buscou-se transformar a Educação em símbolo de prosperidade, desenvolvimento e modernidade no imaginário da sociedade. Dessa forma, ocorreram inúmeras reformas educacionais que visavam oferecer a população uma educação moderna, equivalente à existente nos países europeus. Com a difusão das ideias dispostas nos pareceres de Rui Barbosa, elaborados pelo legislador enquanto responsável por analisar a Reforma do Ensino Primário e Secundário proposta por Leôncio de Carvalho em 1879, o Desenho é alçado a tornar-se referência dessa nova educação. Assim, no início da República as diversas reformas educacionais davam a esta disciplina a ênfase que julgavam mais moderna e desenvolvida para o ensino. Essa pesquisa é de caráter exploratório, documental e bibliográfico. As fontes trabalhadas são de ordem legislativa, compondo-se dos decretos e leis dos estados do sul e sudeste Brasileiro, além de Sergipe, Bahia e Rio Grande do Norte. Concluímos que, no período pesquisado, estiveram dispostas em circulação do país diferentes finalidades oficiais sobre o Desenho, e diferentes *modus operandi* que constituíram finalidades reais para o Desenho enquanto disciplina escolar, seja como apoio para o ensino de Geometria, para a preparação profissional ou para a educação dos sentidos. Nisso notamos distintos entrelaçamentos da disciplina Desenho com outras disciplinas, tais como a Geometria, os Trabalhos Manuais, a Caligrafia, bem como distintos graus de entrelaçamento com o método intuitivo. Tais representações relacionam-se com as ideias dispostas por Rui Barbosa em seus pareceres, com diferentes graus de aproximação. Destacamos ainda outras ideias que também circulavam em periódicos educacionais que cujas fontes se encontravam nas concepções oriundas de nações estrangeiras.

Palavras-chave: Desenho; disciplinas escolares; programas de ensino

Os arados e sua escolarização na instituição escolar Cônego José Bento (décadas de 1930 e 1940)

JÚLIA NAOMI KANAZAWA

Este estudo é dedicado à investigação da escolarização de objetos de natureza agrícola industrial na instituição escolar Cônego José Bento, durante as décadas de 1930 e 1940, problematizada a partir da cultura material escolar. Localizada em Jacareí, SP, foi a segunda escola agrícola criada no estado de São Paulo, em 1935. Ao longo de sua trajetória, recebeu diversas denominações, foi administrada por diferentes secretarias do governo do Estado de São Paulo, e integra atualmente a rede de escolas técnicas do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, uma autarquia do Governo do Estado de São Paulo que administra uma rede de escolas técnicas e faculdades de tecnologia. Para a sua organização, funcionamento e atender a formação alunos em iniciação agrícola, mecânica industrial e mestria agrícola, uma série de objetos, além de uma extensa área e edificações, foi requerida para viabilizar o ensino e as práticas escolares e produtivas da instituição. Parte destes equipamentos, como arados, cultivadores, tornos, tratores, frutos da evolução técnica e de uma produção que visava atender às demandas do mercado agrícola e influenciaram o fazer agrícola, são mantidos pelo/no Centro de Memória Etec Cônego José Bento e por ele preservados. Entendidos como vetores de relações sociais esses objetos possuem significados, valores e concepções desde a sua produção até sua utilização como recurso didático. Tomando como principais fontes dois arados e documentos, como relatórios, textos legais e fotografias, esta pesquisa tem a finalidade de compreender a relação da materialidade com o objetivo da instituição e com o projeto econômico vinculado à agricultura e sua modernização, por meio da introdução da mecanização e da racionalização do processo produtivo na lavoura paulista. Na abordagem teórico metodológica e histórica se estabeleceu diálogos com Escolano Benito (2010), Lawn (2013), Meda (2015), Mendonça (2006) e Versieux, Gonçalves (2012), dentre outros autores. Os resultados indicaram que os arados, sem dúvida, se constituem em objetos sociais, pois são resultados da criação humana, detentoras de tecnologia, e foram utilizados na produção agrícola, não foram produzidos exclusivamente para fins escolares, mas se escolarizaram para atender a uma finalidade de ensino agrícola e um determinado projeto econômico, mediaram uma relação didática nos cursos oferecidos, especialmente nas matérias de máquinas agrícolas e agricultura, e formar alunos para atuarem no mundo do trabalho agrícola.

Palavras-chave: cultura material escolar; escolarização; instituição escolar Cônego José Bento

Os livros didáticos e o ensino de Literatura na escola secundária Brasileira (1940-2012)

JÚLIA SOUZA SANTOS GIARDINO, CARLOTA BOTO

O trabalho objetiva contribuir para o conhecimento da história da disciplina escolar Literatura no Brasil - tendo por referência teórica os estudos de Márcia de Paula Gregório Razzini, Circe Bittencourt e Kazumi Munakata. Tem também por finalidade compreender a cultura escolar, especificamente no tocante ao ensino da Literatura na escola secundária entre os anos de 1940 e 2012. Desse modo, buscou-se analisar a cultura escolar a partir da fonte documental privilegiada dos livros didáticos, relevantes objetos dessa cultura. Para isso, selecionou-se dezenove livros destinados e adotados no secundário Brasileiro - hoje denominado anos finais do ensino fundamental - cuja publicação tenha ocorrido a partir de 1940, sendo dois ou três livros de autores diferentes para cada década. Todos os exemplares foram consultados na Biblioteca do Livro Didático da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo e analisados a partir dos referenciais teórico-metodológicos da história das disciplinas escolares e história cultural, em especial com André Chervel (1990), Dominique Julia (2001) e Viñao Frago (1995). Até o momento, os resultados obtidos revelam quem eram os autores literários que tinham excertos de suas obras publicados nesses livros, o que permitiu traçar quais obras, autores e temáticas marcaram a escolaridade de jovens em cada década. Assim, essas escolhas denunciavam intencionalidades dos autores compiladores, que, na tentativa de atender às demandas educacionais e editoriais do período, escolhiam criteriosamente os excertos para seus livros. Os prefácios e cartas aos professores forneceram indícios de possíveis práticas de leitura realizadas em sala de aula. Com essas análises, foi possível identificar a escola Brasileira como uma instituição em constante movimento, em oposição à tendência de enxergá-la como estática e acabada. Concluiu-se também que, no secundário, a Literatura e o Português se caracterizavam como uma disciplina de importância significativa dentro do projeto civilizatório a ser realizado na escolarização de jovens. Juntamente com a democratização do acesso à escola, em especial ao secundário, ocorrida na segunda metade do século XX, amplia-se também a ação ideológica desenvolvida pela instituição escolar, antes restrita às elites. Desse modo, investigar elementos que colaboraram para a formação de gerações de jovens Brasileiros nos últimos setenta anos nos auxilia a compreender quem somos hoje enquanto nação em termos de valores, comportamentos e visões de mundo.

Palavras-chave: livros didáticos; Literatura; ensino secundário

Educar as meninas para a monarquia católica: a educação feminina e a infância no Império português no século XVII

JULIANA DE MELLO MORAES

A historiografia dedicada à infância sublinha o caráter histórico da sua compreensão, uma vez que a percepção da individualidade e das especificidades infantis não é constante ao longo do tempo. As mudanças nos modos de identificar e de tratar a infância ocorreram num período alargado, definindo-se como um fenômeno de longa duração. Por isso, não é possível indicar um momento exato para essa transformação, porém é consenso na bibliografia sublinhar a importância das ações do Estado e da Igreja para construção de novas concepções de infância ao longo da Idade Moderna. No império português, a Igreja conectava-se com as ações empreendidas pela Coroa, tendo em vista a íntima ligação entre as duas esferas, caracterizando esse regime como uma monarquia católica. Nesta as instituições religiosas desempenharam funções relevantes na manutenção dos diversos territórios, pois, juntamente com o poder governamental, promoveram a disciplina e a obediência entre as populações. A difusão da doutrina e da moral se constituíram no cerne dessas ações, por meio de discursos de cunho didático inscritos em livros, impressos e imagens, os quais enfatizavam a disciplina e os modelos de conduta considerados ideais. No período, a educação angariou valor, convertendo-se em demarcador das idades da vida, acentuando as fronteiras entre crianças e adultos e da distinção entre os gêneros. Como um fato contínuo e multiforme, a educação ocorria em vários locais e situações, incluindo aquelas de âmbito familiar, ocupacional ou social, tendo como objetivo forjar uma sociedade harmoniosa, calcada na proeminência dos fundamentos católicos e na obediência às autoridades, sobretudo, ao monarca. Entretanto, as discussões e os impressos sobre a educação moral, religiosa ou leiga distinguiam masculino e feminino, tecendo representações específicas de acordo com os atributos considerados ideais para homens e mulheres. Para as últimas, a educação tinha como principal finalidade ensiná-las a sujeitar-se ao marido e ao cuidado com os filhos. As meninas eram educadas nos espaços domésticos ou nos recolhimentos, instituições dedicadas principalmente à reclusão feminina, como aponta a historiografia. Desse modo, a partir de obras hagiográficas publicadas no século XVII problematizam-se as representações das meninas e as práticas educativas estabelecidas pelo imaginário masculino. Ao analisar as representações das meninas e sua educação, o eixo principal consiste em refletir acerca das visões e símbolos demarcadores de gênero e sobre a educação feminina que subsistem ao longo do tempo.

Palavras-chave: mulher e educação; história da infância; modernidade

Revistas para professores da educação básica: um (re)corte sobre a educação infantil

JULIANA DOS REIS DOMINGUES

Esta comunicação tem por objetivo apresentar os resultados de um levantamento realizado sobre revistas educacionais produzidas no Brasil, dirigidos especificamente para os professores do primeiro nível da escolarização, atualmente denominado Educação Infantil. O recorte temporal da investigação começa em fins do século XIX, período este em que surgem as primeiras revistas educativas direcionadas para esse nível de ensino, prolongando-se até a atualidade. Na primeira fase da pesquisa realizou-se o levantamento sistemático dos periódicos localizados nos principais acervos da cidade de São Paulo: Arquivo Histórico Municipal, Memória Documental da Prefeitura Municipal de São Paulo, Centro de Referência em Educação Mário Covas, Arquivo Público do Estado de São Paulo, Biblioteca de Educação da Universidade de São Paulo, Biblioteca Mário de Andrade, Hemeroteca Mário de Andrade, sebos (livrarias de livros usados), bancas de revistas e duas escolas públicas municipais, localizadas na zona sul da cidade. A análise inicial dos periódicos encontrados permite classificá-los em duas categorias: periódicos oficiais e periódicos de empresas editoriais. De acordo com a organização cronológica das revistas, o primeiro periódico específico para os educadores da infância foi a Revista do Jardim de Infância publicada pelo governo do Estado de São Paulo, em 1896. Trata-se de uma publicação oficial e pioneira no país, dentro do limite temático e geográfico pesquisado. As revistas educacionais encontradas nos diferentes locais de pesquisa, específicas do primeiro nível de escolarização, foram: Revista do Jardim da Infância (1896 – 1897), Revista Pedagógica Brasileira Pré-escolar (coleção de V volumes. 1976), Revista Criança (1982 – 2007), Revista Pátio Educação Infantil (2003 – 2018), Guia Prático para Professoras de Educação Infantil (2003), Educação Infantil – O Guia da Professora (2004), Coleção Educativa: apoio ao professor da pré-escola (2005), Projetos escolares – Educação Infantil (2005), Guia Prático para Professores de Educação Infantil (2005), Projetos escolares – Creches (2008), Coleção Educação Infantil (2009), EI – Educação Infantil (2012). Buscou-se investigar as representações que essas revistas produzem sobre a educação infantil, com recorte para análise das instituições, crianças e professoras no contexto da escolarização. Para tanto foram considerados e pesquisados diferentes aspectos desses periódicos, tendo como principal aporte teórico-metodológico os pressupostos da História Cultural. Nesse sentido o principal objetivo foi o de investigar a partir dos de alguns conceitos elaborados por Roger Chartier (1990, 1991) – representação e lutas de apresentações – como ocorreu o processo de escolarização da educação infantil a partir da análise das revistas para professores da educação básica e como estas participam desse processo, a partir das representações que criaram. Bibliografia básica: CATANI, D. B., BASTOS, M. H. C. (org.). Educação em Revista – A Imprensa Periódica e a História da Educação. São Paulo: Escrituras, 1997. CHARTIER, R. A História cultural: entre práticas e representações. 1ª Edição. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel, Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S.A., 1990.

Palavras-chave: educação infantil; revistas para professores; imprensa educacional

O cuidar e o educar na organização das rotinas de atendimento da creche da rede direta paulistana (1970 a 1982)

JULIANA DOS SANTOS CAMARU

O atendimento das crianças pequenas em creches da rede direta da cidade de São Paulo passou por um amplo processo de expansão quantitativa, ao final dos anos de 1970. Nesse período, o processo concomitante de desenvolvimento e pauperização da sociedade Brasileira determinou o surgimento de vários movimentos sociais reivindicatórios e, entre eles, pode-se destacar aquele relacionado diretamente ao atendimento de bebês e crianças e à necessidade da mulher: o Movimento de Luta por Creches, o qual reivindicava, fundamentalmente, a ampliação de uma rede de equipamentos construídos e administrados pela Prefeitura Municipal de São Paulo, voltados ao menor de 0 a 6 anos, e gerados com a participação atuante da própria comunidade. A compreensão dessas mudanças e suas implicações nas propostas das instituições de atendimento à criança de 0 a 6 anos na cidade de São Paulo, no período de 1970 a 1982 é o que justifica a escolha pelo tema dessa pesquisa. Tem-se, por objetivos, compreender por meio do estudo da programação de atendimento e das propostas curriculares das creches da cidade de São Paulo, a concepção de cuidar e educar adotada e como eram organizados os currículos dessas instituições apresentados pela Secretaria do Bem-Estar Social à qual as creches estiveram vinculadas. Foram utilizados, como fontes documentais os programas e propostas de atendimento às crianças de 0 a 6 anos e 11 meses, elaboradas pelas Secretarias vinculadas às instituições de atendimento à criança no período compreendido neste estudo. Como procedimentos metodológicos da pesquisa, foram feitas análises destes documentos legais e normativos do município de São Paulo referentes ao período de 1970 a 1982, disponibilizados no portal da Secretaria Municipal de Educação – Acervo da Memória Documental e no portal da FCC – Acervo da História da Educação e da Infância. As fontes foram analisadas sob as categorias de cuidar e educar. Educar e cuidar nessa investigação são categorias orientadas por concepções que compreendem que o processo de aprendizagem é uma construção pessoal intermediada pela relação com o meio sócio-histórico-cultural e em interação de pares, com os adultos e com os elementos da cultura com os quais interage, processo em que reconstrói para si as capacidades presentes nessas interações. O estudo realizado aponta para as dificuldades para a consolidação do atendimento à criança de 0 a 6 anos pela rede de creches diretas na cidade de São Paulo, como uma política decorrente do direito da criança. A investigação demonstrou a organização, as estruturas, formas de manutenção e propostas de atendimento traçadas nas programações junto às crianças atendidas, prioritariamente de 0 a 3 anos de idade, cujas famílias apresentassem renda de até dois salários-mínimos.

Palavras-chave: instituições; creches na cidade de São Paulo; propostas de atendimento à infância

Formando irmãs professoras: análise de um grupo de alunas egressas da Escola Normal de Ouro Preto – MG (1877-1889)

JUMARA SERAPHIM PEDRUZZI

Este trabalho se propõe a analisar aspectos das trajetórias de irmãs que se formaram pela Escola Normal de Ouro Preto (ENOP) entre os anos de 1877 e 1889. Nesse período específico, são sete os casos de irmãs (filhas do mesmo pai) que concluíram o curso na instituição, totalizando quinze estudantes investigadas. A ENOP foi criada no ano de 1835, entretanto, passou por períodos descontínuos de atividades, funcionando em duas fases na primeira metade do século XIX: de 1840 até 1842, e de 1847 até 1852. Foi somente com a sua terceira abertura, no ano de 1872, que a instituição passou a funcionar com maior estabilidade no contexto do oitocentos. Tendo em vista esses apontamentos, o recorte da pesquisa aqui apresentada se justifica pelo fato de que foi durante das décadas de 1870 e 1880, ou seja, em sua terceira fase de funcionamento, que a ENOP passou a receber majoritariamente alunas do sexo feminino em seu corpo discente. Foi também nesse período que foram localizadas fontes mais precisas sobre as origens familiares dos/as alunos/as egressos/as da instituição, o que permitiu identificar a ocorrência de membros da mesma família ingressando e se formando por ela, sobretudo a existência de irmãs. Como referencial teórico, o estudo se baseia na perspectiva da história das mulheres e da feminização do magistério no Brasil. No que diz respeito às fontes, no trabalho faz-se uso de documentos produzidos no interior da própria ENOP, de livros de matrícula de professores, de relatórios dos presidentes de Minas Gerais na Assembleia Legislativa Provincial, de jornais e almanaques, entre outros. A partir da análise da bibliografia e das fontes consultadas, foi possível identificar que, para além das irmãs formadas, muitas outras, embora não tenham concluído o curso normal, se matricularam nele. Percebeu-se também que, geralmente, em um primeiro momento se matriculava a irmã mais velha, para que nos anos seguintes ingressassem as mais novas. Dessa forma, levanta-se a hipótese de que o exemplo de uma poderia ser seguido pelas demais posteriormente. Em outros casos, porém, a matrícula das irmãs foi efetuada simultaneamente. Nesses casos, pode-se pensar que o ingresso de duas ao mesmo tempo serviria para que fizessem companhia umas às outras, ou para que exercessem a vigilância necessária entre si, tendo em vista que a preocupação com a honra e a segurança das mulheres era uma recorrência nesse período. Por fim, observou-se que todas elas exerceram o magistério primário em Minas Gerais, em intervalos maiores ou menores de tempo, após a conclusão do curso normal na cidade de Ouro Preto, o que indica que, além de terem em comum a passagem pela instituição, essas irmãs também compartilharam o exercício da profissão docente, ao longo de suas vidas.

Palavras-chave: escola normal; mulheres; Ouro Preto

Recompondo a história do Colégio Brigadeiro Newton Braga (1960-2010)

JUSSARA CASSIANO NASCIMENTO

Apresento neste artigo pesquisa de Doutorado concluída na Universidade Católica de Petrópolis, objetivando, recompor a história de uma escola pública federal: o Colégio Brigadeiro Newton Braga, localizado na Ilha do Governador, na cidade do Rio de Janeiro, no período entre 1960 e 2010. Temos como marco inicial o ano de 1960, por ser o período da fundação do Colégio, cujo propósito era oferecer ensino secundário aos filhos de militares e funcionários civis da Força Aérea Brasileira e como marco final o ano de 2010, por ser o período em que a instituição completou cinquenta anos de existência. Ao trazer para cena esse estabelecimento de ensino, pretende-se recompor significativos aspectos que elucidam a sua história, além de contribuir para a História da Educação no Estado do Rio de Janeiro. A fundamentação teórico-metodológica deste estudo se espelha nos trabalhos sobre a história das instituições escolares, organizados por Paolo Nosella e Ester Buffa (2009), e no Paradigma Indiciário proposto por Carlo Ginzburg (1989). É importante observar que a constituição do Colégio se configurou em um contexto de lutas pela expansão do ensino secundário no país, o que impôs a busca por respaldo sobre esse tema em Geraldo Bastos Silva (1969), Maria Thétis Nunes (1999) e Jayme Abreu (2005). O corpus documental que nos serviu de base é composto por legislação oficial como a Portaria 1089, de 26 de dezembro de 1960, e a Portaria 329, de 11 de junho de 1970, ambas do então Ministério da Educação e Cultura e publicadas no Diário Oficial da União, o relatório redigido pelo Conselho Nacional de Educação que versa sobre o tipo de instituição e sobre o regime de subordinação do CBNB, o Regimento Interno do Colégio, e o Termo de Ajuste de Conduta do Ministério Público Federal, além de fotografias arquivadas no Centro de Memórias do Colégio, entrevistas realizadas com o Comandante do III Comando Aéreo Regional e com professores militares e civis que atuam no Colégio, bem como com docentes aposentados que atuaram no período eleito e que possuem informações importantes para recompor essa história. Entre os objetivos específicos destacam-se: (1) registrar e analisar a história do Colégio Brigadeiro Newton Braga no período de 1960 a 2010. (2) buscar a compreensão das tensões e conflitos presentes no Colégio quanto à sua identidade: o Colégio Brigadeiro Newton Braga é um Colégio Militar ou não? O que as investigações levaram a considerar é que o CBNB é um colégio de cunho militar onde os sujeitos que participaram da pesquisa estão em busca de uma identidade. E, assim, os conflitos e as tensões que se apresentam no espaço do CBNB estão inseridos em um contexto híbrido que envolve legislação, sujeitos e práticas.

Palavras-chave: história das instituições escolares; Colégio Brigadeiro Newton Braga; identidade histórica

O regional e o singular: o ensino ginásial público em Pernambuco (1950-1963)

KALLINE LAIRA LIMA DOS SANTOS

Este texto tem como finalidade apresentar contribuições dos estudos sobre o ensino secundário em Pernambuco, no que se refere o processo de expansão do 1º ciclo ginásial entre os anos de 1950 e 1963 e sua característica predominantemente regional na constituição de políticas para criação dessas escolas no estado. A escolha desse recorte temporal diz respeito à ampliação das oportunidades educacionais e os projetos regionais que foram iniciados. É possível compreender que houve um projeto de planejamento quanto ao sistema educacional das zonas, que se definia a partir do conceito de interiorização e o regional, no qual se manifestavam pelas relações de poder, econômicas e sociais. Para essa análise, a Nova História Política foi adotada como referencial teórico, na qual ela se constitui como uma zona de conexão com o todo social. Segundo Rémond (2003), o político não integra um setor separado: é uma modalidade da prática social. Essa abordagem permite compreender as articulações geradas pelos sujeitos. Tal interpelação busca uma compreensão articulada entre o campo político e o social, gerando análises com os fatos sociais e culturais sobre as questões educacionais. Dentro dessa abordagem utilizei a História Regional na qual fez-se necessário a discussão sobre a significação do termo região e como ela é compreendida dentro do campo historiográfico e sua relação entre região e política. Segundo Oliven (1988) embora a causa regional possa ser somente econômica na sua natureza, seu objetivo é político, já que ela se torna regionalizada justamente por intermédio de uma reivindicação face a instituição do Estado visando uma modificação no tratamento das questões territoriais. A singularidade de Pernambuco se refere a política de zoneamento educacional representado em um comportamento político regional que se estabelecia em um campo de disputas entre o regional desenvolvimentista e uma política de interiorização da escolarização pelos atores políticos em Pernambuco. Nesse sentido, para compreender esse movimento na esfera educacional de Pernambuco, recorri as seguintes fontes: o Diário Oficial de Pernambuco; documentação do Centro de Pesquisas Regionais de Pernambuco. A pesquisa direcionou que a questão regional foi um fator determinante para os projetos de criação dessas escolas, isso fica claro tendo em vista investimentos maiores tanto na educação, quanto na saúde e na economia para uma ampliação dos ginásios no interior, especialmente no Sertão, Zona da Mata e no Agreste.

Palavras-chave: regional; Pernambuco; ensino secundário

O “Dia da Devolução”: resistências pedagógicas na educação básica de Salvador no século XXI

KALYPSA BRITO, ELIENE RAMOS

O presente artigo tem como objetivo propor uma análise acerca do protesto denominado “Dia da Devolução” que consistiu na devolução do conjunto de material didático do Programa Alfa e Beto, no dia 07 de março de 2013, na entrada da Secretaria Municipal de Educação do Município de Salvador-Bahia. O material devolvido fazia parte da Operação Salvador Alfabetizada, que consistia em uma parceria da prefeitura do município com o Instituto Alfa e Beto. Tratava-se de um “pacote” contendo material de apoio pedagógico, para as séries iniciais do ensino fundamental, e, para a Prova Brasil. O contrato entre a empresa responsável pelo programa em questão e a prefeitura de Salvador integrava, além do material de apoio pedagógico, material de apoio logístico para a secretaria, projeto de capacitação para professores e coordenadores pedagógicos, além da aplicação de avaliações bimestrais nas classes do 1º ao 5º ano do ensino fundamental. No entanto, um grupo com 300 professores, coordenados pela Associação dos Professores e Licenciados do Brasil – APLB/ Secção Bahia, devolveu o material didático. Diante dessa ação extrema dos professores indaga-se: O que motivou a ação do protesto de devolução do material didático Alfa e Beto? Conforme a categoria de professores, a recusa do material didático esteve relacionada a três motivos, a ausência de diálogo com a categoria na escolha do suporte educacional, a identificação de elementos de ordem racista nas histórias destinadas às crianças, e descontextualização dos textos com a realidade baiana. Quanto ao método, esse estudo é orientado pelos novos direcionamentos de pesquisa incorporados pela Nova História Cultural. As principais fontes utilizadas para o estudo são as matérias de jornais locais sobre o “Dia da Devolução”. Nessa perspectiva, dialoga-se com Eliane Cavalleiro (2020), Munanga (2001), Greive e Fonseca (2008), Mbembe (2020), Rego (2011), Alan Choppin (2009), dentre outros para problematizar e discutir sobre o livro didático e as relações étnico-raciais nas escolas. O trabalho foi desenvolvido em dois momentos, o primeiro analisa a conjuntura local, envolvendo os dados educacionais, os programas disponibilizados pelo Ministério da Educação e pactuados pelo município no período estudado, e a parceria da prefeitura com o Instituto Alfa e Beto. O segundo momento destina-se a discussão sobre o conteúdo do material didático e as repercussões na mídia. O desfecho da ação do Dia da Devolução possui dentre outros, uma ação do Ministério Público proibindo o repasse de recursos municipais para o contrato firmado, no montante de 12 milhões de reais, bem como a suspensão da utilização do material didático.

Palavras-chave: material didático; educação básica; relações étnico-raciais na escola

O início da profissionalização docente em escolas primárias rurais paulistas (1940 a 1990)

KAMILA CRISTINA EVARISTO LEITE, ÁUREA ESTEVES SERRA, NOELY COSTA DIAS
GARCIA

O objetivo deste trabalho consistiu em analisar a formação e o ingresso na carreira do magistério de 13 professoras primárias, entre 50 e 96 anos de idade que lecionaram em escolas primárias rurais em diferentes regiões do estado de São Paulo. O recorte temporal desta pesquisa compreende entre os anos de 1940 e 1990, período em que as professoras entrevistadas exerceram o magistério na zona rural. A metodologia adotada nesta pesquisa seguiu a abordagem da história oral (ABERTI, 1990; MEIHY, 1996), sendo elaborado um projeto de pesquisa, a gravação das entrevistas, estabelecimento do documento escrito e sua seriação, sua eventual análise e a devolução social, sendo caracterizada como um estudo a partir da memória (BOSI, 1994; LE GOFF, 2003; RICOEUR, 2007) que consistiu na realização de entrevistas (ANDRÉ LÜDKE, 1986) com 13 professoras primárias. Os resultados obtidos com esta pesquisa indicaram que apenas duas professoras iniciaram a carreira do magistério como leigas. Das 13 professoras entrevistadas, 11 realizaram o curso normal ou a habilitação específica para o magistério e ao longo da carreira cursos de aperfeiçoamento, especialização e a licenciatura no curso de Pedagogia. A forma de ingresso na carreira dessas docentes variou entre as regiões pesquisadas, predominando o recrutamento por Concurso de títulos que foi instituído no estado de São Paulo com o Código de Educação de 1933, sendo assim, as professoras deveriam fazer pontos para poder escolher uma escola na zona rural ou urbana e se efetivar. A passagem pela escola primária rural era um elemento obrigatório para o início da carreira docente no estado de São Paulo, devendo as professoras permanecer no mínimo 1 ano nessas escolas, para depois se inscreverem no concurso de remoção. As professoras permaneceram entre 4 e 19 anos lecionando em escolas primárias rurais. Enfim, este trabalho detém-se na retomada de diferentes temporalidades da formação, ingresso na carreira docente e tempo de exercício no magistério primário rural, considerando os diferentes tempos de escola e dos sujeitos, buscando a partir desta premissa, ampliarmos nesta pesquisa nossas perspectivas sobre a formação e a profissionalização docente na zona rural no estado de São Paulo. Ressaltamos a importância desse estudo para o estado de São Paulo, bem como para a história da formação e trabalho de professores primários rurais no Brasil, uma vez que a formação desses professores e a expansão das escolas primárias rurais, local de trabalho dessas professoras entrevistadas, apresentam configurações diferentes de outros estados brasileiros.

Palavras-chave: educação rural; formação docente; profissionalização

A Escola Normal Rural de Piracicaba na imprensa estadual e municipal

KAMILA CRISTINA EVARISTO LEITE

Esta comunicação apresenta resultados parciais de pesquisa em desenvolvimento sobre a história da Escola Normal Rural de Piracicaba (ENRP). O estudo em foco refere-se ao levantamento de registros jornalísticos sobre essa instituição fundamentado nas proposições de Nóvoa (2002), Vieira (2007) e Luca (2018). A Escola Normal Rural de Piracicaba foi inicialmente idealizada por Sud Mennucci, um dos mais emblemáticos defensores do Movimento pela Ruralização do Ensino no Brasil, e, instituída legalmente pelo Decreto Estadual n. 6.047, de 19 de agosto de 1933. Ela foi criada com a finalidade de formar professores para as escolas primárias localizadas nas zonas rurais com base em uma mentalidade agrícola. Embora instituída oficialmente, essa escola somente foi instalada em 1956 (Decreto Estadual n. 25.781, de 27 de abril de 1956) recebendo a denominação de Escola Normal Rural “Prof. José de Mello Moraes” constituindo-se na única experiência do normalismo rural no estado de São Paulo. Para a realização desse estudo, foram consultados o acervo digital do jornal O Estado de São Paulo, a hemeroteca digital da Biblioteca Nacional e os acervos físicos da Biblioteca Municipal de Piracicaba “Ricardo Ferraz de Arruda Pinto” e do Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba - IHGP, sendo selecionados os seguintes jornais para levantamento de dados: em âmbito estadual – O Estado de São Paulo e o Correio Paulistano; na esfera municipal – Diário de Piracicaba e o Jornal de Piracicaba. O critério adotado para a seleção dessas fontes foi, principalmente, a existência dos jornais na temporalidade que corresponde a criação da ENRP, em 1933, até o fechamento das Escolas Normais no Brasil, que ocorreu com a Reforma do Ensino de 1º e 2º graus em 1971 (Lei Federal n. 5.692, de 11 de agosto de 1971). Foram localizados e catalogados 120 registros jornalísticos que tratam de questões relacionadas à ENRP e à formação de professores primários para as escolas rurais no estado de São Paulo. Para a pesquisa realizada nos acervos digitais, a palavra-chave utilizada foi Escola Normal Rural, pois a finalidade era localizar o maior número possível de informações sobre esse tipo de estabelecimento de ensino no estado. Ao realizar a leitura e analisar os conteúdos dos registros jornalísticos, foi possível elencar seis temas, recorrentes ou não nos jornais selecionados. Entre esses temas, destaca-se: 1) Cursos para professores rurais; 2) Congressos rurais; 3) Iniciativas; 4) Crítica e defesa; 5) Implementação e Funcionamento – 5.1) Ações políticas; 5.2) Comissão Pró Instalação; 5.3) Cotidiano escolar; 6) Currículo. Considera-se que até o presente momento os jornais, utilizados como fontes, contribuem para a escrita da história da ENRP, apontando indícios do funcionamento da escola, como também, possíveis entraves que culminaram na demora de 23 anos da implementação da primeira Escola Normal com especificidades rurais no estado de São Paulo.

Palavras-chave: escola normal rural de Piracicaba; história da formação de professores; educação rural

Anísio Teixeira: a “construção” do intelectual

KAREN FERNANDA BORTOLOTI

Ancorada na possibilidade sempre em aberto de se reconstruir um objeto de análise, parafraseando Ana Waleska Mendonça (1997), que corrobora a ideia de Clarisse Nunes (1992) de que este objeto pode ser “paradoxalmente pouco conhecido”, ousou, seguindo os passos dessas duas conhecedoras do intelectual e desbravadoras do objeto de estudo, retomar Anísio Teixeira. Apesar da quantidade e da qualidade das pesquisas já feitas sobre as teorizações e atuações do educador brasileiro Anísio Spínola Teixeira (1900-1971), ainda não há trabalhos dedicados a verificar, no conjunto de sua obra, como a ideia de intelectual foi abordada ao longo de sua trajetória. O presente trabalho visa contribuir nessa direção, propondo uma investigação que focalize especificamente esse tema, em suas interseções com outros temas a ele relacionados. A metodologia utilizada pauta-se na pesquisa de caráter documental, notadamente no que concerne à História Cultural que valoriza diversas fontes, à História Política que compreende o intelectual como um “ator do político”, um sujeito engajado e comprometido com diferentes projetos e movimentos materializados na atuação junto ao Estado, na criação de revistas, na assinatura de manifestos (SIRINELLI, 2003, p. 231) e, finalmente, à História dos Conceitos e as contribuições do historiador Reinhard Koselleck. A partir dos pressupostos epistemológicos da História dos Conceitos, que vem se radicando no campo do fazer historiográfico e tem muito a contribuir aos historiadores da educação como um método de crítica às fontes escritas e que propõe uma análise de conceitos a partir de contextos sociais ou políticos e suas ressignificações ao longo do tempo, propõe-se aqui historiar o conceito de intelectual no discurso de Anísio Spínola Teixeira. O educador, literato e administrador baiano de Caetité, a sua formação e diversas esferas de sua atuação já foram, e ainda são debatidos pela historiografia da educação, especialmente, em virtude da inegável contribuição de Anísio Teixeira para este campo. Considerando que o pensamento e as práticas de Teixeira devem ser compreendidos no contexto em que circularam, analisamos a concepção que este autor elaborou de intelectual a partir dos diferentes lugares que ocupou ao longo de sua trajetória, ou seja, a partir das relações estabelecidas em diferentes contextos entre os anos de 1920 e 1970. Portanto, a premissa principal desse trabalho está na centralidade admitida pelas questões relacionadas ao intelectual e suas ações em torno do projeto de reconstrução do país no discurso de Anísio Teixeira.

Palavras-chave: Anísio Teixeira; conceito; intelectual

A formação religiosa nas escolas dominicais luteranas – Serra dos Tapes/RS

KAREN LAIZ KRAUSE ROMIG, PATRÍCIA WEIDUSCHADT

Objetiva-se caracterizar a formação religiosa exercida por Escolas Dominicais do Sínodo de Missouri, instituição luterana, oriunda dos Estados Unidos, que chegou ao Brasil em 1900 e é denominada atualmente Igreja Evangélica Luterana do Brasil (IELB). O estudo delimita-se geograficamente na Serra dos Tapes, região localizada ao sul do Rio Grande do Sul, Brasil, área que ainda na atualidade possui os vestígios de uma colonização de etnia alemã/pomerana, e a presença da religião luterana. Tais escolas expandiram-se a partir da década de 1970, com o enfraquecimento das escolas paroquiais. São analisados materiais didáticos destinados aos alunos e professores dessa modalidade, utilizando a metodologia da análise documental, baseada em Cellard (2014). Entende-se que a Escola Dominical é uma prática vinculada a igreja, com o objetivo de formação didático religiosa de seus participantes, com a intencionalidade de formar a índole de crianças e jovens luteranos. Desta maneira, a instituição visava preparar as crianças e os jovens para que, pudessem viver fortalecidos na fé (WEIDUSCHADT, 2012). A Escola Dominical surgiu como uma prática das igrejas protestantes, surgindo na Inglaterra e, depois disso, difundiu-se por diferentes partes do mundo, chegando ao sul do Brasil por meio da imigração alemã/pomerana. Como salienta Rodrigues (2007), no Brasil as Escolas Dominicais surgem mais tarde, com iniciativas do que se chamou de Protestantismo de Missão. A presença cultural alemã e pomerana nesta região das Serra dos Tapes, e o conseqüente fortalecimento da religião luterana, trouxe uma formação escolar e religiosa diferenciada para os moradores dessa região. Com as análises feitas, verifica-se que a igreja luterana buscou estratégias para que as crianças e os jovens participassem de atividades educativas vinculadas aos ensinamentos religiosos. Desta forma, nessas escolas dominicais havia a utilização de materiais didáticos de cunho religioso, como livros e revistas e demais materiais didáticos e práticas destinadas para determinadas faixas etárias. Tais atividades eram lúdicas e voltadas aos ensinamentos doutrinários luteranos e, também, para as escrituras sagradas da Bíblia, com intuito de conduzir a formação religiosa desse futuro fiel da igreja. Ela pode ser compreendida como uma estratégia luterana que determina, um modelo de civilidade (ELIAS, 1990) a ser seguido. Por meio dessas ações das Escolas Dominicais estimulou-se a necessidade de uma formação didático religiosa dos fiéis luteranos que a frequentavam.

Palavras-chave: escola dominical; formação religiosa; materiais didáticos luteranos

Participação da União Rio Grandina de Estudantes Secundaristas (Ures) em atividades cívicas, desportivas e culturais no município do Rio Grande, RS (1953-1980)

KARIN CHRISTINE SCHWARZBOLD

O presente artigo tem por objetivo apresentar uma reflexão acerca da participação dos jovens estudantes secundaristas integrantes da URES em atividades cívicas, desportivas e culturais no município do Rio Grande, RS. No âmbito da História da Educação pesquisas que envolvem o movimento secundarista são relevantes, porque se mobiliza a compreensão da vida formativa juvenil, que no Brasil, no período estudado, era bem restrito o acesso (PESSANHA E SILVA, 2013). Sabe-se que nesse período de mudanças sociais e culturais no Brasil a sociabilidade do público jovem deveria ser controlada, tanto do ponto de vista político, como social e educativo (BENEVIDES, 2006; FRAGA, 1996). Por isso, quer se mostrar atividades estimuladas pela URES através desse artigo. Essa associação de estudantes foi criada entre os dias 16 e 23 de agosto de 1953 num Congresso Municipal dos Estudantes Secundários de Rio Grande, realizado realizou-se no município do Rio Grande, junto ao Salão Nobre do Colégio São Francisco. Com essa criação pode-se perceber logo em seguida, especificamente, em setembro de 1953, a realização e participação dos estudantes nas atividades alusivas a Semana da Pátria (7 de setembro) e ao Desfile Farroupilha (20 de setembro). A direção da URES é chamada, não apenas para participar do evento com integrantes como também para auxiliar na organização dos mesmos. Para o desenvolvimento dessa pesquisa optou-se, dentro da concepção da Nova História Cultural (BURKE, 2008) pela análise documental (CELLARD, 2012) através dos impressos locais e documentos pertencentes ao acervo pessoal de alguns integrantes do movimento. Também se utilizou a história oral (FERREIRA e AMADO, 2006) com entrevistas sendo efetuadas através de dispositivo móvel (Smartphone) e o aplicativo Whatsapp. O contexto atual do município precisa também ser cotejado, por revelar que, nesse período havia crescente expansão urbana e industrial, ampliando, assim, também espaços de sociabilidades. Foi possível através desta pesquisa compreender como se deu a participação dos estudantes secundaristas nas mais diversas atividades cívicas, desportivas e culturais no Município. Esse envolvimento não ocorreu apenas como expectadores, mas como organizadores, possibilitando uma aquisição de noções de administração por seus integrantes. Através desse engajamento foi possível perceber que o movimento estudantil de forma organizada através de entidades promove a interação social entre seus participantes e a sociedade local.

Palavras-chave: história da educação; movimento estudantil secundarista; sociabilidade

Crescer em Cristo: manuais para a disciplina de Ensino Religioso, no estado do Paraná (1970-1980)

KARIN WILLMS

O presente artigo tem como objetivo analisar o material Crescer em Cristo, destinado às aulas de Ensino Religioso da rede pública de ensino do Paraná nas décadas de 1970 e 1980. Para isso, se fez necessário observar a legislação educacional vigente no período, na qual encontramos elementos relacionados à laicidade do Estado e, as orientações repassadas aos professores da disciplina, através dos manuais elaborados pela ASSINTEC que, num caráter interconfessional/ecumênico, reproduziam a hegemonia cristã. Tal análise se deu à luz dos estudos relacionados à Cultura Escolar, de Dominique Julia (2001) e da História das Disciplinas Escolares de André Chervel (1990). Com este trabalho, não pretendemos esgotar as possibilidades relacionadas aos manuais Crescer em Cristo, mas sim trazer uma breve análise destes materiais no âmbito da educação pública e laica. Como fontes de pesquisa foram utilizados os volumes 1 e 5 dos cadernos Crescer em Cristo, elaborados pela ASSINTEC nas décadas de 1970 e 1980, tal material era distribuído entre os professores da rede pública de ensino municipal, da cidade de Curitiba e estadual do Paraná. Para analisar este material, seu conteúdo e seu uso nas escolas, se fez necessário também observar o que significava, para o período e para a instituição, ser interconfessional e ecumênica. Também foi necessário recorrer a legislação vigente no período, para observar a questão da laicidade e da facultatividade empregadas ao Ensino Religioso. Assim o artigo encontra-se dividido em uma breve análise da relação entre o Ensino Religioso e a laicidade, a produção do material, Crescer em Cristo, pela ASSINTEC e uma breve descrição da estrutura do material. Observando os manuais Crescer em Cristo e o seu contexto de produção e distribuição, foi possível perceber que esta disciplina serviu como espaço para a manutenção da hegemonia cristã nas escolas públicas. Ora, se até o século XIX a Igreja católica detinha tal hegemonia, no século XX, com a publicação da legislação que define o Brasil como estado laico, foi através do ecumenismo (que buscava unir católicos e protestantes) e do Ensino Religioso que o cristianismo se manteve na esfera pública. Não temos, no entanto, o objetivo de esgotar as possibilidades de pesquisa que a temáticas ou as fontes oferecem, neste artigo. Mas, sim, apresentar uma breve leitura e traçar possibilidades de alargamento da discussão acerca do Ensino Religioso enquanto disciplina escolar, a partir de fontes que vão além da legislação e dos currículos, observando novas questões e caminhos.

Palavras-chave: ensino religioso; manuais; estado laico

A elaboração de documentos oficiais para a educação paulista (1976-2019)

KARINE GONÇALVES

Apresentam-se resultados parciais de pesquisa desenvolvida em um Programa de Pós-Graduação em Educação – nível de mestrado – em uma universidade pública estadual paulista. Visando a contribuir para a produção da História da Educação no estado de São Paulo e para a compreensão do processo de elaboração de documentos oficiais relativos à educação na secretaria estadual desse estado a partir da década de 1970, enfocam-se na pesquisa cujos resultados são apresentados parcialmente neste texto os decretos e resoluções publicados no Diário Oficial da Assembleia Legislativa do Estado entre os anos de 1976 (ano em que passou a constar no organograma da secretaria a criação da Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas – CENP) e 2019 (último ano a ser analisado por ser o último a constar, até o momento, a criação da nova Coordenadoria Pedagógica – COPED, em funcionamento até os dias atuais). Mediante abordagem histórica, centrada em pesquisa documental e bibliográfica, com a utilização dos procedimentos de localização, recuperação, reunião e seleção dos decretos e resoluções relativos à reorganização da secretaria da educação, à criação das coordenadorias e à elaboração de documentos oficiais para a educação, foram selecionados para a análise os três decretos principais que tratam da criação das coordenadorias mencionadas: Decreto nº 7.510, de 29 de janeiro de 1976, no qual passou a constar a existência da CENP no âmbito da secretaria; Decreto nº 57.141, de 18 de julho 2011, do qual foi retirada a CENP e foi incluída a Coordenadoria de Gestão da Educação Básica - a CGEB; e o Decreto nº 64.187, de 17 de abril de 2019, do qual foi retirada a CGEB e passou a constar a COPED. Por meio do método de análise da configuração textual (MORTATTI, 2000) dos decretos selecionados, foi possível constatar, até o momento, que, no período em questão, com as três coordenadorias responsáveis pela elaboração de documentos oficiais para a educação, houve mudanças significativas no que se refere às atribuições de tais coordenadorias, de modo que a CENP apresentava maior estrutura no que diz respeito à elaboração de documentos e que proporcionava maior envolvimento da comunidade escolar nas discussões da secretaria da educação. Há que se considerar, ainda, a escassez de informações nos sites e documentos do governo a respeito das motivações e justificativas de mudança de uma coordenadoria para outra, bem como no que se refere às pessoas que integraram e que integram o quadro de funcionários de tais coordenadorias.

Palavras-chave: documentos oficiais; Secretaria de Estado da Educação de São Paulo; história da educação

Extra, extra: o jornal e a política educacional no município de São Gonçalo (1963-1967)

KARYNE ALVES DOS SANTOS

O trabalho investiga a política educacional desenvolvida no município de São Gonçalo, localizado no estado do Rio de Janeiro, tendo como fonte o jornal “O São Gonçalo”. O recorte temporal da pesquisa (1963 – 1967), remonta ao contexto histórico da ditadura civil militar no Brasil. Trata-se de uma investigação no campo da História da Educação, tendo como fonte/objeto a imprensa, sendo compreendida como instrumento de reflexão crítica sobre a sociedade e como mecanismo de controle e difusão das representações sociais. O objetivo é a análise da política educacional desenvolvida no município, no período estabelecido, a partir das reportagens publicadas e tendo como referenciais teóricos-metodológicos: Cunha (1985); Saviani, (2000); Germano (2005) no que tange a educação e ditadura. Nos estudos da educação no município de São Gonçalo o aporte teórico encontra-se nas chamadas “primeiras vozes” da história da educação gonçalense: Araújo; Tavares; Figueirêdo; Hees (1996) com as produções do Núcleo de Pesquisa e Extensão Vozes da Educação: memória e história das escolas de São Gonçalo. As análises sobre a política educacional e o poder local apontam para os estudos de Alvarenga (2005; 2008; 2015); Aniceto (2013; 2014); Assis (2002); Barreto (2004); Flores (2008); Reznik (2002) que aprofundam as representações políticas no município de São Gonçalo, considerando a história local, um campo privilegiado de investigação para os diversos níveis, onde se trançam e articulam as relações de poder entre indivíduos, grupos e instituições. Em relação a educação republicana, a escala de análise privilegia a política educacional fluminense dos anos 60, tendo como referenciais teóricos: Teixeira (1956; 1958); Faria (1996; 2008; 2013; 2018; 2020); Quaresma (2010; 2014); Xavier (2003; 2009; 2013). Sobre o uso dos jornais e a pesquisa no campo da história da educação utilizei Luca; Martins (2008; 2020); Zanlorenzi (2010; 2018); Toledo (2012; 2012) com a intenção de analisar o impresso com responsabilidade e coerência entre fundamentação teórica e metodológica. A pesquisa apresenta as seguintes questões e resultados: Como se (re)apresenta a política educacional no município? O que nos falam os/as alunos/as, famílias, professores/as sobre a educação através das reportagens? Como a questão educacional é retratada nas páginas do jornal? Que grupos escolares foram construídos em seu segundo mandato como Prefeito? O que o jornal nos fala? Como fala sobre a educação em meados da década de 60?

Palavras-chave: impressos; política educacional; História da Educação

Escravidão e cidadania: reflexões sobre os debates na Assembleia Constituinte de 1823

KATIA GENI CORDEIRO LOPES

Como o problema da escravidão compareceu nos debates travados durante a elaboração da primeira Constituição do Brasil? Com base nesta questão, temos como foco deste trabalho o funcionamento do órgão colegial, representativo, extraordinário e temporário, investido da função de elaborar a Constituição do Estado, estabelecendo as regras fundamentais para o seu ordenamento jurídico. De acordo com a historiografia existente, a escravidão foi inserida nas pautas dos debates legislativos da Constituinte de 1823, a primeira do Brasil, notadamente, quando este colegiado se debruçou sobre a questão da cidadania. Naquele contexto, tornou-se fundamental (re)definir a relação com o instituto da escravidão, dos/as escravizados/as e dos/as libertos/as no pós-independência. Ao analisar os debates ocorridos sobre o tráfico de escravos e a escravidão é possível evidenciar discussões acaloradas acerca do termo mais adequado a ser adotado no texto constitucional para denominar os indivíduos pertencentes àquela sociedade, incluindo os povos nativos e escravizados/as. Considerando esse cenário, a proposta desta comunicação é problematizar a inclusão da escravidão nos debates legislativos, a fim de evidenciar tensões e pretensões que emergem da fala e argumentos mobilizados pelo conjunto de deputados constituintes. Para tanto, foram analisados alguns documentos, como projetos políticos, a exemplo dos Projetos de Constituição, destacadamente quando tratam da necessidade de se determinar aqueles que deveriam ser considerados parte da sociedade civil. Em um cenário no qual se buscava consolidar a independência do Império do Brasil e promover sua inserção entre as nações ditas civilizadas, a Assembleia Constituinte de 1823, entre outros assuntos, inscreveu a escravidão nas pautas dos debates então travados, impelidos por uma dada inevitabilidade quanto à escolha de um termo que assegurasse, igualmente, as exclusões pretendidas acerca da concessão da cidadania brasileira. A condição de liberdade seria defendida como um atributo desta cidadania, mas não como garantia, não sendo capaz de anular atitudes discriminatórias e barreiras simbólicas direcionadas a uma imensa quantidade de homens e mulheres em uma sociedade que manteve seus compromissos com a ordem escravista. Por fim, outorgada a primeira Constituição, em 25 de março de 1824, abria-se um novo capítulo na formação do Estado Nacional, tendo em vista as disposições contidas no referido código. Alguns problemas e soluções que marcaram os debates da Constituinte foram postos à margem, como a questão da escravidão; que se constitui em um marco incontornável na história da cidadania, sobretudo da população escravizada e de seus descendentes no Brasil.

Palavras-chave: processo de independência do Brasil; escravidão e emancipação; História da Educação

Os processos educativos de uma comunidade cigana Calón no município de Umbaúba/Sergipe: entre história e educação

KATIA MARIA ARAÚJO SOUZA SOUZA

Este texto tem por objetivo compreender os processos educativos desenvolvidos junto a uma comunidade cigana, da etnia Calón, localizada no município de Umbaúba, situado no sul sergipano. A temática da referida comunidade de ciganos Calón ganhou visibilidade através de um incidente policial, envolvendo a morte de dois policiais civis, três ciganos e dois não ciganos, no mês de dezembro de 2020. Foi a partir dessa ocasião do tempo presente, que aspectos históricos sobre a origem dos ciganos sobressaíram nas discussões do Grupo de Pesquisa História, Memória, Educação e Identidade (GPHMEI). Parte-se do pressuposto inicial de que os ciganos da etnia Calón, fizeram parte da formação do povo brasileiro, desde seu início, expulsos pelo rei D. João V de Portugal e enviados como degredados para o Brasil, onde eram proibidos de usarem suas roupas e adereços, exerceram a leitura das mãos, residirem mais de duas famílias na mesma rua e falarem seu idioma. Portanto, são povos ágrafos, que as normas e valores têm sido passados de geração a geração através da oralidade e que a despeito da necropolítica historicamente instaurada, desde quando foram expulsos da península ibérica, passando pela Inquisição, o holocausto cigano e judeu, até os dias atuais. Releva-se a existência, na comunidade investigada, de uma valorização de determinados processos educativos que, em diversos estudos já realizados, são atribuídos às formas e processos de educação familiar que derivam do senso de pertença a essa etnia. As famílias estudadas não se enquadram em uma classe social específica, derivando-se que os processos educativos que se desenvolvem na comunidade mostram uma sobreposição da pertença étnica sobre a pertença de classe, onde os fatores culturais são determinantes. Este estudo assenta-se a partir dos pressupostos dos estudos decoloniais e da história do tempo presente, segundo a historiadora Maria Teresa Santos Cunha. Do ponto de vista teórico, apropria-se da noção de necropolítica, nos termos de Achille Mbembe e opera-se com a metodologia da história oral, segundo Verena Alberti. A pesquisa foi realizada através de entrevista, com o uso de um roteiro com questões fechadas, com roteiro semiestruturado. Por fim, é possível concluir que os processos educativos desenvolvidos junto a essa comunidade cigana se construíram a partir da assimilação cultural que a etnia cigana tem demonstrado ao longo dos anos de permanência na sociedade brasileira, da importância da socialização e, sobretudo, dos papéis exercidos dentro dessa estrutura social.

Palavras-chave: História da Educação; processos educativos; ciganos Calón

Brinquedo científico, tecnociência para crianças inscrita nos artefatos

KATYA BRAGHINI

Os brinquedos do tipo científicos são capazes de produzir entretenimento e surpresas ligadas aos princípios físicos simples ou paradoxais. Há modelos que simulam eventos em pequena escala, cujo nível de representação de realidade depende da aplicação dada aos procedimentos técnicos. É possível dizer que os brinquedos científicos acompanham a história das ciências e da educação, pois, ao longo de sua história, em diferentes contextos, estiveram ligados ao público infantil visando o ensino. As crianças são alvos do conhecimento científico e, ao final do século XIX, plenamente identificados como seus consumidores. Brinquedos científicos mostram que, no plano da educação, há aspectos técnicos que os tornam atraentes, emocionais, curiosos, divertidos, ações que mobilizam a atenção não apenas para o saber sobre o fenômeno, lei ou conceito, mas para detonar emoções e cativar as crianças. Pensando-as como sujeitos educáveis, de que maneira teria sido a relação entre elas, a ciência e a técnica, enquanto os brinquedos estejam envolvidos? E como fica essa relação quando se trata de pensá-los como materiais escolares? Esta comunicação procura apresentar a história desta relação analisando o elemento técnico de tais objetos, como uma política, ora pensados como brinquedos, ora pensados como objetos científicos, na busca pela observação. É a análise dos artefatos técnicos e o que eles nos contam sobre a infância e as formas de chamá-la ao conhecimento científico. Na comunicação, será discutida a ideia de “desenho”, ou seja, o que se vê como um conjunto de interesses impressos nas tecnologias. Brinquedos científicos nos mostram que as crianças foram um excelente público para apresentar as maravilhas da união entre a ciência e a técnica. É material escolar que enaltece a ciência, técnica e educação como pilares da modernidade que construíram juntos a fiabilidade, certezas, progresso, autoridade, certificação pleiteadas por essa mesma ciência. O trabalho é um estudo de brinquedos encontrados em acervos preferencialmente escolares, e aqui discutiremos sobre alguns objetos científicos que ganharam autoridade pública quando apresentados na forma de demonstração: o equilibrista, o disco de Newton, a máquina a vapor. A comunicação também quer valorizar o trabalho de pesquisadores ligados à salvaguarda de patrimônios cujos documentos são o radical das pesquisas. A dialética entre pesquisa e patrimônio tem que ser destacada, pois o trabalho técnico de manutenção de acervos não é apenas o traço de pessoas abnegadas e voluntárias. Salvar objetos da escola é deixar à vista e à disposição todo um universo calado de conhecimento arqueológico, que recolhem em seus silêncios, enigmas curiosos, interessantes e ainda pouco explorados. Os estudos deste trabalho dizem respeito à investigação do Núcleo de Estudo Escolas e seus Objetos (NEO) e está ligado ao projeto “Corpos, Natureza e Sensibilidades em Perspectiva Transnacional”.

Palavras-chave: técnica; brinquedos científicos; História da Educação em ciências

Colorindo o magistério paulista - professores negros em São Paulo entre final do séc. XIX e primeiras décadas do séc. XX

KEILA DA SILVA SANTOS RODRIGUES

A presente comunicação tem por objetivo apresentar dados parciais de uma pesquisa de doutorado em história da educação em andamento sobre a presença de docentes negros no exercício do magistério na cidade de São Paulo durante nos anos finais do século XIX e primeiro quartel do século XX. Sabe-se que mesmo com a chegada do Regime Republicano a condição da população negra, recém-liberta oficialmente e deixada às margens, não teve facilitado acesso à educação formal, o que dificultou ainda mais a inserção deles na ordem social vigente na condição de cidadãos. No entanto, estudos sobre a relação negros e educação apontam a presença tanto de crianças negras quanto de professor/as negro/as nas escolas paulistas antes mesmo da Lei Áurea, revelando a necessidade de investigações que ofereçam um quadro mais completo sobre a presença dos negros e negras nos processos de escolarização e nos postos de trabalho de prestígio social, para a época, como o exercício do magistério. Ancorada nos estudos de Certeau sobre táticas e estratégias, surgem as questões: Como esses sujeitos acessaram e permaneceram em instituições de ensino como a Escola Normal de São Paulo? Enfrentaram restrições, por serem negros e estarem em espaços nos quais poucos ou quase nenhum negro tinha acesso? Quantos e quem eram esses professores? Por quanto tempo permaneceram no magistério público? Acessaram a outras profissões ou cargos importantes? Na acepção de Florestan Fernandes e Roger Bastide, eram “infiltrados” ou “assimilados”? Como ponto de partida será tomada a trajetória de Alfredo Machado Pedrosa, menino negro, nascido em 1871, Lorena, São Paulo, formado na primeira turma da Escola Normal e que em 1902 já fazia parte do corpo docente da Escola Prudente de Moraes, permanecendo no magistério público paulista por mais de 30 anos. Foram localizados dois outros professores negros contemporâneos a ele: Benedicto Galvão e Elpídio Goulart Ferreira. Além desses havia outros? Por meio do acesso a fontes como jornais, revistas e periódicos do período já tem sido possível confirmar a presença desses docentes negros em São Paulo, ainda no Brasil Império, com ações para além da docência, como lutas a favor da escolarização formal para as crianças “pretas e pardas”, livres, libertas ou escravizadas. Sendo a pesquisa de natureza historiográfica, a metodologia adotada inclui a revisão bibliográfica, análise documental e o cotejamento com produções jornalísticas e literárias do período. A partir dessas fontes serão reconstituídos os percursos de professores negros na instrução pública e particular paulista nos anos finais do século XIX e primeiras décadas de do século XX e a presença deles ou não nos debates e movimentos pela educação dos negros e demais direitos sociais. A relevância do estudo se dá pelas escassas pesquisas sobre a mobilidade social do negro no campo educacional em São Paulo. A pesquisa pretende contribuir com os estudos sobre a relação negros letrados e educação e os processos de escolarização no campo da história da educação do Brasil.

Palavras-chave: Alfredo Machado Pedrosa; professor negro; Primeira República

Cazuza de Viriato Corrêa e a criança negra na literatura infanto-juvenil do século XX: um romance de formação antirracista?

KEILA DA SILVA SANTOS RODRIGUES

Este artigo se propõe a refletir e analisar sobre a presença e o lugar de personagens negros no romance *Cazuza*, de Viriato Corrêa (1884-1967), considerado por estudiosos desta obra como um alter ego do autor, na qual ele rememora seus tempos de escola. Em especial, duas crianças negras: Conceição e Floriano. Ambos colegas de escola de Cazuza, o narrador-protagonista, cuja história está ambientada no estado do Maranhão dos anos iniciais do século XX. Sabe-se que esse período foi de larga efervescência de teorias racistas que insistiam em hierarquizar as “raças”, e que dentre seus empreendimentos estava a desconsideração da capacidade cognitiva da população negra no Brasil negando-lhes sua humanidade e subjetividades. Ao analisar esses personagens negros, surge a questão central que este texto intenciona responder: considerando o contexto de produção e o tipo de literatura na perspectiva bakhtiniana - romance de formação- a obra *Cazuza* pode ser considerada como uma literatura infanto-juvenil de viés antirracista? Para o enfrentamento da questão será necessária a realização da revisão bibliográfica e o diálogo com produções de outros autores do período como a do eugenista Monteiro Lobato (1882-1948) que em um dos seus contos -intitulado *Negrinho*- apresenta a personagem negra, menina de sete anos, como cujo corpo “era tatuado de sinais, cicatrizes, vergões. Batiam nele os da casa todos os dias, houvesse ou não houvesse motivo” e a cabeça era boa “para um croque”. O aporte teórico advém de pesquisas sobre a História da Educação dos negros no Brasil, estudos sobre as Infâncias e a Literatura como fonte de pesquisa e, ainda, estudos sócio-históricos como os de Gilberto Freyre e Sílvio Romero, dentre outros, que interpretavam o Brasil, embora muitas vezes tentando valorizar o negro/mestiço brasileiro, desconsideravam alguns aspectos que acabavam por mantê-los em lugares pré-determinados ou no lugar natural como observou Lélia Gonzalez, (1935-1994) mulher negra, professora universitária, filósofa, antropóloga, militante do movimento negro e das mulheres, pioneira nos estudos sobre o negro brasileiro ao lado de referências como Carlos Hasenbalg (1942-2014), um dos nomes importantes nos estudos sobre as relações raciais no Brasil. Um desses estudos, em coautoria, com Lélia Gonzalez é o livro *Lugar de Negro*, publicado em 1982, no qual denunciam que o preconceito racial no Brasil sempre esteve ativo, mas disfarçado pelo mito da democracia racial e deste modo advogam a necessidade de se colocar, efetivamente “muita coisa no lugar”.

Palavras-chave: Cazuza; criança negra; história da educação e literatura

Saberes pedagógicos entre fronteiras: circulação e apropriação das ideias de Luiz Alves de Mattos

KEILA DA SILVA VIEIRA, VIVIAN BATISTA DA SILVA SILVA

A presente comunicação versa sobre a circulação de sujeitos e artefatos em espaços educacionais que abrangem localizações geográficas, economias e histórias variadas, para compreender os caminhos através dos quais se dão as apropriações de modelos e práticas em diferentes tempos e espaços. Para isso, enfocamos nossa atenção na circulação da figura e das ideias pedagógicas de Luiz Alves de Mattos. Objetivos - este trabalho tem como objetivo entender e mapear a circulação internacional dos saberes pedagógicos difundidos por Luiz Alves de Mattos, especialmente a circulação de seus livros, destinados aos cursos de formação docente, bem como investigar sua trajetória e suas contribuições para a educação brasileira e em alguns países de língua espanhola, tais como: Argentina, México, Colômbia, etc. Materiais, métodos e referenciais teóricos - esta investigação prioriza o entendimento da circulação e apropriação de sujeitos, artefatos e modelos através da perspectiva de redes de sociabilidade (Fuchs, 2007). Utilizou-se como fonte principal os manuais pedagógicos de Mattos, destacando-se o Sumário de Didática Geral (1966) que foi traduzido para o espanhol pela editora argentina Kapelus. A partir dos dados já recolhidos na iniciação científica intitulada: O magistério na sala de aula: um estudo sobre a linguagem didática no ensino moderno (1956) e O quadro-negro e sua utilização no ensino (1954) de Luiz Alves de Mattos, buscou-se mapear o circuito de saberes difundidos na circulação dos manuais de Mattos e suas redes de sociabilidade. Para isso foi feito: o aprofundamento de dados sobre a biografia do autor; o levantamento de trabalhos acadêmicos que o citam de forma direta e indireta; o mapeamento dos lugares onde seus livros são consultados ou citados; pesquisas em jornais e acervos. Desse modo, foi possível mapear um processo ainda pouco conhecido de produção e circulação de saberes no campo educacional, que vai para além dos espaços nacionais e envolve não apenas os “grandes” pedagogos, mas também autores cujos percursos convém conhecer. Resultados - evidenciou-se o expressivo papel de Mattos para a educação brasileira como educador e fundador de instituições de prestígio. Sua trajetória também foi marcada pela participação nos grupos católicos e progressivas relacionados à educação e pela forte atuação no campo da didática moderna. As redes de saberes construídas durante a sua trajetória foram marcadas pela didática moderna, através da qual o autor é citado em trabalhos em espanhol. Esse reconhecimento abre a possibilidade de questionar como este conceito, citado em seus livros sem fonte exata, foi fortalecido e difundido, visto que Mattos estudou e trabalhou nos Estados Unidos, o que, possivelmente acarretou em uma apropriação de saberes, revisão e difusão segundo o princípio da adaptação à realidade local mencionado em seus escritos.

Palavras-chave: circulação; Luiz Alves de Mattos; didática moderna

“Para a boa criação” – disputas e acordos na educação dos órfãos (Vila Rica, século XVIII)

KELLY LISLIE JULIO

No século XVIII, segundo a legislação, todas as pessoas com até 25 anos de idade e ainda não emancipadas eram consideradas menores. Para elas, a morte do pai tornava-as órfãs, podendo representar mudanças drásticas em suas vidas, sobretudo em termos legais. Isto porque era preciso nomear uma pessoa considerada capaz de administrar seus bens e zelar pela sua educação e sobrevivência, não necessariamente a mãe. Esta comunicação busca trazer algumas considerações sobre os destinos dos três órfãos do Doutor Casemiro Teixeira Machado, casado com Dona Cipriana Barbosa de Siqueira, moradores de Vila Rica, na Capitania de Minas Gerais. Doutor Casemiro era intendente e teve seus bens inventariados no ano de 1767. Como consta no documento, a morte do pai não impediu que os três filhos continuassem seus estudos, inclusive sendo enviados para a casa de André de Souza Benavides, “mestre de meninos e meninas”, pelo tutor Estácio Ferraz de Sampaio. No inventário é possível perceber ainda o embate entre a viúva e o tutor nomeado. Diferentemente de Estácio, Dona Cipriana parecia não querer que seus filhos fossem tirados de sua companhia. Entretanto, como o tutor tinha o poder legal sobre eles, conseguiu autorização do juiz de órfãos. A proposta é trazer algumas considerações sobre o trabalho desenvolvido pelo mestre André de Souza Benavides, mas, ao mesmo tempo, problematizar, a partir da família em tela, como a relação entre a mãe dos menores e o responsável legal poderia ser conturbada. Para tal, será traçado brevemente o perfil dessa família e explicado o processo de nomeação do tutor. Depois, tentar-se-á evidenciar como, apesar da permanência dos filhos na companhia das mães ser uma prática comum, mesmo quando não tutoras, no caso em questão essa parceria não funcionou. Dona Cipriana se casou novamente e o tutor utilizou de todos os artifícios para não deixar os três órfãos em companhia do novo casal, inclusive alegando maus tratos. A viúva, por seu turno, lançou diferentes estratégias para não se separar dos filhos, entendendo que fazia parte da sua obrigação de mãe estar com os menores e cuidar da educação deles. Para realizar essa discussão, as fontes utilizadas serão: o inventário do intendente existente no Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência – Instituto Brasileiro de Museus – IHMINC/IBRAM – e a documentação do Arquivo Histórico Ultramarino – AHU, disponível na internet. Os dados presentes nos documentos permitiram perceber que se tratava de uma família distinta preocupada com a educação de sua prole, enviando-a para um mestre, inclusive as meninas. Mas, ao mesmo tempo, não deixou de evidenciar que, se por um lado as disputas representavam uma apropriação dos papéis estabelecidos, por outro, poderia ser também uma forma de aumentar as chances de gestão dos bens, garantindo parte do próprio sustento, além de formas de manutenção de certos status e distinção social.

Palavras-chave: mulheres; tutoria; Vila Rica - MG

O rádio como aparato técnico para a educação: reflexões a partir da radioeducação na Bahia

KELLY LUDKIEWICZ ALVES, TARCÍSIO HENRIQUE SOUZA SANT'ANA

As pesquisas dedicadas a compreender a dimensão educativa do rádio no Brasil ao longo da história, têm demonstrado a multiplicidade das experiências que foram implementadas em diversos contextos e regiões, por meio de projetos de distintas amplitudes e finalidades educativas, que utilizaram a radiofonia para a transmissão de conteúdos formativos, tendo em vista seu alcance e abrangência simultânea. A partir da combinação das dimensões tecnológica e educativa do rádio, a radioeducação tem demonstrado sua potencialidade como aparato sensível para a propagação da educação, da cultura e para integração da sociedade em diferentes contextos. Inserida nas pesquisas desenvolvidas pelo eixo Corpo, ciência e técnica, que integra o projeto “Corpos, Natureza e Sensibilidades em Perspectiva Transnacional”, e como parte dos resultados obtidos pelo projeto “História e memória da radioeducação baiana (1960-1989): o rádio como veículo de educação”, ambos com financiamento do CNPq, investigamos, nesta pesquisa, os elementos técnicos presentes em emissões radiofônicas educativas, com o objetivo de identificar os elementos da linguagem radiofônica – formada pela combinação da tríade palavra, música e ruído – que subsidiaram e favoreceram o emprego do rádio na educação. Inicialmente, apresentamos alguns marcos da utilização do rádio com finalidades educativas no Brasil e em outros contextos, destacando aspectos presentes em manuais publicados pela UNESCO entre 1949 e 1970, que tratam da implementação de amplos programas de educação fundamental via rádio. Em seguida, apresentamos um breve histórico da radioeducação no estado da Bahia e analisamos os elementos da linguagem radiofônica que compõem duas emissões produzidas pelo Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia (IRDEB), criado em 1969 para elaborar programas educativos veiculados nas rádios do estado: uma de língua portuguesa que integra um conjunto de programas chamado “Português em 5 minutos” (1984), e outra de Organização Social e Política Brasileira (OSP), cujo tema era “O trabalhador e a lei” (1987). Na análise identificamos a formação de um repertório de técnicas, que afirmou o potencial educativo da radiodifusão e orientou seu melhor emprego para esta finalidade, a partir de uma dada composição nas transmissões dos conteúdos educativos, que buscava o melhor emprego da combinação palavra, música e ruído. Destacamos nas emissões os elementos da linguagem radiofônica que dialogam com o repertório mobilizado em outras experiências, a partir da utilização de música, narração, diálogo e dramatização, demonstrando que tais recursos se constituíram em um repertório, mobilizado para a educação e formação dos ouvintes. O caráter lúdico e o lugar do rádio como objeto presente na cultura das famílias, são aspectos que permeiam esse repertório entretanto, busca-se afirmar por meio dele, o caráter educativo do rádio, diferenciando-o, ao menos no discurso, de seu papel como veículo de entretenimento.

Palavras-chave: radioeducação; educação e tecnologia; ciência e técnica

Um interlocutor para a professora de alfabetização: potencialidades do jornal 'A Alfabetizadora' (1988-1999) para a escrita da História da Educação

KELYN BUENO, SIDMAR DOS SANTOS MEURER

A utilização da imprensa como objeto e como fonte vem se consolidando como importante via para o avanço da pesquisa na história da educação: tanto no que diz respeito ao modo como a imprensa em geral acolhe e discute questões que tocam o objeto educacional, em suas mais diferentes expressões, formas e processos; quanto no que diz respeito a veículos de imprensa especificamente voltados a dar tratamento e intervir em questões educacionais, que possibilita a identificação de uma imprensa educacional especializada. Tanto em um como em outro caso, o que se constata é que os jornais, as revistas, os periódicos, oferecem múltiplas possibilidades de investigação a fim de compreender a historicidade da educação. Nesse quadro, o presente trabalho toma como objeto de análise o Jornal da Alfabetizadora, publicação que circulou no Brasil entre as décadas de 1980 e 1990. O objetivo principal é identificar e discutir as potencialidades desse impresso para a escrita da História da Educação. Publicado na cidade de Porto Alegre - RS, pela editora Kuarup em parceria com a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS), o impresso foi selecionado para compor o Programa Nacional Salas de Leitura/ Bibliotecas Escolares, sendo, por isso, distribuído gratuitamente pela Fundação de Assistência ao Estudante (FAE), órgão vinculado ao Ministério de Educação e Cultura (MEC), alcançando uma penetração em escala nacional. Apresentando-se como uma publicação voltada ao professorado brasileiro, especialmente aquele vinculado à etapa de alfabetização da infância na escola, o jornal se anuncia como um interlocutor capaz de dialogar com seu público leitor a partir do seu próprio fazer, das suas angústias e necessidades cotidianas. O recorte temporal adotado (1988-1999) corresponde ao período que durou sua publicação. Na perspectiva de analisar o respectivo periódico como objeto para a História da Educação, em diálogo com as contribuições da história dos impressos e da história da imprensa pedagógica ou educacional, o trabalho discute questões ligadas aos seus processos de produção e circulação, que recaem sobre o conteúdo e seu suporte: aspectos ligados à sua materialidade; à sua divulgação e alcance de circulação; os processos de edição, autoria e colaboração; as motivações e expectativas de participação e intervenção no espaço público da educação; bem como os próprios temas discutidos. Quanto à perspectiva de caracterização das suas possibilidades como fonte para a pesquisa histórica, o trabalho dialoga com as contribuições a respeito dos usos da imprensa periódica para a escrita da história, para interrogar o modo como as questões antes indicadas afetam o modo como a publicação é capaz de informar a respeito de uma realidade educacional na qual pretendia intervir, particularmente no que se refere à formação de professoras/es, à conformação do trabalho e à constituição das identidades docentes vinculadas com os processos de alfabetização na escola.

Palavras-chave: alfabetização; imprensa pedagógica; trabalho e formação docente

Educação sexual nos anos 1930 e as prescrições de José de Albuquerque para educar a intimidade

KÊNIA HILDA MOREIRA

Com a criação do Círculo Brasileiro de Educação Sexual (CBES, em 1933) o médico José de Albuquerque propôs a necessidade de uma “verdadeira moral sexual”, indicando que as funções sexuais do corpo humano não se limitavam ao aspecto do indivíduo, restrito à intimidade de cada um, mas sim, de um “problema social” e, portanto, de responsabilidade pública. Objetivamos analisar as prescrições impostas pelo referido Círculo, com seu projeto higienista de educação sexual, articulando domínios do âmbito da intimidade, como pertencentes a saúde pública, demandando para tal, o conhecimento médico-científico para os assuntos em torno do sexo/sexualidade. Para analisar a relação entre as prescrições do CBES e uma “educação da intimidade” no Brasil dos anos 1930 suscitamos como fontes as publicações periódicas do CBES em jornais e revistas, e os livros de José de Albuquerque. Ao perscrutar tais normatizações sobre as práticas sexuais da população brasileira, nos baseamos nos referenciais da história da educação dos sentidos e das sensibilidades, em conformidade com Taborda de Oliveira (2018; 2020), ao definir sensibilidade como o resultado da ação ou reação a todo tipo de afetação dos sentidos, por parte dos sujeitos (individuais ou coletivos) na interação com o mundo físico e social. A sexualidade foi compreendida como um aspecto da vida íntima que evidencia a tensão constante entre o público e o privado, e a intimidade como o espaço por excelência da enunciação dos dilemas próprios do self, na perspectiva de Giddens (1993). A partir dessas definições, questionamos se a educação sexual proposta pelo CBES, regulada pelas pautas científicas e políticas, pode ser analisada como uma educação da intimidade, considerando a dicotomia entre as escolhas individuais e a regulação social dos comportamentos. Dividimos a análise em duas partes: a primeira refere-se às prescrições metodológicas apresentadas pelo CBES, para incluir o tema da educação sexual; a segunda, aos conteúdos prescritos para educar sexualmente a população. Concluimos que ao propor a urgência da educação sexual o CBES coloca o tema da intimidade sexual como interesse coletivo, de responsabilidade pública, relacionando-o aos “problemas da vida social”. O CBES objetivou educar a população para a intimidade sexual, retirando o sexo do âmbito do erótico, e recolocando-o no âmbito médico e científico, pautado na biologização da função sexual, propondo novos sentidos e sensibilidades para as práticas sexuais e para a relação com o próprio corpo. Tal campanha evidenciou o interesse do poder público (político) na vida sexual, como forma de controle social dos indivíduos, prescrevendo comportamentos e formas “adequadas” de ser e de fazer.

Palavras-chave: História da Educação; CBES; educação dos sentidos e das sensibilidades

Narrativas docentes, movimentos e lutas: leituras sobre o aprofundamento das desigualdades vivenciados por professoras e professores, negras e negros em Salvador durante a greve de 1918

LADJANE ALVES SOUSA

As narrativas dos professores primários que participaram da greve de 1918 contribuí com a produção de conhecimento historiográfico sobre organização, movimentos e lutas docentes construídos a partir de uma expressiva adesão feminina e liderado por uma maioria de professores negros. O objetivo neste trabalho é compartilhar resultados parciais das primeiras análises das narrativas epistolares e visuais de docentes em uma pesquisa de doutoramento que usa como chaves de leitura a história vista de baixo de Sharpe (1992), uma vez que permite aproximação com as experiências cotidianas da vida das pessoas, a análise de conteúdo de Bardin (2011) visando a localização nos escritos docentes de dados e informações sobre suas participações na greve de 1918 e, também, como lente analítica a interseccionalidade de Collins e Bilge (2020), pois é útil para entender os aprofundamentos das desigualdades construídos a partir da interação de diferentes eixos de subordinação como gênero, raça e classe. Cada narrativa docente nesta pesquisa, sejam das professoras e professores, negras, negros e não negros é relevante para pensarmos a profissão docente, pois todos foram ativos nos movimentos, lutas e na greve ocorrida na década de 1910. Contudo, os conteúdos presentes nestes escritos sinalizam que mesmo fazendo parte de uma mesma categoria, as professoras e professores, negras e negros, foram mais afetados quando dos 29 meses sem recebimento de seus vencimentos. De acordo com a ata da reunião no dia 30 de janeiro de 1918, 80 professores participaram, sendo 56 professoras e 24 professores, 70% dos docentes eram do sexo feminino. As cartas dos professores negros revelam conteúdos sobre a realidade socioeconômicas que enfrentavam, muitos deles sendo despejados e passando privação do acesso ao alimento. Entretanto, os escritos dos professores não negros, também submetidos ao mesmo tratamento por parte do Poder Público, escreveram suas cartas demonstrando compromisso com a profissão docente, reconhecimento da identidade de classe, solidariedade aos colegas, mas, entre outros assuntos, os professores não negros quando se referiram aos prejuízos impostos pelos atrasos dos vencimentos apontavam não as suas realidades, mas, sim, a realidade de seus colegas de classe. Por questões como esta que o conceito de interseccionalidade é tão caro a esta pesquisa. As fotografias foram os documentos que possibilitaram precisar informações a despeito de quem eram esses docentes. As faces que nelas se destacam como grandes representantes dos movimentos, lutas e greve por direitos profissionais eram de mulheres e homens, negras e negros tão pouco citados na historiografia da educação no Brasil.

Palavras-chave: narrativas históricas; greve de professores; interseccionalidade

Revista de Educação (1921-1923): formação de professores e higienização de corpos e mentes

LAÍS MARTA ALVES SILVA, CAROLINE FERNANDES DE SOUZA SANTIAGO, LEILA INOUE

O presente texto é decorrente de pesquisas e discussões realizadas pelas autoras, enquanto membros do Grupo de Estudos e Pesquisa em Administração da Educação e Formação de Educadores (GEPEFE), com a finalidade de contribuir para uma ampliação da temática e com pesquisas correlatas, seja pelas perspectivas educacionais, históricas e que incidem sobre o corpo. Este trabalho discute sobre a temática história da formação de professores primários no estado de São Paulo e tem como objetivo central: estudar, analisar e compreender a formação de professores e os saberes de higiene que incidem objetivamente sobre e através do corpo, nos artigos da Revista da Educação (1921-1923) e no Programa de Ensino, publicados pela Diretoria Geral da Instrução Pública (1921). O recorte temporal justifica-se pelas datas de início e encerramento da Revista, que foi produzida pelos professores da antiga Escola Normal de Piracicaba, com a finalidade de contribuir com a formação dos professores, e difundir os ideais propostos na ação reformadora. A Revista era composta por seis volumes encontrados até o momento e existem artigos escritos pela comunidade interna como: Professores e alunos da Escola Normal de Piracicaba e comunidade externa bem como, Escola Normal de Campinas e Pirassununga, reforçando a ideia da circulação da revista em outras escolas normais. A Revista apresenta indícios de que ela foi uma estratégia editorial para circular e legitimar a Reforma de 1920 (Lei n. 1.750, de 08 de dezembro de 1920), elaborada pelo Diretor Geral da Instrução Pública Sampaio Dória. Tomamos como aporte teórico: Almeida (2016), Carvalho (1998, 2003), Honorato (2011), Chartier (1990) e Foucault (2014, 2021). As revistas analisadas e os programas de ensino concomitantemente, possibilitaram acessar vestígios e manutenção de discursos proferidos por sujeitos que eram detentores de um amplo acesso a propagação dos mesmos, e que, nos induzem a hipótese de ser um meio estratégico para manutenção de classes hegemônicas e organização da estrutura social. Concluimos que na República o progresso era pautado em um ideal de civilização, que se efetivaria por meio de condutas, como: eliminar doenças infectocontagiosas, erradicar o analfabetismo, higienização urbana, enaltecendo o nacionalismo e o patriotismo, assim foi constatado que tais ideais estavam presentes em todos os âmbitos da Escola Normal Piracicaba, isto é, nos programas de ensino, na biblioteca e na Revista de Educação, esses que foram instrumentos utilizados para formar os professores e conseqüentemente difundir os saberes para o maior número de leitores.

Palavras-chave: história da formação docente; educação do corpo; impressos pedagógicos

Formação de professores e cultura de escola na República

LAÍS MARTA ALVES SILVA, CAROLINE FERNANDES DE SOUZA SANTIAGO

O presente artigo é decorrente de pesquisas e discussões realizadas no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual Paulista (UNESP – Marília), na linha 5: Filosofia e História da Educação no Brasil, na condição de alunas de mestrado e doutorado, sob a orientação da professora Dr^a Ana Clara Bortoleto Nery. O interesse pela proposta, ocorre perante leituras e debates também propostos na disciplina: História da Formação Docente, proposta pelo mesmo programa mencionado, no qual, evidenciou-se o quanto a temática se torna ampla e pertinente ao tratar-se do papel do professor em outras instâncias. O texto tem como objetivo central, apontar aspectos constitutivos acerca da história da formação de professores e qual posição que os mesmos ocuparam e/ou foram colocados no final do século XIX e início do século XX no estado de São Paulo. Pautando-se em quais eram os discursos que circularam (compreendemos como discursos documentos e impressos, como por exemplo: palestras que eram proferidas e na sequência tornavam-se artigos para revistas das Escolas Normais). Tais documentos relatam os mecanismos pelos quais foram disseminados o pensamento republicano, com interesses políticos que nortearam os caminhos que foram desenhados como um ideal de educação das classes populares, que denotam seus interesses por uma manutenção das estruturas sociais e o controle da mesma. A formação de professores era o caminho tido como o mais eficaz para se formar homens mais civilizados e que auxiliam o projeto de progresso elaborado para o país. Tal estrutura organizacional que foi idealizada e efetivada, possui vestígios que contribuem para uma compreensão dos conjuntos de ações que organizam uma cultura de escola que, segundo Barroso (2012): “Embora não exista uma definição consensual desta “cultura de escola” e ela dependa da postura teórica dos seus autores, é possível dizer que ela corresponde a uma metáfora com que se pretende significar os elementos e processos organizacionais que identificam o ethos de uma determinada escola, como por exemplo, valores, crenças, ideologias, normas, condutas, rotinas, hábitos, símbolos, etc.” Para tanto exploramos a maneira que a formação de professores estava sendo idealizada e executada, quais elementos compunham a formação, os discursos acerca da posição tomada/colocada pelos mesmos. Tomamos como aporte teórico autores que contribuem com o campo e com a proposta o texto, sendo eles: Barroso (2012), Almeida (2016), Hilsdorf (2017), Nóvoa (2017), Carvalho (1998, 2003), Nery (2009) e Silva (2019), como fonte privilegiada utilizaremos os programas de ensino e as bibliotecas das Escolas Normais.

Palavras-chave: história da formação de docente; posição de professores; cultura de escola

O Instituto Jean-Jacques Rousseau e o Brasil: vestígios de uma história conectada na imprensa brasileira

LAÍS PAULA DE MEDEIROS CAMPOS AZEVEDO, OLÍVIA MORAIS DE MEDEIROS NETA

Sob o título de *École des Sciences de l'Éducation*, o Instituto Jean-Jacques Rousseau (IJJR) foi criado no ano de 1912, em Genebra, na Suíça. A escolha do nome do instituto, realizada pelo seu fundador, o psicólogo e médico Edouard Claparède (1873-1940), buscava homenagear o segundo centenário de nascimento de Rousseau, filósofo com importantes contribuições para o campo educacional. O Instituto foi criado com o objetivo de promover novos horizontes e práticas para a educação em perspectivas modernas, ativas ou novas. A defesa pela difusão de uma ciência pedagógica, pautada nos estudos da psicologia experimental e da infância, nortearam as ações do Instituto que atuava, principalmente, por meio da formação de professores. O IJJR funcionou, inicialmente, como instituição independente e, depois, integrando à Universidade de Genebra. Entre os diversos nomes relevantes para a educação internacional, vinculados ao Instituto, destacamos: Adolphe Ferrière, Jean Piaget e Pierre Bovet, entre outros. Seus cursos de formação receberam estudantes e visitantes de diversos países, inclusive brasileiros. Nessa perspectiva, temos como intuito investigar os vestígios das redes construídas entre o Instituto Jean-Jacques Rousseau e os Intelectuais da Educação brasileira, desde a sua criação até meados da década de 1930. Com esse objetivo, adotamos como fontes principais os jornais e as revistas disponibilizados na Hemeroteca Digital Brasileira. Notadamente, nossa escolha metodológica orienta-se pelo paradigma indiciário de Carlo Ginzburg que permite o desenvolvimento do estudo por meio dos sinais e pistas encontrados. Para a construção desta pesquisa, pautamo-nos em alguns conceitos fundamentais, como o de redes, discutido por Fuchs (2007), o de história cruzada e história conectada, expostos nas perspectivas de Werner e Zimmermann (2003), e de Minard (2013). Destacamos que a atuação do Instituto buscava a construção de uma rede de educadores de vários países do mundo no intuito da disseminação de um movimento internacional de transformação da educação, associado ao movimento da Escola Nova. A partir do corpus documental investigado, nosso estudo demonstrou indícios das relações construídas entre sujeitos e instituições, aproximando nações em um Movimento Internacional pela Educação Nova que reverberou de forma distinta em cada uma das partes. Encontramos indícios da conexão entre o Instituto, intelectuais e instituições brasileiras, apontando para que as perspectivas educacionais, teóricas e práticas, defendidas no Instituto circularam no Brasil por meio de professores que não apenas visitaram, mas atuaram no país no período investigado na divulgação de ideais expressos em cursos de formação pelo IJJR.

Palavras-chave: Escola Nova; Instituto Jean-Jacques Rousseau; redes

Escolarização e leitura literária: o pensamento de Nelly Novaes Coelho (1922-2017) no final do século XX

LAÍS SILVA CASSIMIRO DOS SANTOS

Apresentam-se, neste texto, resultados parciais de pesquisa de mestrado em Educação, com objetivo de compreender as contribuições da intelectual Nelly Novaes Coelho (1922-2017) para o campo da história da educação, sobretudo, a repercussão de seu pensamento sobre o ensino de literatura infantil. Para tanto, enfoca-se seu livro *A literatura infantil: história, teoria e análise*, publicado pela Edições Quíron, em 1981. Por meio de abordagem histórica, centrada em pesquisa documental e bibliográfica, aplicou-se o método de análise “configuração textual”, o que tem possibilitado compreender os diferentes aspectos que constituem o sentido desse livro, no qual, Nelly Novaes Coelho sistematiza seu pensamento sobre história, forma e didática da literatura infantil, esse livro foi reeditado diversas vezes entre o final do século XX e o início do século XXI, também foi publicado por outras duas editoras diferentes, a saber: editora Ática, em 1991 e Editora Moderna, em 2000. Nelly Novaes Coelho produz um modo particular e conciliatório entre literatura infantil, formação e escola, a autora compreende que para a formação da criança e/ou jovem, faz-se necessário disponibilizar “bons textos” literários. Coelho considera que o bom texto literário é aquele que estimula e permite que através de suas histórias, as crianças e/ou jovem incorporem os valores culturais da sociedade, padrões de pensamento e comportamento e aquisição e domínio da língua, a autora destaca a importante tarefa da escola em realizar esse movimento para que o texto literário no contexto escolar não seja meramente “recreativo”. Através da análise do livro, até o momento foi possível constatar que, embora, no ano de sua primeira publicação (1981), a sociedade estivesse passando por um momento de transformação de valores, iniciada ainda no final da década de 1970, em que, diferentes discursos acerca da literatura destinada para crianças estavam em debate, a visão de Nelly Novaes Coelho sobre o ensino desse gênero apresentada no livro está mais em consonância com a tradição que se fundou e consolidou na primeira metade do século XX. Diante disso, entende-se que, o que conferiu destaque ao pensamento dela materializado no livro, é o fato de ocupar o cargo de professora de literatura da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (1960-1992), e ter sido pioneira na criação da disciplina “Literatura infantil” no curso de Letras da FFLCH-USP (1980). Nessa perspectiva, sua produção escrita associada à sua atuação profissional, constitui o que se pode chamar de uma “produção intelectual”, portanto, Nelly Novaes Coelho ocupava um lugar de privilégio na sociedade, de tal modo que, sua contribuição a respeito do ensino da literatura infantil foi disseminada durante o século XX e é recorrente até os dias atuais, demonstrando a força da tradição do pensamento por ela sistematizado.

Palavras-chave: História da Educação; Nelly Novaes Coelho; leitura literária

Propostas educacionais nos discursos de intelectuais da geração 1870: ideias para um Brasil moderno (1870-1889)

LAISA DIAS

Este artigo objetiva compreender os sentidos atribuídos à ideia de instrução moderna em escritos educacionais de 11 intelectuais brasileiros da geração 1870. Para tanto, foi necessário: identificar nos itinerários intelectuais a genealogia de origem dos escritos educacionais, atentando para temas, tipologia das obras, os meios de veiculação utilizados e os lugares de fala dos seus autores; analisar as interlocuções estabelecidas entre os discursos educacionais, teorias estrangeiras e a conjuntura da instrução nacional no final do Império brasileiro; e interpretar como se configurou a ideia de instrução moderna, destacando as similitudes e divergências entre os escritos educacionais. Para alcançar os objetivos, foi utilizada a abordagem da História dos intelectuais, segundo Sirinelli (1996), aliada à pesquisa documental e à técnica da prosopografia. Como fontes de pesquisa, foram analisadas leis, decretos, discursos parlamentares, artigos de jornais, conferências, relatórios e projetos de reformas da instrução pública elaborados por Aarão Reis, Alberto Sales, Antônio da Silva Jardim, Rangel Pestana, Joaquim Nabuco, Luís Pereira Barreto, Miguel Lemos, Raimundo Teixeira Mendes, Rui Barbosa, Silvio Romero e Tobias Barreto. Os levantamentos de fontes foram realizados em arquivos físicos e digitais de instituições como Fundação Getúlio Vargas (FGV); Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC); Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin; Biblioteca da Faculdade de Direito de Pernambuco e de São Paulo; Biblioteca Pedro Aleixo; Biblioteca Digital do Senado Federal; Biblioteca Nacional; Academia Brasileira de Letras e Instituto Histórico e Geográfico do Brasil. Foi possível considerar que os 11 intelectuais analisados, em suas produções educacionais com vistas a uma instrução moderna, priorizaram a defesa dos princípios de cientificidade, laicidade e liberdade de ensino, fruto de uma mentalidade científica, engendrada tanto por locais de inspiração, engajamento e veiculação das ideias, tais como a imprensa, estabelecimentos de ensino e espaços políticos, bem como por teorias estrangeiras e por uma visão histórica de transição, transformação e modernização do país. Por fim, pensar a educação e seus problemas nos escritos da geração 1870, é pensar para além do campo de ensino e suas particularidades, correlacionando-as às mudanças da sociedade, economia, política, religião, cultura e a novos valores morais decorrentes de uma sociedade que se intentava moderna.

Palavras-chave: escritos educacionais; geração 1870; instrução moderna

Professoras e escritoras: autoria feminina na produção literária destinada às crianças (São Paulo – 1899/1977)

LARISSA SANTOS CORDEIRO DA SILVA

Apresentam-se neste texto resultados parciais de pesquisa de mestrado em Educação. Com os objetivos de contribuir para a produção de uma história da literatura infantil e juvenil brasileira e problematizar a relação dessa história com os processos de escolarização da leitura literária ao longo do século XX, focaliza-se a presença de mulheres como autoras de obras literárias destinadas às crianças e cujos livros integraram o acervo da biblioteca infantil do Instituto de Educação Caetano de Campos. Essa biblioteca foi criada em 1925 pelo professor Carlos Alberto Gomes Cardim, no âmbito de Escola Normal/ Instituto de Educação em um contexto de disseminação e renovação de ideias e teorias pedagógicas modernas para educação brasileira, e funcionou até 1929. Após quatro anos fechada, a biblioteca foi reaberta por Lenyra Fraccaroli em 1933, tendo funcionado apenas até 1935, quando novamente precisou ser fechada. Em 1936 a biblioteca foi reaberta por Iracema Marques da Silveira, tendo funcionado até a década de 1980). Sob os cuidados da professora-bibliotecária e sob as mãos dos alunos-bibliotecários, uma série de atividades foram desenvolvidas e amplamente registradas, como por exemplo a prática de produção de um jornal escolar. Ao todo, essa biblioteca constituiu acervo de quase 8 mil obras, entre os quais livros didáticos, livros literários, revistas infantis, entre outros. Mediante abordagem histórica, pela perspectiva da História da Nova História Cultural, centrada em pesquisa documental e bibliográfica, vem-se elaborando um instrumento de pesquisa por meio dos procedimentos de localização, recuperação, reunião, seleção e ordenação de referências de livros de literatura infantil integrantes do acervo da Biblioteca Infantil e que são de autoria de mulheres. A análise desse instrumento de pesquisa tem possibilitado compreender que os movimentos de publicação realizados pelas autoras, aumentam gradativamente a medida em que as mulheres vão adquirindo mais acesso à educação, bem como ao magistério como profissão, isto é, a feminização do magistério iniciado no final do século XIX. Poucos anos depois com a entrada das mulheres no magistério, a escrita de livros para crianças aparenta a ser um caminho para consolidação de autoras brasileiras, na medida em que encontram nos discursos veiculados socialmente sua imagem associada a características de docilidade, maternidade e feminilidade. Assim, o campo literário, antes majoritariamente masculino, parece ir abrindo espaços para as mulheres na proporção em que se tornam professoras primárias.

Palavras-chave: feminização do magistério; autoria feminina; História da Educação

“Cabeça vazia, oficina do diabo”: o aprendizado de ofício e sociabilidade profissional de menores na Amazônia paraense do século XIX

Laura Alves, Adriene Pimenta

O provérbio “cabeça vazia, oficina do diabo” era utilizado no século XIX para referir à falta de ocupação visto que o ócio era considerado como ameaçador da moral. No caso dos menores desvalidos o ócio trazia a delinquência e a perdição moral. A sociedade à época acreditava que domesticados pelo trabalho os menores estariam preparados para se tornarem úteis à sociedade paraense. O trabalho tinha o poder de produzir uma verdadeira transformação nos menores mestiços, libertando-os das más práticas e condutas imorais e favorecendo o surgimento de sujeitos ativos, forte e com adequada sociabilidade profissional. A educação de um ofício era vista como uma forma de evitar a ociosidade e o vício e assim transformar menores morigerados em “mão de obra” preparada para assumir diversas ocupações. No período da expansão da comercialização da borracha na Amazônia e o desenvolvimento urbano da cidade de Belém, os menores em situação de pobreza, orfandade e abandono eram encaminhados por meio de petição do Juízo de Órfão a uma instituição para serem aprendizes de um ofício. Em outras situações, o Juízo de Órfão recomendava um tutor para alimentar e custear a educação do menor. A ideia de dar um ofício para esses menores estava diretamente relacionada a formar homens de vida digna, reconhecida e laboriosa. Por meio de pesquisa documental procuramos identificar a utilização de menores como “mão de obra” na região norte, especialmente na capital do Pará, que estava em plena expansão demográfica. As fontes utilizadas foram matérias de jornais obtidos no arquivo de Obras Raras da Biblioteca Artur Vianna e fotografias de oficinas de instituições que preparavam os menores para exercer uma atividade profissional. Os achados apontam que era necessário inculcar na mentalidade dos menores o trabalho, evitando o avanço da criminalidade infantil e a mendicância. Havia no centro comercial da capital do Pará, a circulação de menores em atividades laborais como carregadores, vendedores, engraxates, entregadores etc. A atividade musical era difundida como uma prática artística importante na formação dos menores, pois diversas bandas de música se apresentavam em solenidades do governo, festividades populares, comemorações cívicas e até religiosas como da procissão do Círio de Nazaré. As oficinas de sapataria, tipografia e funilaria foram também lugares de aprendizado para os menores que atendiam às demandas da elite local. Na oficina de alfaiataria os menores desenvolviam habilidades para confecção do fardamento do Corpo de Bombeiros e da Chefatura de Polícia. Já na oficina de carpintaria, os menores produziam móveis para Teatro da Paz, escolas e repartições públicas. As matérias de jornais revelam que os menores trabalhavam em lugares insalubres. Eles recorrentemente sofriam acidentes em razão da falta de segurança e das intensivas horas de trabalho. No mais, muitos menores realizavam atividades domésticas em casas de famílias que os assumiam como “filhos de criação”.

Palavras-chave: menores; Amazônia paraense; aprendizado de ofício

Iracema Marques da Silveira (1936-1966) e as práticas para formação de leitores na Biblioteca Infantil do Instituto de Educação “Caetano de Campos”, em São Paulo

LEANDRO SILVA

O presente trabalho apresenta resultados parciais da pesquisa de mestrado em Educação, que tem como objetivos compreender aspectos da história da Biblioteca Infantil do Instituto de Educação “Caetano de Campos” e problematizar a atuação da bibliotecária Iracema Marques da Silveira à frente dessa biblioteca. Para tanto busca-se identificar as diferentes ações implementadas por ela no período compreendido entre 1936 e 1966, anos, respectivamente, da sua posse como diretora/chefe da Biblioteca Infantil do Instituto de Educação “Caetano de Campos” e ano de sua aposentadoria. A partir das contribuições da Nova História Cultural, por meio dos procedimentos de localização, recuperação, reunião, seleção e ordenação e análise vem-se reunindo diferentes fontes documentais sobre essa biblioteca infantil e sobre a atuação de Silveira nela, o que tem propiciado compreender os seguintes aspectos: criada em 1925 por Carlos Alberto Gomes Cardim (1875-1938) anexa à Escola Normal e destinado ao uso dos alunos do curso primário. Em 1929 a biblioteca foi fechada, tendo sido reaberta em 1933. Em 1935 foi fechada novamente e reaberta em 1936 pela professora Iracema Marques da Silveira (1901-1971). Sob a gestão de Silveira, que permaneceu como bibliotecária adjunta até sua aposentadoria, em 1966. Sob a direção de Silveira, a biblioteca infantil foi reformulada praticamente como um centro de atividade extracurriculares, com elaboração de regimento próprio, o que resultou no seguimento em ações que foram relevantes no desenvolvimento de incentivo à leitura e adaptação do espaço da biblioteca infantil. Nesse sentido, vem-se levantando as diferentes ações desempenhadas nessa biblioteca infantil sob a direção de Iracema Marques da Silveira, a fim de pensar o lugar desse espaço no âmbito do projeto escolanovista implementado em São Paulo. Tem sido possível compreender que Iracema Marques da Silveira contribuiu para o desenvolvimento da Biblioteca Infantil do Instituto de Educação “Caetano de Campos” servindo como complemento educacional para o ensino primário e aprimorando os processamentos técnicos na qual viabilizou a recuperação da informação orientando as leituras para as crianças e envolvendo-as na organização e no atendimento.

Palavras-chave: biblioteca infantil; escola primária; História da Educação

O ensino normal livre em São Paulo: a Escola Normal Livre de Lins (1929-1938)

LEILA INOUE

Este texto pretende discutir os resultados parciais da pesquisa de Pós-Doutorado em Educação (bolsa CNPq), cujo tema é a história da formação de professores primários no estado de São Paulo, na primeira metade do século XX, sobretudo a expansão das Escolas Normais Livres na região oeste paulista. O objeto deste estudo é a Escola Normal Livre de Lins, criada e mantida pela municipalidade a partir da Reforma da Instrução Pública Paulista de 1927. Com a finalidade de formar professores para atender à demanda do Ensino Primário que se expandia em decorrência do movimento de ocupação do território paulista e a formação de novos núcleos urbanos nas primeiras décadas do século XX, a Reforma de 1927, implantada pelo Diretor Geral da Instrução Pública Amadeu Mendes, equiparou as Escolas Normais Livres às Escolas Normais Oficiais. Essa medida possibilitou a expansão da formação de professores pelo estado por meio das Escolas Normais Livres criadas pelos municípios e associações particulares. Os objetivos deste estudo são analisar e compreender o processo de expansão dessas instituições e compreender o papel da Escola Normal Livre de Lins na formação de professores primários. Essa instituição foi criada em 1929 pela abertura proposta pela Reforma de 1927 e mantida pelo município de Lins até 1938, quando foi transferida para o Colégio Diocesano de Lins. As fontes deste estudo são documentos oficiais e também documentos do arquivo permanente da instituição como Regulamentos, Programas de Ensino, Atas, Livros de Matrículas, Livro de Diplomas, Livro de Visitas, Relatórios, fotografias e outros documentos como Atas de Câmaras municipais e jornais locais. Este estudo será realizado sob as perspectivas da História Cultural com base nos estudos de Carvalho (1998), Certeau (2008), Chartier (1990) e Inoue (2015). Os procedimentos metodológicos consistiram em localizar, selecionar e visitar o arquivo da Escola na busca de localizar, digitalizar e analisar documentos que trouxessem informação sobre sua criação e organização da instituição. Nesse sentido, os arquivos e acervos escolares são de natureza ímpar, pois guardam elementos importantes sobre a História da Educação Brasileira. Considero que a Reforma de 1927 gerou transformações importantes para o processo de expansão da formação de professores no estado de São Paulo e também para o Ensino Primário e que as ações municipais, embora efêmeras, contribuíram significativamente para esse processo. As Escolas Normais Livres foram o recurso usado por muitos municípios para solucionar a falta de professores nas escolas primárias localizadas em regiões de difícil acesso.

Palavras-chave: história da formação de professores; reforma da instrução pública de 1927; escola normal livre

Preservação de fontes: o arquivo documental do Movimento de Educação de Base em Tefé/AM (1963-2003)

LENI RODRIGUES COELHO

Este trabalho trata da organização das fontes documentais do Movimento de Educação de Base (MEB), no período de 1963 a 2003, arquivadas no prédio da Rádio Educação Rural, sob a guarda da Prelazia de Tefé. A preservação e manutenção deste espaço é relevante, pois, permite o acesso aos professores, estudantes de graduação e pós-graduação a uma documentação valiosa para a realização de pesquisas na área da história da educação. Para desenvolvê-lo elencamos como objetivos: preservar os documentos oficiais produzidos pelo Movimento de Educação de Base em Tefé; organizar os documentos do MEB por temática, ordem cronológica e digitalizar os documentos que estão nas dependências da Rádio Educação Rural. Para subsidiá-lo teórico e metodologicamente nos apropriamos das ideias e conceitos de Bosi (1994); Borges (2011), Casimiro, Lombardi, Guimarães (2009), Cunha (1992); De Decca (1992); Fávero (2006); Fonseca (1997); Halbwachs (2003), Le Goff (1996), Paiva (2006), Pollak (1989), Ricoeur (2007), Samara e Tupy (2010) e Sousa (2009). Após as discussões teóricas envolvendo bolsistas dos cursos de Pedagogia e História, iniciamos a parte prática do projeto que contou com o apoio da agência de fomento Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM). Na prática realizamos a higienização, a catalogação por temática e ordem cronológica e a digitalização dos documentos produzidos pelo MEB por quarenta anos. O acervo documental é composto por estatuto, relatórios mensais, trienais e anuais, planos de aula, livros de ponto, atas de reuniões, folhas de pagamento dos servidores, folhas de frequência dos alunos, livros de matrículas, convênios, cartilhas de alfabetização e de cursos profissionalizantes, livros de leitura, folhetos, álbuns de fotografias, propostas pedagógicas entre outros. Estes materiais são exemplares originais e raros, que foram guardados de forma aleatória ao longo dos anos, revelando pouco apreço à preservação da memória e da história da educação regional, ou seja, parece ter havido uma situação de descaso já que pouco foi feito para preservar e conservar tais fontes. Com relação a organização/catalogação do acervo se encontra concluído, mas a digitalização ainda não. A documentação se encontra incompleta, existem documentos faltando páginas e outros ilegíveis por causa da ação do tempo e da falta de cuidado no armazenamento. Até o momento foi possível higienizar e catalogar cerca de cinco mil documentos, destes, 2.000 documentos e 800 fotografias foram digitalizados. Na sua grande maioria, encontravam-se gastos em decorrência da ação do tempo e da falta de cuidado com o acondicionamento.

Palavras-chave: fontes documentais; educação de adultos; Movimento de Educação de Base

Charles H. Thompson e o combate a segregação escolar nos Estados Unidos

LEONARDO BETFUER

Charles H. Thompson é mais conhecido por ser o fundador e editor do *Journal of Negro Education*, primeiro periódico educacional sobre a educação dos negros nos Estados Unidos. Thompson nasceu em 1895 em Jackson, Mississippi; seus pais eram professores no Jackson College, um dos raros locais de cooperação inter-racial no estado do Mississippi. Nessa mesma época, a Suprema Corte dos Estados Unidos legalizou a segregação racial em locais públicos no país. Em 1886, no caso *Plessy vs Ferguson*, definiu-se que a segregação não infringia a 14ª emenda, contanto que as condições oferecidas aos negros e brancos fossem iguais – *separated, but equal*. Isso legitimou a segregação que já vinha sendo estabelecida pelos estados do Sul desde 1877 e que perdurou até 1963, durante a chamada “era da segregação”. Thompson foi uma das principais vozes no combate a segregação racial. Foi o primeiro negro a obter um título de *Doctor of Philosophy* em Psicologia da Educação pela University of Chicago; fez sua carreira como professor na Howard University, onde em 1932 fundou o *Journal of Negro Education* (JNE), pretendendo com ele disseminar, discutir e promover a educação dos negros estadunidenses. Por meio do JNE e de seus editoriais, Thompson atuou ativamente no campo educacional. Apoiou a estratégia da National Association for Advancement of Colored People (NAACP) de utilizar ações judiciais junto aos tribunais estadunidenses para atacar a segregação escolar. Como resultado dessa estratégia, em 1954, no caso *Brown vs Board of Education*, a segregação nas escolas foi tornada inconstitucional, um marco que abriu caminho para o movimento dos direitos civis nos Estados Unidos. Essa comunicação tem por objetivo apresentar a atuação política de Charles H. Thompson no campo educacional, enquanto editor do JNE. Em seus editoriais, ele combateu a segregação escolar, defendeu a igualdade salarial entre professores negros e brancos, fazendo do JNE uma ferramenta de conformação da opinião pública em torno dessas pautas. Uma expressão importante desse tipo de atuação está presente no anuário de 1935 do JNE. Essa edição especial foi dedicada a debater a segregação nas escolas e a validade da estratégia de litígios usada pela NAACP. Para compor o debate, foram publicados trabalhos de importantes intelectuais, entre acadêmicos, advogados e professores; liberais, conservadores e radicais. Apesar da pretensa pluralidade, essa edição buscou transmitir uma ideia de consenso entre a intelectualidade negra a respeito da estratégia dos litígios. A principal fonte desse trabalho são os editoriais publicados no JNE. Eram publicadas 4 edições por ano, dentre elas um anuário dedicado a debater os assuntos considerados importantes para a época. Considera-se que o grupo dos intelectuais estabelece uma rede de relações e atuam como autoridades dentro de um campo, sendo capazes de legitimar certas práticas.

Palavras-chave: Charles H. Thompson; *Journal of Negro Education*; educação durante a era da segregação

Entre rupturas e permanências: a caridade, a filantropia e a assistência à infância pobre na cidade de Niterói (1878-1914)

LEONARDO FONSECA, ALESSANDRA DA SILVA

Este trabalho tem como objetivo discutir as rupturas e permanências entre modelos de assistência à infância pobre existentes na cidade de Niterói. Como recorte temporal, elegemos o final do século XIX e a primeira década do século XX, cenário de virada de século e, no Brasil, de mudança de regime político de Império para República. Para compreendermos as nuances entre as diferenças nas ações assistenciais associados ao bem-estar, proteção social e desenvolvimento das crianças escolhemos como um dos exemplos o Instituto de Proteção e Assistência à Infância de Niterói (IPAIN), fundado em 1914 e o Asilo de Santa Leopoldina, criado em 1854 na cidade de Niterói, tendo o ano de 1878 como um marco institucional pois neste ano o asilo passa a ser governado internamente pelas irmãs Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo, contratadas pela Mesa Administrativa para atuarem de forma mais profissional e organizada no atendimento social e educacional às meninas desvalidas, órfãs e institucionalizadas. Nossa interpretação converge ao entendermos que homens e mulheres da sociedade niteroiense se uniram em prol do combate à mortalidade infantil e ao melhor desenvolvimento físico e mental da infância pobre da cidade. No contexto analisado nos deparamos com diversos profissionais - médicos, advogados, empresários, dentistas, militares - empenhados em investir tempo e dinheiro para financiar ações institucionais, se comprometeram, além de atenuar os males que assolavam às crianças como a morte e o analfabetismo, convencer as mães sobre os cuidados necessários com os filhos, como também, moldar o comportamento para viver em sociedade e serem homens e mulheres ativos e úteis como trabalhadores para o Brasil. Ainda no contexto, temos a coexistência de duas correntes no campo da proteção social, se por um lado nos confrontamos com a coexistência de ações caritativas sob base confessional, por outro temos na filantropia e na assistência ações fundamentadas no racionalismo científico, empreendidas a partir da segunda metade do século XIX, quando ações assistenciais começaram a ser pensadas e fomentadas pelo Estado. Para realização da pesquisa, nos debruçamos sobre as fontes primárias disponíveis, tais como os recortes de matérias sobre as instituições de proteção à infância nos periódicos que circulavam no período recortado, os relatórios das equipes dirigentes (GOFFMAN, 2015) das instituições onde eram discutidas as ideias e ações realizadas por elas, bem como, seus resultados e balancetes, além das descrições das rotinas institucionalizadas. Para nos auxiliar no diálogo com as fontes no que tange à fundamentação teórico-metodológica: Bloch (2001), Le Goff (2003), Prost (2012), Revel (1998), Goffman (2015), Marcilio (1998), Camara (2006, 2010, 2011, 2014), Duprat (1996) Sanglard (2014), Freire (2011, 2015), Rizzini (2011), entre outros.

Palavras-chave: Asilo de Santa Leopoldina; Instituto de Proteção e Assistência à Infância; desvalidos

Uma história dos intelectuais na escola pública: o caso dos egressos do Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE-Unesp/Marília (1991-2015)

LEONARDO MARQUES TEZZA

Apresenta-se nesse trabalho resultados de pesquisa com objetivo central de analisar e interpretar o processo de constituição docente da Educação Básica pública no Brasil, após a criação do programa de pós-graduação em educação da Unesp/Marília-SP e a última reestruturação curricular do curso de Pedagogia dessa Faculdade (1991-2015). Tal formulação se originou da crença de que uma vez com formação teórico-prática, ou seja, a partir de dado capital cultural institucionalizado, ainda que em nível de graduação, esses professores e professoras estariam aptos a atuarem nas escolas como intelectuais da educação, tomando intelectuais da educação no sentido bourdiano de quem está apto a atuar, mediante um capital cultural, adquirido mediante certificação. Desse modo, surge à necessidade de compreender de maneira mais precisa a importância de estar na universidade, diferente de estar somente no meio da escola. Nesse sentido, a pesquisa cujos resultados ora são comunicados, tem como objetivo geral analisar e interpretar o processo de constituição docente da Educação Básica pública brasileira, após a criação do programa de pós-graduação em educação da Unesp/Marília-SP e a última reestruturação curricular do curso de Pedagogia dessa Faculdade (1991-2015). Diante disso, surge então, os questionamentos que motivaram essa pesquisa: esses pedagogos, intelectuais certificados em curso de Pedagogia, e esses pedagogos, também pós-graduados, ambos portadores de capital institucionalizado de ordens diferentes, ao buscarem inserção nessas escolas o fazem mediante esses saberes ou mediante saberes produzidos na e pela prática cotidiana? Quais são esses saberes capazes de os especificarem nesses processos, considerando suas formações também específicas? Essas formações promovem suas inserções? A hipótese norteadora das nossas reflexões em um primeiro estudo preliminar é a de que os somente pedagogos conseguem suas inserções porque passam a incorporar e partilham de um capital que os diferenciam dos pedagogos e pesquisadores, pois esse capital dos primeiros identificam-se com a própria função atribuída à escola pela sociedade capitalista, centrado na ação, enquanto, os segundos passam, não raramente, a não se identificarem com essa mesma escola, pois as suas tentativas de inserções centram-se em um movimento mais amplo de ação-reflexão-ação. O desenvolvimento dessa pesquisa se dá em virtude da visível disputa entre sujeitos de capital cultural distinto por posições, ações e autoridade do discurso num mesmo espaço, o espaço escolar. Tratou-se, portanto, de pesquisa histórica e, quanto às fontes, documental, cuja análise preliminar foi realizada à luz das contribuições de Bourdieu (2005), onde é possível especificar também, o tipo de intelectual que está inserido nas escolas e qual o tipo de intelectual que vem da universidade, ou seja, desse intelectual portador de um capital cultural incorporado e institucionalizado, porém de ordens diferentes.

Palavras-chave: educação; História da Educação; história dos intelectuais

A Aliança para o Progresso e a educação dos jovens rurais na década de 1960

LEONARDO RIBEIRO GOMES

O objetivo desta comunicação é apresentar os pressupostos educacionais da Aliança para o Progresso – ALPRO, voltados a uma parcela da juventude rural brasileira durante a década de 1960. Neste trabalho destacamos os clubes de jovens rurais, notadamente aqueles que no Brasil foram conhecidos como Clubes 4-S (Saber, Sentir, Saúde, Servir). Os Clubes 4-S foram criados no Brasil em 1952, a partir da ação de técnicos extensionistas e alguns professores rurais, ligados à Associação de Crédito e Assistência Rural - ACAR-MG, órgão responsável pelo Serviço de Extensão Rural em Minas Gerais, fundado em 1948. Os Clubes 4-S tiveram como modelo os 4-H Clubs (Head, Hands, Heart, Health) dos Estados Unidos, existentes naquele país desde o início do século XX. Voltados para uma educação prática e baseada no princípio do aprender fazendo, tais clubes reuniam no Brasil, os meninos e meninas, filhos de pequenos e médios proprietários rurais, dos quais se esperavam fossem elementos difusores de novas formas de produção e convivência nos meios rurais. Os integrantes dos clubes acabavam sendo uma parcela selecionada dos meios rurais, pois seus pais eram aqueles que recebiam assistência técnica e tinham a possibilidade de acessar órgãos fomentadores de crédito rural, de acordo com a política oficial então vigente de Extensão Rural. A modernização das áreas rurais passava não apenas pela dimensão econômica, mas também pela dimensão comportamental e dos costumes, em conexão com uma perspectiva que relacionava o local, o nacional e o internacional, uma vez que suas origens estavam nos Estados Unidos e em inúmeras agências fomentadoras. Os clubes de jovens rurais foram vetores desses objetivos. O programa de ações para a América Latina, ALPRO, criado em 1961, durante a gestão do presidente norte-americano, John Kennedy, reforçou a necessidade de modernização econômica desta parte do mundo. Nesse cenário, o papel das áreas rurais, como palco de ações modernizadoras, foi destacado e os já existentes clubes de jovens rurais, do tipo Clubes 4-S, ganharam relevância. Os clubes além de receberem incentivos técnicos e materiais foram também inspirados pelas ideias presentes na ALPRO. Neste trabalho analiso, além da bibliografia que trata da importância da ALPRO, jornais e revistas publicadas pelos órgãos responsáveis por implantar as políticas de formação da juventude rural. Destaque para os jornais O Trevo e O Ruralista, além das revistas Extensión en las Américas, Turrialba: Revista Interamericana de Ciencias Agrícolas e Extensão em Minas Gerais.

Palavras-chave: Aliança para o Progresso; juventude rural; modernização agrícola

Sobre os primórdios do conceito de currículo no léxico educacional da língua portuguesa

LETICIA MARA DE MEIRA

Na década de 1960 do século XX, o conceito de currículo tornou-se fundamental para o debate educacional, mas desde o primeiro quartel do século XIX, o sentido de currículo esteve presente no debate público brasileiro, especialmente a partir dos termos correlatos plano de estudos e programa de ensino. A literatura especializada apresenta uma certa regularidade no tratamento deste conceito e a polissemia é uma característica afirmada de forma recorrente. No entanto, pouco se sabe sobre os primórdios do conceito no contexto da língua portuguesa. Este trabalho tem como objetivo investigar o percurso do conceito de currículo antes do seu estabelecimento no discurso educacional. Para tanto, toma-se como orientação teórico-metodológica a história dos conceitos, que tem como principal expoente o historiador alemão Reinhart Koselleck. Nesta perspectiva, é possível afirmar que palavras comuns podem, na dinâmica histórica da linguagem, emergir como conceitos, novas palavras podem denominar processos já conhecidos, assim como palavras já conhecidas podem ganhar novos sentidos. Partindo da interlocução com a historiografia do currículo anglo-saxônica, em especial as pesquisas de David Hamilton, buscamos em verbetes de dicionários e enciclopédias publicados nos séculos XVII, XVIII e XIX, identificar a incidência deste conceito no campo semântico da educação. A rigidez das obras de referência, que têm como função principal fixar significados, pode não acompanhar o ritmo das novas experiências históricas que provocam as modulações dos conceitos. No entanto, são muito eficientes para investigar, na longa duração, o momento em que novas palavras passam a compor um determinado léxico, quais são os sentidos predominantes no debate público e quando caem em desuso. Para desenvolver este argumento, partimos dos principais construtos da literatura sobre a origem do termo currículo para em seguida localizar o conceito em dicionários e enciclopédias. A pesquisa permitiu observar que a utilização da palavra curriculum e seus derivados não causou impacto igualmente significativo em todas as línguas ocidentais modernas. Se tomarmos o conjunto das contribuições dos calvinistas e dos jesuítas na formação de um léxico capaz de expressar a nova forma de organização educacional que vinha se desenhando no decorrer do século XVII, podemos supor que o inglês e o francês foram as línguas que mais rapidamente absorveram estes significantes. No léxico educacional, é possível inferir que o termo curriculum, presente no contexto das universidades com o sentido de curso completo, teve menor importância do que as palavras método, classe e disciplina que já constavam como verbetes nos primeiros dicionários em língua portuguesa.

Palavras-chave: história do currículo; história dos conceitos; conceito de currículo

Projetos de educação expressos nas páginas do Boletim do Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais (1959-1961)

LEZIANY SILVEIRA DANIEL

O presente trabalho procura discutir propostas para a educação na América Latina expressas nas páginas do Boletim do Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais (CLAPCS), no período 1959-1961, quando estava sob direção do sociólogo Luiz Aguiar de Costa Pinto (1920-2002). A relação entre a educação e as ciências sociais no Brasil nos meados do século XX foi fator fundamental para pensar a constituição do campo de pesquisa em educação, principalmente, a partir de projetos como o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE), idealizado por Anísio Teixeira, que contava com a colaboração decisiva da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciências e Cultura (UNESCO). Contudo, não era um projeto de um organismo internacional isolado. Era preciso adequar o Brasil e a América Latina aos novos ditames do capitalismo mundial. É no interior destas intenções que projetos subsidiados pela UNESCO e por outros organismos internacionais se configuram. Em especial, à frente do CLAPCS, Costa Pinto, professor da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Brasil, realizou junto ao Centro, quando assumiu sua direção em 1958 até sua saída em 1961, interessante atuação e projeto editorial que tornou possível, por exemplo, analisar como as discussões acerca dos projetos de educação para o Brasil e, mesmo para a América Latina, tomaram uma outra perspectiva de investigação, no interior da construção do campo da sociologia científica na América Latina, no qual ele foi tanto criador como mediador cultural (SIRINELLI, 1999; GOMES & HANSEN, 2016), que ao transitar no campo da sociologia, em processo de institucionalização da pesquisa científica, arregimentou um repertório (ALONSO, 2012) que o permitiu circular no campo, entre consensos e embates, criando performances próprias de atuação (ALONSO, 2012). Uma das primeiras iniciativas de Costa Pinto e que exerceu importante lugar de sociabilidade dos sociólogos latino-americanos, foi a criação do Boletim do CLAPCS, em 1957, que depois, em 1962, se tornaria a revista América Latina. Neste caso, em especial, “a revista é antes de tudo, um lugar de fermentação intelectual e de relação afetiva, ao mesmo tempo viveiro e espaço de sociabilidade” (SIRINELLI, 2003, p. 249). Durante a gestão de Costa Pinto foram publicados 12 boletins. O Boletim, assim como a publicação de uma série de livros que pretendia fazer um balanço sobre a realidade das ciências sociais na América Latina, entre outros, consubstancia-se num projeto editorial encampado por Costa Pinto, mediante as próprias definições dos projetos de pesquisa do centro direcionados por ele. Neste trabalho, em especial, analisamos os artigos que discutem educação, não só para o Brasil, mas para a América Latina, pensados no interior do CLAPCS.

Palavras-chave: educação; intelectuais; redes de sociabilidade

Trajatória formativa da educadora Zuleide Fernandes Queiroz

LIA MACHADO FIUZA FIALHO

A pesquisa se insere no campo da história da educação, e trata acerca da biografia de uma mulher educadora, Zuleide Fernandes Queiroz, a qual superou o preconceito racial sofrido por ser negra, e às discriminações econômicas, por ser de família humilde, e socio-culturais, por residir na periferia da cidade. O objetivo do estudo foi biografar a educadora Zuleide Fernandes Queiroz com ênfase na sua trajetória formativa, desde a escolarização básica, iniciada na década de 60, à conclusão do doutorado em Educação no ano de 2003. Amparada nos pressupostos da história cultural (CHARTIER, 1988; BURKE, 2008), elaborou-se uma pesquisa do tipo biográfica no âmbito das biografias de exceção (DOSSE, 2015), situando-a na história do tempo presente (FERREIRA; AMADO, 2006). O estudo, após aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa, sob parecer nº. 2.585.705/2018, foi desenvolvido a partir da metodologia história oral (MEIHY; HOLANDA, 2015), logo, a coleta das narrativas se deu por meio de entrevistas livres em história oral, alicerçadas nas memórias da Zuleide Queiroz. As fontes orais foram entrecruzadas com fontes imagéticas (fotos), documentais (documentos escolares e universitários) e legais (legislação educacional). Zuleide Queiroz iniciou a escolarização formal na Escola Professor Martins de Aguiar e concluiu o Ensino Primário na Escola Senador Fernandes Távora, também conhecida por Colégio Marupiara. Em seguida, foi aprovada na Escola Técnica Federal do Ceará, pois, mesmo que não se identificasse com os cursos técnicos, via na instituição federal uma oportunidade de cursar um ensino secundário qualificado, já que esses estabelecimentos federais ganharam maior destaque com o intento de formar a mão de obra necessária ao desenvolvimento do Brasil (SAVIANI, 2011). Ao concluir o curso técnico, passa no vestibular para Pedagogia na Universidade Federal do Ceará, em 1983, sendo uma das primeiras mulheres negras a ingressar na instituição, já que não era comum que a classe empobrecida chegasse à essa universidade, em curso composto, sobremaneira, pelas normalistas egressas de dos colégios privados voltados para a educação da moça de elite econômica (MAGALHÃES JUNIOR, 2003). Um ano após a conclusão da graduação, foi aprovada no mestrado, o qual cursou conciliando com uma jornada de trabalho de 30h, já que não podia deixar de trabalhar pela necessidade de ajudar sua família, e, posteriormente, cursou o doutorado na mesma instituição. Discute-se que Zuleide Queiroz - menina pobre e negra - logrou percurso formativo diferenciado de muitas das suas contemporâneas, pois mais de 70% das jovens sequer concluíam o ensino secundário (VIEIRA, 2002), especialmente àquelas periféricas ou residentes do interior do Estado, que, em geral, sequer tinham a oportunidade de frequentar um ambiente de educação formal.

Palavras-chave: biografia de educadora; mulher negra; educação feminina

A Universidade do Brasil e o debate sobre a pesquisa e o ensino de História nos anos 1950-60

LIBANIA XAVIER

A comunicação propõe uma reflexão sobre os discursos que legitimaram a profissão de historiador e definiram um perfil de professor de história das últimas séries da educação básica, produzidos no âmbito da Faculdade Nacional de Filosofia (FNFfi), da Universidade do Brasil, nos anos 1950-60. Utilizaremos como fontes uma seleção de escritos monográficos e publicações de professores e alunos desta instituição, constantes em arquivos pessoais e no Boletim do Centro de Estudos de História da FNFfi, veiculados entre 1958 e 1963. A FNFfi se constituiu em 1939, a partir da incorporação de professores e cursos da extinta Universidade do Distrito Federal (UDF). Merece registro, o fato da UDF ter sido fechada em razão de sua estrutura singular e, ao mesmo tempo, engajada, tendo sido criada em âmbito municipal, com uma estrutura que priorizava a articulação entre a universidade e outros órgãos públicos da cidade, assim como entre a academia e as questões nacionais. Seu fechamento pelo regime autoritário de Vargas e a incorporação seletiva de seus professores e cursos pela Universidade do Brasil - a maioria nucleada em torno à recém-criada FNFfi - seguiu uma lógica conservadora que apagou seu caráter inovador e democrático. Após a queda do Estado Novo, em 1945, a FNFfi se organizou em departamentos, como os de Filosofia, Matemática, Física, Química, História Natural, História e Geografia, Ciências Sociais, Letras e Pedagogia e, somente em fins da década de 1950 e nos anos 1960 é que seu caráter conservador começou a ser contestado. Numa conjuntura marcada pela defesa das reformas de base e pelo imaginário de uma revolução socialista, vista como redentora da pobreza e do subdesenvolvimento, os debates sobre o lugar da universidade e os usos do ensino de história como instrumento de transformação social ganharam ênfase no interior do departamento de história e geografia desta instituição, conforme demonstrou Ferreira (2011 e 2013). Nesse contexto, vão se redefinindo a importância e a função da pesquisa e do ensino da História, provocando uma cisão entre alunos e professores que partilhavam diferentes concepções sobre o assunto. Tais debates foram formulados em meio à própria redefinição das identidades do historiador e do professor de história das séries terminais da educação básica, incidindo numa reavaliação sobre o papel da Universidade nesse campo. Para este estudo, nós consideramos as orientações de John Pocock (2003), para quem os discursos produzidos pelos intelectuais devem ser analisados a partir de suas interpretações e argumentações próprias, mas sem perder de vista o diálogo com o vocabulário político e as perspectivas culturais e sociais que marcaram o contexto em que foram enunciados.

Palavras-chave: universidade; debate intelectual; ensino e pesquisa em História

Didática especial de línguas modernas (1957), de Valnir Chagas: um tratado sobre o ensino de Inglês

LIDIANE CIRILO DOS SANTOS

O trabalho aqui apresentado situa-se na perspectiva da história do ensino de línguas estrangeiras no Brasil e visa a contribuir para a produção dessa história. Mediante os pressupostos da história cultural e da história do livro e das edições, por meio dos procedimentos de localização, recuperação, reunião, seleção, ordenação e análise de fontes documentais e bibliográficas, propõe-se análise da configuração textual da proposta para o ensino de língua inglesa, presente no livro *Didática especial de línguas modernas*, de autoria de Raimundo Valnir Cavalcante Chagas. Publicado em 1957, esse livro integrou a *Coleção Atualidades Pedagógicas (1931-1981)* da Companhia Editora Nacional, que teve como principal objetivo promover uma renovação cultural por intermédio da formação profissional e científica do público-alvo da coleção: os educadores de escolas das redes pública e privada. Em meados dos anos 50, a redução da qualidade e da eficiência nos cursos de instrução para professores somada à ampliação do ensino secundário brasileiro, evidenciou uma lacuna na formação básica desses professores que foi estrategicamente atendida por publicações como esta - livros sobre política educacional, pedagogia e didática. Os docentes, por meio dessa literatura formativa, vinculam valores, manifestam autoridade e, conseqüentemente, ganhos simbólicos, sociais e políticos em suas práticas. *Didática especial de línguas modernas* compreende um livro pioneiro na proposição de um debate sobre o ensino específico das línguas estrangeiras modernas e, nesse sentido, estrutura-se em quatro partes, que se desdobram em onze capítulos que, em linhas gerais, contemplam uma história abreviada dos métodos de ensino de línguas, os propósitos de se aprender e ensinar línguas estrangeiras, orientações para a seleção de materiais e encaminhamentos sobre prática, conteúdo e tipos de avaliação – fundamentos indispensáveis para o professorado em formação. A análise dessa publicação tem possibilitado compreender que a proposta base do autor contribuiu de maneira significativa para a instrução do professor de línguas modernas no país, recorrendo às contextualizações críticas e parciais dos conteúdos abordados no volume 68 da *Coleção Atualidades Pedagógicas*. Valnir Chagas encoraja a reflexão por parte dos professores enquanto argumenta sobre a pluralidade dos métodos para o ensino-aprendizagem de línguas vivas, considerando-as representação real e cultural dos sujeitos e, portanto, produto de um diálogo contínuo e em constante adaptação.

Palavras-chave: ensino de Inglês; História da Educação; Didática especial de línguas modernas

Reconstruindo memórias sociais acerca da rivalidade entre as escolas em Belém-PA (1970-2010)

LIVIA SOUSA SILVA

O presente trabalho investigou a história das rivalidades entre as escolas estaduais em Belém-PA, que atualmente se configura como problema notadamente de violência escolar. Ante tal iniciativa, aponta-se como questão norteadora do estudo, saber: Quais as relações de sentido entre as narrativas memorísticas acerca da rivalidade entre escolas, quer seja as que se sobrepõem a partir de antigos alunos da rede estadual de ensino de Belém-PA, quanto as que se apresentam a partir dos jornais impressos? Apontamos como o objetivo de: a) reconstruir os sentidos acerca da dinâmica que engendra a rivalidade entre as escolas estaduais em Belém-PA, no período de 1970-2010; b) situar o que consubstancia as memórias do tempo de escola de alunos das principais escolas envolvidas nos episódios de rivalidade nesse interlúdio temporal; c) identificar os discursos produzidos pelo jornal impresso, acerca da rivalidade entre as escolas, no período pretendido; d) ressaltar possíveis relações de sentido entre a narrativa memorativa de alunos e sua experiência com o fenômeno no contexto escolar, e o discurso midiático. Ao conjugar esforços da pesquisa documental e de campo, constituiu-se um corpus de () matérias midiáticas impressas, no período entre 1970-2010, e das narrativas memorísticas do tempo de escola de dez (10) participantes da pesquisas, que vivenciaram os espaços escolares nesse período proposto. O processo de análise considerou o arcabouço teórico-metodológico da metodologia durandiana, o que nos proporcionou subsídios para melhor compreender como o imaginário socioeducacional republicano e sua relação para com a conformação de uma rivalidade entre as escolas, assim como de estudos próprios do campo da memória social. Dessa forma que, evidenciamos em nossas narrativas do jornal impresso diferentes mitemas constituintes de um sistema imaginário tais como: os ritos, as competições, o modelo educacional militarizado, Juventude e seu papel social e de cidadania liberal. confluíram para o engendramento da própria rivalidade em si. Pelos quais é possível perceber que essa articulação simbólica atendia à objetivos próprios não só do regime militar, mas de um construto imaginário de República e cidadania que se vem atualizando como narrativa mítica no intercurso dos diferentes períodos históricos, desde a Proclamação. Um investimento liberal histórico para as juventudes das camadas populares, e para a manutenção das estruturas que soerguem as desigualdades. Quanto às narrativas memorísticas, os resultados evidenciam que as histórias são simétricas e latentes em questões específicas referentes à atuação nos desfiles escolares da época, sobretudo em questões de violências ocorridas. Ademais, os alunos revelam sentimentos conflitantes internos por eles vivenciados, de representação e pertencimento à essas instituições de ensino.

Palavras-chave: festas cívicas; impressos; memórias

O impresso pedagógico como ponto de encontro professoral: um estudo sócio-histórico acerca do corpo editorial da Revista Educando em Minas Gerais (1940-1945)

LUCAS JOSÉ MAGALHÃES ALVES, VERA LUCIA NOGUEIRA

Inserida no campo da história da educação, esta comunicação apresenta resultados da pesquisa que vimos desenvolvendo, no mestrado em Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), acerca do impresso pedagógico produzido pela Associação dos Professores Primários de Minas Gerais (APPMG), entre 1940 e 1945, denominado Revista Educando. O recorte espaço-temporal contempla o tempo de vida, produção e divulgação do impresso em Minas Gerais. O objetivo é apresentar uma análise do perfil prosopográfico do corpo editorial da Revista, destacando quem são os atores que estiveram à frente dessa publicação, a formação profissional dessas pessoas, os pertencimentos familiares e institucionais, os principais temas abordados no periódico e sua relação com a política educacional do período. Como abordagem teórica, é estabelecido um diálogo com a história cultural, em especial as contribuições de Roger Chartier. A análise das biografias coletivas se orienta pelo método prosopográfico, que consiste em investigação sócio-histórica das características comuns de um determinado grupo de atores históricos, no caso deste estudo, daqueles que estiveram à frente da Revista Educando, no curso de sua existência. Como fontes, utilizamos a Revista Educando, leis e decretos educacionais do período, bem como jornais que circulavam na sociedade mineira à época e disponíveis atualmente nos acervos do Arquivo Público Mineiro, da Hemeroteca Nacional e da Hemeroteca Histórica de Minas Gerais. O uso dos impressos, em especial da imprensa pedagógica, como fonte da investigação histórico-educacional, nas últimas duas décadas, tem possibilitado uma compreensão acerca das concepções e práticas educacionais postas em circulação por meio dos discursos e expressões de seus protagonistas na relação com o Estado e com as políticas voltadas para o campo da educação, permitindo, assim, historiar as relações políticas presentes no pensamento educacional de uma época. A legislação é aqui compreendida tanto como ordenamento legal quanto como ordenadora das relações sociais e expressão das disputas de poder em uma sociedade. Como resultados, constata-se que a Revista Educando serviu como porta voz da APPMG e sua leitura permite discorrer tanto sobre os perfis sócio-políticos, bem como acerca das relações existentes entre as professoras que integravam o seu corpo editorial e que tinham aquele periódico como um dos espaços de encontro de seus pensamentos e ações. Por fim, é constatado que, durante a primeira metade da década de 1940, a APPMG demarca por meio da Revista Educando seus posicionamentos acerca da educação mineira, evidenciando, com isso, certa proximidade aos ideários higienistas, cientificistas e católicos propagados pelas bases sociopolíticas do período.

Palavras-chave: história cultural; associativismo docente; APPMG

Práticas de transformação de um método de ensino em circulação no Brasil entre as décadas de 1950, 1960 e 1970: a Educação Física Desportiva Generalizada na formação de professores

LUCIANA BICALHO DA CUNHA

Este texto tem como objetivo destacar os modos de circulação e apropriação da Educação Física Desportiva Generalizada (EFDG) e suas possíveis transformações ao longo das décadas de 1950, 1960 e 1970 no Brasil em diferentes tempos e espaços de formação de professores. Apresentada pela primeira vez no II Curso de Aperfeiçoamento Técnico e Pedagógico para professores de Educação Física na cidade de Santos, em 1952, a EFDG tinha como argumentação central a defesa da função educativa dos jogos e esportes na formação das crianças e jovens. Considerava-se que, se os esportes fossem trabalhados de maneira coerente e direcionados por professores qualificados, poderiam proporcionar a formação de um ser humano equilibrado, integrado harmoniosamente à sociedade, ao agir utilmente sobre os corpos, o espírito e a personalidade das crianças, dos jovens e também dos adultos. Ao longo das três décadas que abarcam este texto, 1950, 1960 e 1970, a proposta da EFDG e a figura de seu autor e divulgador, Auguste Listello, foram largamente divulgadas em cursos, periódicos, livros e tantos outros meios e espaços de formação de professores como uma importante possibilidade metodológica. Remetendo ao seu contexto de possibilidades na educação brasileira, dado, entre outros fatores, pela representatividade da França na Educação Física do país e pelo desejo de reorganização da área, as ideias, os sujeitos e as formas de produção de identidade mobilizadores desse processo apresentaram-se como pistas para constituição de significados para a presença de Listello no Brasil, bem como para a indicação da EFDG como método de ensino por mais de três décadas. Em razão disso, foi possível considerar que a representação construída da EFDG no Brasil dependeu, dentre outros fatores, das maneiras pelas quais suas imagens foram recebidas e interpretadas. Ou seja, as formas pelas quais ela foi dada a ler continham em suas próprias estruturas as expectativas e as capacidades do público a quem visava. O corpus documental para este estudo foi composto por fontes textuais e imagéticas, como livros e periódicos especializados da área de Educação Física e de circulação geral, materiais didáticos produzidos pelo professor Listello e por outros professores, bem como fotografias dos citados cursos de aperfeiçoamento técnico pedagógico; e fontes orais, como depoimentos de professores brasileiros que atuaram próximo ao professor Listello. A análise dessas fontes, apoiada nos conceitos de circulação, apropriação e mediação, compuseram o percurso interpretativo desta história, possibilitando compreender como tais práticas tornaram-se lugar de visibilidade e produção de uma nova cultura docente para a Educação Física.

Palavras-chave: formação de professores; história da educação física; educação física desportiva generalizada

A Associação de Pais e Mestres e a organização das festas escolares no CEAR (Santo André – SP, 1979-1986)

LUCIANE GALVÃO CANDIDO

O presente trabalho busca investigar como as festas escolares eram organizadas nos Centros Educacionais, Assistenciais e Recreativos, instituições de atendimento às crianças na cidade de Santo André, durante as três últimas décadas do século XX. O presente trabalho é parte integrante da pesquisa que busca investigar a história da educação pública municipal na cidade de Santo André, desde as primeiras escolas municipais destinadas a acolher as crianças pequenas até a implantação dos Centros Educacionais Assistenciais e Recreativos, denominados CEAR. Nos CEAR havia uma associação de pais e mestres denominada Associação Comunitária, Educacional, Assistencial e Recreativa e um Conselho Deliberativo composto por professores, gestores e pais de alunos, que em consenso definiam, dentre outros assuntos, sobre as festas escolares que aconteciam durante o ano letivo. O objetivo deste texto é analisar as escolhas registradas, nas reuniões, pela Associação Comunitária, quando a pauta tratava dos festejos escolares, bem como o papel desta Associação para as escolhas. O estudo tem como fontes os registros no Livro Ata de reuniões da Associação Comunitária, Educacional, Assistencial e Recreativa, do CEAR Homero Thon, elaborados entre 1979 e 1986. Tal fonte possibilita identificar quais festas eram celebradas durante o ano letivo, quais discussões foram estabelecidas e quais decisões foram deliberadas. Para referenciar esta pesquisa e auxiliar na análise das fontes, o aporte teórico de Itani (2003) guiará a reflexão para compreender as lógicas de organização das festas nos espaços escolares, bem como a representação deste momento de celebração e brincadeira, partilha e convivência, na memória coletiva dos alunos, suas respectivas famílias, e corpo docente na escola. Complementarmente, as contribuições de Candido (2019) que analisa os festejos no âmbito escolar, também será tomado como aporte teórico ao se tratar dos temas das festas e da regularidade nos rituais e nas práticas, garantindo o fascínio e a adesão popular às festas. Ainda segundo a autora, as celebrações escolares tinham o objetivo de evidenciar a dedicação e o progresso alcançado pelo governo brasileiro no âmbito educacional. Para este estudo, reunir, separar, catalogar e analisar as fontes permitiu alcançar algumas conclusões preliminares, assim é possível identificar que as fontes analisadas evidenciam a importância dos festejos no calendário escolar, visto que a Associação do CEAR Homero Thon se reunia mais de uma vez ao mês para discutir, definir e organizar as festas. Os registros nas atas de reunião apontam discussões entre os participantes, divisão de tarefas entre os membros da Associação, e definições coletivas na maior parte dos documentos analisados. Da mesma forma, tais documentos possibilitam o acesso à maneira como a educação pública municipal na cidade de Santo André se estruturou ao longo dos anos, e como as festas escolares construíram uma identidade para o CEAR.

Palavras-chave: educação municipal; Centro Educacional Assistencial e Recreativo; festas escolares

Periódicos em conexão: a Revista do Ensino do Rio Grande do Sul e a Revista Vida Escolar/Espanha em prol de um sentimento patriótico (1964-1970)

LUCIANE SGARBI SANTOS GRAZZIOTIN

O presente estudo problematiza o emprego de textos e símbolos cívicos no processo de educar a infância para o desenvolvimento de um sentido de nacionalismo característico de regimes totalitários. As fontes utilizadas são dois periódicos que tinham como objetivo orientar professores em sua prática docente. Os documentos analisados são a “Revista do Ensino do Rio Grande do Sul”, publicada entre os anos de 1930-1990, foi Fundada, inicialmente a partir de uma iniciativa privada, posteriormente recebeu apoio técnico-pedagógico e/ou financeiro da Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Sul; e a “Revista Vida Escolar”, publicada entre os anos de 1950-1970, foi instituída, a pedido de Ministério da Educação da Espanha, pelo Centro de Documentação e Orientação Didática do Ensino Fundamental e distribuída de forma gratuita. Ambas foram impressos que circularam durante os regimes totalitários: ditadura civil militar, no Brasil e ditadura franquista, na Espanha, respectivamente. A partir da análise dos dois impressos de cunho pedagógico o objetivo da pesquisa é compreender as representações relacionadas à educação cívica, produzidas nas revistas e o poder da escrita na legitimação dos ideais de governos ditatoriais. A metodologia utilizada foi à análise documental histórica, por meio dela foram selecionados, entre os anos de 1964 a 1970, 67 periódicos no total, dentre os quais, 31 da Revista do Ensino e 36 da Revista Vida Escolar. Neles foram examinados os textos jornalísticos, as sugestões de atividades, os textos didáticos, os textos literários e as imagens presentes. O referencial teórico foi composto por autores como Castillo Gómez, Puelles Benítez e Viñao Frago que auxiliam no processo de análise e compreensão do lugar político que os periódicos ocupam na construção de um sentido de patriotismo. Esta pesquisa tem como recorte temporal os anos 1964 a 1970, que se justifica por ser o período em que os dois países estavam sujeitos aos regimes totalitários. O conceito de representação é tomado a partir de Chartier que afirma “[...] do ponto de vista de um historiador são classificações e exclusões que constituem na sua diferença radical, as configurações sociais e conceituais próprias de um tempo ou de um espaço” (1990, p.27). Os resultados apontam para narrativas de dimensões doutrinárias, onde as revistas ocupam uma função ética, estética e política. A igreja e o lar ganham forte influência na constituição cívica e social do cidadão, com o propósito de formar um ser ideal a nação que desenvolve o amor pela pátria assim como as atitudes necessárias à vida comum.

Palavras-chave: Revista do Ensino do Rio Grande do Sul; Revista Vida Escolar/ES; imprensa pedagógica

Memória e resistências de educadores do campo: a luta pela escola pública em assentamentos rurais

LUCICLÉA TEIXEIRA LINS

A presente discussão objetiva contribuir para o registro da história de luta dos assentamentos rurais existentes em Bananeiras – Paraíba (Brasil) através da memória dos assentados, e fortalecer a cultura camponesa através de ações pedagógicas nas escolas no campo. Esta intencionalidade se justifica pela ausência de registros do processo de luta e conquista das terras pela população desses assentamentos, ausência que poderá implicar na perda da memória e, em consequência, o não conhecimento das mesmas pelas gerações do presente e futuras. Como enfrentamento para essa questão, há possibilidade de compreensão da história, da educação e da cultura, na medida em que elas se relacionam com a memória individual e coletiva dos sujeitos, estabelecendo elos entre a história de luta e a memória regional e nacional. Neste íterim é o que também enfatiza as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica do Campo, a qual registra que a identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social de vida no país. A preocupação com a memória e a história camponesa reside em sua ausência na proposta curricular em muitas escolas do campo, o que reforça estereótipos negativos em relação à população campesina. A realização de tais ações tem ocorrido de acordo com a metodologia da história oral. Os entrevistados são professores das escolas dos assentamentos onde buscamos conhecer as práticas pedagógicas concernentes à memória camponesa. O aporte teórico para esta proposta fundamenta-se nos trabalhos de autores como: Thompson (1998); Bom Meihy (1996); Alberti (2004); Montenegro (1994); Le Goff (1994), Yunes (2010). Nas primeiras reflexões que decorrem do estudo podemos visualizar entre os assentados as estruturas de lutas que lançaram mão para se libertar do latifúndio, além da história de conquista da escola como espaço de apreensão do conhecimento. Através de rodas de conversas foi possível ouvir os fatos e demais fatores que contribuíram para influenciar na luta daquele povo; suas resistências e métodos de superação; as estratégias que usaram ao longo do processo de luta; além da composição no sentido de união. Assim sendo, esse trabalho tem contribuído para a preservação da memória, divulgação de suas histórias e fortalecimento do trabalho pedagógico nas escolas dos assentamentos rurais.

Palavras-chave: educação do campo; resistência; conquista

O curso de professores(as) no “Colégio Sagrado Coração de Jesus” – articulações entre a formação docente e a educação confessional e católica (1931-1974)

LUCIENE CHAVES DE AQUINO

Este estudo tem por objetivo refletir sobre os caminhos e des(caminhos) do curso de ‘formação de professoras’ do ‘Colégio Sagrado Coração de Jesus’, fundado a 02 de fevereiro de 1918, no município de Bananeiras/PB, pelas religiosas da Congregação de Santa Doroteia do Brasil. Essa instituição surge com a finalidade de formar mulheres, observando-se o disciplinamento do corpo e o ensino dos saberes domésticos, destinado ao cultivo de boas esposas. Além dos conteúdos próprios da cultura escolar, engendrava-se uma rígida educação moral e religiosa, segundo os métodos de ensino orientados pela pedagogia cristã. De 1918 até 1931, era ministrado nesse educandário, apenas o ‘Curso Primário Elementar’, quando no final do ano de 1931, foi instituído o Decreto Lei nº 200, que criava no Colégio Sagrado Coração de Jesus, o Curso Normal Equiparado ao da Escola Normal Oficial. Em 1932 portanto, deu-se o princípio da formação docente neste município, mediante o funcionamento do Curso Normal Equiparado, que contou com o auxílio do Governo do Estado na sua manutenção, sobretudo com a concessão de uma professora de Metodologia. Já em 1949, no ensejo do encerramento do ano letivo com a diplomação de uma turma, deu-se o fechamento do Curso Normal Equiparado, que foi convertido em ‘Escola Normal Regional’, uma modalidade mais restrita da formação docente. Tal desfecho decorreu da criação, no ano anterior (1948), do curso ginásial, cuja instalação traduziu-se em dificuldades financeiras para essa instituição, que mediante o empasse, reduziu os investimentos na formação de professoras. Problematisa-se, o funcionamento e as prioridades em relação aos diferentes níveis de ensino ofertados no ‘Colégio Sagrado Coração de Jesus’ e sua articulação com o curso de formação docente ali ministrado. Para a pesquisa sobre a trajetória e o funcionamento de uma instituição educativa, procedeu-se a localização, identificação e digitalização de fontes historiográficas matéria-prima do historiador (LOPES; GALVÃO, 2000), tomando-se a ‘história das instituições educativas’ como abordagem histórica. No exercício da interpretação e tratamento das evidências/fontes, foram adotadas categorias que permitiu a tessitura da construção histórica e a compreensão da instituição estudada, destacadamente: a cultura escolar (JULIA, 2001), a memória (LE GOFF, 1994; POLLAK, 1992), gênero (SCOTT, 1995) e religiosidade (RO-SADO-NUNES, 2005). No exercício de investigação se impôs a associação das discussões sobre gênero e construção de identidades femininas e suas inter-relações com o ensino normal nos âmbitos municipal, regional e nacional. Contudo, essa pesquisa apresenta dados e análises de fontes documentais e orais sobre a legislação, organização pedagógica, rotina da instituição, contribuindo para preservação da memória da cidade de Bananeiras/PB, da história da educação local e para a construção da identidade da instituição de ensino.

Palavras-chave: curso normal equiparado; curso normal regional; escola confessional

Escola particular, primária, gratuita, para crianças pobres: a escola 'Santa Júlia', anexa ao Colégio 'Sagrado Coração de Jesus' (1950-1974)

LUCIENE CHAVES DE AQUINO AQUINO

Pretende-se com este estudo discutir as circunstâncias que concorreram para a criação da 'Escola Particular Gratuita Primária Santa Júlia' anexa ao 'Colégio Sagrado Coração de Jesus'. Este último, consistiu em um educandário confessional católico, privado e destinado a educação feminina. Fundado a 2 de fevereiro de 1918, pela Congregação das Irmãs de Santa Doroteia do Brasil para onde convergiam meninas abastadas da região. Quanto aos ideais educativos destas duas instituições educativas é possível identificar características que se assemelhavam, e se distanciavam simultaneamente. Tinham em comum, uma prática pedagógica dedicada a formação moral, religiosa e disciplinar de meninas, segundo os métodos de ensino orientados pela pedagogia cristã. Exprime os saberes utilizados para a formação de comportamentos femininos, convertidos em dispositivos de poder para manutenção do controle e da vigilância. Entretanto, havia distinções que se refletiam na organização dos programas de ensino, bem como em relação a condição socioeconômico das alunas, considerando-se, as prescrições do Regimento Interno do Colégio Sagrado Coração de Jesus, ao ressaltar que, anexa a este educandário funcionava 'uma escola gratuita para crianças pobres denominada: Escola Particular Gratuita Santa Júlia'. O acesso a essa escola decorria de articulações e favores de pessoas influentes no campo político ou econômico na região. A 'Escola Santa Júlia', dirigida pelas religiosas, era particular, mas mantida com auxílio do recurso público. E, por isso mesmo, era sistematicamente submetida a fiscalização de Supervisores do Departamento Educação, a fim de verificarem o cumprimento das exigências estruturais e pedagógicas previstas para esta Escola, a saber: condições satisfatórias de higiene e de salubridade, a disponibilidade de área para prática de ginástica, jogos e demais requisitos exigidos pelos órgãos públicos fiscalizadores que, deveriam também atestar a gratuidade da Escola. Durante o trabalho de pesquisa realizamos a localização de acervos e a digitalização de documentos arquivados na Segunda Região de Ensino, em Guarabira/PB. Deu-se também a localização de ex-alunas que contribuíram com documentos pessoais e relatos referentes a vivência nessa escola, o que viabilizou a análise das diferentes tipos de fontes na construção histórica. Constatamos que a 'Escola Particular Gratuita Santa Júlia', ofertava quatro anos do ensino primário para meninas de origem socioeconômica humilde, integrando a obra missionária da Congregação das Irmãs de Santa Doroteia. Isto consistiu numa estratégia de ampliação e fortalecimento dos valores patriarcais católicos e cristãos imprimidos na educação feminina, confessional e de catequese associado à instrução. Esse trabalho concorre para a preservação da memória da educação, bem como para construção e difusão da história da educação local/regional/nacional, destacando a contribuição dessa instituição de ensino nos processos educativos do município.

Palavras-chave: Escola Santa Júlia; ensino primário; escola confessional

Formando o espírito para o trabalho: mapeamento do patrimônio histórico do Ginásio Polivalente Desembargador Vidal de Freitas em Picos – PI (1975-1996)

LUIS YAGO BRUNO MOURA, NILTON FERREIRA BITTENCOURT JUNIOR

Esta comunicação propõe apresentar o trabalho de levantamento da documentação da Unidade Escolar Polivalente Desembargador Vidal de Freitas em Picos – PI, criada em 1975. A Unidade Escolar Polivalente Desembargador Vidal de Freitas é uma instituição única na cidade, que por sua orientação em proporcionar um ensino regular mesclado a oficinas de sondagem vocacional, merece grande destaque. Essas escolas de orientação para o trabalho, denominadas de polivalentes no Piauí tinham a intenção de servir de suporte para as escolas de segundo grau, tendo sido construídas ao todo cinco delas no estado. O recorte inicial se justifica pelo ano que a escola começou a funcionar e o recorte final corresponde aprovação da lei 9.394/1996 que deu nova estrutura ao sistema educacional do país e conseqüentemente foram retiradas do currículo desta instituição as disciplinas de sondagem vocacional. O corpus documental é composto de ofícios dos poderes executivos e legislativo, legislação e escriturário escolar; fontes hemerográficas e fontes imagéticas. A noção de documento que utilizaremos provém dos ensinamentos da Nova História Cultural, que além de ampliar o conceito de documento, entende que o mesmo não é imparcial, como era defendido pelo paradigma tradicional. A esse respeito, Le Goff (2003) entende que o documento não é inócuo, sendo entendido como uma montagem, por parte do historiador, consciente ou inconsciente da história de uma determinada época e de uma determinada sociedade em que foi produzido. Amparados em Magalhães (2004), sabemos que construir a história de uma instituição vai além da descrição, significa compreender e explicar os processos e compromissos sociais instituintes, de manutenção de regulação e de manutenção normativa. Além disso, o autor orienta que devemos analisar a linhagem dos elementos institucionais como a materialidade, a organização, o funcionamento, os quadros imagéticos e projetivos, a representação, a tradição, a memória, as práticas, o envolvimento e a apropriação. de forma que isso possibilitará a preservação documental e do patrimônio dessa instituição de caráter singular, possibilitando a conseqüente valorização do patrimônio material e da memória educativa. Essa ação contribuirá significativamente para trabalhos posteriores, para que a sociedade a partir disso possa se conscientizar da importância da preservação da memória das instituições educativas. Além do que, com esta pesquisa, contribuiremos de modo significativo para os estudos em história da educação no Brasil, sobretudo no Piauí, visto que a temática ainda é pouco estudada em nosso Estado.

Palavras-chave: História da Educação; memória; fontes de pesquisa

A instrução pública na São Paulo oitocentista em obras raras: reflexões sobre a cultura e educação no Brasil imperial (1875-1876)

LUIZ CARLOS BORGES

A relevância das obras raras na configuração de um campo de pesquisa se revela em suas potencialidades enquanto fontes e objetos de investigação no contexto da recolha documental, o que as torna parte do patrimônio histórico educativo uma vez que materializam representações sobre a realidade educacional. Neste contexto, a Coleção Paulística que se refere a edições facsmiladas pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo de obras originalmente publicadas no século XIX em 1980, permitem em alguns de seus volumes um exame de diferentes aspectos da instrução pública da São Paulo Oitocentista, fomentando empreitadas investigativas que permitem que se repertorie pensamentos, sentimentos e práticas dos atores no referido período. As obras raras no itinerário de pesquisa em história da educação incidem ainda sobre a reflexão possível sobre suas circulações, apropriações e usos. Inicialmente, analisamos o olhar do senador do Império sobre a instrução pública através da obra rara “A Província de São Paulo – Trabalho Estatístico, Histórico e Noticioso oferecido a S. M. Imperial D. Pedro II, que foi publicada em 1875. Este livro, escrito por Joaquim Floriano de Godoy tinha como finalidade apresentar uma espécie de síntese sobre a província de São Paulo para o poder central dedicando em um de seus capítulos atenção especial a instrução pública. A obra escrita pelo senador apresenta em sua página de rosto “Destinado A Exposição Industrial de Philadelphia (Estados Unidos)”, uma segunda obra rara foi repertoriada, trata-se da edição de 1876 intitulada “O Império do Brasil na Exposição Universal em Philadelphia” assinada pelo Conde d’Eu, que versava sobre vários aspectos do Brasil para a mostra em comemoração ao centenário da declaração de independência estadunidense que ficou também conhecida como a “Exposição do Centenário”, sendo alcançado por nós um capítulo intitulado “Cultura Intellectual” em que é retomada a instrução pública nas províncias. Além do olhar do senador do império, foi possível também examinar o olhar do poder central sobre a instrução pública. O procedimento de investigação utilizado para a problematização das informações será o de análise das representações Chartier (1988), que permitirá focalizar os dispositivos discursivos contidos nestas fontes. Consideramos ainda, fundamentais para a elaboração desta pesquisa os trabalhos de Xavier (1980), Sucupira (1996), Lesage (1999), bastos (1999), Hilsdorf (1999). A confrontação dos discursos e representações contidos nas fontes auxiliaram sobremaneira para a explicitação tanto da tônica anunciava do desinteresse do poder central para com a questão da instrução pública quanto para a sinalização das práticas de descaso que determinados discursos tinham por escopo omitir entre os anos de 1875 e 1876.

Palavras-chave: instrução pública; obras raras; São Paulo oitocentista

Iroko e São Francisco de Assis, protetores da natureza: educação franciscana e sincretismo religioso no Brasil colonial

LUIZ FERNANDO CONDE SANGENIS, PAULA BOGDANOVICZ HENRARD

Iroko e São Francisco de Assis ganharam novos contornos no âmbito da cultura popular brasileira. Desde os tempos coloniais, orixá africano e santo católico foram sincretizados, na Bahia, segundo os registros de informantes mais antigos (RAMOS, A. O negro brasileiro, 2001; BASTIDE, R. As religiões africanas no Brasil, 1971). Mas logo tomou maior extensão no Brasil. Especificamente, nos interessam as correspondências produzidas e que aproximam Iroko, orixá afro-brasileiro pouco conhecido e cultuados, a São Francisco de Assis, um dos mais populares santos do catolicismo. Ambos são reverenciados na condição de protetores da natureza e dos animais. Num jogo de estabelecimento de identidades e de dessemelhanças, não apenas Iroko ganha novos contornos, mas o próprio São Francisco se transforma ao ganhar atributos diversos. O trabalho se insere no contexto dos estudos mais amplos da ação educacional franciscana no Brasil, pouco pesquisada, ante a quase hegemonia dos estudos sobre os jesuítas. Quanto à metodologia da pesquisa, analisamos iconografias produzidas pela arte sacra, tanto as católicas – particularmente de inspiração franciscana –, quanto aquelas das religiões de matrizes africanas e brasilíndias, em que se podem comprovar os paralelismos sincréticos. Estamos diante de um processo de longa duração (BRAUDEL, F. A longa duração. In: História e Ciências Sociais, 1972), apreensível através da multiplicidade e diversidade dos dados empíricos e de sua subsequente comparação, sob a luz de um princípio estrutural de organização para explicar suas transformações no tempo. Essas transformações não deixam de se dar na diacronia, e por conseguinte a estrutura deve ser vista como necessariamente inscrita na História (SAHLINS, M. Ilhas de História, 1990). A prodigalidade estética da arte barroca, movida pela inspiração religiosa, pretendeu servir ao colonizador de meio eficaz de aculturação. No entanto, a arte sacra popular se serviu dos mesmos instrumentos para imprimir uma “aculturação às avessas” (VAINFAS, R. A tessitura dos sincretismos: mediadores e mesclas culturais, 2014), transformando a cultura do colonizador, ao misturar-se com elementos da cultura africana, num processo de sincretização do catolicismo. Como forma de resistência para continuar cultuando sua ancestralidade, paulatinamente, os africanos agregaram os santos católicos redefinindo e transformando sua religião tradicional, composta por orixás, voduns e inquices, a partir de semelhanças simbólicas com parte do panteão santoral dos colonizadores. Assim, o que, aparentemente, não guardaria sinais de similitude, enche-se de empatia e inusitada atração. Uma das funções primordiais da imagem é a função pedagógica, dirá Joly (Introdução à análise da imagem, 2007). A arte sacra foi generosa em sua intencionalidade educativa. Afinal, a marca mais forte da sociedade colonial é desenhada por uma população majoritariamente desescolarizada, portanto, não leitora do texto escrito.

Palavras-chave: franciscanos; educação colonial; religiosidade afro-brasileira

O Orquidário e o Jardim Botânico de São Paulo: “uma escola de botânica e civismo” (1928-1938)

LUNA ABRANO BOCCHI

O estudo aborda a criação e o desenvolvimento do Orquidário e do Jardim Botânico de São Paulo entre os anos de 1928 e 1938, abrangendo o início desses projetos vinculados ao Instituto Biológico de Defesa Agrícola e Animal até o estabelecimento do Departamento de Botânica, momento em que ocorreu uma importante mudança institucional. A organização do Orquidário e do Jardim Botânico ficou sob a responsabilidade de Frederico Carlos Hoehne, botânico que iniciou sua trajetória no serviço público paulista em 1917, tendo atuado a partir de então em diferentes instituições no Estado de São Paulo, sempre envolvido com a pesquisa e a divulgação da botânica. Hoehne articulou-se a uma rede de interlocutores cujos interesses abarcaram o cultivo da flora indígena, a conservação de matas virgens, a criação de áreas de proteção, a instrução da população e o estabelecimento de instituições científicas. A presente pesquisa objetivou identificar os propósitos vinculados à criação e implementação do Orquidário e do Jardim Botânico em São Paulo, assim como os atores e as instituições envolvidas. A análise considerou as práticas científicas e educacionais, de modo a compreender a importância atribuída à instrução da população na delimitação de novos espaços científicos na cidade de São Paulo. Para tanto, as fontes consultadas incluíram as publicações de Hoehne, os periódicos paulistas (O Estado de S. Paulo, Correio Paulistano e Diário Nacional), o acervo iconográfico do Instituto de Botânica, os relatórios do Instituto Biológico e do Departamento de Botânica. Os resultados da pesquisa indicam que o Orquidário e o Jardim Botânico tinham distintas finalidades: atenderiam às preocupações crescentes com o desmatamento, de modo a reservar uma área para preservação; estabeleceriam um novo local de lazer para a população; seriam um espaço de estudo e contemplação; serviriam como exemplo do progresso do Estado; seriam um símbolo da flora indígena e reforçariam o discurso patriótico em voga. O cultivo de orquídeas respondia a parte desses anseios e representava, ao mesmo tempo, a natureza indígena, o belo, a evolução biológica e uma determinada visão de progresso. O aumento do número de frequentadores e as visitas oficiais sugerem que o Orquidário foi aos poucos se estabelecendo como local de lazer e instrução, tornando-se mais uma instituição que ajudava a inserir São Paulo no desejado rumo do progresso. A iniciativa ganhou impulso adicional com o aumento de verbas e a ampliação dos objetivos que a colocaram como parte de um projeto mais amplo, que culminou em sua incorporação ao Jardim Botânico criado no local.

Palavras-chave: botânica; civismo; Frederico Carlos Hoehne

Quando as vozes sucumbidas ganham lugar com a história oral e a história pública digital

LUZINETE MOREIRA DA SILVA MOREIRA DA SILVA, OLIVIA MORAIS DE MEDEIROS
NETA, CRISTIANO FERRONATO

O presente trabalho faz parte de um projeto de pesquisa de doutorado em educação - em andamento - cuja temática central são as trajetórias de professoras negras de Senhor do Bonfim, Bahia, na segunda metade do século XX. No intuito de dar voz aos sujeitos presentes na história e memórias sobre a educação escolar do povo bonfinense, fizemos uma escolha metodológica ancorada na história oral e na história pública digital para a escolha dos métodos e instrumentos capazes de desvendar fatos, rastros e traçar caminhos para a interpretação da realidade, viabilizar uma relação dialógica entre pesquisador e entrevistados, baseada nas memórias e experiências vividas pelos segundos, favorecendo assim uma elaboração documental de narrativas para a historiografia local. Nosso objetivo é analisar o uso da história oral e história pública digital como contribuição metodológica para compor as trajetórias de professoras negras e leigas que atuaram na segunda metade do século XX, em Senhor do Bonfim (BA), evidenciando as diferentes etapas de desenvolvimento da pesquisa, os procedimentos e as dificuldades encontradas para desvendar e compreender o objeto de pesquisa. Assim, sob a luz de autores como Thompson (1992), Alberti (2013), Freitas (2002), Meihy e Ribeiro (2011), para referendar a história oral, e outros como Mauad, Santhiago, Borges (2018); Santhiago (2016) e Carvalho e Teixeira (2019) como referências para a história pública digital, buscamos compreender as nuances metodológicas traçadas para seguir os rastros da história e memória sobre as professoras pesquisadas, analisando as informações explícitas e implícitas nos relatos e comentários publicizados na rede social Facebook; nos fatos relatados pelos entrevistados, assim como nos silenciamentos presentes nessas duas fontes de pesquisa, sendo que o silêncio é frequente nesse tipo de trabalho e carrega uma riqueza de significados essenciais para o estudo do objeto de pesquisa. Vale destacar ainda que para a execução metodológica foi feito um roteiro temático para as entrevistas e o uso de recursos audiovisuais contribuiu para captar detalhes nos gestos, expressões, pausas, silêncios dos entrevistados, os quais poderiam passar despercebidos sem o uso desses recursos. Assim, mesmo sendo uma pesquisa em andamento, para esse recorte e ao que nos propomos com esse texto, temos resultados significativos no que diz respeito às diversas possibilidades de caminhos a seguir com a história oral e a história pública digital. Além disso, destacamos as diversas contribuições metodológicas para dar visibilidade aos sujeitos comuns presentes na história da educação de Senhor do Bonfim-Bahia, bem como apontamos caminhos para a realização de outros estudos da mesma natureza, ou seja, com sujeitos que por muito tempo foram excluídos da história oficial.

Palavras-chave: história oral; história pública digital; professoras negras

A última contribuição de Lourenço Filho sobre a educação rural nos debates da Organização dos Estados Americanos no início da década de 1960

MACIONIRO CELESTE FILHO

Lourenço Filho foi um dos mais importantes intelectuais a influenciar os rumos da educação brasileira no século XX. Nas décadas de 1950 e 1960, atuando em organismos internacionais como a Organização dos Estados Americanos (OEA), ele analisou a trajetória da educação rural nas Américas. Em 1962, Lourenço Filho escreveu um estudo para o Comitê de Ação Cultural da OEA, com sede na Cidade do México, sobre a educação rural, que não foi publicado no Brasil. Trata-se de uma proposta de Resolução da OEA sobre a educação rural a balizar projetos educacionais dos Estados membros desta organização. No início da década de 1960, sob a égide da Aliança para o Progresso, da OEA, havia esperanças de mudanças significativas na educação rural latinoamericana. Contudo, a instabilidade institucional brasileira era latente. Nesses momentos de grande incerteza, intelectuais do porte de Lourenço Filho tentavam agir como luminares em tempos sombrios. Ao enfatizar a importância da educação rural, Lourenço Filho buscou dar rumos à resolução de alguns dos problemas do meio rural brasileiro num período muito conflituoso. Seu texto foi debatido na cidade do México pelo Comitê de Ação Cultural, sendo aperfeiçoado, aprovado e divulgado entre 1962 e 1963. Pretende-se no atual trabalho sintetizar o que Lourenço Filho apresentou sobre a educação rural brasileira à OEA no início da década de 1960. Como ele descrevia situações bem-sucedidas desta atividade educacional? Quais exemplos de ações de educação rural ocorriam no Brasil? Quais as suas práticas e seus limites de atuação no mundo rural brasileiro? É propósito do atual trabalho apresentar o que este intelectual abordou da educação rural brasileira neste texto enviado à OEA. Os documentos obtidos para este estudo são o texto original de 108 páginas, datilografado e com muitas anotações manuscritas nele pelo próprio Lourenço Filho (1962); os exemplares do Boletim de actas das reuniões do Comitê de Ação Cultural da OEA, de sua 337ª Reunião Ordinária, de 15/01/1963, à 376ª Reunião Ordinária, de 15/08/1963, que debateram a elaboração de um documento da OEA sobre educação rural a partir do estudo enviado por Lourenço Filho. A metodologia utilizada foi a de análise documental sobre o texto de Lourenço Filho de 1962 e a edição final do texto, publicada como de autoria da OEA em 1963. Ao término do trabalho, consta breve análise da Resolução oficial da OEA resultante deste debate, com seus 14 artigos de recomendações para a educação rural nas Américas. Tem-se por objetivo apresentar a contribuição inédita em publicações brasileiras deste autor ao tratar a educação rural no início da década de 1960 e sua articulação internacional ao propor caminhos para equacionar a educação no campo.

Palavras-chave: Lourenço Filho; educação rural; Organização dos Estados Americanos

As representações literárias e a educação nas primeiras décadas do século XX retratadas a partir das concepções presentes no Diário de Bitita

MAGALY IVANOV

A partir da segunda metade do século XX, a literatura passa a obter espaço e relevo como instrumento de pesquisa histórica. Nestes termos, a proposta de estudo de concepções educacionais por meio de uma produção literária na interface com a literatura é o tema deste trabalho. O livro, lançado em 1977, primeiramente na França, no mesmo ano de falecimento da autora, é considerada uma obra póstuma e também autobiográfica escrita por Carolina Maria de Jesus e ambientada nas primeiras décadas do século XX. Tendo como objetivo investigar a passagem de Bitita pela escola e as perspectivas acerca da educação retratadas naquela época, considerando a literatura como meio de acesso ao contexto social e cultural, destaca-se que o objeto e a fonte para esse estudo é a própria obra de Carolina Maria de Jesus, que nasceu em Sacramento, Minas Gerais, em 1914, ano que delimita o início da pesquisa e que irá avançar até o início de sua adolescência. As fontes pesquisadas são obras que possuem confluência com os estudos propostos tendo como aporte teórico aqui apresentado e fundamentado na ideia de manter uma proximidade sócio-histórica com a literatura, conforme aponta Borges (2010), a literatura como direito de cultura na concepção de Antonio Candido (2011) e a categoria de representação de Roger Chartier (2009). Como conclusão deste estudo, tem-se que Diário de Bitita é uma obra literária que vem apoiando diversos escritos referentes à cultura, a posição da autora como mulher na sociedade, seu cotidiano, sua condição e de sua família num período pós-escravidão, bem como seus relatos sobre sua infância. Mesmo o texto transitando além da história da Primeira República e considerando que na Nova História não há períodos fechados, fica perceptível neste registro o eco da escravidão descrito pela autora, pautado em uma linguagem simples e envolvente, a história de uma menina que viveu em busca de conhecimentos e que permite uma proximidade com sua escolarização em um percurso que desvela vivências memorialísticas infantis. Verifica-se ainda, um fenômeno de ampla intercomunicação por meio dessa criação literária e artística podendo assim, investigar os indicativos da escolarização mediante os escritos que apontam para o processo de aprendizagem e o cotidiano, permeados pela cultura de uma menina que passou por inúmeras privações, e mesmo com todas as adversidades que transpassam sua trajetória de vida não abandonou seus sonhos, seus desejos e sua vontade de aprender a escrever.

Palavras-chave: História da Educação; literatura; educação

A celebração da infância na escola como modelo de civilidade para a fronteira: Mato Grosso (1944-1946)

MAGDA SARAT

A educação da infância e a história da escola continuamente são concebidas como tempo e espaço moralizador e educativo, atrelada a um projeto de civilidade que atende a grupos sociais nos diversos períodos históricos em todas as culturas. O fenômeno da escolarização na Modernidade levou as crianças para as instituições e destacou seu papel social, permitindo que a partir desta a criação de um arcabouço de regras, normas e manuais, conforme almejava Comenius em sua *Didática Magna*, pudesse ensinar tudo a todos. Nossa proposta parte de uma pesquisa mais ampla que investiga o lugar da escola como um espaço civilizador, partindo dos centros para as regiões do interior do país até os lugares mais distantes lugares com os mesmos modelos de organização escolar. Pois a história da educação e da escola seguem modelos específicos e as mesmas “agendas civilizadoras” e ritualizadas, nas quais manuais, estratégias, costumes, padrões e normas marcam a escolarização que está no imaginário de todos os indivíduos que passaram por este processo. Destacaremos aqui neste trabalho um dos aspectos formativos da instituição escolar, qual seja, as celebrações, os rituais e as festividades, também como parte de projetos colonizadores e civilizadores, especialmente em determinados momentos históricos, representado nos anos de 1940 pelo movimento “Marcha para o Oeste”, quando estava presente o processo de colonização, a necessidade do aumento demográfico, a ampliação e a proteção das áreas de fronteiras. Assim, foram criados os Territórios Federais no país e, nesta região, o Território Federal de Ponta Porã. Nossa pesquisa investiga uma de suas escolas onde acontecia festividades que tinham por objetivo educar também a comunidade. Consideraremos especialmente a “Semana da Criança” de outubro de 1945, no Território Federal de Ponta Porã, antigo Mato Grosso Uno. O evento parte da documentação do Arquivo de Mato Grosso que se apresentava na perspectiva médico higienista tardia, modelos de como a comunidade deveria lidar com os padrões de comportamentos previstos para a educação, a saúde, a higiene, a economia doméstica, a alimentação, entre outros modos aceitáveis a serem trabalhados nas festividades. A documentação analisada se estendia à comunidade, envolvendo todos os municípios e não somente os familiares, mas todos os órgãos que gerenciavam o referido Território no período entre 1944-1946. Portanto, à luz das teorias eliasianas do processo civilizador podemos dizer que estas celebrações escolares foram organizadas não somente para comemorar a criança e a infância, mas também incutir bons comportamentos a serem ensinados à comunidade a partir da escola, especialmente considerando a regulação dos costumes e das emoções, no processo de constituição do indivíduo que vivia nesta região de fronteira a ser submetida e civilizada, considerando o objetivo do projeto “Marcha para o Oeste” e a expansão da escolarização.

Palavras-chave: processos civilizadores; celebrações escolares; infância

Projetos de escolarização no estado de Pernambuco e a construção de uma mentalidade rural (1920-1960)

MANUELA GARCIA DE OLIVEIRA

Este artigo é fruto de pesquisa de doutorado em andamento financiada pela agência de fomento Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes e, neste escrito, tenho a finalidade de compreender os projetos educativos propostos para os ensinamentos primário e normal que tinham por objetivo inculcar uma mentalidade ruralista no estado de Pernambuco, entre os anos 1929 e 1971 do século XX. O início desse século é atravessado por transformações políticas, sociais, econômicas e o desenvolvimento do Brasil, marcado pela potencialidade agrícola, teria suas bases nos ideais de ruralização. Em particular, no estado de Pernambuco, o período em questão remota às iniciativas de um sistema educacional estadual que insere em suas propostas os ideais de ruralização, como exemplo da criação de Escolas Normais Rurais. Algumas dessas iniciativas também estavam sendo desenvolvidas em outras regiões do Brasil, uma vez que as suas características rurais, o ingresso no modelo agroindustrial nos anos mencionados, conduzia o país a aperfeiçoar a agricultura e, ao mesmo tempo, conter o fluxo da população para os centros urbanos. Esse aperfeiçoamento foi perceptível na construção de um currículo com características nas práticas agrícolas, festividades ruralistas para a comunidade, inserção de hábitos sanitários para as comunidades da zona rural, sobretudo às situadas nas zonas sertanejas do Estado dentre outros. Quanto aos aspectos teóricos e metodológicos, esta investigação centrou-se na abordagem histórica, de forma específica, seguiu a matriz interpretativa da nova história cultural. Privilegiou-se fontes como fotografias, reformas, legislações dentre outras. Por fim, as discussões aqui tecidas pretendem contribuir com o alargamento científico no campo da história da educação rural, bem como com a preservação da história e memória educativa de Pernambuco.

Palavras-chave: projetos de escolarização; Pernambuco; mentalidade rural

Algumas experiências de organização docente nos estados de Pernambuco e Maranhão (1950-1985)

MANUELA GARCIA DE OLIVEIRA, TIAGO RODRIGUES DA SILVA

O artigo tem como objetivo compreender algumas experiências de organização docente nos estados de Pernambuco e Maranhão, entre as décadas de 1950 a 1985 principalmente, no que diz respeito ao associativismo de professores como chave explicativa para a história da profissão docente e construção do campo profissional. Ambos os estados estão situados na região Nordeste do país e suas histórias estão carregadas de singularidades no campo educacional e político. O período em questão remonta a um dos desdobramentos do associativismo, quais sejam da criação de Centros de Professorados, associações, sindicalizações e outros espaços e meios de formação, bem como as mudanças na organização docente no período de transição política (pós-ditadura civil militar). Essas organizações, enquanto um processo de profissionalização docente, surgem para contestar mudanças, requerer melhorias para a categoria. Inicialmente as associações trouxeram como características a efemeridade em sua institucionalização, caráter assistencialistas nas suas práticas, recreativas e, posteriormente, buscou-se ações combativas para garantia de uma mudança efetiva nos estatutos com a finalidade de conferir maior legalidade jurídica. Para isso, trata-se de uma pesquisa bibliográfica cujas bases teóricas são Vicentini, P. P., & Lugli, R. G. (2009); Xavier, L. (2013b) dentre outros referenciais historiográficos que permitiram organizar informações e estabelecer relações válidas com a problemática do artigo, como por exemplo, a forte vinculação das associações com os modos de organização dos sistemas de ensino primário e secundário e pelas disputas e construção do campo educacional nas unidades federativas. Além disso, a análise sobre as pesquisas já realizadas permitiu-nos identificar que há uma concentração de trabalhos na história das instituições e o seu recorte temático tratam de temas vinculados a uma historiografia do sindicalismo dos últimos vinte anos. Por fim, tem-se uma expectativa que o trabalho permita lançar mais luz em novas pesquisas sobre o associativismo docente no Brasil, reconhecendo que, no âmbito da pesquisa histórica da educação brasileira e, ao mesmo tempo, regional, são poucos os estudos dedicados aos estados de Pernambuco e do Maranhão.

Palavras-chave: organização docente; História da Educação; Pernambuco e Maranhão

A infância como um projeto para as congregações religiosas: os passionistas e as vocações (1915-1955)

MARA FRANCIELI MOTIN

A presente proposta de comunicação se coloca na interseção entre história da educação, infância e italianidade, trazendo como temática uma congregação de origem italiana, os Padres Passionistas, e suas ações em prol da convocação de crianças para educá-las e colocá-las como parte da continuidade dos seus institutos, pela formação de vocações religiosas. Esta congregação esteve presente em Colombo/PR, cidade marcada por um contexto de imigração italiana, dessa forma, o recorte temporal da discussão abarca o período em que Padres Passionistas desta mesma etnia foram párocos nesta comunidade, entre os anos de 1915 e 1955. Tendo como horizonte os diversos sentidos de educação e dos seus modos de fazer, para além dos muros escolares, objetiva-se destacar o processo de vinda dessa congregação e elencar algumas de suas estratégias para promover a entrada de crianças nos seminários e conventos. Em um pronunciamento de Dom Manuel D'Elboux, no ano 1953, em razão do Centenário da Emancipação Política do Estado do Paraná, este alertou sobre a deficiência do clero no Paraná, a falta de sacerdotes e colocou os estrangeiros como importantes para a religião do Estado (ARQUIDIOCESE, 1958). Os Padres Passionistas adentraram em uma comunidade de origem italiana que tinha como uma de suas características culturais o catolicismo. Estes religiosos, em um lugar de poder, elaboraram estratégias e lugares teóricos, articulando-se e distribuindo suas forças (CERTÉAU, 2014). Na seara da história da infância, Gouvêa (2008) demarca que, muitas vezes, a criança não foi propriamente a autora da sua história, mas foi destinatária de discursos e práticas que pensavam a sua formação. Dentro destas experiências e estratégias adultas, com propostas para a infância, toma-se como fonte a revista “Calvário”, produzida pelos Padres Passionistas, entre as décadas de 1920 e 1960. Assim como Luca (2004) pontuou que a Revista do Brasil tinha uma posição estratégica para Lobato, funcionando como uma vitrine de suas ideias e produções, a revista “Calvário” também foi uma vitrine dos Passionistas nas suas representações de infância, além de um local estratégico para convocar as vocações e buscar apoio financeiro. Além do impresso como fonte, também encorpam a discussão desta comunicação outros documentos históricos da congregação, como orientações para os religiosos que estavam atuando no Brasil. É possível perceber que a Igreja Católica tinha uma representação perante a comunidade de descendentes de italianos de Colombo/PR. Porém, mesmo com essa representação, era preciso produzir. Essa produção estratégica, abarcando a revista e articulando práticas na cidade, contabilizou um grande número de crianças em ações educacionais para além das escolas, gerando novos padres e freiras Passionistas.

Palavras-chave: história da infância; educação católica; italianidade

Um estudo do contradiscurso de Manoel Bomfim para a educação e formação da nação na sua produção de 1905-1931

MARCELA COCKELL

Manoel Bomfim (1868-1932) foi um intelectual engajado, sergipano, médico por formação, atuou na política, jornalismo e como escritor, se dedicando essencialmente à educação. Foi um intérprete e um observador do país e das transformações urbanas, sociais, políticas e educacionais na Capital Federal que se desenvolveram a partir início do século XX, no contexto da Primeira República (1898-1930), perpassando a Belle Époque tropical (1889-1914) – conforme Needell (1993) – em que os ideais de modernidade e progresso emergiam como um modo de pensar uma nação civilizada e democrática. Suas críticas em torno dos atenuantes problemas sociais e educacionais existentes no Brasil também se voltaram para a América Latina, especialmente a partir de sua obra *A América Latina: males de origem* (1905). Neste trabalho consideramos a ação e produção de Bomfim em torno da temática da educação destacando sua circulação, sociabilidades, conexões e seu contradiscurso, em que justifica que o atraso brasileiro não seria uma questão de raça, mestiçagem e condição climática, mas de educação. Este deslocamento foi inaugurado pela sua obra *A América Latina: males de origem* (1905), escrita na França em viagem numa comissão pedagógica para estudos de psicologia experimental que marca, além de um posicionamento contracorrente, uma forma de observar o Brasil e a América Latina pelas suas identidades e culturas. Pretendemos refletir sobre a linha de pensamento de Manoel Bomfim, na perspectiva da história da educação, a partir de sua produção de 1905 até 1931 traçando no conjunto de suas questões, a educação como ciência, teórica e prática, especialmente centralizada na criança e a identidade nacional. Bomfim (1905) buscava a “cura” para os “males” brasileiros pelo viés da educação e na valorização da identidade nacional, que constitui seu arcabouço teórico, mas também um projeto discursivo que articulou a sua circulação em diferentes espaços e o seu trânsito em contextos históricos. O recorte proposto é referente à obra *A América Latina: males de origem* (1905), que marca seu pensamento contracorrente e a sua última obra, *Cultura e educação do povo brasileiro* (1931), publicada postumamente. Contudo refletiu em sua produção escrita avanços em relações às concepções educacionais, como o caráter formativo do professorado e estudos de psicologia e pedagogia, além da higiene e moral da criança, num diálogo com as concepções escolanovistas. A partir da sua teoria do parasitismo social buscou compreender aspectos da desigualdade brasileira pelo viés da tradição e cultura. Destacamos ainda sua autonomia, na atuação intelectual, pertença e composição discursiva.

Palavras-chave: Manoel Bomfim; intelectual; História da Educação

A escolarização dos alunos negros: a história dos meninos da Casa de São José (1888-1916)

MARCELE MOREIRA DE CASTRO

Partindo das percepções apuradas do cotidiano da escola e das questões persistentes que se referem ao tratamento diferenciado devido à cor da pele, surgiu a demanda de compreender como se deu a configuração das salas de aula das escolas (principalmente as públicas de periferia), onde o predomínio de alunos negros é evidente. Dessa forma, surgiu a necessidade de desenvolver tal pesquisa que teve como questão, como teria se dado inicialmente a escolarização do aluno negro numa sociedade em transformação, no final do século XIX e início do século XX tendo como referência a Casa de São José - atual Escola Técnica Estadual Ferreira Viana – ETEFV, situada na cidade do Rio de Janeiro. A Casa de São José foi um asilo-escola criado pelo Ministro do Império, Ferreira Viana, em 1888, com a finalidade de acolher os meninos desvalidos da cidade do Rio de Janeiro, entre eles os meninos negros, após o fim da escravidão, como resposta do Império ao clima de incerteza que se instalou na sociedade carioca. A Casa de São José deveria acolher os meninos desvalidos, educá-los, ensinando-lhes os conteúdos escolares, os valores morais e religiosos pertinentes, além de oferecer-lhes uma instrumentalização inicial para prepará-los para o exercício de uma profissão futura, mediante a realização de pequenas oficinas. Observando os rastros deixados pelos alunos fomos conduzidos pelas contribuições teóricas de E.P. Thompson e Carlo Ginzburg, além das contribuições dos pesquisadores que já realizaram estudos de extrema importância sobre a temática infância, instituições e crianças desvalidas. Realizamos a análise documental das fontes encontradas nos arquivos do Centro de Memória da ETEFV (1888-1916) e identificamos, entre outras informações, o registro da cor dos alunos nos livros de matrículas, o que nos levou a questionar a intenção desse registro, em paralelo às teorias eugenistas tão em voga na sociedade naquele momento e às transformações ocorridas em prol do desenvolvimento e da industrialização. Uma das estratégias utilizadas nesta pesquisa foi a identificação dos destinos dos meninos asilados e a tentativa de elucidar, ainda, os possíveis caminhos seguidos pelos meninos que não permaneceram na instituição. Os resultados demonstraram através da análise dos documentos, que ocorreu uma espécie de branqueamento no perfil do alunado, já que ao longo da primeira década do século XX o registro de alunos pardos praticamente se igualou ao de alunos brancos sendo esses a maioria, enquanto o registro de alunos de cor preta diminuiu drasticamente. Dessa forma, foi preciso problematizar a questão da cor parda no Brasil, para que pudéssemos compreender a complexidade da situação. Além disso, pudemos abordar o princípio da suspeição, já que o registro de cor é uma informação rara de ser encontrada em documentos escolares e, no entanto, se encontrava presente nos documentos dessa instituição para alunos desvalidos. Encontramos informações sobre os destinos de alguns alunos que foram transferidos da instituição por indisciplina para instituições militares ou asilos para alienados, o que nos possibilitou problematizar o papel desempenhado por essas instituições, além da própria polícia, na captura dos alunos que fugiam da Casa de São José, o que nos indicou a existência de conflitos e de contradições, pois, essa foi a responsável por oferecer o ensino primário e formação educacional.

Palavras-chave: escolarização do negro; infância desvalida; instituições

Francisco Montojos: um intelectual do ensino industrial (1927-1959)

MARCELLY KATHLEEN PEREIRA LUCAS, OLIVIA MORAIS DE MEDEIROS NETA

No período que compreende de 1927 a 1959 observa-se um intenso desenvolvimento do Ensino Industrial no Brasil e uma época marcada por importantes mudanças políticas e econômicas. Esse desenvolvimento é marcado pelos discursos e pela atuação de uma geração de sujeitos denominados como engenheiros educadores. Dentre essa geração destaca-se a figura de Francisco Montojos, dirigente e intelectual do Ensino Industrial. Desse modo, pretendemos com esse estudo analisar as trajetórias de um engenheiro educador integrante de uma geração identificada como agentes do ensino industrial. Além de reconhecer a rede de sociabilidades estabelecida entre os engenheiros educadores e também com outros agentes políticos. Assim como identificar a influência dos discursos pedagógicos dos engenheiros educadores na construção de políticas para o ensino industrial. O recorte temporal está delimitado de 1927, ano de criação da Inspetoria do Ensino Industrial, a 1959 pela Reforma do Ensino Industrial. As fontes incluem os Relatórios do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, Ministério da Educação e Saúde Pública e o Ministério das Relações Exteriores, as Mensagens Presidenciais apresentadas ao Congresso Nacional anualmente, periódicos relevantes da época, sobre o ensino industrial, através da Hemeroteca Digital. Pesquisas nos acervos do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), como o acervo Gustavo Capanema e o acervo Getúlio Vargas. Além dessas fontes, outros instrumentos legais também foram utilizados como fontes para a constituição desse trabalho, todos disponibilizados virtualmente na seção de Legislação no site oficial da Presidência da República e da Câmara dos Deputados. Depois de realizada a pesquisa nos acervos digitais, catalogação das fontes, partimos para a organização dos resultados em categorias, que foram definidas a partir dos próprios resultados e dos objetivos da pesquisa. Passada a fase de coleta e organização dos dados, realizamos as análises e o entrecruzamento entre os resultados e também com outras referências. Para o tratamento dessas fontes, nos apoiaremos no entendimento de Ragazzini (2001) a respeito das “fontes para a história da escola e da educação”. Ademais, nos apoiaremos no método indiciário de Ginzburg (1989). Essa investigação se insere no campo da história da educação profissional em interface com a história política a partir das concepções de Maria Ciavatta (2019) e René Rémond (2003). Além das contribuições de Jean-François Sirinelli (2003) a respeito da história dos intelectuais. Montojos esteve à frente da Diretoria do Ensino Industrial durante um longo período, participou de projetos e negociações com o governo e empresários industriais, foi gestor da Comissão Brasileiro-Americana de Ensino Industrial (CBAI) e publicou textos sobre o Ensino Industrial.

Palavras-chave: engenheiro educador; história da educação profissional; ensino industrial

Memória, identidade e construção da nação: narrativas sobre a independência da Bahia

MARCELO GOMES DA SILVA

As comemorações das independências (do Brasil e da Bahia) são lugares de memória que habitam os livros didáticos de História e as festas cívicas escolares, as quais contribuíram consideravelmente para a “formação da identidade nacional” e da percepção sobre o “ser brasileiro”. A produção de narrativas sobre os processos de independência não partiu, apenas, desses lugares. As pesquisas em curso permitem observarmos algumas estruturas discursivas permanentes na imprensa, com destaque às comemorações da independência da Bahia em 02 de Julho de 1823. Este trabalho objetiva investigar as narrativas produzidas na imprensa sobre a efeméride Dois de Julho e a relação estabelecida com a ideia de identidade nacional, povo, liberdade e a construção da ideia de nação. O estudo realizou-se a partir da consulta aos periódicos localizados na Hemeroteca Digital Brasileira – FBN, entre os quais: Nova Sentinela da Liberdade, O Monitor, Gazeta de Notícias, Pequeno Jornal, A Manhã. Estabelecemos um recorte temporal entre os anos de 1831, (ano em que encontramos um dos primeiros jornais da Bahia que tratava das comemorações do Dois de Julho), até 1973, data do sesquicentenário da independência da Bahia. Percebemos que ao descrever os eventos em torno do Dois de julho, reforçava-se o discurso de que “prevaleceu a união brasileira” e que os baianos tratavam de “um povo de brasileiros”. Verifica-se a repetição dos termos “povo”, “liberdade” e “patriotismo” ao longo dos anos na imprensa baiana. Também, a ideia da independência inacabada, como uma constante defesa e reconquista era disseminada pelos jornais. Observou-se ainda, o recurso de propor a relação passado/presente, tendo a efeméride como um pretexto reflexivo do contexto atual. As efemérides são lugares de memórias, marcos que apontam para a manutenção de certos valores cívicos, mas que também oportunizam a reflexão sobre a não existência desses valores no tempo presente. A construção de símbolos e monumentos também são registros importantes neste processo, a exemplo do monumento Dois de Julho localizado em Salvador. A análise baseia-se na historiografia sobre a independência da Bahia e autores que trataram do civismo festivo e comemorações públicas (ALBUQUERQUE, 1997; KRAAY, 2021) e os estudos que inseriram a ideia de uma “guerra da independência” e a participação popular neste processo (GUERRA FILHO, 2004; SOUZA FILHO, 2021; FRANCHINI NETO, 2015; REIS, 2009). Os conceitos de memória, história e monumentos serão tratados sob a perspectiva de (LE GOFF, 1996, NORA, 1993) e autores que tratam do uso da imprensa como fonte (BARBOSA, 2007; 2010).

Palavras-chave: independência da Bahia; narrativas; imprensa

Os desafios das instituições educacionais superiores públicas frente a política educacional de avaliação em larga escala, avanços ou retrocessos de FHC a Dilma?

MÁRCIA DE NEGREIROS VIANA

Esta comunicação tem o objetivo de apresentar, a partir de uma tese de doutorado, defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação da UNESP/Marília, a identificação e análise dos principais desafios enfrentados pelas instituições de ensino superior públicas frente a política educacional de avaliação de larga escala ocorridas entre os governos de Fernando Henrique Cardoso a Dilma Rousseff. Os procedimentos metodológicos incluem: levantamento, sistematização e análise dos documentos do Ministério da Educação e de IES, que se relacionam com a política educacional de avaliação em larga escala. Nas políticas educacionais voltadas para a Educação Superior do Brasil, especialmente para as instituições educacionais superiores públicas, é notória a presença crescente da racionalidade econômica, tanto nos modelos de gestão institucional quanto no controle do trabalho acadêmico, sobre os quais foram impostas políticas públicas comprometidas efetivamente com as atividades produtivas e com os parâmetros do mercado. Considera-se que o governo traçou ao longo do tempo diálogos e debates pífios com as comunidades acadêmicas em todo o país, pois traçou diretrizes e as modificou muitas vezes sem efetivamente verificar os impactos negativos que poderia causar a ela. Para Mainardes (2006) as políticas educacionais instituídas nas nações tendem a ser cíclicas temporais e limitadas, isto é, dependendo dos grupos dominantes que as conduzem, elas podem ter um tempo de vida mais longo ou não, como também, são remodeladas e atenderem a determinados interesses. Importa compreendê-las, por se constituírem em um referencial analítico na formação de programas educacionais, estratégias políticas, práticas e processo de gestão. As políticas educacionais norteiam as instituições educacionais e governo na tomada de decisões. A política educacional avaliativa foi o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES que é constituída pela tríplice hélice avaliativa: autoavaliação e avaliação externa; a Avaliação dos Cursos de Graduação (ACG) e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade). Os instrumentos de informações (censo e cadastro) fazem parte com apoio do processo avaliativo e todos eles são considerados instrumentos complementares para que o SINAES realize suas atividades. Sem uma discussão efetiva com as comunidades acadêmicas o modelo do SINAES foi distorcido, o qual valorizou o Enade cujo modelo não previa a diferenciação da importância dos componentes da tripla hélice avaliativa. Isso gerou uma desconstrução no processo avaliativo levando os sujeitos envolvidos com o saber e fazer educacional a buscarem atingir metas avaliativas sem receberem condições, em especial financeiras, que pudessem melhorar os seus processos educacionais. Os resultados e conclusões apontam as limitações e insatisfação das IES com a política educacional de avaliação em larga escala e na efetivação da qualidade da educação oferecida a partir de suas diretrizes.

Palavras-chave: política educacional; avaliação em larga escala; instituições de educação superior

O ensino de puericultura nas escolas públicas de São Paulo (1910-1940)

MARCIA GUEDES SOARES

O tema deste trabalho são os debates ocorridos em torno do ensino de puericultura nas escolas públicas em São Paulo e a repercussão que tiveram nas políticas de educação e saúde pública. No campo da educação, o ensino de puericultura foi inserido no programa dos grupos escolares em 1918, na reforma promovida por Oscar Thompson; passou a compor o programa das escolas profissionais em 1920, na reforma organizada por Sampaio Doria e, em 1925, na reforma de Pedro Voss, expandiu-se para as escolas normais, mas foi retirado das escolas primárias. Nesse mesmo período, ocorreu a reforma sanitária, que teve como um dos desdobramentos a criação do curso de educadoras sanitárias do Instituto de Higiene, habilitando professoras primárias para atuarem como agentes do Serviço Sanitário na divulgação das políticas de saúde pública nas escolas, dentre elas o ensino de puericultura. Maria Antonietta de Castro, aluna da primeira turma do curso, se tornou chefe das educadoras sanitárias do serviço de higiene escolar, mantendo-se nas sucessivas mudanças pelas quais esse serviço passou, até 1962, quando se aposentou. Em 1930, organizou e presidiu a Associação de Educação Sanitária e, por meio desta, juntamente com damas da sociedade paulista, criou a Cruzada Pró Infância, participando de sua gestão como diretora-secretária até 1963, quando assumiu a diretoria geral, função em que permaneceu até 1984, ano de sua morte. Essa instituição filantrópica de assistência a mães e crianças desamparadas foi criada com a participação de sujeitos relacionados ao Serviço Sanitário, tendo assim grandes aproximações com as políticas de saúde pública da época. Em 1926, Maria Antonietta de Castro organizou um curso de puericultura para alunas dos quartos anos dos grupos escolares, chamado Escola de Mãezinhas, que se tornou modelo para os cursos oferecidos pelo Serviço Sanitário no final dos anos 1920 e pela Cruzada Pró Infância a partir de 1930. Foi referência também para as ações de formação de professores organizadas pelo Departamento de Educação, nas décadas de 1930 e 40. Os debates que envolveram o ensino desse conhecimento nas escolas de São Paulo e as estratégias utilizadas para atingir o público escolar, em especial, as mãezinhas, meninas que frequentavam as primárias, são analisados a partir de discursos proferidos por Maria Antonietta de Castro, como *O ensino de puericultura na escola primária* (1933), *A puericultura e a escola primária* (1935), *O ensino de puericultura nas escolas* (1946) e *A puericultura aplicada à Pedagogia* (1950); e de publicações sobre puericultura que circularam entre as décadas de 1920 e 1940. A abordagem metodológica estabelece diálogos com teóricos que são referências em estudos na perspectiva da História Cultural, como Roger Chartier e Michel de Certeau, e da cultura escolar, como André Chervel e Dominique Julia.

Palavras-chave: Maria Antonietta de Castro; puericultura; educação e saúde pública

Dos treinamentos à formação continuada: uma história da formação dos profissionais da educação infantil paulistana contada pelos arquivos oficiais (1970/2012)

MARCIA LIMA

A história da formação dos profissionais de educação infantil da Cidade de São Paulo (1970-2012), contada a partir dos arquivos oficiais da Prefeitura Municipal de São Paulo, é o tema deste trabalho. Tendo por objetivo investigar os conteúdos tratados no programa de formação continuada denominado A Rede em Rede: a formação continuada na Educação Infantil, se buscou definir as rupturas e permanências deste programa frente a outros desenvolvidos pela rede municipal paulistana, desde a época em que imperavam os processos definidos como treinamentos dos profissionais, a partir dos anos 1970. Findado em 2012, o referido programa de formação apresenta distinções frente a outras iniciativas formativas municipais, uma vez que foi o único que teve uma duração mais longa – 2006 a 2012 – e contou com ações articuladas que envolveram professores e gestores de educação infantil que exercem suas funções nos Centros de Educação Infantil e nas Escolas Municipais de Educação Infantil da rede municipal paulistana. Tomadas como fontes as publicações do Diário Oficial da Cidade de São Paulo, as pautas dos encontros de formação do programa e os arquivos da Memória Documental da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, complementadas por entrevistas com os profissionais que participaram das ações formativas do programa, este trabalho investigou a história da formação continuada dos educadores de educação infantil, passando pelo referido programa de formação e as formas de apropriação dos conteúdos deste programa pelos profissionais entrevistados. Tomando como categorias de análise as concepções de formação de Nóvoa (1992) e Marin (1995), a definição do ciclo de políticas de Ball (1994) e o conceito de contradição de Mao Tse-Tung (1975), os resultados alcançados apontam para um avanço nos programas de formação na rede paulistana nas duas últimas décadas, especialmente no que diz respeito a concepção de gestão – pedagógica e compartilhada. Entretanto, ainda é possível identificar muitas contradições entre as concepções iniciais dos referidos programas e o planejamento e execução dos mesmos, fato que acompanha a história da formação dos profissionais de educação infantil na rede paulistana desde os primeiros registros destes processos a partir dos anos 1970. Tais constatações apontam para a necessidade de se envolver os profissionais de educação na elaboração dos processos formativos, considerando o local de trabalho como espaço privilegiado de formação, bem como de se pensar a formação continuada como política de Estado e não de governo.

Palavras-chave: história da formação continuada; educação infantil; programa A Rede em Rede

A Festa da Paz de 1919 e a escolarização primária nas cidades fronteiriças de Porto União (SC) e União da Vitória (PR)

MARCIA MARLENE STENTZLER

O dia 14 de julho de 1919, data emblemática da Queda da Bastilha no ano de 1789, foi escolhido para realização da Festa da Paz nas cidades de União da Vitória (PR) e Porto União (SC), celebrando o fim da Primeira Guerra Mundial e a integração dos povos. Essa solenidade que comemorava a paz entre os povos, também lembrava o recente fim da Guerra do Contestado (1912-1916), a qual deixou marcas profundas para as famílias que viviam na região sul do Paraná e norte de Santa Catarina. A guerra envolveu populações das cidades e as sertanejas, forças civis e militares. Em 1916 os governantes selaram a paz entre os dois Estados, por meio da assinatura do Acordo de Limites, o qual dividiu a então cidade de Porto União da Vitória (PR) entre os Estados litigantes. A ferrovia que ligava São Paulo - Rio Grande do Sul tornou-se o marco divisório: de um lado dos trilhos nasceu a cidade de Porto União (SC) e do outro, se reorganizava a de União da Vitória (PR). A educação nas cidades também se transformava no novo contexto político e geográfico, atendendo as legislações dos dois Estados. A Festa da Paz foi um momento privilegiado para a integração da comunidade. Estudantes e escolas das duas cidades, profundamente marcadas pelos desdobramentos da guerra e a fronteira interestadual materializada pelos trilhos da ferrovia, foram destaque nas páginas da imprensa local. A Festa caracterizou-se pelo conagraçamento entre brasileiros e imigrantes portugueses, italianos, alemães, ucranianos, poloneses, entre outros. O principal registro desse evento foi preservado por meio das páginas do periódico *O Pharol*, de Porto União (SC) nas edições de 12/07/1919; 20/07/1919 e 27/07/1919. Com destaque para os desfiles, mas também para os alunos do Grupo Escolar Professor Serapião (PR), do Colégio Santos Anjos (SC), da Escola Alemã (SC) e, colonos das diferentes nacionalidades. Os alunos foram conclamados pelos oradores “[a] frequentarem as licções de mestres de coração e alma brasileiros com a mesma atenção com que atendem aos conselhos de seus pais [...]” (*O Pharol*, Porto União, 20/7/1919, p. 3). A história socioeducacional é a base para a narrativa, com base em Thompson (1981, 1998) e Chartier (1990). Como resultados, evidenciamos que a escola, ao integrar as festividades da comunidade, reelabora saberes, dissemina uma cultura própria com representações criadas acerca da escolarização, sociedade, civismo, trabalho e formação dos professores. A Festa da Paz possibilitou a integração de populações num período com fluxo migratório para a região, difusão da escolarização e princípios educativos de cunho nacionalizante, valorização do trabalho dos professores brasileiros e a ideia de pertencimento a um dos Estados, mas tendo em comum a formação do cidadão para a pátria.

Palavras-chave: civismo; escolarização; Festa da Paz

Do currículo ao interior da sala de aula: práticas pedagógicas na Faculdade de Direito de Sergipe (1950-1968)

MÁRCIA TEREZINHA JERÔNIMO OLIVEIRA CRUZ

Fundada em meados do século XX, em Aracaju, a Faculdade de Direito de Sergipe (FDS) foi a última escola de formação jurídica a ser criada no Nordeste do Brasil, consideradas as instituições pioneiras em cada uma das unidades da Federação dessa região. O corpo docente da FDS era composto por intelectuais advindos de diversos segmentos profissionais, dentre eles juristas, advogados, juízes, promotores de justiça, clérigos, médicos, alguns deles, também docentes em outras instituições de ensino superior sergipanas. Em 1968, a FDS deixou de existir após, conjuntamente com outras cinco faculdades, dar origem à Universidade Federal de Sergipe (UFS). A partir de então, a FDS passou a se constituir no Departamento de Direito, vinculado ao Centro de Ciências Sociais Aplicadas de referida universidade. O objetivo do presente trabalho foi conhecer e analisar as principais práticas pedagógicas vivenciadas no interior da FDS ao longo de sua existência, tendo como centralidade aspectos relacionados aos métodos de ensino, em sua ligação com as práticas de leitura e as práticas de estudo. A pesquisa baseou-se nos pressupostos teórico-metodológicos da História da Educação, a partir dos contributos da História Cultural (Chartier, 2002; Burke, 1992; 2005), tendo como categorias centrais: Práticas e Representações (Chartier, 2002), Táticas e Estratégias (Certeau, 1994; 2012) e Cultura Acadêmica (Cruz, 2014). Para a realização do estudo foram utilizadas fontes legislativas relativas ao currículo do Curso de Direito e à prática forense, fontes bibliográficas (estudos, teses e dissertações no âmbito da História da Educação e da formação jurídica) e documentais (cadernetas de aula), impressos (Revista da Faculdade de Direito de Sergipe e do jornal estudantil *Academvs*), além de contar com o aporte da História Oral, por meio do depoimento de ex-alunos da FDS. Os resultados obtidos indicam, dentre outros, que a FDS contava com um corpo docente de elevada faixa etária, de formação humanística, sem, contudo, possuir formação específica para a prática docente. Nesse sentido, as representações estudantis apontam para aulas eminentemente teóricas nos anos iniciais de funcionamento da faculdade e, para a lenta incorporação de atividades práticas, diante da mudança da matriz curricular do curso, assim como, pela introdução de legislação específica relativa à prática forense. Para além, foi possível notar na década de 1960, em meio à Reforma Universitária e diante do cenário da Ditadura Civil-Militar, que o curso passou a adotar um perfil mais tecnicista. Buscar conhecer o interior da sala de aula de uma instituição de ensino superior permite ampliar o olhar para novas cercanias e contextos no âmbito da História da Educação, possibilitando o acesso a práticas ainda muito pouco pesquisadas, donde reside a importância do presente estudo.

Palavras-chave: pedagogia universitária; cultura acadêmica; Faculdade de Direito de Sergipe

Representações de preceptora em *Atrás da Catedral de Ruão*, de Mário de Andrade (1947)

MARCO ANTONIO DE SANTANA, RAQUEL DE CAMPOS

Trata-se de estudo historiográfico inserido no campo da História da Educação, na dimensão da Nova História Cultural (BURKE, 2008). Em síntese busca compreender o que a preceptora Mademoiselle, personagem central do conto póstumo *Atrás da Catedral de Ruão* tem a revelar por verossimilhança sobre a vida e a condição das mulheres estrangeiras que atuavam como professoras nas casas de famílias ricas paulistanas, até as quatro primeiras décadas do século XX. Utiliza-se como sustentação teórica o conceito de representação (CHARTIER, 2002), quanto a capacidade crítica ante a história a permitir construções interpretativas. Vale-se também das contribuições teóricas de Sevcenko (2003), Ferreira (2002) e Auerbach (2021) que discorrem sobre a aptidão das obras ficcionais estarem enraizadas na sociedade em que foram produzidas, sendo a literatura, um fenômeno cultural e histórico passível de transformação em fonte pelos atuais historiadores. Ademais, como referencial teórico de análise apoia-se na teoria dialógica da linguagem na perspectiva bakhtiniana, que pontua que os enunciados configuram elos na cadeia discursiva. A temática educação através de preceptoras estrangeiras não escapou ao atendo olhar do modernista que parece contar com certa unidade, sobretudo em razão de que Mademoiselle foi pensada pelo autor em 1927, ano de publicação da primeira versão do romance *Amar verbo intransitivo*, contendo a alteridade da docência idealizada, mas subvertida em *Fräulein*. Em *Ruão* o que chama atenção é uma professora de francês inominada, sua identidade é ser simplesmente casta, donzela fora do tempo, carregando o fardo do recalque. O enredo apresenta a relação entre a preceptora e duas adolescentes que a todo momento provocam nela sensações conflitantes. Assim, o diálogo predominante no conto além de dar pistas sobre a relação havida entre alunas e preceptora, se vale da língua francesa como senha das educandas para provocação da sua sexualidade, revelando uma professora estagnada no tempo, no ensino e em suas metáforas perante duas adolescentes mais experientes. Mademoiselle enuncia uma professora de francês em decadência no Brasil, uma mente perturbada que precisa adular suas jovens alunas da sociedade local como meio de sobreviver. O conto *Ruão* tenta mostrar a identidade nacional refletida numa mulher culta, mas desvalorizada. Desse modo, entende-se que a análise de *Ruão*, focalizada na perspectiva da educação não-escolarizada permite o aprendizado sobre como se dava a compreensão do gênero feminino e de que maneira a imagem da mulher preceptora era construída. Quanto ao método, consiste na aplicação da operação historiográfica (CERTÉAU, 2020), ao cotejar o conto *Ruão* em contraponto com outras fontes que lhe sejam contemporâneas.

Palavras-chave: representações de preceptora; *Atrás da Catedral de Ruão*; gênero feminino

Movimento popular organizado, cidadania e educação: os Comitês Populares Democráticos na Baixada Fluminense (1945-1947)

MARCOS CESAR DE OLIVEIRA PINHEIRO, LÁIZA BIANCA LUNA DE SOUZA DE OLIVEIRA

Este trabalho tem como temática a experiência dos Comitês Populares Democráticos na Baixada Fluminense, entendida como esforço de organização popular importante no processo de elevação da consciência política dos setores historicamente alijados de seus direitos. A periodização compreende o momento histórico marcado pelo processo de “redemocratização” de 1945, no Brasil, e que vai até 1947, quando do avanço da Guerra Fria, com todas as suas consequências, dentre as quais uma violenta onda repressiva contra o movimento democrático e popular, em particular os comunistas. A partir das formas de ação, de organização e das relações dos Comitês Populares Democráticos com a sociedade local, com o poder público e com o PCB (denominado naquele período Partido Comunista do Brasil), busca-se apresentar os processos educativos envolvendo essa experiência de movimento popular organizado, em sua dimensão da organização política, da cultura política e da espacial-temporal. Por conseguinte, destacar a importância da luta pela educação popular e a questão dos possíveis caminhos a percorrer como parte da luta geral para que os explorados e oprimidos venham a conquistar a hegemonia numa sociedade dividida pelos conflitos de classe, criando as condições para um processo ininterrupto de acumulação de forças voltado para a constituição do que Antonio Gramsci denominava bloco histórico. Em outras palavras, a constituição de um sujeito-povo, categoria empregada por alguns intelectuais latino-americanos, relacionada com o conceito gramsciano supracitado, expressando não só a soma numérica de diversos setores sociais, mas também como portador de novos valores culturais e que constitui uma alternativa de poder, criando um “quefazer” e abrindo a possibilidade de transformação social. Nesse sentido, o referencial teórico se fundamenta no diálogo com autores do pensamento marxista, em especial no conjunto de instrumentos analíticos formulados ou desenvolvidos por Antonio Gramsci. Em uma região marcada, historicamente, pela precisão de direitos sociais elementares, os Comitês Populares Democráticos empreendem, no imediato pós-guerra, uma série de atividades com o objetivo de assegurar cidadania aos setores populares, fazendo avançar o processo de democratização então em curso no país e bastante precário na região da Baixada Fluminense. A principal fonte deste trabalho é o jornal comunista *Tribuna Popular*. Por ser uma temática, de modo geral, desconhecida dos historiadores, em especial dos da educação, abordá-la é uma escolha extremamente significativa para o conhecimento histórico, alargando as fronteiras da historiografia da Baixada Fluminense e da educação popular no Brasil.

Palavras-chave: educação política; Baixada Fluminense; Comitês Populares Democráticos

Caminhos da micro-história: o percurso intelectual de Peter-Hans Kolvenbach

MARCOS EPIFANIO BARBOSA IMA

A investigação aqui apresentada tem como escopo a análise do percurso intelectual vivido por um personagem que é posto por vinte e cinco anos em função de liderança universal numa instituição multissecular e global – a Companhia de Jesus – em um dos momentos históricos mais críticos e complexos de suas relações interinstitucionais. O objeto de análise está circunscrito a determinados aspectos da trajetória de vida do Pe. Peter-Hans Kolvenbach. A partir da micro-história (LIMA, 2006), buscamos delimitar o objeto em uma vida particular no intuito de fazê-la representativa de tantas outras biografias (PROST, 1996). O lugar particular desta investigação é o acervo virtual póstumo de Peter-Hans Kolvenbach, entendido como um “lugar de memória” (NORA, 1993) que guarda e exhibe documentos relacionados à vida de Peter-Hans na forma de arquivos, fotos, testemunhos e documentos escritos do 29º Prepósito Geral da Ordem dos Jesuítas. Na medida em que se tratar de um lócus virtual, configura-se como um banco de dados que exige uma nova erudição (LE GOFF, 2013); e por ser póstumo, encontra-se dentro do terceiro paradoxo da história no qual os mortos precisam dar lugar aos vivos (CERTEAU, 1982). A pesquisa tem como objetivo construir o percurso de vida de Peter-Hans Kolvenbach, relacionada a sua trajetória como linguista, que é a marca de sua formação acadêmica, de seu campo de pesquisa e de sua docência universitária (URIBE, 2009), e como orador. A metodologia utilizada será a análise documental histórica entendida a partir da busca do preenchimento, por parte de outras disciplinas, quanto a lacunas do conhecimento do passado, bem como de um acuro na análise da reprodução documental (SAMARA & TUPY, 2007). A investigação se apoia no conceito de intelectual mediador, entendido a partir de Castro Gomes (2016), como um produtor e disseminador de cultura. Tal conceito ajuda ainda a destacar e analisar a grafia da vida nas evidências textuais de P-H. Kolvenbach e nas vinculações contextuais que ele realizou com outros personagens (AVELAR & SCHMIDT, 2018). A problematização do estudo se dá com os seguintes interrogantes: em que medida Kolvenbach valeu-se e apoiou-se em outros atores para compor suas proposições e declarações teológicas, pedagógicas, sociais e culturais?; quais as intencionalidades das conexões trazidas por Peter-Hans quanto aos personagens por ele referenciados?; que objetivos pretendiam seus discursos?; o percurso intelectual e a prática da governança global de Peter-Hans Kolvenbach logrou alcançar o cenário que pretendia? Entendemos como contribuição singular à história da educação poder colocar em evidência o percurso de um intelectual que por um quarto de século dedicou-se à construção de relações discursivas e empíricas com o conhecimento em suas mais variadas formas de apreensão e manifestação.

Palavras-chave: percurso intelectual; Peter-Hans Kolvenbach; micro-história

Estudo da vida e dos seres vivos no *Compêndio de Biologia Geral* de Waldemiro Potsch (1959-1970)

MARCOS FERREIRA JOSEPHINO, MARIA CRISTINA FERREIRA DOS SANTOS

Criado por volta de 1800 de forma independente por Lamarck, Treviranus e Burdach, o termo *Biologia* é utilizado para designar a ciência que tem como objeto de estudo a vida, ou todas as formas de vida. Historicamente construída na Europa desde meados do século XIX, a *Biologia* se afirmou no Brasil a partir do início do século XX como uma ciência que poderia mudar a realidade de uma sociedade que sofria com a miséria e doenças. Inserida em contexto de divulgação e modernização das Ciências Biológicas, a escola brasileira presenciou a constituição da disciplina escolar *Biologia*, em uma época em que não existiam cursos superiores de Ciências Biológicas e a profissão de biólogo. O objetivo deste estudo foi compreender como o objeto de estudo da *Biologia* – a vida e os seres vivos – foram abordados em duas edições de um livro didático de *Biologia*. Neste estudo foram utilizados aportes teóricos de Goodson (2011) e Chervel (1990) sobre as disciplinas escolares e de Choppin (2004, 2009) sobre livros didáticos. Foi realizada a análise documental, tomando como principais fontes a primeira e a quinta edições do *Compêndio de Biologia Geral* (1959 e 1970) de autoria de Waldemiro Alves Potsch, professor catedrático no Colégio Pedro II, situado na cidade do Rio de Janeiro. Foi selecionado para análise o segundo capítulo de ambas as edições, por ser aquele em que o autor trata do conceito de vida e das características dos seres vivos. O período histórico abrangeu o final do governo de Juscelino Kubitschek, o governo de Jânio Quadros, João Goulart e os primeiros anos do governo militar. Na análise destas duas edições do compêndio constatou-se que Waldemiro Potsch trata da definição de vida no início do capítulo II, o que não havia sido por ele realizado em livros didáticos de *História Natural* publicados nas décadas de 1930 a 1950. Para este autor, a vida não podia ser definida; o conceito de vida não era importante para o ensino da *Biologia*; e o processo da vida e os seres vivos podiam ser diferenciados dos processos físicos ou “corpos brutos” por meio de uma lista de propriedades características. Não foram identificadas mudanças no conceito de vida e no estudo dos seres vivos nestas duas edições do compêndio, em um período de onze anos de reformas educacionais e desenvolvimento das Ciências Biológicas, com exceção da seção sobre a origem da vida: na quinta edição de 1970 o autor se refere à teoria do bioquímico russo Aleksandr Ivanovich Oparin e do cientista inglês John Burdon Sanderson Haldane, que na década de 1920 propuseram de forma independente uma explicação para a origem da vida.

Palavras-chave: livro didático; disciplina escolar; biologia

Universidade em disputa: ecos do itinerário intelectual de Aparício Cora de Almeida (Porto Alegre – RS / do séc. XX ao tempo presente)

MARCOS LUIZ HINTERHOLZ

Inscrito nas pesquisas do campo da História da Educação, o presente trabalho discute a vida e a morte de Aparício Cora de Almeida, bem como a produção de memórias e esquecimentos em torno de sua imagem. Destacado líder estudantil no início dos anos 1930, esteve ligado a movimentos alinhados aos ideais de Córdoba (1918), que então disputavam o modelo de universidade que viria a ser implantado no Rio Grande do Sul. Era também secretário da Aliança Nacional Libertadora (ANL) no estado e um militante do Partido Comunista do Brasil (PCB). Num contexto de forte repressão aos movimentos políticos de oposição ao governo do interventor Flores da Cunha, a morte de Aparício em 1935 é cercada de circunstâncias nebulosas. Sua biografia entrelaça-se com a história do movimento estudantil rio-grandense, tanto por sua militância em vida quanto pelos episódios que se sucederam após sua morte. Destacam-se as lutas empreendidas pela família no sentido de contestar a versão oficial de que a morte teria sido um acidente, e, vendo fracassados esses esforços, todo trabalho de elaboração do luto. Num primeiro momento, em 1937, mandam erguer um monumento funerário em homenagem ao filho, assinado pelo renomado escultor gaúcho Antônio Caringi. Anos mais tarde, em 1944, a família Almeida faz a doação de um prédio que passou a abrigar a primeira Casa de Estudantes do Rio Grande do Sul (fundada em 1934), que posteriormente viria a chamar-se Casa do Estudante Universitário Aparício Cora de Almeida (CEUACA). Essa doação foi de fundamental importância para a Federação Acadêmica de Porto Alegre (FEUPA), que passaria a funcionar no local, oferecendo uma ampla estrutura de assistência estudantil, inédita até aquele momento no estado. A partir da década de 1950, quando a Federação passou a contar com sede própria, a Casa do Estudante seguiu funcionando como cooperativa estudantil autogerida, oferecendo, além das vagas de moradia, serviços como restaurante universitário, gabinetes médico e odontológico, barbearia, entre outros. No decorrer dos anos até os dias atuais, a imagem de Aparício foi apropriada de muitas maneiras, tanto no interior dessa instituição de moradia como em referenciais bibliográficos que versam sobre a história do PCB, nas biografias de seus líderes ou em produções literárias. Se muitos dos aspectos da atuação social e política desse personagem perderam-se no esquecimento, seu nome ainda nos chega ao tempo presente associado a uma causa que segue produzindo mobilizações, e nos traz uma importante dimensão retrospectiva das disputas que foram travadas em torno de modelos mais democráticos de universidade. A vida de Aparício e as circunstâncias de sua morte, agitadas no tempo presente, insistem em nos querer falar.

Palavras-chave: Aparício Cora de Almeida; moradia estudantil; CEUACA

Revisitar a educação jesuítica: as fontes brasílicas e o Ratio Studiorum

MARCOS ROBERTO DE FARIA

Trata-se de um trabalho que discute alguns aspectos da educação jesuítica na Província do Brasil nos séculos XVI e XVII. O escopo central do texto é a consideração de que as fontes produzidas pelos padres da Companhia de Jesus, que atuavam na missão em terras brasílicas, são a principal referência para se considerar o empreendimento educativo promovido pelos religiosos. Nesse caminho, a pesquisa faz uso de fontes de difícil acesso para pesquisadores brasileiros, localizadas no Archivum Romanum Societatis Iesu – ARSI, em Roma e tem como principal objetivo apresentar e analisar essas fontes. Como referencial teórico e metodológico, me amparo em trabalhos que primam pela análise crítica a essas fontes, como, por exemplo, João Adolfo Hansen (2001), segundo o qual, “os estudos brasileiros de educação costumam generalizar transistoricamente o valor de categorias iluministas, como ‘elite’, ‘liberdade’, ‘igualdade’, ‘direito’, quando se ocupam do ensino jesuítico, também universalizando as concepções contemporâneas de ‘psicologia’, ‘indivíduo’, ‘autoria’, ‘público’, ‘educação’, ‘ciência’, ‘arte’ etc. Ao fazê-lo, produzem anacronismos, como a afirmação de que, passada a fase ‘heroica’ da catequese, no século XVI, o ensino jesuítico teria ficado mais e mais elitista e livresco, divorciando-se da realidade como origem de uma tradição bacharelesca” (Hansen, 2001, pp. 13-14 – nota). Para o autor, por conseguinte, “as críticas devem ser situadas no contexto de sua produção para se explicar historicamente sua particularidade” (Hansen, 2001, p. 14 – nota). Tais assertivas do autor me permitem reafirmar o valor fundamental do trabalho com as fontes produzidas pelos padres que atuaram na missão. Consideradas “no contexto de sua produção”, tais fontes constituem-se a base e o ponto de partida para se estudar a história da educação no período. A partir desse caminho, o resultado que sinalizo é a afirmação de que os estudos que se propõem a analisar o empreendimento educativo dos jesuítas em terras brasílicas precisam considerar a especificidade da atuação dos padres na Província do Brasil e que, neste sentido, quando se considera somente o Ratio Studiorum, código pedagógico jesuítico de 1599, para dizer da atividade dos padres enquanto educadores, há o risco de incorrerem em generalizações e análises equivocadas sobre o tema. Portanto, a pesquisa salienta que uma análise da atuação jesuítica no período colonial não pode abrir mão do trabalho com as fontes produzidas pelos padres que atuaram na missão em meio aos “gentios” da Província do Brasil.

Palavras-chave: História da Educação brasileira; raízes da educação brasileira; ação dos jesuítas

A defesa da intimidade como valor formativo nas primeiras décadas do século XIX: a família entre a transformação e a conservação dos costumes

MARCUS AURELIO TABORDA DE OLIVEIRA

As primeiras décadas do século XX foi um período de intensos debates sobre a transformação dos costumes no Brasil. Alinhado àquilo que pontificava em outros países, como bem demonstra Sevecenko (1992), o país vivia um lento processo de passagem de uma sociedade doméstica, arcaica, para outra na qual a dimensão pública incentivava a adoção de novas formas de comportamento individual e social. Os exercícios físicos e os esportes, as roupas e a moda, as práticas de lazer, a primeira onda feminista e o lugar da mulher no espaço público, a o modernismo na arte, são parte daquele esforço renovador dos costumes, que representava uma tentativa de adeus ao passado com a afirmação de um ethos urbano, republicano e industrial. A imprensa é pródiga em registrar aquilo que para intelectuais como Nestor Vitor ou Rocha Pombo era considerado a anúncio do futuro. No entanto, se a pauta modernizadora dos costumes evoca um outro tipo de sujeito, com a sua conseqüente educação, não é de menos importância tentar compreender os esforços conservadores reativos àquele projeto. Muitos autores reivindicavam a manutenção dos valores chamados tradicionais, ora invocando as orientações religiosas, ora enaltecendo a família, mas quase sempre combinando as duas perspectivas contra um excessivo fortalecimento do espaço público, por princípio lugar de realização da política (Sennett, 1992). Daí que algumas daquelas ideias, entre conservadoras e reacionárias, reivindicavam uma educação para a vida doméstica e para a intimidade como antídoto aos ventos modernizadores. Na comunicação exploro um conjunto documental que combina a imprensa periódica e os regulamentos de uma escola maternal. Da imprensa foco ideias sobre a educação da juventude produzidas pelo padre integrista Fransico Ozamis, que vieram à público entre 1916 e 1919 no Minas Gerais, jornal oficial do Estado brasileiro de mesmo nome, publicado em Belo Horizonte. Também analiso algumas matérias publicadas no mesmo período pelo jornal A Família, publicado pelos Frades Franciscanos na cidade de Teófilo Otoni, no norte de Minas Gerais. Complemento o corpus documental com a análise dos regulamentos da Escola Maternal de Curitiba na década de 1920, no Estado do Paraná, os quais evidenciam um projeto de educação feminina voltada para a conservação da família e para a “preservação” da intimidade. O cruzamento dos três documentos permite inferir que o esforço de renovação cultural da sociedade brasileira, pelo menos no âmbito dos dois estados aqui focalizados, não se deu sem fortes embates com intelectuais defensores da tradição, que não raro evocaram o comunismo, o liberalismo, a licenciosidade dos costumes e até mesmo a arte moderna como expressão da decadência da civilização. Na sua cruzada moralizadora, um retorno ao mais íntimo de cada indivíduo, através do reforço da vida doméstico-familiar, seria um lenitivo contra a degradação dos valores tradicionais em defesa da família, da Igreja e do Estado.

Palavras-chave: educação para a intimidade; educação familiar; história da educação dos sentidos e das sensibilidades

O mito da escravidão e da santidade na trajetória de um educador negro no sul de Minas, no século XIX

MARCUS VINICIUS FONSECA

Esse trabalho tem como objetivo analisar a relação entre a educação e a população negra no sul de Minas, região em que os negros tinham menor capacidade de circulação social, sobretudo quando comparamos com outras localidades da província de Minas Gerais. Para construção da análise utilizamos como referência a trajetória de Padre Vitor (1827-1903) que nasceu em Campanha, cidade onde frequentou escolas de instrução elementar. Em seguida, estudou no Seminário Nossa Senhora da Boa Morte, em Mariana, instituição na qual se formou como padre. Em 1852, tornou-se vigário em Três Pontas, cidade na qual também atuou como professor público de latim e francês. Sua longa atuação como padre e professor lhe conferiram fama e prestígio junto à população que passou a reverenciá-lo como um homem santo. Sua morte deu origem a um forte movimento de culto à sua imagem. Esse movimento se desenvolveu com intensidade por todo o século XX gerando, em 1989, um processo de canonização que atualmente encontra-se em curso no Vaticano e está muito próximo de ser concluído. Embora nunca tenha sido escravo, seu o processo de canonização tem recorrentemente mobilizado uma argumentação que afirma que será ele o primeiro indivíduo nascido escravo se tornar santo no Brasil. A partir do momento que constatamos essa trajetória surpreendente começamos a nos perguntar como em uma região como o sul de Minas, que foi um dos últimos redutos de defesa do escravismo, um homem negro teve a capacidade de ser reconhecido como santo? Essa foi a problematização que nos levou a indagar sobre a trajetória de Padre Vitor. Na tentativa de responder essa questão procuramos investigar sua vida através do levantamento de uma documentação que fosse capaz de revelar diferentes aspectos de sua trajetória. Em meio a essa documentação destaca-se documentos pessoais, censos populacionais, registros relativos a sua atuação como professor, jornais e também relatos de pessoas que conviveram com ele e deixaram registros relativos a essa experiência. Amparados em uma perspectiva teórica que trata de forma diversa a condição de ser negro e ser escravo, no Brasil, do século XIX, elaboramos uma análise que procura situar a figura de Padre Vitor a partir de sua trajetória de vida, sobretudo através da atuação como padre e professor. Destacamos a forma como essas duas dimensões foram mobilizadas no entendimento relativo à sua trajetória de vida e naquilo que passou a ser reconhecido como sua principal marca: a condição de homem santo. Condição esta que está fundamentalmente ligada ao fato de que foi ele um homem perfeitamente integrado ao ordenamento social de sua época, não só por atuar em áreas estratégicas - como religião e educação -, mas também por não contestar os processos de subalternização vivenciados pela população negra dentro da dura realidade representada pelo escravismo brasileiro.

Palavras-chave: negros; Padre Vitor; sul de Minas

A origem das escolas do sistema penitenciário no antigo estado da Guanabara

MARIA ANGÉLICA DA GAMA CABRAL COUTINHO

O estudo aqui apresentado encontra-se no campo da história das instituições escolares. Tem por objetivo analisar a origem das escolas das escolas prisionais da cidade do Rio de Janeiro, concentrando-se em seus primeiros anos quando a cidade se constituía como o antigo estado da Guanabara (1960-1975). É uma instituição escolar de história recente, contudo importante para a cidade que já foi capital da colônia, do Império e da República vivenciando toda a fase de construção do Estado brasileiro. A forma originária das escolas prisionais se apresenta como Classes de Cooperação, surgida a partir de um convênio entre as secretarias de justiça e educação, no qual esta última se incumbia de fornecer ensino primário e todo o aparato educacional na modalidade supletivo para os internos do sistema penitenciário. Entende-se aqui as instituições escolares como um complexo de relações e lócus privilegiado onde se estabelece o processo de ensino e de aprendizagem. A história das prisões no território brasileiro remonta às Cadeias do período da colonização portuguesa, quando estas se localizavam na mesma edificação em que se encontrava a Câmara Municipal, também conhecida como Câmara dos Homens Bons. A edificação era considerada a sede da justiça e da administração local na estrutura administrativa e política portuguesa, e marcava a elevação de um povoado à condição de Vila. No andar de cima ficavam as Câmaras enquanto no pavimento inferior localizavam-se as cadeias, espaços que se resumiam à detenção do condenado. A Câmara e prisão do Rio de Janeiro foi criada em 16 de junho no ano de 1565, quando da fundação da cidade. A pesquisa apoia-se na ideia de que o cárcere assume o sentido de instituição criada pela sociedade para punir impedindo que o indivíduo conviva com a sociedade, privando-o de sua liberdade. Conforme nos apresenta Michel Foucault, em seus textos “Vigiar e punir” e “Sociedade punitiva”, tais instituições são aparelhos disciplinares que consistem no isolamento do apenado de toda a vida social, de seu afastamento de tudo que provocou seu delito, e são criações humanas que precedem à invenção dos códigos penais. A educação nesses espaços buscaria funcionar como um artifício transformador do criminoso, bem como um elemento conformador desse indivíduo à sociedade que o aguarda; e, a duração da pena na proporção direta ao delito cometido, quantificaria a extensão do crime. A pesquisa desenvolve-se ainda com base na análise de fontes primárias como os dispositivos legais (legislações e regulamentos sobre as casas de correção estaduais e federais) tanto os que instituem a educação brasileira e organizam os sistemas educacionais da federação, quanto aqueles que criam o arcabouço jurídico do sistema penitenciário do Estado brasileiro, e do Rio de Janeiro.

Palavras-chave: escolas prisionais; Guanabara; classes de cooperação

Trabalho e educação profissional em Conceição do Arroio entre 1858 e 1872: um estudo a partir das memórias de Antônio Stenzel Filho

MARIA AUGUSTA MARTIARENA DE OLIVEIRA

Em 1924, Antônio Stenzel Filho publicou um livro de memórias denominado “A Vila da Serra (Conceição do Arroio)”, no qual apresentou lembranças sobre diversos aspectos do município que hoje denomina-se Osório. Conforme o autor, tais lembranças remontam ao período anterior a 1872, quando era ainda uma criança. Ressalta-se que o autor era natural do município de Conceição do Arroio e nasceu a 8 de junho de 1862. Tendo em vista que foram poucos os estudos realizados academicamente sobre esse memorialista e que sua obra propicia uma análise de diversos aspectos sociais, culturais e educacionais, bem como das relações de trabalho, embora alguns desses temas não sejam abordados diretamente. A obra de Stenzel está dividida em duas partes, a obra não conta com um capítulo específico sobre educação ou instrução, termo usual no século XIX e tampouco sobre as relações de trabalho presentes na localidade. Entretanto, ao descrever o município, Stenzel deixa vestígios acerca de tais temas. O objetivo deste estudo é refletir sobre como se dava a formação profissional em Conceição do Arroio, entre 1858 e 1872, a partir do estudo das memórias de Antônio Stenzel Filho. O ano de 1858 marca a emancipação política do município em relação a Santo Antônio da Patrulha. Já o ano de 1872 foi indicado por Stenzel como o recorte final de seu livro de memórias que constituiria o primeiro volume de outros que viriam, mas que, contudo, não foram escritos pelo fato de que o escritor faleceu antes de cumprir o seu intento. Para a realização desta investigação, buscou-se embasar teoricamente o estudo de memorialistas a partir de Domingues (2011) e Goulart (2007), além de memória, com Pollack (1989). Com relação à educação no Rio Grande do Sul, no século XIX, este estudo pautou-se em Tambara (2002) e Arriada e Tambara (2012). Com o intuito de pautar as relações entre aprendizes e mestres, buscou-se em Rugiu (1998) o embasamento necessário. Além disso, realizou-se um cruzamento com outras fontes de pesquisa, tais como regulamentos da instrução da Província de São Pedro e os censos, cuja compilação foi publicada pela extinta Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul. Verificou-se que a legislação previa uma formação profissional para os meninos desvalidos, entretanto, o contexto de imigração e as relações mestre e aprendiz viabilizavam a constituição de diversas profissões em uma sociedade com herança escravocrata, mas em choque com a necessidade de profissionalização e com mudanças decorrentes da imigração.

Palavras-chave: educação profissional; trabalho e educação; memorialistas

Mulheres viajantes no Rio de Janeiro oitocentista: um levantamento exploratório nas revistas acadêmicas

MARIA BEATRIZ LEAL DA SILVA

As mulheres sempre viajaram, na maioria das vezes acompanhando seus maridos, a trabalho ou passeio. No entanto, o século XIX foi o período em que, de coadjuvantes muitas se tornaram protagonistas da história e da sua própria história. Numa época em que as mulheres eram instruídas para serem zelosas donas de casa, as viajantes se lançaram por terras distantes e registraram suas aventuras em diários e/ou cartas. A maioria das aventureiras chegou ao Brasil com o intuito de pesquisar, no entanto, também não deixaram de lado a missão de trazer a “civilidade” e, conseqüentemente, o progresso a esse país rodeado por uma natureza tão bela e pródiga, porém, aos olhos do europeu, “atrasado” culturalmente. O presente trabalho consiste numa revisão de literatura sobre mulheres viajantes no Rio de Janeiro oitocentista e sua visão de civilidade e educação. A partir desse levantamento temático e exploratório, este estudo busca analisar a visão de cada uma dessas viajantes, principalmente das que contribuíram com o projeto civilizador através da educação e, como o assunto vem sendo utilizado no campo da História da Educação. A fonte de consulta, a priori, foram os periódicos de História da Educação. Como são poucas as publicações neste campo, a pesquisa foi ampliada para as demais áreas das Ciências Sociais e Humanas. Dentre os objetivos específicos destacam-se compreender a vida social do Rio de Janeiro oitocentista a partir do relato das mulheres viajantes e, como foi sendo moldada a história da educação em nosso país. A atuação de três viajantes se destacou: a inglesa Maria Graham que esteve duas vezes no Brasil na primeira metade do século XIX (1821/1822 e 1823), a francesa Adèle Toussaint-Samson em meados deste mesmo século (1851) e a alemã Ina von Binzer, no final dos oitocentos (1881-1884). Em comum entre elas, além do fato de terem recusado o papel prescrito para as mulheres deste século, está o fato de terem se destacado, entre outras coisas, no campo educacional no município neutro da Corte. O referencial teórico é composto por periódicos sobre a temática “mulheres viajantes no século XIX”. Dentre os resultados está o fato que, mesmo sendo cada vez mais objeto de interesse da História da Educação, ainda são pouquíssimas as publicações acadêmicas disponíveis, sobre as mulheres viajantes e sua visão de civilidade e educação, indicando a importância deste levantamento, principalmente porque essas narrativas não alcançam a mesma visibilidade dos cientistas masculinos.

Palavras-chave: mulheres viajantes; século XIX; educação

Vocação e formação de professores: memória e história do Instituto de Educação ao Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro (1942-2008)

MARIA CAROLINA GRANATO SILVA

A comunicação apresenta e discute a formação de professores do Instituto de Educação (1932-1960), ao Instituto de Educação do Estado da Guanabara (1960-1975), Instituto de Educação do Rio de Janeiro (IERJ) (1975-1998) até o Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro (ISERJ) (1998). Através das memórias de três gerações, problematiza a vocação como chave para construção da identidade docente nesta instituição, pioneira na formação de professores na cidade do Rio de Janeiro (1880). Nos depoimentos de Zilá Simas Enéas (2012; Instituto de Educação, 1942-1948), Maria Helena Quelhas Tavares Pereira (2003; do Instituto de Educação ao ISERJ, 1955-2018) e Lenita dos Santos Ferreira (2008; ISERJ, 2000-2008) realizados com a metodologia da História Oral, experiências de diferentes contextos políticos e modelos formativos: Da ditadura do Estado Novo à primeira década do século XXI, balizadas por documentos legais, memórias da transição do curso superior da Escola de Professores à volta ao Normal Secundário (1939-1943); as leis do Ensino Secundário (1942) e do Ensino Normal (1946), o Magistério Profissionalizante (1971) até o Curso Normal Superior (CNS)/ISERJ (1999-2008). Depoimentos analisados à luz, em especial, de questões propostas por O Tempo vivo da Memória (BOSI, 2003); “A ilusão biográfica” (BORDIEU, 2006); e “Memória e História da Educação: entre práticas e representações” (NUNES, 2002/2003) que sublinha singularidades de lembranças escolares. Experiências e horizontes de expectativa (KOSELLEK, 2006), do Instituto de Educação ao ISERJ, permitem analisar, na longa duração, a vocação como fundamento da legitimidade e autoridade do trabalho docente. (DUBET, 2011) As três gerações aqui representadas são marcadas por diferentes acontecimentos fundadores, inauguradores (SIRINELLI, 2006): a Segunda Guerra Mundial, os Anos Dourados e o Milênio. Na longa duração, brincadeiras de infância relacionadas à vocação unem as três gerações. Dos exames rigorosos ao fim do acesso automático (1968); a desvalorização se aprofunda, nos anos 1970, com o Magistério Profissionalizante e o ingresso por carência. A elevação da formação de professores dos anos iniciais da Educação Básica ao nível superior (1996/1999) não foi suficiente para recuperar a distinção dos Anos Dourados, apesar da permanência da vocação.

Palavras-chave: formação de professores; memória e história; vocação

“Minha querida filha”: escritas da intimidade entre mulheres no século XIX

MARIA CELI CHAVES VASCONCELOS, LUCIANA LUPATROCLO

O presente trabalho tem como foco uma coleção rara e inédita de nove cartas datadas do ano de 1856 ao ano de 1869, escritas por Leonarda da Silva Velho para sua filha Mariana Velho de Avellar. As cartas são escritas pela mãe que vive na Corte, a cidade do Rio de Janeiro, para a filha que está, supostamente, em Petrópolis e/ou na Fazenda Pau Grande, na região de Paty do Alfarez, para onde eram remetidas as epístolas. A escrita das missivas reveste-se da intimidade de duas mulheres que representam tanto às camadas agraciadas com títulos de nobreza pela prestação de serviços ao Império, como é o caso de Mariana Avellar, viscondessa de Ubá, quanto de sua mãe, dama da imperatriz Teresa Christina, que gozava da proximidade com a Família Imperial. Dessa forma, a temática do trabalho é o cotidiano feminino exposto nas cartas trocadas entre mãe e filha, ambas mulheres letradas e com acesso aos meios sociais, artísticos e culturais, disponíveis naquele tempo e contexto. O objetivo central do estudo é examinar as escritas da intimidade nas epístolas originais, analisando o que é possível depreender delas sobre o cotidiano feminino oitocentista, no que tange à gestão da casa, à educação dos filhos e das filhas, às alusões ao casamento, às relações familiares com os núcleos parentais, à abordagem da escravização doméstica, entre outros aspectos observáveis. Em um plano mais específico enfoca-se a materialidade do conjunto das cartas, desde a sua proveniência como coleção particular, até os suportes de papel, tinta, timbre, letra, cores, tamanhos, marcas, símbolos, códigos, aberturas, fechamentos, datas etc., buscando-se uma cronologia e enredo entre as missivas pesquisadas. Os procedimentos metodológicos remetem ao trabalho com arquivos pessoais, neste caso escritas da intimidade feminina, dialogando com Cunha (2019), Farge (2017) e Cox (2017). No que se refere à historiografia de gênero sobre o período destacam-se os referenciais de Muaze (2008), Malta (2011) e Vasconcelos (2020). No que diz respeito ao estudo de cartas, a pesquisa tem como premissas a argumentação de Francès (2001), para quem a escritura epistolar no século XIX estava relacionada a uma estética feminina e possuía múltiplas funções como transmitir notícias, estreitar a rede de relações e codificar o discurso, a partir de uma singular “concepção de mundo” afeita às mulheres; assim como a afirmação de Dauphin & Poublan (2002) que descrevem as cartas como objetos construídos, inscritos no tempo e no espaço social, desde a sua origem esparsa, coletadas uma a uma, até sua descoberta e reunião em um todo indissociável, tomado como fonte histórica. Por meio das cartas é possível recompor as redes de sociabilidade, as preocupações, os afetos, os afazeres e as movimentações que permeavam o cotidiano das duas missivistas, com destaque para as sensibilidades que são narradas, entre elas, a melancolia e a ansiedade registradas constantemente, como um sentimento presente na mãe pela ausência da filha.

Palavras-chave: mulheres oitocentistas; escritas da intimidade; arquivos pessoais

A extensão universitária da Seção de Ensino Técnico e Superior da Associação Brasileira de Educação dos anos de 1920

MARIA CRISTIANE NUNES DE FARIA

O problema privilegiado nesta comunicação são os cursos de extensão universitária, promovidos pela Seção de Ensino Técnico e Superior (SETS), da Associação Brasileira de Educação (ABE), entre os anos de 1926 e 1928. A fonte que evidencia a realização dessas ações da SETS é o inquérito O Problema Universitário Brasileiro, apresentado na Segunda Conferência Nacional de Educação (II CNE), realizada em Belo Horizonte - MG, em novembro de 1928, e publicado no ano de 1929, pela ABE. Este documento reúne: 7 teses balizadoras das discussões produzidas pelos membros da comissão organizadora do inquérito; 33 teses-resposta produzidas pelos intelectuais respondentes, escolhidos pela ABE; 1 tese-resposta do Conselho Universitário da Universidade de Minas Gerais; os discursos do reitor F. Mendes Pimentel e do senador Adolpho Gordo; o relatório com as conclusões do inquérito, aprovadas pela Seção de Ensino Técnico e Superior da ABE e pelos participantes da II CNE. Os discursos produzidos no inquérito demonstram a busca pela elevação cultural do país, a partir da expansão dos cursos de alta cultura, destinados aos alunos da universidade, e os de vulgarização, reservados ao público leigo interessado nos assuntos superiores. Em termos metodológicos, entre os conceitos mobilizados, destacam-se: intelectuais (VIEIRA, 2011), redes de sociabilidade (SIRINELLI, 2003) e jogos de linguagem (SKINNER, 2002). A articulação desses conceitos permite compreender a construção e a mobilização da concepção de extensão universitária defendida pela ABE. Nesse sentido, se tem por objetivos: 1) apontar os principais intelectuais, ligados à SETS da ABE, empenhados na organização e realização dos cursos; 2) identificar o que representou a realização dos cursos de extensão universitária promovidos pela SETS; 3) analisar o que se pretendia difundir com a organização e divulgação de tais cursos. Nesse sentido, o jogo de linguagem mobilizado pelos intelectuais foi capaz de legitimar significados positivos, perante os congressistas da II CNE e o público geral, sobre os cursos de extensão promovidos pela associação, na Escola Politécnica do Rio de Janeiro. O léxico mobilizado nos discursos foi constituído, em grande medida, por termos derivados do discurso político e científico, enfatizando a relação entre ensino superior, regime universitário e modernidade. Propunha-se que, para além das ações realizadas pela SETS, e com base nelas, a universidade pública assumisse tal ação com maior poder de abrangência de cursos, professores e público.

Palavras-chave: extensão universitária; intelectuais; Associação Brasileira de Educação

Parques municipais: espaços públicos de divertimento, sociabilidade e educação

MARIA CRISTINA ROSA

Este trabalho faz parte de uma pesquisa sobre parques no Brasil, no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, período em que houve incremento nas reformas urbanas, conforme valores da República. Entre as ações de melhoramento, destacam-se a construção e melhoria de áreas verdes, como os parques. Objetivou-se estudar funções e valores atribuídos aos parques municipais e às práticas neles realizadas ou para eles projetadas. Foram pesquisados os acervos da Hemeroteca Digital Brasileira e da Coleção Linhares, no recorte temporal citado, sendo identificadas matérias em jornais, revistas e almanaques. Uma das principais funções dos parques era ser destinado a diversões e recreio da população, configurando-se como importante espaço público de divertimento e sociabilidade. O espaço aberto, predominantemente verde, com lagos e/ou outros equipamentos, possibilitava contemplação, passeio junto à natureza fabricada, bem como prática de esportes, que ensinava o desenvolvimento físico da população. Esses espaços foram também utilizados para eventos sociais, como concertos de música, exposição, batalhas de flores, garden party, festas esportivas e de caridade, algumas destacadas pela diferença de outras festas populares, com bulícios, falas altas e olhares dos homens nas mulheres. Campos de diversões projetados para esses espaços prometiam proporcionar aos habitantes locais acompanharem hábitos elegantes e sadios, como dos grandes centros civilizados, atendendo as exigências morais da época. Nesse contexto, clubes e sociedades esportivas, com membros principalmente da elite, ali se estabeleceram. O vínculo com a educação foi percebido na investida em divertimentos lícitos, civilizados; no destaque dado a alguns divertimentos, como as retretas em moda, que tratavam de educar o povo; nas propostas, por exemplo, de se instituir nesses locais escolas de natação e de equitação; como também nas normas estabelecidas de como se comportar nesse ambiente. Projetados e/ou construídos conforme princípios da higiene, os parques foram considerados ambientes puros e com boa qualidade de ar, possibilitando realização de práticas corporais que atendiam ao novo ideário de vida ao ar livre, bem como proteção contra doenças comuns na época. Eles foram reconhecidos ou almejados por promover o bem e o progresso das cidades, embelezando-as, ornamentando-as. Utilizados também para instalação de estufas e viveiros de plantas, contribuíram para a arborização urbana, tão importante para a saúde da população e estética local. Numa época em que o verde foi uma prioridade nas obras de melhoramento das cidades, estudar os parques municipais possibilita pensar processos educativos a partir do espaço, bem como a difusão e apropriação de novos modos de se divertir.

Palavras-chave: parque; divertimento; educação

Memórias descortinam um sistema de ensino em construção no município de Ituiutaba percorrendo as décadas de 1950/1990

MARIA DE FATIMA DIAS ARAUJO, ARMINDO QUILLICI NETO, BRENDA MARIA DIAS ARAUJO

O presente artigo se insere na linha de história e historiografia da educação, trata da história da educação no município de Ituiutaba – MG, em especial, a gênese e a memória da Escola Estadual Arthur Junqueira de Almeida; o recorte temporal corresponde às décadas de 1950-1990, com marcos históricos desde a sua fundação, mudança de nomes, organização e funcionamento, gestão e práticas escolares. A pesquisa teve como objetivo geral: reconhecer o processo de criação (1958) até sua implantação e desenvolvimento do Grupo Escolar Ituiutaba, como instituição escolar, estruturação, organização, funcionamento, gestão escolar e práticas pedagógicas da escola (1988). A problematização partiu dos questionamentos: Em que contexto político-econômico, sociocultural se deu a criação, implantação e o desenvolvimento do Grupo Escolar Ituiutaba? Que mudanças ocorreram em sua gestão escolar e práticas pedagógicas na escola? O estudo constituiu-se da pesquisa numa abordagem qualitativa; o procedimento metodológico adotado, uma revisão bibliográfica de produções científicas acerca da história das instituições escolares, para pesquisar o objeto de estudo proposto. Uma pesquisa de caráter documental para analisar o acervo documental da escola, jornais da imprensa local, atas do Município que fazem menção aos Decretos que correspondem à criação e expansão da escola, bem como registros e documentos arquivados na unidade escolar de sua organização e funcionamento, que estendeu a pesquisa buscando maiores informações em órgãos públicos da cidade de Ituiutaba. Para coleta de dados contou com instrumentos como questionário e entrevista semiestruturada com registros de gravação oral e, posteriormente, transcritas, tendo como sujeitos para a amostra funcionários da escola, alunos e comunidade local. O referencial teórico caracterizou em considerações históricas da educação brasileira e suas tendências políticas, ao percorrer uma linha histórica, que compreende a década de 1950 a 1990, fontes que traduziram marcos históricos concernentes à educação e à investigação, avanço da pesquisa científica, criação do Centro de Pesquisa Educacionais (CBPE); Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que assegurou o direito à educação, como a Lei Federal nº. 4.024/1961, Lei nº. 5.692/1971 e Constituição Federal de 1988. Os resultados obtidos evidenciaram que a questão educacional brasileira emerge como um tema socialmente problematizado, articulando-se com a emancipação política no Brasil, condicionada pelas marcas conservadoras inerentes a esse processo.

Palavras-chave: memórias; grupo escolar; gestão e práticas pedagógicas

As memórias de professores e estudantes sobre o ensino de História em Palmas, Tocantins

MARIA DE LOURDES LEONCIO MACEDO, GRACIENE REIS DE SOUSA

O objetivo do estudo realizado no ano 2016 e 2017 centraram-se em narrar as memórias de professores e estudantes do 9º ano do ensino fundamental, sobre a temática do ensino de História em duas escolas da rede estadual na cidade de Palmas, estado do Tocantins. As memórias são narradas a partir das categorias: professores que atuam no 9º ano do ensino fundamental, graduados e que ministram a disciplina de História; e estudantes matriculados no 9º ano. O questionamento que norteou o estudo foi: como ocorre o ensino de História em escolas públicas estaduais de Palmas. A metodologia utilizada foi à história oral temática, com entrevistas semiestruturadas, uma pesquisa qualitativa aprovada pelo Comitê de Ética com Parecer nº 2.442.484. A pesquisa de revisão bibliográfica, documental e de campo, cujas narrativas de professores e estudantes fundamentaram-se na vivência da sala de aula. O referencial teórico foi estruturado com base no “olhar” dos autores que discutem a história oral sendo: Prins (1992), Nora (1993), Meihy (1996, 2006), Portelli (1997, 2000), Ferreira, Fernandes e Alberti (2000), Thomson (2000), Joutard (2000), Alberti (2004, 2005), Cruz (2005), Woreman (2006), De Sordi (2007), Franco e Venera (2007), Ricoeur (2007, 2010) e Alves (2014); e os autores que tratam sobre o ensino de história, sendo: Carr, (1982), Le Goff (1990), Burke (1992), Nadaí (1993), Fonseca (1993, 2003, 2008), Benjamin (1994), Nikiitiuk (1996), Veyne (1998), D’Alessio (1998), Rusen (2001), Cabrini (2004), Gusmão (2004), Schmidt e Cainelli (2004), Guimarães (2005), Neto (2005), Borges (2007), Karnal (2008), Bittencourt (2008, 2009, 2011), Zamboni (2007, 2010), Prinsky (2010), Fonseca (2011), Beserra (2011), Schmidt (2008, 2012), Santana e Medeiros (2013), Silva (2010, 2013), Sarraff (2016) e Caetano (2016). Pelos relatos, os estudantes identificam-se com a disciplina de História, a maioria sente-se sujeito da história ensinada nas escolas e sugere melhorias no ensino. Nas narrativas, os professores afirmam que os estudantes do 9º ano têm dificuldades no domínio da leitura e da escrita. Além de formação continuada para os professores de História, percebe-se a necessidade de formação para os coordenadores pedagógicos, visto serem estes os orientadores da prática de ensino dos profissionais de História. Os resultados obtidos apontam para providências do ponto de vista estrutural das escolas, da aquisição de equipamentos pedagógicos e tecnológicos, assim como da formação de gestores. A análise documental revelou que o Projeto Político Pedagógico das escolas apresenta ações e projetos pontuais, onde a maior concentração está nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, onde o ensino de História está, praticamente, invisível.

Palavras-chave: memórias; ensino de História; história oral

Caminhos e descaminhos da implantação das escolas normais rurais/regionais no Piauí (1940 a 1970)

MARIA DO PERPETUO SOCORRO CASTELO SANTANA

A formação de professores desde muito cedo foi assumida pela historiografia da educação como objeto de estudo, uma vez que o quadro sociopolítico do início da república entusiasmou a necessidade de um preparo em instituições de ensino normal, espaço de formação de professores primário. Este artigo, fruto de uma pesquisa de doutorado em andamento no Programa de Pós-graduação da UNESP/Marília, tem a finalidade de compreender o processo de preparação dos professores rurais no Piauí, por meio da implantação das políticas de escolas normais rurais e/ou regionais no estado entre o período de 1940 a 1970, problematizando a relevância dessas instituições para os municípios piauienses. Nesta investigação, utilizamos como fontes as Reformas, Decretos-Lei, regulamentos, livros de portarias, além de mensagens e relatórios elaborados pelos administradores dos poderes públicos, como também notícias abordadas pelos jornais que circulavam no período. A construção da narrativa foi fundamentada em Chaloba, Celeste Filho, Mesquita (2020), Lopes (1996, 2001), Martins (2016), Souza (2008), Thompson (2009), Williams (2011) que nos auxiliaram na compreensão de como essa política educacional influenciou na constituição de um “novo” corpo docente para o estado. O período em questão destaca-se na história da educação rural piauiense tendo em vista que as primeiras preocupações com uma educação institucionalizada para formar professores que atuariam na zona rural no Brasil, e em especial, no Piauí. Assim, os anos de 1940 foi momento de um maior investimento no Ensino Primário, com a criação do Fundo Nacional do Ensino Primário (FNEP), que previa o financiamento para a construção de prédios escolares para o ensino primário e, conseqüentemente, a institucionalização da formação de professores de ensino primário rural por meio da construção de prédios para escolas normais rurais. Nesse mesmo período, foram promulgadas as Leis Orgânicas de Ensino, em especial, a Lei Orgânica do Ensino Normal, por meio do Decreto-Lei n. 8.530, de 02 de janeiro de 1946. Entretanto, após o Decreto-Lei n. 8.530/46, esses espaços são transformados em escolas normais regionais cuja finalidade era formar professores a nível ginasial para atuar no meio rural, sendo esses, lugares de história e memória nos municípios piauienses onde foram instituídas. Constatamos que, a princípio, essa política educacional não chegou a se efetivar no estado, pois as escolas normais rurais não funcionaram como previstas na política no Piauí. Além disso, em 1946, as estruturas existentes foram transformadas em escolas normais regionais, sendo necessários estudos aprofundados sobre sua implantação no estado, sendo que esse modelo de educação extinguiu-se com a implantação da Reforma no Ensino de 1º e 2º graus, através da Lei 5.692/71.

Palavras-chave: rural; formação de professor(a); escolas normais regionais

Expansão lenta e desigual do ensino secundário no estado do Pará (1942-1961)

MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO GOMES DE SOUZA AVELINO DE FRANÇA

Este estudo tem por objetivo analisar como se deu a expansão do ensino secundário no estado do Pará nos anos de 1942 a 1961. Trata-se de uma pesquisa documental que se apoia em fontes como a legislação de ensino federal e estadual, dados estatísticos do IBGE, mensagens de governo e da produção historiográfica sobre esse nível de ensino no país. Pela Reforma de Gustavo Capanema de 1942, o ensino secundário foi organizado em dois ciclos: o primeiro compreendia o curso ginásial de quatro anos e o segundo os cursos clássicos e científicos, ambos com três anos de duração. A reforma criou dois tipos de estabelecimentos para ministrar o ensino secundário: o Ginásio para ofertar o curso de primeiro ciclo e o Colégio para oferecer tanto os cursos de primeiro ciclo como os de segundo ciclo. No estado do Pará, o poder público estadual, atendendo as novas exigências da Reforma Gustavo Capanema, reorganizou o ensino secundário do Ginásio Paes de Carvalho, estabelecimento equiparado ao Ginásio Nacional desde 1893, quando ainda se chamava Liceu Paraense. O status de instituição equiparada foi mantido pela reforma federal, tendo passado a denominar-se Colégio Paraense Paes de Carvalho, ministrando os dois ciclos do ensino secundário. Estabelecimento de ensino, criado em 1841, foi o único a ministrar os cursos ginásial, clássico e científico no período de 1942 a 1961. Estudar nesse estabelecimento de ensino representava para seus alunos e alunas ingressar no ensino superior. Segundo dados do IBGE existiam no Pará em 1942 10 instituições de ensino secundário, em 1952 25 e em 1961 41. Dessas 41 instituições de ensino secundário, 31 ofertavam o curso ginásial, 9 o científico e 1 o clássico. Nesse período histórico os ginásios e colégios privados predominavam sobre os públicos. A quase totalidade desses estabelecimentos de ensino localiza-se em Belém. Poucos eram os Ginásios que funcionavam nos municípios do interior do estado. Suas instalações ocorreram nas cidades de Abaetetuba, Bragança, Cametá, Marabá, Santarém e Vigia. Os jovens que residiam distantes dessas cidades e que não dispunham de recursos financeiros dificilmente teriam como realizar os seus estudos secundários. Mesmo aqueles que moravam nesses municípios, tiveram dificuldades de terem acesso ao curso ginásial, devido a pouca oferta de vagas. Nesse processo, não se pode deixar de considerar o sistema de exames rígido e exagerado que marcou o cotidiano dos cursos ginásial, científico e clássico. Poucos eram os alunos e alunas que neles ingressaram, permaneciam e concluíam seus estudos. No Pará a expansão deu-se de forma lenta e desigual. Somente a partir dos anos de 1960, o governo paraense assumiu a expansão como uma política de estado.

Palavras-chave: ensino secundário; lenta expansão; estado do Pará

Memórias de professoras primárias rurais do município de Casa Nova - BA (1970-1990)

MARIA DO SOCORRO DA SILVA CARVALHO

O trabalho tem como objetivo analisar a trajetória de duas professoras primárias rurais do município de Casa Nova – BA, localizado no Sertão do São Francisco II. O método adotado será a história oral por meio de entrevistas com duas professoras e suas memórias, bem como, a análise do acervo documental pessoal. As professoras atuaram em escolas rurais no município de Casa Nova – BA, no período entre as décadas de 1970 e 1990. No referencial teórico opta-se pelo estudo levantado sobre as Memórias de Professoras de Escolas Rurais em Juazeiro – BA e Petrolina – PE (1950-1970) das autoras Dra. Virgínia Pereira da Silva de Ávila, Rosa Santos Mendes da Silva, Cícera Maria Peixoto Rocha, nesse artigo, as autoras contam as histórias das professoras Maria Brígida Rolim Cavalcante e Yolanda de Almeida, as entrevistadas atuaram em escolas rurais ainda muito jovens e foram pioneiras do ensino em suas épocas, apesar de terem vivido em diferentes espaços geográficos, vivenciaram as mesmas dificuldades no trabalho docente. As memórias das professoras narram suas histórias e a própria história da educação representada através das duas guerreiras. Embasará também esse estudo a pesquisa de Samairkon Silva de Oliveira Alves, intitulada Docência (Re)Inventada: História e Memória das Professoras Leigas na Cidade de Picos no Período de 1950 a 1980, publicada em 2011. O autor realizou uma investigação comparada através da coleta dos depoimentos de duas professoras leigas e uma formada, entre as entrevistadas está sua avó que foi professora leiga e inspira o autor a fazer uso de suas próprias lembranças, o mesmo afirma que a convivência com a avó despertou nele o desejo de ser professor, em suas próprias lembranças revela que em dado período de sua vida profissional também foi professor leigo, pois ainda não tinha a formação concluída de licenciatura em história. Assim, afirma que a história oral revelou para o autor novos campos de investigação através das memórias dessas três professoras. Outra obra muito importante que subsidiará este trabalho é um e-book organizado por Rosa Fátima de Souza Chaloba, Macioniro Celeste Filho e Ilka Miglio de Mesquita intitulada História e Memória da Educação Rural no século XX, publicado em 2020. Essa obra traz vários artigos abordando diversos temas que reverberam a história da educação e a riqueza de memórias de professores rurais que deixaram um verdadeiro cabedal para as gerações futuras. Espera-se que a pesquisa possa contribuir para o avanço do conhecimento sobre a história da formação docente no Brasil.

Palavras-chave: memórias; histórias orais; História da Educação

A contribuição do intelectual Luiz Demétrio Juvenal Tavares para a educação do Pará no século XIX

MARIA DO SOCORRO PEREIRA LIMA, MARLUCY SOUSA

Luiz Demétrio Juvenal Tavares, paraense, escritor, educador, jornalista e maior representante da luta abolicionista do norte brasileiro, integrou um grupo de intelectuais que muito contribuiu com a educação paraense nos finais do século XIX. Entre tantas ações e feitos pela cultura e engajamento na política belenense, Juvenal Tavares teve sua produção intelectual popularmente mais conhecida através dos muitos jornais de circulação local onde atuou como jornalista e editor, porém, se notabilizou no ano de 1896, com a publicação de dois livros de literatura infantil do gênero de tradição oral de raízes culturais brasileiras, intituladas “Serões da Mãe Preta: leitura para crianças” e “Vida na roça”, ambas destinadas à leitura dos alunos do ensino primário das escolas públicas do estado do Pará. O contexto destas publicações autorizadas pelo Conselho de Instrução Pública do Estado, incidiu sobre a política de investimento na educação primária do país, cuja proposta era a valorização da produção intelectual nacional com foco nas raízes culturais. Neste sentido, Juvenal Tavares, que também era muito polêmico em relação às políticas implantadas no estado sob o domínio dos portugueses e, por isso, não era uma figura benquista pelas autoridades locais, além de ser um dos poucos escritores da sua época que pesquisava e escrevia sobre o folclore brasileiro e amazônico, acabou sendo reconhecido pelos governantes por valorizar esse gênero literário tão oportuno para circular nas escolas para a formação intelectual das crianças. Assim sendo, Juvenal Tavares garantiu à educação paraense a reconhecida participação do estado neste projeto nacional de educação. Com base nesta premissa, o artigo aqui proposto, objetiva destacar Luiz Demétrio Juvenal Tavares como intelectual e retratá-lo, por meio de suas obras, a sua valiosa contribuição com a educação paraense no século XIX. A pesquisa é de cunho bibliográfico, que tem como base os estudos de Sirinelli (1996), Gramsci (1995) e Burke (2003) para introduzir algumas considerações sobre esse intelectual; no campo da história da educação no Pará, contamos os estudos Rizzini (2006), Coelho (2008), França e Lima (2015), entre outros; para retratar a trajetória de Juvenal Tavares e os acontecimentos políticos da sociedade paraense, temos Figueiredo e Alves (2009), Vicente Salles (1988) e outros teóricos deste campo. A pesquisa revela que Juvenal Tavares era uma personalidade mais temida do que admirada pelas autoridades políticas locais; por muito tempo foi ignorado pela crítica literária local; por seu lirismo exagerado, era visto como um artista preso a velhas fórmulas. Contudo, por sua reconhecida contribuição com a história da educação do Pará, ele chegou a ser nomeado Secretário Interino da Instrução Pública, mas continuou escrevendo para o jornal e publicando livros com vivo interesse de formar futuros cidadãos para a jovem República. Morreu como indigente.

Palavras-chave: história dos intelectuais; Juvenal Tavares; educação no Pará

Paulo Freire e Movimento Graal: a introdução de ideias pedagógicas freireanas na década de 1960 em Portugal

MARIA EDITH ROMANO SIEMS

A circulação de ideias pedagógicas tem sido temática relevante no campo dos estudos em história da educação. Nestes estudos, identificamos a prevalência de um fluxo que caminha no sentido “centro-periferia”, ou seja: ideias produzidas nos países “centrais” destacadamente os do continente europeu, apropriados em países de tradição colonial como os países latino-americanos. Nossa investigação prioriza um fluxo de pensamento que subverteu essa ordem: as ideias pedagógicas de Paulo Freire que, rompendo com esta lógica prevalente, são gestadas no Brasil, aprofundadas na América Latina e rapidamente apropriados por educadores europeus, anteriormente, inclusive ao exílio a que Freire foi submetido que o leva a outros continentes. O período a que nos dedicamos é o de meados de 1960, momento histórico em que os sistemas de comunicação e produção editorial eram significativamente mais restritos do que na atualidade. O objetivo é compreender como se deu o acesso de educadoras cristãs, vinculadas ao Movimento Graal, entre os anos de 1965 e 1967 às concepções teóricas desenvolvidas por Freire. Conforme estudos de Mogarro, Cordeiro e Cavalcanti, o Movimento Graal, já existente na Holanda desde 1921 e implantado em Portugal, em 1957, sob a liderança de Maria de Lourdes Pintassilgo, desenvolveu atividades em localidades portuguesas como Coimbra e Portalegre pautadas na adoção do método de alfabetização desenvolvido por Paulo Freire em Angicos por volta de 1963, e realizou intervenções inspiradas nos Círculos de Cultura com vistas ao desenvolvimento das populações locais, no momento em que Portugal atravessava a ditadura salazarista. Metodologicamente, consideramos que as histórias e experiências vivenciadas pelos sujeitos são elementos relevantes na análise dos movimentos sociais, culturais e humanos. Assim, além da base teórica estabelecida nos estudos de Roger Chartier relativos à circulação e apropriação de modelos culturais e saberes pedagógicos, pautamo-nos teórica e metodologicamente, na perspectiva de “história vista de baixo” desenvolvida por Edward Palmer Thompson. Nossa fonte, são relatos obtidos em entrevistas com educadoras atuantes à época no Graal, que indicam o movimento ativo de uma educadora que tem o primeiro contato direto com o trabalho desenvolvido por Freire. Conduzimos nossas análises das entrevistas a partir dos sentidos da “experiência” conforme concebido por Thompson e de “resistência” em Bourdieu. Os resultados indicam que este contato ocorre através de lideranças de movimentos sociais no México e Brasil, onde se registra o primeiro acesso a textos mimeografados e relatos de atividade, articulados a interlocuções vivenciadas em movimentos sociais que se expandiam no contexto das igrejas católicas, por outras lideranças integrantes do Graal.

Palavras-chave: Paulo Freire. Movimento Graal. Experiências pedagógicas.

O docente, a pesquisa e anonimato nos estudos da História da Educação

MARIA ELISABETE DO VALLE MANSUR

No presente estudo, buscamos compreender a pesquisa narrativa sobre a profissão docente no contexto do anonimato dos participantes da pesquisa. A pesquisa narrativa conta com os depoimentos individuais e/ou coletivos originados a partir das experiências do narrador. Esse “ouvir contar” permite ao pesquisador construir dados de pesquisa com o foco nos conhecimentos sobre a carreira docente, o tipo de gestão praticado nas escolas; os modelos de formação profissional e, ainda, supomos colaborar com a atualização da História da Educação brasileira. E foi em uma pesquisa narrativa realizada entre os anos de 2017 e 2020 que nos deparamos com a condição de anonimato com que os pesquisadores e participantes da pesquisa precisavam lidar. Acreditamos que o participante – ao aceitar de forma voluntária a entrevista – adquire ou confirma a percepção do reconhecimento do seu valor profissional para a sociedade. Com isso, cremos que, sob o anonimato, o participante da pesquisa possa fortalecer sua autoestima e melhor expressar seu ideal social e político, seu desejo de mudança, de transformação social, ou simplesmente sua aspiração de ser um colaborador generoso com relação ao estudo acadêmico, o que pode lhe trazer sensação de felicidade, de competência e sentimento de bem-estar social. Como “marco normativo” seguimos a Resolução nº 510/2016 que recomenda em seu Art. 2º, inciso III que o pesquisador esteja atento para que a investigação resulte em contribuições positivas para todos as pessoas e seus locais de trabalho. O que nos encaminha para o sigilo das fontes consultadas, a garantia do anonimato dos participantes, sempre em decorrência das recomendações citadas, e ainda, atendendo as Secretarias de Educação envolvidas na pesquisa assim como, ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP). Neste caso, substituímos os nomes originais dos participantes por nomes fictícios. A ideia foi personificá-los, dando-lhes características de deuses do Olimpo. Ao fazê-lo, buscamos olhar para as escolas como “fortalezas”, com suas autoridades e poderes; culturas e saberes, considerando que a escola serve de morada (mesmo que provisória) para os nossos protagonistas. A intenção foi ouvir os docentes para refletir sobre seus encantamentos, mistérios e sentimentos. A nós, coube a tarefa da escuta e da observação no sentido de conhecer suas práticas, os seus ensinamentos, emoções e suas percepções sobre a própria pesquisa da qual participava considerando a necessidade do anonimato. Quanto à escolha dos referenciais teóricos e metodológicos afirmamos ter sido inspirada nas obras *A invenção do cotidiano* e *A cultura no plural* de Michel de Certeau. E elegemos a história oral como caminho metodológico, entendendo que trabalhar com relatos orais significa respeitar as experiências vividas a partir das memórias preservadas, bem como das narrativas construídas pelos participantes da pesquisa a respeito dessas experiências.

Palavras-chave: anonimato; pesquisa; profissão docente

Manoel Francisco Correia e as conferências populares: “animador pela palavra e atuação em prol da educação” (Rio de Janeiro/RJ, 1873-1890)

MARIA HELENA BASTOS

O estudo analisa a atuação do conselheiro Manoel Francisco Correia, como intelectual comprometido com as questões do seu tempo, buscando a construção de um projeto de sociedade moderna. Sua ação em prol da educação é analisada a partir do significado político-educacional das Conferências Populares da Freguesia da Glória, realizadas entre 1873 e 1890, que permitiram uma fecunda discussão de ideias científicas e educacionais na cidade do Rio de Janeiro. As conferências foram uma iniciativa da Sociedade Promotora da Instrução Pública, fundada em 1º de janeiro de 1874, em uma das salas da escola da Freguesia da Glória. A sociedade teve por meta expandir, no Município Neutro, o ensino primário, secundário, e a educação superior, simultânea ou gradualmente, conforme os recursos. Nos primeiros dez anos, foram realizadas 465 conferências com 114 oradores. Até 16 de março de 1890, quando a Associação é extinta, para dar origem ao Pedagogium, foram realizadas 600 conferências. No entanto, foram retomadas em 1891, sob a direção do conselheiro João Manuel Pereira da Silva. Versaram sobre temas variados de vulgarização da instrução: ensino obrigatório, educação integral, estética e cívica; museus escolares; vantagens da instrução; direção do ensino; ensino superior nas Províncias; educação da mocidade; castigos corporais na escola; crianças da rua; escola nova; intervenção municipal na instrução; educação física; criação de universidades; congresso de instrução; método de ensino; exames preparatórios; ensino médico; ensino politécnico; instrução dos surdos-mudos; instrução pública; ensino normal primário; a educação e o indivíduo; educação da infância e sua proteção; higiene escolar. Na obra do Conselheiro Manoel Francisco Correia – Conferência e outros trabalhos (1885) – encontram-se compiladas suas principais conferências. No prólogo, afirma “uma instituição bem recebida pelo público e que dura há 11 anos, onde se tem tratado de muitos e importantes assuntos, com elevação da palavra e solidez de doutrina”, cujo objetivo foi “nacionalizar no Brasil as preleções públicas, que entre os povos mais adiantados constituem um poderoso estímulo intelectual; (...) despertar o espírito”. Engajado na cruzada pela “marcha ascendente do Brasil na escola da civilização”, o Conselheiro Correia, membro da elite intelectual e política de sua época, pretendia com as conferências promover os conhecimentos úteis ao progresso da sociedade, considerada “a primeira iniciativa de êxito de promover debates abertos sobre temas de interesse público”. Exerceu a “arte da associação”, por sua atuação política e intelectual na propaganda de ideias e ideais modernos, advindos da Europa e Estados Unidos da América, em que as conferências contribuíram para sua irradiação. Ativo, militante da instrução pública, idealista, suas ideias expressam uma direção consentânea com o espírito pedagógico moderno de cientificização, difusão do conhecimento e de fé no progresso.

Palavras-chave: conferências populares; Manoel Francisco Correia; educação século XIX

O processo de retomada da gestão democrática do Centro de Memória e Museu Guido Straube, Colégio Estadual do Paraná

MARIA HELENA PUPO SILVEIRA

Esta pesquisa se insere na temática de patrimônio educativo, arquivos e acervos de educação, e estudos da história da educação do estado do Paraná. O acervo a que nos referimos, remonta a mais de um século de história, ou seja, uma trajetória que coincide com a emancipação política do estado e, portanto, justifica sua conservação, preservação e exposição à toda população brasileira. Nos referimos aos acervos documentais, tridimensionais e imateriais do Colégio Estadual do Paraná, que, atualmente, passa por um restauro, e, encontra-se em processo de reorganização de todos os acervos. No entanto, desde 2006, por meio de um estudo e parceria com a UFPR e Secretaria Estadual da Educação, formou-se uma Comissão Gestora que elaborou um Estatuto, junto ao Conselho Escolar do Colégio, do Centro de Memória e do Museu Guido Straube. Ambos como setores responsáveis pela salvaguarda de todo acervo histórico da instituição. Os objetivos deste estudo visam proporcionar a instrumentalização prático-teóricos dos novos gestores dos Centro de Memória e Museu Guido Straube, para a elaboração do plano museológico e propostas de trabalho, para o exercício do mandato do triênio 2021-23. Além disso, aprofundar as pesquisas sobre patrimônio educativo, assim como estabelecer políticas de preservação e participação da comunidade escolar na tarefa conjunta de preservação. O presente trabalho pretende, também, estimular estratégias de exposições para dar visibilidade ao acervo e estimular a preservação do patrimônio. As principais referências para os estudos da noção de culturas escolares temos como Viñao (1995), sobre materiais e práticas escolares listamos: Faria; Gonçalves; Vidal e Paulilo (2004); Souza (2007); Felgueiras (2011), dentre outras, e sobre a história da escola, sua organização e a constituição do Centro de Memória e Museu, citamos: Ranzi e Silva (2004), Correia (2004), e Zacharias (2012). Outras referências são as Atas das reuniões dos grupos de estudos, o acervo fotográfico, e os Regimentos que autorizaram o funcionamento das instituições de patrimônio escolar. Atualmente o Museu Guido Straube possui mais de 5.000 itens tridimensionais, acervos documentais, mapas e slides catalogados, a serem incluídos no Pergamum Museus, banco de dados dos Museus Paraná, orientado pela da Secretaria de Cultura e Esportes. Entre inúmeros desafios, um deles atual está na reorganização do espaço, restaurado, nas exposições e projeto de visitação e catalogação e organização dos materiais fotográficos. Pretende-se, nesse artigo dar uma ampla divulgação dos conhecimentos técnicos metodológicos do rico inventário do patrimônio escolar da maior escola pública do Paraná.

Palavras-chave: patrimônio educativo; Colégio Estadual do Paraná; acervos da educação

Por entre “aleluias” e o toque de silêncio: Colégio Arquidiocesano “Sagrado Coração de Jesus” – revelando práticas educativas católicas e culturas escolares (1960-2021)

MARIA JOSÉ DANTAS, ANAMARIA GONÇALVES BUENO DE FREITAS

O artigo está inserido no conjunto de estudos que enfatizam a história de instituições educativas e suas contribuições para história da educação. A importância de estudar os espaços escolares é relevante por contribuir, dentre outras formas, como fonte historiográfica, para elucidar aspectos específicos de processos de fundação, expansão e práticas desenvolvidas no cotidiano escolar. Por meio desses estudos é possível ainda identificar vestígios das atividades pedagógicas desenvolvidas, bem como elementos das trajetórias de professores e alunos. O Colégio Arquidiocesano “S. Coração de Jesus” começou a funcionar no dia 01 de março de 1960, por iniciativa do Padre José Carvalho de Sousa, que desejava proporcionar à juventude sergipana uma formação integral. Inicialmente oferecia o curso ginásial e também o ensino colegial, dividido, naquela época, em clássico e científico. Ao longo dos anos proporcionou à comunidade a oferta de todos os níveis de ensino. O Arquidiocesano passou por diversas transformações em sua estrutura: adquiriu laboratórios de ciências físicas e naturais, de informática, de robótica, biblioteca, memorial e parque desportivo com ginásio, piscinas e praça de alimentação. As características do prédio, os corredores, as salas de aula e demais espaços apresentam marcas de uma cultura escolar específica. O “toque de silêncio” sinalizava a preparação para o início das atividades em sala de aula, já o “Aleluia” de Handel era um alegre convite ao intervalo ou ainda sinalizava o final das atividades. A análise tem como objetivos, identificar qual o enfoque pedagógico adotado pela escola, bem como investigar aspectos da cultura escolar presentes na instituição. O estudo foi realizado a partir dos pressupostos teóricos fundamentados na nova história cultural e na história da educação e teve como base os conceitos de campo religioso de Pierre Bourdieu, espaço e estratégia de Michel de Certeau e representação de Roger Chartier. Dentre as fontes utilizadas estão fotografias, artigos em jornais, depoimentos, regimento escolar, certificados e entrevistas. O recorte temporal da análise vai de 1960 a 2021 e justifica-se pelos seguintes fatos: 1960 é o ano de fundação do Colégio e 2021, ano de encerramento das atividades. Após a investigação e análise dos depoimentos, reportagens e entrevistas, conclui-se que o Colégio Arquidiocesano “S. Coração de Jesus” é uma instituição marcante no cenário educacional do Estado de Sergipe, e apresenta significativa contribuição para a história da educação. São muitas as gerações de alunos, professores e funcionários que passaram pela escola e inúmeros os ex-alunos que ocupam cargos de destaque nos vários setores da sociedade. Além disso, os aspectos da cultura escolar evidenciados nos depoimentos fazem perceber que as práticas educativas ministradas no Colégio Arquidiocesano possibilitaram não apenas a formação educacional, mas também do corpo e da alma.

Palavras-chave: Colégio Arquidiocesano; cultura escolar; instituições educativas

Centros de memória no Centro Paula Souza: 25 anos de uma parceria entre instituição e universidade públicas

MARIA LUCIA MENDES DE CARVALHO, CARMEN SYLVIA VIDIGAL MORAES

O Centro Paula Souza (CPS) é uma autarquia do Governo do Estado de São Paulo, vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, e administra 223 Escolas Técnicas, oferecendo 212 cursos, e 73 Faculdades de Tecnologia, com 84 cursos de graduação tecnológica, em diversas áreas do setor produtivo. Essa instituição cinquentenária, na “Aula Inaugural”, proferida pelo governador Roberto de A. Sodré, em 3 de agosto de 1970, oferece o “Ensino Técnico Superior”, propondo-se a incluir o “ensino técnico de segundo ciclo” para atender a forma o profissional da comunidade trabalhadora. As doze primeiras escolas técnicas estaduais, vieram em 1982, mas a maioria continuou vinculada   Secretaria da Educa o até 1994, quando 84 escolas técnicas foram incorporadas ao CPS. Nesse ano, foi criado o Centro de Memória da Educa o da Faculdade de Educa o da USP (CMEFEUSP), objetivando a produ o de instrumentos de pesquisa para a escrita da história da educa o brasileira, a partir do mapeamento e referencia o de arquivos, acervos bibliográficos e museológicos espalhados pelo Estado de São Paulo. Dois anos depois, quando internamente se discutia a necessidade de estruturar a institui o para evitar perdas de massa documental de arquivos escolares, nessa transferência das escolas técnicas entre as secretarias estaduais, surgiu a parceria do CMEFEUSP com a Coordenadoria de Ensino Médio e Técnico do CPS. Foram cinco anos de prospec o, avaliando a situa o dos arquivos escolares das escolas técnicas mais antigas do estado de São Paulo, um ano de diagnóstico, a partir de um projeto institucional envolvendo 11 escolas técnicas, e em seguida, um projeto de pesquisa proposto por equipe do CMEFEUSP, com apoio da FAPESP, implantando os oito primeiros centros de memória, entre 1998 e 2001. No CPS o projeto de pesquisa iniciado de uma parceria, se consolidou, e propiciou a amplia o dos centros de memória, a partir da cria o do Grupo de Estudos e Pesquisas em Memórias e História da Educa o Profissional (GEPEMHEP), em 2008, e da atua o articulada das pesquisadoras, desde o trabalho conjunto com o CMEFEUSP, até a participa o no comitê editorial da RIDPHE_R, Revista Iberoamericana do Patrimônio Histórico-Educativo/Unicamp. Tal colabora o   emblemática dos alcances possíveis em nossa atividade de preserva o da memória e revitaliza o da história da educa o profissional, para o avanço do conhecimento no campo da história e historiografia da educa o (apesar das limita es da a o governamental, das políticas públicas, no campo da preserva o documental). Para comemorar o jubileu de prata dos centros de memória no CPS, este trabalho propõe a refletir sobre as a es educativas, de estudos e de difusão dos arquivos escolares para a pesquisa em história da educa o, contando com a resistência de professores-pesquisadores nas institui es de ensino, e destacando os desafios teóricos e metodológicos para problematizar a cultura material e imaterial nesses lugares de memória.

Palavras-chave: educa o profissional e tecnológica; História da Educa o; centro de memória

Educação e ditadura militar: desdobramentos da política de assistência a infância pobre em uma instituição escolar paraense (1950 - 1975)

MARIA LUCIRENE SOUSA CALLOU, ADRIENE PIMENTA, LAURA ALVES

Este estudo insere-se no campo da história da educação e seu objetivo é analisar como a ditadura militar pensou e executou a política de assistência a infância pobre e sua relação com a educação em uma instituição escolar voltada para a infância pobre, órfã e abandonada no município de Belém, no período de 1950 a 1975. A pesquisa é documental e a análise das fontes pauta-se na história cultural de Roger Chartier, com base nas práticas e representações constituídas nos documentos. Para discutir história da infância utilizamos Alessandra Schueler, Irene Rizzini, Irna Rizzini, José Gondra e Sônia Câmara. No campo das Instituições educativas, elencamos Gatti Junior, Erving Goffman e Dermeval Saviani. As fontes documentais analisadas foram Atas, Estatutos, Fichas de Admissão de Menores, Fotografias, Regimento Interno, Relatórios de Trabalho e Reportagens em Jornais. Entre os resultados identificamos que a Instituição Pia Nossa Senhora das Graças, surgiu em um período crítico em Belém, no qual pobreza, doenças e o abandono eram recorrentes no cotidiano das crianças. Embora sua origem ocorra nos anos de 1943 por meio da Associação da Juventude Antoniana pertencente à Ordem Menor dos Frades Capuchinhos no Pará, esta modifica-se no período de 1950 a 1975, deslocando-se dos serviços de Caridade para tomar forma de uma instituição que em parceria com órgãos do Estado, funcionaria em Regime de Internato. Os critérios de admissão são reformulados, o controle social da infância pobre se intensifica a partir dos anos 1960, as práticas educativas são específicas para a infância desvalida sendo frequente nas ruas a fiscalização dos espaços frequentados por essas crianças, bem como a existência de instituições educativas são incentivadas em modelo de internato para acolhê-las. O isolamento, as práticas religiosas vinculadas à propagação da fé cristã em Belém e o ensino de um ofício, transformariam crianças pobres, órfãs, abandonadas em cidadãs de grande valor para o estado, em meninas trabalhadoras, livrando-as de tornarem-se nocivas e perigosas à sociedade. Durante a Ditadura Militar no Brasil instituições como Funpapa João XXIII, Fundação do Bem-Estar Social do Pará e Legião Brasileira de Assistência, revelaram seu modus operandi enquanto política que por meio de convênios com Instituições Educativas, receberam verbas e enviaram meninas para que vivessem em regime de internato, fossem amparadas e educadas. Por outro lado, a Instituição era o único caminho para que essas crianças, pudessem ser educadas e protegidas dos perigos do abandono, da orfandade e da pobreza em que viviam em Belém do Pará.

Palavras-chave: história das instituições educativas; educação da infância desvalida; ditadura militar

Diorama do Forte Cumaú: valorização do patrimônio histórico e cultural nas escolas da educação básica do Amapá por meio da educação patrimonial

MARIA RITA DO NASCIMENTO MONTE

O Forte Cumaú foi fundado pelos ingleses e palco da complexa luta entre potências europeias ao longo dos séculos XVII e XVIII na tentativa de conquista da região amazônica. Mesmo desfrutando de um artigo na Constituição do Estado do Amapá como uma área de preservação histórico-cultural e de lazer, não há ações que efetivem a valorização e proteção do Forte Cumaú. A preservação e a valorização tem sido uma dinâmica sócio-histórica que se tornou fundamental para efetiva proteção do patrimônio cultural em uma perspectiva relacionada com a Educação patrimonial. Nesta conjuntura, busca-se a exploração, no contexto escolar, das possibilidades da preservação do Patrimônio histórico, arqueológico e cultural Forte Cumaú, objeto desta pesquisa. A pesquisa teve como objetivo, a inserção de métodos da Educação Patrimonial, de modo que ela se materializasse na prática docente para fortalecer os vínculos de identidade dos estudantes com os patrimônios culturais que fazem parte da história local do Estado do Amapá, como o Forte Cumaú, através de uma Oficina educativa com uso tanto da teoria quanto da prática da Educação Patrimonial, servindo-se da Folha Didática e de tutoriais de Construção do Diorama do Forte Cumaú. As etapas da pesquisa foram aplicadas em turmas do 6º ano e 7º ano do Ensino Fundamental II da Escola Estadual Francisco Walcy Lobato Lima, localizada no Município de Santana-AP, através do modelo de Aula-Oficina, projetada por Isabel Barca (2004), que objetiva à construção do conhecimento histórico pelos alunos, agentes de sua formação com ideias prévias e experiências diversas, onde o professor aparece como organizador das atividades que problematizam os saberes históricos. Para a construção do Diorama do Forte Cumaú, utilizou-se, principalmente, a arte em biscuit, sendo a matéria prima: massa de modelar feita a partir da mistura de porcelana fria, amido de milho, cola branca, limão ou vinagre. O produto educacional (Diorama do Forte Cumaú) foi idealizado como recurso didático de apoio aos professores que ensinam “História e Estudos Amazônicos e Amapaenses” no Ensino Fundamental II em escola pública ou privada no Estado do Amapá. Como resultados da pesquisa, tivemos a reflexão sobre o patrimônio cultural local, o reconhecimento da identidade, a valorização e o interesse para o estudo/aprendizagem da história do patrimônio histórico, arqueológico e cultural Forte Cumaú dentro das escolas de Educação Básica do Estado do Amapá, proporcionando aos educandos, público-alvo deste trabalho, apoio didático pedagógico para uma aprendizagem significativa. Os pressupostos teóricos da pesquisa fundamentam-se em autores que discorrem sobre a educação patrimonial (HORTA, 2005; PELEGINI, 2009; IPHAN, 2011), a história do Forte Cumaú (SALDANHA, 2013), dioramas (ASENSIO, 1996) e teoria da aprendizagem significativa de David Ausubel (MOREIRA; MASINI, 2002).

Palavras-chave: Forte Cumaú, educação patrimonial, ensino de história da Amazônia.

Escolas profissionais paulistas: memórias dos cursos femininos

MARIA TERESA GARBIN MACHADO

Com 240 mil habitantes no início do século XX, a cidade de São Paulo constituía a residência da burguesia latifundiária e comercial do país, e a necessidade de mão de obra para o parque fabril, em grande efervescência, provocou iniciativas no sentido de formar um trabalhador disciplinado, voltado aos ideais do nacionalismo e com conhecimentos especializados. Sendo assim, em 1911 o governo paulista iniciou sua rede de escolas profissionais por meio da instalação de duas escolas na capital, em Amparo e em Jacareí, sendo que esta última teve vida efêmera. A Escola Profissional Masculina e a Escola Profissional Feminina, ambas no bairro do Brás, e a escola de Amparo constituíram o início do desenvolvimento do ensino profissional paulista, voltado à formação de trabalhadores qualificados, uma vez que na época, as instituições existentes tinham somente caráter assistencial. Focado nos cursos femininos, este trabalho apresenta aspectos inicialmente da Escola Profissional Feminina, destinada ao atendimento de meninas maiores de 12 anos, diplomadas pelo grupo escolar, ou com conhecimentos equivalentes, oriundas de famílias de classes trabalhadoras, principalmente imigrantes. O corpo docente, sem formação específica para as escolas profissionais, era constituído de professoras primárias, mestras e auxiliares, e tendo como diretor um professor normalista, a Escola Feminina ofereceu nas primeiras décadas de funcionamento, cursos de Corte e Confecção, Rendas, Bordados, Flores, Feitio de Chapéu, Roupas Brancas, Arte Culinária e Economia Doméstica, demonstrando que tanto o preparo de operárias do futuro para o mercado de trabalho, como a formação da “rainha do lar”, voltada à criação dos filhos e tarefas domésticas, se fizeram presentes. Acompanhando tendências e necessidades de cada época, ofereceu também cursos de Formação, Educação e Aperfeiçoamento de Mestras em Educação Doméstica e cursos de Dietética. Ao final da década de 1920, Cursos Práticos Profissionais já existiam em 15 cidades do interior, sendo mais procurados os cursos de Mecânica e Economia Doméstica, com oficina de confecções, seguido pelo de Bordados, Flores e Chapéus. Prosseguindo na capilaridade da rede escolar, cursos ordinários e extraordinários profissionalizantes acompanharam a trajetória de escolas artesanais e ginásios industriais até 1963, quando foram substituídos pelos Cursos de Aprendizagem Profissional (CAP). Tendo como fontes primárias, documentos escolares e iconográficos, este trabalho, sob o enfoque metodológico ancorado nos referenciais da história cultural, tem como objetivo principal, por meio da preservação e difusão do patrimônio documental das instituições escolares, contribuir para o entendimento da trajetória da educação profissional e tecnológica no estado de São Paulo.

Palavras-chave: instituições escolares; ensino profissional; escolas femininas

Cartas, para que vos quero? Projetos educacionais do professor Walter Fernando Piazza através de seu arquivo pessoal (Santa Catarina/décadas de 1960-1970)

MARIA TERESA SANTOS CUNHA

O Instituto de Documentação e Investigação em Ciências Humanas, mantido pela UDESC/SC, em Florianópolis, se caracteriza como um centro de documentação e pesquisas destinado a receber e salvaguardar arquivos pessoais de educadores e intelectuais catarinenses. Nele, o arquivo pessoal do professor Walter Fernando Piazza, com cerca de 5000 peças, está depositado desde 2016. Walter Fernando Piazza, historiador e professor catarinense (1925/ 2016), atuou na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); na Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) e na Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI). Foi criador e primeiro Coordenador do primeiro Programa de Pós-Graduação em História em Santa Catarina, na UFSC, em 1975, Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina (IHGSC). Realizou pesquisas e escreveu obras sobre história, folclore, fluxos migratórios, e arqueologia do estado de Santa Catarina, entre outras. Este trabalho analisa uma coleção de cartas de seu arquivo pessoal, trocadas com um casal de professores/arqueólogos norte-americanos o que evidencia a participação desse intelectual mediador (GOMES e HANSEN, 2016) em projeto educativo, de cunho internacional até então pouco reconhecido. As cartas trocadas permitem analisar tanto o investimento na construção de projetos educacionais conjuntos bem como encontrar rastros sobre os propósitos e motivações pessoais dos autores, modos de vida e sociabilidades trocadas. O estudo considera a importância dos arquivos pessoais que guardam rastros documentais de passados e podem ser concebidos como resultado do empenho de determinada personalidade em legar, e até mesmo impor, ao futuro, uma imagem de si. As cartas trocadas serão historicizadas, no presente, como portadoras de diferentes tipos de registros, que abrem acesso a passados em temporalidades múltiplas (KOSELLECK, 2014). Os resultados, ainda que parciais, apontam para uma dimensão educativa das trocas epistolares que se reveste de importância para a história da educação catarinense e brasileira, neste período, como depositárias do passado formativo comum de uma geração de professores, de sua relação com a escrita epistolar e de sua atuação em projetos educativos de cunho internacional. Tal abordagem, ainda que contenha silenciamentos. próprios dos arquivos pessoais, contempla a atuação e gestão de professores universitários, sujeitos dotados de intelectualidade, e suas inscrições em projetos educacionais conectados à história da educação e mediados pela experiência investigativa da história do tempo presente. Propõe, igualmente, uma reflexão sobre as práticas epistolares, os interesses e os recursos investidos na produção dos legados e memórias que os conjuntos documentais materializam, em seu arquivo pessoal.

Palavras-chave: intelectuais; projetos educacionais; arquivos pessoais

Cultura impressa e capitalismo tipográfico: estratégias editoriais da revista O Tico-Tico (1905-1961)

MARIA ZELIA MAIA DE SOUZA, FRANCISCA DAS CHAGAS VIANA VALE DOS SANTOS

Tomando como ponto de inflexão publicações da revista O Tico-Tico, nas quais o centro de interesse é a educação, em seu sentido amplo, o objetivo central deste estudo é investigar as finalidades dessas publicações e inquirir se são parte das lutas e das estratégias dos editores do referido impresso para se manterem no mercado editorial por seis décadas. Os conceitos de capitalismo tipográfico e a interrelação deste com a cultura impressa deram sustentação à análise que se fez à luz dos estudos de Stuart Hall (2002) e de Benedict Anderson (2008). Nesse sentido, o estudo mobilizou a semiótica que considera que todos os objetos culturais expressam sentidos e todas as práticas culturais dependem do sentido (HALL, 2002). Essa abordagem teórico-metodológica considera a revista O Tico-Tico como objeto e signo e contribui para interrogarmos as estratégias mercadológicas dos editores da revista em exame, entre os anos de 1905 e 1961. Tomamos com ponto de partida uma agenda a ser percorrida a partir das seguintes questões: como os editores fizeram uso das regras linguísticas e editoriais para comunicarem e divulgarem o que compreendam e defendiam como sendo educação em seu sentido amplo? As redes de circulação e possíveis conexões dos editores da revista em exame contribuíram tanto para a conformação da cultura impressa e quanto afirmar a revista no mercado editorial? Para cumprir essa agenda de trabalho. Na análise operamos com a seguinte triangulação: i) exame da revista O Tico-Tico e os encartes Almanach do Tico-Tico e Meu Jornal em sua materialidade; ii) identificação de espaços, locais de circulação e possíveis conexões com a imprensa internacional; iii) elaboração de uma cartografia de potenciais leitores a partir do exame das imagens e dos textos nos quais a educação, em sentido amplo, se fez presente nas páginas do periódico investigado. A pesquisa concluiu que tanto o Almanaque do Tico-Tico quanto o Meu Jornal, foram parte de uma estratégia mercadológica dos editores da revista O Tico-Tico para garantirem a perenidade daquele periódico no mercado editorial por longas décadas. Complementar a essa estratégia, própria do capitalismo tipográfico, os editores fizeram parte de um movimento internacional de publicações voltadas para o público infantil, do qual esteve presente Walt Disney, por exemplo. Assim, na outra ponta do vértice, sustenta-se que a necessidade de afirmar e firmar, por meio de uma cultura impressa, um “ideal” de criança leitora, e portanto, educada, pode ter contribuído para garantir a permanência da Revista O Tico-Tico por um longo período no mercado editorial. Dessa forma, conclui-se que a revista O Tico-Tico colaborou para a propagação do que se compreendia por educação não escolar em diferentes regiões do Brasil. Dessa forma, buscou, por meio de uma cultura impressa em suas páginas, não só divulgar finalidades e valores educativos, como também valores morais amplamente expostos nas seções da revista e de seus encartes.

Palavras-chave: cultura impressa; revista O Tico-Tico; educação não escolar

A pesquisa em História da Educação em tempos de pandemia

MARIA ZENEIDE CARNEIRO MAGALHÃES DE ALMEIDA, CESAR BRESSANIN

A pesquisa em história da educação, como toda e qualquer pesquisa, apresenta suas doçuras e amarguras. O caminho da pesquisa e do(a) pesquisador(a) não é um traçado fácil, retilíneo e totalmente ajardinado. Nele existem ladeiras, sinuosidade, cascalhos, falta de luz, algumas erosões e espinhos. A presente comunicação objetiva lançar olhares sobre estes caminhos na turbulência dos tempos atuais, em que a pandemia da COVID-19 destruturou a sociedade, e gerou nas pesquisas em história da educação, de maneira especial no diretório/grupo de pesquisa Educação, História, Memória e Cultura em diferentes espaços sociais-HISTEDBR vinculado ao Programa de Pós-graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, inúmeros desafios. Pautado nos pressupostos de relato de experiência, a comunicação adentra as trajetórias de algumas pesquisas em desenvolvimento a partir das dificuldades encontradas por elas para acessar acervos a partir de março de 2020 até julho de 2021. Na pesquisa em História da Educação, passos são fundamentais: a escolha da temática, do objeto e sua problematização, a delimitação do recorte temporal e espacial, a catalogação de referencial teórico, a escolha da metodologia, enfim, percursos indispensáveis. Mas em meio aos passos dados, uma enorme pedra no caminho. As pesquisas em andamento se viram aguilhoadas, pois a pandemia não permitiu o acesso aos acervos no tempo projetado: escolas fechadas, instituições e arquivos cerrados, centros de documentação sem funcionar. A dificuldade levou a um questionamento: por que tais acervos ainda não foram digitalizados? Apesar de certo avanço em muitas instituições de pesquisas no tocante a digitalização e disponibilidade dos acervos em plataformas digitais, com destaque ao acervo documental da Rede de Estudos da História da Educação de Goiás, organizado e disponível no site da Universidade Federal de Goiás, percebeu-se que no estado de Goiás e do Tocantins, o acesso remoto a muitos lugares de pesquisa ainda é ínfimo. Todas as quatro pesquisas em evidência paralisaram seus percursos, a reconstrução da metodologia e a busca de alternativas foram necessárias, o que tardou o desenvolvimento delas, em especial as pesquisas de mestrado e de doutoramento em seus processos de qualificação e defesa. A pandemia da COVID-19 tem exibido necessidades que há algum tempo já existiam, como a digitalização e publicização dos acervos públicos memoriais. Infelizmente, o contexto negacionista e de precarização da ciência e da pesquisa no Brasil, apesar dos muitos esforços já preconizados, inviabiliza políticas públicas para a construção de acervos digitais, ativando cada vez a pesquisa, em particular da história da educação, e o aproveitamento cultural que certamente traz contribuições no cenário do desenvolvimento social e econômico.

Palavras-chave: pandemia; acervos digitais; pesquisa em História da Educação

0 jovem em revista: Vida Juvenil (1949-1959)

MARIANA ELENA PINHEIRO DOS SANTOS DE SOUZA

Este estudo se relaciona à minha pesquisa de doutoramento, em fase inicial. A pesquisa se insere no âmbito da história da educação, em diálogo com os campos da história da leitura, do impresso e da juventude. de maneira especial a este último campo de diálogo, este estudo se debruça na compreensão de uma juventude à luz de Vida Juvenil, periódico ainda em processo de leitura, de análises e de apropriação por parte da autora, haja vista a ausência de pesquisas sobre este impresso. Portanto, trata-se de um primeiro movimento em busca de se compreender o que se produzia e de quais formas se concebia a juventude no período destacado. Vida Juvenil foi uma revista que circulou de 1949 a 1959, no Distrito Federal, à época, atual cidade do Rio de Janeiro, e que tinha como público visado jovens de ambos os sexos. Circulou ao lado das outras duas produções da Sociedade Gráfica Vida Doméstica, responsável por sua edição: Vida Doméstica (1920-1963) e Vida Infantil (1947-1960). A pesquisa empreendida no mestrado, cuja análise recaiu em Vida Infantil (1947-1950), permitiu constatar o aspecto híbrido de sua composição, tendo como elementos norteadores a diversão, a educação e a instrução de seus pequenos leitores. Assim, ainda que Vida Juvenil tenha sido a revista de menor longevidade dentre as produzidas pela editora, sua composição, também tomada como híbrida, à luz de Vida Infantil, é capaz de iluminar elementos caros para se reconstituir fragmentos da juventude nas décadas de 1940 e 1950, no Brasil. Nesse sentido, o presente estudo buscará observar parte das seções observáveis em Vida Juvenil e de que modo essas seções veiculavam o que se pretendia ser oferecido à juventude. Para tanto, lanço mão da Lei Orgânica do Ensino Secundário, em vigor de 1942 a 1961, para compreender o teor educativo e instrutivo do periódico em tela, assim como utilizo algumas edições da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP), produzida pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, que fazia parte do Ministério da Educação e Saúde, como fontes para este trabalho. As edições elencadas versam sobre o ensino secundário, cujo público visado parecia se relacionar com os de Vida Juvenil. Entende-se por ensino secundário aquele que se iniciava logo após o término do ensino primário, a partir dos 11 anos, e que findava por volta dos 18 anos, ao passar pelo curso clássico ou científico. Assim, busca-se cotejar o que era veiculado na Lei Orgânica de 1942 e em algumas edições da RBEP e em Vida Juvenil, a fim de se compreender se se tratava do mesmo público jovem: sujeitos em idade escolar, entre 11 e 18 anos, e que fizessem parte do universo escolar à luz do que se buscava produzir para este público, de maneira oficial. Por fim, Chartier (1992) e Bakhtin (2014) compõem parte do arcabouço teórico e, de maneira específica, os estudos de Mello (2017) e Rosa & Dallabrida (2016) se mostram potentes para se pensar o ensino secundário.

Palavras-chave: revista; juventude; ensino secundário

Recortes da imprensa: discursos da instrução e da Escola Normal de Uberaba – MG (1881-1905)

MARIANA SILVA SANTOS

A Escola Normal de Uberaba foi uma instituição pública, criada em 1881 e instalada em 1882, que tinha como objetivo formar professores para o ensino primário. A instituição surgiu, tal como outras instituições de formação de professores à época, como uma promessa de modernidade, civilidade e progresso para o município e a província/estado de Minas Gerais, e esta comunicação se propõe a investigar como a Escola Normal de Uberaba e a instrução eram tratadas na imprensa, de maneira mais específica em periódicos do município de Uberaba, entre 1881 e 1905, quando do fechamento da instituição estudada. Para tanto, considera-se a imprensa como um elemento que favorece a circulação de saberes, e que contribui para a formação de opinião. Investigar este corpus documental é uma tentativa de compreender as representações de educação que eram veiculadas no período estudado. Utiliza-se como referencial teórico e metodológico a história cultural, sobretudo amparando-se nas discussões tecidas pelos autores Justino Magalhães (2004) e Roger Chartier (2002). Consideramos, principalmente, a noção de representação, que procuramos identificar a partir de agentes, fatores e informações. Emprega-se, ainda, o referencial metodológico da análise de conteúdo, apropriada da obra de Maria Laura Puglisi Barbosa Franco. Esta técnica é tida como válida para avaliar o corpus documental do trabalho, pois ela é ideal para analisar mensagens, enunciados, discursos, uma vez que passa pela descrição, explicação e interpretação dos conteúdos documentais. As fontes eleitas para realizar o trabalho foram os periódicos a seguir: O Progresso, Correio Uberabense, Monitor Uberabense, Gazetinha Mineira, O Mineiro, O Volitivo, Gazeta de Uberaba, Tribuna do Povo, Triângulo Mineiro, Almanaque Uberabense e Revista de Uberaba. Os resultados da investigação permitem afirmar que a instrução pública era uma preocupação presente nos periódicos locais. Em algumas aparições, a temática da instrução pública apropriava-se dos discursos dos presidentes de província/estado, reforçando a necessidade da obrigatoriedade escolar e dos exemplos tomados de países desenvolvidos. Os recortes de jornais evidenciam que a escola estava representada de diversas maneiras, a depender do periódico. Alguns se limitavam a trazer publicações corriqueiras, como nomeações, licenças e concursos, enquanto outros se aprofundavam em crônicas e em escritos elogiosos ou críticos. A presença da escola nos periódicos leva a concluir que a instituição era valorizada pela cultura do município, e também que a temática atraía a atenção dos leitores. Paralelamente a isso, a abundância de publicações poderia figurar como uma tentativa de convencimento da população acerca da importância da instrução e da educação, perseguindo-se a ideia primeva da época de promover modernidade, civilidade e progresso por meio da educação.

Palavras-chave: história das instituições; escola normal de Uberaba; instrução pública

“Urna mostrará em 2022 a síntese do que foi o Brasil-72”: lembranças do sesquicentenário

MARIANE CONCEIÇÃO, JOSÉ GONÇALVES GONDRA

No ano de 1972 comemorou-se o Sesquicentenário da Independência do Brasil, um acontecimento com repercussão em diferentes setores da sociedade brasileira. Em 1960 entrava em circulação o diário matutino *O Jornal* (1960-1974) no Rio de Janeiro. Após seu lançamento, o periódico relatava, em 1973, a criação de uma Urna do Sesquicentenário. De acordo com a Hemeroteca Digital, da Biblioteca Nacional, houve quatro remissões à referida Urna nos dias 3, 7 e 10 de janeiro do mesmo ano. Outros cinco periódicos também trataram deste assunto. A urna tinha como objetivo sintetizar as comemorações do período e nela estão presentes registros de revoluções brasileiras em diferentes campos, o futebol brasileiro como tricampeão, a construção da transamazônica, a música do Sesquicentenário, a industrialização do Norte e do Nordeste do país e, por fim, entrevistas com grandes nomes brasileiros da ciência e arte e de representantes como Luiz Gonzaga, Chacrinha e Emerson Fittipaldi. A urna conterà, ainda, exemplares do chamado Plano Nacional de Desenvolvimento elaborado pelo então Ministro do Planejamento João Velloso (1969-1979) com o intuito de evidenciar o planejamento do Governo brasileiro para o futuro, partindo do ano de 1972. Segundo *O Jornal*, a urna de latão, forrada por uma camada de material antimagnético e acrílico, atualmente, encontra-se em frente ao Museu da Quinta da Boa Vista e tem previsão de ser aberta em 2022 durante as comemorações do Bicentenário da Independência e nela estão gravados os dizeres: “todos que por aqui passem, protejam essa laje, pois ela guarda um documento que revela a cultura de uma geração e um marco na história de um povo que soube construir o seu próprio futuro”. Entretanto, a urna lacrada no período das comemorações e desenvolvida pelo Instituto Nacional de Tecnologia, optou por não caracterizar marcos essenciais do período, como o alto número de analfabetos no país devido a aceleração ilusória e compulsória da alfabetização proposta por iniciativas como o Mobral, além das imposições do governo ditatorial vivenciado. Destacando-se por ser o único a analisar criticamente a criação da urna, o Periódico *O Pasquim* (1969-1991) a denomina como “o caixão do século” em uma forte crítica à ideia. De acordo com os pontos elencados, a Urna se caracteriza basicamente em uma análise sociopolítica de 1972, como descrito pelo periódico. Entretanto, há necessidade em levantar questionamentos a respeito do conteúdo, como a busca pelo encobrimento de outras dimensões da ditadura. Afinal, o que cabe comemorar no ano de 2022 de acordo com a proposta oficial e quais fatos foram excluídos desta iniciativa, isto é, da Urna do Sesquicentenário? O entrecruzamento do conteúdo dos dois jornais trabalhados permite perceber a existência de representações dissonantes a respeito da história nacional que, no limite, tem efeitos na formação de determinadas representações a respeito da independência do Brasil, fora e dentro do aparato escolar.

Palavras-chave: sesquicentenário; independência do Brasil; história nacional

Irmã Celma Calvão da Silva: entre o noviciado doroteano e a memória da educação friburguense (1978-1988)

MARIANE VIEIRA SILVA, VIVIAN BATISTA DA SILVA

Esse trabalho pretende dissertar sobre a trajetória da Irmã Celma Calvão da Silva frente à Faculdade de Filosofia Santa Doroteia (FFSD) em Nova Friburgo/RJ, no período entre 1978-1988. Tal estudo dá continuidade a trabalhos anteriores e atualmente vincula-se ao Projeto Temático Saberes e práticas em fronteiras: por uma história transnacional da educação (1810-...) (FAPESP, Processo: 2018/26699-4), na medida em que investiga a circulação da irmã no campo educacional e de que maneira suas iniciativas produziram e colocaram em circulação ideias sobre o magistério. O recorte temporal em questão compreende os dez primeiros anos da irmã frente à instituição enquanto diretora. Celma Calvão da Silva nasceu no dia 12 de outubro de 1934, na cidade vizinha de Bom Jardim e formou-se em Pedagogia, no ano de 1961, no Departamento Feminino da Faculdade de Filosofia Nossa Senhora da Medianeira – instituição esta que posteriormente veio a se tornar a Faculdade de Filosofia Santa Doroteia. Assim, Celma Calvão vivenciou a instituição enquanto aluna, professora e diretora; logo, suas memórias contam sobre si, em sua trajetória acadêmica e profissional, e sobre a própria FFSD, que pertenceu ao projeto educacional da Congregação das Irmãs Doroteias. Esse trabalho tem como objetivo geral analisar registros que contam a história da Irmã Celma Calvão da Silva enquanto professora e diretora da Faculdade de Filosofia Santa Doroteia entre 1978 e 1988 em Nova Friburgo/RJ, e como objetivos específicos: analisar a atuação profissional de Celma Calvão da Silva e suas interfaces com o período histórico de abertura política pós ditadura civil-militar e entender a relação entre noviciado, magistério e direção da Irmã Celma Calvão da Silva considerando questões de gênero, poder e identidade dentro do recorte temporal estabelecido. As fontes consultadas são registros encontrados na própria instituição, tais como registros escritos, diários, cadernos, fotografias, bem como os consultados no jornal A Voz da Serra, de grande circulação local. O referencial teórico utilizado para a realização dessa pesquisa conta com os estudos de Santos e Chaloub (2008), Michelle Perrot (2017), Pierre Nora (1981), Levi (1992), Febvre (1985), entre outros. As discussões em torno da representatividade educacional da Irmã Celma Calvão da Silva para a Faculdade de Filosofia Santa Doroteia possibilitam dar voz à educadoras religiosas, esquecidas ou engolidas pela grandiosidade das instituições que pertenceram. Esse tipo de pesquisa nos faz entender sobre a sistemática organizacional e cultural das instituições de ensino e suas interfaces entre história, memória, educação e suas relações com a historiografia a nível local e nacional. Escrever a história da Irmã Celma Calvão da Silva que tem como pano de fundo a Faculdade de Filosofia Santa Doroteia possibilita resgatar memórias de uma instituição de grande importância local que virou referência de educação superior para a cidade.

Palavras-chave: FFSD; História da Educação; memória

Festas escolares na imprensa periódica mato-grossense durante a primeira metade do século XX

MARIJANE SILVEIRA DA SILVA

Esta comunicação visa apresentar resultados de pesquisa cujo objetivo consistiu em analisar as representações dos festejos escolares veiculados na imprensa periódica mato-grossense durante a primeira metade do século XX. Durante o período investigado observa-se que a imprensa periódica mato-grossense exerceu um papel relevante na divulgação das práticas realizadas pelas escolas primárias. Uma destas práticas refere-se as festas e comemorações escolares, que foram intensificadas durante o Estado Novo, cujas ações voltaram-se para a instituição e consolidação do patriotismo. Os jornais de circulação periódica trazem detalhes, narrando como as festas e comemorações eram planejadas e realizadas no interior das instituições educativas, enquanto espaço privilegiado, mas também para além dos muros escolares, com os desfiles cívicos realizados nas ruas das cidades. Os programas dos festejos eram constantemente veiculados na imprensa periódica, com os detalhes das atividades que seriam realizadas, com diferentes apresentações culturais, especialmente musicais, mas sempre permeadas por apresentações cívicas como os discursos, hinos, orações e preleções, bem como os nomes das instituições escolares e a participação de alunos e professores. Os jornais de época utilizados nesta pesquisa foram O Estado de Matto Grosso, A Cruz e O Matto-Grosso, cujas fontes foram analisadas a luz de referencial teórico de abordagem historiográfica e no viés da história cultural. As fontes foram localizadas na hemeroteca da Biblioteca Digital Nacional e nos acervos físicos localizados na cidade de Cuiabá-MT e cotejadas com documentações legais e obras memorialísticas. Buscou-se as notícias veiculadas pela imprensa periódica de produção local, na qual foi possível localizar um quantitativo significativo da realização de festejos cívicos promovidos pelas escolas, com a participação da população local. Os resultados apontam para a disseminação de ideais republicanos, dos eventos cívico-patrióticos efetivados pelas instituições escolares, com grande participação popular e largamente noticiados pela imprensa periódica, mas demonstram que as festas escolares não tinham apenas a intenção de comemorar datas cívicas, sendo noticiados também outros festejos que aconteciam no interior das escolas e a participação dos escolares em outros festejos que aconteciam na cidade. Outras comemorações mais ligadas ao cotidiano da escola também são relatadas nos periódicos mato-grossenses, como a comemoração pelo aniversário de alunos, de professores, de diretores. Todas as comemorações realizadas nas escolas primárias eram veiculadas na imprensa com vastos programas nos quais constam as inúmeras apresentações e discursos que eram reproduzidos pelos jornais da época, o que demonstra que as festividades envolviam os atores das instituições escolares (alunos, professores, entre outros), sendo elas cívicas ou não.

Palavras-chave: festas escolares; imprensa periódica mato-grossense; representações

Centro de Memória Escolar de Mato Grosso: uma iniciativa em tempos de pandemia

MARIJANE SILVEIRA DA SILVA

A pandemia mundial provocada pelo vírus Sars-CoV-2, causador da Covid-19 alterou todo o cenário em que vivemos, restringindo a realização de várias atividades. Neste cenário, muitos desafios se colocaram aos pesquisadores na área de História da Educação impondo novas formas de se desenvolver pesquisas, principalmente no tocante ao acesso e manuseio das fontes e sua disponibilização nos acervos documentais. Neste sentido, para esta comunicação, será analisado o processo de criação e implantação do Centro de Memória Escolar de Mato Grosso, enquanto iniciativa do Grupo de Pesquisa História da Educação e Memória – GEM frente aos desafios impostos pela pandemia. Ao longo dos seus 28 anos de existência o GEM armazenou uma considerável base de dados documental de acervos públicos e privados, compôs uma biblioteca na área da educação, principalmente no campo da História e História da Educação, e recebeu de muitos colaboradores equipamentos tecnológicos de uso escolar (mimeógrafo, retroprojeter, gravador, entre outros), assim como livros, manuais, cartilhas e cadernos escolares. Neste sentido, a criação do Centro de Documentação Escolar de Mato Grosso representa um somatório (TESSITORE, 2003) de outras instituições como o arquivo, a biblioteca e o museu, dedicadas à guarda e gestão de documentos e se consolida como um espaço para atender a um propósito específico. Essa iniciativa possibilita ao grupo de pesquisa acolher todo tipo de registro documental, estabelecer parcerias/convênios com órgãos externos para o recebimento e tratamento (higienização) de documentação das escolas do estado, que, estão sendo organizadas preservando a estrutura operacional do arquivo original. Essa metodologia foi adotada por compreender que são variados os tipos de documentos produzidos e acumulados, bem como são diferentes os formatos (formulários, fichas, caderno, planta), as espécies (atas, relatórios, carta, diploma), e os gêneros (audiovisual, fonográfico, eletrônicos). Após estas etapas os documentos entram no processo de digitalização para, em seguida, serem disponibilizados a todos aqueles interessados em estudar, investigar e conhecer sobre a História da Educação de Mato Grosso. Com a criação e implementação do Centro de Memória está sendo possível coletar, guardar, recuperar e preservar a memória da educação mato-grossense e, ao disponibilizar a documentação, democratizar o acesso de uma infinita gama de material variável, impressos, audiovisuais e objetos escolares bem como impulsionar a continuidade de pesquisas na área.

Palavras-chave: centro de memória; acervo documental; História da Educação

Letras como degrau de mobilidade social e racismo como barreira na trajetória ascendente de uma família negra do Maranhão

MARILÉIA DOS SANTOS CRUZ

A narrativa histórica que dá ênfase ao modelo familiar patriarcal, de forma concomitante tornou invisível nucleações familiares afrodescendentes, e mantém a representação das populações negras como membros agregados menos significantes dos núcleos familiares brancos. A ressonância desta narrativa até os dias atuais evidencia a sua força como instrumento de reprodução de desigualdade social. Tal abordagem anuncia a supremacia cultural dos segmentos humanos de origem europeia e a inferioridade dos grupos de origem africana. O presente estudo analisa a trajetória ascendente de uma família negra maranhense que, por mais de uma geração, usou a instrução como ferramenta para alcançar mobilidade social. Esta família, cujo membro mais proeminente foi José do Nascimento Moraes, transitou entre outras famílias de procedência social variadas, entre o período da segunda metade do século XIX e a primeira metade do século XX. O estudo utiliza o conceito de trajetória ascendente, conforme apresentado por Spitzer (2001) e análises sobre racismo, pontuadas por Almeida (2019). Dados levantados até aqui, indicam o trânsito de membros da família, por conhecidas escolas do Maranhão, desempenhando carreiras ligadas ao universo letrado. Dos sete filhos mais conhecidos de Nascimento Moraes, pelo menos seis, exerceram a carreira docente (Áppio Cláudio, Paulo Augusto, Nadir Adelaide, Raimundo, Talita e Nascimento Moraes Filho), dois tornaram-se destacados jornalistas e ocuparam cadeiras na Academia Maranhense de Letras (Paulo Augusto e Nascimento Moraes Filho). O trabalho demonstra, no âmbito da trajetória social de membros de três gerações da família, como a escolarização foi utilizada como meio de alcançar mobilidade e prestígio social, ao mesmo tempo que se verifica a força do racismo atuando como obstáculo a projetos de ascensão. O trabalho é de natureza indiciária e utiliza fontes do Arquivo Público do Estado do Maranhão (APEM), da Biblioteca Pública Estadual Benedito Leite e jornais do acervo da hemeroteca digital da Fundação Biblioteca Nacional. O percurso pelo mundo das letras, com carreiras no jornal e no ensino, como executou Nascimento Moraes e membros antecedentes e descendentes diretos de sua família, exemplifica como a educação foi usada como importante elemento favorável à integração dos grupos emancipados. Estimulados pela concorrência imposta pelo sistema da meritocracia, que promete premiar os que alcançam mais erudição, setores das populações negras, apesar do racismo, vão construindo trajetórias ascendentes, com a esperança de que, em sucessivas gerações, sejam rompidas as barreiras impostas pela alegação de uma suposta inferioridade germinal.

Palavras-chave: Nascimento Moraes; famílias negras; trajetória ascendente

A persistência do “problema do menor”: uma análise do Código de Menores e da infância pobre nas páginas dos jornais da ditadura militar

MARILENE ANTUNES SANT’ANNA

No Brasil, a população infantojuvenil em situação de vulnerabilidade foi tutelada por três legislações, ao longo do século XX: os códigos de menores de 1927 e 1979 e o Estatuto da Criança e do Adolescente no ano de 1990. Muitos pesquisadores de diferentes áreas das ciências humanas e sociais, têm se dedicado a acompanhar os debates em torno das doutrinas jurídicas implementadas e, também as estratégias postas em práticas pelo Estado para lidar com os problemas das crianças, dos jovens e das famílias em situação de conflito com a ordem e a lei. (Câmara, 2010; Vogel, 2011; Rizzini, 2007). Defendemos que, no caso do Código de 1979, cabem ainda análises que considerem as mudanças acontecidas no país nas décadas anteriores, que se configuram em críticas às políticas de assistência do Estado e às instâncias jurídicas que tratam dos menores, e em novos olhares dos espaços ocupados por crianças e jovens pobres no processo de industrialização e urbanização das cidades brasileiras. O presente trabalho tem como objetivo apresentar o levantamento que vem sendo realizado nos principais jornais das décadas de 1960-70 no âmbito do projeto intitulado “O código de Menores da ditadura militar brasileira: juristas, parlamentares e imprensa discutindo a infância pobre nas décadas de 1960 e 1970”, vinculado ao NIPHEI (Núcleo interdisciplinar de pesquisa em História da Educação e Infância) da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). A apresentação analisa as representações construídas nos editoriais e reportagens dos periódicos, em torno dos usos das categorias menor, menoridade, delinquência e as ações empreendidas, por políticos e juristas, pela tramitação e aprovação do novo código de menores no Brasil. Considera-se importante levar em conta, além do ideário e ações jurídicas, o contexto de implementação do novo código, realizado no âmbito da doutrina de segurança nacional e da política de bem estar do menor, promovida pelos governos militares. O trabalho dialoga com produções do campo da judicialização de crianças e jovens na condição de pobreza, abandono e delinquência desde o final do XIX até a década de 1970 (VIANNA, 1999; PILOTTI e RIZZINI, 2011; FRONTANA, 1999; RODRIGUES, 2001; DAMINELLI, 2019). Além disso, aproxima-se metodologicamente de trabalhos que discutem a imprensa e sua legitimidade como instância discursiva apresentadora e organizadora das questões políticas e sociais (BARBOSA, 2007; RIBEIRO, 2007; AREND, 2014).

Palavras-chave: história da infância e da juventude; Código de Menores; história da imprensa

Saberes conectados – práticas educativas brasileiras e alemãs em diálogo

MARILU FARICELLI

A comunicação apresenta estudo sobre a história de uma instituição educativa internacional, alemã e brasileira, e analisa prática educativa elaborada por professores de História dos dois países durante o período de sua certificação como Escola Alemã de Excelência no Exterior. Processos de certificação são normalmente entendidos como homogeneizadores, de imposição cultural de algo definido como verdadeiro e universal. Na presente comunicação o objetivo é o de afastar-se das noções tradicionais de influência e impacto cultural para estudar maneiras pelas quais diferentes contextos afetam propostas pedagógicas que pretendem se impor em um ambiente considerado como de recepção. Entendo que o conhecimento passa por diversas adaptações ao cruzar fronteiras e pretendo evidenciar apropriações, interconexões, remodeladoras de conjuntos, escritoras de novas identidades. Com este foco, apresento a história da instituição que, desde 1916, liga-se à história de alemães e seus descendentes que vivem na região de Santo Amaro, na cidade de São Paulo. Será apresentada a história da instituição, desde sua fundação como uma escola étnica, sua transformação como instituição teuto-brasileira durante o governo Vargas, sua constituição como escola de diálogo cultural, até hoje, quando se tornou parte de um pequeno grupo de escolas, localizadas em diferentes países, consideradas pelo Estado alemão extensão do seu território cultural. Com esses dados objetivo desvendar significados da identidade alemã construídos historicamente pelos sujeitos envolvidos no dia a dia da instituição ao longo do tempo. Além de analisar momentos marcantes dessa história, a comunicação investiga, sob a ótica de estudos ligados a transferência cultural, documentos escolares produzidos durante o processo de certificação, ocorrido no início do século XXI. Em especial o currículo bilíngue de História, elaborado por professores brasileiros e alemães para o Ensino Médio para as turmas alemãs da instituição, e a prática escolar sobre História da África, conduzida pelos mesmos para o mesmo grupo de alunos, serão analisados para identificar conexões, territórios porosos, onde se fizeram presentes elementos da escola alemã, da brasileira e exigências da certificação. Desse modo pretendo contribuir para a análise da importância da interação e circulação de ideias, pessoas, instituições através de fronteiras nacionais, identificando a conexão entre culturas. Ademir Valdir dos Santos, Michel de Certeau, José Gimeno Sacristán, Christine Meyer, Diana Gonçalves Vidal, Circe M. Fernandes Bittencourt, Carlo Ginzburg são autores referências da análise.

Palavras-chave: escola internacional; identidade; transferência cultural

A liberdade de pensar como prática da pedagogia logosófica

MARINA BONOMI ALMEIDA DA SILVA

Nascido em 11 de agosto de 1901 em Buenos Aires, Argentina, o pensador e humanista Carlos Bernardo González Pecotche cresceu e desenvolveu-se sob o cenário dos horrores da guerra, o fortalecimento de governos ditatoriais, a insegurança econômica e a incerteza do futuro mundial. Diante desse quadro desalentador, assim como outros pedagogos e pedagogas contemporâneos a ele, buscou produzir e compartilhar conhecimentos que pudessem contribuir com a esperança da formação de indivíduos mais felizes e conscientes e, conseqüentemente, de uma humanidade melhor. Debruçando-se sobre o estudo da mente como parte do mecanismo metafísico dos seres humanos, Pecotche criou a Pedagogia Logosófica, uma pedagogia dotada de método de estudo e aplicação de conhecimentos próprios, com a finalidade de promover o desenvolvimento pleno das faculdades mentais das crianças. Pecotche orientava que as crianças fossem cuidadas, protegidas e estimuladas positivamente por seus docentes desde a tenra idade para que pudessem se desenvolver livremente e possibilitar o cumprimento das suas altas prerrogativas. Inspirada pelos aspectos apresentados, pretende-se, a partir de uma pesquisa de Iniciação Científica, investigar os aspectos históricos e teórico-metodológicos da Pedagogia Logosófica, bem como refletir sobre seus preceitos e sua potencial contribuição para a educação brasileira, em diálogo com os ideais e a obra de Paulo Freire. Para tal fim, estão sendo utilizadas duas metodologias simultaneamente: a análise de documentos pertinentes à investigação — tendo em vista o pouco material de referência em pesquisa sobre a Pedagogia Logosófica publicado até o presente —, bem como a análise das mensagens escritas nos documentos escolhidos. Tais documentos incluem, de forma central, a bibliografia publicada por Pecotche entre 1940 e 1960, além de documentação Histórica e biográfica sobre o mesmo. Até o presente momento, a pesquisa permitiu inferir que o cabedal teórico e prático da Pedagogia Logosófica pode oferecer uma faceta a mais aos conceitos de opressão e liberdade — ao estabelecer a opressão mental como a pior possível, já que priva o ser humano de seu livre arbítrio —, estabelecendo, portanto, um diálogo das ideias de Pecotche com grandes idealizadores da educação para liberdade, com destaque para o patrono da educação brasileira, Paulo Freire, cujas ideias revolucionárias visam, também, a formação de sujeitos capazes de questionar, refletir e pensar de forma crítica, democrática e transformadora.

Palavras-chave: pedagogia logosófica; liberdade de pensar; educadores do século XX

O magistério primário nas Conferências Internacionais de Instrução Pública da Unesco e na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos: uma perspectiva transnacional sobre a história das representações do trabalho docente

MARINA MENDES DA COSTA, RITA DE CASSIA GALLEGO, PAULA VICENTINI

Esta comunicação discute os resultados da pesquisa, a qual integra um estudo de maior escopo junto a pesquisadores de diversas instituições nacionais e internacionais, o qual tem buscado compreender os processos históricos de circulação de ideias e saberes em uma perspectiva transnacional da história da educação. Nesse sentido, a presente pesquisa analisou as representações, entendidas na acepção de Chartier, sobre as práticas e a carreira do magistério primário encontradas nas recomendações das Conferências Internacionais de Instrução Pública (CIIP) promovidas pelo Bureau Internacional de Educação (BIE) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), no período de 1950 a 1970. Além disso, buscou-se identificar a circulação dessas representações nas produções da literatura especializada brasileira, especificamente aquelas do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), publicadas na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP). O contexto do pós-guerra ao qual corresponde o estudo desenvolvido é potencial para a análise das representações do trabalho docente, pois, conforme sublinha Lawn, trata-se de um momento de reconstrução do projeto educativo, e, portanto, da reformulação das identidades dos professores. Nessa conjuntura, as CIIP se constituem como um fórum internacional de metas para a educação pública. No Brasil, o período corresponde a um marco na consolidação da pesquisa em educação, pois ações significativas foram engendradas por organismos internacionais como a UNESCO e a OEA (Organização dos Estados Americanos), que incentivaram a expansão da pesquisa em educação como forma de garantir o aumento nos índices de alfabetização e matrículas no país. Esse processo contribui para que a configuração do campo educacional ganhasse um caráter de cientificidade, alterando as representações sobre o trabalho dos professores primários. A análise das fontes da pesquisa considerou a perspectiva de história transnacional da educação (ROLDÁN & FUCHS), na medida em que os saberes e as representações produzidas pelas recomendações das CIIP circularam amplamente pelos países membros do BIE, sendo incluídos também nas publicações da RBEP. Em um marco de intensas demandas por reformas educacionais e novas exigências de trabalho para os professores primários, o estudo das fontes permitiu compreender um movimento intenso de circulação de representações sobre o magistério primário, que apesar de se fundamentar em uma teorização científica sobre o ensino, representam a docência considerando também aspectos subjetivos do professor primário, como sua moral e sua personalidade. Indicando, portanto, um movimento que buscava também o controle das subjetividades do magistério objetivando a incorporação dos saberes indicados como científicos para a prática de ensino.

Palavras-chave: história da profissão docente; Conferências Internacionais de Instrução Pública; Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos

Ainda precisamos da História da Educação? Ela é central ou periférica?

MARISA BITTAR

Resultado de levantamentos sobre a produção científica em História da Educação, esta comunicação dá continuidade às reflexões que a comunidade de historiadores vem fazendo sobre o lugar e o papel desse campo de conhecimento na atualidade. Participe do projeto Mapping the History of Education no interior do International Standing Conference for the History of Education - ISCHE (2014-2019), contribuí com o mapeamento de artigos sobre História da Educação produzidos no Brasil e no Canadá. Em 2019, na Conferência do Porto, Lajos Somogyvári (Hungria), Thérèse Hamel (Canadá) e eu fundamos o Standing Working Group Observatory for the History of Education (2019-2023). Nosso primeiro trabalho, apresentado na Conferência Online de Örebro, focalizou o papel que a História da Educação é chamada a desempenhar no contexto da pandemia e que sintetizamos na frase “looking at the past, analysing the present and reflecting on the future – a transnational perspective”. Individualmente, venho desenvolvendo estudos sobre esse campo desde 2011 quando realizei Pós-Doutorado em História da Educação, no Instituto de Educação da Universidade de Londres. Com base na obra do principal historiador da educação britânica, Brian Simon, dediquei-me às teorias que embasam a História da Educação. Isso porque sua interpretação foi um divisor de águas entre a concepção liberal predominante até a década de 1960 e a renovação que passou a marcar esse campo de conhecimento. Marxista, Brian Simon elaborou densa pesquisa sobre a educação inglesa desnudando seu caráter de classe além de ter sido fundador e primeiro presidente do ISCHE (1978-1982). Contribuiu decisivamente para a configuração do que se chamou, na Inglaterra, de “history from below”. No final do século XX e começo do XXI, essa historiografia que compõe a História Social continuou a se renovar propondo novos temas e enfoques. Nessa esteira, uma de suas preocupações teóricas tem recaído sobre a centralidade ou não da História da Educação na atual configuração mundial das ciências bem como ante a nova realidade gerada pela revolução tecnológica. Mediante tudo isso, será a História da Educação ainda necessária para compreendermos a educação e o mundo em que vivemos? Ou, ao contrário, lhe caberá posição periférica nas ciências e nesse novo arranjo internacional agravado com a pandemia da Covid 19? Estará a História da Educação se desintegrando no interior de outros campos de conhecimento e na própria fragmentação do conhecimento praticada nas universidades ou, ao contrário, ela é um campo específico, com aportes teórico-metodológicos próprios e com finalidade que não se iguala a outras Ciências Humanas? Minha intenção é argumentar favoravelmente à necessidade de sua centralidade e, portanto, refutar tendências que, na prática, além de gerar diminuição de sua presença nos currículos de formação de professores, vêm contribuindo para deslocar a História da Educação como campo de conhecimento a uma posição periférica.

Palavras-chave: História da Educação; teoria da História; campo de conhecimento

Mobilidade japonesa do Brasil ao Paraguai (1930-1936): instituição educativa japonesa de La Colmena-PY

MARKLEY FLORENTINO CARVALHO

Este trabalho trata acerca das singularidades presentes na educação em contexto de imigração no período das políticas imigratórias entre o Japão, o Brasil e o Paraguai, sobretudo a mobilidade dos sujeitos e o papel das instituições nas relações da educação e da cultura. Tem interesse em focalizar a discussão dos estudos teóricos e metodológicos a respeito do tema, analisar os resultados obtidos em relação à mobilidade japonesa Brasil/Paraguai, e, por fim, abordar as instituições japonesas, principalmente, a escola comunitária de La Colmena. Com base nas contribuições teóricas e metodológicas a respeito das abordagens presentes nos trabalhos de autores como Certeau (2003), Chartier (2001), Thompson (2001), entre outros, foram realizadas as análises com o fim de produzir um quadro constituído por dimensões históricas da imigração, dos fatores políticos, da educação e cultura numa breve historiografia das instituições educativas. O arco temporal eleito nesta abordagem envolve o período entre 1930 com as iniciativas restritivas das políticas de imigração no Brasil até 1936 com introdução da Lei de Cotas para imigrantes no país e a mudança da corrente imigratória japonesa para o país vizinho Paraguai. No que concerne à metodologia e às fontes realizou-se a coleta de dados por meio dos registros de fontes bibliográficas e legislativas, além da investigação por meio dos documentos, nesta abordagem o objetivo foi conhecer e analisar as subjetividades presentes no processo da imigração japonesa entre os dois países Brasil e Paraguai, as suas instituições e os discursos presentes no tempo histórico constituído nesta narrativa. Ao buscar uma melhor compreensão das relações das instituições escolares em processos de circulação cultural e imigração, construiu-se uma breve discussão com base nas contribuições e abordagens historiográficas. Pretendeu-se também, por meio da relação interdisciplinar aplicada aos estudos realizados, empreender um cenário constituído por dimensões históricas da imigração, fatores políticos e culturais, para a concepção de novos caminhos na complexa historiografia das instituições educativas. Dentre os resultados, vislumbrou-se o processo da imigração japonesa no Brasil e no Paraguai como uma contribuição de sobremaneira para a história da educação na América Latina. Entre as estratégias, analisamos a reconfiguração das práticas nas instituições japonesas, como por exemplo, a Escuela Japonesa de La Colmena mantida pela comunidade e representada na associação japonesa sob a égide da cultura. A pesquisa tem contribuído em nível nacional e internacional para a discussão acerca da rede de instituições vinculadas à Federación de Asociaciones Japonesas del Paraguay.

Palavras-chave: política imigratória brasileira; história das instituições escolares; práticas culturais

Mobiliário escolar na instrução primária do Pará: os modelos estrangeiros nas vitrines do progresso

MARLUCY SOUSA, MARIA DO SOCORRO PEREIRA LIMA

O estudo apresenta uma análise sobre o mobiliário escolar na Instrução Pública Primária no Pará, tendo como abordagem os modelos estrangeiros que circularam nas casas de ensino do estado. Pensar o mobiliário escolar na vitrine das exposições ajuda a compreender aspectos relevantes que impulsionaram a obrigatoriedade escolar, especificamente a constituição da escola primária paraense. O final do século XIX e início do XX, momento em que há uma significativa expressão da sociedade industrial apresentada por meio de uma transmissão de saberes que passaram a circular como padrão de modelos internacionais. Nesta perspectiva, tentando satisfazer os anseios para atender as demandas da política modernizante, regulamentando o uso de materiais escolares adequados para o ensino primário no Pará, via-se nos modelos que circulavam nas exposições um papel importante na difusão da ideologia do progresso. Pretende-se aqui apresentar os mobiliários que circularam nas escolas primárias do Pará, associando aos modelos constantes nos catálogos, por meio das imagens busca-se proporcionar maiores informações sobre o mobiliário fabricado, suas características físicas, higiênicas e ergonômicas. Metodologicamente, buscou-se localizar nos diferentes documentos oficiais do estado, Álbum do Pará (1908), modelos de mobiliários solicitados para as instituições de atendimento à instrução primária, assim como investiu-se em investigar espaços que tivessem como foco os objetos físicos para constatação e comparação com os modelos expostos nos catálogos das casas fornecedoras. Para tecer o diálogo com as fontes, faz-se uso das ideias dos teóricos que discutem a materialidade, Augustín Escolano (2017), Cesar Castro (2011), e sobre o mobiliário Wiara Alcântara (2014), Vera Gaspar (2012). Desta forma, tomando como objeto de investigação a mobília escolar, levantamos a seguinte problemática: Como se dava o processo de aquisição do mobiliário estrangeiro para as escolas do estado do Pará? Observou-se a partir das imagens dos catálogos em consonância com as imagens do mobiliário utilizado na instrução primária paraense, que a circulação desses modelos em determinadas instituições, seguiam os padrões exigidos para o modelo ideal de escola, principalmente aquelas que foram projetadas e construídas com espaços adequados para receber essa mobília, prescrita para atender as determinações dos modelos universais e modernos. A partir dessas constatações, pode-se pensar as estratégias impostas pelos dirigentes da administração do Pará, tendo em vista as influências de circulação dos catálogos como vitrines dos saberes universais sendo determinantes para modernização dos sistemas educativos. As relações de poder estabelecidas e intencionadas em contribuir para a imagem positiva do estado, agregando as políticas inovadoras do regime republicano, às inovações dos elementos materiais educativos em expansão pelo mundo.

Palavras-chave: mobiliário escolar; instrução primária; Pará

A educação das professoras Isaura de Medeiros Pinheiro, Margarida de Jesus Cortez e Maria Salonilde Ferreira (Rio Grande do Norte, século XX)

MARTA ARAÚJO

A educação de mulheres no Brasil e em Portugal (séculos XIX e XX) é objeto de estudo de mulheres professoras da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e da Universidade de Coimbra mediante o projeto pesquisa interinstitucional A Educação de Mulheres no Brasil e em Portugal (séculos XIX e XX) que integram o Grupo de Pesquisa “Educação de Mulheres nos Séculos XIX e XX”. O propósito do trabalho é refletir acerca da educação formativa, das experiências de autoformação e do exercício da docência de três mulheres professoras – Maria Isaura de Medeiros Pinheiro, Margarida de Jesus Cortez (1931-) e Maria Salonilde Ferreira (1940-) – que iniciaram os seus estudos escolares nas décadas de 1930 e 1950 com as suas variabilidades educacionais e sociais. Os relatos escritos que constam nas entrevistas semiestruturadas dessas professoras foram analisados em concordância com a orientação metodológica de Charlot (2006) quanto às dimensões indissociáveis da educação formativa, da autoformação e das singularidades da realidade do processo educacional. Com exceção da professora Maria Isaura de Medeiros Pinheiro (nascida ±1930-), pertencente a uma família de classe média e de intelectuais, as professoras Margarida de Jesus Cortez (1931-) e Maria Salonilde Ferreira (1940-) são oriundas de famílias de classe popular com insuficiente tradição da cultura escolar. Posteriormente à conclusão do ensino secundário (ginasial e clássico e normal) e dos cursos universitários (Direito, História e Pedagogia), essas três mulheres foram admitidas por convite (Maria Isaura Pinheiro, 1965), seleção pública (Margarida Cortez, 1962) e concurso público (Salonilde Ferreira, 1975) como professoras do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. O exercício da docência inter cruzado com o processo continuum das experiências autoformativas (leituras dos autores clássico das Ciências da Educação nacionais e internacionais e docência em múltiplas disciplinas do curso de pedagogia e de licenciaturas), além da gramática interna da cultura universitária, as induziram, como dever de ofício, adentrar nos cursos de pós-graduação em educação em nível de mestrado (Maria Isaura Pinheiro), de mestrado e doutorado (Margarida Cortez) e de mestrado, doutorado e pós-doutorado (Salonilde Ferreira). Em termos de conclusão, a educação formativa, as experiências de autoformação e o exercício da docência dessas três mulheres professoras combinadas com a complexidade interdisciplinar dos saberes teóricos e técnicos das Ciências da Educação elevaram-se como essenciais para a comparticipação acadêmica e científica intragerações e intergerações.

Palavras-chave: educação de mulheres; intragerações; intergeração

Memórias e representações: táticas professorais nas escolas rurais de Sergipe (1946-1963)

MARYLUZE SOUZA SIQUEIRA

A temática deste artigo está relacionada ao estudo das estratégias e táticas de formação e de atuação do professor primário rural em Sergipe no recorte temporal de 1946 a 1963. As políticas de expansão e modernização da educação rural no Brasil iniciaram ainda na década de 1930, porém em Sergipe essa atuação se deu a partir da execução de um projeto nacional encabeçado pelo Inep a partir de meados da década de 1940. Nessa lógica o corpus da legislação brasileira referente ao citado projeto legitimava sua ação amparada pelo Convênio Nacional de Ensino Primário (1942) assinado entre o Inep e os estados da federação a fim de repassar os recursos do programa. Estes estavam direcionados para a construção de escolas rurais e para a formação dos seus professores, bem como o envio de autoridade para verificar e corroborar sua ação educativa no Estado, a exemplo da vinda do professor norte americano King Hall a Sergipe para acompanhar a execução do Programa. Assim, a pesquisa da qual resulta este artigo tem como objetivo verificar e interpretar que memórias os professores primários rurais representam sobre suas táticas de formação e de atuação professorais na escola rural sergipana no período já arrolado. Para tanto, utilizei as pesquisas bibliográfica e documental aliadas à metodologia de história oral de Verena Alberti (2004; 2005) e com esta pude realizar entrevistas a 16 professoras rurais sergipanas. A partir do conceito de tática de Michel de Certeau (1998) pude compreender as práticas, as alterações e adaptações utilizadas pelos professores rurais no âmbito da formação e da sua docência no meio rural. Utilizei também a noção de memória de autores como Verena Alberti (2004; 2005) e Ecléa Bosi (1994). Assim, além dos documentos escritos, tomei como fonte, também, as narrativas de 16 (dezesesseis) professoras rurais sergipanas que atuaram entre o período de 1946 a 1963. A escuta das memórias das professoras rurais sergipanas me permitiu apresentar uma outra versão dos fatos a partir “dos de baixo” e assim permiti que aquelas professoras tivessem um espaço de fala e de escuta daquilo que viveram ou mesmo de suas representações. Assim, as professoras entrevistadas puderam expressar as condições que tiveram para atuar na escola rural e que táticas utilizaram para exercer sua função docente. Nesse sentido, em que pese todas as adversidades estruturais, materiais e intelectuais encontradas no meio rural sergipano, tais professoras por meio das mais variadas táticas contribuíram para educar crianças e jovens de lugares distantes, isolados e muitas vezes desconhecidos da maioria da população sergipana. Ao ouvir as professoras relatarem suas representações acerca das práticas professorais, foi possível perceber suas táticas de formação e de atuação e verificar como elas estiveram atreladas a uma conjuntura que consorciou políticas educacionais, injunções políticas locais, disposição e disponibilidades pessoais.

Palavras-chave: formação de professor rural; Sergipe; memória

A expansão da educação pública municipal em Campo Grande — MT/MS (1971-1985)

MAURO CUNHA JÚNIOR

Com a finalidade de efetivar seu projeto educacional em consonância com o quadro de desenvolvimento e modernização da nação brasileira, o terceiro presidente da ditadura civil-militar, Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), implantou, em 1971, a Lei nº 5.692, que unificou os antigos cursos primário e ginásial em ensino de primeiro grau, de oito anos, e eliminou o exame de admissão, implantado em 1931, com a Reforma Francisco Campos; e criou o ensino de segundo grau profissionalizante, de três ou quatro anos de duração. Em vista desse quadro, este texto toma como objeto a educação pública municipal na cidade de Campo Grande, enquanto Sul de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, sendo seu objetivo analisar a atuação do governo municipal no processo de expansão da educação pública, entre os anos 1971 a 1985, no contexto da reforma educacional da ditadura civil-militar. Para atingir os objetivos desse texto, foram realizados o levantamento e análise da literatura referente ao tema; da legislação educacional (leis e decretos), coletada nos sites do Acervo Municipal de Leis, Decretos e outros Atos Normativos, da Biblioteca Digital de Legislação de Campo Grande e da Câmara Municipal de Campo Grande; de dados quantitativos, coletados nos anuários estatísticos de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, além da consulta e análise de outras fontes documentais. Como resultado, a análise preliminar revelou que ao final de 1960, a cidade de Campo Grande possuía 42 escolas municipais de ensino primário e nove estabelecimentos de ensino secundário. Com a implementação do ensino de primeiro grau a partir de 1971, foram criadas até o ano de 1985, 47 escolas municipais, embora 14 tenham sido extintas. Cabe mencionar que a maioria dessas escolas foram instauradas durante os mandatos do Prefeito Levy Dias (1973-1977; 1980-1982), da Aliança Renovadora Nacional (Arena) e do Partido Democrático Social (PDS). Durante seu primeiro mandato foram implantadas 26 escolas; já no seu segundo mandato foram criadas mais oito escolas municipais, totalizando 34. Por fim, frisam-se alguns fatores que influenciaram no processo de ampliação da educação pública municipal em Campo Grande, tais como o aumento da atuação do governo federal na área educacional, com vistas a universalização do ensino de primeiro grau e o maior adensamento populacional verificado na cidade nesse momento histórico, que saltou de 73 mil, em 1960, para mais 290 mil, em 1980, fator que acentuaria a demanda social pela escolarização.

Palavras-chave: História da Educação; educação pública; Campo Grande

A atuação da Associação dos Professores do Ensino Oficial de Pernambuco durante a gestão de Miguel Arraes (1987-1990)

MAX SILVA

A década de 1980 constituiu-se como um período muito significativo na história do movimento organizativo docente no estado de Pernambuco. Sob a liderança da Associação dos Professores do Ensino Oficial de Pernambuco (APENOPE), os professores engendraram importantes ações reivindicatórias no sentido de lograrem melhores condições de vida e trabalho e de intervirem nos rumos da educação. Exemplos disto foram as reivindicações por reconhecimento e valorização profissional, mediante a implementação do piso salarial, do plano de cargos e carreiras e da reformulação do estatuto do magistério. Ponto alto deste período foi a atuação da APENOPE durante a gestão do Governador Miguel Arraes, em seu primeiro mandato após a redemocratização do país, quando a entidade mobilizou a categoria para a realização de eventos, manifestações diversas e, sobretudo, greves muito expressivas, que se constituíram como momentos de forte tensionamento. Neste sentido, interessa-nos discutir sobre as ações encabeçadas pela entidade de representação do professorado público pernambucano no período em questão, destacando suas reivindicações, conquistas e embates com o governo. Para tanto, nos embasamos na perspectiva teórica da História Social inglesa, sobretudo nas formulações de Edward Palmer Thompson (1981; 2019) — para o qual a classe social deve ser entendida como “uma formação histórica que homens e mulheres elaboram a partir de suas próprias experiências de lutas -, para compreender como os professores da rede pública estadual de Pernambuco, a partir de suas experiências e lutas, constituíram-se enquanto classe e passaram a agir no sentido de transformar sua realidade, tornando-se agente de sua própria história. Deste modo, fizemos uso de jornais, panfletos de greve e de assembleias, atas de congressos, acessados tanto em arquivos públicos e acervos digitais, como provenientes de arquivos pessoais de ex-militantes e da própria entidade, bem como de fontes orais. Assim, nos foi possível compreender as dinâmicas complexas que constituíram a atuação da referida entidade docente no período em questão, quando, sob sua batuta, o professorado realizou, dentre outras coisas, greves relativamente longas, como as de 1987 e 1988, por exemplo, algumas das quais ficaram marcadas por confrontos com a polícia e discordâncias internas entre as lideranças do movimento, tendo à frente um governo com forte apoio popular e chefiado por um político bastante experimentado e com forte poder de articulação.

Palavras-chave: APENOPE; Miguel Arraes; profissão docente

Instituições escolares no sul do Mato Grosso: uma revisão bibliográfica

MAYARA FREITAS DA SILVA MORAIS

O presente trabalho tem como objetivo situá-los acerca da temática “instituições escolares”, por meio de um estudo de revisão bibliográfica de trabalhos da Plataforma de Catálogos de Teses e Dissertações da Capes, e também da plataforma Biblioteca Brasileira de Teses e Dissertações. Deste modo, delimitou-se a busca com descritores que abordassem “instituições escolares”. Logo, busca-se por meio deste trabalho compreender a metodologia das produções e suas abordagens acerca do termo “instituições escolares”. A busca iniciou-se na escolha das plataformas de pesquisa e nos tipos de trabalhos. Sendo selecionado para a leitura na íntegra 4 dissertações sobre “instituições escolares” as quais apresentam um forte diálogo entre elas, sendo a abordagem a qual submetem a estrutura dos trabalhos, o embasamento na “nova história cultural” e o direcionamento de suas pesquisas, pois percebe-se que os trabalhos convergem no quesito de analisar os fatores instituintes, ou seja, o papel formador desta instituição, sua genealogia e sua materialidade, permeando de forma contextualizada as suas finalidades específicas no sentido de retratar e observar as regras e normas, bem como, a organização de seu funcionamento de acordo com o recorte abordado e com o setor político deste recorte. Nota-se nestes trabalhos um esforço considerável para que haja uma contextualização em relação a que pé estava a educação no recorte temporal escolhido, suas relações de poder, leis e legislações vigentes deste período, para que por meio destas informações, possam construir, compreender e relacionar com o contexto o qual se tem interesse. As divergências nos trabalhos aqui selecionados para análise fazem parte deste tipo de objeto de pesquisa, considerando que de acordo com o contexto o qual o objeto de pesquisa “instituição” está inserido deverá realizar uma escolha metodológica e referencial teórica que se encaixe em suas necessidades. Contudo, pode-se afirmar que as pesquisas nesta direção, mostra-se de suma importância para a compreensão do processo educacional, pois além de abordar de forma contextualizada o cenário educacional estadual e regional, traz também o seu papel instituinte na formação dos sujeitos, trazendo à tona questões que podem causar uma problematização da atual conjuntura a qual a educação se encontra, direcionando as lentes de construção do processo educacional de determinada região, de acordo com o período pesquisado, trazendo perspectivas, ou possibilitando formular hipóteses de compreensões de temáticas do presente. Por meio destas leituras foi possível estabelecer critérios de organização e metodologias, bem como, valorizar a importância das “instituições” como objeto de pesquisa, sendo está considerada um baú de informações e possibilidades de estudo, onde podem conter seus tesouros guardados ou não, cabendo ao historiador exercer o seu papel, de “adentrar as caixas pretas” da escola e seus arquivos, bem como, a memória dos seus sujeitos.

Palavras-chave: revisão bibliográfica; instituições escolares; sul do Mato Grosso

Arquivos e histórias entrelaçadas: vestígios da presença do Brasil e de brasileiros nos acervos históricos da Educação Física uruguaia (1910-1960)

MEILY ASSBÚ LINHALES

Este trabalho apresenta-se como um exercício reflexivo sobre mapeamento e organização de fontes históricas e integrou ações de um convênio de investigação entre Brasil e Uruguai (2018-2020). No âmbito desse convênio objetivamos problematizar as relações estabelecidas entre os dois países nos processos de afirmação e desenvolvimento da Educação Física como prática social e escolar, iniciadas nas primeiras décadas do século XX. Uma das principais motivações para essa ação de pesquisa integrada foi a constatação de que as conexões Brasil/Uruguai ainda se encontravam pouco explicitadas pela historiografia, embora estudos realizados no Brasil já apontassem trocas substantivas entre os dois países. (LINHALES et al., 2017; LINHALES, ROSA, PUCHTA, 2019). Tais aproximações confirmaram a variedade de temas e questões a merecer novas investigações e está em curso uma segunda etapa de pesquisa, objetivando analisar as escolhas adotadas nos processos de organização documental e na elucidação dos pontos de conexão existentes entre a operação arquivística e a operação historiográfica. Para tal, os acervos estabelecidos no Centro de Memória da Educação Física, do Esporte e do Lazer (CEMEF/UFGM) e no Centro de Memoria de Educacion Física (CEMEF), no Instituto Superior de Educacion Física (ISEF/UdelaR), são as referências centrais pois em ambas instituições se encontram arquivos e coleções, institucionais e de pessoas, com características temporais e tipológicas similares. Nessa aproximação, realizamos também um trabalho de mapeamento de documentos na Biblioteca Nacional de Uruguay e na Asociación Cristiana de Jóvenes. Uma considerável coleção de vestígios foi organizada: são 18 conjuntos documentais, que reúnem aproximadamente 1654 registros de tipos e espécies documentais diversas (livretos, revistas, fotografias, livros, atas de congressos, dossiês, relatórios de viagens, boletins, etc.). Os intercâmbios entre brasileiros e uruguaios estão registrados nessas fontes, com temporalidade entre 1909 e 1965. São um convite à análise das práticas culturais (compreendidas como sucessivos processos de circulação e apropriação) e das relações de interdependência entre percursos nacionais e regionais (SOUZA, 2016; GRUZINKI, 2015). Focamos a atenção nos mediadores culturais (sujeitos, livros, objetos, etc.), bem como as maneiras como os educadores fizeram circular os impressos, provocando inventivos processos de recepção e apropriação de modelos. Nessa trama encontramos os educadores, suas práticas discursivas e institucionais e os dispositivos adotados para fazer circular projetos para a educação física e para a formação de seus professores. Os documentos foram organizados a partir do cruzamento de alguns descritores (palavras-chave, temas, cronologia, pessoas, instituições e países de pertencimento) e o mosaico produzido por esse mapeamento constituiu um banco de dados capaz de subsidiar estudos e estreitar, ainda mais, as trocas acadêmicas entre os dois países.

Palavras-chave: centros de memória; história da educação física; Brasil e Uruguai

Educação doméstica do bello sexo nas páginas do Jornal do Commercio (RJ) (1827-1844)

MICAELA RODRIGUES DOS SANTOS, ROSANA AREAL DE CARVALHO

O objetivo deste trabalho é analisar o processo de formação educacional oferecido, praticado e demandado por mulheres no âmbito doméstico presente nos anúncios do Jornal do Commercio, do Rio de Janeiro, entre os anos de 1827 e 1844, além de vislumbrar quem eram as atrizes deste cenário de atuação social. O recorte proposto visa cobrir os anúncios desde o ano de fundação do periódico até o fim do período Regencial, visando complementar as pesquisas sobre a educação doméstica já existentes para a segunda metade do século XIX. O Jornal do Commercio, dada a sua longevidade, esteve presente em diversos momentos políticos, figurando como divulgador e influenciador dos processos de construção e consolidação da nação. A coleção deste jornal está disponível no site da Hemeroteca da Biblioteca Nacional. Em trabalho anterior, utilizando a ferramenta de busca do site, foram pesquisadas as palavras: escola, educação, instrução e ensino e os dados encontrados foram transferidos para uma planilha, na qual foram registradas a edição, data de publicação, título, autor, tipo de informação e dados adicionais. Os resultados encontrados viabilizaram uma presença considerável de anúncios para instrução primária e secundária, mas também desvelou um outro aspecto ligado ao campo educacional: anúncios de aulas a serem realizadas no âmbito doméstico. São relevantes os números de anúncios de mulheres, jovens e idosas, oferecendo serviços privados de educação e instrução para meninas; bem como, a presença de pessoas procurando por estes serviços. Frente a isso, buscamos investigar o presente dessas mulheres e responder a algumas questões: eram casadas, solteiras ou viúvas? São em sua maioria estrangeiras ou nacionais? É possível visualizar sua formação e os métodos empregados durante as aulas? As análises, tendo como referência trabalhos desenvolvidos no campo da história da educação, da história das mulheres e da história da imprensa tais como os de Marly Gonçalves Bicalho Ritzkat (2003), Samuel Barros de Medeiros Albuquerque (2007) e Maria Celi Chavez Vasconcelos (2018), que investigaram as preceptoras e professoras de meninas de famílias abastadas do século XIX, tem desvelado aspectos até então pouco explorados sobre a educação exercida por mulheres e para mulheres no século XIX. Esta investigação buscou cumprir um duplo objetivo: demonstrar a multiplicidade de ações femininas que por décadas foram silenciadas, bem como, contribuir para elucidações sobre o campo educacional no oitocentos.

Palavras-chave: História da Educação; educação doméstica; mulheres

Coleções de livros para crianças: indícios em anúncios de jornais e em notas críticas

MICHELE RIBEIRO DE CARVALHO; MÁRCIA CABRAL DA SILVA

Neste estudo examinam-se elementos relativos à composição de duas coleções destinadas às crianças brasileiras: Bibliotheca Infantil Quaresma (1894-1897) e Biblioteca de Nanquinote (1936-1947). O objetivo principal consiste em se compreender como esse extrato de público mobilizou investimentos por parte das editoras Quaresma & C – Livrários editores (Rio de Janeiro) e Editora do Globo (Rio Grande do Sul), de modo a produzirem coleções destinadas à educação desse público leitor em uma perspectiva ampla. No primeiro caso, a pesquisa documental foi realizada na Hemeroteca Digital Brasileira, privilegiando-se o periódico O Paiz (RJ). Trata-se de um periódico de ampla circulação à época (BARBOSA, 2007; SILVA & PINTO, 2018), contendo página recorrente de anúncios, o que facultou exercício analítico profícuo. No segundo caso, examinaram-se, principalmente, os periódicos A Razão (CE) e A Federação (RS), dado que o primeiro apresenta texto crítico de teor negativo sobre a Biblioteca de Nanquinote e o segundo, ao contrário, publica matéria elogiosa acerca dos livros da coleção. A operação historiográfica que possibilitou a identificação de elementos materiais e de conteúdo registradas pelos editores nas páginas dos jornais diários baseou-se, sobretudo, no estabelecimento das fontes ou na redistribuição do espaço, como sublinha Certeau (2002). Por meio do levantamento e exame de anúncios e notas críticas de jornais, mapearam-se séries analíticas capazes de evidenciar, por um lado, os títulos, as tiragens, os preços, os números de páginas e alguns aspectos gráficos dos livros que compunham as coleções. O trabalho historiográfico com este tipo de fonte requer alguns cuidados metodológicos, dos quais destacam-se a seleção do periódico por seu viés ideológico e político; a identificação do corpo editorial e dos colaboradores; as colunas fixas ou eventuais; a observação da página de interesse, no caso em tela, a de anúncios e comentários críticos e quais tipos de textos são ali registrados, o modo de registro e, por último, o estabelecimento de séries analíticas com o intuito de se realizar o exame (DE LUCA, 2011). Por outro lado, observaram-se discursos que ora recomendavam os livros como objetos escolares e culturais de corte edificante; ora prescrevia-os em face de suas características ficcionais e de entretenimento. A fundamentação da análise do discurso extraída de trabalhos de Bakhtin (1998, 1999) permite exames mais abrangentes do que a constatação de um viés retórico. Na perspectiva de seus estudos, salienta-se com frequência o discurso fruto das cadeias da interação verbal e dirigido a um outro. Este jogo enunciativo, marcado pela alteridade e aplicado ao exame dos discursos contidos nos textos observados, faculta perceber representações de crianças em relação as quais os discursos procuram atuar e, em grande medida, seduzir.

Palavras-chave: Bibliotheca Infantil Quaresma; Biblioteca de Nanquinote; coleções

As propagandas em periódicos como estratégia de formação do gosto carioca (1950)

MICHELE RIBEIRO DE CARVALHO, MARIANA ELENA PINHEIRO DOS SANTOS DE SOUZA

O presente trabalho busca observar o espaço ocupado pelas propagandas em duas revistas que circularam no Rio de Janeiro, em 1950: *Eu Sei Tudo* (1917-1958) e *Vida Infantil* (1947-1960). De maneira especial, busca-se por luz em duas propagandas, uma de janeiro de 1950, veiculada pelo Magazine Mensal Ilustrado *Eu Sei Tudo*, e outra de julho do mesmo ano, presente em edição da revista *Vida Infantil*, com o objetivo de observar modos de se ditar e conformar o gosto dos cariocas à luz dos dois impressos periódicos. Salienta-se que se trata de um estudo de caráter inicial, principalmente no que concerne ao periódico *Eu Sei Tudo*. *Vida Infantil*, por sua vez, foi objeto e fonte de pesquisa de uma das autoras, mas a análise vislumbrada neste trabalho é inédita. *Eu Sei Tudo* foi uma revista inspirada na publicação francesa *Je Sais Tout* (MARTINS, 2008), cujo conteúdo versava sobre temas científicos, artísticos, históricos e literários. *Vida Infantil*, assim como *Eu Sei Tudo*, era editada no Rio de Janeiro e buscava alcançar todo o território brasileiro, mas seus públicos eram diferentes: ao passo que *Vida Infantil* tinha como público visado crianças escolarizadas de ambos os sexos, *Eu Sei Tudo* divide opiniões: Martins (2001) aposta em um público mais jovem, em idade escolar; já Fernandes (2009) discorda e considera que o público ideal seria composto de “sujeitos mais maduros e públicos não escolares”. A partir da pesquisa preliminar, coadunamos com Fernandes (2009) e consideramos que o público visado por *Eu Sei Tudo* estaria mais focalizado em jovens e adultos, de ambos os sexos. A partir da formulação do problema, lançamos mão de Ginzburg (1976) ao considerarmos as propagandas elementos indiciários do período e dos periódicos analisados. Do mesmo modo, Bakhtin (2014) nos ajuda a observar a operação discursiva utilizada pelas revistas analisadas, com especial enfoque nos conceitos de modernidade e civilização. Chartier (2011), por sua vez, nos ajuda a compreender o público visado por ambas as publicações e os modos que cada uma utilizava para se direcionar a ele. Genette (2009), ainda, contribui com este estudo no que tange à análise da materialidade do impresso e do aspecto paratextual observável nas propagandas. De maneira específica, Martins (2008) e Fernandes (2009) nos ajudam a pensar *Eu Sei Tudo* e os estudos de Souza (2019) servem de baliza para operarmos com *Vida Infantil*. Trata-se de uma pesquisa de caráter histórico-documental, capaz de dialogar com a História da Educação, História da Leitura e dos Impressos.

Palavras-chave: propagandas; modernidade; civilização

O município pedagógico e a estruturação do ensino secundário em Morrinhos 1947-1961

MILENA ALVES RODRIGUES DE SOUSA MARINS, FERNANDA BARROS

O tema deste trabalho é o município pedagógico e a estruturação do ensino secundário em Morrinhos, entre os anos de 1947 e 1961. O recorte temporal foi determinado a partir da criação da Primeira Câmara Municipal e Morrinhos – GO e o ano de 1960 como último em que foram encontradas discussões que amparam o conceito de município pedagógico. Buscaremos a partir de procedimentos teórico-metodológicos do campo da história da educação analisar a importância do desenvolvimento educacional do município de Morrinhos, sob a perspectiva historiográfica do município pedagógico. Nesse sentido, a questão problema que norteia esta pesquisa é: Compreender como o município de Morrinhos desenvolveu suas características educacionais, com ênfase no ensino secundário? O objetivo principal do trabalho é identificar e analisar a partir das atas da Câmara Municipal de Morrinhos se as ações do poder público poderão classificá-lo como município pedagógico. Nessa perspectiva, promover uma investigação à luz da história da educação o conceito de município pedagógico, para compreender como município de Morrinhos desenvolveu suas características educacionais, com ênfase no ensino secundário. Nas pesquisas desenvolvidas por Magalhães e Gonçalves Neto (2009), a construção dessa teoria parte de uma abordagem historiográfica, com características epistêmicas de proximidade documental que têm compreendido a relevância de tratamento, designadamente em produções acadêmicas e, a história educativa dos municípios pedagógicos, desenvolvido como objeto epistêmico. Em relação à natureza das fontes, Magalhães (2006) compreende que para a abordagem e tratamento do objeto desta pesquisa parte do patrimônio educacional, da imprensa local, de documentos na câmara de vereadores, como: legislações, documentações relativas à inspeção municipal, atas, entre outros. Desse modo, foi realizado uma coleta de dados e informações da história da educação, e da instrução pública, com objetivo de elucidar o protagonismo na municipalização de Morrinhos e, o levantamento bibliográfico a partir de registros disponíveis sob a perspectiva do município pedagógico. A coleta de dados foi obtida por meio da investigação documental de legislações e atas, patrimônio educacional, imprensa local. A partir dos dados coletados já pudemos verificar o início do desenvolvimento educacional de Morrinhos, bem como o processo de estruturação da administração no que se refere as decisões da instrução pública do município. A pesquisa ainda em desenvolvimento e portanto, os dados são parciais sobre o desenvolvimento da educação secundária em Morrinhos – GO.

Palavras-chave: História da Educação; ensino secundário; município pedagógico

Aferição do saber: os testes ABC como parâmetros de seleção e hierarquização escolar na década de 1930

MILENA SILVA

O presente trabalho objetiva refletir acerca da consolidação do movimento dos testes psicológicos no Brasil nas primeiras décadas republicanas. Os processos educacionais foram cingidos pela classificação e padronização da inteligência identificados pela aplicação dos testes psicológicos amplamente utilizados no início do século XX. Com o cenário de expansão da instrução pública os testes se apresentaram como recursos pedagógicos de grande centralidade, em relação a instauração da medida do saber acadêmico, bem como, do indiciamento de diagnósticos de desajustamentos e anormalidade da infância que acessava a escola, determinando assim as condições específicas para o aproveitamento do ensino. Nesse sentido, interessa-nos compreender a concepção de avaliação presente na proposta dos testes ABC, idealizados pelo educador escolanovista Lourenço Filho (1827-1970), no tocante a mensuração dos parâmetros de prontidão para a verificação da maturidade da leitura e da escrita, bem como, para diagnosticar a existência de características de possíveis anomalias dos escolares examinados. Com este intento, busca-se refletir sobre o papel assumido pelos testes ABC, no que diz respeito a resignificação das práticas pedagógicas no interior da instituição escolar na década de 1930 cujas ações se ancoraram na classificação e seleção dos escolares determinadas pelo seu desempenho nos testes de aferição do saber. Recorremos para a referida análise as seguintes fontes primárias: o livro Teste ABC — para a verificação da maturidade necessária à aprendizagem da leitura e da escrita, publicado no início da década de 1930 pela Editora Melhoramentos, as 8 atividades constantes na estrutura do perfil avaliativo dos testes ABC e o conjunto de matérias encontradas no Jornal do Brasil no recorte temporal da década de 1930, cujos debates se debruçaram na reflexão da aplicabilidade dos testes ABC. Para fundamentarmos à discussão dos testes de aferição do saber e a consolidação do movimento dos testes psicológicos recorremos as contribuições teóricas desenvolvidas por Anastasi (1973,1977), Urbina (2007), Lourenço Filho (1969, 1976), Monarcha (2002, 2009, 2010), Mortatti (2006) e Silva (2011). Para a reflexão sobre o modelo dos grupos escolares e acerca da expansão da escola primária no Brasil definimos o seguinte aporte teórico: Souza (1998, 2006), Câmara (2010), Vidal (2003, 2006, 2008), Faria Filho (2000, 2007), Botelho (2002) e Valle (2014), autores cujas temáticas de estudo referem-se aos processos de modernização do Brasil, na passagem do século XIX para o XX, tendo como pautas a expansão da escolarização e a promoção da cultura e da civilidade, destacando a organização e a racionalização desse novo modelo de escola, fundamentado na inculcação de comportamentos considerados ideais aos alunos e docentes.

Palavras-chave: Lourenço Filho; testes ABC; Escola Nova

As políticas da Colted e da Fename e sua participação na criação e distribuição dos manuais escolares de Educação Moral e Cívica

MÍRIA APARECIDA DA SILVA CAMPOS

A ditadura militar no Brasil, instaurada pelo golpe de Estado de 31 de março de 1964, durou vinte e um anos, foi marcada pela ruptura do regime democrático, por forte centralismo e autoritarismo, pela cassação de direitos políticos de opositores e pela violação das liberdades individuais. É nesse contexto que as transformações da sociedade e da educação aconteceram. Um novo conteúdo programático foi implantado no sistema de ensino juntamente com a grade curricular normal. Assim, foi implementada a disciplina de Educação Moral e Cívica (E.M.C) que vigorou no país de 1969 a 1993. Ainda nesse período, no ano de 1966 ocorreu a criação da Colted – Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático e, posteriormente em 1967, a concepção da Fename – Fundação Nacional do Material Escolar, ambas com o objetivo de ampliar o mercado de distribuição dos livros didáticos e manuais escolares para ser entregues à população carente escolar da época. Os dois órgãos foram criados pelo MEC (Ministério da Educação) mas representavam organizações distintas em suas diretrizes para livros didáticos dada a impossibilidade dos altos preços na época, praticados pelas livrarias, o que inviabilizava a chegada do livro didático à grande parte dos estudantes, ou seja, apenas uma pequena parcela da população escolar tinha condições para adquirir os livros. Dessa forma, o objetivo da Colted era estimular a expansão da indústria do livro enquanto à Fename cabia a produção de materiais didáticos para distribuição e venda à preço de custo. Esses dois órgãos aparecem ligados ainda às orientações da Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) no incentivo de produção dos manuais escolares que serão distribuídos pelas editoras privadas. A E.M.C. buscava em suas diretrizes, o preparo dos estudantes para a cidadania e a formação de uma permanente educação em valores, visando o preparo do cidadão para a obediência à lei e às práticas necessárias para uma vivência democrática. Na década de 1990, por iniciativa do governo, foram elaborados os Parâmetros Curriculares Nacionais de Educação, na qual a Educação Moral está elencada Ética como tema transversal. Dessa maneira, a grade curricular de ensino adequou-se e enfatizou a construção de valores como respeito mútuo, solidariedade, diálogo e justiça em vários espaços escolares. Portanto, o tema desta pesquisa é o estudo histórico trazido pela criação da Colted e da Fename e, dentro desses dois órgãos, analisar como aconteceu a produção didática neste momento, incluindo a distribuição dos livros de Educação Moral e Cívica no Brasil, no período da ditadura militar. O recorte temporal será de 1966 a 1983, ano da extinção da Fename (a Colted fora extinta em 1971).

Palavras-chave: ditadura militar; Colted; Fename

Infância e educação em instituições de abrigo para meninas: o caso do Asylo da Divina Providência em São Paulo (1903-1923)

MIRIAM FERNANDES MURAMOTO

O Asylo da Divina Providência foi projetado para receber meninas órfãs e abandonadas, cujos pais não tinham recursos financeiros para mantê-las ou educá-las. O movimento das Casas de Asilo em São Paulo, inscreve-se num conjunto de contextualizações determinantes (políticas, econômicas, sociais, médicas, demográficas, culturais). Saliento, aqui que o discurso filantrópico animava, desde o começo, as iniciativas do movimento. O destino das crianças mais miseráveis mobilizava as sensibilidades e provocava gestos solidários. Esta pesquisa insere-se nesse contexto e tem como objetivo construir uma narrativa histórica sobre a instalação, inserção e contribuições do Asilo da Divina Providência no contexto socioeconômico e cultural da cidade de São Paulo. O foco da pesquisa está em conhecer e analisar as propostas de assistência e educação ofertadas às crianças desvalidas e pobres acolhidas nesse asilo, eminentemente católico. Neste sentido, buscou-se analisar as motivações da criação desta instituição, como se foi organizando e se deu o seu funcionamento. Outra dimensão fundamental foi a de identificar e conhecer quem eram os sujeitos atendidos. Preocupei-me ainda em recuperar a historicidade dessa instituição, analisar a formação religiosa das crianças que ocorria ao lado da instrução pedagógica. A metodologia empregada foi fundamentada na pesquisa documental, pois utilizei documentos como: registro de matrículas de alunas, registros internos, atas de reuniões, fotografias, jornais que circularam no período analisado, entre outros. Realizei ainda, uma extensa revisão bibliográfica sobre a temática, bem como de referências teóricas metodológicas adequadas para a análise das fontes e do tema central da pesquisa. O referencial teórico está ligado à História Cultural acoplada a estudos sobre a História da Educação Brasileira e à da Igreja. Para adensamento da pesquisa opere com autores que me possibilita trabalhar as questões levantadas, e para isso, recorro a Riolando Azzi (1987) para elucidar questões referentes a Igreja Católica e seu poder eclesial, Marcos Cezar de Freitas (1997), Georg Simmel (1907) e Maria Lúcia Spedo Hilsdorf (2011) referentes a situação das crianças pobres no início do século. Ao investigar os aspectos da cultura escolar da instituição citada, constatei que a proposta pedagógica da Instituição proporcionava às suas alunas um ensino em que a instrução e a educação religiosa vinham imbricados no currículo e nas atividades curriculares. Nesse sentido, estudar a cultura escolar dessas instituições de ensino católico, configurou-se como uma importante medida que permitiu-nos penetrar num espaço escolar mergulhado num universo de valores católicos em relação à família, à moral e aos valores cívicos introjetados nas mulheres e que se mostram presentes nos padrões comportamentais das ex-alunas como boas esposas, mães católicas e exemplares.

Palavras-chave: infância; educação; asilo católico

Um periódico em circulação nos Estados Unidos: *The Academician*, de olho na ciência e nos melhores métodos de ensino (1818-1820)

MIRIAN JORGE WARDE

A revista *The Academician* é citada nos estudos disponíveis como o primeiro periódico educacional dos Estados Unidos, com traços de especialização no título, nas seções, matérias e destinatários. Lançada em fevereiro de 1818, na cidade de Nova York, com periodicidade bissemanal e formato “octavo”; depois de 25 números, saiu de circulação em 1820. Foi criada por Albert Picket (1771-1850), com a colaboração do filho John W. Picket. Albert Picket foi aluno de Noah Webster; começou cedo a dar aulas na cidade de Nova York; com a ajuda do filho, publicou muitos livros didáticos de leitura, ortografia e gramática; ambos ocuparam os cargos, respectivamente, de presidente e secretário da Incorporated Society of New York Teachers, além de outros tantos que ocuparam ao longo da vida. Quanto à revista, deram extenso e descritivo título: *The Academician Containing The Elements of Scholastic Science, and The Outlines of Philosophic Education Predicated on The Analysis of The Human Mind, and Exhibiting The Improved Methods of Instruction*. No primeiro número, “os Editores consideraram desnecessário discorrer sobre a utilidade das publicações periódicas na difusão do conhecimento e na reunião de fatos e opiniões”. Quanto aos assuntos a serem tratados os Editores informam, em largos traços: observações sobre a literatura erudita; ensaios de ciências físicas e morais; esboços biográficos de pessoas ilustres; poesia original e selecionada; crítica (literária); orientações precisas sobre os melhores ‘modos de educação’; avisos de instituições literárias e filosóficas etc. A literatura e o estado da educação “em nosso próprio país” receberiam especial atenção. Sabendo da enorme utilidade, começariam apresentando os “métodos mais aprovados” para o ensino de cálculos aritméticos; em seguida, desenvolveriam um curso semelhante de Álgebra, Geometria, Trigonometria etc. e suas aplicações aos diferentes ramos da Matemática. “Pontos controversos em teologia ou política deveriam ser excluídos”. Por fim, associam a revista às instituições republicanas. Nesta apresentação os 25 números da revista serão analisados nas seguintes dimensões: o que os editores pretendiam com a revista; suas intenções inovadoras em relação ao que se tinha disponível até aquele momento; o público-alvo pretendido e o seu alcance efetivo. O levantamento já efetuado na revista indica que dois assuntos devem merecer especial atenção: as notícias da educação nos Estados Unidos e em outros países, e a veiculação sistemática da pedagogia de Pestalozzi do método lancasteriano de ensino mútuo. O objetivo principal desta apresentação é verificar o funcionamento de um periódico que antecede as principais iniciativas de difusão da escola elementar, e dialoga com o ainda prevalecente sistema de preceptorial.

Palavras-chave: *The Academician*; periódico educacional; revista de educação e ensino estadunidense

A infância e a prática de educação no Leprosário de Marituba/PA (1940-1970)

MOISES LEVY PINTO CRISTO, LAURA ALVES, GERCINA FERREIRA DA SILVA

O presente trabalho objetivo analisar o cotidiano e as práticas de educação de meninos internados no Leprosário de Marituba/PA, no período de 1940 a 1970. A lepra, mal de lázaro, morfético ou impuro são denominações que se tornaram uma alegoria social construída ao longo dos anos, em solo brasileiro e do mundo, para pessoas diagnosticadas com a hanseníase. Na década de 30 a 40, no período Vargas, a saúde pública ganha destaque como um bem coletivo, promovendo mecanismos de controle social que prefigurava na busca por um país desenvolvido, com uma raça pura e eficiente baseada em teorias eugênicas. Nesse sentido, instalou-se uma política isolacionista que atingiu todo o território nacional na qual a hanseníase passaria a ser revestida por ações de isolamento e exclusão de pessoas marcadas pela doença, desdobrando-se na internação em leprosários, instituições idealizadas para a segregação e tratamento médico dos infectadas pelo *mycobacterium leprae*, bacilo responsável pela doença. No Pará, em especial na Amazônia, a lepra toma proporções significativa ao ponto de as autoridades paraenses seguirem uma política segregativa com a criação do Leprosário de Marituba. A referida instituição abrigou doentes de hanseníase de diversas idades, inclusive crianças sendo registrado na obra *História da Lepra no Brasil do período Republicano: Álbum de Organizações antilepróticas* (1948), do médico Heráclide Souza Araújo, publicação produzida pelo Serviço Nacional de Lepra do Governo Federal. Para analisar a infância no Leprosário de Marituba destacamos a história da doença, o cotidiano na instituição e as práticas de educação de um ex-interno sobre sua infância. Utilizamos então o caso de um menino de 10 anos, que foi ex-interno no período de 1940 a 1970. Para atingir o objetivo proposto, metodologicamente, utilizamos a história oral e documentos da instituição que permitiram reconstruir o cotidiano e as práticas educativas da infância no Leprosário. Como referencial teórico utilizo Goffman (1974), Bosi (1994), Burke (2017), Foucault (2014), Freitas (2006), Marcílio (1998) e Stepan (2004). Foi possível identificar que houve uma infância exilada no Leprosário e que, a doença estigmatizada socialmente, foi marcante na vida de meninos, pois desenvolviam cotidianamente atividades educativas como: organizar o dormitório, estudar, tomar remédios, cumprir os horários do despertar, almoçar, hora do silêncio e dormir. Enfim, o menino que viveu sua infância no Leprosário de Marituba foi submetido ao tratamento médico controlado, estabeleceu uma rede de relações sociais e, principalmente, de práticas punitivas e disciplinares no cotidiano do Leprosário, considerado a primeira instituição na região amazônica sob a égide do isolamento compulsório.

Palavras-chave: infância; educação; Leprosário de Marituba

Em busca de uma educação moderna para o Brasil: as ideias de Geraldo Bastos Silva em periódicos brasileiros, nas décadas de 1950 e 1960

MÔNICA COSTA SANTOS

No presente estudo são analisadas as principais ideias do educador alagoano Geraldo Bastos Silva, que foram veiculadas em periódicos brasileiros, nas décadas de 1950 e 1960. São publicações realizadas em dois importantes meios de comunicação de ações e políticas governamentais durante o período abordado: a Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, publicação do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos/MEC; e a Revista do Serviço Público, publicada a partir de 1937, editada inicialmente pelo Conselho Federal do Serviço Público Civil (órgão coordenador da administração pública) e posteriormente passou a ser de responsabilidade do Departamento Administrativo do Serviço Público (1938). Formado em Pedagogia, na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (1940-1943), no Rio de Janeiro, Bastos Silva ingressou no Ministério da Educação e Cultura em 1946, passando a atuar como inspetor de ensino e colaborar em diversas ações e programas. Sua produção é marcada por um olhar crítico em relação à educação no Brasil, sobretudo, na análise da legislação educacional e da organização e estrutura do ensino. Ainda por conta de sua atuação no MEC, suas produções também baseiam pesquisas sobre o papel de intelectuais brasileiros na definição de políticas públicas educacionais, na segunda metade do século XX. Nas décadas de 1950 e 1960, Bastos Silva publicou suas obras fundamentais (1957; 1959; 1969), que se caracterizam como referenciais teóricos consistentes para pesquisas histórico-educacionais sobre a educação brasileira, especialmente o ensino secundário. Além de uma significativa produção teórica, sua atuação profissional na administração pública federal proporcionou a elaboração de diversos textos técnicos, como relatórios, pareceres e artigos. Material publicado em periódicos especializados, que veiculavam, no campo educacional, determinados valores e conceitos. Compreende-se que a circulação das ideias pelo campo educacional, via objetos culturais (por exemplo, as revistas), movimentam e tece uma rede de relações e sentidos que produzem e legitimam determinada configuração pedagógica. A partir do alargamento de perspectivas teóricas e metodológicas da pesquisa em História da Educação, foram utilizados conceitos de Chartier (2002) para o entendimento de que a circulação de ideias em periódicos é capaz de movimentar e tecer uma rede de relações e sentidos que produzem e legitimam uma determinada configuração pedagógica. O sentido de apropriação foi estudado com base em Bourdieu (1998; 2007) para melhor compreensão de como Bastos Silva utiliza determinadas ideias de autores estrangeiros para desenvolver suas análises sobre a realidade educacional brasileira. Defensor de uma educação pública e signatário do “Manifesto dos educadores: mais uma vez convocados (1959)”, Bastos Silva defendeu concepções de modernização do ensino, dentro de um contexto de desenvolvimento mais amplo, em voga no Brasil, naquele período.

Palavras-chave: Geraldo Bastos Silva; intelectuais da educação; ensino secundário

Virgílio Cardoso: um intelectual da educação paraense na Primeira República

MONIKA RESCHKE, ALBERTO DAMASCENO

Este trabalho aborda a temática da História da educação paraense a partir da História dos intelectuais e seu objetivo principal é compreender o discurso de Virgílio Cardoso de Oliveira, um intelectual da educação paraense, enunciado entre 1898 e 1903. Utilizamos como principais referências teóricas Carvalho (2004), que discute o imaginário republicano brasileiro, Souza (2014) que traça um panorama geral do campo educacional na Primeira República e Sarges (1998) que elabora uma contextualização da Belém daquela época. As fontes documentais foram compostas, principalmente, por relatórios da Intendência Municipal de Belém; além de discursos e artigos publicados por Virgílio em revistas e jornais paraenses. A análise das fontes teve suporte em Vieira (2011) para refletir sobre a ideia de Virgílio como um intelectual de relevância na educação paraense. Nosso personagem nasceu em Salvador, na Bahia, em 15 de dezembro de 1868, fez faculdade de Direito na cidade de Recife e exerceu a advocacia na capital paraense. Ao longo de sua estadia no município de Belém desempenhou cargos públicos como o de diretor da instrução pública; chefe da Secretaria do Interior, Justiça e Viação e diretor do Instituto Cívico Jurídico Paes de Carvalho. À frente dessas funções manifestou seu posicionamento em defesa da República e de uma educação pautada em valores morais e cívicos. Foi fundador e redator chefe da revista oficial de ensino de Belém denominada “A Escola”, criada em 1900, que se caracterizava por difundir temas diversificados e por auxiliar os professores em suas práticas escolares. No campo educacional, como Diretor Geral da Instrução Pública, publicou artigos de destaque no jornal “A Província do Pará” sobre o Instituto Cívico Jurídico Paes de Carvalho, instituição municipal de ensino que se propunha a formar cidadãos republicanos cômicos de seus deveres e direitos. Também enquanto Diretor Geral fez um discurso memorável aos membros do Conselho Superior da Instrução Pública em 30 de setembro de 1899. No gênero da literatura didática escreveu importante obra denominada “A Pátria Brasileira”, muito elogiada pelo intendente Antônio José de Lemos que, em ofício, mencionava os relevantes serviços dessa obra para a juventude escolar brasileira ao prepará-los para a vida cívica. Como resultados temos que as contribuições de Virgílio estavam intimamente ligadas à proposta de oferecer à sociedade belenense uma instrução cívica e jurídica, destinada a formar cidadãos conscientes de seus direitos e deveres. Por essa razão, propôs a realização de conferências cívicas nas escolas e defendeu a criação de um estabelecimento de ensino que proporcionasse, além de conteúdos gerais, conhecimentos acerca de direitos civis e das leis vigentes no país. Ideia concretizada com a criação em 1898, do Instituto Cívico Jurídico Paes de Carvalho.

Palavras-chave: história dos intelectuais; Primeira República; Pará

Noraldino Lima e Revista do Ensino: os novos olhares para escola nova em Minas Gerais (1927-1934)

MONIQUE ADRIELE SILVA, ALZENIRA FRANCISCA DE AZEVEDO

O trabalho tem por objetivo apresentar resultados parciais do terceiro ano de doutorado, envolvendo o estudo da História da Educação em Minas Gerais, tendo como fonte de análise o periódico da Revista do Ensino, propondo compreender as discussões em torno da formação docente na propagação das ideias da Escola Nova. Fizemos leituras de artigos da referida revista, durante o período de 1927 a 1934, tivemos o interesse de aprofundar os estudos sobre o intelectual Noraldino Lima, onde teremos artigos escritos por ele no impresso. A escolha do período a ser pesquisado, não foi por acaso, pois o recorte feito de 1927, foi quando Noraldino Lima é nomeado diretor da Instrução Pública do Estado de Minas Gerais e temos uma maior circulação do impresso entre os professores, no ano de 1930 é quando Noraldino tem um maior destaque na educação, pois retorna como diretor da Imprensa Oficial e em março de 1931 assume o cargo de Secretário da Educação e Saúde Pública em Minas Gerais. Sendo que foi através da Revista do Ensino, pude compreender o papel desempenhado por ele na educação mineira e na propagação do movimento escolanovista. Em termos metodológicos, para o desenvolvimento desta pesquisa, selecionamos os artigos da Revista de Ensino que abarcassem tanto a questão da formação dos professores, no período delimitado, como também, as mudanças ocorridas no ensino com o advento da Escola Nova e a participação de Noraldino Lima. Tendo como objetivo compreender o papel do intelectual Noraldino Lima como Secretário de Educação e Saúde Pública, a Revista do Ensino enquanto disseminadora dos princípios da Escola Nova e a ação de Noraldino Lima para a formação dos professores. No final dos anos 20 e início dos anos 30 houve mudanças, no que diz respeito ao sistema político, econômico e social tanto no país quanto no Estado de Minas Gerais. Em Minas Gerais nos anos de 1929 tivemos um grande rompimento dentro de um dos partidos mais fortes do estado que foi o Partido Republicano Mineiro, pois era preciso escolher um sucessor e prepará-lo para assumir o cargo como governador para suceder o então governador Antônio Carlos, mas como atual governador do estado não queria um candidato pronto e sim um que fosse preparado por ele optou por escolher Olegário Maciel. Nesse contexto de transformações, as lutas por reformas educacionais tornaram-se, em um primeiro momento, plataformas de muitos governos estaduais, mas ao mesmo tempo, obstáculos a eles mesmos, dado o volume de reivindicações por melhorias no ensino. Na esteira de todo está efervescência política-educacional, é que Minas Gerais lança a Reforma de 1927/28, tendo por finalidade “modernizar” o cenário educacional mineiro, porém uma modernização de caráter conservador. A necessidade de expansão da escolarização foi então muito mais um princípio, que tinha nos fundamentos da Escola Nova sua “pedra angular”.

Palavras-chave: Escola Nova; formação de professores; Noraldino Lima

Projeto de extensão histórias e memórias sobre educação: História da Educação a partir e para além da Universidade

NADIA GAIOFATTO GONÇALVES, ANDREA CORDEIRO

Este trabalho tem por objetivo apresentar e discutir caminhos trilhados por meio do projeto de extensão Histórias e Memórias sobre Educação. Este projeto tem ações desde 2006, e seu objetivo geral é promover ações educativas, de pesquisa e de constituição e preservação de acervos e fontes relacionados à História da Educação, em especial do Paraná. As diretrizes estabelecidas no livro *Pedagogia da Autonomia*, de Paulo Freire, constituem pressupostos metodológicos deste projeto, de forma articulada com o conceito de *habitus* de Pierre Bourdieu. Em relação à História da Educação, embora o projeto não se limite aos cuidados para preservação e organização de acervos, destacamos alguns dos referenciais sobre esta temática: Bellotto (1994), Faria Filho (2000), Mogarro (2005), São Paulo (2003), Vidal e Zaia (2001). Abordaremos algumas das ações desenvolvidas ao longo dos anos: a) junto ao Arquivo Histórico do Setor de Educação, na higienização, inventário, e posterior organização e classificação de seu acervo; b) junto ao Centro de Documentação e Pesquisa em História da Educação, na recepção de doações de acervo documental e de seu tratamento, para futura disponibilização para consulta, ensino e pesquisa; c) por meio de cursos, oficinas e eventos de extensão, que envolveram mestres, doutores e docentes do Programa de Pós-Graduação em Educação e alguns convidados externos, e que se mostraram importantes iniciativas para divulgação do conhecimento produzido, mas também, de diálogo e formação inicial e continuada de profissionais ligados à Educação; d) parcerias com o Colégio Estadual do Paraná (CEP), com o Museu da Escola Paranaense (MEP), e com o Núcleo de Estudos e Pesquisas em História da Formação e das Práticas Educativas (NUFFOPE), os dois primeiros principalmente em relação aos seus acervos documentais e ações educativas, e o último, em relação a pesquisa documental no acervo das Bibliotecas da UFR; e e) o Boletim *A Traça*, iniciativa desenvolvida no período da pandemia, na qual os estudantes da equipe do projeto escolhem um tema, pesquisam-no (sob orientação) e produzem coletivamente, os textos para os números mensais do Boletim, com textos fundamentados mas com escrita voltada para um público para além da Universidade. Permeando essa apresentação, buscaremos também evidenciar como os princípios extensionistas de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; de interdisciplinaridade; de interação dialógica; de impacto e transformação social; e de impacto na formação dos estudantes são articulados e desenvolvidos. Por meio deles e do projeto de extensão, podemos observar tanto a formação de profissionais mais qualificados e sensibilizados para a importância da preservação de registros históricos, pessoais ou institucionais; a formação de potenciais pesquisadores do campo de História da Educação; para a divulgação do conhecimento produzido, para além da Universidade; e a produção de conhecimento de qualidade, no âmbito da graduação e da formação continuada.

Palavras-chave: extensão universitária; fontes documentais; acervos

Centro de Memória do Colégio Estadual do Paraná: trajetória e desafios (2006-2021)

NADIA GAIOFATTO GONÇALVES

O objetivo desta comunicação é apresentar os caminhos construídos para a constituição de um Centro de Memória no Colégio Estadual do Paraná (CEP), em Curitiba, e os desafios relacionados à continuidade de suas ações. Esta proposta teve início em 2006, como um projeto de pesquisa, que tinha como objetivo organizar o acervo documental do CEP, e que no processo foi expandido para a criação de um Centro de Memória na e da instituição. O CEP tem uma trajetória iniciada em 1846, sob a denominação Licêo de Curitiba e, posteriormente, passou a Instituto Paranaense (1876), Gymnasio Paranaense (1892), Colégio Paranaense (1942) e Colégio Estadual do Paraná (1943). Esta trajetória é assumida como de história da instituição por ela possuir a guarda de acervo desde o tempo do Licêo, sendo uma das razões porque foi escolhida para esta ação. Outros motivos foram que este acervo documental é bastante grande e variado, com uma ótima abrangência temporal, sendo já utilizado como base para muitas pesquisas da Linha de História e Historiografia da Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPR. Além disso, a instituição possui infra-estrutura e espaço privilegiados, incluindo um Museu (Guido Straube); o prédio e o espaço são tombados como patrimônio histórico; e por todo esse conjunto de características, foi considerada um local importante, de destaque, para envolver a Secretaria de Educação do Paraná (SEED) e quem sabe, pensar em uma política pública estadual voltada a arquivos escolares e ao patrimônio histórico escolar. O Centro de Memória do Colégio Estadual do Paraná (CMCEP) foi aprovado e institucionalizado em 2010, e a partir daí houve a continuidade de sua parceria com a UFPR, com a participação de estudantes de Iniciação Científica, e do Projeto de Extensão Histórias e Memórias sobre Educação. Embora a parceria tenha continuado, podem ser destacadas algumas situações que por vezes limitaram o diálogo e as ações, internas e externas à instituição. Algumas envolveram disputas políticas internas relacionadas a eleição de direção, a indicação da coordenação do CMCEP, bem como, externas, por parte do Núcleo de Patrimônio Histórico Escolar da SEED, e do Museu da Escola Paranaense. Outra situação, que levou à suspensão temporária da parceria foi o início de um gigantesco projeto de reforma e restauro de todo o complexo do CEP, em 2019, e que se encontra em vias de finalização. Houve o fechamento dos prédios da instituição, e o encaixotamento de todo o acervo do CMCEP, sendo este enviado para espaços diferentes sob guarda da SEED, o que gerou e gera apreensões significativas quanto a o que, quando e como retornará, e como será esse retorno, reorganização e reabertura do Centro de Memória. Como principais referências utilizadas para o desenvolvimento dos projetos e das ações envolvidas na parceria, de pesquisa e de extensão, destacam-se as contribuições de Mogarro (2005), Ragazzini (2001), Nora (1993), Menezes (2011), Vidal e Zaia (2001) e Zaia (2004).

Palavras-chave: Centro de Memória; Colégio Estadual do Paraná; arquivo escolar

A formação da identidade profissional feminina: análise de um documento escolar

NATALIA GIL, ANA LAURA LIMA

De que modo o simples ato de preencher um documento para ingresso em uma instituição educacional pode participar no processo de formação das subjetividades dos estudantes? O presente trabalho pretende contribuir para elucidar essa questão por meio da análise de uma ficha social a ser preenchida quando da candidatura de meninas ao ingresso como alunas na Escola Técnica Feminina Ernesto Dornelles (Porto Alegre/RS, anos 1940). Foram localizadas no arquivo da escola 195 pastas de documentos de alunos que se matricularam na instituição entre 1946 e 1950, entre os quais constam essas fichas. A escola destinava-se ao ensino técnico profissional e foi inaugurada em 1946, passando a oferecer, no Ginásio Industrial, os cursos de “Corte e Costura” e de “Chapéus, Flores e Ornatos”. A proposta aqui foi centrar o foco nos itens e nas perguntas que compunham os dois tipos de ficha que constam no conjunto de documentos. Produzida pelo Serviço de Psicotécnica e Orientação Educacional da Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Rio Grande do Sul, ambas as fichas eram compostas de duas partes: I) A Família, parte que incluía a demanda de informações sobre a situação econômica dos membros da família, suas condições educacionais e sociais e o interesse do respondente pela profissão da filha e II) A aluna, seção em que constavam inquirições sobre as condições educacionais e o teor de vida da menina, suas tendências vocacionais e impressões gerais sobre ela. A análise mobilizou aportes teóricos de Foucault acerca dos procedimentos de exame e de controle nas instituições disciplinares e seus efeitos de subjetivação. De fato, como observou o autor em *Vigiar e Punir* (1997), parte importante desses procedimentos relacionam-se à produção de um dossiê para cada indivíduo, composto por documentos que registram informações detalhadas sobre as condições de cada um, desde o seu ingresso e durante toda a sua vida no interior da instituição. As perguntas e as opções de respostas previstas nos formulários a serem preenchidos pelos ingressantes produzem uma dupla subjetivação do indivíduo: por um lado, o indivíduo torna-se sujeito no sentido de se tornar submetido ao poder daqueles que se valem dessas informações para tomar decisões sobre o seu destino, por outro, as perguntas e as opções de respostas disponíveis nos documentos induzem o indivíduo a elaborar a sua própria subjetividade na forma de respostas verdadeiras sobre si para aquelas questões específicas. A análise da ficha social da Escola Técnica Feminina Ernesto Dornelles permite identificar, a partir das questões formuladas e das alternativas de respostas disponíveis às famílias e às alunas quais eram as expectativas sociais e, portanto, as possibilidades abertas à formação das subjetividades profissionais das jovens ingressantes.

Palavras-chave: educação feminina; escrituração escolar; formação das subjetividades

Fichas sociais de meninas na Escola Técnica Senador Ernesto Dornelles (Porto Alegre, 1946-1949): possibilidades de análise com o conceito de tática de Michel de Certeau

NATALIA GIL, LUÍSA GRANDO, MARIA VITÓRIA LONGO VIANA

Este trabalho tem como objetivo utilizar o conceito de tática, de Michel de Certeau, para realizar a análise de mais de 180 fichas sociais de meninas interessadas em se matricular nos cursos de Ginásio Industrial e do segundo ciclo técnico da Escola Técnica Senador Ernesto Dornelles, no município de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul, entre os anos de 1946 e 1949. As fichas eram preenchidas no momento da inscrição das alunas na escola e trazem aspectos econômicos, sociais, educacionais e vocacionais das meninas candidatas à matrícula nos cursos de “corte e costura” e “chapéus, flores e ornatos”. O caráter abrangente das perguntas e respostas possibilita escrutinar gostos e anseios das meninas, que tinham em torno de 16 anos de idade, bem como de suas famílias. Dessa forma, dando atenção à cultura material como um elemento constitutivo das práticas escolares e valorizando os sujeitos escolares como agentes sociais, nota-se que o processo de preenchimento da ficha, denominada psicotécnica, se analisado em seus aspectos mais sutis, permite apreender aspectos da subjetividade das meninas e, muitas vezes, também de suas famílias. As táticas das meninas podem ser pensadas principalmente a partir do preenchimento da seção da ficha que é composta por perguntas sobre suas ambições pessoais e profissionais, em que, na maioria das vezes, a resposta está vinculada a atividades do ambiente doméstico, como o cuidado da família e do lar, mas onde é possível identificar também diferentes interesses, que vão além daqueles esperados. Nos anos 1940, é expressivo que, na educação de meninas, os processos de formação tendem a apontar para a centralidade do preparo para as funções de esposa e mãe, sendo prevacente, na profissionalização de mulheres, portanto, a destinação ao magistério e às atividades de cuidadoras (Louro, 2004). No entanto, a análise das fichas permite notar que, sem recusar esses destinos socialmente atribuídos às mulheres no período (de modo geral, as meninas indicavam como posição ideal para si o casamento e a maternidade), indicam outras possibilidades quando perguntadas que profissão gostariam de exercer, mencionado engenheira ou contabilista por exemplo. Ainda, foi possível utilizar o conceito de tática na articulação entre as classes sociais das alunas e os interesses de suas famílias para o futuro, percebendo-se, dessa forma, que as imbricações sociais são também elementos conectados à tática. Por conseguinte, a partir do exame atento das fichas psicotécnicas, o conceito de Michel de Certeau mostrou-se potente como forma de perceber os sujeitos escolares envolvidos em prática da cultura escolar.

Palavras-chave: educação feminina; Michel de Certeau; cultura escolar

Marcas históricas da expansão desigual da escola brasileira (1930-1990)

NATALIA GIL

No Brasil, o atendimento escolar nos anos iniciais da escola básica alcança, na atualidade, praticamente toda a população de 6 a 14 anos. No entanto, os altos índices de reprovação e abandono e o baixo desempenho em provas padronizadas ainda são problemas importantes da escola brasileira e atingem de forma desigual a população, se considerarmos critérios raciais, socioeconômicos e geográficos. Neste trabalho, proponho, tendo como fonte a imprensa periódica, uma análise histórica que permita observar como foi se desenhando a longo prazo esse cenário desigual. A abordagem articula a análise histórica documental, com aportes dos estudos de Edward Thompson e de Pierre Bourdieu. Concentrando atenção no período entre 1930 e 1990, mostro que as opções políticas do modelo de expansão da escola brasileira determinaram a diferenciação, marcadamente racial e de classe, que se observa no país atualmente. Dois são os pontos que pretendo destacar. O primeiro deles diz respeito ao fato de que a expansão das matrículas na escola elementar, notadamente a partir dos anos 1930, foi feita sem que houvesse um projeto de construção de uma sociedade igualitária. Educadores e políticos acreditavam que a mera ampliação dos níveis de escolarização da população resultaria em progresso econômico e desenvolvimento social. Além disso, como eram entusiastas das ideias meritocráticas do liberalismo clássico, consideravam que a escola seria capaz de selecionar líderes pelo talento inato revelado no processo pedagógico e não pela origem social. Porém, tendo o Brasil sido um país escravocrata por mais de 300 anos e sendo historicamente expressiva a concentração de renda, a escolarização seguiu a mesma estratificação identificada no tecido social, o que é perceptível pelas estatísticas de reprovação e evasão escolar no período. O segundo aspecto que quero destacar refere-se ao caráter elitista do ensino secundário no Brasil. Embora tenha havido defesa de uma escola democrática pública, laica e gratuita para todos, a formação das elites foi assentada em outros parâmetros, caracterizando dualidade nos projetos de escolarização por grupo social. Ao longo do século XX, a expansão da urbanização vai estabelecer, em acréscimo, a possibilidade de ascensão social das classes médias via escolarização. Isso reforça, no imaginário nacional, a crença na meritocracia. Aqueles que não conseguiam passar pelos gargalos da seletividade escolar, eram direcionados para uma formação profissional. Após os anos 1970, essa diferenciação se complexifica pela expansão das matrículas das elites em escolas privadas. Vale observar que na sociedade brasileira os diplomas implicam grandes diferenças de remuneração e o acesso aos melhores diplomas demanda altos gastos com escolarização feitos pelas famílias. Ou seja, a estruturação meritocrática em uma sociedade marcada por privilégios estruturais e acentuada desigualdade social, reforça o lugar da escola como agência de reprodução social.

Palavras-chave: reprovação escolar; desigualdades educacionais; estatísticas de educação

Educação e catolicismo: a ação intelectual de Alceu Amoroso Lima e do Padre Leonel Franca sob os auspícios de Dom Leme

NATÁLIA OLIVEIRA, ORIOMAR SKALINSKI JUNIOR

Nossa proposta, nesta comunicação, é discutir a contribuição de Alceu Amoroso Lima (1893-1983) e do jesuíta Padre Leonel Franca (1893-1948), durante o século XX, na sociedade brasileira. Os intelectuais católicos operaram, em conjunto, de forma significativa nos âmbitos político, social e educativo. Alceu Amoroso Lima atuou na renovação da pedagogia católica no Brasil, principalmente a partir de 1928 – data de sua conversão ao catolicismo. Apresenta-se, nesta comunicação, suas ações na sociedade civil à frente de entidades do laicato, suas relações com o Estado, bem como sua produção teórica. Como intelectual à frente do Centro Dom Vital, da revista *A Ordem* e da *Ação Católica Brasileira* (ACB), Alceu Amoroso Lima participou decisivamente dos embates travados no campo educacional, ao disputar espaço com os intelectuais liberais reformadores da educação. O intelectual desempenha um trabalho decisivo em favor dos interesses da Igreja: como teórico, como político e como educador. Como liderança intelectual, Amoroso Lima dialogou com a pedagogia da Escola Nova e, nesse processo, “autorizou” a adoção de certos elementos de sua técnica pelos professores católicos. Padre Leonel Franca, foi um jesuíta considerado orientador de uma geração de intelectuais católicos e mediador das demandas eclesiais e imperativos do governo Getúlio Vargas. O religioso utilizou sua rede de sociabilidade para transitar nos mais variados meios sociais e culturais. Demonstra-se, nesta análise, como o jesuíta transitou nos campos políticos e educacionais a fim de atingir conquistas religiosas. Apresenta-se, ainda, a projeção do padre – com base em suas ações – ao considerar sua atuação política no que tange à educação brasileira. Franca estabeleceu uma rede ampla de contatos para sistematizar e projetar o programa educativo da Igreja e isso foi possível via relações diretas com o Estado. Padre Leonel Franca e Alceu Amoroso Lima detinham a confiança do cardeal/arcebispo dom Sebastião Leme, e por meio dessa articulação, desempenharam destaque no campo social e na Igreja Católica. Dentre os diversos canais de comunicação, entre os sujeitos envolvidos nesta análise, enfatiza-se o Centro Dom Vital e a Revista *A Ordem* – organizações que apresentavam significativo alinhamento aos princípios da Santa Sé em prol do processo de recatolização dos brasileiros. Leonel Franca e Alceu Amoroso Lima, com a benção – e sob os auspícios – de Dom Leme, integravam a Liga Eleitoral Católica, expressão dos movimentos militantes do catolicismo; sendo assim, coloca-se em relevo a atuação dos personagens em questão, destacando suas estratégias em favor da *Ação Católica* brasileira.

Palavras-chave: Alceu Amoroso Lima; Padre Leonel Franca; *Ação Católica* brasileira

A instrução no Rio de Janeiro: os desafios de organização da educação brasileira no século XIX. (1826-1833)

NATÁLIA SILVA

Ao estudar a História da Educação, percebe-se a importância que esta área significa, pois possibilita que o pesquisador e outros sujeitos sociais possam encontrar as raízes que antecederam a educação escolar de hoje, e com isso, possam buscar compreender os significados essenciais da profissão docente, pois aquilo que o indivíduo produziu ao longo da História, pode funcionar como referência para se desenvolver uma educação de qualidade e cada vez mais significativa. O Brasil foi marcado por profundas transformações no século XIX, principalmente no Rio de Janeiro, capital do Império brasileiro; que culminou em mudanças na área política, social, e sobretudo, na área educacional. Nesta chave, Filho (2000) infere que a escola precisou inventar, produzir o seu lugar próprio, e o fez, também, em íntimo diálogo com outras esferas e instituições da vida social. Entende-se que é necessário analisar como foi organizado o processo educativo do período oitocentista no Rio de Janeiro, relacionando com as políticas públicas educacionais da época, formuladas para o processo educativo, suas regulamentações e seus desdobramentos, pois este período é importante para se compreender os caminhos da formação da escola brasileira. Ao longo do século XIX, foram projetadas sucessivas políticas públicas no âmbito da educação. Após a independência do Brasil, com o objetivo de organizar a educação nacional, foi outorgada na Constituição de 1824, definindo no artigo 179, parágrafo 32, que a instrução primária deveria ser gratuita a todos os cidadãos, e, no parágrafo 33, compromete-se com a abertura de Colégios e Universidades, onde seriam ensinados os elementos das Ciências, Belas Letras e Artes. A constituição de aulas públicas, escolas, liceus, colégios, instituição de ensino primário e secundário e superior, relacionava-se as preocupações com a “formação do povo” e as intenções políticas mais amplas de construção da nacionalidade e dos espaços públicos (GONDRA; SCHUELER, 2008, p.30). Neste trabalho, analiso as representações em torno das chamadas aulas/escolas de primeiras letras no Diário da Câmara dos Senadores do Império do Brasil, entre 1826 e 1833, de modo a refletir sobre os projetos para a educação no pós-independência. No levantamento realizado na base da Hemeroteca da Biblioteca Nacional foram localizadas 92 ocorrências ao termo “primeiras letras”, indício da existência de um debate regular no Senado Imperial a respeito deste tipo de forma escolar no período analisado, identificando sujeitos bem determinados nestes debates. Por meio desta investigação foi possível perceber e analisar movimentos voltados para afirmar concepções de Escola, por meio de revisão do aparato-jurídico da educação escolar, que culminou na aprovação do Ato Constitucional de 1834.

Palavras-chave: História da Educação; primeiras letras; instrução

As práticas pedagógicas da formação acadêmica no curso de Pedagogia da Universidade Federal de Sergipe (1968-1971)

NAYARA ALVES DE OLIVEIRA

Este estudo tem como objetivo central analisar como eram planejadas e desenvolvidas as práticas pedagógicas curriculares e extracurriculares adotadas no curso de Pedagogia da Universidade Federal de Sergipe (UFS), para a formação acadêmica e profissional dos estudantes do curso, no período de 1968 a 1971. Nesse sentido, também pretende-se compreender o processo de legitimação desse subcampo acadêmico no âmbito local e sua contribuição para a formação de docentes e especialistas em Educação. Para tal, foi realizada uma pesquisa histórica por meio das análises bibliográfica e documental ambas ancoradas nos pressupostos teórico-metodológicos da Nova História, mais precisamente da corrente historiográfica denominada História Cultural. Além disso, o estudo foi direcionado pelas concepções de cultura acadêmica de Cruz (2014); campo, capital e habitus, de Pierre Bourdieu (2007); e memória de Le Goff (2003) e Pollak (1989). A criação do curso de Pedagogia da UFS, ocorreu em 1951, na Faculdade Católica de Filosofia (FAFI). No entanto, só passou a funcionar em 1968, após a criação da Universidade Federal de Sergipe, pois a concretização no funcionamento do curso foi uma exigência do Governo Civil Militar para a criação da UFS. Após sua incorporação, a primeira atividade dirigida ao seu corpo docente e administrativo foi enquadrar o curso à nova política educacional do país, associada ao arcabouço jurídico da UFS e as diretrizes da Reforma Universitária. Em meio à essa nova organização e ao ajustamento legal, os professores passaram a preocupar-se com a proposta pedagógica do curso. A finalidade era definir as disciplinas que seriam ministradas, a carga horária, a bibliografia, os conteúdos a serem trabalhados, as atividades curriculares e extracurriculares a serem desenvolvidas, as datas das avaliações e a disposição de professores. Nesse contexto, de acordo com a pesquisa, podemos observar que o maior desafio encontrado por professores e alunos do curso, estava relacionada à construção da bibliografia, devido à escassez de livros na Faculdade de Educação e a dificuldade de encontrar nas livrarias de Aracaju obras referentes ao curso de Pedagogia. Outro obstáculo evidenciado, era o “cuidado prévio” no planejamento dos assuntos e na escolha das obras que seriam adotadas em sala de aula, devido a vigilância explícita e da repressão divulgada cotidianamente nos meios sociais. No entanto, isso não impedia a utilização de textos ou abordagem à autores “considerados subversivos”. Outro fato revelador foi a informação de que a tendência pedagógica tecnicista estava em ascensão naquele momento e dominava boa parte dos conteúdos trabalhados no curso. Mas, autores e práticas pedagógicas vinculados ao ensino tradicional, freiriano e marxista, também eram abordados no decorrer do curso.

Palavras-chave: práticas pedagógicas; curso de Pedagogia; Sergipe

Escolarização pública no Brasil Imperial

NELSON ADRIANO FERREIRA DE VASCONCELOS

O presente artigo apresenta resultado parcial de pesquisa sobre a temática da escolarização no período do Brasil Império (1822-1889), com foco na (des)centralização do poder político. A questão de pesquisa proposta para este estudo foi: Como se desenvolveu o processo histórico da escolarização pública e sua organização no período da Independência do Brasil (1822) até o final do Império (1889)? O objetivo geral desta investigação foi desvelar o processo histórico da escolarização pública brasileira e sua organização, considerando sua totalidade, sua dinâmica e contradições, no período da Independência do Brasil à Proclamação da República (1822-1889). Como objetivos específicos, a investigação elegeu: Compreender as linhas gerais do processo histórico global que em sua totalidade, no século XVIII, estabeleceu as primeiras iniciativas de educação pública estatal no Brasil, e seus desdobramentos até as vésperas da independência do Brasil; Analisar os debates, intencionalidades e contradições em torno da legislação imperial acerca da educação e suas relações com as contradições sociais contextuais locais e globais; Analisar as iniciativas estatais de escolarização e de organização da instrução pública brasileira, assim como de divulgação cultural e científica no período imperial, em suas múltiplas relações culturais, econômicas, sociais e políticas numa perspectiva de história global. Compreender o processo de institucionalização da instrução pública no Brasil, sob a égide do embate público entre instâncias locais e centrais de atuação estatal (movimento constante entre centralização e descentralização). O referencial teórico e metodológico do presente estudo divide-se em fundamentos teórico-metodológicos e procedimentos de análise. Assim, lançou-se mão do método dialético, numa perspectiva historiográfica de História Global. Os procedimentos adotados foram a pesquisa documental e iconográfica, a pesquisa bibliográfica e a análise crítica do discurso. Como fontes primárias foram analisadas as atas do poder legislativo imperial, relativas ao tema foco deste estudo, assim como a respectiva legislação decorrente. Como fontes suplementares, foram analisadas fontes pictográficas, como pinturas, fotografias; fontes literárias brasileiras do século XIX, como as obras dos principais nomes da literatura brasileira. O período foco deste estudo é o Brasil Imperial, desde a Declaração da Independência, em 7 de setembro de 1822, até a Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889. Os resultados apontam para uma série de contradições em relação às críticas que a historiografia tradicionalmente aponta para a descentralização do período. Entre outros detalhes, o estudo aponta para o desenvolvimento de processos de escolarização pública em regiões para os quais o poder nacional era omissivo, ao mesmo tempo que as iniciativas imperiais geravam modelos centrais para a educação das províncias.

Palavras-chave: Brasil Império; descentralização; escolarização

Querelas entre católicos e professores franceses na FFCL da USP nos anos 1930

NÉVIO DE CAMPOS

O objetivo deste texto é reconstituir alguns aspectos das querelas entre professores da Missão Francesa na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (FFCL-USP) e a posição do grupo católico, representada na figura de Alexandre Corrêa que assumiu a direção dessa Faculdade no período entre 1938 e 1939. Esta Faculdade foi criada em 1934, recebendo desde o início docentes franceses para as Ciências Humanas (Filosofia, Ciências Sociais e Políticas, História, Geografia, Literatura Francesa). Essa experiência contrastava com grande parte das Faculdades de Filosofia criadas em outras regiões e estados do Brasil em que a Igreja Católica se fazia presente, como ilustra o exemplo do Estado Paraná. De um lado, explora-se, neste artigo, a posição dos franceses em salvaguarda das Ciências Sociais (Ciências Sociais e Políticas, História, Geografia), notadamente seu viés interdisciplinar, tanto quanto o posicionamento de crítica à tradição filosófica, como evidenciam diversos textos produzidos por eles e publicados no Anuário da Faculdade. De outro, aborda-se o posicionamento da Igreja Católica, que prefigurava uma hierarquia entre os saberes, em particular ao postular a Filosofia como disciplina central. Essa dicotomia simbolizava a própria divergência teórica e disciplinar entre as tomadas de posição dos integrantes da Missão Francesa e daqueles que estavam vinculados à Igreja Católica. À luz de publicações do Anuário da FFCL, de depoimentos já publicados e da historiografia esta narrativa pretende trazer ao debate o conflito dessas tomadas de posição no momento que Alexandre Corrêa foi nomeado para assumir a FFCL-USP, em particular ao propor a submissão das Ciências Sociais à Filosofia. Esse acontecimento é tomado no sentido amplo do termo, isto é, as querelas na FFCL em torno da disputa entre a prevalência entre Ciências Sociais ou Históricas e Filosofia são explicitadas no interior da constituição de espaços universitários no Brasil e das disputas entre as disciplinas acadêmicas, em que diferentes agentes e instituições sociais estavam envolvidos. A abordagem analítica transita entre a História Intelectual e a História dos Intelectuais, cujo fim consiste em mostrar as posições dos dois grupos nas disputas em marcha, assim como indicar as tomadas de posição em relação às próprias posições e às visões de mundo, representações, práticas portadas pelos movimentos teóricos e ideológicos personificados nos docentes da Missão Francesa e agentes ligados à Igreja Católica. Portanto, explicitam-se as posições dessas personagens no âmbito da constituição dos espaços universitários das Ciências Humanas, bem como as tomadas de posição em defesa dos interesses acadêmicos e das ambições políticas ou ideológicas.

Palavras-chave: Igreja Católica; Missão Francesa na USP; intelectuais

O uso da pedagogia personalizada e comunitária em escolas teresianas na Espanha e no Brasil nos anos 1960 e 1970

NORBERTO DALLABRIDA, SARA RAMOS ZAMORA

Formulada pelo padre jesuíta francês Pierre Faure e considerada a principal iniciativa da Escola Nova católica na segunda metade do século XX, a pedagogia personalizada e comunitária prescreve o ensino através da investigação dos alunos orientada pelo professor e o trabalho colaborativo. Começou a ser disseminada fora da França na década de 1950 e, na Espanha, circulou especialmente por meio da Instituição Teresiana – uma associação criada pelo padre espanhol Pedro Poveda e composta por católicos leigos que se dedicavam à educação. Como indicam os estudos de Teresa Rabazas e Sara Ramos, no início dos anos de 1960, um grupo de professores teresianos da Espanha realizou estágio pedagógico no Centro de Estudos Pedagógicos em Paris, sob a coordenação de Pierre Faure, e começou a introduzir a pedagogia personalizada e comunitária nas suas escolas. Neste processo, o Instituto Véritas de Madri, propriedade da Instituição Teresiana, além de escola de referência, tornou-se um centro de formação de professores na perspectiva fauriana. Por outro lado, a pedagogia personalizada e comunitária foi introduzida no Grupo Escolar Padre Poveda, localizado em um bairro operário de Madrid, que era uma escola pública dirigida por teresianos. No Brasil, a pedagogia personalizada e comunitária começou a ser difundida no início dos anos de 1950, mas no Colégio Teresiano – a escola de aplicação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), dirigida por teresianos – foi implantada em 1969 a partir de um curso, ministrado por Pierre Faure, para os seus professores e gestores. Assim, este trabalho pretende compreender os usos da pedagogia personalizada e comunitária nas duas escolas teresianas de Madrid e no Colégio de Aplicação da PUC-Rio. O uso de modelos pedagógicos é entendido como uma operação de apropriação no sentido cersteuniano conferido por Marta Carvalho, que reinventa as prescrições a partir de interesses de agentes sociais específicos. As fontes utilizadas se constituem de documentos escritos como relatórios escolares e artigos publicados em revistas e por fotografias escolares, que são lidas de forma contextualizada e crítica como documentos-monumentos. Constatou-se que, nas três escolas investigadas, houve um uso diferenciado da pedagogia fauriana, que teve um claro caráter de classe social porque, enquanto no Instituto Véritas e no Colégio de Aplicação da PUC-Rio a clientela era formada por frações das elites de Madrid e do Rio de Janeiro, no Grupo Escolar Padre Poveda, os alunos eram oriundos de famílias da classe operária. A apropriação dos saberes escolares e dos métodos ativos nas três escolas estudadas, portanto, foram pensados para grupos sociais específicos.

Palavras-chave: pedagogia personalizada e comunitária; Instituição Teresiana; uso escolar

Narrativas orais de professoras do Cerrado tocantino

ODALÉA BARBOSA DE SOUSA, JOCYLEIA SANTANA SANTOS

A pesquisa conta a história de formação de professoras da educação infantil que moram no Jalapão, cerrado tocantinense. As narrativas orais revelam os caminhos trilhados pelas professoras durante o percurso formativo e os motivos da escolha pela profissão professor. A base teórica fundamentou-se em autores como Freire (1986), Nóvoa (1986), Garcia (1999), Cunha (1998), por abordarem concepções de formação e em Scheibe e Vale (2007), Gatti (2013) onde refletiu-se sobre as concepções de formação de professores no contexto atual. Quanto aos aportes legais, foram analisadas as garantias de formação de professores em torno da Constituição Federal de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, 1996, e arcabouços correlatos no processo de formação e consolidação da Educação Infantil no Brasil, considerando diferentes concepções de interpretações de seus artigos e análises na aplicabilidade por pesquisadores da área. A pesquisa foi realizada de maio a agosto de 2018. Utilizou-se a história oral com os autores Alberti e Sebe Meihy. Com roteiro semiestruturado, abordou-se questões sobre formação, escolhas da carreira, planejamento e rotina em sala de aula. Problematizou-se assim, modos de interpretar suas narrativas à cerca das concepções advindas dos saberes da prática docente, descortinando as experiências ramificadas das trajetórias de formação pessoal e profissional. Os resultados da pesquisa, um retrato de cultura local, circunstanciaram as narrativas das professoras, perfilizadas na figura feminina, desveladas nas entrevistas. No campo da formação as professoras incidem nos relatos a falta de formação continuada na Educação Infantil, reconhecem o percurso formativo como de grande relevância na consolidação das escolhas, motivos que se convergem em oportunidades de se tornarem professoras. As narrativas das professoras revelam que no campo do conhecimento, o currículo e o projeto pedagógico não se articulam com os referenciais, pois a grande maioria durante o planejamento das atividades de sala de aula não se apropria das orientações presentes nos documentos oficiais, como as Diretrizes Nacionais para a Educação Infantil. As abordagens da literatura, os arcabouços legais e as práticas pedagógicas desenvolvidas nas instituições de Educação Infantil dos municípios, permitiram refletir as rotinas de sala, descritas nas narrativas, não se percebe conectividade dos saberes cotidianos, a prática e a teoria. Nesta complexidade em que ocorre o processo formativo e da constituição docente, percebe-se uma lacuna na formação destas professoras para a educação infantil.

Palavras-chave: histórias de formação; educação infantil Tocantins

A História da Infância Contada de Cá, do Jalapão.

ODALÉA BARBOSA DE SOUSA PALAVRAS-CHAVE, JOCYLEIA SANTANA SANTOS

A pesquisa se refere à história da infância no Brasil e o diálogo com quem vive no cerrado do Jalapão do Tocantins. O texto se dedica a problematizar as nuances do processo histórico de institucionalização da infância na educação, permitindo compreender o seu acesso no ensino público. É fruto de inquietações da pesquisa acadêmica, pós-graduação, análise inspirada no diálogo atento, com professores da educação infantil. Para tanto, recorre-se a alguns estudos levantados por: Ariès (1986), Azevedo (2013), Kuhlmann Jr (1998, 2000), Oliveira (2002), Rizzini e Rizzini (2004) dentre outros autores, que abordam a história social e educacional da infância. Nos dispositivos legais em torno da Constituição Federal de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, 1996, arcabouços que consolidaram a Educação Infantil no Brasil. Nos estudos de campo, utilizou-se a metodologia da história oral, realizando entrevistas com professores da cidade de Mateiros, no período de novembro de 2017 a março de 2018. As percepções decorrentes das análises das fontes orais, discutem as concepções de educação infantil a partir das análises das narrativas de professores que atuam na educação infantil do Jalapão, permitindo refletir suas práticas pedagógicas vivenciadas ao longo da carreira docente. Os resultados revelam que embora do ponto vista histórico houvesse avanços significativos em relação à legislação quanto ao acesso da criança aos direitos fundamentais à educação, ainda há um paradoxo entre as diferentes concepções das professoras entrevistadas, das quais ainda não contemplam olhares pedagógicos do cuidado e educação. Portanto, há uma lacuna recorrente do assistencialismo, presente nas instituições do Brasil, que coloca em questão os diferentes contextos culturais e sociais em que a Educação Infantil é ofertada e como ela se coloca na formação dos profissionais para atuarem nesta modalidade de ensino. Os professores que atuam na educação infantil e as práticas de ensino desenvolvidas em sala de aula nesta região do cerrado do Tocantins, apresentaram uma visão das concepções de infância, da identidade da criança enquanto ser social, em casos isolados, expressam uma linguagem de ensino contemplada nas orientações do Referenciais da Educação Infantil, oficializados nas legislações brasileiras. Essa dicotomia social vivenciada no contexto histórico da educação infantil, ainda contraditória na atualidade, desvelam o processo histórico de constituição dos povos do cerrado do Jalapão.

Palavras-chave: infância; histórias de professores; Jalapão

Engenheiros-educadores: sociabilidades, trabalho e práticas educativas de uma geração (Brasil, primeira metade do século XX)

OLIVIA MORAIS DE MEDEIROS NETA

O objetivo geral da pesquisa é investigar sociabilidades e práticas educativas, na primeira metade do século XX no Brasil, da geração de engenheiros-educadores composta por João Lüderitz, Francisco Montojos, Roberto Mange e Celso Suckow da Fonseca, tendo por ênfase a relação trabalho e educação. A partir deste objetivo, atentamos para: a) análise da rede de sociabilidades da geração de engenheiros-educadores na primeira metade do século XX no Brasil; b) práticas educativas da geração de engenheiros-educadores nas junto às estradas de ferro, às indústrias e às escolas técnico-profissionais e c) discursos pedagógicos da geração de engenheiros-educadores a relação trabalho e educação. Por tal, Sirinelli (1998; 2003) corrobora com nossa discussão teórica sobre itinerários intelectuais, redes de sociabilidade e geração. Estes eixos são interdependentes e, no caso desta pesquisa, por mais que destaquemos o entendimento de sociabilidade, a compreensão de itinerários intelectuais e de geração está vinculada. A pesquisa documental foi empreendida, grande parte, em acervos digitais disponibilizados na web, especificamente na Hemeroteca Digital Nacional e no CPDOC da Fundação Getúlio Vargas. Consideramos que estes engenheiros-educadores fundiram suas atuações às estradas de ferro, às indústrias e às escolas técnico-profissionais atentei à possibilidade de investigar, na primeira metade do século XX no Brasil, a geração de engenheiros-educadores, tendo por ênfase a relação trabalho e educação; que estes estavam envolvidos na preparação das redes de ensino industrial e seus percursos na busca de experiências internacionais corroboraram com inquietações sobre as sociabilidades e práticas que envolviam esses engenheiros-educadores. Por fim, ressalta-se que a relação trabalho e educação está no cerne das sociabilidades e itinerários da geração de engenheiros educadores como João Lüderitz, Francisco Montojos, Roberto Mange e Celso Suckow da Fonseca e outros. Por tal, ressalta-se que os engenheiros-educadores que pensaram e atuaram na educação profissional brasileira na primeira metade do século XX constituíram um lugar de fala e uma prática imbricada à história e às dimensões pessoais e profissionais, sendo estas marcadas pelos itinerários intelectuais e pelas redes de sociabilidades. Assim, espera-se com esta pesquisa contribuir para o fortalecimento do campo da história da educação profissional na formação de novos pesquisadores e na comunicação científica.

Palavras-chave: engenheiros; sociabilidades; história da educação profissional

Ensino secundário em Campo Grande, Sul de Mato Grosso (1930-1961)

PAOLLA ROLON ROCHA

O presente artigo tem como objetivo analisar o ensino secundário na cidade de Campo Grande, no momento histórico que ainda fazia parte do sul de Mato Grosso, no período de (1930-1961). Dessa forma, o método utilizado é materialista histórico dialético, para compreender a totalidade, que é a sociedade capitalista. Assim sendo, para a realização da pesquisa, foram coleta dos documentos, legislações, dissertações, teses, livros e artigos. Algumas fontes teóricas utilizadas foram: Rodríguez (2004), Marx (2011), Saviani (2013). Primeiro, ocorreu a realização da compreensão da sociedade brasileira naquele momento histórico, seus aspectos políticos, econômicos e educacionais, com ênfase na Reforma de Francisco Campos de 1931, que dividiu o ensino secundário em dois cursos, fundamental e o complementar, o primeiro com duração de cinco anos e o segundo com duração de dois anos, além disso, também introduziu o exame de admissão; a Lei Orgânica do Ensino Secundário de 1942, que dividiu o ensino em dois ciclos, o primeiro denominado ginásial com a duração de quatro anos, e o segundo compreendendo dois ciclos paralelos, clássico e o científico, cada um com duração de três anos; e a Lei de Diretrizes e Bases Nacionais de 1961, o ensino secundário passou a ser denominado ensino médio, com duas ramificações: secundária e técnica, seria ministrado em dois ciclos, sendo o ginásial com duração de quatro anos e o colegial de três anos, o ensino técnico ficou dividido em agrícola, industrial e comercial. Em Campo Grande, esse momento histórico, existiam seis escolas de ensino secundário, as privadas: Dom Bosco, Colégio Nossa Senhora Auxiliadora e o Instituto Osvado Cruz. No que concerne às instituições públicas, Liceu Campo-Grandense; Escola Normal Joaquim Murtinho e Ginásio Barão do Rio Branco. Observa-se que a iniciativa privada deu início ao processo de escolarização do ensino secundário, sendo a primeira escola pública instalada apenas em 1939, quando já existiam três escolas privadas. Além disso, vale ressaltar que existiam embates no âmbito nacional a respeito do fomento público, pois os representantes das escolas privadas queriam que o dinheiro que o governo fornecia as escolas públicas também fossem para as instituições particulares e os defensores das instituições públicas não aceitavam essa ideia. Os resultados mostram que o ensino secundário em Campo Grande foi marcado pela atuação da iniciativa privada, desse modo, essa etapa de ensino nas instituições públicas inicia-se atrasada, além disso, por não ser obrigatório e nem gratuito, tornava-se difícil para os filhos da classe trabalhadora frequentar essa etapa da escolarização.

Palavras-chave: ensino secundário; Campo Grande; História da Educação

Santos estudiantes: los modelos de comportamiento para niños y jóvenes entre culto a la infancia y promoción de las escuelas de las órdenes religiosas

PAOLO BIANCHINI

En la segunda mitad del siglo XVI se pasó del niño presentado como bestial y hombre incompleto al niño como inocente y puro, potencial embajador del mensaje divino. El esfuerzo disciplinante de la Iglesia Tridentina también tuvo lugar en el ámbito infantil. Al mismo tiempo el culto a los santos jóvenes marcó la separación entre la Iglesia de la Contrarreforma y la Iglesia tardo-medieval, cuyos cultos tenían como principales protagonistas a monjes y anacoretas. Entre los siglos XVII y XVIII, se produjo una progresiva difusión del culto a la infancia, y especialmente a los santos niños confesores, es decir aquellos que profesaron la fe de Cristo durante toda su existencia, testimoniándolo no solo con una conducta de vida intachable, sino también con el ejercicio heroico de las virtudes teologales. De ello son válidos ejemplos las devociones típicamente jesuitas de Luigi Gonzaga y de Stanislao Kostka, canonizados en 1726. Entre los siglos XVIII y XIX se produjo otra transformación en el culto a la infancia, ya que se pasó de las biografías ejemplares, es decir de santos, a vidas santificadas por la fe, pero no por esto demasiado “excepcionales”. Así, se difundieron especialmente en ámbito jesuita biografías de estudiantes fallecidos en los Colegios o Seminarios. Luego, en el transcurso del siglo XIX, se añadirían también biografías de alumnas. Así, se pasó de las hagiografías de santos o beatos a las historias realistas de niños y niñas propuestas como modelos ejemplares, pero factibles de ser imitadas por todos, precisamente por estar más cerca de la realidad. Siempre durante el siglo XIX, se registró el desplazamiento de las devociones de los niños a la de los adolescentes y jóvenes. De allí derivó la implícita idea de que la santidad podía ser educada. No casualmente, la biografía de estudiantes se arraigó como género sobre todo entre las órdenes dedicadas a la enseñanza, como la de los ya citados jesuitas y, más tarde, la de los salesianos.

Palavras-chave: infância; jesuítas; biografías ejemplares

A cultura escrita escolar na elaboração de representações de leitura na escola de 2º grau (São Paulo, 1980-1990)

PATRÍCIA APARECIDA DO AMPARO

Este trabalho objetiva investigar as representações de leitura e de leitor elaboradas no documento “Atividades de língua portuguesa e literatura: 2º grau”, publicado no final dos anos 1980 e anos 1990 pela Secretaria de Educação de São Paulo. Ele é parte da série “A prática pedagógica”, cujo conjunto de oito volumes explicitava a “Proposta Curricular para o ensino de Português – 2º grau” (1977), sugerindo práticas de ensino consideradas desejáveis ao ensino de língua e de literatura. Considera-se que o volume tem natureza singular, uma vez que não corresponde a um livro didático e tampouco a um texto curricular. O livro faz parte, assim, de um tipo de publicação associada ao campo educacional que produz um discurso pedagógico intermediário, como afirmam Anne-Marie Chartier e Jean Hébrard. Apesar de serem produzidos por fontes governamentais, tais discursos são veiculados por meio de fascículos, livros, folhetos, entre outros, que produzem sentidos práticos ao trabalho escolar. Observa-se, desse modo, certa ambiguidade desse tipo de produção, pois enquanto guarda a legitimidade da fonte oficial, também se apresenta por meio de outras estratégias retóricas e persuasivas. Do ponto de vista metodológico, esta comunicação de pesquisa se apropria da perspectiva sócio-histórica em diálogo com Antônio Nóvoa, de modo a empreender uma análise documental que possibilite compreender as representações de leitor e de leitura presentes na publicação, dialogando com as interpretações do conceito elaboradas por Roger Chartier e Pierre Bourdieu. Por meio da análise do volume enquanto objeto da cultura escrita escolar, segundo a qual, nas palavras de Roger Chartier, expressa-se na organização do texto e da materialidade do livro, tentou-se delinear as representações construídas em documento que influenciou ao longo de mais de dez anos o sistema de ensino paulista e, também, configurou a concepção de língua e de literatura na década de sua publicação. Observou-se que a publicação buscou situar o conhecimento literário no seio do projeto formativo criado nos anos 1980/1990, o qual pretendia se adequar a um período de forte expansão escolar. Assim, o documento valoriza uma ideia de leitura fortemente ancorada na teoria literária, buscando situar a literatura como forma de conhecer a realidade. Ao mesmo tempo, do ponto de vista da ação escolar, as práticas de ensino valorizadas no documento privilegiam formas de participação dos alunos de modo a engajarem suas experiências sociais no processo educativo. Notou-se, também, certa ambiguidade do projeto uma vez que ao valorizar formas de ensinar que acolhessem as opiniões e referências dos estudantes, também reforçava um ideal formativo enraizado em autores e títulos canônicos bem como em ideia de leitura fortemente marcada pelo arbítrio cultural escolar.

Palavras-chave: representações; leitor; leitura

A reformulação curricular de integração social no ensino primário carioca

PATRICIA COELHO DA COSTA

O tema desta comunicação é a reformulação curricular de Integração Social no 1º segmento do 1º. grau da rede municipal de educação do Rio de Janeiro, ocorrida na década de 1980. O currículo era regulamentado pela Lei nº 5692/71, que determinava que no ensino primário os conteúdos de História e de Geografia eram agregados sob forma de atividades, na área do conhecimento denominada Integração Social. A reformulação do currículo carioca no período de redemocratização, iniciou com a divulgação do documento intitulado ‘Fundamentos para elaboração do currículo básico das escolas públicas do município do Rio de Janeiro’ em 1983. Esse processo de reformulação curricular de Integração Social foi influenciado por três movimentos: a organização do Laboratório de Currículos, o lançamento do Programa Especial de Educação e a aprovação do projeto de Lei 692/84 da vereadora e professora Henriette Amado que estabeleceu professores únicos por disciplinas, nas terceiras e quarta séries do primeiro grau. O Laboratório de Currículos foi organizado por um grupo de professores entre os quais estavam Ilmar Rohloff de Mattos, Raquel Sohiet e Tomoko Paganelli, tinha como referência a perspectiva do desenvolvimento do senso crítico do aluno, que deveria se reconhecer como sujeito. O currículo para todo o ensino de 1º. Grau se basearia em três conceitos básicos: tempo, sociedade e cultura. No Programa Especial de Educação coordenado por Darcy Ribeiro, previsto para ser implementado no Centro Integrado de Educação Pública (CIEP) a Integração Social deveria ser trabalhada por meio de atividades para estimular a construção de conceitos que estimulariam a formação de alunos autônomos e, permitiriam que a sociedade tivesse maior inteligibilidade do momento que viviam. A Lei 692/84 criada por Henriette Amado implicou em uma maior especialização dos docentes, que passariam a se dedicar a uma única disciplina, resultando no desenvolvimento de metodologias específicas para Integração Social. A pesquisa de caráter qualitativo tem como objetivo analisar as mudanças propostas para os conteúdos e para as práticas pedagógicas do ensino de Integração Social. A metodologia consiste no entrecruzamento dos relatos de professores municipais regentes na década de 1980 e de professores que participaram do processo de elaboração dos subsídios, obtidos a partir de entrevistas, com a análise de documentos curriculares. Este estudo contribui para história dos ensinos de História e de Geografia nos anos iniciais do ensino fundamental, à medida que divulga as discussões e os embates em torno do movimento de reformulação de uma proposta curricular dessas áreas do conhecimento no período após a ditadura militar, assim como os desafios enfrentados pelos docentes para implementação de novas práticas de ensino no cotidiano escolar.

Palavras-chave: integração social; reformulação curricular; história das disciplinas escolares

Entre a aldeia e a escola: a educação de crianças indígenas Tentehar em Grajaú-Ma (1980-2010)

PATRÍCIA COSTA ATAIDE

Este artigo faz referência à educação de crianças indígenas Tentehar do município maranhense de Grajaú no período compreendido entre 1980 e 2010 e está inserido no eixo temático Educação, Movimentos Sociais, Etnias e Gênero. Esta pesquisa apresenta como objetivo refletir sobre as memórias de indígenas Tentehar acerca de suas vivências educativas na aldeia e na escola. Para a composição deste estudo, recorreremos aos conceitos de cultura, identidade, representações, memória e educação no sentido de compreendermos a relação entre escola e aldeia na educação de crianças indígenas Tentehar, sem perder de vista o respeito à diversidade e identidade desse povo. Utilizamos como procedimento metodológico a pesquisa bibliográfica e, como instrumento de coleta de dados, as entrevistas com indígenas Tentehar. O aporte teórico que sustentou o estudo foi organizado de forma a fundamentar os conceitos norteadores da pesquisa, dessa forma, cultura e identidade ganham sustentação a partir de Cuche (1999), Mathews (2002), Silva (2014), Whodward (2014) e Laraia (1986), representações através de Hall (2006), memória a partir de Bloch (2001), Le Goff (1996) e Bosi (1993) e educação com base nas contribuições de Brandão (2007). A partir deste estudo, percebemos que a educação se processa de forma diferenciada dentro e fora das aldeias, nesse sentido, aprender com os mais velhos e velhas, os animais, as matas e os seres sobrenaturais se constitui numa forma de vivenciar a educação considerando a identidade e a cultura desse povo. Somando-se a isso, a educação é de grande relevância para determinar os lugares sociais a serem ocupados por homens e mulheres na sociedade Tentehar, sem no entanto, perder de vista seus valores culturais. Este estudo demonstra que tanto os saberes tradicionais quanto os escolarizados estão inseridos no cotidiano das crianças Tentehar. Os saberes tradicionais advêm das vivências e aprendizagens por meio das relações estabelecidas nas aldeias, com as outras pessoas e os demais seres naturais e sobrenaturais. A educação escolar indígena diz respeito ao ensino e à aprendizagem por meio dos saberes sistematizados, segundo os preceitos científicos, tecnológicos e legais que sustentam a educação formal. Contudo, os saberes tradicionais não têm ocupado lugar privilegiado na escola, deixando à margem o respeito à cultura, à diversidade e à identidade Tentehar. **Palavras-chave:** Educação. Crianças. Tentehar.

Palavras-chave: educação; crianças; Tentehar

Alfabetização de adultos: os limites e as possibilidades do Movimento de Educação de Base em Tefé/AM (1963-1968)

PATRÍCIA LUCENA, LENI RODRIGUES COELHO

O Movimento de Educação de Base (MEB) foi criado em 1961, por meio de uma parceria entre o Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e o Governo Federal. O MEB se propôs a alfabetizar as populações das regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste do país, por serem consideradas subdesenvolvidas. O MEB foi implantado em Tefé no ano de 1963, pelo bispo Dom Joaquim de Lange e, encerrou suas atividades em 2003, no entanto, temos como recorte temporal 1963-1968, momento em que o Movimento passou por reconfigurações em sua proposta pedagógica. Essa pesquisa tem como objetivo geral analisar o MEB no município de Tefé e como objetivos específicos, investigar a trajetória de Dom Joaquim de Lange e suas contribuições no âmbito educacional ao criar o MEB; compreender os motivos que fizeram com que Dom Joaquim de Lange se engajasse em causas educacionais por meio do MEB; pesquisar se o MEB na gestão de Dom Joaquim, transitava entre a perspectiva de uma educação politizadora e evangelizadora. Para esta investigação nos apropriamos dos seguintes referenciais teórico-metodológico: Kadt (2007), Fávero (2006), Wanderley (1984), Brandão (2013), Mainwaring (1989), Beozzo (2001), Le Goff (1990), Alberti (2005), Schwarcs (2013) e Schaeken (2017). Quanto as fontes analisadas, tivemos acesso aos seguintes periódicos: Jornal do Brasil; O Commercio e Correio da Manhã. De igual modo, utilizamos os documentos oficiais do MEB/Tefé: relatórios mensais e anuais, de estudos de área, cartilhas, apostilas, plano, programas, decretos, entre outros. Dom Joaquim de Lange, era um religioso, holandês e pertencia à Congregação do Sagrado Coração de Maria, instituição engajada no auxílio a população carente. Atuou como padre na África por doze anos e, em 1946 foi nomeado bispo da prelazia de Tefé pelo Papa Pio XII. Dom Joaquim buscou conhecer a realidade amazônica e a partir das dificuldades enfrentadas pela população ribeirinha, articulou a criação do MEB em Tefé. Como pano de fundo, estava surgindo no Brasil uma nova postura da Igreja Católica, principalmente, da ala progressista que aderiu as sugestões encabeçadas pelo Concílio Vaticano II e, posteriormente pelas conclusões de Medellín. O MEB ao longo de quarenta anos buscou se adequar aos diferentes contextos históricos com o objetivo dar continuidade as suas ações. O MEB Tefé, transitou entre práticas politizadoras, alfabetizadoras e evangelizadoras em suas práticas pedagógicas.

Palavras-chave: Movimento de Educação de Base; Igreja Católica; educação popular

Livros didáticos e cartilhas em língua alemã na região meridional do RS, de fins do século XIX até 1940

PATRÍCIA WEIDUSCHADT, MARIA ANGELA PETER FONSECA

Os livros didáticos e as cartilhas em língua alemã circularam pelas escolas étnicas alemãs luteranas, na região meridional do Rio Grande do Sul, denominada Serra dos Tapes. A imigração alemã/pomerana nesse espaço se deu em meados do século XIX, e desde logo os imigrantes buscaram organizar a vida comunitária, ou seja, formar igrejas, pautando-se nos princípios do associativismo e na criação de espaços de sociabilidade. A maioria pertencia à religião luterana, e foram influenciados pelos princípios de Lutero: “Ao lado de cada igreja, uma escola”. Portanto, o primeiro movimento de luteranismo foi representado pelas igrejas independentes. O independentismo religioso luterano foi um caminho de resistência dos imigrantes à ligação a uma igreja oficial. Nessa fase inicial, foram organizadas escolas rurais que tinham como proposta a alfabetização rudimentar e a manutenção de ritos religiosos. Nesse período, os foi improvisado material didático, como o uso dos catecismos e livros trazidos do país de origem. Com o advento de institucionalização da igreja luterana, oriunda da Alemanha, começou-se a fortalecer um projeto educativo que, inevitavelmente, precisaria de organização de material didático. Nesse contexto, destaca-se a Editora Rotermund, fundada no Brasil, pelo pastor Wilhelm Rotermund, ligada ao denominado Sínodo Rio-Grandense, produzindo livros e cartilhas para as escolas rurais e urbanas que visavam à alfabetização matemática e da leitura e escrita. No início do século XX instalou-se outra organização institucional luterana, o Sínodo de Missouri, originária dos Estados Unidos, mas formada por imigrantes alemães. Logo na chegada ao Brasil, o referido Sínodo constituiu a Editora Concórdia, que produziu cartilhas e livros didáticos para os primeiros rudimentos das escolas étnicas. A produção de livros e cartilhas alemãs dessas instituições se deu até o processo de nacionalização de ensino, na década de 1940, que proibiu a publicação em língua estrangeira. Quer-se destacar que o primeiro movimento educacional foi direcionado às escolas rurais, num modelo multisseriado, mas, depois, há formação de certa elite alemã em espaços urbanos, necessitando de outros materiais direcionados para séries de ensino mais adiantados. Então, pretende-se apresentar materiais didáticos das editoras Rotermund e da Casa Publicadora Concórdia, direcionados às escolas rurais, para a aprendizagem inicial dos alunos, e materiais didáticos do Sínodo Rio-Grandense, principalmente da Editora Rotermund, direcionados às escolas urbanas. A partir da análise desse material objetiva-se evidenciar os projetos educativos das instituições sinodais, destacando as diferenciações entre os pressupostos direcionados à escola colonial e urbana.

Palavras-chave: livros didáticos e cartilhas em língua alemã; Editora Rotermund, Editora Concórdia

O Ginásio de Goiatuba: a Campanha Nacional de Educandários Gratuitos de 1950 a 1960

PAULA FERREIRA DIAS, FERNANDA BARROS

Este resumo é fruto de uma pesquisa em andamento e tem como tema: O Ginásio de Goiatuba: a Campanha Nacional de Educandários Gratuitos de 1950 a 1960, buscamos resolver a seguinte questão: Como o Ensino secundário foi organizado no Ginásio de Goiatuba entre os anos de 1950 e 1960 enquanto foi criado e mantido pela Campanha Nacional dos Educandários Gratuitos? O recorte temporal da pesquisa se dá entre o período de 1950 e 1960. O ano de 1950 foi o ano da criação e instalação da instituição pela CNEG, deste modo, iniciar a pesquisa nesse período nos dará condições de compreender como essa Campanha criou a instituição e em quais moldes isso foi feito. O fim da pesquisa se dará no ano de 1960, ano em que o Ginásio foi encampado pelo Estado de Goiás, assim como muitos dos outros ginásios criados pela CNEG. O objetivo geral desta pesquisa busca compreender os processos históricos da criação e institucionalização do ensino secundário no Ginásio de Goiatuba entre os anos de 1950 a 1960 pela Campanha Nacional dos Educandários Gratuitos. O ensino secundário serviu de referência a uma classe específica e para um determinado fim, ter acesso ao ensino superior. Por meio desta pesquisa busca-se encontrar as particularidades deste momento. Os objetivos específicos: entender a Campanha Nacional dos Educandários Gratuitos; analisar a documentação interna do Ginásio de Goiatuba, para compreender a sua institucionalização; compreender quais as características da institucionalização do Ginásio em relação a CNEG e ao Estado de Goiás. Este trabalho se baseia na história das instituições educativas que será o suporte teórico para esta pesquisa. A metodologia utilizada para se obter as respostas será a pesquisa documental e bibliográfica. Desta forma, os documentos que serão utilizados para esta pesquisa vão ser os documentos encontrados no arquivo da escola como livro de ata, ficha dos alunos, livro caixa, diários, decreto lei, para compreender como o Ginásio de Goiatuba foi institucionalizado. A pesquisa bibliográfica está sendo realizada através do levantamento bibliográfico de obras publicadas sobre o assunto.

Palavras-chave: Ginásio de Goiatuba; Campanha Nacional de Educandários Gratuitos; ensino secundário

Patrimônio, memória e território: o caso dos colégios jesuítas do Rio de Janeiro e de Bordeaux

PAULA LEONARDI

Esta comunicação focaliza a instalação e localização dos edifícios das escolas jesuítas nas cidades de Bordeaux e do Rio de Janeiro, seus deslocamentos no espaço, tendo em vista debater se e de que maneira contribuíram para a formação de territórios, entendido em seus aspectos materiais e simbólicos, conforme propõe Santos (2005). A questão da formação de territórios passa pelas relações entre estados e Igreja e mantém estreita vinculação com o patrimônio de ambas as instituições, assim como com a produção de memória. Embora nascida no bojo da reforma católica e inscrita na expansão marítima europeia, a ordem dos jesuítas operava em uma lógica distinta daquela dos estados. A Companhia, ancorada na universalidade, não se restringia a um território e operava na lógica da mobilidade, ao contrário dos estados nacionais (LEROY, 2015). O trabalho com as fontes (anais, boletins, anuários, álbuns fotográficos, páginas na internet e estudos diversos), mostrou que os colégios jesuítas em Bordeaux e no Rio participaram das mudanças urbanas e acompanharam o deslocamento das elites nas duas cidades produzindo territórios à medida que constituíram patrimônio imobiliário e produziram memória. No caso do Santo Inácio, a exploração das fontes permitiu vislumbrar de que maneira o estado favoreceu o desenvolvimento de seu patrimônio. No Tivoli, quando ameaçados pelo avanço do estado francês no campo da educação, uma sociedade civil foi criada para a administração dos bens formando uma forte empresa imobiliária. Além do colégio, os jesuítas detinham conjunto significativo de imóveis alugados. A esta inscrição no espaço com prédios suntuosos, corresponde uma vasta produção de memória ancorada nos edifícios que a escola habitou. As comemorações de sua fundação incluem referências constantes a eles e excursões para estes lugares. Hoje, o Tivoli não tem nenhum religioso em sua estrutura administrativa ou corpo docente. O que não ocorre da mesma forma no Colégio Santo Inácio no qual até 2019 sabemos que religiosos ocupavam a direção. As fachadas modernizadas de ambos os edifícios, quase descaracterizadas de suas origens católicas e mais assemelhadas a shoppings centers, contrastam com as fotos de outros tempos. É possível inferir que a produção de uma memória partilhada para aqueles “de dentro” certamente obteve resultados produzindo uma linhagem crente ou uma espécie de marca jesuítica para a instituição, como uma grife. Não há mais a necessidade dos religiosos presentes. Resta-nos perguntar o que representam esses edifícios para aqueles “de fora” indagando sobre se e de que maneira a produção desse território atingiu ou contribuiu na produção da memória da população. (O texto integral está no prelo para publicação como capítulo de livro).

Palavras-chave: memória; patrimônio; colégios jesuítas

A escola primária Republicana e as modificações no imaginário escolar

PAULA LORENA CAVALCANTE ALBANO DA CRUZ

O artigo apresenta como temática o estudo das instituições escolares, em particular a escola primária republicana brasileira. Tem por objeto de estudo a expansão escolar da instituição de ensino primário no Rio Grande do Norte, a partir dos anos de 1909 até 1971. Tem por objetivo analisar, a partir da ampliação de oferta de ensino primário ocorrida no município de São José de Mipibu – RN, como a expansão escolar modificou o imaginário da escola primária ao longo dos anos. Essa escola que nos primeiros anos foi colocada como vitrine da recém República brasileira, através da criação de grupos escolares e, dessa forma teve sua imagem associada a ideia de modernidade defendida pelos republicanos. Ao passar dos anos, precisou passar por modificações para acolher a população escolar que surgia. Entende-se que esse processo influenciou na imagem da escola primária, e assim, o imaginário que havia se criado nos seus primeiros anos de existência foi sendo modificado, pois já não atendia mais o mesmo número de alunos, nem os mesmos grupos sociais. O recorte temporal tem como marco inicial o ano de 1909, período em que foi criado o Grupo Escolar Barão de Mipibu como referência de escola primária local e encerra no ano de 1971, quando a escola primária passou a ser compreendida como escola de 1º grau, apresentando uma nova configuração. O trabalho possui relevância para a História da Educação brasileira, pois contribui para os estudos sobre a escola primária na República, colaborando para a compreensão do imaginário que se formou acerca da escola primária pública republicana e as mudanças na construção do imaginário que os grupos escolares passaram ao longo da sua existência. Os documentos utilizados na pesquisa foram: Livro de resumo de matrículas do Grupo Escolar Barão de Mipibu; Legislação educacional do Rio Grande do Norte; as Mensagens de governadores do Estado; a planta baixa do Grupo Escolar Barão de Mipibu; Termos de visitas do Grupo Escolar Barão de Mipibu e o livro “Grupo Escolar Barão de Mipibu: orgulho mipibuense” da professora memorialista Lúcia de Amaral. Enquanto fundamentos teórico-metodológicos, escolheu-se realizar a pesquisa a partir das contribuições da Nova História e tem como principal expoente que orienta o trabalho: Le Goff (1994), através dos estudos da História do Imaginário. Ao realizar a pesquisa, foi possível compreender que a expansão escolar, influenciou na modificação da imagem construída sobre a escola primária republicana, de um início em que se apresentava em prédios suntuosos, mas que atendiam a poucos e que com o processo de expansão precisou ampliar os seus espaços físicos e até mesmo expandir outras modalidades de escolas para suprir a necessidade de atendimento da população educacional. Tal movimento transformou a escola-monumento em uma escola-funcional, ou seja, a escola de outrora que se apresentava em prédios monumentais passou por um processo de mudança, a caracterizando como uma escola pautada na funcionalidade.

Palavras-chave: escola primária; expansão escolar; imaginário

O papel das bandas militares na formação de músicos profissionais em Vila Rica/Ouro Preto – Século XIX

PAULO HENRIQUE PINTO COELHO RODRIGUES

Este trabalho é parte de um estudo mais amplo que buscou, sob a ótica da História da Educação, compreender o cenário musical de Vila Rica/Ouro Preto (então capital das Minas Gerais) no século XIX, mapeando os lugares, as formas e os sujeitos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem dessa música. Conseqüentemente, neste contexto, busquei analisar as funções desempenhadas pelas bandas de música para esses mesmos objetivos, mas com foco na formação profissional dos sujeitos. Por meio do intercruzamento de diferentes tipos de fontes (legislação; estudos censitários; literatura de viajantes; jornais; almanaques; partituras; instrumentos musicais do século XIX; documentos manuscritos e impressos diversos; estatutos, atas e cadernos de receitas e despesas das bandas; livros de irmandades religiosas; iconografia; romances da literatura brasileira), busquei compreender de quais maneiras a música era “produzida” e “consumida”, nos mais distintos contextos (social, religioso e político) em Vila Rica/Ouro Preto, ao longo do século XIX e, em meio a esse cenário, como as bandas de música foram se constituindo e se desenvolvendo. Após a vinda da família real para o Brasil, diversos batalhões do exército receberam, por meio de decretos, bandas de música formadas por instrumentos de sopro e percussão; o Batalhão 11 de Vila Rica foi agraciado oficialmente com um desses conjuntos no ano de 1817. As bandas militares rapidamente ganharam o gosto do público, pois modificaram o antigo formato da música militar que até então vigorava e que ficava restrita apenas aos quartéis. Tais conjuntos apresentavam-se nas ruas e participavam das celebrações cívicas, políticas e religiosas, tocando diversos gêneros musicais até então desconhecidos da comunidade, reconfigurando, assim, o cenário musical da vila/cidade. Na década de 1830, Ouro Preto recebeu novas forças militares que, a exemplo da infantaria do Exército, também possuíam suas bandas de música: a cavalaria do próprio Exército, o corpo policial (instância militar pertencente à província de Minas Gerais) e a Guarda Nacional de Ouro Preto (força paramilitar que apoiava as ações do Exército). Cada uma dessas bandas tinha sua particularidade, mas uma característica era comum a todas: o caráter educativo. Tais bandas formavam, dentro dos batalhões, soldados músicos para tocar em seus quadros. Recrutavam, também, jovens (menores de 18 anos) para ensinar a eles alguns dos instrumentos da banda. Ao aprender a tocar o instrumento, o jovem tornava-se capaz de exercer a profissão de músico, pois logo que completava a idade mínima para se alistar, passava a fazer parte do plantel efetivo militar. Além disso, as bandas, mesmo que involuntariamente, passaram também a educar a sociedade, dando formação musical ao público ouvinte, uma vez que eram responsáveis pela divulgação dos repertórios nas principais festividades civis e religiosas locais.

Palavras-chave: bandas de música; formação profissional; educação musical

Decepções e esperanças: a instrução pública em cem anos da Nação brasileira

PAULO ROGÉRIO MARQUES SILY

Comemorar é também celebrar a memória e tornar presente um passado que se quer preservar! Por ocasião dos cem anos de emancipação política do Brasil (1922) muitas foram as festividades em diversas cidades do país, realizadas em tempos de (re)estruturação do mundo pós Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e acirramento de crise do regime oligárquico que caracterizou a Primeira República no Brasil (1889-1930). No Rio de Janeiro - capital da República - o governo federal, a prefeitura da cidade e empresas privadas associaram-se em grandes investimentos nos preparativos das comemorações, com destaque para a montagem da Exposição Internacional (1922-1923). Certame que procurou apresentar aos visitantes a imagem de um país ordeiro, produtivo, em progresso, por meio das riquezas do Brasil, consideradas necessárias ao mercado internacional, assim como, atrair investimentos de governos e empresários em tempos de expansão da industrialização no mundo, apesar da efervescência cultural, política e social em que se encontrava o Brasil, particularmente no Distrito Federal, em função de ações promovidas por movimentos sociais contrários ao regime de governo vigente. Nesse cenário, tendo por temática a educação em tempos de comemoração do centenário da independência do Brasil, esse trabalho tem por objetivo analisar como a educação/instrução compareceu em edições especiais de periódicos por ocasião da efeméride, especialmente na obra Livro de Ouro Comemorativo do Centenário da Independência do Brasil e da Exposição Internacional do Rio de Janeiro, elaborado pelo Anuario do Brasil. Este projeto editorial foi originalmente programado para prestar “uma calorosa homenagem comemorativa da maior data da História Brasileira”, subscrita por alguns dos “mais ilustres escritores brasileiros”, integrantes de instituições científicas, artísticas e literárias, alguns com atuação na política nacional, convidados a colaborar com o que se propunha ser um balanço da nação centenária. Fonte de muitas possibilidades de pesquisa, neste trabalho, procuramos analisar no Livro de Ouro o artigo de autoria de Afrânio Peixoto (1876-1947) - O ensino público no Brasil. Decepções e esperanças -, chamado a dar um parecer sobre a instrução pública no Brasil em cem anos da nação. Tomando por referência contribuições de especialistas em estudos de periódicos, buscamos tratar a obra e seu respectivo artigo como fontes e objetos de investigação. A análise do parecer emitido pelo médico e professor Afrânio Peixoto permitiu compreendê-lo como um diagnóstico da instrução no Brasil, sendo seus males identificados a partir de exame pautado no que classifica como criteriosa observação dos fatos relativos à instrução brasileira e os remédios prescritos para combatê-los orientados pela esperança de superação.

Palavras-chave: centenário da Independência; instrução pública; Livro de Ouro

A cultura material escolar e a docência: elementos teórico-metodológicos

PEDRO HENRIQUE GONÇALVES AMORIM

Nos desdobramentos implicados pelo escrutínio da dimensão interna da escola, Julia (1995) propõe que a noção de fonte seja recontextualizada, de modo a dar conta do estudo da cultura escolar. Fazer flechas com qualquer madeira (JULIA, 2001) levou os historiadores da educação ao estudo das práticas, dos tempos, espaços e objetos escolares. A atenção acurada ao mobiliário escolar, aos uniformes, aos livros, aos cadernos, à arquitetura escolar, aos periódicos do ensino, dentre outros, baseia o campo de investigação denominado cultura material da escola (PAULILO, 2019). A relação entre a cultura escolar e a cultura material da escola, enquanto campos de investigação, promoveu análises profícuas sobre a escolarização. Porém, a emancipação desse segundo campo em relação ao primeiro deu-se mediante a consolidação de abordagens teórico-metodológicas específicas observadas nos estudos acerca da cultura material da escola. A consideração dos objetos, seja como suportes materiais de práticas, seja como produtos industriais de consumo massivo resultou em diferentes formas de conceber e estudar a cultura material escolar, consolidando enfoques de análise distintos (VIDAL, 2017). De acordo com Vidal (2017), um desses enfoques é representado por Lawn e Grosvenor (2001), para quem, “Teachers in their work share their lives with objects. They help to define their work identity” (LAWN; GROSVENOR, 2001). Nesse sentido, esta proposta de apresentação tem como tema debater/discutir os elementos teórico-metodológicos do enfoque representado pelos pesquisadores, cuja característica distintiva com relação aos demais enfoques refere-se ao fato de que este coloca em causa, no âmbito da história da educação, as ligações entre a cultura material escolar e a identidade docente. Tem-se como objetivo responder à pergunta: Quais são os elementos conceituais, teóricos e metodológicos específicos do enfoque de análise da cultura material escolar que a relaciona aos estudos históricos acerca da identidade docente? Para atingir tal objetivo, recorre-se à leitura sistemática de alguns trabalhos dos autores (LAWN; OZGA, 1991; LAWN, 2018, 2013, 2001; LAWN; GROSVENOR, 2001). Desse modo, pretende-se apresentar resultados de uma pesquisa bibliográfica (GIL, 2002), cuja finalidade é evidenciar os aludidos elementos a partir da leitura sistemática dos referidos textos, datados entre os anos 1990 e 2018. Os resultados advêm de duas pesquisas de iniciação científica em desenvolvimento, financiadas pela FAPESP: Saberes e práticas em perspectiva histórica: um estudo das escolas públicas de Guarulhos (1970 - ...) (processo no.: 2020/06040-8), desenvolvida pelo estudante de pedagogia Pedro H. G. Amorim; Saberes e práticas em perspectiva histórica: um estudo da profissão e carreira docente no município de Guarulhos (1970 - dias atuais) (processo no.: 2020/10606-7), desenvolvida pela estudante de pedagogia Stefane L. de Freitas. Ambas sob orientação da professora doutora Renata Marcílio Cândido.

Palavras-chave: cultura material escolar; identidade docente

O projeto educacional da União Católica Militar na década de 1920

PEDRO HENRIQUE LESSA TORRES

A presente comunicação tem por objetivo apresentar o projeto educacional desenvolvido pela União Católica Militar (UCM), na década de 1920, através da análise das obras de alguns intelectuais católicos e católico-militares, e, também, por meio do exame do periódico católico militar oficial de divulgação das ideias da UCM: O Centurião. A União Católica Militar é uma associação de católicos militares surgida na década de 1920 e que existe até os dias de hoje. A sua origem, nos anos 1920, nos remete a um contexto de crise política, econômica, social e militar que trouxe muita instabilidade para as instituições nos últimos anos da Primeira República. O cenário de instabilidade institucional começou a se agravar no ano de 1921 por ocasião do início da campanha presidencial direcionada para as eleições de 1922. Esta campanha teve a disputa entre a chapa de Arthur Bernardes, governador de Minas Gerais, apoiado pelo governo federal e a maioria dos estados da federação, contra a chapa de Nilo Peçanha, ex-presidente do Brasil, apoiado por Rio Grande do Sul, Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro. A chapa de Nilo Peçanha, estando em desvantagem numérica em razão da desproporção dos apoios, buscou, desde o princípio, o endosso dos militares. Em outubro de 1921, foram divulgadas cartas atribuídas a Arthur Bernardes, que continham ofensas ao Exército. Tal episódio angariou muito apoio a chapa de Nilo e tornou-se o cerne de uma nova Questão militar, tendo em vista que muitos militares passaram a conspirar contra a posse de Arthur Bernardes. A campanha presidencial de 1922 foi o berço do movimento tenentista, deflagrado em julho de 1922, contra a vitória de Arthur Bernardes nas eleições. Foi nesse cenário que surgiu a UCM, com católicos e católicos-militares enxergando na agitação militar e na campanha presidencial de Nilo Peçanha, um maçom que durante a sua presidência teve conflito com a Igreja católica, uma ameaça revolucionária simultaneamente liberal e comunista. Os católicos-militares tinham um projeto educacional conservador nacionalista que prometia, através do proselitismo religioso, poder promover a disciplina e a ordem, restaurar a unidade militar e garantir a estabilidade das instituições contra as ameaças revolucionárias. Através de O Centurião, periódico católico-militar editado pela UCM e por meio da obra de intelectuais como Jackson de Figueiredo, Desiderio Deschand e do General Jorge Pinheiro, podemos compreender o apoio da elite política aos católicos-militares, assim como as nuances de um projeto educacional conservador que, através da invenção das tradições e do assistencialismo, trabalhou para construir uma identidade católico militar conservadora nas forças armadas que cooperou para manter o status quo, reforçou a dominação política da classe trabalhadora e potencializou a violência simbólica sobre as mulheres e as famílias católicas, ao reforçar uma concepção tradicional de sociedade que se opunha às aspirações dos movimentos feministas.

Palavras-chave: conservadorismo; anticomunismo; intelectuais

“É oficial, equiparada ou livre de qualquer interferência governamental?”: reflexões acerca de propagandas e notícias sobre a Escola Normal de Juiz de Fora (1908)

PRISCILA ALVES FERREIRA

O presente artigo faz parte de uma tese de doutorado, que se encontra em andamento. Seu objetivo é problematizar questões acerca da concessão de equiparação de cursos normais particulares à Escola Normal Modelo de Belo Horizonte, especialmente quanto aos seus desdobramentos na cidade de Juiz de Fora. A equiparação de escolas normais foi uma forma de o governo de Minas Gerais conceder, a estabelecimentos municipais e/ou por particulares, as mesmas prerrogativas de formar e diplomar o normalista. Tal ação foi intensificada após o ano de 1907, quando o estado suprimiu todas as suas escolas normais, mantendo financeiramente apenas a instituição da capital. Nesse sentido, cidades como a de Juiz de Fora ficaram sem uma escola normal financiada por ele, o que pode ter contribuído para que institutos particulares passassem a ofertar tal ensino. Para o presente artigo, serão problematizadas algumas notícias e propagandas veiculadas no *Jornal do Comercio* da cidade, que tratam da Escola Normal de Juiz de Fora, mas que circularam no ano seguinte do fechamento da instituição que era financiada pelo estado. Assim, as pesquisas no periódico permitiram indiciar algumas questões como: que escola normal era essa que continuou a ser noticiada? Seria a mesma ou outra configuração da instituição criada e financiada pelo estado? Como seria possível ser a mesma, se o estado a havia suprimido no final de 1906? A esse respeito, o próprio periódico noticia um questionamento feito por “um candidato methodico”, sobre qual era a vinculação dessa escola normal (“oficial, equiparada ou livre de qualquer interferência governamental”). Desta feita, o artigo irá problematizar essas propagandas e notícias, indiciando possíveis estratégias e táticas (DE CERTEAU, 1998) que possam ter sido utilizadas para convencer seu público-alvo a continuar frequentando e, de certa forma, acreditando que a formação de professores deveria ser feita através de um curso normal. Ainda que, para isso, tivessem que pagar uma taxa e levar seus estudantes para fazerem os exames, que lhe confeririam o diploma, na capital do estado, enquanto o mesmo não concedesse a equiparação de algum curso normal particular em Juiz de Fora. Tais questões serão problematizadas através da categoria de “tradição inventada” (HOBSBAWM, 2008), uma vez que há indícios de que alguns sujeitos acreditavam ser importante a formação de professores via escola normal, embora houvesse outras formas de ingresso no magistério, como a formação pela prática. E essa pretensa “tradição” de a cidade ter uma escola normal pode ter sido utilizada como um “novo caminho” para que as escolas particulares se inserissem na instrução escolarizada.

Palavras-chave: escola normal; Juiz de Fora; *Jornal do Comercio*

O ensino religioso como ferramenta de educação moral: análise do manual de orientação docente “Deus na Escola” (1999-2007)

PRISCILA CARRIEL DE LIMA

A constituição da identidade, ou ainda de modos de “ser e estar” na profissão docente, perpassa pelas experiências pessoais, pelas memórias e saberes produzidos pelos professores em sua formação profissional. Nesta perspectiva, os impressos voltados para a orientação pedagógica dos profissionais de educação possuem potencial para discutir e historicizar o trabalho educacional. Os impressos como fonte de estudo na história da educação têm ganhado relevância e interesse para o estudo dos saberes pedagógicos uma vez que através deles podem ser analisados suas apropriações e usos. Neste artigo pretendemos analisar o manual Deus na Escola, que foi utilizado entre os anos de 1999 e 2007 nas escolas públicas da cidade de Sorocaba. Este material foi organizado com a finalidade de orientar as práticas pedagógicas para as aulas de ensino religioso na cidade para a educação básica e foi preletor da instalação de um projeto mais amplo no qual fomenta-se também a transmissão de valores e virtudes religiosas. De acordo com a divulgação do lançamento do manual publicado em 01 de julho de 1999 no principal jornal local da cidade de Sorocaba, o Jornal Cruzeiro do Sul, este projeto pretendia oferecer aos professores “subsídios para levar o ensino religioso a sala de aula – trata de temas como amor, família, fé e vida, para que o professor possa explorá-los e também ser adotado por qualquer escola pública ou privada” (p. 02). Pontua-se em diversos momentos, tanto nos periódicos locais, quanto no próprio material, a participação de diversas entidades religiosas na construção do material e sobre a intenção de que este fosse um manual de orientações sem objetivar o proselitismo a nenhuma doutrina específica. Procuramos através desta pesquisa, compreender a maneira como a educação moral disseminada no material relaciona-se ao ensino religioso e como foi pensada para a formação de professores. O procedimento de pesquisa utilizado para análise das informações encontradas neste manual será o de análise da configuração textual (Chartier, 1990), que permitirá focar os diversos aspectos constitutivos do um texto de acordo com seu tipo de circulação, utilização e repercussão. Consideramos fundamentais para a elaboração desta pesquisa os trabalhos de Carvalho (2006), Catani e Silva (2010), Cunha (2006) e Lima (2008). As publicações do periódico da cidade de Sorocaba Jornal Cruzeiro do Sul selecionadas entre os anos de 1999 e 2007 associadas à análise do manual nos auxiliaram a entender características sobre a implantação do projeto e de seus objetivos. Preliminarmente, podemos dizer que a maneira com a qual a religião é abordada no material analisado pode servir como fator moralizante e disciplinador na medida em que estabelece a obediência a uma série de fatores e pode ser utilizada como meio de aprendizagem de valores apreciados para a vida em sociedade como fé, piedade, amor ao próximo.

Palavras-chave: ensino religioso, impressos educacionais, profissão docente

Viajantes protestantes no “Templo do Ensino”: circulação de modelos pedagógicos na III Convenção Nacional das Escolas Dominicais (1915)

PRISCILA DE ARAUJO GARCEZ

Em 1915, a Igreja Evangélica Fluminense, localizada no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, sediou a III Convenção Nacional das Escolas Dominicais entre os dias 15 e 20 de março. O congresso contou com a participação de duzentos e cinquenta protestantes norte-americanos de diferentes denominações, que saíram de Nova Iorque em 20 de janeiro do mesmo ano, a bordo do navio Krooland, empreendendo como itinerário alguns países latino-americanos antes de desembarcarem no Brasil. Entre esses ilustres viajantes, havia industriais, comerciantes e negociantes que se lançaram ao mar para além das relações comerciais, a fim de participar de um evento que propôs um debate educacional nos espaços das igrejas protestantes brasileiras. Conforme Mendonça (1984), os protestantes norte-americanos, a partir da ideologia do Destino Manifesto, tiveram motivações teológicas, econômicas, políticas e filosóficas para a implementação de um projeto civilizador nos países por eles considerados idólatras, pagãos e atrasados. O maior projeto educacional desse grupo religioso foi a Escola Dominical, pensada a partir de uma estrutura pedagógica e administrativa para a formação espiritual, moral, intelectual e doutrinária dos alunos, da mais tenra idade à fase adulta. Diante da necessidade de evangelização e maior alcance de fiéis em um país majoritariamente católico, os protestantes investiram na preparação dos professores leigos que atuavam nas classes dominicais, oferecendo-lhes conhecimentos pedagógicos. Desse modo, o objetivo desse trabalho é analisar o debate educacional posto nas igrejas no início do século XX, a partir da circulação dos modelos pedagógicos presentes na Convenção em destaque para a preparação dos professores das classes dominicais. Como referenciais teórico-metodológicos, dialogarei especialmente com Mendonça (1984), Gonçalves (2015) e Bertinatti (2011). Elejo como fontes os jornais seculares da época: *A Noite*, *Correio da Manhã*, *O Paiz*, *Jornal do Brasil*, *El Debate*, além da imprensa protestante representada nos jornais *O Cristo*, *O Jornal Baptista* e *Expositor Cristão*. O congresso em destaque contou com a participação de inúmeras lideranças protestantes nacionais e estrangeiras e teve como desdobramento a criação de classes normais nas igrejas, nos moldes da educação renovada norte-americana. A Igreja Evangélica Fluminense é considerada pelos congregacionais como pioneira nas escolas dominicais do país, e nesse período gozava de prestígio pelo seu protagonismo no debate educacional protestante, sendo reconhecida como o “templo do ensino”, antes mesmo de sediar um evento de tamanha relevância. Assim, a III Convenção Nacional das Escolas Dominicais possibilitou a difusão de uma pedagogia protestante nas igrejas do país, permitindo entrever um projeto de preparação de professores que tinha um caráter manifestadamente civilizador para a inserção do protestantismo na cultura brasileira, através da educação em âmbito eclesial.

Palavras-chave: preparação de professores; modelos pedagógicos; escolas dominicais

Advogada, colunista, articulista e intelectual: reflexões sobre a atuação de Flora Ferraz Veloso na editora Jornal das Moças

PRISCILA DIEGUEZ

O presente trabalho tem como proposta discutir e situar o contexto de produção, da fonte analisada, a brochura Sobre a Instituição do Juri, apresentando a articulação da publicação, na e para trajetória de sua autora, a advogada Dra. Flora Ferraz Veloso. Em se tratando de uma pesquisa histórica, o recorte temporal foi definido entre os anos de 1957 e 1960. A escolha desse período pauta-se nas produções de Flora, compreendendo o referido escrito, e a relação estabelecida com outros artigos, tendo como pano de fundo, os últimos momentos do governo Juscelino Kubitschek. Elaborado no ano de 1957, Sobre a Instituição do Juri fora, finalmente, publicado, em 1959, pela Editora Jornal das Moças, sendo esta responsável por veicular, também, a revista Jornal das Moças, na qual a Dra. Flora era colaboradora, articulista, e colunista. A fonte que serve de base analítica esteve disponível para venda, em um sebo virtual, apesar de ter sido adquirida in loco, constituindo-se, desde então, enquanto parte de uma biblioteca pessoal. Contando com poucas páginas, o encadernado tem capa dura vermelha, letras douradas, e dedicatória nominal feita de próprio punho, pela escritora. A análise da brochura se torna significativa, ao se articular com a trajetória da autora, tendo em vista que o processo de produção da escrita, coincide com o período em que ela assinou matérias, e uma coluna fixa, cuja temática girava em torno do feminino, incluindo as mulheres de ensino superior, nesse mote. No intuito de problematizar o fato da editora publicar uma das produções, de um dos membros de seu staff, mostrando o itinerário desta mulher em específico, onde, na condição de intelectual, foi mediadora cultural, são utilizados como aportes teóricos os estudos de Angela de Castro Gomes e Patricia Hansen, sobre intelectuais mediadores. Para contextualizar tanto a editora quanto o periódico, as análises de Carla Pinsky, acerca da revista Jornal das Moças, se tornam ferramentas teóricas importantes, na medida em que caracterizam vários aspectos deste impresso. A respeito do contexto dos anos finais da década de 1950, dado o término do governo JK, faz-se interessante apontar as considerações de Sheldon Maram, buscando entender se as agitações sociais, políticas e econômicas, influenciaram, ou não, a escolha dos temas abordados, nas produções destacadas. Na conclusão, a intenção é demonstrar o resultado, dos vínculos construídos pela intelectual, dado seu processo de produção cultural, no interior da rede de relações, por ela desenvolvida.

Palavras-chave: editora Jornal das Moças; Dra. Flora Ferraz Veloso; intelectual mediador.

As professoras da Escola Caetano de Campos de São Paulo em foco: entre representações fotográficas e práticas educativas inovadoras

RACHEL DUARTE ABDALA

O objetivo nesta pesquisa foi investigar a forma como as práticas educativas das professoras da Escola Caetano de Campos foram representadas em registros fotográficos coligidos em álbuns. Assumindo o lugar de destaque na educação paulista no final do século XIX, principalmente a partir da Proclamação da República, a Escola Caetano de Campos proporcionou espaço para experimentações de práticas pedagógicas e para a implementação de inovações por professoras com o apoio dos diretores, dentre eles a professora Carolina Ribeiro que foi a primeira mulher a assumir a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo. A visibilidade da escola foi impulsionada pela construção, em 1894, de um novo prédio na recém-inaugurada Praça da República. Metodologicamente, tomadas simultaneamente como objetos e como fontes de pesquisa, as fotografias permitem compreender a atuação das professoras no desenvolvimento de práticas pedagógicas inovadoras na Escola Caetano de Campos. O corpus documental da pesquisa foi composto pelos 24 álbuns fotográficos do Acervo da Escola Caetano de Campos que se subdividem em duas categorias a partir de sua produção: profissionais e artesanais. Deste conjunto foram selecionados 9 álbuns nos quais há a representação de professoras em fotografias, compreendendo o período entre 1895 e 1951, sendo 7 são profissionais e 2 artesanais. O referencial teórico que subsidia esta pesquisa se baseia em três eixos: História Cultural, História de Gênero e História da Fotografia. No primeiro foram mobilizadas as obras de Michel de Certeau e de Roger Chartier. No segundo as principais referências são as obras de Michelle Perrot, Rachel Soihet e Guacira Lopes Louro. As discussões acerca da História da Fotografia se apoiam nas elaborações teóricas e nas obras de Boris Kossoy, Ana Maria Mauad e Ulpiano Bezerra de Menezes. Como principal resultado verificou-se que há um protagonismo da docência das professoras tanto no que se refere às inovações pedagógicas implementadas e representadas pelas fotografias como também na realização de um sistema que proporcionou viabilizar o esforço de memória da escola mobilizando diversas estratégias. Do ponto de vista temático, no conjunto podem ainda ser identificadas duas temáticas que foram registradas e que envolvem retratos e a atuação de professoras; retratos individuais e coletivos e práticas escolares. Do ponto de vista da produção essas fotografias se subdividem entre as de iniciativa institucional e as que foram realizadas a partir de iniciativas das próprias professoras. Desse modo, as professoras também podem ser percebidas como protagonistas não só das inovações pedagógicas como também de sua representação.

Palavras-chave: fotografia escolar; história de gênero; álbuns fotográficos

O estudo da alma na formação do educador segundo Tomás de Aquino (sec. XIII)

RAFAEL HENRIQUE SANTIN, TEREZINHA OLIVEIRA

Nesta comunicação analisaremos a necessidade dos estudos sobre a alma para a formação do educador na obra de Tomás de Aquino (1225-1274). Os objetivos principais são demonstrar como o teólogo dominicano entendia a alma e como essa temática foi abordada por ele na formação dos estudantes da faculdade de Teologia do Studium de Santa Sabina, instituição na qual as lições sobre alma foram, provavelmente, ministradas entre os anos de 1266 e 1267. O referencial teórico que baliza nossas reflexões é da História Social, especialmente as obras dos historiadores da Escola dos Annales Marc Bloch (2001), Lucien Febvre (1985) e Fernand Braudel (2014). Em consonância com esse referencial, inquirimos a fonte com o intuito de extrair dela as lições que ela pode conter sobre os homens no tempo, objeto próprio da História, segundo Bloch e Febvre. Entendemos que a temática abordada precisa ser pensada numa perspectiva de longa duração, como nos ensina Braudel, para que tenhamos a percepção do movimento da história, repleta de rupturas e permanências que dão forma à memória, condição imprescindível para a ação no presente. A fonte para o desenvolvimento deste texto é formada pelas *Questões Disputadas Sobre a Alma*, conjunto de lições conduzidas pelo teólogo dominicano em Roma, entre os anos de 1266 e 1267. As *Questões Disputadas Sobre a Alma* foram ministradas no Studium de Santa Sabina para sujeitos que se tornariam educadores, seja nas Universidades, seja em outros espaços sociais. Seu conteúdo constituía-se, na perspectiva de Tomás de Aquino, como importante para a preparação de seus estudantes, futuros educadores. Face a isso, realizamos um estudo da obra com a intenção de verificar o que acerca da alma os estudantes de Tomás de Aquino deveriam aprender. A obra procura responder a duas questões centrais: em que consiste a alma e como ela funciona. Tomás de Aquino desenvolve a discussão, segundo Amatuzzi (2008), em 5 partes: a alma em si mesma, entre os Artigos 1 e 7; o corpo em relação à alma, entre os Artigos 8 e 11; as capacidades operativas humanas, entre os Artigos 12 e 15; o alcance do conhecimento humano, entre os Artigos 16 e 20; e a capacidade afetiva em condições extraordinárias, no Artigo 21. Observamos que o conhecimento da alma parte de um estudo da alma em si, passando pela relação da alma com o corpo, por suas capacidades, pelo alcance do conhecimento humano até chegar à questão afetiva. Esse itinerário contempla debates travados entre mestres que procuravam fazer uma leitura escolástica de Aristóteles, como Tomás de Aquino e Alberto Magno, com mestres que trilhavam os caminhos de uma escolástica assentada no neoplatonismo ou no averroísmo. Observamos, ainda, que as *Questões Disputadas Sobre a Alma* contém ensinamentos relevantes que podem orientar a formação dos estudantes no presente, esse aspecto é o que, a nosso ver, caracteriza essa obra como um clássico do pensamento educacional.

Palavras-chave: História da Educação medieval; Tomás de Aquino; questões disputadas sobre a alma

A participação latino-americana no congresso internacional da New Education Fellowship nos Estados Unidos (1941) baseada nos impressos

RAFAELA SILVA RABELO

Em 1941, o oitavo congresso internacional da New Education Fellowship (NEF) – conhecida em francês como Ligue Internationale pour l'Education Nouvelle – foi realizado em Ann Arbor, Michigan, nos Estados Unidos (EUA). Pela primeira vez, um congresso internacional da NEF acontecia fora da Europa. Outra particularidade foi o número de participantes latino-americanos, significativamente maior que nos eventos anteriores. A NEF foi uma organização educacional de natureza internacional fundada em 1921, durante um congresso em Calais, França. Entre as estratégias de expansão de suas redes estavam a realização de congressos regionais e internacionais e a criação de grupos e seções em outros países. A Progressive Education Association (PEA), uma associação fundada em 1919, vinculou-se oficialmente à NEF em 1932, quando assumiu o papel de seção da NEF nos EUA. Nesse sentido, no congresso de 1941 a PEA tomou a frente da organização do congresso, o que incluía buscar fontes de financiamento. Entre os patrocinadores estava o Office of Inter-American Affairs, coordenado por Nelson Rockefeller. O presente trabalho tem como objetivo explorar as principais características do congresso da NEF realizado em 1941, especificamente a participação latino-americana, a partir dos impressos que circularam entre 1940 e 1941. As principais fontes consistem nas revistas *Progressive Education* e *The New Era*, publicações oficiais da PEA e da NEF, respectivamente. A análise se dá a partir dos conceitos de representação (Roger Chartier; Stuart Hall) e leitura em contraponto (Edward Said) e estabelece interlocução com bibliografia sobre impressos (especialmente revistas pedagógicas). Entre os resultados iniciais, é possível afirmar que o congresso teve maior espaço na revista *Progressive Education*, que publicou um número especial sobre o evento, do que na revista *The New Era*. O referido número especial contou com a reprodução da apresentação de alguns representantes da América Latina, entre eles Agustín Nieto Caballero, um importante nome do movimento da educação nova na Colômbia e fundador do Gimnasio Moderno. Apesar de não terem suas apresentações publicadas na revista, na programação do evento consta que Noemy Rudolfer e Ceição Barros foram as representantes do Brasil. Vale também ressaltar que a Segunda Guerra Mundial estava em curso, o que impactou na participação de delegados europeus no congresso em Ann Arbor, e que os EUA entraram formalmente na guerra no final daquele ano após o ataque a Pearl Harbor.

Palavras-chave: impressos pedagógicos; América Latina; New Education Fellowship

Práticas de formação docente: a atuação da professora Judith Leão Castello na Escola Normal Pedro II (1930-1937)

RAFAELLE FLAIMAN LAUFF, REGINA HELENA SIMÕES

Este estudo focaliza práticas de formação docente desenvolvidas pela professora Judith Leão Castello na Escola Normal Pedro II (ENPII) de Vitória, Espírito Santo, Brasil, na década de 1930. Diplomada com distinção pelo Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, essa professora capixaba compunha os quadros docentes de duas importantes instituições de ensino na capital do Espírito Santo: Ginásio São Vicente de Paulo e Escola Normal Pedro II. No contexto investigado, no qual ainda que as mulheres predominassem numericamente no exercício do magistério, os cargos de responsabilidade e chefia eram majoritariamente ocupados por homens no exercício da profissão docente, investiga a atuação da lente catedrática Judith Leão Castello na condução da formação em Pedagogia e Didática na ENPII, buscando compreender as diretrizes que orientaram a formação didática e pedagógica de alunas normalistas capixabas. A pesquisa utilizou como fontes textos de autoria da professora Castello e de suas alunas, publicados no jornal Diário da Manhã, na Revista de Educação e na Revista Vida Capixaba. A partir do cruzamento das fontes trabalhadas, lidas também a contrapelo, analisa a atuação da professora Judith como “mediadora cultural” (GINZBURG; CASTELNUOVO; PONI, 1989) no processo de formação de normalistas no âmbito da ENPII, enfatizando a formação de professores capixabas nos moldes tradicionais católicos. A professora Castello, católica fervorosa associada à Irmandade do Rosário Perpétuo, acreditava na imprescindibilidade do ensino religioso nas escolas. Durante o Plano de Prática Profissional, atividade que ocorria nas aulas lecionadas pela professora Castello na ENPII, os estudantes normalistas poderiam estudar textos cristãos em classe como atividade requerida pela Liga da Bondade. Além disso, os textos das alunas normalistas de Castello publicados na Revista de Educação enfatizavam a pedagogia tradicional, o método intuitivo e a escola ativa adaptada aos princípios católicos. Assim sendo, buscava moldar a metodologia da escola ativa de acordo com os princípios cristãos, o que indicia a existência de nuances no embate entre pedagogia nova e velha (CARVALHO, 2012) no Brasil, no início do século XX. Por meio da análise dos textos publicados pela professora e pelas suas alunas sobre o magistério e das ações desenvolvidas pela Liga da Bondade, promovida por Judith Leão Castello, destaca a propagação da ordem cristã para orientar a identidade e o comportamento de futuros docentes no Espírito Santo.

Palavras-chave: formação de professores; História da Educação do Espírito Santo; Judith Leão Castello

História da formação docente no Brasil: mudanças em um curso de licenciatura em Ciências Biológicas (1991-2006)

RAIANY NOGUEIRA SANTOS, MARIA CRISTINA FERREIRA DOS SANTOS

O tema deste estudo é a construção socio-histórica de um curso de Formação de Professores de Ciências e Biologia de uma universidade pública no estado do Rio de Janeiro. O objetivo foi compreender mudanças e continuidades nas disciplinas acadêmicas de um curso de Licenciatura em Ciências Biológicas de uma instituição pública no estado do Rio de Janeiro, nas versões curriculares de 1991 e 2006. A fundamentação teórica teve suporte em estudos dos autores: Chervel (1990), Goodson (1990, 1995, 1997), Julia (2001), Viñao (2008), Moreira (2012), Silva (2011) e Lopes (2000, 2008), no campo do currículo, e Nóvoa (1995a, 1995b, 1999), Pintassilgo (2007, 2013), Tardif (2000, 2014) e Ayres (2005a, 2005b), na formação de professores; Marandino et al. (2009), Pedroso (2013) e Mancebo (2016). O estudo tem abordagem qualitativa e se caracteriza como um estudo de caso, focalizado na análise sócio-histórica de um curso de licenciatura. Na análise dos documentos foram utilizadas as dimensões de: contexto, autoria, estrutura e conceitos chave do texto, conforme Cellard (2012). As principais fontes foram processos de reformulação do curso em estudo referentes às versões curriculares de 1991 e 2006. A análise indicou que na versão curricular de 1991 as disciplinas foram organizadas segundo o modelo 3+1, em que as disciplinas pedagógicas e de prática de ensino estão nos períodos finais da graduação - a partir do 6º período acadêmico. Em contraposição, os componentes curriculares de Educação e Ensino estão organizados desde o início do curso (2º período acadêmico) na versão curricular de 2006. Na versão de 1991, as disciplinas pedagógicas e de ensino foram ofertadas pelas unidades: Instituto de Biologia, Faculdade de Educação e Colégio de Aplicação. Na versão de 2006, as disciplinas foram ofertadas por três unidades: Faculdade de Educação, Instituto de Biologia Roberto Alcântara Gomes e Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira. Na versão curricular estabelecida em 1991, 11 disciplinas ofertadas foram de Educação e Ensino de Ciências e Biologia, e foram 18 disciplinas na versão de 2006. Essas disciplinas tratam da prática no ambiente escolar, com cinco (5) disciplinas de Estágio Supervisionado entre o 5º e 8º períodos acadêmicos. Comparando as duas versões curriculares (1991 e 2006), há maior número e carga horária de disciplinas da Educação e ensino de Ciências e Biologia na versão de 2006, no contexto das reformas educacionais na formação de professores ocorridas neste período.

Palavras-chave: formação de professores; história das disciplinas acadêmicas; ensino de Ciências e Biologia

Por entre os muros do cárcere: possibilidades educacionais na Colônia Penal Feminina Bom Pastor durante a administração da Madre Benigna (1963-1970)

RAQUEL BARRETO

Promover a ordem interna, disciplinar as sentenciadas, censurar as correspondências e educar as reclusas de acordo com o catolicismo eram algumas das atividades atribuídas às religiosas na Colônia Penal Feminina Bom Pastor, localizada no Recife (PE). Tal Instituição esteve sob a responsabilidade da Ordem da Nossa Senhora da Caridade entre 1945 e 1990, quando o Estado assume a direção da Colônia. Assim, investigamos a atuação das Irmãs do Bom Pastor que, em meio às atividades cotidianas, se preocuparam em buscar subvenções para a construção de creches para os filhos das reclusas e construção de escolas dentro da unidade prisional, já que entendiam que a reeducação das reclusas era a melhor forma de conseguir sua recuperação (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1966). Tais reivindicações se fazem mais notórias durante a administração de Maria Benigna Coelho Lemos, freira carmelita que repetidamente estabelecia contato com a Secretaria do Interior e Justiça para que as necessidades da Colônia fossem atendidas e, ainda, apresentava as ações promovidas na instituição nos jornais locais. Madre Benigna administrou a Colônia entre 1963 e 1970 e pleiteou junto ao poder público a construção de oficinas de trabalho, já que para ela “Um sistema penitenciário voltado para o trabalho e a educação é a maneira mais humana e mais prudente de se conseguir um futuro” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1966). Nesta pesquisa tomamos como fontes o jornal Diário de Pernambuco, delimitando as publicações realizadas entre 1960 e 1970. Esta pesquisa se desenvolveu a partir da perspectiva da “história vista de baixo”, defendida por Jim Sharpe (2011), ao se preocupar com as “pessoas comuns” que por vezes são marginalizadas, como é o caso das reclusas do Bom Pastor. Deste modo, as ações educacionais promovidas pela Madre foram analisadas, nos levando a constatar as proximidades e discrepâncias entre suas convicções e os direcionamentos da Congregação que, desde a sua concepção, pontuava que a educação das religiosas pertencentes à Ordem não deveria ir além dos conhecimentos do nível primário, a fim de que as mulheres conservassem o espírito de humildade e simplicidade. Neste processo deparamo-nos com práticas educativas desenvolvidas na Colônia e o trabalho administrativo da Madre, compreendendo a consolidação de uma educação voltada ora para a capacitação para o trabalho, ora para outras esferas, a exemplo do incentivo à composição de poesias e desenvolvimento de outros talentos literários. Percebe-se por meio das fontes elencadas que as sentenciadas encontravam na unidade prisional a possibilidade de alfabetizar-se e, ainda, aprendiam a fazer artesanato em cursos realizados em convênio com diversos institutos, como é o caso do Instituto Guararapes (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1970). Conclui-se com esta pesquisa que as possibilidades educacionais vivenciadas na Colônia possibilitaram a formação das reclusas, atuando no sentido de lhes fornecer amparo para a realidade que iam vivenciar fora do cárcere.

Palavras-chave: Colônia Penal Feminina Bom Pastor; Madre Benigna; formação educacional

Da leitura de fontes verbo-visuais: as contribuições de Bakhtin para a análise de álbuns ilustrados (estado de São Paulo – 1915-1929)

RAQUEL DE CAMPOS

A comunicação proposta ao XI CBHE problematiza o procedimento de transformação de cinco álbuns ilustrados, publicados no interior do estado de São Paulo, em fontes para a escrita da História da Educação, o que supõe demonstrar o entendimento e a legitimidade de seus sentidos, especialmente no viés educacional. Nesse processo, partimos do que é dado a ver como manifestação textual: tais impressos, publicados nas cidades de Araraquara, São José do Rio Preto e Mirassol, são enunciados verbo-visuais, ou seja, são expressões sincréticas da linguagem humana, expressão de um determinado tempo, espaço, e gênero que circulou na esfera de comunicação cravado na urbanidade nascente. Para compreendê-los como tal, recuperamos as reflexões seminais de Bakhtin (1975) e de seus intérpretes brasileiros, destacadamente Fiorin (2006). O ato de tomá-los como fontes privilegiadas para a escrita da História daquele tempo e espaço, por sua vez, se dá à luz da historiografia social e cultural francesa, sobretudo das obras de Jacques Le Goff (2003) e Michel de Certeau (1988). Entende-se que os álbuns são objetos semióticos, porque construídos por meio da linguagem, que ressignifica o mundo referencial. São objetos culturais ou bens simbólicos, como nomearia a historiografia francesa; e enunciados, aos quais está pressuposta, e nos quais está encarnada semanticamente uma enunciação (o enunciador, grosso modo, autor; e o enunciatário, grosso modo, leitor) conforme chamariam os teóricos da análise do discurso. Tais enunciados são homogêneos no seu conjunto, o que os firma como unidade discursiva, “o álbum ilustrado do sertão paulista” – uma unidade plural, composta de cinco exemplares. Demonstraremos que os cinco álbuns se cumprem: no destino de dar voz àquela região; na intencionalidade firmada segundo a disputa por espaços do poder; na configuração que os define como artefatos de persuasão e combate. Mas cada um deles é também heterogêneo na sua organização interna, do que resulta uma totalidade homogênea e heterogênea já quanto a essa organização. Enquanto enunciados, observamos que os álbuns são uma espécie de resposta a outros álbuns desta mesma esfera de comunicação. Eles não são, portanto, criações absolutamente originais daquele tempo e espaço. Muito pelo contrário, fazem parte de um campo próprio de produção e consumo cultural. Assim afirmamos a partir do que sugere Bakhtin (1975, p. 326), ao asseverar que “as marcas dos outros sulcam os enunciados por dentro”. Dessa forma, procuramos contribuir com o eixo 8 deste evento, dedicado à teoria da história e à história da educação, debatendo “questões referentes aos aspectos teóricos e metodológicos da investigação histórica da educação, bem como com as discussões sobre fontes historiográficas”, conforme indicado na ementa.

Palavras-chave: álbuns ilustrados; fontes verbo-visuais; filosofia da linguagem

Propostas para a Educação Doméstica na reforma da Instrução Pública do Distrito Federal (1927-1930)

RAQUEL LOPES PIRES, SARA RAPHAELA MACHADO DE AMORIM

Analisar as propostas para a disciplina Educação Doméstica presentes nos Programmas para os Jardins de Infância e para as Escolas Primárias é o objetivo deste trabalho. Idealizada no calor dos empreendimentos que pretendiam dar novos sentidos à educação pública brasileira do início do século XX, a Reforma da Instrução Pública do Distrito Federal (1927-1930) foi idealizada por Fernando de Azevedo e tentava articular anseios sociais e educacionais por meio de reconfigurações comportamentais para os sujeitos cariocas. Na tentativa de inculcar os hábitos modernos que ganhavam força e espaço, o educador não se restringiu a lançar olhares para o papel da mulher enquanto cuidadora do lar. Sendo assim, propôs um projeto educacional que englobava ensinamentos relacionando os conteúdos escolares com as tarefas da casa. Publicados no ano de 1929, esses programas faziam parte dos documentos oficiais que regiam os preceitos firmados pela reforma em questão. Se constituíram, assim, como uma espécie de “manual” que tratava de noções de higiene, escrita, leitura, patriotismo, dentre outros, e que orientavam também os professores acerca da compreensão dos comportamentos e conteúdos importantes e necessários para a infância. Ao longo de 80 páginas, ofereceria subsídios ao corpo docente para perceberem as individualidades do alunado, assim como prepará-los para o trabalho e para a vida em sociedade. A Educação Doméstica evidenciou-se como um dos pilares do ensino nos cinco anos da escola primária, oferecendo conhecimentos como: limpeza de sapatos, modo de fazer a cama, preparo de saladas, criação de animais e organização de cardápios, por exemplo. A discussão respalda-se teórica e metodologicamente na literatura sobre o trabalho educacional realizado no, então, Distrito Federal e da discussão da fonte selecionada (SILVA, 2004; 2009; PAULILO, 2001; 2007; CAMARA, 2004). Assim, o mergulho nos programas possibilita perceber um tensionamento para a formação de conceitos próprios acerca da educação feminina. Com o movimento de criar um programa específico que deveria ser trabalhado em comum pelas escolas públicas da capital carioca, é possível apreender um interesse em inculcar pensamentos, atitudes e valores específicos nas meninas e, conseqüentemente, nas demais mulheres presentes em sua casa e família. A formação pensada e disseminada pela referida Reforma não pretendia alcançar apenas o espaço educacional, pois já tencionava uma representação de mulheres que estariam aptas a cuidarem melhor de suas casas e da cidade, uma vez que seriam formadas de acordo com as novas bases e propostas modernistas. A análise desse documento permite o aprofundamento nos aspectos que permearam a educação feminina no Rio de Janeiro nos anos iniciais do século XX.

Palavras-chave: Fernando de Azevedo; programas escolares; História da Educação

Ordem, seu lugar: a expansão do ensino e dos programas habitacionais no período da ditadura militar e as vilas populares da cidade de Campinas/SP nas décadas de 1960 e 1970

RAYANE JÉSSICA ARANHA DA SILVA

O presente trabalho tem como foco as relações estabelecidas entre a ampliação da oferta de moradias populares e a expansão da rede escolar paulista, por intermédio da criação de Vilas Populares no município de Campinas, interior do estado de São Paulo. Apresenta-se como objetivo analisar o movimento de expansão da política habitacional federal, cuja implementação se dá em simultaneidade ao processo de remodelação da região central do referido município, que somado à ampliação da rede física de escolas e a implementação da reforma educacional da lei n. 5.692/1971, alteram a dinâmica de ordenamento das classes populares na trama urbana, provendo de forma conjunta o atendimento à demanda por educação escolar e moradia com a edificação de conjuntos habitacionais em regiões periféricas. A rede de políticas públicas concretizadas pelo binômio, habitação e educação, foi instituída não apenas com o intuito de saneamento da demanda por moradia e vagas nas escolas, sendo empreendida pelo governo militar como elemento de legitimação social da ditadura militar. As Vilas Populares edificadas foram nomeadas em efeméride a ditadura civil militar, são elas: Vila Castelo Branco, Vila Costa e Silva e Vila 31 de Março. Cabe ainda salientar que o projeto urbanístico destes bairros, previu a criação de escolas, postos de saúde, creches e uma área destinada à atividade comercial, com o objetivo de privilegiar o não deslocamento de seus moradores, majoritariamente compostos por negros, para outras áreas da cidade. A partir da pesquisa sobre a arquitetura escolar e a história das escolas construídas nestes bairros periféricos, o entendimento das relações do contexto social e urbano no qual se estabeleceram essas novas zonas de moradia se tornaram fundamentais. Neste sentido, a apreensão da “vida interior da escola, o uso de seus espaços e a relação com a comunidade escolar, assumem nuances outras que evidenciam as lutas dos moradores pela escola (construção e manutenção) e a importância destas instituições na qualificação do bairro e no diálogo estabelecido por intermédio de suas práticas educativas para além dos muros da escola. Neste ponto o referencial da cultura escolar, em especial dos estudos de Viñao Frago (2001) nos ajuda a entender o tecido no qual estas relações são cingidas, dado que não apenas o espaço escolar em si, mas a sua localização e contexto urbano são importantes e nos auxiliam a compreender a educação no período da ditadura civil militar e a dinâmica que esta assumiu em instituições escolares de periféricas.

Palavras-chave: política educacional e habitacional; escolas periféricas; arquitetura escolar

Josina Maria Lopes de Godoy e Norma Porto Carreiro Coelho: autoras do ‘Livro de Leitura Para Adultos’

RAYLANE ANDREZA DIAS NAVARRO BARRETO

Neste trabalho tive como objeto de estudo as trajetórias formativas de Norma Porto Carreiro Coelho (1931-1992) e Josina Maria Lopes de Godoy (1929-), autoras do “Livro de Leituras para adultos” utilizado no Movimento de Cultura Popular (MCP) do qual faziam parte. Fundado em 1960, na cidade de Recife, sob gestão municipal e apoio de diversos segmentos sociais, o MCP objetivava a valorização da cultura popular e a redução do analfabetismo. Criou 202 escolas e do ponto de vista dos instrumentos didáticos utilizados, em decorrência dos materiais existentes inapropriados, decidiu pela elaboração de recursos didáticos próprios. Foi em tal conjuntura que Norma Coelho e Josina Godoy, como ficaram conhecidas, pesquisaram, o universo vocabular dos educandos e valeram-se de suas experiências formativas e produziram o “Livro de Leitura para Adultos”, mais conhecido como “Cartilha do MCP”. Segundo elas, o processo de alfabetização dos adultos deveria estar atrelado à cultura nordestina e aos interesses dos homens e mulheres discriminados. Esta produção recebeu críticas de membros do movimento, por ser considerada diretiva, mas também reconhecimentos no campo educacional, sendo, inclusive, elogiada e exaltada pelo educador e intelectual Anísio Teixeira. Diante da importância do trabalho dessas mulheres para o referido movimento que subverte a lógica das mulheres passivas e revela a história de mulheres ativas, e, ciente da sensibilidade às questões adultas e políticas que povoou o livro, recorri, por meio do método de investigação histórica, à própria Cartilha/Livro, documentos escritos do MCP, artigos de jornais, a relatos orais, dentre outros documentos escolares que revelaram estudos, trajetórias formativas e elementos do ser mulher, educadoras e membro de um movimento de cultura popular que foi interrompido com a implantação do regime civil militar ditatorial no Brasil, em 1964. Norma Coelho, pernambucana de nascimento, estudou no colégio confessional católico Vera Cruz, formou-se advogada pela Faculdade de Direito do Recife e viveu na França com seu marido, onde estudou Pedagogia na Universidade Sorbonne. Foi na França que ambos tiveram contato com o Peuple et culture, Movimento de cultura popular francês, a pedagogia de Freinet e o exemplo do dominicano Lebret, todos inspiradores do MCP de Recife. Josina Godoy, por sua vez, é cearense de nascimento e carioca de formação. Formou-se professora pelo Instituto de Educação do Rio de Janeiro e chegou em Recife com seu marido, oficial da marinha que fora designado para a cidade. Ali passou a trabalhar com Gilberto Freire no Centro Regional de Pesquisas Educacionais e depois com Paulo Freire na secretaria de educação do Recife e no MCP onde encontrou Norma e ambas foram designadas a escrever a referida cartilha, dentre outras ações para o Movimento. De modo que foi entre formação escolar, experiências vividas e compartilhadas que se forjaram e foram participes de um projeto revolucionário: alfabetizar adultos.

Palavras-chave: Movimento de Cultura Popular; Josina Godoy; Norma Coelho

Inovação pedagógica e formação de professores. perspectivas de uma revista oficial de São Paulo (1930 a 1960)

REGINA CÂNDIDA ELLERO GUALTIERI

Temática, fonte e periodização A imprensa pedagógica é apontada pela historiografia como importante fonte para estudos de processos educacionais entre os quais formação de professores. No Brasil, os impressos pedagógicos, especialmente, a partir do final do século XIX e nas primeiras quatro décadas do século XX, têm sido fonte e objeto de estudo para compreender modelos de formação docente para a pretendida renovação educacional do período. O presente trabalho analisa textos referentes a métodos de ensino, publicados na “Revista de Educação”, nos anos 1930 a 1950, período de vida desse impresso, um periódico vinculado à administração pública do ensino no Estado de São Paulo. Escritos por professores, diretores de escolas e técnicos educacionais, os textos tratam do ensino de matérias escolares, seguindo inovações metodológicas, algumas anunciadas como escolanovistas. A Revista oferece orientações oficiais, tanto de ensino quanto de organização escolar, divulga debates educacionais sem exclusividade para qualquer grau de ensino, embora a interlocução com o curso primário seja a maior. Objetivo: analisar as contribuições desse impresso para os debates educacionais da época com foco na formação de professores da escola primária, considerando que seus colaboradores são profissionais que atuam dentro ou fora da escola e discutem as inovações pedagógicas, baseadas em suas experiências, leituras e ou em obras didáticas escritas por eles. Ser ou não autor de livro didático, atuar profissionalmente, dentro ou fora da escola, trazem especificidades na forma de os colaboradores orientarem o professor? Referencial teórico: para compreender as abordagens dos colaboradores, quando escrevem com a intenção de orientar os professores, a pesquisa toma como referencial as concepções de Michel de Certeau sobre a “particularidade dos lugares de fala”, ou a circunstância de que “o lugar de onde se fala é exterior ao empreendimento escriturístico”. Procedimentos metodológicos: foi feito um levantamento na primeira seção da Revista, onde estão os textos dos colaboradores e identificados os relacionados a práticas pedagógicas, ligados a matérias do currículo escolar, a conteúdos e estratégias para ensiná-las, abordagens teóricas, materiais didáticos específicos, além de problemas associados a essas práticas como disciplina do aluno e rendimento escolar. Há cerca de 150 textos relacionados a práticas pedagógicas, de um total de 600, destinados, preferencialmente, à escola primária. Foram selecionados e analisados os voltados para o ensino de ler e escrever e para o ensino do cálculo, suas abordagens e respectivos autores. Resultados: nessas décadas, o alcance das inovações, seu sucesso ou insucesso para atingir o pretendido, são diferentemente estimados pelos autores, e suas perspectivas guardam relação estreita com as funções que ocupam na estrutura do sistema educacional, com o lugar de fala deles e com interesses daí decorrentes.

Palavras-chave: periódico educacional; sucesso e insucesso escolar; métodos de ensino

O norte de Goiás e a educação em registros: trajetórias de pesquisas (2014-2020)

REGINA CÉLIA PADOVAN

A pesquisa tem como temática a história da educação do norte de Goiás, atual região do Tocantins, a partir do grupo de pesquisa Arquivo e Cultura Escolar, entre os anos de 2014 e 2020. As reflexões e produções sobre o processo histórico da educação na região, pautaram-se à luz teórica da história cultural e das interfaces com as fontes documentais, na trajetória formativa em questão. O viés metodológico evidenciou os projetos, entre os anos de 2014 e 2020; o tratamento documental, os recortes e as interfaces com a literatura. Entre o lugar social e particular dos objetos e o debate historiográfico, salienta-se os percursos, as releituras, os desafios e os sujeitos impulsionados pelo processo. A visibilidade da pesquisa em história da educação no Tocantins tem se ampliado frente ao envolvimento de pesquisadores da história e da educação. O debate historiográfico foi marcado pelos ajustes e interfaces entre educação e história, história da educação e história cultural (FONSECA, 2008) e seu lugar no “status historiográfico” (CARDOSO; VAINFAS, 1997). O diálogo aqui proposto vinculou-se a dois aspectos: o espaço lugar do Norte de Goiás, no estado da arte em história da educação de Goiás (VALDEZ; BARRA, 2012), e as produções e resultados obtidos sobre a instrução pública, as instituições educativas e a cultura material das escolas do Tocantins. As pesquisas materializadas vincularam-se à instrução primária em Vista do Tocantins (Tocantinópolis) e a escolarização em Porto Imperial (Porto Nacional) entre os séculos XIX e XX. O trabalho com a documentação dialogou com os aportes da história cultural e na ampliação de outros projetos (2015 a 2020) com o acervo dos manuscritos sobretudo do Arquivo Histórico de Goiás. A catalogação da documentação permitiu a disposição de um repositório, como suporte das transcrições. No campo dos estudos, as categorias de representação e práticas (CHARTIER; 1990); a abordagem dos conceitos históricos (VAINFAS; 2008); a instrução elementar (FARIA FILHO; 2007) e as particularidades do olhar no exercício histórico (DARTON, 1996) teceram o conjunto das reflexões sobre o ensino secundário em Natividade e Arraias; a escola primária em Pedro Afonso, além dos estudos da cultura material (VEIGA, 2011; VALDEZ, 2007). Para a história da educação no Tocantins vigoraram as análises sobre as políticas de estado e as práticas educacionais, no diálogo entre a documentação escolar e a legislação: o curso normal no Colégio Sagrado Coração de Jesus (1920-1930), o projeto do Mobral na escola Carmênia Matos Maia; o ensino secundário no Externato São Thomaz de Aquino e a história do movimento estudantil no Colégio Estadual de Porto Nacional (1960 a 1980). Por fim, entre os tempos e questões da pesquisa do norte de Goiás e o Tocantins, a educação em registros assinala campo da História da Educação e suas feições de visibilidade cada vez mais necessárias a ampliação e permanência do debate.

Palavras-chave: instrução primária; escola; norte de Goiás

A narrativa de um tempo de escola: cruzando memórias e fontes sobre Associação Feminina Beneficente Instrutiva de São Paulo (1906 a 1918)

REGINA LUCIA SILVEIRA MARTINS

A pesquisa em História da Educação vem a partir do séc. XX, com o advento da Nova História Cultural, definindo novas possibilidades de estudos. As fontes antes utilizadas nas pesquisas eram documentos que chancelavam a autenticidade de uma época, prioritariamente as reformas educacionais e os decretos governamentais. Os diários de classe, os livros didáticos, as atas de reuniões escolares, obras literárias, cadernos de alunos e suas memórias, podem ser objetos de pesquisa que contribuem para uma maior compreensão das práticas escolares, através de ricas descrições de personagens, e do cotidiano escolar. Investigamos aspectos da história de uma instituição através de uma narrativa: o livro: Vida e Obra de Anália Franco 1856 a 1919 da autora Maria Cândida Silveira Barros. Nesta obra literária, encontramos subsídios para entrecruzar a memória de uma ex-aluna no seu tempo de escola e os aspectos sócio-históricos de uma época, junto a fontes e documentos da história da Associação Feminina Beneficente e Instrutiva de São Paulo e da História da Educação no início do séc. XX. A Associação fundada por Anália Franco é inúmeras vezes citada nos jornais e periódicos impressos como uma instituição de excelência para uma população que estava incluída no projeto político, social educacional republicano, mas que acabou, na prática, sendo esquecida de seus direitos democráticos. No projeto liberal dos republicanos paulistas, a educação tornou-se estratégia de luta, um campo de ação política, uma interpretação da nova sociedade brasileira e o enunciado de um projeto social. Este movimento da reforma republicana da instrução pública detalha elementos que configuram a escola pública, no estado de São Paulo, com concepções pedagógicas, organização escolar e práticas educativas que constituem estudos de cultura escolar. Neste estudo foi possível evidenciar que a Associação Feminina Beneficente e Instrutiva de São Paulo, era uma instituição atrelada ao seu tempo. As normas, o programa, o método intuitivo, as lições das coisas, relatados nas práticas vividas pela aluna são identificados como característicos das instruções reguladoras educacionais do período. Nomes como Froebel junto a Pestalozzi, Pape-Carpantier entre outros representavam a pedagogia dos programas da Reforma da Instrução Pública e estão inseridos nos exemplos de atividades relatadas pela autora. Questões sobre o ensino livre, leigo, parte integrante do processo de modernização das Instituições, sobre a liberdade religiosa são registros encontrados nos relatos e as tournées artísticas que fizeram parte da história da Instituição são encontradas em diversos jornais da época.

Palavras-chave: História da Educação; literatura; Associação Feminina Beneficente Instrutiva de São Paulo

As contribuições de Anália Emilio Franco para a história da profissão docente em São Paulo de 1901 a 1919: o Liceu Feminino Noturno.

REGINA LUCIA SILVEIRA MARTINS

A pesquisa se insere em estudos sobre a história da profissão docente, diante dos fenômenos sociais ocorridos no final sec. XIX e início do séc. XX. Mapear a obra educacional da educadora Anália Franco, concentrando a pesquisa na sua contribuição para a profissionalização docente, de um corpo profissional especial – o magistério primário pode se configurar, uma contribuição relevante para o campo da história da educação, em especial para a história da profissão docente. A revisão bibliográfica da pesquisa permite considerar que os estudos apresentados sobre Anália Franco se referem a sua trajetória de professora e presidente da AFBIESP e de escritora de impressos e manuais. Poucas referências encontramos sobre o Liceu Feminino Noturno e sua contribuição para a profissionalização docente. A representação da profissão do magistério primário, no período pós independência era desoladora vergada pelo abandono e pela precariedade de recursos para o trabalho, um profissional que realiza uma parte mui pequena do grau de instrução, e com um ordenado, excessivo comparado ao dos outros mestres de estudos maiores, que tem de estudar para ensinar, segundo as atas e debates dos deputados em 1827. No entanto, anos mais tarde, no projeto liberal dos republicanos paulistas é a educação, a redentora de uma nova sociedade, e o professor primário um novo profissional especializado. Aspectos da profissionalização docente neste período da reforma republicana do ensino paulista é o recorte da pesquisa. Período em que se implantou diversos tipos de escolas, para atender a instrução primária gratuita e leiga para todos. Além das escolas primárias modelo em São Paulo, os grupos escolares, outras escolas e instituições foram surgindo, diante da impossibilidade de se estender o número de escolas modelo a todos. E estavam de fora, o negro, o pobre, os órfãos e os miseráveis. A professora Anália Franco aparece neste cenário como fundadora e presidente da Associação Feminina Beneficente e Instrutiva de São Paulo em 1901, organizando escolas maternais e creches agregadas a asilos para órfãos, na cidade de São Paulo e no interior. No estatuto da fundação da instituição, destacamos o artigo 41, sobre o Liceu Noturno Feminino “instituição de ensino profissional destinado a ministrar instrução teórica e prática a todas as pessoas do sexo feminino que se propuserem à profissão do magistério nas Escolas Maternais e Elementares da Associação. Essa realidade nos faz suscitar questionamentos sobre a profissão docente. Como dar conta da urgência da formação de novos professores para um tão grande número de escolas? E escolas tão diferentes? Que contribuições podemos encontrar na trajetória de Anália Franco e o Liceu Feminino Noturno para a História da profissão docente?

Palavras-chave: história da profissão docente; Anália Franco; Liceu Feminino Noturno.

Objetos de ensino de Ciências: desafios a serem superados para preservação dos acervos

REGINALDO ALBERTO MELONI, ANA PAULA BORGES ELOI

Os problemas para a constituição e manutenção de espaços de memória em escolas públicas são muitos e de grande complexidade, mas todos relacionados com a política educacional em curso. Nessa comunicação serão discutidos dois desafios que foram observados em trabalhos de preservação de objetos escolares de ensino de ciências em escolas públicas desde as primeiras investigações sobre o tema, realizadas com objetos de ensino de Química e Física da Escola Estadual Culto à Ciência de Campinas (MELONI, 2010), até as experiências mais atuais com projetos que vêm sendo desenvolvidos pelo Grupo de Pesquisa em História da Educação em Ciências/Unifesp nos acervos da Escola Caetano de Campos e de algumas escolas públicas do município de Diadema. O primeiro grande desafio é que a conservação de objetos e a constituição de espaços de memória requer o reconhecimento por parte do poder público e da comunidade escolar de que os objetos escolares são portadores de vestígios das mediações do processo educativo e de que os espaços escolares são portadores de “conteúdos de memória” (ESCOLANO BENITO, 2017) e, portanto, fazem parte da história e da cultura da comunidade escolar. Nesse sentido, pode-se dizer que todas as instituições escolares possuem uma cultura material e espaços que podem se constituir como “espaços de memória” ou lugares de memória “materiais, simbólicos e funcionais” (NORA, 2008, p. 111) e que os objetos culturais que devem ser conservados e patrimonializados, ou seja, os objetos culturais não se reduzem aos materiais “antigos” que possuem qualidade estética, mas são todos os objetos que participaram da vida escolar. O segundo desafio é que, pelo fato de as escolas não terem como atividade fim a preservação do patrimônio cultural, em geral, há um grande desconhecimento das ações para a conservação dos objetos, como a limpeza, a identificação, o registro e a catalogação, o acondicionamento em condições ambientais adequadas e a necessidade de cuidados permanentes (MELONI; GRANATO, 2014). No caso dos objetos de ensino de Ciências – modelos, esqueletos, animais taxidermizados, animais fixados, vidrarias, instrumentos de precisão, reagentes etc –, essas ações são variadas e complexas, exigindo treinamento técnico para que as ações não danifiquem os objetos que se pretende conservar. Portanto, a criação e a manutenção dos espaços de memória estão relacionadas às questões políticas e educacionais e aos conhecimentos técnicos. Considerando essas premissas, alguns trabalhos vêm sendo realizados com o objetivo de ampliar as ações de conservação dos acervos escolares para além das iniciativas pontuais em escolas de referência. A hipótese que vem sendo testada é a de que ao inserir os acervos nos projetos pedagógicos das escolas com propostas de uso controlado do patrimônio escolar há uma maior probabilidade de que esses acervos sejam conservados.

Palavras-chave: patrimônio escolar; acervos escolares; objetos de Ciências

INEP sob autoritarismo (1964-1967): uma resistência da Ciência da Educação?

REINALDO NICOLAI FILHO

Este trabalho propõe uma análise de parte da pesquisa em andamento sobre o INEP sob o autoritarismo (1964-1974). A relação entre intelectuais, estado e educação durante a Ditadura Civil-Militar é o tema central da pesquisa. A questão de pesquisa é investigar em que medida sob o autoritarismo iniciado com o golpe de 1964, o INEP resistiu através do seu conjunto de intelectuais, produção científica e redes de sociabilidade. A hipótese da pesquisa é a de que mesmo com a imediata exoneração de Anísio Teixeira da Direção do INEP, logo após o golpe de 1964, o INEP não se transformou “em órgão essencialmente burocrático” como sugeriu Xavier (1999, p.246). A pesquisa exploratória sobre o acervo de 1964 a 1985 da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP) - principal órgão de divulgação científica do INEP desde 1944 -, demonstra um fato curioso: as publicações da RBEP se mantiveram regulares de 1964 a 1974, e inclusive com aumento progressivo do número de artigos publicados na seção Estudos e Debates de 1965 a 1974, atingindo o auge em 1972. Portanto, a RBEP tornou-se a fonte primária principal de investigação para olhar essa resistência do INEP sob autoritarismo. Para fins de análise deste trabalho foram selecionados doze exemplares da RBEP, do v. 41, n. 94 (abr./jun. 1964) ao v. 47, n. 105 (jan./mar. 1967). O objetivo específico da análise é mostrar como a intelligentsia escolanovista do INEP se apresenta como representante da identidade do INEP desde sua origem e se utiliza do capital cultural constituído desde 1938 como instrumento de luta para resistência do INEP no campo científico, e além disso procura-se demonstrar como a RBEP poderia ser considerada um importante locus de sociabilidade criado pelos intelectuais do INEP. A pesquisa tem portanto um enfoque histórico analítico-descritivo das publicações. Para a consecução desse objetivo, privilegia-se uma metodologia de análise a partir da construção de categorias de autores e temas, classificando os intelectuais e suas respectivas instituições bem como os principais temas que trazem para os debates. Busca-se também analisar os editoriais, como discurso oficial do órgão, e suas relações com os debates. A discussão teórica está orientada pela perspectiva da história dos intelectuais privilegiando o uso de conceitos e categorias tais como intelectuais, intelligentsia, intelectuais mediadores e redes de sociabilidade, a partir das contribuições de Jean-François Sirinelli e Norberto Bobbio e, utilizando-se também da contribuição de importantes intelectuais brasileiros do campo da História da Educação. Os resultados preliminares mostram força de resistência, por exemplo, na vitória do INEP sobre o IBGE no caso do Censo Escolar de 1965, na proeminência da participação dos intelectuais do CBPE nos debates, além da apropriação da produção do INEP pelo sistema de planejamento nos primeiros planos sob coordenação do EPEA.

Palavras-chave: INEP; intelectuais; Escolanovismo

Educação patrimonial: historiografia do termo no decorrer do século XX.

RENATA CANUTO FONTES

O termo “educação patrimonial” no Brasil tem como um dos seus marcos o guia produzido pelo Museu Imperial, o “Guia Básico de Educação Patrimonial” de 1999 é um dos desdobramentos do 1º Seminário sobre o Uso Educativo de Museus e Monumentos, realizado em 1983, e, de acordo com esse guia ele tem origem no termo em inglês “heritage education”, que segundo Horta (1999, p. 6): “[...] um instrumento de alfabetização cultural, que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórica temporal em que está inserido”. Ainda segundo o guia educação patrimonial “de um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo (1999, p. 4). Contudo, sabemos que um termo como esse está baseado em um conceito, e conceitos são construídos de acordo com discursos, significados e cunhagens de conceitos; e, de acordo com Koselleck (1992) um conceito é a construção de um termo por um momento político ou tempo histórico. Essa pesquisa estudará a história da educação patrimonial e as possibilidades e abrangência de conceitos sobre a dita educação patrimonial (EP) ao longo do tempo, procurando compreender o que motivou a sua necessidade, mediante a análise comparativa de documentos anteriores a sua definição nos documentos normativos nos anos 1980 e, depois, procura compreender os diferentes significados que esse termo vai ganhando como elemento essencial para a manutenção e preservação do patrimônio cultural brasileiro. A pesquisa tem por interesse compreender os diferentes significados dados ao termo, compreendendo que tais significados são demarcações de práticas objetivas. Visa fazer um inventário das ações, práticas, artefatos que foram progressivamente incorporados à ideia, evidenciando quais grupos passam a discutir os seus interesses de preservação de cultura e memória. Tem-se a intenção analisar historicamente o conceito de “educação patrimonial”, ou seja, os motivos para o seu surgimento e seu histórico e seus marcos, desde os anos 1980 até o presente momento, buscando compreender não somente o seu surgimento, mas também as mudanças e permanências de seus significados, a discussão sobre quais devem ser os artefatos culturais, signos e símbolos dignos de preservação e como se dá a educação patrimonial. Tem por hipótese que o termo vai sendo modificado enquanto novos grupos e agentes entram no debate sobre o patrimônio cultural no Brasil, imprimindo novos significados ao termo, por interesses sociais e políticos.

Palavras-chave: educação patrimonial; patrimônio cultural; história dos conceitos

Escolas para quem? a educação de pobres e trabalhadores nas primeiras décadas de Belo Horizonte, Minas Gerais (Brasil, 1897-1930)

RENATA GARCIA CAMPOS DUARTE

A nova capital de Minas Gerais, Belo Horizonte, foi inaugurada em 1897. Anteriormente, a capital se localizava em Ouro Preto. Sabe-se que a proposta arquitetônica de Belo Horizonte estava em sintonia com os projetos de reformas urbanas do século XIX. Considerava as novas experiências sociais e urbanas a partir de um discurso racional, que pretendia configurar o espaço físico e fixar material e culturalmente os habitantes da cidade. Aponta-se para a dimensão pedagógica da nova capital, que pressupunha a substituição de práticas sociais tradicionais por outras, consideradas modernas. O cidadão deveria ocupar um lugar social e político determinado, cuja organização se deu a partir do estabelecimento de diferentes zonas (urbana, suburbana e rural), cada uma com objetivos definidos segundo a concepção dos engenheiros responsáveis pela construção, que conceberam o desenvolvimento da cidade do centro em direção a periferia, levando o projeto de civilização da zona urbana, que contou com efetivos investimentos em infraestrutura. Todavia, frustrando as expectativas dos técnicos, o crescimento ocorreu da zona suburbana para a urbana, principalmente devido ao significativo número de trabalhadores que, envolvidos no processo de construção, fixaram suas residências nessa região, tendo-se em vista o elevado custo de moradia na zona urbana. Apesar de prevista no projeto de Belo Horizonte, a estrutura escolar da instrução pública somente se organizou após sua inauguração e, principalmente, em 1906, quando os grupos escolares foram criados pela Reforma João Pinheiro. O ordenamento urbano interferiu diretamente na abertura de grupos escolares, partindo do centro (destinado às elites) em direção à periferia (ocupada por pobres e trabalhadores). Este trabalho investigou o atendimento escolar e as ações voltadas para pobres, trabalhadores e seus filhos no processo de construção e desenvolvimento da nova capital. Buscou-se mapear as localidades e tipos de escolas existentes nas regiões habitadas por essa parcela da população. Foram utilizadas fontes documentais como censos e anuários, reformas de ensino e leis de criação de escolas, além de estudos concernentes à história da educação e outros sobre Belo Horizonte. Concluiu-se que os maiores investimentos em escolas ocorreram na região central, não residida por pobres e trabalhadores, onde os primeiros grupos escolares foram construídos. Nas regiões periféricas observou-se a existência de escolas isoladas, com menor qualidade em relação aos grupos escolares centrais. A datar de 1911, alguns grupos foram inaugurados na zona suburbana, os quais não receberam o mesmo investimento daqueles implementados na área urbana. Ainda assim, constatou-se que, nas décadas posteriores à fundação da nova capital, quando as escolas eram insuficientes na periferia, e mesmo depois, quando os grupos escolares já haviam se estabelecido nos subúrbios, as crianças de origem pobre e operária se fizeram presentes nas escolas públicas centrais.

Palavras-chave: trabalhadores; Belo Horizonte; escolas

Escolarização de massas: estudo de uma prática em história comparada (final do século XIX e início do XX)

RENATA MARCÍLIO CÂNDIDO

A escrita comparada da história da educação tem se mostrado potencialmente rica para o tratamento de questões e objetos comuns a duas realidades sociais e históricas distintas, permitindo compreensão mais acurada de temas e questões tratadas inicialmente de forma mais demorada nos diferentes âmbitos nacionais. No campo científico, em finais do século XIX, identifica-se um movimento que reorganiza o campo, trazendo novo fôlego à ideia do comparativismo e dois conceitos-chave são elaborados para dar conta das questões epistemológicas comparativas que surgem: o conceito de ‘internacionalização’, que se refere a uma questão sócio-histórica relativa à extensão de uma forma específica dada ao conhecimento através do espaço, como, por exemplo, o território de um país, e o conceito de ‘universalização’, entendido como a legitimidade dada a determinado conhecimento independente do tempo e do espaço, ou seja, as temáticas que poderiam ser tratadas mundialmente em qualquer momento. (CHARLE, SCHRIEWER & WAGNER, 2004). Ainda neste contexto, é possível depreender a construção de um quadro de referências teóricas e conceituais comuns aos países, Brasil e Portugal. É neste momento que o movimento de escolarização das massas e as políticas educacionais e de criação de um modelo escolar - dos grupos escolares no Brasil e escolas centrais em Portugal, assim como a elaboração de um discurso moderno sobre o ensino tornam-se temáticas de debates mais sistemáticos no campo educacional. Como objeto e prática nas escolas públicas e estatais, as comemorações escolares ganham espaço nas páginas dos periódicos educacionais, especialmente nas revistas de ensino e as ‘aproximações’ com relação ao tema nos dois países referem-se às festas que celebram a escola como parte do projeto modernizador das sociedades brasileira e portuguesa. A pertinência do estudo histórico comparado localiza-se não somente nas descrições mais ou menos exatas e fidedignas do objeto, atentando-se ao fato de conhecê-las para reconstituí-las, mas na possibilidade de compreensão da sua circulação nas diferentes realidades, suas apropriações e participação na constituição dos sistemas de ensino de características públicas e estatais. As comemorações escolares não são eventos homogêneos e completamente acomodados aos seus contextos de realização, e apesar da estrutura organizacional que se repete, a máquina festiva (CÂNDIDO, 2012) assume novos significados em diferentes contextos, tornando-se objeto de lutas pelo poder dentro do campo educacional e, na sua reminiscência conhecida e segura, porque comprovada na história, entreveram-se as mudanças para o futuro.

Palavras-chave: história comparada; escolarização de massas; comemorações escolares

Educação e imprensa populares: iniciativas educativas de trabalhadores na cidade do Rio de Janeiro nas primeiras décadas do século XX

RENATA RODRIGUES CHAGAS PESSOA

O objetivo deste trabalho propõe uma reflexão acerca de iniciativas educacionais com a participação de trabalhadores e outros grupos nas primeiras décadas do século XX, por meio da imprensa operária na cidade do Rio de Janeiro. Para tanto, vale-se das análises acerca das experiências e do processo ativo relativos à ação humana, em diálogo com condicionamentos sociais (HOSTINS, 2004). A análise conta com levantamento realizado na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional das edições do jornal *Voz do Povo*, veiculado no ano de 1920, sendo possível perceber diferentes práticas educativas debatidas e empreendidas com a participação de trabalhadores e trabalhadoras. Como demonstra Maciel (2009, 2012, 2016), a despeito do universo dos impressos populares, suas particularidades e narrativas, encontramos a publicação de vários jornais construídos com e por trabalhadores que representaram outras expressões, interesses e reivindicações, horizontes plurais frente a imprensa hegemônica em fins do século XIX e nas primeiras décadas do século XX. Ao analisarmos a atuação das classes trabalhadoras, também por meio do jornal *Voz do Povo*, ressaltamos que os movimentos em prol da educação popular (COSTA, 2012) organizaram-se a partir de iniciativas que iam desde a criação de aulas, escolas e bibliotecas até práticas educativas vinculadas, muitas vezes, às associações pelas quais diversos trabalhadores circulavam. Sendo assim, os interesses individuais e coletivos, relacionados à vida e ao trabalho configuraram-se em temas que mobilizaram as pautas e os diálogos dos trabalhadores em reuniões e assembleias e na fomentação de redes de sociabilidade. Esse dinamismo de homens e mulheres sobre seus processos formativos que abrangem a concepção de educação de forma ampliada a partir da experiência humana com base nos pressupostos teórico-metodológicos de Thompson (1981) potencializa as possibilidades de abordagens. Cabe o alerta de Costa (2016) sobre a necessidade de ampliar nossos olhares acerca de concepções e práticas educacionais das classes trabalhadoras para além dos espaços formais de educação escolar. A imprensa operária, plural, diversa, com interesses construídos por diferentes objetivos, possibilita que nos desafie por campos tão instigantes como a história da educação das classes trabalhadoras e pensar sobre suas formas de vida, especificamente no cenário do Rio de Janeiro, que passava por profundas mudanças de organização nos âmbitos culturais, sociais, ambientais, políticos e econômicos nas primeiras décadas do século XX. Por fim, busca-se destacar algumas representações destas iniciativas e das funções sociais atribuídas a elas, na qual configura-se pela investigação de questões postas em debate por estes atores sociais, por meio de artigos publicados na imprensa popular com centralidade nos periódicos operários, nos quais estiveram expostas propostas, ideias, concepções e representações sobre práticas educativas e sobre a escola.

Palavras-chave: educação popular; imprensa operária; experiências educativas

Modelo “Colégio de Aplicação”: funções e pressupostos pedagógicos (1948-1962)

RENILFRAN CARDOSO

Este artigo apresenta uma discussão a respeito da criação do modelo colégio de aplicação, e suas características como uma instituição de ensino secundário, vinculada às faculdades/ou centros universitários, com o objetivo de formar alunos-mestres do curso de didática. Através do decreto nº 9.053, de 12 de março de 1946, a lei é reconhecida e autorizada a funcionar no território nacional, Ginásio de Aplicação nas Faculdades de Filosofia do país. Tem como objetivo destacar os modelos do colégio de aplicação, evidenciando duas características e suas fundações pedagógicas entre 1948 e 1962. A justificativa do recorte temporal corresponde à criação do primeiro Colégio de Aplicação no Brasil, e considerando a data final as modificações propostas pelo parecer nº 292/1962, do Conselho Federal de Educação, que altera a obrigação de criação de novos CAPs e modificações do ensino-aprendizagem e organização escolar. Foram utilizados procedimentos metodológicos da pesquisa documental, buscando compreender a importância, a crítica ao documento e as técnicas de análise das fontes. O levantamento foi realizado em acervos digitais (revistas científicas, legislação, pareceres e regimento) e no centro de pesquisa, documentação e memória do Colégio de Aplicação da UFS (CEMDAP). Na tentativa de organizar a educação brasileira, a reforma de Francisco Campos estabelece bases introdutórias para as mudanças do ensino, através da reforma de Capanema (1942), que reorganiza o currículo do ensino secundário, ministrado em dois ciclos, sendo que um deles, o curso ginásial, além dos cursos clássico e científico. Com essas reformulações, o Ginásio de Aplicação surge para atender os critérios de um ensino de qualidade e de experimentação pedagógica, para ser referência para outros modelos da educação pública. Dentro da perspectiva, os colégios de aplicação, vinculados a estrutura das universidades federais/ou estaduais, foram influenciados pelos modelos de formação de professores postos em circulação pelo Teachers College da universidade Columbia, na cidade de Nova Iorque e do Instituto J. J. Rousseau (BRASIL, s.d.). Para compreender os caminhos da pesquisa e o método crítico do documento, Prost (2008) afirma que não há fatos sem questionamentos, pois o método crítico serve de fundamento à história, não apenas como conhecimento, mas como uma ciência que orienta às pesquisas. Ao analisar alguns regimentos internos, podemos observar que o objetivo das escolas de aplicação, versavam com finalidades em comum, principalmente no que diz respeito à prática experimental, através de atividades de pesquisa, ou seja, os projetos buscavam dinamizar as aulas, e, consequentemente atuavam como laboratório de investigação educacional para solucionar problemas dentro da escola e ser modelo para outras instituições escolares.

Palavras-chave: modelo de ensino; Colégio de Aplicação; História da Educação

Educação e racismo na obra de Lima Barreto “Recordações do Escrivão Isaías Caminha”

RICARDO RAMOS SALES

Este trabalho pautar-se-á na análise sobre discriminação racial e educação na obra de Lima Barreto “recordações do escrivão Isaías Caminha”. Nesse sentido, faz-se necessário compreender qual a importância que a escolarização possuía para os negros nas primeiras décadas do século XX, portanto no período da Primeira República. O artigo tem por objetivo compreender como se dava a relação entre racismo e processo de escolarização do negro no início do século, bem como a sociedade branca entendia esse mesmo processo. Utilizaremos como fonte a obra de Lima Barreto “Recordações do escrivão Isaías Caminha” por tratar-se de um escritor negro que procurou escrever sobre um jovem mestiço em busca de realizar seu sonho de tornar-se doutor, na cidade do Rio de Janeiro. Embora tratemos aqui de uma obra de ficção, o autor descreve como ele entendia as relações sociais presentes nas primeiras décadas do século XX, assim como a discriminação racial. Desse modo, “Recordações”, por tratar-se de uma construção da representação acerca da realidade do período pesquisado, nos permite perceber como se dava as relações sociais da época e a importância que a educação exercia tanto para os brancos, quanto para os negros. Nesse sentido, Le Goff ao tratar o documento enquanto monumento, afirma que este é o “produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de força que a detinham” (LE GOFF, 1990, p. 545, in: BORGES, 2010, p. 95). Assim, procuraremos entender o objetivo que a personagem principal, um mestiço, tinha quando resolveu partir para a capital do rio de janeiro após terminar seus estudos iniciais? Era ingressar nos estudos superiores? Por que e para quê? E qual o valor que a formação intelectual possuía para ele? Outra provocação possível seria entender qual o lugar do negro nessa sociedade? Para tal, buscaremos estabelecer um diálogo entre a obra de Barreto e autores que propuseram pesquisar a educação e a sociedade nesse período, tais como José Murilo de Carvalho, Rosa Fátima de Souza, entre outros. Importante salientar que a educação fez parte do projeto de nação democrática empreendido pelo novo regime político, a República, mas educação para quem? Contudo, concluímos que o racismo é um dos principais empecilhos da inserção do negro na sociedade, bem como do não sucesso do processo de escolarização dessa parcela da sociedade que se encontrava excluída e marginalizada. Nesse sentido, podemos afirmar que o quadro social durante a Primeira República ficou inalterado, com uma hierarquização na qual os negros estavam na base.

Palavras-chave: História da Educação e literatura; História da Educação dos negros no Brasil; discriminação racial e racismo

A educação católica e o processo de equiparação: a experiência do Colégio Marista Arquidiocesano de São Paulo (1900-1940)

RICARDO TOMASIELLO PEDRO

O Colégio Marista Arquidiocesano de São Paulo iniciou suas atividades em 1858 e atualmente é a escola mais antiga da cidade de São Paulo em funcionamento. Sua trajetória encontra-se atrelada à fundação do Seminário Episcopal de São Paulo, criado em 1856 por Dom Antonio Joaquim de Mello (1791-1861). Entre 1858 e 1879 seria entregue aos cuidados dos freis capuchinhos de Sabóia, sucedidos pelos padres diocesanos (1879-1907) e, a partir de 1908, aos Irmãos Maristas, congregação católica fundada na França em 1817 e que tem como uma de suas principais bandeiras a evangelização por meio da Educação. Por conta da ligação do Arquidiocesano com o ensino secundário houve a necessidade de alinhá-lo ao Colégio Pedro II, referência nesse tipo de escolarização, para obter um reconhecimento concedido pelo governo federal conhecido como “equiparação” por meio do qual, dentre outras coisas, se garantiria o acesso de seus alunos às Academias sem a necessidade de provas ou exames e, também, uma forma de prestígio no segmento educacional. Para conseguir essa prerrogativa legal era necessário seguir o currículo do Pedro II, observar as orientações governamentais sobre as instalações escolares e possuir toda uma gama de materiais pedagógicos. Esta instituição conseguiria a equiparação em 1900, ganho revogado pela “Reforma Rivadávia Corrêa” (Decreto nº 8.659/1911) e, novamente em 1934, sobre os auspícios da “Reforma Francisco Campos” (Decreto nº 19.890/1931). A documentação relacionada à equiparação de 1900 foi localizada no Arquivo Nacional (RJ) e o acesso a ela permitiu identificar as proximidades e os distanciamentos entre os dois períodos, possibilitando compreender como ocorria a formalização dessa solicitação, quais eram exigências documentais/estruturais e às ritualísticas relacionadas ao processo. Já o processo de 1934 está preservado em um memorial da escola, onde estão arquivados, dentre outros itens, documentos que permitem conhecer parte da burocracia escolar gerada para atender as exigências das diversas reformas pelas quais passou a educação brasileira nos últimos 163 anos. Dentre eles há um conjunto documental identificado como “processo de equiparação” em que estão itens de 1930 e final dos anos 1950. A composição desse material é diversificada, pois há fotografias dos espaços do colégio, plantas arquitetônicas, relatórios, fichas de classificação, gráficos etc. Este trabalho é um desdobramento de uma dissertação de mestrado que historicizou os processos de equiparação do Colégio. O objetivo desta comunicação é traçar um paralelo entre as duas equiparações indicadas e apresentar as estratégias utilizadas por um ginásio privado católico ao se deparar com as exigências e determinações de um governo laico.

Palavras-chave: ensino secundário, Colégio Marista Arquidiocesano de São Paulo, processo de equiparação

Uma história de leituras para a formação de professores paranaenses (1900-1990)

ROBERLAYNE DE OLIVEIRA BORGES ROBALLO

Este trabalho apresenta a pesquisa sobre os livros que constituem a literatura pedagógica utilizada para subsidiar os processos de formação de professores no Estado do Paraná, entre os anos de 1900 a 1990. Nesta perspectiva, levando-se em conta a escrita, produção e circulação de livros, a análise incide sobre os intelectuais que intercederam direta e indiretamente nos projetos e nas práticas formativas, à medida que suas obras e trajetórias oferecem reflexões sobre os contextos pedagógicos e políticos ao longo do século XX no Paraná, destacando-se: Dario Vellozo (1869-1937), Lysimaco Ferreira da Costa (1883-1941), Raul Rodrigues Gomes (1889-1975), Erasmo Pilotto (1910-1992), Eny Caldeira (1912-2002) e Pórcia Guimarães Alves (1917-2005). Portanto, o objetivo central é apresentar a catalogação e análise de obras que foram desenvolvidas por esses intelectuais, que serviram como instrumentos da prática e do discurso pedagógico. Mediante estes aspectos, busca-se nesta literatura pedagógica sua relação com o social, ou seja, um conjunto de posicionamentos elaborados que visam orientar, condensar e simbolizar aquilo que se acreditava sobre a educação. Ressalta-se que os livros voltados à formação docente no Brasil tornaram-se os impressos de maior circulação a partir das primeiras décadas do século XX. Estes artefatos compõem uma diversidade material que marcaria uma nova forma do fazer escolar e um novo olhar para a História da Educação. Portanto, a relevância desse estudo envolve, em sentido amplo, a história dos livros, destinados a subsidiar os professores e, em sentido stricto, a importância da criação, difusão e permanência destas obras nos espaços destinados à formação docente. Em termos metodológicos, utiliza-se da análise das características materiais (análise da materialidade) e textuais (análise narrativa) dos livros. Optou-se por uma confluência de análise a fim de romper com categorias de pesquisa estanques, que ora concebem o livro apenas como um documento histórico, analisando seus conteúdos, ora negligenciam seu conteúdo, o considerando apenas como um produto fabricado, comercializado e distribuído. O referencial teórico utilizado, como Chartier (1990), Lajolo e Zilberman (1996), Bourdieu (1996) e Choppin (1992), auxiliam nos estudos e análises. Conclui-se, com as análises realizadas, que os livros destinados aos professores são artefatos importantes porque possuem conteúdos repletos de representações em um determinado período e contexto, tornando-se anunciadores de marcas culturais que vinculam concepções pedagógicas, saberes e dimensões simbólicas. São importantes materiais que proporcionam compreender uma rede de significados produzidos em relação à sociedade, à época e à educação, e contribuem para a memória educacional existente na cultura da formação docente.

Palavras-chave: livros e manuais escolares; formação de professores; literatura pedagógica

O itinerário nacional e internacional dos manuais de História da Educação publicados para subsidiar a formação de professores, a partir de 1930, no Brasil

ROBERLAYNE DE OLIVEIRA BORGES ROBALLO

Este trabalho é resultado da pesquisa historiográfica sobre os manuais de História da Educação (HE) publicados para subsidiar os cursos de formação de professores, a partir de 1930, no Brasil. O objetivo é refletir sobre os autores e os contextos de produção dos diferentes manuais de HE publicados primeiramente em outros países e, depois no Brasil, pela Companhia Editora Nacional (CEN), como também, adentrar num universo da circulação das escritas sobre a HE. Considerando a dimensão deste problema, optamos pela análise em torno dos seguintes manuais e seus respectivos autores: “Noções de História da Educação” (1933), de Afrânio Peixoto; “História da Educação” (1939), de Paul Monroe; “Noções de História da Educação” (1945), de Theobaldo Miranda Santos; “História da Educação e da Pedagogia” (1955), de Lorenzo Luzuriaga e “História da Pedagogia” (1957), de René Hubert. Os manuais escolhidos foram editados, no Brasil, pela CEN e pertencem à Coleção Atualidades Pedagógicas, no âmbito do projeto editorial denominado Biblioteca Pedagógica Brasileira, dirigido por Fernando de Azevedo de 1931 a 1945, e por Damasco Penna, de 1946 a 1978. Importante destacar que, optou-se por denominá-los manuais escolares, à medida que texto e forma correspondem aos temas previstos para o ensino de uma disciplina formadora pertencente aos currículos de formação docente. A história destes livros – manuais escolares – se insere na história cultural, apresentando peculiaridades à história educacional e à história da leitura, pelo estabelecimento de vínculos com a escola. A perspectiva metodológica visa analisar o itinerário nacional e internacional dos manuais de HE, considerando-os suportes privilegiados que marcam e que tornam possível repensar os contornos que o campo da HE possui. Para tanto, buscou-se priorizar os países de origem das obras: França, Estados Unidos, Argentina e Brasil, pois a escolha destes artefatos foi realizada tendo em vista autores (conhecidos e reconhecidos) que têm contribuído significativamente para a composição do itinerário da HE. Destarte, propôs-se percorrer este percurso dos manuais de HE acreditando que há sempre uma nova ou diferente forma de olhar para essa história. Trata-se de, a partir do presente interrogar o passado valendo-nos da historiografia, a fim de perceber que é importante dirigir o olhar ao já visto. O referencial teórico utilizado, como Chartier (1999), Bastos (2009), Nóvoa (1991), Warde (2000), entre outros, auxiliam nos estudos e análises. Conclui-se que os manuais de HE, resultantes de seu processo de produção e circulação, manifestam a sociedade, a cultura e a pedagogia que contribuem para a memória da formação docente e para a própria história da história da educação. E, pode-se afirmar, que não houve fronteiras que limitassem o uso dos manuais de HE nos cursos de formação de professores em diferentes países, porque acima de tudo, o passado se fez (faz) exemplar nestas obras.

Palavras-chave: manuais de História da Educação; historiografia da educação; formação de professores

A trajetória histórica do ensino nos cursos médicos da Faculdade de Medicina de Marília – FAMEMA, entre 1967 e 1997

RODOLFO OLIVEIRA MEDEIROS

Trata o presente trabalho de comunicação individual, constituída a partir de projeto de pesquisa histórica a nível de doutorado, fundamentada nos pressupostos de análise da História Cultural e da História Oral, com o objetivo de analisar e interpretar aspectos da trajetória histórica do ensino nos cursos médicos da Faculdade de Medicina de Marília (FAMEMA), instituição de ensino superior que utiliza como método de ensino e aprendizagem os Métodos de Aprendizagem Ativa, a partir do recorte temporal entre 1967 e 1997. O objetivo em questão suscita frente à importância da formação de profissionais de saúde que correspondam aos desafios da atual sociedade. Para Tsuji e Aguilar-da-Silva (2010), nessa metodologia de aprendizagem, o professor atua como facilitador e o estudante como sujeito ativo do processo de aprendizagem, adquirindo a capacidade de gerenciar a autoaprendizagem, aprendendo a pensar e reconhecer as lacunas de conhecimento, formular perguntas e proceder a busca por Para Magalhães (2004), a história das instituições educativas cumpre um triplo registro de conhecimento que envolve: o passado, a problematização do presente e a perspectivação do futuro. Segundo o mesmo autor, o conceito de instituição se relaciona à ideia de permanência e de sistematicidade, além da ideia de norma e de normatividade. Em relação à historiografia e o lugar de fala do pesquisador, De Certeau (1995) afirma que o mesmo deve trabalhar de forma a modificar o espaço, transformar um objeto que possuía seu estatuto e seu papel, em algo que venha a funcionar de forma diferente. Do exposto, pretende-se a construção de uma nova repartição cultural, cujos investimentos serão especificamente documentos produzidos pela instituição, tais como: Projeto Político Pedagógico, planos de ensino, diários dos professores, e todo material legislativo e conjunto de disposições da instituição, onde, se espera que estarão materializadas as propostas metodológicas para o ensino dentro da própria instituição.

Palavras-chave: História da Educação; história das instituições educativas; história do ensino; História Cultural

A Lei do Ventre Livre e a presença de meninas negras em instituições de educação no Pará do século XIX

RODRIGO MOURA QUEIROZ, SÔNIA ARAÚJO

Este trabalho é parte de uma pesquisa realizada no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Pará (UFPA), nível mestrado, que tem como tema a criança negra e a educação da Província do Pará no século XIX, após a Lei do Ventre Livre de 1871. A intenção, que se configurou em objetivo geral, é analisar a presença de meninas contempladas pela liberdade a partir da Lei do Ventre Livre para estudar em uma instituição de instrução pública na Província do Pará. Nessa direção, levantou-se as seguintes questões norteadoras: No Pará, crianças negras frequentaram instituições de instrução que atendiam a população pobre em geral? Crianças negras, contempladas com a liberdade dada pela Lei do Ventre Livre conseguiram avançar na instrução para além do ensino de primeiras letras? Para tanto, estabeleceu-se os seguintes objetivos específicos: a) Identificar crianças negras que foram matriculadas e frequentaram uma instituição de instrução pública destinada a atender meninas órfãs e desvalidas na Província do Pará; b) Demonstrar que meninas negras, contempladas com a liberdade dada pela Lei do Ventre Livre, conseguiram instrução para além do ensino de primeiras letras. Metodologicamente, a pesquisa foi procedida com base na pesquisa documental e na pesquisa bibliográfica. Utilizou-se como fontes documentais: relatórios de presidentes da Província, leis provinciais, ofícios trocados por instituições oficiais da Instrução Pública, além de jornais que circulavam na capital da Província do Pará. Os resultados demonstram que houve a presença de meninas negras em instituições formais de ensino, como o Colégio Nossa Senhora do Amparo, antes mesmo que as primeiras crianças nascidas a partir de 1871 completassem oito anos de idade, momento que a lei determinava para a entrega dessas crianças ao Estado em troca de indenização a escravocratas proprietários/as de suas mães escravizadas. A lei gerou mudanças quase imediatas nas políticas educacionais, pois, em 1872, o presidente da província já anunciava o funcionamento de escolas noturnas exclusivas para atender pessoas escravizadas e, nos meses que se seguiram, foram retiradas as proibições de matrículas de pessoas escravizadas em regimentos de estabelecimentos de ensino, e, logo em seguida, a proibição de crianças negras nas escolas foi retirada do regulamento da instrução pública da província. Em 1873 foi sancionada uma lei que reservava vagas para meninas libertas no Colégio Nossa Senhora do Amparo. Também constatou-se que algumas dessas meninas conseguiram prosseguir para além do ensino de primeiras letras, chegando a ocupar o cargo público de professoras em comarcas da província.

Palavras-chave: educação; Lei do Ventre Livre; crianças negras

Artefatos culturais do bejú e a tessitura do currículo escolar em uma escola da educação infantil na Amazônia Bragantina

ROGERIO ANDRADE MACIEL

A Amazônia Bragantina tem 408 anos de História e tradição cultural. É um município que apresenta uma diversidade de fauna e flora nos territórios da praia, dos campos, da colônia e da sede. São espaços territoriais onde o sujeito constrói e reconstrói produções de conhecimento em seu cotidiano que podem ser analisados nos múltiplos contextos sociais. Uma das riquezas deste espaço refere-se a fabricação (produção) do bejú, nas mais variadas comunidades da Amazônia Bragantina. Para Maciel, Neves e Junior (2020), a Amazônia em sua pluralidade, possui diversas culturas impares que coexistem no extenso território amazônico e, proporcionam o aprimoramento das habilidades dos sujeitos para o trabalho coletivo, que se direciona para o desenvolvimento da cultura material. Ao analisar os atributos peculiares dos territórios e populações tradicionais amazônidas e suas diversidades culturais construídas, expressadas e vivenciadas pelos sujeitos, caboclos amazônicos (homem e mulher), as riquezas culturais, por vezes são imperceptíveis, existentes nas práticas e representações culturais, tais como a nessa pesquisa imersa pela cultura material do bejú, que, em sua feitura é realizada no cotidiano das vivenciadas pelos agricultores. Dessa maneira, o objetivo deste texto é compreender a cultura material do bejú e a tessitura do currículo cultural em uma escola da Educação Infantil do campo numa comunidade da Amazônia Bragantina. Utilizaremos os refinamentos teóricos de autores como: Baudrillard (2002); Juri Meda (2015); Menezes (2005); Certeau (2014); Nicole Boh (2008); Silva (2017); Chartier (1990,1991), Moreira (2017); Silva; Pasuch e Silva (2012). Metodologicamente este projeto de pesquisa dialoga com a cultura das populações tradicionais na Amazônia Bragantina. Para isso, os estudos da abordagem da Nova História Cultural e na História da Educação, são importantes porque permitirá compreender a prática cultural do bejú numa comunidade, bem como, a tessitura do currículo cultural construído a partir dos sujeitos da escola de educação Infantil. Constatou-se nos resultados que a cultura do bejú existe em diversas regiões do Brasil destacando suas diferentes formas de fazer e suas representações sociais, culturais que fazem parte da memória. O bejú, é um tipo de alimento que possui variações linguísticas (diversas terminologias) e ao ser manuseado com diversos utensílios, possui diferentes formas para alimentação sendo identificados como “bejú de massa”, “bejú macaxeira” “bejú de coco” nos territórios da Amazônia Brasileira. Sendo assim, o currículo cultural para as escolas da educação infantil está conectado pelos princípios educativos das linguagens das experiências das crianças, do imaginário infantil e da ludicidade, estes que devem ser registrados pelas instituições escolares como forma de preservação dos artefatos enquanto patrimônio histórico e educativo.

Palavras-chave: cultura material; currículo cultural; Amazônia

História concisa do ensino técnico no Piauí: do Estabelecimento de Educando de Artífices ao Instituto Federal do Piauí

ROMILDO DE CASTRO ARAÚJO

No Piauí, o ensino profissional tem longa trajetória, dela fazendo parte diferentes instituições incumbidas da preparação de jovens para o mundo do trabalho. Teve origem em 1847 com a criação do Estabelecimento de Educando de Artífices, voltada ao atendimento de meninos pobres e desvalidos de Oeiras, antiga capital do estado. Um intenso processo de transformações ocorrerá durante mais de um século e meio, quando surge a configuração atual da instituição como Instituto Federal do Piauí – IFPI. Destaca-se a importância do ensino profissional no processo de preparação de gerações de jovens para o mercado de trabalho ao longo de sua existência. O tema exige problematizar a relação educação e trabalho no capitalismo na perspectiva histórica crítica. Este trabalho tem como objetivo realizar o registro da trajetória do ensino técnico profissional no Piauí, quando surge em 1847 até a criação do Instituto Federal do Piauí, nos termos da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. A pergunta que norteia a pesquisa é qual a trajetória histórica do ensino técnico profissional no Piauí? A metodologia é composta por uma pesquisa bibliográfica e documental. O referencial teórico é formado pelos trabalhos de Lewis (2018), Martins (2018), Pacheco (2011) e Saviani (2007). O período estudado percebeu-se um processo de expansão, interiorização e ampliação de sua estrutura, assim com a atualização de sua proposta pedagógica. Este processo de expansão está ligado às exigências do capitalismo contemporâneo que exerce pressões a partir do mercado e da emergência das novas tecnologias impondo dilemas para instituição quanto à formação profissional. Formar para o mercado ou para a vida foi um dos principais dilemas que marca trajetória do ensino profissional. Nesta longa trajetória do ensino técnico profissionalizando no Piauí, a federalização, na segunda metade do século XX, representou parte de um processo de centralização de um conjunto de instituições por parte do Estado para maior controle e vinculação ao mercado de trabalho.

Palavras-chave: História da Educação; ensino profissional; escolas técnicas no Piauí

Cecília Meireles: uma feminista no interior do movimento escolanovista (1930-1933)

RONALDO AURÉLIO GIMENES GARCIA, GILSON LUÍS VOLOSKI

Desde o final do século XIX, um importante grupo de intelectuais de diferentes áreas do conhecimento (direito, medicina, engenharias, literatura e outras) se reuniram em torno do debate da educação e da escola no Brasil. Os membros deste grupo foram genericamente chamados de escolanovistas. Embora não constituíssem um conjunto homogêneo de pensamento, havia uma série de propostas e ideias que os aproximavam, como a necessidade de uma escola mais atrelada com as mudanças econômicas, sociais e tecnológicas que o mundo capitalista vivia naquele período, ou seja uma instituição essencialmente pública, gratuita, mista, laica e única. Entre os envolvidos estavam figuras de destaque como Anísio Teixeira, Fernando Azevedo, Lourenço Filho, Roquette Pinto que são mais conhecidos. Além disso, outros menos conhecidos como Afrânio Peixoto e Arthur Ramos também tiveram importante participação. Contudo, além desses nomes, destaca-se a presença de algumas mulheres, que por diversos motivos, não figuraram como personagens centrais do movimento. Esse é o caso de Cecília Meireles, que na maioria das vezes, é lembrada pela sua farta produção literária, porém pouco explorado seu papel de intelectual. O objetivo aqui é investigar o papel da autora no interior do movimento, conhecer suas propostas para a difusão do ensino da leitura e da literatura infantil e a sua perspectiva de participação no escolanovismo enquanto uma adepta do pensamento feminista e que, diferentemente da maioria dos participantes, foi professora das escolas públicas do Rio de Janeiro nas primeiras décadas do século XX. A fonte da pesquisa foi constituída por diferentes textos produzidos por Meireles (artigos, comentários, notas, crônicas e outros) que foram reunidos em uma publicação com vários volumes com o título de Crônicas de Educação. Além disso, foram analisados também os textos da página que a autora possuía no Jornal Diário de Notícias, especialmente os que foram publicados entre 1930 e 1933. Chama a atenção o volume de material produzido e a diversidade de assuntos relacionados à educação que abrangia. A intensa atividade intelectual de Cecília Meireles, bem como os círculos de relações que mantinha com diversas personalidades, demonstra que se tratava de alguém que se colocou no centro das grandes questões de sua época e exerceu um papel de destaque no contexto social, político e intelectual que atuou, embora grande parte dos estudos até aqui produzidos não destacaram isso. Como referenciais teóricos, foram empregados os conceitos de campo, trajetória de vida e habitus desenvolvidos pelos estudos de Bourdieu. É importante perceber que a intelectual se inseriu em diferentes níveis de enfrentamento no campo das ideias e projetos para o país. Isso em meio ao intenso debate que se fazia entre diferentes segmentos que possuíam o propósito de intervir na reformulação da escola.

Palavras-chave: Escola Nova; Cecília Meireles; ensino de literatura

Lúcio José dos Santos: em defesa da pedagogia católica

RONALDO PEREIRA

As reformas da Instrução Pública ocorridas em vários estados brasileiros na década de 1920, inspiradas no movimento da Escola Nova, ensejaram a introdução de princípios pedagógicos modernos, tendo como fundamento científico a psicologia experimental em ascensão. Esse processo envolveu diversos intelectuais reformadores e suscitou debates acalorados sobre os pressupostos teóricos que opunham escola nova/escola tradicional, pedagogia moderna/pedagogia antiga. Nesse contexto, situa-se o engenheiro, bacharel em ciências jurídicas e professor mineiro Lúcio José dos Santos (1875-1944), católico fervoroso e intrépido defensor da pedagogia católica como baliza para as reformas da educação promovidas em Minas Gerais. Imbuído da perspectiva educacional católica, exerceu a função de diretor da Instrução Pública (1924-1927) no governo de Raul Soares/Mello Vianna, e de diretor da Escola de Aperfeiçoamento (1929), instituição-ícone na implantação do ideário de renovação pedagógica na formação de professores, criada pela Reforma Francisco Campos (Decreto 7.970 – A). Paralelamente, colaborou em eventos educacionais, publicou artigos e livros manifestando suas convicções católico-conservadoras, demarcando seu posicionamento ante as novidades teóricas que aportavam nessas plagas. Considerando a relevante atuação desse intelectual no campo educacional mineiro, objetiva-se examinar suas críticas à pedagogia moderna e à psicologia empírica, sustentáculos epistemológicos do escolanovismo, bem como identificar e analisar a formulação dos postulados da pedagogia católica, cerne do projeto educativo que caracterizou sua participação no movimento reformista de modernização da escola mineira. Assim sendo, pretende-se evidenciar uma dimensão pouco enfatizada pela historiografia educacional, que diz respeito à questão da influência do conservadorismo católico no processo de modernização da instrução pública na década de 1920. O presente texto é resultado de uma pesquisa acadêmica mais ampla, realizada à luz dos pressupostos da História Intelectual, utilizando como documentos primários os artigos de Lúcio dos Santos publicados em jornais e revistas, além de sua obra magna *Philosophia, Pedagogia, Religião*. O período delimitado para a análise corresponde às décadas de 20 e 30, época em que o referido intelectual ocupou funções de direção no campo educacional e colaborou com ideias e iniciativas para a reorganização da escola pública, representando os ideais de formação e interesses da religião católica em meio ao processo de modernização da política e da sociedade no Brasil e em Minas Gerais.

Palavras-chave: Lúcio José dos Santos; pedagogia católica; pedagogia moderna

A circulação das obras de Lourenço Filho no México (1933-1963)

RONY REI DO NASCIMENTO SILVA SILVA

O texto que se propõe tem por objetivo analisar a circulação das obras de Lourenço Filho no México, no período entre 1933-1963. Analisa-se, portanto, os títulos *Tests ABC* – de verificación de la madurez necesaria para el aprendizaje de la lectura y escritura, *Educación comparada* e *The training of rural school teachers*. Parte-se do pressuposto inicial de que essas obras circularam nos cursos de formação de professores mexicanos e isso se deve, em partes, ao bom trânsito de Lourenço Filho com organismos internacionais e a elite intelectual do seu tempo. A porta de entrada para o desenvolvimento deste texto foram as duas viagens deste educador brasileiro a esse país, inserido em um movimento de ideias e de sujeitos (políticos, educadores e intelectuais) em conferências, congressos, reuniões, comitês, impressos e documentos norteadores das políticas educacionais, levados a cabo pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Nesse contexto, foi publicado no México o título *Tests ABC* – de verificación de la madurez necesaria para el aprendizaje de la lectura y escritura, em que Lourenço Filho (1933) ofereceu aos leitores princípios da psicologia da educação. Em *The training of rural school teachers* (1953), o autor apresentou as experiências de formação de professores rurais levadas a cabo no Brasil e, por fim, em *Educación comparada* (1963), construiu um panorama dos sistemas de ensino em escala global. As obras foram encontradas respectivamente na Biblioteca “Lucas Ortiz” do Centro de Información, Investigación y Cultura (CEDIIC) do Centro de Cooperación Regional para la Educación de Adultos en América Latina y el Caribe (CREFAL), Archivo Histórico de la Benemérita y Centenaria Escuela Normal del Estado de San Luis Potosí (BECENE - SLP) e no Instituto de Investigaciones sobre la Universidad y la Educación (IISUE) do Archivo Histórico de la Universidad Nacional Autónoma de México (AHUNAM). A partir disso, formulamos alguns questionamentos: Qual o lugar ocupado pelas obras de Lourenço Filho nas bibliotecas de formação de professores mexicanos? Por que e quais foram as condições de produção e tradução de suas obras no México? Como se estabeleceu a relação entre esse educador brasileiro e o mexicano Jaime Torres Bodet? Como a Unesco e o Centro Regional de Educación Fundamental para América Latina [Crefal] propagaram essas obras? Em relação às opções teórico-metodológicas, trata-se de um trabalho histórico com metodologia da História Conectada, centrada na pesquisa documental das obras, aqui tomadas enquanto fontes de pesquisa. Por fim, pode-se concluir que a circulação das obras de Lourenço Filho no México, se deve a uma rede de relações estabelecida por Lourenço Filho com intelectuais mexicanos, mediada pela Unesco.

Palavras-chave: Lourenço Filho; México; Unesco

Imprensa paranaense: representações sobre a mulher (1900 e 1930)

ROSA LYDIA CORRÊA

A pesquisa investiga representações sobre a mulher na imprensa paranaense na primeira metade do século XX, nos anos de 1900 e 1930, no que concerne à forma como tais representações deixam subjacente certa compreensão educativa acerca do feminino. Entende-se que a educação é uma prática social cuja construção se dá histórica e socialmente de modo assistemático e a imprensa um meio de difusão. Deste modo, é necessário que, para entender tal imprensa, se leve em conta aspectos sociais, culturais de tempo e lugar. A questão de pesquisa que orientou os objetivos é como a mulher é representada na imprensa jornalística no Paraná no início do século XX? Como objetivo geral, analisamos como a mulher é representada na imprensa jornalística no Paraná no início do século XX para saber se há ou não mudanças nas representações que circularam no periódico selecionado. Foram localizadas e analisadas matérias jornalísticas, cujo conteúdo trata sobre a mulher, na primeira metade do século nesse estado, no período acima indicado. Inicialmente foram listados 31 jornais, tendo sido selecionado o Jornal Diário da Tarde onde realizou-se trabalho de pesquisa minucioso para a seleção de edições desse jornal de circulação diária (segunda a sábado), contabilizando cerca de 25 edições mensais. Durante o processo de pesquisa, foi possível analisar um número significativo de mensagens de janeiro a março dos anos de 1900 e 1930. Além disso, foram selecionados textos de referência para embasamento teórico – Lapuente (2015); Cavalcante (2002); Nicolette e Almeida (2017), entre outros, com o objetivo de obter maior aprofundamento acerca do tema de pesquisa. Dessa forma, foi possível perceber o espaço que as mulheres ocupavam na imprensa paranaense. A mídia retrata formas de como a mulher deveria agir e se portar socialmente, comparando-a com moças de outros países, visto que, para os princípios da época, ela deveria apenas cuidar da casa e dos filhos, e, se porventura quisesse trabalhar fora, havia limitação de possibilidades. A mulher também é retratada em espaços de busca por trabalho, destacadamente, o trabalho doméstico, assim como pela violência por ela praticada e comportamento social adverso, bem como em cerimônias de casamento. Diante dos dados obtidos das matérias selecionadas das edições do periódico selecionado, é possível constatar que as representações sobre a mulher veiculadas nesse jornal estão, sobretudo, articuladas à condição de lugar social. Nesta perspectiva, às mulheres de condição socioeconômica privilegiada são dedicadas matérias extensas e elogiosas. Neste universo, ela é sobretudo representada como a esposa de um sujeito e reconhecida como tal, não tendo, então, identidade própria. Na medida em que tais representações são veiculadas, acham-se implícitos modos de concepções sobre a mulher, e, embora difusos, modos de educar. As representações não mudam, apenas são ampliadas, uma vez que surge espaço para maior divulgação a respeito de assuntos sobre a mulher.

Palavras-chave: mulher; imprensa paranaense; representações

Projeto Minerva – Curso Supletivo de 1º Grau / II Fase (1973-1979): o que dizem os fascículos de Língua Portuguesa sobre o aprendizado da língua materna

ROSA MARIA MONACO, NIELY NATALINO DE FREITAS LEYENDECKER

O período no qual o governo militar (1964-1985) esteve à frente no país, foi de intensas transformações educacionais, haja visto o destaque que o ensino de jovens e adultos recebeu, considerando todo o quarto capítulo dedicado a esse público na Lei de Reforma Educacional nº 5.962/71. Em consequência das novas diretrizes, até por conta da demanda de mão de obra especializada que se formara para o mercado de trabalho nas fábricas e indústrias de capital estrangeiro, o currículo escolar sofreu alterações, a julgar pela inserção de algumas disciplinas como foram o caso da Organização Social e Política Brasileira (OSPB), Moral e Cívica e Comunicação e Expressão; essa última, uma novidade que dizia respeito à disciplina de Língua Portuguesa. Consoante a isso, estava o interesse do governo militar em alinhar o pensamento social às novas concepções baseadas no regime repressor. Logo, buscou-se por parte do governo, a utilização dos meios de comunicação como instrumentos de massificação ideológica. “Uma das características mais marcantes da sociedade moderno-contemporânea é o seu caráter de massificação” (VELHO, 1994, p. 67). Nesse intento, o rádio, mídia popular entre os brasileiros, vivenciou a chegada de projetos educativos em sua programação sob a tutela do Ministério da Educação e Cultura (MEC). Entrementes, o Serviço de Radiodifusão Educativa (SRE/MEC), que já havia lançado o programa educativo-cultural Projeto Minerva no ano de 1970, produziu o Curso Supletivo de 1º Grau – II Fase, exatamente para contemplar a nova proposta do currículo comum. Sendo assim, esse estudo tem como objetivo a análise de cinco fascículos de estudos do Projeto Minerva, dos quinze existentes, com o olhar voltado para o material didático de Língua Portuguesa (LP) para o 2º ciclo do 1º Grau, como uma disciplina à serviço da educação no período coercitivo do país. O recorte de nossa pesquisa estabelece o período de 1973-1979, justamente por compor o intervalo em que a produção dos fascículos foi exclusivamente da equipe do Projeto Minerva, sob chancela do SRE/MEC. Os fascículos selecionados compreendem trinta e cinco aulas de LP nas quais é possível observar o caráter prático dado ao ensino, indo de encontro ao caráter propedêutico até então percebido. Nos auxiliará na compreensão do contexto de mudanças na concepção de ensino da Língua Portuguesa, Soares (2002) e Pietri (2010). A análise do objeto em questão será realizada à luz dos referenciais teóricos e metodológicos da História da Educação, sob à observação de Velho (1994) no quesito massificação e em diálogo conceitual sob representação, através de Chartier (1990), ao compreender que as representações do mundo social são sempre determinadas pelos interesses do grupo que as forjam. Monaco & Cockell (2020) e Pimentel (2009) trazem esclarecimentos a partir do ensino supletivo e do Projeto Minerva como programa radiofônico.

Palavras-chave: Projeto Minerva; ensino supletivo; História da Educação

A Reforma Universitária nas manchetes do Jornal do Brasil (1967-1968)

ROSA MARIA SOUZA BRAGA

O objetivo deste artigo é investigar como a Reforma Universitária foi tratada no Jornal do Brasil, entre os anos de 1967 e 1968, quando é efetivado o texto da Reforma. As fontes de pesquisa foram as manchetes sobre a Reforma nas capas do Jornal do Brasil, entre os anos de 1967 e 1968. A mudança na legislação educacional teve como principal objetivo estabelecer uma modernização e uma expansão das instituições públicas, mais especificamente as universidades federais. Essa modificação teve como desdobramento o alargamento do ensino superior privado, uma vez que as modificações introduzidas nas universidades federais não conseguiram ampliar satisfatoriamente suas matrículas para atender à crescente demanda de acesso. Essas mudanças produziram efeitos paradoxais no ensino superior brasileiro. Por um lado, modernizaram uma parte significativa das universidades federais e determinadas instituições estaduais e confessionais, que incorporaram gradualmente as novas normas acadêmicas propostas pelo texto. Em contrapartida, esse novo cenário, criou condições para que algumas instituições passassem a articular as atividades de ensino e de pesquisa, que, até então – salvo raras exceções – estavam distanciadas. Também foram abolidas as cátedras vitalícias, passando a vigorar o regime departamental. A escolha das fontes se ampara na concepção de que não há distanciamento entre os enunciados dos periódicos e os lugares que são produzidos. Ao contrário, a manchete é elaborada em contextos marcados por questões que são atravessadas pelos lugares de produção. Pêuchex (1997) aponta que os sentidos das manchetes não ganham visibilidade de forma independente. Os títulos são construídos em função de escolhas ideológicas que estão presentes no processo sócio-histórico de elaboração das manchetes. Esse processo pode ser sido feito por uma orientação consciente ou involuntária, mas são permeados por questões que têm relação com o tempo e o lugar que foram construídos (PÊUCHEX apud MARTINS; MOURA, 2016). Diante dessas análises foi verificado que o impresso mostrava um distanciamento em relação à apresentação das manchetes. Sabendo-se, entretanto, que não há neutralidade no âmbito das escolhas jornalísticas, consideramos que o distanciamento forjado pelo impresso mostrava insignificância em relação à notícia. Os enunciados indicam a irrelevância da mudança na legislação educacional na grande imprensa. O estudo pretende contribuir com as análises sobre a Reforma Universitária, que trouxe modificações no âmbito do Ensino Superior no Brasil, nos anos finais da década de 1960.

Palavras-chave: Reforma Universitária; manchetes de jornais; Jornal do Brasil

O que os impressos contam sobre a instrução primária nos colégios para meninas da cidade de São Paulo? (1849 a 1855)

ROSANA CARLA DE OLIVEIRA

Este estudo trata-se das propostas de instrução primária dos colégios para meninas da cidade de São Paulo nos meados do século XIX. A Lei Imperial de 15 de outubro de 1827, foi a primeira lei sobre instrução primária, mandando criar escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império. Tinha como função o oferecimento do ensino elementar da leitura, escrita e operações fundamentais. Grande parte dessas escolas funcionavam de forma precária na casa do professor, ou ainda, em conventos e seminários. Além dessas escolas, havia os colégios particulares que ofertavam um ensino mais sofisticado, com diferenciação de programa para meninos e meninas. Os impressos eram utilizados como uma das formas de divulgação desse ensino, considerado de excelência para a época. As propagandas impressas, dos colégios particulares para meninas, apresentavam as características das professoras como sua formação, sua origem, informações da sua família e da sua moral. Também, apresentavam especificações das características do prédio escolar, as matérias que seriam ensinadas como primeiras letras, aulas complementares, valores das mensalidades para o regime interno e externo e, por fim, o enxoval que cada menina deveria carregar ao ser admitida nos colégios. Este estudo tem como objetivo apresentar as representações para a instrução primária das meninas das classes mais abastadas da cidade de São Paulo, nos meados do século XIX. Para tanto, serão utilizadas como fontes: impresso de propaganda do Colégio de Meninas Madame Masson, de 1850; impresso de propaganda do Colégio Francês de Meninas, de 1851; Mapa das Alunas do Colégio de Meninas Madame Masson, de 1850 e Mapa de Relação das Alunas do Colégio Francês de Meninas, de 29 de abril de 1851. Como procedimentos metodológicos de análise foram utilizados os referenciais de Heywood (2004) que aponta a infância como construção social considerando as classes sociais, gênero e etnia; e os referenciais de Chartier (1995, 1996) e Biccas (2006) que apontam o texto como a representação, parte de um produto histórico e cultural que pode apontar as práticas e saberes escolarizados, que são apropriadas de diferentes maneiras pelos sujeitos, dada as competências e expectativas sobre o texto. Como conclusões preliminares, são apontadas que a educação oferecida atendia os anseios de uma classe mais abastada que buscava educar as meninas com conhecimentos além dos elementares que eram pautados nas artes, literatura, moral cristã e bons modos.

Palavras-chave: instrução primária; Colégio para meninas; São Paulo oitocentista

Uma “Nova Repartição Cultural” para uma história do curso de Pedagogia da Faculdade de Filosofia e Ciências – FFC – Unesp/ Câmpus de Marília (2006 a 2023)

ROSANE MICHELLI DE CASTRO, JULIANA BARBOSA PIRES

Comunicamos resultados preliminares da pesquisa intitulada “Uma história do curso de Pedagogia da Faculdade de Filosofia e Ciências – FFC – UNESP/Câmpus de Marília (2006 a 2023): uma repartição cultural”. Trata-se de pesquisa histórica, centralmente em História das Instituições educativas, em desenvolvimento junto ao programa e projeto integrado de pesquisa “A história da Didática em instituições de formação de professores no Brasil – 1827-2011”. Desde 1963, até os dias atuais, elementos do curso de Pedagogia em foco sofreram alterações quanto à ementa de suas disciplinas, aos seus objetivos, às cargas horárias e às bibliografias utilizadas nessas disciplinas, determinadas pelos objetivos traçados pelos sujeitos da instituição e os saberes para a formação de professores produzidos no campo, nos vários períodos, sobretudo a partir ou em decorrência das prescrições oficiais para a reestruturação desse curso no Brasil. Portanto, as disciplinas acompanharam o movimento posto nas diretrizes que então se materializaram nos Projetos Pedagógicos que foram elaborados, em períodos distintos. Diante do exposto, surgiram os seguintes questionamentos: após 2006, ou seja, após a extinção das habilitações e a vigência das novas Diretrizes Curriculares para o Curso de Pedagogia, as quais se encontram vigentes até os dias atuais, quais saberes e prescrições oficiais foram norteando as discussões sobre o currículo do curso de Pedagogia? Quais os desdobramentos dessas discussões, materializadas nos e por meio dos vários documentos, produzidos pelos professores e no próprio curso, documentos esses orientadores e normatizadores do curso? A hipótese norteadora das nossas investigações é a de que a resposta aos questionamentos mencionados contribuirá para uma história sobre o desenvolvimento desse curso, desde 2011, capaz de ofertar contribuições para o enfrentamento dos desafios teóricos, metodológicos, políticos, sociais e culturais dos nossos cursos de Pedagogia no Brasil, os quais, historicamente, permanecem em aberto. Na perspectiva de De Certeau (1995), de que tudo se inicia mediante o trabalho de elaboração de uma “nova repartição cultural”, ou seja, mediante a seleção, reunião, sistematização de documentos, visando ao alcance dos objetivos do historiador, foram reunidos, até o momento, documentos que integraram o corpus da investigação, que são os programas das disciplinas do curso em questão, os documentos de reestruturação do curso, os Projetos Políticos Pedagógicos do curso de Pedagogia, nesse período do recorte temporal da pesquisa e demais documentos que foram produzidos no âmbito do conselho de curso, referentes a esses processos vivenciados pelo curso de Pedagogia. Concluiu-se, preliminarmente, que se trata de uma grande quantidade de documentos produzidos pela instituição, indicando a busca de um diálogo/enfrentamento, diante prescrições oficiais emanadas para a regulação, estruturação e funcionamento do curso Pedagogia em foco.

Palavras-chave: história das instituições educativas; curso de Pedagogia; diálogos/enfrentamentos

Ideias sobre raça pelas páginas dos jornais da imprensa negra paulista (1920-1940)

ROSANGELA QUEIROZ

O presente texto discutirá as ideias sobre raça presente aos artigos dos jornais da imprensa negra paulista, especialmente nos jornais “A Voz raça” e o “Clarim da Alvorada”. A imprensa negra é tomada neste texto como objeto fértil na constituição de uma nova imagem do negro, nas primeiras décadas do século XX. A imprensa negra apresenta, ainda, outra intencionalidade: sua relação com um modelo de integração à sociedade brasileira que gerava uma dita modernidade negra. Diferentemente dos intelectuais brancos que buscavam seu traço de modernidade e pertencimento nacional em diálogos com a experiência europeia e norte-americana, os intelectuais negros, idealizadores da imprensa negra, mantinham um diálogo com a imprensa local, valorizando, por exemplo, grandes nomes do meio negro (movimento abolicionista) do passado e do momento da produção. O jornal “O Clarim da Alvorada”, inaugura uma segunda fase (1924-1937) de debates promovidos pela imprensa negra, na qual a produção “jornalística atinge o seu ápice, sem palavras atenuantes, de forma direta e objetiva” (FERRARA, 1986). Procura fortalecer a união da população negra para a reivindicação de seus direitos de participação na sociedade brasileira. Fundado por José Correia Leite e Jaime Aguiar em 6 de janeiro de 1924, foi um dos jornais que mais se destacaram em São Paulo, marcando a história da imprensa negra. Nascido para ser um jornal literário, tornou-se estratégia de luta contra a situação do negro na sociedade brasileira (CUTI, 2007). No jornal “A Voz da Raça” (1933), o grupo negro desperta para o sentimento patriótico, segundo o qual seria possível compreender seu valor. O periódico foi publicado, pela primeira vez, em 18 de março de 1933 e anunciava como seu principal objetivo, naquele contexto histórico, a ascensão social dos negros com metas definidas pela instituição a qual pertenciam, a Frente Negra Brasileira: estímulo ao trabalho e ao progresso negro na sociedade brasileira. A análise dos artigos que apresentavam em seu título a palavra raça nos permitiu perceber, primeiro, o esforço de editores e colaboradores dos jornais em definir para seus leitores a importância da raça negra ao longo da constituição da História do Brasil, trazendo a tona uma narrativa pregressa ao período da escravidão, buscando esclarecimentos da organização da raça, ainda, na África. Segundo que, a conscientização da população negra, enquanto tal, do ponto de vista étnico, estaria atrelada a uma perspectiva de união, de associativismo, para o qual se destinava, por exemplo, a Frente Negra Brasileira, entidade e, posteriormente, partido político e responsável pela publicação do jornal “A Voz da Raça”.

Palavras-chave: imprensa negra paulista; conceito de raça; escolarização da população negra

Os diferentes conteúdos da disciplina de Educação Moral e Cívica na educação paulista de 1857 a 1970

ROSEMARY TRABOLD NICACIO, RAQUEL LAZZARI LEITE BARBOSA

Ao longo da vida as pessoas recebem uma educação que contribui para sua formação e, uma parcela desse percurso educacional ocorre nas instituições escolares por meio de um currículo oficial. Segundo Silva (2016) um currículo é uma seleção de conhecimentos e saberes feita a partir de um universo maior. Dessa forma, ao observar que a disciplina de Educação Moral e Cívica compõe os currículos escolares desde o tempo do Império, levantamos como questão para investigação se, na disciplina de Educação Moral e Cívica a seleção de saberes e conteúdos foi sempre feita da mesma forma e se teriam o mesmo sentido ao longo de toda história da educação. Esta pesquisa teve como objetivos identificar como a disciplina foi apresentada na legislação oficial do estado de São Paulo; analisar o contexto em que a legislação consultada foi publicada e relacionar essa legislação a outros documentos, como os relatórios oficiais de Instrução Pública, revistas de educação da época estudada, entre outros. Tomando como recorte a educação pública paulista até a década de 1970, realizamos uma pesquisa documental por meio da legislação oficial e alguns documentos e publicações do Arquivo Público do Estado de São Paulo, que mantém um vasto acervo de periódicos e revistas digitalizados que compõem a História da Educação do Estado entre os séculos XIX e XX, bem como toda legislação que se encontra no Diário Oficial do Estado e, também, está digitalizado desde 1891. Os dados levantados nos possibilitaram uma análise qualitativa a partir de dos conceitos de currículo e de poder simbólico. Nos conceitos de currículo foram referenciais consultados: Arroyo (2013); Sacristán (2013); Silva (2016); Apple (2017) e Duarte (2021) por meio dos quais foi possível reconhecer aspectos como a ideologia que permeia os currículos oficiais, assim como o papel atribuído à educação na formação da sociedade de cada época. Buscamos em Bourdieu (1989) o conceito de poder simbólico como referencial que fundamentou nossas análises. Os resultados revelaram que a disciplina de Educação Moral e Cívica foi se compondo a partir de diferentes conteúdos que refletiam as ideologias de cada momento sendo, no período imperial associada à moral cristã devido à forte influência religiosa, já no início da República a preocupação era com a formação do cidadão republicano e, por fim, no período militar essa formação apoiava-se, principalmente, na ideia desenvolvimentista e na segurança nacional. Diante desses resultados concluímos que há uma estreita relação entre a conjuntura política e a formação da sociedade, uma vez que os conceitos de moral foram se modificando em cada período da história e, dessa forma, entendemos que o currículo, como construção histórica, se dá sob determinadas condições, envolve práticas de controle e, em especial, a disciplina de Educação Moral e Cívica, foi sempre, em que pese as diferenças das épocas, um instrumento para dominação e doutrinação.

Palavras-chave: Educação Moral e Cívica; História da Educação; currículo

O Instituto de Educação Rui Barbosa e seu acervo: primeiras aproximações de um lugar de memória da formação docente em Sergipe

ROSEMEIRE MARCEDO COSTA, JOÃO PAULO GAMA OLIVEIRA, NADJA SANTOS BONIFÁCIO

O Regulamento Orgânico da Instrução Pública da Província de Sergipe, publicado em 24 de outubro de 1870 decretava em seu art. 16, a criação do Curso Normal, instalado no Atheneu Sergipense, instituição oficial de ensino secundário da Província de Sergipe. Com a finalidade de preparar os professores de primeiras letras, o Curso Normal coexistiu com o Curso de Humanidades do Atheneu Sergipense por um curto período histórico. Com duração de dois anos, o Curso Normal iniciou suas atividades no ano de 1871, apresentando uma matrícula de quatro alunos: Cypriano Pinheiro, Terêncio Gonzaga, Antônio Teixeira Fontes e Antônio Ribeiro. O Curso Normal agregado ao Atheneu Sergipense ou não, prosseguiu com inconstâncias até o governo do Monsenhor Olímpio Campos que restaurou a Escola Normal no ano de 1901, objetivando proporcionar estudos teóricos e práticos indispensáveis à profissionalização dos futuros docentes primários. A escola normal feminina iniciou seu funcionamento em 1877, no prédio do Asilo Nossa Senhora da Pureza, local que permaneceu até o ano de 1911, passando em seguida a funcionar em um suntuoso prédio localizado na Praça Olímpio Campos, região central de Aracaju/SE. Já no ano de 1947, a Escola Normal passou a denominar-se: Instituto de Educação Rui Barbosa (IERB) com mudanças nas suas funções em detrimento do Decreto-Lei 8.560, de 02/01/1946. Em 1957, mudou-se para uma nova sede, à Rua de Laranjeiras, distante do centro da cidade, local onde permanece atualmente. Com diferentes denominações e finalidades a instituição formou gerações de professoras sergipanas, deixando de ofertar tal modalidade de ensino tendo em vista a legislação educacional nacional de 2014. Objetivamos nessa comunicação, expor as primeiras investidas na organização do acervo do IERB, com o intuito de salvaguardar o patrimônio histórico escolar dessa centenária instituição educacional de formação docente. O acervo inclui a documentação administrativa e pedagógica, assim como sua cultura material escolar (móveis, troféus, quadros e outras ainda a serem descobertos), localizado em duas salas amplas, com urgente necessidade de organização dentro dos princípios da arquivística, construção de inventários e digitalização, visando sua disponibilização de maneira física e virtual. Para a realização do trabalho dialogamos com pesquisadores, como: Agustín Escolano Benito, Carmen Rodríguez Gerrero, Pablo Álvarez Dominguez, Antonio Viñao Frago na Espanha; Maria João Mogarro e Margarida Felgueiras em Portugal; André Luiz Paulilo, Diana Vidal, Iomar Zaia, Maria Cristina Menezes, Maria Teresa Cunha e Rosa Fátima de Souza no Brasil. Estudiosos que discutem sobre arquivos escolares, cultura material escolar, memória educativa, patrimônio histórico educativo, entre outros temas, que auxiliam na problematização e construção desse “lugar de memória” da formação docente em Sergipe.

Palavras-chave: Escola Normal; História da Educação em Sergipe; patrimônio histórico escolar

Laura Amazonas: as interfaces pedagógicas de uma odontóloga educadora (século XX)

ROSEMEIRE SIQUEIRA DE SANTANA, JOSINEIDE SIQUEIRA DE SANTANA

O objetivo deste estudo é investigar e dialogar acerca da figura da Doutora Laura Amazonas, seu aporte em diversos setores da sociedade sergipana, de modo especial, suas práticas na área da educação e saúde, assim como, na luta por melhores condições de educação para as mulheres. Nascida em Aracaju, em 1884, a Doutora Laura Amazonas foi uma das primeiras mulheres a obter a formação superior e a primeira odontóloga sergipana. Entusiasta da educação, esteve à frente da construção de escolas de confissão espírita no estado de Sergipe, doando, inclusive, um terreno para a edificação do Complexo Educativo Casa do Pequenino. Também promoveu cuidados profiláticos de saúde a crianças e adolescentes acolhidos na instituição e contribuiu na educação dos assistidos, ministrando aulas na Escola Espírita Lindolfo de Campos. O estudo realizado fez uso dos fundamentos teóricos-metodológicos da História Cultural e da Sociologia da Educação. Autores como Vidal (2005), Freitas (2003, 2004), Bourdieu (2005) e Perrot (2005, 2007) embasaram a investigação, lançando luz, dentre outras questões, à vida feminina e a educação no início do século XX. As fontes aplicadas a essa pesquisa foram: entrevistas, regulamentos, periódicos da época, fotografias, livros estudantis e sites especializados, por meio das quais tivemos acesso às memórias e contributos da Doutora Laura Amazonas. Ao dialogar com as fontes, buscamos conhecer as práticas pedagógicas por ela adotadas. Como resultado da investigação ficou evidenciado que, embora atuasse na educação não-formal, esmerava-se em lecionar conteúdos que levassem os educandos à reflexão acerca respeito ao próximo, principalmente, no tocante à pontualidade, por isso, elaborou um livro intitulado “Uma linda história”, baseado na obra de Eliseu Rigonatti “52 lições do Catecismo Espírita”, cujo objetivo seria conhecer o ser humano em sua integralidade, assim como, pelos cuidados com a higiene, levando-se em consideração que no tempo histórico vivido pela Doutora Laura Amazonas, uma criança para ser considerada normal, deveria ser saudável, e essa era uma preocupação não apenas de médicos, mas dos pais e educadores. Suas práticas educativas se consolidaram por meio das atividades de leitura e interpretação de texto, dramatização com temáticas religiosas e criação de fábulas. Para ela, o importante era contar com a variedade de elementos educativos que ajudassem as crianças na compreensão dos conteúdos apresentados. Embora, desempenhasse a chamada educação não escolarizada, ao se dedicar a essa forma educacional, a Doutora Laura Amazonas contribuiu de forma efetiva na formação de crianças e jovens abrigados em instituições educacionais espíritas dedicadas aos desvalidos. Desse modo, conhecer suas práticas educativas é de grande importância para o estudo da História da Educação em Sergipe e no Brasil.

Palavras-chave: educação não-formal; Doutora Laura Amazonas; práticas pedagógicas.

Feminização do magistério brasileiro: percurso histórico e representação da profissão docente

ROSEMEIRY ASSUNÇÃO ALVES ZOZIAS LIMA, JORGE LUÍS MAZZEO MARIANO

O presente estudo objetiva realizar uma breve análise do contexto histórico para compreender o processo de feminização do magistério primário brasileiro, entre os séculos XIX e XX, destacando como ocorreu a inserção das mulheres na educação, as implicações das representações estabelecidas acerca do feminino na formação de professoras e no exercício docente. O procedimento metodológico foi desenvolvido através de pesquisa bibliográfica exploratória de caráter qualitativo fundamentado essencialmente nas reflexões de Pierre Bourdieu, Roger Chartier, Guacira Lopes Louro e Jane Soares de Almeida. A análise da feminização do magistério deve examinar a gênese do processo no qual as mulheres ingressam nas instituições destinadas a formar docentes: as Escolas Normais. Inauguradas no período imperial, foi somente a partir da República que sua institucionalização apareceu de forma mais consolidada e vinculada à necessidade de instrução e preparação de professores/as a fim de atender à disseminação do ensino primário. Num cenário de desenvolvimento industrial e processo de crescimento da população urbana, os homens se deslocaram para os novos cargos existentes, e as mulheres conquistam espaço na profissão docente. Neste sentido, houve um esforço para alterar as representações a respeito das mulheres, de “intelectualmente incapazes” para “educadoras responsáveis pelo futuro do país”. Assim, atributos teoricamente tidos como femininos passaram a ser exigências para o exercício do magistério: a serenidade, a meiguice, a delicadeza, a submissão, a doação. É possível asseverar que ocupação de um mercado de trabalho emergente representou uma realização social, contudo, as mulheres, especialmente as professoras, foram historicamente mais definidas, ao invés de se definirem, de serem ouvidas sobre suas próprias qualidades e características. As representações de gênero dominantes na nossa cultura ainda prevalecem na prática e no discurso, indicando a iminência em desconstruir a ideia do determinismo biológico, a concepção da polarização na qual o homem tem que ser oposto à mulher e vice-versa. O que significa considerar as diferenças como indispensáveis para a estruturação da vida social e compreender que as diversidades entre os indivíduos não são capazes de instituir relações de superioridade e inferioridade. Mesmo que seja predominante o número de mulheres na educação básica, ainda existem alguns entraves a serem superados para a conquista da igualdade de gênero, especialmente a diferença salarial, a carga horária de trabalho, dentre outros. Não obstante, o cenário dessa ocupação feminina no magistério mostra-se, ainda hoje, como uma boa possibilidade de trabalho para as mulheres, e, por conseguinte, espaço de luta e emancipação social.

Palavras-chave: Escola Normal; representação; feminização do magistério

A Fatec Ourinhos e o ensino da Matemática: 30 anos de história e de memórias entre o mundo do trabalho e a educação profissional

ROSEMEIRY PRADO, ELAINE PASQUALINI, EUNICE CORREA SANCHES BELLOTI

O objetivo deste trabalho é o de apresentar uma versão histórica sobre as Faculdades de Tecnologia do estado de São Paulo, mais precisamente, a da Fatec Ourinhos. Para traçarmos a trama que a conduzirá, revisitaremos não somente a década de 1990, época de sua criação, mas também caminharemos nas cercanias dos anos de 1970 e 1980, momentos marcados por discussões no interior das universidades sobre o excesso teórico e a duração dos cursos de graduação que afastavam os jovens do mercado de trabalho. Tais tendências iam de encontro a um país mergulhado num momento intenso de grandes investimentos e, especialmente o estado de São Paulo que, com o seu parque industrial, demandava pessoal qualificado para atuar na indústria. A urgência da formação superior diferenciada das demais existentes, como a do bacharelado e a das licenciaturas, fez emergir os cursos de tecnologia. Destarte, em 1969, em meio as turbulências da Ditadura Militar que facilitou a intervenção e o controle policial em várias universidades (OLIVEIRA, 2013), surgiram os cursos tecnológicos, de nível superior, com duração de dois ou três anos. Uma autarquia para articular e desenvolver a formação de tecnólogos foi criada e recebeu, em princípio, o nome de Centro Estadual de Educação Tecnológica de São Paulo (CEET) (MOTOYAMA, 1995). O CEET iniciou suas atividades em 19 de maio de 1970 e, em 20 de maio de 1970, criou-se a Faculdade de Tecnologia de Sorocaba. Em 1973, a capital ganhou a Fatec São Paulo, localizada no antigo prédio da Escola Politécnica da USP. Com o passar dos anos, criaram-se outras faculdades vinculadas ao então Centro Paula Souza (CPS) e, dentre elas, a Fatec Ourinhos que, na década de 1990 surgiu como extensão de campus da Fatec São Paulo. Dentre as disciplinas presentes desde o início dos cursos, a Matemática assumiu um papel de ferramenta para a formação de seus tecnólogos. Mas, quem eram os professores que atuavam no ensino da disciplina? Quais metodologias adotavam em suas aulas? Quais práticas utilizaram para o ensino dos conteúdos que perpassavam pela Matemática? Para responder essas e outras indagações, esta pesquisa foi apoiada na metodologia da História Oral e, como num trabalho de arqueólogo que procura indícios para poder definitivamente mergulhar em seus estudos, cada entrevista uma das oito entrevistas realizadas com professores de Matemática da Fatec Ourinhos e a de São Paulo, permitiu-nos transformar seus depoimentos orais em resultados que agora são fontes de pesquisas. Logo, o recorte temporal pelo qual transitamos neste nosso trabalho (1970 a 1990) privilegia alguns aspectos que podem trazer elementos para uma breve história da instituição aqui pesquisada.

Palavras-chave: ensino tecnológico; história oral; professores de Matemática

Bibliotecas pedagógicas e inovação do ensino no Espírito Santo nas décadas de 1920 e 1930

ROSIANNY CAMPOS BERTO, RAFAELLE FLAIMAN LAUFF, REGINA HELENA SIMÕES

Analisa continuidades e descontinuidades que envolveram a implementação de bibliotecas pedagógicas como fatores de inovação educacional no Espírito Santo, entre os anos 1928 e 1937, no processo que envolveu a reformulação do ensino, entre a reforma Vivacqua (1928-193) e o período após a “Revolução de 1930”. No primeiro momento, entre 1928 e 1930, focalizou-se a reforma da Instrução realizada por Attilio Vivacqua, com base nos pressupostos da escola ativa e, no segundo, procurava-se imprimir marcas de políticas intervencionistas no campo da Educação. Nos dois casos, as inovações implementadas compreenderam utilização do rádio, do cinema, do jornal estudantil e das bibliotecas como fatores de inovação pedagógica. Para analisar o modo como as bibliotecas foram pensadas e materializadas nesse período, o estudo toma como fontes relatórios da Secretaria de Instrução, artigos publicados na imprensa local e nacional, mensagens de governo e relatórios de inspeção escolar, analisadas a partir de seu entrecruzamento e na relação com os contextos de produção (GINZBURG, 2002). Consideradas como elementos de inovação pedagógica que deveriam atingir a todas as escolas do Estado, as bibliotecas – escolares ou destinadas à formação de professores – compuseram, nos dois momentos, o Serviço de Extensão e Cooperação Cultural (SCEC), criado em 1930 como órgão destinado à irradiação da cultura, pela via da educação. Entre as iniciativas destacaram-se, durante a implementação da escola ativa capixaba, as chamadas “bibliotecas rotativas” ou “bibliotecas circulantes”, criadas em finais dos anos 1920 com o propósito de difundir na área rural e nas localidades urbanas do interior, obras que fossem úteis e despertassem, na população, o gosto pela leitura (ESPÍRITO SANTO, 1929). Essas bibliotecas eram constituídas de coleções de livros e revistas, remetidos pela Secretaria da Instrução às escolas públicas situadas no interior do estado, de modo a serem acessados por estudantes, mas também pelos habitantes locais, por meio do empréstimo de livros. Organizavam-se, inicialmente, em oito caixas contendo, no máximo, 16 volumes, que deveriam circular entre três e doze municípios, compondo um total de 126 obras, muitas das quais doadas. Com as mudanças observadas após 1930, o SCEC passou a ser gerenciado por Claudionor Ribeiro, que coordenou uma rede de leituras oficiais destinadas à formação de professores no Espírito Santo. Com essa finalidade, em 1936, foram inauguradas mais cinco bibliotecas circulantes, cada uma disponibilizando 15 volumes. De forma complementar e com o foco na formação docente, criou-se, ainda, a Biblioteca Irradiante, com endereço fixo em Vitória e aberta ao público, com um acervo de quatrocentos e oitenta volumes. Em linhas gerais, conclui-se que, as iniciativas tomadas após 1930 procuravam “adaptar” inovações propostas no contexto da Reforma Vivacqua às novas diretrizes para a educação capixaba, assumindo-as, porém, como iniciativas próprias.

Palavras-chave: bibliotecas pedagógicas; inovação do ensino; Espírito Santo

As visualidades presentes nas prescrições para o ensino do Desenho do natural em manuais destinados ao curso ginásial, No Brasil (1941-1959)

ROSSANO SILVA, ADRIANA VAZ

O ensino de Desenho e suas visualidades é a discussão central nesta investigação, para tanto questiona-se: Quais as modalidades de desenho são prescritas em uma parcela dos materiais didáticos em circulação nas décadas de 1940 e 1950 no contexto brasileiro? Parte-se do pressuposto que uma parcela dos materiais analisados adota conteúdos que seguem três modalidades de desenho: imitativo (do natural), linear ou geométrico e decorativo. Questiona-se também quais imagens são prescritas para o ensino do desenho do natural nas obras estudadas? Em termos teóricos esse estudo se apoia nas contribuições de Benito (2012), Munakata (2012), Viñao-Frago (2012), sobre a relação entre os estudos de manuais didáticos e a história das disciplinas. Nesse sentido entende-se que ao analisar os livros didáticos, em certo grau, nos permite traçar um panorama sobre as disciplinas escolares, pelo menos em seus aspectos prescritivos. Outro aporte teórico importante são os estudos relacionados a imagem e visualidades, nesse sentido utilizado se baseia no conceito de retórica ilustrativa de Benito (2012) e das relações entre visão e visualidade de Foster (1988), bem como de cultura visual de Hernández (2000). As fontes utilizadas na pesquisa são as prescrições legais e normativas de leis e pareceres, além de cinco livros didáticos publicados entre as décadas de 1940 e 1950 no Brasil, dos seguintes autores: Lamartine Oberg (1953), Amadeu Sperândio e Rigoletto Mattei (1954), Benjamin de A. Carvalho (1957), F. Nerêo de Sampaio (194-). Metodologicamente, a investigação é organizada em duas partes: 1) Representatividade das modalidades de desenho e suas prescrições para o ginásial, a partir das categorias: linear a mão livre, geométrico, decorativo ou de ornatos, de letras e algarismos, e do natural; 2) Desenho do natural e suas visualidades. Como resultados evidenciou-se que o espaço ocupado pela modalidade de desenho do natural nas obras investigadas, apesar de ter um lugar de relevância, é superada pela modalidade de desenho linear ou geométrico. E na totalidade das obras as referências feitas a geometria espacial e projetiva são estratégias discursivas e imagéticas presentes nas prescrições do desenho do natural. Nas imagens trazidas nas obras o caráter construtivo a partir da geometria é outro ponto a ser destacado, as referências a representação tridimensional de sólidos poliédricos e redondos ocupam a maior parte das imagens elencadas. Além da opção por objetos do cotidiano de natureza industrial, que refletem os objetivos traçados na concepção de desenho que figura no início da escola republicana, voltadas a formação para o trabalho. Tais constatações permitem afirmar que o desenho do natural nos livros didáticos se constitui de certa forma como uma continuidade dos estudos do desenho linear fortemente marcados pela geometria e que há uma permanência da visão estética do desenho em seus aspectos voltados ao mundo do trabalho e a modernização industrial.

Palavras-chave: manuais escolares; ensino de desenho; história das disciplinas

Tempos de exílio: o percurso de Paulo Freire durante a ditadura militar

ROSYLANE DORIS DE VASCONCELOS

Este artigo trata da temática do percurso de formação e da produção intelectual do educador pernambucano e Patrono da Educação Brasileira, Paulo Freire, durante o período da ditadura militar brasileira, no qual esteve exilado em vários países, com ampla produção e atuação da área educacional. O objetivo geral da investigação foi elevar o conhecimento e a divulgação sobre a formação, produção intelectual e atuação de Paulo Freire durante o período em que esteve exilado do Brasil, quando da ditadura militar, especialmente por ocasião em que se comemoram, em 2021, os cem anos do nascimento do educador e, ao mesmo tempo, contraditoriamente, desencadeia-se no país uma onda de perseguição e difamação de seu pensamento e legado. Como objetivos específicos da pesquisa, foram destacados: a realização de levantamento multibiográfico sobre o educador Paulo Freire; a releitura de dezenas de obras de sua autoria ou coautoria; os relatos de outros educadores e intelectuais que conviveram e trabalharam com Paulo Freire; a síntese de seu legado internacional. No que diz respeito aos referenciais teóricos e metodológicos, a pesquisa fundou-se no método dialético, numa perspectiva de história global, aplicados numa pesquisa bibliográfica de caráter qualitativo. Como fontes de pesquisa, foram analisadas todas as obras produzidas por Paulo Freire ou em colaboração com outros autores durante o período foco do estudo, assim como biografias e estudos empreendidos sobre o educador pernambucano. O período foco do estudo vai do ano de 1964, data do golpe militar, até 1980, um ano após a “anistia”, quando ocorre o retorno de Paulo Freire ao Brasil. A investigação permitiu o conhecimento e divulgação do trabalho desenvolvido por Paulo Freire durante o exílio, seu percurso formativo e sua produção intelectual, com produções na Bolívia, Chile, Estados Unidos, Suíça, Guiné Bissau, Cabo Verde e Angola entre outros, tendo contribuído com a produção e a reflexão educacional em todo o mundo, o que lhe tornou uma referência mundial na área de educação, sendo até hoje o brasileiro com maior reconhecimento internacional e com uma contribuição para a emancipação humana sem precedentes na história. Outrossim, a pesquisa procurou elencar e discutir as principais categorias da teoria social desenvolvida por Paulo Freire, em diálogo com o contexto no qual o autor desenvolveu seu pensamento a respeito do conhecimento e da humanidade. O estudo demonstra que sua obra é fundamental para as reflexões sobre a educação no século XX e XXI.

Palavras-chave: Paulo Freire; pedagogia libertadora; ditadura militar

Trajетória de formação e prática docente nas memórias de professoras do Sertão Paraibano (1970 a 1980)

ROZILENE LOPES DE SOUSA

A História da Educação brasileira tem sido alvo de pesquisas, sob os mais diversos ângulos, que cuidam de analisar problemas e perspectivas diretamente ligados à estruturação e consolidação do sistema educacional brasileiro. Sob este prisma, o presente trabalho tem como objetivo geral, compreender o desenvolvimento da profissão docente por meio de histórias e memórias de professora que atuaram na docência no ensino primário, em escolas do Alto Sertão Paraibano, entre as décadas de 1970 e 1980. Especificamente, objetiva-se delinear aspectos históricos e teóricos da formação de professores no Brasil no século XX; Caracterizar a trajetória de formação de professores do Sertão paraibano, que atuaram na docência entre os anos 70 e 80 do século XX, evidenciar a importância do Colégio Nossa Senhora de Lourdes (Cajazeiras – PB) e Colégio Nossa Senhora Auxiliadora (Sousa – PB) para a formação de professores do Sertão Paraibano. O presente estudo vale-se, portanto, da perspectiva documental e das memórias de expressão oral baseada nos fundamentos de Meiry & Seawright (2020), sobre Memórias e Narrativas, especialmente, de memórias de expressão oral de professoras formadas pelo Curso de Magistério do Colégio Nossa Senhora de Lourdes, na cidade de Cajazeiras – PB e do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, na cidade de Sousa – PB, além de investigar o campo da História Cultural tendo como suporte Carthier (1990) para entendermos as representações sociais dos sujeitos, especificamente, da história da profissionalização docente entre as décadas de 70 e 80 do século XX. Como recorte para o local e sujeitos da pesquisa, elegemos as professoras formadas pelo Curso de Magistério do Colégio Nossa Senhora de Lourdes, na cidade de Cajazeiras – PB e do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, na cidade de Sousa – PB. A demarcação do recorte histórico, compreendido entre as décadas de 70 e 80 do século XX, justifica-se por se constituir num período de efervescência de criação e implantação de escolas públicas no Sertão paraibano e, por conseguinte, pela consolidação e busca maior da profissionalização docente. O corpus da pesquisa é constituído por entrevistas gravadas com professoras formadas em Escolas Normais do Alto Sertão Paraibano, que atuaram na docência entre as décadas de 1970 a 1980. Entende-se, pela presente investigação, que o estudo contribuirá para a caracterização, discussão das concepções de Educação e Sociedade e da relação destas sobre a constituição da profissionalização docente, a partir da escuta, escrita e análise de histórias orais temáticas das professoras colaboradoras.

Palavras-chave: História da Educação brasileira; profissionalização docente; escolas normais. Sertão Paraibano

0 momento de inserção do coordenador pedagógico na organização do trabalho didático

RUBENS BATISTA DA ROCHA BATISTA DA ROCHA, ANDRÊSSA GOMES DE REZENDE ALVES

Este artigo tem o objetivo de buscar, na história, as origens da coordenação pedagógica e sua inserção na organização do trabalho didático no interior da escola pública contemporânea, a luz do amparo legal que determinou a função de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 5692/1971 e a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional n. 9.394/1996. Para compreender a função do profissional da gestão escolar pedagógica ao longo da história elegeu-se o 1º objetivo específico a fim de entender as origens históricas da “organização do trabalho didático”, sendo assim fundamentou-se nos estudos investigativos de Gilberto Luiz Alves (2005, 2006, 2012) sobre o momento histórico em que se forjou a “organização do trabalho didático” entendida como matriz teórica, fundada na categoria trabalho de Marx & Engels (1986), Luckács (1968, 1974) e Comenio (1986) e documentais como Didáque (2003), o autor de tal matriz teórica concebeu as categorias analíticas que fornecem as bases para compreender a educação escolar em diferentes momentos históricos, a saber: a relação educativa que esclarece que a educação sempre ocorreu em um espaço ou instalações físicas, com o uso de instrumentos didáticos/pedagógicos e, para mediar à relação educativa, o preceptor, profissional que fez a transmissão do conhecimento aos estudantes, outra categoria importante é o trabalho didático que permite compreender as orientações e resoluções sobre educação e ensino em diferentes realidades temporais, que fundamenta o trabalho na escola pública moderna. O 2º objetivo foi entender a coordenação pedagógica no contexto da educação, tendo como base a história da função e assim poder entender o que fundamenta o trabalho do profissional que atua na mediação das políticas públicas em educação na escola. O período analisado foi da década de 1970 à 1996, ano da publicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que definiu a função de coordenador pedagógico, prevendo a formação necessária para o exercício do cargo no locus de trabalho, ou seja, na escola de educação básica. Como metodologia utilizou-se uma revisão de literatura pertinente ao objeto de estudo e fundamentou-se na análise de obras e artigos científicos, que visaram entender a função de coordenador pedagógico na contemporaneidade. Como resultado observou-se que a função de coordenador pedagógico, historicamente, é relacionada a um caráter fiscalizador do trabalho docente no interior da instituição escolar. Tal origem remonta aos anos 1970, em contexto de ditadura militar e atrelada ao governo autoritário. E ainda, tendo como referencial teórico a organização do trabalho didático compreendeu-se que a escola em sua origem e também os diferentes especialistas que nela atuam tem como parâmetro a divisão técnica do trabalho.

Palavras-chave: organização do trabalho didático; tecnicismo; coordenador pedagógico

O currículo da Escola Profissional Ferroviária de Curitiba na década de 1940

RUDÁ MORAIS GANDIN , ALBONI MARISA DUDEQUE PIANOVSKI VIEIRA

Este artigo, apoiado nas ideias de Ginzburg, a respeito do paradigma indiciário, em que o historiador é chamado a investigar o passado com base em seus indícios, objetiva discutir o currículo da escola profissional ferroviária, localizada em Curitiba, na década de 1940, a partir da legislação destinada à formação dos trabalhadores que atuavam nas ferrovias. Para tanto, empreendeu-se uma pesquisa bibliográfica sobre o desenvolvimento das ferrovias e a situação política, cultural e social que marcavam o estado do Paraná, e uma análise documental acerca da legislação que estabelecia o regulamento dos cursos de formação e aperfeiçoamento ligados à estrada de ferro. Ao se debruçar sobre os indícios deixados pela legislação, tenta-se - com base na concepção de currículo de Apple e a partir da perspectiva de discuti-lo no âmbito da história com base em Goodson -, apresentar algumas reflexões sobre a formação dos estudantes que se cursaram a escola profissional ferroviária em Curitiba. Busca-se, também, compreender o currículo como artefato sócio-histórico-cultural, no sentido que lhe dão Tavano e Almeida. Convém apontar que o estabelecimento dessa escola, no município de Curitiba, se deu em função do projeto de urbanização e industrialização que se observava no país, levado a cabo pelo Estado Novo, instituído em decorrência da ascensão de Getúlio Vargas ao poder. Portanto, com o surgimento da Rede de Viação Paraná-Santa Catarina (RVVPS), estabelecida para melhorar a eficiência das ferrovias na região da capital paranaense, e cuja direção ficou a cargo do então Coronel Durival Britto e Silva, vê-se surgir, anexada à estrada de ferro, a Escola Profissional Ferroviária, que objetivava preparar os trabalhadores para atuarem em sua linha férrea. Concluiu-se que a Escola Profissional Ferroviária, também conhecida pelo nome de Escola Profissional Ferroviária “Coronel Durival Britto e Silva”, localizada no município de Curitiba, guardava um currículo voltado não só ao preparo dos trabalhadores e a quem desejasse ingressar como ferroviário, mas também um preparo dito “geral”, como forma de responder, prontamente, não só às demandas econômicas, mas também às demandas políticas e sociais que atravessavam o país na metade do século XX. Considerando o currículo como a escolha de uma pessoa ou grupo, depreende-se que o seu estabelecimento era convergente com a preocupação do Estado naquele período, de instaurar um “projeto de desenvolvimento”, o qual se observou ao analisar o currículo inscrito na legislação brasileira voltada à educação profissional.

Palavras-chave: História da Educação; educação profissional; currículo

“Janela para o mundo”? Representações de colonialidade nas Exposições Universais: um olhar a partir da cultura escolar

SAMANTA VANZ

O presente artigo parte da proposta de realizar um diálogo entre os pensamentos e teorias decoloniais e as Exposições Universais do final do século XIX e início do século XX, a partir da premissa das representações de colonialidade presentes nos vestígios dos catálogos das exposições e sua influência nos pensamentos educacionais e na materialidade da cultura escolar. A abordagem relaciona conceitos da História Cultural, como representação e apropriação, a partir de Pesavento (1997), Chartier (1990), e dos Pensamentos Decolônias e a ideia de centro e periferia do mundo, a partir de Dussel (1977) e Quijano (2005). O entendimento do contexto proposto parte da compreensão das estruturas que constituem as representações do período e que modelam a relação entre as práticas e discursos que ocorrem em nos contextos sociais. No sentido da História Cultural, a concepção da representação torna-se fundamental para a compreensão da configuração da sociedade: as exposições materializavam os interesses dos impérios, das indústrias e de um movimento moderno, trazendo representações de progresso, de produtividade, de disciplina do trabalho e do tempo útil, dos benefícios da técnica e da ciência. Para a tessitura entre os conceitos e os vestígios históricos, utiliza-se como metodologia a análise histórica documental, abordando como fontes dois catálogos das Exposições Universais, de 1900, em Paris, e de 1905, em Liège; o jornal brasileiro *Correio Mercantil*; representações gráficas do mobiliário escolar presente no livro de A. Riant (1874); o texto publicado de Rui Barbosa (1883) sobre a reforma do ensino primário brasileiro e publicidade de mobiliário escolar presente na revista paulistana *A Cigarra*. As primeiras edições destas exposições ocorreram em países europeus, permitindo olhar para concepções materiais e ideológicas estabelecidas nestes espaços: a ênfase ao pensamento educacional eurocêntrico, como um padrão a ser alcançado pelos demais países. Se há esta centralidade, há também a construção de um sistema internacional que é guiado pelos interesses deste centro. A proposta de uma aproximação entre os conceitos de colonialidade e a História Cultural proporcionaram uma breve reflexão a respeito das representações construídas por meio das Exposições Universais como uma vitrine para inspirar nações e demonstrar os avanços da sociedade. Nesse sentido, as Exposições Universais foram se adequando às mudanças sociais e epistemológicas que ocorreram durante o final do século XIX e início do século XX em todo o mundo, onde as representações dos objetos escolares, do espaço escolar e do método de ensino serviam como modelo para o desenvolvimento de escolarização para outras regiões, apresentados nestas exposições como exemplos de desenvolvimento e modernidade.

Palavras-chave: Exposições Universais; cultura escolar; colonialidade

As mulheres vão à escola aprender o quê? – dos cursos de refinamento estético à busca da educação emancipatória:(trans) formação da educação feminina ao longo do século XX

SAMARA MENDES ARAÚJO SILVA

Norteados pelos preceitos da História da Educação (partir da linha da História das Instituições Escolares: Savini, Lombardi, Gatti Júnior, Magalhães), e, balizada pelos fundamentos da História Cultural (concentrando nos estudos da História das Mulheres: Almeida & Soares, Matos, Del Priore), analisamos documentos preservados nos Colégios Confessionais Católicos dedicados exclusivamente à educação feminina durante sete décadas do século XX, livros didáticos existentes nos acervos das bibliotecas destas instituições escolares, e, Bibliotecas da UFPR, materiais estes utilizados na formação feminina. Somadas as fontes históricas primárias recolhidas nos Colégios Confessionais e Bibliotecas, juntamos fragmentos de memórias (Le Goff, Nora) de ex-alunas dos Colégios Savinianos (coletadas em entrevistas conforme os preceitos da História Oral: Alberti, Ferreira & Amado). Nas análises históricas centramos especial atenção aos Cursos de Formação do Magistério/Normal, estes cursos em grande medida, oportunizaram a profissionalização das mulheres no Brasil, e ingresso no mercado formal de trabalho para as mulheres das classes média e alta durante a primeira metade do século XX. Identificar e analisar a minúcias e sutilezas presentes nos currículos e conteúdos destinados e ensinados a mulheres no decorrer do século XX – quer seja durante a fase de estruturação do ensino formal voltado ao gênero feminino, quer seja no período de consolidação do ensino feminino no Brasil – ultrapassa a importância pedagógica de empreender análise comparativa entre currículos. Uma vez que nos Cursos de escolarização feminina, a formação iniciada, em fins do século XIX, se dava para além dos conteúdos curriculares “formais a ser ensinados” ao alunado deste gênero, a educação feminina não era circunscrita ao espaço de atuação profissional, seja quando estas escolares eram preparadas para docência ou para outras formações; até década de 1960 os conteúdos para a instrução feminina se estendiam ao âmbito do lar e deveriam preparar a “moça” para atuar neste lugar específico, porque, embora sendo “preparada para atuar nos espaços públicos, esperava-se que em determinado momento esta mulher retornasse ao espaço privado para assumir seus papéis principais: esposa e mãe”. A partir da metade da década de 1970, observamos mudanças nos conteúdos e currículos escolares destinados a formação feminina, expressos nos livros didáticos adotados nos cursos, na legislação educacional que, dentre outros dispositivos, passa a efetivar a coeducação nas escolas brasileiras. Empreender análises sobre a formação feminina no Brasil poderia evidenciar o óbvio: educação ao longo do século XX progressivamente passa de indicativo de pertencimento à determinada posição e status sociais a ser um dos principais instrumentais para emancipação da mulher. Outros aspectos se revelam na análise das fontes: distorções curriculares, possibilidades de construir papéis sociais diferenciados para mulheres escolarizadas, etc.

Palavras-chave: educação feminina; currículo; século XX

Os jornais “A Escola” como fonte para a escrita da História da Educação no Maranhão (1870-1930)

SAMUEL LUIS VELÁSQUEZ CASTELLANOS

Ao falar da grande imprensa durante o Império e a primeira República no Maranhão podemos afirmar que o compute de impressos em circulação é elevado, embora a existência da maioria seja curta, dependendo extremamente das questões políticas defendidas e das situações de crises surgidas no território nacional. Tomando como referente de luta as diferentes momentaneidades nesta Província/Estado, inúmeros jornais constituídos como campos de disputa entre conservadores e liberais, incluindo aqueles que só tratavam de questões religiosas, industriais e/ou literárias, circularam pelas ruas estreitas e ladeiras íngremes da capital; não entanto, artefatos que retrataram, criticaram ou simplesmente comentaram hábitos, costumes e práticas baseadas no mais popular e no mais genuíno do povo de São Luís, também divulgaram o cotidiano maranhense, mesmo que com pretensões políticas, entre elas, produções geradas em estabelecimentos de ensino e para as próprias escolas: discursos sobre a instrução local e a dinâmica estabelecida que divergem segundo as culturas escolares em que foram concebidos, editados e postos em circulação, por diretores, professores e alunos. Desse modo, conceber o particular dessa imprensa, como veículo de comunicação de um dado campo de saber ou como um mecanismo de divulgação de suas atividades, significa dar-lhe um estatuto ontológico próprio, já que ao flagrarmos na sua materialidade os processos inerentes à escola, nos permite adentrar no seu dia a dia e compreendermos as práticas pedagógicas, educativas e escolares colocadas em pauta. Nesse sentido, analisar desde aquelas que se centram nas concepções de ensino, na prescrição de métodos, na seleção de disciplinas e conteúdos exigidos e aprovados, até as que apontam para o planejamento das atividades escolares, no material indicado/consumido e nas reformas da instrução impostas por meio de dispositivos legais, como também para as conquistas ou denúncias registradas com respeito às regulações, normas, imposições e/ou penalidades é o objetivo deste artigo. Nessa lógica, apreender sobre os movimentos da política, do cultural e do educacional no âmbito local, regional e nacional é possível, pois, nas informações, posicionamentos e descrições “nos jornais A Escola” (1878; 1902; 1909; 1918; 1919; 1923; 1928 - oriundos de diversos estabelecimentos de ensino/temporalidades) cruzados com outras fontes como os relatórios de Presidentes de Província e/ou de Governadores de Estado (na República), como os relatórios do Inspetor da Instrução Pública ou dos Diretores da Instrução, dos Regulamentos das diversas instituições, assim como dos dispositivos legais que decretam reformas, encontramos fragmentos da dinâmica da escola maranhense estabelecida via cultura escolar e de como os ambientes de ensino estiveram situados forjando diversas culturas escolares, compreendendo-as aqui na triangulação de dados à luz dos pressupostos teórico-metodológicos da história cultural.

Palavras-chave: jornais escolares; jornal A Escola; instrução maranhense

A expansão das escolas paulistanas de educação infantil nas redes pública e particular - 1930-1960

SANDRA APARECIDA MELRO SALIM

O propósito deste trabalho é compreender os processos pelos quais passou a educação infantil no período de 1930-1960. Esse período demanda uma atenção especial, pois envolve mudanças políticas que atingiram diretamente a administração da educação brasileira, desde a educação infantil até seus níveis posteriores. O objetivo dessa exposição é analisar a expansão das escolas de educação infantil na cidade de São Paulo, nas três décadas indicadas, considerando o perfil socioeconômico da clientela, a qualidade dos prédios escolares, a localização dessas unidades tanto da rede pública quanto da privada e a avaliação das características físicas, culturais e populacionais dos bairros que as receberam. A análise também recai sobre o surgimento e o crescimento dessa demanda, das pressões sociais para o seu atendimento, bem como as forças políticas que atuaram a favor ou contra os apelos populares, os motivos que estiverem presentes na ampliação dessa rede escolar, tanto nas esferas pública como na privada e ainda, quais dessas redes mantiveram a preponderância. O referencial metodológico adotado é da perspectiva quantitativa e qualitativa. A bibliografia de apoio que ampara estes estudos reúne autores e obras que tratam da educação infantil e da infância como: Kishimoto, T. A pré-escola em São Paulo (1988); Kramer, S. A política do pré-escolar no Brasil: a arte do desface. (1982) Kuhlmann Júnior, M. Infância e educação infantil: uma abordagem histórica (2015); Lopes, A., Para a compreensão histórica da infância (2006); Monarcha C., Educação da infância brasileira 1875-1983 (2001); autores e obras que tratam do crescimento e transformação da cidade de São Paulo, como: Americano, J., São Paulo nesse tempo 1915-1935 (1962); Calliari, M., Espaço público e urbanidade em São Paulo (2016); Kowarick, L, Pluralidade urbana em São Paulo: Vulnerabilidade, marginalidade, ativismos (2016); Morse R. M., Formação histórica de São Paulo (De comunidade à metrópole) (1970); Porto, A. R. História urbanística da cidade de São Paulo (1554-1988) (1992); Toledo, R. P. A capital da vertigem: uma história de São Paulo de 1900 a 1954 (2015). As fontes que subsidiam esta pesquisa compreendem: a bibliografia que trata da expansão das escolas de educação infantil na cidade de São Paulo e suas transformações; a documentação apurada junto aos acervos de diferentes Instituições (Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Estadual de Educação, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Pedagógicas, Anuário Estatístico do Brasil, Anuário do Ensino do Estado de São Paulo) dos dados referentes a quantificação dessas escolas; a legislativa que trata deste segmento escolar paulistano.

Palavras-chave: escolas de educação infantil; história da educação da infância; expansão de atendimento de crianças

Escovando (o relatório sobre as classes secundárias experimentais) a contrapelo

SANDRA MACHADO LUNARDI MARQUES

O título acima representa uma “licença” em relação à proposta de Walter Benjamin para uma concepção dialética de cultura – “escovar a história a contrapelo” -, substituindo no caso, “história” pelo relatório “Classes Secundárias Experimentais – Balanço de uma experiência”, elaborado por Nádia Cunha e Jayme Abreu, em 1963, tomando por base relatórios enviados pelos seguintes Estados: Guanabara, São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Ceará, Espírito Santo, Paraná, Pernambuco, nos anos de 1959 a 1962. Sua “leitura a contrapelo” implica em questionar consensos estabelecidos sobre as classes experimentais, tais como: até que ponto a semelhança entre classes nouvelles e classes experimentais se sustenta? As visões sobre o sentido destas, segundo Anísio Teixeira, Gildásio Amado, Nádia Cunha e Jayme Abreu coincidem? As classes secundárias experimentais públicas e católicas se fundamentaram nas mesmas fontes teóricas? E as femininas e masculinas? É válida a afirmação de seus avaliadores de que elas teriam se restringido à renovação de métodos? “Escovando (o relatório sobre as classes secundárias experimentais) a contrapelo” não deriva de estudo de caso, nem de pesquisa de campo, mas sim da releitura de artigos produzidos por autores diversos, em anos diferentes, que se tornaram imprescindíveis para os que investigam as classes experimentais do ensino secundário brasileiro. Refiro-me às contribuições de Luis Contier, Anísio Teixeira, Marta Maria Chagas de Carvalho, Dermeval Saviani, Maria Nilde Mascellani, Carlos Roberto Jamil Cury, Vera Teresa Valdemarin, Norberto Dallabrida e outros, ainda desconhecidos que pesquisam sobre o tema. Do ponto de vista metodológico, trata-se de interrogar, com o apoio da bibliografia indicada, o relatório “Classes Secundárias Experimentais – Balanço de uma experiência”, elegendo-se os dados relativos ao Estado de São Paulo, com a finalidade de levantar um novo problema para sua historiografia: a redução da renovação do ensino secundário à mudança de métodos, não superficializa a compreensão das classes experimentais? Para tanto o presente artigo operará uma releitura do relatório, começando pelo fato dele conter diferentes vozes – Anísio Teixeira, Gildásio Amado, Nádia Cunha e Jayme Abreu, mas não só por isso. O que justifica a elaboração de mais um artigo sobre classes experimentais, tema aparentemente esgotado pela historiografia recente, dada a quantidade de textos, dissertações e teses sobre ele, é investigar o que ainda permanece oculto – lacunas, opacidades e contradições, tarefa que dará suporte à hipótese levantada, a da redução da renovação do ensino secundário à mudança de métodos. “Escovando (o relatório sobre as classes secundárias experimentais) a contrapelo” tem a finalidade de deslocar o foco dos resultados apresentados pelos Estados que as instalaram, para aspectos ocultos na elaboração do relatório, contribuindo para aprofundar a historiografia sobre o ensino secundário brasileiro.

Palavras-chave: classes secundárias experimentais; relatório; historiografia

Transformação dos costumes camponeses: uma educação na intimidade do lar. análise das “Campanhas” de Acción Cultural Popular (1947-1975)

SARA EVELIN URREA QUINTERO

Radio Sutatenza deu vida à Acción Cultural Popular- ACPO, organização católica que tinha como objetivo a Educação Fundamental Integral Cristã no campo colombiano, através de Escolas Radiofónicas. Essa iniciativa educacional se auto identificava como educação social por excelência e, apesar de reproduzir formas escolares, era educação não formal. O objetivo do presente trabalho é analisar uma série de “campanhas” que foram transversais ao projeto educacional, e que tinham como propósito “melhorar ou mudar simultaneamente os esquemas de pensamento e de comportamento e o meio ambiente, agindo sobre os valores sociais e individuais” (HOUTART & PÉREZ, 1960, p. 53). A proposta educacional de ACPO baseou-se na formação de um indivíduo capaz de “se diferenciar do mundo”, dotá-lo de “utilidade” e “comunicar-lhe existência” na medida em que o dominava. Chamou a isso de “ação cultural”. O processo inicial de formação reconhecia como ponto nevrálgico “a mudança de mentalidade do camponês”, que se traduz na lógica de transformação dos costumes que faziam dele um ser “ancorado ao passado”, “passivo”, “ignorante”, “pobre” e “subdesenvolvido”. ACPO se esforçou por construir os meios que lhe permitiria entrar na privacidade do lar camponês e moldar as formas íntimas de ser, habitar e se relacionar. Para isso, investiu esforços no desenvolvimento das campanhas. Assuntos como a estrutura e planificação familiar, os papéis de cada membro da família, a construção material do lar, a recreação e o uso do tempo livre, converteram-se em temáticas destas, fazendo-se presentes nos diferentes meios massivos de comunicação da instituição (rádio, periódicos, cartilhas e correspondências), em territórios geograficamente distantes e diversos. As mensagens veiculadas através destes meios são as fontes privilegiadas da pesquisa. Para sua análise são tecidas relações com documentos institucionais nos quais se consignam os princípios ideológicos, fundamentos filosóficos e os meios de ação de ACPO. O recorte temporal da pesquisa, inicia em 1947, ano de nascimento das Escolas Radiofónicas e finaliza no ano 1975, momento de crise institucional e início do seu declínio. A partir da análise das fontes e do estudo de Raymond Williams (2001), planteia-se que em ACPO se assiste à busca pela transformação da natureza da relação social, passando de uma vida em comunidade com os outros e o outro, sem a necessidade de diferenciação individual constante, para uma lógica individualista que exalta o desenvolvimento pessoal, através da promoção de uma “ética do melhoramento”. Esse processo se analisa como uma busca da transformação dos costumes (THOMPSON, 1995) camponeses, através de elementos da vida cotidiana, compreendidos historicamente como constitutivos da vida doméstica e do domínio privado.

Palavras-chave: escolas radiofónicas; educação rural; educação social

Instituições de ensino secundário na Bahia – 1942-1961

SARA MARTHA DICK

Procuramos discutir nesta apresentação instituições para o ensino secundário na Bahia e sua expansão, no período de 1942 a 1961. Para tanto, partimos de pesquisa documental para análise do período. O Ensino Secundário baiano tem seu início com a sua implantação no ano de 1836, após o Ato Adicional de 1834, que autorizou que as Assembleias Provinciais pudessem legislar sobre a educação primária e secundária. Constava de reunir as chamadas aulas maiores em um único prédio, não compondo um curso propriamente, objetivando preparar uma camada intermediária da população para o trabalho na burocracia do Estado. Em relação ao Liceu Provincial, a legislação respondia, a princípio, uma iniciativa das elites, em relação às necessidades de formação de uma camada intermediária da sociedade pronta para atender as exigências urbanas. Funcionando com aulas avulsas que existia na Capital, distribuídas em outras cidades do interior como Santo Amaro, Cachoeira, Nazaré, Valença, Ilhéus, Caravelas Itaparica, Rio de Contas, Itapicuru, Vila da Barra, Caetité, Cayru, Inhambupe, Maragogipe, Jaguaribe, vila Nova, Porto Seguro, Jacobina. Entretanto não havia nenhuma orientação geral, seja quanto ao conteúdo, método ou extensão e intensidade de programas. O ensino secundário público segue em uma única instituição, em 1895 chamado de Ginásio da Bahia e, em 1943 em função da Reforma Capanema passou a chamar-se Colégio da Bahia, que até meados do século XX era a única instituição pública de ensino secundário Baiana. Nos anos 1930 as matrículas foram ampliadas em três turnos diferentes. Porém o ensino secundário público continua somente no Ginásio da Bahia em Salvador e nas escolas particulares. Neste sentido, como escolas particulares temos: o curso secundário em apenas um estabelecimento os municípios de Jacobina, Itabuna, Senhor do Bonfim, Cachoeira, Barra, Alagoinhas, Feira de Santana, Santo Amaro e Caetité. Os municípios de Ilhéus e Nazaré possuíam cada um deles dois estabelecimentos. O ensino secundário baiano permanece somente em um único estabelecimento em Salvador até 1947 quando é desdobrado em mais quatro ginásios públicos na capital: na Liberdade, o Colégio Duque de Caxias; em Nazaré, o colégio Severino Vieira; em Itapagipe o Ginásio João Florêncio. No ano de 1958 novas instituições foram criadas nos bairros de Salvador: Ginásio Góes Calmon, no bairro de Brotas; Ginásio Pinto de Carvalho, no bairro de São Caetano e o Ginásio Manoel Devoto no bairro do Rio Vermelho. Como característica geral do período, constatamos uma forte concentração de instituições públicas de ensino secundário na capital, além das escolas particulares e, uma lenta expansão para o interior.

Palavras-chave: ensino secundário; instituições; Bahia

O Mobral no Pontal de Minas Gerais: entre o voluntariado e a fé (1970-1985)

SAULOEBER DE SOUZA

O presente artigo aborda a história do MOBREAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização) no município de Ituiutaba-MG no período entre 1970 e 1985. Nesse contexto, o combate ao analfabetismo e a difusão da educação eram apresentados enquanto panaceia para todos os problemas sociais o que acabou promovendo uma Educação de Jovens e Adultos frágil, com proposta utilitarista e despolitizada. Este projeto foi proposto e conduzido pela Ditadura Civil-Militar por meio da Lei 5.379/1967 que propunha a alfabetização funcional a jovens e adultos. Iniciou suas atividades em 1970 com uma ampla divulgação e mobilização pela imprensa falada e escrita, objetivando atingir todo o território nacional tendo como principal meta erradicar o analfabetismo, propondo-se um prazo de 10 anos para tal finalidade. A pesquisa aborda uma pequena parte dessa história no interior de Minas Gerais, observando-se seu processo de implantação e alguns dos seus resultados, utilizando como fonte a história oral junto aos atores sociais envolvidos, fontes documentais como jornais da região e legislação do período. A utilização da história oral foi de grande relevância, permitindo cruzar informações sobre os dados encontrados nas fontes impressas, possibilitando maior reflexão e cientificidade ao trabalho. Os colaboradores entrevistados foram quatro docentes que compartilharam suas experiências nas salas desse programa, duas ex-alunas, uma professora que recebeu treinamento em Belo Horizonte responsável pelo início do projeto na região, além da coordenadora geral do MOBREAL, personagens identificadas apenas pelo sobrenome, obedecendo as orientações de preservação das identidades dos indivíduos. O jornal ganhou importância nesse trabalho, em função da constatação de que sua atividade não consiste apenas em transmitir fatos, mas em gerar acontecimentos, compondo-os com elementos de uma visão bastante particular do mundo, somatória de subjetividade e de interesses, aos quais os jornais estão vinculados Capelato (1988). O MOBREAL em Ituiutaba revela semelhanças com o cenário nacional, ou seja, a cargo da sociedade civil com respaldo da Igreja Católica e apoiada pela prefeitura municipal deu organicidade a suas ações, dentro da lógica autoritária daquele momento. Foi um programa marcado pelo improvisado, cujos professores não tinham formação além da ginásial, e atuavam a partir de breve treinamento, sendo suficiente apenas ter tido bom desempenho escolar. Consideramos que o MOBREAL foi mais um veículo utilizado pela Ditadura Civil-Militar com o intuito da formação da mão de obra com rudimentos da leitura e da escrita, além de gerar eleitores que poderiam por meio do voto, legitimar as ações autoritárias do governo. Assim, os resultados obtidos foram bastante limitados também em cidades do interior, distantes dos grandes centros de poder.

Palavras-chave: Mobral; analfabetismo; ditadura civil-militar; Pontal Mineiro.

Experimentação e renovação pedagógica no ensino da Educação Física: as classes integrais do Colégio Estadual do Paraná (década de 1960)

SERGIO ROBERTO CHAVES JUNIOR

A segunda metade do XX foi caracterizada por movimentos multifacetados de afirmação e consolidação da disciplina Educação Física em escala global. Em se tratando da especificidade brasileira, podemos identificar um conjunto significativo de experiências marcadas pela circulação, apropriação e ressignificação de diferentes formas de pensar e fazer a Educação Física, em diferentes níveis de ensino. O presente texto apresenta questões referentes ao processo de renovação e afirmação da disciplina em uma experiência educacional realizada no âmbito do ensino secundário, no Colégio Estadual do Paraná (CEP), tendo como foco principal as ações desenvolvidas nas Classes Integrais do CEP nos anos 1960. Tais classes se configuraram como uma proposta de inovação pedagógica do ensino secundário desenvolvida na modelar instituição paranaense, a partir do movimento de experimentação e renovação oportunizado pelo engendramento das Classes Secundárias Experimentais, de alcance nacional e representativas do imperativo da renovação representativo daquele contexto. Em se tratando da Educação Física na experiência das Classes Integrais do CEP, as fontes mobilizadas indicam um fazer pedagógico diversificado que procurou articular elementos dos chamados Método Francês, Ginástica (Moderna) Sueca, Método Desportivo Generalizado e Método Natural Austríaco, além de apropriações de técnicas utilizadas na preparação de nadadores olímpicos, como o Circuit Training, no cotidiano das aulas de Educação Física. A intenção de experimentar diferentes métodos, considerados mais adequados e eficientes em conformidade com as especificidades das turmas, parece ter sido uma das preocupações naquele momento. Os argumentos para a adaptação do Circuit Training às aulas de Educação Física, por exemplo, eram ancorados na necessidade do acompanhamento individualizado dos alunos, marca central das orientações pedagógicas das Classes Integrais. Tal diversidade de referenciais deu contornos ao que foi chamado “Método de Trabalho das Classes Integrais”. Cabe o destaque que o professor de Educação Física responsável pelas aulas nas Classes Integrais foi Germano Bayer, quem procurou em sua trajetória profissional divulgar as experiências realizadas com as classes em diversos eventos da Educação Física, dos quais, talvez o de maior impacto para as Classes Integrais, tenha sido no VI Congresso Internacional de Saúde, Educação Física e Recreação (ICHPER) em 1963, no Rio de Janeiro. Na oportunidade, como convidado da organização do evento, Germano organizou uma apresentação dos trabalhos da inovação pedagógica paranaense, selecionando um grupo alunos para realizarem de exibições de “Ginástica Masculina Moderna” com acompanhamento musical, de exercícios individualizados do Circuit Training e de atividades em grupo usando alguns fundamentos de basquetebol, destacando alguns dos resultados alcançados com a experiência educacional.

Palavras-chave: Educação Física; classes integrais; Colégio Estadual do Paraná

“Da Allemanha”: vestígios sobre educação em cartas de viagem publicadas na imprensa (1895)

SHAYENNE SCHNEIDER SILVA

Compreender o ideal de educação pretendido pelo brasileiro João Batista Ribeiro de Andrade Fernandes (1860-1934) – professor, escritor, filólogo, historiador – a partir da série de correspondências intitulada “Da Allemanha”, é o objetivo do presente trabalho. Localizadas na Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional, as quarentas cartas publicadas no diário paulista, *O Commercio de São Paulo*, entre 10 de junho a 29 de dezembro de 1895, nos permite contemplar as impressões do viajante sergipano no período de sua estadia na Alemanha. João Ribeiro fora comissionado pelo governo do Brasil para, então, estudar a organização e métodos empregados no ensino primário e secundário germânicos, em especial, nas áreas de Geografia e História Universal – as quais estavam vinculadas à cadeira que ele era responsável por lecionar no Ginásio Nacional desde 1890. Dentre as temáticas abordadas nas cartas, se destacam aquelas que tratavam sobre os jornais alemães, as leituras que o professor fazia em terras estrangeiras, os comentários sobre a política, as artes, a cultura e a defesa da educação alemã como modelo para o Brasil em oposição aos de outras nacionalidades, em especial, à francesa. Para o presente trabalho, focarei nessas últimas, no qual o missivista irá comentar sobre estudos publicados, pessoas ilustres e instituições visitadas, isto é, modelos culturais e educacionais que irá pensar para o seu próprio país. Para tal análise, precisarei debruçar-me sobre a literatura que trata das cartas em termos teóricos-metodológicos como fontes de pesquisa, dentre os quais destaco: Mignot (2018a), considerando as cartas de viagem como escritas (auto)biográficas, já que contam de si, do outro e da viagem; Mignot (2018b), sobre a tríade cartas, imprensa e educação, enfatizando o cuidado que se deve ter ao estudar cartas publicadas em periódicos, pois assim como nos impressos, estas passam por filtros, seleções e/ou edições; e, Castillo Gómez (2014), no qual entende que a escrita de cartas segue seus próprios protocolos epistolares. Para pensar a educação brasileira durante o regime recém instaurado, a Primeira República, recorro a Nagle (1929) e Carvalho (1990), para entender como os símbolos nacionais e o patriotismo estiveram presentes ao se pensar a nação, bem como na escrita de João Ribeiro. Além disso, será necessário também permear pelos estudos que abordam a literatura sobre viagem, contempladas em Mignot e Gondra (2007), sem perder de vista que as presentes cartas foram produzidas no contexto da viagem de João Ribeiro à Alemanha. Dessa forma, o estudo em questão visa contribuir para ampliar os estudos a respeito das influências alemães no Brasil, em especial as educacionais, já que a historiografia da educação tem privilegiado as norte-americanas, francesas e suíças, dentre outras.

Palavras-chave: João Ribeiro; escritas de viagem; educação

Escravizados e escravização no Brasil: imigrantes letões e o jornal Jaunais Lihdumnieks de 1927.

SIBILA LILIAN OSIS

No decorrer da história da colonização no Brasil, diversos grupos étnicos buscaram meios de manterem suas raízes culturais, mas também de conhecerem a sociedade e cultura do país que escolheram para iniciar uma nova vida. Na colônia de imigrantes letões, fundada em Varpa no interior de São Paulo entre 1922 e 1923, foi lançado o periódico “Jaunais Lihdumnieks” (JL), sob redação de J. Rosenberg. Publicado no idioma letão, era produzido trimestralmente, com a participação de diversos colaboradores na redação de textos religiosos, científicos e beletrísticos. Nesse estudo, propomos analisar o lugar de produção e a representatividade educacional de um artigo publicado sobre a libertação dos escravizados no Brasil. O texto foi publicado no JL em abril de 1927, com o título “Libertação dos escravos no Brasil”, no qual se relatava aos imigrantes o processo, leis e personalidades envolvidas. Na Letônia, um ano antes, foi publicado um artigo referente à condição dos colonos letões e do trabalho nas fazendas de café. Intitulado “Vida de escravo dos colonos letões nas fazendas no Brasil”, denunciava as precárias condições de trabalho e vida nas plantações. Como a imigração para o Brasil foi cercada de muitas polêmicas e repercussões negativas na Letônia, podia haver uma necessidade, por parte dos líderes da colônia, de mostrarem que a decisão de emigrar fora assertiva, e um texto apresentando o processo no Brasil seria, além de educativo, também uma forma de apresentar a diferença do contexto aos colonos. Nos primeiros anos, grupos de imigrantes abandonaram a colônia devido às condições precárias, o que levou muitas crianças e idosos a não sobreviverem. A repercussão dessas situações não acordava com o objetivo de buscar novas possibilidades em terras distantes. A importância de manter o grupo unido seria um diferencial para que a colônia pudesse subsistir e se desenvolver. Os significados do texto abordando sobre escravidão podem ter múltiplas análises, inclusive simbolismos relativos a um discurso educativo e moralista de que, por meio do trabalho, resistência e resiliência, seriam alcançados os objetivos propostos que norteariam a saída da pátria natal. É importante refletir a respeito da mescla entre discurso erudito e práticas populares, o que pode ser percebido, por exemplo, por intermédio da chamada cultura escrita. A matéria educativa destinada aos colonos, abordando conteúdo relativo à história da escravidão no Brasil, contribui para refletir a respeito das relações entre letões e servidão, com grau de similitude com o que se passou com outros grupos escravizados. Ao integrar a linha editorial do JL este tipo de conteúdo educativo sobre o Brasil, permitiu aos colonos letões um estreitamento nas relações sociais, na maneira como poderiam perceber os demais grupos étnicos e a nova nação, lembrar as condições de vida que tinham sob domínio estrangeiro na Letônia, e, talvez, garantir a estabilidade e continuidade dos imigrantes letões no Brasil.

Palavras-chave: História da Educação, imigrantes letões, escravidão

Polêmicas e demarcações em torno de uma dimensão técnica no ofício de ensinar: o trabalho docente como pauta das reformas da escola primária no estado do Paraná no início do século XX

SIDMAR DOS SANTOS MEURER

O trabalho busca compreender os impactos das iniciativas que pretenderam modernizar o ensino primário no estado do Paraná no ciclo de reformas ao longo das três primeiras décadas do século XX sobre o trabalho das/os professoras/es e a demarcação do seu estatuto profissional. Para isso, analisa um conjunto de discussões que colocavam em questão o saber-fazer das/os professoras/es, isto é, o conjunto de ações, procedimentos, destrezas necessárias à realização do seu ofício. Para sua efetivação, o trabalho dialoga com as contribuições que Tardif e Lessard (2012) oferecem para compreensão da profissão docente, particularmente com o que caracterizam como a participação inescapável de uma dimensão técnica na sua realização, composta por um complexo de “atividades materiais e simbólicas” (p. 35). Nesse sentido, enfatiza como a noção de técnica pode auxiliar, do ponto de vista histórico, a jogar luz sobre o fazer cotidiano dos professores, que se exprime na realização de certas tarefas, no uso de determinados utensílios, em certos padrões de atuação, ajudando a captar movimentos de continuidade e de transformação no trabalho docente, dos seus significados e das suas condições de realização. Mobiliza ainda contribuições de E. P. Thompson, Walter Benjamin e Andrew Freenberg sobre a dimensão da técnica como um tipo de saber-fazer que se acumula e se transforma em contato com a experiência social – indissociável, portanto, do senso de pertencimento e identificação social de sujeitos individuais e coletivos. Como fontes foram selecionados uma variedade de documentos, baseado no critério de cobrir diferentes domínios do debate pedagógico no Paraná e suas possíveis interações, quais sejam: proposições que circularam na imprensa pedagógica local, documentos normativos, relatórios oficiais e programas de ensino, além de documentos mais próximos do funcionamento escolar, como relatórios e outros documentos produzidos por professores e processos administrativos nos quais os professores eram parte envolvida. A análise procurou responder a questões como: quais eram os elementos técnicos presentes no fazer docente? Como eram identificados e valorados pelos próprios professores e aqueles que se ocupavam em discutir e propor processos para a sua formação? Como interagiam com os currículos e as finalidades propostas para a escola primária? Como operavam os processos de acumulação e de transformação desses complexos de saber-fazer, bem como a sua relação com processos e/ou iniciativas de inovação educacional? Além disso, o trabalho analisa como a dimensão técnica se relacionava com as disputas pelo seu controle, sobre os professores e o seu agir; bem como suas interações com processos como a feminização do magistério e o incremento de materiais didáticos.

Palavras-chave: trabalho docente; escola primária; técnica

Educação e diversidade linguística na Amazônia: os falantes do Nheengatu, de maioria a minoria (do século XVII ao XIX)

SIDNEY DA SILVA LOBATO, JULIANE GIUSTI

Nesta comunicação científica, abordaremos as políticas linguísticas no contexto amazônico do século XVII ao XIX. Pretendemos elucidar os fatores que levaram à expansão e à posterior crise do Nheengatu, bem como ao predomínio da Língua Portuguesa. Para tanto, cotejamos a bibliografia especializada no tema, num esforço de análise e síntese. Depois deste passo inicial, avançamos para uma primeira aproximação em relação à documentação histórica. As correspondências oficiais selecionadas nos ajudaram a compreender algumas concepções e ações que deram estofa à política linguística da segunda metade do século XVIII. A substituição linguística fazia parte das diretrizes da colonização iniciada com a chegada dos europeus à América, no final do século XV. Nossa pesquisa enfocou o ensino da Língua Geral, o Nheengatu, que jesuítas usaram amplamente na catequização dos indígenas na Amazônia. Criou-se aí um “linguajar de emergência”, uma linguagem especial falada por nativos e também usada pelos mercadores nas suas viagens, por bandeirantes e outros agentes da colonização em suas expedições sertão adentro. Em 1759, com a expulsão dos jesuítas, o Português foi oficializado como única língua da colônia, o que não significou o imediato fim do predomínio do Nheengatu, algo que só veio a ocorrer na segunda metade do século XIX. A perseguição violenta aos cabanos (1835-1840) levou ao desaparecimento de muitos dos falantes de Nheengatu. Já no contexto da economia da borracha, milhares de migrantes saídos do que hoje chamamos Nordeste levaram consigo o Português para a Amazônia, fazendo com que ele se tornasse ali a língua mais falada. Podemos acrescentar como fator importante do ocaso da Língua Geral a expansão da rede escolar ocorrida no espaço amazônico a partir de 1875. Desse ano em diante, houve um significativo aumento no número de escolas e de alunos matriculados. Esses processos combinados – a eliminação de grande parte da população nativa da Amazônia durante a Cabanagem, a migração nordestina no boom da borracha e, de forma secundária, a expansão da rede de escolas primárias a partir de 1875 – são fundamentais para que se possa compreender as razões pelas quais o Nheengatu deixou de ser a língua mais falada pelos amazônidas. Assim, de meado do século XIX em diante, a Língua Geral entrou em declínio e passou a ter, gradativamente, menos falantes e viu suas funções reduzidas. Contudo, não desapareceu. O Nheengatu ainda hoje é falado por algumas etnias indígenas do Vale do Rio Negro, na Amazônia Ocidental. No final do século XX, os falantes de Nheengatu e das demais línguas indígenas conquistaram direitos que foram consolidados na Constituição Federal de 1988. O poder político passou a reconhecer o direito que os povos indígenas têm de manter suas identidades e de viver de acordo com sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições.

Palavras-chave: educação indígena; políticas linguísticas; Amazônia

Datas comemorativas escolares: registros estéticos da consolidação dos valores republicanos em Curitiba (1901-1930)

SILVANA MENDES SCHUINDT

O artigo apresenta a configuração das datas comemorativas presentes no currículo escolar nas escolas públicas de Curitiba/PR. A proposta curricular de uma instituição escolar é demarcada por objetivos e valores do contexto histórico ao qual está inserida, tanto que, após a institucionalização das escolas paranaenses ocorrida nos primeiros anos do século XX têm-se a presença da comemoração de datas específicas no ambiente educacional, sendo um evento inerente a cultura escolar (JULIA, 2001). Comportamentos estes que modelam as formas de agir e pensar no que Pineau define como estética escolar, em entrevista concedida Meschiany (2014). Assim, em acordo com Pineau (2008), o presente estudo visa delinear a configuração das datas comemorativas e a influência das ações governamentais no currículo escolar durante os anos iniciais da primeira república, em que o processo de escolarização no início do século XX traz como pauta uma educação moderna. “Este sujeito unitário, autocentrado, racional, consciente de si mesmo, permitiu a concreção da Modernidade [...]”. (PINEAU, 2008, p. 86). O recorte temporal envolve o período de 1901 a 1930, que abrange a primeira república. A metodologia se pauta na pesquisa documental, em que se procedeu uma leitura dos relatórios dos secretários de governos, observando-se as normas e orientações acerca do trabalho com as datas comemorativas. Tendo como problema de pesquisa: Compreender como as datas comemorativas presentes no currículo escolar das escolas públicas curitibanas refletem princípios republicanos na formação dos estudantes? O que, a priori, nos revela o papel da escola em prol de inculcar uma cultura comum aos seus estudantes, instituindo uma estética. Estética que para Pineau (2014 apud MESCHIANY, 2014) tem um valor político, ético e moral, agindo sobre o corpo em sua multiplicidade de registros. Das fontes analisadas, destaca-se o Decreto de n.º 263, de 1903, que instituiu 10 feriados escolares. O decreto, segundo o Dr. Victor Ferreira do Amaral e Silva, diretor da instrução pública, era uma espécie de “código de ensino” que visava padronizar as atividades pedagógicas no âmbito escolar. Entre os feriados elencados a maioria não é de cunho religioso. Por fim, constatou-se que as datas comemorativas firmaram sua ação em especial na gestão do inspetor geral do ensino Prieto Martinez (1920-24); portanto, conseguiram se inserir na cultura escolar e servir de instrumento aos governantes na propagação de valores patrióticos e com vistas a formação de uma unidade nacional. Gradativamente, a educação moral e cívica ganhou ênfase e tornou-se um conteúdo da disciplina de História, contribuindo para alicerçar os valores republicanos e assentar a filosofia positivista no ideário brasileiro.

Palavras-chave: cultura escolar; estética escolar; escola primária

O processo de profissionalização docente em Sergipe no século XIX: professores primários em foco

SIMONE AMORIM

Durante as pesquisas que realizei, deparei-me com a profundidade do tema e a riqueza das fontes consultadas: jornais e correspondências oficiais entre professores primários e poder público, no século XIX. Ademais, senti a necessidade de sistematizar melhor as fontes que pesquisei a fim de facilitar o processo de pesquisa de outros pesquisadores que, no futuro, viessem a se interessar sobre o tema. Observei também a necessidade de salvaguardar as fontes manuscritas, pois, ao pesquisar o Arquivo Público do Estado de Sergipe (APES), verifiquei que, possivelmente, em pouco tempo, os ofícios e correspondências que eu estava pesquisando não poderiam mais ser acessados: as pacotilhas usadas para acondicionar os documentos não davam mais conta de os preservar adequadamente. Assim, apresentei projeto ao Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), tendo sido aprovado. Diante desse contexto, esta proposta tem como objetivo apresentar os resultados de um projeto de pesquisa que esteve pautado na proposição de investigar aspectos inseridos na análise da formação do professorado primário, como também a articulação dela como um dos principais meios para o desenvolvimento de uma sociedade, mais especificamente em Sergipe, no século XIX, a partir da matriz historiográfica da História Cultural (BURKE, 2005). Foram pesquisados jornais e documentos manuscritos no Arquivo Público do Estado de Sergipe (APES), no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, na Biblioteca Nacional, além do Arquivo Público da Cidade do Rio de Janeiro. Foi tomada como perspectiva de análise o movimento de configuração da profissão docente na província sergipana, verificando as representações e experiências dos agentes envolvidos no processo da busca pela profissionalização. Para esclarecer os resultados aqui apresentados, as categorias analíticas de Bourdieu (1990), Elias (1990, 2001), Chartier (2002) serão tomadas a fim de ajudar a compreender como se configurou e se institucionalizou a profissão docente no âmbito do ensino primário, em Sergipe, além de verificar de que forma se constituiu o *habitus* profissional pensado para o projeto de constituição de nação para o Brasil, dentro de um processo civilizador. Foram publicados 2 capítulos de livro; 11 artigos foram apresentados e publicados em Anais de eventos internacionais, nacionais e regionais; foram publicados 7 textos em periódicos nacionais e internacionais e 4 dissertações foram defendidas tendo como base as fontes sistematizadas. Identificou-se que o processo de profissionalização docente ocorreu de maneira tensa, na medida em que o poder público determinava procedimentos a serem cumpridos e um perfil de professores para o trabalho a ser exercido.

Palavras-chave: História da Educação; professores primários do século XIX; província de Sergipe.

O projeto educacional dos pomeranos do Sul do Pampa (1952 a 1992): aspectos da cultura escolar das primeiras instituições de ensino da Hulha Negra/RS

SIMONE DE FARIA

O projeto educacional dos pomeranos do sul do Pampa das escolas rurais da Hulha Negra apresenta como temática circundante a análise histórica da institucionalização das primeiras propostas educacionais inseridas nas escolas confessionais de origem luterana, ou seja, pretende-se aferir a materialidade destas escolas observando como se deu o processo comunidade-escola-religião. Entrementes, o trabalho privilegia a temática da História da Educação teuto-brasileira na região da campanha do Rio Grande do Sul. Justifica-se a proposta porque através de uma análise acerca das fontes referentes a esta localidade podemos constatar uma lacuna na historiografia sobre este tem. O objetivo central da tese é o de analisar as singularidades das escolas rurais evangélicas do município da Hulha Negra tendo como lócus de pesquisa: a Escola Evangélica da Hulha Negra, Escola Luterana Emanuel e a Escola da Sociedade dos Amigos da Colônia Salvador Jardim. Destarte, nas especificidades do trabalho investigativo aspira-se a compreender como foi sistematizado os processos educacionais das escolas junto a igreja, bem como, o de medrar os processos identitários destes pomeranos na constituição da cultura escolar. A pesquisa histórica é de cunho qualitativo e visa a contemplar uma face da História da Educação Teuto-Brasileira na Região da Campanha do Rio Grande do Sul. Ademais, a orientação historiográfica prima pelos pressupostos da História Cultural com vistas a de averiguar a cultura escolar desenvolvida neste município, pois a História Cultural nos possibilitou aumentar o campo de pesquisas na História da Educação dando vida a “pequenas histórias” já que, englobou incipientes práticas culturais, bem como, novos sujeitos ganharam cenário de destaque dentro desta história, agora, com um viés mais humano e interpretativo. Deste modo, emerge com ela novas abordagens, roupagens, limites e possibilidades ao desbravamos temáticas antes invisibilizadas pela história. Para a instrumentalização do trabalho serão usados os seguintes procedimentos metodológicos como estratégia dos dados: pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e entrevistas. A nossa base conceitual de análise adentrará no terreno da escola como categoria base somadas as da: identidade-etnicidade-memória dentro dos pressupostos da História Cultural e nos conceitos de habitus e campo de Pierre Bourdieu com vistas a dar sustentação e sistematização aos documentos encontrados. Em suma, a pesquisa se encontra em fase inicial, assim sendo, inicialmente observa-se que aferir a natureza das instituições escolares da Hulha Negra e escolhê-las não foi e não é algo fácil, principalmente, pela falta de documentos devido a negligência por parte dos órgãos públicos, todavia, aspiramos a identificar o contexto histórico, social, cultural das instituições rurais e evangélicas localizadas no município averiguando os pressupostos, os saberes, os valores e as ideias que circulavam na cultura escolar destas específicas escolas.

Palavras-chave: cultura escolar; imigração alemã; escolas luteranas

Relações entre profissionalidade e intelectualidade docentes na Bahia da Primeira República

SIMONE DIAS C. DE OLIVEIRA

Como parte da pesquisa de doutorado em curso situada no campo da História da Educação, a qual foca nos processos formativos da profissionalidade experienciados por professores de História concursados que ensinavam no Gymnasio da Bahia, este artigo traz como recorte intersecções encontradas entre a formação da profissionalidade e da intelectualidade baianas desses sujeitos durante a primeira república. O entusiasmo pela educação mobilizou Estado, artistas, intelectuais, pessoas comuns desde elaborações de políticas educacionais à sua implementação até a própria ideologia que colocava progresso e educação escolar em termos lineares e já definidos a priori. A busca por mobilidade social via educação se torna o corolário dos novos tempos. Tempos de sucessivas reformas educacionais, lutas de professores por condições de trabalho mais humanas, por respeito e valorização que viriam a definir o status socioprofissional de ser professor no Brasil. A este entusiasmo educacional, entrecruzam-se tensões e conflitos político-culturais e mudanças na forma econômica de produção visando a construção do novo cidadão republicano. Nesse contexto de efervescência social e educacional a questão que se coloca é: quais relações podemos estabelecer entre a formação da profissionalidade e da intelectualidade em tempos que o professor de história era requerido para construir uma certa identidade patriótica? Objetiva pois identificar e problematizar elementos que compunham possíveis relações entre a profissionalidade do professor de História e sua intelectualidade. Assim, fundamentado nos entrecruzamentos da História Social (THOMPSON, 1981, 2012) e da História Cultural (BURKE, 2008), este artigo tem como fontes o livro ‘Memória histórica do Ensino Secundário Oficial na Bahia (1837-1937)’, escrito pelo professor de História do Brasil do Gymnasio da Bahia Francisco da Conceição Menezes – também membro do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB) – e seu amigo e colega de trabalho o professor de Latim Gelásio de Abreu Farias; a Lei 117/1895, instituiu a organização do ensino no estado da Bahia; artigos de jornais baiano e pernambucano inseridos na 2ª edição do livro ‘História do Brasil (Curso dos Gymnasios e Lyceus)’ do também professor de História do Brasil do Gymnasio e membro do IGHB Antonio Alexandre Borges dos Reis, assim como a introdução do livro. O Gymnasio da Bahia, único ginásio público de todo o estado, e o IGHB foram instituições fortes, articuladas e empenhadas na construção da identidade baiana, locus privilegiados da produção de saberes e conhecimentos históricos. Com a organização do ensino em 1895, ficou instituído a composição da Congregação do Gymnasio, formas de ingresso na profissão e condições de trabalho. O professor de História, também reconhecido como historiador, mostrou-se engajado politicamente na construção cultural da educação na Bahia em uma relação dialética com a própria construção de sua profissionalidade docente.

Palavras-chave: profissionalidade; ensino secundário; professor de História

Educação rural em evidência no Paraná (1997-2019)

SIMONE IVASHITA, THAIS BENTO FARIA

A educação no meio rural esteve relegada às margens da historiografia, ligada à marca do atraso, e só mais recentemente passou a ser foco de algumas pesquisas no campo educacional, segundo levantamento realizado por Damasceno e Beserra (2004) e Ávila (2013). Em recente obra, História e Memória da educação rural no século XX, organizada por Chaloba, Celeste Filho e Mesquita (2020), resultante de projeto de pesquisa nacional intitulado Formação e Trabalho de Professoras e Professores Rurais no Brasil: RS, PR, SP, MG, RJ, MS, MT, MA, PE, PI, SE, PB, RO (décadas de 40 a 70 do século XX), as pesquisadoras Lima (2020), Costa e Chaloba (2020) e Ivashita (2020) realizaram amplo inventário da produção historiográfica sobre educação rural no Brasil com base em fontes diversas. O presente trabalho analisa estes três inventários, e tem como eixo a educação rural e como recorte espacial o Estado do Paraná. Desta forma, foram selecionadas publicações de 1997 a 2019 disponíveis: nos anais do Congresso Brasileiro de História da Educação (CBHE) entre 2000 e 2017; no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), de 2001 a 2018, e em quatro periódicos reconhecidos no campo da história da educação - a Revista de História da Educação (1997-2019), a Revista HISTEDBR on line (2000-2019), a Revista Brasileira de História da Educação (2001-2019) e os Cadernos de História da Educação (2002-2019), abrangendo artigos dessas revistas especializadas entre 1997 e 2019. Este escrito objetiva agrupar e evidenciar duas décadas de produção investigativa acerca do assunto, ação importante para o desenvolvimento de novas pesquisas sobre o Paraná. Entre os resultados, a partir da temática 'educação rural', observa-se a presença majoritária de pesquisas na região Sul, inclusive estudos vinculados a instituições de ensino superior paranaense e que tomam este Estado como locos investigativo (IVASHITA, 2020). Nos eixos 'Formação' e 'Trabalho' de professores e professoras rurais, Lima (2020) localiza duas publicações no CBHE concernente ao Paraná, uma de autoria de Schelbauer (2015) e outra de Miguel (2017), ambas relacionadas à 'Formação', nenhuma que tratasse de 'Trabalho'. Costa e Chaloba (2020) encontraram 29 dissertações e teses acerca da formação de professores rurais, 11 trabalhos têm como recorte espacial o território paranaense, o que elucida a proeminência de pesquisas que elege este Estado como espaço de estudo e, o entrelaçamento destes inventários, também aclara a ausência da temática 'trabalho docente rural paranaense'. Cabe elucidar ainda que estes trabalhos de revisão têm duas características marcantes, a importância de balanços para identificar o caminho percorrido pelos pesquisadores(as) e a provisoriedade deste tipo de pesquisa que necessita ser constantemente atualizada.

Palavras-chave: História da Educação; Paraná; educação rural

A Voz da Arcádia e o Jornal do Árcade: os impressos estudantis na cultura juvenil de Sergipe

SIMONE PAIXÃO RODRIGUES , ANA MÁRCIA BARBOSA DOS SANTOS SANTANA

Mesmo diante de um alargamento de possibilidades de fontes e objetos de investigação da História da Educação, é perceptível que, em seus estudos, há uma tendência no sentido de priorizar análises sobre o universo educacional, a partir dos sujeitos que compõem o quadro hierárquico do corpo diretivo e/ou docente das instituições de ensino. Em boa parte dessas pesquisas, o aluno é visto através de um esquadro cercado por características peculiares à concepção que a escola e a sociedade têm sobre o universo estudantil. Tal concepção é construída por meio de um conjunto de fontes produzidas pela escola sobre seu corpo discente, que, na maioria das vezes, silencia o protagonismo juvenil presente no cotidiano escolar e/ou outros espaços. Dessa forma, o presente trabalho tem como objetivo analisar dois jornais estudantis: A Voz da Arcádia e o Jornal do Árcade, a fim de compreender como os alunos protagonizaram seu cotidiano e ganharam visibilidade a partir dos seus impressos. Para a produção deste trabalho serão tomados os conceitos de Sociabilidade e Cultura Escolar como categorias de análises, bem como os fundamentos teóricos-metodológicos pertencentes à Nova História Cultural. Os jornais aqui analisados, ora como objeto de estudo, ora como fontes, foram órgãos oficiais da Arcádia Literária do Atheneu Sergipense, uma associação estudantil criada, em 1956, por alunos do ensino secundário do estado de Sergipe. A pesquisa abordará os referidos impressos em sua materialidade e em seu teor discursivo, buscando verificar que representações acerca das manifestações culturais encontram-se expressas em tais escritos, visto que a Arcádia Literária tinha como objetivos a colaboração e a divulgação da cultura literária, artística e científica no meio estudantil de Sergipe. Em meio às páginas dos periódicos aqui analisados, evidenciou-se o entusiasmo dos jovens estudantes em relação às manifestações artísticas (desenho, pintura, teatro, música), mas, principalmente, em relação à arte literária por meio da qual davam vazão aos seus ideais e emoções, expressos através de poemas, crônicas e de editoriais. Diante da pesquisa realizada, observou-se que, por meio da Arcádia e dos impressos diretamente ligados a ela, os alunos construíram espaços para protagonizar suas histórias, bem como propiciaram o desenvolvimento de uma cultura juvenil movida por ideais de coletividade e de democracia.

Palavras-chave: jornais estudantis; A Voz da Arcádia; Jornal do Árcade

A cultura juvenil de Sergipe: as associações estudantis e o ideal de civilidade da República

SIMONE PAIXÃO RODRIGUES

No início do século XX, a novata República brasileira, que registrou a ebulição dos centros culturais e sociais em meio as transformações que modificavam e exigiam novos comportamentos, novas necessidades e posturas, também presenciou o crescimento de uma cultura juvenil que acontecia dentro e fora dos espaços escolares. Os alunos faziam parte do projeto de modernidade da sociedade republicana e atendiam a um molde social constituído nas escolas e nas instituições associativas, fossem estas literárias, esportivas ou culturais. Esses espaços, alicerçados em valores do “associativismo voluntário”, eram lugares de formação da juventude dentro dos protótipos do ideário civilizatório da República, que tinha o desenvolvimento da cultura literária e científica como imperativo social, sendo as Academias de Letras as que mais desenvolveram o estímulo por estas altas culturas. Nesse sentido, o presente trabalho tem como objeto de estudo as práticas associativas da juventude secundarista de Sergipe na primeira metade dos anos novecentistas, a fim de compreender tais práticas como importantes contributos na formação dos alunos, atendendo, assim, os modelos de civilidade e modernidade da nação republicana. A produção deste trabalho seguiu um caminho teórico-metodológico coerente com os fundamentos da Nova História Cultural, levando em consideração os conceitos de Sociabilidade e Cultura Juvenil como categorias de análise, e os jornais estudantis, órgãos oficiais das associações, como principais fontes. Nas terras sergipanas, em especial na capital Aracaju, foi criado um conjunto de associações estudantis que promoveram atividades como produção de jornais, concursos literários, recitais, excursões, reuniões e organização de eventos, que se configuraram como formas de sociabilidade comum a cultura juvenil daquele período. Dentre as associações estudantis criadas em Sergipe na primeira metade do século XX, destaco o Grêmio Littero Sportivo do Pedro II, Grêmio Literário Pedro II, Grêmio Literário Clodomir Silva, Centro Cultural Alcebíades Paes, Grêmio Pré-Politécnico e Arcádia Literária do Atheneu Sergipense. Essas associações estudantis constituíram-se como verdadeiros espaços de sociabilidade, que reuniam e uniam um grupo de jovens que compartilhava interesses e objetivos comuns. Acolhendo aos ideais de civilidade, os alunos secundaristas, sócios daquelas associações, protagonizaram a cultura juvenil republicana.

Palavras-chave: associativismo estudantil; cultura juvenil; História da Educação

As políticas educacionais do ensino primário no Brasil e em Santa Catarina: como se situam as escolas rurais multisseriadas (1890-1996)

SOLANGE APARECIDA ZOTTI

A etapa dos anos iniciais do ensino fundamental recebeu várias denominações ao longo da história, tais como “escola elementar”, “primeiras letras”, “escola primária”, mas seu objetivo central mantém-se inalterado, mesmo que as concepções e práticas pedagógicas tenham se transformado: realizar o processo de alfabetização. É a partir desta etapa que se desenvolvem os demais níveis da escolarização. Esta lógica, intrínseca ao processo educativo, não é mesma do ponto de vista histórico, quando observamos que a escola primária foi prioridade tardia no contexto das políticas educacionais brasileiras. A educação começou a ser pensada pelo topo da pirâmide, ensino superior e secundário foram prioridade, enquanto o ensino elementar era encaminhado pela família que possuía as condições econômicas para tal, basicamente até a República. Este estudo revisita as políticas educacionais que orientaram o ensino primário no Brasil, com o objetivo de analisar, especificamente, a constituição e regulamentação da educação rural, traçando um paralelo entre as políticas nacionais e de Santa Catarina para compreender o processo de constituição e desativação da rede de escolas multisseriadas do estado. Abrange o período republicano até a LDBEN de 1996. A pesquisa caracterizou-se pela abordagem qualitativa, através de pesquisa bibliográfica e documental, sendo a concepção materialista histórica dialética norteadora do processo de análise e síntese, pois permite apreender o movimento real em sua totalidade, no qual o particular é explicitado no contexto socioeconômico-político, dialeticamente relacionados, tendo em vista as políticas educacionais em âmbito nacional e estadual. Na pesquisa documental identificamos as leis principais do período estudado (1890-1996) (Constituições, Leis Orgânicas, Decretos, LDBs, além das leis, decretos e planos estaduais de educação de SC) e o que traziam sobre a educação rural e o modelo de escola multisseriada característico deste espaço. Como síntese dos resultados destacamos que a organização da educação rural, através da escola isolada multisseriada, foi uma opção política dos estados por todo o território nacional. Santa Catarina também organizou o ensino primário tendo como referência a escola isolada, mesmo após a constituição dos grupos escolares no início do século XX. Em relação a legislação nacional e estadual, identificamos algumas menções à escola rural, mas a maioria dos documentos não tratam a especificidade da escola multisseriada. A presença das multisseriadas era condição para a oferta do ensino primário devido às condições de cada região, número de alunos e disponibilidade de professores. A questão central está na ausência de políticas educacionais e projetos pedagógicos que tratassem a escola rural isolada multisseriada a partir de suas características e necessidades, com um olhar sobre a organização didática, o currículo, os materiais adequados à realidade do contexto da escola e do trabalho do professor e dos alunos.

Palavras-chave: ensino primário; escolas multisseriadas; políticas educacionais

Revista A Faceira e as redes de sociabilidades femininas: ações assistenciais e educativas à infância no Rio de Janeiro (1911-1918)

SÔNIA CAMARA, LUIZA PINHEIRO DA SILVA

A partir do final do século XIX e início do XX, a filantropia passou a compor ações estratégicas empreendidas por setores sociais envolvidos com as reformas da sociedade. Educar as mulheres e mães quanto à arte de cultivar/cuidar da prole em acordo com o pensamento higienista em vigor à época aparecia como aspecto mobilizador das cruzadas civilizatórias empreendidas pela causa da infância. Mulheres da elite carioca se engajaram em associações e ligas, compondo redes de sociabilidades em prol da infância pobre e desamparada, a exemplo das irmãs escritoras Adelina Lopes Vieira e Julia Lopes de Almeida, Leonor Posada, Cecília Pimentel Aguirre, Violeta Motta, Julieta Accioli, Elda de Moraes Cardoso e Carmen das Dores. O objetivo desta comunicação é o de compreender as redes de sociabilidades femininas como potencializadoras de ações assistenciais e educativas à infância no Rio de Janeiro nos anos de 1911 a 1918. Com este intento interessa refletir acerca das articulações empreendidas por essas mulheres a partir de iniciativas práticas e de seus escritos, com destaque para a publicação da revista *A Faceira*, periódico mensal que circulou no Rio de Janeiro entre os anos de 1911 e 1918. Destinada ao público feminino, a revista pretendia falar do e ao mundo feminino, dedicando atenção à vida elegante da urbe, mas também registrando as atuações das mulheres em socorro às infâncias pobres da capital do país, como na publicação do *Boletim das Damas*, folheto publicado no periódico de 1911 a 1913. A periodização proposta (1911-1918) justifica-se tendo em vista serem os anos de publicação/circulação do periódico. O corpus documental acionado constitui-se, fundamentalmente a partir das setenta e quatro edições da revista *A Faceira* que se encontram disponibilizadas à consulta na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, bem como de relatórios, livros e outras fontes que permitam captar dados acerca das ações assistenciais, educativas e das redes de sociabilidades mobilizadas pelas mulheres da elite carioca. Com este intento, o diálogo será realizado com os trabalhos de Sirinelli (2003), Vidal (2004), Sanglard (2014), Magaldi (2015), Freire (2016), Camara (2010; 2017), Mott (2016), entre outros. Considera-se que algumas mulheres envolvidas com a publicação da revista tiveram uma atuação significativa como participantes de ações filantrópicas e assistenciais à infância, bem como na construção de um ideal assistencial a ser desempenhado pelas iniciativas privada e pública em construção no país. Investindo tempo, prestígio e capital financeiro, compuseram redes de sociabilidades capazes de influenciar outras mulheres e assim, contribuir para a construção de projetos que tomavam à infância como porvir da nação.

Palavras-chave: redes de sociabilidades femininas; intelectuais e impressos; assistência a infância

Narrar a história por meio das fontes: um estudo das Escolas Estaduais Capistrano de Abreu e Conselheiro Crispiniano (1926 – dias atuais)

STEFANE LINO DE FREITAS

A discussão teórica relativa às fontes na história da educação faz-se referência fundante desta apresentação. Com efeito, a historicidade da documentação mobilizada na urdidura da história que se ocupa em contar as maneiras pelas quais os seres humanos lidaram com a transmissão da cultura ao longo do tempo é imprescindível. É igualmente imprescindível ater-se aos paradigmas teóricos e conceituais que operam delineando a leitura e a interpretação dessa documentação (CARVALHO, 1998; CERTEAU, 1982; CHARTIER, 2002; LIMA E FONSECA; VEIGA, 2008; NUNES; CARVALHO, 1993). Considerando tal perspectiva, esta apresentação retoma as histórias das Escola Estadual Capistrano de Abreu (o antigo Grupo Escolar Capistrano de Abreu) e a Escola Estadual Conselheiro Crispiniano (o antigo Ginásio Estadual de Guarulhos), ambas localizadas no município de Guarulhos, São Paulo, Brasil, por meio de fontes variadas, por exemplo, as fontes bibliográficas, as fontes documentais e fontes orais para tal. As fontes bibliográficas às quais se recorreu (GUARULHOS, 2006; OMAR, 2008; RANALI, 2002; RIBEIRO, 1995) são tidas como fontes secundárias, que expressam maneiras próprias de entender e contar a história das escolas. Já as fontes documentais relacionadas às escolas em questão — em sua maioria encontradas no Arquivo Histórico do Município de Guarulhos — e as fontes orais, constituídas pelas histórias de vidas dos sujeitos atuantes em ambas as escolas entre os anos 1970 e os dias atuais, são tidas como fontes primárias. Os conceitos de cultura escolar, na acepção que lhe confere Julia (2012), e forma escolar (VINCENT; LAHIRE; THIN, 2001) são centrais por colocarem em evidência as formas de sociabilidade, bem como as normas e as práticas internas à instituição escolar, além de nortear a questão fundamental das pesquisas: Que histórias podem ser contadas a partir dessas fontes? O estudo das aludidas escolas é justificado ainda pelo interesse em estudar a história da educação no referido município, atendo-se aos dois estabelecimentos escolares que marcam e transformam essa história, pois são estes o primeiro grupo escolar, o Grupo Escolar de Guarulhos, e o primeiro ginásio de Guarulhos, o Ginásio Estadual de Guarulhos. O marco temporal desta apresentação tem início nos marcos de fundação das escolas: 1926, ano em que foi fundado o Grupo Escolar Capistrano de Abreu, e 1951, ano de fundação do Ginásio Estadual de Guarulhos, e encerra-se nos dias atuais. A abordagem metodológica desta apresentação é qualitativa (BOGDAN; BIKLEN, 1999). Ainda, trata-se de um estudo documental, tal como o definiu Gil (2002) bem como de um estudo que se vale da metodologia de pesquisa (auto)biográfica (DELORY-MOMBERGER, 2012). Como resultados preliminares a serem apresentados destacam-se: a história das escolas relacionada ao contexto municipal, estadual e nacional, e a discussão sobre as diferentes histórias possibilitadas pelo recurso a distintas fontes.

Palavras-chave: Escola Estadual Capistrano de Abreu; Escola Estadual Conselheiro Crispiniano; fontes históricas

A organização da instrução pública municipal em Belém no governo Lemos (1898-1908)

SUELLEM PANTOJA, VIVIANE DOURADO

Este estudo situa-se no campo da história da educação e tem como objetivo analisar o processo de organização da instrução pública primária no município de Belém no período de 1898 a 1908, por meio da identificação da concepção de educação que orientou a política educacional desenvolvida no governo Lemos e da compreensão da estrutura e do funcionamento da instrução pública primária. Utilizamos, como fontes da pesquisa, as atas do Conselho Municipal de 1897 e 1898, os Relatórios apresentados por Lemos ao Conselho Municipal de Belém entre 1902 e 1908, o Código de Polícia Municipal instituído em 1900, o Regulamento das Escolas Municipais de Belém (1898), o Regulamento da Instrução Pública de 1903 e o Regulamento do Ensino Público de 1904. Tais documentos foram coletados no Arquivo Público do Estado do Pará (APEP), no Setor de Obras Raras da Biblioteca Pública Arthur Vianna (CENTUR) e no site da Hemeroteca Digital. No tratamento dos dados coletados, utilizamos a técnica de análise de conteúdo de Bardin (2011). O recorte temporal adotado se deu em função das fontes disponíveis, 1898 corresponde ao ano de aprovação do primeiro Regulamento das Escolas Municipais de Belém e 1908 refere-se ao ano do último relatório da intendência com informações relevantes acerca da instrução pública. O referencial teórico é composto por autores como Carvalho (1990), Nagle (2009) e Saviani (2014), que tratam do contexto político, econômico e social do Brasil no início do século XX; Carvalho (2007), Magalhães (2015), Gonçalves Neto (2015) e Carvalho (2017), que abordam a atuação municipal na organização da instrução pública no início do período republicano; e Sarges (2000), que desenvolve estudos sobre o processo de reforma urbana empreendida por Lemos na cidade de Belém. Por meio de nossos estudos identificamos que a política educacional desenvolvida no governo de Antônio Lemos foi norteadada por uma concepção positivista de educação que valorizava o civismo e o patriotismo buscando consolidar uma identidade nacional, a instrução pública nesse contexto tinha como fim último a civilização dos belenenses. Consideramos que as iniciativas do Conselho Municipal no campo da educação demonstram uma preocupação e, em certa medida, um esforço em organizar o ensino, visto que foram aprovadas leis e regulamentos tratando dessa matéria específica; além do que, havia uma divisão de responsabilidades entre o estado e o município a qual nos permite inferir que o município de Belém, ainda que de maneira preliminar, organizou um sistema municipal de ensino.

Palavras-chave: organização da instrução; Antônio Lemos; município de Belém

História da Educação e populações negras: de volta à discussão inclusão/exclusão

SURYA AARONOVICH POMBO DE BARROS

A História da Educação brasileira, nascida no final do século XIX, floresceu a partir de diferentes estímulos, necessidades da sociedade e em consonância com o desenvolvimento científico, chegando ao século XXI como um campo de pesquisas consolidado. Porém, desde o final dos anos 1980, investigadores/as vinham sendo criticados/as por esta ser uma história de brancos, num país de maioria negra. O desenvolvimento do campo, com o aumento de pesquisas, o alargamento das fontes, a mudança nas temáticas e nas perguntas feitas para o passado, começou a alterar esse cenário. Além disso, as influências de outras áreas, as demandas vindas de fora da academia e o aumento na diversidade de investigadores/as ocupando os espaços de pesquisa ajudou que a crítica fosse incorporada e sanada. Outrora ausente, é inegável que populações negras foram inseridas na historiografia da educação. Nas últimas três décadas, pesquisas incluem estudantes e docentes, intelectuais, crianças e adultos, legislação e práticas envolvendo pessoas negras. Essa presença é perseguida e percebida em instituições diversas, nos mundos do trabalho, em diferentes períodos e regiões, articulando a temática racial e educação. Em outras palavras, os resultados mostram que é possível e desejável perceber a relação entre população negra e universo letrado em diferentes períodos da história brasileira. Apesar disso, dados estatísticos, pesquisas acadêmicas, denúncias e testemunhos individuais atestam a desigualdade educacional entre brancos e negros. Esta comunicação objetiva discutir como a historiografia da educação pode ajudar na compreensão de tais processos nos dois séculos de Brasil Independente. Através da revisão da literatura produzida no âmbito da história da educação sobre o período que vai de 1822 à atualidade, procuraremos demonstrar que processos de inclusão e exclusão acompanham as trajetórias negras no universo letrado. Em diálogo com a produção historiográfica e as reflexões propostas pelos estudos de relações raciais e educação, esperamos que, neste ano em que se discutirá o Bicentenário da Independência, olhar para os processos intra e extra escolares, possa ajudar a lançar luzes e a compreender resultados educacionais da população negra quando comparada com a branca, contribuindo para a discussão sobre a escola brasileira e seus processos de produção de desigualdade, meritocracia, e possibilidades de democratização desses espaços, proposta por essa comunicação coordenada.

Palavras-chave: História da Educação e populações negras; revisão de literatura; desigualdade racial e educação.

Caminhos trilhados: percursos da professora catarinense Jessy Cherem (1929-2014)

SUSANE DA COSTA WASCHINEWSKI

A pesquisa aborda aspectos da vida de Jessy Cherem (1929-2014), professora catarinense que atuou na formação de professores e na gestão de cargos públicos. Escrita nas perspectivas teóricas do campo da História da Educação, mais especificamente naquelas que dialogam com o gênero biográfico, o estudo do percurso de sua vida é construído a partir da interlocução entre o contexto educacional local e nacional. As fontes utilizadas estão abrangidas no arquivo pessoal da personagem, o qual é constituído por documentos em variados suportes que ajudam a interrogar tanto passagens de sua vida quanto produzir conhecimentos sobre a História da Educação do período. Foram também somadas ao arcabouço documental entrevistas baseadas na metodologia da história oral e acrescentados outros documentos, como relatórios, jornais e atas encontrados em acervos e arquivos localizados em Santa Catarina e Minas Gerais. Com base no entrelaçamento das fontes a pesquisa buscou responder como aspectos da vida de Jessy, em especial no que se refere ao campo profissional, ajudam conhecer o cenário educacional, em especial os desdobramentos de sua participação no Programa de Assistência brasileiro-americana ao Ensino Elementar PABAE-INEP (1956-1964), que são poucos conhecidos na História e Historiografia da Educação não apenas catarinense, mas também nacional. O estudo procurou evidenciar como tais iniciativas contribuíram com os trânsitos geográficos e culturais que sedimentaram sua biografia. Os objetivos deste estudo envolveram investigar sua passagem e participação no PABAE-INEP e os desdobramentos e/ou os possíveis desígnios ao longo de sua atuação profissional; analisar como se produziram aproximações entre as ideias pedagógicas que circulavam no estado catarinense e as “novas” ideias e metodologias trazidas após o curso de aperfeiçoamento do referido programa; identificar políticas e programas destinados à formação de professores primários nos cenários nacional e catarinense das décadas de 1950 a 1970; conhecer as redes às quais esteve articulada, ampliando seu trânsito geográfico, na vida pública e nos cargos em que atuou; analisar as narrativas memoriais produzidas por aqueles que conviveram com ela. Considera-se que sua atuação é marcada pelos lugares que ocupou e pelo acionamento de uma rede política que lhe permitiu atuar como representante do governo na tarefa de melhorar os dados educacionais do estado catarinense. Suas táticas de ação podem ser percebidas nas alianças que estabeleceu e nos projetos que desenvolveu no interior de diversas instituições. Suas escolhas pessoais conectaram-se diversas vezes aos interesses partidários e traduziram-se em projetos concretizados.

Palavras-chave: Jessy Cherem; gênero biográfico; arquivos pessoais; PABAE-INEP; campanhas educacionais; História da Educação de Santa Catarina.

Filosofia Panecástica de Joseph Jacotot no Império Brasileiro: potência no atual debate sobre alfabetização.

SUZANA LOPES DE ALBUQUERQUE

O campo da alfabetização no Brasil atravessa eras buscando novidades metodológicas, como se aí residisse o mal ou a solução para os problemas envolvidos nesta área. Dessa forma, a panacéia dos métodos transitou historicamente pelo Panóptico do método de Ensino Mútuo, que foi contrastado com os métodos simultâneos. No contexto de uma PNA brasileira que indica o método fônico, urge fazer audível a Filosofia Panecástica, criada por Joseph Jacotot (1770-1840), que ecoou no Brasil Império e que foi silenciada por motivos mais latentes do que nunca. Como não silenciar uma filosofia fundamentada na máxima “Tudo está em tudo” para tratar da emancipação intelectual dos sujeitos, em contraposição à onipresença do poder e do olhar vigilante do mestre que prescreve, regula, vigia e normatiza a potência da leitura de mundo, da escrita inventada e da infância? O presente artigo tem como objetivo promover uma reflexão sobre a premissa da igualdade das inteligências contida na Filosofia Panecástica, bem como apresentar as apropriações e desdobramentos desta ruptura no campo dos métodos de ensino de leitura e escrita da língua materna no império brasileiro (século XIX). A partir de uma leitura; obras como *O mestre ignorante* (2015) do filósofo Jacques Rancière, e *Joseph Jacotot: le pedagogue paradoxal* (2012), de Claude Raisy, esta discussão torna-se imprescindível na atualidade brasileira para problematizar a questão da emancipação e igualdade nas relações com o saber, opondo-se à uma ordem explicadora de um professor conteudista, reprodutivista e engessado por programas de alfabetização com um viés restritivo de uma marcha metodológica e de uma matriz como a do método fônico de alfabetização, por exemplo. A partir de uma pesquisa bibliográfica e com fontes históricas como ofícios, requerimentos, fontes jornalísticas, cartas, periódicos, dentre outras, buscou-se debater a dimensão filosófica contida na Panecástica de Jacotot, evocando o princípio da analogia da máxima “Tudo está em tudo” no ensino da língua materna, debatendo os vínculos entre a dimensão política de uma leitura do mundo relacionada à leitura das palavras, em um processo de subjetivação. Depreende-se daí a potência de uma filosofia do século XIX frente ao processo de resistência a uma atual Política Nacional de Alfabetização (PNA) para a infância brasileira restritiva à uma marcha metodológica sintética. Ressalta-se a veiculação desta potente filosofia em diferentes fontes no Brasil imperial e seu posterior silenciamento, sendo retomada no Brasil somente após a tradução da obra *O mestre ignorante* para o português em meados dos anos 2000.

Palavras-chave: Jacotot; alfabetização; Panecástica

Grupo Escolar José Emílio de Aguiar: currículo e práticas educativas (Coromandel-MG, 1961-71)

SUZELE SANY LACERDA ALVES, SAULOEBER DE SOUZA

O presente trabalho tem como objetivo analisar o currículo e as práticas escolares empreendidas no Grupo Escolar José Emílio de Aguiar na perspectiva das representações. Trata-se da comunicação de resultados de pesquisa de mestrado realizada no campo da História da Educação, subárea instituições escolares, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). A pesquisa de cunho documental, empírico e bibliográfico, se valeu de diversas fontes, quais sejam, leis, decretos, atas de instalação da escola, livro de registro de matrículas, livro de resultados finais, termo de posse dos funcionários, livro registro de ponto dos funcionários, ofícios, jornais, fotografias e entrevistas semiestruturadas. O referencial teórico está embasado em Souza (1998; 2014), Faria Filho (2014), Vidal (2006), Nosella e Buffa (2005; 2009), Araújo (2006; 2012) e Roger Chartier (2002). O Grupo Escolar José Emílio de Aguiar, terceira instituição dessa natureza da cidade de Coromandel-MG, foi criado em 1961 e funcionou inicialmente como anexo da primeira escola. A reflexão aqui proposta sobre o currículo e práticas escolares realizadas na escola atenta para as finalidades educativas que coloca um conteúdo de instrução a serviço de tais finalidades (CHERVEL, 1990). O processo de construção do currículo foi sempre agregado a interesses políticos, ideológicos, religiosos, sociais, econômicos e culturais. Dessa maneira, a grade curricular dos grupos escolares expressava tais embates a partir de diferentes interesses. Não obstante a instrução legal normatizar o conjunto de disciplinas e conteúdos componentes no currículo dos Grupos Escolares mineiros, que somavam oito, o currículo praticado pelo Grupo Escolar José Emílio de Aguiar se diferiu do prescrito, abarcando apenas algumas disciplinas, Língua Pátria, Aritmética e Ciências. A redução da quantidade de disciplinas ofertadas em relação às prescritas a compor o currículo da escola primária nos Programas de Ensino vigentes da época pode estar relacionada às finalidades educacionais: o que ensinar, para que ensinar e para quem ensinar. Trata-se dos objetivos sociais que estabelecem uma conexão com a identidade social da instituição e suas representações Nosella e Buffa (2005). Dentre as práticas educativas o ditado, a declamação de poesias, o treino de palavras e a memorização da tabuada estavam presentes no cotidiano das aulas. A escola era importante instrumento a serviço da igreja, pois, a preparação para a Primeira Eucaristia estava a cargo dela e acontecia nos horários de aulas, com punições para os alunos que faltavam à missa do domingo. Adentrar no interior de uma instituição escolar significa invadir sua intimidade e revelar suas práticas, concepções e interesses.

Palavras-chave: grupo escolar; currículo; práticas educativas

O apelo da coleção “Para Gostar de Ler” na década de 1970

SUZETE DE PAULA BORNATTO

O estudo se insere na área da história da educação das sensibilidades e tem por objeto o paratexto (GENETTE, 2009) dos quatro primeiros volumes da coleção “Para gostar de ler”, lançada pela Editora Ática, de São Paulo, em 1977, e que se tornou um marco de sucesso na produção de paradidáticos destinados a jovens leitores e leitoras (BORELLI, 1996; MENDONÇA, 2007). O objetivo principal foi o de analisar a estratégia editorial desses volumes, ancorada em gêneros do jornalismo, que, antes das crônicas selecionadas, apresentava os autores (Carlos Drummond de Andrade, Fernando Sabino, Rubem Braga e Paulo Mendes Campos) em seções com informações biográficas, entrevistas e depoimentos. Além de tomar como fontes os cinco volumes que reúnem esses autores, e que incluem um posfácio de Antonio Candido sobre o gênero crônica, a pesquisa se baseou em estudos sobre história editorial brasileira e em depoimentos do coordenador do projeto na Ática. Evitando o tom respeitoso e enaltecedor predominante em coleções anteriores destinadas ao público em idade escolar, a marca da “Para Gostar de Ler” é o esboço de uma proximidade com os escritores, ou de uma relação menos desigual entre autores e leitoras/leitores, marcada pela informalidade da linguagem e pela natureza das informações biográficas compartilhadas. A aposta bem sucedida da editora parece ter sido na ideia de que esse conhecimento “marginal” sobre as pessoas, diferentemente da informação “livresca”/“escolar”, essa pequena intimidade repercutiria em maior interesse pelos textos e, assim, despertaria nas e nos jovens o gosto pela leitura. Além disso, o paratexto manifesta a intenção de contrapor a coleção ao que caracterizaria o universo escolar (ensino de gramática ou redação); trata-se antes do convite sedutor para um “mundo” supostamente desconhecido pelo público escolar e que dá prazer, sensação que estaria ausente da escola. A natureza das informações biográficas sugere a destinação também a professoras e professores, cuja aprovação era essencial para o sistema de produção da editora. Ressalta-se que o papel do jornal, de apresentar, aproximar, entrevistar, narrar sobre os autores, foi trazido para o livro e é essa mediação que faz de cada autor não só um escritor vivo, mas um cara legal, simpático, divertido, próximo e que ainda responde perguntas de estudantes. A quebra da formalidade na linguagem da coleção certamente não foi a origem de uma mudança, mas contribuiu para sua consolidação. O apelo à “curtição”, ao prazer, está sintonizado com mudanças culturais, nos costumes, nas relações pessoais, com uma nova “estrutura de sentimento”, nos termos de Raymond Williams (2003).

Palavras-chave: Para Gostar de Ler; educação das sensibilidades; formação de leitores

Instituto de Radiodifusão Educativa do Estado da Bahia - IRDEB: a autonomia baiana na construção dos programas de radioeducação entre 1969 e 1978.

TARCÍSIO HENRIQUE SOUZA SANT'ANA

Durante a pandemia da COVID-19 a discussão sobre o espaço escolar e sobre o acesso à educação pública e de qualidade ganhou destaque frente às proibições sanitárias para aulas físicas, e aos problemas ligados à conexão e demais dificuldades do ensino remoto. Um dos caminhos de enfrentamento desses desafios foi a utilização do rádio como instrumento de comunicação para a educação pública, veículo de educação que já possui amplo histórico como ferramenta educacional no Brasil e no mundo e que, no estado da Bahia, coloca-se desde a década de 1960 como meio de execução de políticas públicas educacionais, diante da extensão territorial do Estado e da ausência de uma política pública de expansão do acesso à escolarização nos meios rurais. O Instituto de Radiodifusão Educativa do Estado da Bahia - IRDEB, tema desta presente pesquisa em andamento, insere-se neste contexto como órgão central na construção dos programas radioeducativos distribuídos pelo Estado da Bahia. A partir do trabalho realizado no projeto “História e memória da radioeducação baiana (1960-1989): o rádio como veículo de educação”, com financiamento do CNPQ, no qual é feito o levantamento, catalogação e divulgação de fontes ligadas à radioeducação baiana, investigamos a formação do Instituto de Radiodifusão Educativa do Estado da Bahia - IRDEB (1969), tendo como objetivo compreender as intenções político-educacionais relacionadas à criação deste órgão público que distribuía programas radiofônicos educativos para as emissoras baianas, até a construção da sua própria emissora de Rádio, a Rádio Educadora da Bahia (1978), durante o período da ditadura militar brasileira. A pesquisa procura compreender a relação do IRDEB com os projetos educacionais criados pelo Ministério da Educação e Cultura do governo ditatorial para serem distribuídos em todo o país, como o ‘Projeto Minerva’, e também busca-se analisar como se deu o processo de construção de autonomia do Instituto neste contexto político, com a criação de programas radioeducativos específicos para o Estado da Bahia, e posteriormente criação de sua própria emissora de rádio. Por fim, buscamos analisar como este processo de autonomia e construção de política educacional dialoga com o repertório técnico utilizado na radioeducação. Para esta pesquisa utilizamos como fontes documentos de fundação do Instituto como Estatuto, primeiro regimento e Decreto regulamentador, e relatórios próprios do órgão dos anos de 1969 a 1978, fontes estas encontradas no acervo arquivístico do IRDEB. Utilizamos também fontes documentais jornalísticas do período entre 1967 e 1978, fontes da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, manuais publicados pela UNESCO entre 1949 e 1970, que tratam da implementação de amplos programas de educação fundamental via rádio, entre outras fontes sobre radioeducação baiana.

Palavras-chave: radioeducação; IRDEB; História da Educação radiofônica

Educação, filantropia e religião: a Bíblia como material didático na alfabetização de cegos

TATIANA DE ANDRADE FULAS

No início do século XIX, surgiram três tipos de entidades que se uniram em um forte vínculo de interdependência: as sociedades filantrópicas, os institutos para a educação de cegos e as sociedades bíblicas. Para inserir os cegos na vida econômica e social das cidades era necessário confortá-los espiritualmente, alfabetizá-los e ensinar-lhes uma profissão. No Reino Unido e nos Estados Unidos, as sociedades filantrópicas foram responsáveis pela criação de institutos de cegos, bem como de outras associações direcionadas para o bem-estar desses indivíduos, dentre elas as sociedades para a impressão autorizada das Escrituras. Em busca de um método de alfabetização, os diretores dos institutos desenvolveram alfabetos e códigos que fossem mais adequados à leitura tátil, montando tipografias dentro dos estabelecimentos para a impressão da Bíblia e de outros livros a serem utilizados pelos alunos. Com foco no público adulto que não era atendido pelas instituições, editores e impressores deram início à publicação dos textos sagrados com letras em relevo e criaram núcleos de ensino doméstico e bibliotecas itinerantes para a distribuição e circulação das obras. Vislumbrando um novo nicho de leitores, a Sociedade Bíblica Britânica e Estrangeira (BFBS) passou a custear a impressão das Escrituras em diferentes alfabetos para cegos, impulsionando a circulação transnacional da Bíblia por meio dos missionários que atuavam nas colônias da Índia, China, Austrália e Egito, entre outros países. O objetivo deste trabalho é analisar as conexões estabelecidas entre as entidades e os sujeitos envolvidos na produção e circulação da Bíblia para a alfabetização de cegos durante o século XIX no Reino Unido e nos Estados Unidos. O corpus documental desta pesquisa é composto pelos relatórios da BFBS, pelas atas dos institutos de cegos, bem como pelos catálogos das editoras e entidades filantrópicas responsáveis pela impressão das Escrituras. O referencial teórico e metodológico tem como base a história da cultura escrita, a partir da proposta do paleógrafo Armando Petrucci, assim como a história social do livro, de acordo com Lucien Febvre e Henri-Jean Martin. A análise segue a perspectiva da história transnacional ao analisar a conexão e a interação entre diferentes atores de variados espaços geográficos, que estabeleceram contatos e relações para além de suas fronteiras. O estudo revela que a Bíblia exercia diversas funções na educação dos cegos: como fonte de consolação para a “sina” infligida por Deus; como material didático de alfabetização; como fonte de renda para os cegos professores que trabalhavam com o ensino doméstico; como instrumento de aculturação nas mãos dos missionários; e como canal de divulgação dos inventores de alfabetos. A BFBS representou a primeira porta de entrada dos deficientes visuais na cultura letrada e a maior financiadora de livros em relevo para a educação de cegos do século XIX.

Palavras-chave: história da cultura escrita; história transnacional; educação especial

Educação enquanto instrumento de fortalecimento dos trabalhadores e das trabalhadoras da economia solidária

TATIANA LOSANO DE ABREU, ALYSSON ANDRÉ RÉGIS OLIVEIRA

A Economia Solidária pode ser entendida como experiências econômicas fundamentadas a partir da cooperação, autogestão e solidariedade. Constitui-se enquanto um movimento social que luta por um projeto alternativo, que se fundamenta em valores e práticas específicas, tais como a busca pela justiça social, o cuidado com o meio ambiente, a valorização do saber local e da diversidade, a centralidade no ser humano e a democracia. Os atores da Economia Solidária possuem formação educacional diversa. Muitos deles não possuem experiências de educação e formação duradouras, seja de caráter técnico-científico ou até mesmo educação básica. O objetivo deste trabalho consiste em dialogar sobre o papel da educação como um fator de fortalecimento da Economia Solidária, destacando, inclusive, algumas das temáticas educativas demandadas pelos trabalhadores e trabalhadoras da Economia Solidária. Trava-se o diálogo teórico com autores como Singer (2005), Freire (1987, 1996), Gadotti (2009) e Gohn (2010, 2011)) com vistas a entender que a educação na Economia Solidária precisa estar fundamentada nos preceitos da Educação Popular e que a educação não-formal pode ser entendida como um espaço de formação que atinge este público. Esta pesquisa caracteriza-se, portanto, enquanto exploratória, descritiva e de caráter qualitativo. A coleta dos dados se deu com a Coordenação do Fórum de Economia Solidária de Guarabira e Região, uma instância política relevante para a organicidade do Movimento de Economia Solidária do estado da Paraíba, onde a cidade de Guarabira está situada. Foi realizado um grupo focal e entrevistas semiestruturadas, que foram gravadas, transcritas e analisadas a partir da análise de discurso (linha francesa). Como resultado, destaca-se a defesa que a educação pode ser realizada nos mais diversos espaços, sendo possível considerá-la, principalmente tratando-se da educação não formal, como instrumento de cidadania, libertação e emancipação, ainda mais se aliada à educação popular. Este tipo de intervenção pedagógica é a mais capaz de fortalecer a Economia Solidária, já que tem o potencial de proporcionar espaços formativos que visem à formação humana, de maneira integral e abrangente, com vistas a romper com as estruturas sociais desiguais. Ainda, o diálogo com os integrantes da coordenação do Fórum de Economia Solidária de Guarabira e região possibilitou constatar diversas demandas formativas, muitas delas relacionadas à gestão dos empreendimentos, aspectos organizacionais, mas, principalmente, sobre os princípios e valores que norteiam a Economia Solidária. Sugere-se o desenvolvimento de novas pesquisas direcionadas a essas demandas e que se preocupem com a adaptação do conhecimento científico ao perfil deste público.

Palavras-chave: movimento de economia solidária; educação não-formal e popular; autogestão

Bibliografia de e sobre Maria Lacerda de Moura (1887-1945): um instrumento de pesquisa

TATIANA RANZANI MAURANO

Apresentam-se os resultados parciais de pesquisa desenvolvida em um programa de pós-graduação em educação, em nível de doutorado. O objetivo da pesquisa é compreender o pensamento da educadora, escritora, feminista, anarquista e anticlerical Maria Lacerda de Moura (1887-1945) sobre os temas relacionados à educação, à igreja católica e ao fascismo no contexto histórico em que vivia e as relações da sua produção escrita com a história da educação no Brasil. Mediante abordagem histórica, centrada em pesquisa documental e bibliográfica, desenvolvida com a utilização dos procedimentos de localização, recuperação, reunião, seleção, ordenação e análise de fontes documentais, vem-se elaborando o documento Bibliografia de e sobre Maria Lacerda de Moura (1887-1945): um instrumento de pesquisa. O corpus selecionado da pesquisa será analisado com o método da análise de configuração textual (MORTATTI, 2000), para verificar, no contexto histórico em que a educadora viveu, suas contribuições para a história da educação no Brasil. Para a elaboração deste documento, o livro, intitulado *A outra face do feminismo: Maria Lacerda de Moura* (LEITE, 1984), foi consultado, além dos acervos online das seguintes instituições: a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da Universidade de São Paulo (USP), a Biblioteca Digital da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), o Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior (Capes), o Google Acadêmico e o Scientific Electronic Library Online (SCIELO). Até o momento, foram localizados 42 documentos de Maria Lacerda de Moura, sendo 14 livros (1918-1934); 21 artigos de jornais e revistas (1920-1935); e 7 conferências (1919-1924). Dos livros escritos pela educadora, os que discutem as temáticas da educação, da igreja católica e do fascismo são: *Clero e Estado* (1931); *Ferrer, o clero romano e a educação laica*, *Clero y Fascismo – horda de embrutecedores* e *Fascismo: filho dileto da Igreja e do capital*, todos publicados em 1934. Sobre a vida e obra de Maria Lacerda de Moura localizou-se 2 resumos científicos; 27 artigos científicos; 1 trabalho de conclusão de curso; 11 dissertações de mestrado; 3 teses de doutorado e 1 livro, totalizando 45 documentos. Os artigos, dissertações, teses e o livro sobre Maria Lacerda de Moura localizados são referentes às temáticas do feminismo, da educação da mulher, do anarquismo, da psicologia, da pedagogia e sobre a revista *Renascença*, editada pela educadora no ano de 1923. Até o momento, não foi encontrado nenhuma pesquisa sobre Maria Lacerda de Moura que apresente o que a educadora escreveu referente à influência da igreja católica e do fascismo na educação brasileira.

Palavras-chave: Maria Lacerda de Moura; instrumento de pesquisa; História da Educação

Educando os Xangôs pelas páginas dos jornais: um estudo sobre periódicos pernambucanos durante a interventoria de Agamenon Magalhães (1937-1945)

TAYANNE ADRIAN SANTANA MORAIS DA SILVA

Ainda que as perseguições aos praticantes de religiões afro-brasileiras não tenham começado com o Estado Novo, em 1937, nesse período a temática da cultura negra e do negro na sociedade brasileira foi marcada por ambiguidades e exclusões. Se de um lado temos uma valorização do samba e da capoeira como elementos da identidade brasileira, elementos estes relacionados a parcela negra da população, do outro percebe-se uma série de ações estatais que buscou negatizar e silenciar as casas de culto afro-brasileiro. Sob essa orientação, a repressão aos praticantes de religiões tais como o Candomblé, bem como a invasão e os confiscos de bens pertencentes aos terreiros tornaram-se práticas comuns em diversos estados, a exemplo de Pernambuco. Durante o governo de Agamenon Magalhães, nomeado interventor federal de Pernambuco por Getúlio Vargas, entre os anos de 1937 e 1945, tem-se um cenário de perseguição sem precedentes contra os terreiros e lideranças do chamado “Xangô pernambucano”, onde um amplo aparato repressivo e a exposição das incursões policiais aos terreiros nos jornais da época se fizeram presentes. Nesse sentido, nos questionamos: teria a mídia impressa um papel educador-disciplinador em relação às práticas de religiões afro-brasileiras em Pernambuco? Mediante esta questão, elencamos como objetivo neste estudo analisar os periódicos em circulação no estado para que, por meio deles, se possa evidenciar os discursos, os debates e os conflitos que estavam sendo postos no contexto de disciplinar os terreiros de Xangô entre os anos de 1937 e 1945. Para tanto, recorreremos aos estudos de Michel Foucault sobre poder disciplinar, no sentido de compreender as publicações como parte do aparato estatal para produzir indivíduos úteis e dóceis à ordem do dia. No que tange à metodologia empregada, utilizamos os métodos da investigação histórica, tendo na pesquisa bibliográfica e documental os meios de coleta dos dados. Por sua vez, elencamos como fonte as edições dos periódicos Diário de Pernambuco e Jornal da Manhã, analisados através da técnica de análise categorial temática segundo a perspectiva de Laurance Bardin. Conclui-se com esta pesquisa que a mídia impressa atuava enquanto meio de se fazer ver as medidas de profilaxia pretendidas pelo governo vigente. O discurso intolerante e as práticas repressivas estampadas nas edições analisadas nos permitem perceber o periódico enquanto um instrumento de intervenção social que, ao tratar das estratégias coercitivas contra os terreiros, construiu também um cenário de medo e terror naqueles que praticavam os cultos afro-religiosos. Apontando os “xangozeiros” como passíveis de serem reprimidos, os jornais serviam de vitrine para uma série de medidas que, além de cercear a liberdade de culto dos afro-religiosos, buscou disciplinar a sociedade pernambucana em seus padrões de comportamentos sociais e morais aos moldes do Estado Novo, marcado pelo forte nacionalismo, assim como pelo autoritarismo e censura.

Palavras-chave: Estado Novo; Agamenon Magalhães; Xangô pernambucano

No terreiro ou no convento, se forja no sagrado a formação: mulheres, religião e educação através dos casos de Mãe Biu e Madre Benigna (Pe)

TAYANNE ADRIAN SANTANA MORAIS DA SILVA, RAQUEL BARRETO

Entre santas e bruxas, a relação mulher-religião é marcada por ambiguidades. Como afirma Perrot (2007), as religiões são, ao mesmo tempo, poder sobre as mulheres e poder das mulheres. Esse vínculo, apesar de paradoxal, permitiu que muitas alcançassem espaços até então vedados à sua participação, sobretudo no campo da educação. Tal constatação remete à problemática: diante de uma sociedade androcêntrica, de que forma a religião influenciou os caminhos (auto)formativos de mulheres? Com base nesse questionamento, nosso objeto de estudo compreende as trajetórias de Severina Paraíso da Silva, conhecida como Mãe Biu, e de Maria Benigna Coelho Lemos, a Madre Benigna, freira carmelita pertencente à Ordem da Nossa Senhora da Caridade. Em Pernambuco, Mãe Biu atuou como chefe religiosa de um dos mais importantes terreiros de Candomblé da história do estado, o Terreiro de Santa Bárbara da Nação Xambá, sob o contexto de repressão promovido pelo Estado Novo (1937-1945). Já Madre Benigna, atuou como diretora da Colônia Penal Feminina do Bom Pastor, localizada no Recife, entre 1963 e 1970. Ao investigar as trajetórias dessas religiosas inseridas em contextos repressivos, a pesquisa objetivou analisar como os caminhos religiosos de Mãe Biu e Madre Benigna estiveram imbricados em suas trajetórias (auto)formativas e permitiram que ambas ocupassem posições de poder em seus respectivos contextos. A pesquisa esteve amparada na perspectiva teórica de Edward Thompson sobre a “história vista de baixo”, dada a possibilidade de contemplar as pessoas comuns e os feitos cotidianos. Já nos procedimentos metodológicos, pauta-se nos métodos da investigação histórica, onde a pesquisa bibliográfica e documental, bem como a metodologia da História Oral foram os meios pelos quais os dados foram obtidos. Os casos de Mãe Biu e Madre Benigna apontam que, embora ambivalente, a relação entre as mulheres e o sagrado permitiu que elas assumissem posições de poder por meio da formação recebida dentro de seus ritos religiosos. No chão do terreiro que carrega nome de mulher e contra o cenário de opressão promovido pelo Estado Novo, Mãe Biu foi iniciada, se fez líder religiosa e resistiu à repressão institucionalizada, formando e iniciando seus filhos de santo nos ritos do Candomblé. De joelhos na Igreja Católica, Madre Benigna trabalhou em prol da profissionalização e da alfabetização das reclusas, colocando no processo educativo a possibilidade de novos futuros para as mulheres privadas de liberdade. Ao evidenciarmos as religiões como sistemas de crenças e práticas, onde se faz presente a circulação intencional de saberes e visões de mundo, tal qual aponta Durkheim (2003), percebemos as trajetórias religiosas e (auto)formativas dessas mulheres como promotoras das posições de enfrentamento em relação aos papéis socialmente atribuídos ao gênero feminino, o que nos permite situar os sistemas religiosos não somente como elementos de opressão, mas como espaços de formação e criação feminina.

Palavras-chave: autoformação; mulheres; religião

Prendendo e educando: as inter-relações institucionais no processo de ação na assistência e educação de menores em estado de orfandade e criminalidade no Pará (1870 – 1910)

TELMO RENATO ARAUJO

A presente comunicação oral tem como temática a criminalidade de menores e as ações institucionais de assistência, proteção e correção, tais como: Polícia (coerção), Juízes de Órfãos (assistência) e Arsenal de Marinha (Educação) e suas inter-relações. O objetivo central do trabalho é compreender como essas instituições tornaram-se centrais nas atividades de assistência, proteção e educação de menores em condições de orfandade e criminalidade, pois exemplificavam a ordem positivista da contenção dos distúrbios familiares e sociais pelo disciplinamento. O período que se estende de 1870 e 1910 corresponde ao momento crucial do processo de higienização da cidade de Belém e as formas de sociabilidade de seus espaços públicos. Foi o período que marca a chamada Belle Époque amazônica, no qual desenvolve-se uma sociedade de cunho urbanizada com fortes traços de modernização onde a infância e a educação o suporte para processo de construção da civilidade. Por tratar-se de um estudo sobre instituições de assistência e coerção no Pará para atendimento à criança no século XIX, optei por trabalhar com os referenciais teóricos de Roger Chartier e Michel Foucault. A leitura de Chartier é para um diálogo entre a História Cultural e a História da Infância, onde acredito que é o caminho para compreender a representação da infância em um determinado momento histórico, bem como a representação que se cria entorno das instituições que escrevem suas histórias por meio de práticas culturais que estão vinculadas a toda uma representação de sociedade. Foucault é importante em nossa análise por indagar questões imprescindíveis para o tema em estudo, principalmente quanto analisa o crescimento do aparelho policial para impedir o desenvolvimento da criminalidade a “céu aberto”, constituindo assim métodos de vigilância mais rigorosos e de técnicas mais bem ajustadas de descoberta, de captura, de informação. O trabalho teve como base a Pesquisa Documental e seus procedimentos metodológicos. As principais fontes utilizadas para dar suporte ao corpus de análise foram: Ofícios (Arsenal de Marinha), Legislação (Coleção das Leis do Império do Brasil) – acervo da APEP (Arquivo Público do Pará); Relatórios de Província e Jornais – acervo da Hemeroteca Digital. Os resultados apontam que havia uma imbricada rede de ações entre as instâncias institucionais tais como: Polícia, Juizado de Órfãos e Arsenal de Marinha articuladas entorno da assistência e proteção à infância. Sendo que estas ações estavam diretamente vinculadas ao controle, vigilância e educação desses menores, considerados como “indesejáveis” ao bom funcionamento de uma sociedade que se projetava moderna.

Palavras-chave: menores; Amazônia; instituições

Os saberes das ruas: circularidade, ensinamentos e práticas criminais de menores em Belém (1900-1925)

TELMO RENATO ARAUJO

Em finais do século XIX o boom gomífero imprimiu a ampliação e modificação da paisagem urbana da cidade de Belém, no qual o crescimento demográfico derivado da economia da borracha a fez transformar-se em dos mais promissores centros urbanos de finais do século XIX no Brasil. A paisagem urbana decorrente dessas transformações deixou transparecer o aumento da miséria e em consequência um número crescente de menores em situações de contravenção e de crime. Em meio a circularidade desses menores pelas ruas eram propagados saberes que constituíam em uma verdadeira cultura criminal urbano. Assim, objetivo deste trabalho é compreender a realidade destes menores por meio da apreciação de alguns casos, no qual essa cultura se apresentava. Ao mesmo tempo proponho levantar a discussão acerca da constituição de redes de saberes que se consolidavam no cotidiano das ruas de Belém no primeiro quartel do século XX, em especial o uso desses saberes no universo criminal. Ao mesmo tempo o trabalho propõe pôr em tela as possibilidades do uso de fontes judiciais para os estudos históricos do cotidiano e sua relação com a construção de saberes informalizados que permeiam as estratégias de sobrevivência cotidianas desses menores. O trabalho aqui apresentado tem como base a Pesquisa Documental tendo como principais fontes: os processos judiciais e os jornais. Para uma melhor delimitação dos casos analisados decidi trabalhar com autos de crimes julgados na 4ª vara – capital Belém – que encontram-se no acervo do Centro de Memória da Amazônia (CMA). As fontes de jornais, particularmente os jornais a Folha do Norte e A República, utilizadas na pesquisa encontram-se no acervo da Hemeroteca Digital. Os resultados apontam que, diante do quadro social da época, muitos menores pobres e sem trabalho circulavam pela cidade cometendo delitos. A leitura dos processos nos mostra por meio das falas dos juízes, advogados, réus, vítimas e testemunhas que havia na realidade dos menores em estado de crime uma articulação dos saberes que adquiriam nas ruas e suas estratégias de sobrevivência. Se destaca nessa articulação e que chama atenção é a prática do crime denominado “Conto do Vigário” cometidos por menores no período da vinda dos seringueiros à Belém para gastar seus proventos, adquiridos com a extração da borracha. A cultura da prática do “conto do vigário” torna-se um ponto interessante para exemplificar as redes de saberes desses menores, pois era um crime cometido em grupo e onde a arte “teatralizada” de enganar, persuadir e ludibriar tornava-se uma estratégia central para o êxito do crime.

Palavras-chave: menor; saberes; criminalidade

Bibliotecas e salas de leitura como estratégias de fascistização (Rio Grande do Sul/Brasil, 1922–1938)

TERCIANE ÂNGELA LUCHESE

Em 1925 ocorreram diversas comemorações relativas à celebração do cinquentenário de imigração italiana no Rio Grande do Sul (RS) e no ensejo de tais festividades e de certo modo a partir de então, em aproximação com as políticas voltadas aos ‘italianos no exterior’ do governo fascista de Mussolini, foram instituídas várias práticas para disseminar o sentimento de italianidade. Sabemos que os contornos da italianidade ganham novos sentidos com o fascismo e as relações de aproximação se constituem, em especial, por meio da representação consular. Além da atuação dos cônsules, são importantes a Società Dante Alighieri como sociedade laica, a Federação Itálica Gens (católica) e as Associações de Mútuo Socorro, além da formação dos fascio all’estero e Doppolavoro que marcaram presença no Rio Grande do Sul. Neste texto, o objetivo é analisar a criação de bibliotecas ou salas de leitura e os livros enviados pelo governo italiano, bem como mapear algumas outras práticas culturais que tinham como intuito ‘fascistizar’ e os modos pelos quais tais instituições atuaram na propaganda cultural. Do ponto de vista das políticas culturais do fascismo, em especial a partir de 1928, foram criadas legislações que orientavam a produção de livros didáticos, mas também de leitura para serem enviados aos ‘italianos no exterior’. Na pesquisa foram mapeados alguns dos títulos e analisados, em especial a obra “Quando il Mondo era Roma”. Os documentos que compõem a empiria são livros, fotografias, jornais, relatórios consulares e correspondências. Metodologicamente procedeu-se à análise documental histórica, embasada em contribuições teóricas do campo da História da Educação e História Cultural, mobilizando produção, distribuição e circulação de livros de leitura. A nomeação para a Direção Geral das Escolas e Italianos no Exterior e de Ministro Plenipotenciário de Piero Parini colocou ênfase na propaganda e em uma educação com nuances totalitários, fascizantes. Parini assumiu ainda a função de secretário dos Fasci italiani all’estero e sua visita ao RS, em 1931, foi marcante para a renovação de um conjunto de práticas culturais que foram ampliadas e ganharam força na disseminação do sentimento de pertencimento e de fomento da propaganda fascista no RS, também concretizadas por meio dos livros vindos da Itália para as recém-criadas bibliotecas e salas de leitura. Além disso, menciona-se os diversos cursos de italiano gratuitos oferecidos, por exemplo, na sede da Dante Alighieri, em Porto Alegre. Mesmo mapeando o conjunto diversificado de práticas culturais, constituição de bibliotecas e analisando alguns dos livros de leitura, reconheço que uma pequena minoria de membros da burguesia e das classes médias italianas locais tiveram contato mais direto com a propaganda fascista.

Palavras-chave: livros de leitura; fascismo; História da Educação

O ensino de Matemática nas memórias de antigas professoras da Escola Rural Estadual Princesa Izabel no distrito de Santa Terezinha município de Itaporã-MS (1979 a 1990)

TEREZINHA GARCIA CAZUZA MARTINEZ, CRISTIANE PEREIRA PERES, CRISTIANE PEREIRA PERES

Este trabalho insere-se nos estudos sobre história da profissão docente. Para tanto, busca, inicialmente, contextualizar a história da educação voltando-se ao magistério e, em um segundo momento, analisar o ensino de matemática nas práticas das professoras, que atuaram em uma escola rural, no período de 1979 a 1990. O recorte temporal corresponde a trajetória destas docentes na Escola Rural Estadual Princesa Izabel, instituição de ensino escolar em que essas professoras tiveram suas primeiras experiências na docência. O trabalho foi desenvolvido por meio de uma bibliografia ligada à história, à história da educação, à história da educação rural e outras. Além disso, recorreu-se a fonte oral, que se constituiu por meio das entrevistas realizadas com as antigas professoras da escola rural. No final da década de 1970, quando essas professoras ingressaram como docente na escola do distrito de Santa Terezinha, pertencente ao município de Itaporã, essas docentes ainda não haviam concluído o Curso Magistério, assim, a formação delas no curso de habilitação específica para o Magistério foi ocorrendo juntamente com o exercício na carreira docente. Na escola rural, essas professoras atuavam em salas de 1^a e 2^a séries ou de 3^a e 4^a séries, lecionando todas as matérias que formavam a estrutura curricular destas séries. No ensino da Matemática, essas professoras em fase de formação no Curso de Magistério sempre procuravam inovar as suas formas de ensinar, inclusive buscavam relacionar o ensino, principalmente, as experiências cotidianas dos (as) alunos (as) e também a realidade do meio rural, assim, inovavam suas práticas por meio de brincadeiras e até mesmo com a criação de jogos. Um exemplo, interessante a esse respeito, era a brincadeira sobre o mercado desenvolvida por uma docente que lecionava para 3^a e 4^a séries, para ensinar as noções de quantidade aos (as) alunos (as). Outra atividade que se destacava nesse cotidiano escolar do meio rural, era o jogo de botão, construído em pano e com a utilização de sementes existentes na localidade que a instituição se encontrava inserida, para formar os professores (as) no ensino da tabuada aos (as) alunos (as). Essa prática da professora com o jogo de botões para o ensino da tabuada, tornou-se até uma referência para os funcionários da diretoria de ensino do município de Dourados, a qual pertencia as escolas situadas no município de Itaporã, na época. Ainda que fossem inovadoras em suas práticas, essas professoras também não deixavam de utilizar em suas aulas o livro didático. Assim, pode-se concluir que, essas professoras do meio rural ainda que inovassem suas práticas em sala de aula com o ensino da Matemática, ao mesmo tempo pautavam as suas formas de ensinar em um modelo tradicional, com o uso dos livros didáticos.

Palavras-chave: memórias; profissão docente; ensino de Matemática em escola rural

A retórica na formação da pessoa e do governante n' O Livro da Virtuosa Benfeitoria: memória e História da Educação

TEREZINHA OLIVEIRA

O objetivo dessa comunicação é analisar a retórica como essencial para a formação do homem, em especial o governante, segundo dois aspectos: o conhecimento e a verdade das ações do governante. Examinaremos a retórica como essência da pessoa, não a tratando apenas como a arte de bem falar, como nos alertara Tomás de Aquino, mas a entendendo como a maneira de o homem se expressar e se posicionar na vida. Esse sentido é sistematicamente retomado na história desde O Sofista, de Platão, a Retórica, de Aristóteles, O orador, de Cícero ou na Idade Média, quando se constitui em uma das três artes do Trivium. Segundo Joseph (2008), a retórica seria a arte de transmitir 'o pensamento de uma mente a outra', logo, apenas se constitui em arte se usada por alguém para comunicar o que está na sua mente. É sob este aspecto que consideramos a retórica como uma das bases da formação do governante na obra O Livro da Virtuosa Benfeitoria, do Infante D. Pedro com o fito de orientar seu irmão, D. Duarte. Em virtude de sua finalidade, é considerada um espelho de príncipe. Dentre as muitas orientações apresentadas pelo autor está a necessidade de o governante ter o domínio da retórica para bem governar, pois, com ela, conseguiria comunicar suas ações aos seus súditos e isso expressaria as intenções verdadeiras contidas na sua mente que, do ponto de vista de D. Pedro, deveria convergir para o bem comum. O segundo aspecto que fundamenta a análise da retórica está relacionado ao conhecimento. Para que o discurso da pessoa/do governante seja verdadeiro, é condição sine qua non que as ações que materializam as ideias contidas na mente sejam pautadas no saber e na ética. A obra de D. Pedro evidencia esses dois aspectos. Por estar baseada no saber escolástico ela é, ao mesmo tempo, espelho e espelha as autoridades da antiguidade e do medievo, em especial Aristóteles e Tomás de Aquino. Em virtude dessas reflexões, nossa exposição tem como fontes de estudo a obra O Livro da Virtuosa Benfeitoria e a Questão 177 'A graça grátis dada da palavra', contida na Suma Teológica, da parte IIa-IIae, de Tomás de Aquino. Elas indicam nosso caminho teórico, uma vez que a escrita de D. Pedro, ao pautar-se em autores do passado, revela a importância de uma tradição do conhecimento. Assim, nossa perspectiva teórica metodológica segue os passos da história social, com o olhar segundo a lente da longa duração. Essa exposição é parte de um estudo mais amplo no qual indicamos, como conclusões parciais, a recuperação da memória histórica da retórica para refletir sobre a formação da pessoa, especialmente das que ocupam lugares de liderança na sociedade.

Palavras-chave: retórica; espelho de príncipe; intelectuais

O discurso de modernização nas mensagens de governador e a educação paranaense (1961-1971)

THAIS BENTO FARIA, ROSA LYDIA CORRÊA

Ney Braga (1961-1965) e Paulo Pimentel (1966-1971) estiveram à frente do governo do Estado do Paraná e, sob o discurso de modernização, construíram a imagem de homens públicos comprometidos com o progresso (IPARDES, 1989). Este estudo analisa os discursos destes ‘novos’ políticos e tem como fonte documental prioritária as Mensagens de Governador, disponíveis no site do Arquivo Público do Paraná, entre 1961 e 1971, cinco proferidas por Ney Braga (1961 a 1965) e três pronunciamentos de Paulo Pimentel (1967, 1968 e 1970). Justifica-se este recorte temporal porque, no âmbito político-governamental, em 1961, Ney Braga assume como governador do Estado e, em 1971, Paulo Pimentel finaliza sua atuação no cargo; na esfera educacional, os anos 1961 e 1971 são emblemáticos, respectivamente quando há a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/EN) de 1961 e a lei 5.692/71. A análise documental evidencia que o discurso de ‘modernização’ se expressa na tentativa de racionalizar a máquina administrativa pautada na eficiência, em especial na defesa pela industrialização que, também implica no binômio energia e estradas (instalação de usinas hidrelétricas e construção de rodovias) etc. A tônica discursiva de Ney Braga se aproxima à de Paulo Pimentel, este que pautou seu governo pela filosofia do “desenvolvimento integrado”, almejando atrair a iniciativa privada, comunidades, cooperativas e outras entidades para participar do Plano de Desenvolvimento Local Integrado, contra o “Estado Paternalista”, como designa em mensagem governamental (PARANÁ, 1967). Estes discursos de ‘modernização’ se materializam na definição de educação como ‘investimento ou aplicação produtiva do capital’; em pronunciamentos favoráveis à ampliação de quatro para seis anos do ensino primário; na defesa por cursos secundários técnico e profissional que habilitassem o jovem para o trabalho, inclusive com a criação de ginásios industriais no Paraná; no emprego de mecanismos descentralizadores, como as inspetorias regionais de ensino; na implantação de oficinas de artes industriais em todos os grupos escolares; na oferta de curso de férias, sobretudo para professores leigos. A Mensagem de Governador, de 1964, ao mesmo tempo que, aponta o Paraná como o único Estado da união federativa com maior rede de estabelecimentos públicos de ensino secundário, na contramão e intencionalmente, anuncia a concessão de bolsas de estudos em escolas particulares e a contribuição para obras da iniciativa privada educacional via Fundepar.

Palavras-chave: Paraná; modernização; educação

Artes, circulação de saberes e processos educativos na América portuguesa (1745-1822)

THAIS NÍVIA DE LIMA E FONSECA, EDSON JUNIO DOS SANTOS

Na América portuguesa, particularmente na Capitania de Minas Gerais, foi intensa a produção pictórica sacra, à vista da população nos espaços públicos e privados. Suportes para narrativas de cunho religioso, as pinturas agiam fortemente na sedimentação das ideias e intenções de conformação do corpo social e político, atuando como agentes de uma pedagogia de sustentação das estruturas sociais e políticas do Antigo Regime. A repetição, intrínseca à exposição constante às imagens, daria eficiência a essa dimensão educativa sem, contudo, exercer poder absoluto como persuasão ou conformação. A atenção às diferentes formas de apropriação dessas imagens e dos significados de suas narrativas é fundamental para o estudo desses fenômenos como processos educativos. É nessa perspectiva que se delineiam os objetivos dessa comunicação: analisar as possibilidades de estudo das pinturas como instrumentos pedagógicos, conforme as concepções correntes no Antigo Regime luso americano, entendendo imagem como texto, passível de leitura pelo expectador; examinar a circulação de saberes fundamentais para sua elaboração, tanto das técnicas envolvendo a pintura, quanto de sua elaboração com base em princípios científicos, matemáticos por exemplo. O estudo compreende o período entre a criação do Seminário de Mariana, em 1745 e o encerramento formal do período colonial, em 1822. Os fundamentos metodológicos deste trabalho situam-se na confluência entre a História da Educação e a História da Arte, considerando-se os arcabouços conceituais acerca das concepções de educação presentes na sociedade luso-americana setecentista em autores como Ana Cristina Araújo, Carlota Boto, Thais Nívia de Lima e Fonseca; as referências no campo do estudo do barroco mineiro e suas principais características, em autores como Adalgisa Arantes Campos, Myriam Andrade Ribeiro de Oliveira, Raquel Quinet Pifano; discussões conceituais sobre as artes, a imagem e seus usos, como Giulio Carlo Argan, Jérôme Basquet, Marina Massimi; as referências metodológicas da micro-história e da história cultural, sobretudo em autores como Carlo Ginzburg e Serge Gruzinski. As fontes utilizadas são pinturas existentes em algumas igrejas coloniais mineiras, principalmente nas cidades de Ouro Preto, São João del Rei e Tiradentes; documentos de irmandades leigas e ordens terceiras ligadas a essas igrejas; livros e impressos circulantes nas Minas sobre saberes técnicos e/ou matemáticos relacionados à produção das pinturas; documentos notariais, fiscais-administrativos e processuais relacionados aos autores das pinturas em estudo. O trabalho permite perceber o movimento de leitura e apropriação das pinturas sacras como parte de um processo educativo mais amplo, destinado à formação do súdito leal à monarquia e à religião, bem como perceber a circulação transversal de saberes científicos, também integrante daquele processo.

Palavras-chave: América portuguesa; arte; educação não-escolar

As revistas *Ciência e Cultura* e *Escola Secundária* como fontes para a história do ensino das Ciências (1948-1965)

TIAGO RODRIGUES DA SILVA

A pesquisa apresenta resultados parciais da dissertação de mestrado sobre a renovação do ensino de história natural/biologia da escola secundária na Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, no período de 1946 a 1965. O artigo analisa as contribuições da revista *Ciência e Cultura* (1948-1965), da SBPC, e revista *Escola Secundária* (1957-1961), da Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário (CADES), para a história da educação brasileira e, mais precisamente, para a história das disciplinas escolares do ensino das ciências da escola secundária. A pesquisa possui uma acepção das revistas como importantes fontes documentais para compreensão do papel das comunidades disciplinas do ensino de ciências naturais, física, química e história natural/biologia no processo de renovação das disciplinas escolares face a modernização do currículo da escola secundária, principalmente, a partir dos anos 1950. A pesquisa histórica-documental priorizou as análises que compuseram a coleção dos periódicos pensando no público-alvo e nos temas neles veiculados. Para compreendê-los, como fontes para a História da Educação, fez-se uso das proposições de Sousa e Catani (1994) e Catani (1996), ou seja, fontes documentais capazes de conferir inteligibilidade de diversos aspectos do campo educacional. A periodização do trabalho foi baseada no ciclo de vida da Revista *Escola Secundária*, com o primeiro número publicado em 1957 e extinta em 1961; por outro, para a revista *Ciência e Cultura* foi considerado o ano de sua fundação em 1948. Encerra-se em 1965 como marco da renovação do ensino das ciências no Brasil com a criação de Centros de Ensino das Ciências em algumas capitais do país. A leitura dos textos foi realizada pensando nas matrizes teóricas de história das disciplinas escolares de André Chervel (1990) e Ivor Goodson (1998, 2018). Por um lado, na revista *Ciência e Cultura* há uma valorização maior da comunidade científica nos debates pela renovação do ensino das ciências, principalmente, do campo da Biologia na determinação de saberes escolares e orientações pedagógicas para o trabalho e formação de professores. Resultado direto de uma forte presença de biólogos na SBPC. No outro, a Revista *Escola Secundária* priorizou as disciplinas de ciências naturais para valorização do ensino das ciências nos ginásios como parte essencial do programa de aperfeiçoamento da escola secundária colocado em marcha pela CADES. É possível compreender como a renovação das disciplinas escolares de ciências naturais, física, química e história natural/biologia como caminho para valorização social da ciência e expansão da escola secundária foram temas recorrentes sobre os quais ganharam suas especialidades, práticas e demandas próprias nas publicações do MEC e no campo científico brasileiro na SBPC. Por fim, tem-se uma premissa que o trabalho possa lançar mais luzes em novas pesquisas sobre a história do ensino das ciências na escola secundária.

Palavras-chave: ensino secundário; revista *Ciência e Cultura*; revista *Escola Secundária*

O livro de leitura como instrumento civilizador: primeiros ensaios

TIZIANA FERRERO, CARLOTA BOTO

Difundindo valores e ideologias, o livro didático se insere no seio de uma cultura. Ele é um instrumento pedagógico por excelência, sujeito às prescrições dos programas oficiais e ligado a uma trama de interesses econômicos e políticos. Diante disso, descrever o percurso do impresso escolar é imprescindível aos pesquisadores do campo da História da Educação, uma vez que põe em evidência os saberes considerados legítimos e validados por uma sociedade em determinada época. No domínio da investigação que considera os livros escolares como objeto e fonte de estudo, o presente trabalho se propôs a examinar a produção, circulação e apropriação dos livros de leitura destinados ao antigo ensino primário no período compreendido entre 1889 e 1971. O advento da Primeira República é o marco inicial da pesquisa, em virtude da efervescência republicana que produziu grandes mudanças na instrução pública. O marco final é o ano de 1971, data em que ocorreu a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação n.º 5.692, à qual alterou a organização do ensino no Brasil. O presente trabalho teve como objetivos principais reconstituir as práticas de leitura e examinar a contribuição das obras didáticas para a época em questão. As ideias centrais da história cultural e das disciplinas escolares possibilitaram lançar luz sob o contexto social, histórico, pedagógico e didático da leitura. Além disso, tais referenciais teórico-metodológicos viabilizaram a análise da materialidade do suporte, dos conteúdos veiculados, dos indícios de uso, etc., de modo a abarcar as múltiplas facetas deste artefato cultural. A partir do levantamento dos livros presentes na Biblioteca do Livro Didático da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP), buscamos perscrutar os discursos que circulavam entre os anos de 1889 e 1971. Para tanto, foram elencadas categorias operatórias que se traduziram em questões de pesquisa, a saber: métodos de ensino; figura de professor e de aluno; comportamentos ensinados e códigos de civilidade; materiais, utensílios e artefatos escolares. Ao pretender atribuir significado aos processos históricos inscritos nas relações de poder, enfocando os diversos agentes, os resultados revelaram os modos de organização educacional que denunciam em parte o funcionamento da antiga escola primária. Por meio da leitura de obras pertinentes e próprias à infância, concluiu-se que os documentos apontaram para a intenção de civilizar as novas gerações, na medida em que pretendiam inculcar certos conhecimentos, normas e valores.

Palavras-chave: cultura escolar; livro didático; leitura

Ações municipais de escolarização dos costumes em Londrina-PR (1934-1969)

TONY HONORATO

Esta comunicação objetiva caracterizar as ações municipais na escolarização em Londrina/PR (1934-1969), dando ênfase à pauta dos costumes. O município de Londrina ocupou, na segunda metade do século XX, lugar de referência política, econômica e cultural no estado do Paraná e na região sul do Brasil. Nesse processo, a escolarização não esteve alheia. Então indaga-se: quais as ações municipais foram empreendidas para a escolarização em Londrina e que impactaram nos costumes formativos dos indivíduos em fase escolar? A delimitação temporal foi, por um lado, 1934, quando Londrina se emancipa politicamente como município e suas escolas estiveram engendradas nesse processo e, por outro lado, 1969, quando é instaurada a Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SMEC) da localidade. As fontes históricas de pesquisa selecionadas foram os relatórios da Prefeitura, as atas da Câmara Municipal, documentos do DEPAS (Departamento de Educação Pública e Assistência Social) e registros das práticas da cultura escolar local. Para as análises foram considerados conceitos fundamentais da teoria dos processos civilizadores (ELIAS, 1993; 1994) e das discussões referentes ao municipalismo na educação (MAGALHÃES, 2011; 2019; GONÇALVES NETO; CARVALHO, 2015;2019). Como resultado, as ações municipais em Londrina estiveram voltadas à criação de escolas, bibliotecas, teatros, atividades de audiovisual para a formação sociocultural dos indivíduos constituintes das figurações escolares. As ações municipais na educação promoviam experiências ligadas à cultura para além dos muros da escola, potencializando a formação dos costumes num sentido mais amplo. A formação dos costumes no processo escolarizador é uma chave historiográfica para se compreender um conjunto de práticas e valores em nome do refinamento de sentimentos produtores de pertencas e de imagens do ser civilizado para viver em sociedade. Assim, a preocupação com a escolarização dos costumes tornou-se significativa para os locais em Londrina que, por meio de ações do poder público e de pessoas e grupos beneméritos, intentavam minimizar o impacto da ausência ou da fragilidade educativa e cultural na formação dos indivíduos em uma territorialidade em desenvolvimento e que se firmava como referência regional e nacional. Com isso, depositavam na figuração escolar um poder de ser um lugar civilizatório conectado ao processo de modernização do próprio município, pois as próprias concepções de município e cidadania se estruturariam a considerar as experiências culturais e educativas reguladoras dos comportamentos, dos sentimentos e dos modos de ser em sociedade.

Palavras-chave: escolarização dos costumes; ações municipais; cultura

“A revolta contra a inteligência e a missão da Universidade”: embates entre laicos e católicos na Universidade do Paraná na década de 1950

VALERIA FLORIANO MACHADO

Esta comunicação, resultado de tese defendida em 2010, busca recuperar disputas ocorridas na Universidade do Paraná na década de 1950, objetivando problematizar as disposições de diferentes agentes no campo intelectual/educacional do período. Partindo-se de uma contenda inicial, o questionamento do resultado de um concurso para professor na Faculdade de Filosofia, identificou-se a configuração de dois grupos antagônicos no interior da instituição – católicos e laicos – permitindo-se, com isso, a análise das redes de relações já estabelecidas ou daquelas fomentadas a partir de então e que, diretamente, indicam a participação desses grupos nos debates nacionais e suas vinculações no campo intelectual. O antagonismo local entre intelectuais católicos e laicos – que revela estratégias mobilizadas no campo intelectual em relação à configuração de projetos para educação brasileira – fez com que a rusga, de fisionomia quase doméstica, tomasse proporções nacionais, mobilizando outros agentes e instâncias. Neste sentido, a recuperação dos episódios e eventos – e sua análise – fez-se possível devido a tal ampliação, com a divulgação em veículos de imprensa de largo alcance (noticiada em periódicos como o Estado do Paraná (PR), o Estado de São Paulo (SP), o Correio da Manhã (RJ) e a revista Cruzeiro) e, principalmente, pela cobertura recorrente da Revista Católica de Cultura Vozes e da revista Anhembi, contemplada entre o período 1955 e 1960, constituindo-se em instâncias intelectuais autorizadas, responsáveis por anunciar diferentes posições e projetos no campo, conceito que se constituiu, aqui, em um recurso heurístico desafiador, permitindo identificar as posições ocupadas pelos atores sociais e suas disputas (BOURDIEU, 1989; 1996; 1998). Os episódios de disputa, assim com as alianças, apontam para as posições dos atores, sendo que suas práticas e estratégias só fazem sentido quando analisadas relacionadamente à sua inserção no campo. Logo, a análise das posições dos envolvidos possibilitou compreender como foram acionados diferentes veículos, bem como a força ilocutória dos agentes que se envolveram e se manifestaram no conflito local, mas que também pretendiam definir as bases para um projeto educacional nacional, fosse pautado na defesa de um modelo fundado nos princípios cristãos dos intelectuais católicos, fosse pela defesa da educação laica, pública, gratuita e universal.

Palavras-chave: intelectuais católicos; campo intelectual; Universidade

As memórias da educação preservadas nos arquivos DOPS-Paraná durante a ditadura civil militar (1964 a 1985)

VALQUIRIA RENK

Este trabalho insere-se na temática de investigar arquivos oficiais sobre os processos da polícia política do Paraná instaurados contra professores, no período de 1964-1985. Objetiva-se analisar a atuação da Delegacia de Ordem Política e Social do Paraná – DOPS/PR perante os professores, durante a ditadura civil militar brasileira, de 1964 a 1985. Metodologicamente procedeu-se à análise documental histórica, embasada em contribuições teóricas do campo da História da Educação e História Cultural. As fontes de pesquisa são os Dossiês DOPS, que guardam o acervo da documental dos processos políticos-policiais instaurados contra os professores do Paraná. Dentre os suspeitos, os professores se tornaram um dos principais alvos da repressão estatal e das atividades de investigação daquela delegacia especializada. A ditadura civil militar no Brasil de 1964 a 1985, foi marcada por um forte aparato estatal de controle, vigilância e repressão social, que ocasionou na violação sistemática de direitos humanos. As DOPS faziam parte do braço repressor do Estado e tinham como finalidade garantir o controle social e a coleta de informações, a partir, principalmente, de atividades de investigação, monitoramento e vigilância de pessoas e entidades consideradas subversivas, ou seja, àquelas que, segundo o governo, poderiam contestar o regime. Através dos arquivos da DOPS-PR é possível identificar o modo de atuação dos agentes policiais contra os professores, as violações de direitos humanos contra eles perpetradas, mas também as atitudes de resistência contra o regime militar e ações de colaboração com o mesmo. Neste sentido é importante a pesquisa nos arquivos da DOPS-PR, como um lugar de memória, revela as práticas de poder do Estado, bem como traz à luz a repressão e a violência estatal cometidas contra os professores.

Palavras-chave: arquivos DOPS-PR; professores; ditadura civil militar

A circulação de livros didáticos em língua polonesa no paraná, de fins do século XIX até 1940

VALQUIRIA RENK

Livros didáticos em língua polonesa ou bilingue que eram adotados nas escolas étnicas polonesas do Paraná, do final do século XIX até 1940. Objetiva-se discutir a importância dos livros didáticos em língua polonesa ou bilingues na manutenção da identidade étnica nas escolas étnicas polonesas no Paraná e apresentar elementos da cultura escolar que circulariam nestes livros didáticos. As fontes documentais são os seguintes livros didáticos: *Elementarz* (Manual para as escolas polonesas no Brasil), 1893, autoria de Jerônimo Durski; da autoria de Konstant Lech: *Praktyczne Wskazówki metodyczne dla Szkół Polskich w Brazylii*, (Normas prático-metodológicas para as escolas polonesas no Brasil), 1926 e *Elementarz Dla dzieci polskich w Brazylii*, 1936 (Cartilha para as crianças polonesas no Brasil) em língua polonesa. No Paraná, em 1937, havia 167 escolas étnicas polonesas (em maioria eram escolas primárias). Destas, 137 laicas que eram administradas pelas associações culturais – *Kultura* e 30 administradas por congregações religiosas - *Oswiata*. A partir dos anos de 1920, com a intensificação da política de nacionalização do governo do Paraná, houve também o movimento de reavivação do sentimento de polonidade, produzido pela *Kultura*, pela *Oswiata* e pelo consulado da Polônia. Foram organizados cursos de formação docente, elaborados e produzidos materiais didáticos e a busca pela homogeneização dos saberes escolares nas escolas étnicas polonesas. Houve maior produção de livros didáticos escritos em polonês, em maioria publicados pela editora *Oswiata*, vinculada à Igreja Católica, cujos autores eram professores ou os Padres Vicentinos. O conteúdo dos livros didáticos estava associado ao cotidiano da vida no campo, sobre a família, os papéis de gênero, o trabalho, a religiosidade, às condutas morais e outros. Cada lição era ilustrada com gravuras referentes ao tema/conteúdo a ser abordado e o método era do mais simples ao mais complexo. As fontes trazem os vestígios de uma concepção de infância e de educação nas escolas étnicas polonesas. A infância das crianças de descendência polonesa era marcada pela escolarização nas escolas étnicas, pela vivência comunitária nas colônias e pela iniciação no trabalho no espaço familiar e na agricultura. Os livros analisados, quando trazem imagens de pessoas não representam a diversidade cultural do Brasil e os textos trazem referências ao cotidiano, mas, com pouca relação às paisagens culturais do Brasil. O corpus documental será analisado na perspectiva da História Cultural.

Palavras-chave: livros didáticos; escolas polonesas no Paraná

Produções historiográficas sobre instituições escolares no sul de Mato Grosso: uma revisão bibliográfica

VANESSA JANCZESKI

O estudo refere-se a uma pesquisa de revisão bibliográfica e está vinculado ao campo da história das instituições escolares, tendo como objetivo mapear os levantamentos das produções acadêmicas dos últimos dez anos. O recorte espacial geográfico definido para a realização do trabalho com enfoque na historiografia das Instituições Escolares no sul de Mato Grosso, contempla as dissertações que analisaram instituições escolares da microrregião de Dourados, MS a partir do ano de 1950, tal recorte se justifica pelo projeto de pesquisa à ser desenvolvido e que contempla a instituição escolar Francisco de Assis, localizada no município de Itaporã-MS. Para tanto, foi realizada uma busca nos ambientes virtuais de duas bases de dados: Catálogo de Teses e Dissertações (CAPES) e IBICT – Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), e utilizada uma ficha adaptada para a análise da temática, recorte temporal, da metodologia e dos resultados de cada produção, foram selecionadas e mapeadas seis dissertações, todas pertencentes ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade da Grande Dourados UFGD. As pesquisas científicas levantadas apresentam como referencial teórico predominante a (Nova) História Cultural. Importante destacar a carência de estudos na área em trabalhos de tese, não foi localizado nenhum trabalho que abrange o recorte geográfico e temporal. No sul do Mato Grosso havia uma preocupação por parte dos governantes em povoar a região para isso se propagou notícias de terras férteis, incentivando pessoas de vários lugares do país migrarem para o sul de Mato Grosso em busca de riquezas. Com o aumento da população surgia a necessidade de se criar novas escolas para alfabetizar os filhos dos colonos. O Grupo Escolar, era considerado modelo de ensino, difusor dos ideais que levaram à busca pela modernidade e progresso da educação, o problema é que o Grupo Escolar não abrangeu a todos, ele era implantado nas áreas urbanas onde havia mais concentração de pessoas, assim as pessoas do campo ficavam com acesso restrito a educação básica. Os moradores do campo enfrentavam a precariedade das poucas escolas que existiam, as aulas aconteciam em lugares improvisados e inadequados, além disso era comum encontrar professores não habilitados ministrando aulas, os docentes habilitados não se interessavam em trabalhar no meio rural, sobretudo pelas dificuldades de acesso. Outro fato importante sobre as instituições escolares foi a influência das religiões no âmbito da educação, em especial a Igreja Católica. A missão franciscana esteve presente com estratégias de disseminação da fé por meio da educação, eles tiveram participação ativa, criaram instituições escolares, dirigindo-as e lecionando, estavam presente no âmbito educacional e eram tratados com autoridades.

Palavras-chave: instituição escolar; sul de Mato Grosso; historiografia da educação

Guardar, amar e registrar: a escrita epistolar no final no século XX (1979-1980)

VANIA GRIM THIES

O trabalho tem como objetivo analisar um conjunto de 38 cartas do século XX, manuscritas entre os anos de 1979 e 1980, problematizando o conceito de prática de escrita e suas materialidades. As cartas pertenceram à um arquivo pessoal que, juntamente com outros materiais, foi doado ao centro de memória e pesquisa História da Alfabetização, Leitura, Escrita e dos Livros Escolares (FaE/UFPEL) e encontra-se salvaguardado especificamente em um dos acervos principais do referido centro: o acervo de escritas pessoais e familiares. As correspondências foram escritas e remetidas de diferentes localizações do país por um jovem homem à sua namorada residente em uma cidade ao sul do Brasil que as guardou por mais de quarenta anos. O remetente utilizou um pseudônimo a cada envio de nova missiva, expressando sua criatividade na escrita, uma marca também evidenciada com a presença de desenhos e colagens de pequenas imagens nos papéis utilizados para a escrita das cartas como também nos respectivos envelopes. Muitas foram escritas utilizando apenas o verso de cartões postais. O ano de 1979 foi o período mais intenso de tais escritas, tendo em vista que o ano de 1980 apenas duas cartas foram salvaguardadas e já apresentavam o tom de despedida da relação amorosa. Cabe ressaltar que junto às cartas manuscritas, estavam 2 fonogramas, uma maneira mais rápida de comunicação para a época. Por meio desse conjunto de missivas, como um suporte de escrita pessoal e ordinária foi possível mapear três grandes categorias para a análise: a) o cerimonial da escrita epistolar (data, local, vocativos de saudação e de despedida); b) o envelope e o papel de suporte para a escrita (pseudônimo utilizado pelo remetente, escrita do endereçamento à destinatária, carimbo de datas e selo); c) o conteúdo (registros das experiências adolescentes, locais frequentados, estudos, leituras). Tais categorias são problematizadas na perspectiva teórica metodológica da História Cultural, dos Arquivos Pessoais e da História da Educação, contribuindo com a discussão de temas do cotidiano, das relações estabelecidas entre o público e o privado, entre o pessoal e o íntimo, entre outros aspectos que as cartas, como documentos de um tempo mais recente na historiografia da educação, podem revelar. Os manuscritos demonstram que a escrita ordinária masculina deixou os traços da trajetória pessoal e profissional do remetente, bem como suas redes de sociabilidades durante o período das escritas. Tais aspectos trazem contribuições à História da Educação no que tange à preservação de documentos pessoais.

Palavras-chave: cartas; arquivos pessoais; História da Educação

A arquitetura escolar ferroviária: a experiência da Escola Profissional Durival Britto e Silva em Curitiba

VÂNIA MARA PEREIRA MACHADO, MAICOL RENATO BARBIZAN DA SILVA

Este artigo tem como objetivo analisar a arquitetura da Escola Profissional Ferroviária Durival Britto e Silva, inaugurada em 1944, no bairro Cajuru, em Curitiba, Paraná, pela Rede Viação Paraná Santa Catarina. O projeto estava em conformidade com a política de Getúlio Vargas, denominado “Estado Novo” (1937-1945), que buscava na industrialização e na profissionalização, o caminho para o desenvolvimento do país. A arquitetura escolar da instituição, foi idealizada para exercer o ensino profissionalizante com bases científicas, para o aprimoramento dos serviços oferecidos pela Rede Ferroviária. A metodologia de ensino adotada, prezava pela precisão, eficiência e economia. A Escola era destinada aos filhos e parentes dos ferroviários, funcionava sobre regime de externato, com amplas salas de aula, biblioteca, secretaria, sala de professores, gabinete médico e gabinete da direção, arquivos, refeitório, com destaque para as oficinas de aprendizagem, as salas de desenho e o ginásio de esportes para a prática de exercícios físicos e ginástica. O serviço de Ensino e Seleção Profissional da Rede, tinha suas atividades pautadas pelas diretrizes técnicas na formação de três cursos: aperfeiçoamento de pessoal das oficinas e especialização do pessoal de escritórios, assim como a formação de artífices. A instituição de ensino, tinha por base, a formação e preparo dos artífices, tais como: ferreiro, torneiro de madeira, fresador- mecânico, modelador, serralheiro, eletricista, torneiro mecânico, marceneiro, ajustador. As fontes utilizadas para melhor compreender os espaços da escola-oficina e sua organização na formação para o trabalho, partiremos do seu projeto arquitetônico original. Utilizaremos como referência teórica, os estudos de Edward Thompson (2004) sobre o conceito de experiência histórica, que se apresenta em duas dimensões: a primeira em que afirma que a classe social e sua respectiva consciência de classe são fenômenos produzidos pelas experiências, valores herdados e compartilhados pelos sujeitos históricos ao construírem a sua própria identidade e a segunda dimensão do conceito se refere á prática do historiador que deve ser pautada na análise e verificação de documentos para que se produza a metodologia da investigação Histórica.

Palavras-chave: arquitetura escolar; educação; Escola Profissional Ferroviária

Museus pedagógicos: contribuições para estudos da cultura material escolar

VERA LUCIA GASPARD DA SILVA

Esta comunicação tem por objetivo apresentar alguns resultados de pesquisa sobre histórias e funções de Museus Pedagógicos criados nos anos finais do século XIX e iniciais do século XX, concentrando-se a investigação em unidades instaladas na Ibero América e ajustando as lentes para a identificação de aspectos que possam contribuir com estudos da cultura material escolar. Entre as fontes consultadas destacam-se Dicionários de Pedagogia, legislação educacional e diferentes tipos de relatórios além de pesquisa bibliográfica. Os Museus Pedagógicos podem ser descritos “como um centro de formação para professores, onde seriam desenvolvidos, testados, apresentados e difundidos novos métodos, mobiliários e instrumentos didáticos” (PETRY; GASPARD DA SILVA, 2013, p. 82). Ou, como o propunha Bartolomé Cossío (1886), um órgão que serviria para a introdução dos avanços referentes à educação primária presentes em países considerados referência (In: GARCÍA DEL DUJO, 1985). Em dicionários de Pedagogia, como as edições organizadas por Ferdinand Buisson (1878-1887 e 1911), encontramos informações sobre Museus Pedagógicos. A edição de 1911 de tal Dicionário traz, no verbete a eles dedicado, informações que permitiram a recomposição de quadros que registram a presença destas instituições em vários países. Para fazê-lo, o autor do verbete, Maurice Pellisson, se apoia especialmente na obra de Max Hübner, intitulada *Die Ausländischen Schulmuseen*, que registra dados sobre a criação de 76 unidades, instaladas entre 1850 e 1906 em 22 países. Tais dados têm servido de referência para a composição de narrativas históricas sobre Museus Pedagógicos. Ainda que as informações possam conter imprecisões, tal presença é reveladora da força deste tipo de instituição na organização dos projetos de escolarização, particularmente no caso das iniciativas estatais. Tal presença e força tem nos estimulado no investimento de estudos que favoreçam a visibilidade destas instituições na configuração da escola primária, particularmente nos aspectos relativos a sua composição material. No tocante as origens e funções, entre os dados já identificados destacam-se alguns aspectos: a organização inicial a partir de acervos herdados de Exposições Universais ou similares; a função comercial que desempenharam, seja expondo produtos e catálogos, seja muitas vezes servindo de entreposto de comercialização; a missão de renovação de aspectos pedagógicos com divulgação de formas de ensinar, formação de docentes e apresentação de materiais; a elaboração de impressos pedagógicos, em particular revistas destinadas ao professorado; a popularização de conhecimentos científicos; a realização de conferências pedagógicas; o estabelecimento de relações com os governos de outros países, bem como, com a direção de outros Museus, com vistas ao intercâmbio de publicações e materiais; a organização de bibliotecas pedagógicas.

Palavras-chave: museus pedagógicos; cultura material escolar; difusão de modelos pedagógicos

O legislativo provincial e a difusão da instrução pública em Minas Gerais (1834-1859)

VERA LUCIA NOGUEIRA

Esta comunicação apresenta resultados de pesquisas que venho realizando acerca das políticas públicas de difusão do ensino na Província de Minas Gerais, entre 1834 e 1889, com foco na elite política que ocupou o Poder Executivo. Neste trabalho, analiso o perfil prosopográfico e as principais medidas para organização da Instrução Pública, no período de 1834 a 1859, adotadas pelos deputados na condição de vice-presidentes durante a vacância do cargo de presidente da província. Como marco inicial, tomamos os primeiros ordenamentos legais de organização da Instrução Pública, com a criação da Assembleia Legislativa Provincial, em especial a Lei n. 13 de 28 de março de 1835, e o Regulamento n. 3 de 22 de abril de 1835; como marco final, o Regulamento n. 44 de 03 de abril de 1859 que reorganiza a Instrução na província. Como fontes, destacamos, entre outras, os Anais da Assembleia Legislativa provincial, os Relatórios e Fallas dos presidentes da província, além do ordenamento produzido pelo Legislativo Mineiro e dos jornais que circularam no período, disponíveis nos acervos virtuais do Arquivo Público Mineiro, da Assembleia Legislativa de Minas Gerais e da Hemeroteca da Biblioteca Nacional. Realizou-se um diálogo entre a História Política, em sua perspectiva renovada, e a História da Educação. Desse modo, o estudo da relação entre o Governo e as políticas públicas, a partir de uma documentação de natureza oficial, pautou-se pela compreensão de que as formulações constantes das leis e regulamentos expressam uma determinada relação de poder na qual se fazem presentes vozes autorizadas e silenciadas, bem como seus respectivos projetos de sociedade. A sistematização e análise do perfil, trajetória e atuação da elite política - análise da biografia coletiva - utilizou como técnica a prosopografia. O período histórico em tela foi um dos mais agitados do Império em razão da instabilidade política instaurada na Corte, o que demandava uma maior mobilização dos agentes responsáveis pela garantia da unidade do Império, os presidentes das províncias. Isso levou a uma alta rotatividade dos chefes do Executivo, ascendendo ao Poder os parlamentares mineiros que acabaram por assumir as funções de propor, aprovar, regulamentar e sancionar as medidas de organização da Instrução provincial. Os deputados, em sua maioria, advindos das famílias de grandes proprietários de terras, como os Monteiro de Barros e Teixeira de Souza; vários portavam títulos de nobreza, como Barões e Viscondes, exerciam vários mandatos como deputados, e retornavam ao Poder por mais vezes evidenciando ampla experiência no trato político. Destaca-se, período considerado, uma grande quantidade de medidas legais voltadas, especialmente, para a criação de cadeiras, evidenciando fragilidades no processo de difusão das luzes na província mineira.

Palavras-chave: Prosopografia; elite política; História da Educação

A revista A Eschola Publica (1893-1897) e a implantação do projeto educacional republicano paulista

VERA VALDEMARIN

Esta comunicação objetiva analisar elementos da imprensa periódica educacional e focaliza, especificamente, os dispositivos textuais por meio dos quais são explicitadas ou dissimuladas sua vinculação às questões profissionais, políticas, pedagógicas e econômicas. Para tanto, toma-se como fonte a revista A Eschola Publica, pioneira entre os impressos pedagógicos, que circulou no Estado de São Paulo entre os anos de 1893 e 1897 (onze números com periodicidade mensal publicados entre 1893 e 1894 e oito números publicados entre 1896 e 1897, com periodicidade trimestral). Nesta fonte, a análise incide sobre as Seções: Editoriais e Boletins (presentes na primeira fase) e Pantheon Escolar, Bibliografia e Noticiário (na segunda fase). A criação e o conteúdo da revista estiveram vinculados às reformas educacionais lideradas por Caetano de Campos e Gabriel Prestes, no Estado de São Paulo, após a Proclamação da República, que tinham o curso de formação de professores da Escola Normal da Capital e as Escolas Modelo Anexas como centros irradiadores das inovações pedagógicas então pretendidas. Os editores da revista, primeira geração de egressos dessas instituições, iniciaram, com o magistério e a imprensa pedagógica, longa carreira profissional e exerceram liderança administrativa e intelectual nas décadas posteriores à circulação do periódico. Os editores eram também autores da maioria dos textos que compunham a parte mais densa do periódico, aquela destinada à pedagogia prática, com sugestões relativas ao ensino, aos modelos de lições, à organização, ao conteúdo e desenvolvimento dos programas de ensino das diferentes séries do curso primário, alinhadas às concepções metodológicas pestalozzianas, conforme indicado em outros estudos sobre essa fonte. No entanto, nas seções complementares da revista, delimitação adotada na presente análise, revelam-se diálogos com o professorado – o leitor visado – que se entrecruzam com outros interessados e tornam mais evidente o projeto político educacional republicano em implantação. Além da conclamação à melhoria do ensino, são apontadas as dificuldades para essa consecução, os apoios esperados e as críticas recebidas. As adversidades financeiras ocupam lugar de destaque e têm imbricações com a propalada independência em relação aos órgãos oficiais; a precariedade material do sistema escolar é relacionada à necessidade de fortalecer a atuação de profissionais especializados que, por sua vez, demandam formação adequada; as disputas entre orientações políticas e educacionais recebem como resposta o elenco de realizações (inauguração e construção de escolas, comemorações, taxas de matrículas, constituição de acervo bibliográfico) destinado a fortalecer as adesões e ampliar a legitimidade do trabalho realizado.

Palavras-chave: imprensa periódica; revista A Eschola Publica; reforma educacional

Pedro Casaldáliga e escolarização: nas tramas das lutas por uma educação na cidadania (1967-1985)

VERONETE DIAS GOMES

Este texto objetiva apresentar uma análise a respeito das práticas sociais, culturais e educativas e as potencialidades de aprendizagem transformadora exercitadas pelas equipes de movimentos sociais e pastorais, sob a coordenação do Bispo Dom Pedro Casaldáliga no decorrer de um período conturbado na história da educação deste País. A ideia foi pensar ações ditas “eclesiásticas” ou “religiosas” que contribuíssem na realização de um projeto de escolarização em busca da cidadania na região conflituosa do Araguaia/Xingu no período da ditadura militar. As fontes documentais (ofícios, jornais, programas de trabalho, cartilha) pesquisadas no Arquivo Eclesiástico da Prelazia de São Felix do Araguaia “Tia Irene”, propiciaram conhecer elementos das ações reivindicatórias de políticas públicas de escolarização e práticas educativas, cujas formações discursivas contribuíssem com as mudanças socio/culturais de uma parcela populacional daquela região, em cujos territórios campeavam a violência, a barbárie, o coronelismo e toda uma maquinaria de opressão e repressão que silenciavam os ecos sociais e ambientais. Deste modo, com as contribuições de teóricos como Le Goff (1996), Burke (1992), Certeau (2002), Foucault (2019, 2000), Santos (2005), Freire (2019) e Leonardi (2009, 2016) conseguimos conceitos precisos e ferramentas de análise que auxiliaram a produzir significados instigantes na percepção sobre os modelos de educação escolarizada, das ações do aparelho do Estado e, particularmente, na definição dos objetivos de setores da igreja católica em relação ao trabalho educativo com grupos sociais específicos. Com isso, a metodologia da pesquisa procura um espaço de interlocução com o pensamento contemporâneo, ancorada na história provinda da Escola dos Annales, com as ideias da emergência e análise da proveniência do pensar genealógico e com as noções de educação libertadora e seus aspectos dialéticos na produção do conhecimento que visa transformar indivíduos em sujeitos da história. Assim, o resultado deste estudo evidencia que o pensamento do Bispo e as práticas sociais dos distintos grupos organizados foram significativos pela particularidade em vislumbrar a ampliação do processo escolar interconectado com as transformações sociais, culturais e econômicas de uma geração de mulheres e homens que se dispuseram a aprendizagem escolarizada e não escolarizada e, de maneira singular, ao trabalho de lutar por direitos de cidadania. E, como produção concreta do trabalho educativo se organizaram, conheceram, reivindicaram e lutaram por direitos para que pudessem conquistar condições dignas de vida às distintas comunidades da Prelazia de São Félix do Araguaia, em pleno vigência da ditadura militar, a partir de um processo intenso de conquistas da escolarização e de aulas/atividades com cidadania.

Palavras-chave: educação; escolarização; Casaldáliga

Casaldáliga e Jornal Alvorada: difusão da vida na cidadania e práticas da educação libertadora (1967-1980)

VERONETE DIAS GOMES

Estes escritos objetivam apresentar uma análise dos conteúdos educativos voltados à constituição de ambientes de cidadania e transformações das relações sociais produzidas pelo Jornal Alvorada, organizado e difundido pelo Bispo Dom Pedro Casaldáliga da Prelazia de São Félix do Araguaia no decorrer de período opressor e violento da ditadura militar na história do Brasil. O tema comunicação/educação se tornou relevante na medida em que houve um conjunto de fatores constituidor de elementos essenciais para pensar as práticas de agentes pastorais e de movimentos sociais em certo período de necessidade mais prementes de setores sociais durante o regime de exceção no espaço geopolítico do Araguaia/Xingu, berço da guerrilha armada na região nordeste de Mato Grosso. Conectado com o referencial teórico/metodológico produzido pelo pensamento de teóricos como Burke (1992), Certeau (2002), Foucault (2019, 2000), Freire (2019), cujas proposições possibilitam conhecer formações discursivas germinadas, cuidadosamente, como possibilidades para emergência e difusão de saberes em momentos históricos precisamente definidos em busca de objetivos específicos de reordenamento social. O itinerário de pesquisa apresenta como fonte de estudos um conjunto de discursos, configurado como produções jornalísticas ou como informações populares e religiosas, que, articuladamente, afirmaram relações de poder/saber efetivadoras de práticas educativas e indutoras de processos de transformação da realidade cultural e social e contribuiu para novas potencialidades de vida de homens e mulheres da fronteira entre o cerrado e Amazônia. Com este estudo problematizamos os conteúdos de práticas escolarizadas e não escolarizadas que esquadrimos e organizamos em séries documentais compondo uma ordenação de acontecimentos que desse a conhecer práticas de ensino/aprendizagem no trabalho educativo produzido por Casaldáliga, agentes pastorais e de movimentos sociais. O resultado apresenta a produção e difusão de práticas sociais, ambientais e educativas que contribuíram com a potencialização cultural, por oferecer aquisição de conhecimentos para parcela da população composta por meeiros, trabalhadores/as, peões, indígenas e grupos específicos de mulheres. Finalmente, os conteúdos analisados demonstram as características de uma educação identificada com a teologia da libertação e com o pensamento freiriano de pedagogia do oprimido. Exatamente porque construíram sentidos de cidadania na vida dos grupos sociais que conviveram com as leituras do jornal difusor do trabalho educativo produzido a partir de temas pedagógicos como conteúdos jornalísticos e fizeram efetivar as ações transformadoras nas relações culturais e propagaram pautas organizadoras da sociedade em grupos específicos de reivindicações.

Palavras-chave: educação; Casaldáliga; transformação

A educação pela imprensa: debates e formação de ideias n'A Notícia em São José do Rio Preto-SP

VICTOR HENRIQUE DIANA DA SILVA

Esta pesquisa se debruça sobre a história e a memória da Revolução Constitucionalista de 1932, ocorrida no estado de São Paulo. O espaço geográfico de análise é especificamente a cidade paulista de São José do Rio Preto, com o uso da imprensa periódica citadina como fonte de estudo. Para tanto, utilizou-se o jornal *A Notícia*, o mais influente do local, num recorte cronológico que engloba o período de 1932 a década de 1980. Tal recorte justifica-se em função do ano de eclosão da revolução como início, e o fechamento do impresso como final. A leitura e análise crítica do jornal se estendeu por essas décadas porque partiu-se da hipótese de que o impresso desempenhou papel importante na construção da memória posterior ao fato, que se tornou uma espécie de epopeia altamente incensada em editoriais, propagandas, colunas, poemas, hinos e convocatórias para desfiles e homenagens, presentes em suas páginas ano após ano, principalmente nos dias próximos ao 9 de julho. Esta é a data oficial, feriado estadual reservado para a evocação do feito heroico. À luz da história social da imprensa (LUCA, 2005; DARNTON, 1990) e das pesquisas sobre memória (HALBWACHS, 1990; NORA, 1993; LE GOFF, 1990), busca-se problematizar o papel educativo do impresso na construção de cidadãos supostamente exemplares e identificados com a chamada “causa paulista”, ou seja, pessoas afeiçoadas à defesa irrestrita da democracia e do liberalismo, dos tempos varguistas às décadas seguintes. Sujeitos tidos como altivos e educados que, no período da “guerra”, haviam pegado em armas visando a defesa da liberdade, da constituição e do modo de vida paulista, considerado o ideal, porque ordeiro, higiênico e racional. Entende-se, assim, o periódico como uma ferramenta de educação informal dos leitores e de construção da memória coletiva. Destaque-se que do intento de perscrutar *A Notícia* como fonte para a escrita da História da Educação paulista, acabamos por configurá-la também como um objeto de pesquisa, procurando identificar quais agentes a dirigiram, bem como as suas relações com a política local; como dispunham e organizavam as notícias nas páginas do jornal e quais interesses estavam ali presentes, que são bases para uma postura crítica e analítica dos enunciados, ou seja, a interpretação da intenção objetiva escondida (BOURDIEU, 1989). Assim, a pesquisa também busca associar o conteúdo que circulavam em suas páginas com as visões de mundo de seus respectivos diretores, Leonardo Gomes e Reis Araújo. Ao final, admite-se o jornal como integrante de uma elite cultural, que estabelecia laços com outros grupos de poderes, a fim de impor ideias a serem seguidas entre seus leitores, que construía e reconstruía narrativas sobre a revolução, ponto no qual estabelece-se a discussão sobre o caráter pedagógico da imprensa, a partir da perspectiva da História Cultural (BURKE, 2005).

Palavras-chave: educação; imprensa; Revolução Constitucionalista de 1932

Bibliotecas escolares e modelos pedagógicos: discursos e conformações entre a Escola Nova e o ensino secundário do Colégio Pedro II (1925-1938)

VICTOR SOARES ROSA, ALINE SANTOS COSTA DE LEMOS

A investigação trata da biblioteca escolar brasileira nas décadas de 1920 e 1930 à luz dos modelos de ensino vigentes e apresentados na literatura do campo, que circunscrevem os ensinos primário, secundário e normal. O problema da pesquisa é enunciado na seguinte pergunta: como se conforma a biblioteca escolar brasileira no período supracitado, tendo em vista os modelos pedagógicos vigentes? Estes são aqui estabelecidos a partir dos níveis de ensino primário e secundário e pelo ensino normal orientado a partir do discurso pedagógico do movimento escolanovista. O objetivo é compreender a conformação da biblioteca escolar nestes diferentes modelos de ensino. Especificamente, busca-se caracterizar a biblioteca do ensino primário e do ensino secundário. Os referenciais teóricos e metodológicos abrangem os estudos de Ana Clara Bortoleto Nery sobre a constituição de bibliotecas para formação de professores, de Diana Gonçalves Vidal sobre a biblioteca e as práticas de leitura no Instituto de Educação e de Marta Maria Chagas de Carvalho sobre modelos pedagógicos e movimento Escola Nova. Metodologicamente, é realizada pesquisa documental que elege como campo empírico arquivos escolares tais como: o Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II e o arquivo do Instituto de Educação. As fontes analisadas consistem no decreto 16.782-A, Reforma Rocha Vaz em 1925, no Regimento Interno do Colégio Pedro II de 1927, nas produzidas no âmbito do Instituto de Educação na década de 1930 e sobre bibliotecas infantis no âmbito da Comissão Nacional de Literatura Infantil. A periodização abrange os anos entre 1925, pelo marco da Reforma Rocha Vaz, e 1938, em função da extinção da Comissão. Os resultados direcionam para a compreensão da existência de modelos pedagógicos de biblioteca escolar, respaldados nas culturas e práticas escolares que regem as instituições. Por um lado, os resultados apontam o discurso do ensino primário e normal, no plano de produção e circulação das ideias escolanovistas, como conformador e evidenciador da biblioteca como espaço vivo, ativo, a ser formado também nas salas de aula, voltado à literatura infantil, tendo em vista a ressignificação do objeto livro no ensino e aprendizagem para aquisição de leitura e escrita. As bibliotecas infantis, igualmente, consistem em espaços de formação do pequeno leitor. Por outro, no ensino secundário de bases afrancesada, clássica e enciclopédica, o discurso conforma a biblioteca como espaço do silêncio e de abrigo dos materiais da escola. Neste, a coleção é formada, principalmente, por dicionários e enciclopédias e pode ser caracterizada como científica. A relevância deste trabalho reside na identificação e apontamento de tais modelos, os quais circunscrevem também a biblioteca.

Palavras-chave: bibliotecas escolares; Escola Nova; ensino secundário

A coleção escolar no externato do Colégio Pedro II: das práticas escolares à arqueologia da escola (1927-1932)

VICTOR SOARES ROSA

A investigação trata da formação da coleção escolar a partir das práticas escolares operadas na biblioteca do Externato do Colégio Pedro II entre os anos 1927 e 1932. As problemáticas são apresentadas a partir dos questionamentos sobre quais livros compõem uma coleção escolar de ensino secundário, tal como o Colégio Pedro II, e quais práticas regulamentam a aquisição destes itens. O objetivo geral é compreender as bases de desenvolvimento de tal coleção. Os objetivos específicos, por sua vez, são identificar os livros que compõem o acervo e as práticas escolares e biblioteconômicas que regem as atividades da biblioteca. Os referenciais teóricos constituem-se a partir dos debates sobre práticas escolares, livros escolares e cultura escolar, sobretudo, os que concernem à cultura material escolar. Os autores adotados para fundamentar tal discussão são Augustín Escolano Benito com sua obra *A escola como cultura*; Diana Gonçalves Vidal e Luciano Mendes Faria Filho, cuja produção trata de cultura escolar; Jean-Yves Mollier com o debate sobre coleções científicas formadas por dicionários e enciclopédias; e José Gonçalves Gondra com seu livro *A emergência da escola*. As fontes, por sua vez, são o Regimento Interno do Colégio de 1927 e dois relatórios elaborados pelo bibliotecário do Externato, um sobre as atividades da biblioteca entre 1927 e 1929 e outro para 1932. Estas foram acessadas no Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II entre setembro de 2019 e março de 2020. A periodização, 1927 a 1932, justifica-se, nesse sentido, em função das fontes mobilizadas, especialmente os relatórios produzidos pelo bibliotecário. Os resultados apontam para a identificação de práticas como a aquisição de livros por doações. Estas são feitas, sobretudo, por docentes e egressos da instituição, o que evidencia as relações da biblioteca com seus usuários e outros sujeitos. Não obstante, algumas aquisições são também realizadas por meio de compra, o que permite inferir que algum orçamento é direcionado à biblioteca. A prática da conservação é evidenciada na encadernação das obras, para efeitos de patrimonialização. No que tange os livros, são adquiridos clássicos da literatura, livros escolares para disciplinas como História do Brasil, periódicos, mapas, enciclopédias e dicionários. Também são incorporados ao acervo livros em outros idiomas, tais como francês e inglês. Trata-se de livros destinados à formação de uma elite intelectual em uma instituição referência em ensino secundário, a qual serve de modelo para outras. A identificação dos livros em circulação na biblioteca do ensino secundário e o debate à eles concernente, acredita-se, constitui importante chave analítica para a história da educação, das instituições escolares, dos impressos e da leitura. **Palavras-chave:** Bibliotecas escolares. Colégio Pedro II. Cultura material escolar.

Palavras-chave: bibliotecas escolares; Colégio Pedro II; cultura material escolar

A introdução da disciplina Sociologia na Escola Normal do Distrito Federal (1928-1936)

VICTÓRIA GUIMARÃES SOUZA

O presente trabalho tem como objetivo identificar e analisar alguns aspectos históricos da disciplina escolar Sociologia, no período de 1928 a 1936, na Escola Normal do Distrito Federal, atual Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro (ISERJ), no momento em que foi introduzida no currículo, por meio da reforma empreendida por Fernando de Azevedo em 1928, e seu percurso nos primeiros anos, após as mudanças que ocorreram com a posse de Anísio Teixeira na Diretoria de Instrução Pública em 1931, quando a Escola passa a se tornar Instituto de Educação. A relevância está na escolha da instituição, pois a história do Instituto de Educação é de extrema importância para pensar a História da Formação Docente no Brasil, mas também pela necessidade de conhecer melhor a Sociologia como disciplina escolar no curso normal. Na busca por alcançarmos o objetivo proposto, esse trabalho dialoga com referências do Ensino de Sociologia, da Escola Normal e da História das Disciplinas Escolares. Nas duas primeiras utilizamos como referências teses e dissertações publicadas com recorte temporal semelhante e sobre a mesma instituição (VIDAL, 1995; LOPES, 2003; SOARES, 2009; CIGALES, 2019). No que diz respeito a história das disciplinas escolares, os diversos autores que utilizamos (CHERVEL, 1990; GOODSON, 1995; JULIA, 2001) ressaltam a importância do estudo histórico sobre as formas assumidas por uma disciplina, desde sua emergência e durante sua evolução, o que nos viabiliza compreender os fatores que atuam na definição da prática curricular. Paralelo ao levantamento bibliográfico referente ao contexto histórico, às políticas educacionais das décadas de 1920 e 1930 e ao Instituto de Educação, iniciamos a busca por fontes documentais que nos possibilitassem um mapeamento da disciplina Sociologia na instituição. O principal local para a pesquisa documental foi o acervo do próprio Instituto, situado na Rua Mariz e Barros, nº 273, Tijuca, Rio de Janeiro. A pesquisa desenvolvida nos leva a inferir que, no caso específico da disciplina escolar Sociologia, investigada nesse trabalho, era parte de um ideal de formação de professores, colocado em prática no currículo da Escola Normal do Distrito Federal por educadores escolanovistas. Sua permanência no Curso Normal, após a Reforma Capanema e a retirada da Sociologia do Ensino Secundário, nos mostra o quão importante foi a ação de Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira, Lourenço Filho, Delgado de Carvalho e outros, para que a disciplina estivesse presente de alguma forma nos currículos.

Palavras-chave: ensino de Sociologia; história das disciplinas escolares; escola normal

As mudanças no curso normal do Instituto de Educação do Rio de Janeiro durante a ditadura civil-militar

VICTÓRIA GUIMARÃES SOUZA

Esse trabalho se insere no campo de estudos da história da educação, mas especificamente na história das instituições escolares, e tem como foco principal analisar as modificações sofridas no curso normal do Instituto de Superior de Educação do Rio de Janeiro – ISERJ, durante o período da ditadura civil-militar (de 1964 a 1985). Percebemos a relevância do problema ao pesquisar trabalhos, dissertações e teses na área e descobrir a ausência de discussões nesse período e nessa instituição. Acreditamos que as indefinições na formação dos professores estão presentes ao longo de toda a história da educação brasileira. Nossa pretensão nesse trabalho é a de nos debruçar sobre a história a fim de entender o caminho percorrido até os dias atuais. O que se espera, é que essa pesquisa que nos faça avançar com os estudos sobre a história da educação e sobre a formação de professores. A investigação em curso tem como principal fonte as modificações nas políticas que regularam o curso normal do Instituto de Educação do Rio de Janeiro durante o período da ditadura civil-militar, numa perspectiva sócio-histórica, utilizando a análise documental das diferentes fontes primárias encontradas no Centro de Memória da Educação Brasileira. Diante das fontes encontradas, destacamos como exemplo, o ano de 1969, o último em que os alunos oriundos das escolas normais oficiais tiveram acesso imediato, sem concurso, depois de formados, ao quadro de professores da rede pública; a Lei 5.692/71, que estabeleceu diretrizes e bases para o primeiro e o segundo graus, contemplando a escola normal, que foi transformada numa das habilitações desse nível de ensino e a Lei 7.044/82 que foi criada com o objetivo de alterar a Lei nº 5.692/71, permitindo uma flexibilidade em relação à habilitação profissional, retirando a obrigatoriedade antes imposta (LOPES, 2006; TANURI, 2000). A ditadura civil-militar no Brasil teve como características principais o autoritarismo e a imposição do culto ao nacionalismo. O currículo do curso normal sofreu modificações ao longo desse período. De acordo com Cunha (2004), não houve uma política educacional da ditadura. O uso do plural é mais adequado, pois várias políticas educacionais segmentadas foram formuladas e implementadas, parte delas contraditórias. Diante disso, concordamos com Moreira e Silva (1995) que o currículo não é um elemento neutro de transmissão desinteressada do conhecimento social. Assim, compreendemos que as mudanças ocorridas na legislação do curso normal têm finalidades distintas. Por isso, utilizaremos a obra de Goodson (2012) para analisar as mudanças curriculares, pois o autor alerta para a oposição entre o que é proposto teoricamente e documentado, e o que de fato é realizado, além de entender o currículo como algo construído socialmente, cercado de disputas sobre o que será ou não ensinado.

Palavras-chave: curso normal; ditadura; currículo

Catolicismo, “ideias tumultuárias” e as comemorações do centenário da Independência do Brasil

VINÍCIUS DE CASTRO LIMA VIEIRA

Por ocasião do centenário da independência do Brasil, em 1922, vários periódicos publicaram edições especiais e comemorativas. Entre eles estava o jornal *A União*, cuja sede administrativa era localizada na cidade de Petrópolis e a redação no Rio de Janeiro. O jornal era de propriedade do Centro da Boa Imprensa, que buscava, à época, difundir o periodismo católico no país. O presente trabalho pretende analisar exatamente a edição número 72 de *A União* que saiu às ruas na quinta-feira, dia 7 de setembro de 1922, com 14 páginas. A investigação confere especial destaque ao artigo *Um problema ligado ao ensino*, publicado na capa daquela edição comemorativa. O texto, assinado pelo educador Aristides Werneck, sustentava que, em seu primeiro centenário, a permanência do Brasil nos trilhos do progresso da civilização católica-ocidental estava ameaçada por certas “ideias tumultuárias”. Na argumentação de Werneck, a questão que deveria ser problematizada nas comemorações era a formação da nação. Em outras palavras, o problema ligado ao ensino, aludido no título, dizia respeito a como assegurar que o país não fosse vitimado pela desagregação e se mantivesse fiel a seu suposto passado católico e à tradição europeia. Tratava-se, em uma palavra, de uma tarefa formativa atribuída, pelo autor, “exclusivamente” à educação. Por isso, o modelo de educação defendido por Werneck deveria estar pautado nas experiências de ensino religioso dos grandes colégios católicos mantidos pela Igreja no Brasil. A complementação de sentido do artigo parecia ser dada nas demais páginas daquela edição do jornal *A União*, repletas de anúncios de escolas católicas. Ao todo 46 instituições religiosas de ensino, espalhadas por vários Estados brasileiros, anunciaram seus serviços naquela oportunidade. Era como se o leitor, uma vez convencido de que havia um problema na formação e de que a solução seria a educação religiosa, encontrasse, no próprio jornal, um conjunto de instituições trabalhando na exata direção indicada por Werneck para remediá-lo. Partindo dessas considerações, o trabalho busca empregar a análise do discurso para sustentar a hipótese de que o artigo de Werneck, em particular, e a edição do jornal *A União*, em geral, seriam amostras do enunciado da educação religiosa, posto em cena no debate público em torno do tema, tão acalorado, à época. Com isso espera-se reforçar a percepção que a efeméride dos 100 anos da emancipação política do Brasil, para além da celebração, induziu à reflexões políticas acerca dos (des)caminhos que deveriam ser traçados e/ou apagados para o próximo centenário. Mais do que isso, os enunciados ativados n’*A União* ajudam a demonstrar que a educação era mobilizada nas comemorações, de modo a regular a disputa pelos seus múltiplos sentidos, no alvoroçado ano de 1922.

Palavras-chave: centenário da Independência; ensino católico; *A União*

Histórias que se cruzam, trajetórias que se conectam: sujeitos e(m) redes no movimento internacional da Educação Nova

VINICIUS MONÇÃO

Nos últimos anos, tem sido possível acompanhar o desenvolvimento e desdobramento de outras abordagens sobre a temática do movimento internacional da educação nova tanto no contexto nacional como internacional. A renovação das discussões é oriunda do investimento que os historiadores da educação estão empreendendo na localização de novas fontes e na revisita das já consolidadas; na adoção outras perspectivas teóricas, para além das já consolidadas pela historiografia da educação; e de outras abordagens metodológicas, como aquelas oriundas no contexto do digital. Para este trabalho, temos como objetivo escrutinar a trajetória de diversos sujeitos que atuaram ativamente no movimento internacional da educação nova, através da New Education Fellowship/Ligue Internationale pour L'Éducation Nouvelle a partir de indícios identificados na revista *The New Era*, órgão oficial de comunicação em língua inglesa da Fellowship. Como abordagem teórica, circunscrevemos a discussão a partir das discussões oriundas da história transnacional da educação, redes/networks e biografias. Sobre o primeiro, seguimos em direção à superação a ideia de nação e seus limites fronteiriços diversos, pensando a partir da concepção de redes e na multiplicidade de pontos de contatos entre os sujeitos. No que compete à estrutura e organização das redes/networks, investimos na construção das trajetórias dos sujeitos, as articulações estabelecidas entre si, as parcerias e seus possíveis rompimentos motivados por divergências diversas. Sobre biografias, propomos aproximação com as discussões que avançam sobre o caráter cosmopolita de indivíduos e grupos (identitários, familiares, institucionais, religiosos e outros), que valorizam as trocas e circulações que superam a escala nacional e sua centralidade na vida dos sujeitos. Como fonte, privilegamos os números publicados da *The New Era* entre os anos 1920 e 1939 como fonte e objeto de análise, sobre a qual nos utilizamos do software ATLAS.Ti como ferramenta de coleta e análise de dados. Para além de um simples uso do software como instrumento de coleta de dados, estamos atentos às discussões sobre as reentrâncias que a dimensão digital tem operado sobre as pesquisas em história (da educação). Por fim, considera-se que o trabalho permitirá apontar para aproximações e distanciamentos entre sujeitos atuantes na Fellowship e identificar a formação de redes que atuaram na produção e disseminação de saberes sobre a renovação pedagógica no período entreguerras sob a perspectiva transnacional a partir de conteúdos do periódico pedagógico como objeto de análise privilegiado.

Palavras-chave: biografias; trajetórias; movimento internacional da Educação Nova

A constituição de espaços de memórias em escolas públicas no Sertão Médio do São Francisco Pernambucano: desafios, limites e possibilidades (1950 a 1979)

VIRGINIA AVILA, ROBERLÂNDIO DA SILVA FERREIRA

O artigo propõe discutir os desafios, limites e as possibilidades na constituição de espaços de memórias em escolas públicas no Sertão Médio do São Francisco Pernambucano, no período compreendido entre os anos de 1950 e 1979. A periodização corresponde ao conjunto de pesquisas desenvolvidas no âmbito do projeto “Os arquivos escolares como fonte de pesquisa para a História da Educação”, vinculado ao “Grupo de Estudos e Pesquisas em História e Educação no Sertão do São Francisco” – GEPHESF, da Universidade de Pernambuco, campus Petrolina, financiado pela Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco – FACEPE. Este projeto reúne até o momento um conjunto de aproximadamente 5.410 documentos de diversas tipologias e 65 entrevistas com professoras que atuaram em escolas primárias na zona rural. Entre os desafios enfrentados para o mapeamento, higienização e digitalização da documentação escolar, destaca-se a necessidade de políticas de financiamento tanto na graduação, por meio de programas de iniciação científica, como na pós-graduação, com vistas à formação de novos pesquisadores na área de História da Educação. A diminuição do financiamento afeta diretamente a dedicação integral dos estudantes às atividades de pesquisa. Podemos citar ainda a ausência, por parte de gestores da educação, de uma cultura de preservação do patrimônio escolar, visto que muitas vezes autorizam a queima e/ou o descarte de fontes valiosas para a interpretação de uma dada cultura escolar. Outro desafio que se apresenta diz respeito à elaboração e implementação de leis de salvaguarda e preservação do patrimônio histórico-educativo em âmbito local e regional. Cabe ao poder público considerar a cultura material e imaterial produzida pelos agentes constitutivos das instituições escolares um patrimônio a ser cultivado, o que raras vezes é posto em prática nos termos da lei. Sobre os limites impostos ao trabalho com os arquivos escolares, um deles está relacionado à manutenção de acervos digitais em sites institucionais. Pouco espaço para armazenamento e dificuldades de navegação são alguns dos problemas que afetam o cotidiano de pesquisadores experientes e em formação. Por outro lado, atualmente há um conjunto de plataformas digitais que permitem a divulgação dessa documentação escolar, com a devida autorização das instituições cedentes, para livre acesso aos pesquisadores e ao público em geral. Com referência aos aspectos teórico e metodológico, o estudo se circunscreve ao campo da história e historiografia da educação, com ênfase nos estudos sobre cultura material, patrimônio histórico-educativo, acervos digitais e políticas públicas. Entre os resultados do projeto, destacam-se 9 dissertações de mestrado e 11 bolsas de iniciação científica destinadas à coleta de dados, higienização, digitalização, catalogação e organização de acervo digital, além da publicação de artigos e capítulos de livros, bem como participação em projetos nacionais.

Palavras-chave: documentos escolares; fontes de pesquisa; acervo digital

Colonialidade pedagógica na instrução pública primária da comarca de Macapá (1840-1889)

VITOR SOUSA CUNHA NERY

Este diálogo tem como objetivo socializar os resultados da tese de doutorado intitulada “Colonialidade pedagógica presente na Instrução Pública Primária na Comarca de Macapá (1840-1889)”. Trata-se de um estudo com abordagem de natureza qualitativa com o tipo pesquisa documental, tendo como perspectiva de análise a decolonialidade e os estudos subalternos. O corpus documental é formado por relatórios, ofícios e correspondências de presidentes e diretores da instrução pública da província do Pará; legislações educacionais e jornais. Essas fontes foram pesquisadas na Biblioteca Pública do Pará Arthur Viana, Arquivo Público do Estado do Pará e Amapá, Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional e no Centro Internacional de Bibliotecas de Pesquisa (CRL). Ao analisarmos as formas educativas, sujeitos e práticas educativa na Comarca de Macapá, conseguimos perceber como a colonialidade pedagógica se fez presente no processo de expansão da instrução pública primária no Brasil Império, para além das capitais das províncias, chegando aos interiores do país, em um contexto marcado pela diversidade de culturas regionais e locais, onde houve lutas e confrontos entre projetos políticos e de tensões entre a cultura local e o que foi imposto à escola no chamado projeto civilizatório de crianças e jovens por meio da instrução pública primária no século XIX. Os resultados da investigação, nos levaram a defender a seguinte tese: Ao longo do século XIX, a colonialidade pedagógica no processo de escolarização primária na Comarca de Macapá, se fez presente por meio de diversos mecanismos articulados, tais como: a) a produção de dados estatísticos sobre a instrução pública como política de divulgação do Brasil na Europa; b) legislação escolar e política educacional; c) a constituição de um aparato técnico burocrático de inspeção e controle dos serviços de instrução para recrutar e empregar, criar rede poder e saber; d) a formação de subalternidade, exclusão e desigualdade social; e) as resistências por parte dos sujeitos da prática educativa na instrução pública primária na comarca de Macapá.

Palavras-chave: colonialidade pedagógica; instrução pública primária; comarca de Macapá

Acesso de escravos ao mundo da leitura e da escrita na comarca de Macapá (1865-1889)

VITOR SOUSA CUNHA NERY

Este diálogo tem como objetivo analisar o acesso de escravos ao mundo da leitura e da escrita na comarca de Macapá (1865-1889). Trata-se de um estudo com abordagem de natureza qualitativa com o tipo pesquisa documental, tendo como perspectiva de análise a decolonialidade e os estudos subalternos. Na década de 1870, o governo provincial paraense instaurou uma política visando estender o benefício da instrução primária aos adultos das classes pobres, principalmente os “operários”, através da regulamentação e criação de escolas noturnas na capital e nas cidades do interior. O presidente assegurou ter aberto as escolas aos escravos, desejando incluir a Província na obra patriótica da emancipação do elemento servil (PARÁ, 1872 p. 12). Na comarca de Macapá a câmara municipal criou uma escola noturna no ano de 1872. Os regulamentos das escolas noturnas proibiam, explicitamente, “as pessoas que padecem de moléstias contagiosas” e “os escravos ou pretos, ainda que sejam livres ou libertos” de frequentar as escolas públicas. No entanto com a criação da Lei 2.040 de 28 de setembro de 1871, a chamada Lei do Ventre Livre, gerou uma série de debates e impôs à província do Pará uma nova percepção sobre a proibição de escravos no âmbito da instrução pública primária, pois o destino da vida das crianças, tornou-se questão de responsabilidade do poder público. Do ponto de vista do escravizado, liberto ou do negro nascido livre, o acesso à instrução primária também poderia assinalar vantagens na ascensão social. Quanto a participação de escravos nas escolas noturnas da Comarca de Macapá, não encontramos nenhum documento oficial retratando de maneira explícita essa situação, mas ao analisarmos o contexto social, político e econômico daquela região formada por muitas fazendas de criação de gados, que utilizavam a mão de obra escrava e as narrativas de griôs sobre as fugas e resistências de escravos que sabiam ler e escrever na Comarca de Macapá no século XIX, como foi o caso dos escravos que fundaram o mocambo da Vila do Carmo do Macacoari, Manoel Nery da Silva e sua esposa Violante de Jesus. a cultura escrita circulou entre os escravos, libertos e habitantes da província do Pará, por meio de notícias orais, escritas e o hábito de leitura em voz alta, “o diz que diz”, o “ouvir falar”, as novidades que iam e vinham em direção as fazendas da Comarca de Macapá, propagavam-se sobre as embarcações pelos rios, adentravam as florestas e chegavam até os territórios de resistências negras, como a Vila do Carmo do Macacoari.

Palavras-chave: escravos; comarca de Macapá; século XIX

O jornal “A União”: uma fonte para a História da Educação paraibana no século XX

VÍVIA DE MELO SILVA

O presente texto é decorrente de estudos histórico-educacionais que teve como principal fonte de pesquisa o jornal A União. Um dos mais importantes periódicos jornalísticos do estado da Paraíba, publicado pela imprensa oficial, fundado em 1893, por Álvaro Machado. Neste sentido, esta produção, tem como objetivo, ressaltar este periódico impresso como fonte de pesquisa para os estudos em história da educação do Brasil e, especialmente, paraibana. Realizamos, ainda, um destaque para a importância deste jornal na produção historiográfica da educação na Paraíba, evidenciando a sua ampla utilização nas pesquisas da área, sobretudo, da linha de história da educação vinculada ao Programa de Pós-graduação em Educação da UFPB. No que concerne aos procedimentos metodológicos, realizamos pesquisa bibliográfica, utilizando autores como: Saviani (2004) e Pinsky (2009), para a conceituação de fonte histórica; Luca (2011) e Pasquini e Toledo (2014), com a discussão sobre impressos periódicos; Le Goff (1996), do qual apreendemos o conceito de documento-monumento que, apresenta os documentos enquanto monumentos históricos, e, por fim, Ginzburg (1989), com o Paradigma Indiciário. Realizamos também pesquisa documental, nos seguintes arquivos: no Arquivo Histórico Waldemar Duarte, localizado na Fundação Espaço Cultural (FUNESC) e no Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba (IHGP), ambos localizados na cidade de João Pessoa-PB, onde encontram-se disponíveis para pesquisa exemplares do Jornal A União. Além disso, consultamos o site oficial do referido jornal, no qual encontramos algumas informações relevantes acerca da sua criação, dos objetivos, da produção, e da circulação. Como resultados, destacamos, primeiramente, que essa fonte impressa ligada à imprensa, assim como qualquer outra, apresenta limites e possibilidades para as pesquisas histórico-educacionais. Também foi possível ressaltar que muitas pesquisas de mestrado e doutorado no campo da História da Educação da Paraíba têm como uma das principais fontes historiográficas o referido jornal. Ademais, evidenciamos que, em plena atividade em nossos dias, o mencionado impresso é uma relevante fonte de pesquisa para a historiografia da escolarização e educacional, haja vista que abarca uma riqueza de registros e indícios no campo, tais como: notícias sobre a educação nacional e local; anúncios de construção e inauguração de estabelecimentos de ensino; de matrículas em diversos níveis escolares; de distintas festividades escolares; de atos oficiais; de matérias sobre embates e conflitos ocorridos na educação local; de imagens e fotografias relativas aos processos e práticas educacionais; da formação do professorado; de sujeitos e agentes que marcaram a educação paraibana.

Palavras-chave: periódicos impressos; jornal A União; História da Educação da Paraíba

O Serviço de Orientação Educacional no Brasil e a formação de um “modelo ideal” de aluno (1942-1961)

WALNA PATRÍCIA DE OLIVEIRA ANDRADE, JOAQUIM TAVARES DA CONCEIÇÃO, JOELZA DE OLIVEIRA SANTOS

O presente artigo, de cunho histórico, tem como temática o Serviço de Orientação Educacional (SOE) em instituições de educação pública no Brasil e a busca pela formação de um “modelo ideal” de aluno, adaptado ao sistema educacional vigente no período estudado. Os objetivos são refletir sobre o conceito de orientação educacional, seu significado e atribuições no contexto educacional e compreender como se deu a implantação, o processo de funcionamento e as práticas pedagógicas desenvolvidas em território nacional, no período compreendido entre 1942 e 1961. A delimitação temporal da pesquisa tem como marco inicial o ano de 1942, pois foi quando, de acordo com Lima (2015), o Serviço de Orientação Educacional teve sua regulamentação nas escolas brasileiras por meio da Lei Orgânica do Ensino Secundário (Decreto-Lei nº. 4.244 de 1942), e marco final o ano de 1961, período no qual avanços significativos relacionados a Orientação Educacional ocorreram com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB – nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Este é um estudo, do tipo de levantamento bibliográfico, que segundo Garces (2010) “trata-se de estudo para conhecer as contribuições científicas sobre determinado assunto. Tem como objetivo recolher, selecionar, analisar e interpretar as contribuições teóricas já existentes sobre determinado assunto” (GARCES, 2010, p. 01). Para tanto foi utilizada a base de dados da CAPES, no seu banco de teses e dissertações, visto que foi nesse que foi encontrado o maior número de pesquisas que apresentavam temáticas que de alguma forma se reportavam para o tema em questão. Para localizar esses trabalhos, fontes para construção deste artigo, foram utilizados descritores como: Serviço de Orientação Educacional, Orientação Educacional e SOE. Esse levantamento permitiu que ao todo onze trabalhos fossem selecionados, sendo que depois de uma leitura minuciosa, foram encontradas as seguintes categorias: práticas pedagógicas, educação adaptacionista, apropriação e representação. Para a fundamentação teórica deste texto, foi principalmente utilizado Chartier (2002). Este artigo é fruto de uma tese de doutoramento em estágio inicial, devido a isso, os resultados ainda estão em fase de construção. Contudo, em pesquisa preliminar, constatou-se que o Serviço de Orientação Educacional brasileiro teve relevante influência do caráter psicométrico e clínico da época, um dos fundamentos da formação e atuação do orientador educacional e que, de acordo com Lima (2015), se estendeu fortemente até a década de 1990. Esse conhecimento se faz necessário para analisar, se além do objetivo de adaptação do aluno ao sistema escolar, o SOE também não se configurou como um meio de responsabilizar indivíduos, sejam esses professores, alunos ou seus familiares, pela produção do fracasso escolar.

Palavras-chave: educação adaptacionista; práticas pedagógicas; Serviço de Orientação Educacional

Abordagem comparada da legislação educacional brasileira no início da Primeira República

WENCESLAU GONÇALVES NETO

Nos embates que se processam nos anos iniciais da Primeira República se impõem as preocupações com a formação dos contornos do que viria a ser a sociedade republicana. Diversas orientações políticas e filosóficas se apresentam, com predominância das liberais, embora marcadas pelo positivismo e outras tendências. Um cenário plural, o que nos leva a perceber as dificuldades para se chegar a consensos, bem como as lacunas, omissões, imprecisões, ambiguidades presentes nas leis do período e nas práticas dos agentes políticos. E que se estendem para o interior das instituições, entre as quais, a escola. Optamos pela análise das constituições e dos regulamentos escolares, numa perspectiva comparada, utilizando não a totalidades desse conjunto documental, que engloba a União e os 20 estados federados do início da República (mais o território do Acre), mas uma amostra que envolve a Constituição federal e de 4 estados (Rio Grande do Sul, Paraná, Minas Gerais e Goiás), da mesma forma utilizando o regulamento do Distrito Federal e os regulamentos dos 4 estados. Deve-se destacar o caráter referencial que assumem para os estados tanto a Constituição federal como o regulamento do Distrito Federal. Cremos que podemos encontrar nas leis muito mais do que o simples dispositivo legal. Elas contêm princípios, projetos, conflitos que envolvem a delimitação, os contornos da vida social, a valorização do trabalho etc. Foram destacadas e comparadas categorias no interior da legislação: liberdade de ensino, responsabilidade pela instrução pública, subsídios ao ensino privado, relações Igreja-Estado-Educação, controle de livros e compêndios, moral e civismo, questões disciplinares dos professores, questões disciplinares dos alunos, práticas democráticas/avançadas, iniciativas pedagógicas modernas e o que chamamos de provocações investigativas. Ao final, percebemos que a Constituição federal e estaduais remetem para um quadro não muito animador. A base liberal estabelece relações de dependência e hierarquia entre os entes federados, mas esse federalismo possibilita também a omissão do poder central e a transposição de responsabilidades que deveriam ser consideradas como de caráter geral para o escrutínio de cada estado. Da mesma forma, nos regulamentos dos estados, percebemos divergências e aproximações com o disposto na lei do Distrito Federal, da mesma forma que com iniciativas dos outros estados. Destaca-se a liberdade de ensino, a transmissão de responsabilidades para a iniciativa privada e para a Igreja, bem como para os municípios, a preocupação com controle disciplinar e de conteúdos programáticos, a desobrigação com o financiamento, etc. Relembra-se, com este estudo, a importância de se buscar novas fontes ou perspectivas de análise, inserir novos personagens no debate para ampliarmos a compreensão da educação como um processo que se forma historicamente, ao longo do tempo, e não como um desafio que aparece ou tenha que ser resolvido de uma vez no tempo presente.

Palavras-chave: educação brasileira; Primeira República; legislação

Usos de estatísticas em discursos sobre a reforma do ensino médio na década de 1990 e associações a enunciados sobre a relação educação-trabalho

WESLEY FERNANDO DE ANDRADE HILÁRIO, ROSEMEIRE DE LOURDES MONTEIRO ZILIANI

Neste texto, socializa-se uma análise dos usos de estatísticas em discursos sobre a reforma do Ensino Médio produzida ao longo da década de 1990 e como elas foram associadas a enunciados sobre a relação educação-trabalho. Volta-se à discussão sobre os modos como foram utilizadas as quantificações para justificar as mudanças na legislação desse nível da escolarização e na reconfiguração da formação de jovens referendada nas necessidades do mercado de trabalho que emergia à época. Desde esta perspectiva entende-se as estatísticas como um saber que incide sobre a educação brasileira e sobre as populações, produzindo práticas discursivas e sociais, ao mesmo tempo que são afetadas por elas. Como fontes de estudo utilizam-se o Plano Nacional de Educação de 1998, as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio também de 1998 e relatórios internacionais que influenciaram a produção da reforma no período. Recorre-se aos escritos de Michel Foucault, Thomas Popkewitz e Sverker Lindblad para problematizar o saber estatístico como uma tecnologia de governo do outro, considerando-o, ainda, como um dos elementos do dispositivo de escolarização, e estabelece-se diálogo com autores da educação e da sociologia da educação (como Natália Gil, Acacia Kuenzer e Gaudêncio Frigotto) para problematizar os temas e enunciados inscritos no corpus. A metodologia pauta-se em princípios da análise do discurso foucaultiana, a qual se atenta para as formulações inscritas nos documentos na condição de enunciados que explicitam práticas de um determinado contexto histórico. Da análise empreendida, ressalta-se que as estatísticas foram taticamente usadas em formulações que buscaram dimensionar a qualidade do Ensino Médio, explicitar um panorama da população jovem no país em termos quantitativos e elencar problemas econômicos e sociais, estabelecendo entre elas relações. Apoiando-se em números e associando-os a enunciados científicos e econômicos, os documentos obstinam produzir um consenso em torno da necessidade da reforma do Ensino Médio, conhecer seus impasses, fazer previsões, gerenciar riscos e instaurar estratégias para findá-los. Recorrendo às estatísticas inscritas em dois movimentos denominados por Kamila Lockmann de “processo de inteligibilidade” e “processo de operacionalidade”, o material perscrutado tece um discurso em torno do acesso ao Ensino Médio como fator de crescimento econômico do país, propõe medidas para sanar problemas estruturais da educação e institui posições de sujeitos aos jovens relativas ao seu perfil de trabalhadores. Assim, constata-se que os usos das estatísticas inscritos nos discursos sobre a reforma em questão ajudaram a elaborar “verdades” sobre o Ensino Médio, objetivaram sujeitos, funcionaram como uma das tecnologias da governamentalidade neoliberal que marca as ações políticas no Brasil desde a segunda metade da década de 1980, atuando na condução de condutas das populações.

Palavras-chave: índices estatísticos; governamentalidade; Ensino Médio

Entre serviço público e direito fundamental: elementos para pensar a desigualdade educacional no Brasil (1859-1908)

WIARA ROSA ALCANTARA

No âmbito da História da Educação, o século XIX é, correntemente, denominado de século da difusão mundial da escola elementar (NÓVOA; SCHRIEWER, 2000). Isso significa, dentre outras questões, que o Estado, o poder público, passa a intervir, sistematicamente, do ponto de vista jurídico, econômico, político-administrativo e cultural na educação das massas. Do ponto de vista jurídico, no caso do Brasil, as províncias criam suas primeiras leis de obrigatoriedade escolar (VIDAL; SÁ; GASPAR, 2013) e um conjunto normativo para regulamentar o funcionamento das escolas e seus sujeitos. Do ponto de vista econômico, o Estado passa a se responsabilizar pela contratação e pagamento dos honorários dos professores, pela construção e suprimento material e mobiliário dos prédios escolares. No que se refere às questões político-administrativas, o Estado, em um processo de racionalização e complexificação, cria hierarquias e órgãos, define agentes e funcionários públicos, com a competência de se responsabilizar pelos negócios da educação, como o suprimento material das instituições de ensino. Culturalmente, a escola vai, paulatinamente, se legitimando como instituição social com uma função muito atrelada às ideias de civilidade, progresso e ascensão social. Em todos estes aspectos, há uma dimensão simbólica do efeito do Estado (BOURDIEU, 2012). Metodologicamente, esta divisão se presta a fins didáticos e argumentativo, pois no que tange à análise, estes elementos são tomados de modo imbricado para pensar o tema da educação escolar como serviço público e direito fundamental em uma discussão que ajuda a compreender muito acerca da desigualdade educacional no Brasil. Desse modo, o objetivo deste trabalho consiste em abordar dois elementos que ajudam a pensar a desigualdade educacional no Brasil. O primeiro, é a visibilidade ilusória. Por meio da análise do Livro de Móveis e Utensís (Distribuição de 1854 a 1872), dos Relatórios dos Presidentes da província de São Paulo e das leis orçamentárias (1859-1897), discuto os jogos de visibilidade e apagamento quanto ao investimento na instrução pública paulista, na passagem da Monarquia para a República. O segundo, é a equidade condicionada. Por meio da análise de cartas de professoras, do Livro de Móveis e Utensís, de ofícios e correspondências da administração pública paulista (1859-1908), discorro acerca das relações entre o público e o privado no suprimento material e mobiliários das escolas públicas paulistas. Como resultado, pretendo demonstrar como a visibilidade ilusória e a equidade condicionada foram, diferenciadamente, se constituindo como elementos da desigualdade educacional entre nós. Tal discussão põe em evidência o papel fulcral da História da Educação na compreensão da luta pelo direito à educação no Brasil.

Palavras-chave: investimento na educação; desigualdade educacional; direito à educação

La Salle e a organização de um coletivo docente

WOJCIECH ANDRZEJ KULESZA

O padre Jean-Baptiste de La Salle criou em 1681 o Instituto dos Irmãos da Escolas Cristãs, congregação religiosa dedicada à instrução elementar. Composto por leigos consagrados à vida religiosa, mas livres das obrigações clericais, os Irmãos do Instituto podiam se dedicar integralmente à vocação de ensinar. Abrindo inicialmente escolas populares para o ensino da leitura e escrita, o então cônego da Catedral de Reims, confrontou-se com a questão da preparação dos Irmãos para a função docente. Destinando provisoriamente dois Irmãos para ministrar as aulas, de modo ao mais escolarizado orientar seu companheiro, La Salle julgou necessário a organização de um “Seminário de Mestres” para realizar essa tarefa. Essa espécie de seminário, fundado em 1684 por ele em Reims, é considerado na historiografia a primeira instituição formal do que viriam a ser no século XIX as escolas normais. Além dessa contribuição, La Salle é reconhecido por sua firme convicção de usar o francês ao invés do latim para o ensino inicial da leitura, pela sistematização do ensino simultâneo graduado e pela vulgarização dos vários tipos de escrita. Esta última façanha está estreitamente vinculada com a orientação de La Salle de prover também uma educação profissional na escola elementar, no caso, o ofício dos mestres calígrafos. A congregação do agora São João Batista de La Salle, canonizado que foi no ano de 1900, cresceu e se espalhou pelo mundo, ofertando hoje ensino de vários níveis, da educação básica à pós-graduação, inclusive no Brasil. Neste trabalho, baseado em sua ação educativa e em suas obras pedagógicas, especialmente em seu “Guia das Escolas Cristãs”, publicado em 1720, procura-se identificar os princípios que orientaram a formação docente no Instituto. Motivado pelo treinamento em serviço realizado nas primeiras escolas, La Salle, sistematizou essa prática criando a figura do “inspetor escolar”, professor experiente responsável pelo controle do ensino-aprendizagem nas escolas, indispensável para regular o ingresso, a disciplina, o aproveitamento e a progressão dos alunos. Acompanhando as sucessivas edições do “Guia das Escolas”, um trabalho coletivo que procura refletir a experiência docente dos Irmãos durante seus primeiros vinte anos de atividades, pode-se perceber que sua compreensão de inspetor era a de “formador”, assim denominado já nas edições do século XIX. O tradicional “noviciado” realizado nas congregações e ordens religiosas, além da formação espiritual, assumia também no Instituto de La Salle o caráter de formação profissional para lecionar. Constituindo uma verdadeira guilda de professores, La Salle estabeleceu um coletivo de professores, com seus tempos e espaços de formação e atuação perfeitamente determinados e controlados por sua Congregação religiosa.

Palavras-chave: La Salle; formação do professor; profissionalização docente

